

UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

Infante D. Henrique



O FUNDO DO MAR
PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE

ROSA MARIA DE SOUSA MARTINS ROCHA

Dissertação apresentada à Universidade Portucalense,
Infante D. Henrique, para provas de Doutoramento
em Direito, sob a orientação do Exmo. Senhor
Professor Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha.

Porto, Fevereiro de 2002

AGRADECIMENTOS

No longo percurso de preparação do presente trabalho tive a colaboração, o apoio e o incentivo de várias pessoas, pelo que, publicamente, lhes quero expressar a minha gratidão e reconhecimento.

Ao Professor Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha, meu Orientador, um especial agradecimento pelos conselhos e encorajamento constantes, que contribuíram, de modo decisivo, para a realização da presente dissertação.

Ao Professor Doutor Francisco Orrego Vicuña, Professor de Direito Internacional, Representante do Chile na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e em todas as reuniões internacionais sobre a matéria, e Autor de vários trabalhos sobre o Direito do Mar, pelo incentivo que me deu, aquando do Curso de Verão da *UN/UNITAR Fellowship Programme in International Law, The Hague 1998*.

Ao Professor Doutor Manuel de Almeida Ribeiro, às amigas Mestre Fernanda Rebelo e Dr.^a Elizabete Reis Afonso por, prontamente, terem acedido a fazerem uma leitura e a tecerem alguns comentários ao meu trabalho.

Ao Professor Doutor Matos Moreira, colega do Departamento de Informática, pela ajuda preciosa na formatação da dissertação e aos Professores Doutor Reis Lima e Mestre Paulo Sérgio, por me terem dado a conhecer os benefícios da utilização do *EndNote*, no tratamento da bibliografia e das citações.

À Universidade Portucalense, Infante D. Henrique, nas pessoas do seu Reitor, Professor Doutor Francisco da Costa Durão, e do Director do Departamento de Direito, Professor Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha, por todo o apoio concedido.

Aos funcionários das bibliotecas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, da Universidade de Santiago de Compostela e do Palácio das Nações, em Haia, pela prontidão, gentileza e paciência que sempre me dispensaram.

À minha mãe pelo apoio “doméstico”, paciência e carinho, aos meus filhos, Ana Mafalda e Francisco Miguel, pelos momentos que não lhes dei e ao meu marido pelo afastamento inevitável que um trabalho destes ocasiona.

Finalmente, um agradecimento a todos - familiares, amigos, colegas e alunos - quantos me apoiaram e me deram força.

“As actividades mineiras do fundo do mar ainda estão longe,
mas é necessário haver normas”

Joachim Koch,
Presidente do Conselho da Autoridade,
Agosto de 1998

INTRODUÇÃO

O tema, “O Fundo do Mar, Património Comum da Humanidade”, surgiu de uma conversa tida com o nosso Orientador, o Professor Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha, a quem prestamos homenagem, e atraiu-nos, particularmente, pela “carga” de solidariedade e “humanismo” internacional que lhe é inerente (ou pelo menos parece ser).

A importância económica do fundo do mar só foi, efectivamente, conhecida em meados do século passado, em plena era da Nova Ordem Económica Internacional, pelo que as nações menos desenvolvidas viram, no regime jurídico a estabelecer, a panaceia para a diminuição do fosso que as separava, e ainda hoje separa, dos países industrializados. Tal não passou, porém, de uma (quase) vã ilusão. Numa fase inicial, todos falavam do fundo do mar como património comum da Humanidade. No entanto, no momento em que deveriam passar das palavras aos actos, isto é, no momento em que haviam de assumir os compromissos, tal não aconteceu. Daí as discussões sobre esta questão e a adopção de uma solução largamente aceite se terem iniciado em finais dos anos sessenta e só terem terminado em 1994.

O nosso trabalho consiste numa análise histórica de todo o processo negocial desenvolvido quer pelas Nações Unidas, quer fora desta Organização, tendo em vista um regime para o fundo do mar que agradasse a todos e numa análise, o mais possível exaustiva, do regime finalmente acordado.

Começaremos, numa pequena primeira parte, por fazer um enquadramento muito geral do problema e uma análise global da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para podermos, posteriormente, melhor compreender o contexto em que a maior parte das negociações decorreram.

O tema, “O Fundo do Mar, Património Comum da Humanidade”, desdobra-se em duas grandes questões:

I - A questão da natureza jurídica do fundo do mar:

- Será o fundo do mar uma *res nullius*, uma *res communis*?
- Será a sua exploração e aproveitamento uma das liberdades do alto mar? Ou antes, se o fundo do mar for património comum da Humanidade não deverá ser aproveitado em benefício de todos?

É o que iremos tratar na Parte II, sendo que a solução já se antevê no título da dissertação “O Fundo do Mar, Património Comum da Humanidade”. Acabaremos esta parte com uma análise do regime da Convenção sobre a matéria.

II - A questão do regime jurídico da exploração e aproveitamento do fundo do mar. Uma vez assente que o fundo do mar é património comum da Humanidade, levantam-se novas questões, tais como:

- Quem o pode explorar e aproveitar? E como?
- Quais foram as linhas de força que a este propósito se debateram ao longo da III Conferência e quais os consequentes acordos e desacordos?
- Será o regime acordado panaceia ou caixa de Pandora?
- Como analisar a reacção dos países mais desenvolvidos e, consequentemente, mais bem preparados tecnológica e financeiramente para iniciar as actividades do fundo do mar?
- Qual o papel da Comissão Preparatória e qual a importância do regime de transição para o começo dos investimentos preparatórios?
- Qual o papel do Secretário Geral das Nações Unidas e das negociações informais que patrocinou, tendo em vista alcançar a universalidade da Convenção?

Todas estas questões irão ser tratadas na Parte III, a que demos o título “História do regime jurídico de exploração e aproveitamento do fundo do mar”.

Por fim e antes das conclusões, na Parte IV, iremos analisar o regime jurídico do fundo do mar em vigor, isto é, o regime jurídico que resulta da Convenção de 1982 interpretada conjuntamente com o Acordo assinado em Nova Iorque, em 1994, relativo à implementação da Parte XI da Convenção.

Para a realização do nosso trabalho, fizemos pesquisa e recolha bibliográfica não só nas bibliotecas das faculdades de Direito das Universidades portuguesas, mas também, e sobretudo, na biblioteca de Direito da Universidade de Santiago de Compostela e na biblioteca do Palácio das Nações, em Haia, onde frequentámos um Curso de Verão, em 1998.

Felizmente, a grande dificuldade não foi a escassez de bibliografia, mas a sua abundância, pelo que tivemos que fazer uma selecção. Esperamos não ter feito uma má escolha, excluindo elementos importantes.

PARTE I

ENQUADRAMENTO GERAL DO TEMA

1 - APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

“O mar é uma estrada natural ligando todos os Estados e povos. O oceano era e continua a ser uma fonte de vida. Aqui encontramos a esfera de aplicação dos esforços colossais do homem para extrair das profundezas do oceano recursos de energia e proteínas. Aqui vemos a formação do processo planetário do clima, da ecologia que assegura a existência da biosfera no planeta (...)”¹.

A importância do fundo do mar, enquanto fonte de recursos minerais, só foi conhecida no terceiro quartel do século XIX, quando Murray, a bordo do navio britânico *Challenger*, lançado ao mar em 21 de Dezembro de 1872, para uma viagem de três anos e meio, descobriu no fundo do mar, a enormes profundidades (5.200 metros), uma nova curiosidade científica - os nódulos de manganésio, melhor dizendo, os nódulos polimetálicos, pois tais nódulos são constituídos de manganésio, cobre, níquel e cobalto. No entanto, só em meados do século passado, graças aos avanços tecnológicos e na sequência de um estudo económico feito por John L. Mero², as nações despertaram para a importância desta nova fonte de recursos estratégicos - as minas do Capitão Nemo, de que falava Júlio Verne³ - e para a necessidade de instituir um regime jurídico regulador da sua exploração e aproveitamento.

A história de catorze anos de negociação nas Nações Unidas para o estabelecimento do regime jurídico do fundo do mar e dos oceanos e respectivo subsolo, bem assim como dos seus recursos minerais, é a história de uma luta entre alguns países industrializados que procuravam manter o *statu quo*, invocando a extensão do princípio da liberdade do alto mar a todos os usos do mar, e os Estados em vias de desenvolvimento que consideravam a referida área como património comum da humanidade, ou como *global commons*, expressão inglesa mais em voga nas Nações Unidas.

¹ Declaração de Bykov, da URSS, perante a 43ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1988. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. 1988, p. 82.

² Mero, em 1957, dirigiu o projecto de pesquisa científica da Universidade de Califórnia sobre a análise económica do aproveitamento dos nódulos de manganésio do fundo dos oceanos e publicou, em 1965, *The Mineral Resources of the Sea* contendo um inventário detalhado de tais recursos - citado, entre outros, por JAGOTA, S. P. - *The Seabed Outside the Limits of National Jurisdiction*. In BEDJAOU, Mohammed (Ed.) - *International Law: Achievements and Prospects*. Dordrecht/Paris: Martinus Nijhoff Publishers/Unesco, 1991. ISBN 92-3-102716-6, p. 916.

³ BRANDÃO, Eduardo A. Serra - **Um Novo Direito do Mar**. Lisboa : Edições Culturais da Marinha, 1984, p. 105. Mais adiante, a páginas 116, o mesmo Autor escreve, com toda a razão que “O mundo vive hoje uma segunda conquista dos mares: depois da conquista dos mares como vias de navegação, surge uma, muito mais radical, a conquista dos mares como fonte de riquezas exploráveis”.

Todos sabiam que o regime a ser criado deveria ser aceite pela comunidade internacional no seu conjunto, sob pena de insegurança jurídica ou potenciais conflitos. O problema era como conciliar os interesses em jogo, tanto mais que a dicotomia países industrializados/países em vias de desenvolvimento mais não era que uma simplificação exagerada, pois países como a Noruega, Suécia, Áustria e Austrália, embora industrializados, tinham, em relação ao regime jurídico do fundo do mar, uma política próxima dos países em vias de desenvolvimento. Além disso, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e países do Leste Europeu não tiveram sempre a mesma postura ao longo das negociações: até 1974 alinharam ao lado dos países industrializados, a partir de então mudaram no sentido da posição dos países em vias de desenvolvimento.

A introdução do conceito “património comum da humanidade” coincidiu com a luta dos países em vias de desenvolvimento pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI). O Grupo dos 77⁴ (G77) queria não a igualdade mas a equidade, isto é, uma discriminação positiva em seu favor, uma equidade que implicava a ideia de compensação, compensação essa que iria trazer uma igualdade de facto.

Para os países em vias de desenvolvimento, o fundo do mar e respectivo subsolo para além dos limites da jurisdição nacional e seus recursos constituem um património comum e indivisível pertencente à Humanidade no seu conjunto. Assim sendo, tais recursos deveriam ser utilizados apenas para benefício da Humanidade e por uma organização internacional com jurisdição exclusiva nessa matéria.

Diferentemente, os países industrializados, que numa fase inicial estavam mais interessados com outras questões, sem levantarem grandes dificuldades à aplicação do conceito de património comum da humanidade ao fundo do mar, rejeitaram, sempre, a sua aplicação aos respectivos recursos. Apesar de a Resolução nº 2749 (XXV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 17 de Dezembro de 1970 - Declaração de Princípios - aprovada sem votos contra, declarar o fundo do mar como património comum da Humanidade, os países industrializados sempre se opuseram à sua aplicação à exploração e aproveitamento dos respectivos recursos.

Para estes países, o princípio da liberdade dos mares aplicava-se a todos os usos do alto mar, incluindo a exploração e aproveitamento dos recursos minerais do fundo do mar. Problemático era como conciliar a liberdade do alto mar com o direito exclusivo necessário para as actividades no fundo do mar. Diferentemente dos países em vias de desenvolvimento, os países industrializados não consideravam o fundo do mar como uma propriedade comum e indivisível a

⁴ O Grupo dos 77 apareceu em 1963, quando setenta e sete países apresentaram na Assembleia Geral das Nações Unidas o Doc. A/5587 - *Joint Declaration of the Developing Countries*. Depois disso, apesar de conservar o nome, o

ser utilizada por uma organização internacional como único representante da Humanidade, antes o viam como algo comum, aberto ao uso de todas as nações.

Das negociações, para conciliar as duas posições referidas, resultou o chamado sistema paralelo, de acordo com o qual à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (Autoridade) são reconhecidos poderes operacionais em nome da Humanidade e aos Estados Partes da Convenção ou entidades que actuem em seu nome ou por eles patrocinadas são também reconhecidos poderes para desenvolver actividades no fundo do mar. Este acordo, e acordos conexos, apesar de ter sido sugerido por Henry Kissinger e aceite pelos países industrializados como solução de compromisso, no final das negociações, foi rejeitado pela nova Administração americana, pelo que os Estados Unidos votaram contra a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar⁵ e a maior parte dos países da Europa Ocidental e também os países da Europa de Leste se abstiveram.

Os Estados Unidos, no entanto, criaram legislação nacional provisória para regular as actividades mineiras do fundo do mar. Tal prática foi seguida pelo Reino Unido, República Federal da Alemanha, URSS, França e Itália. Estas legislações nacionais, que tinham um carácter provisório até à entrada em vigor da Convenção, permitiam o começo do aproveitamento comercial dos recursos do fundo do mar por nacionais dos referidos Estados, a partir de Janeiro de 1988. Os países em vias de desenvolvimento reagiram a tais legislações, considerando-as ilegais, pois violavam o princípio do património comum da humanidade, bem assim como o princípio da boa fé que devia presidir às negociações

A tomada de consciência dos perigos que a dualidade de regimes poderia ocasionar levou a que, por iniciativa do Secretário Geral das Nações Unidas, a partir de 1990, se realizassem consultas informais que, em 1994, culminaram com a assinatura do Acordo de Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas de 10 de Dezembro de 1982. Este Acordo significa uma viragem pró Estados ocidentais, tendo sido “alteradas” todas as soluções controversas da Convenção relativas ao regime jurídico do fundo do mar.

Os países em vias de desenvolvimento aceitaram o sistema paralelo, porque sabiam que, se as pretensões dos Estados potenciais mineiros não fossem satisfeitas, eles não participariam e o

grupo começou a aumentar, à medida que novos Estados acediam à independência, e passou a ter um papel activo nas negociações realizadas no âmbito das Nações Unidas.

⁵ Inicialmente, estava previsto a Convenção ser assinada em Caracas, capital da Venezuela, cidade onde se realizou, em 1974, a segunda Sessão da III Conferência sobre o Direito do Mar, pelo que a Convenção iria ser chamada Convenção de Caracas. No entanto, a Venezuela, não satisfeita com as disposições sobre a delimitação das zonas marítimas, votou contra a Convenção e retirou o seu convite para que a Sessão de assinatura se realizasse no seu país. Por isso, o Plenário da Conferência, numa Resolução adoptada em 24 de Setembro de 1982, aceitou o convite da Jamaica. Na mesma Sessão, a Conferência acordou que a designação oficial da Convenção seria: “Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar” - entre outros, JENISCH, Uwe - *Signing of the Law of the Sea Convention. Aussen Politik*. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 34: 2, (1983), p. 172.

sistema não passaria do papel. No entanto, pretendiam que essa situação fosse transitória. Para tanto foi prevista a Conferência de Revisão que, segundo a sua intenção, levaria, no futuro, a uma mudança do sistema. Ao longo da Conferência, houve desinteligências entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento a propósito desta questão, tendo, por fim, sido conseguido o acordo contido nos artigos 154º e 155º da Convenção. O regime acabado de referir assentava num compromisso frágil pelo que esta matéria foi modificada no Acordo.

Uma outra questão controversa foi a política de produção - artigo 151º -, melhor dizendo, as implicações económicas do aproveitamento desenfreado dos minerais do fundo do mar nos produtores terrestres desses minerais e os efeitos daí resultantes para a procura mundial dos mesmos. A este propósito, debatiam-se duas posições antagónicas: uma defendia a liberalização e consequente sujeição da produção às regras do mercado; outra defendia a limitação da produção e a aplicação de medidas proteccionistas. O artigo 151º prevê um regime complicado que foi, entretanto, substituído pelo Acordo.

Para que o sistema paralelo fosse viável era necessário, também, que a Autoridade e a Empresa pudessem iniciar as actividades ao mesmo tempo que as empresas estatais ou privadas, para o que era necessário fundos e tecnologia adequados. A questão da transferência de tecnologia foi objecto de grandes debates entre os países em vias de desenvolvimento e os países desenvolvidos. Os primeiros desejavam que o texto da Convenção consagrasse a transferência obrigatória de tecnologia como condição indispensável para a obtenção de um contrato, pois receavam que, sem esse dever, a Empresa nunca conseguisse obter a tecnologia adequada e, consequentemente, não estivesse em condições de aproveitar o fundo do mar. Por seu turno, os segundos, os países industrializados, ao mesmo tempo que reconheciam a necessidade de acordos específicos para a transferência de tecnologia, defendiam que a sua imposição como condição para o acesso à Área era inadmissível. O regime que ficou consagrado na Convenção não agradava aos países desenvolvidos tendo sido, por isso, objecto de novas negociações, a partir de 1990, e, depois, modificado pelo Acordo de Implementação.

Também polémicas eram as questões do financiamento da Empresa, dos termos financeiros dos contratos e dos custos para os Estados Partes do funcionamento das instituições criadas pela Convenção. O sistema previsto na Convenção era demasiado oneroso, por isso, foi, substancialmente, alterado pelo Acordo de 1994.

Por último, um dos assuntos mais difíceis da Conferência foi o procedimento de decisão no Conselho. A Autoridade, como qualquer organização internacional, tem como órgãos uma Assembleia, órgão deliberativo, em que estão representados todos os seus membros e em que cada

um dispõe de um voto; um Conselho, órgão executivo de composição restrita; e um Secretariado. Dispõe, também, de órgãos subsidiários; da Empresa, seu braço operacional; e de um Tribunal.

Os países desenvolvidos defendiam que a Assembleia deveria aprovar as linhas gerais das políticas a seguir, devendo o Conselho ter amplos poderes executivos e larga flexibilidade na administração dos assuntos da Organização. O Conselho deveria ser formado de modo a que fossem dados poderes a certos grupos de interesses especiais, isto é, a países com investimentos no fundo do mar, para que os seus interesses vitais pudessem ser salvaguardados. Advogando a paridade entre países de leste e ocidentais, os países industrializados de leste reivindicaram uma representação especial no Conselho, a qual deveria ter a mesma protecção dos países ocidentais, pois representavam um dos maiores sistemas económico-sociais do mundo. Em suma, os países industrializados do ocidente e do leste europeu defendiam uma constituição do Conselho que tornasse impossível aos países em vias de desenvolvimento vetar as acções deste órgão que fossem do seu interesse.

Por seu turno, os países em vias de desenvolvimento defendiam uma Assembleia forte, com amplos poderes. O Conselho deveria desenvolver a sua actividade de acordo com as regras criadas pela Assembleia. Relativamente à votação neste órgão, advogavam uma maioria de dois terços, pelo que um terço dos membros, um número significativo, poderia bloquear uma decisão, o que permitia um procedimento democrático. Os países desenvolvidos contra-argumentavam dizendo que tal não era democrático de todo, pois o que contava não era o número de Estados, mas os investimentos envolvidos. Por isso, defendiam um voto ponderado em que além de uma maioria no Conselho deveria ser exigida uma maioria de cada uma das várias categorias de interesses especiais.

A Convenção, no artigo 161º, contém uma solução compromisso, uma solução *sui generis*, sem precedente em qualquer outra organização internacional, solução que prevê, consoante as matérias, maiorias variáveis, que vão desde a maioria dos membros presentes e votantes até ao consenso, passando pela maioria de dois terços e três quartos. Também esta matéria foi “alterada” pelo Acordo de Implementação.

2 - A RESPOSTA DAS NAÇÕES UNIDAS

O envolvimento das Nações Unidas no esforço do desenvolvimento progressivo do Direito Internacional relativamente ao fundo do mar e seus recursos iniciou-se em 17 de Agosto de 1967, quando Arvid Pardo, representante permanente de Malta nas Nações Unidas, propôs a inclusão de

um novo assunto na agenda da 22ª Sessão da Assembleia Geral: “Declaração e Tratado relativo à reserva exclusivamente para fins pacíficos do fundo do mar e dos oceanos para além dos limites da jurisdição nacional presente e uso dos respectivos recursos para o interesse da Humanidade”⁶.

Nos termos da proposta de Malta, a Assembleia Geral adoptou a Resolução nº 2340 (XXII), de 18 de Dezembro de 1967⁷, pela qual foi criado um Comité *Ad Hoc*, de trinta e cinco membros⁸, com o fim de estudar o alcance e os diversos aspectos do tema “Exame da questão da reserva exclusiva para fins pacíficos dos fundos marinhos e oceânicos e do seu subsolo no alto mar fora dos limites da jurisdição nacional actual e do uso dos seus recursos para o benefício da Humanidade”. No § 2º da parte dispositiva da Resolução, a Assembleia Geral pediu ao Comité *Ad Hoc* que, em colaboração com o Secretário Geral, preparasse, para exame pela Assembleia Geral, no seu vigésimo terceiro período de sessões, um estudo que incluísse: a) uma análise das actividades passadas e presentes das Nações Unidas, dos organismos especializados, do Organismo Internacional da Energia Atómica e outros órgãos intergovernamentais em relação aos fundos marinhos e oceânicos, assim como dos acordos internacionais vigentes nesta matéria; b) uma descrição dos aspectos científicos, técnicos, económicos, jurídicos e de outra índole deste tema; c) uma indicação dos meios práticos de promover a cooperação internacional na exploração, conservação e utilização dos fundos marinhos e oceânicos e seu subsolo, tal como indicado no título do tema, assim como dos seus recursos, tendo presentes as opiniões expressas e sugestões feitas pelos Estados membros durante o exame deste tema no vigésimo segundo período de sessões da Assembleia Geral⁹.

O Comité *Ad Hoc*, na primeira Sessão, em Março de 1968, elegeu, por aclamação, Hamilton Shirley Amerasinghe, do Sri Lanka (antigo Ceilão) como Presidente e criou dois grupos

⁶ U.N. Doc. A/6695.

⁷ Transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea - 1982: A Commentary**. Dordrecht/Boston/Lancaster : Center for Oceans Law and Policy - Martinus Nijhoff Publishers, 1985. ISBN 90-247-3145-3, p. 161-163.

⁸ Faziam parte do Comité *Ad Hoc* os seguintes Estados - Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Sri Lanka (antigo Ceilão), Chile, Checoslováquia, Equador, El Salvador, França, Islândia, Índia, Itália, Japão, Quênia, Libéria, Líbia, Malta, Noruega, Paquistão, Perú, Polónia, Roménia, Senegal, Somália, Tailândia, URSS, República Árabe Unida, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Unida da Tanzânia, Estados Unidos da América e Jugoslávia - A/AC.135/L.1, 16 Julho de 1968 - Draft Interim Report of Ad Hoc Committee to Study The Peaceful Uses of Sea-Bed And The Ocean Floor Beyond The Limits of National Jurisdiction Covering Its First And Second Sessions. New York: United Nations - General Assembly, p. 2; e NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe del Comité Especial encargado de estudiar la utilización con fines pacíficos de los fondos marinos y oceánicos fuera de los límites de la jurisdicción nacional: Documentos Oficiales - Vigésimo Tercer Período de Sesiones**. Nueva York : Naciones Unidas, 1968, p. 1.

⁹ *Ibidem*.

de trabalho: o Grupo de Trabalho Económico e Técnico e o Grupo de Trabalho Jurídico. Reuniu-se três vezes e em 1968 informou a Assembleia Geral da necessidade de mais estudos¹⁰.

Com base numa proposta da Bélgica¹¹, a Assembleia Geral adoptou a Resolução 2467 (XXIII), em 24 de Dezembro de 1968¹², pela qual criou o Comité para os Usos Pacíficos do Fundo do Mar e do Oceano para além dos Limites da Jurisdição Nacional (Comité de Fundos) composto por representantes de quarenta e dois Estados¹³ e cujo mandato era:

– estudar a elaboração dos princípios jurídicos e normas que pudessem promover a cooperação internacional na exploração e uso da área internacional do fundo do mar;

¹⁰ O Comité *Ad Hoc* teve uma sessão com três períodos. Os dois primeiros realizaram-se na sede das Nações Unidas, o primeiro de 18 a 27 de Março e o segundo de 17 de Junho a 9 de Julho de 1968. O terceiro período teve lugar, a convite do Governo de Brasil, no Rio de Janeiro, de 19 a 30 de Agosto de 1968.

Além do Presidente, o Comité *Ad Hoc*, no segundo período de sessões, em 19 de Março, elegeu para Vice-presidentes - Bohdan Tomorowicz, da Polónia (no 3º período foi substituído por Aleksander Krajewski), Waldo E. Waldron-Ramsey, da Tanzânia (no 3º período foi substituído por Akidi B. C. Danieli), José Piñera, do Chile (no 3º período foi substituído por Fernando Zegers) e Jens Evensen, da Noruega (no 3º período foi substituído por Einar-Frederik Ofstad). O Relator Geral do Comité foi Victor J. Gauci, de Malta.

O Grupo de Trabalho Económico e Técnico tinha como Presidente Roger Denorme, da Bélgica, como Vice-presidente R. C. Arora, da Índia e como Relator Anton Prohaska, da Áustria. Era um grupo de trabalho plenário, com a presença de todos os membros.

O Grupo de Trabalho Jurídico tinha como Presidente Leopoldo Benites, do Equador, como Vice-presidente Alexander Yankov, da Bulgária e como Relator Shaffie Abdel Hamid, da República Árabe Unida. Este grupo dedicou-se, sobretudo, ao estudo de:

1 - Estatuto jurídico do fundo do mar e do oceano e respectivo subsolo sob o alto mar além dos limites da jurisdição nacional;

2 - Reserva do fundo do mar e do oceano e respectivo subsolo sob o alto mar além dos limites da jurisdição nacional exclusivamente para fins pacíficos;

3 - Uso dos recursos do fundo do mar e do oceano e respectivo subsolo sob o alto mar além dos limites da jurisdição nacional no interesse da Humanidade;

4 - Liberdade de pesquisa científica e exploração do fundo do mar e do oceano e respectivo subsolo sob o alto mar além dos limites da jurisdição nacional;

5 - A questão do respeito pelos interesses dos outros Estados no exercício da liberdade do alto mar;

6 - A questão da poluição e outros acidentes;

7 - Outras questões.

Por fim, o Comité reservou para si o exame das restantes questões, isto é, a consideração dos aspectos científicos e de outra índole do tema, de acordo com o inciso b) do § 2 da Resolução.

No 1º período de sessões, em que se realizaram nove reuniões, o Comité dedicou-se a questões de organização e ao exame do programa de trabalho. No 2º período dedicou-se, sobretudo, às reuniões dos grupos de trabalho. No 3º período debateu os aspectos científicos, militares e políticos da questão, assim como os meios práticos para uma cooperação internacional - *idem*, p. 1, 2 e 3.

¹¹ Doc. A/AC.135/29 y Rev.1, *idem*, p. 61-62.

¹² Transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 163-164.

Com esta Resolução o Comité de Fundos passou do estado de estudo dos problemas para o estado de elaboração de conceitos susceptíveis de conter uma resposta aos problemas - LÉVY, Jean-Pierre - *La Troisième Conférence sur le Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XVII: (1971), p. 789.

¹³ Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Bulgária, Camarões, Canadá, Ceilão, Checoslováquia, Chile, El Salvador, Estados Unidos da América, França, Islândia, Índia, Itália, Japão, Quénia, Kuwait, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malásia, Malta, Mauritânia, México, Nigéria, Noruega, Paquistão, Perú, Polónia, Reino Unido da Tanzânia, Roménia, Serra Leoa, Sudão, Tailândia, Trindade e Tobago, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Jugoslávia - NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional: Documentos Oficiales: vigesimo quinto periodo de sesiones. Suplemento nº 21 (A/8021)**. Nueva York : Naciones Unidas, 1970, p. 2.

- estudar os meios de encorajar o aproveitamento e uso dos recursos dessa área à luz dos desenvolvimentos tecnológicos previsíveis e respectivas implicações económicas, tendo em conta que tal aproveitamento deverá beneficiar toda a Humanidade;
- estimular a troca e a divulgação possível do conhecimento científico nesta matéria;
- examinar propostas para prevenir a poluição do mar que poderá resultar da exploração e aproveitamento dos recursos; e
- estudar a questão de reservar o fundo do mar exclusivamente para fins pacíficos e desenvolver um estudo da questão do mecanismo internacional apropriado, dando especial atenção às necessidades dos países em vias de desenvolvimento.

Uma das questões perante o Comité era como estabelecer as fronteiras da jurisdição costeira e, conseqüentemente, os limites da área internacional do fundo do mar. Devido à diversidade de opiniões em relação à validade das normas para o estabelecimento do limite exterior da plataforma continental, Malta submeteu um projecto de resolução, em 31 de Outubro de 1969, à Assembleia Geral, propondo a convocação de uma conferência de revisão da definição de plataforma continental e adopção de “uma definição precisa e internacionalmente aceite da área do fundo dos oceanos”¹⁴. Esta proposta foi emendada por outras delegações que queriam que a futura conferência discutisse todas as questões do Direito do Mar¹⁵. A Assembleia Geral adoptou, em 15 de Dezembro de 1969, a Resolução 2574 (XXIV)¹⁶, pela qual o Secretário Geral ficou incumbido de “indagar as opiniões dos Estados membros sobre o desejo de convocar, numa data próxima, uma conferência sobre o Direito do Mar ...”. No mesmo dia, a Assembleia Geral adoptou a Resolução 2574 D (XXIV)¹⁷ que proibia quaisquer actividades de aproveitamento dos recursos do fundo dos mares durante o estabelecimento de um regime internacional. Esta Resolução, que foi aprovada por sessenta e dois votos a favor, vinte e oito votos contra e vinte e oito abstenções, ficou conhecida por *Moratorium Resolution* (Moratória) e estabelecia, nomeadamente, que os “Estados e pessoas físicas ou jurídicas, estão obrigadas a abster-se de todas as actividades de aproveitamento dos recursos do fundo do mar e dos oceanos e respectivo subsolo, além dos limites da jurisdição nacional” e que “nenhuma reivindicação sobre alguma parte da área ou dos seus recursos será reconhecida”.

Como resultado do trabalho do Comité de Fundos, em 1970, foi adoptada pela Assembleia Geral a Resolução nº 2749 (XXV)¹⁸ - Declaração de Princípios - que é considerada como os

¹⁴ Doc. A/C.1/L.473.

¹⁵ Doc. A/C.1/L.475.

¹⁶ Transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 169-170.

¹⁷ Transcrita in *idem*, p. 172-173.

¹⁸ Transcrita in *idem*, p. 173-176.

alicerces do Direito do Fundo do Mar. A Resolução, aprovada em 17 de Dezembro de 1970, por cento e oito votos a favor, zero votos contra e catorze abstenções (de países industrializados) declara que a área do fundo do mar e do oceano e respectivo subsolo, bem assim como os seus recursos são património comum da Humanidade. Ao fazer do fundo do mar e seus recursos património comum da Humanidade, a Declaração de Princípios subtraía este espaço ao regime liberal a que estava sujeito até então, enquanto parte do alto mar, e sujeitava-o a uma noção nova e dinâmica, que não só o tornava insusceptível de qualquer apropriação individual e de toda a reivindicação de soberania, como também obrigava a ter em conta as necessidades dos países em vias de desenvolvimento na partilha do benefícios resultantes do seu aproveitamento¹⁹.

Uma outra resolução, adoptada ao mesmo tempo, a Resolução nº 2750 (XXV), é composta por três partes: a Resolução 2750 A (XXV) pela qual era pedido ao Secretário Geral que “identificasse os problemas resultantes da produção de certos minerais da área (do fundo do mar) ... e examinasse o impacto que poderiam ter no bem estar económico dos países em vias de desenvolvimento, em particular nos países exportadores no mercado mundial”; a Resolução 2750 B (XXV) pela qual era pedido ao Secretário Geral que preparasse um estudo sobre a questão do acesso ao mar dos países encravados e a Resolução 2750 C (XXV)²⁰ que aumentou o número dos membros do Comité de Fundos para oitenta e seis e alargou o seu mandato, convertendo-o em Comité Preparatório da III Conferência sobre o Direito do Mar, a ser convocada em 1973²¹.

¹⁹ MONIER, Jean - La Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer. Annuaire Suisse de Droit International. Zürich: Société Suisse de Droit International - Schulthess Polygraphischer Verlag. XXXIX: (1983), p. 13.

²⁰ Esta Resolução partiu da iniciativa do representante do Canadá, Alan Beesley. O Presidente da Primeira Comissão da Assembleia Geral, por carta de 8 de Janeiro de 1971 (A/8377), informou o Secretário Geral de que tinha nomeado quarenta e três dos novos membros da Comité, mas que não estava em condições de anunciar o nome do membro representante dos países da Europa de Leste. Assim, a composição do Comité de Fundos passou a ser a seguinte: Afeganistão, Argélia, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bulgária, Camarões, Canadá, Ceilão, Colômbia, Congo, República Democrática da Costa do Marfim, Checoslováquia, Chile, Chipre, Dinamarca, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos da América, Etiópia, Filipinas, França, Gabão, Gana, Grécia, Guatemala, Guiana, Guiné, Hungria, Índia, Indonésia, Iraque, Irão, Islândia, Itália, Jamaica, Japão, Quênia, Kuwait, Líbano, Libéria, Madagáscar, Malásia, Mali, Malta, Marrocos, Maurícias, Mauritânia, México, Nepal, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Panamá, Paquistão, Perú, Polónia, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, República Árabe Líbia, República Árabe Unida, República Popular do Congo, República Socialista Soviética da Bielorrússia, República Socialista Soviética da Ucrânia, República Unida da Tanzânia, Roménia, Senegal, Serra Leoa, Singapura, Somália, Sudão, Suécia, Tailândia, Trindade e Tobago, Tunísia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Uruguai, Venezuela, Yemen e Jugoslávia. Portugal participou nas reuniões do Comité como observador - NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional: Documentos Oficiales: vigesimo sexto periodo de sesiones. Suplemento nº 21 (A/8421)**. Nueva York : Naciones Unidas, 1971, p. 3 e 4.

²¹ Todas as Resoluções citados estão transcritas, in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 161 e s..

2.1- A PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA²²

Diferentemente do que se passou com conferências anteriores, cuja preparação esteve a cargo de um corpo de peritos especializados de número limitado - a Comissão de Direito Internacional²³ (CDI) - que tinha como missão elaborar um documento de trabalho ou anteprojecto de convenção, para ser, posteriormente, analisado na conferência, a III Conferência do Direito do Mar foi preparada pelo Comité de Fundos. Várias razões estiveram na base desta atitude:

- a CDI estava demasiado sobrecarregada de trabalho e não podia dedicar-se a esta tarefa de modo expedito;
- as delegações da Assembleia Geral acharam conveniente entregar o trabalho preparatório ao Comité, pois este já estava encarregado de tratar da questão do fundo do mar e as questões relativas ao mar, estando interligadas, deviam ser tratadas conjuntamente;
- os países em vias de desenvolvimento consideravam que não estavam devidamente representados na CDI, que apelidavam de conservadora;
- a CDI era considerada um organismo muito lento, pois tinha demorado nove anos a preparar os setenta e três projectos de artigos para a Conferência de 1958 e, por isso, receava-se que fosse preciso muito mais tempo para preparar uma conferência complexa, como iria ser a III Conferência, além de que a sua experiência era principalmente de codificação do Direito Internacional existente e não de criação de Direito novo;
- por último, e talvez a razão mais importante, as questões a ser tratadas pela III Conferência envolviam considerações de ordem política, económica, estratégica e ambientais, que seriam mais bem tratadas no seio de um órgão composto por representantes dos governos interessados, do que pelos peritos da CDI.

O Comité de Fundos era um órgão político, pois era composto, não por pessoas independentes, mas sim por representantes dos Estados que, por isso, expunham não pontos de vista pessoais, mas os resultados das instruções que recebiam dos seus governos. As possibilidades de compromissos estavam limitadas pela flexibilidade das instruções recebidas e estas não podiam

²² ROCHA, Rosa Maria Sousa Martins - **O Mar Territorial: Largura e Natureza Jurídica**. Porto : Universidade Portualense - Infante D. Henrique, 1996. Monografias. ISBN 972-9354-14-6, p. 186-187 e bibliografia aí citada.

²³ A CDI foi estabelecida pela Resolução da Assembleia Geral nº 174 (II), de 21 de Novembro de 1947 e os seus membros, representando, no seu conjunto, as principais formas de civilização e os principais sistemas de Direito, foram eleitos no decurso da 3ª Sessão ordinária da Assembleia. A sua missão era e é proceder ao “desenvolvimento progressivo do Direito Internacional e sua codificação”, nos termos do artigo 13º da Carta das Nações Unidas - SCHACHTER, Oscar, JOYNER, Christopher C. (Eds.) - **United Nations Legal Order**. Cambridge : The American Society of International Law and Cambridge University Press, 1995. ISBN 0-521-46522-2, p. 680 e CAMINOS, Hugo - *Les Sources du Droit de la Mer*. In DUPUY, René-Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 61.

ser flexíveis, pois eram muitos e muito importantes os interesses em jogo e os Estados não estavam interessados em sacrificá-los prematuramente. Por outro lado, dada a interconexão dos assuntos em discussão, os seus trabalhos foram dominados pela ideia da negociação global ou *package deal*.

2.1.1 - O COMITÉ DE FUNDOS

A Resolução nº 2750 C (XXV), já referida, alargou o número dos membros do Comité de Fundos para oitenta e seis ao mesmo tempo que o converteu em Comité Preparatório da III Conferência. Com esse objectivo foi mandatado para tratar e elaborar:

- projectos de artigos de um tratado, contendo “um regime internacional equitativo - incluindo um mecanismo internacional - para a área e recursos do fundo dos mares e oceanos e respectivo subsolo para além dos limites da jurisdição nacional;
- uma definição precisa da área;
- outros assuntos, incluindo o regime jurídico do alto mar, da plataforma continental, mar territorial (incluindo a largura do mar territorial e a questão dos estreitos usados pela navegação internacional), zona contígua, pesca e conservação dos recursos vivos do alto mar (incluindo a questão dos direitos preferenciais dos Estados costeiros), a preservação do ambiente marinho (incluindo, entre outros, a prevenção da poluição) e a investigação científica”²⁴.

De modo a cumprir o seu mandato, o Comité de Fundos criou, em 1971, três subcomités gerais²⁵. As questões relativas ao fundo do mar e respectivos recursos ficaram a cargo do Subcomité I. O Subcomité II tratou dos assuntos tradicionais do Direito do Mar, ficando a cargo do Subcomité III a preparação de projectos de artigos sobre a preservação do meio ambiente marinho e pesquisa científica²⁶.

O Comité reuniu-se seis vezes entre 1971 e 1973. Na sua primeira Sessão aprovou o método do consenso para a adopção das suas decisões, método que, no entanto, podia, a qualquer

²⁴ NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 178 e s..

²⁵ A questão da organização do Comité de Fundos foi um pouco controversa, sobretudo devido ao problema de distribuição dos lugares das Mesas pelos diversos grupos geográficos. O Grupo dos 77 estava empenhado em ficar com os lugares mais importantes das Mesas, em especial a presidência, dado o papel preponderante que esses lugares iriam ter na condução das negociações - CUENCA ANAYA, José - Antecedentes y Preparacion de la Conferencia sobre el Derecho del Mar. In *La Actual Revision del Derecho del Mar - Una Perspectiva Española (Obra Colectiva)*, p. 42.

O Plenário do Comité de Fundos tinha funções de supervisão e exame (dos relatórios dos subcomités) e funções de conciliação para regular os problemas que surgiam entre os subcomités - MARFFY, Annick de - La Déclaration Pardo et le Comité des Fonds Marins. In, DUPUY, René Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 130.

momento, ser substituído por votação. Este método convinha quer aos países desenvolvidos quer aos países em vias de desenvolvimento. Os primeiros, conscientes da sua posição minoritária, sabiam que uma votação seria favorável aos segundos. Estes (Grupo dos 77) tinham consciência de que as decisões adoptadas por votação, ainda que lhes fossem favoráveis, de nada valiam se os países desenvolvidos não as aceitassem. Por isso, acordaram a regra do consenso, sem que isso significasse unanimidade, caso contrário cairiam no erro oposto do direito de veto. O que pretendiam com o consenso era um assentimento o mais alargado possível²⁷.

Em 1971, pela Resolução nº 2881 (XXVI), de 21 de Dezembro, o número de membros do Comité de Fundos foi, mais uma vez, alargado, passando para noventa e um²⁸. O Subcomité I, sob a presidência de Paul Engo, dos Camarões, adoptou, nesse mesmo ano, o programa de trabalho:

- *Item 1* - estatuto, objectivo e disposições básicas do regime baseado na Declaração de Princípios;

- *Item 2* - estatuto, objectivo, funções e poderes do mecanismo internacional.

Por proposta do Presidente do Subcomité I, foi criado um Grupo de Trabalho para o regime internacional, com trinta e três membros, mas aberto a não membros, cujo mandato era elaborar um documento de trabalho mostrando as áreas de acordo e desacordo nas várias questões relativas ao fundo do mar e seus recursos²⁹.

O Comité de Fundos era um comité “político” muito grande (noventa e um representantes de Estados), era uma mini conferência, pelo que um corpo assim tão alargado dificilmente conseguiria adoptar projectos. Além disso, como todos os problemas estavam interligados, os representantes dos governos não queriam comprometer-se numa matéria sem ver o que se iria passar noutra, por isso, dificilmente, adoptavam uma posição que os vinculasse³⁰.

²⁶ NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision ...**, 1971, *cit.*, p. 5-8. O Subcomité I tinha como Presidente E. E. Seaton, da República Unida da Tanzânia, como Vice-presidentes C. V. Ranganathan, da Índia, M. Thompson-Flores, do Brasil, G. Fekete, da Hungria e como Relator Anton Prohaska, da Áustria.

²⁷ ROCHA, Rosa Maria Sousa Martins, *op. cit.*, p. 187.

²⁸ Aos anteriores membros juntaram-se a China, Fiji, Finlândia, Nicarágua e Zâmbia. Ficaram noventa lugares ocupados cabendo ao Grupo da Europa de Leste designar o outro membro - *in* NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional: Documentos Oficiales: vigesimo octavo periodo de sesiones. Suplemento nº 21 (A/9021)**. Nueva York : Naciones Unidas. Vol. I, 1973, p. 8 e nota 10.

²⁹ Eram membros do Grupo de Trabalho: Afeganistão, Argélia, Austrália, Canadá, Checoslováquia, Etiópia, Finlândia, França, Indonésia, Iraque, Irão, Japão, Quénia, Kuwait, Madagáscar, Mali, Malta, México, Marrocos, Nigéria, Perú, Polónia, Roménia, Senegal, Sri Lanka, Trindade e Tobago, URSS, Estados Unidos da América, Uruguai, Venezuela, Zaire e Zâmbia. C. W. Pinto, do Sri Lanka, foi eleito Presidente. *In* UNITED NATIONS - General Assembly - **Report of the Committee on the Peaceful Uses of the Sea-Bed and the Ocean Floor Beyond the Limits of National Jurisdiction: Official Records: Twenty-seventh Session. Supplement nº 21 (A/8721)**. New York : United Nations, 1972, p. 22.

³⁰ STAVROPOULOS, Constantin A. - Procedural Problems of the Third Conference on the Law of the Sea. *In* NORDQUIST, Myron H. (Ed.)- *United Nations Convention on the Law of The Sea 1982 - A Commentary*.

Em 1973, o Comité de Fundos concluiu o seu trabalho sem ter conseguido elaborar um ou vários projectos de convenção que servissem como instrumento de trabalho da Conferência. O Subcomité I preparou textos ilustrando as áreas de acordo e desacordo nos *item* 1 e 2 do seu programa de trabalho. Os textos revelavam, no entanto, mais desacordo que entendimento, com muitas alternativas em cada questão.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, na 28ª Sessão, apesar de não ter perante si um texto preparatório para negociação, mas sim um relatório em seis volumes, compreendendo uma enorme gama de documentos: projectos de artigos apresentados individual ou colectivamente pelos membros do Comité, propostas, declarações, documentos de trabalho, entre outros, convocou, pela Resolução nº 3067 (XXVIII), de 16 de Novembro de 1973³¹, a III Conferência, devendo a sua primeira Sessão iniciar-se em 3 de Dezembro seguinte. A mesma resolução determinava “que o mandato da Conferência seria adoptar uma convenção sobre o Direito do Mar tendo em linha de conta os assuntos indicados no parágrafo dois da Resolução 2750 C (XXV) e a lista dos assuntos relativos ao Direito do Mar formalmente apresentada em 18 de Agosto de 1972, pelo Comité de Fundos ... e tendo em mente que os problemas do espaço oceânico estão interrelacionados e precisam ser considerados como um todo”. Este texto continha implícita a ideia de que deveria ser adoptada uma única convenção abarcando todo o Direito do Mar. A Resolução referia, ainda, toda a documentação (parágrafo 6º) e convidava os Estados membros a submeterem à III Conferência as suas propostas (parágrafo 11º).

A Resolução que, pelo parágrafo 13º, dissolvia o Comité de Fundos a partir da inauguração da Conferência, vinha acompanhada de um *gentleman's agreement* aprovado pela Assembleia Geral, na mesma data, cujo teor é o seguinte:

“Reconhecendo que a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, na sua Sessão inaugural, deverá adoptar as suas regras procedimentais, incluindo as regras relativas à votação e tendo em mente que os problemas do espaço oceânico estão interrelacionados e precisam de ser considerados no seu conjunto e o desejo de adoptar uma Convenção sobre o Direito do Mar que assegure uma aceitação o mais ampla possível,

Dordrecht/Boston/Lancaster: Center for Oceans Law and Policy - Martinus Nijhoff Publishers, 1985. ISBN 90-247-3145-3, p. LXI e LXII.

Em 5 de Agosto de 1971, o representante de El Salvador ao Comité dos Fundos Marinhos, Galindo Pohl, afirmou: “dissemos que o Comité preparava actualmente a terceira Conferência do Direito do Mar e que continuaria a prepará-la, mas os seus métodos de trabalho e a sua composição são tais que podemos bem considerar que ele representa a própria conferência na sua fase inicial” - LÉVY, Jean-Pierre - La Troisième Conférence ..., *cit.*, nota 8, p. 787.

³¹ Transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 188-190.

A Assembleia Geral expressa a opinião de que a Conferência deverá fazer todos os esforços para conseguir acordo nas matérias de fundo pela via do consenso, que não deverá haver votação em tais matérias até que todos os esforços para o consentimento se tenham esgotado e, mais, que a Conferência, na sua Sessão inaugural, considere os meios apropriados para este fim.”³².

2.2 - A CONFERÊNCIA

A III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, aberta pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, em 3 de Dezembro de 1973, foi uma conferência única, sem precedentes, quer pelo seu gigantismo, quer pelo seu carácter planetário, quer pela sua duração, quer, ainda, pelo seu contributo para o desenvolvimento progressivo do Direito Internacional, foi a “Conferência do Século”³³. A III Conferência pode ser considerada como uma verdadeira conferência legislativa. Nela participaram mais de 160 Estados e a Namíbia³⁴, além de observadores de Estados não independentes e territórios, de movimentos de libertação nacional³⁵, agências especializadas e outros organismos, organizações intergovernamentais e organizações não governamentais. O seu trabalho hercúleo, procurando conciliar factores de ordem económica, política, científica, ecológica, estratégica e ideológica, desenvolveu-se ao longo de nove anos (1973-1982), tendo-se realizado onze sessões, algumas com dois períodos, além de múltiplas reuniões oficiosas³⁶.

³² ROCHA, Rosa Maria Sousa Martins, *op. cit.*, p. 188-189.

³³ CERVERA PERRY, José - **El Derecho del Mar: Evolución, Contenido, Perspectivas (De Las Bulas Papales al Convenio de Jamaica)**. Madrid - España : Editorial Naval, 1992. ISBN 84-7341-072-6, p. 57.

³⁴ A Namíbia tornou-se independente em 21 de Março de 1990, tendo sido admitida na Organização das Nações Unidas, em 23 de Abril seguinte. A Assembleia Geral das Nações Unidas dissolveu o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, em 11 de Setembro de 1990, pela Resolução nº 44/243 - DINH, Nguyen Quoc, [et al.] - **Direito Internacional Público**. Tradução de COELHO, Vítor Marques e Revisão de GOUVEIA, M^a Irene e SANTOS, Filipe Delfim a partir do original de 1992. 4^a ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. ISBN 972-31-0855-0, p. 446.

³⁵ Como o PAIGC e o movimento de libertação da República do Vietname. Portugal que, devido à política de isolamento internacional então adoptada, tinha estado afastado de todos os trabalhos preparatórios da III Conferência, manifestou reservas à participação do PAIGC, que já se reclamava governo legítimo da Guiné-Bissau - RIBEIRO, Manuel de Almeida - **A Zona Económica Exclusiva**. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 1992, p. 88 e 212; do mesmo Autor, Portugal e a Convenção de Montego Bay. *In Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1995, p. 304.

³⁶ A Conferência desenvolveu-se ao longo de onze Sessões:

- 1^a Sessão - Nova Iorque, 3-15 de Dezembro de 1973 - debates sobre a organização;
- 2^a Sessão - Caracas, 20 de Junho a 29 de Agosto de 1974 - regulamento interno;
- 3^a Sessão - Genebra, 17 de Março a 9 de Maio de 1975 - Texto Único de Negociação (oficioso);
- 4^a Sessão - Nova Iorque, 15 de Março a 7 de Maio de 1976 - Texto Único de Negociação Revisto e Texto Único de Negociação Oficioso - Regulamento das Controvérsias;
- 5^a Sessão - Nova Iorque, 2 de Agosto a 17 de Setembro de 1976 - Texto Único de Negociação Revisto - Regulamento das Controvérsias;

Não obstante a sua magnitude e o carácter ambicioso e complexo da sua agenda, a III Conferência foi bem sucedida, pois terminou com a aprovação de uma Convenção, por 130 votos a favor, 4 votos contra (Estados Unidos da América, Turquia, Venezuela e Israel)³⁷ e 17 abstenções (URSS, Bulgária, Bielorrússia, Checoslováquia, República Democrática Alemã, Hungria, Mongólia, Ucrânia e Polónia, Bélgica, Espanha, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, República Federal da Alemanha, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte e Tailândia). Tal sucesso ficou a dever-se à sua estrutura e métodos de negociação.

A Sessão inaugural da Conferência teve lugar em Nova Iorque, entre 3 e 15 de Dezembro de 1973, e dedicou-se, exclusivamente, aos problemas de organização. As questões de fundo começaram a ser tratadas na 2ª Sessão, realizada em Caracas, no Verão de 1974, tendo os trabalhos culminado com a aprovação da Convenção, em 30 de Abril de 1982. Em 10 de Dezembro do mesmo ano, a Convenção foi aberta à assinatura, em Montego Bay, na Jamaica, tendo sido, nessa altura, assinada por cento e dezassete Estados, entre os quais Portugal.

A Conferência tinha por mandato a adopção de uma convenção regulando todas as questões relativas ao Direito do Mar. Assim sendo, a Conferência deveria prosseguir dois objectivos: rever e completar o Direito Internacional do Mar contido nas quatro Convenções adoptadas em Genebra,

-
- 6ª Sessão - Nova Iorque, 23 de Maio a 15 de Julho de 1977 - Texto Integrado Oficioso para Fins de Negociação;
 - 7ª Sessão - Genebra, 28 de Março a 19 de Maio de 1978;
 - Nova Iorque, 21 de Agosto a 15 de Setembro de 1978;
 - 8ª Sessão - Genebra, 19 de Março a 27 de Abril de 1979 - Texto Integrado Oficioso para Fins de Negociação/1ª Revisão;
 - Nova Iorque, 19 de Julho a 24 de Agosto de 1979;
 - 9ª Sessão - Nova Iorque, 3 de Março a 4 de Abril de 1980 - Texto Integrado Oficioso para Fins de Negociação/2ª Revisão;
 - Genebra, 28 de Julho a 29 de Agosto de 1980 - Projecto de Convenção sobre o Direito do Mar (Texto Oficioso);
 - 10ª Sessão - Nova Iorque, 9 de Março a 16 de Abril de 1981 - reexame da política americana;
 - Genebra, 3 a 28 de Agosto de 1981 - Projecto de Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
 - 11ª Sessão - Nova Iorque, 8 de Março a 30 de Abril de 1982 - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ;
 - Nova Iorque, 22 a 24 de Setembro de 1982 - encerramento dos trabalhos do Comité de Redacção.

A cerimónia de assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar teve lugar em Montego Bay, na Jamaica, de 6 a 10 de Dezembro de 1982 - *In* ROCHA, Rosa Maria Sousa Martins, *op. cit.*, p. 189-192 e nota 443, p. 200-201 e os diversos volumes dos textos oficiais da III Conferência.

³⁷ Os Estados Unidos da América votaram contra por não concordar com a Parte XI; a Turquia votou contra porque entendia que as normas sobre delimitação favoreciam a Grécia; a Venezuela votou contra, também, por discordar com as normas sobre delimitação dos espaços marinhos; por fim, Israel votou contra porque a Organização de Libertação da Palestina foi, de certa modo, reconhecida pela Resolução IV, do Anexo I à Convenção.

A Turquia não só votou contra a Convenção como também não assinou nem a Convenção nem a Acta Final. A Argentina apesar de ter votado favoravelmente a Convenção não assinou os dois documentos, por não concordar com a Resolução III e com as suas implicações na questão Falklands/Malvinas - TREVES, Tullio - *La Sessione Conclusiva della Conferenza sul Diritto del Mare. Rivista di Diritto Internazionale*. Milano: Giuffrè Editore. LXVI: (1983), p. 393.

em 29 de Abril de 1958, e estabelecer o regime para um espaço - o fundo do mar - que não tinha sido tratado pelas Convenções de 1958.

O regime jurídico contido nas quatro Convenções de 1958 apresentava algumas deficiências, nomeadamente, a falta de regras sobre a largura do mar territorial, o carácter rudimentar das disposições sobre pesca e a determinação imperfeita do limite exterior da plataforma continental. Por outro lado, muitos dos novos países, independentes graças ao processo de descolonização, recusaram o Direito do Mar existente, em cuja elaboração não tinham participado e cujos princípios subjacentes consideravam contrários aos seus interesses. Também o progresso técnico aplicado à navegação, à pesca e à exploração dos fundos marinhos: a aparição de novos tipos de barcos - navios de propulsão nuclear, petroleiros gigantes - a utilização de navios fábrica para a pesca longínqua e o aparecimento de meios cada vez mais sofisticados para a prospecção do fundo do mar, fizeram surgir novos problemas, até então desconhecidos, ou trouxeram aos problemas existentes, como, por exemplo, no que diz respeito à pesca e à prevenção da poluição do meio marinho, uma nova dimensão que fez com que o direito em vigor se tornasse desajustado³⁸.

2.2.1 - A ESTRUTURA DA CONFERÊNCIA³⁹

A estrutura da Conferência foi inovadora: ao lado da estrutura oficial, havia uma estrutura não oficial que compreendia diferentes grupos de interesses, que surgiram espontaneamente em relação à agenda da Conferência, e grupos de negociação privados, criados por iniciativa de alguns delegados.

Na estrutura oficial, para além do Plenário⁴⁰, do Comité Geral⁴¹ (órgão director e coordenador composto pelo Presidente da Conferência, os Vice-presidentes - em número de trinta

³⁸ MONIER, Jean - La Troisième Conférence ..., *cit.*, p. 11 e 12.

³⁹ KOH, Tommy T. B. and JAYAKUMAR, Shanmugam - Negotiating Process of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea. In NORDQUIST, Myron H. (Ed.) - *United Nations Convention on the Law of the Sea 1982 - A Commentary*. Dordrecht/Boston/Lancaster: Center for the Oceans Law and Policy - Martinus Nijhoff Publishers, 1985. ISBN 90-247-3145-3, p. 87 e s.; STEVENSON, John R. e OXMAN, Bernard H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1974 Caracas Session. *American Journal of International Law*. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 3-6; EVRIVIADES, Euripides L. - The Third World's Approach to the Deep Seabed. *Ocean Development and International Law Journal*. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 11, number 3-4: (1982), p. 213 e 214; Acta Final da Conferência, transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 410 e s.; MONIER, Jean - La Troisième Conférence ..., *cit.*, p. 15-21.

⁴⁰ O Plenário tinha funções de supervisão e controlo, pois todos os órgãos da Conferência lhe faziam relatórios, cabendo-lhe o poder soberano de tomar as decisões em nome da Conferência. O Plenário tinha, também, reuniões oficiosas, nas quais se ocupava directamente das questões que não cabiam no mandato dos Comités Principais, nomeadamente, a regulamentação pacífica das controvérsias e as cláusulas gerais e finais - o preâmbulo, o artigo 1º nº

e um -, os membros dos três Comitês Principais - em número de quinze - e o Relator Geral, num total de quarenta e oito, mais o Presidente do Comité de Redacção com o direito de assistir às reuniões mas sem direito de voto), do Comité de Redacção (composto por vinte e três membros - seis do grupo de Estados de África, seis do grupo de Estados da Ásia, quatro do grupo de Estados da América Latina, cinco do grupo de Estados da Europa Ocidental e outros Estados e dois do grupo de Estados da Europa de Leste), do Comité de Credenciais de nove membros (Áustria, China, Costa Rica, Côte d'Ivoire, Hungria, Irlanda, Japão, Chade e Uruguai - presidido por Heinrich Gleissner e depois por Karl Wolf, ambos austríacos) e dos três Comitês Principais (com um presidente, três Vice-presidentes e um relator - com uma agenda herdada das três subcomitês do Comité de Fundos) foram criados muitos grupos de trabalho informais para facilitar as negociações, numa atmosfera mais relaxada e sem gravações. O Secretário Executivo da Conferência foi David L. D. Hall e o Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas foi Bernardo Zuleta.

A agenda do I Comité Principal consistia em:

Item 1 - O regime internacional para o fundo do mar e do oceano para além dos limites da jurisdição nacional:

- 1.1 - natureza e características;
- 1.2 - mecanismo internacional: estrutura, funções e poderes;
- 1.3 - implicações económicas;
- 1.4 - partilha equitativa dos benefícios tendo em atenção os interesses especiais e as necessidades dos países em vias de desenvolvimento, quer costeiros quer encravados;
- 1.5 - definição e limites da área; e
- 1.6 - uso exclusivamente para fins pacíficos.

Item 23 - Tesouros arqueológicos e históricos do fundo do mar para além dos limites da jurisdição nacional.

2, as Partes XV a XVII e os Anexos V a IX do texto definitivo, bem assim como as Resoluções 1 a 4 da Conferência - OXMAN, Bernard H. - *La Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer*. In, DUPUY, René Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 145.

⁴¹ O Comité Geral era o órgão director e coordenador, pois não era tomada nenhuma decisão importante de ordem procedimental sem que a iniciativa tivesse sido sua ou sem o seu aval posterior. Ao longo das sessões, todas as principais questões foram discutidas e aprovadas pelo Comité Geral antes de serem presentes ao Plenário. Desde o começo da Conferência que se instalou a prática de convocar regularmente o Comité Geral para fazer o ponto da situação sobre o andamento dos trabalhos, com base em relatórios apresentados pelos Presidentes dos Comitês - LÉVY, Jean-Pierre - **La Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Histoire d'une négociation singulier**. Préface de Michel VIRALLY. Introduction par Jean-Pierre QUÉNEUDEC. Paris : Éditions A. Pédone, 1983. Publications de la Revue Générale de Droit International Public. ISBN 2-233-00122-2, p. 57.

Hamilton Shirley Amerasinghe, que foi Presidente do Comité de Fundos, foi eleito Presidente da Conferência e exerceu essas funções até 4 de Dezembro de 1980, data da sua morte, tendo-lhe sucedido T. B. Koh, de Singapura. Paul Bamela Engo, dos Camarões, foi Presidente do I Comité⁴².

Ainda no âmbito da estrutura oficial da Conferência, merece uma referência especial o Comité de Redacção. Este Comité⁴³, presidido pelo chefe da delegação canadiana, I. A. Beesley, tinha uma tarefa delicada e sem precedentes. Uma vez que o objectivo era conseguir uma convenção universalmente aceite, era necessário produzir textos autênticos em todas as línguas oficiais das Nações Unidas (inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e russo). Para cumprir a sua missão, o Comité criou seis grupos linguísticos informais, encarregados de criar um texto coerente em cada uma das línguas oficiais e de assegurar a concordância entre as diversas versões da futura convenção. Graças aos seus esforços enérgicos, há uma única Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e não seis tratados em seis línguas⁴⁴.

Sem um texto base de discussão, devido às dificuldades encontradas pelo Comité de Fundos, a Conferência decidiu, na 3ª Sessão, realizada em Genebra, em 1975, confiar aos presidentes dos três Comités Principais a tarefa de elaborar um texto de negociação para servir de guia dos trabalhos, ficando para o Presidente da Conferência a redacção de um texto semelhante sobre a questão da resolução das controvérsias relativas à interpretação ou à aplicação da Convenção. Estes textos, meros instrumentos de trabalho, sem carácter oficial, foram várias vezes revistos ao longo das sessões e à medida que as negociações iam avançando. A partir da 7ª Sessão, tais revisões deixaram de ser um trabalho singular de cada presidente e passaram a ser feitas por

⁴² Na 1ª Sessão da Conferência foram eleitos, como Vice-presidentes do I Comité, representantes do Brasil (S. M. Thompson), do Japão (T. Iguchi) e da República Democrática da Alemanha (H. Wünsche). Foi também eleito, como Relator deste Comité, H. C. Mott, da Austrália, substituído na terceira Sessão por J. S. Bailey, igualmente da Austrália.

O II Comité, presidido por M. A. Aguilar, da Venezuela, tinha a seu cargo as questões relativas ao Direito do Mar, em geral, e o III Comité, presidido por M. A. Yankov, da Bulgária, devia ocupar-se da poluição do meio marinho e da investigação científica - NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Documents Officiels**. New York : Publication des Nations Unies. Vol. III, 1975. Numero de vente: F. 75.V.5, p. 108 e s..

⁴³ Os membros do Comité de Redacção nomeados em 12 de Dezembro de 1973 foram: pelo grupo de Estados de África: Gana, Lesoto, Maurícias, Mauritânia, República Unida da Tanzânia e Serra Leoa; pelo grupo de Estados da Ásia: Afeganistão, Bangladesh, Índia, Malásia, Filipinas e Síria. A Tailândia retirou a sua candidatura em favor do Bangladesh para o ano de 1974, combinando que substituiria este último, no ano de 1975; pelo grupo da Europa Oriental: Roménia e URSS; pelo grupo da América Latina: Argentina, El Salvador, Equador e México; pelo grupo da Europa Ocidental e outros Estados: Espanha, Estados Unidos da América, Itália e Países Baixos, *idem*, p. 110.

Não obstante o francês ser uma das línguas oficiais e porque a Conferência tinha decidido que não podia haver uma dupla representação nos órgãos de composição restrita, a França não estava representada no Comité de Redacção, preferindo estar presente no Comité Geral da Conferência. Diferentemente, e, é evidente, por razões políticas, os Estados Unidos da América e a URSS tinham uma dupla representação - LÉVY, Jean-Pierre - **La Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer ...**, *op. cit.*, p. 44 e 45.

⁴⁴ Declaração do Presidente da Conferência, na abertura da última parte da décima primeira Sessão, *in* NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Documents Officiels**. New York :

um *collegium* composto pelo presidente da Conferência, pelos presidentes dos três Comitês Principais, pelo Presidente do Comité de Redacção e pelo Relator Geral⁴⁵. Este *collegium*, aos poucos, transformou-se num órgão director, subalternizando o Comité Geral.

Dado o grande número de participantes, bem assim como a delicadeza das questões envolvidas, ao longo da Conferência surgiram grupos de trabalho informais ou oficiosos de pequena dimensão, que eram mais eficientes que os encontros plenários com 160 delegados. A maior parte do trabalho dos Comitês Principais foi levado a cabo por estes grupos que, normalmente, tinham encontros informais sem gravação e não eram abertos ao público e à imprensa.

Os *fora* informais criados para ajudar o I Comité foram: um grupo de trabalho de cinquenta Estados⁴⁶, na 2ª Sessão, em 1974, sob a presidência de W. Pinto, do Sri Lanka; um *workshop* que funcionava como grupo de trabalho aberto, na 4ª Sessão, em 1976, co-presidido por S. P. Jagota, da Índia e H. H. M. Sondaal, dos Países Baixos; um grupo de trabalho informal sobre o sistema de aproveitamento, sob a presidência Jens Evensen, da Noruega, na 6ª Sessão, em 1977; três grupos de negociação criados pela Conferência, na 7ª Sessão, em 1978, para tratar dos assuntos mais difíceis, compreendendo o Grupo de Negociação I, presidido por Francis X. Njenga, do Quénia, para tratar do sistema de exploração e aproveitamento e a política de recursos, o Grupo de Negociação II, sob a presidência de T. T. B. Koh, de Singapura e segundo Presidente da Conferência, para tratar dos aspectos financeiros relativos às actividades mineiras do fundo do mar e o Grupo de Negociação III, presidido por Paul Bamela Engo, dos Camarões, para tratar dos

Publication des Nations Unies. Vol. XVII, 1984. Numéro de vente: F.84.V.3, p. 14.

⁴⁵ A formação deste órgão verificou-se não apenas por uma preocupação de ordem técnica, de assegurar uma revisão coordenada dos textos de negociação, mas também por razões de ordem política, ligadas à crise da presidência ocorrida no início da 7ª Sessão, devido à mudança de governo no Sri Lanka e ao facto de o Embaixador Amerasinghe ter deixado de fazer parte da delegação do seu país. Os países da América Latina contestaram a sua continuação como Presidente da Conferência, mas, após votação, ele manteve-se no cargo, até Dezembro de 1980, ano da sua morte. Entre 1978 e 1980, Amerasinghe beneficiou de um estatuto especial definido pela Assembleia Geral das Nações Unidas - era pago pela Organização e foi-lhe dada a qualidade de funcionário para os fins da Convenção das Nações Unidas sobre Privilégios e Imunidades - Decisão da Assembleia Geral nº 33/405, de 10 de Novembro de 1978, *Assemblée Générale, Documents Officiels: 33^e session, suppl. n. 45 (A/33/45)*, p. 249, citado por MONIER, Jean - La Troisième Conférence ..., *cit.*, p. 32, nota 61 e p. 18-19.

⁴⁶ A composição do Grupo de Trabalho era a seguinte: Grupo de Estados Africanos: Argélia, Egipto, Gana, Lesoto, Mali, Marrocos, Nigéria, República Unida da Tanzânia e Madagáscar (posteriormente o Zaire substituiu este último país); Grupo de Estados Asiáticos: Afeganistão (alternando com Nepal), China, Filipinas (alternando com a Indonésia), Índia, Irão, Kuwait, Paquistão, Singapura e Jugoslávia; Grupo da Europa Oriental: Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia, República Democrática Alemã, República Socialista Soviética da Ucrânia, República Socialista Soviética da Bielorrússia, Roménia e URSS; países latino-americanos: Bolívia, Brasil, Chile, Honduras, Jamaica, México, Perú, Trindade e Tobago e Venezuela; Grupo da Europa Ocidental e outros: República Federal da Alemanha, Áustria, Canadá, Itália, Noruega, Países Baixos, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, Suécia e Suíça. Os patrocinadores da proposta de criação do Grupo foram: Austrália, Colômbia, Estados Unidos da América, França e Japão - **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. II, 1975. Número de venta: S.75.V.4, p. 93.

órgãos da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, sua composição, poderes e funções. Na 8ª Sessão, em 1979, foi criado um grupo informal sobre questões de política de produção, sob os auspícios do Grupo de Negociação I, tendo sido presidido por Satya Nandan, do Fiji. Finalmente, também na 8ª Sessão, sob proposta do Grupo dos 77, a Conferência criou o Grupo de Negociação dos 21, presidido pelos Presidentes dos Grupos de Negociação I, II e III e composto por dez países em vias de desenvolvimento e por dez países industrializados (sete países industrializados ocidentais e três membros do Grupo da Europa de Leste) mais a China, para tratar de todas as questões do I Comité, mas a um nível mais limitado. No final da sua tarefa, os grupos de trabalho elaboravam um relatório para ser entregue ao Presidente do Comité Principal que, por sua vez, os incluía nos seus próprios relatórios para o Plenário⁴⁷.

A função da estrutura não oficial foi de grande importância. Nela podemos distinguir os grupos de interesses especiais e os grupos privados de negociação informal, também chamados grupos paralelos de negociação. Os grupos de interesses especiais surgiram como uma resposta espontânea para as necessidades que não podiam ser plenamente satisfeitas nos grupos tradicionais do sistema das Nações Unidas. Os grupos privados de negociação informal apareceram por iniciativa de alguns delegados influentes, com base nas suas capacidades pessoais, os chamados *barons de la mer*⁴⁸. Uma vez que esses grupos não eram oficiais e surgiam espontaneamente, nenhuma delegação podia reclamar qualquer direito ou pedir a sua admissão. De entre esses grupos distinguiu-se o Grupo Evensen, grupo assim chamado dado o seu fundador e Presidente ser Jens Evensen, o chefe da delegação norueguesa. Este grupo foi muito activo ao longo da Conferência. O trabalho deste e de outros grupos foi muito utilizado pela Conferência na preparação dos textos de negociação⁴⁹.

⁴⁷ O Plenário tinha uma dupla competência: uma competência geral e suprema, pelo que todos os órgãos lhe faziam relatórios e ele tomava todas as decisões necessárias; e uma competência residual que lhe permitia debruçar-se sobre todas as questões que não cabiam no mandato das três Comissões - LUCCHINI, Laurent and VOELCKEL, Michel - **Droit de la Mer: La Mer et son Droit, Les Espaces Maritimes**. Paris : Éditions A. Pedone, 1990. ISBN 2-233-00208-3, p. 82.

⁴⁸ MONIER, Jean - La Troisième Conférence ..., *cit.*, p. 20.

⁴⁹ A propósito destes grupos, o Presidente da Conferência, na sua Declaração na última parte da décima primeira Sessão, em 6 de Dezembro de 1982 (já referida), afirmou que “o sistema de grupos instaurado na Conferência facilitou os seus trabalhos ajudando as delegações a identificar as suas posições e permitindo aos grupos de interesses concorrentes fazer negociações (...). Em geral, quanto mais um grupo de negociação é oficioso, mais temos possibilidades de progredir. Alguns dos problemas mais difíceis da Conferência foram regulados no quadro de grupos de negociação privados, como o Grupo Evensen e o Grupo Castañeda”.

2.2.2 - MÉTODOS DE NEGOCIAÇÃO

Considerando os amplos objectivos da Conferência e a sua magnitude sem precedentes, com uma participação quase universal, só um *modus faciendi* imaginativo, a saber, a utilização do *package deal*, do consenso e de textos oficiosos de negociação, poderia resultar na elaboração e adopção de uma Convenção.

2.2.2.1 - O PACKAGE DEAL

O package deal ou negociação global, foi um método de trabalho de extrema importância na III Conferência. Esta negociação global estava expressamente prevista na Resolução nº 3067 (XXVIII), de 1973, que convocou a Conferência, cujo ponto 3 estabelecia: A Assembleia Geral “decide que a conferência terá por mandato adoptar uma convenção regulando todas as questões relativas ao direito do mar, tendo em conta as questões enumeradas no parágrafo 2 da Resolução nº 2750 C (XXV) da Assembleia Geral, bem assim como a lista de assuntos e de questões relativos ao Direito do Mar que o Comité das Utilizações Pacíficas do Fundo dos Mares e dos Oceanos para Além dos Limites da Jurisdição Nacional aprovou oficialmente, em 18 de Agosto de 1972, e tendo presente que os problemas do espaço oceânico estão intimamente ligados e devem ser examinados em conjunto”⁵⁰.

Graças à negociação global e à simultaneidade das negociações, a Convenção assenta numa série de concessões recíprocas. Sendo o objectivo da III Conferência a adopção de um único instrumento, as negociações teriam, necessariamente, que conduzir a um equilíbrio global de múltiplos interesses nacionais, isto é, a um compromisso global aceite pelo conjunto dos Estados participantes, composto, ele mesmo, de compromissos sucessivos e parciais. Por outras palavras, ao longo da Conferência foram negociados uma série de pequenos “pacotes”⁵¹ que foram, de novo,

⁵⁰ Transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 188-190.

⁵¹ A postura dos Estados Unidos da América, ao longo da Conferência, é sintomática do que se diz no texto. Numa fase inicial, os americanos não estavam muito preocupados com os problemas da exploração e aproveitamento do fundo do mar, antes o que os preocupava era a liberdade de navegação e a passagem pelos estreitos internacionais, ameaçadas pelo alargamento da jurisdição dos Estados sobre o espaço oceânico. Nesta fase, procuraram defender os seus interesses e obter um regime que lhes fosse favorável, à custa de transigências que, depois, vieram a contrariar, nomeadamente através da aceitação do princípio do património comum da humanidade, como princípio fundamental do regime do fundo do mar internacional. Uma vez obtidos compromissos firmes naquelas matérias, a orientação norte-americana e dos países industrializados em relação ao regime do fundo do mar foi-se alterando no sentido de considerarem a exploração e o aproveitamento do fundo do mar como uma manifestação do princípio da liberdade dos mares. Schmidt, a este propósito, escreveu que “após ter obtido das negociações sobre o direito do mar tudo o que pretendia, em 1977 - garantir a navegação e o direito de passagem pelos estreitos - o Departamento de Defesa retirou-

juntos, no último “pacote”, sendo que este último só estaria concluído quando as negociações chegassem ao fim. Só nesse momento, os Estados estavam em condições de pesar os prós e os contras dos compromissos.

Devido a este método de trabalho, as negociações foram lentas e os resultados registados ao longo das sessões eram aleatórios, pois os acordos conseguidos numa questão ficavam em suspenso a aguardar a evolução das negociações noutras questões, podendo tais acordos, a qualquer momento, ser postos em causa.

Como a Convenção é o produto de uma negociação global e de compromissos sucessivos e interligados, ela própria, no artigo 309⁵², não admite reservas ou excepções, tendo, por isso, que ser aceite ou rejeitada no seu conjunto. Os Estados não podem escolher, selectivamente, uma parte e rejeitar outra, não é possível reclamar direitos sem suportar os deveres correspondentes.

2.2.2.2 - O CONSENSO

Um outro procedimento importante, tendo em vista a obtenção de um resultado aceitável por todas as delegações participantes, foi a escolha do consenso⁵³, como principal método de decisão. A adopção deste método, numa conferência internacional para a elaboração de um tratado, não tinha precedentes, muito embora já tivesse sido utilizado para a adopção de decisões, não só no sistema das Nações Unidas, como também fora dele. Interrogado sobre o sentido exacto do termo consenso, o Presidente da Conferência referiu-se à definição que tinha sido adoptada na

se, enquanto actor burocrático e as instituições que defendiam, principalmente, interesses internos reforçaram o seu papel” - SCHMIDT, Markus G. - **Common Heritage or Common Burden?: The United States Position on the Development of a Regime for Deep Sea-Bed Mining in the Law of the Sea Convention**. Oxford : Clarendon Press, 1989. ISBN 0-19-825227-7, p. 311.

⁵² A delegação da Colômbia, a propósito das reservas fez a seguinte declaração - Doc. A/CONF.62/WS.21, de 16 de Abril de 1982 - “... o artigo 309º é, precisamente, a salvaguarda, o seguro de vida da intangibilidade da Convenção. Desenvolve e concretiza a teleologia da Convenção enunciada no preâmbulo. Não se permitem reservas à Convenção por razões que fazem a sua essência; ela é o resultado do tratamento dos problemas do espaço oceânico como um todo. Se se autorizam reservas desmorona-se o todo. Se se permitissem reservas haveria não uma convenção, mas uma colecção de convenções à medida de cada um; em lugar de ‘uma ordem jurídica para os mares e oceanos’ corria-se o risco da anarquia legislativa ...” - in **NATIONS UNIES - Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. XVII, *cit.*, p. 268-270.

⁵³ “O procedimento do consenso exige de todas as delegações, tanto das que estão em maioria, como das que estão em minoria, que, de boa fé, se esforcem por ter em conta os interesses dos outros” - Declaração do Presidente da Conferência, na abertura da última parte da décima primeira Sessão, 6 de Dezembro de 1982, já referida.

Philip Allott, a propósito do consenso escreveu: “o consenso é um *invisible hand process* (...) Numa situação de consenso internacional, a lei não é feita por um só Estado, nem mesmo pela unanimidade de todos os Estados. É feita pela mão invisível do legislador internacional, a sua mão é encaminhada pela pressão do debate, dos interesses e do poder. A *ratio legis* deve ser encontrada nas forças reais mundiais, cuja interacção ideológica se transforma, nessa ocasião, no texto da convenção mediada pelo processo de decisão da Conferência - ALLOTT, Philip - *Power Sharing in the Law of the Sea*. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 77: (1983), p. 5, nota 33.

Conferência Mundial da População, que teve lugar em Bucareste, de 19 a 30 de Agosto de 1974⁵⁴, segundo a qual consenso é “segundo a prática da Organização das Nações Unidas, um acordo geral sem votação, mas não necessariamente unânime”, isto é, o consenso não admite vozes dissidentes mas permite a abstenção ou o silêncio.

Muito embora o procedimento do consenso tivesse sido utilizado no Comité de Fundos, muitos países em vias de desenvolvimento estavam contra ele, argumentando que alongaria muito a tomada de decisões e poderia prejudicar a Conferência. Os países industrializados, por seu turno, receavam que o uso automático da maioria pudesse permitir a adopção de normas não aceitáveis por uma minoria considerável. O número de participantes na Conferência ultrapassou os cento e sessenta, logo, um texto se fosse aprovado por maioria, poderia ser aprovado sem o assentimento de, pelo menos, cinquenta Estados. Dada a importância e a extensão das matérias a tratar, se o texto aprovado não tivesse sido aceite por um terço dos Estados haveria, desde o início, um bloqueio, um entrave à sua execução. O consenso, no entanto, como resulta das palavras do Presidente da Conferência, não significa unanimidade, pois, se assim fosse, caía-se no extremo oposto, o poder de veto de cada um dos Estados.

Apesar de a votação ter sido a questão organizacional mais delicada que a Conferência teve que enfrentar, na 2ª Sessão, em 27 de Junho de 1974, foi adoptado o seu Regulamento interno⁵⁵, posteriormente modificado, em 12 de Julho de 1974, em 17 de Março de 1975 e 6 de Março de 1980⁵⁶. Esta matéria está regulada no capítulo VI, artigos 37º e seguintes. Nos termos do artigo 37º e do *Gentleman's Agreement*⁵⁷, a Conferência deve, em primeiro lugar, fazer todos os esforços para conseguir o consenso. Se tal não for possível, o nº 1 do mesmo artigo estabelece que “antes de proceder à votação sobre uma questão de fundo, há lugar à adopção de uma decisão confirmando que todos os esforços tendentes a conseguir um acordo geral foram esgotados”; esta decisão, segundo o artigo 39º nº 1, é tomada por uma maioria de 2/3 dos representantes presentes e votantes, o que exclui os representantes que não tenham votado (artigo 40º nº 1), devendo esta

⁵⁴ Citado por MONIER, Jean - La Troisième Conférence ..., *cit.*, p. 23-24, nota 34.

⁵⁵ Doc. A/Conf.62/30, reproduzido in MARTRAY, Joseph - **A Qui Appartient L'Océan?: Vers un nouveau régime des espaces et des fonds marins**. Préface de VENTEJOL, Gabriel. Paris : Éditions Maritimes et D'Outre Mer, 1977, p. 254-269.

⁵⁶ ROCHA, Rosa Maria Sousa Martins, *op. cit.*, p. 198.

⁵⁷ O *Gentleman's Agreement* foi adoptado por consenso, na manhã do dia 27 de Junho de 1974, e encontra-se anexo ao Regulamento Interno, adoptado no mesmo dia à tarde. O *Gentleman's Agreement* repete palavra por palavra uma declaração votada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de Novembro de 1973, no 2169º *meeting*. O Presidente da Conferência, o Embaixador Amerasinghe, defendeu a superioridade deste Acordo de Cavalheiros ao afirmar “*much more binding than rules or laws, because rules or laws are not always gentlemanly*” - VIGNES, Daniel - Will the Third Conference on the Law of the Sea Work According to the Consensus Rule? American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 125.

maioria compreender, pelo menos, a maioria dos Estados participantes da sessão⁵⁸. O artigo 37º, nº 2 a) determina, ainda, que, quando haja lugar a votação “de uma questão de fundo, o Presidente pode, e deve se 15 representantes, pelo menos, lho pedirem, adiar a votação sobre essa questão por um prazo que não ultrapasse dez dias consecutivos”. Nos termos da alínea c) do nº 2 do mesmo artigo, durante o período de adiamento, “o Presidente e o Comité Principal tudo farão para facilitar o acordo geral”. No caso de não ser possível o consenso, o Regulamento estabelece que cada Estado tem direito a um voto, devendo as questões processuais ser aprovadas por maioria dos representantes presentes e votantes e as questões de fundo por uma maioria de dois terços, também dos representantes presentes e votantes, só que, neste caso, a maioria deve compreender, pelo menos, a maioria dos Estados participantes na sessão considerada⁵⁹.

Ao longo da Conferência, todas as propostas foram aprovadas por consenso. A votação foi apenas usada para questões formais, como, por exemplo, para a reeleição do Presidente H. S. Amerasinghe, na 7ª Sessão. Devido a uma mudança de governo no Sri Lanka, H. S. Amerasinghe deixou de fazer parte da delegação do seu país, mas, após votação (necessária devido à oposição do grupo da América Latina à sua permanência como presidente), manteve o lugar que vinha, brilhantemente, ocupando, já desde o tempo do Comité *Ad Hoc*. A votação em questões de fundo foi apenas utilizada na 10ª Sessão, para escolher as sedes da Autoridade e do Tribunal Internacional do Direito do Mar, tendo a escolha recaído sobre a Jamaica, para sede da Autoridade e Hamburgo, para sede do Tribunal, e na 11ª e última Sessão, em 30 de Abril de 1982, para aprovar a Convenção, a pedido dos Estados Unidos da América, quando todos os esforços para obter o consenso se tinham esgotado.

As inovações procedimentais, sob a forma de negociação global e de consenso, foram medidas genuínas que deram bons frutos.

2.2.2.3 - OS TEXTOS DE NEGOCIAÇÃO

Diferentemente da Conferência de 1958, que tinha como base de trabalho projectos de artigos preparados pela CDI, a III Conferência não tinha qualquer texto base de negociação, tendo herdado do Comité de Fundos uma vasta gama de propostas e uma lista de tópicos. Durante a

⁵⁸ Segundo o artigo 40º nº 2 do Regulamento Interno a expressão “Estados participantes” designa “todo o Estado cujos representantes se tenham inscrito junto do Secretariado da Conferência como participantes na sessão em questão e que não tenham feito saber ao Secretariado que se retiraram da sessão ou de uma parte dela. O Secretariado tem um registo para este fim”.

⁵⁹ Artigos 38º e 39º do Regulamento Interno.

segunda Sessão, em 1974, a Conferência debateu um número considerável de propostas e projectos de artigos apresentados pelas diversas delegações, mas o andamento dos trabalhos era muito lento, pois o seu primeiro objectivo era tentar, através de negociações, reduzir o mais possível o número de textos que tinha perante si.

O problema foi, em parte, resolvido, em 1975⁶⁰, quando a Conferência decidiu confiar a cada um dos Presidentes dos Comités Principais⁶¹ a tarefa de preparar um texto formado por artigos, texto esse que iria servir de base de discussão. Os textos elaborados ficaram conhecidos por Texto Único (ou Simples) de Negociação (Oficioso)⁶². Estes textos, compostos por três partes, redigidas, separadamente, por cada um dos Presidentes dos três Comités Principais, reflectiam os resultados de todas as discussões formais e informais, sem prejuízo para a posição de qualquer delegação. Os textos eram meros instrumentos de trabalho e base de negociação, não representando “nem um texto negociado, nem um compromisso aceite”⁶³. Em 1976, os textos foram revistos pelos Presidentes dos Comités e o Presidente da Conferência resolveu preparar um texto de negociação sobre a solução de controvérsias, que não fazia parte da agenda dos três Comités Principais, o qual passou a constituir a quarta parte do Texto Único de Negociação (Oficioso)⁶⁴.

⁶⁰ A delegação de Singapura foi a primeira a apresentar, em 7 de Abril de 1975, uma proposta, no Comité Geral, no sentido de que a Conferência devia adoptar um documento simples, para servir de base de discussão. Logo de seguida, a delegação chilena fez uma intervenção no mesmo sentido. Outras delegações, no entanto, levantaram reservas a um tal método, nomeadamente a delegação chinesa e polaca. Por exemplo, o delegado russo disse perante o Comité Geral: “querer estabelecer neste momento um documento único seria lançar-se numa aventura perigosa e ilusória”. Apesar disso, o Plenário, no seu 55º encontro, em 18 de Abril, aprovou o método dos textos de negociação - *in* KOH, Tommy T. B. and JAYAKUMAR, Shanmugam - *Negotiating Process of the Third United Nations Conference ...*, *cit.*, p. 114-115; NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. IV, 1975. Número de venta: S. 75.V.10, p. 145.

Os textos que ao longo da Conferência apareceram foram:

- 7 de Maio de 1975: Texto Único (ou Simples) de Negociação (Oficioso);
- 6 de Maio de 1976: Texto Único de Negociação (Oficioso) Revisto;
- 6 de Maio de 1976: Texto Único de Negociação (Oficioso) - Solução de Controvérsias;
- 23 de Novembro de 1976: Texto Único de Negociação (Oficioso) - Solução de Controvérsias;
- 15 de Julho de 1977: Texto Integrado (ou Composto) de Negociação (Oficioso);
- 28 de Abril de 1979: Texto Integrado de Negociação (Oficioso) / Revisão 1;
- 11 de Abril de 1980: Texto Integrado de Negociação (Oficioso) / Revisão 2;
- 28 de Agosto de 1980: Projecto de Convenção sobre o Direito do Mar (Texto Oficioso);
- 28 de Agosto de 1981: Projecto de Convenção sobre o Direito do Mar.

⁶¹ Cada Presidente de cada Comité Principal seguiu um método diferente para a preparação do texto simples de negociação. Assim, pelo que toca ao Comité I, o seu Presidente, Engo, pediu a Christopher W. Pinto, presidente do Grupo de Negociação Informal, para preparar o texto e fixou-lhe um prazo para o efeito. Muito embora Pinto tivesse preparado o texto, não o entregou dentro do prazo estipulado, pelo que não foi incorporado no texto de negociação. O texto posto a circular foi da autoria de Engo e de alguns amigos seus - KOH, Tommy T. B. and JAYAKUMAR, Shanmugam - *Negotiating Process of the Third United Nations Conference ...*, *cit.*, p. 116.

⁶² Doc. A/CONF.62/WP.8, de 7 de Maio de 1975, *in* NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ...**, vol. IV, *cit.*, p. 145.

⁶³ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. V, 1976. Número de venta: S.76.V.8, p. 142.

⁶⁴ Doc. A/CONF.62/WP.8/Rev. 1, de 6 de Maio de 1976, *idem*, p. 135 e s..

Devido ao carácter de negociação global presente na Conferência, as negociações reais baseadas no princípio do “dá e recebe” não podiam ter lugar sem um texto contendo artigos sobre todos os assuntos da agenda. Por isso, a Conferência recomendou, em Setembro de 1976, que o seu Presidente e os Presidentes dos três Comités, em conjunto, preparassem um texto composto, abarcando todos os assuntos que estavam a ser tratados. Esse texto foi preparado em 1977, com base nos textos preliminares, no trabalho dos três Comités Principais e grupos formais e informais de negociação. O resultado foi o Texto Integrado (ou Composto) Oficioso para Fins de Negociação⁶⁵.

Enquanto a revisão dos textos de negociação anteriores estava a cargo dos Presidentes dos Comités e do Presidente da Conferência, a revisão do Texto Integrado Oficioso para Fins de Negociação deveria resultar das próprias negociações e não da iniciativa de uma simples pessoa⁶⁶. Por isso, o texto passou a ser revisto colectivamente pelos quatro presidentes, Presidente da Conferência e Presidentes dos três Comités Principais, em colaboração com o Presidente do Comité de Redacção e do Relator Geral⁶⁷. Assim nasceu o *Collegium*⁶⁸. O Texto Integrado Oficioso para Fins de Negociação Revisto de 1979 (8ª Sessão)⁶⁹ foi seguido de uma segunda revisão, na 9ª Sessão da Conferência, na Primavera de 1980⁷⁰. No final da 9ª Sessão resumida, no

⁶⁵ Doc. A/CONF.62/WP.10, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. VIII, 1978. Número de venta: S.78.V.4, p. 1-67 .

⁶⁶ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales - Informes de las Comisiones y de los Grupos de Negociacion**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. X, 1978. Número de venta: S.79.V.4, p. 5-9, *maxime* § 11, p. 8 - “A revisão do Texto Integrado Oficioso para Fins de Negociação será da responsabilidade colectiva do Presidente da Conferência e dos Presidentes dos Comités Principais, que actuarão conjuntamente como uma equipa presidida pelo Presidente. Com esta equipa colaborarão o Presidente do Comité de Redacção e o Relator Geral”.

⁶⁷ Aliás, já o Texto Integrado Oficioso para Fins de Negociação, por decisão da III Conferência, tomada na 78ª Sessão plenária, em 28 de Junho de 1977, foi preparado em conjunto pelo Presidente da Conferência e pelos Presidentes dos três Comités Principais - NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. VIII, *cit.*, p. 69.

⁶⁸ Sobre o *collegium* disse Koh, Presidente da Conferência, em 9 de Dezembro de 1982: “o *collegium* da Conferência é um órgão único; não está referido em nenhuma parte das regras de procedimento, mas revelou-se útil para facilitar o desenrolar dos trabalhos da Conferência” - in NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. XVII, *cit.*, p 105.

⁶⁹ Doc. A/CONF.62/WP.10/Rev. 1.

No ano de 1979, Portugal propôs aos seis países de língua oficial portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e S. Tomé e Príncipe) a tradução em língua portuguesa da Convenção. As reuniões realizaram-se no Mindelo, em Cabo Verde, em Junho de 1981, no Rio de Janeiro, em Janeiro de 1982, em Lisboa, em Junho do mesmo ano, em S. Tomé e Príncipe, em Fevereiro de 1983, em Maputo, Moçambique, em Janeiro de 1984. Além destas reuniões, realizaram-se numerosas sessões de trabalho, tendo todo esse labor levado à elaboração de uma versão portuguesa da Convenção, contida in MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E MINISTÉRIO DO MAR - **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar: Versão em Língua Portuguesa com Anexos e Acta Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Lisboa : 1985. Biblioteca Diplomática - Série C.

⁷⁰ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia sobre el Derecho del Mar: Texto Integrado Oficioso para Fines de Negociacion/Revision 2 (A/CONF.62/WP.10/Rev.2, 11 abril 1980)**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas, 1982. A.

Verão de 1980, a Conferência decidiu elevar o estatuto do Texto Integrado, já com algumas modificações, à categoria de Projecto de Convenção (Texto Oficioso)⁷¹. Era, ainda, um texto de negociação, com carácter informal.

O texto oficial do Projecto de Convenção⁷² apareceu em 28 Agosto de 1981 (10ª Sessão) com algumas alterações de redacção e com disposições relativas à sede da Autoridade (Jamaica) e do Tribunal do Direito do Mar (Hamburgo), com o que ficou concluída a fase oficiosa das negociações. Apesar de ser já um texto oficial, nada obstava a que as delegações continuassem as negociações e apresentassem alterações. As últimas modificações foram feitas na 11ª e última Sessão e resultaram, não de propostas formais de alterações apresentadas pelas diversas delegações, que foram retiradas, mas sim de propostas feitas pelo *collegium* e pelo Presidente da Conferência, numa tentativa de vencer a oposição americana ao regime jurídico do fundo do mar. Aliás, a Sessão final da Conferência foi dedicada, essencialmente, às questões ligadas com a criação da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar e à protecção a ser concedido aos investimentos preparatórios das actividades mineiras do fundo do mar, feitos antes da entrada em vigor da Convenção. Com base nas deliberações da Conferência, foram incorporadas algumas alterações no projecto de convenção e foram preparados projectos de resoluções sobre a Comissão Preparatória, os investimentos pioneiros e participação de outras entidades que não Estados. Finalmente, o Plenário decidiu que se tinham esgotados todos os esforços para adoptar o projecto de convenção por consenso e, a pedido do representante dos Estados Unidos da América (EUA)⁷³, foi feita uma votação registada, em 30 de Abril de 1982 e a Convenção juntamente com as Resoluções I a IV, como um todo, foram adoptadas. Os Estados Unidos da América votaram contra⁷⁴ (porque não concordavam com

⁷¹ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia sobre el Derecho del Mar: Proyecto de Convencion sobre el Derecho del Mar - Texto Oficioso (A/CONF.62/WP.10/Rev.3, de 22 de septiembre 1980)**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas, 1982. A.

⁷² Doc. A/Conf.62/L.78, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XV, 1983. Número de venta: S.83.V.4, p. 195-274.

⁷³ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XVI, 1984. Número de venta: S.84.V.5, p. 154 § 26, também referido pelo Presidente na sua informação transcrita na página 158, § 8: “... antes da sessão recebeu uma carta dirigida pelo chefe da delegação dos Estados Unidos, cujo texto era o seguinte: ‘tendo em conta de que temos tido dificuldades com o conjunto das propostas que foram apresentadas, respeitosamente solicito que se proceda a uma votação nominal registada’”.

⁷⁴ Antes do encontro plenário informal da III Conferência, em finais de Setembro de 1982, para adopção, pelo Comité de Redacção, das alterações finais, o Reino Unido e a República Federal da Alemanha pediram, de novo, ao Grupo dos onze para fazer uma última tentativa no sentido de ser melhorada a parte da Convenção relativa ao fundo do mar. Nessa altura, a Administração americana enviou missões de alto nível aos diversos países da Europa Ocidental e ao Japão, tendo conseguido convencer o governo japonês, francês, alemão e inglês a não assinarem, de imediato, a Convenção ou, pelo menos, não a ratificarem, de imediato - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 278-279. Sobre as consequências para os Estados Unidos da não participação na Autoridade Internacional e seus órgãos ver JONES,

o regime jurídico do fundo do mar) bem assim como, embora por razões diferentes, a Turquia, a Venezuela e Israel. Abstiveram-se a Bélgica, Bulgária, Bielorrússia, Checoslováquia, República Democrática Alemã, República Federal da Alemanha, Hungria, Itália, Luxemburgo, Mongólia, Países Baixos, Polónia, Espanha, Tailândia, Ucrânia, URSS e Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte. A adopção formal da Convenção acabou o trabalho substantivo da Conferência, após noventa e três semanas de encontros, desde a 1ª Sessão organizatória, que teve lugar em Nova Iorque, em Dezembro de 1973. O Comité de Redacção encontrou-se em Julho e Agosto de 1982 e a Conferência reuniu, de novo, em Nova Iorque, entre 22 e 24 de Setembro, para apreciar as recomendações do Comité de Redacção. Durante estes três dias, a Conferência completou, formalmente, o seu trabalho, aprovando, no total, mais de 5000 alterações técnicas recomendadas, desde 1980, pelo Comité de Redacção. A Conferência, também, aprovou o projecto de Acta Final, contendo o texto da Convenção e documentos conexos e uma breve história narrativa dos acontecimentos verificados e da evolução da Conferência, desde 1974. Ao aprovar o projecto de Acta Final, a Conferência concordou que o título do tratado seria “Convenção Das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar”.

A Resolução I, aprovada ao mesmo tempo que a Convenção, prevê que, quando a Convenção obtiver cinquenta assinaturas ou adesões, a Comissão Preparatória inicia o seu funcionamento. Por seu turno, o artigo 308º da Convenção prevê a sua entrada em vigor um ano após o depósito do sexagésimo instrumento de ratificação ou adesão. Houve 119 assinaturas e a ratificação do Fiji, na data em que a Convenção foi aberta à assinatura, em 10 de Dezembro de 1982. A Convenção continuou aberta à assinatura até 9 de Dezembro de 1984, no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Jamaica e desde 1 de Julho de 1983 até 9 de Dezembro de 1984, também, na sede das Nações Unidas.

Nos anos seguintes, houve a preocupação, especialmente na 38ª e 39ª Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, de preservar o carácter unificado da Convenção e respectivas Resoluções e da necessidade de todos os Estados se absterem de tomar qualquer acção no sentido de minar a Convenção ou de prejudicar os seus objectivos e propósitos. A Assembleia Geral, frequentemente, apelava para a Resolução nº 37/66, de 3 de Dezembro de 1982, e para o 3º parágrafo do Preâmbulo da Convenção, que referem a relação íntima entre os problemas do espaço oceânico e a necessidade de serem considerados como um todo⁷⁵.

Ambassador William B. - The International Sea-Bed Authority Without U.S. Participation. *Ocean Development and International Law Journal*. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 12, number 3-4: (1983), p. 151-171.

⁷⁵ SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices. In SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - «New Directions in the Law of the Sea (New Series)». London. Rome. New York: Oceana Publications, Inc., 1994 (August). ISBN 0-379-16550-3, p. 1 e 2.

Relativamente ao regime internacional do fundo do mar, podemos distinguir dois períodos no trabalho da Conferência: um primeiro período até 1976, caracterizado pela bipolarização pelo Grupo dos 77, que apoiava um mecanismo internacional forte, com poder discricionário, relativamente às actividades no fundo do mar, e por alguns países industrializados, favoráveis à participação dos Estados Partes da Convenção e suas entidades em tais actividades, à luz de um sistema internacional de licenciamento flexível; em 1976, com o aparecimento da ideia do sistema paralelo começou um novo período. O sistema paralelo foi um sistema pensado para permitir a outras entidades, que não a Autoridade, desenvolver actividades no fundo do mar. Assim sendo, quer a Autoridade quer os Estados Partes da Convenção, bem assim como entidades públicas e privadas por estes patrocinadas, podem desenvolver actividades de exploração e aproveitamento dos recursos do fundo dos mares.

2.2.3 - OS GRUPOS DE INTERESSES⁷⁶

A III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar foi, também, original no que respeita aos grupos de interesses que operaram e surgiram no seu seio. Dado o elevado número de participantes, era mais fácil chegar a um compromisso em grupos mais pequenos, com um número limitado de participantes. Daí existir, frequentemente, pequenos encontros informais e debates à porta fechada, ficando os debates públicos para o fim das sessões. Assim, a par dos tradicionais grupos de interesses existentes no seio das Nações Unidas, tais como os grupos regionais, os grupos dos países industrializados, o Grupo dos 77 (grupo de países em vias de desenvolvimento - grupo geográfica, política, económica, cultural e militarmente heterogéneo, mas ideologicamente unido, tendo como objectivo tornar os países em vias de desenvolvimento verdadeiros sujeitos nas relações internacionais) apareceram novos grupos e alianças, grupos esses que actuaram, apenas, na Conferência e que se extinguiram logo que a matéria que os tinha motivado era resolvida. Estes grupos tiveram a particularidade de quebrar com a tradicional linha de divisão entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Para assuntos específicos, países pertencentes a grupos tradicionais associavam-se a países pertencentes a um grupo diferente, originando um novo grupo. A este propósito, Jean-Pierre Levy⁷⁷ disse “trata-se, aqui, de um factor original do ponto de

⁷⁶ KOH, Tommy T. B. and JAYAKUMAR, Shanmugam - Negotiating Process of the Third United Nations Conference ..., *cit.*, p. 54 e 55; ROCHA, Rosa Maria Sousa Martins - *op. cit.*, p. 193-196 e bibliografia aí citada.

⁷⁷ LÉVY, Jean-Pierre - La Troisième Conférence ..., *cit.*, p. 798.

vista da ‘Ciência Política’ e muito importante para a compreensão das linhas de força que estão presentes nas negociações. Os Estados descobriram que, no que concerne aos espaços marinhos e à codificação de normas novas para o mar e seus recursos, os seus interesses eram, frequentemente, semelhantes aos interesses de um país pertencente a um grupo político ou geográfico diferente, se não mesmo oposto, ao dos países de que tradicionalmente faziam parte”.

Assim, na questão da exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar, os grupos contrapostos eram o grupo dos países industrializados e o Grupo dos 77 (muito embora países como a Noruega, Suécia, Áustria e Austrália alinhassem ao lado destes últimos), bem assim como o grupo dos produtores terrestres, o grupo dos cinco, compreendendo os Estados Unidos da América, a URSS, o Reino Unido, a França e o Japão⁷⁸ e o grupo de coordenação dos cinco, compreendendo os EUA, o Reino Unido, a França, a República Federal da Alemanha e o Japão. A pesca na zona económica exclusiva contrapôs os Estados costeiros e os Estados encravados⁷⁹ e em situação geográfica desfavorável, quer fossem desenvolvidos quer fossem em vias de desenvolvimento. No que toca à delimitação da zona económica exclusiva e da plataforma continental apareceu o grupo favorável à linha mediana ou ao princípio da equidistância, por um lado, e o grupo favorável ao método do princípio da equidade, por outro. Apareceu, também, o grupo dos territorialistas (defensores de um mar territorial extenso, com 200 milhas), o grupo dos Estados arquipelágicos, o grupo dos Estados vizinhos de estreitos (nesta matéria países como o

⁷⁸ O Grupo dos Cinco mantinha secretismo acerca da sua existência, nunca aparecendo como um grupo nos debates - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 115.

⁷⁹ Os países sem litoral, já no Verão de 1972, apresentaram ao Secretário Geral das Nações Unidas uma petição para que fosse preparado um estudo sobre as consequências económicas das diversas propostas relativas aos limites da área internacional dos fundos marinhos (Doc. A/AC.138/81, patrocinado por: Afeganistão, Áustria, Bélgica, Bolívia, Checoslováquia, Hungria, Nepal, Países Baixos, Singapura, Zaire e Zâmbia). Na exposição dos motivos chamavam a atenção para o facto de a extensão das zonas submetidas à jurisdição nacional causar uma diminuição da zona internacional, o que diminuiria os recursos que iriam fazer parte do património comum da Humanidade. Por isso mesmo, os países sem litoral não aceitavam essa situação, a menos que lhes fosse garantido o acesso aos recursos em pé de igualdade e com garantia internacional, sem estarem dependentes da boa vontade do Estado ribeirinho. Este grupo tem a particularidade de abarcar países industrializados e países em vias de desenvolvimento - CUENCA ANAYA, José, *cit.*, p. 65-67. Sobre os Estados sem litoral ou Estados interiores ver ISASCA, Frederico - **Estados Interiores e o Direito do Mar**. Lisboa : Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1988 . Ver também, MARTINEZ PUÑAL, A. - **Los Derechos de los Estados sin Litoral u en Situación Geográfica Desventajosa en la Zona Económica Exclusiva**. Santiago de Compostela, 1988.

Na quinta Sessão, no Doc. A/CONF.62/L.12/Rev. 1 - *Nota del Presidente de la Conferencia*, 2 de Agosto de 1976 - pode ler-se: “... Em relação aos problemas do direito do mar não existe uma comunidade absoluta de interesses acerca de muitas questões fundamentais nem sequer entre os membros dos grupos mais amplos. Surgiu um novo e importante grupo constituído pelos Estados sem litoral e os países em situação geográfica desfavorecida, em que a divisão entre os países industrializados e em vias de desenvolvimento foi superada pela necessidade de uma acção conjunta, principalmente com o objectivo de conseguir o acesso ao mar e os meios de obter uma parte legítima do património comum da humanidade. Também membros do grupo socialista fazem parte do Grupo de Estados sem Litoral e em Situação Geográfica Desfavorecida” - NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. VI, 1977. Número de venta: S. 77.V.2, p. 145. Este Grupo era formado por mais de cinquenta Estados e era presidido pelo representante da Áustria.

Canadá, Malásia, Filipinas e Oman defendiam o regime de passagem inofensiva, ao passo que outros, como os Estados Unidos da América, Singapura, Iraque e Kuwait defendiam o regime do direito de passagem em trânsito), o grupo dos países socialistas e o grupo dos não alinhados. Do ponto de vista geográfico, pode falar-se no grupo africano⁸⁰, no grupo árabe, no grupo asiático⁸¹, no grupo latino americano, no grupo de Estados da Conferência Islâmica e no grupo da Comunidade Económica Europeia. Há que referir, também, o grupo Evensen (nome do seu presidente e chefe da delegação norueguesa⁸²), reunindo os principais países marítimos, desenvolvidos ou não, o grupo dos 21, criado sob proposta do Grupo dos 77, e presidido pelos Presidentes dos Grupos de Negociação I, II e III, já referido, e o grupo dos 11 que apareceu na 11ª Sessão da Conferência - Março/Abril de 1982. No começo desta Sessão, os EUA apresentaram um conjunto de emendas ao regime jurídico de exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar (Parte XI da Convenção) conhecidas por *green book*, emendas que foram rejeitadas pelo Grupo dos 77. Face ao impasse iminente, o chefe da delegação do Canadá, I. Alan Beesley, convocou um encontro com os líderes de outras delegações⁸³ para tentarem, em conjunto, conciliar as posições em confronto. Fizeram um projecto de emendas à Parte XI da Convenção, tendo em vista satisfazer algumas das exigências contidas na Declaração do presidente americano, Ronald

⁸⁰ O Grupo Africano foi o único que, constantemente, adoptou uma posição coerente de negociação nas questões presentes em cada Sessão da Conferência. A sua posição negocial era, primeiramente, preparada pelos Peritos Africanos sobre o Direito do Mar que organizaram um Seminário em Yaoundé, nos Camarões, em 1972, e depois encontraram-se em Addis Abeba, em Agosto de 1973, para preparar a Declaração da Organização de Unidade Africana sobre Questões do Direito do Mar. A Declaração de 1973 foi reafirmada pelo Conselho da Organização de Unidade Africana, em Mogadíscio, em 1974, antes da Sessão de 1974 da Conferência, Sessão de Caracas. À medida que a III Conferência progredia, os Peritos Africanos sobre o Direito do Mar continuaram o seu trabalho e prepararam as sucessivas posições da OUA, antes de cada Sessão da Conferência - ADEDE, Andronico O. - Some Little Known Facts About Africa's Contribution to the Negotiation of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea. In En Homenaje al Profesor Eduardo JIMÉNEZ DE ARÉCHAGA - *El Derecho Internacional en un Mundo en Transformacion*. 1ª ed. Montevideo: 1994, p. 802.

Sobre o papel dos Estados Africanos na III Conferência ver, também, ADAR, Korwa Gombe - A Note on the Role of African States in Committee I of UNCLOS III. *Ocean Development and International Law Journal*. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 18, number 6: (1987), p. 665-681; WEMBOU, Michel-Cyr Djiena - L'Afrique et le Droit International de la Mer. *African Yearbook of International Law*. Dordrecht, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers. ISSN 1380-7412. 1: (1993), p. 147-179.

⁸¹ O grupo asiático era um grupo complexo, uma miscelânea de interesses diversos. Os países em vias de desenvolvimento da Ásia apoiavam o Grupo dos 77; o Japão defendia a posição dos países industrializados; a URSS enfatizava a igualdade de oportunidades para todos os Estados, sem qualquer monopólio; a Indonésia e a Austrália apoiavam os interesses dos produtores terrestres na política de produção a favor dos países em vias de desenvolvimento negativamente afectados pela produção a partir do fundo do mar.

O Grupo Asiático apoiou o regime transitório e a criação da Comissão Preparatória, sendo a Índia, a URSS e o Japão qualificados como investidores pioneiros. Posteriormente, em 1991, a China também foi registada como investidor pioneiro. Trinta e seis Estados asiáticos votaram a favor da Convenção. Ver JAGOTA, S. P. - Asia and the Developments in the Law of the Sea: 1983-1992. In MacDonald, Ronald St. John (Ed.) - *Essays in Honour of Wang Tieya*. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1994. ISBN 0-7923-2469-2, p. 367-390.

⁸² Evensen foi também Ministro do Comércio da Noruega e Juiz do Tribunal Internacional de Justiça.

⁸³ Deste grupo dos onze faziam parte os cinco países nórdicos - Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia - mais a Áustria, Austrália, Irlanda, Nova Zelândia, Suíça e Canadá - KOSKENNIEMI, Martti and LETHO, Marja -

Reagan, de 29 de Janeiro de 1982. Essa proposta foi apresentada à Conferência, dois dias após o Grupo dos 77 ter rejeitado o livro verde. A proposta, no entanto, não dava inteira satisfação às exigências dos EUA e, por isso, não obteve a sua aceitação.

Esta referência à multiplicidade de interesses e aos grupos existentes e que se formaram ao longo das negociações, grupos esses extremamente flexíveis, dado o facto de os Estados defenderem, ao mesmo tempo, interesses variados, permite-nos compreender a complexidade das linhas de força que dominaram a III Conferência.

2.2.4 - O PAPEL DO *COLLEGIUM* E DE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS⁸⁴

O *collegium*, formado pelo Presidente da Conferência, pelos Presidentes dos três Comitês Principais, pelo Presidente do Comité de Redacção e pelo Relator Geral, teve um papel capital no desenvolvimento dos trabalhos da Conferência, a partir da 7ª Sessão. Inicialmente, quando tinham de ser preparados ou revistos textos de negociação, a Conferência encarregava o seu Presidente e os Presidentes dos Comitês Principais, agindo isoladamente, de o fazer. No entanto, na 7ª Sessão foi adoptado o documento A/CONF.62/62⁸⁵ que estabelecia, nomeadamente, que a revisão do Texto Composto de Negociação Informal deveria ser da responsabilidade colectiva do Presidente e dos Presidentes dos Comitês Principais, agindo conjuntamente, sob a presidência do Presidente da Conferência. O documento, também, estabelecia que o Presidente do Comité de Redacção e o Relator Geral deviam associar-se a essa tarefa. A partir dessa Sessão, o *collegium* desenvolveu o seu sentido de unidade e de colegialidade. Não havia qualquer distinção entre o estatuto dos diversos membros do *collegium*. Todas as decisões eram tomadas por unanimidade quer se tratasse da revisão dos textos, da organização dos trabalhos ou da marcação das sessões. Durante os últimos dois anos da Conferência, 1981 e 1982, o *collegium* encontrava-se, pelo menos, uma vez por semana, para falar sobre o andamento dos trabalhos da Conferência. O Presidente discutia, sempre, com os seus pares as propostas que tencionava levar ao Comité Geral ou ao Plenário. O Presidente não fazia quaisquer modificações ao texto do projecto de convenção ou dos projectos de resoluções sem primeiro as discutir e obter o assentimento dos outros elementos. O *collegium* tornou-se o órgão director da Conferência. A importância deste órgão ficou a dever-se não só ao

Finland and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Members States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 143.

⁸⁴ KOH, Tommy T. B. and JAYAKUMAR, Shanmugam - *Negotiating Process of the Third United Nations Conference ...*, cit., p. 66-68; MONIER, Jean - *La Troisième Conférence des Nations Unies ...*, cit., p. 18 e s..

facto de o Comité Geral ser um órgão “pesado”, mas também à autoridade, conhecimentos e *savoir faire* do Presidente da III Conferência, M. T. T. B. Koh, de Singapura, eleito após a morte do Embaixador Amerasinghe ocorrida em 10 de Dezembro de 1980.

Papel igualmente importante foi o desenvolvido pelas organizações não governamentais (ONG). O Presidente da Conferência, em Montego Bay, a este propósito disse que as “ONG prestaram à Conferência três serviços de grande importância:

- trouxeram peritos independentes que permitiram aos delegados uma fonte independente de informação em questões técnicas;
- auxiliaram os representantes dos países em vias de desenvolvimento contribuindo, assim, para a diminuição da diferença técnica que os separava dos países desenvolvidos;
- por último, proporcionaram a oportunidade de discutir, fora da Conferência, numa atmosfera relaxada e informal, algumas das questões difíceis em confronto”⁸⁶.

3 - A CONVENÇÃO

A Convenção sobre o Direito do Mar representa o fim de uma longa viagem iniciada em Nova Iorque, pelo Comité de Fundos Marinhos, em 1967/68, e terminada em Montego Bay, na Jamaica, em 10 de Dezembro de 1982, por sinal o Dia Internacional dos Direitos do Homem, dia em que foi aberta à assinatura e ratificação⁸⁷. É o primeiro tratado abrangente que cobre quase todas as questões relativas às actividades humanas no espaço oceânico e completa um grande labor diplomático que começou em 1924, no seio da Sociedade Das Nações, continuou no âmbito das Nações Unidas, tendo sido objecto de quatro Conferências Internacionais e de uma série de negociações secundárias, passou uma guerra mundial em que os oceanos desempenharam um papel decisivo o que, mais uma vez, fez sentir o quão importante é este espaço para a paz e segurança mundiais, tendo, por isso, influenciado o desenvolvimento deste ramo de Direito.

O Secretário Geral das Nações Unidas, na Sessão solene de abertura da Assembleia da Autoridade, em Kingston, na Jamaica, em 16 de Novembro de 1994, disse: “O sonho de um direito abrangente para os oceanos é antigo. Transformar este sonho em realidade foi um dos maiores

⁸⁵Doc. A/CONF.62/62, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. X, *cit.*, p. 5-9.

⁸⁶ Declaração do Presidente, 6 de Dezembro de 1982, in NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. XVII, *cit.*, p. 14-15.

⁸⁷ YANKOV, Alexander - A historic opportunity for the United Nations Law of the Sea Convention. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 15.

acontecimentos deste século. É uma das contribuições decisivas do nosso tempo. Será um dos nossos legados mais duráveis”⁸⁸.

A Convenção estabelece a certeza no Direito Internacional do Mar, vindo substituir o caos e a incerteza, frutos da proliferação de reivindicações nacionais sobre os espaços marinhos. Estabelece um sistema de equilíbrio de interesses, resultante de uma série de compromissos recíprocos. Assim, a liberdade de navegação, incluindo o direito de passagem inofensiva para os barcos comerciais e militares no mar territorial e nas águas arquipelágicas, o direito de passagem em trânsito através dos estreitos usados pela navegação internacional e as tradicionais liberdades do alto mar foram negociados em estreita ligação com questões importantes, tais como a adopção da regra das doze milhas para a largura do mar territorial, a consagração da zona económica exclusiva de duzentas milhas, com uma larga gama de direitos soberanos dos Estados costeiros para fins de exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos seus recursos naturais e o estabelecimento e o uso de ilhas artificiais, de instalações e de estruturas, a investigação científica e a protecção e preservação do meio ambiente marinho, bem assim como a extensão da plataforma continental até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de duzentas milhas marítimas ou até ao máximo de 350 milhas náuticas, quando a margem exterior da plataforma continental se estender além das duzentas milhas. Também criou o regime jurídico para um novo uso do mar - a exploração e aproveitamento comercial do seu fundo, além dos limites da jurisdição nacional, uso este que, na altura, se pensava ser uma fonte inesgotável de rendimento e, por isso, uma possível fonte de conflitos. Pelos equilíbrios criados, a Convenção é uma parte indispensável do sistema global para a paz e segurança, de que a Carta das Nações Unidas é a fundadora⁸⁹.

A Convenção contém dezassete partes com trezentos e vinte artigos, nove anexos com cento e vinte e cinco artigos e quatro resoluções.

Da primeira à décima partes, a Convenção trata das zonas marítimas sob jurisdição nacional, como, por exemplo, o mar territorial, a zona contígua, a zona económica exclusiva e a

⁸⁸ *Statement by the Legal Counsel on Behalf of the Secretary-General, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1994.* London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. 1994, p. 304.

⁸⁹ NANDAN, Satya N. - A Report on the Consultations of the Secretary-General. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 122.

Jesus, representante de Cabo Verde, numa declaração perante a 41ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, feita no dia 5 de Novembro de 1986, afirmou: “a procura de um compromisso (...) fez da Convenção de 1982 uma espécie de documento sacrossanto, uma carta dos mares, sem a qual não podemos viver, se queremos viver em paz uns com os outros”. (...) “A força internacional da Convenção resulta precisamente do facto de ser um compromisso e, atendendo às circunstâncias históricas, o melhor compromisso!” - Doc. A/41/PV. 58, 12 November 1986 - *Provisional Verbatim Record of the Fifty-Eighth Meeting of the Forty-First Session of the General Assembly, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA -*

plataforma continental. As normas relativas aos direitos e deveres dos Estados no alto mar, constantes da Parte VII, estão, também, incluídas nesta parte. Da Parte XI à Parte XVI, trata dos temas mais recentes, tais como o regime do fundo do mar, protecção e preservação do meio marinho, investigação científica marinha, desenvolvimento e transferência de tecnologia marinha e solução de controvérsias.

A Parte XI, sobre o fundo do mar, é a parte maior da Convenção. Contém cinquenta e nove artigos, desde o artigo 133º ao 191º. Nos artigos 136º a 149º estabelece os princípios gerais relativos à Área do fundo do mar e seus recursos, nos artigos 150º a 155º regula o aproveitamento dos recursos da Área, dos artigos 156º a 183º regula a Autoridade Internacional⁹⁰ e, por fim, nos artigos 186º a 191º regula a solução de controvérsias e pareceres consultivos.

Dos nove anexos da Convenção, dois dizem directamente respeito a questões do fundo do mar. O Anexo III, com vinte e dois artigos, estabelece as condições básicas para a prospecção, exploração e aproveitamento dos recursos. O Anexo IV contém o Estatuto da Empresa, o braço operativo da Autoridade. Toda a Secção 4 do Anexo VI trata da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos, que é uma Câmara do Tribunal Internacional do Direito do Mar que tem jurisdição exclusiva sobre as disputas que possam surgir relacionadas com as actividades na Área.

Além dos nove anexos referidos, há, ainda, mais anexos apensos à Acta Final. O primeiro desses Anexos contém quatro resoluções que foram adoptadas na Sessão final da Conferência. A Resolução I relativa à “Criação da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar” e a Resolução II “Sobre Investimentos Preparatórios nas Actividades Pioneiras Relacionadas com os Nódulos Polimetálicos” dizem, também, respeito às questões que iremos tratar.

A Parte XI, Anexos III e IV e Resolução I e II constituem o direito regulador das actividades mineiras do fundo do mar, tal como negociado e acordado por uma larga maioria de Estados.

A Convenção foi aprovada em 30 de Abril de 1982 e aberta a assinatura em 10 de Dezembro seguinte, em Montego Bay, Jamaica, tendo, nesse mesmo dia, sido assinada por cento e dezanove delegações, com o que foi criado um novo recorde na história do Direito, pois nunca, nos anais do Direito Internacional, uma convenção, no primeiro dia, tinha obtido tantas assinaturas.

Documentary Yearbook 1986. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 2, 1986: (1986), p. 66.

⁹⁰ É errado pensar-se que a Autoridade vai “governar” toda a Área, pois há usos como a colocação de *pipelines* e cabos e a investigação científica não relacionada com o aproveitamento dos recursos do fundo do mar que podem ser levados a cabo sem a permissão da Autoridade - artigos 112º, 143º, 156º e 257º - CHURCHILL, R. R. and LOWE, A. V. - **The Law of the Sea**. Revised edition 1988 and reprinted 1992. Manchester : Manchester University Press, 1992. ISBN 0-7190-2634-2, p. 182-183.

Após a votação final da Convenção, o Presidente norte-americano, Ronald Reagan, no Conselho de Segurança Nacional, em 29 de Junho e 9 de Julho de 1982, anunciou “... os Estados Unidos da América não assinarão a Convenção tal como adoptada pela Conferência e a nossa participação no restante processo será a um nível técnico e envolverá, apenas, as disposições que servem os interesses americanos”.

Os Estados Unidos assistiram à Sessão final da III Conferência, em Montego Bay e assinaram a Acta Final, o que lhes permitia gozar do estatuto de observador, sem direito de voto, na Comissão Preparatória, mas a Administração Reagan recusou participar, pois acreditava que a Parte XI, relativa ao fundo do mar, não podia ser emendada e tal como estava não a aceitava. Apesar disso, o Presidente Reagan reconhecia que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar “contém muitos pontos positivos relativos à navegação e sobrevoo, e outras disposições da Convenção estão de acordo com os interesses dos Estados Unidos e, no nosso ponto de vista, servem os interesses de todas as nações”. Era uma manobra para beneficiar das disposições que lhes eram favoráveis e rejeitar o que não lhes interessava. A este propósito, o Presidente da Conferência, M. T. T. B. Koh, na Sessão final de assinatura, afirmou: “Penso que esta Conferência resultou, porque reuniu uma ‘massa crítica’ de colegas que eram eminentes juristas e negociadores. Nós conseguimos, porque não consideramos as nossas contra-partes nas negociações como inimigos a vencer. Para nós, os problemas que constituíam o objecto das negociações eram um obstáculo comum a ser vencido. Nós trabalhamos não só com o objectivo de promover os nossos interesses nacionais individuais, mas também para prosseguir o nosso sonho comum - a elaboração de uma constituição para os mares e oceanos.

A Convenção é o resultado de uma série de compromissos e de numerosas concessões, (...), por isso, não prevê reservas. Os Estados não podem escolher o que lhes agrada e deixar de lado o que não gostam. No Direito Internacional como no Direito Interno, os direitos e deveres são duas noções inseparáveis. É, por isso, juridicamente impossível reivindicar direitos sem assumir os deveres correspondentes”⁹¹.

Feito o enquadramento geral do tema da nossa dissertação e uma análise global da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, vamos, de seguida, entrar no tema propriamente dito, isto é, vamos agora tratar da questão da natureza jurídica do fundo do mar e do respectivo regime jurídico.

⁹¹ Declaração do Presidente da Conferência na abertura de última parte da décima primeira Sessão, 6 de Dezembro de 1982, in *NATIONS UNIES - Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer ...*, vol. XVII, *cit.*, p. 15.

PARTE II

NATUREZA JURÍDICA DO FUNDO DO MAR

CAPÍTULO I

AS DOCTRINAS CLÁSSICAS

A questão da natureza jurídica do fundo do mar começou a ser objecto de discussões, desde os finais do século XIX começos do século XX, devido ao facto de os Estados costeiros terem começado a aproveitar os seus recursos (a partir da costa - através de túneis) e as espécies sedentárias próximos da costa, mas para além dos limites do mar territorial¹. Com a proclamação Truman, de 1945, e a doutrina da Plataforma Continental, a questão conheceu algum desenvolvimento, mas foi, sobretudo, com o aparecimento da proposta de Malta, feita na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1967, que começou a era do fundo do mar. Aliás, ainda em 1950, Jonkheer P. R. Feith, Relator da Associação do Direito Internacional, num Relatório sobre “Os Direitos do Fundo do Mar e Respectivo Subsolo”, referiu “... atendendo ao actual progresso da tecnologia é impossível desenvolver o fundo do mar e respectivo subsolo em profundidades superiores a 200 metros ... não vejo necessidade em a nossa geração se preocupar com o estatuto jurídico de áreas tecnicamente inacessíveis que não são capazes de desenvolvimento e que não fazem parte da plataforma continental”². Como resultado deste entendimento e por influência de Mouton, a Convenção sobre a Plataforma Continental de 1958³ definiu plataforma continental como “o leito do mar e o subsolo das regiões submarinas adjacentes às costas mas situados fora do mar territorial até uma profundidade de 200 metros ou, para além deste limite, até o ponto onde a profundidade das águas suprajacentes permita a exploração dos recursos naturais das ditas regiões”. Pouco tempo depois, John Mero publicou o primeiro de uma série de artigos, sobre a possibilidade de exploração e aproveitamento do fundo do mar a grandes

¹ Sobre o mar territorial, largura e natureza jurídica, ver ROCHA, Rosa Maria Sousa Martins - **O Mar Territorial: Largura e Natureza Jurídica**. Porto : Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, 1996. Monografias. ISBN 972-9354-14-6 e bibliografia aí citada.

² Referido *in* BIGGS, Gonzalo - Deep Seabed Mining and Unilateral Legislation. Ocean Developmant and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 8, number 3: (1980), p. 225.

³ A Primeira Conferência sobre o Direito do Mar realizou-se em 1958, em Genebra, e adoptou, em 29 de Abril, quatro Convenções: a Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua, que entrou em vigor em 10 de Setembro de 1965; a Convenção sobre o Alto Mar, que entrou em vigor em 30 de Setembro de 1962; a Convenção sobre a Pesca e a Conservação dos Recursos Biológicos do Alto Mar, que entrou em vigor em 20 de Março de 1966, a Convenção sobre a Plataforma Continental referida no texto, que entrou em vigor em 1966, e, ainda, um Protocolo de Assinatura Facultativa Relativo à Solução Obrigatória das Controvérsias. Os textos das Convenções e do Protocolo referidos estão transcritos *in* CUNHA, J. M. da Silva e PEREIRA, André Gonçalves - **Textos de Direito Internacional**. 2ª Edição (Reimpressão) Porto : Universidade Portucalense, Departamento de Publicações, 1990. Manuais da Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, p. 541-589.

profundidades, de modo que, quando a Convenção sobre a Plataforma Continental entrou em vigor, em 1966, a regra dos 200 metros já estava caduca⁴.

Enquanto que o direito dos Estados às espécies sedentárias pode ser justificado com base nos conceitos romanos de *res nullius* ou *res communis* e o direito sobre a plataforma continental assenta nos princípios do prolongamento natural ou na sua adjacência em relação à costa, já o direito de exploração e aproveitamento do fundo do mar e seus recursos fora dos limites da jurisdição nacional fez surgir várias opiniões, pois uns defendem a aplicação do conceito de *res nullius*, outros do conceito de *res communis*⁵, outros invocam o princípio da liberdade do alto mar e consequente apropriabilidade dos recursos do seu fundo, por fim, outros defendem o conceito do património comum da humanidade e consequente não apropriação individual do referido espaço e respectivos recursos.

O conceito de *res nullius* era usado pelo Direito Romano em relação a coisas que não pertenciam a ninguém, mas que eram susceptíveis de ser apropriadas, como por exemplo, os animais selvagens, os pássaros, os territórios que não sendo de ninguém podem tornar-se propriedade de quem primeiro os apropriar. Gaius defendeu que as coisas que não pertencem a ninguém se tornam, por força do *jus gentium*, propriedade de quem os adquire ou de quem sobre eles venha a exercer, em primeiro lugar, um domínio efectivo. Também John Locke usou a imagem de que enquanto o animal é livre, qualquer um que o possa caçar ou matar tem o direito de o fazer; mas, uma vez isso feito, o animal torna-se propriedade do caçador⁶. A aplicação deste

⁴ BIGGS, Gonzalo - Deep Seabed Mining ..., *cit.*, p. 225.

Num artigo de 1965, Mero referia “*The sea-floor manganese nodules, because of the potentially low mining costs, are probably one of the greatest economic mineral resources ever found on earth*”. Por seu turno, D. B. Brooks, em 1966, publicou um estudo em que previa que uma única operação de aproveitamento de nódulos dos fundos do mar poderia fazer baixar os custos mundiais de certos minerais de 10 a 50 % - citado por LÉVY, Jean-Pierre - **La Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Histoire d'une négociation singulier**. Préface de Michel VIRALLY. Introduction par Jean-Pierre QUÉNEUDEC. Paris : Éditions A. Pédone, 1983. Publications de la Revue Générale de Droit International Public. ISBN 2-233-00122-2, p. 37.

⁵ Amerasinghe, Presidente do Comité *Ad Hoc*, do Comité de Fundos e da III Conferência, até 1980, data em que faleceu, a propósito da consideração do fundo do mar como *res nullius* ou *res communis*, afirmou: “*neither the concept of res nullius nor that of res communis is appropriate in regard to this area. Res nullius would make it the prey of international competition for assertion of claims of national sovereignty over such portions of the area as any State can acquire and hold. The application of the concept of res communis omnium would, on the other hand, hamper the exploitation of the resources of the area, as every nation would be entitled to an undivided share of the whole, and agreement on the means of exploitation and sharing of the proceeds of exploitation would be completely impossible*” - Doc.A/C.1/PV 1588, p. 14, citado por LI, Yuwen - **Transfer of Technology for Deep Sea-Bed Mining: The 1982 Law of the Sea Convention and Beyond**. Dordrecht, Boston, London : Martinus Nijhoff Publishers, 1994. Publications on Ocean Development - vol. 25. ISBN 0-7923-3212-1, p. 47.

⁶ Citados por PUREZA, José Manuel - **O Património Comum da Humanidade: rumo a um Direito Internacional da Solidariedade**. Porto : Edições Afrontamento, Junho de 1998. Saber Imaginar o Social/12. ISBN 972-36-0465-5, p. 123.

princípio à realidade espacial verificou-se, aquando do movimento expansionista dos países do Ocidente, para legitimar a aplicação da ordem jurídica do ocupante às novas terras não habitadas⁷.

Diferentemente, *res communis* são aquelas coisas que, pelo Direito Natural, são comuns a todos, tais como a água da chuva, o alto mar e o ar. Coisas comuns são coisas que são usadas por todos e que, dada a sua natureza, não podem ser apropriadas por ninguém. No *Corpus Juris Civilis* de Justiniano, a *res communis* é considerada, tal como a *res Publicae* e a *res universitatis*⁸, como coisa que não é passível de ser objecto de propriedade privada.

Res nullius e *res communis* são conceitos do *Jus Gentium* e, por isso mesmo, dizem respeito aos direitos e deveres dos indivíduos em relação a outros indivíduos dentro do Império Romano, tendo, assim, natureza privada. O seu objectivo era, apenas, regular as relações de propriedade entre os indivíduos da mesma comunidade. Já o mar era considerado pelos romanos como *res communis* (dos cidadãos romanos, daí o *Mare Nostrum* - os cidadãos não romanos não tinham liberdade de uso) e o seu peixe como *res nullius*, sujeito à propriedade do quem o apanhasse primeiro.

Feita esta breve referência ao sentido inicial destes conceitos, vamos referir, de seguida, o modo como eles foram aplicados ao Direito do Mar.

1 - O FUNDO DO MAR COMO *RES NULLIUS*

O conceito de *res nullius*, inicialmente, andava associado às espécies sedentárias, que são aquelas que estão permanentemente em contacto com o solo do mar, tal como as ostras, as lagostas, os corais e as esponjas, situados para além do mar territorial, espécies essas que eram

⁷ SANTOS, Victor Marques dos - **A HUMANIDADE E O SEU PATRIMÓNIO: Reflexões Contextuais sobre a Conceptualidade Evolutiva e Dinâmica Operatória em Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001. ISBN 972-9229-85-6, p. 328.

⁸ A *res communis* inclui, como se referiu, o mar, o ar, entre outros, isto é, coisas que pertencem a todos, a todos os habitantes do Império romano (a toda a Humanidade, diríamos nós) ao passo que a *res Publicae* inclui os caminhos públicos, os rios, entre outros, que são propriedade dos cidadãos romanos (do Estado, diríamos nós) e a *res universitatis* compreende coisas que pertencem à cidade e não aos indivíduos como, por exemplo, os teatros (à autarquia dos nossos dias). Ao passo que nos dois últimos conceitos há a ideia de propriedade dos cidadãos romanos e da cidade, respectivamente, no primeiro conceito há apenas a ideia de usufruto - MAHMOUDI, Said - **The Law of Deep Sea-Bed Mining: A Study of the Progressive Development of International Law Concerning the Management of the Polymetallic Nodules of the Deep Sea-Bed**. Stockholm : Almqvist & Wiksell International, 1987. ISBN 91-22-01156-0, p. 86.

Também Grócio, in *De Jure Praedae Commentarius*, escreveu: “agora na fraseologia jurídica do Direito das Nações, o mar é chamado ou como propriedade de ninguém (*res nullius*), ou como propriedade comum (*res communis*), ou como propriedade pública (*res publicae*) - LARSON, David L. - *Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem*. *Ocean Development and International Law*. *The Journal of Marine Affairs*. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. Coden: Odila. 17, number 4: (1986), p. 274.

consideradas como pertencentes ao Estado costeiro⁹. Vattel sustentava a apropriabilidade virtual do solo marinho para efeitos de pescas sedentárias, uma vez que a natureza as colocou ao alcance do Estado costeiro e este pode apropriar-se delas da mesma forma que da terra em que se movimentam. Partindo da ideia de que as pescas sedentárias são esgotáveis e, por isso mesmo, limitadas, o Autor defendeu a atribuição ao Estado costeiro de direitos exclusivos sobre elas¹⁰. Já no século XX, vários autores defenderam a aplicabilidade do conceito de *res nullius* ao fundo do mar e seus recursos. Entre eles podemos citar Cecil Hurst¹¹, Fitzmaurice¹², Fauchille¹³ e Herbert Arthur Smith¹⁴ que consideram o fundo do mar passível de ocupação efectiva pelos Estados, através da actividade dos seus nacionais. No entanto, esses autores não esclarecem muito bem o que entendem por ocupação¹⁵. Com o tempo, a efectividade, como requisito indispensável da

⁹ Vários Estados, nomeadamente Austrália, Bahrein, Irlanda, Malásia, México, Filipinas, Sri Lanka e Venezuela reclamaram direitos exclusivos sobre ostras e pérolas e a Tunísia reclamou direitos sobre esponjas ao largo das suas costas. Estas zonas, com o tempo, foram absorvidas pela plataforma continental, pelo que a sua consideração como *res nullius* deixou de ter interesse - ARROW, Dennis W. - The Customary Norm Process and the Deep Seabed. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 9, number 1-2: (1981), p. 13 e 14.

¹⁰ PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 128.

¹¹ HURST, Cecil - Whose is the bed of the sea? The British Year Book of International Law. London, New York, Toronto: Oxford University Press. IV: 1923-24, p. 34-43. Este Autor, na página 42, diz que a *International Convention for the Protection of Submarine Cables* (Paris, 14 de Março de 1884) não põe em causa a “teoria de que não sendo de ninguém, o fundo do mar pode ser apropriado através de ocupação”. Também salienta que “o reconhecimento de direitos de propriedade especiais sobre áreas particulares do fundo do mar fora do mar territorial para fins de pesca de espécies sedentárias não põe em perigo, de qualquer modo, o gozo por toda a humanidade do direito de navegação das águas sobre tais fundos ou bancos”. O Autor distingue, pois, a utilização das águas do alto mar e a utilização do fundo ou leito dessas águas, defendendo a insusceptibilidade de apropriação individual por parte de um Estado, no primeiro caso e a possibilidade de ocupação e consequente *ownership*, no segundo caso.

¹² FITZMAURICE, Gerald - The General Principles of International Law. Considered from the standpoint of the rule of law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff, 1957, p. 5-227. Este Autor considera que só o alto mar não pode ser apropriado, todas as demais categorias de território são apropriáveis.

¹³ Fauchille apesar de defender que o mar deve estar aberto a todos tal como o ar, a luz e o calor (“O mar é um elemento necessário ao desenvolvimento da civilização e à prosperidade de todas as nações, mesmo daquelas que a ele não têm acesso directo. Apropriá-lo, se fosse possível, seria tornar todos os outros Estados dependentes, desconhecer a liberdade e a igualdade recíproca das nações ... O que nos cabe dizer é que o alto mar é uma coisa que não pertence a ninguém, nem à comunidade dos Estados nem a um Estado determinado, mas cujo uso permanece eternamente aberto e comum a todas as nações ... Todo o Estado poderá intervir, isoladamente, no mar, mas sem pretender um monopólio de aproveitamento e com a condição de que a sua intervenção não prejudique os benefícios que os outros Estados poderão tirar”) relativamente ao respectivo solo e subsolo defende a admissibilidade da sua ocupação (“nas partes que, como o solo, são passíveis de apropriação, deve ser permitido a um Estado proceder à ocupação com a condição de que não impeça o uso comum das suas águas. Além disso, como conceber, como o sistema que combatemos, que um Estado possa ser admitido a usar o subsolo do mar e ao mesmo tempo não possa ter o direito de se servir do seu solo? Não é apenas pelo solo que no alto mar um Estado tem materialmente a possibilidade de penetrar no seu subsolo?”) - *in* **Traité de Droit International Public: Paix**. Huitième ed. Paris : Librairie Arthur Rousseau, 1925, p. 13 e 19. Este Autor na nota 2 da página 14 cita como igualmente defensores da tese de *res nullius* Basdevant, Nys, Rivier e Westlake.

¹⁴ Citado por BRICEÑO BERRÚ, José Enrique - **Régime Jurídico de los Fondos Marinos Internacionales**. Barcelona : LB, 1986. ISBN 84-7698-008-6, p. 60.

¹⁵ O requisito da ocupação, como elemento essencial do conceito de *res nullius*, com o tempo, tornou-se mais flexível, deixando de ser exigível a efectividade da ocupação, como resulta do Caso das Ilhas Palmas, 1928, entre os Estados Unidos da América e os Países Baixos (foi admitido que algumas manifestações desgarradas de autoridade, como as visitas à ilha de navios holandeses ou a manutenção no território de elementos simbólicos de soberania poderiam constituir o início do estabelecimento de soberania), do Caso da Ilha Clipperton, 1931, entre a França e o

ocupação, foi abandonada. Também L. Goldie, na década de cinquenta, para justificar o direito exclusivo da Austrália sobre as espécies sedentárias para além do seu mar territorial, defendeu a tese *res nullius*¹⁶.

A Proclamação, feita em 1945, pelo Presidente norte-americano, Henry Truman, em resposta às pressões da indústria do petróleo, e as reivindicações que se seguiram sobre o mar e respectivo solo para além dos limites do mar territorial, trouxeram, de novo, à ribalta a questão da natureza do fundo do mar e dos seus recursos. Os que defendiam que o fundo do mar para além dos limites do mar territorial era *res nullius*, bem assim como aqueles que procuravam uma justificação jurídica para as novas reivindicações, utilizavam argumentos baseados na relatividade da efectividade da ocupação.

Esta questão da natureza jurídica do fundo do mar foi largamente discutida na 43^a e 44^a Conferência da Associação do Direito Internacional, tendo o Relator do Comité para os Direitos sobre o Fundo do Mar e respectivo Subsolo, no seu relatório de 1950, relativamente ao facto de haver várias proclamações de direitos sobre o fundo do mar e a falta de objecções a tais proclamações, afirmado que as proclamações oficiais tinham subjacente não só a ideia de que a plataforma continental é uma *res nullius*, mas também que o controlo e jurisdição sobre tal *res nullius* podia ser possível sem ser necessário a ocupação efectiva. Ele próprio era de opinião de que a evolução era no sentido do reconhecimento do controlo e jurisdição sobre a plataforma continental como um direito do Estado costeiro, direito esse que lhe pertencia *ipso jure*, ou que resultava da ocupação resultante de proclamação. Contra os ventos da época, Waldock¹⁷, num artigo sobre os direitos sobre a plataforma continental, defendeu a tese da ocupação efectiva¹⁸. Relativamente a esta tese, Lauterpacht escreveu: “A falta de ocupação efectiva não é de modo algum fatal para a aquisição de título territorial sobre áreas submarinas. A prática internacional

México (as pretensões francesas, apesar de não se fundamentarem no exercício efectivo da ocupação e administração, mas numa tentativa de colocação de sinais de autoridade soberana sobre a ilha por um barco comercial, em 1858, foram reconhecidas pelo árbitro contra a reivindicação mexicana de sucessão nos direitos históricos de Espanha) e do Caso do Estatuto Jurídico de Eastern Greenland, entre Dinamarca e Noruega, casos citados por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 90-93.

¹⁶ Goldie escreveu: “*Submarine areas, by their nature, should not necessarily be subjected to the same legal regime as the waters of the high seas. These waters are primarily a highway of commerce and for this purpose are most useful when open freely to all. But the utility of submarine areas is of a wholly different character. Accordingly, even if the high seas are res omnium communis the multitude of special local problems ... require the recognition of exclusive interests so that orderly development of resources may be furthered*” - citado por ARROW, Dennis W. - *The Customary Norm Process and the Deep Seabed ...*, *cit.*, p. 13.

¹⁷ C. H. M. Waldock - “*The Legal Basis of Claims to the Continental Shelf, in Transactions of the Grotius Society for the Year 1950*”, p. 141, citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 93.

¹⁸ A tese da ocupação efectiva serviu de suporte às descobertas e reivindicações territoriais feitas nos séculos XV e XVI pelos portugueses e espanhóis, na América, África e Ásia e também à ocupação do continente africano, no século XIX, pelas potências coloniais, ocupação esta legalizada pelo Tratado de Berlim, de 1885, posteriormente revogado pelo Tratado de Saint Germain, de 1919 - BIGGS, Gonzalo - *Deep Seabed Mining ...*, *cit.*, p. 235.

moderna não considera a ocupação efectiva como condição para aquisição do título ... a exigência da efectividade de ocupação é uma questão de grau”¹⁹.

A Comissão de Direito Internacional²⁰ (CDI) dedicou-se ao estudo das questões de Direito do Mar entre 1950 e 1956, de modo a preparar projectos de artigos para servirem de base de trabalho da I Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que teve lugar em Genebra, em 1958. A propósito da natureza jurídica da plataforma continental, a Comissão partiu da ideia de que essa questão era diferente da das pescas sedentárias, pelo que deveriam ser tratadas separadamente. Assim, no que toca à plataforma continental, a Comissão entendia que não se podia aplicar o conceito de *res nullius*. Se a plataforma continental fosse *res nullius* qualquer Estado, e não apenas o Estado costeiro, podia adquirir direitos sobre ela. O Estado que primeiro ocupasse a plataforma continental seria o seu proprietário. J. P. François, Relator Especial da CDI nas questões do alto mar, no seu relatório de 1950, escreveu: “... defenderam a tese que o direito de aproveitamento desta *terra nullius* pertencia ao primeiro ocupante, mas não se pode negar que será criada uma situação insustentável para o Estado ribeirinho se, a algumas milhas da costa, terceiros Estados pudessem aproveitar o plataforma continental”. A CDI, no relatório de 1950 para a Assembleia Geral, reiterou este entendimento e defendeu que o direito dos Estados costeiros à plataforma continental era independente do conceito de ocupação.

Entre 1953 e 1956, a CDI manteve a mesma posição. No relatório de 1953, dizia-se: “uma vez que o fundo do mar e respectivo subsolo se tornou objecto de tanto interesse para os Estados com o objectivo de o explorarem e aproveitarem os seus recursos, não é praticável considerá-lo como *res nullius*, isto é, capaz de ser adquirido pelo primeiro ocupante. É natural que os Estados costeiros resistam a esta solução”. O relatório de 1956 também aponta no mesmo sentido²¹. Finalmente, a Convenção sobre a Plataforma Continental rejeitou, definitivamente, a ocupação efectiva ao estabelecer, no artigo 2º nº 3, que “os direitos do Estado ribeirinho sobre a plataforma

¹⁹ LAUTERPACHT, H., K.C., F.B.A. - Sovereignty over Submarine Areas. *The British Year Book of International Law*. London/New York/Toronto: Oxford University Press. Twenty-seven Year of Issue: (1950), p. 416.

²⁰ A Comissão de Direito Internacional foi criada em aplicação da Resolução 174 (II) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de Novembro de 1947 - ver resumo da evolução do seu trabalho em matéria do Direito do Mar, in **NATIONS UNIES - Annuaire de la Commission du Droit International: Documents de la huitième session et rapport de la Commission soumis à l'Assemblée générale**. New York : 1956, p. 254-255.

²¹ Na 341ª *Séance* da CDI, realizada em 7 de Maio de 1956, o Presidente, M. F. V. García Amador, fez os seguintes considerandos a propósito da noção de plataforma continental: *Considérant: ... Qu'il y a continuité géologique et unité physique entre le territoire continental et insulaire de chaque État et les régions sous-marines qui y sont adjacentes; et Qu'en raison de ces circonstances, le droit international reconnaît à chaque État des droits exclusifs (ou souverains) sur les régions sous-marines adjacentes à son territoire aux fins d'exploration et d'utilisation des ressources naturelles qui existent ou qui peuvent être découvertes dans le sol et le sous-sol desdites régions, sans préjudice des droits que les autres États ont en vertu du principe de la liberté des mers ...* - in **NATIONS UNIES - Annuaire de la Commission du Droit International: Comptes rendus analytiques de la huitième session - 23 avril / 4 juillet 1956**. New York : Nations Unies, 1956, p. 141.

continental são independentes da ocupação efectiva ou fictícia e, bem assim, de qualquer proclamação expressa”²².

A tese da *res nullius* voltou a ressurgir após a proposta feita pelo representante permanente de Malta nas Nações Unidas, Arvid Pardo, em 1967, no sentido de o fundo do mar e dos oceanos serem reservados exclusivamente para fins pacíficos e os seus recursos aproveitados em benefício da Humanidade. Esta proposta tinha como objectivo colocar o fundo do mar fora do alcance dos Estados individualmente considerados. A proposta de Malta provocou reacções nos países industrializados, detentores da tecnologia e dos meios económicos necessários para o aproveitamento dos recursos minerais dessa área e fez renascer as discussões acerca da natureza do fundo do mar, havendo autores²³ e países a apoiarem a teoria da *res nullius*, mais favorável à ideia de aproveitamento exclusivo dos referidos recursos. No entanto, quer no seio do Comité de Fundos quer, depois, ao longo de toda a III Conferência sobre o Direito do Mar, não houve ninguém que defendesse, com convicção, que o fundo do mar era *res nullius*. Assim, por exemplo, o representante da Noruega no Comité *Ad Hoc* e na vigésima terceira Sessão da Assembleia Geral disse: “Ao meu Governo custa-lhe aceitar uma teoria de ocupação segundo a qual o fundo do mar seria considerado como terra de ninguém com a consequência de Estados - Estados costeiros e também Estados encravados - segundo as normas de Direito Internacional, poderem ser autorizados a ocupar o fundo do mar e respectivo subsolo. A teoria de ocupação é mesmo mais perigosa que a teoria do Estado costeiro, porque ... conduz a ... primeiro no tempo, primeiro no direito; e favorece de modo desrazoável os países desenvolvidos, especialmente os costeiros, e mais uma vez conduz ao círculo vicioso de os ricos se tornarem mais ricos e os pobres mais pobres”²⁴. Os representantes de muitas outras delegações, nomeadamente da Líbia²⁵, Islândia, Finlândia e Ceilão (actual Sri Lanka)²⁶, em 1968, do Madagáscar²⁷ e Uruguai²⁸, em 1969, do

²² Também o Tratado sobre a Antártida, artigo 2º, e o Tratado sobre o Espaço Exterior e Corpos Celestes, artigo II, rejeitaram a teoria da ocupação efectiva - BIGGS, Gonzalo - Deep Seabed Mining ..., *cit.*, p. 236.

²³ Por exemplo, Richard Young, num discurso perante a Sociedade Americana de Direito Internacional, em 1968 afirmou: “o costume internacional existente é, claro está, rudimentar em relação ao fundo do mar. Porém, eu presumiria que segundo esse direito é possível, em princípio, um Estado adquirir direitos de carácter territorial sobre uma porção do fundo do mar através de ocupação ...” - citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 98.

²⁴ NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité: Historique de l'élaboration des articles 133 à 150 et 311 (6) de la Convention des Nations Unies sur le droit de la mer**. New York : Division des affaires maritimes et du droit de la mer. Bureau des affaires juridiques, 1997. ISBN 92-1-233294-3, p. 58-59.

²⁵ A Líbia na Primeira Comissão da Assembleia Geral, em 1968, afirmou: “... No que diz respeito ao estatuto jurídico do fundo dos mares para além dos limites da jurisdição nacional, estamos de acordo com aqueles que consideram que nem o conceito de *res nullius* nem o de *res communis* são aplicáveis a esta zona. Talvez se possa utilizar um conceito semelhante ao de *res universitatis* ou de *res publicae* do direito civil romano: a coisa pertence à comunidade e cada um dos seus membros, desde que faça um uso adequado, tem direito de gozo sem que alguém se possa arrogar de exclusividade” - NATIONS UNIES, *idem*, p. 69.

²⁶ NATIONS UNIES, *idem*, p. 65, 71 e 46, respectivamente.

²⁷ NATIONS UNIES, *idem*, p. 139.

Equador²⁹, em 1973 e mesmo dos Estados Unidos da América, por várias vezes, afirmaram que não consideravam o fundo dos mar como *res nullius*³⁰.

A manifestação mais importante desta teoria foi o pedido de registo de uma descoberta e reivindicação de direitos exclusivos de mineração numa área do fundo do mar no Oceano Pacífico, feito aos Estados Unidos da América, em 1974, pela *Deepsea Ventures Inc.*³¹. Os mentores do documento eram dois grandes defensores³² da aplicabilidade da teoria de *res nullius* ao fundo do mar e seus recursos. A *Deepsea Ventures Inc.* deu a conhecer o seu pedido a vários Estados, organizações internacionais e pessoas. O Canadá³³, o Reino Unido e a Austrália rejeitaram-no e os Estados Unidos da América, embora repetindo a sua posição oficial - aplicabilidade do princípio da liberdade do alto mar -, declararam que não “reconhecem direitos exclusivos de mineração sobre os recursos minerais do fundo do mar para além dos limites da jurisdição nacional”³⁴.

O American Law Institute defendia a semelhança entre o peixe e a actividade mineira do fundo do mar: “... tal como o peixe do alto mar, os minerais do fundo do mar estão à disposição de todos. Assim, qualquer Estado tem o direito de os extrair e de ficar com eles; mas nenhum Estado pode conduzir ou autorizar operações de mineração em exclusividade ou de modo a que grandes áreas do fundo dos mares sejam apropriadas efectivamente ...”.

Apesar de entre os defensores desta teoria se encontrarem nomes sonantes na área do Direito do Mar³⁵, na verdade, ela, hoje, está completamente posta de parte. Não se deve qualificar

²⁸ O Uruguai, em 1969, perante a Primeira Comissão da Assembleia Geral afirmou: “... a noção de *res nullius*, isto é, bens que não pertencem a ninguém, mas que podem pertencer à primeira pessoa que se apropriar deles, parece não convir, pois os fundos oceânicos não poderão ser objecto de qualquer apropriação com as modalidades e as características do direito de propriedade” - NATIONS UNIES, *idem*, p. 145-146.

²⁹ Segunda Sessão da III Conferência, in NATIONS UNIES, *idem*, p. 347.

³⁰ BIGGS, Gonzalo - Deep Seabed Mining ..., *cit.*, p. 239. O Autor refere várias declarações feitas por várias entidades, nomeadamente o Presidente americano Johnson, em 16 de Julho de 1966, aquando da expedição do *Oceanographer*; Goldberg perante o I Comité da Assembleia Geral, em 1967; o Presidente Johnson, de novo, perante o Congresso, em 11 de Março de 1968; o Representante ao Comité de Fundos, em 20 de Março de 1968 e perante o *Symposium on Mineral Resources of the World Ocean*, em 12 de Julho de 1968; e o Embaixador Wiggins, perante o I Comité da Assembleia Geral, em 6 de Novembro de 1968, aquando da apresentação do projecto de Resolução sobre a Década Internacional da Exploração Oceânica.

³¹ *Deepsea Ventures, Inc. - Notice of Discovery and Claim of Exclusive Mining Right, and Request for Diplomatic Protection and Protection of Investment*. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. 1975. Vol. XIV, p. 51-56.

³² John E. Flipse e Raymond Kaufman, respectivamente Presidente e Vice-presidente da *Deepsea Ventures, Inc.*.

³³ *Canadian Response to Deepsea Ventures, Inc.*, in INTERNATIONAL LEGAL MATERIALS: American Society of International Law, Washington. 1975. Vol. XIV, p. 67 e 68 - “... *The Canadian Government, therefore, does not accept the assertion by Deepsea Ventures, Inc. ...*”.

³⁴ “*The Department of State does not grant or recognize exclusive mining rights to the mineral resources of an area of the seabed beyond the limits of national jurisdiction ... The position of the United States Government on deep ocean mining pending the outcome of the Law of the Sea Conference is that the mining of the seabed beyond the limits of national jurisdiction may proceed as a freedom of the high seas under existing international law.*”, in INTERNATIONAL LEGAL MATERIALS, *idem*, p. 66.

³⁵ BRICEÑO BERRÚ e Said MAHMOUDI referem D. P. O’Connell entre os defensores da teoria da “*res nullius*”. Salvo devido respeito e após uma leitura atenta das páginas 449-458 de **The International Law of the Sea**. Oxford : Clarendon Press, 1982. ISBN 0-19-825346-X, parece-nos que o Autor se inclina para o entendimento de que

o fundo do mar como *res nullius*, porque se fosse essa a sua natureza jurídica todos os Estados participariam, indiscriminadamente, no seu aproveitamento, causando uma situação de luta pela sua apropriação, o que levaria ao aproveitamento apenas por alguns que seriam os países que possuem capacidade económica e tecnológica adequada, com prejuízo de todos os demais que, embora tenham direito, não têm os meios necessários para o seu exercício. Já a Convenção de 1958 sobre a Plataforma Continental, como vimos, rejeitou, de modo categórico, a aplicabilidade do conceito de *res nullius* e de ocupação efectiva, o que é sintomático da postura dos Estados a este propósito. A analogia entre as espécies sedentárias e os nódulos não é de aceitar, apesar de terem algo em comum (o facto de serem esgotáveis). As espécies sedentárias estão em zonas adjacentes às costas e, tal como os jazigos de petróleo da plataforma continental, era razoável que pertencessem ao Estado costeiro. Os nódulos polimetálicos estão situados longe das costas, nas profundidades dos oceanos e, como tal, não pertenciam a ninguém, até que em 1970, a Resolução contendo a Declaração de Princípios os declarou como património comum da Humanidade.

Por fim, o argumento da analogia entre os nódulos de manganésio e os peixes pode ser contrariado, pois ambos têm natureza diferente: os peixes são seres vivos que se reproduzem, ao passo que os nódulos não o são e, por isso, são esgotáveis; os peixes não são um recurso estratégico, antes são um alimento que pode ser substituído por outros alimentos, ao passo que alguns dos minerais contidos nos nódulos são minerais estratégicos; a pesca dos peixes é possível mesmo em pequenos barcos, e com equipamento elementar e a frota pesqueira não precisa de excluir outros da sua área de actividade, ao passo que o aproveitamento dos nódulos de manganésio exige tecnologia avançada, apenas ao alcance de países desenvolvidos e o direito exclusivo a uma grande área do fundo do mar e por muito tempo.

Resta ainda dizer que considerar o fundo do mar além dos limites da jurisdição nacional como *res nullius* é mesmo rejeitado pela Convenção sobre o Direito do Mar de 1982 que, no artigo 136º, atribui a sua titularidade à Humanidade e, no artigo 137º, declara a sua inapropriabilidade. Relativamente aos recursos, a Convenção estabelece que eles pertencem à Humanidade em cujo nome actuará a Autoridade.

o aproveitamento dos recursos do fundo do mar é possível por todos, à luz da doutrina da liberdade dos mares - “*The likely outcome of exploration and exploitation of the abyssal seabed would be, therefore, competition between nations on the basis of the freedom of the seas. In that sense, the case of deep-sea mining would be legally no different from that of high seas fishing: a recovery vessel would take what resources it could by suction or drilling or scooping, without these actions conferring upon its flag State any rights to the area; and other nations’ vessels would be free to do the same in the same area and at the same time, subject to observance of the rules of the road. The suggestion has been made that flag-State activity could confer flag-State ‘jurisdiction’ over the area subject to the activity, but this is not plausible considering the evolutionary history of the freedom of the seas, and in any event would offer a very insecure title*”.

2 - O FUNDO DO MAR COMO *RES COMMUNIS*

Enquanto que a teoria da *res nullius* apareceu para justificar a apropriação de bens encontrados em terra ou de territórios, o exemplo mais marcante da *res communis* foi o mar. *Res communis*, no direito romano, significava coisa que não era passível de apropriação, isto é, *res extra commercium*. Gidel, referindo-se a esta questão, disse que o direito romano ao designar o mar como *res communis* não quer significar propriedade comum, mas sim uso comum e sob condições iguais³⁶. Muito embora, autores romanos como Ovídio, Virgílio, Cícero e Séneca, e juristas como Francisco Vitória, Fernando Vasquez de Menchaca, Domingo de Soto, Albérico Gentili, entre outros³⁷, tivessem salientado este aspecto da *res communis* - o uso comum e o livre acesso - foi Grócio, no opúsculo aparecido sem nome de Autor, em Novembro de 1608, sob o nome de *Mare Liberum sive de iure quod batavis competit ad indicana commercia dissertatio*, quem defendeu, com garra, a liberdade dos mares. No opúsculo referido, que constitui o XII capítulo do livro *De Iure Praedae Commentarius* (1605), que o Autor nunca chegou a publicar, tendo sido publicado pela primeira vez, em Paris, em 1868, pelos cuidados de Hamaker, Grócio escreveu: “o mar é uma das coisas que não é um artigo de comércio e que não pode tornar-se propriedade privada ... nenhuma parte do mar pode ser considerada como território de um qualquer povo”³⁸.

Portugal e Espanha, nos séculos XV e XVI, reclamaram o direito exclusivo de navegação sobre os mares, até à Índia e América. Pelo Tratado de Tordesilhas, de 7 de Junho de 1494, celebrado perante notários públicos, o mundo foi dividido em duas partes através de uma linha, de pólo a pólo, situada a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, ficando para Portugal tudo o que tinha sido descoberto ou a descobrir para o leste e para Espanha a parte oeste. A política de monopólio dos nossos reis levou-os a, por meio de leis, proibir a quem quer que fosse de navegar os mares por nós descobertos vedando o acesso a estrangeiros. Até à União Pessoal de Portugal com Espanha (1580), os monarcas portugueses conseguiram fazer respeitar as suas pretensões

³⁶ GIDEL, Gilbert - **Le Droit International Public de la Mer: Le Temps de Paix. Tome I - Introduction - La Haute Mer**. Paris : Librairie Edouard Duchemin, 1981, p. 215. No mesmo sentido FAUCHILLE, in **Traité de Droit International Public: Paix**, cit., p. 15 escreve: “o mar não se pode qualificar como *res nullius* nem como *res communis*. *Res nullius* supõe uma coisa que não pertence a ninguém mas que pode ser objecto de ocupação; ora, o alto mar, pela sua própria natureza, não é compatível com a ideia de ocupação. Também não é uma *res communis*, no sentido próprio da palavra, pois uma coisa só pode ser património da colectividade dos Estados se pode ser dividida por cada um deles separadamente e o mar não é susceptível de uma apropriação individual por um Estado isolado; também não há co-soberania colectiva de todos os Estados. O que nos cabe dizer é que o alto mar é uma coisa que não pertence e não pode pertencer a ninguém, nem à comunidade dos Estados nem a um Estado determinado, mas cujo uso permanece eternamente aberto e comum a todas as nações”.

³⁷ GARCIA ARIAS, Luis - Historia del Principio de la Libertad de los Mares. Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela: E. U. C.. N.ºs 45-46: (1945), p. 97-176.

pelos outros soberanos, não obstante ter havido alguns incidentes diplomáticos resultantes da protecção dispensada pelos reis de França e da Grã-Bretanha aos corsários. Com a união das duas coroas, passou a ser rei de Portugal Filipe II, de Espanha, I de Portugal, que andava em guerra com os Países Baixos. O novo rei, por Carta Régia, de 29 de Maio de 1585, decretou a apreensão dos navios dos Países Baixos e ingleses que se encontrassem nos portos da Península. Por tal facto, estes países começaram a ir abastecer-se directamente ao Oriente, tendo, no ano de 1603, sido apresada, pelos holandeses, a nau portuguesa Santa Catarina. Foi este incidente que levou Hugo Grócio a escrever o seu livro. Os accionistas da Companhia Holandesa das Índias tiveram escrúpulos em participar dos benefícios resultantes da venda das mercadorias da nau portuguesa, pelo que a Companhia encomendou a Grócio, seu consultor jurídico, um estudo jurídico aprofundado desta questão. Este jurisconsulto inspirou-se nos estudos de Francisco Vitória e Fernando Vasquez de Menchaca para escrever o seu parecer *De Iure Praedae Commentarius*³⁹.

No seu opúsculo, Grócio diz: “o mar é comum para todos, porque não é passível de ser possuído por alguém e porque é passível de ser usado por todos, se o considerarmos do ponto de vista da navegação e da pesca”⁴⁰.

O princípio proclamado por Grócio transformou-se, pelo que respeita ao alto mar, num princípio geral de Direito Internacional válido até aos nossos dias e, embora abrangendo, inicialmente, apenas a liberdade de navegação e depois a pesca, também se alargou a outras liberdades, como a liberdade de sobrevoo, a liberdade de colocação de cabos e ductos submarinos, a liberdade de construir ilhas artificiais e a liberdade de investigação científica. Na doutrina de Grócio, o conceito de *res communis* e o princípio da liberdade do alto mar aparecem intimamente ligados, mas tal não tem que ser necessariamente, pois o conceito de *res communis* assenta na ideia de que o mar é aberto e não necessariamente comum a todos. A coisa comum não é passível de direitos reais plenos, individuais ou colectivos, mas está sujeita ao princípio da liberdade de utilização por todos, sem discriminação, limitada apenas pelo dever de respeito por igual liberdade dos outros.

Gilbert Gidel distingue entre o fundo do mar e o respectivo subsolo, defendendo a licitude das actividades exercidas pelos Estados no subsolo do alto mar, sempre que tais actividades não tenham repercussões negativas sobre o fundo do mar ou sobre o território terrestre ou marítimo de outros Estados, isto é, admite a ocupação e o consequente exercício de direitos soberanos sobre esta parte. Diferentemente, as actividades no solo do alto mar, necessariamente, afectam a

³⁸ Citado por BIGGS, Gonzalo - Deep Seabed Mining ..., *cit.*, p. 228.

³⁹ ROCHA, Rosa Maria Sousa Martins, *op. cit.*, p. 38-45 e bibliografia aí citada.

⁴⁰ Citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 104.

utilização das suas águas, pelo que o Autor sujeita o solo do alto mar ao mesmo regime das suas águas, isto é, ao princípio da liberdade e inapropriabilidade individual ou colectiva⁴¹. No mesmo sentido, Oppenheim distingue o fundo do mar do respectivo subsolo e nega aos Estados o direito de ocupar o fundo do mar, pois, se tal fosse possível, seria prejudicada a liberdade do alto mar⁴².

Durante as discussões sobre as pescas sedentárias, a plataforma continental e, mais tarde, o fundo do mar, muitos autores apoiaram a ideia de que o alto mar e respectivo solo são indivisíveis e, como tal, estão sujeitos ao mesmo regime jurídico - o fundo do mar bem assim como as águas suprajacentes são *res communis* - por isso, o princípio da liberdade do alto mar aplica-se também ao fundo do mar. Nesse sentido, Colombos⁴³ afirma que o alto mar é comum e está aberto a todas as nações e o seu solo, porque comunga do mesmo estatuto, está também aberto a todas as nações, ao passo que o subsolo correspondente já é *res nullius* e, por isso, já é passível de ocupação, ocupação essa que, no entanto, não deve prejudicar a liberdade de comunicação através do alto mar.

Durante as discussões sobre os recursos da plataforma continental, na Associação de Direito Internacional e na CDI, houve quem defendesse que a natureza jurídica do fundo do mar, como algo comum a todos os seres humanos, exige uma administração internacional de tais recursos. Paul De Lapradelle, em 1950, na Conferência da Associação de Direito Internacional, defendeu que “A comunidade do mar é o princípio fundamental que deve aplicar-se ao direito existente e ao seu futuro desenvolvimento” e, em relação ao aproveitamento dos recursos da plataforma continental, concluiu que “não se trata de um direito dos Estados no plano das soberanias mas, por uma instituição internacional, de um direito do homem na comunidade humana”. No mesmo sentido, Hsu, membro da CDI, em 1950, afirmou que “... o alto mar é propriedade da comunidade internacional. Porque não, então, confiar o desenvolvimento dos recursos da plataforma continental à comunidade internacional? Porque não um aproveitamento conjunto dos recursos da plataforma continental?”. Um outro membro da CDI, Spiropoulos, em 1951, defendeu, de novo, a ideia de administração internacional dos recursos do fundo do mar. Também George Scelle, defensor da teoria da unidade orgânica do alto mar e do fundo do mar, sugeriu que “Uma autoridade administrativa internacional, criada no âmbito das Nações Unidas, deve ser competente para tratar qualquer petição feita por pessoas naturais ou jurídicas, apoiadas

⁴¹ GIDEL, Gilbert, *op. cit.*, p. 508-510.

⁴² Citado por BRICEÑO BERRÚ, José Enrique, *op. cit.*, p. 60.

⁴³ COLOMBOS, LL. D.C. John - **The International Law of the Sea**. Third Revised Edition. London, New York, Toronto : Longmans, Green and Co., 1954, p. 56-58. O Autor, na página 58, escreve que “não seria razoável não reconhecer o direito do Estado ribeirinho de perfurar minas ou de construir túneis no subsolo mesmo fora dos limites das três milhas do mar territorial, sempre que não ponha em perigo a superfície do mar”.

por um ou mais governos, tendo em vista a prospecção, investigação e aproveitamento dos recursos do solo e subsolo do alto mar”⁴⁴.

Em meados dos anos 60, quando surgiu, verdadeiramente, a questão do aproveitamento dos recursos do fundo mar, o princípio da liberdade do alto mar (enquanto princípio distinto da *res communis*, que era então entendido mais como propriedade comum do que uso comum) e a sua aplicabilidade ao fundo do mar e ao aproveitamento dos seus recursos era defendido por um grupo de Estados desenvolvidos e pelos Estados Socialistas, opositores à internacionalização do aproveitamento dos referidos recursos⁴⁵. Tais Estados partiam da ideia de que, se o princípio da liberdade do alto mar se aplica ao espaço aéreo suprajacente ao alto mar, não há razão para não se aplicar ao fundo do mar e respectivos recursos. Diziam, também, que a liberdade de colocação de cabos submarinos e oleodutos, no fundo do alto mar, é sinal da extensão do princípio da liberdade do mar a essa área⁴⁶. O que aconteceu, no entanto, foi que quer a liberdade de sobrevoo quer a liberdade de colocação de cabos submarinos e oleodutos, actividades já conhecidas, resultaram de negociações internacionais e foram aceites, praticamente, sem oposição, daí a sua consagração na Convenção de Genebra de 1958. A questão do aproveitamento dos nódulos polimetálicos só apareceu em meados dos anos sessenta, não havendo, por isso, prática internacional nesse domínio

⁴⁴ Referidos por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 106-107.

⁴⁵ Já na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar a delegação da República Federal da Alemanha, para além de ter lançado a ideia de que o subsolo dos oceanos deve ser considerado como “propriedade comum”, em 4 de Março de 1958, num *aide mémoire* escreveu: “1 - A delegação da República Federal da Alemanha considera, com a CDI, que o princípio da liberdade do alto mar se aplica igualmente à exploração e aproveitamento do subsolo do alto mar” - NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 2.

⁴⁶ Nesse sentido, SCHWARZENBERGER, Georg in *The Fundamental Principles of International Law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International*. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. 87: I, (1955), p. 363, escreve: “Tendo em vista os múltiplos usos do alto mar e a liberdade de aproveitamento dos recursos marinhos, a reivindicação por alguns Estados de poderem aproveitar porções do fundo do mar e o subsolo do alto mar, acresce *prima facie* a outras formas de uso já existentes. A razoabilidade é o teste da compatibilidade de qualquer tipo de uso com a liberdade do mar, um uso não pode ser excluído com base na sua novidade e no enfraquecimento teórico das formas existentes de uso”. Na página seguinte acrescenta: “Se o direito de aproveitamento dos recursos da plataforma continental é um uso razoável do alto mar, deve ser aberto a todos”. Também BROWN, A. D. in *Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles in Conflict. San Diego Law Review*. San Diego Law Review Association. ISSN 0036-4037. 20: (April 1983), p. 560, afirma que “Nenhuma norma de Direito Internacional proíbe a aquisição de um usufruto exclusivo de um sítio mineiro do fundo do mar. Sujeito a ser exercido dentro de fronteiras da razoabilidade, quer em termos de lugar quer em termos de condução das operações, tais direitos devem ser adquiridos no exercício da liberdade do alto mar”. O princípio do património comum da humanidade, “quanto muito, modificou as condições segundo as quais os Estados podem exercer a liberdade das actividades mineiras do fundo do mar. Agora deve ser exercida de acordo com as normas básicas subjacentes ao princípio fundamental do património comum da humanidade. Na prática, porém, quaisquer obrigações serão de alcance limitado”.

Posição oposta tinha sido defendida por Paul De Lapradelle in *Report of the Forty-Fourth Conference of the International Law Association*, Copenhagen, August 30, a propósito dos usos do alto mar, que não a navegação e a pesca. Nessa altura foi defendida a Teoria da Inferência ou dos Poderes Implícitos, segundo a qual qualquer nova actividade no alto mar seria permitida, isto é, qualquer actividade nova que fosse possível pelo progresso da ciência seria permitida, a menos que fosse proibida especificamente. O Autor, porém, rejeitou esta teoria, defendendo que, sempre que surgisse um novo uso do oceano, a comunidade internacional teria que o aprovar elaborando normas - citado por BIGGS, Gonzalo - *Deep Seabed Mining* ..., *cit.*, p. 228.

de modo a permitir a criação de uma regra internacional e os países em vias de desenvolvimento não estavam de acordo com a tese referida. Além de que, enquanto que as tradicionais liberdades do alto mar não diminuem o potencial de usos semelhantes por outros e são, por isso, usos compatíveis, os nódulos são um recurso finito de um ponto de vista económico - uma vez que são de formação lenta - daí que um aproveitamento muito intenso dos sítios mineiros pelos países desenvolvidos poderia comprometer o acesso futuro dos países em vias de desenvolvimento a tais recursos.

Os defensores do conceito da extensão da liberdade do alto mar ao fundo do mar afirmavam que nem a água nem o fundo do mar podem ser sujeitos a apropriação ou a direitos soberanos individuais, mas os nódulos polimetálicos, tal como os peixes, podem ser apropriados. Um outro argumento usado resultava do artigo 2º da própria Convenção sobre o Alto Mar: “Estando o alto mar aberto a todas as nações, nenhum Estado pode legitimamente pretender submeter qualquer parte dele à sua soberania. A liberdade do alto mar exerce-se nas condições determinadas nos presentes artigos e nas outras regras do direito internacional. Ela comporta, nomeadamente, para os Estados com ou sem litoral:

1. A liberdade de navegação;
2. A liberdade de pesca;
3. A liberdade de colocar cabos e oleodutos submarinos;
4. A liberdade de o sobrevoar.

Estas liberdades, assim como as outras liberdades reconhecidas pelos princípios gerais do direito internacional⁴⁷, são exercidas por todos os Estados, tendo em atenção razoável o interesse que a liberdade do alto mar representa para os outros Estados”⁴⁸. Com base neste artigo os autores dizem que a enumeração das liberdades é meramente indicativa, como resulta da utilização do termo “nomeadamente”⁴⁹. Referem, também, o comentário da CDI a este artigo que é do seguinte

⁴⁷ Sublinhado nosso.

⁴⁸ CUNHA, J. M. da Silva e PEREIRA, André Gonçalves, *op. cit.*, p. 555.

⁴⁹ Entre outros, MEESE, Sally A., *in* The Legal Regime Governing Seafloor Polymetallic Sulfide Deposits. Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. Coden Odila. 17: (1987), p. 150-153 - defende que “muito embora o direito de aproveitar o fundo do mar além dos limites da jurisdição nacional não esteja especificamente enumerado no artigo 2º, pode defender-se que está incluído entre as ‘outras’ liberdades referidas no artigo”.

A única referência na Convenção sobre o Alto Mar a “exploração e aproveitamento do solo e subsolo” do alto mar, consta do artigo 24º, que tem a seguinte redacção: “Todo o Estado é obrigado a promulgar regras visando evitar a poluição dos mares por hidrocarburetos largados pelos navios ou oleodutos, ou resultante da exploração e aproveitamento do solo e do subsolo submarinos, tendo em consideração as disposições convencionais existentes na matéria”. Deste preceito parece resultar que os Estados podem livremente desenvolver essas actividades - SHINGLETON, Brad - UNCLOS III and the Struggle for Law: The Elusive Customary Law of Seabed Mining. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 13, number 1: (1983), p. 46-47.

teor: “A enumeração das liberdades do alto mar que figura no presente artigo não é restritiva. A Comissão limitou-se a enunciar quatro das liberdades mais importantes, mas não ignora a existência de outras liberdades ... A Comissão não fez menção à liberdade de explorar ou aproveitar o subsolo do alto mar. Está convencida que, excepto no caso do aproveitamento ou exploração do solo e subsolo da plataforma continental ..., este aproveitamento não tem ainda importância prática que possa justificar uma regulamentação especial”⁵⁰. Assim sendo, concluem que, para além das quatro liberdades referidas, são possíveis outras, desde que sejam reconhecidas pelos princípios gerais do Direito Internacional. Só que, a ser esse o entendimento, temos nós que concluir que o termo “nomeadamente”, não admite todas as liberdades, mas apenas as que são reconhecidas pelos princípios gerais de Direito Internacional. Os membros da CDI deviam estar a pensar na liberdade de investigação científica e na liberdade de realização de testes com armas nucleares no alto mar, porque já havia alguma prática dos Estados nessas áreas. Além disso, a própria Comissão, como dissemos anteriormente, era de opinião que a questão do aproveitamento dos recursos do fundo do mar e respectivo subsolo para além dos limites da plataforma continental ainda não tinha uma prática suficiente que justificasse a sua regulamentação. Por outro lado, o objectivo da Convenção sobre o Alto Mar, de acordo com o seu preâmbulo, era “... codificar as regras de Direito Internacional relativas ao alto mar”. A ser assim, temos que concluir que a liberdade de aproveitamento do fundo do mar não era abrangida pela Convenção pois, na altura, tal liberdade ainda não existia como princípio geral de Direito Internacional. As reivindicações sobre o fundo do mar e seus recursos só surgiram mais tarde, por isso, podemos afirmar que, quer a CDI quer a Convenção do Alto Mar, artigo 2º, não as tiveram em mente⁵¹.

Em sentido contrário, LEE, Roy S. *in* The New Law of the Sea and the Pacific Basin. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 12, number 3-4: (1983), p. 255, afirma que “... o aproveitamento dos recursos do fundo do mar não era considerado, segundo a Convenção sobre o Alto Mar, como uma liberdade do alto mar. As palavras *inter alia* não foram usadas para justificar a sua inclusão, uma vez que a sua omissão foi deliberada”. Segundo este Autor, o aproveitamento do fundo do mar não faz parte do costume internacional, nem está incluído na liberdade do mar. O que faz parte do costume internacional é o princípio do património comum da humanidade, devido à prática de uma larga maioria de Estados ao longo de um período de 13 anos.

⁵⁰ Doc. A/3159, *in* NATIONS UNIES - **Annuaire de la Commission du Droit International: Documents de la huitième session et rapport de la Commission soumis à l'Assemblée générale**, *cit.*, p. 278.

Também em 1956, J. P. François, Relator da CDI, no Doc. A/CN.4/97, referiu: “... a Comissão não terá necessidade de se ocupar da liberdade do alto mar além da plataforma continental. A construção de instalações permanentes desta natureza nos lugares onde a profundidade ultrapassa os 200 metros é, actualmente, impossível e assim permanecerá, provavelmente durante muito tempo” - NATIONS UNIES - **Annuaire de la Commission du Droit International: Documents de la huitième session et rapport de la Commission soumis à l'Assemblée générale**, *cit.*, p. 9.

⁵¹ Os representantes dos Estados Unidos da América sempre se apoiaram no artigo 2º da Convenção do Alto Mar para defenderem que as actividades do fundo do mar são uma liberdade do alto mar. Aliás, a indústria americana tinha pouca simpatia pelo conceito de património comum da humanidade, considerando-o um intervencionismo económico nefasto para os seus planos de proceder a actividades comerciais logo que as tecnologias mineiras permitissem - SCHMIDT, Markus G. - **Common Heritage or Common Burden?: The United States Position on the**

A invocação da tese de Grócio no *Mare Liberum*, como suporte da liberdade de aproveitamento dos recursos do fundo do mar, também é contestável, pois o que o Autor defendia era, apenas, a liberdade de navegação, liberdade que assentava na presunção da inesgotabilidade das possibilidades de utilização. Diferentemente, os recursos minerais do fundo do mar são escassos e, por isso, a sua extracção tem efeitos preclusivos dos direitos de outrem. Também Young defende que a liberdade de navegação não se aplica ao fundo do mar e respectivo subsolo⁵².

O princípio da liberdade do alto mar, inicialmente, foi pensado apenas para a navegação, muito embora, com o tempo, tivesse sido aplicado às pescas e a outras actividades, como o sobrevoo, a colocação de cabos e oleodutos e a investigação científica. No entanto, a sua aplicação ao fundo do mar e respectivos recursos teve a oposição, desde o início, dos países em vias de desenvolvimento e também de alguns países desenvolvidos como, por exemplo, o Canadá, cujo representante perante o Comité de Fundos, em 1972, afirmou: “Enquanto alguns lamentam a morte da tradicional liberdade ilimitada do alto mar, outros defendem que o conceito tradicional da liberdade do alto mar não pode mais ser interpretado como uma liberdade de sobrepesca, uma licença para poluir, um pretexto legal para apropriação unilateral dos recursos do fundo dos mares para além da jurisdição nacional”⁵³.

Os protestos contra a aplicação do princípio da liberdade do alto mar ao seu fundo e respectivo subsolo tiveram a vantagem de não permitir a formação da *opinio iuris* indispensável para o aparecimento de uma norma de costume⁵⁴ internacional nessa matéria. Mesmo que o aproveitamento do fundo do mar pudesse, inicialmente, ser encarado como uma liberdade do alto

Development of a Regime for Deep Sea-Bed Mining in the Law of the Sea Convention. Oxford : Clarendon Press, 1989. ISBN 0-19-825227-7, p. 35.

⁵² YOUNG, Richard - The Legal Status of Submarine Areas Beneath The High Seas. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 45: (1951), p. 229 - o Autor afirma que “o alto mar é propriedade comum de todos os povos e por isso não passível de apropriação ... não há razão para as áreas submarinas estarem sujeitas ao mesmo regime jurídico do alto mar. O mar é essencialmente uma via comercial e, por isso, é mais útil se aberto ao livre uso de todos. Esta razão não existe para as áreas submarinas, cuja utilidade tem um carácter completamente diferente”.

⁵³ Doc. A/C.1/PV.1906, para. 42, citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 111.

⁵⁴ O costume como fonte de Direito pode ser definido como uma prática constante e uniforme adoptada pelos membros de uma sociedade na convicção da obrigatoriedade jurídica dessa forma de proceder. No costume, como se depreende da definição, pode distinguir-se dois elementos: o elemento material - a prática reiterada ou *usus* - e o elemento psicológico - a convicção da obrigatoriedade jurídica daquela forma de proceder ou *opinio juris vel necessitatis* ou *animus*. Para que um costume se forme é, pois, necessário: uma prática reiterada, uma prática geralmente aceite (é o elemento quantitativo); a convicção da obrigatoriedade jurídica daquela forma de proceder (*opinio juris*), isto é, é necessário que os Estados se achem juridicamente obrigados a agir daquele modo; que um número significativo de membros da sociedade internacional se considere obrigado (elemento qualitativo), isto é, que aqueles que são especialmente afectados aceitem a prática; por fim, é necessário que a prática ocorra durante um espaço de tempo razoável, sem prejuízo de poder verificar-se os chamados *instant customs*. Se um Estado, de modo persistente e constante, se opõe a uma prática considerada como costume não está a ela obrigado (a este propósito fala-se do objector persistente).

Sobre o costume como fonte de Direito do Mar ver, por todos, ARROW, Dennis W. - The Customary Norm Process and the Deep Seabed, *cit.*, p. 1-59.

mar, entre outras, a partir do momento em que começaram a verificar-se protestos, deixou de poder considerar-se como uma liberdade reconhecida pelos princípios gerais do Direito Internacional.

Há ainda quem pretenda defender a aplicação do princípio da liberdade do alto mar dizendo que não há nenhuma norma de Direito Internacional a proibir as actividades mineiras do fundo do mar, por isso tais actividades e o aproveitamento dos recursos fazem parte da liberdade do alto mar, pois o que não é proibido pelo Direito Internacional, à luz do princípio da soberania dos Estados, é permitido⁵⁵. O que temos a dizer a propósito deste argumento é que não basta a não proibição de uma prática pelo Direito Internacional, é também necessário que tal prática seja consentida pelos demais Estados, ou, pelo menos, que não haja oposição a essa prática, o que não se passa em relação às actividades do fundo do mar encaradas como expressão da liberdade do alto mar⁵⁶.

Por último, relativamente a considerar-se o fundo do mar como *res communis* (coisa comum mas divisível⁵⁷) pode dizer-se que, segundo este conceito, pelo menos teoricamente, a qualquer momento, um qualquer Estado, alegando os direitos comunitários, poderia pedir a partilha da área com o objectivo de proceder ao aproveitamento da parte que lhe cabia, o que é, de todo, inadmissível.

⁵⁵ Invocam para o efeito uma passagem do Tribunal Internacional de Justiça, no caso *Lotus* - “*far from laying a general prohibition to the effect that States may not extend the application of their laws ... to persons, property, and acts outside their territory, it leaves them in this respect a wide measure of discretion which only limited in certain cases by prohibitive rules*” - citado por ARROW, Dennis W., *idem*, p. 9.

Também Lauterpacht, em 1950, para justificar as reivindicações sobre a plataforma continental escreveu “*With regard to the submarine areas adjacent to the coast, the assertion of sovereignty over them would constitute a drastic change in the law only if it could be shown that the international law of the sea ... actually prohibited, instead of being merely silent on the matter, the appropriation of the seabed and the subsoil outside the territorial waters*” - in *Sovereignty over Submarine Areas*, *cit.*, p. 394.

⁵⁶ O argumento de que as actividades do fundo do mar são uma liberdade do alto mar tem que ser equacionado com o facto de quase todos os países industrializados e tecnologicamente mais avançados terem assinado o Acordo de Nova Iorque de 1994. A Federação Russa, que se tinha absteído de votar a Resolução contendo o Acordo, consentiu na aplicação provisória do último. Além disso, o Acordo não afectou os princípios básicos do regime do fundo do mar, nomeadamente, o princípio do património comum da humanidade. O preâmbulo do Acordo faz referência expressa ao facto de “que o fundo do mar e do oceano e respectivo subsolo, além dos limites da jurisdição nacional, bem assim como os seus recursos são património comum da humanidade”.

⁵⁷ CASSESE, Antonio, in **International Law in a Divided World**. Oxford : Clarendon Press, 1992 (Reprint). ISBN 0-19-876194-5, p. 377 escreve que “*res communis omnium* significa que todos os Estados podem usar um bem no seu próprio interesse. O conceito de *res communis* não visa (não está orientado no) o interesse da comunidade, mas sim os interesses próprios de cada um e de todos os membros da comunidade”.

CAPÍTULO II

O PRINCÍPIO DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE

1 - APARECIMENTO DA IDEIA DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE⁵⁸

Em meados da década de sessenta, graças ao desenvolvimento tecnológico, começou a ser possível a exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar, tendo, nessa altura, começado as discussões acerca da apropriabilidade de tais recursos. As teorias da *res nullius* e da *res communis*⁵⁹, como acabamos de ver, não permitiam uma justificação capaz para os Estados reivindicarem o direito sobre tais recursos. Por isso, surgiu um conceito novo - o conceito do património comum da humanidade⁶⁰. Este conceito implicava cinco elementos, a saber: as áreas

⁵⁸ BRICEÑO BERRÚ, José Enrique, *op. cit.*, p. 85 resume de modo clarividente a natureza jurídica do fundo do mar ao escrever: “a expressão ‘património comum da humanidade’, por antonomásia à dos Fundos Marinhos internacionais, expressa, de forma feliz, a natureza da referida zona: nem de ninguém em particular nem de todos em geral, nem livre nem ocupada, nem aberta ao aproveitamento indiscriminado de todos os Estados nem sujeita ao domínio de poucas potências. Isto é, constitui um bem posto ao serviço de toda a humanidade”.

Nem todos aceitam que se considere o fundo do mar e os seus recursos como património comum da humanidade. Nesse sentido GOLDWIN, Robert A., *in* Le Droit de la Mer : Sens Commun contre "Patrimoine Commun". *Revue Générale de Droit International Public*, Paris: Editions A. Pedone. 89: 3, (1985), p. 738, escreve que o grande erro dos negociadores da Convenção do Direito do Mar “foi dizer e pensar que os nódulos faziam parte do património comum da humanidade e ignorar o verdadeiro património que partilham todos os seres humanos, a saber a capacidade racional de extrair o melhor que a natureza dá para o bem de todos”. Para o Autor, o verdadeiro património encontra-se nas realizações do homem, como a literatura, música, teatro, pintura, arquitectura.

⁵⁹ Na 24ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - 1969 - o representante do Chile disse: “... a noção de património comum exprime não só o estatuto da zona que nos ocupa, mas também a base do regime jurídico que lhe será aplicável ... é a manifestação de uma vontade política ... se quisemos evitar as concepções clássicas de *res nullius* e *res communis* é porque elas são características do egoísmo internacional: a primeira, por definição e a segunda pela interpretação que lhe foi dada por aqueles que afirmam que ela define o estatuto das águas do alto mar. Queremos evitar que se repita para os recursos dos fundos marinhos o que se verificou com os peixes, isto é, que alguns países dispondo de técnicas e de capitais partilhem entre si as riquezas em detrimento de outros países e sem ter em conta o bem comum da humanidade ...” - NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 144-145.

⁶⁰ Pode falar-se num património comum por natureza - escapa a toda a soberania e a toda a apropriação individual - e num património comum por afectação - encontra-se sob a competência estadual. No primeiro, podemos incluir o fundo do mar além da jurisdição nacional; o segundo integra o património natural e cultural - ver, por todos, KISS, Alexandre-Charles - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité. *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International*. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2816-9. 175 - II, p. 225.

A noção de património comum da humanidade tem como base a ideia do interesse comum. Como diz o mesmo Autor, o património comum da humanidade é a materialização do interesse comum da humanidade no espaço ou em certos recursos, p. 231.

Para Joyner, a ideia de apropriabilidade estaria ausente do regime do património comum da humanidade. O património comum da humanidade, conceptualmente, implica o princípio da não apropriabilidade; consequentemente, não haveria nenhum título para uma aquisição ou transferência jurídica. A questão chave seria o *acesso* à região, mais que a sua propriedade - JOYNER, Christopher C. - Legal Implications of the Concept of the Common Heritage of

designadas como património comum da humanidade não estão sujeitas a apropriação, melhor dizendo, não são passíveis de uso exclusivo; a área e os respectivos recursos deverão ser geridos racionalmente por uma autoridade⁶¹ internacional; deve haver uma partilha equitativa dos benefícios daí resultantes; a sua utilização deve ser apenas para fins pacíficos; e os recursos devem ser protegidos e preservados para o benefício e interesse da Humanidade, aí se incluindo não só as gerações presentes, mas, também, as futuras. O regime do património comum da humanidade supera o regime de *res communis* quer porque acentua o requisito de uma administração universalmente participada quer porque subordina a liberdade à equidade⁶². Por isso, o regime do património comum da humanidade surge com o objectivo de garantir aos países em vias de desenvolvimento a participação na exploração dos novos recursos e nos benefícios, antes mesmo de terem capacidade própria para os necessários investimentos⁶³. Como muitos outros, a princípio o conceito de património comum da humanidade era considerado por alguns (os países industrializados) como um conceito vago, sem conteúdo, incapaz de ser legalmente definido. Mas outros (os países em vias de desenvolvimento), desde o início, viram nele um meio de contribuir para a Nova Ordem Económica Internacional⁶⁴. Assim, a adopção da resolução “moratória”, em 1969, era para estes um sinal de que uma larga maioria de Estados considerava que o património comum implicava uma gestão comum e uma participação equitativa de todos os Estados na sua

Mankind. *International and Comparative Law Quarterly*. London: The British Institut of International and Comparative Law. ISSN 0020-5893. 35: 1, (January 1986), p. 194.

⁶¹ Como escreveu Mohamed BENNOUNA: “a instituição de uma Autoridade Internacional dos fundos marinhos teve o valor de símbolo e teste do diálogo N/S e de passagem do discurso sobre a nova ordem económica internacional para as realizações concretas através da sua concretização” - in Les Droits d'Exploitation des Ressources Minérales des Océans. In BARDONNET, Daniel et VIRALLY, Michel - *Le Nouveau Droit International de la Mer*. Paris: Éditions A. Pedone, 1983. ISBN 2-233-00121-4, p. 118.

⁶² Pardo ao estabelecer a diferença entre as duas noções referiu: “... *not as a res omnium communis, usable for any convenient purpose and the resources of which are indiscriminately and competitively exploitable, but through the acceptance by the international community of the principle that these vast areas of our planet have a special status as a common heritage of mankind, and, as such, should be reserved exclusively for peaceful purposes and administered by an international agency in the name and for the benefit of all peoples and of present and future generations*” - citado por PAOLILLO, Felipe H. - The Institutional Arrangements for the International Sea-bed and their Impact on the Evolution of International Organizations. *Recueil Des Cours de l'Académie de Droit International*. Dordrecht / Boston / Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90 247 3291 3 (volume), 90 247 2628 x (series). 188 - V: 137-337, (1984), p. 171.

⁶³ PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 175.

⁶⁴ A discriminação positiva dos Estados económica e geograficamente desfavorecidos foi inspiradora da viragem verificada no âmbito do Direito das relações internacionais, na década de setenta, no quadro da NOEI (Nova Ordem Económica Internacional). Uma vez afirmado o direito à existência política, a reivindicação do direito a condições económicas foi inevitável. A UNITAR, no Relatório do Secretário Geral, de 23 de Outubro de 1984 (Doc. A/39/504/Add.1), sobre o “Desenvolvimento progressivo dos princípios e normas do Direito Internacional relativos à NOEI” declara que o direito ao desenvolvimento constitui para os países em vias de desenvolvimento “o equivalente, no plano económico, do direito à autodeterminação, no plano político” e que este direito “é necessário à realização dos princípios da justiça e da igualdade dos povos, consagrados na Carta da Nações Unidas”. A formulação da NOEI foi levada a cabo através das seguintes Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas: Res. 3201 (S-VI), de 1 de Março de 1974 - Declaração sobre a Instauração da NOEI; Res. 3202 (S-VI), de 1 de Março de 1974 - Programa de

administração. Diferentemente, os países desenvolvidos e também os países socialistas consideravam o património comum não como propriedade comum mas antes como acesso comum. Assim sendo, quando a Declaração de Princípios foi adoptada, em 1970, por 108 votos a favor e sem votos contra, foi votada por cada grupo por razões diferentes. Para os países em vias de desenvolvimento, todos os direitos sobre o património comum cabiam à Humanidade no seu conjunto e apenas a Autoridade podia actuar em seu nome. Diferentemente, para os países desenvolvidos, todas as pessoas, naturais ou jurídicas, eram livres de aproveitar os recursos minerais do fundo do mar, *the first to come the first to serve*.

Não obstante estas diferenças de interpretação, o princípio do património comum da humanidade aparece consagrado não só nas duas Resoluções mencionadas, mas também na Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados de 1974⁶⁵, no Tratado da Lua de 1979, em diversas legislações nacionais sobre o aproveitamento dos recursos do fundo do mar e em numerosas intervenções dos representantes dos Estados, ao longo da III Conferência.

2 - A PROPOSTA DE MALTA

Em 17 de Agosto de 1967, Arvid Pardo⁶⁶, representante permanente de Malta, nas Nações Unidas, enviou ao Secretário Geral uma proposta para inscrição, na agenda de trabalhos da 22^a

Ação sobre a Instauração da NOEI; Res. 3281 (XXIX), de 12 de Dezembro de 1974 - Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados; e ainda Res. 3362 (S-VII), de 1975 - *in* PUREZA, José Manuel, *idem*, p. 59.

⁶⁵ Esta foi a primeira incorporação do princípio do património comum da humanidade num texto convencional, a sua primeira positivação. Os países industrializados do Ocidente ou votaram contra ou abstiveram-se de votar esta Resolução - MERCURE, Pierre-François - L'Échec des Modèles de Gestion des Ressources Naturelles Selon les Caractéristiques de Concept de Patrimoine Commun de l'Humanité. *Ottawa Law Review*. Ottawa. ISSN 0048-2331. 28, n° 1: (1996), p. 77, nota 162.

Há, também, autores que consideram que o Sistema do Tratado Antártico, isto é, o conjunto de normas, procedimentos, práticas e princípios que regulam as relações entre os Estados Partes, incluindo as relações com o mundo exterior, normas constantes do Tratado de 1959 e de outros que se lhe seguiram, como, por exemplo, a Convenção para a Conservação das Focas Antárticas, assinado em Londres, em 1972, a Convenção sobre a conservação dos recursos vivos marítimos antárticos, assinada em Camberra, em 1980 e a Convenção para a regulamentação das actividades sobre os recursos minerais antárticos, de Wellington, de 1988, caracteriza a Antártida como património comum da humanidade. No entanto, acompanhamos nesta matéria ARMAS BAREA, Calixto A., que *in* **Patrimonio Comun de la Humanidade: Naturaleza Jurídica, Contenido y Prospectiva**. Madrid : Instituto Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional, 1991, p. 20 escreve: “O sistema do Tratado Antártico é um exemplo de cooperação internacional e tem sido reconhecido como tal pela comunidade internacional. Deve destacar-se especialmente que o sistema é totalmente compatível com a Carta das Nações Unidas e permitiu uma convivência pacífica numa zona antes muito conflituosa, facilitou e promoveu a cooperação científica ao mais alto nível, protegeu eficazmente o meio ambiente e os ecossistemas dependentes e juridicamente está aberto a qualquer Estado que tenha um real interesse na problemática antártica. Há, pois, nas normas jurídicas que regulam o sistema, uma protecção de interesses da humanidade mas tal não basta para caracterizar a zona como património comum da humanidade. Não há nenhuma norma jurídica que assim o consagre”.

⁶⁶ Arvid Pardo, filho de pai maltês e de mãe sueca, era, após a guerra, funcionário da ONU. Quando Malta acedeu à independência, em 1964, foi nomeado o primeiro representante do novo Estado junto das Nações Unidas. Morreu em

Sessão da Assembleia Geral, de um novo assunto intitulado “Declaração e tratado relativo à afectação a fins exclusivamente pacíficos⁶⁷ do fundo do mar e dos oceanos e respectivo subsolo, do alto mar, para além dos limites da jurisdição nacional actual e aproveitamento dos seus recursos no interesse da humanidade”. Assim começou uma nova era na história do Direito Internacional, só comparável com a começada, trezentos anos antes, por Hugo Grócio com a doutrina da liberdade dos mares.

Esta proposta era acompanhada de um *memorandum* explicativo no qual Malta se expressava do seguinte modo:

“1 - Estima-se em cerca de cinco sétimos da superfície do globo a área do fundo dos mares e oceanos. O fundo dos mares e oceanos para além das águas territoriais actuais ou das plataformas continentais são as únicas partes do planeta que não foram anexadas para fins exclusivamente nacionais, pois são relativamente inacessíveis e a sua utilização para fins de defesa ou para aproveitamento económico dos recursos que contém não foi ainda possível do ponto de vista tecnológico.

2 - Devido ao desenvolvimento rápido de novas técnicas nos países tecnologicamente avançados, crê-se que a situação evolua e que o fundo dos mares e dos oceanos para além das águas territoriais actuais venham a ser, progressivamente, e num contexto de concorrência, objecto de apropriação e de utilização por certas nações. Daí resultará, verdadeiramente, uma militarização dos fundos acessíveis dos oceanos através de instalações militares fixas, bem assim como o aproveitamento e esgotamento, em proveito dos países tecnologicamente avançados, de recursos que poderiam ser benéficos para o mundo no seu conjunto.

3 - Consideramos, por isso, que chegou o momento de declarar património comum da humanidade o fundo dos mares e dos oceanos e de tomar imediatamente medidas tendo em vista elaborar um tratado que contenha os seguintes princípios:

- a) O fundo dos mares e dos oceanos para além dos limites actuais das águas territoriais não podem ser objecto de apropriação nacional;
- b) A exploração do fundo dos mares e dos oceanos para além dos limites actuais das águas territoriais deve fazer-se de acordo com os princípios e os objectivos da Carta das Nações Unidas;

1999, em Houston, no Texas - foi apelidado o pai da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - KISS, Alexandre-Charles - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, p. 114.

⁶⁷ Estava-se na época da *détante* (afrontamento), pelo que, face à hipótese de uma deslocação de material bélico para o fundo dos mares, se compreende que Malta tenha colocado o acento tónico do regime do património comum da humanidade na afectação do fundo do mar a fins pacíficos.

c) A utilização do fundo dos mares e dos oceanos para além dos limites actuais das águas territoriais, bem assim como o seu aproveitamento económico, devem ter lugar de modo a salvaguardar os interesses da humanidade. Os benefícios financeiros líquidos resultantes da utilização e do aproveitamento do fundo dos mares e dos oceanos servirão em primeiro lugar para promover o desenvolvimento dos países pobres;

d) O fundo dos mares e dos oceanos para além dos limites actuais das águas territoriais será reservado exclusivamente e para sempre para fins pacíficos.

4 - O tratado proposto deveria prever a criação de um organismo internacional que: a) teria competência, enquanto representante do conjunto de países, sobre o fundo dos mares e dos oceanos para além dos limites actuais das águas territoriais; b) regulamentaria, supervisionaria e controlaria todas as actividades que aí fossem exercidas; c) velaria para que estas actividades se conformem com os princípios e disposições do tratado proposto”⁶⁸.

O organismo proposto por Malta teria, assim, as competências necessárias para administrar o fundo do mar e respectivos recursos, além da jurisdição nacional, no interesse de toda a Humanidade, enquanto mandatário - *trustee* - desta.

Apesar de ser a primeira vez que uma proposta, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, se referia ao conceito de património comum da humanidade, a ideia não era nova. Já nos anos 30 do século XIX, Andrés Bello, jurista venezuelano, defendeu que os bens que uma nação só pode possuir com prejuízo de outras nações devem ser considerados pela comunidade internacional como “património comum da humanidade”⁶⁹. Em 1898, A. G. De Lapradelle⁷⁰ defendeu que os

⁶⁸ NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 9-10. Os principais frutos da iniciativa de Malta foram uma série de resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre esta questão e a Convenção sobre o Direito do Mar e respectivas resoluções aprovadas pela III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 30 de Abril de 1982.

⁶⁹ BELLO, Andrés, **Principios de Derecho de Gentes**. Madrid: Imprente de Fuentenebro, 1843, p. 38 - citado, entre outros, por SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 24 e por ARMAS BAREA, Calixto A., *op. cit.*, p. 2-3.

MAHIOU, Ahmed, *in* L'Afrique et le Patrimoine Commun de L'Humanité. **Espaces et Ressources Maritimes**. Paris: Université de Nice - Cerdam. Éditions A. Pedone, 1988. ISBN 213-041-999-2, p. 1, refere que esta expressão já era usada há algum tempo, embora com um sentido particular, para designar ideias e conhecimentos transmitidos de uma época para outra. Cita o cientista Pasteur, que dizia que “a ciência não tem pátria, porque o saber é património da humanidade”; o pensador Chateaubriand, que nas suas *Mémoires d'Outre-Tombe* referia os “pensamentos que se transformavam património comum do universo” e, ainda, Romain Rolland que refere o “património do género humano”, visando as obras dos homens.

⁷⁰ Podemos citar, entre outras passagens, “*Au fond, nous dirions volontiers que la mer est susceptible de former la propriété d'une personne morale qui serait la société internationale des États*” e “*... la mer territoriale est, comme la haute mer, le patrimoine de l'humanité, res communis*” - LAPRADELLE, A. Geouffre De - *Le Droit de l'État sur la Mer Territoriale*. *Revue Générale de Droit International Public*. Paris: A. Pedone, Libraire-Éditeur. V: (1898), p. 283 e 321, respectivamente.

Mais tarde, em 1934, o mesmo Autor escreveu que se o mar é *res communis* daí decorre que - *Elle doit faire l'object d'une organization universelle; puisqu'elle est la chose de tous, elle doit être placée sous la gestion de tous. Il faut, dès lors, qu'il y ait une organization qui réunisse toutes les nations du monde, maritimes ou non maritimes, ayant égal droit aux richesses de la mer; il ne faut surtout pas que ces richesses destinées à l'humanité périssent; il ne faut pas qu'elles soient gaspillées*, citado por MARFFY, Annick de - *La Déclaration Pardo et le Comité des Fonds*

oceanos são “património comum da humanidade”. Já no século XX⁷¹, na Conferência de Haia para a Codificação do Direito Internacional, em 1930, muito embora a propósito das pescas, afirmou-se que os recursos do mar são “património comum”⁷². Nos anos 50, a ideia de confiar o aproveitamento dos recursos do fundo do mar e dos oceanos, compreendendo também a plataforma continental, a uma organização internacional, em benefício da Humanidade no seu conjunto, foi pela primeira vez desenvolvida pela CDI e por alguns dos seus membros, nomeadamente Georges Scelle, aquando da elaboração dos projectos de artigos para a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1958, como já referimos. Foi, então, sugerido confiar tal aproveitamento à Organização das Nações Unidas ou a uma das suas instituições especializadas. A Comissão concluiu que esta ideia não era realizável, mas que o aproveitamento do fundo do mar poderia ser levado a cabo no benefício da Humanidade, desde que não constituísse uma violação ao princípio da liberdade do mar. Segundo a Comissão:

“3 - Em certa medida, consideramos que o aproveitamento dos recursos naturais das regiões submarinas deveria ser confiado não aos Estados ribeirinhos, mas às instituições da comunidade internacional em geral. Todavia, actualmente, esta internacionalização deparará com dificuldades de ordem prática não ultrapassáveis e não assegurará o aproveitamento eficaz das riquezas naturais que é necessário para fazer face às necessidades da humanidade.

4 - A Comissão está consciente de que a exploração e o aproveitamento do fundo do mar e respectivo subsolo, que implica o exercício do controlo e da jurisdição pelo Estado ribeirinho, podem ter repercussões na liberdade do mar, nomeadamente em matéria de navegação. Todavia, tal não seria motivo suficiente para entravar um desenvolvimento que, na opinião da Comissão, poderá ter lugar em benefício da humanidade no seu conjunto. É preciso fazer o necessário para que esta evolução não afecte, para além do estritamente necessário, a liberdade do mar pois tal

Marins. In DUPUY, René Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 127.

⁷¹ Também no âmbito de organizações não oficiais se verificou alguma discussão com interesse para a questão em apreço. Nomeadamente, em 1925, o Instituto de Direito Internacional, nas discussões relativas ao mar territorial, reconheceu que “a ideia do mar *res nullius* ... não se coadunava com a concepção positiva da solidariedade que está na base das relações internacionais” e a necessidade de um controlo internacional para todos os usos do mar. Em 1928, na reunião de Estocolmo, o Instituto criou uma quinta Comissão que tinha como tarefa analisar a questão da criação de um organismo internacional de águas nos termos de uma proposta apresentada por Alvarez. Nos trabalhos preparatórios da Sessão de Nova Iorque, em 1929, Gidel apresentou um contra-projecto ao relator Strupp em que precisava que a instituição visada não devia limitar-se a questões relativas às águas territoriais: “É necessário confiar o estudo de todas as questões relativas ao conjunto das águas marinhas a um organismo internacional do mar, porque é o oceano que regula a respiração do mundo”. A este propósito, Charles Dupuis declarou - *semblable solution, dans l'état actuel du monde, peut paraître idéale, elle a un défaut grave, elle est impossible. Elle est impossible parce qu'elle est en contradiction avec les idées, les sentiments, les préjugés qui dominent les nations et les gouvernements* - retirado de MARFFY, Annick de - La Déclaration Pardo et le Comité des Fonds Marins, *cit.*, p. 127.

⁷² League of Nations Doc. C. 228.M.115.1930.V.P.17, Part III, 2 May 1930, citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 120.

liberdade é de importância capital para a comunidade internacional. Pareceu possível à Comissão combinar as necessidades de aproveitamento do solo e subsolo com a exigência de que o próprio mar permaneça aberto à navegação e à pesca para todas as nações”⁷³.

Na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que teve lugar em Genebra, em 1958, várias delegações propuseram, também, reservar o aproveitamento dos recursos da plataforma continental em benefício e no interesse da humanidade no seu conjunto⁷⁴.

A delegação da República Federal da Alemanha apoiou a posição da CDI relativamente à impossibilidade prática de confiar a uma organização internacional o aproveitamento dos recursos do fundo do mar para além dos limites da plataforma continental e lançou a ideia de que o subsolo dos oceanos fosse considerado “propriedade comum”, acessível a todos os povos em pé de igualdade, figurando a sua exploração e aproveitamento entre as liberdades do alto mar⁷⁵. O próprio Presidente da I Conferência, o Príncipe tailandês Wan Waithayakon, declarou, no seu discurso de abertura, que “O mar é património comum da Humanidade. Por conseguinte, o interesse comum exige que o Direito do Mar esteja claramente determinado, que regule de modo justo os diversos interesses em jogo e que assegure a conservação do referido património em benefício de todos”⁷⁶.

Um ano antes da proposta de Malta, num *simposium* no Instituto do Direito do Mar da Universidade de Rhode Island, Quincy Wright disse: “O mar e seu solo devem ser considerados uma herança da humanidade e os benefícios da sua utilização devem ser partilhados equitativamente em seu benefício”⁷⁷. O Presidente norte-americano Lyndon Johnson, num discurso proferido em 13 de Julho de 1966, aquando do lançamento de um navio oceanográfico, disse: “É

⁷³ Doc. A/3159, in **NATIONS UNIES - Annuaire de la Commission du Droit International: Documents de la huitième session et rapport de la Commission soumis à l'Assemblée générale**, cit., p. 296, e **NATIONS UNIES - Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité ...**, op. cit., p. 3.

⁷⁴ **NATIONS UNIES - Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité ...**, op. cit., p. 1.

⁷⁵ **NATIONS UNIES**, *idem*, p. 3-8; Documents officiels de la Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer, vol. VI, Quatrième Commission (Plateau Continental) - Publications des Nations Unies, número de vente: 58. V.4.

⁷⁶ **NACIONES UNIDAS - Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Ginebra : Naciones Unidas, 1958. Número de Venta: 58. V. 4, vol. II, p. 3 para. 37. Da frase transcrita no texto vemos que o termo mar é usado em termos gerais, nele se podendo incluir qualquer espaço marítimo.

⁷⁷ Citado, entre outros, por MAHMOUDI, Said, op. cit., p. 120. Outros fizeram intervenções semelhantes, como Francis Christy, William Burke, William Bascom e Lewis Alexander, referidos por LÉVY, Jean-Pierre, op. cit., p. 38.

Nos encontros de 1966 e 1967 do Instituto de Direito Internacional, vários juristas começaram a defender a ideia do controlo e gestão internacional do fundo do mar e dos seus recursos. O mesmo aconteceu, em 1967, no *American Bar Association's National Institute on Marine Resources* - ODA, Shigeru - **International Control of Sea Resources**. Dordrecht/Boston/London : Publications on Ocean Development - Martinus Nijhoff Publishers, 1989. ISBN 90-247-3800-8, p. XXX.

Também em 5 de Julho de 1966, o braço holandês da Associação do Direito Internacional apresentou um relatório em que sugeria o estabelecimento de um regime internacional sob os auspícios da Organização das Nações Unidas que deveria controlar o desenvolvimento dos recursos dos fundos marinhos situados além da isóbata de 500 metros (limite exterior da plataforma continental) - LÉVY, Jean-Pierre, op. cit., p. 36.

nossa convicção que não devemos nunca e sob nenhum pretexto permitir que, perante estas promessas de abundantes riquezas minerais, nasça uma nova forma de competição colonial entre as nações marítimas. Devemos evitar, a qualquer preço, a corrida à conquista e à ocupação das grandes profundidades marinhas. Devemos velar para que o fundo do mar e dos oceanos seja e continue a ser património de toda a humanidade”⁷⁸. De seguida, alguns senadores americanos, como Frank Church e Clairbone Pell, na linha do seu Presidente, começaram a defender o estabelecimento de um novo regime para os espaços marinhos⁷⁹.

Precisamente um mês antes da apresentação da proposta de Malta na Assembleia Geral, em 13 de Julho de 1967, o *The World Peace Through Law Center* realizou uma conferência com 2.000 juristas e magistrados de mais de cem países, especialistas em pesca e recursos marinhos, onde foi aprovada a Resolução nº 15, preparada por Asron Danzig, em cujo preâmbulo se pode ler: “Atendendo a que as novas tecnologias e a oceanografia revelaram a possibilidade de aproveitamento de recursos do alto mar e respectivo solo para além da plataforma continental, que mais de metade da humanidade se encontra numa situação de subdesenvolvimento e que o alto mar é património comum da humanidade,

Decide que o Centro da Paz Mundial pelo Direito:

1) Recomenda à Assembleia Geral das Nações Unidas que publique uma proclamação declarando que todos os recursos, excepto os da pesca, do alto mar, para além das águas territoriais de todos os Estados e que o fundo do mar para além da plataforma continental pertençam à Organização das Nações Unidas e estejam sujeitos à sua jurisdição e ao seu controlo”⁸⁰.

Também a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), em 27 de Outubro, adoptou uma resolução pela qual criou um grupo de trabalho⁸¹ para estudar as questões jurídicas ligadas ao

⁷⁸ NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 14; SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 24; GALDORISI, George e STAVRIDIS, Jim - Time to Revisit the Law of the Sea. *Ocean Development and International Law Journal*. New York: Taylor & Francis. 1993, p. 301-315.

⁷⁹ LÉVY, Jean-Pierre, *op. cit.*, p. 38.

O Senador Clairbone Pell, em 5 de Março de 1968, apresentou um projecto de tratado sobre o espaço oceânico. Segundo o projecto, a exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar só podiam ter lugar após o licenciamento por uma autoridade internacional especialmente criada pelas Nações Unidas ... ele também previa a criação de uma “guarda marítima das Nações Unidas” para assegurar a observação das disposições do tratado... No geral, a proposta de Pell visava garantir as condições mais favoráveis para os monopólios americanos conduzirem as actividades mineiras submarinas, no caso de quererem avançar além da plataforma continental. O Senador fez o seguinte comentário: “aquelas nações, corporações e instituições científicas que têm capacidade financeira e técnica para o aproveitamento do fundo do mar devem ter a garantia de que o seu alto risco e elevados gastos serão adequadamente protegidos. Não há nada de errado em aqueles que suportam os riscos terem o seu lucro”, *in* KALINKIN, G. F. - Problems of Legal Regulation of Seabed Uses Beyond the Limits of the Continental Shelf. *Ocean Development and International Law Journal*. New York: Crane, Russak & Company, Inc. 3, number 2: (1975), p. 135.

⁸⁰ Doc. A/C.1/PV.1514, p. 14, para. 103 - NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 12.

⁸¹ O grupo foi criado na sequência de uma sugestão apresentada, em Fevereiro de 1967, pela então URSS à COI - LI, Yuwen, *op. cit.*, p. 16.

estudo científico dos oceanos, cometendo-lhe, entre outras, a tarefa de “concorrer para a aquisição de conhecimentos ... científicos para assegurar uma utilização óptima dos mares no interesse da humanidade ...”⁸².

A noção de património comum da humanidade foi aplicada, também, ao espaço aéreo. Apareceu, pela primeira vez, em termos gerais, na Declaração dos princípios relativos às actividades dos Estados na exploração e utilização do espaço extra-atmosférico - Resolução 1348 (XIII) da Assembleia Geral; de seguida, foi retomada no Tratado, aberto à assinatura em 27 de Janeiro de 1967 e que entrou em vigor em 10 de Novembro do mesmo ano, Sobre os Princípios Relativos às Actividades dos Estados na Exploração e Utilização do Espaço Extra-atmosférico, Compreendendo a Lua e Outros Corpos Celestes - Resolução nº 2222 (XXI) da Assembleia Geral (anexo), de 19 de Dezembro de 1967; e no Acordo de 1979 Relativo às Actividades dos Estados Sobre a Lua e Outros Corpos Celestes - Resolução 346 (XXXIV) da Assembleia Geral (anexo), de 5 de Dezembro de 1979⁸³.

Apesar de todas as referências feitas, o mérito da aplicação do conceito do património comum da humanidade ao fundo do mar e ao aproveitamento dos respectivos recursos, isto é, o mérito da solução de que o fundo do mar, enquanto património comum da Humanidade, deve ser reservado exclusivamente para fins pacíficos e de que os seus recursos devem ser utilizados e geridos para o bem de todas as gerações, quer presentes quer vindouras, foi da delegação de Malta. A questão, como já se referiu, foi inscrita na ordem do dia da 22ª Sessão da Assembleia Geral sob o título “Exame da questão da afectação a fins exclusivamente pacíficos do fundo dos mares e dos oceanos bem assim como do respectivo subsolo, no alto mar, para além dos limites da jurisdição nacional actual e do aproveitamento dos seus recursos no interesses da humanidade”. A análise da questão foi confiada à Primeira Comissão, tendo o seu Presidente constituído, sob a sua presidência, um grupo de trabalho oficioso para redigir um projecto de resolução sobre a matéria⁸⁴.

⁸² NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 2, 10 e 11.

Esta Comissão, presidida por Clark Eichelberger, teve um papel importante na questão do aproveitamento dos espaços marinhos. No 17º relatório da Comissão, Francis Christy e David Brooks publicaram a sua análise detalhada sobre os recursos do mar e os regimes jurídicos existentes - LÉVY, Jean-Pierre, *op. cit.*, p. 37.

⁸³ NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 2.

Já desde 1946 que a Convenção que criou a UNESCO se refere à Humanidade e a um património universal no âmbito da cultura e, desde 1954, que a Convenção de Haia sobre a protecção de bens culturais em caso de conflito armado insiste na necessidade de preservar das ameaças o património cultural da humanidade no seu todo. Também o Tratado Antártico, de 1 de Dezembro de 1959, reconhece, no Preâmbulo, o “interesse de toda a humanidade” em que a Antártida “continue a ser utilizada exclusivamente para fins pacíficos e que não chegue a ser cenário ou objecto de discórdia internacional” - KISS, Alexandre-Charles - *La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité*, *cit.*, p. 114 e BLANC ALTEMIR, Antonio - **El Patrimonio Comun de la Humanidad: Hacia un régimen jurídico internacional para su gestión**. Barcelona : Bosch, Casa Editorial, 1992. ISBN 84-7676-201-1, p. 22.

⁸⁴ NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 10 e 28.

Quando a Primeira Comissão se dedicou ao estudo desta questão, um grande número de delegações deu o seu testemunho. Entre elas citamos, a título de exemplo, as intervenções dos Estados Unidos da América: “... Esta declaração (a declaração feita em 13 de Julho de 1966 pelo Presidente Lyndon Johnson) significa para nós que os grandes fundos oceânicos não deverão ser objecto de reivindicações antagónicas de soberania nacional. Qualquer que seja o sistema jurídico que venha a ser adoptado para regular as utilizações dos grandes fundos oceânicos, deverá ser garantido que esses fundos poderão ser prospectados e utilizados por todos os Estados sem discriminação ... como poderá a Assembleia Geral ... encorajar a exploração e utilização dos oceanos e seu solo no interesse de toda a Humanidade?”⁸⁵; do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte “... estamos seriamente preocupados pelo facto de os recursos do fundo dos oceanos poderem dar lugar a um aproveitamento unilateral que não tenha em linha de conta os interesses da comunidade internacional”⁸⁶; do Gana “... No exame desta questão, devem ter-se presentes no espírito os objectivos primordiais que se seguem: 1) evitar conflitos entre nações utilizando em comum os recursos; 2) assegurar a utilização em comum dos recursos; 3) assegurar a utilização mais rentável dos recursos naturais; 4) impedir a utilização para fins militares; 5) impedir a poluição; 6) velar para que todas as nações estejam em condições de beneficiar, directa ou indirectamente, das possibilidades e dos recursos que estas vastas zonas oferecem”; da Suécia “... o fundo oceânico deverá ser utilizado apenas para fins pacíficos; deverá estar aberto à exploração de todos e deverá ser aproveitado no interesses de toda a humanidade, tendo em especial atenção as necessidades dos países pobres ... o objectivo final deverá ser a realização de uma internacionalização ...”; e da Bélgica “... O regime internacional que preconiza a proposta maltesa funda-se no postulado de que o leito do mar e o fundo dos oceanos constituem o património comum da humanidade; deste princípio resulta que eles não podem ser objecto de apropriação nacional ...; no plano económico, a delegação de Malta propõe que os recursos dos fundos oceânicos, para além dos limites da jurisdição nacional actual, sejam aproveitados em benefício de toda a humanidade. Esta sugestão

⁸⁵ A proposta de Pardo apanhou os Estados Unidos da América de surpresa. Se havia quem a apoiasse, também eram bastantes as vozes contra. Assim, a *National Oceanography Association* levou a questão ao Congresso e, com o apoio dos membros mais conservadores, defendeu que se o Departamento de Estado apoiasse a proposta Pardo, o efeito poderia ser os americanos perderem os direitos sobre os recursos *off shore*, no exterior da plataforma continental. O resultado foi o aparecimento, no Congresso, de mais de vinte resoluções, todas, excepto uma, contra a ideia de conferir o controlo dos recursos do fundo dos mares a um corpo internacional. O representante dos Estados Unidos da América, nas Nações Unidas, Arthur Goldberg, era um forte apoiante, juntamente com alguns senadores influentes, da proposta maltesa. No Outono de 1967, o senador Pell apresentou, no Senado, a Resolução nº 172, pela qual pedia à Administração Johnson que tomasse a liderança convocando uma conferência internacional que tivesse como mandato negociar um tratado sobre os usos militares e económicos do espaço oceânico. A proposta foi recebida friamente, mas é um sinal da abertura de certos cidadãos americanos influentes no sentido de uma cooperação nas actividades oceânicas - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 25.

⁸⁶ Sublinhados nossos.

parece conforme à Resolução 1112 (XL)⁸⁷, unanimemente adoptada pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em 7 de Março de 1966, segundo a qual o aproveitamento eficaz destes recursos poderia elevar o nível económico dos povos de todo o mundo, em particular o nível dos países em vias de desenvolvimento ...”⁸⁸.

Arvid Pardo, em intervenções que fez posteriormente, foi clarificando, cada vez mais, o seu ponto de vista⁸⁹. Assim, em 3 de Dezembro de 1970, numa declaração perante a Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, afirmou: “Tradicionalmente, o direito internacional tem-se preocupado, essencialmente, com a regulamentação das relações entre Estados. No espaço oceânico, porém, chegou o tempo de reconhecer como um princípio básico do Direito Internacional o interesse comum da Humanidade na preservação da qualidade do meio ambiente marinho e no desenvolvimento racional e equitativo dos recursos situados além da jurisdição nacional. Isto não implica desrespeito pelos interesses dos Estados individualmente considerados, mas sim o reconhecimento do facto de que a longo prazo tais interesses podem ser protegidos apenas no âmbito de um regime internacional estável de estreita colaboração entre Estados”⁹⁰. Também na Primeira Comissão da Assembleia Geral disse “... o conceito de património comum da humanidade implica a exclusão de todas as utilizações não pacíficas ... o seu acesso deve ser livre para todos aqueles que têm um direito sobre o património ... devendo uma regulamentação assegurar a conservação do património e o respeito dos direitos dos outros, prevendo, nomeadamente, a responsabilidade para todo e qualquer abuso. Os recursos do património comum devem ser divididos equitativamente; uma gestão racional do espaço oceânico deve permitir uma utilização plena e completa dos progressos científicos e técnicos; o simples facto de se tratar de uma propriedade indivisível implica que este património deve ser administrado no interesse e para o bem de todos”⁹¹.

⁸⁷ Transcrita in HERRERA CACERES, H. Robert - **En Defensa del "Patrimonio Comun de la Humanidad"**. Honduras : Editorial Universitaria, 1982, p. 61 e 62.

Nesta Resolução era, também, pedido ao Secretário Geral para fazer um estudo sobre os recursos do fundo do mar além da plataforma continental e as técnicas para o seu aproveitamento e respectiva viabilidade económica. Posteriormente, a Resolução nº 2172 (XXI), de 6 de Dezembro de 1966, pediu ao Secretário Geral para criar um grupo de peritos para preparar um estudo sobre o assunto e fazer propostas a apresentar através do Conselho Económico e Social para consideração da Assembleia, em 1968. O Secretário Geral submeteu à Assembleia Geral, em 1968, um relatório sobre *Resources of Sea - E/4449* (Fevereiro de 1968): *Addendum 1 (Mineral Resources)*, *Addendum 2 (Food Resources)* - JAGOTA, S. P. - *The Seabed Outside the Limits of National Jurisdiction*. In BEDJAOUI, Mohammed (Ed.) - *International Law: Achievements and Prospects*. Dordrecht/Paris: Martinus Nijhoff Publishers/Unesco, 1991. ISBN 92-3-102716-6, p. 916-917.

⁸⁸ NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 14-29 e LÉVY, Jean-Pierre, *op. cit.*, p. 36.

⁸⁹ Ver, também, PARDO, Arvid - *The Evolving Law of the Sea: A Critique of the Informal Composite Negotiating Text* (1997). *Ocean Yearbook*. Chicago: The University of Chicago Press, 1978. ISBN 0-226-06602-9, p. 9-37.

⁹⁰ Citado por KISS, Alexandre-Charles - *La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité*, *cit.*, p. 116.

⁹¹ Citado por KISS, Alexandre-Charles, *idem*, p. 116 e 117.

Tal como José Manuel Pureza, podemos dizer que a declaração maltesa procurou veicular uma alternativa às insuficiências normativas do regime da *res communis*. Por um lado, e dado que a liberdade dos mares poderia levar a um sobre-aproveitamento dos *stocks* existentes e consequente esgotamento, ela constitui uma manifestação da necessidade do aparecimento de uma obrigação de conservação dos recursos, como obrigação à escala mundial; por outro lado, visa realçar que os mecanismos de exclusão alimentados pelo entendimento liberal clássico do regime de *res communis* não vitimarão apenas actores futuros, mas também parte da comunidade internacional do momento. Os excluídos seriam, não só as gerações futuras, mas também todos os Estados então recém independentes que não tinham meios tecnológicos e financeiros para acederem à exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar a que tinham formalmente direito⁹².

3 - REACÇÕES À PROPOSTA DE MALTA⁹³

As reacções à proposta de Malta foram variadas. Alguns consideraram-na prematura, outros, na sua maioria países em vias de desenvolvimento, achavam que era o primeiro passo para evitar que mais recursos ficassem nas mãos dos países tecnologicamente mais avançados. De qualquer modo, todos os países, desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, embora por razões diferentes, defendiam a necessidade de criar um regime internacional para regular os usos do mar. Por isso, a Assembleia Geral, após a discussão da proposta de Malta, aprovou a Resolução nº 2340 (XXII), em 18 de Dezembro de 1967, por 99 votos a favor e zero votos contra, na qual reconheceu “o interesse que representa para toda a humanidade o fundo dos mares e dos oceanos, que constituem a maior parte da superfície do planeta ...” e que a sua “exploração e aproveitamento bem assim como do respectivo subsolo deveriam fazer-se de acordo com os objectivos e os princípios da Carta das Nações Unidas, no interesse da manutenção da paz e da segurança internacionais e em benefício de toda a humanidade”. A Assembleia Geral manifestou-se, também, consciente da necessidade de “preservar o fundo dos mares e dos oceanos e respectivo subsolo de actos e de utilizações passíveis de prejudicar os interesses da Humanidade no seu todo”. A mesma Resolução criou um Comité *Ad Hoc*, composto por representantes de 35 Estados, para estudar “... a questão da reserva exclusivamente para fins pacíficos do fundo do mar e dos oceanos e respectivo

⁹² PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 174.

⁹³ NATIONS UNIES - *Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité* ..., *op. cit.*, p. 27 e 28.

subsolo, sob o alto mar para além dos limites da jurisdição nacional actual e o uso dos seus recursos no interesse da Humanidade”⁹⁴.

Na proposta de Malta bem assim como no mandato do Comité *Ad Hoc* há dois aspectos a salientar: por um lado, a questão da desmilitarização⁹⁵ do fundo do mar e, por outro, o aproveitamento dos recursos de modo a que os interesses de toda a Humanidade fossem salvaguardados.

4 - MALTA E O PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE

O objectivo da declaração de Malta, segundo Pardo, “era substituir o princípio da liberdade dos mares pelo princípio do património comum da humanidade, de modo a preservar a maioria do espaço oceânico como um espaço comum acessível à comunidade internacional. O espaço comum ‘alto mar’, todavia, não permaneceria aberto aos caprichos de utilizadores e exploradores; seria submetido a uma administração internacional. A administração internacional do espaço comum e a gestão dos seus recursos para o bem comum distinguem o princípio do património comum do princípio tradicional do alto mar como *res communis* ... Para Malta, o princípio do património comum estava conceptualmente ligado à ideia de soberania funcional, distinta do conceito tradicional de soberania territorial”⁹⁶.

Malta, ao apresentar a sua proposta no sentido de o fundo do mar e dos oceanos⁹⁷ ser considerado património comum da humanidade, nada disse sobre o sentido da expressão

⁹⁴ A Resolução 2340 (XXII) está transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea - 1982: A Commentary**. Dordrecht/Boston/Lancaster : Center for Oceans Law and Policy - Martinus Nijhoff Publishers, 1985. ISBN 90-247-3145-3, p. 161 e 162.

A aprovação desta Resolução representa o início de uma dinâmica que iria evoluir em três vertentes: institucionalização do Comité - a Resolução 2467 (XXIII), de 21 de Dezembro de 1968, criou uma estrutura permanente: o Comité sobre a Utilização Pacífica dos Fundos do Mar e dos Oceanos Além dos Limites da Jurisdição Nacional; alargamento da sua composição, de 35 membros passou para 42, depois para 86 e, por fim, para 91; e ampliação das suas competências - do estudo dos problemas suscitados por Malta, em 1967, relativos ao fundo do mar até à sua conformação como organismo preparatório da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 193.

⁹⁵ A questão da desmilitarização foi tratada separadamente pelo Comité das Dezoito Nações sobre o Desarmamento, tendo levado à conclusão do Tratado sobre a Proibição da Colocação de Armas Nucleares e de outras Armas de Destruição em Massa nos Fundos dos Mares e Respectivo Subsolo, assinado em Londres, Moscovo e Washington, em 11 de Fevereiro de 1971, tratado que entrou em vigor em 18 de Maio de 1972 - o texto do tratado pode ver-se em BRICEÑO BERRÚ, José Enrique, *op. cit.*, p. 181-186.

⁹⁶ Citado por PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 177.

⁹⁷ Na altura em que Malta apresentou a proposta e em que foi aprovado o *item* contendo o mandato do Comité *Ad Hoc*, uma grande parte das margens continentais era ainda considerada fora dos limites da jurisdição nacional e era, por isso, natural que fosse usada a expressão “fundo do mar e dos oceanos”, em vez de apenas fundo dos oceanos. No entanto, alguns Estados afirmaram que esta indicação separada deveria ser interpretada como uma referência a regimes separados para o fundo dos mares fechados e semi-fechados e para o fundo dos oceanos. Um outro ponto divergente era a expressão “sob o alto mar” - alguns Estados afirmaram que como o alto mar está fora do mar territorial, a área

“património comum da humanidade”, por isso apareceram várias interpretações. No entanto, mais tarde, em resposta ao Secretário Geral sobre as funções e deveres do Comité *Ad Hoc*, Malta afirmou que o seu objectivo era: “A preservação do carácter internacional do fundo do mar e do oceano e respectivo subsolo sob o alto mar para além dos limites da jurisdição nacional actual, não como *res omnium communis*, susceptível de ser usada para qualquer fim e cujos recursos são aproveitados indiscriminadamente e de modo competitivo, mas através da aceitação pela comunidade internacional do princípio de que tais vastas áreas do nosso planeta têm um estatuto especial como património comum da humanidade e, por isso, deviam ser reservadas exclusivamente para fins pacíficos e administradas por uma autoridade internacional em nome e em benefício de todos os povos e das gerações presentes e futuras”⁹⁸.

Segundo Malta, deste entendimento resultava que o património comum pode ser usado, mas não possuído, é possível o uso comum e o acesso comum, mas não a propriedade comum. Pardo achava preferível usar o termo herança comum (*common heritage*) em vez de propriedade (*common property*), porque o termo propriedade implica o direito de usar e abusar (*ius utendi et abutendi*)⁹⁹. A Humanidade não foi aqui concebida como uma comunidade de proprietários mas como uma comunidade de participação. Esta universalidade enfatiza o envolvimento, activo e passivo, de todos na gestão do espaço comum e dos seus recursos e não a igual titularidade de zonas de poder exclusivo. A soberania territorial sobre espaços geograficamente delimitados cedeu

sob ele não está sujeita à soberania do Estado, sendo-lhe aplicável o princípio da liberdade dos mares - U. N. Doc. A/C.1/PV:1594, paras. 76-79 (Equador), citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 122.

⁹⁸ U. N. Doc. A/AC. 135/1, p. 29, citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 123.

⁹⁹ A propósito do sentido do conceito “comum” BASLAR, Kemal, in **The Concept of the Common Heritage of Mankind in International Law**. The Hague / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, 1998. Developments in International Law, vol. 30. ISBN 90-411-0505-0, p. 41-52 escreve: “Têm sido usados três conceitos jurídicos semelhantes a propósito dos espaços internacionais: *res communis omnium*, *res extra commercium* e *res communis humanitatis*”. *Res communis omnium* é um conceito de origem romana, de origem individualista, isto é, não é um conceito orientado no sentido da comunidade, antes promove o auto-interesse de cada um e de todos os membros da comunidade. *Res extra commercium* foi usada no contexto do fundo do mar e do espaço exterior e significa que estas regiões estão sujeitas a uma liberdade comum de aproveitamento, sem exercício de soberania nacional. Por último, *res communis humanitatis* é uma expressão que, apesar de latina, não tem origem no Direito Romano, antes foi concebida por juristas latino americanos. Era uma expansão do princípio da *res communis* e visava evitar um vácuo jurídico surgido depois do aparecimento do conceito de património comum da humanidade. A diferença entre *res communis omnium* e *res communis humanitatis* é a natureza jurídica dos recursos naturais *in situ*. Isto é, o último considera a humanidade como o dono dos recursos naturais e com personalidade jurídica. É a partilha dos recursos que distingue esta expressão das anteriores.

Segundo o Autor, “o conceito de património comum da humanidade, como parte da gestão dos recursos internacionais, é um conceito mais funcional que territorial. O conceito não é necessariamente relativo à propriedade da área em que se encontram os recursos, antes tem a ver com o uso dos recursos para o benefício da humanidade. A história do conceito mostra que o principal problema no contexto do ‘comum’ tem sido a identificação da justiça entre ricos e pobres, entre o presente e o futuro ... A ‘comunidade’ da terra não é suficiente sem regulamentação para evitar o sobreuso. Uma interpretação orientada para o mercado resultará numa curta prosperidade económica para as gerações presentes, mas resultaria, também, numa sobreexploração à custa dos interesses das gerações futuras. Sob o regime da *res* é quase impossível materializar o interesse do património comum da humanidade e equilibrar os interesses das gerações presentes e futuras. É necessário uma teoria de justiça ao usar os recursos naturais de importância vital para a humanidade”.

face à soberania funcional, ou seja, à jurisdição sobre usos determinados, possibilitando a justaposição de jurisdição nacional e jurisdição internacional sobre o mesmo espaço. Comunidade de participação significa, assim, desvalorização da relação jurídica de propriedade, sob a forma de apropriação soberana individual pelos Estados: o património comum da humanidade pode ser usado, dentro dos parâmetros do regime, mas não pode ser apropriado¹⁰⁰. Por outro lado, o uso de “património comum” exige um sistema equilibrado de gestão, diferentemente de *res communis* que pode ser gerida pelos Estados ou pessoas individualmente considerados. O património comum implica, também, uma partilha equitativa dos benefícios, com especial atenção para os interesses e necessidades particulares dos países em vias de desenvolvimento, diferentemente da *res communis*. Neste tratamento preferencial ou, dito de outra forma, nesta desigualdade compensatória dos países em vias de desenvolvimento está subjacente o conceito da Nova Ordem Económica Internacional. Por último, o património comum implica a reserva do fundo do mar apenas para fins pacíficos e a reserva dos seus recursos para as gerações vindouras.

5 - OPOSITORES AO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE

Os opositores ao património comum da humanidade podem ser agrupados, no período entre 1967 e 1970, em dois grupos: o grupo dos países industrializados, possuidores da tecnologia necessária para as actividades mineiras do fundo do mar, e o grupo constituído pela União Soviética e alguns países socialistas.

Os países industrializados, com a tecnologia, capital e *know how* necessários para as actividades mineiras, consideravam o conceito de património comum da humanidade vazio de qualquer conteúdo jurídico e contrário às normas e princípios de Direito Internacional. Acreditavam que este conceito tinha várias interpretações e, por isso, não podia ser entendido até que fossem definidas as suas implicações. Consideravam que era preferível a expressão “bem da humanidade” ou “interesse comum da humanidade” ao termo “património”, o qual poderia criar grandes dificuldades aquando da formulação de normas jurídicas¹⁰¹. Criticaram, também, a imprecisão e a novidade do conceito. A Bélgica referiu-se a ele como um neologismo com diferentes sentidos para povos diferentes. Apesar de ninguém reclamar soberania ou direitos soberanos sobre o fundo do mar e respectivo subsolo, os países industrializados insistiam na

¹⁰⁰ PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 178.

¹⁰¹ NATIONS UNIES - *Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité ...*, *op. cit.*, p. 106.

liberdade de acesso ao fundo do mar e de uso dos recursos sem qualquer discriminação¹⁰². Argumentavam que deveria haver uma distinção clara entre a não apropriação do fundo do mar, por um lado, e o seu aproveitamento ou uso, por outro. Muitos deles rejeitavam a equiparação do termo “herança” com o termo “propriedade” e a afirmação de que os recursos do fundo do mar pertencem à comunidade mundial¹⁰³. Outros, ainda, aceitavam o conceito de património comum da humanidade, mas interpretavam-no de forma diferente da dos países em vias de desenvolvimento.

¹⁰² Ver intervenção dos Estados Unidos da América na Primeira Comissão da Assembleia Geral, em Dezembro de 1967, transcrita supra.

Em Julho de 1968, os Estados Unidos da América apresentaram ao Comité *Ad Hoc* um projecto de resolução contendo princípios relativos ao fundo do mar, cujo teor era o seguinte:

“A Assembleia Geral

Desejando encorajar o mais possível a exploração, uso e aproveitamento do fundo do mar para o benefício e no interesse de toda a humanidade,

Considerando que tal exploração e tal uso dos fundos do mar têm de contribuir para a cooperação e compreensão internacionais,

Convencida de que a nenhuma nação, qualquer que seja a sua situação geográfica, nível de desenvolvimento económico, ou capacidade tecnológica deveria ser negada a oportunidade de participar na exploração e uso do fundo do mar,

...

Reafirmando as liberdades tradicionais do alto mar segundo o direito internacional,

...

Recomenda aos Estados, para sua orientação, os seguintes princípios relativos ao fundo do mar:

1 - Nenhum Estado poderá reclamar ou exercer soberania ou direitos soberanos sobre qualquer parte do fundo do mar. Não deverá haver discriminação no acesso ao fundo do mar para exploração e uso por todos os Estados e seus nacionais, de acordo com o direito internacional;

2 - Deverão ser estabelecidos, o mais rapidamente possível, acordos internacionais para regular o aproveitamento dos recursos do fundo do mar. Tais acordos deverão reflectir os princípios estabelecidos nesta declaração de princípios e deverão incluir disposições sobre:

- a) o aproveitamento ordeiro dos recursos do fundo do mar de modo a reflectir o interesse da comunidade internacional no aproveitamento desses recursos;
- b) as condições que favoreçam o investimento necessário, para a exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar;
- c) o destino possível e praticável de uma porção do valor dos recursos extraídos do fundo do mar para a comunidade internacional; e
- d) a acomodação entre o uso comercial e outros usos do fundo do mar e o meio ambiente marinho.

3 -

4 - Os Estados e os seus nacionais deverão conduzir as suas actividades no fundo do mar de acordo com o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas e no interesse da manutenção da paz e segurança internacionais e da promoção da cooperação internacional, conhecimento científico e desenvolvimento económico;

5 - ...

6 - Na exploração e uso do fundo do mar os Estados e seus nacionais:

- a) deverão tem em devida conta os interesses de outros Estados e seus nacionais;
- b) deverão evitar interferências desnecessárias com o exercício da liberdade do alto mar pelos outros Estados e seus nacionais ou com a conservação dos recursos vivos no mar assim como qualquer interferência com a investigação científica fundamental levada a cabo com a intenção de publicação dos resultados;
- c) deverão adoptar medidas de salvaguarda adequadas para minimizar a poluição dos mares ...”.

In NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe del Comité Especial encargado de estudiar la utilización con fines pacíficos de los fondos marinos y oceanicos fuera de los limites de la jurisdiccion nacional: Documentos Oficiales - Vigésimo Tercer Periodo de Sesiones**. Nueva York : Naciones Unidas, 1968, p. 57-59.

¹⁰³ Por exemplo, os Estados Unidos da América - U. N. Doc. A/AC. 138/SR.28, p. 118 e A/AC.138/SR.72, citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 125.

Para eles, património comum podia também ser chamado propriedade comum da humanidade¹⁰⁴, bem comum ou domínio público internacional¹⁰⁵.

A União Soviética e alguns países socialistas reagiram ao conceito de património comum da humanidade de modo semelhante, rejeitando-o dada a sua falta de clareza e de precisão, segundo o Direito Internacional. Relativamente à equiparação entre património comum e propriedade comum, afirmaram que tal ponto de vista não tinha em consideração a realidade do tempo. O representante da União Soviética, em 1968, afirmou, perante a Assembleia Geral, que coexistiam, na cena mundial, Estados com sistemas de propriedade diferentes, por isso, era de opinião que pensar no património comum da humanidade em termos de propriedade colectiva era uma ilusão e a ideia, em si, uma utopia. A criação de uma espécie de propriedade comum seria uma nova fonte de aproveitamento neocolonialista¹⁰⁶. No Comité de Fundos e na Assembleia Geral, os países socialistas, tal como os países industrializados, insistiram que não havia nenhuma

¹⁰⁴ Por exemplo, os Países Baixos - U. N. Doc. A/AC.138/SR.58, p. 201, citado por MAHMOUDI, Said, *idem*, p. 125.

¹⁰⁵ Por exemplo, a Bélgica - U. N. Doc. A/C.1/PV.1788, para. 53, *in* NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 213.

Vários autores franceses, *maxime* George Scelle, desenvolveram a ideia de que existe, em Direito Internacional, um domínio público como nos Estados.

Nos Estados, o domínio público pertence ao Estado ou a colectividades públicas - é constituído por bens que são afectos quer ao uso do público quer ao funcionamento de um serviço público. Por isso, está sujeito a um regime específico de Direito Público: é inalienável e imprescritível; para a sua aquisição o Estado pode utilizar procedimentos próprios do Direito Público, como a expropriação ou a requisição; a sua gestão material comporta um regime jurídico específico; a sua protecção é assegurada penalmente através de regras específicas; a sua delimitação é feita segundo procedimentos próprios, sem qualquer relação com o Direito Privado. A afectação dos bens ao domínio público pode resultar da própria natureza dos bens, por exemplo, os rios, o mar territorial o espaço aéreo sobrejacente; ou da sua classificação pelas normas jurídicas, por exemplo, certos barcos. Numa sociedade composta coexistem vários domínios públicos: o domínio público nacional, regional, municipal, das freguesias, etc.. O mesmo se passa, segundo esses autores, no plano do Direito Internacional Público: um domínio público internacional pode constituir-se sobre os direitos públicos nacionais.

O estatuto do domínio público internacional é o resultado de uma afectação, de uma classificação, pelo Direito Internacional, de um bem nesta categoria. Este estatuto pode ser conferido directamente, quando se trata de espaços que a soberania estadual não pôde ou não pode efectivamente ou razoavelmente reivindicar - é o caso dos oceanos. Mas pode acontecer que tal regime se institua sobre domínios públicos estaduais para constituir um meio de utilização geral pela sociedade internacional, desde que se trate de bens pertencentes à ordem jurídica estadual: rios, estreitos, canais interoceânicos ... Um outro elemento que pode motivar a afectação de um bem ao domínio público internacional é o interesse internacional, a sua importância social, a sua utilidade para a sociedade internacional. A característica essencial destes bens do domínio público é que apesar dos poderes dos governos, tais bens não são passíveis de apropriação exclusiva por este ou aquele governo, antes são passíveis de ser usados por todos e, sem deixar de pertencer ao domínio público estadual, têm uma nova classificação no domínio internacional.

Admitida a existência de um domínio público internacional, coloca-se o problema de saber quem o gere. A teoria do desdobramento funcional de George Scelle trouxe um importante contributo a esta questão. O desdobramento funcional reconhece às autoridades constitucionais dos Estados competência para serem os agentes de realização do Direito Internacional, quer seja convencional quer seja costumeiro. Uma parte do domínio público internacional é, por isso, gerida pelos Estados territorialmente competentes, mas em benefício da comunidade internacional. Há, assim, uma espécie de delegação de competências da comunidade internacional nos Estados, sendo estes encarregados de gerir certos bens. Há quem considere a teoria do domínio público como precursora do conceito de património comum da humanidade - KISS, Alexandre-Charles - *La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité*, *cit.*, p. 123-127.

¹⁰⁶ Doc. A/C.1/PV.1592, paras. 35-37 e U. N. Doc. A/AC.138/7, para. 26 (2), *in* NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 57 e 83.

lacuna legal em relação ao fundo do mar e que a Carta das Nações Unidas continha o regime para as relações entre Estados em todos os domínios, por isso, criar um regime jurídico especial para o fundo do mar significaria que o regime jurídico dessa área era diferente do das águas suprajacentes. Defendiam, por isso, a aplicabilidade do princípio da liberdade do alto mar e as normas contidas na Convenção de Genebra sobre o Alto Mar, ao fundo do mar e seus recursos. Para os países socialistas, o património comum da humanidade devia ser entendido no sentido de que o fundo do mar para além dos limites da jurisdição nacional devia ser usado juntamente por todos os Estados, sem discriminação, sem reivindicações de soberania e sem apropriação por qualquer Estado ou pessoa¹⁰⁷. A União Soviética, de modo preciso, afirmou: “o fundo do mar está à disposição de todos os Estados e não pode ser objecto de apropriação”¹⁰⁸. Esta interpretação equipara o conceito de património comum da humanidade com o de *res communis* e o princípio da liberdade do alto mar.

6 - DEFENSORES DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE

Os países que defenderam o princípio do património comum da humanidade eram, sobretudo, países em vias de desenvolvimento, isto é, o chamado Grupo dos 77. No entanto, alguns países desenvolvidos, como a Suíça, a Áustria e os países nórdicos, também, o apoiaram.

O conceito de património comum da humanidade apareceu aos olhos do Grupo dos 77 como um meio para a realização da Nova Ordem Económica Internacional (NOEI). Alguns dos países que faziam parte deste grupo tinham acedido, há pouco tempo, à independência, tendo sido colónias de países tecnologicamente avançados, países que, aos seus olhos, eram a causa do seu subdesenvolvimento. Estes novos países viam no conceito de património comum da humanidade a oportunidade de inverter a sua situação, no sentido de uma ordem económica mais justa e equilibrada (Perú). Esperavam que os benefícios resultantes do aproveitamento do fundo do mar pudessem contribuir para diminuir as desigualdades entre eles e os países desenvolvidos (Índia). Viam nos recursos do fundo do mar, o meio de “corrigir o desequilíbrio histórico” de que eram vítimas (Jamaica). Para o Grupo dos 77, a principal consequência do conceito de património comum da humanidade era que, nas actividades do fundo do mar, o benefício de todos deveria

¹⁰⁷ Como exemplo pode referir-se a União Soviética - Doc. A/AC.138/SC.1/SR.12-29, p. 26-27, Doc. A/C.1/PV.1592, para. 25 e Doc. A/AC.138/SR.30, p. 15; a Roménia - Doc. A/AC.138/SR.53, p. 100; a Ucrânia Doc. A/C.1/PV.1779, para. 130 - citados por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 126.

¹⁰⁸ Doc. A/C.1/PV.1798, para. 59, in NATIONS UNIES - *Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité* ..., *op. cit.*, p.215.

prevalecer sobre os interesses de alguns países grandes. O princípio do património comum da humanidade era um todo ilimitado do qual se podia extrair muitos outros princípios e normas.

O Grupo dos 77 considerava o conceito de património comum da humanidade como um conceito revolucionário, “parte de uma filosofia que desejava inaugurar uma nova ordem internacional em que igualdade e justiça não seriam palavras vãs” (Argélia e Chile). Admitiam que as implicações jurídicas do conceito eram imprecisas e, por isso, tinham que ser desenvolvidas (Índia e Líbia), mas eles próprios contribuiriam para esse desenvolvimento (Brasil). Para eles, o conceito de património comum da humanidade implicava a noção de propriedade, uma propriedade da Humanidade, no sentido de que ninguém pode adquirir uma parte sem o consentimento de todos. A propriedade comum exigia uma soberania comum sobre o fundo do mar (Chile) e, consequentemente, uma participação equitativa de todos os Estados na administração da herança comum. A Humanidade não pode ser representada apenas por alguns países desenvolvidos que dispõem da tecnologia e do conhecimento necessários (Colômbia, Chile e Trindade e Tobago). A propriedade comum e a administração comum levaria a uma partilha equitativa dos benefícios. No que toca à partilha dos benefícios, o Grupo de 77 reclamava um direito preferencial tendo em vista as suas necessidades (Nigéria, Guatemala, El Salvador e Tanzânia). A Humanidade seria representada por uma organização internacional a ser criada para gerir a sua propriedade em seu nome. O representante da Jugoslávia apontou os três elementos do conceito de património comum: propriedade comum, gestão comum e distribuição equitativa dos benefícios de modo a assegurar uma igualdade de facto entre os Estados, em vez da existente igualdade jurídica¹⁰⁹.

O Grupo dos 77 criticou a posição dos países socialistas e dos países desenvolvidos. Relativamente aos países socialistas¹¹⁰, alguns países do grupo manifestaram-se surpreendidos, não compreendendo como países que promoveram revoluções para trazer justiça para os mais pobres, no seu país, a nível internacional, e no que toca ao património comum da humanidade, adoptavam

¹⁰⁹ Todas as citações constam de NATIONS UNIES, *idem*, várias páginas.

¹¹⁰ Numa fase inicial e numa tentativa de cativar os países socialistas, Pardo, no Comité de Fundos, ao explicar o património comum da humanidade disse que era um “conceito socialista”, pois significava o direito a uma partilha igual. Um delegado de um país socialista, porém, disse que “obter proveitos sem trabalhar para eles é contra o socialismo. É uma espécie de teoria de senhor da terra ausente (*absentee-landlord theory*)”. Quando a URSS e outros países socialistas recusaram aderir à ideia do património comum da humanidade, Pardo afirmou: “o mundo socialista não pode contar realisticamente ser capaz de participar significativa e seguramente no aproveitamento dos imensos recursos não vivos do fundo dos oceanos a não ser sob a égide internacional ... ao evitar o estabelecimento de um regime viável e efectivo ... o mundo socialista perderia o que é possivelmente uma oportunidade única de assegurar um acesso igual a recursos que certamente se tornarão cada vez mais valiosos na competição pacífica entre os diferentes sistemas sociais”. Entretanto, a União Soviética foi mudando, gradualmente, a sua posição em relação ao património comum da humanidade. Se analisarmos o conceito de património comum da humanidade detectamos uma influência nítida dos ideais socialistas. Assim, a cláusula da não apropriação é tipicamente de inspiração socialista, de acordo com a qual a propriedade comum é fundamental. Também a ideia de uma gestão internacional forte do fundo do mar é uma manifestação da gestão centralizada do socialismo. O mesmo se pode dizer da partilha equitativa dos benefícios - BASLAR, Kemal, *op. cit.*, p. 32-34.

uma política semelhante à dos países capitalistas que eles condenavam. Relativamente a tratar-se de um neologismo sem conteúdo jurídico, o Grupo dos 77 salientou que os conceitos novos exigem um tratamento novo e nada impede os Estados de dar uma definição jurídica a este conceito.

Resumidamente, podemos dizer que os países industrializados aderiram a uma interpretação restritiva do conceito de património comum, baseada na não apropriação do fundo do mar, isto é, o património comum era um novo nome para o velho conceito de *res communis*. Pelo contrário, o Grupo dos 77 defendia uma interpretação extensiva do conceito, do qual extraíam outras regras. Os aspectos do conceito de património comum da humanidade aceites, quer pelos países desenvolvidos quer pelos países em vias de desenvolvimento, embora com diferentes interpretações, são: o carácter internacional do fundo do mar, o que exclui toda a reivindicação nacional de soberania; o princípio da sua utilização para fins pacíficos; a observância dos interesses da Humanidade e o estabelecimento de um regime internacional ou de acordos internacionalmente adoptados.

7 - O COMITÉ *AD HOC*¹¹¹

O Comité *Ad Hoc*, criado pela Resolução da Assembleia Geral nº 2340 (XXII), de 18 de Dezembro de 1967, e constituído por trinta e cinco membros, eleitos segundo o critério da representação geográfica equitativa, realizou três sessões durante o ano de 1968. As duas primeiras tiveram lugar em Nova Iorque, de 18 a 27 de Março e de 17 de Junho a 9 de Julho, e a terceira teve lugar no Rio de Janeiro, de 19 a 30 de Agosto de 1968. Na primeira Sessão, o Comité criou dois grupos plenários de trabalho: um dos grupos tinha que estudar os aspectos económicos e técnicos da questão e o outro os aspectos jurídicos. As questões relativas ao património comum da humanidade foram confiadas ao grupo de trabalho jurídico, que se preocupou, sobretudo, com as questões da natureza jurídica do fundo do mar e dos oceanos e respectivo subsolo, da sua afectação para fins exclusivamente pacíficos, da utilização dos seus recursos no interesses da Humanidade, da liberdade de investigação científica e da prospecção do fundo do mar e dos oceanos e respectivo subsolo, da questão da poluição e de outros riscos. O grupo de trabalho tratou, também, da criação de uma moratória ou de um congelamento das pretensões nacionais sobre o fundo dos mares e dos

¹¹¹ NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe del Comité Especial** ..., 1968, *cit.*, p. 1 e NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité**, *op. cit.*, p. 32-93, *maxime* 82-84.

oceanos para além dos limites da jurisdição nacional e da aprovação de uma declaração de princípios a adoptar pela Assembleia Geral.

O grupo de trabalho analisou dois estudos realizados pelo Secretariado e intitulados “Aspectos jurídicos da questão da afectação a fins exclusivamente pacíficos do fundo do mar e dos oceanos e respectivo subsolo, no alto mar para além dos limites da jurisdição nacional actual e do aproveitamento dos seus recursos no interesses da humanidade”¹¹² e “Estudo das legislações nacionais relativas ao fundo dos mares e dos oceanos e subsolo respectivo para além dos limites da jurisdição nacional”¹¹³. O grupo de trabalho e o Comité tinham, também, perante si a opinião dos governos dos Estados membros e dez documentos sob a forma de projectos de resolução. De entre eles, destacamos uma passagem do projecto de resolução dos Estados Unidos da América sobre os princípios relativos aos fundos do mar¹¹⁴, na qual se vê que o entendimento deste país não equivale ao conceito de património comum da humanidade no sentido pretendido pela delegação de Malta: “1 - Nenhum Estado pode reivindicar ou exercer a soberania ou direitos soberanos sobre nenhuma parte dos fundos oceânicos. Não haverá discriminação no que diz respeito ao acesso às zonas oceânicas para fins de aproveitamento e de utilização por todos os Estados e pelos seus nacionais de acordo com o direito internacional ...; 2 c) A afectação, na medida do possível e praticável, de uma parte do valor dos recursos tirados dos fundos oceânicos para fins que interessam à comunidade internacional ...”; e o projecto da Bélgica¹¹⁵ no qual se recomendava a criação de um comité permanente para estudar estas questões e preparar soluções aceitáveis pela comunidade internacional: “... A Assembleia Geral ...

1 - Cria um Comité de utilizações pacíficas dos fundos dos mares além dos limites da jurisdição nacional, composto pelos seguintes Estados ...

2 - Encarrega o Comité:

a) De estudar a elaboração de um conjunto de regras susceptíveis de favorecer a cooperação internacional no domínio da exploração e utilização do fundo dos mares e dos oceanos...”.

¹¹² Doc. A/AC.135/19 e Add.1 e 2 in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 9 e NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *idem*, p. 32.

¹¹³ Doc. A/AC.135/11 e Add.1, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 9.

¹¹⁴ Doc. A/AC.135/25, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 57-59.

Em finais de 1968, Clairborne Pell apresentou à Comissão Científica e Técnica da Assembleia do Atlântico Norte um projecto de acordo visando a internacionalização da exploração dos fundos marinhos (Doc. NATO/M 79-STC (69)8).

¹¹⁵ A/7230, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 61-62 e NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 37.

O Comité adoptou e propôs à Assembleia Geral dois documentos relativos ao património comum da humanidade: o projecto de declaração de princípios gerais e o projecto de declaração relativo aos princípios que foram objecto de acordo.

O relatório do Comité *Ad Hoc* (A/7230) foi examinado pela Primeira Comissão da Assembleia Geral, na sua vigésima terceira Sessão, entre 28 de Outubro e 11 de Novembro e de 18 a 20 de Dezembro de 1968.

A Assembleia Geral, em 21 de Dezembro de 1968, adoptou, por 112 votos a favor, zero votos contra e 7 abstenções, a Resolução nº 2467 A (XXIII), que criou o Comité de Utilizações Pacíficas do Fundo dos Mares e dos Oceanos para além dos Limites da Jurisdição Nacional (Comité de Fundos), formado por 42 representantes de Estados, cujo mandato consistia em:

“a) Estudar a elaboração de princípios jurídicos e normas que possam promover a cooperação internacional na exploração e uso do fundo do mar e do oceano e respectivo subsolo, para além dos limites da jurisdição nacional e assegurar o aproveitamento dos seus recursos para o benefício da Humanidade e as exigências económicas e outras que este regime deve satisfazer de modo a ir ao encontro dos interesses da humanidade no seu todo;

b) Estudar as vias e os modos de promover o aproveitamento e o uso dos recursos desta área e da cooperação internacional com esse fim, tendo em conta o desenvolvimento provável da tecnologia e as implicações económicas de tal aproveitamento e tendo em conta o facto de que tal aproveitamento deve beneficiar a humanidade no seu conjunto;

c) Rever os estudos desenvolvidos no domínio da exploração e pesquisa nesta área e tendentes a intensificar a cooperação internacional e a estimular a troca e disseminação o mais ampla possível dos conhecimentos científicos adquiridos nesta matéria;

d) Examinar as medidas propostas de cooperação a ser adoptadas pela comunidade internacional de modo a evitar a poluição marinha que pode resultar da exploração e aproveitamento dos recursos desta área”¹¹⁶.

A Assembleia Geral, no mesmo dia, adoptou, ainda, entre outras, a Resolução nº 2467 C (XXIII) pela qual “1. Pede ao Secretário Geral que desenvolva um estudo sobre a questão da criação, em devido tempo, de um mecanismo internacional apropriado para o promoção da exploração e aproveitamento dos recursos desta área e o uso de tais recursos no interesse da humanidade, independentemente da situação geográfica dos Estados e tendo uma atenção especial aos interesses e necessidades dos países em vias de desenvolvimento e que submeta um relatório ao Comité de Fundos para consideração durante uma das suas sessões de 1969.

¹¹⁶ Transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 163-164.

2. Pede ao Comité para submeter um relatório nesta matéria à Assembleia Geral, na sua vigésima quarta Sessão”¹¹⁷.

8 - O COMITÉ DE UTILIZAÇÕES PACÍFICAS DO FUNDO DOS MARES E DOS OCEANOS PARA ALÉM DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL¹¹⁸

O Comité de Fundos, durante o ano de 1969, teve três reuniões, na sede das Nações Unidas, nos meses de Fevereiro, Março e Agosto. As questões relativas à noção de património comum da humanidade foram tratadas no Subcomité jurídico. O Presidente do Subcomité jurídico foi incumbido pelo Comité de fazer consultas officiosas junto das delegações tendo em vista um acordo sobre os princípios jurídicos. Por outro lado, um grupo de trabalho officioso, constituído por representantes do Brasil, Estados Unidos da América, Índia, Líbia, Noruega e URSS realizou várias reuniões para analisar os diversos projectos apresentados pelo Comité de Fundos e pela Assembleia Geral, nas reuniões anteriores.

No seu relatório final, o Subcomité jurídico escreveu, a propósito do conceito de património comum da humanidade, que havia consenso sobre: “... os fundos dos mares e oceânicos e respectivo subsolo para além dos limites da jurisdição nacional não poderão ser objecto de apropriação por um Estado ... e nenhum Estado pode exercer ou reivindicar soberania ou direitos soberanos sobre qualquer parte desta zona”. Já em relação ao entendimento de que “... o fundo dos mares e dos oceanos e respectivo subsolo para além dos limites da jurisdição nacional são património comum da humanidade (ou) fazem parte do património comum da humanidade ...”, referia que, embora fosse apoiado por um grande número de delegações, não era aceite por todas.

A Primeira Comissão da Assembleia Geral estudou o relatório do Comité de Fundos, de 31 de Outubro a 10 de Novembro e de 2 a 9 de Dezembro de 1969, tendo havido imensas intervenções.

A delegação de Malta apresentou à Assembleia Geral um projecto de resolução em cuja parte dispositiva se previa a convocação de uma conferência para tratar das questões do Direito do Mar. O projecto foi adoptado pela Assembleia Geral, pela Resolução nº 2574 A (XXIV), na 1833ª reunião plenária, no dia 15 de Dezembro de 1969, por 65 votos a favor, 12 votos contra e 15

¹¹⁷ Transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *idem*, p. 166-167.

¹¹⁸ NATIONS UNIES - *Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité ...*, *op. cit.*, p. 94 e s..

abstenções¹¹⁹. No nº 1 da parte dispositiva, a Resolução: “*Pede* ao Secretário Geral para se inteirar da opinião dos Estados Membros sobre a oportunidade de convocar, numa data próxima, uma conferência sobre o direito do mar encarregada de rever os regimes do alto mar, plataforma continental ... tendo em vista, em especial, conseguir uma definição clara, precisa e internacionalmente aceite da região do fundo dos mares e dos oceanos que se encontram além dos limites da jurisdição nacional, no contexto do regime internacional a ser estabelecido para esta zona”.

A Assembleia Geral aprovou, também, um outro projecto de resolução apresentado pelos seguintes países: Índia, Camarões, Ceilão, Jamaica, Quénia, Koweit, Líbia, Mauritânia, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, República Unida da Tanzânia, Sudão, Tailândia, Trindade e Tobago e Jugoslávia, aos quais se associaram outros Estados. O projecto foi adoptado pela Assembleia Geral, pela Resolução nº 2574 C (XXIV), na mesma reunião, por 100 votos a favor, zero votos contra e 11 abstenções. No nº 1, esta Resolução: “*Pede* ao Secretário Geral para preparar um novo estudo sobre os diversos tipos de mecanismos internacionais e, em particular, um estudo aprofundado sobre a estrutura, o estatuto, funções e utilização pacífica do fundo dos mares e dos oceanos e respectivo subsolo, além dos limites da jurisdição nacional, compreendendo o poder para regulamentar, coordenar, supervisionar e controlar todas as actividades relativas à exploração e aproveitamento de todos os recursos, em benefício de toda a humanidade, independentemente da situação geográfica dos Estados, tendo em conta os interesses e as necessidades dos países em vias de desenvolvimento, quer sejam sem litoral quer sejam costeiros;”¹²⁰.

Por último, na mesma Sessão, foi adoptada, por 62 votos a favor, 28 votos contra, 28 abstenções e sem a participação de oito delegações, a Resolução nº 2574 D (XXIV) cujo projecto foi apresentado pelo Ceilão, Equador, Guatemala, Koweit, Mauritânia e México aos quais se associaram outros Estados, Resolução que ficou conhecida por “moratória”¹²¹.

¹¹⁹ Documents officiels de l'Assemblée Générale, vingt-quatrième Session, Supplément nº 22 (A/7622) séances plénières, vol. III, 1833^e séance, para. 2, in NATIONS UNIES, *idem*, p. 155. A Resolução está transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 169-170. Os Estados Unidos da América votaram contra - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 26.

¹²⁰ Documents officiels de l'Assemblée Générale, vingt-quatrième Session, Supplément nº 22 (A/7622) séances plénières, vol. III, 1833^e séance, para. 4, in NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 156; transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *idem*, p. 171-172.

¹²¹ Documents officiels de l'Assemblée Générale, vingt-quatrième Session, Supplément nº 22 (A/7622) séances plénières, vol. II, 1833^e séance, para. 22, in NATIONS UNIES, *idem*, p. 156, 157 e 159. Votaram contra: África do Sul, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Gana, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Malta, Mongólia, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Bielorrússia, Ucrânia, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, Checoslováquia e URSS - p. 159.

8.1 - A RESOLUÇÃO *MORATORIUM*¹²²

Tendo presente que a criação de um regime internacional para regular o património comum da humanidade demoraria vários anos e que durante esse tempo os Estados mais industrializados poderiam começar o aproveitamento comercial dos recursos do fundo do mar, os apoiantes do conceito de património comum da humanidade consideraram necessário estabelecer, até à entrada em vigor de um tratado internacional regulando estas matérias, uma moratória em relação a qualquer aproveitamento do fundo do mar¹²³. Nesse sentido a Assembleia Geral aprovou a *Moratorium Resolution*.

A Resolução, na sua parte final, estabelece: “... Declara que, durante o estabelecimento do mencionado regime internacional:

a) Estados e pessoas, físicas e jurídicas, são obrigados a evitar todas as actividades de aproveitamento dos recursos da área do fundo mar e do oceano e respectivo subsolo, para além dos limites da jurisdição nacional;

b) Não será reconhecida nenhuma reivindicação sobre qualquer parte dessa área”¹²⁴.

A Moratória referia-se apenas ao aproveitamento e já não à prospecção e exploração do fundo do mar, que, por isso, podiam continuar.

O Grupo dos 77 via nesta Resolução uma tentativa de evitar uma situação de facto consumado e acreditava no seu efeito psicológico.

Aqueles que eram contra¹²⁵ a Moratória argumentavam que os limites da área do fundo do mar ainda não estavam definidos¹²⁶; a adopção da Moratória poderia conduzir a um alargamento

¹²² A moratória foi reiterada pela III UNCTAD, realizada em 1972, em Santiago de Chile - VARGAS CARREÑO, Edmundo - *América Latina y el Derecho del Mar*. Primera edición. México : Fondo de Cultura Económica, 1973, p. 112.

¹²³ Já em 1968, no Comité *Ad Hoc*, vários representantes sugeriram um congelamento das reclamações nacionais sobre os fundos marinhos fora dos limites da jurisdição nacional, *in* NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe del Comité Especial ...**, 1968, *cit.*, p. 52.

Mesmo depois da Moratória ter sido aprovada, alguns Estados lembravam que não eram possíveis reivindicações sobre o fundo do mar. Por exemplo, em 1972, Argélia, Brasil, Chile, China, Iraque, Quênia, Kuwait, República Árabe Líbia, México, Perú, Venezuela, Yemen e Jugoslávia apresentaram um Projecto de Decisão em que reafirmavam que “antes do estabelecimento do regime internacional, nenhuma reivindicação sobre qualquer parte da área ou dos seus recursos, baseada em actividades passadas, presentes ou futuras seria reconhecida” - *in* UNITED NATIONS - General Assembly - **Report of the Committee on the Peaceful Uses of the Sea-Bed and the Ocean Floor Beyond the Limits of National Jurisdiction: Official Records: Twenty-seventh Session. Supplement n° 21 (A/8721)**. New York : United Nations, 1972, p. 69.

¹²⁴ Transcrita *in* NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 172 e 173.

¹²⁵ Relativamente às resoluções levanta-se o problema da sua força jurídica. Para além do que se refere no texto a propósito da Declaração de Princípios, podemos dizer, em relação à “moratória”, que não há a *opinio iuris* necessária para se formar um costume internacional - uma das fontes de Direito Internacional Público à luz do artigo 38º do Estatuto de Tribunal Internacional de Justiça - na medida em que vinte e oito Estados, entre os quais os mais desenvolvidos, votaram contra ela. Falta-lhe, assim, a aceitação generalizada. Praticamente metade dos membros das

dos limites da plataforma continental por muitos Estados com o objectivo de proteger os seus interesses nacionais; e poderia desencorajar todas as actividades mineiras e de desenvolvimento das tecnologias necessárias. Os países tecnologicamente mais avançados reagiram contra esta Resolução, não só devido às limitações ao aproveitamento, por tempo ilimitado, dos recursos do fundo do mar, mas também devido ao facto de as reservas de petróleo e de gás da plataforma continental poderem ficar por ela abrangidas.

Stevenson, consultor jurídico do Departamento de Estado dos Estados Unidos, fez a seguinte declaração em relação à Moratória: “A Resolução é indicativa e não impositiva. Os Estados Unidos não estão juridicamente vinculados por ela. Aos Estados Unidos é, no entanto, exigido que tenha em atenção a Resolução ao determinar as suas políticas. O artigo 2º § 2 da Carta das Nações Unidas estabelece ‘Todos os Membros, de modo a assegurarem para todos em geral os direitos e vantagens resultantes da sua qualidade de membros, deverão cumprir de boa fé as obrigações por eles assumidas de acordo com a presente Carta’. Com excepção de certas áreas expressamente delineadas, ..., a Assembleia Geral não tem poder para tomar decisões vinculativas para os seus membros. A Resolução Moratória não versa sobre uma das áreas especiais ... uma tal Resolução não pode impor a um Membro uma obrigação jurídica de a implementar. ... Os Estados Unidos não estão obrigados a implementar a recomendação e de modo claro manifestaram a sua oposição ao conceito”¹²⁷.

Relativamente à questão da força vinculativa da Moratória, somos de opinião que, atendendo ao número significativo de Estados, nele se incluindo os Estados mais desenvolvidos e com capacidade para iniciar actividades mineiras no fundo do mar, mas não só, que não a apoiou, ela não goza de força jurídica impositiva, isto é, não produz efeitos directamente e *per se*, por isso não torna ilegais eventuais actividades unilaterais de aproveitamento do fundo do mar além dos limites da jurisdição nacional, que possam ocorrer. Apesar de não dispor de força jurídica, segundo alguns, é-lhe reconhecida uma força política - “pela convergência de posições do III Mundo que reflecte, ela assume-se como veículo de uma pressão política internacional geradora de efeitos

Nações Unidas não estavam preparados para apoiar a resolução, além de que alguns Estados, posteriormente, com a adopção de legislação nacional, revelaram não se conformar com o seu conteúdo.

A este propósito, entre outros, MEESE, Sally A., *in* The Legal Regime Governing Seafloor Polymetallic Sulfide Deposits, *cit.*, na p. 153 escreve que “a resolução não tem força vinculativa dada a falta de consenso na aprovação, aliás, a resolução foi aprovada com 28 votos contra e 28 abstenções, por isso não pode dizer-se que tenha um largo apoio”.

¹²⁶ Reino Unido Doc. A/C.1/PV.1709, para. 90, citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 131. Os Estados Unidos da América opuseram-se, veementemente, porque dela resultava o não reconhecimento de qualquer direito de mineração do fundo do mar - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 26.

¹²⁷ Citado por BROWN, A. D. - Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles in Conflict, *cit.*, p. 542 e *in* **Sea-Bed Energy and Minerals: The International Legal**

desincentivadores de algumas práticas juridicamente relevantes dos Estados. A insusceptibilidade de ter uma capacidade ilegalizadora é, assim, compensada pela sua capacidade deslegitimadora”¹²⁸.

9 - O COMITÉ DE UTILIZAÇÕES PACÍFICAS DO FUNDO DOS MARES E DOS OCEANOS PARA ALÉM DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL (CONTINUAÇÃO)¹²⁹

Em 1970, o Comité de Fundos reuniu-se, no dia 26 de Fevereiro, em Nova Iorque, para elaborar a sua agenda de trabalho e realizou duas sessões, uma de 2 a 26 de Março, em Nova Iorque e outra de 3 a 28 de Agosto, em Genebra¹³⁰.

A Assembleia Geral, na Sessão de 1969, além das resoluções referidas, aprovou, também, a Resolução nº 2574 B (XXIV) cujo nº 4 pedia ao Comité para apressar o trabalho de preparação de uma exposição global e equilibrada de princípios e para propor à vigésima quinta Sessão da Assembleia Geral um projecto de declaração¹³¹. Com esse fim, o Subcomité jurídico¹³² do Comité de Fundos foi incumbido de estudar, nas sessões de 1970, os princípios capazes de promover a

Regime: Sea-Bed Mining. The Hague / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, 2001. ISBN 90-411-1540-4, p. 28.

¹²⁸ PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 195.

¹²⁹ NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 160-219.

¹³⁰ Estiveram presentes nos trabalhos, além dos quarenta e dois membros do Comité de Fundos, e na qualidade de observadores, os seguintes Estados: Barbados, Birmânia, Cuba, Dinamarca, Equador, Espanha, Filipinas, Finlândia, Guiana, Indonésia, Irão, Jamaica, Marrocos, Nicarágua, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, República Socialista Soviética da Ucrânia, África do Sul, Suécia, Tunísia, Turquia, Uruguai e Venezuela. A Mesa esteve integrada pelos seguintes membros: Comité Principal - Presidente: Hamilton Shirley Amerasinghe, do Ceilão; Vice-presidentes: José Piñera (primeiro período) e Fernando Zegers (segundo período), do Chile, Edvard Hambro (primeiro período) e Jens Stevensen (segundo período), da Noruega, Eugeniusz Kulaga (primeiro período) e Włodzimierz Natorf (segundo período), da Polónia, Salim A. Salim (primeiro período) e E. E. Seaton (segundo período), da República Unida da Tanzânia; Relator - Charles V. Vella, de Malta - NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional: Documentos Oficiales: vigesimo quinto periodo de sesiones. Suplemento nº 21 (A/8021).** Nueva York : Naciones Unidas, 1970, p. 2.

¹³¹ Transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 171-172.

¹³² O Subcomité jurídico teve uma série de reuniões oficiais e oficiosas durante os dois períodos de sessões de 1970. Realizou seis sessões oficiais e sete oficiosas, em Nova Iorque, entre 9 e 24 de Março. Em Genebra, realizou três sessões oficiosas, de 25 a 27 de Agosto, do mesmo ano. O Subcomité celebrou, também, consultas oficiosas em Nova Iorque, de 15 a 19 de Junho e em Genebra, de 27 a 31 de Julho e de 3 a 25 de Agosto. A Mesa era composta pelos seguintes elementos: Presidente - Embaixador Reynold Galindo Pohl, de El Salvador; Vice-presidente - Alexandre Yankov, da Bulgária; Relator - Abdel Halim Badawi, da República Árabe Unida. No final das reuniões o Subcomité elaborou um relatório - Doc. A/AC.138/31 - resumindo o seu trabalho e contendo dois apêndices: Apêndice I - Doc. A/AC.138/SC.1/L.2 - projecto de resolução apresentado por Brasil, Camarões, Ceilão, Chile, Índia, Quénia, Kuwait, Líbia, Madagáscar, Serra Leoa, Sudão, Tailândia, Tanzânia, Trindade e Tobago e Jugoslávia, sobre a declaração de princípios; e Apêndice II - Doc. A/AC.138/SC.1/L.4/Rev.1 - projecto de resolução apresentado pela Noruega, contendo, igualmente, princípios relativos aos fundos marinhos - in NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional** ..., 1970, *cit.*, p. 27-38.

cooperação internacional para a prospecção e utilização do fundo dos mares e oceanos e respectivo subsolo além dos limites da jurisdição nacional e para o aproveitamento dos seus recursos para o benefício da humanidade, independentemente da situação geográfica dos Estados, tendo em conta os interesses e as necessidades especiais dos países em vias de desenvolvimento, quer sejam ribeirinhos quer sem litoral. Esta tarefa era tanto mais importante, quanto era certo que alguns países industrializados, ao rejeitarem a moratória, revelaram o seu intento de acelerarem as suas actividades unilaterais no fundo do mar, pondo, desse modo, em risco a sua participação num futuro regime jurídico internacional e, consequentemente, o interesse da Humanidade no seu património comum.

O Subcomité jurídico criou, em 10 de Março de 1970, um grupo de trabalho oficioso e encarregou-o de fazer consultas oficiosas e de rever a formulação de princípios.

O Comité de Fundos, no final da Sessão de Agosto¹³³, elaborou um relatório para apresentar à Assembleia Geral, no qual deu conta de que não conseguiu obter um acordo em relação a um projecto de declaração de princípios.

A Primeira Comissão da Assembleia Geral, na sua 25ª Sessão, realizada nos finais de Novembro e em Dezembro de 1970, estudou o relatório do Comité de Fundos. Entretanto, como o Comité de Fundos não tinha conseguido um consenso sobre um projecto de declaração de princípios, o seu Presidente fez consultas oficiosas com o intuito de elaborar um projecto que fosse geralmente aceite. Numa carta, de 24 de Novembro de 1970, dirigida ao Presidente da Primeira Comissão, o Presidente do Comité de Fundos afirmou que “as consultas levaram à redacção de um projecto de declaração que exprime o maior acordo possível no momento ...”. A carta era acompanhada do “Projecto de declaração de princípios relativos ao fundo dos mares e dos oceanos e respectivo subsolo além dos limites da jurisdição nacional”.

¹³³ Em 23 de Maio de 1970, apareceu o *Nixon's Oceans Policy Statement*, que propunha que todos os Estados negociassem um regime internacional, segundo o qual deveriam ser postas de parte as reivindicações nacionais sobre os recursos naturais do fundo do mar, além dos 200 metros e deveria ser acordado considerar tais recursos como património comum da humanidade. Um grupo de especialistas americanos na matéria foi encarregado de estudar a questão. O resultado do seu trabalho foi apresentado no Comité de Fundos, em 3 de Agosto de 1970. O seu principal objectivo era a constituição de uma *trusteeship zone*, entre a linha dos 200 metros e a orla exterior da plataforma continental, supervisionada pelos Estados costeiros, mas sujeita a condições internacionais, incluindo a partilha do rendimento pela comunidade internacional. Esta proposta dos Estados Unidos da América não foi bem aceite pelos países em vias de desenvolvimento. Apesar do seu objectivo ser evitar a proliferação de “nacionalismos marítimos” e zonas de jurisdição exclusivas, os países em vias de desenvolvimento não apoiaram a proposta pois viam no conceito de *trusteeship* um novo colonialismo. O representante das Filipinas fez a seguinte intervenção: “Nós estamos perante uma perigosa encruzilhada ... nós podemos, pela primeira vez na história, partilhar equitativamente um recurso comum. O outro caminho perpetuará um mundo de rivalidades nacionais ...” - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 26-28; THIERRY, Hubert, COMBACAU, Jean, SUR, Serge et VALLÉE, Charles - **Droit International Public**. Cinquième ed. Paris: Éditions Montchrestien, 1986. *Precis Domat*. ISBN 2-7076-0334-1, p. 416.

O projecto de declaração elaborado pelo Presidente do Comité de Fundos¹³⁴ foi apresentado como projecto de Resolução, em 2 de Dezembro de 1970, pela Argentina, Brasil, Camarões, Canadá, Ceilão, Chile, Chipre, Equador, El Salvador, Etiópia, Islândia, Índia, Indonésia, Irão, Costa do Ivoire, Quénia, Koweit, Líbano, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malásia, Sudão, Tailândia, República Árabe Unida, Yemen e Jugoslávia aos quais se juntaram a Áustria, Bélgica, Colômbia, Gana, Guiana, Iraque, Serra Leoa, Somália, Trindade e Tobago e República Unida da Tanzânia. A pedido de Malta, foi dada prioridade a este projecto, que foi aprovado como Resolução nº 2749 (XXV), em 17 de Dezembro de 1970, por 108 votos a favor, zero votos contra e 14 abstenções (dos países socialistas com excepção da Jugoslávia). Todo o conteúdo da resolução dimana do primeiro de uma série de princípios: “O fundo do mar e dos oceanos, bem assim como o seu subsolo, situados além dos limites da jurisdição nacional (doravante denominados por Área) e os seus recursos são património comum da humanidade”¹³⁵. A URSS apresentou a seguinte declaração de voto: “... a delegação soviética quer chamar a vossa atenção para o facto de o projecto de declaração de princípios compreender várias disposições passíveis de gerar controvérsia. Entre elas, pode citar-se a disposição que estipula que o fundo do mar e o subsolo dos

¹³⁴ Já no Comité de Fundos, a declaração tinha sido aprovada por uma maioria de 90 votos, com 11 abstenções e sem votos contra. A delegação da Bulgária, ao justificar a sua abstenção, disse: “a apresentação por este Comité de um documento em que muitas delegações tinham sérias reservas e objecções e que não é o resultado de um consenso, não irá, por certo, facilitar o nosso trabalho, nem contribuir para a solução do problema”. Também a delegação soviética, ao justificar a sua abstenção, afirmou que a aprovação pela Assembleia Geral do projecto não pode impor consequências jurídicas aos Estados, na medida em que tais decisões tinham valor de meras recomendações. Mesmo alguns Estados que votaram a favor da declaração expressaram algumas reservas, como por exemplo o Reino Unido: “Primeiro, tal como as outras resoluções da Assembleia Geral, o projecto de resolução não tem força vinculativa. Em segundo lugar, a resolução deve ser vista e interpretada como um todo; como um todo, não tem qualquer efeito dispositivo até termos acordado num regime internacional e, como parte desse acordo, termos uma definição clara, precisa e internacionalmente aceite da área a que o regime se aplica. A minha delegação reforça o ponto de vista expresso por outras delegações de que o objectivo do projecto de declaração de princípios não é estabelecer um regime provisório para o fundo do mar”. Também Galindo Pohl, delegado salvadorenho que desenvolveu um importante papel no trabalho preparatório que precedeu a adopção da declaração, confirmou que era entendimento claro, nas negociações informais, que não havia intenção de que a declaração deveria estabelecer um regime transitório até à conclusão de um regime convencional definitivo. Laurence McIntyre, da Austrália, disse que o seu país considerava a declaração de princípios como um conjunto de “linhas gerais para o estabelecimento de um regime para o fundo do mar e um testemunho do desejo da maioria dos membros de ter um regime; mas não consideramos que tenham, entretanto, efeito vinculativo para os Estados ... A declaração de princípios não pode ser usada como um substituto para as decisões que irão emergir da conferência”. Outros representantes fizeram declarações semelhantes.

Ainda no Comité de Fundos e a propósito do princípio do património comum da humanidade, o representante da Bielorrússia para sustentar a posição do seu país de negação deste princípio, afirmou que “... a Bielorrússia não pode apoiar o conceito segundo o qual o fundo do mar e do oceano além dos limites da jurisdição nacional e os seus recursos são património comum da humanidade no sentido de que são uma forma de propriedade colectiva de todos os países. Esta ideia não tem em linha de conta a situação objectiva do mundo dos nossos dias, onde há Estados com diferentes sistemas sociais e diferentes sistemas de propriedade”. A este propósito, a delegação canadiana afirmou que “Concordamos que os recursos da área deverão ser considerados património comum da humanidade, muito embora nesta fase nós consideramos isto não tanto como um princípio jurídico mas mais como um conceito a que a comunidade internacional deve dar um significado jurídico específico e sobre o qual pode ser construído o mecanismo e as normas de direito internacional que conjuntamente constituirão o regime jurídico para a área ... para além da jurisdição nacional” - BROWN, A. D. - *Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles in Conflict*, *cit.*, p. 543-544.

mares e dos oceanos e respectivos recursos são património comum de toda a Humanidade. Dada a falta de clareza e de precisão deste conceito do ponto de vista do Direito Internacional, ele poderá ser interpretado como significando que o fundo dos mares poderia ser utilizado por todos os Estados e que nem os Estados nem pessoas físicas ou morais se podiam apropriar dele, ponto de vista que partilhamos. Mas a interpretação do conceito de património comum da humanidade no sentido de uma espécie de propriedade colectiva não se funda no direito e, do ponto de vista político, não é realista.

Enquanto Estado socialista, a União Soviética não poderá partilhar uma tal propriedade se ela tiver de ser aproveitada segundo os princípios estranhos ao socialismo, isto é, segundo os princípios da economia capitalista, que é o objectivo visado pelos monopólios imperialistas - como resulta dos documentos sujeitos para exame da questão do fundo dos mares pela Organização das Nações Unidas ...”¹³⁶.

A Assembleia Geral aprovou, também, a Resolução nº 2750 A B C (XXV)¹³⁷, tendo pela Resolução 2750 C decidido convocar, para 1973, uma conferência sobre o Direito do Mar encarregada de estudar a instituição de um regime internacional equitativo, com um mecanismo internacional aplicável à zona e aos recursos do fundo dos mares e respectivo subsolo além dos limites da jurisdição nacional. Nessa mesma Resolução, a Assembleia Geral reafirmou e completou o mandato do Comité de Fundos e aumentou o número de membros de 42 para 86, cabendo-lhe preparar a futura conferência.

9.1 - A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Desde o começo das discussões, no Comité *Ad Hoc*¹³⁸ e depois no Comité de Fundos, muitas delegações defenderam a criação de um conjunto de princípios relativos ao aproveitamento dos recursos do fundo do mar. Esse processo culminou, como vimos, com a adopção, na vigésima quinta Sessão da Assembleia Geral, em 17 de Dezembro de 1970, da Resolução nº 2749 (XXV) contendo a “Declaração de princípios relativos ao fundo do mar e dos oceanos e respectivo

¹³⁵ KISS, Alexandre-Charles - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, p. 205.

¹³⁶ NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 215.

¹³⁷ Transcritas in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 176 e s..

¹³⁸ No Comité *Ad Hoc* houve dois projectos de resolução contendo princípios relativos ao fundo do mar um da autoria dos Estados Unidos da América e outro da autoria de vários países, a saber: Argentina, Brasil, Ceilão, Chile, Equador, El Salvador, Índia, Quênia, Libéria, Líbia, Paquistão, Perú, República Árabe Unida, República Unida da Tanzânia e Tailândia - NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe del Comité Especial** ..., 1968, *cit.*, p. 56-69.

subsolo, para além dos limites da jurisdição nacional”¹³⁹. A sua adopção, no entanto, verificou-se ao fim de muitas e longas discussões, pois a diversidade de interesses dos Estados em relação ao fundo do mar repercutia-se, necessariamente, nos princípios que iriam regular o seu uso, representando, assim, o resultado de um compromisso entre o Grupo dos 77 e os países desenvolvidos. O largo apoio à Declaração, que procura parametrizar o então futuro regime jurídico para o fundo do mar, não significa que as diversas delegações estejam de acordo, antes pelo contrário, muitos dos princípios nela contidos são diferentemente interpretados pelos diversos intervenientes. A Declaração de Princípios é um compromisso que não satisfaz inteiramente as pretensões de nenhum Estado, antes reflecte um equilíbrio delicado entre os diversos pontos de vista. Os princípios nela contidos estão enunciados de modo bastante vago para deixar aos diversos Estados espaço para interpretar a sua essência da forma que mais lhes convier.

9.1.1 - A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E A QUESTÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO FUNDO DO MAR

A Declaração de Princípios é fruto de um conjunto de compromissos entre os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento.

Os números da Declaração que se relacionam mais directamente com o conceito do património comum da humanidade são os números um a seis e o número treze. O número um declara o fundo do mar e do oceano e respectivo subsolo património comum da humanidade. O sentido que cada um dos grupos opositores dava a este conceito não era o mesmo. Assim, os países industrializados estendiam que o conceito de património comum da humanidade era um conceito vazio de conteúdo, devendo o seu verdadeiro sentido ser definido pelo regime internacional a ser estabelecido. O Grupo dos 77 considerava o conceito como a essência de qualquer regime para o fundo do mar. O fundo do mar era propriedade da família humana e, por isso, devia ser protegido de qualquer aproveitamento competitivo.

Os números seguintes da Declaração visam esclarecer o sentido do conceito de património comum da humanidade. Assim, com esse objectivo, o nº 2 prescreve “A área não deve estar sujeita, por qualquer meio, a apropriação por parte de Estados ou pessoas, físicas ou jurídicas, e nenhum Estado pode reclamar ou exercer direitos soberanos sobre qualquer parte sua”. Aqui estabelece-se a não apropriabilidade do fundo do mar, no entanto, não é feita qualquer referência aos seus recursos. A estes refere-se o nº 3 ao estabelecer: “Nenhum Estado ou pessoa, física ou jurídica,

¹³⁹ Transcrita in NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 173-176.

pode reclamar, exercer ou adquirir direitos em relação à área ou seus recursos, incompatíveis com o regime internacional a ser estabelecido e os princípios da Declaração”. Todas as partes aceitaram estes dois números, muito embora com razões diferentes, pois cada grupo tinha em mente um regime a ser estabelecido. Assim, os países industrializados acreditavam que o regime a ser estabelecido iria permitir a exploração e aproveitamento dos recursos do fundo dos mares não só aos Estados mas também a outros operadores privados ou públicos, com base numa licença que lhes seria concedida por uma mecanismo próprio. Diferentemente, os países em vias de desenvolvimento estavam a pensar num sistema em que uma autoridade internacional teria o exclusivo da exploração e aproveitamento do fundo marinho.

O número 5 da Declaração era visto pelos países industrializados como o mais importante, devendo os demais ser lidos em conjunto com ele. Este número estabelece: “A área deve ser usada, por todos os Estados, costeiros ou encravados, sem discriminação, apenas para fins pacíficos, de acordo com o regime internacional a ser estabelecido”. Os países industrializados interpretavam este dispositivo no sentido de que o acesso ao fundo do mar e seus recursos devia ser livre e sem discriminação, não devendo, por isso, os países em vias de desenvolvimento reclamar um tratamento preferencial. O Grupo dos 77 não interpretava o número cinco no sentido de livre acesso e livre uso dos recursos, antes o acesso deveria fazer-se de acordo com o regime a ser estabelecido.

O número 6 estabelece: “Os Estados devem agir de acordo com os princípios e normas de Direito Internacional aplicáveis, incluindo a Carta das Nações Unidas e a Declaração de Princípios de Direito Internacional relativos às Relações de Amizade e Cooperação entre Estados de acordo com a Carta das Nações Unidas, adoptada pela Assembleia Geral, em 24 de Outubro de 1970, no interesse da manutenção da paz e segurança internacionais e da promoção da cooperação internacional e entendimento mútuo”. O Grupo dos 77 entendia que o Direito Internacional existente, nomeadamente o princípio da liberdade do mar, era insuficiente e não se aplicava ao fundo do mar, excepto as normas relativas aos direitos e deveres dos Estados, como é o caso da Carta das Nações Unidas e da Declaração dos Princípios de Direito Internacional relativos às Relações de Amizade e Cooperação entre Estados. Diferentemente, os países desenvolvidos consideravam que a expressão “Direito Internacional” devia ser lida no sentido de abarcar todo o Direito Internacional.

Por último, o número 13º estabelece: “Nada afectará:

- a) O estatuto jurídico das águas suprajacentes da área ou do espaço aéreo sobre tais águas;

b) Os direitos dos Estados costeiros relativamente às medidas para prevenir, minorar ou eliminar perigos graves e iminentes para as suas costas ou interesses conexos resultantes da poluição, ameaça de poluição ou outras ocorrências danosas resultantes ou causadas por quaisquer actividades na área sujeitas ao regime internacional a ser estabelecido”.

Da alínea a) transcrita pode concluir-se que o estatuto do fundo do mar é ou pode ser diferente do estatuto das águas que o cobrem.

Acabamos de ver que, não obstante a identidade de posições formais, as razões dos Estado, no momento da votação da Declaração de Princípios, não eram coincidentes. Resumidamente, podemos dizer que, para o Grupo dos 77, os direitos sobre o fundo do mar e respectivos recursos, enquanto património comum da humanidade, cabiam à Humanidade no seu conjunto e não podiam ser adquiridos por qualquer Estado a não ser de acordo com o regime internacional a ser estabelecido. Para eles, o património comum implicava propriedade comum dos recursos do fundo do mar que, assim, eram uma *res extra commercium*. Para os países industrializados, cada Estado ou entidade privada era livre de desenvolver actividades de exploração e aproveitamento do fundo do mar e seus recursos cabendo-lhe o direito aos minerais extraídos. Para eles, património comum da humanidade era sinónimo de *res communis*. Por outro lado, ao passo que os países em vias de desenvolvimento entendiam que havia um vazio legal em relação ao fundo dos mares e seus recursos que era preciso preencher, destinando-se o conceito de património comum da humanidade a fornecer as regras necessárias ao estabelecimento de um regime internacional adequado, os países industrializados entendiam que o regime jurídico do alto mar se aplicava, também, ao fundo do mar e como tal não havia qualquer diferença entre o fundo do mar e as águas suprajacentes, aplicando-se a liberdade do alto mar igualmente às actividades do fundo do mar. O regime a ser estabelecido destinava-se a regular as actividades dos Estados e das entidades privadas.

Concluindo, a Declaração de Princípios continha um conjunto de princípios orientadores, de carácter genérico e programático e intencionalmente ambíguo para que fosse conseguido um apoio o mais amplo possível. Das justificações dos votos perante o Comité vê-se que os países ocidentais ao apoiarem a Declaração tinham como objectivo permitir que as negociações internacionais prosseguissem e estabelecer linhas de orientação para o futuro regime do fundo do mar.

9.1.2 - A FORÇA VINCULATIVA DA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS¹⁴⁰

Uma questão importante em relação à Declaração de Princípios tem a ver com o seu valor jurídico¹⁴¹ e consequente força vinculativa. Ou dito de outro modo, o que está verdadeiramente em causa é o saber-se se o princípio do património comum da humanidade, contido nas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, tem valor impositivo ou meramente programático. Esta questão apareceu, com maior acuidade, quando alguns países industrializados, na década de oitenta, fizeram publicar legislação nacional provisória regulando a exploração e o aproveitamento do fundo do mar.

A Carta das Nações Unidas (artigos 10º a 17º) não reconhece à Assembleia Geral poder “legislativo” para criar Direito vinculativo para os Estados membros. Por isso, se entende que as resoluções da Assembleia Geral não têm valor normativo¹⁴². Apesar de não poder criar regras vinculativas para os Estados membros (a Organização das Nações Unidas não é uma organização supranacional), a Assembleia Geral tem poder para adoptar decisões que são obrigatórias, mas apenas no seio da própria Organização, como é o poder em relação à admissão de novos membros (artigo 4º nº 2), para a suspensão do exercício dos direitos e privilégios de membro (artigo 5º), para a expulsão de membros (artigo 6º) e, por fim, o poder em matérias financeiras (artigo 17º). De acordo com os artigos 10º a 14º da Carta, a Assembleia Geral pode adoptar resoluções contendo recomendações para os Estados membros. As recomendações não têm carácter vinculativo, antes são um convite ao Estado para que se conforme com o seu conteúdo. Há, no entanto, duas situações em que as recomendações podem ser obrigatórias: quando alguns Estados tenham previamente acordado aceitar uma recomendação como obrigatória e quando um Estado aceite,

¹⁴⁰ Sobre a matéria da força vinculativa das resoluções da Assembleia Geral ver, entre outros, os diversos manuais de Direito Internacional Público referidos na bibliografia final.

¹⁴¹ KISS, Alexandre-Charles - *La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité*, *cit.*, p. 206 e 207, escreve que “estamos perante um método de criação de direito internacional cujas origens remontam aos finais da II Guerra Mundial, melhor dizendo, a 10 de Dezembro de 1948, altura em que a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Este texto, juridicamente não obrigatório, serviu de fundamento para a elaboração de tratados internacionais obrigatórios, quer regionais, quer parciais, sobre a protecção de certos direitos e permitiu a adopção, em 1966, de dois pactos internacionais, o Pacto Relativo aos Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Relativo aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, ambos de carácter universal. O mesmo procedimento se verificou em relação ao conceito de património comum da humanidade que acabou por ser inscrito na Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, adoptada pela Assembleia Geral, em 12 de Dezembro de 1974 e, posteriormente, na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”.

¹⁴² Uma proposta para reconhecer à Assembleia Geral um tal poder foi expressamente rejeitada na Conferência de São Francisco, em 1945. Excepto em certas matérias limitadas, uma resolução da Assembleia Geral é um mero convite ou recomendação para os Estados membros entrarem em negociações tendo em vista a elaboração de um tratado nessas matérias. Por isso, a Declaração de Princípios não proíbe expressamente o aproveitamento do fundo do mar, antes da entrada em vigor de uma Convenção, ou na falta de uma tal Convenção; não proíbe os Estados com capacidade para desenvolver actividades do fundo do mar de continuarem tais actividades - MEESE, Sally A - *The Legal Regime Governing Seafloor Polymetallic Sulfide Deposits*, *cit.*, p. 154 e 155.

unilateralmente, a força vinculativa de uma recomendação. De qualquer modo, se virmos bem, nestes dois exemplos, a força vinculativa das recomendações não deriva das próprias recomendações, mas da vontade dos Estados, são estes que, livremente, aceitam obrigar-se ao dispositivo de uma recomendação.

Nos termos do artigo 13º nº 1 “A Assembleia Geral promoverá estudos e fará recomendações destinados a:

- a) promover a cooperação internacional no terreno político e a estimular o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação”.

Com base neste artigo, a Assembleia Geral adoptou muitas resoluções contendo declarações de direitos ou princípios. Se tais declarações se limitam a codificar princípios jurídicos já existentes, os princípios são vinculativos, não por estarem contidos numa resolução, mas *per se*, pois a resolução limita-se a declará-los. Se a declaração de princípios não só codifica princípios jurídicos existentes, mas procede ao seu desenvolvimento progressivo ou contém apenas princípios novos, nesse caso, e em tudo o que é inovador e não corresponde a uma prática já existente, a resolução já não tem força vinculativa. É, precisamente, neste último grupo que se situa, a nosso ver, a Declaração de Princípios.

Independentemente do que se disse, para nos apercebermos da força vinculativa das resoluções podemos utilizar alguns critérios. Assim, se a linguagem usada na resolução é acessível, se os termos usados têm um único sentido de tal modo que a resolução é interpretada por todos da mesma forma e se foi aceite ou apoiada por uma larga maioria de Estados, incluindo os mais directamente interessados e os mais poderosos, se pretende ser uma declaração de princípios jurídicos, se é formulada em termos precisos e de modo semelhante ao de um tratado, se tudo isso acontecer a resolução terá grandes possibilidades de ser aplicada como se fosse vinculativa. Um outro factor a ter em conta é a prática dos Estados. Se o conteúdo de uma resolução corresponde a uma prática largamente aceite e se essa prática é acompanhada de *opinio juris*, a resolução, naturalmente, será vinculativa, mas neste caso essa força advém-lhe não de ela própria mas do costume que está a codificar. Assim, pode dizer-se que as resoluções podem influenciar a prática dos Estados, mas em si e por si não criam Direito. Poderia eventualmente perguntar-se: e se forem muitas resoluções estatuinto sempre no mesmo sentido? Nesse caso já não criariam Direito? A esta questão MacGibbon¹⁴³ respondeu que uma ou muitas recomendações são sempre recomendações, não é pelo número que ganham força vinculativa. Aplicando isto às resoluções, pode dizer-se que não é o número que faz a força, tanto vale a primeira como a última de uma

série. O facto de serem muitas até pode significar que, por haver Estados que não se conformam com o seu conteúdo, é necessário estar, constantemente, a aprovar novas, para ver se pela persistência se faz chegar “a água ao moinho”.

O juiz Lauterpacht, na sua declaração do voto no *South West Africa - Voting Procedure Case*¹⁴⁴ escreveu: “Muito embora as decisões da Assembleia Geral tenham pleno valor jurídico em algumas esferas da actividade das Nações Unidas e valor jurídico limitado noutras esferas, pode dizer-se, ..., que não são juridicamente obrigatórias para os Membros das Nações Unidas. Em algumas matérias - tais como eleição do Secretário Geral, eleição dos membros do Conselho Económico e Social, adopção de normas de procedimento, admissão a, ou suspensão de ou exclusão de um membro, aprovação do orçamento e partilha das despesas - o efeito jurídico pleno das resoluções da Assembleia Geral é inegável. Mas, em geral, elas têm natureza de recomendações e é da natureza das recomendações que, muito embora em certas ocasiões elas contenham uma autorização legal para determinados membros actuarem com base nelas individual ou colectivamente, não criem uma obrigação jurídica para actuar de acordo com elas”. Usando as palavras de Brown¹⁴⁵ “aqueles que defendem que a Assembleia Geral pode criar normas, fazem citações isoladas do *Memorandum of the United Nations Office of Legal Affairs on the Use of the Terms ‘Declaration and Recommendation’*”¹⁴⁶, dando-lhe interpretações nesse sentido”. Assim, o parágrafo 3º do *memorandum* parece realmente induzir nessa orientação ao estabelecer que: “Na prática das Nações Unidas, uma ‘declaração’ é um instrumento formal e solene, apropriado apenas para ocasiões raras, quando princípios de grande importância estão a ser enunciados, tais como a Declaração dos Direitos do Homem”. No entanto, do parágrafo seguinte já resulta um sentido diferente: “Além da distinção acabada de fazer, não há, provavelmente, nenhuma diferença entre uma ‘recomendação’ ou uma ‘declaração’ na prática das Nações Unidas no que respeita a um princípio jurídico. Uma ‘declaração’ ou uma ‘recomendação’ é adoptada por resolução de um órgão das Nações Unidas. Por isso, não pode tornar-se vinculativa para os Estados Membros, no sentido em que um tratado ou uma convenção são vinculativos para as partes, apenas através do expediente de lhe chamar ‘declaração’ em vez de ‘recomendação’. Porém, tendo em vista a maior solenidade e significado de uma ‘declaração’, pode-se considerar, em nome do órgão que a adopta, que os

¹⁴³ Citado por BROWN, A. D. - *Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles in Conflict*, *cit.*, p. 540.

¹⁴⁴ I. C. J. 67, 1955, p. 115, citado por BROWN, A. D., *idem*, p. 538.

¹⁴⁵ BROWN, A. D., *idem*, p. 538 e s.. Em conclusão, o Autor na página 541 escreve: “as resoluções da Assembleia Geral sobre o fundo do mar, singularmente ou em série e independentemente da nomenclatura ou votação, não criam, por si, normas jurídicas imperativas. Por outro lado, podem constituir uma parte importante de um processo mais amplo de criação de normas ...”.

¹⁴⁶ 18 U. N. ECOSOC, U. N. Doc. E/CN.4/L.610, 1962, referido por BROWN, A. D., *idem*, nota 34, p. 538.

Membros da comunidade internacional lhe irão obedecer. Consequentemente, na medida em que a expectativa é gradualmente justificada pela prática do Estado, uma declaração pode, pelo costume, ser reconhecida como estabelecendo normas vinculando os Estados”. Desta citação pode retirar-se duas notas importantes: as resoluções da Assembleia Geral, independentemente da nomenclatura usada (“o hábito não faz o monge”), não criam normas jurídicas vinculativas, excepto nos casos referidos; a adopção da resolução pode fazer parte de um processo mais amplo através do qual são criadas normas vinculativas. O *memorandum* refere declarações que se vão, gradualmente, transformando em normas costumeiras vinculativas para os Estados e pode bem acontecer que uma declaração particular possa reflectir e dar uma formulação precisa a uma *opinio iuris* que tem vindo a amadurecer na comunidade internacional.

A questão da força vinculativa da Declaração de Princípios foi debatida no Comité de Fundos, havendo, como seria de esperar, dois grupos de opiniões. Os países em vias de desenvolvimento, apoiando-se na inexistência de votos contra, defendiam a sua força vinculativa¹⁴⁷, qualificando-a uns como costume instantâneo e outros como *jus cogens*; e os países industrializados que, pondo em causa o alcance real da unanimidade da aprovação, defendiam o ponto de vista oposto. Quer o Presidente do Comité de Fundos, Amerasinghe, quer o Presidente do Subcomité jurídico, Galindo-Pohl, nunca afirmaram que a declaração tinha força vinculativa, muito embora, por várias vezes, tivessem salientado a sua força moral, tendo Galindo-Pohl afirmado que “aqueles que a apoiaram devem obviamente ... obedecer-lhe de boa fé”. Por sua vez, Amerasinghe, em 17 de Dezembro de 1970, perante a Assembleia Geral, afirmou que “a Declaração não pode reclamar a força vinculativa de um tratado internacionalmente negociado e aceite, mas é um passo definitivo nessa direcção e ... tem - se posso adaptar as palavras de Walt Whitman - aquele elemento fervente de autoridade moral que é mais vinculativo que tratados”¹⁴⁸.

Pode dizer-se que na altura em que foi aprovada a Declaração de Princípios, o conceito de património comum da humanidade não podia ser considerado como um princípio jurídico, mas antes como um conjunto de linhas de orientação que os Estados deveriam respeitar, como

¹⁴⁷ No Comité de Fundos, em 1972, foi afirmado que a Declaração de Princípios era a única expressão jurídica autêntica da vontade dos Estados na matéria e, segundo alguns, significava que o direito de regulamentar o aproveitamento dos recursos situados na Área ou de atribuir licenças não pertencia às autoridades nacionais. A “moratória” e a Declaração de Princípios têm força jurídica, afirmaram, não porque estão contidas numa resolução da Assembleia Geral, enquanto tal, mas porque são corolários jurídicos inevitáveis do princípio soberano segundo o qual existe uma Área internacional dos fundos marinhos. A Declaração de princípios não representa um regime transitório, mas sujeita as actividades desenvolvidas nesta Área ao regime internacional a instituir - NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 287.

¹⁴⁸ BROWN, A. D. - Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles in Conflict, *cit.*, p. 30.

compromissos morais a ser seguidos de boa fé na elaboração de um regime jurídico para o fundo do mar¹⁴⁹.

Na segunda Sessão da III Conferência, o representante do Chile salientou que o património comum da humanidade era a pedra angular que devia servir para a edificação do regime e do mecanismo internacionais, tendo a Declaração de Princípios valor “político e jurídico: político, porque constitui uma decisão aprovada por um consenso da Comunidade mundial; jurídico, porque dela resultam imensas consequências no Direito Internacional. Uma das consequências é que o aproveitamento da Área deve ser interdito até ao estabelecimento do regime internacional. Uma outra é que o aproveitamento dos recursos minerais não deveria prejudicar os interesses dos países em vias de desenvolvimento produtores e exportadores desses minerais”¹⁵⁰.

Concluindo, na sequência do que se afirmou anteriormente, somos de opinião de que falta à Declaração de Princípios os elementos indispensáveis para a tornar vinculativa, pois, não obstante ter sido aprovada sem oposição e precisamente para obter esse apoio, resultou de um compromisso entre pontos de vista antagónicos e, por isso, a sua linguagem é ambígua e vaga, permitindo várias interpretações¹⁵¹. De qualquer modo, a Declaração de Princípios pode ser vista como uma primeira etapa¹⁵² de um processo negocial evolutivo no sentido da formação de um regime jurídico para o fundo do mar, processo que iria culminar, num primeiro momento, com a aprovação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 e, posteriormente, com a aprovação do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da mesma Convenção, assinado em Nova Iorque, em 1994.

¹⁴⁹ RATINER, Leigh S., in *The Deep Seabed Mining Controversy: A Rejoinder*. In BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - *Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea*. Honolulu: The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2, p. 38 escreveu: “penso que é importante observar que quando os Estados Unidos da América acordaram com a Declaração todos os delegados na Conferência sabiam que nós tomamos essa atitude num esforço para começar a negociação do Tratado sobre o Direito do Mar. Não aceitamos qualquer definição preconcebida ou predeterminada do termo ‘património comum da humanidade’. Foi sempre entendido que a posição do governo americano era que o termo ‘património comum da humanidade’ só poderia ser definido, juridicamente definido, por um tratado abrangente do qual os Estados Unidos da América fossem parte. Penso que poderei dizer que era um trágico erro para os Estados Unidos da América ter aceite a Declaração se tivesse que aceitar a definição que claramente não aceitava na altura”.

¹⁵⁰ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. II, 1975. Número de venta: S.75.V.4, para. 46, p. 10 e NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 337-338.

¹⁵¹ Se compararmos a Declaração de Princípios com a Resolução Moratória temos de concluir que a Declaração é bem mais importante que a Moratória. Tem a forma e a solenidade de uma Declaração, contém princípios de grande importância, princípios esses enunciados numa linguagem semelhante à de um tratado. Daí que, à semelhança do que se afirmou anteriormente, eventualmente, poderá a Declaração constituir a base de um processo mais amplo de criação de normas jurídicas, se as suas disposições começarem a ser respeitadas e começar a formar-se uma *opinio iuris*.

¹⁵² Aliás, ela própria no *item 3* declara: “Nenhum Estado ou pessoa, física ou jurídica, pode reclamar, exercer ou adquirir direitos em relação à área ou seus recursos, incompatíveis com o regime internacional a ser estabelecido e os princípios da Declaração”, ou seja, proíbe comportamentos incompatíveis com um regime que ainda não existia, antes ainda iria ser criado.

Parece-nos, assim, que podemos considerar a Declaração de Princípios como um exemplo de *soft law*¹⁵³, isto é, um Direito ainda inseguro, em formação, que aspira à legitimação colectiva das reivindicações dos países em vias de desenvolvimento. A Declaração de Princípios, dada a heterogeneidade dos interesses dos diversos Estados, tem um carácter programático, por isso, contém, apenas, um mínimo de regulamentação, através da adopção de regras flexíveis aceites por todos. Enquanto *soft law*, a Declaração de Princípios tem uma autoridade atenuada, sem força obrigatória, mas produzindo o efeito de preparar a aparição de normas obrigatórias contidas na Convenção de Montego Bay e no Acordo de Nova Iorque.

¹⁵³ *Droit mou, droit assourdi*, segundo a nomenclatura francesa. Trata-se de normas que não são nem costume nem direito convencional, mas que têm grande importância no Direito Internacional do Desenvolvimento, na medida em que representam uma dialéctica entre a legitimidade e a legalidade - PASTOR RIDRUEJO, José Antonio - *Le Droit International à la Veille du Vingt et Unième Siècle: Normes, Faits et Valeurs - Cours général de droit international public. Recueil Des Cours de l'Académie de Droit International*. Dordrecht / Boston / Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-411-1300-2. 274: (1998), p. 61.

CAPÍTULO III

O PRINCÍPIO DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE

(Desenvolvimento posterior)

Com o tempo assistiu-se à diminuição da extensão do fundo do mar a que era aplicado o conceito de património comum da Humanidade¹⁵⁴. Dois factores contribuíram para tal diminuição: por um lado, o aparecimento da zona económica exclusiva¹⁵⁵ e, por outro, a nova definição do limite exterior da plataforma continental. Em 1972, a delegação do Quénia apresentou uma proposta no Comité de Fundos para criação de uma nova zona marítima, a zona económica exclusiva, com duzentas milhas de largura, na qual os Estados costeiros teriam direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas suprajacentes ao leito do mar, do leito do mar e respectivo subsolo e na qual os países vizinhos encravados e geograficamente desfavorecidos poderiam pescar com base em acordos regionais. Esta proposta, que foi largamente apoiada, merecendo oposição apenas dos países com pesca à distância, como o Japão e a União Soviética, foi sendo aplicada pelos Estados, tendo-se transformado numa regra costumeira, mesmo antes da entrada em vigor da Convenção. O segundo factor que contribuiu para a diminuição do tamanho inicial da zona sujeita ao património

¹⁵⁴ A proposta maltesa qualificava como património comum da humanidade os fundos marinhos “situados para além dos limites actuais da jurisdição nacional”, num momento em que poucos Estados reclamavam jurisdição sobre a ZEE (Zona Económica Exclusiva) e a Plataforma Continental. No entanto, a Declaração de Princípios de 1970 e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 abandonaram o adjectivo “actuais”, por isso, ao alargamento do espaço marítimo sob jurisdição nacional correspondeu uma contracção do espaço internacional sujeito ao regime de património comum da humanidade, o que, de certa medida, representa uma contradição com a filosofia da Nova Ordem Económica Internacional. Todos os depósitos de petróleo conhecidos, vários minerais e muitos depósitos de nódulos fosfóricos, vários depósitos de manganésio, mais de 90% de recursos vivos do mar comercialmente aproveitáveis e todos os sítios conhecidos para produção de energia a partir do mar estão situados na ZEE e por isso são propriedade exclusiva dos Estados costeiros. Apenas um número pequeno de países em vias de desenvolvimento irão beneficiar dos recursos vivos e não vivos das suas ZEEs e Plataformas Continentais pelo que estas zonas marítimas são contraditórias com a filosofia básica da NOEI - NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. IX, 1980. Número de venta: S.79.V.3, p. 194. O património comum da humanidade proposto por Pardo foi reduzido em 1/3 como resultado da proclamação da ZEE e da plataforma continental, o que significou uma quebra na solidariedade do Terceiro Mundo. O representante de Singapura resumiu bem a situação: *“Indeed the international community has lost a golden opportunity to give effect through this Convention to the New International Economic Order. The common heritage of mankind has been greatly diminished by the unilateral claims of coastal states. A more equitable sharing of the resources of the exclusive economic zones and continental shelf would have been a more effective means of bringing about the New International Economic Order”* - citado por BASLAR, Kemal, *op. cit.*, p. 226-227.

comum da humanidade foi a definição do limite exterior da plataforma continental, contida no artigo 76º da Convenção sobre o Direito do Mar de 1982. A Convenção de 1958 sobre a plataforma continental estabelecia dois critérios para fixação da largura da plataforma continental: a profundidade de duzentos metros ou a explorabilidade (“... até onde a profundidade das águas suprajacentes permita a exploração ...” - artigo 2 a)). A Convenção de 1982 alterou esses critérios estabelecendo no artigo 76º nº 1: “A plataforma continental compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial ... até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base ...”. Por seu turno, o nº 6 do mesmo artigo ainda admite que a plataforma continental possa chegar às 350 milhas “... no caso das cristas submarinas, o limite exterior da plataforma continental não deve exceder 350 milhas marítimas ...”.

Estas extensões da jurisdição dos Estados costeiros fez diminuir, substancialmente, o fundo do mar que constitui a chamada Área ou Zona -“‘Área’ significa o leito do mar, fundos marinhos e o seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional” (artigo 1º nº 1-1) da Convenção do Direito do Mar de 1982) – e, conseqüentemente, os recursos que constituem património comum da humanidade.

1 - DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DAS NAÇÕES UNIDAS

O conceito do património comum da humanidade, desde o início, apareceu como uma aspiração dos países em vias de desenvolvimento, de modo que foram estes que mais lutaram para a sua consolidação, quer no âmbito das Nações Unidas quer fora desta organização.

Em 1972, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development* - UNCTAD) adoptou duas resoluções relativas ao aproveitamento comercial dos recursos do fundo do mar. Na Resolução nº 51 (III), de 1 de Maio de 1972, era feita referência à Resolução da Assembleia Geral nº 2570 (XXV), de 1970, na qual era pedido à UNCTAD para fazer recomendações sobre os potenciais efeitos económicos adversos que as actividades mineiras do fundo do mar poderiam ter nos preços dos minerais exportados pelos países em vias de desenvolvimento. Por essa Resolução, a UNCTAD decidiu manter-se, constantemente, atenta a esta questão e convidou o seu Secretário Geral a propor medidas

¹⁵⁵ Sobre a zona económica exclusiva ver, por todos, RIBEIRO, Manuel de Almeida - **A Zona Económica Exclusiva**. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 1992.

detalhadas a este respeito¹⁵⁶. A segunda resolução - Resolução nº 52 (III) - reiterou a posição do Grupo dos 77 no sentido de interpretar a Declaração de Princípios em conjunto com a Moratória e concluiu que “antes da criação de um regime internacional nenhuma reivindicação sobre qualquer parte da área ou dos seus recursos, baseada em actividades passadas, presentes ou futuras, deverá ser reconhecida”¹⁵⁷.

Na segunda Sessão da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, primeira sobre matéria substantiva, realizada em Caracas, de 20 de Junho a 29 de Agosto de 1974, muitas delegações expressaram o seu ponto de vista sobre o conceito de património comum da humanidade e suas implicações¹⁵⁸. A título de exemplo, podemos citar a intervenção do representante dos Camarões, Paul Engo, Presidente da Primeira Comissão, que declarou, aquando da abertura que “... Nós estamos ligados pelo princípio segundo o qual o Área e os recursos da Área são património comum da humanidade, princípio que transcende a oposição existente entre as doutrinas da *res nullius* e a da *res communis* ... Do mesmo modo que a criação de um regime e de um mecanismo internacionais, o estabelecimento metódico e seguro, a gestão racional da Área e dos seus recursos e a acção no interesse da Humanidade no seu todo são noções novas que podem permitir deter o nosso caminhar no sentido do caos”¹⁵⁹. O delegado da Tanzânia afirmou que o fundo do mar é propriedade comum de toda a Humanidade, devendo a Humanidade ter o controlo sobre os meios de produção, de modo a receber o rendimento produzido a partir dos seus recursos. Tendo numa fase inicial apoiado um sistema paralelo de aproveitamento dos fundos marinhos, em 17 de Julho de 1974, passou a defender que a referida zona deveria ser aproveitada exclusivamente pela Autoridade¹⁶⁰. O representante da Coreia disse que para dar pleno efeito ao conceito de

¹⁵⁶ Na Resolução 51 (III) a UNCTAD (ou CNUCED) decidiu: “que a questão das consequências económicas e das repercussões sobre a economia dos países em vias de desenvolvimento resultantes do aproveitamento dos recursos minerais deverá ser examinada permanentemente pela Conferência e seus órgãos subsidiários, nomeadamente o Conselho do comércio e do desenvolvimento”. Também pediu ao seu Secretário Geral “para continuar a estudar as medidas a tomar para evitar os efeitos económicos prejudiciais que o aproveitamento do fundo dos mares e dos oceanos e respectivo subsolo além dos limites da jurisdição nacional podem ter nos preços dos minerais exportados principalmente pelos países em vias de desenvolvimento e propor medidas concretas e detalhadas sobre o assunto” - *in* NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Documents Officiels**. New York : Publication des NATIONS UNIES. Vol. III, 1975. Numero de vente: F. 75.V.5, p. 45.

¹⁵⁷ MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 151. O Doc. A/CONF.62/26, de 6 de Junho de 1974 - Relatórios apresentados pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento - dá-nos conta da actividade desta Conferência sobre o assunto - *in* NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer ...**, vol. III, 1975, *cit.*, p. 45-48.

¹⁵⁸ Um dos documentos apresentados nesta sessão foi o Doc. A/CONF.62/25 - *Répercussions économiques de l'exploitation des ressources minérales des fonds marins dans la zone internationale : rapport du Secrétaire général* - *in* NATIONS UNIES, *idem*, p. 4-45.

¹⁵⁹ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ...**, vol. II, 1975, *cit.*, para. 2, p. 3 e NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité ...**, *op. cit.*, p. 337.

¹⁶⁰ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ...**, vol. II, 1975, *cit.*, para. 36, p. 36 e para. 84, p. 49.

património comum da humanidade, era necessário estabelecer o regime internacional seguinte: “... primeiro, a Área internacional do fundo dos mares e seus recursos minerais devem ser considerados como património comum da Humanidade cujo aproveitamento deve servir os interesses de todos os países; segundo, nenhum país deve poder apropriar-se de uma qualquer parte desta zona e todos os países, compreendendo os países sem litoral e os países geograficamente desfavorecidos, devem poder aí aceder; terceiro, os benefícios resultantes do aproveitamento da Área e dos seus recursos devem ser repartidos equitativamente entre todas as nações, tendo em conta as necessidades específicas dos países em vias de desenvolvimento”¹⁶¹. Também o representante do Equador declarou que “o princípio do património comum da humanidade devia constituir o pilar central da ordem jurídica”¹⁶². O representante de Portugal declarou apoiar a Resolução 2749 (XXV) da Assembleia Geral e desejar ver os princípios nela consignados consagrados num tratado ratificado e aplicado por todos os países. “É importante que a área internacional se destine exclusivamente para fins pacíficos, que a exploração e o aproveitamento dos recursos se faça no interesse de toda a Humanidade e que os interesses e as necessidades dos países em vias de desenvolvimento sejam tidos em conta aquando da repartição entre os Estados dos benefícios resultantes do aproveitamento da área”¹⁶³.

Em sentido diferente, o representante da República Democrática Alemã afirmou que a exploração e o aproveitamento do fundo dos mares e respectivo subsolo devia ter lugar de acordo com os princípios fundamentais do Direito Internacional, no interesse de todos os povos e para fins pacíficos. “Resulta dos princípios fundamentais do Direito Internacional que o regime da Área internacional do fundo dos mares não deve contrariar o sistema jurídico que se aplica às águas suprajacentes e ao espaço aéreo que fazem parte do alto mar e que todos os Estados gozam do

¹⁶¹ NACIONES UNIDAS, *idem*, paras. 45-49, p. 37-38 e NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 346.

¹⁶² NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. II, 1975, *cit.*, para. 70, p. 40.

¹⁶³ NACIONES UNIDAS, *idem*, para. 4, p. 34. Relativamente à questão da estrutura, funções e poderes do futuro mecanismo internacional o representante português preconizou que se “crie, o quanto antes, uma Autoridade internacional poderosa na qual as partes contratantes da Convenção administrarão conjunta e democraticamente a zona internacional e os seus recursos respeitando os princípios da igualdade dos Estados e dos benefícios mútuos. A Autoridade cumprirá as suas funções reguladoras no interesse exclusivo dos povos de todos os países e deverá não só aproveitar e administrar racionalmente a Área, mas também assegurar a repartição equitativa dos benefícios resultantes do aproveitamento dos seus recursos, tendo em conta, em particular, os interesses e as necessidades dos países em desenvolvimento. A Autoridade terá a capacidade jurídica necessária para o pleno exercício das suas funções e para a realização dos seus objectivos. Compreenderá uma assembleia ..., um conselho ..., uma empresa ..., uma secretaria e um tribunal”- para. 7 da mesma página.

direito soberano de participar na exploração e aproveitamento do fundo dos mares e do seu subsolo”¹⁶⁴.

O representante de Espanha salientou que existiam dois pontos de vista divergentes a propósito da natureza, poderes e funções do mecanismo dos fundos dos mares: “uns queriam uma autoridade internacional como um simples organismo de coordenação, com carácter principalmente técnico, com poderes para conceder licenças de exploração e aproveitamento dos recursos da Área. Os recursos seriam comercializados no mercado mundial de matérias primas. Um tal mecanismo tenderia a ter um carácter oligárquico e os países altamente industrializados ocupariam uma posição privilegiada; outros, entendiam que a autoridade devia ser um mecanismo internacional com amplos poderes e funções, para exploração e aproveitamento, mas também para comercialização dos recursos, de modo a prevenir a baixa de preços dos minerais provenientes dos jazigos terrestres e, em particular, daqueles que são produzidos por países em vias de desenvolvimento. O mecanismo teria uma estrutura democrática, controlada por uma assembleia em que todos os países teriam um voto”¹⁶⁵.

O Grupo dos 77 defendia que todas as actividades na Área deveriam desenvolver-se directamente e só pela Autoridade Internacional do Fundo do Mar (Autoridade), ao passo que os países industrializados defendiam uma solução em que outras entidades que não a Autoridade poderiam participar nessas mesmas actividades. À Autoridade caberia, essencialmente, a atribuição de autorizações aos Estados contratantes (Japão)¹⁶⁶. À medida que o trabalho da Conferência foi evoluindo ficou claro que havia diferenças profundas em relação ao significado do princípio do património comum da humanidade.

A União Soviética e países sob a sua influência, em 1974, mudaram a sua atitude e começaram a aceitar o conceito do património comum da humanidade, mas davam-lhe um entendimento diferente do dos países em vias de desenvolvimento. Assim, o representante da URSS afirmou “... a convenção deverá incluir uma disposição consagrando que o fundo do mar e subsolo para além da plataforma continental e respectivos recursos são património comum da humanidade, de acordo com a convenção. A consequência natural de uma tal disposição deverá ser que todos os países, sem discriminação, têm o direito de aproveitar tais recursos. A Conferência

¹⁶⁴ NACIONES UNIDAS - *Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar* ..., vol. II, 1975, *cit.*, paras. 1 a 3, p. 5 e NATIONS UNIES - *Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité* ..., *op. cit.*, p. 337-338.

¹⁶⁵ NACIONES UNIDAS - *Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar* ..., vol. II, 1975, *cit.*, paras. 44 e 45, p. 45 e NATIONS UNIES - *Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité* ..., *op. cit.*, p. 349-350.

deve estabelecer um regime do fundo dos mares que garanta os direitos de todos os Estados, quer sejam países em vias de desenvolvimento, países desenvolvidos, países costeiros ou países geograficamente desfavorecidos. O regime deverá proibir a utilização do fundo dos mares para fins militares. Senão será contrário à ideia de património comum da humanidade. O fundo dos mares deverá ser utilizado exclusivamente para fins pacíficos”¹⁶⁷. Esta definição de património comum da humanidade dada pela URSS é semelhante ao ponto de vista dos países industrializados. Tal semelhança é mais visível numa outra passagem da intervenção na qual se afirma que “Os Estados devem ter o direito de aproveitar os recursos do fundo do mar de acordo com a convenção e com as licenças passadas pela organização do fundo do mar. Num tal sistema, parte do rendimento do aproveitamento dos recursos deverá ser distribuído entre os Estados partes da convenção, tendo uma atenção especial pelas necessidades dos países em vias de desenvolvimento”¹⁶⁸.

A única diferença entre a posição da URSS e dos países industrializados em relação ao princípio do património comum da humanidade consistia no facto de que para a URSS só os Estados ou grupo de Estados partes na convenção poderiam obter licenças, ao passo que para os países industrializados tanto Estados com pessoas físicas ou jurídicas poderiam obtê-las.

Em 12 de Dezembro de 1974, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a Resolução nº 3281 (XXIX) contendo a Carta de Direitos e Deveres Económicos dos Estados. Esta Carta, resultante do esforço do Grupo dos 77 para criar uma Nova Ordem Económica Internacional, baseava-se na equidade, igualdade soberana, interdependência, interesse comum e cooperação entre todos os Estados, independentemente do seu sistema económico e social. O artigo 29º da Carta, integrado no capítulo III, sobre “responsabilidades comuns para com a comunidade internacional”, estabelece: “O fundo do mar e do oceano e respectivo subsolo, para além dos limites da jurisdição nacional, bem assim como os recursos da área, são património comum da humanidade. Com base nos princípios adoptados pela Assembleia Geral na Resolução nº 2749 (XXV), de 17 de Dezembro, todos os Estados deverão assegurar que a exploração da área e o aproveitamento dos seus recursos visam apenas fins pacíficos e que os benefícios daí resultantes são partilhados equitativamente por todos os Estados, tendo em atenção os interesses e necessidades particulares dos países em vias de desenvolvimento; um regime internacional para a

¹⁶⁶ NACIONES UNIDAS - *Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar* ..., vol. II, 1975, *cit.*, para. 2, p. 145 e NATIONS UNIES - *Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité* ..., *op. cit.*, p. 340.

¹⁶⁷ NACIONES UNIDAS - *Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar* ..., vol. II, 1975, *cit.*, paras. 24-26, p. 43 e NATIONS UNIES - *Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité* ..., *op. cit.*, p. 349.

¹⁶⁸ NACIONES UNIDAS - *Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar* ..., vol. II, 1975, *cit.*, para. 28, p. 43.

área e seus recursos, incluindo um mecanismo internacional adequado para tornar efectivas as suas disposições, deve ser criado por um tratado internacional de carácter universal, geralmente aceite”¹⁶⁹. Este artigo, aprovado no Segundo Comité da Assembleia Geral, por cento e treze votos a favor, dezassete abstenções e sem votos contra e votada afirmativamente pelos Estados socialistas, refere expressamente algumas ideias chave do princípio do património comum da humanidade, como o princípio da utilização pacífica do fundo do mar, o princípio da partilha equitativa dos seus benefícios por todos os Estados, tendo em atenção, especialmente, os países em vias de desenvolvimento, e a necessidade do estabelecimento de um mecanismo internacional através de um tratado internacional. Diferentemente do artigo 29º, a Carta teve seis votos contra (Bélgica, Dinamarca, República Federal da Alemanha, Luxemburgo, Reino Unido e Estados Unidos da América) e dez abstenções (Áustria, Canadá, França, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Países Baixos, Noruega e Espanha). Kiss, a propósito do princípio do património comum da humanidade e da Carta em referência, escreveu: “Relativamente aos trabalhos das Nações Unidas, pode considerar-se que a evolução chegou ao seu fim com a inserção de uma disposição resumindo os traços essenciais do conceito num documento de importância fundamental para o futuro do mundo, a Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados ...”¹⁷⁰. Com a devida vénia, e atendendo à importância dos Estados que se abstiveram ou votaram contra a Carta, pensamos que em 1974 era ainda muito cedo para se cantar vitória. Os trabalhos posteriores da III Conferência vieram revelar grandes divergências na interpretação do conceito de património comum da humanidade¹⁷¹ e, consequentemente, quanto ao regime jurídico das actividades do fundo do mar.

Em 17 de Setembro de 1978, perante a expectativa do aparecimento de legislação nacional regulando o aproveitamento dos recursos do mar, a UNCTAD adoptou a Resolução nº 176 (XVIII)¹⁷², sob proposta da Colômbia, em nome do Grupo dos 77, intitulada “A Exploração do

¹⁶⁹ U. N. Doc. A/9631, p. 55, citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 153. Transcrito in CUNHA, J. da Silva e PEREIRA, Maria da Assunção do Vale - **Textos de Direito Internacional**. 1ª ed. Porto : Centro de Cópias António Silva Lemos, 1991. Manuais da Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, p. 317.

¹⁷⁰ KISS, Alexandre-Charles - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, p. 207. Ver também SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 107-108.

¹⁷¹ Até os próprios governos foram mudando a sua interpretação. Assim, por exemplo, em Maio de 1977, Elliot Richardson fez a seguinte declaração perante o Congresso Americano: “asseguro-vos que o Governo dos Estados Unidos ... apoia plenamente o conceito de património comum da humanidade *O património comum da humanidade ... não é um slogan abstracto*. Os nossos esforços podem dar-lhe um sentido operacional. Este é o objectivo claro dos que representam o nosso Governo”. Em Fevereiro de 1979, perante a pergunta “como definimos o conceito de património comum da humanidade”, o mesmo Embaixador respondeu “Considerámo-lo como um conceito essencialmente abstracto” - citado por BIGGS, Gonzalo - Deep Seabed Mining ..., *cit.*, p. 244.

¹⁷² A Resolução 176 (XVIII) foi aprovada pelo Conselho do Comércio e Desenvolvimento da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, na sua 510ª Sessão, realizada em 17 de Setembro de 1978, a qual circulou na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar sob a designação Doc. A/CONF.62/71 - in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XI, 1980. Número de venta: S.80.V.6, p. 83.

Fundo do Mar para além dos Limites da Jurisdição Nacional”. Nesta resolução foi reiterado que qualquer legislação unilateral para o aproveitamento dos recursos do fundo dos mares é contrária às resoluções da Assembleia Geral, isto é, à Moratória e à Declaração de Princípios, e “pode ser invalidada de acordo com o direito internacional” e foi pedido a todos os Estados para se absterem de editar legislação nacional até ao termo das negociações na III Conferência. Muito embora adoptada por uma larga maioria de 65 votos a favor, 8 votos contra e 12 abstenções, o seu valor como fonte criadora de obrigações jurídicas é, também, reduzido, pois, mais uma vez, os Estados economicamente mais desenvolvidos, os maiores contribuintes para o orçamento das Nações Unidas, ou seja, o Japão, os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a República Federal da Alemanha e a França, votaram contra. O representante dos Estados Unidos, em nome dos dissidentes, reafirmou a sua convicção de que a legislação nacional sobre as actividades do fundo do mar é legal, pois mais não é do que um conjunto de normas transitórias destinadas a assegurar a continuidade dos investimentos, até à entrada em vigor de uma Convenção geralmente aceite¹⁷³.

Em 19 de Maio de 1978, o representante do Nepal propôs, na sétima Sessão da III Conferência, a criação de um Fundo do Património Comum que tinha como objectivo fundamental “fazer com que uma parte importante das receitas resultantes do aproveitamento dos minerais do oceano sirvam para promover o bem estar da Humanidade, para assegurar a subsistência da comunidade mundial assim como a paz internacional e para preservar e proteger o meio marinho”. As fontes de receitas do Fundo seriam as provenientes das receitas afectas pela Autoridade, das receitas provenientes da ZEE (Zona Económica Exclusiva) e das receitas provenientes da parte da margem continental situada fora da ZEE. No memorando explicativo da criação do fundo é realçado que “... o princípio do património comum da humanidade é uma ideia nova e revolucionária em direito internacional, plena de promessas para a família humana, promessas de justiça e de paz bem assim como de um meio marinho são e fonte de riquezas. O juízo que as gerações vindouras farão da Conferência sobre o direito do mar dependerá da medida em que ela tenha conseguido fazer aplicar o princípio do património comum da humanidade e, em particular, se ela conseguir fazer com que uma parte importante das riquezas minerais dos oceanos seja utilizada para construir uma sociedade mundial justa e pacífica”¹⁷⁴.

¹⁷³ BROWN, A. D. - Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles in Conflict, *cit.*, p. 548; MEESE, Sally A - The Legal Regime Governing Seafloor Polymetallic Sulfide Deposits, *cit.*, p. 153.

¹⁷⁴ NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 417-421 e NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. IX, 1980, *cit.*, p. 193-197.

Em 15 de Setembro do mesmo ano, o Presidente do Grupo dos 77, Satya Nandan, na mesma Sessão da III Conferência, fez um discurso em que afirmou, a propósito do património comum da humanidade, que “A Declaração incorpora o direito internacional comum em relação ao regime do fundo do mar”¹⁷⁵. Daqui resulta claro que o Grupo dos 77 considerava o princípio do património comum da humanidade como costume internacional. Nandan salientou, mesmo, dois elementos do património comum: o carácter comum do seu aproveitamento e a sua não apropriação individual por Estados¹⁷⁶. Também a Santa Sé, participante activo da Conferência, falou do património comum da humanidade como um princípio “universalmente aceite”, embora não mencionando de quem a Humanidade recebeu a herança¹⁷⁷.

De seguida, o Grupo dos 77 criou um Grupo de doze peritos jurídicos de todas as regiões do mundo em vias de desenvolvimento, cinco dos quais eram membros da Comissão de Direito Internacional (CDI)¹⁷⁸, para emitirem um parecer acerca do valor da legislação unilateral e da força vinculativa dos princípios contidos na Declaração de Princípios. O Grupo de Peritos Jurídicos, numa carta, de 23 de Abril de 1979, dirigida ao Presidente do Grupo dos 77, afirmava que “... Apesar de o estatuto jurídico das águas suprajacentes ser o de *res communis*, o estatuto jurídico do fundo do mar, subsolo e respectivos recursos, cristalizou-se como património comum da humanidade indivisível e inalienável a ser explorado e aproveitado em benefício desta no seu conjunto, através da participação equitativa dos Estados nos benefícios daí resultantes, tendo em especial atenção os interesses e as necessidades dos países em vias de desenvolvimento, quer sejam ribeirinhos quer sejam países sem litoral ...”¹⁷⁹. O grupo, no entanto, apresentou a sua

¹⁷⁵ NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 103.

¹⁷⁶ O discurso de Satya Nandan provocou reacções dos países industrializados, nomeadamente da Bélgica, República Federal da Alemanha, Itália, Reino Unido, Japão e Estados Unidos da América tendo, por exemplo, o representante da França afirmado: “Juridicamente falando, o argumento usado pelo porta voz do Grupo dos 77, no sentido de que o aproveitamento do fundo do mar é ilegal, não é válido. Deverá entender-se que nenhum Governo pode estar vinculado ao direito internacional a menos que concorde vincular-se através de um tratado e em caso algum pode um Governo ficar vinculado por normas que outros sonharam impor-lhe. A França nunca concordou com qualquer limitação às liberdades do mar no tocante ao aproveitamento do seu fundo, para além das limitações que tenha aceite por tratado ou no âmbito do desenvolvimento do costume internacional. Não há disposições no direito internacional existente que proíbam o aproveitamento razoável do fundo do mar numa base individual” - transcrito *in* BROWN, A. D. - Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles in Conflict, *cit.*, p. 553.

¹⁷⁷ O Vaticano sempre apoiou o princípio do património comum da humanidade. A Pontifical Justice and Peace Commission chamou à III Conferência: “*The Conference on the Law of the Sea on the Universal Purpose of Created Things*”. Anatoly Zakharov disse, numa discussão acerca do regime do fundo do mar: “A Parte XI da Convenção sobre o Direito do Mar não é perfeita, porque foi feita pelo homem e não por Deus. O Homem não é perfeito” - citado por BASLAR, Kemal, *op. cit.*, p. 19.

¹⁷⁸ Presidente: R. Herrera Cáceres (Honduras); restantes membros: M. Bencheikh (Argélia), M. Bennouna (Marrocos), J. Castañeda (México - membro da CDI), S. P. Jagota (Índia - membro da CDI), J. C. Lupinacci (Uruguai), B. Ndiaye (Senegal), F. X. Njenga (Quênia - membro da CDI), C. Pinto (Sri Lanka - membro da CDI), K. Rattray (Jamaica), S. Sucharitkul (Tailândia - membro da CDI) e M. Yassen (Emirados Árabes Unidos) - NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XI, 1980, *cit.*, p. 87.

¹⁷⁹ NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 88.

argumentação em seis títulos que vamos passar a analisar¹⁸⁰: 1) “Evolução do direito internacional do mar” - a este propósito, o Grupo dizia que “nem a Convenção do Alto Mar de 1958, nem o direito internacional geral incluem, entre as liberdades do alto mar, a exploração e aproveitamento dos recursos minerais do fundo do mar e do oceano além dos limites da jurisdição nacional”, por isso, uma tal actividade é ilegal. Este argumento era refutado pelos países industrializados que diziam que as actividades do fundo do mar que não são expressamente proibidas pelo Direito Internacional, podem ser consideradas como uma liberdade do alto mar, desde que não ponham em causa o interesse que a liberdade do alto mar representa para os outros Estados. O nosso comentário a este propósito é, como aliás já referimos, que não basta uma actividade não ser proibida para ser permitida, é necessário, também, que não haja oposição. Ora, neste caso, como há oposição, não concluímos que a actividade seja ilegal, porque não está em contradição com uma qualquer norma ou costume internacional, mas que, apesar disso, não é legítima, pois há oposição a ela. 2) “Natureza vinculativa dos princípios fundamentais relativos à área” - a este propósito o Grupo escreveu: “Os princípios estabelecidos na Declaração contida na Resolução 2749 (XXV) são juridicamente vinculativos pois foram apoiados por 108 Estados. Há a referir que vários dos poucos Estados (14) que se abstiveram, muito embora sem formular qualquer objecção, posteriormente expressaram, explícita ou implicitamente, o seu apoio àqueles princípios, ... assim reconhecendo, pela sua atitude, a força de costume internacional, tal como está expressa na Resolução 2749 (XXV). Este costume deu origem a novos princípios gerais de Direito Internacional que são a base ou o fundamento jurídico de algumas normas substantivas regulando a exploração da área do fundo do mar e do oceano e respectivo subsolo e o aproveitamento dos respectivos recursos”¹⁸¹. Da asserção transcrita resulta que o Grupo menosprezou, por um lado, a importância real dos países que se abstiveram e, por outro lado, ignorou, por completo, as posições que esses mesmos países, a partir de então, tomaram publicamente, posições que a nosso ver não permitem a formação de um costume internacional, pois não há uma *opinio iuris* generalizada; 3) “Relação normativa dos princípios aplicáveis à Área” - nesta rubrica, o Grupo escreveu que todos os princípios contidos na Declaração de Princípios “formam uma unidade normativa indivisível aplicável à Área. Esta unidade normativa consolida os princípios aplicáveis estabelecidos na Declaração sobre os Princípios de Direito Internacional relativos às Relações de Amizade e de

¹⁸⁰ BROWN, A. D. - Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles in Conflict, *cit.*, p. 549 e s.; MEESE, Sally A - The Legal Regime Governing Seafloor Polymetallic Sulfide Deposits, *cit.*, p. 150.

¹⁸¹ NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ..., vol. XI, 1980, *cit.*, p. 88.

Cooperação entre Estados de acordo com a Carta das Nações Unidas”¹⁸². O que pode dizer-se a este propósito é que o ditado popular “a união faz a força” não se aplica neste contexto. O que se contesta não é a unidade dos diversos princípios aplicáveis ao fundo do mar e seus recursos, mas sim a sua força vinculativa. Enquanto houver uma oposição significativa e representativa de um parte importante da comunidade internacional aos princípios, não obstante a sua unidade, eles não têm força jurídica vinculativa, não valem como fonte de Direito; 4) “Estatuto jurídico da área” - a este propósito, o Grupo, depois de reiterar que o princípio da liberdade do alto mar não abrange o aproveitamento do fundo do mar além dos limites da jurisdição nacional, “pois tal aproveitamento estava fora da possibilidade dos Estados no momento da formação do princípio”, argumenta: “Mas mesmo que esse princípio costumeiro se aplicasse ao aproveitamento, teria deixado de ser aplicável como consequência da Declaração de Princípios de 1970, não só porque a Declaração é uma resolução adoptada pela Assembleia Geral mas também porque é um evento revelador de uma convicção incompatível com uma *opinio juris sive necessitatis* indispensável para que o princípio opere como um costume internacional para o aproveitamento do fundo do mar e do oceano além da jurisdição nacional”. Como vemos, nesta passagem, o Grupo admite que até possa ter existido o princípio da liberdade de aproveitamento do fundo do mar, mas, mais uma vez, o coloca de parte, melhor dizendo considera que desapareceu com base em argumentos inconsistentes. Por um lado, afirma que o princípio foi afastado devido ao facto de a Declaração ter sido adoptada através de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, como se a Assembleia Geral tivesse “poder legislativo” nesta matéria!; por outro lado, considera que a simples adopção da Declaração de Princípios extinguiu o elemento psicológico do costume, isto é, a *opinio iuris* que está na base do princípio da liberdade do alto mar. A nosso ver, o que acontece é que não se pode falar em costume nos dois casos: relativamente à aplicação do princípio da liberdade do alto mar ao fundo e subsolo dos mares e respectivos recursos, porque há oposição por parte daqueles que defendem que o fundo do mar tem o estatuto de património comum da humanidade; relativamente à aplicação do princípio do património comum da humanidade porque há a oposição dos que defendem a aplicação da liberdade do alto mar às actividades do fundo do mar; 5) “Os princípios jurídicos aplicáveis à Área e os actos unilaterais ou acordos limitados para a sua exploração e aproveitamento” - a este propósito pode ler-se na carta: “Os princípios jurídicos estabelecidos na Resolução 2749 (XXV) constituem a base de qualquer regime internacional aplicável à área e seus recursos. Com efeito, todas as actividades relacionadas com a exploração e aproveitamento da Área e outras actividades conexas reger-se-ão pelo regime internacional a ser estabelecido através

¹⁸² Resolução 2625 (XXV) da Assembleia Geral.

da conclusão de um tratado internacional geralmente aceite, que incluía um mecanismo internacional apropriado para a implementação dos princípios referidos. Consequentemente, qualquer acto unilateral ou mini-tratado é ilegal pois viola esses princípios, na medida em que o regime jurídico, provisório ou definitivo, só pode ser estabelecido com o consentimento da comunidade internacional, que é a única que representa a Humanidade, e de acordo com o sistema que esta acorde. A adopção de medidas unilaterais, projectos de legislação e acordos limitados seriam meros factos sem efeitos jurídicos internacionais e, por isso, inoponíveis à comunidade internacional. A grande maioria de Estados não reconheceria a validade de tal legislação, a qual não poderia constituir uma base jurídica válida para a exploração ou aproveitamento da Área. Além do mais, se tal legislação unilateral ou mini-tratados fossem aplicados, os Estados respectivos seriam responsáveis internacionalmente pelos prejuízos causados por tais actividades incompatíveis com os princípios aplicáveis à Área ... nenhum investidor teria qualquer segurança jurídica para os seus investimentos em tais actividades, antes ficaria sujeito a acções individuais ou colectivas de outros Estados em defesa do património comum da humanidade e nenhum possível apoio diplomático teria qualquer valor jurídico”¹⁸³. Os comentários já feitos, e os que iremos fazer a propósito das legislações nacionais, aplicam-se a estas afirmações; 6) “Império do Direito” (*Rule of law*) - sob esta epígrafe o Grupo de Peritos afirma que a “conclusão de mini-tratados, ou adopção de legislação unilateral e qualquer tentativa de os aplicar serão incompatíveis com os princípios da boa fé na condução de negociações em conferências internacionais de plenipotenciários, nomeadamente da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”. A este propósito, os países industrializados argumentavam que estavam de boa fé nas negociações e, por isso, estavam a tentar, a todo o custo, chegar a um acordo, só que todo o processo negocial estava a ser muito lento e essa lentidão era incompatível com os seus interesses económicos e com os avultados investimentos já feitos.

Assim, em resposta a estas críticas feitas pelo Grupo de Peritos, o representante dos Estados Unidos da América, apoiado pelos representantes da França, República Federal da Alemanha, Itália e Bélgica, disse, na 7ª Sessão da III Conferência, que “... desde o início das negociações, a sua delegação sempre defendeu que o direito de explorar e aproveitar o fundo do mar para além dos limites da jurisdição nacional resulta da liberdade do alto mar, que cabe a todas as nações”. Depois referiu que a Declaração de Princípios “muito embora proclame que os recursos do fundo do mar

¹⁸³ NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 88 e 89.

são património comum da humanidade, não proíbe o seu acesso”¹⁸⁴. Em 1979, de novo, Aldrich afirmou que “O Governo dos Estados Unidos da América contesta o argumento de que tal legislação” (a legislação nacional) “seria ilícita e poderia ter um possível efeito nefasto na Conferência. Deve ter-se presente que as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, sem consideração das maiorias pelas quais forem aprovadas, não são juridicamente obrigatórias para nenhum Estado, na falta de um acordo internacional que as torne efectivas e que vincule o Estado interessado. Não existe nada no Direito Internacional consuetudinário ou convencional que impeça os governos de adoptar medidas para regular as actividades dos seus cidadãos ou que proíba aos governos, aos particulares ou às entidades o acesso aos fundos marinhos fora dos limites da jurisdição nacional, com o objectivo de explorar e aproveitar os recursos que aí se encontram. Se a Conferência conseguir elaborar um tratado que estabeleça um regime internacional para a regulação da exploração e aproveitamento, os Estados, para os quais esteja em vigor o referido tratado, renunciarão ao exercício das liberdades do alto mar em questão. Não obstante, para os Estados que não estejam vinculados por tal tratado, não há impedimentos jurídicos para tais actividades. A legislação que está a ser criada nos Estados Unidos ficaria naturalmente derogada por um tratado em vigor para os Estados Unidos ... Os Estados Unidos não têm intenção de perturbar ou de afectar desfavoravelmente as negociações actualmente em marcha. No entanto, é preciso compreender que os Estados Unidos não pactuarão com um regime internacional impraticável somente por não ter outras formas de acesso aos recursos de que necessitam. Uma convenção aceitável deverá permitir o acesso seguro e não discriminatório aos recursos dos fundos marinhos para os Estados e para as entidades patrocinadas pelos Estados, em condições razoáveis e com uma segurança de ocupação estável para os mineiros”¹⁸⁵. Como vemos, os Estados Unidos da América salientaram, constantemente, que a legislação nacional tinha carácter provisório e era compatível com os fins da Conferência.

A URSS que, como já foi referido, a partir de 1974, reconheceu o princípio do património comum da humanidade e o papel da Autoridade em relação à exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar, aquando da discussão da questão das legislações nacionais, criticou os países industrializados pelo casamento entre o princípio da liberdade do alto mar e o património

¹⁸⁴ NACIONES UNIDAS - *Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar* ..., vol. IX, 1980, *cit.*, 109ª reunião plenária, p. 117-123.

¹⁸⁵ NACIONES UNIDAS - *Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales*. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XII, 1980. Número de venta: S.80.V.12, p. 15 e 16.

comum da humanidade para justificar o facto de ter votado afirmativamente a Declaração de Princípios¹⁸⁶.

Em 1979, de novo, a propósito das legislações nacionais, o representante das Honduras, na qualidade de Presidente do Grupo dos 77, afirmou que havia uma “aceitação geral do princípio, segundo o qual a exploração da área do fundo do mar e respectivo subsolo além dos limites da jurisdição nacional e o aproveitamento dos seus recursos deviam ter lugar no benefício de toda a Humanidade, como seu património comum, contido na Declaração de Princípios que foi adoptada sem votos contra na Resolução 2749 (XXV) da Assembleia Geral”¹⁸⁷. Também no decurso da 8ª Sessão, F. A. Yousif, do Sudão, na qualidade de Presidente do Grupo de Estados Africanos¹⁸⁸, em 23 de Março de 1979, dirigiu uma carta ao Presidente da Conferência, na qual refere, a propósito das “medidas unilaterais“, que “os Estados africanos 8 a) apoiam firmemente a declaração feita pelo Grupo dos 77 na Conferência a propósito da intenção de alguns Estados industrializados de recorrer à legislação nacional para levar a cabo actividades ilegais na Área. Lamentam estas medidas unilaterais porque violam os princípios jurídicos do património comum da humanidade e as negociações em curso; b) pedem a todos os Estados que se abstenham de adoptar qualquer medida unilateral relativa à zona dos fundos dos mares e que demonstrem a sua boa fé nas negociações delicadas que se realizam na Conferência”¹⁸⁹. Por seu turno, os países industrializados mantiveram a sua posição de compatibilidade das legislações nacionais com o Direito Internacional¹⁹⁰.

De 1979 a 1982, no que toca à essência do princípio do património comum da humanidade, as alterações foram, praticamente, de pormenor, tendo-se mantido a dicotomia de opiniões que temos vindo a referir relativamente à sua concretização, nomeadamente quem poderia usufruir dos

¹⁸⁶ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. IX, 1980, *cit.*, para. 30, p. 105.

¹⁸⁷ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XI, 1980, *cit.*, para. 16, p. 3 e 4.

¹⁸⁸ O Conselho de Ministros da Organização de Unidade Africana, em 1979, num encontro em Nairobi, no Quénia, reafirmou a sua oposição à legislação unilateral - ADAR, Korwa Gombe - A Note on the Role of African States in Committee I of UNCLOS III. *Ocean Development and International Law Journal*. New York, Philadelphie, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 18, number 6: (1987), p. 676.

¹⁸⁹ Doc. A/CONF.62/72, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XI, 1980, *cit.*, p. 84-85.

¹⁹⁰ Em 1979, foi aprovado o Acordo Relativo às Actividades na Lua e Outros Corpos Celestes que também reconhece o princípio do património comum da humanidade. O artigo 11 nº 1 do Acordo prescreve: “A lua e os seus recursos naturais são património comum da humanidade ...”. O adopção do Tratado da Lua, e a sua entrada em vigor em 1984, revela que os países industrializados pelo menos aceitaram o património comum da humanidade como um princípio de direito internacional e que concordaram que, quando o aproveitamento do património comum ocorrer, devem ser tidos em consideração os interesses e as necessidades dos países em vias de desenvolvimento - MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 156-157. Para mais desenvolvimentos sobre este assunto ver PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 247-254.

benefícios e quais os poderes, funções e estrutura da Autoridade, questões que iremos abordar posteriormente.

2 - DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE FORA DAS NAÇÕES UNIDAS

O desenvolvimento do conceito de património comum da humanidade fora das Nações Unidas resulta da posição de individualidades, de conferências e das referências feitas por alguns países industrializados na sua legislação interna sobre a exploração e aproveitamento do fundo do mar.

Na Terceira Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países Não Alinhados, realizada em Lusaca, na Zâmbia, entre 8 e 10 de Setembro de 1970, foi adoptada uma Declaração relativa aos Fundos Marinhos, em que se expressava a convicção de que os grandes fundos marinhos e respectivo subsolo além dos limites da jurisdição nacional deveriam ser utilizados exclusivamente para fins pacíficos e que as suas riquezas e recursos deveriam ser aproveitados e utilizados em benefício de toda a humanidade, independentemente da situação geográfica dos Estados e tendo em conta as necessidades e os interesses específicos dos países em vias de desenvolvimento. A Declaração continha alguns princípios que deveriam servir como instrumento de trabalho das Nações Unidas: os fundos do mar e seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional, assim como os seus recursos, são património comum da humanidade e não podem ser objecto de apropriação nacional; nenhum Estado ou indivíduo pode pretender, no que respeita à Área e seus recursos, ter ou exercer direitos incompatíveis com o regime internacional a ser estabelecido; tal regime deve ser estabelecido através de um tratado de acordo com os princípios referidos, prevendo o aproveitamento ordenado e a gestão racional da Área e seus recursos e assegurando a distribuição equitativa dos benefícios daí resultantes¹⁹¹.

Em 1971, o Grupo dos 77 realizou o Segundo Encontro Ministerial, em Lima, Perú e adoptou uma “Resolução sobre os Recursos Marinhos”, na qual se estabelecia que o património comum da humanidade “devia ser regulado por um regime que permitisse aos povos de todos os Estados gozar dos benefícios substantivos que pudessem daí resultar, tendo em devida conta os interesses especiais e as necessidades dos países em vias de desenvolvimento, quer costeiros quer encravados”. Num outro parágrafo, o Grupo dos 77 mostrava a sua preocupação ao reiterar que

¹⁹¹ Citado por KISS, Alexandre-Charles - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, p. 200-201.

“deviam ser tomadas medidas apropriadas para ... minimizar os efeitos económicos adversos causados pela flutuação dos preços das matérias primas devido a tais actividades”.

A Conferência Especializada dos Países das Caraíbas sobre Problemas do Mar, que teve lugar em 7 de Junho de 1972, fez uma declaração, na qual, a propósito do fundo do mar internacional, era feita referência à Declaração de Princípios e ao princípio do património comum da humanidade e estabelecia no “nº 2 - esta área ficará sujeita ao regime a ser estabelecido por um acordo internacional, que criará uma Autoridade internacional com poder para desenvolver todas as actividades na área, particularmente a exploração, aproveitamento, protecção do meio ambiente marinho e pesquisa científica ...”¹⁹².

Em Setembro de 1972, o representante dos Estados Unidos da América no Comité de Fundos afirmou, perante o Comité sobre Marinha Mercante e Pescas da Câmara de Representantes, que em resposta à interpretação dos países em vias de desenvolvimento em relação ao património comum da humanidade, os Estados Unidos e outros países industrializados continuavam a afirmar que património comum não significava propriedade comum.

O Comité Jurídico Inter-Americano da Organização dos Estados Americanos, numa resolução adoptada em 9 de Fevereiro do mesmo ano, declarou que “Os fundos dos mares e dos oceanos situados para além da zona das duzentas milhas náuticas e para além da plataforma continental, bem assim como os recursos daí extraídos, são património comum da humanidade”.

A Organização de Unidade Africana, numa Resolução adoptada em Addis-Abeba, na Etiópia, em Maio de 1973¹⁹³, e numa Declaração feita em Mogadicho, na Somália, em 17 de Julho de 1974, reafirmou o seu apoio à Declaração de Princípios e ao conceito de património comum da humanidade que, no seu entender, “não deveriam ser de modo algum objecto de interpretações restritivas”, antes, “até à criação de um mecanismo internacional o regime aplicável à Área é a Declaração de Princípios e a Moratória”¹⁹⁴.

A Comissão para o Estudo da Organização da Paz, uma organização não governamental, que já em Maio de 1966 tinha proposto que as Nações Unidas fossem investidas com o título sobre os recursos minerais do fundo do mar e que fosse criada uma agência especializada com o nome

¹⁹² In UNITED NATIONS - General Assembly - **Report of the Committee on the Peaceful Uses of the Sea-Bed and the Ocean Floor Beyond the Limits of National Jurisdiction ...**, 1972, *cit.*, p. 72; também transcrita in NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité ...**, *op. cit.*, p. 288.

¹⁹³ Organização de Unidade Africana: Declaração sobre as questões relativas ao Direito do Mar aprovada pelo Conselho de Ministros, na sua vigésima primeira sessão ordinária, realizada em Addis-Abeba, na Etiópia (A/AC.138/89), transcrita in NATIONS UNIES, *idem*, p. 310-311.

¹⁹⁴ Doc. A/CONF.62/33 - NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer ...**, vol. III, 1975, *cit.*, p. 72-74.

*United Nations Marine Resources Agency*¹⁹⁵, no seu relatório de Junho de 1973, referiu o património comum da humanidade como um conceito a ser aplicado não só ao fundo do mar mas também aos seus recursos. Como resultado do estatuto de património comum da humanidade, o fundo do mar era considerado, nesse relatório, como insusceptível de apropriação e nenhum Estado ou pessoa, física ou jurídica, poderia reclamar, adquirir ou exercer qualquer direito em relação aos seus recursos.

Em Setembro de 1973, a Quarta Conferência Cimeira dos Países Não Alinhados adoptou a Resolução Relativa ao Direito do Mar e a Declaração Política Relativa à Questão do Fundo do Mar. Nestes dois documentos foi reafirmado que a zona e os recursos do fundo do mar e respectivo subsolo para além dos limites da jurisdição nacional eram património comum da Humanidade e que era necessário uma autoridade internacional forte para directa ou indirectamente desenvolver as actividades relativas à exploração da zona e aproveitamento dos seus recursos.

A divergência de opiniões entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento foram visíveis ao longo de toda a III Conferência mas acentuaram-se quando os países industrializados publicaram legislação interna a regular o aproveitamento dos recursos do fundo do mar. Christopher Pinto, delegado do Sri Lanka à III Conferência, a título pessoal num *Workshop* sobre o Direito do Mar realizado na Universidade do Hawai, em 1978, afirmou que “... O património comum da Humanidade é propriedade comum da Humanidade. A comunidade do «património comum» é a comunidade de propriedade e de benefícios. Os minerais são possuídos em comum pelos vossos países, pelo meu e pelos demais. Na sua situação original, tais recursos pertencem de modo indivisível ao vosso país, ao meu e aos outros países - a toda a Humanidade, quer esteja organizada em Estados quer não. Se tocais os nódulos do fundo do mar estais a tocar na minha propriedade. Se os retirais de lá estais a retirar a minha propriedade”¹⁹⁶. Desta intervenção podemos concluir que o seu Autor equipara o património comum com propriedade comum, sendo a relação da Humanidade (entendida como todos os seres humanos e não só os Estados) com o fundo do mar e seus recursos uma relação de propriedade. Como essa propriedade é una e indivisível é necessário uma autoridade internacional para actuar em nome de toda a Humanidade.

¹⁹⁵ ODA, Shigeru, *op. cit.*, p. XXX.

¹⁹⁶ Citado por ARROW, Dennis W. - *The Customary Norm Process and the Deep Seabed*, *cit.*, p. 9.

2.1 - AS LEGISLAÇÕES NACIONAIS E O PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE¹⁹⁷

Nos finais da década de setenta, princípios da década de oitenta, alguns países industrializados aprovaram legislação interna para regular as actividades levadas a cabo no fundo do mar tendo em vista a exploração e aproveitamento dos seus recursos. Os Estados Unidos da América foram os pioneiros ao editar o *Deep Seabed Hard Mineral Resources Act*, assinado pelo Presidente Carter, em 28 de Junho de 1980¹⁹⁸. Neste acto é referido que os Estados Unidos da América votaram favoravelmente a Resolução nº 2749 (XXV), declarando o princípio do património comum da humanidade “na esperança de que este princípio fosse legalmente definido num Tratado Internacional sobre o Direito do Mar ...”¹⁹⁹. Por outro lado, o Acto estabelece a criação de um *Deep Seabed Revenue Sharing Trust Fund*, formado por certas taxas recebidas das actividades do fundo do mar. Esse fundo será para o benefício da Humanidade se, nos dez anos após o Acto, os Estados Unidos da América se tornarem partes da Convenção²⁰⁰.

A República Federal da Alemanha foi o segundo país a publicar legislação sobre o fundo do mar, em 17 de Agosto de 1980, o *Act of Interim Regulation of Deep Seabed Mining*²⁰¹, emendado em 1982²⁰². No Acto não é feita qualquer referência ao património comum da Humanidade, no entanto prevê a criação de um fundo que será dotado com 0,75% das taxas impostas às actividades mineiras, fundo que será transferido para a Autoridade se a República Federal da Alemanha se tornar parte da Convenção. Se tal não acontecesse o fundo seria afecto a ajuda ao desenvolvimento²⁰³.

¹⁹⁷ A análise detalhada das diversas leis nacionais é feita mais adiante, na Parte III, capítulo II.

¹⁹⁸ 1980, UNITED STATES: DEEP SEABED HARD MINERAL RESOURCES ACT. International Legal Materials, vol. 19, number 2, p. 1003-1020. Esta legislação americana foi emendada em 1 de Julho de 2000.

Este diploma representa o corolário de uma década de *lobbying* por parte das grandes empresas do sector (*Kennecot Corporation*, *U. S. Steel*, *Deepsea and Space Company* e *Standart Oil of Indiana*) em prol do livre e garantido acesso à exploração e aproveitamento dos recursos dos fundos marinhos. Como referiremos, formalmente o processo foi desencadeado em 1971, com a apresentação ao Senado de uma proposta de lei sobre este assunto, apesar de, já antes, o *American Bar Congress* ter assumido publicamente a defesa do regime de livre acesso. No entanto, foi a crise petrolífera de 1973 e o arrastamento das negociações sobre o regime internacional na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar que levaram a que a Administração americana, seguida por outros Estados, editassem um regime provisório que permitisse o desenvolvimento de actividades no fundo do mar, até que entrasse em vigor uma Convenção - in PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 228.

¹⁹⁹ Secção 2 a) nº 7.

²⁰⁰ Secção 403.

²⁰¹ 1980, FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY: ACT ON INTERIM REGULATION OF DEEP SEABED MINING (Effective, August 17, 1980). International Legal Materials, vol. 19, number 2, p. 1330-1339.

²⁰² 1982, FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY: ACT TO AMEND THE INTERIM REGULATION OF DEEP SEABED MINING. International Legal Materials, vol. XXI, number 4, p. 832-833. Após a adesão à Convenção, em 1994, a Alemanha promulgou nova legislação consentânea com o teor da Convenção e do Acordo de Implementação, in BROWN, E. D. - *Sea-Bed Energy and Minerals* ..., *op. cit.*, p. 189, nota 1.

²⁰³ Secções 12 e 13.

O Reino Unido, no *Deep Sea Mining Act (Temporary Provisions)*²⁰⁴, de 28 de Julho de 1981, não faz qualquer referência ao princípio do património comum da humanidade. Tal como os anteriores, este Acto considera as actividades do fundo do mar como uma liberdade do alto mar e também cria um *Deep Sea Mining Fund* formado com parte das taxas cobradas pela extracção dos recursos. Tal fundo será transferido para a Autoridade, quando o Reino Unido aderir à Convenção.

Em 17 de Abril de 1982, a URSS publicou o *Edict on Provisional Measures to Regulate Soviet Enterprises for the Exploration and Exploitation of Mineral Resources*²⁰⁵, que não faz qualquer referência ao princípio do património comum da humanidade. Nesse Édito afirma-se, no entanto, que as licenças não reconheciam soberania, direitos soberanos ou exclusivos, jurisdição ou direito de propriedade em relação a qualquer área do fundo do mar ou dos respectivos recursos. Relativamente aos benefícios da Humanidade, o Édito também prevê a criação de um fundo especial a ser dotado de uma parte das receitas recebidas pelo aproveitamento ... dos recursos minerais do fundo do mar. O Conselho de Ministros deve determinar o montante a ser pago ao fundo que depois deve ser transferido para a Autoridade no caso de a Convenção ser aprovada e entrar em vigor para a URSS.

A *Loi sur l'Exploration et l'Exploitation des Ressources Minérales des Grands Fonds Marins*²⁰⁶ aprovada pelo Parlamento francês, em 24 de Novembro de 1981, e a *Law on Interim Measures for Deep Seabed Mining*²⁰⁷, de 20 de Julho de 1982, editada pelo Japão, regulam as actividades do fundo do mar sem fazerem qualquer referência ao benefício da Humanidade e sem preverem a criação de um fundo, muito embora a lei francesa preveja a aplicação de uma taxa de 3,75% sobre os recursos minerais extraídos (artigo 12º).

A Itália, na *Law on the Exploitation of the Mineral Resources of the Deep Seabed*²⁰⁸, de 20 de Fevereiro de 1985, seguiu a lei alemã prevendo, no artigo 15º, o pagamento de 3,75% da média

²⁰⁴ 1981, UNITED KINGDOM: DEEP SEABED MINING (TEMPORARY PROVISIONS) ACT 1981. International Legal Materials, vol. 20, number 2, p. 1217-1227.

²⁰⁵ 1982, UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS: EDICT ON PROVISIONAL MEASURES TO REGULATE SOVIET ENTERPRISES FOR THE EXPLORATION AND EXPLOITATION OF MINERAL RESOURCES. International Legal Materials, vol. XXI, number 3, p. 551-553. Em 22 de Novembro de 1994, a Federação Russa publicou um Decreto do Presidente - Decreto nº 2099, de 22 de Novembro - com nova regulamentação sobre as actividades de pessoas jurídicas ou naturais russas na exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar além dos limites da plataforma continental. Posteriormente, a *Order* nº 410, de 25 de Abril de 1995, regulou o modo com as actividades referidas deviam ser levadas a cabo - in BROWN, E. D. - **Sea-Bed Energy and Minerals** ..., *op. cit.*, p. 189, nota 1.

²⁰⁶ 1982, FRANCE: LAW ON THE EXPLORATION AND EXPLOITATION OF THE MINERAL RESOURCES OF THE DEEP SEABED (Law N. 81-1135 of 23 December 1981). International Legal Materials, 1982, vol. XXI, p. 808-814.

²⁰⁷ 1983, JAPAN: LAW ON INTERIM MEASURES FOR DEEP SEABED MINING (Enacted July 20, 1982). International legal Materials, vol. XXII, number 1, p. 102-122.

²⁰⁸ 1985, ITALY: LAW ON THE EXPLORATION AND EXPLOITATION OF THE MINERAL RESOURCES OF THE DEEP SEABED (February 20, 1985). International Legal Materials, vol. XXIV, number 4, p. 983-996. Esta

do valor do mercado dos minerais extraídos do fundo do mar pelos titulares de licenças de aproveitamento, para fins de Ajuda Italiana aos países em vias de desenvolvimento.

As legislações acabadas de referir²⁰⁹ têm de comum serem de carácter transitório²¹⁰, até à entrada em vigor da Convenção para cada um dos Estados; não reclamarem soberania sobre o fundo do mar além dos limites da jurisdição nacional, antes reconhecerem o seu carácter internacional; exigirem uma autorização para a investigação ou exploração a conceder pelas autoridades nacionais; preverem o controlo, nomeadamente em matéria de poluição, pelo Estado que emitiu as autorizações; estabelecerem uma moratória para a concessão de autorizações de produção, até 1 de Janeiro de 1988; e preverem, algumas delas, a criação de um fundo a ser distribuído para o benefício da Humanidade. Pelo que podemos afirmar que os países industrializados não negavam a essência do princípio do património comum da humanidade, antes consideravam-no, ainda, desprovido de conteúdo jurídico, por isso, até que fosse aprovada a Convenção contendo uma regulamentação aceitável destas matérias e até que eles a ela se vinculassem, criaram a sua própria regulamentação. As legislações unilaterais foram, assim, o meio encontrado por esses países para combater, antecipadamente, alegados riscos de “apropriação colectiva mundial” e a criação de uma “OPEP das grandes profundidades”, só contrariável com um regime de livre acesso²¹¹.

legislação foi revogada pela Lei nº 689, de 2 de Dezembro de 1994, que autorizou a ratificação e implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1982 e o Acordo de Implementação da Parte XI, de 29 de Julho de 1994 - *in* BROWN, E. D. - **Sea-Bed Energy and Minerals** ..., *op. cit.*, p. 189, nota 1.

²⁰⁹ No geral, o regime jurídico das legislações nacionais é mais favorável para os mineiros que o regime convencional. O imposto previsto é bem inferior ao da Convenção, não há nenhuma disposição prevendo o regime de reservas de sítios para uso da Empresa ou dos países em vias de desenvolvimento e, também, não há qualquer exigência em matéria de transferência de tecnologia.

²¹⁰ Até que a Convenção sobre o Direito do Mar entre em vigor para os respectivos Estados, pelo que, após a ratificação da Convenção pela Alemanha, Itália, França, Japão, Reino Unido e Federação Russa os respectivos Actos deixaram de vigorar. Todos os países referidos, com excepção da Federação Russa, e também os Estados Unidos da América assinaram o Acordo de 1994, em 29 de Julho de 1994. Posteriormente, a Alemanha, em 14 de Outubro do mesmo ano aderiu à Convenção e ratificou o Acordo; a Itália ratificou a Convenção e o Acordo em 13 de Janeiro de 1995; a França ratificou a Convenção e o Acordo em 11 de Abril de 1996; o Japão ratificou a Convenção e o Acordo em 20 de Junho de 1996; a Federação Russa ratificou a Convenção e aderiu ao Acordo em 12 de Março de 1997 e o Reino Unido aderiu à Convenção e ratificou o Acordo em 25 de Julho de 1997. Os Estados Unidos da América apesar de terem assinado o Acordo ainda não se vincularam (até Dezembro de 2001) nem à Convenção nem ao Acordo, o que, aliás, a verificar-se é em relação aos dois diplomas - *in* (<http://www.un.org/Depts/los/stat2los.txt>).

²¹¹ PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 229.

2.2 - REACÇÕES ÀS LEGISLAÇÕES NACIONAIS²¹²

As iniciativas acabadas de referir foram mal aceites pelos países em vias de desenvolvimento que consideravam, já, o princípio do património comum da humanidade como fazendo parte do *jus cogens*, ferindo de nulidade todos os actos unilaterais que contrariassem tal norma imperativa de Direito Internacional Geral²¹³. Aliás, já em 1972, no Comité de Fundos, foi afirmado pelo Chile e pelo Perú que as actividades económicas, na zona situada fora dos limites da jurisdição nacional, eram contrárias ao princípio do património comum da humanidade. Diziam que se as normas, então em vigor, não impediam, expressamente, as actividades unilaterais nem o aproveitamento da referida zona e seus recursos, daí não resultava que tais actividades pudessem ser levadas a cabo. Também em 1975, o Presidente da III Conferência, Shirley Amerasinghe, avisou que as acções unilaterais, em vez de levarem os delegados a conseguir um acordo mais rapidamente, prejudicariam os trabalhos da Conferência²¹⁴. No final da 7ª Sessão, em 1978, o Presidente do Grupo dos 77, Satya Nandan, como já referimos, atacou severamente a legislação

²¹² Seguimos de perto, entre outros, BROWN, A. D. - Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles in Conflict, *cit.*, p. 549 e s..

²¹³ Veja-se o Doc. A/CONF.62/100 - Carta, de fecha 28 de julio de 1980, dirigida al Presidente de la Conferencia por el Presidente del Grupo de los 77; o Doc. A/CONF.62/101 - Carta, de fecha 28 de julio de 1980, dirigida al Presidente de la Conferencia por los representantes de Colombia, Chile, Ecuador y Perú; o Doc. A/CONF.62/106 - Carta, de fecha 29 de agosto de 1980, dirigida al Presidente de la Conferencia por el Presidente del Grupo de los 77 - todos estes documentos têm de comum considerarem a legislação unilateral, mais concretamente o diploma americano, como contrários ao Direito Internacional, e, como tal, ilegais, fazendo incorrer os Estados em responsabilidade internacional.

Em sentido contrário e, claro, defendendo a compatibilidade da legislação unilateral com o Direito Internacional, veja-se o Doc. A/CONF.62/103 - Carta, de fecha 30 de julio de 1980, dirigida al Presidente de la Conferencia por el representante de los Estados Unidos de América - onde a dada altura se escreve: “O meu governo continua empenhado em procurar de boa fé o objectivo de um resultado rápido e feliz da Conferência ... a lei americana tem um carácter provisório. Quando entrar em vigor uma convenção, no que respeita aos Estados Unidos da América, ela derroga automaticamente essa legislação. Por outro lado, a lei fixa uma moratória para o aproveitamento comercial até 1 de Janeiro de 1988, uns vinte anos depois de as Nações Unidas terem começado a tratar deste tema. Essa moratória deixará um largo espaço de tempo para que a convenção entre em vigor”. Todos os documentos referidos podem ver-se in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XIV, 1982. Número de venta: S.82.V.2, p. 123-131.

²¹⁴ Em 26 de Março de 1975, Soto, representante do Perú e Presidente do Grupo de 77, expressou: “o temor de todos os membros do Grupo face à notícia publicada há alguns dias, segundo a qual um Estado que participa na Conferência teria adoptado unilateralmente iniciativas de carácter legislativo tendo em vista a exploração e aproveitamento dos recursos dos fundos do mar fora dos limites da sua jurisdição nacional. O projecto de lei previsto parece conter, inclusivamente, uma determinada data limite. No caso de a Convenção sobre o Direito do Mar não estar aberta a ratificação no dia 29 de Fevereiro de 1976, o Estado em referência poderia, a partir dessa data, conceder a sociedades particulares contratos de exploração e aproveitamento dos fundos marinhos fora dos limites da plataforma continental”. No mesmo dia, Willessee, da Austrália, e a propósito de uma notificação que o seu governo tinha recebido umas semanas antes de uma sociedade constituída nos Estados Unidos da América, a *Deepsea Ventures, Inc.*, informou: “o Governo da Austrália declarou que a reivindicação da sociedade é inaceitável. O princípio da liberdade do alto mar não permite que sociedades, seja qual for a sua nacionalidade, reivindiquem direitos exclusivos sobre os recursos do alto mar, respectivo solo ou subsolo. A utilização é lícita, mas já não a apropriação” - NACIONES

americana, usando argumentos semelhantes aos utilizados a favor da força vinculativa da Declaração de Princípios, dizendo, ainda, que as actividades mineiras no fundo do mar sem um tratado internacional prejudicariam a continuação das negociações e levariam a uma situação caótica em relação ao Direito do Mar. Os americanos interpretaram esta intervenção como uma ameaça.

Nos começos de 1979, como vimos, o Grupo dos 77 pediu ao seu Grupo de Peritos Jurídicos para preparar um parecer sobre a legislação nacional para o fundo do mar, cujo resultado, já referido, foi: “A adopção de medidas unilaterais, projectos de legislação e acordos limitados não teriam qualquer valor jurídico internacional”.

O representante do Canadá, a propósito do *Deep Seabed Hard Mineral Resources Act*, disse que era “desnecessário, indesejável, injustificável e extemporâneo”²¹⁵.

Mesmo nos Estados Unidos, havia vozes contra²¹⁶ a legislação nacional, segundo as quais a legislação interna era incompatível com a Declaração de Princípios e, em vez de contribuir para o desenvolvimento ordenado de uma nova indústria, iria acelerar a tendência para a partilha do alto mar em sectores nacionais, além de que não havia nenhuma urgência na recolha de nódulos e, por isso, a legislação interna era prematura. Invocavam, ainda, o “interesse nacional” - a legislação interna prejudicaria a capacidade negocial dos Estados Unidos, a possibilidade de obter concessões em relação a outras questões também importantes, tal como a liberdade de navegação, além de que a manutenção de acordos já alcançados poderia ficar comprometida.

Após estas referências breves, vamos debruçar-nos, mais detalhadamente, sobre a posição dos países em vias de desenvolvimento, em primeiro lugar, e, depois, sobre a posição dos países industrializados.

Antes, porém, vamos tecer algumas considerações de ordem geral.

UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. VI, 1977. Número de venta: S. 77.V.2, p. 55.

²¹⁵ In “Le Monde”, 30 de Julho de 1980, p. 4, citado por SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, nota 70, p. 101.

De qualquer modo, Beesley nunca referiu que a legislação nacional era ilegal, talvez para não comprometer a possibilidade do Canadá, futuramente, editar legislação idêntica - FILARDI, Linda - Canadian Perspectives on Seabed Mining: The Case of the Production Limitation Formula. *Ocean Development and International Law Journal*. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 13, number 4: (1984), p. 472.

²¹⁶ SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 80 e 81. As vozes americanas a favor invocavam os seguintes argumentos: a grande visibilidade nas negociações multilaterais da discussão interna da legislação sobre o fundo do mar, o que tornaria mais fácil a tarefa dos delegados da III Conferência e, consequentemente, contribuiria para que o acordo fosse mais rapidamente conseguido. Por outro lado, dada a dependência dos Estados Unidos em relação à importação de minerais do fundo do mar, a legislação nacional iria garantir uma oferta interna dos mesmos. Por último, acreditavam que a legislação interna iria criar as condições de estabilidade que a indústria mineira reclamava para os seus investimentos (*security of tenure*). Nenhuma companhia investiria as avultadas somas necessárias se não tivesse a certeza que estaria livre de uma regulamentação autoritária que poderia prejudicar os seus investimentos - do mesmo Autor, p. 81-82.

O princípio romano *pacta tertiis nec nocent nec prosunt* - os acordos não impõem deveres nem reconhecem direitos a terceiros, isto é, a não partes de um tratado - é comumente aceite, além de estar consagrado no artigo 34º (Regra geral respeitante aos terceiros Estados) da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados: “Um tratado não cria nem obrigações nem direitos para um terceiro Estado sem o consentimento deste último”. Por seu turno, o artigo 35º (Tratados prevendo obrigações para terceiros Estados) estabelece: “Uma obrigação nasce para um terceiro Estado de uma disposição dum tratado, se as partes nesse tratado entenderem criar a obrigação por meio dessa disposição e se o terceiro aceitar expressamente por escrito essa obrigação”²¹⁷; por outro lado, o artigo 36º (Tratados prevendo direitos para terceiros) estabelece: “nº 1. Um direito nasce para um terceiro Estado de uma disposição dum tratado, se as partes nesse tratado entenderem, por essa disposição, conferir esse direito, quer ao Estado terceiro, quer a um grupo de Estados a que ele pertença, quer a todos os Estados, e se esse Estado terceiro o consentir. Presume-se o consentimento enquanto não haja indicação em contrário, a menos que o tratado disponha diversamente”; “nº 2. Um Estado que exerça um direito em aplicação do número um, deve respeitar para o exercício desse direito as condições previstas no tratado ou estabelecidas de acordo com as suas disposições”²¹⁸. Certos tratados visam criar situações jurídicas objectivas, válidas *erga omnes*. Exemplos típicos são os tratados que criam organizações internacionais, a Carta das Nações Unidas ou os tratados que permitem a livre passagem por cursos de água internacionais. Concluindo, o factor decisivo para a extensão dos direitos e deveres a terceiros Estados é o consentimento desses Estados. A única excepção verifica-se quando o tratado adquiriu o estatuto de costume internacional. Quer apoiantes quer oponentes da legislação nacional basearam-se nesta excepção ou argumento.

Voltando à questão que nos ocupa, e começando pelos argumentos dos países em vias de desenvolvimento, podemos dizer que a Convenção tem um carácter abrangente, trata de todas as questões relativas ao direito do mar e deveria ser “um produto de um consenso universal e de um compromisso entre nações, independentemente do seu sistema político, económico e social”²¹⁹. A participação de todos os Estados e povos nas negociações da Convenção é um sinal da sua universalidade. Por outro lado, uma outra característica que está na base do seu universalismo é a sua natureza de “pacote”, que faz com que a Convenção seja um todo indivisível e, como tal, seja

²¹⁷ Sublinhado nosso.

²¹⁸ CUNHA, J. da Silva e PEREIRA, Maria da Assunção do Vale, *op. cit.*, p. 323 e s.. O importante nestes casos é ver se as partes do tratado tiveram realmente intenção de reconhecer um tal direito a um terceiro Estado. A este propósito de direitos e obrigações resultantes de um tratado para Estados terceiros, deve ter-se presente a distinção entre “tratados lei” ou “constitutivos” e a “tratados contratos”. Os tratados lei criam normas novas ou alteram normas existentes e, por isso, não se limitam às partes.

impossível um Estado seleccionar uma parte e rejeitar o resto, a menos que a dita parte faça parte do costume internacional.

Na Sessão Final da Conferência, Nandan, delegado do Fiji, disse: “... qualquer uso selectivo da Convenção não só é inapropriado, como também inaceitável”²²⁰. A obrigação de Estados não Partes de se absterem de praticarem actos incompatíveis com as disposições da Convenção resulta, entre outros, do seu carácter universal e da intenção das Partes, que constituem uma considerável maioria, de estabelecer regras válidas *erga omnes*.

A legislação nacional relativa ao fundo do mar é incompatível com o objectivo do princípio mais importante da Convenção: o princípio do património comum da humanidade. Este princípio, reconhecido por todos como regendo o fundo do mar e subsolo além dos limites da jurisdição nacional e respectivos recursos, através da adopção da Declaração de Princípios, em 1970, e da Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, de 1974, adquiriu como resultado da prática dos Estados, quer dentro quer fora das Nações Unidas, o estatuto de princípio geral de Direito Internacional. O princípio não admite qualquer regime jurídico para as actividades do fundo do mar a não ser o “criado com o consentimento da comunidade internacional, como único representante da Humanidade e em conformidade com o sistema determinado pela comunidade internacional”²²¹. Devido à falta de oposição e, pelo contrário, graças à participação activa na redacção das normas que concretizaram o princípio do património comum da humanidade, o argumento em contrário dos países desenvolvidos não tem cabimento.

O património comum da Humanidade se não é *jus cogens*, é Direito Internacional Geral e os países industrializados cooperaram de facto para a sua consolidação e, se o resultado final não vai ao encontro de todas as suas expectativas, não devem negar a obrigação que assumiram com a passagem desse conceito a princípio geral de Direito Internacional.

Relativamente à relação das Convenções de Genebra de 1958 com a Convenção de 1982, há países que apoiam a ideia de que esta última se sobrepõe às de 1958. A explicação tem por base o procedimento de negociação adoptado nos trabalhos da Conferência. De qualquer forma a

²¹⁹ MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 245.

²²⁰ Doc. A/CONF.62/PV187, citado por MAHMOUDI, Said, *idem*, p. 246.

²²¹ Doc. A/CONF.62/77 - Carta de data de 24 de Abril de 1979, dirigida ao Presidente da Conferência pelo Presidente do grupo dos 77 - NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XI, 1980, *cit.*, p. 87-89.

BIGGS, Gonzalo - Deep Seabed Mining ..., *cit.*, in p. 247 escreve que entre os princípios gerais de Direito Internacional está o princípio da igualdade soberana dos Estados consagrado o artigo 2º nº 1 da Carta das Nações Unidas e na Declaração de Princípios de Direito Internacional relativos às Relações de Amizade e Cooperação entre Estados - Resolução 2625, de 24 de Outubro de 1970. No exercício deste princípio, a comunidade das nações estabeleceu que a Área e seus recursos estão sujeitos ao Direito Internacional e são património comum da Humanidade. Ao tentar unilateralmente o que foi proibido multilateralmente, a legislação nacional desrespeita o exercício deste princípio fundamental de *jus cogens* (a igualdade soberana dos Estados).

Conferência preferiu a prática tradicional e por isso o artigo 311º nº 1 da Convenção estabelece “A presente Convenção prevalece, nas relações entre os Estados Partes, sobre as Convenções de Genebra sobre o Direito do Mar de 29 de Abril de 1958”. Uma tal disposição, porém, não pode justificar a adopção de legislação nacional para as actividades do fundo do mar pelos Estados que não pretendem ser partes da Convenção, porque as actividades do fundo do mar são um uso novo do mar não regulado em 1958, por isso, tais Convenções não podem servir de fundamento jurídico à legislação nacional.

Seis dos Estados com actividades no fundo do mar, isto é, a França, a URSS, o Japão, a Itália, os Países Baixos e a Bélgica, assinaram a Convenção, tendo, por isso, adquirido um estatuto provisório especial em relação à Convenção. A sua conduta, antes da entrada em vigor da Convenção, é regulada pelo artigo 18º (“Obrigação de não privar um tratado do seu objecto ou do seu fim antes da sua entrada em vigor”) da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de acordo com o qual “Um Estado deve abster-se de actos que privem um tratado do seu objecto ou do seu fim: a) quando assinou o tratado e trocou os instrumentos constitutivos do tratado sob reserva de ratificação, de aceitação ou de aprovação, enquanto não manifestar a sua intenção de não se tornar parte no tratado; b) quando exprimiu o seu consentimento em se obrigar pelo tratado, no período que precede a entrada em vigor do tratado e com a condição de esta não ser indevidamente retardada.”²²².

Muito embora a Convenção não tenha um artigo específico a definir o objecto e fins da Parte XI, não é difícil estabelecer um tal objectivo e fins, referindo várias disposições, como por exemplo o artigo 153º nº 1, que estabelece: “As actividades na Área devem ser organizadas, realizadas e controladas pela Autoridade em nome da humanidade em geral ...”. Disposições como esta ou a do artigo 137º nº 3, que estabelece: “Nenhum Estado ou pessoa jurídica, singular ou colectiva, poderá reivindicar, adquirir ou exercer direitos relativos aos minerais extraídos da Área, a não ser de conformidade com a presente Parte. De outro modo, não serão reconhecidos tal reivindicação, aquisição ou exercício de direitos”, revelam que a emanção da legislação nacional para as actividades do fundo do mar está em desconformidade com os objectivos da Parte XI da Convenção.

²²² Independentemente dos Estados em questão serem ou não partes da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, esta disposição, segundo o argumento dos países em vias de desenvolvimento, faz parte do costume internacional e, por isso, é vinculativa para todos os Estados.

ORREGO VICUÑA, Francisco *in* Les Législations Nationales pour L'Exploitation des Fonds des Mers et leur Incompatibilité avec le Droit International. Annuaire Français de Droit International. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. XXIV: (1978), p. 810-826, escreve que é difícil compreender como um país que aprovou a Declaração de Princípios e que está na III Conferência para a elaboração de um regime internacional pode, simultaneamente, apoiar iniciativas que são, claramente, contrárias às negociações.

Agindo, quer como signatários da Convenção, em desconformidade com as obrigações que cabem aos Estados devido ao artigo 18º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, quer como terceiro Estado, contra as obrigações que resultam do princípio do património comum da humanidade devido ao facto de este ser um costume internacional, a adopção de legislação nacional é contrária ao Direito existente. Se ocorrer qualquer aproveitamento dos recursos de acordo com as leis nacionais ou mini-tratados, a legalidade de tais actividades poderá, eventualmente, ser colocada perante o Tribunal Internacional de Justiça. Na hipótese de a incompatibilidade com o Direito Internacional ser declarada pelo Tribunal, independentemente do facto de alguns dos Estados com legislação nacional não terem feito qualquer declaração de cláusula opcional ao abrigo do artigo 36º n.º 2²²³ do Estatuto do Tribunal, uma tal decisão teria, indubitavelmente, efeitos negativos na estabilidade e segurança jurídicas necessárias para os investimentos elevados nas actividades do fundo do mar. Além do mais, os Estados com legislação sobre o fundo do mar se continuassem a conceder licenças de exploração e aproveitamento poderiam causar conflitos internacionais.

Uma vez que o objectivo da legislação nacional é proteger os interesses dos Estados em causa num domínio em que o interesse internacional é predominante, tais legislações não podem ser juridicamente justificadas invocando argumentos como a sua natureza provisória, renúncia à soberania e existência de um direito resultante do princípio da liberdade do alto mar, face à aclamação universal do princípio do património comum da humanidade. Meras referências, na legislação nacional, a algumas disposições semelhantes da Convenção não muda o seu estatuto.

Se uma nova norma de Direito costumeiro é conhecida e assumida por uma larga maioria de Estados no contexto de um equilíbrio geral de interesses, essa norma é válida também em relação a terceiros Estados. Mas se a nova norma de costume reflecte um equilíbrio particular com uma outra norma na Convenção, de cuja existência depende a primeira norma, os direitos resultantes de uma delas só podem ser reclamados por um terceiro Estado se a outra obrigação tiver sido assumida. A relação entre a extensão das zonas marítimas, direito de passagem em trânsito e regime jurídico do fundo do mar exemplifica um tal equilíbrio particular. Assim sendo, os países desenvolvidos não podem alargar as suas áreas marítimas, não podem exercer o direito de passagem em trânsito nem editar legislação para a exploração e aproveitamento do fundo do mar,

²²³ “Os Estados que sejam partes no presente Estatuto podem, em qualquer momento, declarar que reconhecem como obrigatória *ipso facto* e sem acordo especial, em relação a qualquer outro Estado que aceite a mesma obrigação, a jurisdição do Tribunal sobre todos os litígios referentes ...”, in CUNHA, J. M. da Silva e PEREIRA, André Gonçalves, *op. cit.*, p. 370.

sem assumir as obrigações resultantes da Parte XI da Convenção, relativa, precisamente, ao regime do fundo do mar²²⁴.

Os países industrializados, a propósito da postura do Grupo de 77, afirmaram que, apesar de serem cento e dezanove Estados a reconhecer a Declaração de Princípios como fazendo parte do Costume Internacional e a adopção e aplicação da legislação unilateral provisória como contrária ao Direito Internacional, o número era enganador atendendo ao seu tamanho, população, riqueza e contribuição para o orçamento das Nações Unidas, pois eles, apesar de poucos, contribuíam com quase metade do orçamento das Nações Unidas. Além disso, rejeitavam a opinião do Grupo de Peritos Jurídicos e entendiam que a própria Declaração de Princípios não podia criar Direito pois não era acompanhada de uma *opinio iuris generalis* indispensável para a formação de Direito Internacional Costumeiro. Na verdade, a prática do Grupo dos 77 apenas indicava que um número grande de países em vias de desenvolvimento partilhavam o mesmo ponto de vista.

Recapitulando, os países desenvolvidos votaram a favor da Declaração de Princípios mas em várias declarações, e de modo claro, durante os debates da III Conferência, afirmaram que a Declaração não criava um regime jurídico provisório e que iriam continuar a considerar as actividades do fundo do mar como uma liberdade do alto mar até que os princípios fossem incorporados numa convenção aceitável. Há também outros aspectos da prática dos Estados industrializados que têm de ser considerados: primeiro - os Estados mais industrializados sempre afirmaram, ao longo das negociações, que continuavam comprometidos à conclusão e entrada em vigor de uma Convenção que consagrasse o princípio segundo o qual os recursos minerais do fundo do mar são património comum da Humanidade. Assim, na resposta à declaração contendo a posição do Grupo dos 77 feita no Plenário, em 15 de Setembro de 1978²²⁵, o representante britânico disse: “pelo que diz respeito à Conferência, a legislação provisória, até que seja conseguida uma Convenção, teria apenas como objectivo, como parte da legislação doméstica, ... assegurar o progresso ordenado e a continuidade dos investimentos necessários para desenvolver a

²²⁴ O Grupo dos 77 sempre “atacou” a legislação nacional quer na Comissão Preparatória (ver o que a propósito escrevemos no capítulo próprio) quer na Assembleia Geral das Nações Unidas, *maxime* na 40ª e 41ª sessões. O representante de Cabo Verde, na 40ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1985, Doc. A/40/PV.110, p. 67 e s., afirmou: “os Estados deverão abster-se de reivindicar, de exercer ou de adquirir direitos em relação à Área e aos seus recursos, a menos que tal seja conforme com a Convenção. Mesmo que não se esteja de acordo com as condições ou os prazos do regime dos fundos do mar, ou que não se seja parte da Convenção, tem que se respeitar o princípio do património comum e, consequentemente, o seu corolário que impede a apropriação nacional dos recursos da região” - citado por TREVES, Tullio - Codification et Pratique dans le Droit de la Mer. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 0-7923-1524-3. 223 - IV: (1990), p. 250.

²²⁵ NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ..., vol. IX, 1980, *cit.*, p. 117-123.

nova tecnologia. O progresso não deve parar, pois é feito no interesse dos consumidores mundiais de minerais que inclui não só o Reino Unido mas também muitos países em vias de desenvolvimento. A legislação provisória em caso algum prejudicaria os resultados da Conferência se ela continuar a fazer o seu trabalho ... O Governo do Reino Unido continua totalmente comprometido com a conclusão bem sucedida de uma Convenção abrangente e geralmente aceite, tão depressa quanto possível”. O mesmo compromisso para um regime convencional baseado no princípio do património comum da humanidade está contido nas várias leis nacionais e em declarações oficiais feitas sobre as relações entre essas leis, a Declaração de Princípios e a Convenção²²⁶.

Os trabalhos dos consórcios mineiros tinham chegado a uma fase crítica, em que era necessário tomar decisões fundamentais sobre a sua continuação para a próxima fase, que envolveria grandes investimentos - foi esta a principal razão para a adopção da legislação nacional. A legislação era, pois, necessária para assegurar a continuidade dos investimentos a um nível elevado e a conservação pelos consórcios de equipas de trabalho especializadas envolvidas nos seus projectos piloto. Mas a legislação foi criada provisoriamente não só com o intuito de haver uma base jurídica segura para os investimentos, até à entrada em vigor de uma Convenção, mas também, para servir como arma de pressão dos países industrializados sobre as negociações na Conferência sobre o Direito do Mar, tendo precisamente em vista a aprovação da desejada Convenção.

Como prova da atitude positiva para alcançar um regime convencional para o fundo do mar baseado no princípio do património comum da humanidade, os países industrializados afirmaram, desde o início, que a sua legislação unilateral era compatível com o regime emergente da Conferência. Assim, durante a passagem do Acto britânico pelo Parlamento foi afirmado que “o Acto é compatível com as propostas desenvolvidas na Conferência”. De modo semelhante,

²²⁶ Aliás até à conclusão da III Conferência, aprovação e posterior entrada em vigor da Convenção do Direito do Mar, não se podia falar em incompatibilidade da legislação nacional com o regime convencional, porque ainda não havia Convenção a regular o regime jurídico do fundo do mar. Quando muito, a legislação nacional violava o princípio do património comum da humanidade, princípio considerado por alguns, nomeadamente, José Manuel Pureza, como consuetudinário, porque inserido na Declaração de Princípios, aprovada em 1970 sem votos contra. Não é essa, porém, a nossa opinião, pois, como já referimos anteriormente, entendemos que apesar de não haver votos contra, não há também consenso quanto ao conteúdo do princípio, pelo que não pode afirmar-se que se verificou a formação de um costume. Ambas as partes em “confronto” - países em vias de desenvolvimento e países industrializados - votaram a declaração por razões diferentes. José Manuel Pureza, apesar de considerar o princípio do património comum da humanidade como costume internacional, ressalva, e bem, que há aspectos - política de produção, transferência de tecnologia, exploração directa pela Autoridade, como representante da Humanidade no seu todo, sistema paralelo, *banking system* - que têm apenas valor convencional. Estes aspectos são, precisamente, os pontos em que não há acordo e, por isso, não há a *opinio iuris* necessária para a formação de costume quanto a eles. De qualquer modo, o Autor continua escrevendo que como os recursos minerais são esgotáveis o seu aproveitamento por alguns afecta o conteúdo mínimo do princípio do património comum da humanidade, pois este pressupõe, pelo menos, o imperativo do carácter não excludente das actividades realizadas no espaço comum - PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 234.

Richardson informou o Plenário da III Conferência que “O governo dos Estados Unidos da América tinha ... trabalhado com o Congresso no sentido de fazer legislação compatível com o principal objectivo da Conferência, nomeadamente, a negociação de uma Convenção sobre o Direito do Mar ... aquela legislação estava fundamentalmente de acordo com os objectivos da Conferência, e era esperado que um regime internacional sobre o fundo do mar fosse adoptado antes de começar o aproveitamento à luz da legislação nacional”²²⁷.

A legislação nacional, apesar de ficar aquém da Convenção em áreas como o sistema paralelo, disposições antimonopólio, controlo de produção e transferência de tecnologia, inclui alguns elementos do património comum da Humanidade. A legislação contém disposições para a imposição de impostos sobre os titulares de licenças e a criação de fundos de rendimento a ser utilizados para ajuda ao países em vias de desenvolvimento.

Não obstante o apoio dos países desenvolvidos à Declaração de Princípios, o seu reiterado compromisso em criar um regime convencional baseado no princípio do património comum da humanidade, o carácter provisório da sua legislação unilateral e compatibilidade com o regime convencional emergente, não pode concluir-se que estes países tenham contribuído, como os países em vias de desenvolvimento afirmam, para a transformação do princípio do património comum da humanidade em Direito Internacional, ou melhor, em princípio geral de Direito Internacional vinculativo, pois todas as acções governamentais e declarações foram acompanhadas de reservas claras ao facto de que até à aceitação de um regime convencional contendo o princípio do património comum da humanidade, eles consideravam as actividades do fundo do mar como uma liberdade do alto mar.

O princípio fundamental do património comum da humanidade pode ser passível de vários desenvolvimentos, por isso os Estados industrializados afirmam aceitar o princípio fundamental, mas não os seus desenvolvimentos na Declaração de Princípios ou na Convenção. Era então necessário considerar que limitações, para a liberdade das actividades do fundo do mar, resultavam da aceitação do princípio do património comum da humanidade. A resposta é que os países industrializados ficariam vinculados pelo mais básico dos princípios enunciados na Declaração de Princípios e aceite por eles na prática. Eles estariam, por exemplo, vinculados pelo parágrafo 2º da Declaração, proibindo a apropriação ou reivindicações de soberania ou o exercício de direitos soberanos sobre a Área e pelo parágrafo 7º que prevê que a exploração da Área e o aproveitamento dos seus recursos deve ser levado a cabo tendo em vista o benefício da Humanidade como um todo, dando atenção especial aos interesses dos países em vias de desenvolvimento. Porém, estas

²²⁷ BROWN, A. D. - Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles

obrigações estão estabelecidas a um elevado grau de abstracção e deixam uma ampla margem de interpretação aos Estados envolvidos. É, por isso, possível dizer que a legislação nacional dos Estados industrializados é compatível com estes princípios, pois não envolve qualquer apropriação ou reconhecimento de direitos de soberania sobre a Área e as suas disposições sobre partilha de rendimento têm em atenção os interesses e as necessidades dos países em vias de desenvolvimento. Por outro lado, durante a elaboração e até à entrada em vigor de um regime convencional²²⁸, os parágrafos 4º e 9º da Declaração (prevendo o estabelecimento de um regime internacional e de um mecanismo internacional apropriado) não seriam afectados pelas leis provisórias dos Estados industrializados segundo as quais os Estados podiam continuar a exercer a liberdade do alto mar de desenvolver actividades mineiras no fundo do mar, embora sujeitos à observância das normas básicas acima referidas²²⁹.

Do que se disse resulta que os Estados industrializados aceitaram o princípio do património comum da humanidade como um princípio fundamental aberto a ser elaborado de diversos modos (em relação, por exemplo, ao controlo de produção, à transferência de tecnologia, a arranjos financeiros e à representação nas instituições); que eles não aceitaram a moratória nas actividades do fundo do mar; e que a sua legislação unilateral reflecte a sua aceitação de que o exercício da liberdade do alto mar de desenvolver actividades mineiras no fundo do mar é agora limitado pelas normas básicas estabelecidas e referidas acima. Os Estados industrializados insistem que as actividades do fundo do mar permanecerão como uma liberdade do alto mar até que aceitem um regime convencional alternativo. Daqui decorre que os Estados industrializados estão vinculados, negativamente, a não apropriar-se ou a não fazer reivindicações de soberania sobre a Área - o que

in Conflict, *cit.*, p. 556.

²²⁸ Na 40ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1985, o representante de Itália, Doc. A/40/PV.110, p. 26 e s., afirmou: “mesmo quando a Convenção entrar em vigor para alguns Estados, não será obrigatória para os Estados que a não tenham ratificado ou a ela não tenham aderido. Só quando uma vasta maioria de Estados, compreendendo todos os grupos e todas as principais *nuances* de interesses em relação ao aproveitamento do fundo do mar, se tornarem partes da Convenção, ela se tornará o ‘tratado com carácter universal, geralmente aceite’ de que fala a Declaração de 1970 da Assembleia Geral. Só então, se poderá falar do regime estabelecido pela Convenção, como sendo o ‘único regime’ aplicável ao aproveitamento mineiro dos grandes fundos marinhos” - TREVES, Tullio - Codification et Pratique dans le Droit de la Mer, *cit.*, p. 250-251.

²²⁹ BROWN, A. D. - Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles in Conflict, *cit.*, p. 558.

Num comentário à Convenção de 1982 e ao Acordo de Implementação de 1994, publicado in INTERNATIONAL LEGAL MATERIALS, vol. XXXIV, n. 6, p. 1400 e s. é reafirmado o entendimento americano do princípio do património comum da humanidade: “*this principle reflects the fact that the Area and its resources are beyond the territorial jurisdiction of any nation and are open to use by all in accordance with commonly accepted rules. ... Part XI, as modified by the Agreement, gives specific meaning to the common heritage principle as it applies to the mineral resources of the sea-bed beyond coastal State jurisdiction. It is worth noting that the Agreement, by restructuring the sea-bed mining regime along free market lines, endorses the consistent view of the United States that the common heritage principle fully comports with private economic activity in accordance with market principles*”.

eles não têm vontade de fazer - e, positivamente, a ter uma atenção especial pelos interesses e necessidades dos países em vias de desenvolvimento²³⁰.

3 - O PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE É UMA NORMA DE *JUS COGENS*?²³¹

Várias delegações de países em vias de desenvolvimento, desde os começos dos trabalhos

²³⁰ As disposições relativas à constituição de um fundo de rendimento e consequente partilha, de certo modo, procuram dar satisfação a esta obrigação. Um olhar mais atento sobre essas disposições mostra, porém, que os fundos irão ter uma vida curta e não é claro se irão ser distribuídos para o benefício dos países em vias de desenvolvimento.

²³¹ Resumidamente, podemos definir o *jus cogens* como um conjunto de normas imperativas de direito internacional geral aceites e reconhecidas pelo conjunto da comunidade dos Estados como peremptórias e, por isso, não passíveis de derrogação, sendo a sua violação causa de nulidade. Este conceito, de natureza evolutiva, pois o *jus cogens* “pode ser modificado por uma nova norma de direito internacional geral com a mesma natureza” (artigo 53º), foi codificado, pela primeira vez, na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969. “É nulo um tratado que, no momento da sua conclusão, é incompatível com uma norma” de *jus cogens* - nulidade *ex tunc*. “Se sobrevier uma nova norma imperativa de direito internacional geral, todo o tratado existente que seja incompatível com esta norma torna-se nulo e cessa a sua vigência” - artigo 64º. Trata-se, neste caso, de uma nulidade *ex nunc*, isto é, que opera, apenas, a partir do aparecimento da norma de *jus cogens*. As consequências da nulidade de um tratado incompatível com o *jus cogens* estão previstas no artigo 71º e o processo de solução judicial, de arbitragem e de conciliação está previsto no artigo 66º, ambos da Convenção de Viena. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais e entre Organizações Internacionais, em artigos com o mesmo número, estabelece um igual regime.

Apesar de estar já reconhecida a sua existência, o *jus cogens* continua a ter opositores como Quoc Dinh, Charles Rousseau, Paul Reuter, Schwarzenberger entre outros. Entre os defensores podemos citar A. Verdross, P. Guggenheim, H. Kelsen, Lord Mc Nair, Balladore Pallieri, G. Scelle, Jiménez Arechaga, Roberto Ago, G. Tunkin, César Sepúlveda e Partor Ridruejo.

A propósito do *jus cogens* COMBACAU, Jean e SUR, Serge, *in op. cit.*, p. 158 escreveu: “o aparecimento do *jus cogens* na problemática do Direito Internacional corresponde a uma determinada época marcada pelo revisionismo jurídico defendido pelos Estados novos e pelos países socialistas e incidiu tanto sobre o fundo das normas existentes como sobre o seu mecanismo de formação. Esta época em que países ocidentais estavam na defensiva e sujeitos a fortes pressões, especialmente nas instâncias das Nações Unidas acalmou. A ideia de normas imperativas ainda não desapareceu. Poderá mesmo ser utilizada, por exemplo, no Direito Humanitário e na protecção dos direitos fundamentais da pessoa humana. A sua eficácia, porém, não levará à anulação dos tratados contrários, mas à condenação das condutas estaduais compreendendo a ordem interna. Não é certo que o conceito de *jus cogens* no sentido da Convenção de Viena seja ainda apropriado. As convenções internacionais em vigor e o Direito Costumeiro podem subsistir desde que haja vontade de os aplicar. Eles exigem mais mecanismos operacionais que proclamações. Em definitivo, o *jus cogens* originou, sobretudo, controvérsias académicas, nunca influenciou a prática jurídica internacional”.

Sobre o *jus cogens*, ver, entre outros - BAPTISTA, Eduardo Correia - *Jus Cogens em Direito Internacional*. Lisboa : Lex, 1997. ISBN 972-9495-59-9; LEONARDI, E. - The Jus Cogens in the 1969 Vienna Convention on the Law of the Treaties. In CONSTANTOPOULOS, D. S. (Dir.) - *THESAURUS ACROASIMUM*. Thessaloniki: The Institute of Public International Law and International Relations of Thessaloniki, 1992, p. 583-592; TJOP, J. - Le Jus Cogens dans le Droit International. In CONSTANTOPOULOS, D. S. (Dir.) - *THESAURUS ACROASIMUM*. Thessaloniki: The Institute of Public International Law and International Relations of Thessaloniki, 1992, p. 593-599; CASTRO VILLALOBOS, José Humberto - *La Norma de Jus Cogens en el Derecho Internacional*. 1ª ed. México : 1981; GROSSE, Laurent - Racines Historiques et Fondements Contemporains des Normes Impératives (Jus Cogens) dans la Théorie et la Pratique du Droit International. *Revue de droit International de Sciences Diplomatiques et Politiques (The International Law Review)*. Genève: C. I. Heinbach. Soixante-treizième année, Janvier-Mars, 1995, nº 1, p. 225-250; GÓMEZ ROBLEDO, Antonio - Le *JUS COGENS* International: sa genèse, sa nature, ses fonctions. *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International*. The Hague/ Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2778-2. 172 - III: (1981), p. 13-217; ALEXIDZE, Levan - Legal Nature of *JUS COGENS* in Contemporary International Law. *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International*. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2778-2. 172 - III: (1981), p. 223-270; VERDROSS, Alfred - Jus Dispositivum and Jus Cogens in International Law. *American Journal of International Law*. Washington: The American Society of International Law. 60: (1966), p. 55-63.

sobre o fundo dos mares, defendiam que o princípio do património comum da humanidade fazia parte do *jus cogens*²³². Assim, por exemplo, a Índia, na Sessão de 1974, disse que “O conceito de

²³² Sonhado pelos países em vias de desenvolvimento, o valor de norma imperativa de Direito Internacional geral do princípio do património comum da humanidade era contestado pelos países industrializados.

Num artigo de 1986, Joyner escreveu que o princípio do património comum da humanidade não é um princípio de Direito Internacional válido *erga omnes*. “Hoje, o património comum da humanidade não é nem o produto do *instant custom* nem *jus cogens*. Antes é meramente uma noção filosófica com potencial para emergir e para cristalizar como uma norma jurídica. Como, quando ou se o processo de criação acontecerá fica dependente da conduta dos Estados. Quando a prática dos Estados indicarem uma aceitação clara e bastante do património comum da Humanidade, a sua legitimação no Direito Internacional será fixada. Até lá, o património comum da Humanidade deverá continuar a ser um ideal conceptual, não uma realidade jurídica internacional apoiada pela prática dos Estados ...” - JOYNER, Christopher C. - Legal Implications of the Concept of the Common Heritage of Mankind, *cit.*, p. 199.

Segundo LUCCHINI, Laurent and VOELCKEL, Michel in **Droit de la Mer: La Mer et son Droit, Les Espaces Maritimes**. Paris : Éditions A. Pedone, 1990. ISBN 2-233-00208-3, p. 62 - a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar não definiu o património comum da humanidade como *jus cogens*, apesar de consagrar o seu carácter intangível, pois a conferência de revisão não o pode pôr em causa (artigo 155º) e não são permitidas emendas ao princípio e a participação em acordos que o deroguem (artigo 311º nº 6). Apesar disso, e porque os tratados são válidos apenas *inter partes*, não se pode considerar que a Convenção confere valor de *jus cogens* ao princípio do património comum da humanidade dada a oposição dos países industrializados.

COMBACAU, Jean e SUR, Serge, *op. cit.*, escreve a p. 444 e 445 a propósito do património comum da Humanidade: “esta noção diz respeito mais directamente ao estatuto dos espaços. Confere aos espaços uma natureza original, tendo um conteúdo positivo e comportando uma gestão internacional, pelo menos uma série de obrigações concebidas no interesse geral. O conceito é usado ... (no sentido do de) ... gestão internacional e institucional da Área e vontade redistributiva em benefício dos países em vias de desenvolvimento. O carácter costumeiro de uma tal noção é altamente provável e não está, de qualquer modo, claro, por maioria de razão, o seu conteúdo de *jus cogens*”.

A defender que o património comum da Humanidade tem carácter de *jus cogens*, podemos citar, por todos, ARMAS BAREA, Calixto A., *op. cit.*, p. 14-15 e autores aí referidos. No entanto, este Autor refere, na p. 16, que o sentido da património comum da Humanidade aplicado à Área é o seguinte: “1) A Área e seus recursos são património comum da Humanidade; 2) Impossibilidade de reivindicar ou exercer direitos de soberania territorial nem soberania de nenhum tipo; 3) Todas as actividades sobre a Área devem realizar-se em benefício da Humanidade tendo uma atenção especial para os Estados em vias de desenvolvimento; 4) Utilização exclusivamente para fins pacíficos da Área. A sua implementação é, por agora (1991) *lege ferenda*”. Também OTERO, Paulo, in **A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos: Análise Estrutural e Natureza Jurídica**. Lisboa : Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1988, p. 63-64 considera que o património comum da Humanidade é uma norma de *jus cogens*, pelo que “a configuração dos fundos marinhos internacionais como património comum da Humanidade é um princípio vinculativo para todos os sujeitos de direito internacional, independentemente da sua vinculação à Convenção de Montego Bay. A própria Convenção mostra já esse espírito ao proibir quaisquer derrogações ou emendas ao princípio do património comum da humanidade nos acordos entre Estados (artigo 311º nº 6). Igualmente significativo da natureza imperativa do princípio de património comum da humanidade é a sua configuração como limite material de revisão da Convenção (artigos 155º nº 2 e 314º nº 2)”. Como se vê, este Autor usa precisamente os argumentos de Lucchini e outro, mas como não considera relevante a oposição existente, retira deles a conclusão oposta. Nós preferimos a posição de Lucchini e outro, dada o peso dos países opositores nas relações internacionais.

Ao longo da Conferência muitas foram as intervenções defendendo o carácter costumeiro e, consequentemente, de *jus cogens* do património comum da humanidade - declaração do Fiji, em nome do Grupo dos 77 (vol. IX, p. 103); declaração da URSS (vol. IX, p. 105; vol. XI, p. 5 e vol. XIV, p. 6); declaração da China (vol. IX, p. 105 e vol. XI, p. 7); declaração da Roménia (vol. IX, p. 106 e vol. XI, p. 8), declaração da República Democrática Alemã (vol. IX, p. 108); da Polónia (vol. IX, p. 108); de Singapura (vol. IX, p. 108); das Honduras, em nome do Grupo dos 77 (vol. XI, p. 3-4); do Grupo dos 77 em 24-4-1979 (vol. XI, p. 80-82); da Libéria, em nome dos Estados Africanos (vol. XIV, p. 4); das Filipinas, em nome dos Estados Asiáticos (vol. XIV, p. 4); do Uruguai, em nome dos Estados da América Latina (vol. XIV, p. 4-5); da República Democrática Alemã, em nome dos Estados Socialistas (vol. XIV, p. 5); da Serra Leoa (vol. XIV, p. 5); da Índia (vol. XIV, p. 5); de Cuba (vol. XIV, p. 6); do Vietname (vol. XIV, p. 6); da Síria (vol. XIV, p. 7); do Iraque (vol. XIV, p. 7); da Líbia (vol. XIV, p. 7); da Índia (vol. XIV, p. 37); do Irão (vol. XIV, p. 42); do Chile (vol. XIV, p. 46); do Yemen (vol. XIV, p. 53); da Costa Rica (vol. XIV, p. 66); da Tunísia (vol. XIV, p. 67); da Jamaica (vol. XIV, p. 71); do Qatar (vol. XIV, p. 75); da Nigéria (vol. XIV, p. 75); do Uruguai (vol. XIV, p. 80); do Panamá (vol. XIV, p. 81); uma Carta apresentada pelo Chile, Colômbia, Equador e Perú, de 28 de Julho de 1980 (vol. XIV, p. 107/8); uma Carta em nome do Grupo dos 77, de 29 de Agosto de 1980 (vol. XIV, p. 111-114).

património comum da humanidade não é uma simples norma convencional, mas uma norma peremptória de direito internacional não passível de derrogação”²³³. Também a Colômbia, na qualidade de Presidente do Grupo dos 77, afirmou que “... o conceito de património comum da humanidade ... é hoje considerado por uma larga maioria de Estados como uma norma imperativa de Direito Internacional”²³⁴.

O Chile apresentou, na oitava Sessão da III Conferência, 1979, uma Proposta Oficiosa²³⁵ com o seguinte teor: “*Jus cogens* - Os estados partes na presente Convenção aceitam e reconhecem, em nome da comunidade internacional no seu todo, que a disposição relativa ao património comum da humanidade que figura no artigo 136 é uma norma imperativa de direito internacional geral, que não admite acordo em contrário e que só pode ser modificada por uma norma ulterior de direito internacional, tendo o mesmo carácter”. A proposta, após larga e animada discussão, não foi aceite, mas foi aprovado o artigo 311º nº 6 da Convenção que estabelece que “Os Estados Partes convêm em que não podem ser feitas emendas ao princípio fundamental relativo ao património comum da humanidade estabelecido no artigo 136 e em que não serão partes em nenhum acordo que derogue esse princípio”²³⁶.

Em 1980, o Irão disse a este propósito: “Relativamente à natureza jurídica da área internacional, a sua delegação repete ... o princípio do património comum da humanidade, ... é uma norma peremptória de direito internacional”²³⁷. O representante da Jamaica disse que o seu país

Intervenções contrárias - Estados Unidos da América (vol. IX, p. 104; vol. XI, p. 4-5); França (vol. IX, p. 106 e vol. XI, p. 7); República Federal da Alemanha (vol. IX, p. 106 e vol. XI, p. 6); Itália (vol. IX, p. 107); Bélgica (vol. IX, p. 107); Japão (vol. IX, p. 107); Países Baixos (vol. IX, p. 107), Reino Unido (vol. IX, p. 107/8).

²³³ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. II, 1975, *cit.*, p. 97.

²³⁴ NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 63.

²³⁵ Transcrita in NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 437-438. No momento da assinatura da Convenção, o Chile voltou a afirmar: “Relativamente ao regime internacional dos fundos marinhos, gostaria de lembrar a declaração feita pelo Grupo dos 77, na sua reunião de Abril último, sobre a noção de património comum da Humanidade, cuja realidade foi solenemente confirmada pela Declaração de Princípios adoptada pela Assembleia Geral em 1970 e considerada como *jus cogens* na presente Convenção. Toda a acção que contrarie este princípio e fora do quadro do regime dos fundos do mar seria totalmente desprovidos de validade jurídica” - NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Documents Officiels**. New York : Publication des Nations Unies. Vol. XVII, 1984. Numéro de vente: F.84.V.3, para. 20, p. 70.

²³⁶ NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité** ..., *op. cit.*, p. 452.

O artigo 311º nº 6, porém, não obriga não partes da Convenção, por isso, a sua existência não faz com que o princípio do património comum da humanidade tenha o estatuto de norma peremptória de Direito Internacional Geral. Actualmente, ninguém contesta a validade do conceito de património comum da Humanidade. Durante as negociações do acordo de 1994, aprovado por uma Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, tornou-se inequívoco que nenhum Estado era contra a noção básica do património comum da Humanidade. Hoje, podemos considerar que o património comum da Humanidade, independentemente das implicações específicas que dele possam derivar, é um princípio de Direito Internacional reconhecido como tal - BASLAR, Kemal, *op. cit.*, p. 364 e 348.

²³⁷ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XIV, 1982, *cit.*, para. 6, p. 42.

tinha três observações a fazer: “... primeira, a Declaração de 1970 é um instrumento declaratório de direito internacional geral; segunda, o princípio do património comum da humanidade é uma regra de direito costumeiro internacional; terceira, o princípio do património comum da humanidade constitui uma regra de *jus cogens*, isto é, uma norma imperativa de direito internacional geral não passível de derrogação e que, por isso, não pode ser modificada a não ser por uma nova norma de direito internacional geral com a mesma natureza ... Segundo a teoria do *jus cogens* não só os tratados contrários a uma norma imperativa, mas também os actos unilaterais que estivessem em violação dessa norma eram ilegais, nulos e de nenhum efeito. Toda a acção unilateral relativa à Zona e seus recursos poderia minar o princípio do património comum da humanidade”²³⁸. Também o representante do Quatar afirmou que “... o princípio fundamental do património comum da humanidade enquanto *jus cogens* é uma pedra angular da Convenção ...”²³⁹. Outros países, aliás imensas delegações de países em vias de desenvolvimento, intervieram, nomeadamente na última Sessão, reiterando que o princípio é “aceite e reconhecido pela comunidade internacional de Estados no seu conjunto” e que se transformou de costume internacional em *jus cogens*. Os países industrializados, como era de esperar, não aceitavam uma tal qualificação para o princípio do património comum da humanidade, usando argumentos do teor dos já referidos.

O Presidente da III Conferência, na última parte da décima primeira Sessão, que teve lugar entre 6 e 10 de Dezembro de 1982, declarou que “a Convenção conseguiu transformar o importante princípio segundo o qual os recursos do fundo dos mares são património comum da humanidade em instituições e acordos equitativos e viáveis”²⁴⁰. Na mesma altura, após inúmeras intervenções, o Presidente fez o seguinte resumo: “... O quarto tema é relativo à ilegalidade de todas as tentativas tendo em vista aproveitar os recursos da Zona internacional do fundo dos mares e dos oceanos. Os oradores pertencentes a cada grupo regional e grupo de interesses exprimiram a opinião de que a doutrina da liberdade do alto mar não podia fornecer uma base jurídica à concessão por um Estado do direito exclusivo de aproveitar um lugar específico na Área internacional do fundo dos mares. Muitos deles consideram que o artigo 137º da Convenção se tornou parte integrante do direito internacional costumeiro tal como o princípio da liberdade de navegação. Toda a tentativa por um Estado de aproveitar os recursos dos grandes fundos marinhos fora do âmbito da Convenção ficará sujeita à condenação universal da comunidade internacional e terá graves consequências políticas e jurídicas. Todos os oradores lançaram um apelo aos Estados Unidos da América para que reexaminassem a sua posição. Os Estados Unidos são um país que,

²³⁸ NATIONS UNIES - *Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité* ..., op. cit., p. 450

²³⁹ *Ibidem*.

ao longo da sua história, apoiou o desenvolvimento progressivo do Direito Internacional e lutou para que reine o Direito nas relações entre Estados. A posição actual do Governo americano em relação à nossa Convenção não se explica à luz da sua história, à luz dos seus interesses no que toca ao Direito do Mar e à luz do papel de primeiro plano que tiveram na negociação de imensos compromissos que tornaram possível esta convenção”²⁴¹.

No exercício do direito de resposta houve três intervenções relativas à noção de património comum da Humanidade. Assim, a República Federal da Alemanha afirmou que “... em Direito, os Estados não estão sujeitos às obrigações resultantes de uma convenção enquanto não a ratificarem e enquanto a mesma não entrar em vigor para eles. Mesmo que muitas disposições da Convenção reproduzam normas já existentes, a Convenção cria também Direito novo. Em particular, as partes da Convenção que tratam do regime jurídico do fundo dos oceanos constituem, na sua totalidade, um Direito contratual novo que só pode adquirir força obrigatória para os Estados após a ratificação. Até lá, os Estados continuam livres, à luz do Direito Internacional existente na matéria, de adoptar as leis e de tomar outras medidas de carácter transitório ...”. A Itália afirmou que “... a maior parte das disposições da Parte onze e dos anexos III e IV não correspondem às regras do Direito Internacional Costumeiro e não limitam a liberdade dos Estados não partes da Convenção de tomar as medidas relativas à extracção de recursos minerais submarinos, tendo em conta os interesses dos Estados no exercício da liberdade do alto mar”. Por último, os Estados Unidos da América²⁴², objectores persistentes, disseram: “Alguns afirmaram que certos princípios do Direito Internacional ou da Convenção proibiam a todos os Estados, compreendendo também Estados não partes da Convenção, de explorar ou de aproveitar os recursos minerais submarinos a não ser de acordo com a Convenção. Os Estados Unidos da América consideram que uma tal afirmação não tem fundamento. O regime aplicável à extracção dos recursos minerais submarinos, graças à Convenção adoptada pela Conferência, é de carácter puramente contratual. Os Estados Unidos da

²⁴⁰ NATIONS UNIES - *Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer* ..., vol. XVII, 1984, cit., para. 48, p. 14.

²⁴¹ NATIONS UNIES, *idem*, para. 42, p. 142 e NATIONS UNIES - *Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité* ..., *op. cit.*, p. 519.

²⁴² Desde o discurso do Presidente Johnson até à Declaração de Princípios de 1970, os Estados Unidos da América encorajaram a ideia do património comum da Humanidade. Mas já durante a época republicana, os Estados Unidos ficaram conhecidos como os seus maiores opositores. Os republicanos (1981-1993) recusaram-se a assinar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, pois consideravam-na contra interesses vitais americanos. O Programa de Segurança Nacional do Presidente Reagan visava garantir o acesso da América aos recursos naturais encorajando a produção doméstica e reduzindo a dependência em relação ao estrangeiro. Além disso, a sua acção em matéria económica inspirava-se no capitalismo monetarista e no modelo Friedman. As Administrações Nixon, Ford, Carter, Reagan e Bush (1973/1993) tinham todas em vista proteger os interesses norte-americanos nas actividades do fundo do mar. No entanto, havia uma distinção: Nixon, Ford e Carter fizeram todos os esforços para regular o aproveitamento dos oceanos ao passo que Reagan e Bush se opuseram fortemente às disposições do regime do património comum da humanidade. A doutrina do *laissez faire* era a filosofia perfeita para racionalizar a hegemonia americana. Por isso, não aceitaram ratificar a Convenção - BASLAR, Kemal, *op. cit.*, p. 124-127.

América e outros Estados não partes não estão sujeitos às obrigações previstas no quadro do regime a que se opõem. O artigo 137 da Convenção não pode juridicamente impedir os Estados não partes da Convenção de desenvolver actividades de extracção dos recursos minerais submarinos, nem dispensar os Estados partes das obrigações que lhes cabe de respeitar o exercício pelos Estados não partes das liberdades do alto mar, compreendendo a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais submarinos. A extracção dos recursos minerais submarinos constitui uma utilização lícita do alto mar aberta a todos os Estados. O facto de os Estados Unidos terem participado na Conferência e apoiado certas resoluções da Assembleia Geral relativas à extracção dos recursos minerais submarinos não significa que concorde com o regime do património comum da humanidade constituído pela décima primeira parte, ou que considerem que esta noção tenha, ela própria, um qualquer efeito sobre a legalidade das actividades de extracção dos recursos minerais submarinos. Os Estados Unidos sempre disseram que só poderia ser dado um conteúdo jurídico à noção de património comum da humanidade através da elaboração de um regime universalmente aceite. O que não aconteceu na Conferência. A prática dos Estados Unidos e de outros Estados interessados nas actividades de extracção dos recursos minerais submarinos mostra, claramente, que a condução de tais actividades constituiu sempre uma utilização lícita do alto mar, segundo a definição tradicional da liberdade do alto mar. A noção de património comum da humanidade, contida na Convenção, adoptada pela Conferência, não faz parte do *jus cogens*. O texto da Convenção e os resumos das negociações que tiveram lugar na Conferência revelam que uma proposta apresentada por certas delegações tendo em vista incluir uma disposição relativa ao *jus cogens* foi rejeitada²⁴³.

²⁴³ Estas e outras intervenções feitas no uso do direito de resposta constam do Doc. A/CONF.62/WS/37 e Add.1 e 2, in NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. XVII, 1984, *cit.*, p. 251-256.

CAPÍTULO IV

A NATUREZA JURÍDICA DO FUNDO DO MAR E A CONVENÇÃO

De acordo com o 6º parágrafo do preâmbulo²⁴⁴, artigo 1º nº 1-1)²⁴⁵, artigo 133º e artigo 136º da Convenção sobre o Direito do Mar, o fundo do mar, para além dos limites da jurisdição nacional e respectivo subsolo, constituem, no seu conjunto, a Área e os seus recursos, isto é, “os recursos minerais sólidos, líquidos ou gasosos *in situ* na Área, no leito do mar ou no subsolo, incluindo os nódulos polimetálicos”²⁴⁶. A Área e seus recursos são património comum da Humanidade²⁴⁷. O artigo 133º b) distingue os minerais dos recursos estipulando que “Os recursos, uma vez extraídos da Área, são denominados ‘minerais’”. A noção de património comum da humanidade está desenvolvida na Convenção, sobretudo na Secção I (Disposições gerais) e II (Princípios que regem a Área) da Parte XI (A Área) e no artigo 311º parágrafo 6, segundo o qual “Os Estados convêm em que não podem ser feitas emendas ao princípio fundamental relativo ao património comum da humanidade estabelecido no artigo 136º e em que não serão partes em nenhum acordo que derogue esse princípio”.

O artigo 136º, a segunda disposição mais pequena da Convenção²⁴⁸, em apenas dez palavras estabelece que “A Área e seus recursos são património comum da humanidade”. Mas o que é a humanidade?²⁴⁹.

²⁴⁴ O parágrafo 6º do Preâmbulo estabelece: “*Desejando* desenvolver pela presente Convenção os princípios consagrados na resolução 2749 (XXV) de 17 de Dezembro de 1970, na qual a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou solenemente, *inter alia*, que os fundos marinhos e oceânicos e o seu subsolo para além dos limites da jurisdição nacional, bem como os respectivos recursos são património comum da humanidade e que a exploração e o aproveitamento dos mesmos fundos serão feitos em benefício da humanidade em geral, independentemente da situação geográfica dos Estados” - MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E MINISTÉRIO DO MAR - **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar: Versão em Língua Portuguesa com Anexos e Acta Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Lisboa : 1985. Biblioteca Diplomática - Série C, p. 29.

²⁴⁵ Artigo 1º - “Termos utilizados e âmbito de aplicação. Nº 1 Para efeitos da presente Convenção: 1) ‘Área’ significa o leito do mar, fundos marinhos e o seu subsolo, além dos limites da jurisdição nacional” - MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E MINISTÉRIO DO MAR, *idem*, p. 33.

²⁴⁶ Artigo 133º a).

²⁴⁷ Artigo 136º.

Já referimos que Robert Goldwin não aceita que se considere o fundo do mar e os seus recursos como património comum da humanidade. Na p. 733 do artigo referido, o Autor escreve que só por razões ideológicas a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar contém as disposições relativas ao fundo do mar e qualifica o património comum da humanidade como “a mais sagrada das vacas sagradas das Nações Unidas”.

²⁴⁸ O artigo 88º é a disposição mais pequena, tem apenas oito palavras - “O alto mar será utilizado para fins pacíficos”.

1 - O QUE É A HUMANIDADE?

O conceito de Humanidade, segundo Legaz y Lacambra, “juridicamente tem sido mais uma ideia do que realidade”; segundo Cocca, é “algo semelhante a uma versão muito moderada de Direito Natural, na medida em que parte, não da existência do homem individual, mas sim do reconhecimento de faculdades próprias e inalienáveis da própria Humanidade, que tem a sua mais alta expressão em função planetária”²⁵⁰. É na Escola Espanhola de Direito Natural, *maxime* em Vitória, que podemos encontrar o fundamento histórico do conceito de Humanidade, a partir daí utilizável por todos²⁵¹.

²⁴⁹ O delegado da Finlândia, na Primeira Comissão, na 24ª Sessão da Assembleia Geral, a este propósito afirmou: “Mas o que deve entender-se por Humanidade? Não é uma entidade jurídica, não dispõe de órgãos para gerir a herança. Juridicamente falando, os herdeiros são cerca de 140 Estados soberanos, uns diferentes dos outros pela sua estrutura, situação e seus conceitos. Uns são grandes, outros pequenos. Uns ricos, outros pobres. Uns podem aproveitar a herança no seu próprio interesse, outros não. Uns têm necessidade da herança, outros podem passar sem ela sem dificuldades” - *Documents officiels de l'Assemblée Générale, vingt-quatrième session, supplément n° 22 (A/7622)* Première Commission, vol. I, 1678^e séance, paras. 78 a 81, in *NATIONS UNIES - Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité* ..., *op. cit.*, p. 143.

BLANC ALTEMIR, Antonio, *op. cit.*, in p. 34 e 35 a propósito do conceito de Humanidade escreve: “esta realidade ideológica e sociológica que constitui a Humanidade enquanto conjunto de seres humanos, apresenta um marcado carácter prospectivo, na medida em que abarca também as futuras comunidades humanas. Este sentido prospectivo do termo apresenta uma relação evidente com a noção de património comum da Humanidade, pois implica a sua preservação para as gerações vindouras”. O Autor salienta, também, a diferença entre humanidade e comunidade, dizendo que “não deve fazer-se uma assimilação total entre Humanidade e comunidade internacional, termo também usado em vários instrumentos internacionais adoptados após a criação das Nações Unidas, pois não têm o mesmo significado. Por comunidade internacional deve entender-se o conjunto de Estados que a constituem em cada momento; a Humanidade sobreleva-se a comunidade e tem um sentido intemporal e interespaçial. Como diz Dupuy «a noção de comunidade internacional sublima-se na de Humanidade. A primeira reduz-se à comunidade de Estados, a segunda abarca os povos e os indivíduos para além dos seus agrupamentos nacionais»”.

PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 186 e 187 escreve que “o sentido integrador da ‘Humanidade’ reflecte-se num princípio de não apropriação ... a Humanidade, entidade distinta da simples sociedade inter-estatal, fica constituída em comunidade de participação na fruição dos espaços e bens qualificados como património comum da Humanidade, não detendo os Estados mais que um limitado e controlado direito de gestão ... a justiça material intra-geracional é um elemento essencial da definição de património comum da Humanidade. Por outro lado, o alcance integrador do conceito de Humanidade acrescenta uma dimensão diacrónica ao valor puramente sincrónico associado à noção de comunidade internacional no seu conjunto. A Humanidade investida na titularidade do património comum da Humanidade é não só a actual comunidade global de pessoas, mas também as gerações futuras, indefinidamente, o que introduz requisitos acrescidos no modo de gestão dos espaços e bens qualificados de património comum da Humanidade. ... o património comum da humanidade, tal como desenhado por Arvid Pardo, é uma herança legada pelas gerações passadas às gerações presentes e que estas, sem obrigação de se aterem a um preservacionismo fixista, estão vinculadas a transmitir às gerações futuras, conservando para elas a máxima amplitude de opções e de benefícios concretos”.

²⁵⁰ Citados por RODRÍGUEZ CARRIÓN, Alejandro J. - *Lecciones de Derecho Internacional Público*. 4ª ed. Madrid : Editorial Tecnos, 1998. ISBN 84-309-3251-8, p. 177, cujo texto estamos a seguir de perto. Ver, também, entre outros, ARMAS BAREA, Calixto A., *op. cit.*, p. 4-5.

²⁵¹ Pardo, numa intervenção que fez num colóquio realizado em Haia, em 29-31 de Outubro de 1981, disse: “as raízes do conceito de património comum da humanidade podem ser encontradas tanto nas religiões (cristianismo, islão, judaísmo, budismo ...) como nas doutrinas não religiosas (marxismo, por exemplo). Este conceito, muito próximo do de propriedade social no direito jugoslavo, tem igualmente as raízes na gestão comum da propriedade segundo os sistemas tradicionais europeus e africanos”, in *HAGUE ACADEMY OF INTERNATIONAL LAW - The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea: Workshop, the Hague, 29-31 October 1981*. Edited

Vários documentos de Direito positivo fazem referência à Humanidade, como a Acta Final da Segunda Conferência de Paz de Haia (18/10/1907) que afirmava: “... desejar, sinceramente, o bem comum da Humanidade”; o Preâmbulo da Carta das Nações Unidas, onde se pode ler: “Nós ... resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que ... trouxe sofrimentos indizíveis à Humanidade ...”; o Tratado sobre a Antártida, assinado em Washington, em 10 de Dezembro de 1959, em cujo Preâmbulo se pode ler: “é interesse de toda a Humanidade que a Antártida continue a ser utilizada exclusivamente para fins pacíficos e que não chegue a ser cenário ou objecto de discórdia internacional”; o Tratado sobre os princípios sobre as actividades dos Estados na exploração e utilização de espaço ultraterrestre, incluindo a Lua e Outros Corpos Celestes, simultaneamente assinado em Londres, Moscovo e Washington, em 27 de Janeiro de 1967, dispõe, no artigo I, que “a exploração e utilização do espaço ultraterrestre, incluindo a lua e outros corpos celestes, deverão fazer-se em proveito e no interesse de todos os países qualquer que seja o seu grau de desenvolvimento económico, científico e incumbem a toda a Humanidade”; a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, define *jus cogens* como “... normas aceites e reconhecidas pela comunidade dos Estados no seu conjunto”; o Tratado²⁵² aprovado em Roma, em 17 de Julho de 1998, que criou o Tribunal Penal Internacional, prescreve que a “jurisdição do Tribunal se limita aos crimes mais graves para a comunidade internacional no seu conjunto” cabendo-lhe julgar, entre outros, os crimes contra a humanidade - artigos 5º nº 1 b) e 7º. Por fim, a Convenção do Direito do Mar, no artigo 136º estabelece que “A Área e seus recursos são património comum da humanidade” e o Código Mineiro, no preâmbulo, prescreve que “a exploração e aproveitamento da Área devem ser levadas a cabo em benefício da Humanidade”²⁵³.

Da Convenção resulta que a Humanidade significa não só os Estados, mas todos os homens, a comunidade dos homens, quer estejam organizados em Estados, quer não, melhor dizendo, o género humano. Dupuy considera que a Humanidade tem um duplo sentido: é interest espacial e intertemporal. É interest espacial porque agrupa todos os contemporâneos, independentemente da sua localização; é intertemporal porque a Humanidade abarca não só as actuais gerações, mas também as gerações futuras, é pensada para além dos vivos²⁵⁴. O uso do

by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London : Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 172.

²⁵² Doc. A/CONF.183/19, disponível in (<http://www.un.org/law/icc/statute>). Portugal já se vinculou ao Tratado, tendo o mesmo sido aprovado para ratificação pela Resolução da Assembleia da República nº 3/2002, publicada do Diário da República, de 18 de Janeiro de 2002, e ratificado pelo Presidente da República pelo Decreto do Presidente nº 2/2002, publicado no mesmo Diário, na mesma data.

²⁵³ Sublinhados nossos.

²⁵⁴ DUPUY, René-Jean - La Zone, Patrimoine Commun de l'Humanité. In, DUPUY, René Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-

termo património juntamente com Humanidade indica que os interesses dos povos vindouros devem ser respeitados, isto é, o património comum da Humanidade deve ser gerido em benefício também das gerações futuras²⁵⁵. Daqui resulta, por um lado, a ideia do princípio da inapropriabilidade da Área e, por outro, a obrigação de conservação dos recursos que impende sobre a Autoridade e os Estados. O dever de conservação leva a restrições às utilizações da Área. Nesse sentido, a Convenção, no artigo 150º n° 1 b), prescreve a obrigação de uma “gestão ordenada, segura e racional²⁵⁶ dos recursos da Área ... de conformidade com os seus princípios de conservação e a evitação de desperdícios”, tendo, precisamente, em vista evitar o rápido esgotamento dos recursos que constituem o património comum da Humanidade, de modo a que este chegue às gerações vindouras. Como diz Kiss “a ideia fundamental do conceito (do património comum da humanidade) é que aqueles que vivem hoje não são mais que um elemento de uma cadeia que não se deve interromper. Há uma solidariedade mundial não apenas no espaço entre os povos do mundo, mas também no tempo, entre as gerações que se sucedem”²⁵⁷.

Uma outra questão é saber se a Humanidade enquanto tal, compreendendo a comunidade do género humano, pode ser sujeito de direito, isto é, ser titular de direitos e estar sujeita a obrigações?

8029-0341-2, p. 500-501. O artigo 153º, no entanto, ao referir quem pode desenvolver actividades na Área adopta uma atitude restritiva, reconhecendo tal faculdade apenas aos Estados e entidades por eles patrocinadas.

No *Cours Général de Droit International Public*. In *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International*. Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1979. ISBN 90-247-26271, p. 210 e 219, o mesmo Autor escreve “a noção de comunidade internacional sublimou-se na de humanidade. A primeira rica em equívocos reduz-se a uma comunidade de Estados, a segunda abrange os povos e os indivíduos para além dos seus agrupamentos nacionais ... o conceito de humanidade assenta numa ideia de integração: não de justaposição mas de união. Todos os que a compõem, sem discriminação, têm um igual direito a beneficiar dos recursos do cosmo. Eis porque a ideia é progressista. Ela exprime o mito motor da comunidade internacional impondo aos poderosos o serviço dos fracos, quer se trate de recolher nódulos do oceano ou minerais dos corpos celestes ... A humanidade acrescenta à comunidade um significado prospectivo; ela responde, com efeito, a uma noção global no espaço e também no tempo. Ela absorve todos os povos mais directamente ainda que todos os Estados, pobres ou ricos, profundamente solidários não obstante as suas disparidades económicas, sociais e culturais, numa obra de desenvolvimento que diz respeito a todos e que comanda o seu destino comum sobre o planeta que os contém a todos. A humanidade, ao contrário da nação apresentada por Comte e Renan como possuindo as suas raízes no passado, é o amanhã mais que hoje. A sua consagração no Direito das gentes coincidiu com a tomada de consciência dos perigos que pesam sobre a sobrevivência da espécie no futuro”.

Noutra intervenção, Dupuy afirma “o conceito de humanidade tem uma função política *igualitarista* e *universalista* que exclui toda a discriminação. Donde a afirmação, pela legislação internacional, da *solidariedade* dos povos não obstante as suas disparidades económicas e sociais. A noção de humanidade assume, pois, uma função de *integração* e por isso tornou-se uma referência terceiro-mundista. No domínio do Direito do Mar, a noção património comum da humanidade garante a participação de todos, pobres e ricos, não só na definição do regime jurídico de aproveitamento dos recursos, mas também nos lucros daí resultantes. Constata-se, também, que a noção de humanidade tem uma *função prospectiva* e dinâmica, que conduz a um sistema em que os Estados dotados de capacidades financeiras e tecnológicas são levados a agir no interesse não apenas das gerações presentes mas, igualmente, das gerações vindouras. A noção de humanidade tem um valor considerável, pois tende a transformar completamente as relações internacionais” - Introduction du sujet e Conclusions du Colloque. In HAGUE ACADEMY OF INTERNATIONAL LAW, *op. cit.*, p. 11 e 12.

²⁵⁵ PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 176.

²⁵⁶ Está aqui patente a ideia de uma gestão do património à luz do princípio civilista de “bom pai de família”.

2 - A HUMANIDADE É SUJEITO DE DIREITO?

A Convenção responde a esta questão no artigo 137º nº 2 ao estabelecer que “Todos os direitos sobre os recursos da Área pertencem à humanidade em geral, em cujo nome actuará a Autoridade. Esses recursos são inalienáveis. No entanto, os minerais extraídos da Área só poderão ser alienados de conformidade com a presente Parte e com as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade”. Deste artigo resulta, claramente, que a Humanidade enquanto entidade abstracta é representada pela Autoridade, isto é, embora lhe sejam reconhecidos “direitos”, ela é naturalmente incapaz²⁵⁸ para o seu exercício, pelo que é representada por uma organização internacional - a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - da qual serão membros todos os Estados Parte da Convenção. Esta Organização internacional é uma novidade em relação às demais preexistentes, pois tem competência territorial sobre um espaço - a Área - sem que essa competência tenha pertencido originariamente aos Estados membros. O facto do artigo referido, aparentemente, atribuir à Humanidade a titularidade de certos direitos, não parece suficiente para concluir pela personalidade internacional da Humanidade, pois esta não lhe é atribuída por um tratado ou pelo costume. Por sua vez, a Autoridade é um mero representante e não a encarnação da Humanidade, devido ao facto de só representar a comunidade contemporânea, ao passo que a Humanidade abrange também o futuro, por isso, sobre ela recai a obrigação de transmitir os recursos tão completos quanto possível para as gerações vindouras²⁵⁹. De qualquer modo, à Autoridade é confiada uma função representativa, sendo retirada uma tal função aos Estados, isoladamente ou em grupo, por mais amplo e geograficamente representativo que seja o grupo. Só a Autoridade, como entidade singular, pode representar a Humanidade, “mas a eficácia dessa representação simbólica será tanto maior quanto a universalidade, nomeadamente interestadual, for assegurada”²⁶⁰. Assim sendo, a Autoridade é a organização por intermédio da qual os Estados Partes da Convenção, “de conformidade com a presente Parte, organizam e controlam as actividades na Área, particularmente com vista à gestão dos recursos da Área” - artigo 157º nº 1. Os Estados devem, pois, agir apenas de acordo com as regras da Convenção,

²⁵⁷ KISS, Alexandre-Charles - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, p. 113

²⁵⁸ A este propósito, BLANC ALTEMIR, Antonio, *in op. cit.*, p. 91 escreve: “mas se a Humanidade tem capacidade de gozo, se pode ser beneficiária de uma série de direitos que o ordenamento internacional lhe atribui sob a forma de titularidade sobre um património, de modo algum pode defender-se que a Humanidade tenha na actualidade capacidade de exercício de direitos, isto é, capacidade para exercer directamente os direitos que lhe são reconhecidos”.

²⁵⁹ DUPUY, René-Jean - La Zone, Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, p. 501 e KISS, Alexandre-Charles - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, p. 129.

²⁶⁰ PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 216.

tendo em linha de conta o benefício da Humanidade no seu conjunto. Esta ideia da gestão do património comum da Humanidade em benefício da Humanidade no seu todo, abrangendo também as gerações vindouras, configura “o património comum da Humanidade como um *trust* planetário”, face ao qual cada geração assume os poderes deveres de um *trustee* e cujos destinatários são as gerações futuras²⁶¹.

Do que se disse e não obstante haver vozes em sentido contrário²⁶², consideramos que a Humanidade não é um verdadeiro sujeito de Direito Internacional²⁶³, embora reconheçamos que,

²⁶¹ Este elemento introduz no regime do património comum da Humanidade a ideia do fideicomisso - à totalidade de componentes da comunidade internacional, em cada momento, está confiada a administração de uma herança para que reverta, em condições de plena utilidade, a favor dos membros futuros dessa comunidade - PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 182. Este Autor não refere abertamente a natureza jurídica da Humanidade, mas do seu texto, pensamos que se pode concluir que a considera como sujeito de Direito Internacional, nomeadamente na seguinte frase “... o regime do património comum da humanidade opera um fraccionamento entre o detentor da posse útil sobre o espaço comum (ou sobre recursos de interesse essencial para a comunidade internacional no seu todo) e uma titularidade global sobre a propriedade social mundial. Em boa verdade, o património comum da humanidade é uma forma de titularidade social mundial que se consubstancia na internacionalização qualificada desses espaços comuns (ou desses recursos), sobre os quais os Estados terão eventualmente a posse útil e a gestão, detendo a Humanidade, como um todo intra e inter-geracionalmente integrado, sob diversas formas, um direito de controlo social” - p. 179.

Arvid Pardo nas suas intervenções fez, várias vezes, alusão à noção de *trust*. Esta noção contém em si a ideia de gerir um bem em benefício de outrem, neste caso a Humanidade, e também de o conservar para as gerações vindouras. Daí a sua aplicabilidade ao fundo do mar e seus recursos, pois estes, enquanto património comum da humanidade, devem ser objecto de uma gestão racional, isto é, a sua gestão deve ter presente a ideia do aproveitamento máximo, por um lado, e da conservação para o futuro, por outro.

O *trust*, enquanto instituto de direito privado, teve as suas origens na *Common Law* inglesa da Idade Média. Posteriormente, foi elaborado e aplicado pelo Direito americano, que o define como “uma relação fiduciária em relação à propriedade, sujeitando a pessoa que detém a propriedade a deveres equitativos de tratar a propriedade para o benefício de outra pessoa”. Entre nós, a noção de fideicomisso consta do artigo 2286º do Código Civil e é - “... a disposição pela qual o testador impõe ao herdeiro instituído o encargo de conservar a herança, para que ela reverta, por sua morte, a favor de outrem”. O *trust* é criado por um acto formal escrito, acto esse que especifica os poderes e os deveres de quem o deve administrar, isto é, do *trustee*. Este gere uma propriedade em benefício de outrem e deve fazê-lo no interesse exclusivo do beneficiário, deve agir com espírito de lealdade absoluta, daí o termo fiduciário. Segundo o Direito americano, o *trust* pode ser constituído em benefício de uma comunidade e mesmo para o bem geral.

Ao lado do *trust* de Direito Privado há, também, o *public trust*, de origem romana e depois desenvolvido pela *Common Law* inglesa. Segundo esta doutrina, o Estado é *trustee* dos recursos naturais que gere no interesse do público em geral, recursos esses que ficam sujeitos a algumas limitações, a saber, livre utilização pelo público, inalienabilidade e conservação tendo em vista o futuro. Dado estas limitações o *public trust* assemelha-se à noção de domínio público - KISS, Alexandre-Charles - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, 129-134.

²⁶² Entre outros, NICIU, Martian I. - Le Patrimoine Commun de l'Humanité en Droit International Maritime et en Droit Spatial (Quelques considérations). *Annuaire de Droit Maritime*. Nantes: Centre de Droit Maritime / Université de Nantes. ISSN 1259-4962. XIII: (1995), p. 9-16; MARCOFF, Marco G. - **Traité de droit international public de l'espace**. Fribourg, Suisse, Editions universitaires, 1973, p. 272; PÉPIN, Eugène - L'Humanité et le droit des gens. *Annuaire de droit maritime et aérien*. Tome VII: (1983), p. 11-16; MATEESCO-MATTE, Mircea - **Au trentième anniversaire de l'ère spatiale**. Paris : Editions A. Pedone, vol. XII, 1987, p. 281; DUPUY, René-Jean - Humanité et Environnement. *Annuaire de Droit Maritime et Aéro-Spatial - Études en Hommage au Professeur Mircea Mateesco-Matte*. Nantes: Centre de Droit Maritime et Aérien - Université de Nantes. ISSN 0297-7508. Tome XII: (1993), p. 493-496. COCCA, Aldo Armando, in The Law of Mankind: Ius Inter Gentes Again. *Annuaire de Droit Maritime et Aéro Spatial - Études en Hommage au Professeur Mircea Mateesco-Matte*. Nantes: Centre de Droit Maritime et Aérien - Université de Nantes. ISSN 0297-7508. XII: (1993), p. 510, escreve: “a Humanidade é um sujeito passivo em instrumentos internacionais relativos a crimes, mas em matéria de desenvolvimento social, progresso científico e tecnológico está a tornar-se num sujeito activo”. Cita como exemplos dos primeiros várias convenções que regulam certos crimes que qualificam de crimes contra a Humanidade, como, entre outras, a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (1948); do segundo grupo cita a Declaração sobre o Progresso e Desenvolvimento Social (1962), a Declaração sobre a Promoção entre a Juventude do Ideal da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão

entre as Pessoas (1965), e a Declaração sobre o Progresso e Desenvolvimento (1969). Mais adiante, na p. 531 o Autor considera que a Humanidade e o indivíduo adquiriram indubitavelmente a qualidade de novos sujeitos de direito internacional e cita uma série de autores que têm a mesma opinião.

²⁶³ Também não consideram a Humanidade como sujeito de Direito Internacional, entre outros, CUNHA, Joaquim da Silva e PEREIRA, Maria da Assunção do Vale - **Manual de Direito Internacional Público**. Coimbra : Livraria Almedina, 2000. ISBN 972-40-1301-4, p. 55-57: “... apesar de toda a aparente preocupação com o bem-estar dos povos, com o progresso social e cultural, com a protecção aos subdesenvolvidos, são, como no Direito Internacional, no quadro do equilíbrio de forças, os interesses das grandes Potências que dominam a resolução, ou não, dos problemas internacionais ... fala-se muito em Aldeia Global ... a tendência para a universalização das relações internacionais intensificou-se, o que aparenta conduzir à conclusão de que a Sociedade Internacional está a evoluir para formar uma comunidade ... A instituição progressiva da Sociedade Internacional não implicou a deslocação dos Estados do seu lugar na mesma Sociedade. Esta continua a ser descentralizada e semi-anárquica ... continua, pois, a ser fundamentalmente uma sociedade interestadual, apesar de cada vez mais se falar na crise do Estado ...”; OTERO, Paulo, *op. cit.*, in p. 60-63 considera que a Humanidade não pode ser titular de um direito de propriedade colectiva, por duas razões “1º - a comunidade humana ou a humanidade não são sujeitos de direito, isto é, não têm personalidade jurídica, consequentemente, não são susceptíveis de serem titulares de quaisquer direitos; 2 - a própria ideia de um direito de propriedade colectiva não parece adequada à caracterização do património comum da humanidade, uma vez que o artigo 137º nº 1 exclui a apropriação da Área por qualquer Estado ou outra pessoa colectiva, consequentemente, não pode existir qualquer direito de propriedade sobre aquele objecto - ele é juridicamente, inapropriável. O facto dos artigos 136º e 137º aparentemente atribuírem à humanidade a titularidade de certos direitos, não parece suficiente para concluir a personalidade internacional da humanidade e inerente titularidade das referidas posições jurídicas.” Para sustentar a sua posição argumenta que “não existe norma atribuidora de personalidade jurídica internacional à humanidade, o que é tanto mais estranho quanto a Convenção atribui expressamente personalidade internacional à Autoridade (art. 176º); se se admitisse a titularidade de certos direitos à humanidade, ter-se-ia de reconhecer que a mesma sofria de uma incapacidade genérica de exercício dos seus direitos; ...”. Por fim, conclui que “não possuindo personalidade internacional, atribuir a titularidade da Área e seus recursos à humanidade é uma verdadeira ficção jurídica”. De seguida sustenta que “na realidade, não é a humanidade que surge como sujeito de direito internacional, mas sim a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (artigo 176º). Consequentemente, só esta pode ser titular de direitos e estar adstrita a obrigações, ainda que ficcionadamente se diga agir como representante da humanidade. No entanto, isto não significa que a Autoridade seja titular de um direito de propriedade sobre a Área. Tal como qualquer pessoa jurídica, ela encontra-se abrangida pela proibição do artigo 137º nº 1 ... o património comum da humanidade funciona como substrato territorial de um sujeito de direito internacional - a Autoridade ... a titularidade do citado espaço confere à Autoridade, simultaneamente o ónus de gerir e explorar os recursos da Área em benefício de toda a humanidade, tendo sempre em vista a sua conservação para as gerações futuras. Em síntese, a Autoridade exerce sobre a Área uma titularidade onerada, funcionando o património comum da humanidade como o substrato territorial ... da Autoridade”; DINH, Nguyen Quoc, [et al.] - **Direito Internacional Público**. 4ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. ISBN 972-31-0855-0, embora intimamente considere que a comunidade internacional não é e dificilmente será sujeito de Direito Internacional, reconhece que ela tem alguns direitos. Assim, a p. 367 e s. escreve: “Profundamente dividida em mais de cento e oitenta Estados, muitas vezes antagónicos, a comunidade internacional não aparece em condições de assumir direitos e deveres internacionais e, ainda menos, de a eles recorrer eficazmente através da reclamação internacional, o que representa o critério mínimo de personalidade jurídica internacional ... os direitos de que beneficia a comunidade internacional, são ainda limitados e só podem ser exercidos pelos Estados ou por organizações internacionais sujeitos tradicionais de Direito Internacional. Dotada de uma inegável capacidade de gozo, a comunidade internacional não beneficia ainda de uma capacidade de exercício directa dos seus direitos e obrigações, não pode prevalecer-se deles directamente. Também nenhuma responsabilidade jurídica lhe compete directamente. Contudo, parece legítimo ver aqui os primeiros esboços de uma nova situação, na qual a “comunidade” internacional poderia e deveria ser reconhecida como sujeito de Direito Internacional. Se forem tomadas medidas para garantir a representação objectiva do conjunto de Estados numa estrutura institucional (como a Autoridade) torna-se impossível distinguir a comunidade internacional da organização internacional que age em seu nome. Mas somente na medida em que a personalidade jurídica da comunidade internacional se afirmasse em oposição à da organização internacional que exprime a sua vontade, poderia admitir-se que esta comunidade dispõe de uma certa capacidade própria de exercício de direitos. No estado actual do Direito Internacional, a comunidade internacional não pode passar de um sujeito menor de direito, sujeito menor, em primeiro lugar, pela amplitude da sua capacidade de gozo, sujeito menor, sobretudo, porque se torna necessário recorrer à forma de uma organização internacional e porque subsiste o risco de uma recuperação das competências da comunidade internacional pela colectividade dos Estados membros desta organização”. De modo semelhante, MERCURE, Pierre-François in *L'Échec des Modèles de Gestion des Ressources Naturelles Selon les Caractéristiques de Concept de Patrimoine Commun de l'Humanité*, *cit.*, p. 57, escreve: “... pode ser interessante estabelecer uma comparação com o direito interno. A Humanidade é, na comunidade internacional dos Estados, em direito internacional, aquilo que a nação é no Estado, no direito interno. A Humanidade

dado o processo de humanização em curso, visível na concepção planetária do homem, a emergência do conceito jurídico da Humanidade vai acabar por ser uma realidade, aliás à semelhança do que se passou com o indivíduo. Usando as palavras de Alejandro J. Rodríguez Carrión²⁶⁴, “se para alguns autores o conceito de Humanidade não é um autêntico conceito jurídico que implique subjectividade internacional, antes mera inspiração de normas jurídicas, as normas positivas do Direito Internacional parecem apontar para algo mais. Com efeito, se a primeira concepção encontra fundamento nos textos jurídicos em que ambigualmente se fala de interesse da Humanidade, noutros textos jurídicos posteriores, a Humanidade aparece como autêntica entidade a que se atribuem direitos que ultrapassam o âmbito estrito da inspiração jurídica ... como afirmou Piquemal ‘a tomada de consciência de uma solidariedade da espécie humana implicaria a introdução da Humanidade como novo sujeito de Direito Internacional’. Deve advertir-se que a afirmação de tal subjectividade é ainda juridicamente tímida, mas a tendência é tão poderosa que não pode ser afastada liminarmente”.

A ideia de o fundo do mar como património comum da Humanidade é produto do tempo. Com efeito, nas décadas de sessenta e setenta assistiu-se à emergência do Direito Internacional Social (com o aparecimento de novos conceitos e novas “filosofias” como a Nova Ordem Económica Internacional) e à “deposição” do Direito Internacional clássico, mas nas décadas que se seguiram inverteu-se essa tendência, no sentido, de novo, das concepções liberais. A Parte XI da Convenção de Montego Bay, negociada nos anos setenta e o Acordo de Implementação de 1994, são um exemplo claro do que acaba de se dizer, sem, no entanto, pôr em causa o conceito de património comum da humanidade e a sua aplicação ao fundo do mar. Naquela altura, não faltou quem defendesse a subjectividade internacional da Humanidade e a sua titularidade sobre os recursos da Área.

como a nação é uma entidade abstracta e indivisível e a sua representatividade na ordem jurídica internacional só se pode fazer através da comunidade dos Estados como a da nação só se pode fazer através dos Estados na ordem jurídica interna. A Humanidade não exige que neste caso se lhe atribua uma personalidade jurídica própria; a protecção dos seus interesses, o cumprimento das suas obrigações estão assegurados pela comunidade dos Estados. Muito embora no direito positivo actual a comunidade internacional dos Estados não possua direitos tão largos como os dos Estados, nada impede que se lhe atribua uma personalidade jurídica e de a considerar como um sujeito de direito internacional tendo uma personalidade jurídica como os Estados, mesmo que essa personalidade jurídica seja considerada como estando menos “afirmada” que a destes últimos. Se consideramos a Humanidade como uma noção que ... agrupa a espécie humana numa dimensão transtemporal, deveremos deduzir que é difícil atribuir-lhe personalidade jurídica, ... Na falta de um tratado ou de normas costumeiras que confirmem personalidade jurídica à Humanidade, pode defender-se que a comunidade internacional dos Estados está investida da missão de assegurar uma representatividade à Humanidade”.

²⁶⁴ RODRÍGUEZ CARRIÓN, Alejandro J., *op. cit.*, p. 78 e 178. Este Autor situa-se, assim, numa posição segundo a qual, embora não possa aceitar-se formalmente que a Humanidade seja sujeito de Direito Internacional, a tendência nesse sentido começa a ser tão forte que não pode ser rejeitada de raiz. É essa, também a posição de ALBIOL BIOSCA, Glória de - **El Régimen Jurídico de los Fondos Marinos Internacionales**. Prólogo de Manuel Díez De Velasco Vallejo. Madrid : Editorial Tecnos, S.A., 1984. ISBN 84-309-1053-0, p. 74.

Usando palavras de Juan Carrillo Salcedo²⁶⁵ “as noções de Humanidade e comunidade²⁶⁶ não devem ser entendidas nem como novos sujeitos de Direito Internacional, nem como realidades que tenham vindo substituir os Estados e a soberania estadual, antes devem ser vistas como marcos de referência que simbolizam a progressiva tomada de consciência de interesses colectivos, comuns, que vão para além dos interesses nacionais e que nos situam, por isso, perante a intensificação e o aprofundamento de uma das funções próprias do Direito Internacional desde as suas origens: a dimensão da cooperação, como realidade distinta da outra função básica do Direito Internacional, a coexistência entre Estados soberanos”.

De modo diferente do que até agora se escreveu, Kiss, ao comparar o estatuto dos Estados no sistema do direito nacional e o estatuto da Humanidade como um todo no Direito Internacional, afirma: “... em cada sistema de Direito nacional, o Estado tem uma personalidade jurídica que tem o seu domínio, o seu património: os seus direitos e as obrigações resultam do Direito que ele próprio cria ... Não se vê porque razão a situação haveria de ser diferente no Direito Internacional, “direito das gentes” como dantes era conhecido, isto é, Direito da Humanidade no seu todo”²⁶⁷.

A dificuldade nesta comparação, como refere Kiss, reside no facto de enquanto que a comunidade nacional está incorporada num Estado, a expressão jurídica da comunidade internacional não é tão evidente. No entanto, lançando mão do instituto da representação as dificuldades ficam minoradas. Essa representação é atribuída a uma organização internacional, a Autoridade, criada para representar a Humanidade e para agir por sua conta, quer através da sua própria actividade quer através do controlo efectivo das actividades dos seus membros. Este foi, precisamente, um dos aspectos em que havia diferentes interpretações do princípio do património comum da humanidade entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento. Enquanto que para os últimos só a Autoridade deveria ter poderes para actuar em nome da Humanidade, para os primeiros também os Estados, individualmente considerados, tinham o direito de actuar como agentes da Humanidade.

Quer o conceito de “Humanidade” no seu conjunto quer a expressão “património comum” conduzem à conclusão que “Nenhum Estado pode reivindicar ou exercer soberania ou direitos de soberania sobre qualquer parte da Área ou seus recursos; nenhum Estado ou pessoa jurídica, singular ou colectiva, pode apropriar-se de qualquer parte da Área ou dos seus recursos. Não serão

²⁶⁵ Citado por RODRÍGUEZ CARRIÓN, Alejandro J., *op. cit.*, p. 509. Este Autor refere como elementos que apontam no sentido da emergência de uma subjectividade internacional da Humanidade a existência de normas de *jus cogens*, a existência de obrigações *erga omnes* ou a possibilidade de uma *actio popularis* perante determinados factos internacionais ilícitos.

²⁶⁶ COMBACAU, Jean e SUR, Serge, *op. cit.*, p. 7, afirmam que a comunidade internacional está longe de ter um grau de homogeneidade política que permita dar-lhe uma organização institucional distinta dos Estados.

²⁶⁷ KISS, Alexandre-Charles - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, p. 236.

reconhecidos tal reivindicação ou exercício de soberania ou direitos de soberania nem tal apropriação”²⁶⁸ - artigo 137º nº 1. O conteúdo deste preceito não é novo, pois já o artigo 2º da Convenção de Genebra sobre o Alto Mar de 1958, estabelece: “Estando o alto mar aberto a todas as nações, nenhum Estado pode legitimamente pretender submeter qualquer parte dele à sua soberania”. Também o parágrafo 2º da Declaração de Princípios prescreve: “A área não deve ser sujeita a apropriação por qualquer meio pelos Estados ou pessoas, naturais ou jurídicas, e nenhum Estado deve reivindicar ou exercer soberania ou direitos soberanos sobre qualquer parte sua”.

O conteúdo do artigo 137º apareceu em 1975, no Texto Simples de Negociação Oficioso, e manteve-se em todos os textos de negociação e no texto final da Convenção. Isto mostra que os países industrializados não estavam interessados em reivindicar ou exercer soberania sobre a Área e seus recursos, por isso desde o início houve acordo. A postura dos países industrializados deve-se ao facto de eles confiarem que a disposição em análise não impedia os Estados e entidades privadas de aproveitarem os recursos. No entanto, tal entendimento não é possível pois o texto do nº 1 do artigo 137º deve ser lido em conjugação com o nº 3 do mesmo artigo que dispõe: “Nenhum Estado ou pessoa jurídica, singular ou colectiva, poderá reivindicar, adquirir ou exercer direitos relativos aos minerais extraídos da Área, a não ser de conformidade com a presente Parte. De outro modo, não serão reconhecidos tal reivindicação, aquisição ou exercício de direitos”. Da conjugação dos dois números podemos concluir que qualquer aproveitamento dos recursos *in situ* ou alienação dos minerais extraídos, fora do âmbito da Convenção por qualquer Estado, e não apenas Estado Parte da Convenção, ou pessoa natural ou jurídica, é proibido e o título sobre os recursos *in situ* ou sobre os minerais extraídos só pode ser adquirido de acordo com as disposições da Parte XI e com as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade (artigo 137º nº 2).

O que acaba de se dizer, apesar de resultar da interpretação da Convenção, só seria admissível se ela fosse válida *erga omnes*, isto é, se se pudesse impor a Partes e a não Partes. Efectivamente, era essa a intenção inicial dos participantes na III Conferência. Todos queriam adoptar uma convenção universalmente aceite e aplicável, só que, precisamente a matéria que nos ocupa - Parte XI - não foi consensual, havendo pontos de vista diferentes, como temos vindo a referir, o que levou a que, desde o início, os países industrializados não se conformassem com o regime estabelecido, pois em nome do benefício da humanidade eram-lhes impostas obrigações pesadas e, por isso, não ratificaram nem aderiram à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Assim sendo, à luz da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, um

²⁶⁸ Alguns autores falam de uma propriedade colectiva da Humanidade o que não nos parece aceitável, pois, por um lado não sendo a Humanidade sujeito de direito não pode ser titular do direito de propriedade e, por outro lado, o

tratado não pode criar obrigações nem direitos para um Estado terceiro sem o seu consentimento (princípio *pacta tertiis nec nocent nec prosunt*), consentimento que, no caso das obrigações, tem que ser dado por escrito²⁶⁹, o que nunca se verificou. Uma outra via de uma obrigação se tornar obrigatória é através da sua transformação em norma costumeira. Só que, para que tal aconteça, é necessário não só a prática reiterada, como também a *opinio iuris*, o que, em nosso entender, não se verificou, sobretudo devido ao facto de diversos Estados terem criado um regime jurídico paralelo.

De qualquer modo, o busfils da questão não estava tanto no reconhecimento do fundo do mar como património comum da Humanidade, a este propósito até havia consenso, mas sim no regime jurídico para a sua concretização, tema que abordaremos na Parte seguinte. A Convenção foi negociada sob a influência dos ventos da Nova Ordem Económica Internacional e o património comum foi usado como um instrumento para uma mudança ideológica contra os países do Ocidente. O Terceiro Mundo estava vislumbrado com o seu poder numérico e tentou usá-lo para mudar as regras de convivência a nível mundial. Mas tal não bastava, pois de pouco lhes valia a igualdade política se para a concretizarem tinham que vencer um fosso económico intransponível sem a ajuda dos países industrializados.

No entanto, não obstante não se poder considerar as disposições da Convenção como vinculativas para Estados terceiros, as repetidas declarações feitas por diversos Estados na Assembleia Geral das Nações Unidas²⁷⁰ e as posições assumidas na Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar, não só pelos países em vias de desenvolvimento mas também por países de média dimensão, a propósito da legislação nacional entretanto criada e a postura dos países mais industrializados sobre a matéria, podem ser encaradas como expressão de uma *opinio iuris nascendi*²⁷¹ que se foi fortalecendo e que levou a que, em 1990, o Secretário Geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, tivesse começado a realizar consultas informais, com o objectivo de limar as arestas da discórdia da Parte XI da Convenção e do Anexo III. Estas consultas culminaram com a assinatura, em 1994, do Acordo de Nova Iorque para a Implementação da Parte XI, Acordo que, em grande medida, satisfaz as pretensões dos países desenvolvidos e, por isso, foi aceite por todos os Estados. A conclusão do Acordo só foi possível porque o ambiente político-económico dos anos noventa era

artigo transcrito no texto nunca permitiria um tal direito, pois prescreve a não apropriação da Área, esta é juridicamente inapropriável.

²⁶⁹ Artigos 34º e 35º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969.

²⁷⁰ Por exemplo, A/RES/37/66, de 3 de Dezembro de 1982, A/RES/38/59, de 14 de Dezembro de 1983, A/RES/39/73, de 13 de Dezembro de 1984, A/RES/40/63, de 10 de Dezembro de 1985, A/RES/41/34, de 5 de Novembro de 1986 e A/RES/42/20, de 7 de Janeiro de 1988.

²⁷¹ KISS, Alexandre-Charles - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, p. 235.

substancialmente diferente do dos anos setenta. Em 1989 verificou-se a queda do Muro de Berlim, seguindo-se o desmoronamento da União Soviética, o declínio do socialismo e das economias centralmente planificadas e o ressurgimento, em força, do liberalismo económico e das economias de mercado, em poucas palavras, verifica-se o triunfo do liberalismo. A euforia da Nova Ordem Económica Internacional chegou ao fim. Os países em vias de desenvolvimento finalmente aperceberam-se, após anos de confrontação, que não conseguiriam mudar o mundo sem a participação activa e a colaboração dos países industrializados. Por outro lado, o tempo provou que afinal as actividades do fundo do mar não eram o *el dourado* do final do século XX - com o fim da guerra fria verificou-se uma diminuição da procura dos minerais a extrair do fundo do mar, o que fez baixar os preços a níveis nunca vistos e as fontes terrestres revelaram-se mais que suficientes para satisfazer as necessidades existentes. A manterem-se as condições actuais, o aproveitamento comercial dos minerais do fundo do mar não irá ocorrer tão cedo²⁷².

O Acordo de Nova Iorque de 1994, não obstante as emendas que faz à Parte XI da Convenção, reafirma no seu preâmbulo que “o leito do mar, os fundos marinhos e oceânicos e respectivo subsolo que se situam para além dos limites da jurisdição nacional bem assim como os recursos da Área são património comum da humanidade”. Aliás, todas as alterações - custos para os Estados Partes e ajustes institucionais, Empresa, adopção de decisões, conferência de revisão, transferência de tecnologia, política de produção, assistência técnica, cláusulas financeiras e Comité Financeiro - pressupõem o princípio do património comum da humanidade e resultaram de um diálogo construtivo entre países em vias de desenvolvimento e países industrializados. O Acordo é produto do ambiente económico dominante inspirado nos princípios da economia de mercado e do liberalismo económico. Segundo palavras do Presidente Clinton “... *the Agreement, by restructuring the seabed mining regime along with free market lines, endorses the consistent view of the United States that the common heritage principle fully comports with private economic*

²⁷² Após a conclusão da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar a nível internacional verificaram-se inúmeras alterações:

- colapso da ordem Leste/Oeste e o triunfo do liberalismo e da eficiência sobre o socialismo e a equidade;
- época pós Nova Ordem Económica Internacional;
- após a Guerra do Golfo, os direitos humanos não são mais uma questão doméstica;
- era pós Rio - depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, tornou-se claro que onde quer que o futuro da Humanidade esteja em perigo, os Estados Nação sentir-se-ão impelidos para negociar os problemas comuns e para fazer sacrifícios tendo em vista objectivos comuns. O Encontro da Terra (*Earth Summit*) é, também, importante, pois a comunidade internacional reconheceu que as questões económicas e ambientais estão interligadas. Apesar de os Estados não estarem preparados para aceitar limitações à sua soberania, o Encontro do Rio foi um começo de uma mudança da soberania absoluta para uma soberania participada (*trusteeship sovereignty*);
- por último, estamos numa época pós-moderna - depois do colapso do comunismo, que se supunha iria trazer justiça global para todos e do falhanço do capitalismo para trazer bem estar para as nações menos favorecidas, a comunidade internacional está agora à procura de novas filosofias que respeitem a dignidade humana - BASLAR, Kemal, *op. cit.*, p. XXII.

activity in accordance with market principles”²⁷³. Também o Código Mineiro, aprovado em Julho de 2000, no preâmbulo, reforça que o fundo do mar e subsolo além dos limites da jurisdição nacional e respectivos recursos são património comum da humanidade²⁷⁴.

Hoje podemos afirmar, sem receio, que o fundo do mar além dos limites da jurisdição nacional é património comum da Humanidade, estando a sua exploração e aproveitamento sujeitos ao regime constante da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 e do Acordo de Nova Iorque de 1994, sendo ilegal toda e qualquer actividade desenvolvida à margem das fontes referidas²⁷⁵. Podemos, também, reafirmar que são elementos essenciais do regime do património comum da humanidade os princípios da não apropriação ou do uso não exclusivo da Área e dos seus recursos; da sua gestão internacional através da Autoridade; da partilha dos benefícios resultantes das actividades mineiras; da utilização do fundo do mar apenas para fins pacíficos e da sua preservação para as gerações vindouras. O património comum da humanidade, agora, deve ser visto como uma nova dimensão da justiça distributiva e da equidade²⁷⁶.

3 - PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO FUNDO DO MAR - O PRINCÍPIO DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE E SEUS COROLÁRIOS²⁷⁷

A Convenção sobre o Direito do Mar, na Parte XI, Secção 2, artigos 136º a 149º estabelece os “Princípios que Regem a Área”. De entre esses princípios alguns há que nunca suscitaram grande controvérsia, mas outros, porque mais ligados à ideia da Nova Ordem Económica Internacional, geraram grandes discussões ao longo das negociações. Estes últimos declaram que a Área e seus recursos são património comum da Humanidade - artigo 136º - que todos os direitos sobre os recursos da Área pertencem à Humanidade como um todo - artigo 137º - que as

²⁷³ *Idem*, p. 218-220.

²⁷⁴ Doc. ISBA/6/A/18, de 13 de Julho de 2000 - “*Annex - Regulation on Prospecting and Exploration for Polymetallic Nodules in the Area - Preamble - In accordance with the United Nations Convention on the Law of the Sea (“the Convention”), the seabed and ocean floor and the subsoil thereof beyond the limits of national jurisdiction, as well as its resources, are common heritage of mankind ...*” - disponível in (http://www.isa.org.jm/en/documents/ISBA_5_A_14.pdf).

²⁷⁵ Fazemos esta afirmação na medida em que os opositores ao regime previsto na Parte XI da Convenção aceitaram e assinaram o Acordo de 1994 e foram membros, se não efectivos, pelo menos provisórios, dos órgãos da Autoridade. Como o tempo vai passando e alguns deles, nomeadamente os Estados Unidos da América, não o ratificaram nem aderiram à Convenção, e, por isso, até já perderam a qualidade de membros provisórios, pode voltar a pôr-se a questão da sua força jurídica face a terceiros. De qualquer modo e dado o princípio da boa fé, pensamos que não vai haver problemas.

²⁷⁶ BASLAR, Kemal, *op. cit.*, p. 221. Este Autor na p. 373 afirma: “Na *perestroika* estrutural global em que vivemos, o património comum da humanidade assinala o começo de uma percepção de mudança do papel do Direito Internacional, de um Direito Internacional para um Direito da Humanidade - *Ius Inter Gentes* - e de um mundo de desordem para uma ordem mundial justa”.

²⁷⁷ TUNOLD, Betzy Marie Ellingsen - *The UNCLOS III negotiations on the deep sea-bed regime: THE COMMON HERITAGE OF MANKIND FOR THE BENEFIT OF MANKIND AS A WHOLE?* Norway :

actividades na Área devem ser levadas a cabo para o benefício da Humanidade como um todo - artigo 140º - que, com esse fim, a Autoridade deve adoptar medidas para adquirir tecnologia e conhecimentos científicos - artigo 144º - que deve ser promovida a participação dos países em vias de desenvolvimento nas actividades da Área - artigo 148º - e, por último, que a investigação científica deve ser levada a cabo exclusivamente para fins pacíficos e para o benefício de toda a Humanidade - artigo 143º.

Os restantes princípios são princípios gerais que estabelecem que a Área deve ser usada exclusivamente para fins pacíficos - artigo 141º; a conduta geral dos Estados em relação à Área deve ser no interesse da manutenção da paz e segurança, promovendo a cooperação internacional e a compreensão mútua - artigo 138º; os Estados Partes são responsáveis por assegurar a conformidade das actividades desenvolvidas na Área com a Convenção e estão sujeitos à responsabilidade financeira pelos danos provocados por si ou por empresas privadas que patrocinem; igual responsabilidade recai sobre as organizações internacionais por actividades que realizem na Área - artigo 139º; as actividades na Área devem ser conduzidas com o devido respeito pelos direitos e interesses legítimos dos Estados costeiros para cuja jurisdição os depósitos de recursos se estendem - artigo 142º; devem ser adoptadas as medidas necessárias para assegurar uma protecção efectiva do meio marinho - artigo 145º e da vida humana - artigo 146º; as actividades na Área e no meio marinho devem ser harmonizadas - artigo 147º; e, por último, os objectos arqueológicos e históricos devem ser preservados ou postos à disposição da humanidade no seu todo - artigo 149º

3.1 - O PRINCÍPIO DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE - ARTIGO 136º

“A Área e seus recursos são património comum da humanidade” - este princípio²⁷⁸ não sofreu modificações ao longo da Conferência, mas, como vimos, não era interpretado por todos do

Polhogda, Fridtjof Nansens, 1984. ISBN 82-90156-02-2, p. 13 e s.; BLANC ALTEMIR, Antonio, *op. cit.*

²⁷⁸ Este princípio apareceu pela primeira vez na Declaração de Princípios, no nº 1 da parte dispositiva, e tinha o seguinte teor: “Os fundos do mar e oceanos e respectivo subsolo fora dos limites da jurisdição nacional (adiante chamada Área) assim como os recursos da Área, são património comum da Humanidade” - transcrita em BRICEÑO BERRÚ, José Enrique, *op. cit.*, p. 178.

Em 1996, a Declaração de Pequim (Beijing) sobre os Oceanos, reafirmou, mais uma vez, o princípio do património comum da humanidade, como se pode ler: “Preâmbulo - Nós, os participantes, reunidos em Beijing, China, de 15 a 19 de Novembro de 1996, na Vigésima Quarta Conferência de Pazem in Maribus ... acordamos nesta Declaração sobre os Oceanos.

I - PRINCÍPIOS

Reafirmamos o nosso compromisso relativo à implementação e desenvolvimento progressivo dos seguintes princípios aplicáveis ao mundo oceânico:

mesmo modo. Assim, os países em vias desenvolvimento consideravam que sendo a Humanidade a única “proprietária” do fundo do mar e seus recursos só ela, através de um mecanismo especial - a Autoridade - poderia aí desenvolver actividades de aproveitamento. Para tanto, defendiam que a Autoridade devia ter amplos poderes funcionais, incluindo o poder de coordenar, regular, supervisionar, controlar e aplicar sanções. Diferentemente, os países industrializados, defensores do princípio da liberdade do alto mar e respectivo fundo, defendiam que a Autoridade devia ter poderes limitados, devendo coordenar as actividades estaduais e privadas e passar licenças de exploração e aproveitamento. O regime do fundo do mar devia estar orientado para a produção. O fundo do mar pertence à Humanidade, no sentido de que é de todos, por isso nada impede que os Estados, directamente ou por entidades que patrocinem, explorem e aproveitem os seus recursos livremente. Além do mais, e rebatendo a opinião dos que defendiam que o princípio do património comum da humanidade é uma norma imperativa de Direito Internacional Geral, isto é, uma norma de *jus cogens*, afirmavam que, dada a oposição que alguns países sempre fizeram, não se formou uma tal norma, pois ela tem que ser geralmente aceite e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu conjunto como norma à qual nenhuma derrogação é permitida.

O princípio do património comum da humanidade conduz ao fortalecimento da solidariedade e da cooperação entre os povos, contribuindo, ao mesmo tempo, para a paz internacional, na medida em que permite reduzir as desigualdades no seio da comunidade internacional.

A partir de 1985, a posição do Grupo dos 77, relativamente ao regime convencional, tornou-se mais flexível, daí que esses países, sem abandonarem o princípio do património comum da humanidade, começaram a aceitar uma mudança do seu regime num sentido mais orientado para o mercado, logo mais consentâneo com a posição dos países industrializados. O actual regime é o contido na Convenção com as modificações resultantes do Acordo de Implementação e respectivo Anexo. O princípio do património comum da humanidade representa, agora, um compromisso entre as duas posições referidas.

Do princípio do património comum da humanidade decorre um conjunto de princípios que são seus corolários e que passaremos a estudar.

-
1. O princípio do Património Comum da Humanidade incluindo o direito ao desenvolvimento económico, a um ambiente saudável e o direito de viver em paz;
 2. O princípio da equidade em e entre as nações e gerações;
 3. O princípio da cooperação como base para um desenvolvimento social e económico sustentável ...”.

Disponível in (file://A:beijing.htm).

3.2 – O PRINCÍPIO DE QUE TODOS OS DIREITOS PERTENCEM À HUMANIDADE NO SEU CONJUNTO OU O PRINCÍPIO DA NÃO APROPRIAÇÃO E DA EXCLUSÃO DE SOBERANIA OU DO USO NÃO EXCLUSIVO - ARTIGO 137º

O princípio da não apropriação ou do uso não exclusivo²⁷⁹ e da exclusão de soberania é um dos corolários do princípio do património comum da humanidade, pois deste decorre que o património comum não pode ser objecto de qualquer apropriação. O artigo 137º²⁸⁰ prevê o “Regime jurídico da Área e dos seus recursos”, estabelecendo no número um uma série de direitos negativos, ao prescrever que “Nenhum Estado pode reivindicar ou exercer soberania ou direitos de soberania sobre qualquer parte da Área ou seus recursos; nenhum Estado ou pessoa jurídica, singular ou colectiva, pode apropriar-se de qualquer parte da Área ou dos seus recursos. Não serão reconhecidos tal reivindicação ou exercício de soberania ou direitos de soberania nem tal apropriação”.

O número dois do mesmo artigo já contém direitos positivos ao estabelecer que “Todos os direitos sobre os recursos da Área pertencem à Humanidade em geral, em cujo nome actuará a Autoridade. Esses recursos são inalienáveis. No entanto, os minerais extraídos da Área já podem ser alienados, mas apenas de conformidade com a presente Parte e com as normas, regulamentos e

²⁷⁹ BASLAR, Kemal prefere a expressão “uso não exclusivo” a não apropriação. Segundo o Autor, a não apropriação dos espaços internacionais além dos limites da jurisdição nacional apareceu muito antes do conceito de património comum da Humanidade (Novembro de 1967). O conceito de não apropriação é uma norma do Direito dos espaços internacionais, que proíbe a aquisição de soberania territorial sobre a Antártida, o espaço exterior e o alto mar. Segundo um outro Autor, a não apropriação e o património comum da Humanidade são conceitos distintos do *corpus iuris spatialis*. A não apropriação dos oceanos já é uma ideia antiga, aliás também já consagrada na Convenção de Genebra de 1958 sobre o Alto Mar (artigo 2º). Talvez por isso, nenhum Estado reivindicou jurisdição territorial sobre qualquer parte do fundo do mar. Nem mesmo os países industrializados, ao longo das negociações, tentaram apropriar-se do fundo do mar. O que eles queriam era que essas áreas ficassem sujeitas ao princípio da liberdade do alto mar. Os países em vias de desenvolvimento deram muita importância à não apropriação como ingrediente do património comum da Humanidade, porque recebiam uma nova colonização dos Estados Ocidentais, à semelhança do que tinha acontecido no passado. O Autor conclui que a não apropriação é um princípio independente do Direito Internacional de natureza peremptória. Os dois princípios - da não apropriação e do património comum da Humanidade - devem caminhar juntos. Presentemente, o princípio do património comum da humanidade não é um conceito territorial, mas um conceito funcional, do qual o princípio da não apropriação não é um elemento - *in, op. cit.*, p. 85-91.

²⁸⁰ Na Declaração de Princípios, este princípio consta dos números 2 e 3 que prescrevem: “2 - A Área não estará, de qualquer modo, sujeita a apropriação pelos Estados ou pessoas, naturais ou jurídicas, e nenhum Estado poderá reivindicar nem exercer soberania ou direitos soberanos sobre qualquer parte dela”, “3 - Nenhum Estado ou pessoa, natural ou jurídica, reivindicará, exercerá ou adquirirá direitos em relação à Área ou seus recursos que sejam incompatíveis com o regime internacional a ser estabelecido e os princípios da presente Declaração”. O enunciado destes dois parágrafos coincide com parte do texto da Resolução “moratória”, de 15 de Dezembro de 1969, que estabelece: “Durante o estabelecimento do ... regime internacional: a) Estados e pessoas, físicas ou jurídicas, devem abster-se de todas as actividades de aproveitamento dos recursos da área do fundo do mar e oceano e respectivo subsolo, além dos limites da jurisdição nacional; b) Nenhuma reivindicação a qualquer parte da área ou respectivos recursos deve ser reconhecida”. O nº 10 da Declaração de Princípios, a propósito da investigação científica estabelece: “... Nenhuma destas actividades constituirá o fundamento jurídico de reclamações em relação a nenhuma parte da Área ou seus recursos” - BRICEÑO BERRÚ, José Enrique, *op. cit.*, p. 67 e 178-179.

procedimentos da Autoridade”²⁸¹. Os recursos pertencem à Humanidade como um todo e não apenas ao conjunto dos Estados. Quando usa o termo Humanidade, a Convenção quer referir-se à espécie humana, a todos os homens, mesmo que ainda não tenham conseguido a plena independência. Analisando o número um e dois em conjunto temos de concluir que este preceito reconhece à Humanidade, de modo explícito, todos os direitos sobre os recursos do fundo do mar, mas o mesmo não faz em relação ao próprio fundo, em si mesmo considerado. Não nos diz de modo expresso que a Área pertence à Humanidade, diz apenas que os Estados não podem exercer soberania ou direitos soberanos, mas não refere a quem pertencem esses direitos.

Por último, o número três do mesmo artigo estabelece que “Nenhum Estado ou pessoa jurídica, singular ou colectiva, poderá reivindicar, adquirir ou exercer direitos relativos aos minerais extraídos da Área, a não ser de conformidade com a presente Parte. De outro modo, não serão reconhecidos tal reivindicação, aquisição ou exercício de direitos”. Neste número, bem assim como no número um, refere-se “nenhum Estado” e não apenas Estado Parte, daí que haja quem defenda que se trata aqui de um regime que obriga a todos, não só aos Estados Parte da Convenção mas também aos demais. Esta interpretação, esbarra, no entanto, com a questão dos tratados e terceiros, questão regulada na Secção IV da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, assinada em Viena, em 23 de Maio de 1969, e por nós já referida. Entendemos que esta disposição apenas vincula quem é parte da Convenção, a menos que se transforme em costume internacional²⁸² - artigo 38º da Convenção de Viena, ou em norma de *jus cogens* - artigo 53º da mesma Convenção, o que, como vimos, é contestado por alguns Estados, que sendo poucos em número têm um grande peso ao nível das relações internacionais.

²⁸¹ Vemos, assim, que a Convenção não só distingue recursos de minerais, enquanto conceitos, como estabelece um regime jurídico diferente, pois, como referimos no texto, os recursos são inalienáveis, ao passo que os minerais: “só poderão ser alienados de conformidade com a presente Parte e com as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade” - artigo 137º *in fine*.

²⁸² DÍEZ DE VELASCO, Manuel, in **Instituciones de Derecho Internacional Público**. Novena ed. Madrid : Tecnos, 1991. ISBN 84-309-2095, p. 433, afirma que o princípio do património comum da humanidade é um “princípio de natureza consuetudinária, codificado pela Convenção (que) exclui a possibilidade de apropriação unilateral ou em grupo e o exercício de soberania. Poderia significar a existência de um dever de abstenção de aproveitamento da Área, até a entrada em vigor do regime convencional ... (mas) a aceitação geral da Declaração de Princípios, o reconhecimento do princípio do património comum da humanidade em algumas legislações nacionais, como a dos Estados Unidos da América ou URSS, a qualificação de provisória dada aos acordos parciais, primeiro entre a França, Reino Unido, Estados Unidos da América e República Federal da Alemanha, em 1982 e, posteriormente, entre esses quatro Estados e a Bélgica, Itália, Japão e Países Baixos, ambos relativos apenas a actividades de exploração e outras de carácter preparatório, ou as Resoluções adoptadas conjuntamente com a Convenção de 1982, tendentes quer a proteger os investimentos realizados antes de Janeiro de 1983, quer a criar uma Comissão Preparatória competente para gerir os interesses dos primeiros investidores e da Autoridade, leva à seguinte conclusão: o reconhecimento da exclusão de apropriação, enquanto o regime jurídico da convenção não entrar em vigor. É a esta luz que deve valorar-se qualquer actividade de aproveitamento mineiro que possa verificar-se”.

3.3 - O PRINCÍPIO DO BENEFÍCIO DA HUMANIDADE - ARTIGO 140º

Um dos corolários mais controversos do princípio do património comum da humanidade é o princípio do benefício²⁸³ da Humanidade em geral²⁸⁴, consagrado no artigo 140º da Convenção sobre o Direito do Mar. Segundo o número um deste artigo, “As actividades na Área devem ser realizadas, nos termos do previsto expressamente na presente Parte, em benefício da Humanidade em geral, independentemente da situação geográfica dos Estados, costeiros ou sem litoral e tendo particularmente em conta os interesses e as necessidades dos Estados em vias de desenvolvimento e dos povos que não tenham alcançado a plena independência ou outro regime de autonomia reconhecido pelas Nações Unidas de conformidade com a resolução 1514 (XV) e com as outras resoluções pertinentes da sua Assembleia Geral”. Este princípio, que resulta de uma dinâmica universalista, foi objecto de alterações ao longo da III Conferência. Só na nona Sessão foi conseguido o entendimento referido. Até aí, alguns Estados defendiam, firmemente, a posição de que a distribuição dos benefícios resultantes da Área devia limitar-se aos Estados Partes da Convenção e tais benefícios deviam limitar-se aos de natureza económica e financeira. Por outro lado, os países que fazem parte do Grupo dos 77 defendiam que a distribuição dos benefícios deveria incluir outras entidades que não só Estados, isto é, devia incluir os povos que ainda não tivessem alcançado a plena independência ou um regime de autonomia²⁸⁵. Dele resulta que deve haver uma gestão racional e óptima do património comum da Humanidade, isto é, um aproveitamento máximo, por um lado, e conservação, por outro²⁸⁶, de modo a ter em linha de conta

²⁸³ Podemos distinguir benefícios não separáveis e, por isso, não passíveis de partilha, como a pacificação da Área ou a protecção do meio ambiente, de benefícios susceptíveis de partilha, como os benefícios financeiros resultantes do aproveitamento dos minerais do fundo do mar - DÍEZ DE VELASCO, Manuel, *op. cit.*, p. 433.

²⁸⁴ A Declaração de Princípios também se refere a este princípio mas mais no sentido de linha de orientação para os negociadores da futura convenção. O nº 9 da Declaração estabelece: “Sobre a matéria dos princípios da presente Declaração, estabelecer-se-á, através de um tratado internacional de carácter universal, geralmente aceite, um regime internacional aplicável à Área e seus recursos que inclui um mecanismo internacional apropriado para tornar efectivas as suas disposições. O regime deverá prever, entre outros, o aproveitamento ordenado e sem riscos e a administração racional da Área e dos seus recursos, assim como a ampliação das oportunidades de utilizá-los e deverá garantir a participação equitativa dos Estados nos benefícios daí resultantes, tendo em especial atenção os interesses e necessidades dos países em vias de desenvolvimento, tanto ribeirinhos como sem litoral”. Também o nº 7 prevê: “A exploração da Área e o aproveitamento dos seus recursos será feita em benefício da humanidade no seu conjunto, independentemente da situação geográfica dos Estados, quer sejam ribeirinhos quer sem litoral e tendo uma atenção especial pelos interesses e necessidades dos países em vias de desenvolvimento” - BRICEÑO BERRÚ, José Enrique, *op. cit.*, p. 178-179.

²⁸⁵ Doc. A/CONF.62/L.62 - *Informe del Presidente de la Primera Comisión*, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XIV, 1982, *cit.*, p. 156-157.

²⁸⁶ Como diz Kiss, o aproveitamento máximo e a conservação parecem ser dois conceitos antagónicos. Para que tal não aconteça deve haver um rendimento contínuo máximo, isto é, ao aproveitar-se um recurso deve procurar obter-se o rendimento máximo, mas esse rendimento deve ser mantido no futuro, isto é, os recursos não renováveis devem ser utilizados com regra, de modo a ser possível a continuação da sua utilização nas mesmas proporções e os recursos renováveis devem poder manter a sua capacidade de substituir o que foi usado e de absorver as poluições. A utilização

as necessidades futuras e para que os seus benefícios devam ser repartidos não só pela comunidade de Estados, mas por toda a Humanidade entendida como comunidade do género humano, que, como tal, abrange não só os Estados mas também os povos que ainda não conseguiram a sua plena independência, mas aos quais as Nações Unidas reconhece direitos²⁸⁷. Além disso, abrange não só as actuais gerações, mas também as gerações vindouras. Este preceito foi muito contestado por alguns Estados. Um outro aspecto a salientar é a discriminação positiva²⁸⁸ a favor dos países em vias de desenvolvimento - os benefícios devem ser repartidos por toda a Humanidade, mas tendo em especial atenção os interesses e necessidades dos países em vias de desenvolvimento e dos povos que ainda não tenham alcançado a plena independência ou autonomia. Com esta discriminação positiva procura-se uma igualdade de facto entre os Estados, pois, juridicamente todos os Estados são iguais, mas de facto não o são, a desigualdade económica e técnica leva a uma desigualdade política. Esbatendo-se o fosso que separa muitos países em vias de desenvolvimento dos países desenvolvidos está-se a contribuir para uma igualdade efectiva. De acordo com o ponto de vista dos países em vias de desenvolvimento, o termo “benefícios” abrange os benefícios económicos e financeiros, neles se incluindo a tecnologia, conhecimentos científicos, transferências financeiras, taxas, encargos de produção, produto de rendimentos líquidos, entre outros. Os países industrializados, aceitando embora a discriminação, defendiam que os benefícios económicos deviam limitar-se às contribuições voluntárias calculadas, segundo critérios por eles definidos, com base nos lucros que os Estados ou as entidades privadas tivessem no aproveitamento dos recursos do fundo do mar. Aceitavam dar parte desses lucros aos países em vias de desenvolvimento, mas mais no âmbito dos seus programas de assistência económica do que como um direito desses países a parte do património comum²⁸⁹.

A localização geográfica dos Estados é irrelevante, como resulta do preceito, por isso os Estados costeiros, relativamente ao fundo do mar e seus recursos, não têm qualquer preferência.

racional dos recursos do património comum da humanidade exclui, assim, toda a destruição - *in* La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, p. 241-242.

²⁸⁷ No entanto, os únicos beneficiários directos são os Estados. Os indivíduos e seus agrupamentos de carácter económico, social ou científico não beneficiam do património comum da Humanidade a não ser através dos Estados - KISS, Alexandre-Charles - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité, *cit.*, p. 239.

²⁸⁸ Esta discriminação positiva, ou desigualdade compensadora, dos Estados económica e geograficamente mais débeis foi inspiradora da viragem empreendida no Direito das relações económicas internacionais, na década de sessenta, no quadro da Nova Ordem Económica Internacional. Uma vez afirmado o seu direito à existência política, a reivindicação do direito à sua realização material, sobretudo no campo económico, era inevitável. A UNITAR, no seu estudo sobre “Desenvolvimento progressivo dos princípios e normas do Direito Internacional relativos à Nova Ordem Económica Internacional”, declara que o direito ao desenvolvimento constitui para os países em vias de desenvolvimento “o equivalente, no plano económico, ao direito à autodeterminação no plano político” e que esse direito é necessário à realização dos princípios da justiça e da igualdade dos povos, consagrados na Carta das Nações Unidas” - PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 59.

²⁸⁹ MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 177.

O artigo que vimos analisando, no número dois prescreve que “A Autoridade²⁹⁰, através de mecanismo apropriado, numa base não discriminatória, deve assegurar a distribuição equitativa dos benefícios financeiros e dos outros benefícios económicos resultantes das actividades da Área, de conformidade com a subalínea i) da alínea f) do parágrafo 2º do artigo 160”²⁹¹. Estabelece-se a distribuição equitativa dos benefícios financeiros e económicos. Mas o que deve entender-se por distribuição equitativa? Para os países em vias de desenvolvimento tal significava que os benefícios deveriam ser distribuídos na razão inversa das contribuições para o orçamento das Nações Unidas, isto é, deveria ser dada prioridade a todos os países em vias de desenvolvimento e povos ainda não plenamente independentes. Para os países industrializados, diferentemente, a partilha devia ser em proporção do investimento feito.

Num outro artigo da Convenção - artigo 151º nº 10 - estabelece-se um tratamento preferencial já não para todos os países em vias de desenvolvimento, mas apenas para aqueles que sofreram efeitos adversos nas suas economias devido às actividades do fundo do mar. Devemos entender que este preceito estabelece um regime preferencial e discriminatório pelo facto de os efeitos adversos se verificarem não só nas economias dos produtores terrestres em vias de desenvolvimento, mas sim nas economias de todos os produtores terrestres, em vias de desenvolvimento ou desenvolvidos (como por exemplo, o Canadá), e só os primeiros beneficiarem de um sistema de compensação ou de outras medidas de assistência para o ajuste económico

O princípio em análise é bastante vago e ambíguo, pelo que permite várias interpretações, tendo sido deixado para o regime jurídico do sistema de aproveitamento maiores desenvolvimentos.

²⁹⁰ SCOVAZZI, Tullio, in **Elementos de Derecho Internacional del Mar**. Edición española a cargo de Valentín Bou Franch Ed. Madrid : Editorial Tecnos, 1995. ISBN 84-309-2726-3, na p. 66 refere o princípio do internacionalismo institucional a propósito, precisamente, do facto de a Convenção prever a criação de uma organização internacional especial, a Autoridade.

²⁹¹ O 160º nº 2 f) i) inclui, entre as funções da Assembleia, como órgão da Autoridade, a de: “examinar e aprovar, por recomendação do Conselho, as normas, regulamentos e procedimentos sobre a distribuição equitativa dos benefícios financeiros e outros benefícios económicos ... Se a Assembleia não aprovar as recomendações do Conselho pode devolvê-las a este para reexame à luz das opiniões expressas pela Assembleia”. Está aqui consagrado, usando as palavras do Presidente do Comité I, “um sistema de pesos e contrapesos entre a Assembleia e o Conselho” - Doc. A/CONF.62/L.62, in **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XIV, 1982, cit., p. 157.

3.4 - O PRINCÍPIO DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA - ARTIGO 144²⁹²

Segundo o número um do artigo 144º, "De conformidade com a presente Convenção, a Autoridade deve tomar medidas para:

- a) adquirir tecnologia e conhecimentos científicos²⁹³ relativos às actividades na Área; e
- b) promover e incentivar²⁹⁴ a transferência de tal tecnologia e conhecimentos científicos para os Estados em desenvolvimento, de modo a que todos os Estados Partes sejam beneficiados."

Os Estados que se opunham à transferência de tecnologia afirmavam que a Convenção impunha uma transferência obrigatória dos Estados e entidades privadas para a Empresa e para os países em vias de desenvolvimento, livre de quaisquer encargos e, por isso, era inaceitável. No entanto, pode considerar-se que o preceito contém apenas uma obrigação moral e não propriamente uma imposição legal. Obrigação essa que recai sobre a Autoridade e não sobre os Estados ou empresas que possuem a tecnologia. A Autoridade deve tudo fazer para adquirir a tecnologia e conhecimentos científicos e promover e encorajar a sua transferência para os países em vias de desenvolvimento. A parte final da alínea b): "de modo a que todos sejam beneficiados", é estranha. Qual o sentido do termo "todos"? O objectivo deste artigo é permitir, através da transferência de tecnologia dos países mais avançados para a Empresa e para os países em vias de desenvolvimento, que estes últimos alcancem o nível de desenvolvimento dos primeiros. Assim sendo, não se compreende o que se pretende com "todos". Serão também os desenvolvidos? Decerto não foi essa a intenção. O que se quis dizer foi que a transferência da tecnologia se faça para a Empresa e para os países em vias de desenvolvimento, para que estes cheguem ao nível dos

²⁹² O princípio de transferência de tecnologia era, para os países em vias de desenvolvimento, um elemento fundamental da Nova Ordem Económica Internacional, era essencial para o seu desenvolvimento económico. Para eles a tecnologia era um instrumento indispensável para diminuir o fosso que os separa dos países industrializados. Segundo eles, a tecnologia faz parte do "*universal human heritage to which all countries have access*". É evidente que este ponto de vista era contestado pelos países industrializados que defendiam a sua apropriabilidade e a sua sujeição às regras do mercado.

Sobre o tema transferência de tecnologia ver, por todos, LI, Yuwen, *op. cit.*; VAN DYKE, Jon M. and TEICHMANN, David L. - Transfer of Seabed Mining Technology: A Stumbling Block to U.S. Ratification of the Law of the Sea Convention? *Ocean Development and International Law Journal*. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 13, number 4: (1984), p. 427-455.

²⁹³ O artigo não faz qualquer distinção entre tecnologia e conhecimentos científicos, mas, na realidade, trata-se de conceitos distintos. A tecnologia encontra-se, normalmente, nas mãos de privados e pode ser comprada e vendida no mercado, só que, dado o seu preço, a sua aquisição pelos países em vias de desenvolvimento é difícil. Os conhecimentos científicos podem ser publicados ou estão disponíveis de um qualquer outro modo, mas de qualquer maneira é de menos valor imediato para os países em vias de desenvolvimento que têm falta de infra-estruturas científicas e técnicas para absorver e aplicar tais conhecimentos - LI, Yuwen, *op. cit.*, p. 151.

²⁹⁴ A alínea refere promover e incentivar e não em proceder à transferência de tecnologia.

primeiros e depois todos beneficiem igualmente das actividades da Área. O que se pretende é proporcionar condições materiais para uma real igualdade de oportunidades.

No número dois, o artigo 144º estabelece que tendo em vista a transferência de tecnologia “... a Autoridade e os Estados Partes devem cooperar para promover a transferência de tecnologia e conhecimentos científicos relativos às actividades realizadas na Área de modo a que a Empresa e todos os Estados Partes sejam beneficiados. Em particular, devem iniciar e promover:

a) programas para a transferência de tecnologia para a Empresa e para os Estados em desenvolvimento no que se refere às actividades na Área, incluindo, *inter alia*, facilidades de acesso da Empresa e dos Estados em desenvolvimento à tecnologia pertinente em modalidades e condições equitativas e razoáveis;

b) medidas destinadas a assegurar o progresso da tecnologia da Empresa e da tecnologia nacional dos Estados em desenvolvimento e em particular mediante a criação de oportunidades para a formação do pessoal da Empresa e dos Estados em desenvolvimento em matéria de ciência e tecnologia marinhas e para a sua plena participação nas actividades da Área.”

Se analisarmos este preceito, vemos que ele não impõe a transferência de tecnologia e conhecimentos científicos, antes encarrega os Estados membros e a Autoridade de cooperarem para promover a transferência: “iniciar e promover programas para a transferência de tecnologia ..., iniciar e promover medidas destinadas ...”.

O princípio da transferência de tecnologia, dada a oposição dos países industrializados e para ser possível a sua anuência, é muito vago, não especificando quem deve transferir a tecnologia e para quem, em concreto, essa transferência deve ser feita. Dele não resulta, necessariamente, a transferência obrigatória. É mais uma obrigação moral do que jurídica. Apesar disso, os países industrializados sempre se opuseram a tal transferência, por isso esta matéria é uma das que consta do Acordo de Implementação de 1994, que estudaremos oportunamente.

Por fim, os artigos 273º e 274º da Convenção, situados na Parte XIV com a epígrafe “Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia Marinhas”, dizem, igualmente, respeito à matéria que estamos a tratar: o artigo 273º prevê que “Os Estados devem cooperar activamente com as organizações internacionais competentes e com a Autoridade para encorajar e facilitar a transferência de conhecimentos especializados e de tecnologia marinha relativos às actividades na Área aos Estados em desenvolvimento, aos seus nacionais e à Empresa”. Por seu turno, o artigo 274º estabelece que “Sem prejuízo de todos os interesses legítimos, incluindo, *inter alia*, os

direitos e deveres dos possuidores, fornecedores e recebedores de tecnologia, a Autoridade, no que se refere às actividades na Área, deve assegurar que:

a) os nacionais dos Estados em desenvolvimento, costeiros, sem litoral ou em situação geográfica desfavorecida, sejam admitidos para fins de estágio, com base no princípio da distribuição geográfica equitativa, como membros do pessoal de gestão, de investigação e técnico recrutado para as suas actividades;

b) a documentação técnica relativa ao equipamento, maquinaria, dispositivos e processos pertinentes seja posta à disposição de todos os Estados, em particular dos Estados em desenvolvimento que necessitem e solicitem assistência técnica nesse domínio;

c) sejam tomadas pela Autoridade disposições apropriadas para facilitar a aquisição de assistência técnica no domínio da tecnologia marinha pelos Estados que dela necessitem e a solicitem, em particular os Estados em desenvolvimento, bem como a aquisição pelos seus nacionais dos conhecimentos técnicos e especializados necessários, incluindo a formação profissional;

d) seja prestada aos Estados a assistência técnica de que necessitem e solicitem nesse domínio, em especial aos Estados em desenvolvimento, bem como assistência na aquisição de equipamento, instalações, processos e outros conhecimentos técnicos necessários, mediante qualquer ajuste financeiro previsto na presente Convenção.”

3.5 - O PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO NAS ACTIVIDADES DA ÁREA - ARTIGO 148º

O princípio da participação dos Estados em vias de desenvolvimento nas actividades da Área está consagrado no artigo 148º, que dispõe: “A participação efectiva dos Estados em desenvolvimento nas actividades na Área deve ser promovida, tal como expressamente previsto na presente Parte, tendo em devida conta os seus interesses e necessidades especiais e, em particular, a necessidade especial dos Estados em desenvolvimento sem litoral ou em situação geográfica desfavorecida de superarem os obstáculos resultantes da sua localização desfavorável, incluído o afastamento da Área, e a dificuldade de acesso à Área e a partir dela”. Apesar de a Autoridade, no exercício da sua actividade, dever pautar-se pelo princípio da não discriminação, deve, no entanto, dar uma “atenção especial ... aos países em desenvolvimento, particularmente àqueles sem litoral ou em situação geográfica desfavorecida ...” - artigo 152º nº 2.

O princípio em análise é importante, porque a participação de países que não dispõem de condições económicas, de tecnologia e conhecimentos científicos adequados ou que estão em condições geográficas desvantajosas é necessária para que haja distribuição equitativa dos benefícios. A ênfase dada à participação efectiva e à discriminação positiva dos países em vias de desenvolvimento, em geral, e aos mais desfavorecidos, em especial, aponta no sentido da nova ordem económica. Tais Estados não têm, no entanto, a garantia de uma participação efectiva. Tal participação deve ser promovida, não garantida. O artigo também não especifica quem é responsável pela promoção da participação dos países em vias de desenvolvimento. Consequentemente, foi garantido aos países em vias de desenvolvimento o direito de participar nas actividades do fundo do mar, mas o princípio não especifica as entidades responsáveis pela realização de tal direito, trata-se, portanto, de um direito de natureza programática.

3.6 - O PRINCÍPIO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA MARINHA - ARTIGO 143º

O artigo 143º da Convenção²⁹⁵ prescreve que:

“1 - A investigação científica marinha na Área deve ser realizada exclusivamente com fins pacíficos e em benefício da humanidade em geral, de conformidade com a Parte XIII.

2 - A Autoridade pode realizar investigação científica marinha relativa à Área e seus recursos e celebrar contratos para tal fim. A Autoridade deve promover e impulsionar a realização da investigação científica marinha na Área, coordenar e difundir os resultados de tal investigação e análises, quando disponíveis.

3 - Os Estados Partes podem realizar investigação científica marinha na Área²⁹⁶. Os Estados Partes devem promover a cooperação internacional no campo da investigação científica marinha na Área:

²⁹⁵ Na Declaração de Princípios, esta matéria está prevista no nº 10 - “Os Estados fomentarão a cooperação internacional na investigação científica com fins exclusivamente pacíficos:

- a) Participando em programas internacionais e fomentando a colaboração em investigações científicas de pessoas de diversos países;
- b) Dando publicidade, de modo eficaz, aos programas de investigação e difundindo os resultados da investigação por canais internacionais;
- c) Colaborando em medidas destinadas a reforçar a capacidade de investigação dos países em vias de desenvolvimento, incluindo a participação dos seus nacionais em programas de investigação.

Nenhuma destas actividades constituirá fundamento jurídico de reclamações em relação a nenhuma parte da Área ou dos seus recursos” - BRICEÑO BERRÚ, José Enrique, *op. cit.*, p. 179. ORREGO VICUÑA, Francisco - *Le Regime de l'Exploration et de l'Exploitation*. In DUPUY, René-Jean e VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris, Bruxelles: Economica, Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X, 2-8027-0341-2, p. 580.

²⁹⁶ Segundo o artigo 256º - “Todos os Estados, independentemente da sua situação geográfica, bem como as organizações internacionais competentes, têm o direito, de conformidade com as disposições da Parte XI, de realizar

- a) participando em programas internacionais e incentivando a cooperação no campo da investigação científica marinha pelo pessoal de diferentes países e da Autoridade;
- b) assegurando que os programas sejam elaborados, por intermédio da Autoridade ou de outras organizações internacionais, conforme o caso, em benefício dos Estados em desenvolvimento e dos Estados tecnologicamente menos desenvolvidos, com vista a:
 - i) fortalecer a sua capacidade de investigação;
 - ii) formar o seu pessoal e o pessoal da Autoridade nas técnicas e aplicações de investigação;
 - iii) favorecer o emprego do seu pessoal qualificado na investigação na Área;
- c) difundindo efectivamente os resultados de investigação e análises, quando disponíveis, por intermédio da Autoridade ou de outros canais internacionais, quando apropriado.”

A investigação científica deve ter em vista o benefício de toda a Humanidade, de todos os povos, e não apenas dos Estados que a tenham patrocinado. Além disso, o artigo 143º refere-se a toda a investigação científica da Área e não apenas à relativa às actividades a desenvolver na Área, isto é, às actividades de exploração e aproveitamento. Por fim, os resultados científicos de uma tal investigação devem ser partilhados, livre e publicamente, de modo a haver uma maior cooperação científica e um maior e melhor conhecimento da Área²⁹⁷.

O artigo 143º pretende habilitar, em especial, os países em vias de desenvolvimento e a Autoridade a atingir o nível de desenvolvimento dos países industrializados no campo da investigação científica marinha. Para tanto, devem beneficiar, através de programas internacionais, da formação de pessoal e de programas de desenvolvimento realizados, sobretudo, por Estados Parte na Convenção. No nº 3 do artigo 143º e no artigo 238º estabelece-se o direito de os Estados realizarem investigação científica, no entanto, o artigo 240º estabelece uma série de condições a que deve obedecer o exercício de tal direito. Assim sendo: “... a) a investigação científica marinha deve ser realizada exclusivamente com fins pacíficos; b) ... deve ser realizada mediante métodos e meios científicos apropriados compatíveis com a presente Convenção; c) ... não deve interferir injustificadamente com outras utilizações legítimas do mar ...; d) ... deve ser realizada nos termos de todos os regulamentos pertinentes adoptados de conformidade com a presente Convenção incluindo os relativos à protecção e preservação do meio marinho”. Por último, e nos termos do

investigação científica marinha na Área”.

²⁹⁷ JOYNER, Christopher C. - Legal Implications of the Concept of the Common Heritage of Mankind, *cit.*, p. 192.

artigo 241º, “As actividades de investigação científica marinha não devem constituir fundamento jurídico de nenhuma reivindicação de qualquer parte do meio marinho ou dos seus recursos”.

3.7 – O PRINCÍPIO DO INTERESSE DA MANUTENÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA E PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ENTENDIMENTO MÚTUO - ARTIGO 138º

O artigo 138º da Convenção²⁹⁸ prescreve que “O comportamento geral dos Estados em relação à Área deve conformar-se com as disposições da presente Parte, com os princípios enunciados na Carta das Nações Unidas e com outras normas de direito internacional, no interesse da manutenção da paz e da segurança e da promoção da cooperação internacional e da compreensão mútua”. Deste princípio resulta que as fontes normativas que os Estados devem respeitar, no desenvolvimento das suas actividades na Área e tendo em vista a conservação da paz e segurança mundiais, a cooperação internacional e a compreensão entre os povos, são, não só as disposições da Convenção, mas também os princípios contidos na Carta das Nações Unidas e outras normas do Direito Internacional. Ao longo da Convenção, embora noutros domínios, está, também, prevista a cooperação. Assim, os artigos 197º a 201º regulam a cooperação mundial e regional em matéria de protecção e preservação do meio marinho; os artigos 242º a 244º regulam a cooperação internacional em matéria de investigação científica marinha; e os artigos 270º a 274º regulam a cooperação internacional no âmbito do desenvolvimento e transferência de tecnologia marinha.

²⁹⁸ A Declaração de Princípios refere-se a esta matéria nos números 6, 10 e 11. Assim o nº 6 prescreve: “As actividades dos Estados na Área deverão respeitar os princípios e normas aplicáveis do Direito Internacional, incluídos os enunciados na Carta das Nações Unidas e a Declaração sobre Princípios de Direito Internacional relativos à amizade e à cooperação entre Estados de acordo com a Carta das Nações Unidas, aprovada pela Assembleia Geral, em 24 de Outubro de 1970, no interesse da manutenção da paz e da segurança internacionais e do fomento da cooperação e da compreensão mútua entre as nações”. O nº 10 prevê: “Os Estados fomentarão a cooperação internacional na investigação ...”. O nº 11 estabelece: “... os Estados tomarão as medidas necessárias ... e colaborarão ...” - BRICEÑO BERRÚ, José Enrique, *op. cit.*, p. 178-179.

3.8 – O PRINCÍPIO DA UTILIZAÇÃO DA ÁREA PARA FINS PACÍFICOS²⁹⁹ - ARTIGO 141º

Segundo o artigo 141º da Convenção, “A Área está aberta à utilização exclusivamente para fins pacíficos por todos os Estados, costeiros ou sem litoral, sem discriminação e sem prejuízo das outras disposições da presente parte”. Trata-se de um princípio enunciado de um modo muito vago que está implícito na noção de património comum da humanidade, pois não pode admitir-se que o que pertence à Humanidade, enquanto unidade indivisível, seja utilizado para fins não pacíficos, pois um tal uso comportaria um perigo de destruição da coisa comum³⁰⁰. A utilização para fins pacíficos do fundo do mar era uma preocupação de todos os Estados, na década de sessenta, em plena guerra fria, pois receava-se que os Estados mais desenvolvidos, os que dispunham de tecnologia mais avançada, pudessem usar o fundo do mar para fins de carácter militar, instalando bases militares, criando desse modo um clima de medo e de incerteza. Este problema preocupava também as maiores potências, nomeadamente os Estados Unidos da América e a URSS. No Comité de Fundos, em 1968, a URSS propôs a proibição da utilização dos fundos marinhos para fins militares³⁰¹. Diferentemente, os Estados Unidos da América, na mesma altura, propunham apenas a limitação dos armamentos³⁰². A Tanzânia, numa proposta de emenda à proposta soviética³⁰³, propôs que a Assembleia Geral declarasse que o fundo dos mares e dos oceanos não deviam ser utilizados por nenhum Estado ou grupo de Estados, para fins militares de nenhum tipo. Além disso, a Tanzânia propunha que a Comissão dos Dezoitos (Comissão de Desarmamento³⁰⁴) estudasse, com carácter de urgência, a proibição da utilização dos submarinos nucleares no fundo dos mares e dos oceanos, bem assim como a proibição de fortificações militares e bases de mísseis. As propostas da Tanzânia inspiraram o projecto de tratado que, em Março do ano seguinte, a URSS apresentou.

Em 18 de Março de 1969, a URSS apresentou, nas Nações Unidas, um projecto sobre a questão em apreço. Esse projecto, no artigo 1º, previa: “A utilização para fins militares do fundo

²⁹⁹ *Ibidem* e p. 68-73; TSAREV, V. F. - Peaceful uses of the seas. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. Number 1: (April 1988), p. 153-159.

³⁰⁰ BLANC ALTEMIR, Antonio, *op. cit.*, p. 75.

³⁰¹ Doc. A/AC.135/20 - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: projecto de resolução sobre a proibição da utilização com fins militares dos fundos marinhos e oceânicos fora dos limites das águas territoriais, *in* NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe del Comité Especial** ..., 1968, *cit.*, p. 55.

³⁰² Doc. A/AC.135/24 - Estados Unidos da América: projecto de resolução contendo um enunciado de princípios relativos aos fundos oceânicos profundos, *idem*, p. 57-59.

³⁰³ Doc. A/AC.135/26 - República Unida da Tanzânia: emendas ao projecto de resolução que figura no documento A/AC.135/20, *idem*, p. 60.

³⁰⁴ A Comissão de Desarmamento, em 1969, alargou o número de elementos para 26, passando a chamar-se Conferência da Comissão de Desarmamento - BLANC ALTEMIR, Antonio, *op. cit.*, nota 153, p. 94.

dos mares e dos oceanos e do respectivo subsolo é proibida para além dos limites da zona marítima de 12 milhas dos Estados ribeirinhos. É proibido colocar, no fundo do mar e dos oceanos e no seu subsolo, aparelhos com armas nucleares ou qualquer outro tipo de armas de destruição em massa, de aí estabelecer bases militares, instalações, construções, fortificações ou outros elementos destinados a fins militares”. Logo de seguida, em 22 de Maio, os Estados Unidos da América apresentaram, também, um projecto, cujo artigo 1º dispõe: “1 - Cada Estado Parte do presente Tratado compromete-se a não instalar ou colocar armas nucleares fixas ou outras armas de destruição em massa fixas ou plataformas de lançamento fixas para tais armas, sobre, em ou sob o fundo dos mares e dos oceanos além de uma banda estreita determinada como está previsto no artigo II do presente Tratado e adjacente às costas de um Estado”. O nº 2 do mesmo artigo, por sua vez, estabelece: “Cada Estado Parte no Tratado compromete-se a abster-se de provocar, encorajar ou facilitar actividades interditas por este artigo, ou de participar nas mesmas”. Finalmente, no ano de 1970, os dois Estados apresentaram um projecto conjunto, que veio a ser aprovado pela Assembleia Geral - Resolução nº 2660 (XXV), de 7 de Dezembro de 1970. Esta Resolução continha o Tratado Sobre a Proibição de Colocação de Armas Nucleares e de Outras Armas de Destruição em Massa no Fundo dos Mares e dos Oceanos e Respectivo Subsolo³⁰⁵, aberto a assinatura em 11 de Fevereiro de 1971, em Moscovo, Londres e Washington e que entrou em vigor em 18 de Maio de 1972. Este tratado assume grande importância por ter sido assinado apenas dois meses após a aprovação da Declaração de Princípios que, no número 5, estabelece: “A Área estará aberta à utilização exclusivamente para fins pacíficos por todos os Estados, quer costeiros quer sem litoral, sem discriminação, de acordo com o regime internacional a ser estabelecido”. Por sua vez, o nº 8 da mesma Declaração prevê: “A Área será reservada exclusivamente para fins pacíficos, sem prejuízo de outras medidas que se acordem ou se possam acordar no contexto das negociações internacionais efectuadas no âmbito do desarmamento e que sejam aplicáveis a uma zona mais ampla. Serão celebrados, logo que possível, um ou mais acordos internacionais para aplicação efectiva deste princípio e para dar um passo no sentido da exclusão dos fundos marinhos e oceânicos e respectivo subsolo da corrida aos armamentos”.

Voltando de novo ao artigo da Convenção, aí refere-se que o fundo do mar só pode ser utilizado para “fins pacíficos”. Mas o que deve entender-se por “fins pacíficos”? Os países em vias de desenvolvimento, a URSS e os países socialistas consideravam que a expressão excluía toda e qualquer actividade de carácter militar; os países desenvolvidos consideravam que a expressão

³⁰⁵ Este Tratado apenas se refere às armas nucleares e outras armas de destruição em massa, por isso, não contempla a completa desmilitarização, ao não incluir as armas convencionais - BLANC ALTEMIR, Antonio, *op. cit.*, p. 97. O Tratado vem transcrito in BRICEÑO BERRÚ, José Enrique, *op. cit.*, p. 181-186.

“fins pacíficos” não era incompatível com utilizações de carácter militar desde que fossem possíveis à luz da Carta das Nações Unidas³⁰⁶ (direito de auto defesa e actos de defesa militar) e do Direito Internacional. Esta última interpretação prevaleceu na Convenção, como pode ver-se pela leitura do artigo 301º incluído nas “Disposições Gerais”, que estabelece: “No exercício dos seus direitos e no cumprimento das suas obrigações nos termos da presente Convenção, os Estados Partes devem abster-se de qualquer ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou de qualquer outra forma incompatível com os princípios de direito internacional incorporados na Carta das Nações Unidas”³⁰⁷. Por último, há a salientar que noutras disposições da Convenção se faz referência à utilização pacífica: o artigo 88º sobre o alto mar estabelece: “O alto mar será utilizado para fins pacíficos”; o artigo 143º, sobre a investigação científica marinha no nº 1 prevê: “... deve ser realizada exclusivamente para fins pacíficos ...”; o artigo 147º, no nº 2, prescreve que “As instalações, ..., devem estar sujeitas às seguintes condições: d) serem utilizadas exclusivamente para fins pacíficos”; o artigo 155º nº 2, a propósito da Conferência de Revisão, estabelece: “... Deve também assegurar a manutenção dos princípios ... relativos ... à utilização da Área exclusivamente para fins pacíficos ...”; o artigo 240º relativo à investigação científica, prevê: “a) a investigação científica marinha deve ser realizada exclusivamente com fins pacíficos”; por último, o artigo 246º, sobre a investigação científica marinha na zona económica exclusiva, no nº 3, estabelece: “Os Estados costeiros, em circunstâncias normais, devem dar o seu consentimento a outros Estados ou organizações internacionais competentes para que executem, de conformidade com a presente Convenção,

³⁰⁶ Esta dicotomia de interpretações já vinha do tempo do Comité *Ad Hoc* - ver p. 11 a 14 do **Informe del Comité Especial** ..., 1968, *cit.*.

Estas duas interpretações estão bem expostas in PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 183-186. Este Autor, na p. 209 escreve: “... o *plus* transportado pelo artigo 141º consubstancia-se na exigência de que as actividades militares levadas a efeito nos fundos marinhos além da jurisdição nacional não poderão, em nenhum caso, resultar em fundamento de reivindicação de soberania ou de apropriação da área em que se realizam ou dos respectivos recursos (aliás, tão pouco poderão tais actividades ter um carácter excludente que ponha em causa as outras actividades ali realizadas e que tenham por objectivo, como se impõe por princípio, a exploração e aproveitamento da Área em benefício da Humanidade)”.

³⁰⁷ TREVES, Tullio, in *La Notion d'Utilisation des Espaces Marins a des Fins Pacifiques dans le Nouveau Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. XXVI: (1980), p. 692-694, salientou que a inclusão na Convenção, além do artigo 301º, de outros artigos relativos à utilização com fins pacíficos de outros espaços marítimos, nomeadamente a Área, pode levar a pensar que esses artigos estabelecem normas específicas mais restritivas que a norma geral contida no artigo 301º, daí que os Estados Partes estariam obrigados, em relação à Área, a respeitar uma condição adicional em relação ao regime mínimo enunciado no referido artigo. Assim sendo, seriam não pacíficas todas as actividades militares, incluindo as compatíveis com a Carta das Nações Unidas. Segundo o Autor que vimos referindo, a Convenção deixou em aberto esta questão, pois, apesar de esta interpretação não violar o conteúdo do artigo, levar-nos-ia à conclusão de que as actividades proibidas no Tratado de 1971, mesmo não sendo incompatíveis com a Carta e os princípios nela enunciados, são consideradas não pacíficas. Ver também BLANC ALTEMIR, Antonio, *op. cit.*, p. 104; WOLFRUM, RÜDIGER - *The Principle of the Common Heritage of Mankind. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht*. Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 43: (1983), p. 320.

projectos de investigação científica marinha na sua zona económica exclusiva ou na sua plataforma continental, exclusivamente com fins pacíficos ...”.

O elemento dos usos pacíficos dos espaços internacionais é um princípio incontestado de *jus cogens* e um princípio *sui generis* do *corpus iuris spatialis*. Como temos referido, o conceito do património comum da Humanidade tem vindo a transformar-se de um conceito territorial em funcional, isto é, tem vindo, gradualmente, a expandir-se do território para os recursos e valores, por isso, os usos pacíficos devem ser encarados como parte da gestão sustentável e da protecção do ambiente. Esta reorientação é importante pois, como lembra Mischa³⁰⁸, “o perigo real actual tem mais a ver com a ameaça ecológica que com a ameaça militar”. O aproveitamento do ambiente como uma arma em tempos de conflito armado está entre a segunda geração das questões ambientais surgida recentemente³⁰⁹.

3.9 – O PRINCÍPIO DA OBRIGAÇÃO DOS ESTADOS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE ZELAR PELO CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO E RESPONSABILIDADE PELOS DANOS - ARTIGO 139º

A Convenção impõe aos Estados a obrigação de controlar as actividades que têm lugar na Área, quer tais actividades sejam levadas a cabo directamente pelos Estados quer pelas suas empresas, ou por pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, possuindo a sua nacionalidade ou efectivamente controladas por nacionais seus, de modo a garantir que as suas disposições, nomeadamente as da Parte XI, são respeitadas. Sobre as organizações internacionais recai uma responsabilidade idêntica. Nesse sentido dispõe o artigo 139º da Convenção³¹⁰:

“1. Os Estados Partes ficam obrigados a zelar por que as actividades na Área, realizadas quer por Estados Partes, quer por empresas estatais ou pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, que possuam a nacionalidade dos Estados Partes ou se encontrem sob o controle desses Estados ou dos seus nacionais, sejam realizadas de conformidade com a presente Parte. A mesma obrigação incumbe às organizações internacionais por actividades que realizem na Área.

³⁰⁸ Citado por BASLAR, Kemal, *op. cit.*, p. 107.

³⁰⁹ *Idem*, p. 106-107.

³¹⁰ O nº 14 da Declaração de Princípios estabelece: “Todo o Estado será responsável por garantir que as actividades na Área, incluindo as relacionadas com os seus recursos, quer sejam levadas a cabo por organismos governamentais ou por entidades não governamentais ou pessoas que actuem sob a sua jurisdição ou em seu nome, se desenvolvem de acordo com o regime internacional que se venha a estabelecer. A mesma responsabilidade cabe às organizações internacionais e aos seus membros em relação às actividades realizadas por tais organizações ou em seu nome. Os danos causados por essas actividades originam responsabilidade” - BRICEÑO BERRÚ, José Enrique, *op. cit.*, p. 179-180.

2. Sem prejuízo das normas de direito internacional e do artigo 22 do Anexo III, os danos causados pelo não cumprimento por um Estado Parte ou uma organização internacional das suas obrigações, nos termos da presente Parte, implicam responsabilidade; os Estados Partes ou organizações internacionais que actuem em comum serão conjunta e solidariamente responsáveis. No entanto, o Estado Parte não será responsável pelos danos causados pelo não cumprimento da presente Parte por uma pessoa jurídica a quem esse Estado patrocinou nos termos da alínea b) do parágrafo 2º do artigo 153 se esse Estado Parte tiver tomado todas as medidas necessárias e apropriadas para assegurar o cumprimento efectivo do parágrafo 4º do artigo 153 e do parágrafo 4º do artigo 4 do Anexo III.

3. Os Estados Partes que sejam membros de organizações internacionais tomarão medidas apropriadas para assegurar a aplicação do presente artigo no que se refere a tais organizações”.

Consagra-se, assim, a responsabilidade objectiva dos Estados que são os únicos a assumir as responsabilidades pelas actividades relativas ao património comum da Humanidade.

3.10 – O PRINCÍPIO DO RESPEITO PELOS DIREITOS DOS ESTADOS COSTEIROS - ARTIGO 142º

Na realização de actividades na Área, compreendendo as actividades de aproveitamento dos recursos, os Estados devem ter em atenção e respeitar os direitos e interesses legítimos dos Estados costeiros bem assim como dos Estados que possam ser prejudicados por tais actividades. Além disso, devem os mesmos Estados ser consultados de modo a evitar a violação dos seus direitos e interesses. Isto mesmo estabelece o artigo 142º da Convenção³¹¹ :

“1. As actividades na Área relativas aos depósitos de recursos que se estendem além dos limites da mesma zona devem ser realizadas tendo em devida conta os direitos e interesses legítimos do Estado costeiro sob cuja jurisdição se encontrem tais extensões daqueles depósitos.

2. Devem ser efectuadas consultas com o Estado interessado, incluindo um sistema de notificação prévia, a fim de se evitar qualquer violação de tais direitos e interesses. Nos casos em

³¹¹ Relativamente aos direitos e interesses dos Estados costeiros, a Declaração de Princípios, no nº 12, prevê: “Nas suas actividades na Área, incluindo as actividades relacionadas com os seus recursos, os Estados devem respeitar os direitos e interesses legítimos dos Estados ribeirinhos da região de tais actividades, do mesmo modo que os de todos os demais Estados, que possam ser afectados por essas actividades. Devem realizar-se consultas com os Estados ribeirinhos interessados em relação às actividades relacionadas com a exploração da Área e com o aproveitamento dos seus recursos tendo em vista evitar a violação de tais direitos”. Por seu turno, o nº 13 b) estabelece: “Nenhuma das disposições da presente Declaração afectará: b) Os direitos dos Estados ribeirinhos relacionados com a adopção de medidas para prevenir, atenuar ou eliminar um perigo grave e iminente para as suas costas ou interesses conexos

que as actividades na Área possam dar lugar ao aproveitamento de recursos sob jurisdição nacional, será necessário o consentimento prévio do Estado costeiro interessado.

3. Nem a presente Parte nem quaisquer direitos concedidos ou exercidos nos termos da mesma devem afectar os direitos dos Estados costeiros de tomarem medidas compatíveis com as disposições pertinentes da Parte XII que sejam necessárias para prevenir, atenuar ou eliminar um perigo grave e iminente para o seu litoral ou interesses conexos, resultantes de poluição ou de ameaça de poluição ou de outros acidentes resultantes de ou causados por quaisquer actividades na Área”.

3.11 – O PRINCÍPIO DA PROTECÇÃO DO MEIO MARINHO OU PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO - ARTIGO 145º

O problema da poluição dos mares é um dos problemas mais graves que a Humanidade tem que enfrentar. Sendo o mar o “pulmão” do nosso planeta, se ele fica “doente” é o colapso total. O desenvolvimento da tecnologia se, por um lado, traz progresso e desenvolvimento, por outro lado, por vezes, causa danos cuja solução lhe escapa. Tendo em vista prevenir a poluição do meio marinho, o artigo 145º da Convenção³¹² prescreve: “No que se refere às actividades na Área, devem ser tomadas as medidas necessárias, de conformidade com a presente Convenção, para assegurar a protecção eficaz do meio marinho contra os efeitos nocivos que possam resultar de tais actividades. Para tal fim, a Autoridade adoptará normas, regulamentos e procedimentos apropriados para, *inter alia*:

- a) prevenir, reduzir e controlar a poluição e outros perigos para o meio marinho, incluindo o litoral, bem como a perturbação do equilíbrio ecológico do meio marinho, prestando especial atenção à necessidade de protecção contra os efeitos nocivos de actividades, tais como a perfuração, dragagem, escavações, lançamento de detritos, construção e funcionamento ou manutenção de instalações, ductos e outros dispositivos relacionados com tais actividades;

resultante da contaminação, ameaça de contaminação ou outras causas danosas resultantes de quaisquer actividades na zona ou causadas por tais actividades, com sujeição ao regime internacional a ser criado” - *idem*, p. 179.

³¹² O nº 11 da Declaração de Princípios a propósito da poluição estabelece: “Relativamente às actividades na Área e actuando de acordo com o regime internacional a estabelecer, os Estados tomarão as medidas apropriadas para a adopção e aplicação de normas, regulamentos e procedimentos internacionais e colaborarão de modo a procurar, *inter alia*:

- a) Impedir a poluição e outros perigos para o meio marinho, incluindo as costas e a perturbação do equilíbrio ecológico do meio marinho.
- b) Proteger e conservar os recursos naturais da zona e prevenir os danos à flora e fauna do meio marinho.”

b) proteger e conservar os recursos naturais da Área e prevenir danos à flora e à fauna do meio marinho.”

Praticamente todos os aspectos da poluição marinha proveniente das actividades mineiras do fundo do mar estão cobertas por esta disposição. No entanto, a Convenção exclui efeitos danosos não intimamente ligados às actividades mineiras do fundo do mar do objecto do artigo 145º. Tal resulta da definição de “actividades na Área” (artigo 1º nº 1-3)) como “todas as actividade de exploração e aproveitamento dos recursos na Área”.

Muito embora caiba à Autoridade³¹³ elaborar as normas relativas às medidas necessárias para a protecção do ambiente marinho, os Estados têm, também, um papel importante, como resulta do nº 2 do artigo 209º que estabelece: “os Estados devem adoptar leis e regulamentos, para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho proveniente de actividades na Área efectuadas por embarcações ou a partir de instalações, estruturas e outros dispositivos que arvoem a sua bandeira ou estejam registados no seu território, ou operem sob a sua autoridade, segundo o caso”.

A Convenção sobre o Direito do Mar dedica a Parte XII - artigos 192º a 237º - à protecção e preservação do meio marinho. Os artigos 192º e 194º estabelecem que os Estados (e não só Estados Partes) têm de proteger o ambiente marinho das actividades sob a sua jurisdição, o que inclui as actividades por eles patrocinadas. Esta Parte acaba com o artigo 237º cujo nº 2 estabelece que “As obrigações específicas contraídas pelos Estados em virtude de convenções especiais, relativas à protecção e preservação do meio marinho, devem ser cumpridas de modo compatível com os princípios e objectivos gerais da presente Convenção”.

- *ibidem*.

³¹³ Estas normas, regulamentos e procedimentos devem ser adoptados e aplicados provisoriamente pelo Conselho até à aprovação pela Assembleia - artigo 162º nº 2 o) ii), após recomendação do Comité Jurídico e Técnico (art. 165º nº 2) f))

Antes da Convenção entrar em vigor coube à Comissão Preparatória desenvolver estas matérias. O Projecto de Código Mineiro elaborado pela Comissão Especial 3 continha disposições para protecção do ambiente na Área. Sobre o assunto, ver HARDERS, J. Enno - Deep Sea-Bed Mining and the Protection of the Environment: Developments in Pollution Control, Responsibility and Liability. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 434-435; NOLLKAEMPER, André - Deep sea-bed mining and the protection of the marine environment. *Marine Policy*. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 15, number 1: (January 1991), p. 55-66.

3.12 – O PRINCÍPIO DA PROTECÇÃO DA VIDA HUMANA - ARTIGO 146º

O princípio da protecção da vida humana é um princípio novo, não referido na Declaração de Princípios, que apareceu logo no Texto Simples de Negociação, em 1975, tendo depois sido objecto de algumas modificações no projecto officioso de convenção, passando nessa altura a ter o conteúdo que consta da Convenção. Segundo este princípio, as actividades na Área devem ser desenvolvidas e devem ser tomadas todas as medidas necessárias a uma protecção eficaz da vida humana. Com esse objectivo, a Autoridade deve adoptar todas as normas, regulamentos e procedimentos necessários - “No que se refere às actividades na Área, devem ser tomadas as medidas necessárias para assegurar a protecção eficaz da vida humana. Para tal fim, a Autoridade adoptará normas, regulamentos e procedimentos apropriados que completem o direito internacional existente tal como consagrado nos tratados sobre a matéria”³¹⁴.

3.13 – O PRINCÍPIO DA HARMONIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES NA ÁREA E NO MEIO MARINHO - ARTIGO 147º

Todas as actividades do fundo do mar devem desenvolver-se de modo a não comprometer outras actividades do mar. Com esse objectivo, o artigo 147º estabelece:

“2. As instalações utilizadas para a realização de actividades na Área devem estar sujeitas às seguintes condições:

a) serem construídas, colocadas e retiradas exclusivamente de conformidade com a presente Parte e segundo as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade. A construção, colocação e remoção de tais instalações devem ser devidamente notificadas e, sempre que necessário, devem ser assegurados meios permanentes para assinalar a sua presença;

b) não serem colocadas onde possam interferir na utilização de rotas marítimas reconhecidas e essenciais para a navegação internacional ou em áreas de intensa actividade pesqueira;

c) serem estabelecidas zonas de segurança em volta de tais instalações, com sinais de navegação apropriados, para garantir a segurança da navegação e das instalações. A

³¹⁴ Os tratados a que se refere o artigo, segundo o *mining code*, são a *International Convention for the Safety of Life at Sea (SOLAS)*, de 1974, a *Convention on the International Regulations for Preventing Collisions at Sea*

configuração e localização de tais zonas de segurança devem ser tais que não formem um cordão que impeça o acesso lícito dos navios a determinadas zonas marítimas ou a navegação por rotas marítimas internacionais;

d) serem utilizadas exclusivamente para fins pacíficos;

e) não terem o estatuto jurídico de ilhas. Estas instalações não têm mar territorial próprio e a sua existência não afecta a delimitação do mar territorial, da zona económica exclusiva ou da plataforma continental.

3. As demais actividades no meio marinho devem ser realizadas tendo razoavelmente em conta as actividades na Área.”

3.14 – O PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO E DISPOSIÇÃO EM BENEFÍCIO DA HUMANIDADE DOS OBJECTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS ENCONTRADOS NA ÁREA - ARTIGO 149º

O artigo 149º da Convenção consagra o princípio da conservação e disposição em benefício de toda a humanidade de todos os objectos arqueológicos e históricos³¹⁵ achados no fundo do mar, devendo ser tidos em consideração os direitos preferenciais do Estado ou país de origem, do Estado de origem cultural ou do Estado de origem histórica e arqueológica. Também o artigo 303º³¹⁶ se refere aos objectos arqueológicos e históricos achados no mar, estabelecendo no nº 1 o dever dos Estados protegerem tais objectos e de cooperarem para esse fim e no nº 3 que não podem ser afectados “os direitos dos proprietários identificáveis, as normas de salvamento ou outras normas do direito marítimo bem como leis e práticas em matéria de intercâmbios culturais”.

A expressão “objectos arqueológicos e históricos” não está definida na Convenção, de qualquer modo pensamos que não abrange objectos modernos, qualquer que seja o seu interesse e valor histórico.

(CLOREG), de 1972 e as convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - *in* BROWN, E. D. - **Sea-Bed Energy and Minerals** ..., *op. cit.*, p. 86.

³¹⁵ Sobre o tema bens históricos e arqueológicos encontrados no fundo do mar, ver STRATI, A. - **The Protection of the Underwater Cultural Heritage: An Emerging Objective of the Contemporary Law of the Sea**. Hague / London / Boston : Martinus Nijhoff, 1995. ISBN 0-7923-3052-8.

³¹⁶ O artigo 303º teve por base propostas dos Estados Unidos da América (GP/4, de 27 de Março de 1980), da Grécia (GP/10, de 18 de Agosto de 1980), de Cabo Verde e outros países (C.2/Informal Meeting 43 Rev. 3, de 27 de Março de 1980, apresentado ao Comité 2). Estas propostas foram completadas pelo Grupo de Peritos (GP/11, de 19 de Agosto de 1980) - referido por CAMINOS, Hugo - *Les Sources du Droit de la Mer*. *In* DUPUY, René-Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 79.

Quadro-resumo da evolução dos princípios ao longo da III Conferência³¹⁷

Princípios relativos à Área (T-9)	T - 1	T - 2	T - 3	T - 4	T - 5	T - 6	T - 7	T - 8
Património comum da Humanidade (art.136º)	P X		P	P	P	P	P	P
Todos os direitos pertencem à Humanidade como um todo (art.137º)	P X		P <u>X</u>	P	P	P	P	P
Benefício da Humanidade como um todo (art.140º)	P X	X	P X	P <u>X</u>	P	P X	P (X)	P
Transferência da tecnologia (art.144º)	P X	X	<u>X</u>	<u>X</u>	(X)		P	P
Participação dos países em vias de desenvolvimento nas actividades da Área (art.148º)	P X	<u>X</u>	(X)		(X)		P	P
Investigação científica marítima (art.143º)	P X	X	X	<u>X</u>			P	P
Comportamento geral dos Estados em relação à Área (art.138º)	P X	X	P	P	P (X)	P	P	P
Obrigação de zelar pelo cumprimento e responsabilidade por danos (art.139º)	P X	X	P	P	P	P	P (X)	P
Utilização da Área exclusivamente para fins pacíficos (art.141º)	P X	X	P	P (X)	P	P	P	P
Direitos e interesses legítimos dos Estados costeiros (art.142º)	P X		P (X)	P	P	P	P	P
Protecção do meio marítimo (art.145º)	P X	X	X	X			P X	P
Protecção da vida humana (art.146º)	P X	X					P	P
Harmonização das actividades na Área								

³¹⁷ TUNOLD, Betzy Marie Ellingsen, *op. cit.*, p. 16.

e no meio marítimo (art.147º)	P X						P	P X
Objectos arqueológicos e históricos (art.149º)	P X			X			P	P

Legenda:

- T - 1 - Texto Simples de Negociação (Oficioso) - Doc. A/CONF.62/WP.8, de Maio de 1975;
T - 2 - Texto Simples de Negociação Revisto (Oficioso) - Doc. A/CONF.62/WP.8/Rev.1, de Maio de 1976;
T - 3 - Texto Integrado de Negociação (Oficioso) - Doc. A/CONF.62/WP.10, de Julho de 1977;
T - 4 - Texto Integrado de Negociação (Oficioso) - Doc. A/CONF.62/WP.10,Rev.1, de Abril de 1979;
T - 5 - Texto Integrado de Negociação (Oficioso) - Doc. A/CONF.62/WP.10,Rev.2, de Abril de 1980;
T - 6 - Projecto de Convenção sobre o Direito do Mar (Texto Informal) - Doc. A/CONF.62/WP.10,Rev.3, de Setembro de 1980;
T - 7 - Projecto de Convenção sobre o Direito do Mar (Texto Informal) - Doc. A/CONF.62/L.78, de Agosto de 1981;
T - 8 - Convenção das Nações Unidas - WP.1, de Junho de 1982;
T - 9 - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do mar - Doc. A/CONF.62/122, de Outubro de 1982.

- P - indica em que versão os princípios foram explicitamente chamados princípios.
X - indica que o princípio foi objecto de uma qualquer modificação. A primeira vez que é utilizado o x significa que o princípio foi introduzido pela primeira vez. X significa que houve uma grande alteração.
O quadro vazio significa que não houve qualquer alteração.

PARTE III

HISTÓRIA DO REGIME JURÍDICO DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DO FUNDO DO MAR

CAPÍTULO I

A NEGOCIAÇÃO DESDE O COMITÉ DE FUNDOS ATÉ MONTEGO BAY

1 - INTRODUÇÃO

A conclusão da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar permitiu a definição do regime jurídico que regula a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais do fundo do mar situado além dos limites da jurisdição nacional¹. Tal não significa, no entanto, que os problemas sobre esta matéria tenham acabado, pois alguns Estados, descontentes com o regime do fundo do mar, não só não assinaram a Convenção como aprovaram legislação nacional sobre o assunto.

Como acabamos de ver, a questão da natureza jurídica do fundo do mar girou à volta de dois princípios diferentes, o princípio do património comum da humanidade e o princípio da liberdade do alto mar, sendo o primeiro suportado pelo Grupo dos 77 e o segundo pelos países industrializados. Esta divergência de pontos de vista repercutiu-se, também, no regime jurídico regulador das actividades mineiras do fundo do mar, tendo prevalecido, na Convenção, uma solução mais coincidente com a posição dos países em vias de desenvolvimento. Diferentemente, as legislações nacionais são o reflexo da aplicação do princípio da liberdade do alto mar ao respectivo fundo.

As negociações tendentes à aprovação do regime jurídico do fundo do mar que, segundo o americano Elliot Richardson, constituem “a mais ambiciosa tentativa jamais feita para criar um novo corpo de Direito para as coisas comuns globais”², evoluíram em três períodos. Num primeiro período, que vai desde os trabalhos preliminares realizados no seio do Comité de Fundos até 1976,

¹ Este espaço, vulgarmente conhecido por Área ou Zona, compreende cerca de 60% do fundo do mar - CHURCHILL, R. R. and LOWE, A. V. - **The Law of the Sea**. Revised edition 1988 and reprinted 1992. Manchester : Manchester University Press, 1992. ISBN 0-7190-2634-2, p. 182.

² SCHMIDT, Markus G. - **Common Heritage or Common Burden?: The United States Position on the Development of a Regime for Deep Sea-Bed Mining in the Law of the Sea Convention**. Oxford : Clarendon Press, 1989, p. 2. O mesmo Autor, na obra e local citados, refere que Henry Kissinger, em 1976, disse que o estabelecimento de um regime internacional para o fundo dos mares irá “tornar a interdependência mundial de um *slogan* numa realidade”.

houve uma clara confrontação entre as diversas posições. Os projectos apresentados pelos países industrializados apoiavam-se na ideia de que todas as actividades mineiras deviam desenvolver-se de acordo com o princípio da liberdade do alto mar, tendo por base um sistema de licenças a ser concedidas por uma Autoridade com meros poderes administrativos, entre os quais se incluía o poder de conceder as referidas licenças. Relativamente a tal poder, a Autoridade não gozava de qualquer discricionariedade, isto é, se o pedido obedecesse às condições exigidas, a Autoridade tinha que conceder a licença. Esta posição foi resumida por Orrego Vicuña na expressão *rubber stamp Authority* (Autoridade carimbo), sinónimo de um organismo com poderes nominais que devia limitar-se a satisfazer os pedidos que lhe eram feitos³. Os projectos dos países socialistas reservavam aos Estados o patrocínio das operações mineiras e, por isso, os poderes da Autoridade deveriam ser, também, limitados. Por último, os países em vias de desenvolvimento defendiam o exclusivo da Autoridade no que toca à exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar, ou, então, o seu controlo absoluto, podendo recorrer a outros operadores. Assim sendo, reconheciam à Autoridade amplos poderes discricionários. A Autoridade, enquanto guardiã do património comum da Humanidade, deveria ser uma organização autónoma de carácter universal, com personalidade jurídica internacional⁴.

Como é natural em todos os processos de negociação internacional, seguiu-se, entre 1977 e 1980, um segundo período em que foi sendo feita uma progressiva aproximação dos pontos de vista, na busca de uma transacção final aceitável reciprocamente. No último ano, foi possível um consenso para o regime - o chamado sistema paralelo - mas o acordo durou pouco, pois houve eleições nos Estados Unidos da América⁵ e a nova Administração, chefiada por Ronald Reagan, resolveu mudar de posição, o que provocou a ruptura do consenso. Este é o terceiro período.

³ ORREGO VICUÑA, Francisco - Le Regime de l'Exploration et de l'Exploitation. In DUPUY, René-Jean e VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris, Bruxelles: Economica, Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X, 2-8027-0341-2, p. 553-554.

⁴ NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité: Historique de l'élaboration des articles 133 à 150 et 311 (6) de la Convention des Nations Unies sur le droit de la mer**. New York : Division des affaires maritimes et du droit de la mer. Bureau des affaires juridiques, 1997. ISBN 92-1-233294-3, p. 169.

⁵ Como refere SCHMIDT a política americana sobre o fundo do mar era o produto de um permanente confronto entre os departamentos governamentais, o Congresso e os *lobbies* das indústrias mineiras, por um lado, e entre interesses internos e externos, por outro, por isso não era um processo racional.

Para bem compreendermos a postura dos Estados Unidos da América ao longo da Conferência convém termos presente que estiveram envolvidas quatro Administrações - Nixon, Ford, Carter e Reagan (já depois da aprovação da Convenção, estiveram também envolvidas as Administrações Bush e Clinton). As três primeiras negociaram no âmbito do *package deal*, mas com a Administração Reagan tudo mudou, como se pode constatar da seguinte intervenção, de 9 de Julho de 1982: "... reconhecemos que (a Convenção) contém muitos aspectos positivos e compromissos importantes. Porém ... a parte relativa às actividades mineiras do fundo dos mares ... não vai de encontro com os objectivos dos Estados Unidos. Por essa razão ... os Estados Unidos da América não assinarão a Convenção tal como foi adoptada pela Conferência".

De seguida vamos, precisamente, estudar os três períodos referidos.

2 - O PERÍODO ENTRE 1969 E 1976 - O CONFRONTO DE IDEIAS

Desde a apresentação da proposta de Arvid Pardo, na Assembleia Geral, em 1967, que houve um consenso acerca da necessidade de um acordo internacional sobre as actividades mineiras do fundo do mar.

Eram possíveis vários mecanismos de regulamentação das actividades do fundo do mar: um sistema de simples registo, um sistema de licenciamento⁶, um regime segundo o qual uma

O Congresso adoptou uma postura conservadora, procurando proteger o *know how* e o quase monopólio americano em tecnologia marinha. Os seus membros, com algumas excepções, apoiavam políticas de recursos determinadas exclusivamente pelas forças do mercado e advogavam um acesso ilimitado aos recursos do fundo do mar pelas companhias norte-americanas. As considerações de política interna - as actividades no fundo do mar iriam criar milhares de empregos para uma nova indústria americana - eram complementadas por considerações de política externa - as actividades mineiras do fundo dos mares serviriam os interesses americanos e ocidentais reduzindo a sua dependência relativamente às importações de minerais estratégicos. Os congressistas, nestas matérias, estavam muito sujeitos a pressões internas, sobretudo da indústria, que constituía o chamado *hard mineral lobby* que teve um peso importante. A sua importância sobre a Administração e sobre o Congresso resulta quer do facto de os Estados Unidos, desde cedo, terem um papel liderante nas tecnologias necessárias, quer do facto de quatro dos seis consórcios, então existentes, serem americanos, quer, por último, da importância dos investimentos já realizados pelas companhias. A indústria, graças à sua influência, chegou ao ponto de poder influenciar o rumo das negociações americanas, pelo menos temporariamente. O *American Mining Congress*, uma associação de quatrocentas companhias, criou um Comité com poderes em relação às negociações do Direito de Mar e à legislação interna do fundo dos mares. O Comité reunia regularmente, especialmente antes das sessões da III Conferência, e, periodicamente, enviava *memoranda* à delegação americana contendo recomendações para as negociações ou expressando as suas preocupações relativamente ao rumo que as mesmas estavam a ter. A indústria, para além de ser um *lobby*, durante muitos anos, era, possivelmente, a única com dados e estatísticas sobre as actividades mineiras do fundo dos mares. A partir de 1977, os representantes da indústria participaram mais activamente nas actividades informais da Conferência, mas, apesar disso, continuavam insatisfeitos com os compromissos conseguidos entre 1977 e 1980 e aumentaram os seus esforços contra o regime do fundo dos mares emergente. O seu papel foi importante na mudança operada no tempo de Reagan.

A delegação americana estava numa situação delicada, pois cabia-lhe agir de modo a cumprir as orientações que recebia da sua Administração, ao mesmo tempo que procurava chegar a uma posição negociável com o Grupo dos 77 e a um resultado aceite pelo Senado. Chegou a ser apelidada de “pesadelo burocrático”, devido ao seu tamanho e composição. Incluía mais de cento e vinte pessoas, nos primeiros anos e quarenta, na última sessão - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 2 e p. 44 a 61.

⁶ Em 5 de Março de 1968, o Senador americano, Clairborne Pell, depositou no Congresso uma proposta de resolução contendo o texto de um projecto de tratado estabelecendo, entre outros assuntos, que o aproveitamento dos recursos deve fazer-se através de licenças concedidas por uma organização especial ... a ser designada pela ONU, a qual teria à sua disposição uma polícia dos mares sujeita ao controlo do Conselho de Segurança.

Num outro projecto de tratado elaborado no âmbito do *World Peace Through Law Center*, por A. L. Danzig, era também defendida a criação de uma organização dos oceanos, como instituição especializada das Nações Unidas. As suas funções seriam, essencialmente, de natureza económica e, em particular, a concessão de licenças de aproveitamento dos fundos marinhos - KISS, Alexandre-Charles - *La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International*. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2816-9. 175 - II, p. 200.

O registo e a concessão de licenças são conceitos que expressam realidades distintas. No registo a autoridade ou mecanismo tem um papel puramente passivo, limitando-se a tomar nota das actividades empreendidas pelos Estados, os quais são livres de se dedicarem à exploração e aproveitamento dos recursos. Na concessão de licenças, a autoridade ou mecanismo já tem a faculdade de autorizar as actividades e as condições da sua realização - *in Estudio de un Mecanismo Internacional, Informe del Secretario General* - NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los**

autoridade devesse desenvolver directamente todas as actividades do fundo do mar e um sistema misto, em que estivesse combinado o sistema de licenciamento com uma autoridade operando directamente⁷.

No Comité de Fundos, em 1970, foram apreciadas várias informações preparadas pelo Secretário Geral⁸ e foram apresentadas várias propostas sobre o regime a ser estabelecido para o

Limites de la Jurisdiccion Nacional: Documentos Oficiales: vigesimo quinto periodo de sesiones. Suplemento nº 21 (A/8021). Nueva York : Naciones Unidas, 1970, p. 91.

⁷ As quatro soluções possíveis - 1 - Mecanismo internacional para intercâmbio de informação e preparação de estudos; 2 - Mecanismo internacional com poderes intermédios; 3 - Mecanismo internacional para o registo e concessão de licenças; 4 - Mecanismo internacional com poderes amplos - estão descritas in *Estudio de un Mecanismo Internacional, Informe del Secretario General* - NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 65-135, *maxime* 83-95.

Intimamente ligada à questão do sistema de exploração e aproveitamento está a questão da estrutura da Autoridade. A propósito desta última colocam-se três problemas: que poderes deverá ter a Autoridade e os seus órgãos?; que órgão (ou órgãos) tem (têm) poderes de decisão e que tipo de relações deverá haver entre eles?; e o procedimento da tomada de decisões.

⁸ Doc. A/AC.138/12 y Add. 1 e Doc. A/AC.138/23 - in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 14 e s.. Estes relatórios não descrevem a estrutura a dar ao mecanismo, antes dão indicação sobre o tipo de funções a atribuir-se e sobre os problemas a resolver, no caso de ser criado. Assim, relativamente ao estatuto do mecanismo estava escrito que devia ser uma organização universal autónoma dotada de plena personalidade jurídica internacional dentro do sistema das Nações Unidas. Esse estatuto devia ser conferido a nível internacional. Relativamente à estrutura, o mecanismo devia consistir num conselho ou junta de administração, cujos membros seriam eleitos de modo a garantir o seu carácter universal, uma distribuição geográfica equitativa e a representação de todos os sistemas políticos, económicos e sociais. Esta junta deveria planificar, organizar, dirigir e fiscalizar todas as operações relativas à exploração e aproveitamento dos fundos marinhos e oceânicos e seria responsável perante a Assembleia geral ou outro órgão deliberativo estabelecido para os fundos marinhos e oceânicos. A forma e estrutura do mecanismo dependeria da natureza precisa das funções que lhe fossem atribuídas. De qualquer modo, faria parte do sistema da Organização das Nações Unidas. Poderia ser uma organização internacional autónoma que funcionaria dentro do sistema da Organização das Nações Unidas; um organismo das Nações Unidas, criado dentro da Organização, com um conselho de administração em que estivessem representados os Estados marítimos, os Estados em vias de desenvolvimento e os Estados sem litoral; um órgão do mesmo tipo dos organismos especializados. Foi sugerida a criação de organismos regionais com o que seria tido em linha de conta as características geográficas e económicas das diversas zonas. A propósito das funções e poderes, várias delegações defenderam que o mecanismo devia ser eficiente e imparcial, devendo ser evitada a burocracia e custos excessivos. Devia adequar-se às funções a desempenhar.

O Subcomité de assuntos técnicos e económicos também se debruçou sobre o assunto. O Subcomité realizou nove reuniões, em Nova Iorque, de 9 a 23 de Março e seis reuniões, em Genebra, de 11 a 24 de Agosto de 1970. Assistiram às reuniões os representantes dos quarenta e dois Estados membros do Comité de Fundos e, como observadores, os representantes dos seguintes países: Barbados, Birmânia, Cuba, Dinamarca, Equador, Espanha, Filipinas, Finlândia, Guiana, Indonésia, Irão, Jamaica, Marrocos, Nicarágua, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, República Socialista Soviética da Ucrânia, África do Sul, Suécia, Tunísia, Turquia, Uruguai e Venezuela e ainda os representantes da OIT, FAO, UNESCO e sua Comissão Oceanográfica Intergovernamental, OMM, OCMI e OIEA. A Mesa do Subcomité técnico e económico era composta pelos seguintes membros: Presidente - Rogar Denorme, da Bélgica; Vice-presidentes - J. S. Teja, da Índia, durante os reuniões de Nova Iorque e C. V. Ranganathan, da Índia, durante as reuniões de Genebra; Relator - Anton Prohaska, da Áustria. O relatório das actividades do Subcomité consta do *Informe de la Subcomision de Asuntos Tecnicos y Economicos*, Doc. A/AC.138/29. O relatório tem vários apêndices: Apêndice I - Lista dos temas que alguns membros sugeriram que sejam estudados ao preparar as condições económicas e técnicas e as normas para o aproveitamento dos recursos dos fundos marinhos e respectivo subsolo fora dos limites da jurisdição nacional no contexto do regime que venha a ser estabelecido; Apêndice II - Algumas propostas que o Subcomité de Assuntos Técnicos e Económicos poderia estudar (de uma declaração feita pelo representante da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no Subcomité de Assuntos Técnicos e Económicos do Comité das Nações Unidas para os Fundos Marinhos, no dia 13 de Agosto de 1970); Apêndice III - Documento de trabalho apresentado por Camarões, Ceilão, Índia, Quênia, Kuwait, Líbia, Madagáscar, Malásia, Paquistão, Serra Leoa, Sudão e Tailândia, sobre o mecanismo internacional para a exploração e aproveitamento dos fundos marinhos e oceânicos e respectivo subsolo no alto mar, fora dos limites da jurisdição nacional; Apêndice IV - Documento de trabalho apresentado pelos Estados Unidos da América sobre os objectivos a prosseguir pelo regime internacional

fundo do mar. Em termos simplificados podemos dizer que havia uma polarização de posições. De um lado, estavam os países desenvolvidos, propondo soluções mais orientadas para uma economia de mercado que, consequentemente, defendiam uma Autoridade com poderes limitados. Do outro lado, os países em vias de desenvolvimento defendiam que a Autoridade deveria desenvolver directamente todas as actividades no fundo do mar e, por isso mesmo, deveria ter amplos poderes⁹. Entre estes dois extremos, havia propostas que reconheciam alguns poderes à Autoridade, nomeadamente o poder de conceder licenças e de recolher e distribuir os benefícios resultantes das actividades na Área. Entre estes últimos estavam os Estados Unidos da América¹⁰, a França¹¹, e o Reino Unido¹². Os Estados Unidos da América propuseram que o mecanismo internacional tivesse poderes para conceder licenças para a exploração e aproveitamento do fundo do mar, para impor taxas, mas já não poderes para desenvolver directamente essas actividades, as quais deveriam caber aos Estados. Deveria, também, ter poderes para controlar se as normas relativas a essas actividades estavam a ser respeitadas. Relativamente ao benefício da Humanidade e aos interesses dos países em vias de desenvolvimento, propunham que o rendimento líquido obtido pela Autoridade, depois de pagas as suas despesas administrativas, deveria ser distribuído por organizações internacionais para o desenvolvimento, predeterminadas.

relativo à exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar fora dos limites da jurisdição nacional; Apêndice V - Documento de trabalho apresentado por El Salvador que inclui propostas sobre o regime de exploração e aproveitamento da zona internacional dos fundos marinhos; Apêndice VI, apresentado pela Austrália - Condições e normas económicas e técnicas para o aproveitamento dos recursos dos fundos marinhos fora dos limites da jurisdição nacional - *in* NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 39-63.

⁹ Subjacente a esta dicotomia está a divisão Norte/Sul. Para os minimalistas, os países industrializados, o termo “regime”, num contexto de actividades mineiras do fundo do mar, significava um corpo de registo e um conjunto de normas ou uma entidade licenciadora com poderes limitados, enquanto que os maximalistas, os países em vias de desenvolvimento, preferiam uma organização internacional para administrar directamente a Área - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 103.

¹⁰ Doc. A/AC.138/25, de 3 de Agosto de 1970 - Projecto de Convenção das Nações Unidas sobre a Zona Internacional dos Fundos Marinhos, *in* NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 143-195.

No começo das negociações e até 1976, os Estados Unidos não deram grande importância à questão do fundo do mar, estando mais preocupados com o problema da passagem dos estreitos. Tacticamente foi um erro, pois criou a impressão que se os Estados Unidos conseguissem o que queriam em matéria de estreitos, concordariam com as pretensões dos países em vias de desenvolvimento relativamente ao regime do fundo do mar - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 116-117.

¹¹ Doc. A/AC.138/27, de 4 de Agosto de 1970 - estabelecimento de um regime de exploração e aproveitamento dos fundos marinhos, *in* NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional ...**, 1970, *cit.*, p. 205-211. Neste documento, a França defendeu uma posição intermédia, ao propor que o regime a criar deveria orientar-se por princípios de eficiência económica e justiça internacional, devendo para o efeito, por um lado, evitar a apropriação pelos Estados de partes do fundo do mar e, por outro lado, a atribuição das actividades de exploração e aproveitamento, em exclusivo, a uma organização internacional.

¹² Doc. A/AC.138/26, de 3 de Agosto de 1970 - Regime Internacional, *in* NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 197-204

Em 1971¹³, ainda no Comité de Fundos, melhor dizendo, no Subcomité I, várias delegações apresentaram projectos e documentos de trabalho e também foram analisados os documentos dos Estados Unidos da América, do Reino Unido¹⁴ e da França apresentados em 1970. Comum a, praticamente, todas eles é a previsão de que a Autoridade deverá ter como órgãos uma Assembleia, órgão plenário compreendendo todos os Estados, um Conselho, órgão de composição mais restrita, uma Secretaria e um Tribunal para resolução dos diferendos.¹⁵ Treze Estados Latino Americanos¹⁶ propuseram que a Autoridade tivesse um braço operacional, a Empresa, com poderes para explorar e aproveitar o fundo do mar, quer directamente quer através de *joint ventures* com Estados ou entidades por eles patrocinadas. A Empresa, concebida, principalmente, pelos delegados do Brasil, Perú e Trindade e Tobago, tinha subjacente dois objectivos: por um lado, criar uma alternativa ao Projecto de Convenção dos Estados Unidos, de 1970 e, por outro lado, o que para eles era mais importante, prover os Estados Latino Americanos com um poder negocial que pudesse ser utilizado para conseguir a aceitação da zona económica exclusiva de duzentas milhas¹⁷. A República Unida da Tanzânia apresentou um projecto de estatuto do organismo internacional dos

¹³ Em 1971, o Comité de Fundos reuniu em Genebra de 12 a 26 de Março e de 19 de Julho a 27 de Agosto e em Nova Iorque, em 14, 15 e 22 de Outubro. Em 12 de Março, H. Shirley Amerasinghe foi eleito Presidente. O Subcomité I realizou dois períodos de reuniões, respectivamente em Março e Julho/Agosto. Portugal assistiu às suas reuniões como observador. A Mesa tinha como Presidente - E. E. Seaton - da República Unida da Tanzânia, Vice-presidentes - C. V. Ranganathan, da Índia, M. Thompson-Flores, do Brasil e G. Fekete, da Hungria e como Relator - A. Prohaska, da Áustria - NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional: Documentos Oficiales: vigesimo sexto periodo de sesiones. Suplemento nº 21 (A/8421)**. Nueva York : Naciones Unidas, 1971, p. 5, 6, 18.

¹⁴ O Reino Unido apresentou novo documento - Doc. A/AC.138/46, de 30 de Julho de 1971 - Regime internacional dos fundos marinhos: proposta do Reino Unido sobre as disposições de uma convenção, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 84-91.

¹⁵ Como diz C. A. Colliard, citado por BEER-GABEL, J - L'Exploitation du Fond des Mers dans l'Intérêt de l'Humanité : Chimère ou Réalité? Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXI: (1977), p. 182 - “as diversas propostas fazem aparecer uma grande convergência de soluções no que toca ao que se pode chamar de estrutura principal do mecanismo internacional, as diferenças aparecem para as estruturas complementares”.

¹⁶ Colômbia, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Jamaica, México, Panamá, Perú, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela - Doc. A/AC.138/49, de 10 de Agosto de 1971, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional** ..., 1971, *cit.*, p. 23 e 93-100.

Este projecto, fortemente influenciado pela Declaração de Princípios de 1970, foi mais além propondo que o aproveitamento dos recursos da Área fosse levado a cabo de um modo racional, para assegurar a sua conservação e reduzir ao mínimo eventuais flutuações nos preços dos minerais e matérias primas e para evitar os efeitos nefastos de tais flutuações nos rendimentos dos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres dos mesmos minerais - BRICEÑO BERRUÍ, José Enrique - **Régime Jurídico de los Fondos Marinos Internacionales**. Barcelona : LB, 1986. ISBN 84-7698-008-6, p. 91.

Sobre a posição dos países da América Latina, ver, entre outros, MAWDSLEY, Andrés Aguilar - The Latin American Contribution to the Modern Law of the Sea. Netherlands International Law Review. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers. ISSN 0028-2138. XXXIX: (1992), p. 63-88.

¹⁷ SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 104.

fundos do mar, em que defendia um regime centralizado e estruturado democraticamente¹⁸. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas apresentou um anteprojecto de artigos de um tratado sobre a utilização dos fundos marinhos para fins pacíficos, contendo disposições básicas destinadas a regular e a coordenar as actividades dos Estados relacionadas com a exploração e aproveitamento industriais dos recursos minerais do fundo dos mares¹⁹. A Polónia apresentou um documento de trabalho sobre a organização internacional que deveria ser criada para resolver os problemas da exploração e aproveitamento dos recursos minerais do fundo do mar, em que a ideia principal era o conceito de organização evolutiva cuja estrutura, funções e poderes deviam adaptar-se às necessidades reais. Primeiramente, os órgãos da organização deviam ter uma composição limitada e a secretaria devia ser reduzida ao indispensável. A transição à fase seguinte estaria dependente do sucesso do aproveitamento comercial dos recursos minerais e da possibilidade de a organização ser auto-suficiente financeiramente²⁰. Também o Canadá apresentou um documento de trabalho sobre o regime e o mecanismo internacionais do fundo do mar em que propunha um mecanismo “transitório que incorporaria esquematicamente os elementos essenciais do mecanismo definitivo”²¹. O Afeganistão, Áustria, Bélgica, Hungria, Nepal, Países Baixos e Singapura apresentaram um documento preliminar de trabalho, com sugestões sobre algumas questões a ser reguladas pela convenção, nomeadamente limites e estatuto da zona internacional, representação e poderes do organismo internacional²². Por último, Malta apresentou um projecto de tratado para o espaço oceânico²³ e trinta e dois Estados de África e Ásia apresentaram uma lista de temas e questões relacionadas com o Direito do Mar²⁴.

¹⁸ Doc. A/AC.138/33, de 20 de Julho de 1971, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional** ..., 1971, *cit.*, p. 21 e 53-66. Entre as funções principais do mecanismo internacional contam-se: a regulação dos preços e a distribuição dos minerais brutos, assim como as actividades tendentes a evitar ou a diminuir as consequências nefastas para os países produtores terrestres dos mesmos minerais, em especial os países em vias de desenvolvimento.

¹⁹ Doc. A/AC.138/43, de 27 de Julho de 1971, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 21 e 68-76.

Numa conferência realizada em Riga, precisamente em 1971, a URSS afirmou que estava a projectar expedições conjuntas com alguns países da Europa Oriental nos oceanos Pacífico, Índico e Atlântico - VARGAS CARREÑO, Edmundo - **América Latina y el Derecho del Mar**. Primera ed.. México : Fondo de Cultura Económica, 1973, p. 101.

²⁰ Doc. A/AC.138/44, de 3 de Agosto de 1971, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional** ..., 1971, *cit.*, p. 22 e 77-82.

²¹ Doc. A/AC.138/59, de 24 de Agosto de 1971, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 24 e 195-211.

²² Doc. A/AC.138/55, de 20 de Agosto de 1971, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 23-24 e 184-185.

²³ Doc. A/AC.138/53, de 5 de Agosto de 1971, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 22-23 e 104-183.

²⁴ Doc. A/AC.138/58 - Afeganistão, Argélia, Camarões, Ceilão, Costa do Marfim, Etiópia, Filipinas, Gabão, Gana, Índia, Indonésia, Iraque, Irão, Quénia, Kuwait, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malásia, Marrocos, Maurícias, Mauritânia,

Para a polarização de posições contribuíram factos ocorridos fora das negociações sobre o Direito do Mar, nomeadamente o embargo do petróleo decretado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, em 1973. Este facto, e as suas consequências nos países industrializados importadores dessa matéria prima, fez-lhes compreender a força dos países em vias de desenvolvimento e o perigo resultante da sua dependência em relação a esses mesmos países. O acesso directo aos recursos do mar tornou-se uma questão de segurança nacional para os países desenvolvidos²⁵.

Em 1972²⁶, o Subcomité I do Comité de Fundos criou o Grupo de Trabalho dos trinta e três, nomeados pelo Presidente com base no princípio da distribuição geográfica equitativa, cuja missão era elaborar textos com os pontos de acordo e desacordo²⁷. Com base no trabalho do Grupo, o Subcomité I, em 1973²⁸, elaborou um relatório²⁹ em que os pontos mais críticos eram o sistema de

Nigéria, República Árabe Unida, República Democrática do Congo, República Unida da Tanzânia, Singapura, Somália, Sudão, Tunísia, Yemen e Jugoslávia, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 191-194.

²⁵ A Administração americana, por várias vezes, salientou que considerava os recursos minerais do fundo do mar como um importante elemento da segurança nacional. Representantes da Administração, da indústria mineira e economistas, de modo exagerado, viam o desenvolvimento da indústria mineira do fundo do mar como a panaceia para as dificuldades da oferta de minerais e para a balança de pagamentos do país - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 204-211.

²⁶ No ano de 1972, o Subcomité I realizou reuniões em Fevereiro/Março, em Nova Iorque e em Julho/Agosto, em Genebra, tal como o Comité de Fundos. Foram seus Presidente - Paul Bamela Engo, dos Camarões, Vice-presidentes - S. M. Thompson-Flores, do Brasil, G. Fekete, da Hungria e C. V. Ranganathan, da Índia e Relator - H. C. Mott, da Austrália. Portugal assistiu às reuniões como observador. O Subcomité continuou a debater os problemas relativos ao fundo do mar. Neste ano, na sequência de um trabalho já apresentado em 1971, o Secretário Geral apresentou um interessante trabalho sobre as implicações económicas das actividades do fundo do mar: *Additional notes on the possible economic implications of mineral production from the international sea-bed area* - Doc. A/AC.138/73 - UNITED NATIONS - General Assembly - **Report of the Committee on the Peaceful Uses of the Sea-Bed and the Ocean Floor Beyond the Limits of National Jurisdiction: Official Records: Twenty seventh Session. Supplement nº 21 (A/8721)**. New York : United Nations, 1972, p. 17-34 e 109-141.

²⁷ Este Grupo de Trabalho permitia que não membros apresentassem as suas propostas e pudessem assistir ao debate. Eram membros o Afeganistão, Argélia, Austrália, Canadá, Checoslováquia, Etiópia, Finlândia, França, Indonésia, Iraque, Irão, Japão, Quénia, Kuwait, Madagáscar, Mali, Malta, México, Marrocos, Nigéria, Perú, Polónia, Roménia, Senegal, Srilanka, Trindade e Tobago, URSS, Estados Unidos da América, Uruguai, Venezuela, Zaire e Zâmbia. Foi eleito seu Presidente C. W. Pinto, do Sri Lanka. Reuniu sessenta e sete vezes entre 28 de Março de 1972 e Agosto de 1973. In UNITED NATIONS - General Assembly, *idem*, p. 22 e MARFFY, Annick de - *La Déclaration Pardo et le Comité des Fonds Marins*. In DUPUY, René Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 132.

²⁸ Em 1973, o Comité de Fundos e o Subcomité I realizaram dois períodos de reuniões, em Nova Iorque, em Março/Abril, e em Genebra, em Julho/Agosto. Portugal participou como observador. A mesa do Subcomité era composta por: Presidente - Paul Bamela Engo, dos Camarões, Vice-presidentes - S. M. Thompson-Flores, do Brasil; no período de Março - R. Banyasz, da Hungria, em substituição de Fekete, P. C. Rao, da Índia, em substituição de Ranganathan; no período de Julho/Agosto - Endre Zador, da Hungria, C. V. Ranganathan, da Índia e como Relator H. C. Mott, da Austrália. Neste período quer o Subcomité I quer o Grupo de Trabalho continuaram os seus trabalhos. No final, o Subcomité fez um relatório com os pontos de acordo e desacordo sobre os temas 1 e 2 do seu programa de trabalho, isto é, sobre - tema 1 - estatuto jurídico, alcance e disposições básicas do regime, com base na Declaração de Princípios; tema 2 - estatuto jurídico, alcance, funções e faculdades do mecanismo internacional (Doc. A/AC.138/94/Add.1) - in NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional: Documentos Oficiales: vigesimo octavo periodo de sesiones. Suplemento nº 21 (A/9021)**. Nueva York : Naciones Unidas. Vol. I, 1973, p. 9-40 e vol. II, p. 43 e s..

exploração e aproveitamento dos recursos da Área, os poderes e funções da organização internacional a criar e o procedimento de tomada de decisões nos seus órgãos³⁰.

A propósito do sistema de exploração, o artigo 9º do relatório estabelecia quatro alternativas³¹:

“Alternativa A - Todas as actividades de exploração e aproveitamento na Área devem ser realizadas por uma Parte Contratante ou um grupo de Partes Contratantes ou por pessoas naturais ou jurídicas agindo sob a sua autoridade ou patrocínio, com respeito pela regulamentação estabelecida pelo Organismo e de acordo com as normas relativas à exploração e aproveitamento estabelecidas nestes artigos.”;

“Alternativa B - Todas as actividades de investigação científica e de exploração da Área e de aproveitamento dos seus recursos e outras actividades conexas serão realizadas pelo Organismo directamente ou, se o Organismo assim o determinar, através de contratos de prestação de serviços³² ou em associação, ou através de um qualquer outro meio que lhe permita assegurar, em qualquer momento, o controlo directo e efectivo de tais actividades.”;

“Alternativa C - Todas as actividades de exploração e aproveitamento na Área serão realizadas pelo Organismo quer directamente quer de qualquer outro modo que ele pode determinar em cada momento. Se considerar adequado, e com respeito dos termos e condições que determine, o Organismo poderá decidir outorgar licenças para a realização de tais actividades a uma Parte Contratante ou a um grupo de Partes Contratantes ou, por intermédio delas, a pessoas naturais ou jurídicas autorizadas ou patrocinadas por ela ou por elas, incluídas as sociedades ou associações multinacionais.

²⁹ Doc. A/AC.138/94/Add.1 - in NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional ...**, vol. II, 1973, *cit.*, p. 43 e s..

³⁰ STEVENSON, John R. e OXMAN, Bernard H. - The Preparation for the Law of the Sea Conference. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 68: (1974), p. 1-32, *maxime* 5.

³¹ Doc. A/AC.138/94/Add.1 - in NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional...**, vol. II, 1973, *cit.*, p. 66 e 67 e Doc. A/CONF.62/C.1/L.3 in NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Documents Officiels**. New York : Publication des Nations Unies. Vol. III, 1975. Numero de vente: F. 75.V.5, p. 185.

³² Contrato de prestação de serviços é, segundo Alexandra M. Post, um contrato em que o “fornecedor de serviços” fornece a gestão, o capital e a tecnologia. Estes serviços são contratados pelo governo, que detém todo o controlo. Ao contraente é paga uma taxa ou uma percentagem de lucros ou, por vezes, é reembolsado dos custos. Nos acordos de partilha de produção (*production-sharing agreements*) há pagamento em espécie - in, United Nations Involvement in Ocean Mining. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 10, numbers 3-4: (1981/2), p. 285.

O Organismo discricionariamente poderá também conceder licenças com este fim a organizações internacionais que actuem nesta área.”³³;

“Alternativa D - Todas as actividades de exploração e aproveitamento na Área serão realizadas por uma Parte Contratante ou por um grupo de Partes Contratantes ou por pessoas naturais ou jurídicas autorizadas ou patrocinadas por ela ou por elas, com respeito pela regulamentação estabelecida pelo Organismo e de acordo com as normas sobre a exploração e aproveitamento estabelecidas nos presentes artigos. Nos limites dos seus recursos financeiros e tecnológicos, o Organismo poderá decidir realizar tais actividades.”.

Este artigo vem acompanhado da seguinte “NOTA: O Grupo terá de estudar se, como se faz em algumas propostas, deve enunciar aqui as normas gerais relativas às actividades relacionadas com os recursos da Área. Estas poderiam incluir, entre outras, segundo o tipo de administração adoptado para a exploração e aproveitamento, normas sobre: avisos aos navegantes e outros procedimentos de segurança, zonas a ser concedidas, requisitos de trabalho, planos de trabalho, inspecção, contratos de prestação de serviços, concessão de licenças, *joint ventures*, taxas a pagar, revogação de contratos de prestação de serviços, revogação de licenças e integridade dos investimentos. Por outro lado, o Grupo poderia decidir não incluir estas normas da parte I dos presentes artigos”.

Nesta altura havia um certo entendimento de que era pouco viável ser apenas a Autoridade a desenvolver actividades na Área. A discussão girava à volta das possíveis soluções a adoptar: ou um sistema de mero licenciamento em que a Autoridade não dispunha de qualquer discricionariedade; ou um sistema de contratos de prestação de serviço e de *joint ventures* com liberdade da Autoridade para escolher os investidores; ou a combinação dos dois sistemas. Consoante o sistema a adoptar, nos artigos 38º a 44º do relatório, previa-se ou a criação da Empresa, braço operacional da Autoridade, “órgão encarregado de realizar todas as actividades técnicas, industriais e comerciais relacionadas com a exploração da Área e aproveitamento dos seus recursos, quer directamente quer através de contratos de serviços e/ou de associação e/ou de *joint ventures* com pessoas jurídicas”; ou outras “variantes”, como a Comissão de Operações, órgão associado ao sistema de licenciamento, cuja tarefa principal seria, precisamente, “conceder licenças a qualquer Parte Contratante, grupo de Partes Contratantes ou pessoas naturais ou

³³ Uma delegação defendeu que poderia ser útil acrescentar a esta proposta um parágrafo separado, com o seguinte: “Todas as actividades das organizações intergovernamentais ou das organizações ou sociedades multinacionais na Área estarão sujeitas à supervisão e ao controlo gerais do Organismo” - nota 14, p. 66 in Doc. A/AC.138/94/Add.1 - in NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional ...**, vol. II, 1973, *cit.*.

jurídicas patrocinadas pela Parte ou Partes Contratantes, para a exploração da Área e aproveitamento dos seus recursos”³⁴. Os países industrializados, contrariamente aos países em vias de desenvolvimento, preferiam um sistema em que a Autoridade não tivesse poder discricionário e em que as condições de acesso às actividades do fundo do mar estivessem previamente definidas.

A questão dos poderes e funções da organização a criar foi deixada pelo relatório para fase ulterior. Pelo que respeita aos órgãos principais da Autoridade, o artigo 32º não apresenta qualquer variante, indicando como órgãos “uma Assembleia e um Conselho ...”, pelo que podemos concluir que havia consenso sobre a matéria. C. M. Pinto, Presidente do Grupo dos 33, escreveu no seu relatório³⁵ que subjacente ao acordo mencionado estavam duas concepções relativamente à natureza e relações que devia existir entre os dois órgãos:

- a concepção hierárquica - de acordo com a qual deveria haver uma relação de hierarquia entre os dois órgãos. A Assembleia, formada por todos os membros da Autoridade, era a instância mais representativa, por isso deveria ser o órgão supremo, cabendo-lhe conduzir a política da Autoridade; o Conselho, deveria ser o órgão executivo, cabendo-lhe executar os poderes que lhe eram delegados pela Assembleia, perante a qual era responsável;

- uma segunda concepção entendia não ser necessário uma tal hierarquia, sendo suficiente a enunciação dos poderes de cada um dos dois órgãos. As suas relações estabelecer-se-iam na prática. De qualquer modo, a Assembleia deveria ser dotada de poderes de recomendação.

A primeira concepção era apadrinhada pelos Estados que faziam parte do Grupo dos 77 e a segunda, essencialmente, pelos Estados Unidos da América, cuja proposta se limitava a enumerar os poderes dos dois órgãos, sem fazer qualquer referência à supremacia de um sobre o outro.

Nos artigos 34º e 36º, do texto que ilustra os pontos de acordo e desacordo, feito pelo Grupo de Trabalho dos 33, relativos aos poderes e funções da Assembleia e do Conselho, respectivamente, encontram-se variantes que confirmam as duas concepção referidas. Assim e relativamente à Assembleia, o artigo 34º tem três variante: a variante A estabelece que a “Assembleia será o órgão supremo da Autoridade (por isso determinará a sua política geral). Poderá tratar de qualquer questão ou assunto compreendido no âmbito dos presentes artigos, ou relativo aos poderes e funções da Autoridade e dar instruções e fazer recomendações ao Conselho e outros órgãos relativamente a essas questões ou assuntos”; a variante B estabelece: “A Assembleia poderá examinar qualquer questão ou assunto compreendido no âmbito dos presentes artigos ou relacionados com os poderes e funções de qualquer órgão previsto nos presentes artigos e fazer

³⁴ Doc. A/AC.138/94/Add.1 - in NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 155-171.

³⁵ Doc. A/AC.138/SC1/SR73, citado por BEER-GABEL, J. - L'Exploitation du Fond des Mers dans l'Intérêt de l'Humanité : Chimère ou Réalité?, *cit.*, p. 183-184.

recomendações aos Estados Membros ou ao Conselho ou a ambos, relativamente a qualquer dessas questões ou assuntos”. Nestas duas variantes segue-se um número dois estabelecendo “A Assembleia terá os seguintes poderes e funções”. Por último, uma terceira variante limita-se a estabelecer: “A Assembleia terá os seguintes poderes e funções”. Relativamente ao Conselho, o artigo 36º apresenta, igualmente, três variantes. A variante A, correspondente à A da Assembleia e à concepção hierárquica, estabelece: “O Conselho desempenhará as funções que a Assembleia lhe delegue e responderá perante esta pela execução rápida e eficaz das suas directrizes e recomendações”; a variante B, correspondente à B da Assembleia e intermédia entre as duas concepções referidas, estabelece: “O Conselho será o órgão (executivo) da Autoridade (sobre ele recairá a responsabilidade principal de aplicação dos presentes artigos). O Conselho terá os seguintes poderes e funções”; e, por fim, a variante C, correspondente à variante C da Assembleia e à segunda concepção atrás referida, estabelece, simplesmente: “O Conselho terá os seguintes poderes e funções”.

Este diferente entendimento do mesmo problema tinha subjacente as diferentes concepções dos dois grupos oponentes (o Grupo dos 77 e os países industrializados) e condicionou a solução da questão que vamos tratar a seguir, isto é, a questão do procedimento de tomada de decisões.

Assim, relativamente ao procedimento de tomada de decisões³⁶, o relatório previa, no artigo 33º, que a Assembleia seria o órgão plenário, constituído por todos os Estados membros ou Partes

³⁶ A questão do procedimento da tomada de decisões tem subjacente a tomada de consciência pelos dois blocos mais envolvidos da respectiva importância. Os países industrializados e os países socialistas, em número bastante inferior aos países em vias de desenvolvimento, preferiam a regra do consenso ou de maiorias muito qualificadas, pois através de uma votação por mera maioria não poderiam, nunca, defender os seus interesses. Assim, o projecto apresentado pelos Estados Unidos, em 1970, Doc. A/AC.138/25 (já citado) estabelecia um sistema de tomada de decisão e uma composição para o Conselho que, combinados, se traduzia num regime favorável para os países industrializados. Segundo o artigo 36º, o Conselho deveria ser composto por 24 membros: 6 designados de entre os Estados mais avançados industrialmente, isto é, com o produto nacional bruto mais elevado, mais 18, dos quais, pelo menos, 12 são países em vias de desenvolvimento eleitos pela Assembleia, tendo em conta o princípio da distribuição geográfica equitativa. Por seu turno, o artigo 38º estabelecia: “as decisões do Conselho serão aprovadas por maioria de todos os seus membros incluída a maioria de membros de cada uma das categorias mencionadas no § 2º do artigo 36º”. Da combinação destes dois artigos e na medida em que o Conselho, segundo este projecto, tinha todos os poderes de decisão, resulta um regime favorável aos interesses dos países desenvolvidos. Também a proposta do Reino Unido - Doc. A/AC.138/45 (já citada) estabelecia no nº 19 que “a composição do Conselho deverá reflectir os diversos interesses dos Estados Partes da Convenção, incluídos os países em vias de desenvolvimento e os países sem litoral. Também, do mesmo modo, se deverá reconhecer aos países desenvolvidos uma posição especial ... também deveria reservar-se um lugar especial no Conselho para os Estados que, porque têm tecnologia avançada em matéria dos fundos marinhos, poderão trazer uma contribuição especial para a organização das actividades e sem cujo apoio nenhum regime internacional seria viável ...”. Por último, também os países socialistas, através do projecto apresentado pela URSS, em 1971 - Doc. A/AC.138/43 (já citado) confiavam poderes de decisão importantes ao Conselho executivo, cujas decisões de fundo, segundo o artigo 23º: “serão adoptadas por comum acordo; as decisões sobre questões de procedimento serão adoptadas por uma maioria de membros presentes e votantes”.

Diferentemente, os países em vias de desenvolvimento ou Grupo dos 77, mas que na altura já ultrapassava os cem países, preferiam votações por maioria e de preferência maiorias simples. Neste sentido ia o projecto de estatuto da Autoridade apresentado pela Tanzânia, em 1971 - Doc. A/AC.138/25 (já citado) que considerava a Assembleia como o órgão supremo da Autoridade, adoptando decisões por maioria simples ou, nos casos mais importantes, maioria de dois terços, e o Conselho como órgão de composição restrita, formado por dezoito membros, eleitos pela

contratantes; que cada membro teria um voto e que as decisões sobre questões de fundo seriam adoptadas por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, ao passo que as questões de procedimento seriam aprovadas por uma maioria dos membros presentes e votantes. A decisão sobre se uma questão é de fundo ou de procedimento seria tomada por maioria dos membros presentes e votantes³⁷. Diferentemente, o Conselho, segundo o artigo 35º, seria um órgão com um número limitado de membros³⁸, mas com uma representação equilibrada e racional dos interesses e das regiões geográficas, cujo procedimento de votação deveria, também, reflectir esse equilíbrio, havendo, a este propósito, várias variantes.

Comum a todas elas era o facto de cada Estado membro ter “direito a um voto”. Relativamente à tomada de decisão, as variantes A, D e F previam: “as decisões sobre questões de fundo serão tomadas por uma maioria de (dois terços) (três quartos) dos membros presentes e votantes. As decisões sobre questões de procedimento serão tomadas por maioria dos membros presentes e votantes. A decisão sobre se uma questão é de fundo ou de procedimento será adoptada por maioria dos membros presentes e votantes”; a variante B estabelecia: “para as decisões sobre questões de fundo será exigida a aprovação da maioria de todos membros, incluindo a maioria dos membros de cada uma das categorias mencionadas no parágrafo 3 da variante B deste artigo”³⁹; a variante C previa: “as decisões sobre questões de fundo serão adoptadas por consenso. As decisões sobre questões de procedimento serão adoptadas por maioria dos membros presentes e votantes”; por fim, a variante E previa: “para as decisões do Conselho exige-se o voto afirmativo da maioria dos membros e da maioria dos membros da categoria A e de uma das outras categorias”⁴⁰.

Assembleia, com poderes para executar as decisões de política geral adoptadas pela Assembleia e tomando as suas decisões por maioria de dois terços; e o projecto dos Treze Estados da América Latina - Doc. A/AC.138/49, que previa um regime semelhante de votação, muito embora propusesse que o Conselho fosse composto por trinta e cinco membros.

³⁷ Doc. A/AC.138/94/Add.1, in NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional** ..., vol. II, 1973, *cit.*, p. 94.

³⁸ Veja-se os diversos projectos apresentados no Comité de Fundos, nos documentos oficiais citados. O número proposto era: Tanzânia - 18; Estados Unidos da América e Japão - 24; Canadá e URSS - 30; Treze Estados da América Latina - 35. A delegação da Turquia propôs que fossem 54.

³⁹ Isto é, a categoria de países industrializados, a categoria de países em vias de desenvolvimento, tendo em conta as necessidades de uma distribuição geográfica equitativa, e a categoria de países sem litoral ou com plataformas encravadas.

⁴⁰ Além disso, o mesmo artigo remetia a definição das categorias A, B, e C para o parágrafo 3 do artigo 33º, do mesmo relatório, segundo o qual:

“Categoria A –

- 1) Membros que sejam Estados ribeirinhos e que tenham uma população que exceda 100 milhões de habitantes.
- 2) Membros que sejam Estados ribeirinhos e que reúnam seis dos seguintes requisitos:
 - ter uma população que exceda 50 milhões de habitantes;
 - ter um litoral cuja longitude exceda 5.000 Km;
 - ter mais de 1 milhão de toneladas brutas de barcos mercantes;

Na primeira Sessão substantiva da III Conferência, realizada em Caracas, em 1974, no debate geral do I Comité, um grande número de países africanos, asiáticos e da América Latina, na linha do que já vinha acontecendo, apoiou uma Autoridade forte, com plenos poderes para desenvolver todas as actividades no fundo do mar⁴¹, ao passo que os países ocidentais defenderam uma Autoridade fraca, apenas com poderes para licenciar as actividades do fundo do mar, numa base de não discriminação de acesso e num ambiente de investimento estável⁴². Outras delegações começaram a defender um sistema misto, que combinasse vários tipos de acordos, nomeadamente a concessão de licenças, numa fase inicial das operações, e que terminasse num sistema de aproveitamento exclusivo pela Autoridade, quando esta tivesse condições financeiras e tecnológicas adequadas⁴³. Por fim, começou a haver um apoio, cada vez maior, ao sistema paralelo, sistema que combina a exploração e aproveitamento directo pela Autoridade com o sistema de licenciamento⁴⁴.

Seguidamente, o Comité I analisou os textos preparados pelo Grupo de Trabalho do Subcomité I do Comité de Fundos, textos que, como já referimos, contêm os pontos de acordo e desacordo sobre a matéria. C. W. Pinto, representante do Sri Lanka e Presidente das reuniões oficiais, sugeriu ao Comité três questões cruciais: 1 - o sistema de exploração e aproveitamento da Área - artigo 9º do projecto de artigos estudado pelo Comité I durante as reuniões oficiais

-
- possuir e explorar mais de 20 barcos e submarinos que no total não representem menos de 30.000 toneladas brutas para fins científicos e de salvamento;
 - ter produzido anualmente, durante os três últimos anos, mais de 1 milhão de toneladas métricas de pescado;
 - ter produzido anualmente, nos últimos três anos, mais de 1 milhão de toneladas de hidrocarburetos ou outros minerais provenientes dos fundos do mar do espaço oceânico;
 - possuir oleodutos e cabos submarinos na Área;
 - ter gasto anualmente, durante os três últimos anos, mais de 20 milhões de dólares provenientes de fundos públicos para investigações científicas no meio marinho;
 - ter contribuído, anualmente, durante os três últimos anos, com mais de 25 milhões de dólares para a Autoridade relativamente aos ingressos obtidos do aproveitamento de recursos minerais no espaço oceânico nacional.

3) Um Estado africano ribeirinho, eleito pelos membros da categoria B, que reúna um dos requisitos mencionados no parágrafo anterior. 4)

Categoria B - Membros que sejam Estados ribeirinhos e que não pertençam à categoria A.

Categoria C - Membros que não sejam Estados ribeirinhos.” - *in* NACIONES UNIDAS - Asamblea General, *idem*, p. 120-123 e 95.

⁴¹ Podemos citar, entre outros, o Sri Lanka, Perú, Chile, Cuba, Uruguai, Roménia, Quénia, Madagáscar, Tailândia, Bangladesh, Nepal, Filipinas, Birmânia, Islândia, Afeganistão, República Unida da Tanzânia, Jugoslávia, Congo, Equador, China, Argélia, Mongólia, República Árabe Líbia, Tunísia, Albânia, Butão, República do Vietname, Grécia - *in*, NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. II, 1975. Número de venta: S.75.V.4, p. 5 e s..

⁴² Estados Unidos da América, República Federal da Alemanha, Japão, Reino Unido, França, Bélgica, entre outros - *in* NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 5 e s..

⁴³ Nigéria, Polónia, Finlândia, Bolívia - *Ibidem*.

⁴⁴ Austrália, Canadá, Suíça - *Ibidem*.

(Quem deve explorar e aproveitar a Área)⁴⁵; 2 - as condições de exploração e aproveitamento - normas e regulamentos; 3 – os aspectos económicos do aproveitamento da Área.

Foi dada prioridade à primeira questão e, por isso, foram analisadas as quatro variantes propostas ao artigo 9º, atrás transcritas. Uma leitura atenta permite-nos concluir que a variante A consagra um sistema simples e tem subjacente uma concepção liberal, pelo que as actividades seriam levadas a cabo directamente pelas Partes Contratantes ou entidades por elas patrocinadas. Diferentemente, a variante B propõe um sistema múltiplo em que o papel predominante cabe à Autoridade, sendo esta, por excelência, a desenvolver as actividades de exploração e aproveitamento da Área, admitindo, no entanto, que a Autoridade, discricionariamente, pudesse fazer acordos com pessoas físicas ou jurídicas, permitindo-lhes, também, desenvolver tais actividades. As variantes C e D são, respectivamente, alternativas às variantes B e A. A variante C prevê um sistema paralelo dando um papel dominante à Autoridade. Por seu turno, a variante D, embora prevendo igualmente um sistema paralelo, reconhece o papel dominante às Partes contratantes ou pessoas físicas ou jurídicas por elas patrocinadas ou autorizadas.

Logo no começo da discussão do artigo 9º, a Jamaica fez uma nova proposta com o seguinte teor: “Artigo ...

1 - Todas as actividades de exploração e aproveitamento devem ser levadas a cabo de acordo com as normas criadas pela Autoridade e tais actividades só podem ter lugar em conformidade com tais normas e com as disposições da presente Convenção.

2 - As normas criadas nos termos do parágrafo 1 deste artigo devem incluir disposições adequadas:

- a) à exploração e aproveitamento ordeiros e racionais da Área e seus recursos;
- b) ao controlo seguro pela Autoridade de todas as fases de exploração, aproveitamento e comercialização dos recursos, de modo a realizar os objectivos do património comum da Humanidade;
- c) à participação alargada, equitativa e não discriminatória nas actividades necessárias para a exploração e aproveitamento da Área e seus recursos, incluindo o fornecimento de bens e serviços;
- d) a assegurar que a Humanidade como um todo tira o máximo proveito da exploração e aproveitamento da Área e seus recursos e que tal proveito é equitativamente partilhado, tendo especialmente em conta os interesses e necessidades dos países em vias de desenvolvimento, quer costeiros, quer encravados;

⁴⁵ Doc. A/CONF.62/C.1/L.3, in NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la**

e) a assegurar aos países consumidores, numa base não discriminatória, a oferta a preços razoáveis de produtos provenientes da exploração e aproveitamento da Área e seus recursos, devendo ser dada a devida atenção à possibilidade de adquirir, em termos justos e equitativos, produtos terrestres semelhantes e competitivos.

3 - As normas criadas segundo este artigo devem ser feitas com base em recomendações do Conselho e aprovadas pela Assembleia por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, desde que tal maioria inclua, pelo menos, a maioria do número total de membros da Assembleia.

Artigo ...

Sujeitas às disposições desta Convenção e em particular às normas criadas nos termos do Artigo ..., a exploração e aproveitamento da Área e seus recursos podem ser levadas a cabo quer:

a) directamente pela Autoridade ou em seu nome pelos Estados, Grupo de Estados ou pessoas físicas ou jurídicas; ou

b) segundo acordos que a Autoridade pode, em qualquer caso particular, aprovar”⁴⁶.

Esta proposta foi bem acolhida pelos países desenvolvidos, mas friamente pelos países em vias de desenvolvimento que apresentaram uma nova proposta a substituir as variantes B e C do artigo 9º do projecto do Comité de Fundos, cujo teor é o seguinte:

“Todas as actividades de exploração da Área e aproveitamento dos seus recursos e outras actividades conexas, incluindo a investigação científica, devem ser directamente realizadas pela Autoridade.

A Autoridade pode, se considerar apropriado, confiar algumas tarefas a pessoas físicas ou jurídicas, através de contratos de prestação de serviços, ou associação, ou através de qualquer outra forma que lhe assegure um controlo directo e eficaz, a qualquer momento, sobre todas as actividades”⁴⁷.

Após um período de discussão e de perguntas ao Grupo dos 77, os Estados Unidos da América, não inteiramente satisfeitos com a proposta original da variante A, por eles apoiada, apresentaram um novo texto compromisso, cujo conteúdo é:

Mer ..., vol. III, 1975, *cit.*, p. 185.

⁴⁶ NATIONS UNIES, *idem*, p. 190 e 191; *Working Paper* nº C.1/CRP.2, de 25 de Julho de 1974, in ADEDE, A. O. - The System for Exploitation of the "Common Heritage of Mankind" at the Caracas Conference. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 39; NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. II, 1975, *cit.*, p. 50.

⁴⁷ *Working Paper* nº C.1/CRP.4, de 26 de Julho de 1974, in ADEDE, A. O. - The System for Exploitation of the "Common Heritage of Mankind" at the Caracas Conference, *cit.*, p. 39.

Esta proposta foi apoiada pela China, Roménia, Albânia, Espanha, Noruega, Suécia, entre outros, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar**: ..., vol. II, 1975, *cit.*, p. 50, 64 e 82.

“1 - Todas as actividades de exploração e aproveitamento da Área devem ser conduzidas respeitando os acordos com a Autoridade, nos termos desta Convenção, normas nela contidas e normas promulgadas pela Autoridade ao abrigo da Convenção.

2 - A Autoridade deve fazer acordos de exploração e aproveitamento com as Partes Contratantes, Grupos de Partes Contratantes e pessoas físicas ou jurídicas patrocinadas por tais Partes, sem discriminação. Tais Partes ou pessoas devem respeitar a Convenção, as normas nela contidas e as promulgadas pela Autoridade ao abrigo da Convenção.”⁴⁸.

A segunda questão crucial apontada por C. W. Pinto - inclusão na Convenção de normas regulando as actividades de exploração e aproveitamento do fundo do mar - era, também, uma questão “quente”, em que, mais uma vez, havia, sobretudo, dois pontos de vista opostos. Os Estados Unidos da América e os países desenvolvidos queriam que a Convenção regulasse pormenorizadamente tais actividades de modo a que a acção da Autoridade ficasse limitada; diferentemente, o Grupo dos 77 queria que tais normas não constassem da Convenção, antes fossem criadas pela Autoridade.

Numa reunião, em 19 de Agosto de 1974, C. W. Pinto disse, a este propósito, que na preparação de projectos de artigos do tratado poderia ser seguido um de três critérios:

- incluir na Convenção um esquema completo de normas e procedimentos regulando todos os aspectos do regime da exploração e aproveitamento, o equivalente a um “código mineiro”;
- não fazer na Convenção qualquer menção às condições de exploração e aproveitamento, ficando, assim, a Autoridade completamente livre para determinar tais condições à luz das circunstâncias determinantes; e
- incluir na Convenção algumas normas fundamentais que constituiriam o marco dentro do qual se realizará a exploração e aproveitamento, tendo a Autoridade a faculdade de estabelecer as condições detalhadas de exploração e aproveitamento, respeitando esse marco⁴⁹.

O Grupo dos 77, que, como vimos, inicialmente, defendia a não inclusão das condições de exploração e aproveitamento na Convenção, mudou de posição e passou a seguir a terceira opção.

Entretanto, foram apresentadas, no Comité I, quatro propostas sobre as condições de exploração e aproveitamento dos recursos minerais do fundo do mar - a dos Estados Unidos da

⁴⁸ In ADEDE, A. O. - The System for Exploitation of the "Common Heritage of Mankind" at the Caracas Conference, *cit.*, p. 44 e 45.

⁴⁹ NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ..., vol. II, 1975, *cit.*, p. 78.

América⁵⁰, a de oito países da Comunidade Económica Europeia⁵¹, a do Japão⁵² e a do Grupo dos 77⁵³. As três primeiras propostas dividiam as actividades em três fases: prospecção, avaliação e aproveitamento. Para a fase de prospecção bastava aos peticionários informar a Autoridade da sua intenção. Para as duas outras fases, o peticionário teria que fazer um "acordo jurídico", talvez na forma de contrato, que o obrigava a respeitar as normas impostas pela futura convenção, relativamente aos direitos e deveres dos outros Estados na Área. Nessas propostas, a Autoridade tinha como função principal celebrar contratos, não tinha qualquer direito de aproveitamento dos recursos do fundo do mar e não havia, por isso, quaisquer elementos do princípio do património comum da humanidade, tais como a partilha dos benefícios, a transferência de tecnologia ou a participação de todos os Estados no aproveitamento. A quarta proposta, apresentada pelo Grupo dos 77, reconhecia um papel de controlo à Autoridade; o direito aos recursos da Área pertenciam única e simplesmente à Autoridade, eram inalienáveis e só a Autoridade podia decidir quando e para quem ceder esse direito. A Autoridade podia fazer *joint ventures* ou outras formas de associação análogas, para as actividades na Área, mas tais contratos deviam garantir-lhe um controlo permanente e efectivo. Aqueles que contratassem com a Autoridade deveriam fornecer os fundos, os materiais, os equipamentos e o *know how* necessários e ao mesmo tempo deveriam ser responsáveis pelos riscos resultantes das operações desenvolvidas (deveriam fazer um depósito garantia). A Autoridade exigia a todos os contraentes que lhe transferissem a sua tecnologia⁵⁴ e que

⁵⁰ Doc. A/CONF.62/C.1/L.6, de 3 de Agosto de 1974 - Estados Unidos da América: projecto de apêndice ao Tratado sobre o direito do mar relativo ao aproveitamento dos recursos minerais da zona internacional do fundo dos mares, in **NATIONS UNIES - Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. III, 1975, *cit.*, p. 197-200.

⁵¹ Doc. A/CONF.62/C.1/L.8, de 16 de Agosto de 1974 - República Federal da Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte: documento de trabalho, in **NATIONS UNIES**, *idem*, p. 201-203.

⁵² Doc. A/CONF.62/C.1/L.9, de 19 de Agosto de 1974 - Japão - documento de trabalho sobre as condições de exploração e aproveitamento, in **NATIONS UNIES**, *idem*, p. 203-206.

Já em Novembro de 1971, o Governo japonês tinha apresentado um documento de trabalho - *note verbale dated 22 November 1971 from the Permanent Mission of Japan Addressed to the Secretariat of the United Nations* (A/AC.138/63) - ao Subcomité I do Comité de Fundos Marinhos sobre uma Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Em Março de 1972, o Embaixador Motoo Ogiso voltou a reforçar a posição japonesa perante o Subcomité. O regime proposto dizia apenas respeito aos *hydro-carbon and hard mineral deposits*. Previa quatro órgãos - a Assembleia, composta por todos os membros, o Conselho de 24 membros, parcialmente eleitos e parcialmente nomeados, um Tribunal *ad hoc* composto por três árbitros e um Secretariado, estabelecido e supervisionado pelo Conselho. O regime previa como funções principais - concessão de licenças de exploração e de aproveitamento e a recolha e distribuição de taxas de licenças, taxas sobre o rendimento e *royalties*. Estas receitas iriam ser distribuídas pela comunidade internacional de modo a definir. O mecanismo nunca levaria a cabo directamente actividades comerciais, in **WELLS II**, Linton - Japan and the United Nations Conference on the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal, New York: Crane, Russak & Company, Inc. 2, number 1: (1974), p. 78.

⁵³ Doc. A/CONF.62/C.1/L.7, de 16 de Agosto de 1974 - Texto sobre as condições de exploração e aproveitamento estabelecidas pelo Grupo dos Setenta e Sete, in **NATIONS UNIES - Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. III, 1975, *cit.*, p. 200-201.

⁵⁴ Os países em vias de desenvolvimento preocupavam-se com a sua diferença em termos de tecnologia em relação aos países industrializados e a sua consequente dependência. Esta preocupação era bem visível no programa de acção da Nova Ordem Económica Internacional e mais especificamente na Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos

formassem pessoas dos países em vias de desenvolvimento. Pelas propostas referidas vemos as condições em que começaram a ser discutidas estas matérias na III Conferência.

O Grupo dos 77 insistia numa relação directa entre as questões de quem possui a Área e quem pode aproveitá-la. Segundo eles, uma vez que a Área e os seus recursos pertencem à Humanidade no seu todo, só a Autoridade, como representante da Humanidade, os pode aproveitar. Diferentemente, os países industrializados distinguem as duas questões aceitando que a Área seja para o uso da comunidade internacional, mas já não admitindo que apenas uma organização supranacional, agindo como representante da Humanidade, possa aproveitar os seus recursos.

A URSS, que tinha começado a aceitar que a Área e seus recursos são património comum da Humanidade, recusava-se a reconhecer à Autoridade o direito de aproveitamento dos recursos, sugerindo que apenas os Estados tivessem tal direito, de acordo com a Convenção e com as licenças que lhes fossem concedidas pela organização do fundo do mar. “Um dos requisitos deste sistema, provisoriamente chamado ‘de sistema de licenças’, deverá ser que só os Estados ou Grupo de Estados Partes da Convenção terão direito a obter licenças, mesmo que o aproveitamento seja efectuado por pessoas físicas ou jurídicas ... Deverão limitar-se o número de licenças concedidas a um único Estado, de modo a impedir o estabelecimento de monopólios. Este procedimento de concessão de licenças deverá, também, incluir disposições tendo em vista impedir que um Estado obtenha licenças para a exploração e aproveitamento das partes potencialmente mais ricas do fundo dos mares, ao passo que a outros Estados seriam destinadas zonas menos ricas ou com pequenos jazigos de minerais. Tendo em vista proteger os interesses dos países que não estejam em condições de iniciar o aproveitamento dos recursos, até entrar em vigor a Convenção, deverá reservar-se para esses países sectores dos fundos do mar em zonas potencialmente mais ricas”⁵⁵.

Na sequência de uma proposta do representante do Brasil, Thompson Flores, já nos últimos dias, foi criado um Grupo de Trabalho para iniciar as negociações sobre o sistema de exploração e aproveitamento na Área, composto por cinquenta membros e presidido por C. W. Pinto. O Grupo

Estados. O artigo 13º da Carta contém a aspiração global dos países em vias de desenvolvimento em matéria de transferência e desenvolvimento de tecnologia - “Cada Estado tem o direito de beneficiar dos avanços e desenvolvimentos da ciência e tecnologia de modo a acelerar o seu desenvolvimento económico e social”. A Carta também estabelece que todos os Estados devem cooperar tendo em vista “desenvolver as linhas gerais ou as normas internacionalmente aceites para a transferência de tecnologia, tendo em devida conta os interesses dos países em vias de desenvolvimento” - ROFFE, Pedro - *Technology Issues in International Agenda: A Review of two Decades of Multilateral Deliberations in the United Nations and GATT. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990.* Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 285-314.

⁵⁵ Intervenção de Romanov, representante da URSS, em 17 de Julho de 1974, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. II, 1975, cit., p. 43.

começou por analisar o artigo 9º do projecto de artigos (Doc. A/CONF.62/C.1/L.3), tendo usado como ponto de referência a variante B, ou seja, o projecto apresentado pelo Grupo dos 77⁵⁶.

Por último, relativamente ao terceiro ponto crucial apontado por C. W. Pinto - os aspectos económicos do aproveitamento - também havia diferentes entendimentos, porque, também aí, estavam em conflito interesses antagónicos: os interesses dos países produtores terrestres dos mesmos minerais extraídos do fundo do mar⁵⁷, que receavam os efeitos adversos das actividades do fundo do mar nas suas economias, por um lado, e os interesses dos consumidores dos minerais, por outro. Os países em vias de desenvolvimento, em princípio, eram favoráveis a medidas preventivas e de compensação, tais como o controlo de produção e dos preços, de modo a minorar os efeitos adversos sobre os países em vias de desenvolvimento exportadores dos minerais contidos nos nódulos. Os países industrializados, por seu turno, defendiam que a produção do fundo do mar poderia não só satisfazer o aumento da procura a nível mundial, mas também poderia contribuir para a estabilização dos preços, o que seria benéfico, pois a maioria dos Estados são consumidores⁵⁸.

Nesta Sessão da III Conferência, em 16 de Julho de 1974, o representante da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), G. D. Arsenis, fez uma apresentação de três estudos econométricos elaborados pela CNUCED sobre a produção do

⁵⁶ NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 94 e s..

⁵⁷ No início da Conferência acreditava-se que as actividades do fundo do mar iriam ter grande impacto no mercado de cobre, cobalto, níquel e manganésio. Os economistas acreditavam que a chegada ao mercado de quantidades de cobalto provindo do fundo do mar iria baixar o preço e, na medida em que a produção deste metal estava confinada apenas a alguns países como, por exemplo, o Zaire (responsável por 42% da oferta mundial) e a Zâmbia, cujas economias estavam largamente dependentes da sua exportação, receavam os seus efeitos. Relativamente ao cobre a situação era diferente dada a fraca concentração deste metal nos nódulos. Pelo que toca ao manganésio também não havia grande receio, pois este metal é abundante e barato na sua forma de ferromanganésio, pelo que a concorrência do manganésio extraído do fundo do mar não era receada, tanto mais que, embora mais puro, era muito caro. Só que, entretanto, foram descobertos novos sítios com manganésio, que, dada a elevada concentração, poderão, se extraídos, desestabilizar o mercado e, conseqüentemente, afectar os produtores terrestres. Nesta hipótese, o país mais afectado seria o Gabão (15 a 20% do valor das suas exportações resultam da exportação do manganésio). Por último, o níquel é o mineral mais importante da indústria mineira do fundo do mar. Os principais produtores terrestres deste mineral são o Canadá, Nova Caledónia (França), Austrália, URSS e Cuba. Também aqui, um aumento da produção resultante das actividades do fundo do mar poderia causar uma diminuição dos preços.

A situação, a partir de 1978, alterou-se devido à diminuição do preço do cobre e do níquel, o que fez esmorecer a euforia inicial. A partir de então, os economistas começaram a chamar a atenção para o facto de as actividades do fundo do mar exigirem custos muito elevados e como tal, num futuro próximo, não seriam rentáveis. Por isso, de alguns anos a esta parte, começou-se a entender que as actividades no fundo do mar só na segunda ou terceira décadas do novo século irão ser rentáveis. A apreensão desta realidade, de certo modo, repercutiu-se, também, no entusiasmo por estas questões - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 188-191 e CHURCHILL, R. R. and LOWE, A. V., *op. cit.*, p. 177.

⁵⁸ Os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental defendiam que a Autoridade deveria adoptar políticas de produção orientadas pelo mercado e permitir tantas minas quantas as que fossem economicamente rentáveis. Em 1974/75, estes países opuseram-se fortemente a qualquer sistema de quotas ou de controlos, defendendo que seriam contrários aos interesses dos consumidores, prejudicariam o direito de acesso e a estabilidade dos investimentos - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 191.

cobalto, manganésio e cobre, tendo referido que estava em fase final de preparação um quarto estudo sobre o níquel. Seguiu-se um período de discussão e de perguntas e respostas em que participaram não só o representante da CNUCED mas também um representante do Secretário Geral das Nações Unidas, que apresentou um relatório contendo dados estatísticos sobre a matéria, durante o qual foram, na medida do possível, esclarecidas as dúvidas relativas à ameaça que a indústria mineira do fundo do mar poderia constituir para as economias dos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres dos metais contidos nos nódulos⁵⁹. Nessa altura, e pela primeira vez, representantes de vários países em vias de desenvolvimento fizeram declarações no sentido da necessidade de proteger os consumidores de preços artificialmente altos⁶⁰. Em 8 de Agosto, os Estados Unidos da América apresentaram um documento de trabalho⁶¹ sobre esta matéria e fizeram várias declarações em que defenderam o interesse de todos os consumidores em encorajar as actividades mineiras do fundo do mar, para, assim, aumentar a oferta e, consequentemente, baixarem os preços das matérias primas e dos produtos finais. Caso contrário, se houvesse restrições ao aproveitamento dos nódulos, os beneficiários seriam os países produtores terrestres, que são poucos (países desenvolvidos - África do Sul, Austrália, Canadá⁶², Estados Unidos da América, França (Nova Caledónia), Japão e URSS - e países em vias de desenvolvimento - Chile, China, Perú, Filipinas, Uganda, Brasil, Gabão, Gana, Índia, Cuba, Indonésia⁶³, Marrocos, Zaire e Zâmbia)⁶⁴. Qualquer das soluções propostas para minorar os prejuízos dos produtores terrestres - restrições à produção do fundo do mar, acordos sobre a produção marinha ou medidas de compensação - segundo os americanos, são prejudiciais para os

⁵⁹ O Doc. A/CONF.62/C.1/L.2, de 26 de Julho de 1974 - Nota do Presidente da Comissão - contém o resumo e conclusões do relatório do Secretário Geral (Doc. A/CONF.62/25), e da CNUCED (Doc. A/CONF.62/32) - *in* NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. III, 1975, *cit.*, p. 175-182.

⁶⁰ Por exemplo, entre outros, os representantes de Singapura e de Trindade e Tobago - **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. II, 1975, *cit.*, p. 54 e 68, respectivamente.

⁶¹ Doc. A/CONF.62/C.1/L.5, de 8 de Agosto - documento de trabalho sobre as consequências económicas da exploração e aproveitamento do fundo dos mares, *in* NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. III, 1975, *cit.*, p. 191-196.

⁶² Dos principais metais contidos nos nódulos polimetálicos, o Canadá, apenas, importa o manganésio. É responsável por 38,1% da produção mundial de níquel, por 10,7% da produção mundial de cobre e por 7,5% da produção mundial de cobalto. No total da produção mineral está na posição quinta. Por isso, na negociação do *item* limites à produção, sempre esteve ao lado de outros produtores terrestres como a Indonésia, Filipinas, Zaire, Zâmbia e Zimbabwe - FILARDI, Linda - Canadian Perspectives on Seabed Mining: The Case of the Production Limitation Formula. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 13, number 4: (1984), p. 460 e 473; BUZAN, Barry - Canada and the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 11, number 3-4: (1982), p. 149-180.

⁶³ Sobre a Indonésia e o mar ver AGOES, Etty R. - Indonesia and the LOS Convention. Recent developments in ocean law, policy and management. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 15, number 3: (March 1991), p. 122-131.

⁶⁴ BEER-GABEL, J. - L'Exploitation du Fond des Mers dans l'Intérêt de l'Humanité : Chimère ou Réalité?, *cit.*, p. 175.

consumidores, que são, na sua grande maioria, países em vias de desenvolvimento⁶⁵. No decurso das restantes intervenções, começou a ser defendida a ideia de equilíbrio entre os interesses dos consumidores e dos produtores terrestres.

Por fim, na sessão de Caracas de 1974, a questão da estrutura, poderes e funções da Autoridade não foi debatida de modo autónomo, muito embora, lateralmente, a propósito do sistema de exploração e aproveitamento, muitas delegações tivessem referido que a Autoridade deveria ter um órgão plenário deliberativo, a assembleia, um órgão executivo de composição mais restrita, o conselho, um secretariado e um órgão operacional, a empresa, com poderes para, directamente, desenvolver actividades no fundo do mar. Houve, também, delegações que reconheciam à assembleia a função de criar os organismos auxiliares necessários. Começou, igualmente, a ganhar corpo a ideia da criação de um sistema eficaz para a resolução das controvérsias⁶⁶. De qualquer modo, a dicotomia existente no Comité de Fundos manteve-se⁶⁷.

No terceiro período de sessões da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizado em Genebra, entre 17 de Março e 9 de Maio de 1975, o Comité I e o seu Grupo de

⁶⁵ NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. III, 1975, *cit.*, p. 195 e STEVENSON, John R. e OXMAN, Bernard H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1974 Caracas Session. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 10.

⁶⁶ Ver intervenções várias, nomeadamente as dos representantes do Sri Lanka, Austrália, Perú, Chile, Cuba, Nigéria, Áustria, Quénia, Madagáscar, Suíça, Tailândia, Bangladesh, Dinamarca, Estados Unidos da América - *in* NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. II, 1975, *cit.*, várias páginas.

Por exemplo, o representante do Perú, em 11 de Julho de 1974, declarou perante o Comité I: “... o poder fundamental deve caber a um órgão plenário, a assembleia, em que estarão representados todos os membros. O órgão executivo deveria estar subordinado a uma assembleia. Além disso, a Autoridade deveria dispor de um órgão com carácter de empresa, que se chamaria na realidade “a empresa” ... a delegação do Perú prefere um sistema puramente democrático. Toda a fórmula inspirada nos acordos de Yalta e que dessem preponderância a certos países poderosos e ricos seria simplesmente incompatível com a Declaração de princípios ...”. O representante do Bangladesh, a propósito da votação, disse, em 16 de Julho de 1974, que a sua delegação “insistirá decididamente para que não se estabeleça um direito de veto, nem um sistema de votos ponderados no Conselho, porque o conceito de veto implica a desigualdade dos Estados e uma vontade de hegemonia que não pode tolerar-se ...”. No polo oposto situam-se intervenções como a do representante dos Estados Unidos da América que, em 17 de Julho afirmou: “A Autoridade deverá ter o controlo e o exercício através dos seus órgãos principais: a assembleia, que fixaria as directrizes da política geral; o conselho, que tomaria decisões executivas; o órgão operacional, que se encarregaria dos assuntos quotidianos da Autoridade e o mecanismo de solução de controvérsias”.

⁶⁷ O ano de 1974 foi particularmente rico em intervenções não só no seio da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, mas também fora, a nível regional. É, assim, de assinalar a reunião do Conselho de Ministros da Organização de Unidade Africana, realizada em Mogadicho, na Somália, de 6 a 11 de Junho, onde foi aprovada uma Declaração que, entre outras coisas, reafirma o conceito de património comum da humanidade e a necessidade de criação de uma Autoridade internacional dotada de amplos poderes (Doc. A/CONF.62/33). Também, em Kampala, no Uganda, de 20 a 22 de Março, do mesmo ano, se tinha realizado uma Conferência de Estados em vias de desenvolvimento sem litoral e geograficamente desfavorecidos, em que foi aprovada a Declaração de Kampala, em que era reivindicado o direito de livre acesso à zona dos fundos do mar de modo a poder participar nas actividades de exploração e aproveitamento da referida zona e o direito de estar representados de modo adequado e proporcional nos órgãos do mecanismo internacional dos fundos marinhos (Doc. A/CONF.62/23) - BRICEÑO BERRÚ, José Enrique, *op. cit.*, p. 110, nota 42.

Trabalho continuaram a análise das questões mais importantes em debate. A propósito da questão de exploração e aproveitamento da Área, além dos documentos apresentados na sessão anterior pelos Estados Unidos da América, pelo Grupo dos 77, pelos oito Estados Europeus e pelo Japão, a Comissão teve perante si um novo documento de trabalho apresentado pela União Soviética⁶⁸. Com base nesses documentos, o Grupo de Trabalho, presidido por C. W. Pinto, do Sri Lanka, procurou, num documento anónimo oficioso - CP/Cab.12 - apresentar um texto único sobre o sistema contratual de operações conjuntas para uso da Autoridade, que tivesse em linha de conta as principais preocupações das delegações e pudesse servir de base para o debate⁶⁹. Este documento, com apenas vinte parágrafos, intitulado *Basic Conditions of Exploration and Exploitation*, representa um esforço do próprio Presidente do Grupo para conseguir uma solução de compromisso e, para tanto, continha o chamado sistema “paralelo”⁷⁰. De acordo com o parágrafo 3º do documento, a Autoridade deveria designar sectores do fundo do mar para exploração e aproveitamento pelos Estados contratantes. O parágrafo 4º previa a possibilidade de a Autoridade celebrar contratos com os Estados contratantes, ou empresas estaduais, ou pessoas físicas ou jurídicas para actividades na Área. O parágrafo 7º regulava um aspecto totalmente novo do sistema ao estabelecer: “Cada peticionário de actividades de aproveitamento deve propor à Autoridade duas áreas alternativas de valor comercial equivalente para a realização de operações nos termos do contrato. A Autoridade escolherá uma das áreas para área reservada, de acordo com o parágrafo

⁶⁸ Doc. A/CONF.62/C.1/L.12, de 21 de Março de 1975 - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: documento de trabalho sobre as disposições fundamentais das normas e estipulações aplicáveis à exploração e aproveitamento dos recursos minerais dos fundos marinhos fora dos limites da plataforma continental, que deverão fazer parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Neste documento, pela primeira vez, a URSS admite a possibilidade de a organização internacional a criar poder, autonomamente, desenvolver actividades de exploração e aproveitamento na Área. In **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. IV, 1975. Número de venta: S. 75.V.10, p. 190-197.

⁶⁹ Ver, a este propósito, a intervenção de C. W. Pinto, em 25 de Abril de 1975, in **NACIONES UNIDAS**, *idem*, p. 57-58.

A sigla CAB correspondia às iniciais da secretária que tinha escrito e reproduzido este e outros documentos - Christine Alexandra Bennett, in LÉVY, Jean-Pierre - **La Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Histoire d'une négociation singulière**. Préface de Michel VIRALLY. Introduction par Jean-Pierre QUÉNEUDEC. Paris : Éditions A. Pédone, 1983. Publications de la Revue Générale de Droit International Public. ISBN 2-233-00122-2, p. 55.

⁷⁰ É o *banking system*. Este sistema era um modo de colocar à disposição da Empresa bons sítios, que ela poderia oferecer depois a empresas através de acordos ou *joint ventures*. Esta ideia de *joint ventures* entre a Empresa e outras entidades foi sugerida, pela primeira vez, pelos canadianos e foi retomada por Pinto e Ratiner, nos começos de 1975, mas teve fraca aceitação por parte dos países em vias de desenvolvimento - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 120.

Durante a terceira Sessão, em Genebra, o delegado da representação britânica, David Ennals, sugeriu, numa conferência de imprensa, que a ideia de *joint ventures* oferecia a melhor base para o acordo, acrescentando, na resposta a uma questão, que tal não significava que os seus termos teriam que ser estabelecidos de modo detalhado na Convenção e que pensava que poderiam ser deixados, em larga medida, para a Autoridade decidir - OGLE, Roderick - **Internationalizing the Seabed**. England, U.S.A. : Gower Publishing Company Limited, 1984 - reprinted 1985. ISBN 0-566-00629-4, p. 150.

8^o⁷¹. O aspecto mais saliente deste “sistema paralelo”⁷² era o facto de as actividades dos Estados e entidades privadas nas suas próprias áreas serem reguladas pela legislação nacional e, por isso mesmo, escaparem ao controlo da Autoridade. O sistema paralelo reconhecia à Autoridade controlo sobre as actividades que lhe cabiam e permitia a outras entidades terem acesso a outras partes da Área, sujeitando-se apenas à legislação dos seus próprios Estados.

Esta solução de compromisso não agradou aos países em vias de desenvolvimento pelo facto de permitir que parte da Área escapasse ao controlo da Autoridade e, por isso, foi rejeitada, mantendo-se, ao longo da sessão, por um lado, os países industrializados a não aceitarem o monopólio da Autoridade e, por outro lado, os países em vias de desenvolvimento irredutíveis quanto a esse monopólio. Os textos apresentados, ao longo da Conferência, eram verdadeiros monólogos que testemunham o impasse das negociações. De qualquer modo, a homogeneidade do Grupo dos 77 foi um pouco abalada nesta altura, porque alguns países em vias de desenvolvimento, sobretudo alguns países da América Latina, cujo nível de desenvolvimento económico lhes permitia antever a possibilidade de participarem nas actividades do fundo do mar, num futuro não muito longínquo, consideraram o projecto Pinto como uma base válida de negociação, pois a hipótese de terem acesso a áreas já consideradas rentáveis era uma vantagem que não podiam perder⁷³.

No final da Sessão de Genebra de 1975, como já foi referido, apareceu o Texto Simples de Negociação Informal (ou Texto Único de Negociação Informal)⁷⁴, elaborado pelos presidentes dos três Comités Principais, cabendo ao Presidente do I Comité⁷⁵ a redacção da parte do texto relativa

⁷¹ Alguns países desenvolvidos fizeram reservas a este sistema. Tratava-se de países de importância média que viam na obrigação do parágrafo 7 de explorar dois sítios, para depois ficar apenas com um, um ónus demasiado pesado, pois envolvia grandes despesas - nota 54, p. 193 de BEER-GABEL, J. - L'Exploitation du Fond des Mers dans l'Intérêt de l'Humanité : Chimère ou Réalité?, *cit.*.

⁷² Este sistema teve na sua origem uma proposta verbal feita pela delegação americana e a proposta escrita apresentada pela URSS e constante do Doc. A/CONF.62/C.1/L.12 - BEER-GABEL, J., *idem*, p. 193-194.

⁷³ BEER-GABEL, J., *idem*, p. 199.

⁷⁴ Doc. A/CONF.62/WP.8, de 7 de Maio de 1975, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. IV, 1975, *cit.*, p. 145-159.

⁷⁵ O Presidente do I Comité, Engo, interpretou o seu mandato como uma delegação de poderes substantivos. Era uma pessoa com uma personalidade própria, com relações tensas com o Presidente do Grupo de Trabalho, C. W. Pinto, desconfiando, também, de outros diplomatas que desejavam ultrapassar impasses que iam surgindo relativamente ao regime do fundo do mar, confiando mais num pequeno grupo, chamado “mafia do primeiro Comité”, do qual faziam parte, Soto, Thompson Flores e Ratiner. Engo tinha, também, uma maneira própria de agir, fazendo alterações de última hora em textos que tinham sido produzidos por grupos de trabalho, causando, desse modo, complicações desnecessárias.

Quando Amerasinghe pediu a Engo para lhe apresentar, no final da sessão, um texto de negociação sobre as matérias do I Comité, Engo encarregou Pinto da sua elaboração. O método de trabalho de Pinto era simples. Começou por escrever, sob a forma de tratado, o que sentia ser a posição do Grupo dos 77 e levou o projecto aos países desenvolvidos, para saber a sua opinião, depois fez as alterações. De seguida foi com o novo texto ao Grupo dos 77 ... e assim sucessivamente. Ele considerava que este *pendulum approach* era um modo apropriado para o seu trabalho. Mas Engo não esperou que Pinto o concluísse. O texto apresentado por Engo continha desvios ao que tinha sido acordado, tendo, por isso, os Estados, sobretudo os desenvolvidos, ficado indignados com as alterações. Por causa

aos assuntos que estavam a seu cargo. Nesse texto, claramente influenciado pelas posições do Grupo dos 77, não havia qualquer referência ao sistema paralelo. De acordo com o artigo 9º - “Princípios gerais relativos às actividades na Área” - o aproveitamento dos recursos do fundo do mar deveria “promover um desenvolvimento saudável da economia mundial e um crescimento equilibrado do comércio internacional e evitar ou reduzir ao mínimo os efeitos adversos nos rendimentos e nas economias dos países em vias de desenvolvimento resultantes de uma diminuição considerável dos rendimentos das suas exportações de minerais e de outras matérias primas originárias do seu território que também existam na Área”. O mesmo artigo mandava ter em consideração os interesses dos produtores e dos consumidores de minerais e a partilha equitativa dos benefícios obtidos desses recursos, tendo particular atenção pelos interesses e necessidades dos países em vias de desenvolvimento, quer sejam ribeirinhos quer não tenham litoral. De acordo com o artigo 11º, a Autoridade deveria adoptar as medidas necessárias para promover a transferência de tecnologia e dos conhecimentos científicos relativos às actividades na Área, principalmente para os países em vias de desenvolvimento. O artigo 18º encorajava a participação dos países em vias de desenvolvimento, incluindo os Estados sem litoral e outros Estados em situação geográfica desfavorecida, nas actividades da Área. O direito de administrar a Área, gerir os seus recursos e controlar as actividades nela desenvolvidas cabia à Autoridade - artigo 21º nº 1. Esta, segundo o artigo 22º, gozava de poder discricionário para decidir se queria desenvolver directamente as actividades ou se queria celebrar contratos ou associar-se com Estados Partes ou empresas estatais ou pessoas físicas ou jurídicas que possuam a nacionalidade desses Estados ou que sejam efectivamente controladas por eles ou por seus nacionais. Os contratos ou associações deveriam assegurar sempre o controlo directo e efectivo da Autoridade. Este documento tinha um Anexo prevendo as condições básicas da exploração e aproveitamento. De acordo com o nº 1 do Anexo I “uma vez que a Área e seus recursos são património comum da Humanidade, todos os direitos sobre os recursos pertencem à Autoridade em representação de toda a Humanidade. Esses recursos são inalienáveis”. A Empresa (*operating arm*) deveria desenvolver directamente todas as actividades relativas à gestão dos recursos. No caso de lhe faltarem o pessoal, o equipamento e os serviços necessários para as suas actividades, deveria obtê-los através de um contrato - nº 4 d). O nº 5 regulava os pedidos de Estados Partes ou de entidades privadas controladas por um Estado Parte para celebrar um contrato com a Autoridade para desenvolver actividades na Área. A Autoridade, pelo nº 7, dispunha do poder de adoptar normas relativas aos

deste incidente, o Grupo de Trabalho do I Comité desapareceu nos finais de 1975. Este episódio afectou negativamente as negociações e contribuiu para um esfriamento do governo dos Estados Unidos em relação ao regime do fundo do mar - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 113 -114 e 121-123, respectivamente.

requisitos necessários para requerer a realização dos contratos referidos, bem como as características que os peticionários deviam ter. No entanto, se o peticionário reunisse todas as exigências financeiras, a Autoridade não devia, de acordo com o nº 8 a), recusar celebrar um contrato com ele.

O artigo 22º do Texto Simples de Negociação foi considerado, por um representante dos Estados Unidos da América, como a causa do impasse das negociações, porque consagra a solução, sempre rejeitada pelos países desenvolvidos, de apenas a Autoridade poder conduzir as actividades na Área, ou directamente ou através de acordos com Estados ou entidades privadas, mas, neste caso, apenas se e quando a Autoridade o achasse conveniente⁷⁶.

Relativamente à questão da estrutura, poderes e funções da Autoridade, o Texto Simples de Negociação Informal situava-se na linha que vinha dominando os trabalhos. Assim, previa como órgãos principais da Autoridade uma Assembleia, um Conselho, um Tribunal, uma Empresa e uma Secretaria.

A Assembleia, composta por todos os membros da Autoridade, seria o órgão supremo, cabendo-lhe “estabelecer directivas gerais e emitir instruções de carácter geral sobre a política que têm que seguir o conselho e os outros órgãos da Autoridade relativamente a quaisquer questões ou assuntos compreendidos no âmbito da presente Convenção. Também poderá examinar quaisquer questões ou assuntos compreendidos no âmbito da presente Convenção e fazer recomendações sobre os mesmos”⁷⁷. Diferentemente, o Conselho seria composto “por trinta e seis membros da Autoridade eleitos pela Assembleia, vinte e quatro dos quais serão eleitos de acordo com o princípio da representação geográfica equitativa e doze visando representar interesses especiais, tendo em vista o princípio da representação geográfica equitativa”⁷⁸. “O Conselho será o órgão

⁷⁶ Os Estados Unidos rejeitaram o Texto Simples de Negociação Informal. No entanto, em Agosto de 1975, e dado o interesse americano em relação à liberdade de navegação e ao regime dos estreitos, Henry Kissinger, no *American Bar Association Meeting*, em Montreal, afirmou que se os interesses essenciais dos Estados Unidos fossem protegidos, poderiam concordar com o reconhecimento à Autoridade do direito de conduzir as operações mineiras em nome da comunidade internacional - SCHMIDT, Markus G., *idem.*, p. 124.

⁷⁷ Artigos 25º e 26º nº 1.

⁷⁸ A eleição será feita pela seguinte ordem:

- “a) seis membros que tenham feito investimentos importantes na exploração da Área e aproveitamento dos seus recursos, que tenham a tecnologia avançada necessária e membros que sejam grandes importadores de minerais terrestres que também se obtenham da Área; no entanto, na primeira eleição, pelo menos um dos seis membros, deverá ser da região da Europa Oriental (socialista).
- b) seis membros são eleitos entre os países em vias de desenvolvimento, cada um pertencendo a uma das categorias seguintes:
 - Estados exportadores de minerais terrestres que também se podem obter dos recursos da Área;
 - Estados importadores dos minerais mencionados na alínea i);
 - Estados com uma grande população;
 - Estados sem litoral;
 - Estados em situação geográfica desfavorecida;
 - Países menos desenvolvidos.

executivo da Autoridade. Exercerá os poderes e desempenhará as funções que lhe sejam conferidos pela presente Convenção. No exercício de tais poderes e no desempenho de tais funções, o Conselho atenderá às directivas gerais e instruções de política formuladas pela Assembleia” - artigo 28º. O Texto Simples estabelecia, como órgãos auxiliares do Conselho, uma Comissão de Planeamento Económico e uma Comissão Técnica, cada uma composta por quinze membros e com a função de, nomeadamente, fazer recomendações ao Conselho.

Eram previstos, igualmente, como órgãos da Autoridade, o Tribunal, órgão cuja jurisdição abrangia não só as controvérsias entre Estados Partes, mas também entre Estados Partes e um nacional de outro Estado Parte, entre nacionais de Estados Partes diferentes ou entre um Estado Parte ou um nacional de um Estado Parte e a Autoridade ou a Empresa⁷⁹; a Empresa, “órgão que com sujeição às directrizes gerais de política e à supervisão do Conselho, empreenderá a preparação e execução das actividades da Autoridade na Área, de acordo com o artigo 22º”⁸⁰; e a Secretaria, a qual “compreenderá um Secretário Geral e o pessoal necessário à Autoridade. O Secretário Geral será nomeado pela Assembleia sob recomendação do Conselho e será o mais alto funcionário administrativo da Autoridade” - artigo 36º.

Pelo que ao procedimento de tomada de decisões diz respeito, o Texto Simples consagra a regra dos dois terços, muito embora a sua concretização em relação à Assembleia e ao Conselho seja diferente. Assim, nos termos do artigo 25º nº 6, na Assembleia “as decisões sobre as questões de fundo e as decisões sobre se uma questão é de fundo ou de procedimento serão adoptadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, sempre que tal maioria inclua pelo menos a maioria dos membros da Autoridade. As decisões sobre outras questões serão adoptadas por maioria dos membros presentes e votantes. Relativamente ao Conselho, o artigo 27º nº 6 estabelece: “as decisões sobre questões importantes serão adoptadas por maioria de dois terços mais um dos membros presentes e votantes. A decisão sobre se uma questão é ou não importante será adoptada por maioria de dois terços. As decisões sobre outras questões serão adoptadas por uma maioria dos membros presentes e votantes”.

Na quarta Sessão da Conferência⁸¹, realizada em Nova Iorque, entre 15 de Março e 7 de Maio de 1976, foi preparado pelos Presidentes dos Comités Principais um novo texto de

c) Vinte e quatro membros escolhidos de acordo com o princípio da representação geográfica equitativa. Para tais efeitos considera-se como regiões geográficas as seguintes: África, Ásia, Europa Oriental (socialista) América Latina e Europa Ocidental e Outros” - artigo 27º nº 1.

⁷⁹ Artigos 32º e 57º.

⁸⁰ Artigo 53º.

⁸¹ Nos começos de 1976, realizaram-se consultas intersessões que levaram a um duplo processo de negociação, na quarta Sessão. Em Fevereiro, Engo convocou um pequeno grupo de delegados para se reunirem em Nova Iorque. Este

negociação, o Texto Simples de Negociação Revisto⁸². O texto revisto é precedido de uma “nota” da autoria do Presidente da Conferência, em que é afirmado que, “ao prepararem estes textos, os Presidentes deveriam ter em conta todos os debates oficiais e oficiosos realizados ... o texto seria de carácter oficioso e não prejudicaria a posição de nenhuma delegação nem constituiria um texto negociado ou uma transacção aceite. O texto simples oficioso de negociação deveria servir apenas como método de procedimento e constituiria unicamente uma base para as negociações sem afectar nem as propostas já apresentadas pelas delegações, nem o seu direito de apresentarem emendas ou novas propostas”⁸³.

O Texto Simples de Negociação, apresentado no final da sessão anterior, foi objecto de análise e estudo pelas delegações no período intersessão, sendo a quarta Sessão dedicada, essencialmente, à preparação de um novo texto, texto este que deveria, na medida do possível, reflectir o resultado das negociações oficiosas realizadas.

O texto revisto pelo Presidente do I Comité constitui a Parte I do novo documento e é composto por sessenta e três artigos, três anexos - Anexo I - condições básicas de prospecção, exploração e aproveitamento; Anexo II - estatuto da Empresa; e Anexo III - estatuto do sistema de resolução de controvérsias relativas aos fundos marinhos - e ainda um Anexo Especial relativo aos Acordos Financeiros⁸⁴. O documento é precedido de uma “nota introdutória”⁸⁵ apresentada pelo Presidente do I Comité, na qual dá conta das inovações do novo texto relativamente ao anterior.

Como referimos, o Texto Único de Negociação não teve qualquer acolhimento por parte dos países industrializados dada a sua total orientação pró Grupo dos 77, de modo que o Texto Revisto continha algumas alterações no sentido desejado por esses países. Assim, embora mantendo que “as actividades na Área são levadas a cabo directamente pela Autoridade”, admitia, igualmente, que os Estados Partes ou empresas estatais ou pessoas físicas ou jurídicas, que possuíssem a nacionalidade dos Estados Partes ou que fossem efectivamente controladas por eles

grupo compreendia os Estados Unidos da América e alguns países em vias de desenvolvimento moderados e tinha como missão estudar e modificar o Texto Simples de Negociação. De vez em quando, Engo divulgava documentos com as suas iniciais PBE, em que dava conta dos progressos das negociações. Simultaneamente, uma iniciativa conjunta dos Estados Unidos e do Brasil levou à formação de um grupo secreto, chamado Grupo do Brasil, porque se encontrava na missão brasileira das Nações Unidas, que visava alterar as emendas que Engo tinha feito no Texto Simples - SCHMIDT, Markus G., *idem*, p. 125 e BEER-GABEL, J. - L'Exploitation du Fond des Mers dans l'Intérêt de l'Humanité : Chimère ou Réalité?, *cit.*, p. 206.

⁸² Doc. A/CONF.62/WP.8/REV.1/PART I - Texto Único Revisto para Fins de Negociação, in **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. V, 1976. Número de venta: S.76.V.8, p. 135 e s..

⁸³ Doc. A/CONF.62/WP.8/REV.1/PART I - Texto Único Revisto para Fins de Negociação, in **NACIONES UNIDAS**, *idem*, p. 136.

⁸⁴ Doc. A/CONF.62/WP.8/REV.1/PART I - Texto Único Revisto para Fins de Negociação, in **NACIONES UNIDAS**, *idem*, p. 135-163.

⁸⁵ Doc. A/CONF.62/WP.8/REV.1/PART I - Texto Único Revisto para Fins de Negociação, in **NACIONES UNIDAS**, *idem*, p. 136-139.

ou por seus nacionais, quando patrocinadas por tais Estados ou por qualquer agrupamento dos anteriores, pudessem em associação com a Autoridade desenvolver tais actividades (artigo 22º nº 1). O direito dos Estados e outras entidades de levar a cabo as actividades em associação com a Autoridade estava exactamente ao mesmo nível que o direito da Empresa. Por outro lado, enquanto que no primeiro texto era sempre necessário um contrato para as actividades que a Autoridade decidia permitir, mesmo para as actividades desenvolvidas pela Empresa⁸⁶, agora apenas as actividades que não fossem levadas a cabo directamente pela Autoridade precisavam de um contrato, nos demais casos bastava um plano de trabalho (artigo 22º nº 2).

Para as actividades que se realizassem em associação com a Autoridade e sob a sua fiscalização, os parágrafos 7 e 8 do Anexo I regulavam, de modo detalhado, os requisitos a que deveriam obedecer os peticionários de tais actividades e o modo da sua selecção. A alínea d) do parágrafo 8 merece uma referência especial. Nela está regulado o chamado sistema de reservas ou sistema paralelo ou *banking system*, segundo o qual o peticionário, ao requerer um contrato para exploração apenas ou para exploração e aproveitamento, deveria indicar as coordenadas de uma área cuja superfície total fosse o dobro da que pretendia ou as coordenadas de duas zonas de valor comercial equivalente. Se ele cumprisse as demais condições exigidas para a celebração do contrato, a Autoridade designaria ou metade do total da área indicada ou uma das zonas para as actividades do peticionário, ficando a outra parte para as actividades a levar a cabo pela própria Autoridade, quer directamente, através da Empresa, quer, se achasse conveniente, em associação com a Autoridade por países em vias de desenvolvimento ou outras entidades por eles patrocinadas ou sob o seu controlo efectivo. Era permitido, igualmente, que, nessas zonas reservadas, os países em vias de desenvolvimento se pudessem associar a países industrializados desde que daí resultasse benefícios substanciais para eles, como seria o caso de, no seu território, haver uma fábrica para tratamento dos minerais.

Uma outra alteração importante para os países desenvolvidos, pois diminuía os poderes da Autoridade, dizia respeito às actividades na Área. No Texto Único⁸⁷, tais actividades estavam sujeitas às normas da Convenção e eram objecto de regulamentos da e à supervisão pela Autoridade. O Texto Revisto estabelecia que essas actividades eram reguladas apenas pela Parte I da Convenção⁸⁸. No novo texto, diferentemente do anterior, o contrato era válido para todas as

⁸⁶ Parte B § 4º e Parte C § 5º e 6º.

⁸⁷ Artigo 6º.

⁸⁸ Artigo 17º nº 1.

actividades e reconhecia direitos exclusivos ao contraente no âmbito do contrato⁸⁹, direitos que não incluíam o direito de não uso⁹⁰.

As alterações referidas até agora eram favoráveis aos países desenvolvidos. A única mudança favorável aos países em vias de desenvolvimento⁹¹ estava contida no artigo 9º que tinha como epígrafe: “Princípios gerais relativos aos aspectos económicos das actividades na Área”. O nº 4 deste artigo, e tendo em vista proteger os países em vias de desenvolvimento produtores terrestres de minerais similares aos que irão ser extraídos do fundo do mar, dos efeitos adversos resultantes das actividades do fundo do mar, não se limitou a afirmar, como no texto anterior⁹², que as actividades deviam “evitar ou reduzir ao mínimo quaisquer efeitos adversos ...”, antes propunha três medidas com esse objectivo, a saber:

- acordos sobre os produtos básicos, dos quais a Autoridade poderia ser parte, visando facilitar mercados eficientes e estáveis para os produtos básicos produzidos na Área, a preços remuneratórios para os produtores e justos para os consumidores;
- limites à produção, por um período transitório específico⁹³; e
- um sistema de ajuda económica que permita compensar os efeitos adversos.

Relativamente à estrutura, poderes e funções da Autoridade, o trabalho officioso realizado na Primavera de 1976 permitiu algumas alterações ao Texto Simples de Negociação, no sentido desejado pelos países industrializados. Na nota da autoria de P. B. Engo, que antecede o Texto de Negociação Revisto, está escrito, a este propósito, que “uma das questões centrais que examinamos foi a relação entre a Assembleia e o Conselho. Muito embora os artigos 26 e 28 originais tivessem recebido o apoio de alguns grupos de países, foram objecto de oposição igualmente enérgica por outros grupos ... um possível acordo reside na seguinte direcção: a Assembleia teria a faculdade de formular a política geral; o Conselho teria determinadas prerrogativas, mas estaria sujeito a essa política. Assim, o Conselho teria margem de manobra suficiente para executar as diversas tarefas que lhe foram atribuídas e levar a cabo as operações diárias respeitando as políticas estabelecidas pela Assembleia ... Uma outra questão que se analisou diz respeito ao uso da expressão ‘órgão

⁸⁹ Parágrafos 4 e 11 do Anexo I.

⁹⁰ OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: the 1976 New York Sessions. American Journal of International Law*. Washington: The American Society of International Law. 71 nº 1: (January, 1977), p. 256.

⁹¹ O Grupo dos 77 repudiou o Texto Simples Revisto, pois sentia-se prejudicado pela evolução no sentido dos países industrializados. Os únicos países em vias de desenvolvimento a ganhar com o novo texto eram os produtores terrestres de minerais e os recentemente industrializados, que desejavam obter a tecnologia necessária para as actividades mineiras no fundo do mar, num futuro próximo - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 128.

⁹² Artigo 9º 1 b).

⁹³ A ideia de uma limitação temporária da produção foi sugerida, em Abril de 1976, pelo Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, fora da Conferência, de modo a acalmar os receios dos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres dos minerais produzidos na Área.

supremo director’ para a Assembleia, como órgão da Autoridade. Essa expressão foi criticada ... adoptou-se simplesmente o termo ‘supremo’ ... querendo significar o órgão mais representativo do conjunto da Humanidade. A relação entre a Assembleia e o Conselho deve ser examinada no âmbito dos respectivos poderes e funções. O artigo 24 garante que nenhum desses órgãos actuará de modo que impeça o exercício de poderes e funções concretos confiados ao outro. (Relativamente ao) Conselho não houve tempo para um exame detalhado ... pelo que o actual artigo 27 mantém o texto original. No artigo 25 referem-se os procedimentos de adopção de decisões da Assembleia. Sugeriram-se alguns procedimentos especiais de votação para determinados tipos de decisão ...”⁹⁴.

Analisando o Texto Revisto, vemos que a “Assembleia, enquanto órgão supremo da Autoridade, tem o poder de definir a política geral que a Autoridade deverá seguir relativamente a quaisquer questões ou assuntos compreendidos no âmbito da competência desta, mediante a adopção de resoluções e a formulação de recomendações”⁹⁵. Diferentemente, o Conselho é o “órgão executivo da Autoridade ... (por isso) tem poder para estabelecer a política concreta da Autoridade em relação a todas as questões ou assuntos ... e de modo compatível com as políticas gerais estabelecidas pela Assembleia”⁹⁶. Por seu turno, o artigo 24 n° 4 estabelece que “cada um dos órgãos principais deverá exercer as atribuições e funções que lhe são conferidas e deverá abster-se, salvo disposição expressa em contrário da presente Convenção, de adoptar decisões susceptíveis de impedir o exercício das atribuições e funções concretas conferidas a outro órgão”. Relativamente ao procedimento de adopção de decisões pela Assembleia (relativamente ao Conselho, como se referiu, manteve-se o regime do Texto Simples) o artigo 25°, mantendo, embora, a regra dos dois terços dos membros da Autoridade para aprovação de questões de fundo, consagrou algumas novidades no sentido das pretensões dos países industrializados. Assim, o n° 8 estabelece um prazo entre a aprovação de uma decisão e o início dos seus efeitos: “Toda a decisão da Assembleia sobre uma questão de fundo importante produzirá efeitos decorridos noventa dias consecutivos contados a partir do período de sessões em que foi adoptada, desde que nesse prazo um terço mais um de membros da Autoridade não tenha notificado a sua objecção por escrito ao Secretário Geral da Autoridade”. Caso haja essa notificação, o Secretário Geral levará o assunto, num período de sessões extraordinário, à Assembleia Geral para sua reconsideração. Este procedimento não se aplicará às decisões sobre questões de fundo importantes que tenham sido adoptadas por consenso. Por outro lado, os n°s 9 e 11 do mesmo artigo permitem o adiamento da

⁹⁴ NACIONES UNIDAS - *Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar* ..., vol. V, 1976, *cit.*, p. 138-139.

⁹⁵ Artigo 26° n° 1.

votação, respectivamente, por um prazo de cinco dias consecutivos, quando quinze representantes o solicitem⁹⁷; ou a pedido de, pelo menos, um quarto dos membros da Autoridade, desde que a medida visada seja sujeita ao Tribunal para parecer quanto à sua legalidade. Neste caso a votação é adiada até que o Tribunal emita o seu parecer⁹⁸.

A pedido dos Estados Unidos da América, ainda em 1976, realizou-se uma quinta Sessão da III Conferência, em Nova Iorque, de 2 de Agosto a 17 de Setembro.

Nesta Sessão e após consultas officiosas sobre a organização dos trabalhos, o Comité I, em 5 de Agosto, acordou, por unanimidade, criar um Grupo de Trabalho⁹⁹ para, em reuniões officiosas, examinar o sistema de aproveitamento da zona internacional dos fundos marinhos, em especial o artigo 22º da Parte I do Texto Simples Revisto e as disposições conexas do Anexo I sobre as condições básicas de prospecção, exploração e aproveitamento. Este Grupo de Trabalho, copresidido por Jagota, da Índia, e Sondaal, dos Países Baixos, preparava relatórios semanais conjuntos¹⁰⁰ para serem apresentados ao I Comité.

Nas reuniões do Grupo de Trabalho realizadas em 18 e 19 de Agosto, foram apresentados três documentos - nº 1, 2 e 3 - respectivamente pelo Grupo dos 77, pela URSS e pelos Estados Unidos da América.

Em 26 de Agosto, o Grupo de Trabalho decidiu estabelecer um grupo de negociação *ad hoc* de carácter mais officioso. Este grupo era composto por vinte e seis membros¹⁰¹, mas estava aberto a todas as delegações.

⁹⁶ Artigo 28 nº 1.

⁹⁷ Artigo 25º nº 9 - “Quando uma questão de fundo vai ser sujeita a votação pela primeira vez, o Presidente poderá e deverá se, pelo menos, quinze representantes lho solicitarem, adiar a questão de submeter esse assunto a votação durante um prazo não superior a cinco dias consecutivos. As disposições do presente parágrafo só poderão aplicar-se uma vez ao mesmo assunto”.

⁹⁸ Artigo 25º nº 11 - “Mediante pedido expresso prévio dirigido ao Presidente e apoiado por um mínimo de um quarto dos membros da Autoridade, adiar-se-á a votação sobre qualquer assunto sujeito à Assembleia enquanto é enviado ao Tribunal para que emita um parecer consultivo sobre a legalidade das medidas propostas. A votação sobre o referido assunto será adiada até que o Tribunal dê o seu parecer. Se o parecer não é recebido durante o período de sessões em que é solicitado, a Assembleia decidirá quando deverá reunir-se para votar sobre a questão cujo exame se adiou”.

⁹⁹ 26ª reunião, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. VI, 1977. Número de venta: S. 77.V.2, p. 67-68 e Doc. A/CONF.62/C.1/L.18 - *Exposición sobre las actividades de la Primera Comisión*, 16 Setembro de 1976, p. 186-187.

¹⁰⁰ Doc. A/CONF.62/C.1/WR.1 a 4, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 187-190.

¹⁰¹ República Federal da Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Checoslováquia, Equador, Estados Unidos da América, França, Gana, Indonésia, Irão, Iraque, Jamaica, Japão, México, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Democrática da Alemanha, República Unida da Tanzânia, Senegal, Sri Lanka, Tunísia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Zâmbia. Na semana de 6 de Setembro, a Indonésia foi substituída pelas Filipinas - NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 190 e 191.

Nesta sessão e a pedido de várias delegações, Zuleta, Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas, apresentou um estudo sobre as diferentes possibilidades de financiamento da Empresa e sobre os meios de obter a tecnologia necessária para começar a funcionar¹⁰².

Como seria de esperar, o Grupo dos 77 rejeitou o Texto Único de Negociação Revisto, pois considerava-o mais favorável aos países desenvolvidos e, por isso, como já referimos, apresentou um documento de trabalho em que defendeu a preeminência da Autoridade e o seu controlo pleno e efectivo sobre as actividades que se realizem na Área, como meio de assegurar o cumprimento das disposições da Convenção. Para tanto, era necessário fazer da Empresa uma entidade concreta e financeiramente viável. Nesse sentido, propunha que as actividades na Área deveriam ser conduzidas exclusivamente pela Autoridade, ou directamente através da Empresa, ou, quando assim o decidisse, através de uma forma de associação entre a Autoridade e os Estados Partes ou entidades públicas ou privadas¹⁰³. As actividades da Empresa deveriam ser conduzidas de acordo com um plano de trabalho formal escrito, mas as actividades em associação com Estados ou outras entidades deveriam desenvolver-se de acordo com um contrato celebrado com a Autoridade. No Anexo do documento, o Grupo dos 77 reconhecia à Autoridade a liberdade de adoptar os procedimentos administrativos, normas e regulamentos com os critérios adequados à formulação dos pedidos, assim como os requisitos que deveriam ter os petiçãoários de um contrato. O objectivo era garantir que a Autoridade não fosse obrigada a aceitar um qualquer plano de trabalho. Este documento do Grupo dos 77 foi bastante criticado pelos países industrializados, pois representava um retrocesso ao início das negociações.

O documento da União Soviética previa que as actividades na Área poderiam ser realizadas pelos Estados Partes e directamente pela Autoridade. Esta determinaria a parte ou partes onde realizaria as suas actividades, a qual (ou quais), em tempo algum, poderia(m) superar a área total destinada aos Estados. Estes tinham que fazer contratos com a Autoridade para a realização das suas actividades e ficavam sujeitos à sua efectiva vigilância financeira e administrativa. Os Estados Partes poderiam desenvolver as suas actividades através de empresas estatais ou pessoas jurídicas neles registadas e por eles patrocinadas. Os Estados patrocinadores seriam responsáveis pela adopção das medidas necessárias para assegurar o cumprimento por tais entidades das disposições

¹⁰² Doc. A/CONF.62/C.1/L.17 - *Diferentes posibilidades de financiar la Empresa*, 3 de Setembro de 1976, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 180-186.

¹⁰³ O Grupo dos 77 ao admitir (pela primeira vez) que os Estados Partes, isto é, os governos e entidades por eles patrocinadas, ou seja, as empresas privadas, possam ser autorizadas a aproveitar a Área em associação com a Empresa está a retroceder relativamente à sua posição inicial que não permitia qualquer envolvimento das entidades mencionadas - EVRIVIADES, Euripides L. - *The Third World's Approach to the Deep Seabed*. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. Number 3-4: (1982), p. 216-219.

da Parte I da Convenção, do Anexo I e das normas, regulamentos e procedimentos adoptados pela Autoridade. Todos os Estados Partes teriam o direito de participar nas actividades na Área, independentemente da sua situação geográfica, sistema social e nível de desenvolvimento industrial e deveriam ser tidas especialmente em conta as necessidades dos países em vias de desenvolvimento, incluindo os países sem litoral e em situação geográfica desfavorecida.

Por último, o documento dos Estados Unidos da América estabelecia, tal como o do Grupo dos 77, um sistema paralelo, só que aqui a Autoridade não tinha um papel dominante, antes estava em pé de igualdade com os Estados. Assim, além da Autoridade, os Estados Partes e outras entidades tinham o direito de conduzir directamente actividades na Área, mediante contratos com a Autoridade. Diferentemente da proposta do Grupo dos 77, exigia-se à Empresa que celebrasse contratos com a Autoridade. A proposta americana previa, igualmente, que na hipótese de um peticionário preencher todos os requisitos previstos na Convenção, a Autoridade não podia recusar celebrar um contrato com ele. A Autoridade teria poderes de supervisão fiscal e administrativa sobre todas as actividades da Área, tendo em vista garantir o cumprimento efectivo da Parte I da Convenção, do Anexo I e das normas e regulamentos editados pela Autoridade¹⁰⁴.

O documento de trabalho do Grupo dos 77 recebeu o apoio de alguns países industrializados, tais como o Canadá, Austrália, Nova Zelândia e países nórdicos com excepção da Dinamarca. A proposta americana foi apoiada pelos países da Comunidade Europeia e pelo Japão.

A duas semanas do fim dos trabalhos desta sessão, e perante o impasse verificado, fora da Conferência, no decurso de uma recepção dada em 1 de Setembro aos chefes das delegações, de novo, Kissinger¹⁰⁵ fez duas importantes concessões em nome dos Estados Unidos da América, ao anunciar que o seu governo estaria disposto a financiar a Empresa para que esta pudesse iniciar as actividades mineiras simultaneamente e em concorrência com os Estados e entidades privadas e estaria, também, preparado para incluir na Convenção disposições sobre a transferência de tecnologia de modo a que a situação de vantagem de alguns países industrializados estivesse esbatida ao fim de algum tempo. A outra concessão anunciada foi a proposta de um sistema

¹⁰⁴ Doc. A/CONF.62/C.1/WR.5 Y ADD1 - *Informe final de los copresidentes sobre las actividades del grupo de trabajo*, 9 de Setembro de 1976, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. VI, 1977, *cit.*, p. 191-193.

¹⁰⁵ Henry Kissinger dirigiu pessoalmente a delegação americana na sessão de Verão de 1976, a pedido do Presidente Ford, o que prova o empenhamento americano em conseguir uma evolução dos trabalhos da Conferência - BEER-GABEL, J. - *L'Exploitation du Fond des Mers dans l'Intérêt de l'Humanité : Chimère ou Réalité?*, *cit.*, nota 94, p. 225.

Henry Kissinger, além das concessões referidas, afirmou, ainda, que os Estados Unidos da América poderiam pronunciar-se a favor de uma cláusula antimonopólio razoável. Com isto pretendia acalmar alguns países industrializados, nomeadamente a França, Dinamarca, URSS e Itália, que não dispunham, de imediato, de capacidade para empreender actividades no fundo do mar e, por isso, receavam situações de monopólio, tendo mesmo chegado a propor um sistema de quotas - *idem*, p. 217 e 226.

periódico de revisão, isto é, a realização periódica de uma conferência de revisão, com intervalos de, por exemplo, vinte e cinco anos, de modo a adaptar o sistema adoptado¹⁰⁶. O Secretário de Estado norte-americano declarou que se tratava dos últimos esforços do seu país tendo em vista a aprovação de uma Convenção e que se, não obstante os seus esforços, o Grupo dos 77 mantivesse a sua intransigência, aos Estados Unidos da América nada mais restaria que a adopção de medidas unilaterais para regular as actividades do fundo do mar.

No final da quinta Sessão, a Conferência estava num impasse no que respeita ao sistema de aproveitamento dos recursos do fundo do mar, dada a radicalização e endurecimento das posições. O Presidente do I Comité, no seu relatório, no final do trabalho, fez um retrato pessimista do estado das negociações e apresentou o problema central perante o I Comité, formulando três perguntas: 1 - deveria o sistema de aproveitamento prever uma posição garantida e permanente no aproveitamento dos recursos do fundo do mar aos Estados Partes e às empresas privadas?; 2 - deveria uma tal posição para os Estados Partes ou entidades privadas ser considerada apenas se a Autoridade assim o decidisse e nas condições por ela negociadas?; 3 - deveria essa posição ser concebida como temporária e ser suprimida, gradualmente, ao longo de um prazo determinado a ser previsto?¹⁰⁷.

Relativamente à questão dos poderes e funções dos órgãos da Autoridade, nesta sessão do Verão da III Conferência, há apenas a referir o artigo 27º de um texto informal apresentado pelos Estados Unidos da América, em 7 de Setembro de 1976, cujo teor é o seguinte¹⁰⁸:

“1 - O Conselho será composto por trinta e seis membros da Autoridade eleitos pela Assembleia; a eleição seguirá a seguinte ordem:

- a) seis Estados industrializados que tenham feito as maiores contribuições para a exploração e o aproveitamento dos recursos da Área demonstrados por investimentos substanciais ou tecnologia avançada em relação aos recursos da Área, incluindo, pelo menos, um país da Europa de Leste;
- b) seis Estados de entre países em vias de desenvolvimento, incluindo pelo menos dois de entre os menos desenvolvidos;
- c) seis Estados que sejam os maiores produtores das categorias de minerais a ser extraídos da Área;

¹⁰⁶ Doc. A/CONF.62/L.16 - *Informe del Sr. P. B. Engo, Presidente de la Primera Comisión, sobre el labor de la Comisión*, 16 de Setembro de 1976, in *NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ...*, vol. VI, 1977, *cit.*, p. 151-157.

¹⁰⁷ In *NACIONES UNIDAS, idem*, p. 153.

¹⁰⁸ Transcrito na nota 19, p. 254-255, in *OXMAN, Bernard H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: the 1976 New York Sessions, cit.*.

d) seis Estados que sejam os maiores consumidores das categorias de minerais a ser extraídos da Área;

e) doze Estados eleitos de acordo com o princípio da distribuição geográfica equitativa, que inclua pelo menos dois de cada uma das seguintes regiões: África, Ásia, América Latina, Europa de Leste e Europa Ocidental e Outros.

2 - Pelo menos um quarto dos membros do Conselho deverão ser Estados encravados e em situação geográfica desfavorecida.

3 - Ao eleger o Conselho, a Assembleia deverá assegurar que os membros do Conselho, considerados como um todo, são responsáveis por metade do valor da produção e do consumo das categorias de minerais a ser extraídos da Área, tendo em conta os membros da Autoridade.

4 - Um Estado Parte que seja qualificado para a eleição para mais que uma das categorias especificadas no parágrafo 1 acima, deverá escolher a categoria para que quer ser eleito e, no caso de não ser eleito para esta categoria, pode escolher ser candidato para outra categoria para que tenha sido qualificado.

5 - Os membros poder ser reeleitos.

6 - As eleições terão lugar numa sessão regular da Assembleia e cada membro do Conselho será eleito por quatro anos.

7 - O Conselho reunirá na sede da Autoridade e em sessão contínua, a não ser que decida de outro modo.

8 - Cada membro do Conselho terá um voto.

9 - As decisões sobre questões de procedimento serão adoptadas por maioria simples dos membros presentes e votantes.

10 - Excepto nas situações previstas no § 11 deste artigo, todas as decisões sobre questões de fundo serão tomadas por uma maioria de três quartos dos membros do Conselho, desde que tal maioria represente mais que metade do valor total da produção, bem assim como mais de metade do valor total do consumo das categorias de minerais a ser extraídos da Área, tendo em conta os membros da Autoridade. Se qualquer membro do Conselho se opõe à decisão do Presidente sobre se a questão é de fundo ou não, essa questão será tratada como uma questão de fundo a menos que o Conselho, pela maioria especificada neste parágrafo, decida de outro modo.

11 - Todas as decisões respeitantes ao exercício dos poderes e funções do Conselho relativas à adopção de medidas necessárias e apropriadas de acordo com o § 4 do artigo 9, o orçamento da Autoridade e o montante da contribuição dos Estados Partes e assuntos previstos no artigo ... devem ser tomadas por uma maioria de três quartos dos membros do Conselho, desde que

tal maioria represente pelo menos três quartos do valor total da produção, bem assim como três quartos do valor total do consumo das categorias de minerais a ser extraídos da Área, tendo em conta os membros da Autoridade. Se qualquer membro do Conselho se opõe à decisão do Presidente sobre se a questão fica sujeita a este parágrafo ou não, a questão deve ser tratada como estando sujeita a este parágrafo a menos que o Conselho pela maioria especificada neste parágrafo decida de outro modo.

12 - Antes de uma questão de fundo ser posta a votação deve ser aprovada pela maioria especificada no § 10 uma determinação de que foram feitos todos os esforços no sentido de ser conseguido o consenso.

13 - De modo a assegurar a participação mais alargada possível de todos os membros da Autoridade nas decisões do Conselho, cada Estado Parte deverá ter o direito de fixar o valor da produção e do consumo das categorias de minerais a ser extraídos da Área pelo qual ele é responsável em relação a outro Estado Parte para efeitos de composição do Conselho ou em relação a outro membro da Conselho para efeito de votação.

14 - O Conselho deverá estabelecer um procedimento para que um membro da Autoridade não representado no Conselho possa mandar um representante assistir a um encontro do Conselho quando faça um pedido nesse sentido, desde que esteja em análise um assunto que o afecte particularmente. Um tal representante deverá poder participar nas deliberações mas não terá direito de voto”.

Uma análise da proposta americana permite-nos concluir que, de um ponto de vista numérico, os países industrializados estavam mais bem representados, além disso a exigência de que o conjunto dos membros do Conselho devia representar, pelo menos, metade do valor da produção e do consumo das categorias de minerais a ser extraídos da Área reforçava, ainda mais, o seu papel. Pelo que toca ao procedimento de tomada de decisões, era exigida uma maioria bastante confortável para os países desenvolvidos.

3 - O PERÍODO ENTRE 1977 E 1980 - A APROXIMAÇÃO

Contrariamente às previsões de Engo, não foram feitos esforços para uma escolha entre as três hipóteses que ele colocou. Antes, surgiram outras questões na mesa das negociações, tais como a transferência de tecnologia, o controlo de produção e o financiamento da Empresa. Devido ao impasse no trabalho do I Comité, nos finais da quinta Sessão, a Conferência decidiu dedicar duas ou três semanas da sexta Sessão, em 1977, ao trabalho do I Comité.

Dois meses antes do início dos trabalhos da sexta Sessão da Conferência, que teve lugar em Nova Iorque, de 23 de Maio a 15 de Julho, Jens Evensen, chefe da delegação da Noruega, personalidade que, juntamente com outros, tinha já desenvolvido um papel importante para o estabelecimento do regime da zona económica exclusiva (ZEE)¹⁰⁹, teve a iniciativa da realização de uma intersessão, em Genebra, de 28 de Fevereiro a 11 de Março¹¹⁰, em que foram elaborados novos textos para os artigos 22º e 23º (funções da Autoridade) e parágrafo 9 do Anexo I (direitos e obrigações no âmbito do contrato). No decurso dos trabalhos da Conferência, Evensen continuou os seus esforços, realizando encontros informais do chamado Grupo de Trabalho do Presidente do I Comité¹¹¹. No decurso dessas negociações, foram elaborados novos textos dos artigos referidos. Estas revisões, inicialmente mais a favor dos países industrializados, depois alteradas para incluir pontos de vista do Grupo dos 77, não foram, a princípio, aceites por ambos os grupos, mas, apesar disso e aos poucos, começou a haver um certo optimismo no sentido de que existiam condições para a continuação das negociações¹¹².

Na 78ª reunião plenária da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, celebrada em 28 de Junho de 1977, a Conferência decidiu que o Presidente, conjuntamente com os Presidentes dos três Comités Principais, prepararia um novo texto de negociação - o Texto Integrado (ou Composto) de Negociação Oficioso - texto este que deveria reunir, num único documento, todos os projectos de artigos relativos a todas as questões de Direito do Mar, artigos esses que seriam distribuídos por quatro partes. Para tanto, o Presidente da Conferência e os Presidentes dos três Comités Principais formariam uma equipa - o *collegium* - dirigida pelo Presidente da Conferência e da qual fariam igualmente parte o Presidente do Comité de Redacção e o Relator Geral. Muito embora o Presidente da Conferência tivesse liberdade para fazer as propostas que achasse convenientes em relação a qualquer parte do Texto Integrado, o Presidente de cada Comité principal continuava a ser o responsável pela formulação precisa dos preceitos que lhe cabiam.

¹⁰⁹ Sobre a zona económica exclusiva, ver, por todos, RIBEIRO, Manuel de Almeida - **A Zona Económica Exclusiva**. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 1992, e bibliografia aí citada.

¹¹⁰ O Grupo Evensen era formado por cento e setenta delegados de oitenta Estados - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 132.

¹¹¹ Doc. A/CONF.62/C.1/L.20, de 26 de Maio de 1977 - *Declaración formulada por el Sr. P. B. Engo, Presidente de la Primera Comisión, en 38ª sesión, celebrada el 25 de mayo de 1977, in NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales*. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. VII, 1978. Número de venta: S.78.V.3, p. 83-88 e Doc. A/CONF.62/C.1/L.21, de 16 de Junho de 1977 - *Declaración formulada por el Sr. P. B. Engo, Presidente de la Primera Comisión, en 39ª sesión, celebrada el 14 de junio de 1977, in NACIONES UNIDAS, idem*, p. 88-94.

¹¹² OXMAN, Bernard H. - The Third United Nation's Conference on the Law of the Sea: the 1977 New York Session. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 72: (1978), p. 58.

A Conferência acordou, também, que o Texto Integrado de Negociação teria um carácter oficioso, sendo, por isso, um mero instrumento de negociação, sem afectar o direito de qualquer delegação de sugerir revisões tendo em vista obter um consenso.

A estrutura do Texto Integrado não mantinha a ordem das quatro partes do texto revisto para fins de negociação, antes adoptou o princípio de que a ordem mais lógica seria começar por regular as partes do mar sujeitas à soberania e jurisdição nacionais, seguindo-se uma zona intermédia, a ZEE, passando depois para a zona internacional e acabando com as normas relativas à solução de controvérsias. Para que o texto fosse um documento completo, começava por um preâmbulo e algumas disposições de carácter genérico e terminava com as cláusulas finais. Ao texto estavam, ainda, ligados sete anexos onde eram desenvolvidas e pormenorizadas algumas matérias¹¹³.

No final da sexta Sessão e como consequência do acordado, apareceu o Texto Integrado de Negociação Oficioso, contendo todo o texto da futura convenção, passando, nessa altura, a matéria relativa à Área ou Zona a ser tratada na Parte XI, artigos 133º a 192º e Anexo II e III. O texto da Parte XI não foi negociado na sexta Sessão, mas o Presidente do Comité preparou-o com base nas negociações anteriores. Neste texto foram introduzidas várias alterações, principalmente nas matérias que foram objecto de negociação por parte do delegado norueguês¹¹⁴. Tais alterações eram, em geral, incompatíveis com os textos sugeridos por Evensen e, em comparação com o Texto Simples de Negociação Revisto, a Parte XI do Texto Integrado representava um retrocesso, pois o regime nele consagrado desequilibrou o quase equilíbrio, no sentido dos países em vias de desenvolvimento. Assim sendo, era natural que os países industrializados criticassem o novo texto. O retrocesso referido é bem visível nas seguintes alterações: relativamente ao direito de aproveitamento, o novo texto previa que a Autoridade desenvolvesse todas as actividades na Área - a Empresa, Estados Partes e entidades estatais e pessoas físicas e jurídicas poderiam desenvolver tais actividades, mas em nome da Autoridade. Os Estados Partes ou outras entidades só poderiam desenvolver actividades em associação com a Autoridade, nunca isoladamente, e de acordo com um plano de trabalho formal escrito, que deveria ter a forma de contrato¹¹⁵; outra inovação foi a obrigação de os Estados ou entidades partes de um contrato com a Autoridade deverem contribuir com a tecnologia, recursos financeiros e outros que fossem necessários para habilitar a Autoridade

¹¹³ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar - Texto Integrado Oficioso Para Fines De Negociacion: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. VIII, 1978. Número de venta: S.78.V.4.

¹¹⁴ OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nation's Conference on the Law of the Sea: the 1977 New York Session*, cit., p. 58.

¹¹⁵ Artigo 151º n.º 1, 2 - i), ii) e 3 do Texto Integrado Oficioso.

a desempenhar eficazmente as suas funções; no novo texto, um peticionário poderia ter de concordar com a transferência de tecnologia como condição necessária para lhe ser garantido um contrato para o desenvolvimento de actividades na Área¹¹⁶; relativamente à questão dos limites à produção, o Texto Integrado previa que a Autoridade deveria limitar, nos primeiros sete anos, o total de produção de minerais, de modo a que não excedesse o segmento de crescimento acumulado projectado da procura mundial de níquel. Após esses sete anos, a produção total não deveria exceder, anualmente, 60% do segmento de crescimento acumulado da procura mundial de níquel¹¹⁷. A introdução de um período de sete anos era uma inovação em relação ao Texto Simples Revisto. Além do mais, a duração do período transitório, que no texto anterior era de 20 anos, contados a partir de 1 de Janeiro de 1980, foi mudada no novo texto, devendo começar em 1 de Janeiro de 1980 e terminar no dia em que um novo “acordo ... em que participem todas as partes interessadas, entre em vigor”¹¹⁸. Os Estados Unidos da América consideraram que se tratava aqui de um limite artificial “mais limitativo do que era necessário para proteger determinados países em vias de desenvolvimento produtores dos efeitos adversos possíveis ...”; a questão da protecção dos países em vias de desenvolvimento contra os efeitos adversos das actividades de aproveitamento dos recursos do fundo do mar nas suas economias era tratada no artigo 150º n° 1 g) D). Segundo este artigo, a Assembleia da Autoridade, mediante recomendação do Conselho, com base em parecer da Comissão de Planeamento Económico, devia estabelecer um sistema de compensação em favor dos países em vias de desenvolvimento que sofressem efeitos desfavoráveis nos rendimentos das exportações ou nas suas economias resultantes de uma redução dos preços ou do volume dos minerais exportados, desde que tal redução fosse causada pelas actividades na Área. Um outro aspecto inovador neste artigo era o poder ilimitado da Autoridade para regular a produção de minerais, mesmo daqueles que não se extraem dos nódulos¹¹⁹, tendo em vista, além do mais, “a prevenção de monopólios de exploração e aproveitamento de recursos”¹²⁰; por último, com o objectivo de concretizar uma interpretação do princípio do património comum da humanidade favorável aos países em vias de desenvolvimento, a Autoridade foi incumbida de estabelecer um sistema para a partilha equitativa dos benefícios resultantes das actividades na Área, tendo em atenção não só as necessidades dos Estados Partes, mas também de todos os países

¹¹⁶ Artigos 144º, 150º n° 1 c) e Anexo II § 4 c) - ii), § 5 d) - iii), j) - iv), e § 7.

¹¹⁷ Artigo 150º n° 1 g) B) - i). Relativamente à questão da política de produção, o Canadá, dado ser um grande produtor terrestre de níquel, alinhou ao lado do Grupo dos 77, fazendo propostas que não agradavam aos países industrializados - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 196.

¹¹⁸ Artigo 150º n° 1 g) B) - i).

¹¹⁹ Artigo 150º n° g) C).

¹²⁰ Artigo 150º n° 1 f).

em vias de desenvolvimento e “países que ainda não conseguiram a plena independência ou outro estatuto de autonomia”¹²¹. Esta disposição foi largamente criticada pelos países desenvolvidos.

Foi introduzido um novo artigo no texto integrado, o artigo 153º, que previa uma revisão do sistema de aproveitamento, vinte anos após a entrada em vigor da Convenção. O objectivo da revisão era analisar se, nesse período, “se tinha mantido o equilíbrio entre as áreas reservadas para a Autoridade e países em vias de desenvolvimento e as áreas que, ao abrigo de contratos, eram aproveitadas pelos Estados, entidades estatais, pessoas físicas ou jurídicas em associação com a Autoridade”. Se, eventualmente, fosse necessário fazer emendas ao sistema, deveria ser assegurado que eram mantidos o princípio do património comum da humanidade, o regime internacional para um aproveitamento equitativo do património comum em benefício da Humanidade e a Autoridade para desenvolver, organizar e controlar as actividades na Área. Na hipótese de não ser possível um acordo, em cinco anos, para emendar as disposições relativas ao sistema de aproveitamento, as “actividades na Área deverão ser levadas a cabo pela Autoridade através da Empresa e através de empresas mistas negociadas com os Estados ... desde que a Autoridade exerça o controlo efectivo sobre tais actividades”¹²². As disposições deste artigo foram criticadas pelos países mais industrializados, na medida em que “poderiam prejudicar, seriamente, o carácter a longo prazo do regime internacional, exigindo que, se não fosse conseguido acordo em vinte e cinco anos, o regime deveria, automaticamente, converter-se num sistema ‘unitário’, acabando o acesso directo dos contraentes ...”¹²³. Os países industrializados receavam que a conferência de revisão tivesse como resultado o desaparecimento do sistema paralelo em favor de acordos conjuntos, sob o controlo da Autoridade.

Um outro problema importante era a questão do financiamento da Empresa e os termos financeiros dos contratos para a condução de actividades na Área. A proposta de Evensen previa cinco fontes possíveis de financiamento: transferência de fundos da Autoridade, que teria rendimentos resultantes dos contratos com os Estados e companhias; contribuições voluntárias dos Estados; empréstimos; fundos recebidos da cooperação com outros intervenientes nas actividades do fundo do mar; e fundos para cobrir as despesas do primeiro projecto da Empresa através de pagamentos específicos dos Estados Partes. Quer a terceira quer a quinta alternativas foram objecto de controvérsias, porque poderiam envolver outros problemas, tais como, a capacidade de endividamento da Empresa, depósitos de garantias para empréstimos, responsabilidade de cada

¹²¹ Artigo 151º n.º 9. É a chamada cláusula OLP ou cláusula de descolonização - JENISCH, Uwe - Law of the Sea Conference before Session 7. *Aussen Politik*. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 29: 1, (1978), p. 41.

¹²² Artigo 153º n.º 6.

¹²³ OXMAN, Bernard H. - The Third United Nation's Conference on the Law of the Sea: the 1977 New York Session, *cit.*, p. 60.

Estado tendo em vista o pagamento dos empréstimos e as contribuições dos Estados Partes para o primeiro projecto da Empresa.

Relativamente aos termos financeiros dos contratos para as actividades na Área, foram apresentadas duas propostas - Índia e Estados Unidos da América - durante a primeira parte da sexta Sessão¹²⁴. Ambas previam o pagamento de uma taxa aquando do pedido, um imposto sobre a produção e um imposto sobre o lucro, só que na proposta americana estes dois últimos são alternativos, ao passo que na proposta indiana são cumulativos. A proposta indiana previa, também, um “encargo para mineração” que deveria ser pago durante as actividades mineiras e em proporção da quantidade de nódulos autorizados a ser trabalhados¹²⁵. O parágrafo 7º do Anexo II do Texto Integrado baseava-se, sobretudo, na proposta da Índia, estabelecendo uma combinação de taxas de requerimento para pagamento de gastos administrativos, um montante anual fixo, impostos sobre a produção e impostos sobre os lucros¹²⁶.

Por fim, nesta Sessão da III Conferência foi dedicado pouco tempo às questões institucionais, tendo sido feitas, apesar disso, algumas alterações ao Texto Revisto, na parte relativa aos órgãos da Autoridade.

Assim, o artigo 156º do Texto Integrado de Negociação (antigo artigo 24º) no nº 1 previa, como órgãos principais da Autoridade, uma Assembleia, um Conselho e uma Secretaria. Deixou de estar previsto, como órgão principal, o Tribunal.

Por outro lado e relativamente à Assembleia, no actual artigo 157º (anterior 25º), há três importantes alterações. Agora prevê-se que “as decisões sobre questões de fundo serão adoptadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes desde que essa maioria inclua, pelo menos, uma maioria dos membros que participam, nesse momento, nas sessões da Assembleia ...” e já não “maioria de dois terços dos membros da Autoridade”. Com isto procurou-se facilitar a adopção de deliberações na Assembleia. Com o mesmo objectivo, foi eliminado o nº 8 da versão anterior do mesmo artigo, que previa um período de espera de 90 dias para que uma deliberação sobre uma questão importante entrasse em vigor. A terceira alteração consta do nº 8 da nova versão (antigo artigo 25º nº 9), segundo o qual “Quando um assunto de fundo vai ser submetido a votação

¹²⁴ A discussão sobre os termos financeiros dos contratos começou tardiamente, devido, sobretudo, à diferença de pontos de vista entre os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento. As duas principais obrigações financeiras consideradas eram: *production levies* (impostos sobre a produção - uma certa percentagem do valor da produção) e *profits taxes* (imposto sobre os lucros). Os países industrializados preferiam impostos sobre os lucros a impostos sobre a produção, pois a obrigação assim só existiria depois de eles terem recuperado os seus gastos; a URSS preferia o imposto sobre a produção, pois no seu sistema o lucro era desconhecido - OGLEY, Roderick, *op. cit.*, p. 157.

¹²⁵ Mais tarde, quando a Índia obteve o reconhecimento do estatuto de investidor pioneiro, respirou de alívio por a sua proposta não ter sido aceite - OGLEY, Roderick, *idem*, p. 158.

¹²⁶ SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 149.

pela primeira vez, o Presidente poderá, e deverá se um quinto de membros da Assembleia (e não 15 representantes) lho solicitar, adiar a questão de submeter a votação esse assunto, durante um prazo não superior a cinco dias consecutivos ...”.

Por último e relativamente ao Conselho¹²⁷, o artigo 159º prevê alterações quer no que toca à composição quer no que toca ao procedimento de votação. Assim, o Conselho, tal como anteriormente, terá trinta e seis membros, eleitos pela Assembleia, mas segundo a seguinte ordem:

“a) quatro membros escolhidos entre os países que tenham investido mais em actividades de exploração e aproveitamento dos recursos da Área, incluindo, pelo menos, um Estado da região da Europa Oriental (Socialista);

b) quatro membros escolhidos entre os principais países importadores dos minerais que irão ser obtidos da Área, incluindo, pelo menos, um Estado da região da Europa Oriental (Socialista);

c) quatro membros escolhidos entre os países que são grandes exportadores dos minerais que irão ser obtidos da Área, incluindo, pelo menos, dois países em vias de desenvolvimento;

d) seis membros escolhidos entre os países em vias de desenvolvimento, que representam interesses especiais, nomeadamente Estados com grande população, Estados sem litoral ou em situação geográfica desfavorecida, Estados grandes importadores de minerais a ser obtidos da Área e países em vias de desenvolvimento menos desenvolvidos;

e) dezoito membros escolhidos de acordo com o princípio da distribuição geográfica equitativa, devendo cada região geográfica ter, pelo menos, um membro eleito em virtude desta alínea. São regiões geográficas: África, Ásia, Europa Oriental (Socialista), América Latina e Europa Ocidental e outros”.

Relativamente ao procedimento de votação, o nº 7 do mesmo artigo previa que “Todas as decisões sobre questões de fundo serão adoptadas por uma maioria de três quartos dos membros presentes e votantes, desde que tal maioria inclua uma maioria de membros que participam no período de sessões. A questão de saber se uma questão é ou não de fundo é decidida pela maioria exigida para as questões de fundo, a menos que o Conselho decida de outro modo. As decisões sobre questões de procedimento serão adoptadas por uma maioria de membros presentes e votantes”.

Os Estados Unidos da América¹²⁸ e outros Estados tecnologicamente mais desenvolvidos rejeitaram a Parte XI do Texto Integrado. No final da sexta Sessão, havia a noção de que, para que

¹²⁷ Artigo 27º da versão anterior.

fosse possível a continuação das negociações, era necessário ter em atenção os interesses de todos os países em relação a todos os assuntos que estavam a ser tratados pelo I Comité.

A sétima Sessão realizou-se em 1978 e decorreu em dois períodos: o período da Primavera, em Genebra, de 28 de Março a 19 de Maio e o período de Verão, em Nova Iorque, de 21 de Agosto a 15 de Setembro. O primeiro período foi assombrado por um acontecimento estranho à Conferência mas que, necessariamente, se reflectiu nela. Na sequência de eleições no Sri Lanka, o Embaixador Hamilton Shirley Amerasinghe¹²⁹, Presidente da III Conferência, desde o seu início, não foi designado delegado. Este facto fez com que houvesse a necessidade de resolver a questão

¹²⁸ A propósito do Texto Integrado de Negociação Oficioso, o Embaixador americano Elliot L. Richardson, em 20 de Julho de 1977, fez a seguinte declaração relativamente ao regime do fundo do mar: “... quer o conteúdo do texto quer a falta de um procedimento aberto e leal na sua preparação final, leva-me a recomendar que os Estados Unidos da América façam uma séria revisão, quer do conteúdo quer dos procedimentos da Conferência. É com uma enorme frustração que digo isto, atendendo ao progresso conseguido na sessão anterior ... Sob a liderança de Jens Evensen, Ministro da Noruega (Vice-presidente da Conferência) realizou-se uma discussão responsável e efectiva sobre estas questões. Tais discussões e os textos elaborados pelo Ministro Evensen ofereceram uma perspectiva real de que o impasse nas questões sobre o fundo do mar seria resolvido em termos aceitáveis quer para os países desenvolvidos quer para os países em vias de desenvolvimento.

Infelizmente, porém, o novo texto ‘composto’ ... é inaceitável. Ele desvia-se marcadamente do compromisso proposto que foi preparado com base em discussões abertas, francas e leais levadas a cabo sob a liderança do Ministro Evensen.

O texto Evensen, embora com alguns defeitos, era, no geral, visto como uma base útil para posteriores negociações. O novo texto - produzido em privado, nunca discutido com um grupo representativo das nações envolvidas, é dado a público apenas após o fim desta sessão - não pode ser visto como uma contribuição substantiva responsável para posteriores negociações (...).

Entre os pontos criticáveis a propósito do fundo do mar, estão os seguintes:

- não reconhece um acesso razoavelmente seguro que é necessário se nós e os outros tivermos de financiar e de aceitar um ‘sistema paralelo’ como uma base de compromisso;
- torna a transferência de tecnologia pelos contraentes como uma condição de acesso ao fundo do mar - sujeito, pelo menos em parte, a negociação aquando da celebração do contrato;
- dá à Autoridade o poder de, efectivamente, fazer *joint ventures* com a Autoridade como condição de acesso;
- falha em fixar limites claros e razoáveis aos encargos financeiros a ser aplicáveis aos contraentes;
- estabelece um limite artificial à produção de minerais a partir dos nódulos do fundo do mar - o que é não só criticável, em princípio, como, também, é mais gravoso do que o que seria necessário para proteger os países em vias de desenvolvimento produtores terrestres dos possíveis efeitos adversos e é incompatível com os interesses económicos básicos de um mundo em desenvolvimento;
- dá à Autoridade um poder excessivo para regular toda a produção de outros minerais do fundo do mar - ‘como achar apropriado’;
- dá à Autoridade um inaceitável poder novo de regular a investigação científica na Área;
- falha em proteger adequadamente interesses minoritários e ameaça permitir o abuso de poder de uma anomala ‘maioria’;
- permite a distribuição de benefícios do aproveitamento do fundo do mar por pessoas e países não partes da convenção;
- prejudica seriamente o carácter de longo-termo do regime internacional, ao estabelecer que - se não fosse conseguido acordo em sentido contrário em vinte e cinco anos - o regime se converteria automaticamente num sistema ‘unitário’

Com este desvio infeliz e de última hora do que parecia ser uma orientação promissora das negociações do fundo do mar, eu sou levado a recomendar ao Presidente dos Estados Unidos da América que o nosso governo reveja não só o equilíbrio entre os interesses substantivos em jogo, mas também se um acordo aceitável para todos os governos pode ser bem conseguido através de negociações como as que têm tido lugar” - nota 8, p. 59-60 in OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: the 1977 New York Session*, cit..

¹²⁹ O Embaixador H. S. Amerasinghe já tinha sido Presidente do Comité *Ad Hoc* e do Comité de Fundos.

da presidência, questão que, ao fim de três semanas, já pelo adiantado da noite de 5 de Abril, ficou resolvida com a aprovação de uma resolução, por setenta e cinco votos a favor, dezoito votos contra e treze abstenções, em que foi confirmada a continuação do Embaixador Amerasinghe como Presidente da Conferência¹³⁰.

Em 14 de Abril de 1978, a Conferência aprovou o Doc. A/CONF.62/62, pelo qual decidiu criar sete grupos de negociação de cinquenta membros, mas abertos à participação de todos, para estudar as questões mais difíceis. Os Grupos 1, 2 e 3 tinham a seu cargo questões da competência do Comité I. Assim, o Grupo de Negociação 1, instituído pela própria Conferência e presidido por Frank Njenga, do Quênia¹³¹, tinha a seu cargo o sistema de exploração e aproveitamento e a política de produção. O Grupo de Negociação 2, instituído pelo Comité I e presidido por Tommy Koh, de Singapura, deveria tratar da questão dos aspectos financeiros da Autoridade e da Empresa, bem como dos termos financeiros dos contratos para desenvolver actividades na Área¹³². O Grupo de Negociação 3, igualmente instituído pelo Comité I e presidido pelo seu próprio Presidente, P. B. Engo, tinha a seu cargo “os órgãos da Autoridade, sua composição, poderes e funções”¹³³.

O Doc. A/CONF.62/62 estabelecia, ainda, que:

– o Plenário da Conferência deveria tratar de completar os debates sobre todas as questões de fundo, tendo em vista a elaboração de um projecto de convenção no sétimo período de sessões;

¹³⁰ Os votos a favor foram de países de África, Ásia e alguns países de Leste, incluindo o próprio Sri Lanka e os Estados Unidos da América. Os votos negativos foram de países da América Latina (a sua postura deve-se ao facto de entenderem que o presidente de uma conferência diplomática devia ser, necessariamente, um representante acreditado de um Estado). Os que se abstiveram ou não participaram (vinte e uma delegações não participaram na votação, sobretudo com base no argumento de que esta matéria não deveria ser resolvida por votação) foram os países da Europa Ocidental e Oriental, aos quais se juntaram a China e alguns países da Commonwealth. Em 10 de Novembro de 1978, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou uma decisão administrativa (por 75 votos a favor, 18 contra e 21 abstenções) confirmando a continuação do Embaixador Amerasinghe como Presidente da III Conferência - OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea : The Seventh Session (1978)*. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. (1979), p. 2 e 3.

¹³¹ Os elementos do Grupo eram: em representação do Grupo de Estados Africanos - Egipto, Gabão, Quênia (Presidente), Líbia, Madagáscar, Mauritânia, Nigéria, Senegal, Tunísia, Uganda, Zaire e Zâmbia; em representação do Grupo dos Estados Asiáticos - China, Fiji, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Paquistão, Qatar, República Popular Democrática da Coreia, Singapura e Vietname; em representação do Grupo de Estados Latino-americanos - Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Jamaica, México, Perú, República Dominicana, Trindade e Tobago e Venezuela; em representação do Grupo de Estados da Europa Oriental - Checoslováquia, Polónia, República Democrática da Alemanha, Roménia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Jugoslávia; em representação dos Estados da Europa Ocidental e outros Estados - República Federal da Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, França, Países Baixos, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, Suécia e Estados Unidos da América - Doc. A/CONF.62/63 - *Organización de los trabajos*, 18 de Abril de 1978, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. IX, 1980. Número de venta: S.79.V.3, p. 191-192. Ver, também, p. 140 - *Séptimo período de sesiones - Primera Comisión, 42ª sesión, Viernes 14 de abril de 1978, a las 15.30 horas*.

¹³² *Séptimo período de sesiones - Primera Comisión, 43ª sesión, Martes 18 de abril de 1978, a las 15.30 horas*, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 141.

¹³³ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales - Informes de las Comisiones y de los Grupos de Negociación**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. X, 1978. Número de venta: S.79.V.4, p. 6.

– qualquer modificação ou revisão no Texto Integrado de Negociação Oficioso deveria basear-se nas próprias negociações e não poderia ser da iniciativa de uma só pessoa, mesmo que fosse o Presidente da Conferência ou o Presidente de um Comité Principal, a menos que tivessem sido apresentada em plenário e tivesse sido considerada aceitável por uma grande maioria da Conferência;

– a revisão do Texto Integrado de Negociação Oficioso seria da responsabilidade colectiva do Presidente da Conferência, dos Presidentes dos três Comités Principais trabalhando em equipa juntamente com o Presidente do Comité de Redacção e com o Relator Geral e presididos pelo Presidente da Conferência¹³⁴.

O Grupo de Negociação 1 elaborou projectos de artigos relativamente às matérias que lhe foram atribuídas, utilizando, para tanto, o trabalho do Subgrupo de Peritos sobre controlo de produção, presidido por Archer, representante do Reino Unido¹³⁵. O artigo 151º do Texto Integrado, o verdadeiro coração do sistema de aproveitamento, que estabelecia que as actividades mineiras dos Estados e de outras entidades se realizassem em nome da Autoridade, foi reformulado e passou a ter a seguinte redacção: “2 - As actividades na Área deverão realizar-se” tal como autorizadas ii) “... em associação com a Autoridade por Estados Parte, ou entidades estatais ou pessoas físicas ou jurídicas...”. Esta alteração era no sentido do sistema paralelo tal como defendido pelos países industrializados, pois foi eliminado do artigo a expressão “em nome da Autoridade”. Por outro lado, as funções da Autoridade relacionadas com a repartição equitativa dos benefícios, com a realização e coordenação da investigação científica marinha e com a transferência de tecnologia foram eliminadas do artigo 151º e foram colocadas nos artigos que contêm os princípios gerais respectivos. Relativamente à transferência de tecnologia, as modificações introduzidas no artigo 144º e em alguns sub-parágrafos do parágrafo 4º do Anexo II são mais precisas que as contidas no Texto Integrado. Assim, o Grupo de Negociação I propôs alterações no sentido de a conclusão de um contrato com a Autoridade não estar sujeita à transferência obrigatória de tecnologia, antes, o peticionário teria obrigação de desenvolver negociações que conduziram a uma tal transferência na base de condições comerciais justas e razoáveis. Relativamente à tecnologia que usasse mas não pudesse legalmente transferir, o contraente comprometia-se a obter do proprietário licença escrita assegurando a sua venda à

¹³⁴ Doc. A/CONF.62/62 - *Organización de los trabajos: decisiones adoptadas por la Conferencia en su 90ª sesión acerca del informe de la mesa*, 14 de Abril de 1978, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 5-9.

O Comité de Redacção começou, por isso, o seu trabalho, nesta Sessão, cabendo-lhe assegurar a uniformidade da terminologia adoptada.

¹³⁵ NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 13 e 20. Os relatórios deste Subgrupo de Peritos estão transcritos no volume referido p. 31-57.

Empresa. Na hipótese de as partes não chegarem a um acordo, cada uma delas deveria levar a questão a conciliação e posteriormente a arbitragem. Em caso de não cumprimento da decisão arbitral seriam aplicadas sanções, nomeadamente, a revogação do contrato. As obrigações referidas relativamente à Empresa eram, igualmente, impostas ao contraente em relação a países em vias de desenvolvimento que tivessem solicitado um contrato para aproveitamento de uma área reservada para a Empresa que tivesse sido proposta pelo requerente¹³⁶. Outras modificações substanciais constam do artigo 150º bis sobre “políticas de produção”. Este artigo resultou, em grande medida, dos trabalhos realizados pelo Subgrupo de Peritos, presidido pelo delegado do Reino Unido e consagrou uma solução que parece reflectir uma fórmula aceite por todos os grupos de interesses¹³⁷. Uma outra alteração no sentido desejado pelos países industrializados foi a do artigo 153º relativo à conferência de revisão. A ideia de uma alteração automática para um sistema unitário de aproveitamento pela Autoridade, na hipótese da conferência de revisão não chegar a acordo, dentro de cinco anos, após o seu início, foi rejeitada pelo Presidente do Grupo de Negociação 1, Frank Njenga, que sugeriu que se não fosse conseguido acordo dentro de cinco anos, após a abertura da Conferência de Revisão, e até à entrada em vigor de um acordo sobre o sistema de exploração e aproveitamento dos recursos na Área, a Assembleia da Autoridade poderia decidir, pela maioria necessária para as questões de fundo, que “não seriam aprovados novos contratos ou planos de trabalho para as actividades na Área”. Esta alteração colocava os Estados ou outras entidades no mesmo nível que a Autoridade e sujeitava o início de novas actividades na Área a uma obrigação para ambas as partes de chegarem a um acordo¹³⁸.

Uma outra questão objecto de negociação na segunda parte da sétima Sessão, no Verão de 1978, foi as condições de selecção dos peticionários de pedidos de contrato. Os países

¹³⁶ Artigo 144º e Anexo II § 4 c) ii) e § 5 j) iv), in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 13 e 20. Os relatórios deste Subgrupo de Peritos estão transcritos no volume referido p. 23, 29-30. SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 162-164.

¹³⁷ Ver texto integral do artigo in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. X, 1978, *cit.*, p. 24-26.

¹³⁸ NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 29.

Embora não se tratando propriamente da Conferência de Revisão com o poder de proceder a alterações da Convenção, a delegação portuguesa apresentou, no primeiro período desta Sessão, mais precisamente em 4 de Maio de 1978, o Doc. A/CONF.62/L.23 - Portugal : *propuesta sobre conferencias periódicas sobre los asuntos internacionales relativos a los océanos*, no qual estava previsto: “artigo 1 - o Secretário Geral das Nações Unidas convocará de (três) em (três) anos, a partir da entrada em vigor da presente Convenção, uma conferência encarregada de fazer uma revisão completa do modo como se está a aplicar o regime estabelecido pela Convenção, com excepção da Parte XI e seus anexos ...”. Estas conferências, além de não terem poderes para fazerem alterações à Convenção, não podiam debruçar-se sobre a Parte XI - in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 199-200.

Apesar dos melhoramentos introduzidos no Texto Integrado de Negociação Oficioso, os Estados Unidos da América, os membros da CEE e outros Estados industrializados expressaram algumas reservas em relação a algumas matérias como: a obrigatoriedade de transferência de tecnologia para a Empresa por tempo ilimitado, indo para além do necessário para a tornar viável; a imposição de uma obrigação igual em relação aos países em vias de desenvolvimento que quisessem aproveitar as áreas reservadas em vez da Empresa; a moratória para a aprovação de

industrializados queriam ter a certeza de que algumas condições específicas eram enumeradas na Convenção de modo que se um peticionário reunisse essas condições ser-lhe-ia, automaticamente, garantido o contrato. O Grupo dos 77, pelo contrário, desejava que a Autoridade tivesse uma ampla competência para estudar cada pedido e para tomar as suas decisões em relação a cada um. A solução para esta questão está contida no parágrafo 5º do Anexo II, que, no essencial, se mantém semelhante à do Texto Integrado¹³⁹.

O Grupo de Negociação 2 pôde, mais facilmente, chegar a um acordo sobre a questão do financiamento da Empresa através dos textos apresentados pelo Presidente do grupo, Tommy Koh. Tais textos continham a maior parte das propostas de Evensen, do ano anterior¹⁴⁰. O mesmo se passou com as normas relativas ao financiamento da Autoridade¹⁴¹. O novo texto estabelecia que a contribuição dos Estados para o orçamento administrativo da Autoridade teria como base a escala utilizada para o orçamento ordinário das Nações Unidas, até que a Autoridade dispusesse de fontes suficientes para os seus gastos. A questão dos termos financeiros do contrato de exploração e aproveitamento foi mais complicada. Devido ao facto de até àquela altura não ter começado o aproveitamento comercial, as negociações baseavam-se em meras hipóteses. Além disso, havia alguns países em vias de desenvolvimento que estavam frontalmente contra o sistema paralelo. Os termos financeiros poderiam ser diferentes consoante houvesse ou não sistema paralelo. A questão de se os planos de trabalho apresentados pela Empresa deveriam conter obrigações financeiras, como os contratos de outros peticionários, não foi discutida, porque o Presidente do Grupo de Negociação considerou-a fora do seu “mandato”. Um outro problema era o diferente entendimento de certos termos económicos, tais como lucro na economia de mercado e na economia socialista. As principais questões a este propósito eram: quanto deveria ser a taxa de pedido, que espécie de contribuição anual deveria ser imposta e qual deveria ser a base de cálculo¹⁴². Na segunda parte

novos contratos ou planos de trabalho, aquando da Conferência de Revisão; e os limites à produção - OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea : The Seventh Session (1978)*, cit., p. 10.

¹³⁹ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. X, 1978, cit., p. 164-167.

¹⁴⁰ Assim sendo, os § 9 e 10 do Anexo III e os artigos 158º nº 2 vii) e 162º nº 2 xv) foram objecto de nova redacção - NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 58 e 63-65.

¹⁴¹ Após análise e debate, os artigos 170º, 171º, 172º, 173º, 174º e 175º do Texto Integrado de Negociação Oficioso foram objecto de nova redacção, sem que houvesse problemas ou desacordos graves - NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 58 e 60-62.

¹⁴² Em cima da mesa das negociações estava quer o sistema de pagamentos fixos, quer o sistema de pagamentos variáveis. O primeiro inclui uma taxa de pedido para cobrir as despesas administrativas iniciais e o pagamento de um montante anual fixo. O segundo inclui uma percentagem sobre a produção ou sobre os lucros, percentagens que tanto podem ser fixas como variáveis, consoante a percentagem de retorno ou o tempo.

O pagamento de uma taxa inicial para despesas não era objecto de controvérsia, o mesmo já não se passando com o pagamento de um montante anual fixo. Segundo os países em vias de desenvolvimento, tal pagamento iria encorajar a produção e evitar especuladores de sítios mineiros, ao mesmo tempo que tinha a virtude de não originar problemas de evasão fiscal, normalmente associados ao sistema de pagamento baseado nos lucros. Diferentemente, os países industrializados eram mais favoráveis ao sistema de pagamento de uma percentagem sobre os lucros ou sobre a

desta Sessão foram dadas algumas respostas a estas questões e a proposta revista do Presidente do Grupo de Negociação 2 continha uma taxa de pedido de 500.000 dólares americanos, uma taxa anual fixa de um milhão de dólares, a partir do momento em que entrasse em vigor o contrato, e a escolha entre uma contribuição sobre a produção (favorável ao sistema económico socialista) ou um sistema misto com uma contribuição sobre a produção reduzida combinada com uma comparticipação do rendimento líquido (preferida pelo países industrializados do Ocidente)¹⁴³.

O Grupo de Negociação 3, no âmbito do seu mandato, debruçou-se sobre três questões, a saber¹⁴⁴:

- 1 - composição do Conselho (artigo 159º nº 1 do texto Integrado);
- 2 - sistema de votação (artigo 159 nº 7);
- 3 - relação entre os poderes e funções da Assembleia e do Conselho.

O problema da composição do Conselho era delicado, pois envolvia considerações de ordem política. Havia acordo quanto à manutenção do princípio da distribuição geográfica equitativa e das categorias de interesses especiais fundados em considerações de interesses económicos e financeiros. A dificuldade era harmonizar esses interesses com o número de elementos do Conselho. Também implicações políticas¹⁴⁵ tinha o sistema de votação no Conselho, questão intimamente ligada à sua composição. O busfils da questão era “o papel dos grupos de interesses especiais no procedimento de tomada de decisão”, isto é, “o peso a ser reconhecido ao seu voto”¹⁴⁶. O Presidente, no seu relatório, escreveu que “... existe acordo geral segundo o qual o tradicional ‘sistema de veto’, tal como existe no Conselho de Segurança das Nações Unidas, não pode ser aceite ...”. Igualmente rejeitado pelos países em vias de desenvolvimento era o sistema de voto ponderado, pretendido pelos países industrializados. Dada a dificuldade do problema e a sua

produção ou um sistema combinado, percentagem que não deveria ser muito elevada, pois assim haveria maiores benefícios para todos, mineiros, consumidores e comunidade internacional. Taxas elevadas levariam a uma contracção do aproveitamento e logo a uma diminuição dos rendimentos. O pagamento de uma taxa anual fixa seria uma barreira ao começo dos trabalhos e exigiria uma percentagem maior de retorno para compensar os elevados custos e riscos iniciais - OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea : The Seventh Session* (1978), *cit.*, p. 12 e 13.

¹⁴³ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. X, 1978, *cit.*, p. 173-174.

¹⁴⁴ Doc. A/CONF.62/RCNG/1, de 19 de Maio de 1978, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 12 a 148, *maxime*, *Informe de la Primera Comisión sobre los Trabajos del Grupo de Negociación 3*, p. 83-90.

¹⁴⁵ A propósito da votação, o Presidente do Comité I, no seu relatório ao Pleno da Conferência, escreveu: “Todas as partes, cada uma à sua maneira, desejam que a linguagem e as ideias de um tratado as protejam do que temem seja uma fonte de abuso de poder. Os países em vias de desenvolvimento temem o veto; os países menos desenvolvidos tecnologicamente temem o monopólio dos países altamente industrializados; os países industrializados, inferiores apenas em número, temem a força do poder dos votos de todos os demais ...” - *Informe del Presidente de la Primera Comisión, Sr. Paul Bamela Engo (Republica Unida del Camerun), al Pleno de la Conferencia*, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 150-153, *maxime* 152.

¹⁴⁶ OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea : The Seventh Session* (1978), *cit.*, p. 14.

interligação com outras questões tratadas pelo Comité I, não houve grandes avanços nesta sessão. Relativamente às relações entre a Assembleia e o Conselho, nada foi acrescentado ao que o Texto Integrado previa, isto é, o poder era partilhado pelo Conselho e pela Assembleia. O Conselho era o órgão executivo, cabendo-lhe a administração do sistema previsto na Convenção, mas devendo ter em consideração as políticas gerais definidas pela Assembleia.

Na Sessão resumida, o Grupo de Negociação 3 tratou, essencialmente, dos órgãos subsidiários do Conselho¹⁴⁷, tendo partido dos artigos do Texto Integrado que previam a existência de uma Comissão de Planeamento Económico, uma Comissão Técnica e uma Comissão de Normas e Regulamentos (respectivamente artigos 162º, 163º e 164º). Havia um certo entendimento de que estes órgãos deveriam ter um papel essencialmente consultivo, dado o facto de serem compostos por peritos nas matérias respectivas. Também era opinião geral que a Convenção deveria prever a possibilidade de o Conselho estabelecer, se achasse necessário, um órgão subsidiário para as questões financeiras.

As alterações feitas ao Texto Integrado durante o ano de 1978 foram no sentido de o tornar mais aceitável pelos países mais desenvolvidos, no entanto não chegou a haver nenhuma revisão nesse ano.

Como acabamos de ver, na sétima Sessão da Conferência apareceram, nos relatórios dos Presidentes dos Comités Principais e dos Grupos de Negociação, novos textos para os artigos que foram objecto de análise e estudo. No entanto, a primeira revisão do Texto Integrado de Negociação Oficioso teve lugar, apenas, no final da primeira parte da oitava Sessão, na Primavera de 1979¹⁴⁸ e baseou-se, sobretudo, nesses relatórios e nas negociações entretanto realizadas. Relativamente ao fundo do mar, as alterações ao artigo 151º do Texto Integrado (que no Texto Revisto passou a 153º) no que toca às relações jurídicas entre os Estados e outras entidades e a Autoridade, no caso de condução de actividades na Área de "em nome de" para "autorizadas por" sugeridas pelo Grupo de Negociação I, na sessão anterior, foram posteriormente revistas de modo a torná-las mais favoráveis aos países industrializados. No Texto Revisto, os Estados e outras entidades deveriam conduzir actividades paralelas, mas só “em associação” com a Autoridade. Por outras palavras, as actividades dos Estados ou outras entidades não eram nem “em nome de” a

¹⁴⁷ NG3/5, 14 de Setembro de 1978 - *Informe del Presidente del Grupo de Negociacion 3 (Sr. Paul Bamela Engo, Republica Unida del Camerun) sobre le labor del Grupo de Negociacion 3*, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. X, 1978, *cit.*, p. 179-182.

¹⁴⁸ A oitava Sessão, à semelhança do que aconteceu na anterior, decorreu em dois períodos, o período da Primavera, em Genebra, entre 19 de Março e 27 de Abril de 1979 e o segundo período, em Nova Iorque, de 16 de Julho a 24 de Agosto do mesmo ano. O principal evento desta Sessão foi o aparecimento da primeira revisão ao Texto Integrado - Doc. A/CONF.62/WP.10/REV.1, 28 de Abril de 1979.

Autoridade - assim se rejeitando o direito exclusivo da Autoridade sobre a Área - nem “autorizadas por” a Autoridade - implicando a negação do poder discricionário da Autoridade em permitir as actividades na Área.

Uma outra mudança importante, também favorável aos países industrializados, foi em relação aos termos da transferência de tecnologia. O Texto Revisto previa que o compromisso do contraente para tornar a tecnologia disponível para a Empresa “deve ser invocado apenas se a Empresa não consegue obter tecnologia semelhante e igualmente útil no mercado e em condições e termos razoáveis e justos”. Por influência dos membros do Grupo dos 21¹⁴⁹, foi incluída no texto uma definição de tecnologia, tendo em vista tornar mais precisa a obrigação dos peticionários. Assim sendo, o termo tecnologia significa “o equipamento e os conhecimentos técnicos incluindo manuais, desenhos, instruções de funcionamento, formação e assessoria e assistência técnica necessária para a montagem, manutenção e funcionamento de um sistema de exploração e aproveitamento dos recursos da Área e o direito não exclusivo de utilizar esses elementos com um tal objectivo”¹⁵⁰.

Relativamente à recusa de um plano de trabalho a um peticionário, os países industrializados conseguiram, no decurso dos trabalhos do Grupo dos 21, uma alteração ao artigo

¹⁴⁹ Uma inovação importante da 8ª Sessão foi a criação de pequenos grupos de trabalho sobre questões do fundo do mar. Assim surgiu um novo grupo que desenvolveu um trabalho importante - o Grupo dos 21 - criado por iniciativa dos países em vias de desenvolvimento e formado por dez países em vias de desenvolvimento, dez países industrializados mais a China. Com o tempo, este grupo começou a atrair um elevado número de observadores. Era presidido pelo Presidente do Comité I, como principal coordenador, em colaboração com os Presidentes dos Grupos de Negociação 1, 2 e 3 e do Grupo de Peritos Jurídicos, que coordenavam os trabalhos em relação aos mandatos dos respectivos grupos. O mandato do Grupo dos 21 era a negociação directa entre os grupos de interesse sobre as questões pendentes no seio do Comité I, tendo por base os relatórios dos Grupos de Negociação 1, 2 e 3, assim como do Grupo de Peritos Jurídicos. Deveria informar o Comité I, sendo o conteúdo do relatório preparado, ou, pelo menos, aprovado pelos próprios membros - Doc. A/CONF.62/C.1/L.23 - *Informe del Presidente de la Primera Comisión sobre el labor del grupo de trabajo de los 21 y del grupo de negociación 3*, 25 de Abril de 1979, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XI, 1980. Número de venta: S.80.V.6, p. 116-118.

A dada altura, o Presidente do Comité I estabeleceu, depois de consultas com o Presidente da Conferência, um Grupo de Peritos Jurídicos (já atrás referido), encarregado de analisar as questões jurídicas relativas à Parte XI do Texto Integrado, *maxime*, as questões pendentes em relação à solução de controvérsias que surjam em relação à Parte XI, presidido por Wünsche, da República Democrática Alemã - Doc. A/CONF.62/C.1/L.25 Y ADD.1 - *Informe del Presidente del grupo de expertos jurídicos sobre la solución de las controversias que surjan en relación con la parte XI del texto integrado oficioso para fines de negociación*, 26 de Abril e 23 de Maio de 1979, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 119-131.

Por último, Njenga, Presidente do Grupo de Negociação 1, incumbiu Nandan, Embaixador do Fiji e Presidente do Grupo de Negociação 4, cujos trabalhos tinham terminado, de presidir a um grupo de trabalho sobre questões de política de produção, formado por consumidores e produtores terrestres. O relatório do Embaixador Nandan consta do Anexo I - *Informe del Sr. Nandan al Presidente del grupo de negociación I acerca de las negociaciones relativas a las políticas de producción* - Doc. A/CONF.62/L.35 - *Informe del Presidente del grupo de negociación I*, 26 de Abril de 1979, p. 94 e 95, do NACIONES UNIDAS, *idem*. Ver, também OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Eighth Session (1979)*. American Journal of International Law Washington. Washington: The American Society of International Law. 74: (1980), p. 11.

¹⁵⁰ Doc. A/CONF.62/L.35, já referido, p. 93 e 101.

6º nº 3 do Anexo II, no sentido de tal só ser possível em quatro situações especialmente enumeradas na Convenção, a saber, se:

“a) uma parte ou a totalidade da área proposta está incluída num plano de trabalho aprovado anteriormente ou num plano de trabalho proposto anteriormente sobre o qual a Autoridade ainda não tenha tomado uma decisão; ou

b) a Autoridade exclui uma parte ou a totalidade da área proposta, nos termos do artigo 162º nº 2 w)” (área onde há fortes indícios de riscos sérios para o ambiente); ou

“c) for necessário seleccionar entre os pedidos recebidos dentro do prazo previsto, porque a aprovação de todos os planos de trabalho propostos dentro desse prazo ultrapassaria os limites da produção...”; ou

“d) o plano de trabalho proposto tiver sido apresentado ou patrocinado por um Estado Parte a que tenham sido aprovados:

i) três planos de trabalho para exploração e aproveitamento de lugares não reservados ...;

ii) planos de trabalho para exploração e aproveitamento de lugares não reservados ... que no conjunto representem 3% do total de zonas dos fundos do mar ...”¹⁵¹.

Com esta disciplina, o acto de aprovação de um plano de trabalho deixou de ser um acto discricionário da Autoridade¹⁵².

Um outro passo no sentido de um compromisso com os países industrializados foi a inclusão de “quando as partes assim acordam” na disposição relativa aos arranjos ou acordos conjuntos, o que afastou a obrigação de os Estados ou outras entidades fazerem arranjos conjuntos com a Empresa¹⁵³.

A questão financeira foi bastante discutida na segunda parte da oitava Sessão. Os países industrializados criticaram o texto do artigo 12º do Anexo II do Texto Integrado Revisto relativo aos termos financeiros dos contratos. Novas mudanças foram preparadas pelo Grupo dos 21 e posteriormente incorporadas, com algumas modificações, no relatório do Presidente do I Comité¹⁵⁴. Tais mudanças visavam tornar o peso financeiro tolerável para os contraentes¹⁵⁵, muito

¹⁵¹ Apêndice A ao Doc. A/CONF.62/L.43, de 29 de Agosto de 1979, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XII, 1980. Número de venta: S.80.V.12, p. 97 e 98.

¹⁵² OXMAN, Bernard H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Eighth Session (1979), *cit.*, p. 12.

¹⁵³ Artigo 10º nº 1, in Doc. A/CONF.62/L.43, já citado, p. 98.

¹⁵⁴ Doc. A/CONF.62/L.43, já citado, p. 98 e 99.

embora salvaguardando os fundos suficientes para a Empresa poder começar com as suas próprias actividades. Quer as taxas sobre os rendimentos líquidos quer os encargos sobre a produção foram reduzidos no novo texto. Assim, o artigo 12º do Relatório, no nº 2, estabelece o pagamento de um montante fixo de 500.000 dólares, aquando da apresentação do pedido, para gastos administrativos; no nº 3 prevê que “o contraente pagará um montante anual fixo de 1 milhão de dólares, a partir da data em que entre em vigor o contrato. A partir do começo da produção comercial, o contraente pagará ou um imposto sobre a produção ou um montante anual fixo, se este for maior”. Por seu turno, o nº 4 estabelece que o contraente relativamente ao imposto a pagar, poderá optar por um sistema único, pagando apenas um imposto sobre a produção ou por um sistema misto, combinando o imposto sobre a produção com um imposto sobre os lucros líquidos. Os encargos sobre a produção, no sistema simples, foram reduzidos de 8 para 5% do valor do mercado dos metais processados produzidos a partir dos nódulos, nos primeiros dez anos e de 13,5 para 12%, dos onze aos vinte anos de produção comercial. Também a participação da Autoridade nos lucros líquidos, no sistema misto, diminuiu nos termos do nº 6 c) ii) do mesmo artigo. Assim, se o rendimento do investimento é mais de 0% mas menos de 10%, o contraente pagará uma taxa de 35% no primeiro período de produção e de 40% no segundo; se o rendimento é de 10% ou mais mas menos de 20%, a taxa será de 42,5% no primeiro período e de 50% no segundo; por fim, se o rendimento do investimento é superior a 20%, a taxa será de 50%, no primeiro período e de 70% no segundo. De acordo com esta alteração, a parte da Autoridade do rendimento líquido do contraente diminuiu e foi dada atenção ao estabelecimento de um equilíbrio entre o montante do retorno do investimento pelo contraente e a percentagem da parte da Autoridade nos lucros. De modo a sossegar os países em vias de desenvolvimento, receosos que as reduções pudessem tornar a Empresa incapaz para desenvolver as suas actividades devido à falta de fundos necessários, o Grupo de Trabalho dos 21 sugeriu que a Assembleia da Autoridade, sob recomendação do Conselho, que, por sua vez, seria assessorado pelo Conselho de Administração da Empresa, determinasse o montante de fundos necessários para a condução de actividades pela Empresa, devendo os Estados disponibilizar cinquenta por cento dessa soma, na forma de empréstimo “de longo prazo sem juros”, e o restante deveria ser obtido pela Empresa, no mercado, através de empréstimos garantidos pelos Estados Partes. A obrigação da cada Estado Parte, nos dois casos, seria proporcional à sua contribuição para o Orçamento ordinário das Nações Unidas¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Os Estados Unidos defendiam que o financiamento da Empresa devia fazer-se através da subscrição de capital e garantias dos Estados e não através de pagamentos dos contraentes privados - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 143.

¹⁵⁶ Artigo 10º nº 3 do Anexo III, que consta do Apêndice A do Anexo (Doc. A/CONF.62/C.1/L.26, de 21 de Agosto de 1979) incluído no Doc. A/CONF.62/L.43, de 29 de Agosto, citado, p. 101.

A questão do controlo de produção¹⁵⁷, que no Texto Integrado era tratada no artigo 151º, também, foi alterada. O período transitório durante o qual deveria ser imposta uma limitação à produção foi definido especificamente devendo começar cinco anos antes de 1 de Janeiro do ano em que estivesse planeada a primeira produção comercial, de acordo com um plano de trabalho aprovado. O período transitório deveria terminar quando ocorresse o primeiro dos seguintes eventos: o decurso de vinte e cinco anos, o fim da Conferência de Revisão ou o dia em que novos acordos entre as partes interessadas entrassem em vigor¹⁵⁸. O máximo de produção para um dado ano do período transitório resultava da combinação do aumento total do consumo anual de níquel nos cinco anos antes do início da produção comercial mais 60% do aumento do consumo de níquel entre o ano imediatamente anterior ao ano da primeira produção comercial e o ano para o qual a autorização de produção era pedida¹⁵⁹. Deste modo a política de produção tornou-se ainda mais restritiva no Texto Revisto.

Relativamente às questões institucionais, nesta Sessão e seguindo de perto o relatório do Grupo de Trabalho dos 21¹⁶⁰, há a referir, em primeiro lugar, que a Assembleia era considerada o órgão supremo da Autoridade, resultando essa supremacia do facto de a Assembleia ser constituída por todos os membros da Autoridade; de todos os órgãos principais da Autoridade deverem responder perante ela; e, por fim, de dispor de “poderes acessórios definidos no artigo 157º e poderes incidentais, nos termos da alínea o) do nº 2 do artigo 160º, isto é, “na medida em que estão implícitos em e são necessários para o exercício dos poderes e funções relativos à Área”. Em segundo lugar e relativamente às relações entre os órgãos principais, o artigo 158º nº 4 determinava que, no exercício dos respectivos poderes e funções, cada um dos órgãos da Autoridade deve abster-se de adoptar medidas que possam prejudicar ou impedir o exercício dos poderes e funções específicas conferidas a outro órgão. Segundo a alínea o) do nº 2 do artigo 160º, a Assembleia tem o poder de tratar qualquer questão compreendida no âmbito da competência da Autoridade e de adoptar decisões, bem assim como o poder de decidir que órgão é competente para tratar de questões que não estão especificamente atribuídas a um determinado órgão. A alínea r) revista do

¹⁵⁷ Esta questão, como referimos, foi estudada por um grupo de trabalho presidido pelo Embaixador Nandan, do Fiji.

¹⁵⁸ Artigo 151º nº 2 a) do Doc. A/CONF.62/WP.10/REV1. Ver também o Doc. A/CONF.62/L.35 - *Informe del Presidente del grupo de Negociación I*; o Anexo I - *Informe del Sr. Nandan al Presidente del grupo de Negociación I acerca de las negociaciones relativas a las políticas de producción*; o Anexo II - *Memorando explicativo presentado por el Presidente del grupo de negociación I en relación com el documento NG1/16*; e Anexo III - *Fórmula revisada de transacción sugerida por el Presidente del grupo de negociación I*. Este último contém os textos que estiveram na base do revisão feita ao Texto Integrado. In **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XI, 1980, cit., p. 92 e s., *maxime* p. 98.

¹⁵⁹ Artigo 151º nº 2 b).

nº 2 do artigo 162º, por seu turno, reconhece ao Conselho o poder de formular recomendações à Assembleia sobre as políticas relativas a quaisquer questões compreendidas no âmbito da competência da Autoridade.

Relativamente à relação entre o Conselho e o seu órgão subsidiário, a Comissão Jurídica e Técnica, a alínea j) do nº 2 do artigo 162º do Texto Integrado Revisto previa que o Conselho deveria aprovar, com celeridade, os planos de trabalho oficiais, apresentados por escrito, após terem sido examinados pela Comissão. Estabelecia, também, que os planos de trabalho seriam considerados aprovados, salvo se o Conselho decidisse não os aprovar dentro do prazo de sessenta dias, contados a partir da sua apresentação pela Comissão. Este sistema de aprovação automática, no entanto, só é aplicável aos planos de trabalho que não colidam com os de outros peticionários.

Relativamente ao procedimento de adopção de decisões pelo Conselho, havia acordo na não aceitação do sistema de veto e uma ampla oposição a uma votação por “câmaras”, em que grupos de interesses poderiam impedir a adopção de decisões. O artigo 161º estabelecia que as decisões sobre questões de procedimento deveriam ser adoptadas por maioria dos membros presentes e votantes; as decisões sobre certas questões de fundo enumeradas na alínea b) deveriam ser adoptadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, desde que tal maioria incluísse uma maioria dos membros do Conselho; as decisões sobre as demais questões de fundo seriam adoptadas por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, desde que não houvesse o voto negativo de um número determinado de membros, número que ainda não estava determinado. A aceitação deste sistema iria depender, por um lado, do número de votos negativos necessários para rejeitar uma deliberação - as propostas oscilavam entre os cinco e os dez votos ; e que matérias iriam ser enumeradas na alínea b).

Com a vontade de alcançar um compromisso, evidenciada por ambas as partes, na oitava Sessão, era razoável supor que as restantes questões se resolvessem depressa. Naquele momento, era claro que os países em vias de desenvolvimento já não estavam mais interessados em insistir nas suas exigências iniciais; o sistema paralelo de aproveitamento era geralmente aceite; a questão principal para estes países era procurar conseguir obter o mais possível do sistema, evitar, na medida do possível, os efeitos adversos das actividades do fundo do mar nas suas economias e estabelecer, na Convenção, as bases para um acesso qualificado à tecnologia.

¹⁶⁰ Doc. A/CONF.62/C.1/L.26 - *Informe sobre las negociaciones celebradas por el Presidente y los coordinadores del grupo de trabajo de los 21*, de 21 de Agosto de 1979, in *NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ...*, vol. XII, 1980, cit., p. 86-87.

A nona Sessão da III Conferência decorreu em Nova Iorque, entre 27 de Fevereiro e 4 de Abril, e em Genebra, de 28 de Julho a 29 de Agosto de 1980. Neste ano, o Comité de Redacção reuniu-se durante três semanas, em Junho, em Nova Iorque.

No final do primeiro período desta Sessão da III Conferência, após novas negociações, apareceu a segunda revisão do Texto Integrado de Negociação Oficioso¹⁶¹. Uma terceira revisão ocorreu poucos dias antes do final da segunda parte da Sessão, em Agosto de 1980, passando o texto a chamar-se Projecto de Convenção do Direito do Mar (Texto Oficioso)¹⁶². Nesta revisão foram feitas algumas alterações num sentido favorável aos países industrializados, de modo a que o consenso fosse possível, daí que o sentimento geral fosse no sentido de que as negociações estavam a chegar ao fim¹⁶³.

As negociações do primeiro período desta sessão incidiram, sobretudo, sobre as questões do regime das actividades do fundo do mar, ao passo que no segundo período incidiram mais sobre as questões institucionais, como a votação no Conselho.

A maior alteração ao regime relativo à transferência de tecnologia foi a introdução de um limite de dez anos, a partir do momento em que a Empresa comesse a produção comercial, para a obrigação de o contraente transferir-lhe a tecnologia¹⁶⁴. Uma outra inovação consistiu no facto de todas as obrigações do concessionário, nesta matéria, serem incluídas no contrato¹⁶⁵, o que as tornou tão obrigatórias como qualquer outro compromisso contratual, daí que a sua violação poderia originar a aplicação de sanções, nomeadamente, a suspensão ou a resolução de um

¹⁶¹ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia sobre el Derecho del Mar: Texto Integrado Oficioso para Fines de Negociacion/Revision 2 (A/CONF. 62/WP. 10/REV. 2, 11 abril 1980)**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas, 1982. A.

¹⁶² NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia sobre el Derecho del Mar: Proyecto de Convencion sobre el Derecho del Mar - Texto Oficioso (A/CONF. 62/WP. 10/Rev. 3, de 22 de septiembre 1980)**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas, 1982. A.

¹⁶³ Nesta Sessão, porém, a Conferência decidiu deixar para a próxima Sessão três assuntos importantes:

- ultimar a resolução criando uma comissão (a Comissão Preparatória) para preparar o estabelecimento da Autoridade e para fazer as suas normas, regulamentos e procedimentos provisórios;
- regular a protecção, aquando da entrada em vigor da Convenção, dos investimentos no fundo do mar feitos até então;
- determinar que entidades, além dos Estados, podem, tornar-se partes da Convenção - OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Ninth Session (1980)*. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 75: (1981), p. 211-212.

Nesta Sessão, mais concretamente em 1 de Abril de 1980, apareceu o Doc. A/CONF.62/L.55 - *Informe del Presidente sobre la labor del Plenario de la Conferencia en sesión oficiosa concerniente a la cuestión de la comisión preparatoria* - in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XIII, 1981. Número de venta: S.81.V.5, p. 106-110.

¹⁶⁴ IMPORTANTE - O ANEXO II A PARTIR DA 2ª REVISÃO PASSOU A SER O ANEXO III DO TEXTO INTEGRADO DE NEGOCIAÇÃO.

Anexo III, artigo 5º § 7 do Texto Integrado de Negociação Oficioso, Revisão 2 e 3 - o período de 10 anos aplica-se quer à inclusão das obrigações num contrato, quer ao direito de invocar essas obrigações.

¹⁶⁵ Artigo 5º nº 3 a) a e) do Texto Integrado, Revisão 2.

contrato¹⁶⁶. Os países industrializados tentaram, sem êxito, eliminar do Texto Integrado o artigo que impunha ao contraente a transferência de tecnologia para os países em vias de desenvolvimento que levassem a cabo actividades nas áreas reservadas¹⁶⁷; em vez disso, tornaram uma tal transferência condicional, no sentido de a obrigação só existir se “a tecnologia não tiver sido requisitada pela Empresa ou por ele transferida para a Empresa”¹⁶⁸. Concluindo, as modificações nas disposições relativas à transferência de tecnologia tinham como objectivo tornar os compromissos dos contraentes mais precisos e, ao mesmo tempo, estabelecer algumas limitações, de modo a adaptá-las às exigências dos países industrializados¹⁶⁹.

Relativamente à política de produção, houve, também, algumas modificações. De modo a aliviar o receio dos países industrializados em relação aos efeitos adversos da imposição de um limite à produção em tempo de baixo crescimento, foi acrescentado um novo parágrafo ao artigo 151º¹⁷⁰, que estabelecia a hipótese de um mínimo de 3% de crescimento no consumo de níquel, mesmo que a taxa real de crescimento fosse mais baixa¹⁷¹. Esta hipótese era considerada como estabelecendo que o limite máximo de produção assim decidido nunca excederia, para um dado ano, o crescimento total projectado em consumo de níquel¹⁷². Uma outra inovação a este propósito foi a inclusão, no Projecto de Convenção, do parágrafo i) no artigo 150º. O objectivo deste artigo era assegurar a capacidade competitiva dos minerais terrestres com os minerais produzidos a partir da Área¹⁷³.

¹⁶⁶ Artigo 18º do Texto Integrado, Revisão 2.

¹⁶⁷ Artigo 5º nº 1 e) do Anexo II do Texto Integrado de Negociação, Revisão 1.

¹⁶⁸ Artigo 5º nº 3 e) do Anexo III do Texto Integrado, Revisão 2 e 3.

¹⁶⁹ Apesar disso, e não obstante os avanços conseguidos, os países industrializados sempre se opuseram firmemente a estas disposições, daí este artigo ter sido eliminado pelo Acordo de Nova Iorque, que estudaremos mais adiante. Aliás, P. B. Engo é dessa opinião, in Doc. A/CONF.62/C.1/L.28 Y ADD.1 - *Informe de los Coordinadores del Grupo del Trabajo de los 21 a la Primera Comisión*, de 23 de Agosto de 1980 - NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XIV, 1982. Número de venta: S.82.V.2, p. 198. Para mais desenvolvimentos sobre esta questão ver não só o documento citado, mas também o Doc. A/CONF.62/C.1/L.27 Y ADD.1 - *Informe de la Primera Comisión de los Coordinadores del Grupo de Trabajo de los 21*, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XIII, 1981, *cit.*, p. 132 e s..

¹⁷⁰ Artigo 151º nº 2 b) iii) do Texto Integrado, Revisão 2, ligeiramente alterado no Projecto de Convenção, onde passou a ser o nº 2 b) iv).

¹⁷¹ Nandan, no Relatório que apresentou sobre esta matéria, escreveu que “com base nos dados de que disponho, considero que, ao usar a cifra de 3%, consegui um equilíbrio adequado entre o risco de que as cifras sejam demasiado elevadas, com prejuízo para os produtores terrestres, ou que sejam demasiadas baixas, o que frustraria os planos da indústria mineira dos fundos marinhos”, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XIII, 1981, *cit.*, p. 143.

¹⁷² OXMAN, Bernard H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Ninth Session (1980), *cit.*, p. 216.

¹⁷³ Artigo 150º - “Políticas relacionadas com as actividades na Área - ... tendo em vista assegurar i) Que as condições de acesso aos mercados das importações dos minerais obtidos dos recursos da Área e das de produtos básicos obtidos de tais minerais, não sejam mais vantajosas que as de carácter mais favorável que se aplicam às importações procedentes de outras fontes”.

A revisão do sistema de aproveitamento, prevista no artigo 155º das versões do Texto Integrado, foi objecto de alterações durante a nona Sessão. Essas alterações eram também a favor dos países industrializados. Estes, no geral, eram contra a ideia de uma moratória na aprovação de novos contratos, no caso de não ser possível alcançar um acordo na Conferência de Revisão. Na segunda e terceira revisões do Texto Integrado, a referida moratória foi substituída por uma outra disposição de acordo com a qual a Conferência de Revisão, no caso de não ser possível um acordo sobre o sistema de exploração e aproveitamento, dentro de cinco anos, após a sua abertura, devia adoptar, durante os doze meses seguintes, por uma maioria de dois terços, as emendas necessárias ao sistema e submetê-las aos Estados Partes. Um ano após a data do depósito dos instrumentos de ratificação, adesão ou aceitação por dois terços dos Estados Partes, as emendas deveriam entrar em vigor para todos¹⁷⁴.

Os países industrializados tinham reservas em relação aos termos financeiros dos contratos tal como previstos no Texto Integrado, primeira revisão. As negociações a este propósito basearam-se no relatório do Presidente do Grupo de Negociação 2, do final da oitava Sessão. Alguns dos países desenvolvidos argumentavam que as obrigações do contraente eram muitas e contraproducentes e que a Empresa gozava de vantagens económicas inadmissíveis em comparação com eles. Os países industrializados defendiam que a Empresa deveria pagar à Autoridade o mesmo que os outros. Os países em vias de desenvolvimento queriam isentar a Empresa de tais pagamentos, pelo menos numa fase inicial, até se tornar auto-suficiente. A fórmula compromisso, na terceira revisão do Texto Integrado, previa um limite de dez anos para este período inicial¹⁷⁵.

A delegação francesa, há já algum tempo, vinha defendendo a inclusão de uma cláusula antimonopólio na Convenção. Nesse sentido, apresentou um documento propondo emendas aos parágrafos 3 e 4 do artigo 6º e ao parágrafo 4 do artigo 7º do Anexo III. Com as emendas, que foram aceites, pretendia tornar extensiva a aplicação das normas antimonopolísticas aos lugares reservados; indicar claramente que, quando um peticionário for patrocinado por mais que um Estado Parte, o plano de trabalho será imputado proporcionalmente a todos os Estados Partes patrocinadores; e dar prioridade aos Estados Partes a que a Autoridade não tenha aprovado nenhum

¹⁷⁴ Artigo 155º nº 4 do Projecto de Convenção. O Texto Integrado, Revisão 2, estabelecia não um ano mas trinta dias após a ratificação, adesão ou aceitação para a entrada em vigor das emendas - artigo 155º nº 5.

Esta cláusula de revisão foi contestada por alguns países, pois criava-lhes problemas constitucionais - ver nesse sentido a *Declaración de la Delegación de la República Federal de Alemania*, 10 de Março de 1981 - Doc. A/CONF.62/WS./16 - NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XIV, 1982, cit., p. 181-182.

plano de trabalho, em relação àqueles que tenham apresentado ou patrocinado um ou mais planos de trabalho aprovados. Esta proposta foi apoiada pela delegação Soviética¹⁷⁶.

Finalmente, uma outra questão delicada, no processo de negociação da Conferência, foi a questão da votação no Conselho da Autoridade.

Uma vez que um grande número de decisões relativas às actividades na Área deveriam ser tomadas pelo Conselho, a questão da composição e do sistema de votação neste órgão foi sempre uma questão sensível. A composição do Conselho, nesta Sessão, foi alterada num sentido mais favorável aos países industrializados, tendo o artigo 161¹⁷⁷ passado a ter uma redacção que foi a que ficou no texto final da Convenção, apenas com uma troca de alíneas e pequenas alterações de pormenor. Assim, o artigo em referência estabelece:

“1 - O Conselho é composto por trinta e seis membros da Autoridade eleitos pela Assembleia. A eleição realizar-se-á pela seguinte ordem:

a) quatro membros de entre os oito Estados Partes que, directamente ou por intermédio dos seus nacionais, tenham feito os maiores investimentos na preparação e na realização de actividades na Área, incluindo, pelo menos, um Estado da região da Europa Oriental (Socialista);

b) quatro membros de entre os Estados Partes que, durante os últimos cinco anos para os quais se disponha de estatísticas, tenham absorvido mais de dois por cento do consumo mundial total ou efectuado importações líquidas de mais de dois por cento das

¹⁷⁵ Artigo 10º nº 3 da Anexo IV do Projecto de Convenção Oficioso - “Durante o período inicial necessário para que a Empresa possa autofinanciar-se, que não excederá dez anos contados a partir do começo da sua produção comercial, a Assembleia isentará a Empresa dos pagamentos ...”.

¹⁷⁶ Doc. A/CONF.62/L.62 - *Informe del Presidente de la Primera Comisión*, 26 de Agosto de 1980, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 155-160, *maxime* 159 e Doc. A/CONF.62/C.1/L.28 Y ADD.1, já citado, p. 186.

¹⁷⁷ Doc. A/CONF.62/WP.10/REV.3, de 22 de Setembro de 1980 - *Proyecto de Convencion sobre el Derecho del Mar in Tercera Conferencia sobre el Derecho del Mar: Proyecto de Convencion sobre el Derecho del Mar - Texto Oficioso (A/CONF. 62/WP. 10/Rev. 3, de 22 de septiembre 1980)*. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas, 1982. A.

Segundo o novo e definitivo texto relativo à composição do Conselho, África, no total, teria 7 ou 8 lugares no Conselho, o que leva a uma subrepresentação em relação à representação resultante apenas da representação geográfica equitativa. Pelo contrário, os países industrializados beneficiarão de uma clara sobrerepresentação, porque além da representação geográfica equitativa a que têm direito, vão obter os 4 lugares de maiores consumidores, os 4 lugares de maiores investidores e 2 lugares de maiores exportadores. Assim, o grupo Ocidental, compreendendo 24 Estados, teria mais lugares que o grupo Africano que compreende o dobro dos Estados; o grupo da Europa Oriental, com 12 membros, teria um número de lugares próximo do grupo Africano que é 4 vezes maior. A subrepresentação será tanto mais chocante quanto a África conta com 21 dos 32 países mais pobres, afectados pelo subdesenvolvimento e em benefício dos quais a Convenção prevê utilizar as vantagens retiradas do aproveitamento dos fundos do oceano. Tudo isto é contrário à posição unânime adoptada pela Organização de Unidade Africana, em Março de 1979 - Declaração de 4 de Março de 1979 - Doc. A/CONF.62/72. Se o critério de representação geográfica equitativa fosse adoptado, os países africanos poderiam contar com 9 a 10 lugares no Conselho da Autoridade, em vez dos 7 ou 8. O grupo Africano opôs-se, também, à existência de lugares permanentes e defendeu o princípio da rotação. Os Estados africanos rejeitam todo o sistema de veto ou de voto ponderado, como sendo contrário aos princípios democráticos - MAHIOU, Ahmed - *L'Afrique et le Patrimoine Commun de L'Humanité*. In *Espaces et Ressources Maritimes*. Paris: Université de Nice - Cerdam. Éditions A. Pedone, 1988. ISBN 213-041-999-2, p. 5 e 6.

importações mundiais totais dos produtos básicos obtidos a partir das categorias de minerais que venham a ser extraídos da Área e, em qualquer caso, um Estado da região da Europa Oriental (Socialista), bem como o maior consumidor;

c) quatro membros de entre os Estados Partes que, na base da produção nas áreas sob sua jurisdição, sejam grandes exportadores líquidos das categorias de minerais que venham a ser extraídos da Área, incluindo, pelo menos, dois Estados em desenvolvimento, cujas exportações de tais minerais tenham importância substancial para a sua economia;

d) seis membros de entre os Estados Partes em desenvolvimento, que representem interesses especiais. Os interesses especiais a serem representados devem incluir os dos Estados com grande população, os dos Estados sem litoral ou em situação geográfica desfavorecida, os dos Estados que sejam grandes importadores das categorias de minerais que venham a ser extraídos da Área, os dos Estados que sejam produtores potenciais de tais minerais e os dos Estados menos desenvolvidos;

e) dezoito membros eleitos de modo a assegurar o princípio de uma distribuição geográfica equitativa dos lugares do Conselho no seu conjunto, no entendimento de que cada região geográfica conte, pelo menos, com um membro eleito em virtude da presente alínea. Para este efeito as regiões geográficas devem ser: África, América Latina, Ásia, Europa Ocidental e outros Estados e Europa Oriental (Socialista)”.

Relativamente à questão da adopção de decisões - sem dúvida a mais importante, pois sendo o Conselho o principal órgão executivo da Autoridade, as suas decisões afectarão directamente a ordenação racional do património comum da Humanidade, a aplicação do sistema de exploração e aproveitamento e a segurança dos investimentos nas actividades de extracção de minerais do fundo do mar¹⁷⁸ - no decurso dos trabalhos surgiram várias propostas em função das quais o Grupo de Trabalho dos 21 elaborou o texto que foi integrado no Projecto de Convenção (Oficioso). O Grupo dos 77 continuava fiel à regra de um país um voto, rejeitando todos os sistemas que tivessem por base o direito de veto, o voto ponderado ou a votação por câmaras, defendendo, por isso, que as questões de fundo fossem decididas por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. O Grupo da Europa Oriental aceitava a solução do Texto Integrado Revisto, segundo a qual as questões de fundo deveriam ser decididas por uma maioria de três quartos, pois esta solução não concedia ao Grupo dos 77 o poder de impor ao Conselho a adopção de medidas, nem conferia aos países industrializados o poder de impedir a adopção de

¹⁷⁸ Estamos a seguir de perto o Doc. A/CONF.62/C.1/L.28 Y ADD.1 - *Informe de los Coordinadores del Grupo de Trabajo de los 21 a la Primera Comisión*, de 23 de Agosto de 1980, in *NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ...*, vol. XIV, 1982, cit., p. 185 e s., *maxime* 194-197.

decisões. Com o objectivo de considerar todos os interesses em jogo, a URSS apresentou duas propostas: uma, no sentido de que as decisões sobre questões de fundo deveriam ser adoptadas por uma maioria de dois terços, desde que essa maioria compreendesse a maioria simples de três das quatro primeiras categorias enumeradas no parágrafo 1 do artigo 161º e desde que os membros de qualquer grupo regional não tivessem votado unanimemente contra a proposta. Esta proposta, embora aceitável para os países industrializados, foi rejeitada pelo Grupo dos 77. A segunda proposta soviética ia no sentido de ser concedido um voto de obstrução a cinco membros do Conselho mais um de cada grupo regional a que não pertencessem os cinco. Esta proposta não foi bem recebida pelos Estados industrializados, pelo que foi, também, abandonada.

Os países mais industrializados - Estados Unidos da América, França, Reino Unido, República Federal da Alemanha e Japão - cujos consórcios e companhias já tinham investido largas somas nas actividades do fundo do mar, e tendo em vista protegê-los, fizeram finca pé numa solução que lhes reconhecesse o poder de, colectivamente, impedirem a adopção de decisões que fossem contrárias aos seus interesses. Por isso, sugeriram que fosse reconhecido o poder de veto a qualquer das quatro primeiras categorias de interesses referidas no parágrafo 1 do artigo 161º; ou que fosse reconhecido o poder de veto a cinquenta por cento dos produtores e a cinquenta por cento dos consumidores; ou que fosse concedido o poder de obstrução a qualquer combinação de cinco membros do Conselho. Qualquer destas propostas, como é evidente, teve a pronta e firme rejeição do Grupo dos 77.

A dada altura, começou a haver consciência de que a solução do problema só seria possível através de uma combinação de várias formas de votação, que iriam do consenso à simples maioria. Assim, o artigo 161º nº 7 do Projecto de Convenção (Oficioso) cujo conteúdo corresponde, praticamente, ao texto final, estabelece:

“a) As decisões sobre questões de procedimento serão adoptadas por maioria dos membros presentes e votantes;

b) As decisões sobre as questões de fundo que surjam em relação às alíneas f), g), h), i), m), o) e u) do parágrafo 2 do artigo 162 e artigo 189 serão adoptadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, desde que tal maioria inclua uma maioria dos membros do Conselho;

c) As decisões sobre as questões de fundo que surjam em relação às disposições a seguir enumeradas serão adoptadas por maioria de três quartos dos membros presentes e votantes, desde que tal maioria inclua uma maioria dos membros do Conselho: parágrafo 1 do artigo 162, alíneas a), b), c), d), e), k), p), q), r), e s) do parágrafo 2 do artigo 162; alínea

t) do parágrafo 2 do artigo 162, nos casos de incumprimento por parte de um contratante ou de um patrocinador; alínea v) do parágrafo 2 do artigo 162, desde que a obrigatoriedade das ordens dadas nos termos dessa alínea não exceda trinta dias, salvo se confirmadas por uma decisão tomada de conformidade com a alínea d) deste parágrafo; alíneas w), x) e y) do parágrafo 2 do artigo 162; parágrafo 2 do artigo 163; parágrafo 3 do artigo 174; artigo 11 do Anexo IV;

d) As decisões sobre as questões de fundo que surjam em relação às alíneas l) e n) do parágrafo 2 do artigo 162 bem como a aprovação de emendas à Parte XI serão adoptadas por consenso;¹⁷⁹.

Por seu turno, a alínea e) do nº 7 do mesmo artigo 161º define consenso como a ausência de qualquer objecção formal¹⁸⁰. Ao mesmo tempo, estabelece: “Dentro dos catorze dias seguintes à apresentação de uma proposta ao Conselho, o Presidente verificará se haveria uma objecção formal à sua aprovação. Se o Presidente do Conselho constatar que haveria tal objecção criará e convocará, nos três dias seguintes, uma Comissão de Conciliação, integrada por não mais que nove membros do Conselho cuja presidência assumirá, com o objectivo de conciliar as divergências e preparar uma proposta susceptível de ser aprovada por consenso. A Comissão agirá imediatamente e relatará ao Conselho nos catorze dias seguintes à sua constituição. Se a Comissão não puder recomendar uma proposta susceptível de ser aprovada por consenso, indicará no seu relatório os motivos que levaram à rejeição da proposta”.

Uma outra questão controversa que ficou resolvida¹⁸¹ foi o modo de aprovação, pelo Conselho, dos planos de trabalho. O artigo 162º nº 2 j) passou a dispor do seguinte modo:

“O Conselho

j) Aprovará os planos de trabalho de conformidade com os seguintes procedimentos:

i) quando a Comissão recomendar a aprovação de um plano de trabalho, este será considerado aprovado pelo Conselho, a menos que um membro do Conselho apresente ao Presidente uma objecção específica por escrito no prazo de catorze

¹⁷⁹ Sublinhados nossos.

¹⁸⁰ O que distingue o consenso do veto é que o veto consiste num sistema de votação em que se concede a alguns Estados o poder de derrotar uma proposta votando negativamente; diferentemente, no procedimento do consenso, cada membro do Conselho, e não apenas alguns, tem poder de impedir a adopção de uma decisão.

¹⁸¹ O entendimento nesta matéria foi possível pelo facto de terem desdobrado o contrato em duas fases. Na primeira fase, os pedidos de planos de trabalho são aprovados sempre que estejam cumpridas as exigências do Anexo III. Nesta fase, a Autoridade não está ainda a atribuir um recurso escasso aos petionários, pois não lhes está a reconhecer o direito de aproveitamento. Para isso, o petionário tem que pedir uma autorização de produção, o que já constitui a segunda fase do contrato e está sujeita às exigências do artigo 151º nº 2 e do artigo 7º do Anexo III - *Informe de los Coordinadores del Grupo de Trabajo de los 21 a la Primera Comisión*, citado.

dias, na qual se alegue que não foram cumpridos os requisitos do artigo 6 do Anexo III. Se houver uma objecção aplicar-se-á o procedimento de conciliação da alínea e) do parágrafo 7 do artigo 161. Se, uma vez concluído o procedimento de conciliação, a objecção ainda se mantiver, o plano de trabalho será considerado como aprovado pelo Conselho, a menos que este o rejeite por consenso dos seus membros, excluindo qualquer Estado ou Estados que tenham apresentado o pedido ou patrocinado o peticionário;

ii) quando a Comissão recomendar a não aprovação de um plano de trabalho ou não fizer uma recomendação, o Conselho pode aprová-lo por maioria de três quartos dos membros presentes e votantes, desde que tal maioria inclua a maioria dos membros participantes na sessão”.

Por último, não foi possível chegar a um acordo sobre a maioria necessária para a adopção de decisões na Comissão de Planeamento Económico e na Comissão Jurídica e Técnica, pelo que o artigo 163º nº 11 do Projecto de Convenção (Oficioso) prescreve:

“Os procedimentos para a adopção de decisões nas Comissões serão os que forem estabelecidos em normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade. As recomendações ao Conselho devem ser acompanhadas, quando necessário, de um resumo das divergências de opinião”.

No final da nona Sessão, em Agosto de 1980, parecia existir consenso acerca da maior parte dos assuntos relativos ao fundo do mar. O núcleo deste consenso era o sistema paralelo de exploração e aproveitamento dos respectivos recursos. Neste sistema, os Estados Partes ou entidades privadas por eles patrocinadas, por um lado, e a Empresa ou os países em vias de desenvolvimento, por outro, levavam a cabo as actividades nas áreas não reservadas e reservadas do fundo do mar, respectivamente.

À Empresa era garantido, de acordo com o Projecto de Convenção, o sítio mineiro, a tecnologia e o capital necessário para desenvolver as actividades, por um período inicial. O artigo 8º do Anexo III do Projecto de Convenção obrigava cada peticionário de um contrato a indicar uma área total, não necessariamente contínua, suficientemente extensa e com um valor comercial estimado semelhante, que permitisse duas operações mineiras. A Autoridade deveria designar uma dessas áreas como o sítio a ser reservado para a Empresa ou para os países em vias de desenvolvimento. Deste modo era garantido à Empresa o acesso aos sítios necessários sem ter de desenvolver quaisquer actividades de prospecção.

Cada peticionário tinha, também, que transferir para a Empresa a tecnologia que usava, desde que tal tecnologia não estivesse disponível no mercado aberto e o peticionário estivesse legalmente habilitado a transferi-la. A obrigação de transferência de tecnologia era limitada a um período de dez anos a partir do começo do aproveitamento comercial pela Empresa.

De modo a dar à Empresa a possibilidade de se tornar forte e competitiva como os outros peticionários, o artigo 11º nº 3 do Anexo IV do Projecto de Convenção regulava o financiamento das primeiras actividades da Empresa. De acordo com esse artigo, metade dos fundos necessários para tais actividades, isto é, para o aproveitamento, transporte, processamento e comercialização dos metais, devia ser fornecida por todos os Estados Partes na forma de empréstimos a longo prazo e sem pagamento de juros, de acordo com a escala de contribuições para o orçamento ordinário das Nações Unidas¹⁸² e a outra metade devia ser obtida através de empréstimos contraídos directamente pela Empresa, no mercado de capitais, sendo tais empréstimos garantidos por todos os Estados Partes, de acordo com essa mesma escala¹⁸³.

Do outro lado do sistema paralelo, os Estados Partes (isto é, Estados potencialmente mineiros e suas companhias ou entidades por eles patrocinadas) receberam garantias de que na hipótese de estarem preparados para aceitar os deveres estabelecidos no Projecto de Convenção e para sujeitar-se às suas normas, ser-lhes-ia garantido um contrato pela Autoridade, sendo os casos em que a concessão de tais contratos lhes poderia ser recusada especificamente enumerados. O contrato assim concedido só podia ser cancelado em situações específicas.

Assim sendo, “os requisitos que deveriam reunir os peticionários”, que não a Empresa, estavam previstos no artigo 4º do Anexo III do Projecto de Convenção. Para além da nacionalidade, controlo e patrocínio do requerente¹⁸⁴, o compromisso mais importante estava previsto no artigo 4º nº 6 a) do Anexo III que impunha ao requerente: “aceitar como obrigatório e actuar de acordo com as obrigações aplicáveis criadas pelas disposições da Parte XI da Convenção, normas e regulamentos da Autoridade, decisões dos órgãos da Autoridade e termos dos seus contratos com a Autoridade”.

As razões para a recusa de um pedido para um contrato estão especificadas no artigo 6º do Anexo III do Projecto de Convenção. A recusa do contrato estava, por isso, fora do alcance do poder discricionário da Autoridade e, se o peticionário não se encontrasse em nenhuma das situações enumeradas no artigo e estivesse preparado para cumprir com as obrigações e exigências do artigo 4º do Anexo III, a Autoridade não poderia recusar um contrato. No caso de ser evidente

¹⁸² Artigo 11º nº 3 a) e b) do Anexo IV.

¹⁸³ Artigo 11º nº 3 b) do Anexo IV.

¹⁸⁴ Artigo 153º nº 2 b).

que o aproveitamento quer pelo contraente quer pela Empresa podia causar graves perigos para o ambiente marinho numa zona específica, o Conselho da Autoridade deveria não aprovar tal aproveitamento nessa área¹⁸⁵. Quando o peticionário celebrava um contrato, os seus direitos no âmbito do contrato só poderiam ser suspensos ou terminar se: “a) ... não obstante os avisos da Autoridade, o contraente conduziu as suas actividades de um modo que se traduziu numa violação séria, persistente e dolosa dos termos fundamentais do contrato ou da Parte XI da Convenção e das normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade”; ou “b) o contraente não cumpriu uma decisão final vinculativa do órgão de solução de controvérsias que lhe foi aplicada”.

O sistema paralelo, que obteve consenso em 1980 em relação às questões mais importantes, isto é, transferência de tecnologia, acordos financeiros, conferência de revisão e política de produção, era o resultado de um compromisso considerável por parte dos países em vias de desenvolvimento e da sua interpretação do princípio do património comum da humanidade. Os países mais industrializados estavam satisfeitos com os resultados das negociações e expressaram o seu desejo de que no ano seguinte o texto final da Convenção ficasse concluído. O representante dos Estados Unidos da América afirmou: “...a Conferência deve estar orgulhosa dos resultados conseguidos na presente sessão ... como um resultado do firme propósito de todas as delegações em completar as negociações sobre a matéria de fundo, pela primeira vez, desde 1973, o conteúdo de um novo tratado está quase pronto”¹⁸⁶.

4 - PERÍODO ENTRE 1981 E 1982 - O DIVÓRCIO

A décima Sessão da III Conferência realizou-se, em Nova Iorque, de 9 de Março a 16 de Abril e, em Genebra, de 3 a 28 de Agosto de 1981. O Comité de Redacção reuniu de 12 de Janeiro a 27 de Fevereiro, em Nova Iorque, e de 29 de Junho a 31 de Julho, em Genebra.

Nesta sessão, além dos três assuntos conhecidos pelos três “p” - estabelecimento da Comissão Preparatória¹⁸⁷, protecção dos investimentos pioneiros (PIP - *pioneer Investment*

¹⁸⁵ Artigo 162º n.º 2 w).

¹⁸⁶ NACIONES UNIDAS - *Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar* ..., vol. XIV, 1982, *cit.*, p. 39.

¹⁸⁷ Já na oitava Sessão da Conferência e a propósito da questão da entrada em vigor da Convenção, surgiu a ideia da criação de uma Comissão Preparatória para adoptar as disposições necessárias à entrada em vigor da Autoridade. Nessa altura, a Secretaria tinha preparado um documento oficioso (FD/8) onde fazia referência aos precedentes mais pertinentes da prática das Nações Unidas relativamente a órgãos preparatórios. No começo da nona Sessão, o Presidente distribuiu uma nota, com data de 3 de Março de 1980, onde descrevia as linhas gerais de uma proposta tendente a formar uma Comissão Preparatória. Porque se trata de uma questão primordialmente administrativa e não jurídica, foi entendido que deveria ser tratada separadamente em sessões plenárias oficiosas. Sobre o assunto ver Doc. A/CONF.62/L.55 - *Informe del Presidente sobre la labor del Plenario de la Conferencia en sesión oficiosa*

Protection)¹⁸⁸ e participação¹⁸⁹ - a Conferência deveria tentar chegar a acordo relativamente a alguns assuntos ainda controversos e, nos termos do nº 7 e 8 do seu Programa de Trabalho¹⁹⁰, deveria aprovar a Convenção e a Acta Final, de modo a que pudessem ser ainda assinadas no ano de 1981 (em Caracas).

Mais uma vez, os trabalhos da Conferência foram afectados por acontecimentos então ocorridos.

Em 4 de Dezembro de 1980, morreu o Presidente da Conferência, Hamilton Shirley Amerasinghe, daí que a primeira tarefa da Conferência, nesta décima Sessão, foi eleger um novo

concerniente a la cuestión de la comisión preparatoria, 1 de Abril de 1980, que tem anexo a proposta de resolução a aprovar pela Conferência sobre a criação da Comissão, in **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XIII, 1981, *cit.*, p. 106-110.

¹⁸⁸ O PIP trata da questão de como harmonizar os interesses económicos dos mineiros do fundo do mar com as exigências dos países em vias de desenvolvimento a um sistema de actividades do fundo do mar altamente regulado e controlado pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Os consórcios mineiros exigiam garantias de que os seus investimentos em investigação e em tecnologia mineira seriam protegidos e muitos países em vias de desenvolvimento queriam que tal tecnologia fosse partilhada com eles, pois só assim desenvolveriam as suas economias.

Já em 1977, foi sentida a necessidade de criar um mecanismo de protecção dos investimentos pioneiros, mas havia, também, a ideia de que ainda era cedo para tratar tal questão. Em 1979, os representantes da indústria americana apresentaram ao delegado americano Richardson uma lista com os seus objectivos fundamentais, sendo um dos mais importantes, precisamente, a necessidade de criar um regime de protecção dos investimentos já feitos e a fazer-se no fundo do mar, até à entrada em vigor da Convenção. Em Novembro, Richardson, embora céptico em relação às propostas que ia fazer, convidou alguns delegados do Grupo dos 77 para encontros informais, tendo lançado, então, a ideia de protecção dos investimentos pioneiros. Esses encontros culminaram com um documento de trabalho informal apresentado pelos Estados Unidos à Conferência, em 2 de Abril de 1980, documento que sugeria que a Comissão Preparatória fosse encarregada de receber os requerimentos de potenciais mineiros patrocinados por Estados, aos quais deveria ser garantida prioridade para o sítio requerido. Durante a Sessão de Verão da Conferência, o Grupo dos 77 não deu muita atenção a esta questão, por um lado, porque estava preocupado com outras questões e, por outro lado, como reacção ao aparecimento da legislação interna americana sobre as actividades no fundo do mar - ORREGO VICUÑA, Francisco - *Le Regime de l'Exploration et de l'Exploitation*, *cit.*, p. 583; SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 169-176.

¹⁸⁹ A questão da participação dizia respeito a dois problemas, por um lado, a participação de organizações internacionais, como a Comunidade Europeia, na Convenção e, por outro lado, a participação dos movimentos de libertação nacional, como por exemplo, a Organização da Libertação da Palestina (participação, aliás muito contestada por Israel). A este propósito, ver Doc. A/CONF.62/L.86 - *Informe del Presidente de la Conferencia sobre la cuestión de la participación en la convención*, de 26 de Março de 1982, in **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XVI, 1984. Número de venta: S.84.V.2, p. 205-207.

Relativamente às questões reguladas pela Parte XI, a Comunidade Europeia é competente em matérias de política comercial, incluindo o controlo de práticas económicas desleais. A Comunidade é largamente dependente da importação de minerais como o níquel, cobalto, cobre e manganésio. Como a Comunidade é uma zona industrial com uma população de cerca de 320 milhões, é o maior importador de alguns minerais e tem um grande interesse no desenvolvimento dos recursos minerais em todo o mundo, incluindo os minerais do fundo do mar. A segurança na oferta é muito importante - HARDY, Michael - *The Law of the Sea and the Prospects for Deep Seabed Mining: The Position of the European Community*. *Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs*. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320 Coden: Odila. 17, number 4: (1986), p. 313.

Sobre o modo como o assunto da participação de organizações internacionais ficou tratado na Convenção, ver o nosso trabalho **O Mar Territorial: Largura e Natureza Jurídica**. Porto : Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, 1996. Monografias. ISBN 972-9354-14-6, p. 233-250.

¹⁹⁰ Doc. A/CONF.62/102 - *Programa provisional del décimo período de sesiones de la Conferencia*, 26 de Janeiro de 1981, in **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XV, 1983. Número de venta: S.83.V.4, p. 107.

Presidente, o que ocorreu em 13 de Março de 1981, tendo sido eleito, por aclamação, o embaixador de Singapura, Tommy Koh¹⁹¹.

Por outro lado, devido à eleição de um novo Presidente para os Estados Unidos da América, o Republicano Ronald Reagan, em Novembro de 1980, houve uma mudança drástica na política externa deste país. Precisamente dois dias antes da Sessão começar, em 7 de Março de 1981, a Administração Reagan, em cumprimento de um dos pontos do programa político¹⁹² do Partido Republicano em relação ao Direito do Mar e devido à pressão da indústria mineira¹⁹³, anunciou que o seu governo queria proceder a uma revisão¹⁹⁴ de todas as negociações feitas na

¹⁹¹ O lugar de Presidente da Conferência, por uma questão de equilíbrio geopolítico, deveria ser ocupado pelo grupo Asiático. Por isso, começaram por apresentar, oficialmente, as respectivas candidaturas, Christopher Pinto, do Sri Lanka e Satya Nandan, do Fiji. No entanto, apesar do prestígio de que gozavam, não obtiveram o apoio do grupo Asiático, pelo que tiveram de retirar as candidaturas. Só depois, o grupo Asiático apresentou o Embaixador Koh, que foi eleito, por unanimidade, em 13 de Março de 1981 - LÉVY, Jean-Pierre, *op. cit.*, p. 107-108.

¹⁹² O referido ponto do programa político do Partido Republicano estabelecia: “As negociações multilaterais só de modo insuficiente deram atenção às exigências, de longo prazo, de segurança dos Estados Unidos da América. Um exemplo pertinente deste fenómeno é a Conferência sobre o Direito do Mar, cujas negociações serviram para inibir o aproveitamento pelos Estados Unidos dos recursos minerais do fundo do mar ... Uma Administração Republicana irá conduzir as negociações multilaterais de modo a reflectir a capacidade americana e os interesses de longo prazo no acesso a matérias primas e a recursos energéticos” - citado por MAHMOUDI, Said - **The Law of Deep Sea-Bed Mining: A Study of the Progressive Development of International Law Concerning the Management of the Polymetallic Nodules of the Deep Sea-Bed**. Stockholm : Almqvist & Wiksell International, 1987, nota 142, p. 201.

¹⁹³ John B. Breaux, um congressista da Louisiana, um Estado com grandes aproveitamentos de gás e petróleo *offshore*, defensor da legislação unilateral, num testemunho perante o Subcomité dos Oceanos do Comité do Senado para as Relações Externas, disse: “Há, eu creio, uma mensagem que deve ser transmitida ao Terceiro Mundo e ao Bloco Soviético: nós não nos submeteremos, com resignação, à Nova Ordem Económica Internacional; nós não consentiremos, com resignação, na ruína do nosso sistema de valores enquanto sociedade livre; nós não cederemos, facilmente, aos nossos direitos e responsabilidades como líderes do Mundo Livre; nós não capitularemos face aos nossos adversários políticos e militares; nós iremos proteger os interesses vitais dos Estados Unidos; nós iremos dar a devida atenção às legítimas aspirações, mas não às exigências dos países em vias de desenvolvimento” - citado por MAHMOUDI, Said, *ibidem*, nota 143.

¹⁹⁴ Para uma boa descrição da posição americana ver LARSON, David L. - The Reagan Administration and the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 11, number 3-4: (1982), p. 297-320.

Numa declaração perante o Plenário, em 17 de Março, Malone, Representante Especial do Presidente americano e chefe da nova delegação à III Conferência, em defesa da decisão do seu Governo de proceder a uma revisão das negociações, afirmou que seria um desserviço para a Conferência se os Estados Unidos aceitassem um tratado que o Senado (agora de maioria Republicana) recusaria ratificar. Posteriormente, em 29 de Abril do mesmo ano de 1981, especificou que os problemas eram relativos apenas à Parte XI do Projecto de Convenção, mais precisamente os seguintes:

- a) regulamentação demasiado onerosa do aproveitamento do fundo do mar;
- b) vantagens discriminatórias dadas à Empresa;
- c) disposições relativas à transferência de tecnologia;
- d) controlo de produção;
- e) ausência de um lugar garantido para os Estados Unidos da América no Conselho da Autoridade;
- f) cláusula da conferência de revisão;
- g) modo de partilha de rendimentos;
- h) benefícios potenciais para os movimentos de libertação nacional incluindo a Organização de Libertação da Palestina; e
- i) ausência de disposições protegendo os investimentos preparatórios.

Muitos dos aspectos referidos por Malone correspondem às objecções que Richardson já tinha levantado ao Texto Integrado Oficioso de Negociação e muitas delas apareceram nos “seis objectivos” apresentados oito meses mais tarde pelo Presidente Reagan, como sendo os objectivos dos Estados Unidos da América - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 228-230.

Conferência¹⁹⁵. Como consequência deste anúncio não esperado, reinou um clima de alguma frustração na Conferência. Não obstante, no final da décima Sessão, a Conferência decidiu

É evidente que esta postura dos Estados Unidos da América provocou reacções. Assim, Inam Ul-Haque, do Paquistão, em nome do Grupo dos 77, em 10 de Agosto de 1981, fez a seguinte intervenção: “Mesmo que os Estados Unidos da América não tivessem participado na Conferência, ao longo de todos estes anos, e fosse um recém chegado às negociações, não seria realista procurar apagar o que já tinha sido conseguido como condição da sua participação no tratado. O Governo americano não pode rejeitar o trabalho de mais de 150 nações, incluindo dos seus anteriores Governos, há já quase uma década, pois ao fazer isso estaria a destruir o princípio da boa fé nas negociações”. Também o Ministro dos Negócios Estrangeiros Soviético, Kozyrev, em 3 de Agosto, afirmou: “É verdade, os novos governos de todos os países têm um tal direito. Ao longo do trabalho da Conferência novos governos em vários países sucederam os anteriores. Porém, eles levaram a cabo as ‘revisões’ observando as mais elementares normas de cortesia internacional e os princípios fundamentais da sucessão e cumpriram de boa fé as obrigações assumidas”. O representante da Polónia, em nome do Grupo dos Países da Europa de Leste, chegou mesmo a admitir que a Convenção não fosse adoptada por consenso ao afirmar: “O Grupo continua a defender a adopção da Convenção por consenso. Porém, se algumas delegações continuam a opôr-se a adoptar a Convenção tendo por base o projecto existente e assim continuam a impedir que seja conseguido o consenso, o Grupo de Países Socialistas da Europa de Leste estará preparado para cooperar com a maioria na Conferência e a adoptar a Convenção como um todo através de votação”. O representante americano contra-argumentou dizendo, nomeadamente, que “... vários oradores salientaram a importância da continuidade na conduta nas negociações internacionais de longo prazo. Reconhecemos isso, mas há outros valores igualmente relevantes. Um deles é o direito do povo numa sociedade democrática eleger um novo governo. Não esperamos que o mundo pare porque temos um novo Presidente e uma nova maioria no Senado ... esta Administração pensa que este projecto de Convenção nunca obterá o parecer e o assentimento do Senado. Uma vez que o tratado exigiria legislação a implementá-lo, os Representantes também terão um importante papel. Temos razão para duvidar que a Câmara dos Representantes aprovasse a legislação necessária à implementação de um tratado como este ...” - OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Tenth Session* (1981). *American Journal of International Law*. Washington: The American Society of International Law. 76: (1982), p. 3-8.

Estas preocupações com a atitude do Senado são devidas ao seu papel na *Treaty Process*. De acordo com a Constituição americana, o Presidente “tem poderes para, com prévio parecer e consentimento do Senado, fazer tratados, desde que 2/3 dos senadores presentes concordem”. A função do Senado, segundo os constituintes, é proteger os direitos dos Estados e servir como um controlo ao Presidente em relação a *treaty actions* excessivas e indesejadas. Uma vez concluído um tratado é enviado ao Senado juntamente com um relatório do Secretário de Estado. Uma vez no Senado, é enviado ao *Senate Foreign Relations Committee*. O Comité prepara um relatório para o Senado, que pode ser favorável ou desfavorável, com ou sem condições, e uma resolução de ratificação. O Senado pode acrescentar condições, reservas ou interpretações ao tratado (no caso da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar as reservas e as emendas não são permitidas pelo tratado, logo o Comité não deve fazê-las). A resolução de ratificação deve ser aprovada por uma maioria de 2/3 dos Senadores presentes. Uma vez aprovada a resolução de ratificação, o Presidente assina o tratado e os Estados Unidos da América ficam vinculados. Em 1994, o Senado tinha 62 tratados pendentes, alguns deles há já vários anos - o mais antigo datava de 1949; o mais recente era de Março de 1994. Alguns tratados nunca chegaram a ser relatados pelo Comité. A Câmara dos Representantes não tem qualquer papel directo neste procedimento, no entanto pode influenciar indirectamente na medida em que a legislação necessária para a implementação de uma convenção tem que ser votada nesta Câmara. Ver MOORE, Barbara S. P. - *Moderator's Introductory Remarks: Panel V*; HARVEY, D. Michael - *Senate Action on the Law of the Sea Convention*; e HALL, Edwin K. - *United States Senate Advice and Consent Regarding the Law of the Sea Convention: the Role of the Committee on Foreign Relations*. Todos in NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 241-243, p. 279-281 e p. 283-287, respectivamente.

¹⁹⁵ Em 2 de Março de 1981, o Departamento de Estado americano fez a seguinte declaração: “Após consultas com outros Departamentos e Agências interessados do Governo dos Estados Unidos, o Secretário de Estado deu instruções aos nossos representantes na Conferência sobre o Direito do Mar no sentido de procurarem assegurar que as negociações não acabam na presente sessão da Conferência, durante um período de revisão da política americana pelo governo. Os Departamentos e Agências interessados já começaram a estudar uma série de problemas levantados pelo Projecto de Convenção e isso será objecto de uma revisão que determinará a nossa posição em relação às negociações, in OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Ninth Session* (1980), *cit.*, p. 211.

converter o texto informal em Projecto de Convenção¹⁹⁶, passando, assim, a documento oficial da Conferência.

No Comité I, após o anúncio dos Estados Unidos, o Grupo dos 77 afirmou que não poderia haver negociações sobre a questão da protecção dos investimentos pioneiros.

Durante o primeiro período da décima Sessão, o Comité I dedicou-se a debates gerais sobre a Comissão Preparatória, além de fazer observações gerais sobre os relatórios do Secretário Geral das Nações Unidas sobre as possíveis consequências financeiras para os Estados Partes da futura Convenção¹⁹⁷ e sobre os efeitos da fórmula de limitação da produção segundo certas hipóteses determinadas¹⁹⁸.

O Grupo dos 21, nesta Sessão, dedicou-se às questões fundamentais relativas à composição, mandato, sistema de adopção de decisões e financiamento da Comissão Preparatória¹⁹⁹.

A propósito da Comissão Preparatória, e segundo o Relatório do Presidente do I Comité²⁰⁰, havia um entendimento geral no sentido de que deveria ser estabelecida através de uma resolução da Conferência a incluir na Acta Final. O objectivo da Comissão era criar disposições provisórias para o primeiro período de sessões da Assembleia e do Conselho da Autoridade, disposições relativas, principalmente, à criação da Secretaria e da Empresa, assim como à convocação do Tribunal Internacional do Direito do Mar. O Presidente Enge era de opinião que a Comissão deveria chamar-se “Comissão Preparatória para a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e

¹⁹⁶ Doc. A/CONF.62/L.78 - *Proyecto de convención sobre derecho del mar*, 28 de Agosto de 1981, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XV, 1983, cit., p. 195 e s..

Na *Nota preliminar* do Projecto pode ler-se: “A Conferência reconheceu que o texto assim revisto já não seria um texto oficioso. É agora o projecto oficial da convenção, com as três condições seguintes: Em primeiro lugar continuaria a ser possível consultas e negociações sobre certas questões pendentes. Se forem satisfeitos os critérios estabelecidos no documento A/CONF.62/62, os resultados dessas consultas e negociações serão integrados no projecto da Convenção pelo *Collegium* sem necessidade de emendas formais.

Em segundo lugar, o Comité de Redacção completará o seu trabalho e as suas recomendações, aprovadas pelo Plenário, em sessões oficiosas, serão incorporadas no texto.

Em terceiro lugar, o processo de consultas e de negociações sobre certas questões pendentes continuará, pois ainda não chegou o momento de aplicar o artigo 33º do regulamento da Conferência. Nesta etapa não são possíveis emendas da iniciativa das delegações; só serão possíveis emendas formais no final das negociações.”

¹⁹⁷ Doc. A/CONF.62/L.65 - *Posibles consecuencias financieras para los Estados partes de la futura convención sobre el derecho del mar: informe del Secretario General*, 18 de Fevereiro de 1981, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 117-137.

¹⁹⁸ Doc. A/CONF.62/L.66 - *Efectos de la fórmula de limitación de la producción según ciertas hipótesis determinadas: informe del Secretario General*, 26 de Fevereiro de 1981, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 137-163.

¹⁹⁹ Nesta Sessão verificou-se uma transformação no Grupo dos 21, o que, mais uma vez, ilustra o pragmatismo procedimental da Conferência. Foi decidido que este Grupo passaria a funcionar como grupo especial para a Comissão Preparatória, sob a presidência conjunta do Presidente da Conferência e do Presidente do Comité I. Os membros continuaram a ser os mesmos, mas o seu mandato e orientação passaram a ser outros - LÉVY, Jean-Pierre, *op. cit.*, p. 111-112.

²⁰⁰ Doc. A/CONF.62/L.70 - *Informe del Presidente de la Primera Comisión*, 16 de Abril de 1981, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XV, 1983, cit., p. 167-169.

para o Tribunal Internacional do Direito do Mar”. Relativamente à composição da Comissão Preparatória surgiram duas posições, a dos países industrializados, defendendo que a Comissão estivesse aberta a todos os signatários da Acta Final, e a do Grupo dos 77, defendendo que só deveriam ser membros os Estados que demonstrassem estar dispostos a vincular-se à Convenção, isto é, os Estados que assinassem a Convenção, pois tal revelaria a sua intenção de a ela aderir. Aqueles que apenas assinassem a Acta Final teriam o estatuto de observadores, com o direito de participar plenamente nos debates da Comissão, mas já não na adopção das decisões.

A propósito da adopção de decisões e da aprovação do regulamento da Comissão Preparatória levantaram-se três questões, a saber: o regulamento aplicável à Comissão enquanto esta não aprovasse o seu próprio regulamento; a maioria necessária para a aprovação do regulamento; e as disposições para a votação sobre questões substantivas. Em relação às suas funções existiu um consenso em torno da ideia de que a Comissão teria um mandato geral para preparar a criação da Autoridade e do Tribunal, mas os países industrializados consideraram que era prematuro examinar o problema do estabelecimento da Empresa, pois esta questão deveria ser discutida aquando do debate das propostas relativas à protecção dos investidores pioneiros. Pelo contrário, o Grupo dos 77 e alguns membros do Grupo de Trabalho dos 21 consideravam que era necessário analisar a questão, dada a importância da Empresa para o funcionamento do sistema paralelo. Havia um certo acordo sobre a proposta de que deveria ser o Secretário Geral das Nações Unidas a convocar a Comissão Preparatória, logo que estivessem reunidas as condições necessárias. A este propósito falava-se em que pelo menos cinquenta Estados deveriam ter assinado a Convenção ou depositado os seus instrumentos de adesão. Havia entendimento geral no sentido de que a Comissão deveria ter uma vida limitada, devendo cessar funções ou com a convocatória da Assembleia ou por decisão desta. Relativamente ao financiamento da Comissão Preparatória, a ideia dominante era que as Nações Unidas deveriam proporcionar os fundos necessários para os gastos iniciais. No entanto, alguns salientaram que uma tal solução levaria a que os Estados membros das Nações Unidas mas não signatários da Convenção também contribuíssem para o financiamento.

Nesta Sessão foi tratada, também, e pela primeira vez, a questão da sede da Autoridade. Três países - Jamaica, Malta e Fiji²⁰¹ - tinham-se oferecido para hospedeiros²⁰².

²⁰¹ Já em 1977, por carta datada de 11 de Julho - Doc. A/CONF.62/56 - e dirigida ao Presidente da Conferência pelo representante do Fiji era afirmado “segundo instruções do meu Governo, tenho a honra de informar V^a Ex^a que o Governo do Fiji decidiu oferecer que o Fiji seja sede da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, que se estabelecerá em cumprimento do disposto na Parte XI da proposta de Convenção ...” - **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ...**, vol. VII, 1978, *cit.*, p. 56.

²⁰² Em 22 de Agosto, num voto indicativo, numa sessão plenária oficiosa do Comité I, resultou claro que Jamaica iria ser o país hospedeiro da Autoridade e seus órgãos. A este propósito, Engo, Presidente do I Comité, disse:

Por último, foram analisadas uma proposta da Austrália, sobre as disposições relativas às práticas económicas desleais e, a pedido da Zâmbia, Zimbabwe e Zaire, a questão da política de produção.

No segundo período da Sessão, o Grupo de Trabalho dos 21 continuou a estudar as questões relativas à Comissão Preparatória, havendo acordo relativamente a muitas questões. No entanto, continuava a não haver entendimento em relação à composição, modo de adopção das decisões sobre questões de fundo, financiamento e *terminus* da Comissão Preparatória.

A décima primeira Sessão da III Conferência²⁰³ realizou-se em 1982, em três períodos: em Nova Iorque, de 8 de Março a 30 de Abril e de 22 a 24 de Setembro e em Montego Bay, na Jamaica, de 6 a 10 de Dezembro. Antes porém, entre 16 de Fevereiro e 2 de Março, teve lugar, em Nova Iorque, reuniões intersessão para discussão de questões pendentes, nomeadamente no Comité I.

No primeiro período, o Comité I teve duas reuniões oficiais, respectivamente em 9 e 29 de Março. Durante a primeira reunião oficial, o Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas apresentou um relatório preliminar sobre as “Possíveis consequências da

“Considero progressista a decisão de centrar a criação de novas organizações internacionais nos países em vias de desenvolvimento o que fará com que os historiadores do futuro olhem para a nossa geração com admiração” - Doc. A/CONF.62/L.81 - *Informe del Presidente de la Primera Comisión*, 29 de Setembro de 1981, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XV, 1983, *cit.*, p. 276-277.

Do mesmo modo foi seleccionada a República Federal da Alemanha para sede do Tribunal Internacional do Direito do Mar, sendo assim preteridas as ofertas de Portugal e da Jugoslávia. Estes dois países tinham, formalmente, apresentado a sua candidatura em 1977. Portugal fê-lo através de carta datada de 8 de Julho, dirigida pelo representante português ao Presidente da Conferência - Doc. A/CONF.62/55 - em que se pode ler: “Tenho a honra de informar V^a Ex^a que em nota verbal de 5 de Julho de 1977, dirigida às missões e observadores permanentes das Nações Unidas, a Missão Permanente de Portugal anunciou que o Governo de Portugal estava disposto a oferecer instalações em Lisboa como possível sede de uma das instituições - particularmente o Tribunal do Direito do Mar ...”. Também a Jugoslávia, na nota verbal de 29 de Agosto do mesmo ano, dirigida ao Secretário Geral pela sua Missão Permanente - Doc. A/CONF.62/58, de 9 de Setembro de 1977 - afirmou: “A Missão Permanente da República Federativa Socialista da Jugoslávia perante as Nações Unidas apresenta formalmente, em nome do Governo da República Federativa Socialista da Jugoslávia, a candidatura ... da Jugoslávia para sede do Tribunal do Direito do Mar ...”, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. VII, 1978, *cit.*, p. 55 e 57, respectivamente.

Antes da votação, nos dois casos, foi tornado claro que a deliberação só se tornaria eficaz se o Estado seleccionado fosse parte da Convenção, aquando da sua entrada em vigor. Os votos para a sede da Autoridade foram: na primeira volta - Fiji, 14; Jamaica, 69; Malta, 56, abstenções, 5 e 1 voto em branco; na segunda volta - Jamaica, 76; Malta, 66; abstenções, 5. Para a sede do Tribunal os resultados foram - primeira volta - República Federal da Alemanha, 67; Portugal, 15; Jugoslávia, 59; abstenções, 3; votos em branco, 1; segunda volta - República Federal da Alemanha, 78; Jugoslávia, 61; abstenções, 4; votos em branco, 2. Apesar de se tratar de um voto indicativo, os seis candidatos informaram o Presidente da Conferência que aceitavam o resultado. In OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Tenth Session (1981)*, *cit.*, p. 14 e nota 29 e JENISCH, Uwe - *The UN Law of the Sea Conference Before its 11th Session. Aussen Politik*. Hamburg: Interpress/ÜberseeVerlag GmbH. ISSN 0004-8194. 33, number 4, p. 70.

²⁰³ Sobre o que agora estamos a escrever, ver Relatório do Presidente do Comité I - Doc. A/CONF.62/L.91, de 29 de Março de 1982, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XVI, 1984, *cit.*, p. 212-217.

Convenção, com referência especial ao artigo 151º, para os países em vias de desenvolvimento produtores e exportadores dos minerais que se irão extrair da Área”²⁰⁴.

Na segunda reunião oficial, o Comité I teve, perante si, o relatório dos coordenadores do Grupo de Trabalho dos 21²⁰⁵. Este Grupo reuniu, por onze vezes, para tratar das questões ainda pendentes, incluindo a Comissão Preparatória e o tratamento a dar aos investimentos preparatórios²⁰⁶.

²⁰⁴ Doc. A/CONF.62/L.84 Y ADD.1, de 16 de Março de 1982, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 183-204.

²⁰⁵ Doc. A/CONF.62/C.1/L.30, de 29 de Março de 1982 - *Informe de los coordinadores del grupo de trabajo de los 21*, T. T. B. Koh (Singapur) y P. B. Engo (República Unida del Camerún), a la Primera Comisión, in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 281-285.

²⁰⁶ Foi só na Sessão final da Conferência - 1982 - que o problema dos investimentos preparatórios foi verdadeiramente discutido. Nessa altura, muitas delegações sentiam que este tema poderia ser o instrumento adequado para dirimir muitas das objecções que a Administração Reagan continuava a levantar à Parte XI. Em 8 de Março de 1982, Koh pediu oficialmente que fossem apresentadas propostas específicas.

O Reino Unido, Japão, República Federal da Alemanha e Estados Unidos apresentaram uma proposta sobre investidores pioneiros, a qual não previa qualquer papel para a Comissão Preparatória ao aceitar os requerimentos dos investidores pioneiros, pelo que, segundo o ponto de vista do Grupo dos 77, não garantia uma segurança suficiente de que a Empresa receberia a assistência necessária para começar as actividades mineiras ao mesmo tempo que os investidores pioneiros e permitiria a estes começar a produção comercial antes da entrada em vigor da Convenção. O Grupo dos 77 rejeitou a proposta e apresentou uma outra, que estipulava que o regime de protecção dos investimentos pioneiros só seria concedido a signatários da Convenção e seus nacionais e restringia a cada requerente pioneiro o reconhecimento de direitos num sítio apenas.

Em 29 de Março, Koh e os restantes coordenadores do Grupo de Trabalho dos 21 apresentaram a sua própria proposta, referida na nota anterior, na qual consideravam investidores pioneiros os signatários da Convenção ou entidades por eles controladas ou patrocinadas que, antes de 1 de Janeiro de 1983, tivessem gasto 30 milhões de dólares americanos em actividades no fundo do mar, definia os seus direitos, fixava o tamanho dos sítios pioneiros em 150 000 km², estipulava que cada pioneiro tinha apenas um sítio e confirmava a aplicabilidade do sistema paralelo e das disposições sobre limitação de produção para as actividades pioneiras. Esta proposta continha elementos de todas as propostas apresentadas (TPIC/2, TPIC/3, TPIC/4 e TPIC/5), mas não referia uma questão importante, que era o número de investidores com direito ao tratamento preferencial. Os Estados Unidos queriam que o estatuto dos investidores pioneiros fosse limitado a cinco entidades. Os países em vias de desenvolvimento, a URSS e o Japão eram relegados para segundo plano.

As negociações continuaram, no mês de Abril foram apresentadas algumas emendas, Koh consultou os representantes dos vários grupos regionais e em 19, 20 de Abril, finalmente, foi conseguido um acordo. Em 22 de Abril, Koh modificou a sua proposta inicial na sequência das negociações privadas - Doc. A/CONF.62/L.132 y ADD.1 - *Informe presentado por el Presidente a la Conferencia de conformidad con el artículo 37 del reglamento*. A maior mudança consistia no facto de em vez de definir investidor pioneiro, a nova proposta sugeria que ficassem disponíveis oito sítios: quatro para os consórcios internacionais e quatro para a França, Índia, URSS e Japão. O pedido do Japão (Doc. A/CONF.62/L.105 - *Japón - enmiendas al proyecto de resolución II*, 13 de Abril de 1982) e dos países em vias de desenvolvimento (Doc. A/CONF.62/CL.116 - *Perú: enmiendas presentadas en nombre del Grupo de los 77*- 13 de Abril de 1982) para áreas de exploração mais pequenas, de 60 000 km², não foi aceite e o tamanho dos sítios pioneiros ficou em 150 000 km². Por último, a proposta permitia que os consórcios internacionais fossem certificados por apenas um Estado, desde que tenha assinado a Convenção. A URSS opôs-se argumentando que a Conferência não tinha competência para dar o estatuto de investidor pioneiro a companhias privadas. Koh pediu um parecer ao Conselho Jurídico das Nações Unidas sobre a legalidade de tal acção, o qual defendeu a sua legalidade (Doc. A/CONF.62/L.139 - *Memorando, de fecha 27 de abril de 1982, dirigido por el Asesor Jurídico al Representante Especial del Secretario General ante la Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar*, 28 de Abril). A URSS, porém, continuou a opor-se ao texto argumentando que era discriminatório em relação aos Estados pioneiros, porque lhes exigia que assinassem a Convenção antes de as suas empresas, pessoas naturais ou jurídicas, pudessem ser qualificadas como pioneiras (Doc. A/CONF.62/L.133 - *Carta, de fecha 22 de abril de 1982, dirigida al Presidente de la Conferencia por el representante de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas*).

O acordo final sobre o estatuto dos investidores pioneiros só foi conseguido nos últimos dias e como o Presidente da Conferência não acolheu a visão da URSS, esta absteve-se na votação para a adopção da Convenção.

O Grupo dos 77 apresentou uma proposta no sentido de que fosse acrescentado ao parágrafo 4º do artigo 163º o seguinte: “Na composição da Comissão de Planeamento Económico deverão ser incluídos, pelo menos, dois representantes dos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres”. Por seu turno, os representantes do Gabão, Zaire, Zâmbia, e Zimbabwe defenderam a introdução no texto do projecto de convenção de uma disposição impondo à Autoridade a criação de um fundo de compensação baseado nas recomendações da Comissão Preparatória.

Relativamente à composição do Conselho, o Grupo de Trabalho dos 21 analisou uma proposta oficiosa apresentada por alguns países industrializados médios - Áustria, Espanha, Finlândia, Grécia, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia - proposta que levaria a um aumento do número de membros, pelo que foi rejeitada²⁰⁷.

O acontecimento mais importante desta Sessão foi o regresso dos Estados Unidos à mesa das negociações. Em 29 de Janeiro de 1982, o Presidente Reagan anunciou, publicamente, que o seu país voltava com o objectivo de trabalhar com as outras delegações na Conferência “de modo a conseguir um tratado aceitável”²⁰⁸. Em 24 de Fevereiro, a delegação americana distribuiu um documento de quarenta e três páginas com o título: “Os problemas mais importantes existentes na parte XI do projecto de convenção sobre o direito do mar”. Desse documento são realçados oito

Com a aprovação da Resolução II, os investidores pioneiros ficaram garantidos até ao novo século XXI. Os documentos referidos constam de NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 181 e s..

²⁰⁷ Cada país industrializado de média dimensão só teria oportunidade de ser eleito membro do Conselho uma vez em cada sessenta anos, pelo que fizeram uma proposta no sentido de o número de membros do Conselho ser de trinta e oito - PAOLILLO, Felipe H. - The Institutional Arrangements for the International Sea-bed and their Impact on the Evolution of International Organizations. *Recueil Des Cours de l'Académie de Droit International*. Dordrecht / Boston / Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90 247 3291 3 (volume), 90 247 2628 x (series). 188 - V: (1984), p. 229.

²⁰⁸ Ronald Reagan na sua declaração fez saber que “se a maior parte das disposições da convenção são aceitáveis e compatíveis com os interesses dos Estados Unidos, o mesmo não se passa com aspectos importantes do regime de aproveitamento mineiro dos fundos marinhos”. Por isso, os Estados Unidos procuravam obter uma modificação das disposições em causa, de modo a ser possível um tratado que:

“- não desencoraje as actividades mineiras dos recursos do fundo do mar, destinados a responder à procura nacional e mundial;

- assegure o acesso aos recursos a organismos nacionais qualificados actuais ou futuros tendo em vista permitir o reforço da segurança dos Estados Unidos em matéria de aprovisionamento, de impedir a monopolização dos recursos por um órgão de execução da Autoridade internacional e de promover o aproveitamento económico dos recursos;

- crie, no que respeita ao regime dos fundos do mar, um mecanismo de tomada de decisões que reflecta equitativamente e que proteja eficazmente os interesses políticos e económicos e as contribuições financeiras dos Estados participantes;

- não autorize a entrada em vigor de emendas sem a aprovação dos Estados participantes e, no que nos diz respeito, sem a consulta e consentimento do Senado;

- não crie precedentes indesejáveis para as organizações internacionais; e

- seja susceptível de receber o parecer favorável e o consentimento do Senado. Neste sentido, a convenção não deveria conter disposições prevendo a transferência de tecnologias privadas ou o financiamento de movimentos de libertação nacional”. Estes são os seis objectivos a ser alcançados pela delegação americana - transcrito in OXMAN, Bernard H. - La Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer. In DUPUY, René Jean et VIGNES,

grupos de problemas, a saber: adopção de decisões, conferência de revisão, sistema de acesso, transferência de tecnologia, política de produção²⁰⁹, Empresa, grupos de libertação nacional e o chamado “direito ancestral”.

Em 10 de Março, numa reunião oficiosa, os Estados Unidos apresentaram um documento - o *Green Book* (Livro Verde) - contendo uma série de emendas à parte XI do projecto de convenção e aos anexos II e III. A posição americana, contida no Livro Verde, era o reflexo de uma nova filosofia económica adoptada pela Administração Reagan que não admitia restrições às actividades económicas, antes orientava-se pelo princípio do *laissez-faire*.

Dado o seu alcance, as alterações sugeridas eram inaceitáveis para o Grupo dos 77 e para os países socialistas. Excepto no que toca à matéria financeira e à cláusula antimonopólio, as mudanças eram tais que fariam voltar as negociações a 1974. O Livro Verde, de modo algum, poderia constituir uma boa base para as negociações.

Perante a situação de impasse e o extremar de posições, um grupo de chefes de delegações de onze países desenvolvidos do Ocidente²¹⁰, actuando a título pessoal e apoiados pelo Presidente da Conferência e pelo Presidente do Comité I, elaborou um conjunto de propostas para servirem de ponte entre a posição americana e de alguns países ocidentais, por um lado, e o Grupo dos 77, por outro lado²¹¹. As propostas, porém, não foram aceites por nenhuma das partes. Os Estados Unidos e os países ocidentais não as aceitaram porque não abrangiam a totalidade das questões controversas, antes insistiram na realização de consultas privadas com a participação do Grupo dos

Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 210-211.

²⁰⁹ Relativamente à política de produção, o Livro Verde sugeria a total eliminação de limites máximos de produção, admitindo, no entanto, outras formas alternativas, como a possibilidade de a Autoridade participar num acordo internacional sobre mercadorias, mas apenas em relação à quantidade de produção pela qual era responsável e compensação pelas perdas de receitas de exportação devido à produção resultante do fundo do mar. Em Abril de 1976, os Estados Unidos da América já tinham sugerido que parte dos rendimentos da Autoridade fossem destinados a ajudas económicas e que instituições como o Banco Mundial deveriam dar assistência aos Produtores Terrestres - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 200-203.

²¹⁰ O Grupo dos 11 era também conhecido como o “Grupo dos Amigos da Conferência” ou o “Grupo dos Bons Samaritanos” e incluía a Austrália, a Áustria, o Canadá, a Dinamarca, a Finlândia, a Islândia, a Irlanda, a Nova Zelândia, a Noruega, a Suécia e a Suíça.

²¹¹ Doc. A/CONF.62/L.104 Y ADD.1 - Austrália, Áustria, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Islândia Noruega, Nova Zelândia, Suécia e Suíça: *enmiendas*, 13 de Abril de 1982, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XVI, 1984, *cit.*, p. 227-229. A propósito deste documento, a delegação do Canadá, no Doc. A/CONF.62/WS/23 - *Declaración de la delegación del Canadá de fecha 16 de abril de 1982* - de 22 de Abril de 1982, afirmou: “... desejo recordar que estas propostas não reflectem, necessariamente, as posições nacionais das delegações que as apresentam. Estas propostas foram apresentadas, inicialmente, pelos chefes das delegações, a título pessoal, tendo em vista oferecer uma base para celebrar negociações e considerando que essas propostas poderiam ser úteis para superar as grandes diferenças existentes entre as posições de diversas delegações, em particular entre a posição dos Estados Unidos e do Grupo dos 77 ... os autores das propostas de transacção decidiram apresentar agora as propostas como emendas oficiais. Fazem-no baseando-se, exclusivamente, na convicção de que estas emendas, ao ser aceites como base para debates, poderão desempenhar um papel útil para conseguir o consenso que alcançamos, depois perdemos e agora queremos alcançar de novo ...” - in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 271-273.

77, o grupo dos Estados da Europa Oriental, a China e o Grupo dos onze. Por seu turno, o Grupo dos 77 rejeitou as propostas, porque considerava que as questões incluídas na proposta da delegação americana e não abordadas pelo Grupo dos onze não eram negociáveis.

Perante a dificuldade na adopção de um texto aceite por todos, o chefe da delegação americana, em carta dirigida ao Presidente da Conferência, solicitou que fosse realizada uma votação nominal registada. Assim, no dia 30 de Abril de 1982, a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar adoptou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar²¹², Convenção que trata de todas as questões relativas ao Direito do Mar, nos termos do mandato que lhe tinha sido conferido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1973, pela Resolução 3067 (XXVIII). Não obstante o tempo decorrido e o trabalho realizado, a Convenção não foi adoptada por consenso, como desejado, antes, após se terem esgotado todos os esforços nesse sentido, foi aprovada por votação²¹³, tendo obtido 130 votos a favor, 4 votos contra (Turquia, Israel, Estados Unidos da América e Venezuela)²¹⁴ e 17 abstenções (Bélgica, Bulgária, Bielorrússia,

²¹² A votação recaiu sobre:

- o projecto de convenção – Doc. A/CONF.62/L.78 na sua forma modificada pelo Doc. A/CONF.62/L.93, os anexos I, II, III e IV do Doc. A/CONF.62/L.132 e os Doc. A/CONF.62/L.137 e L.141;
- o projecto de resolução I estabelecendo a Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar - Doc. A/CONF.62/L.94, na forma modificada pelo parágrafo 2 do anexo III contido no Doc. A/CONF.62/L.132 e pelo parágrafo 2 do Doc. A/CONF.62/L.137;
- o projecto de resolução II, relativo aos investimentos preparatórios nas actividades relacionadas com os nódulos polimetálicos - anexo IV contido no Doc. A/CONF.62/L.132, na forma modificada pelo Doc. A/CONF.62/L.141;
- o projecto de resolução III - Doc. A/CONF.62/L.94;
- o projecto de resolução IV, relativo aos movimentos de libertação nacional - anexo I contido no Doc. A/CONF.62/L.132.

Devem também ser incluídas as recomendações do Comité de Redacção aprovadas em reuniões plenárias oficiais - Doc. A/CONF.62/L.85/ADD.1 a 9 e L.142/ADD.1 - in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 160.

²¹³ Como diz Guy de LACHARRIÈRE, ao fazer a votação, a Conferência aplicou o seu regulamento, mas tornou-se infiel ao espírito que tinha determinado a originalidade dos seus procedimentos. Tal originalidade não era gratuita: traduzia simplesmente a tomada de consciência da originalidade do objectivo que não consistia numa convenção, mas numa convenção universalmente aceite - in La Réforme du Droit de la Mer et le Rôle de la Conférence des Nations Unies. In BARDONNET, Daniel et VIRALLY, Michel - *Le Nouveau Droit International de la Mer*. Paris: Éditions A. Pedone, 1983. ISBN 2-233-00121-4, p. 11.

²¹⁴ A Turquia votou contra, sobretudo porque o “Doc. A/CONF.62/L.120, propondo uma emenda no sentido da supressão do texto do projecto do artigo 309, com o objectivo de ter em conta a situação dos Estados que desejavam ser partes da Convenção e ao mesmo tempo salvaguardar interesses vitais concretos” foi rejeitado - in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar:** ..., vol. XVI, 1984, *cit.*, p. 163 e 165.

Israel votou contra porque “a sua delegação não pode aceitar uma disposição que reconhece um qualquer tipo de participação à chamada Organização de Libertação da Palestina” - in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 165 e Doc. A/CONF.62/L.138 - *Carta, de fecha 27 de abril de 1982, dirigida al Presidente de la Conferencia por el representante de Israel*, 27 de Abril de 1982, p. 253.

Finalmente, a Venezuela votou contra, não obstante apenas discordar de alguns artigos, sendo que no essencial considera a Convenção aceitável. Segundo palavras de Aguilar: “ao não estar permitidas, pelo artigo 309 do projecto da convenção, a formulação de reservas, a Venezuela não pode aceitar os artigos 15, 74, 83 e § 3 do artigo 121, na medida em que essas disposições se aplicam à delimitação de áreas marinhas e submarinas entre Estados com costas adjacentes situadas frente a frente” - in NACIONES UNIDAS, *idem*, p. 165 e Doc. A/CONF.62/L.134 - *Carta, de fecha de 24 de abril de 1982, dirigida al Presidente de la Conferencia por el representante de Venezuela*, 25 de Abril de 1982, p. 250-251.

Checoslováquia, República Democrática Alemã, República Federal da Alemanha, Hungria, Itália, Luxemburgo, Mongólia, Países Baixos, Polónia, Espanha, Tailândia, Ucrânia, URSS²¹⁵ e Reino Unido). Dezassete países estiveram ausentes da votação (Antígua e Barbuda, Belize, Ilhas Comoros, Dominica, Guiné Equatorial, Gâmbia, Kiribati, Libéria, Ilhas Maldivas, Nauru, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu). A Albânia, Equador e Santa Sé não participaram na votação.

Malone, representante dos Estados Unidos, após a votação, expôs as razões pelas quais o seu país não tinha votado a Convenção. Essas razões são: “em primeiro lugar, as disposições relativas ao aproveitamento dos fundos marinhos redundariam em detrimento do aproveitamento desses recursos minerais, que interessa a todos os países e, especialmente, aos países em vias de desenvolvimento. A Convenção, ao impedir o jogo das forças económicas básicas do mercado, criaria uma nova barreira a um desenvolvimento económico racional. Em segundo lugar, muito embora tenha sido melhorado o sistema de acesso aos minerais do fundo do mar pelas actuais empresas mineiras, segundo os Estados Unidos não se garante o acesso necessário, no futuro, para promover o aproveitamento económico desses recursos. Ao mesmo tempo, estabelecem-se privilégios para a Empresa, que seriam discriminatórios para as empresas nacionais e privadas. Em terceiro lugar, o processo de adopção de decisões estabelecido no regime dos fundos marinhos não dá uma participação proporcional aos países mais afectados por essas decisões e, por isso, não reflecte equitativamente, nem protege de modo eficaz os seus interesses. Em quarto lugar, a Convenção prevê a possibilidade da entrada em vigor de emendas relativamente a um Estado sem o seu consentimento, o que é incompatível com os procedimentos vigentes nos Estados Unidos para que se contraíam obrigações convencionais. Além disso, ao ter efectuado grandes investimentos no aproveitamento dos fundos do mar, a opção de aceitar uma emenda no futuro ou ser obrigado a denunciar totalmente a Convenção é inaceitável. Por último, o regime dos fundos marinhos continua a levantar sérios problemas aos Estados Unidos ao basear-se em precedentes

²¹⁵ A URSS e os Estados Socialistas, com excepção da Roménia, abstiveram-se na votação da Convenção devido à Resolução II, pois consideraram que ela os colocava numa posição de discriminação política, na medida em que era favorável às companhias privadas, cujos lucros não eram partilhados pela sociedade no seu conjunto. A Albânia afirmou a propósito que o regime dos investidores pioneiros permitia aos imperialistas e corporações transnacionais partilhar os recursos do fundo do mar. O que verdadeiramente contestavam era o facto de, pela Resolução II, bastar que um país patrocinador tivesse assinado a Convenção para o consórcio poder ser considerado investidor pioneiro. A URSS pensava sobretudo nos Estados Unidos da América, que, desse modo, não se sentiriam obrigados a assinar a Convenção, não ficando, assim, sujeitos às obrigações financeiras nela previstas. A URSS propôs que todos os oito países, cujas sociedades fizessem parte de um consórcio, fossem obrigados a assinar a Convenção para que os consórcios tivessem o estatuto de investidor pioneiro. Como não conseguiu essa emenda, o Bloco de Leste absteve-se na votação. No mesmo sentido, a China considerava que este regime era muito próximo dos interesses dos países industrializados e das suas companhias - THEODOROPOULOS, Christos - *The Wealth of the International Sea-Bed Area - Benefit of Mankind and Private Profit - A Global System Conflict Between International Collective Management and Unilateral National Appropriation of Deep Sea-Bed Mineral Resources*. *Revue Hellénique de Droit*

inadequados: tal acontece com as disposições relativas à transferência obrigatória de tecnologia, à possível distribuição dos benefícios a movimentos de libertação nacional e aos limites à produção, que levantam problemas fundamentais para o Congresso americano”²¹⁶.

Com a adopção formal da Convenção, em 30 de Abril de 1982, terminou o trabalho substantivo da Conferência²¹⁷. O Comité de Redacção²¹⁸, porém, reuniu-se entre 12 de Julho e 25 de Agosto, para completar o seu trabalho.

Por seu turno, a Conferência retomou os trabalhos, em Nova Iorque, em 22 e 24 de Setembro, para proceder ao exame das recomendações do Comité de Redacção e para decidir o lugar da Sessão de encerramento da Conferência, na medida em que o Governo venezuelano tinha retirado o convite feito para que a assinatura da Acta Final ocorresse em Caracas²¹⁹. Nessa altura, foi acordado que a Sessão de encerramento ocorreria entre 6 e 10 de Dezembro, em Montego Bay, na Jamaica. Foi igualmente decidido que a Convenção se denominaria “Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar” e foi aprovada, por 102 votos a favor, 1 voto contra (Israel) e uma abstenção (Argentina), a Acta Final da Conferência²²⁰.

Por último, entre 6 e 10 de Dezembro de 1982, em Montego Bay, na Jamaica, teve lugar a última parte da décima primeira Sessão da III Conferência, para, por um lado, assinatura da Acta Final da Conferência e abertura da Convenção à assinatura e, por outro lado, para que as delegações fizessem as declarações que entendessem convenientes à Convenção e respectivas resoluções.

Precisamente no dia 10 de Dezembro, por coincidência o dia do aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e com a presença de Perez de Cuellar²²¹, Secretário Geral das

International. Athènes: Institut Hellénique de Droit International et Étranger. 37^{ème} Année: n^{os} 1-4, (1984), p. 127-128 e LÉVY, Jean-Pierre, *op. cit.*, p. 132.

²¹⁶ *Undécimo período de sesiones - Sesiones Plenarias - 182ª sesión - 30 de abril*, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XVI, 1984, *cit.*, p. 162.

²¹⁷ Nesta fase final, além da aprovação da Resolução sobre os investimentos preparatórios, houve outras cedências dos países em vias de desenvolvimento no sentido pretendido pelos países industrializados, como a aceitação de um lugar no Conselho para o país maior consumidor de minerais extraídos da Área (os Estados Unidos da América) - artigo 161 n^o 1 a); a aceitação do consenso para a Conferência de Revisão - artigo 155 n^o 3 e a mudança de 2/3 para 3/4 da maioria necessária para a adopção de emendas - artigo 155 n^o 4.

²¹⁸ Doc. A/CONF.62/L.152 - *Rapport du Président du Comité de rédaction, 15 septembre 1982*, in NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Documents Officiels**. New York : Publication des Nations Unies. Vol. XVII, 1984. Numéro de vente: F.84.V.3, p. 232-233.

²¹⁹ Doc. A/CONF.62/L.153 - *Lettre, en date du 20 septembre 1982, adressée au Secrétaire général par le représentant du Venezuela* - 21 de Setembro de 1982, in NATIONS UNIES, *idem*, p. 233.

²²⁰ Doc. A/CONF.62/121 - *Acte final de la troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer*, de 21 de Outubro de 1982, in NATIONS UNIES, *idem*, p. 145 e s..

²²¹ Perez de Cuellar, na Declaração que fez no momento da assinatura, disse: *The International Law is irrevocably transformed: with the signing of the Final Act of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea and with the opening for signature of the United Nations Convention on the Law of the Sea, the efforts begun almost 14 years ago to establish a new legal order for ocean space are now reaching their culmination. In order to affirm that*

Nações Unidas, foi assinada a Acta Final²²² da Convenção e aberta à assinatura a própria Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, tendo, de imediato, esta última sido objecto de 119 assinaturas e de uma ratificação por parte do Fiji²²³. A Convenção permaneceu aberta à assinatura, até 9 de Dezembro de 1984, no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Jamaica e, também, a partir de 1 de Julho de 1983 e até 9 de Dezembro de 1984, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque (artigo 305º nº 2)²²⁴. Após esse período, a Convenção está aberta à adesão dos Estados e das outras entidades mencionadas no artigo 305º (artigo 307º).

International Law is now irrevocably transformed, so far as the seas are concerned, we need not wait for the process of ratification of the Convention begin”.

²²² A Acta Final obteve 150 assinaturas. Alguns países, ou porque não concordavam com a Convenção ou porque precisavam de mais tempo para a estudar melhor, não assinaram a Convenção mas assinaram a Acta Final. São eles: Benin, Botswana, Equador, Guiné Equatorial, Santa Sé, Israel, Japão, Jordânia, Líbia, Oman, Perú, República da Coreia, Samoa, Espanha, Suíça, Estados Unidos da América (a Casa Branca, em 9 de Julho de 1982, através de uma Declaração do Presidente Reagan, declarou que não iria assinar a Convenção nem participar na Comissão Preparatória) Venezuela, Zaire, Bélgica, Itália, Luxemburgo, Reino Unido, República Federal da Alemanha. Também assinaram a Acta Final alguns territórios ainda não independentes, a Comunidade Europeia e movimentos de libertação nacional reconhecidos pelas Nações Unidas. No momento da assinatura da Convenção, a Comunidade Europeia fez uma declaração de carácter político pela qual tornou claro que a Comunidade partilha o ponto de vista de vários dos seus membros de que a Parte XI da Convenção apresenta defeitos em relação ao aproveitamento dos minerais do fundo do mar; dizia, também, que o mecanismo previsto era demasiado pesado e desfavorável para as empresas e consórcios que queriam desenvolver actividades no fundo do mar - entre outros, JENISCH, Uwe - *Signing of the Law of the Sea Convention. Aussen Politik*. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 34: 2, (1983), p. 174-175; KIMBALL, Lee - *Turning Points in the Future of Deep Seabed Mining. Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs*. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. Coden: Odila. 17, number 4: (1986), p. 367-398; HARDY, Michael - *The Law of the Sea and the Prospects for Deep Seabed Mining: The Position of the European Community*, *cit.*, p. 313.

²²³ Por várias razões, vinte e quatro pequenos Estados não estiveram presentes na sessão de assinatura: Afeganistão, Albânia, Antígua, Argentina, Bolívia, República Centro Africana, Comoros, Cambodja, República Dominicana, Guatemala, Guiné, Kiribati, Líbano, Liechtenstein, Mali, Nicarágua, San Marino, São Tomé e Príncipe, Arábia Saudita, África do Sul, Suíça, Síria, Tonga e Tuvalu.

Entre os Estados que não assinaram a Convenção encontram-se os Estados Unidos da América, Bélgica, Japão (assinou algumas semanas mais tarde), República Federal da Alemanha, Itália, Reino Unido, Zaire, Oman, Turquia (único país que não assinou nem a Convenção nem a Acta Final), Espanha, Venezuela, Líbia, Israel, Equador, Perú, República da Coreia, Suíça, Santa Sé, Samoa, Jordânia, Botswana, Benin e Guiné Equatorial.

Nos meses que antecederam a assinatura da Convenção e da Acta Final, o Presidente norte americano, Ronald Reagan, mandou um emissário pessoal, o Secretário de Estado da Defesa, Donald Rumsfeld, às capitais dos Estados membros da Comunidade Europeia e ao Japão para os convencer a não assinarem a Convenção - HAGE, Robert - *Canada and the Law of the Sea. Marine Policy*. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Lda. ISSN 0308-59 X. 8, number 1: (January 1984), p.13.

²²⁴ Mesmo nas vésperas do termo do prazo, a Bélgica, o Luxemburgo, a Itália e a Espanha, bem assim como a Comunidade Europeia, assinaram a Convenção. Os únicos países comunitários não signatários foram a República Federal da Alemanha e o Reino Unido. No entanto, estes dois países abstiveram-se na votação da deliberação do Conselho da Comunidade autorizando a Comunidade a assinar a Convenção, tornando, assim, tal acto possível. No decurso do debate sobre o Direito do Mar, na Câmara dos Comuns, o Ministro de Estado, dos Negócios Estrangeiros e Commonwealth, Malcolm Rifkind, em 6 de Dezembro de 1984, afirmou: “Decidimos que apesar de não podermos assinar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, não nos oporemos à assinatura pela Comunidade Europeia. A competência da Comunidade é limitada às pescas, poluição, assuntos alfandegários entre países encravados e política comercial ... as partes para as quais a Comunidade é competente são partes a que nós não nos opomos ...”. A Áustria, Finlândia, e Suécia, que entraram na União Europeia nos começos de 1995, assinaram a Convenção, em Dezembro de 1982 - VIGNES, Daniel - *La Communauté Européenne dans le Domaine du Droit Général de la Mer. In TREVES, Tullio (Ed.) - The Law of the Sea. The European Union and its Members States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 21 e 22.

A primeira consequência prática da assinatura da Convenção foi o estabelecimento da Comissão Preparatória²²⁵. Nos termos da Resolução I do Anexo I à Acta Final, quando a Convenção obtivesse cinquenta assinaturas, o Secretário Geral das Nações Unidas deveria convocar a Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar para reunir, num prazo não inferior a sessenta dias nem superior a noventa dias após a convocação, para preparar o início efectivo das actividades da Autoridade e do Tribunal, o que deveria ocorrer doze meses após a data do depósito do sexagésimo instrumento de ratificação ou de adesão (artigo 308º nº 1). No final da décima primeira Sessão, o Secretário Geral das Nações Unidas anunciou que a Comissão Preparatória deveria reunir, na Jamaica, em 15 de Março de 1983, isto é, noventa e quatro dias após a sua convocação, o que excedeu ligeiramente o prazo previsto na Resolução. Os signatários da Convenção são *ipso facto* membros de pleno direito da Comissão Preparatória, ao passo que os signatários da Acta Final têm apenas o estatuto de observadores, isto é, podem assistir e participar nas reuniões e deliberações da Comissão, mas não têm direito de voto (nº 2 da Resolução I).

Para concluir, podemos dizer, parafraseando Slim, representante da Tunísia: “Após um trabalho lento, paciente e minucioso, a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar conseguiu, não obstante as peripécias, elaborar uma obra histórica que constitui, sem exagero, a maior obra de codificação e de desenvolvimento progressivo do direito internacional, num domínio particularmente sensível e altamente prioritário”²²⁶. Mas “o ideal seria que a Convenção fosse assinada e ratificada por toda a comunidade internacional, assim, as normas e princípios que nela figuram representariam o sentimento solidário e ecuménico de cooperação e de amizade internacionais”²²⁷. No entanto, o voto negativo dos Estados Unidos da América e a relutância do Reino Unido, República Federal da Alemanha e outros países desenvolvidos em assinar a Convenção leva-nos a dizer com Powell-Jones, representante do Reino Unido: “...convém considerar a Convenção como parte de um processo histórico em que a Conferência actual não é

²²⁵ O representante da França salientou o papel importante que a Comissão Preparatória iria desempenhar ao dizer que as imperfeições da Convenção, tais como: “a transferência obrigatória de tecnologia, custos com o financiamento da futura Autoridade e do primeiro sítio da Empresa ... devem ser corrigidas pelas normas, regulamentos e procedimentos a elaborar pela Comissão Preparatória. Tais normas, regulamentos e procedimentos deverão ser concebidos de modo a facilitar a aceitação do novo regime pelo conjunto da comunidade internacional e a permitir o aproveitamento real do património comum da Humanidade. O Governo francês está convencido que o sucesso deste novo regime, o estabelecimento da Autoridade internacional dos fundos marinhos e a viabilidade económica da Empresa dependerão da qualidade, da seriedade e dos resultados dos trabalhos da Comissão Preparatória. Nesta perspectiva, o meu governo considera que todas as decisões tomadas pela Comissão Preparatória deverão sê-lo por consenso, único meio de preservar os interesses legítimos de cada um e de fazer crescer o número de participantes na Convenção” - in NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. XVII, 1984, *cit.*, p. 91.

²²⁶ In NATIONS UNIES, *idem*, p. 82.

²²⁷ Intervenção do representante da República Dominicana, in NATIONS UNIES, *idem*, p. 103.

nem o princípio nem necessariamente o fim²²⁸. O processo pode ser considerado como a procura de um consenso ou de um acordo universal. Como não o conseguimos, a procura deve continuar. A Convenção não deve servir para dividir os Estados. Devemos, em primeiro lugar, tentar no seio da Comissão Preparatória ... procurar a cooperação entre aqueles que hoje interpretam diferentemente a Convenção e as suas disposições. Esta sessão, uma vez que a Acta Final tenha sido assinada, não constitui o ponto final ... Mesmo que haja opiniões profundamente divergentes, temos a esperança que a procura de um acordo geral continua ...”²²⁹.

A partir de 1983²³⁰, a Comissão Preparatória, enquanto aguardava o depósito dos sessenta instrumentos de ratificação ou adesão necessários para a entrada em vigor da Convenção, foi desempenhando a sua tarefa elaborando as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade e do Tribunal Internacional do Direito do Mar e implementando o regime dos investidores pioneiros. Durante esse tempo, alguns Estados, ao mesmo tempo que participavam nos trabalhos da Comissão, publicaram legislação interna permitindo às companhias privadas começar o aproveitamento comercial dos recursos do fundo do mar.

A dada altura (1990) e com o objectivo de ultrapassar o “Cabo das Tormentas” que estava a impedir a chegada à “terra prometida”, isto é, a ratificação da Convenção e consequente entrada em vigor, o Secretário Geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, resolveu realizar negociações informais com vários países, negociações que abriram caminho a um frutuoso entendimento que culminou com a assinatura, em 1994, do Acordo relativo à aplicação da Parte XI, conhecido pelo Acordo de Nova Iorque, Acordo que veio limar as arestas vivas e agressivas da Convenção e permitir a sua aceitação por todos os países.

²²⁸ PARDO, Arvid, in *An Opportunity Lost*. In BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - *Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea*. Honolulu: The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2, p. 76, fez uma afirmação semelhante: “a presente convenção não é o fim, mas o começo de um longo processo que eventualmente pode conduzir a um uso mais racional e eficiente do nosso ambiente e a uma ordem mais justa e equitativa”.

²²⁹ In *NATIONS UNIES - Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer* ..., vol. XVII, 1984, cit., p. 84.

De modo semelhante, Zuleta, Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas, disse: “Começa hoje uma nova página no direito do mar. A convenção põe fim a largos anos de incerteza em relação aos direitos e deveres dos Estados no espaço oceânico. Mas ela é apenas um passo inicial num longo processo no qual só a cooperação entre Estados poderá dar vida à criança que acaba de nascer” - in *NATIONS UNIES*, *idem*, p. 172.

²³⁰ Em 11 de Abril de 1983, o Grupo dos 77 fez a seguinte declaração: “... *Declaram* a sua oposição a qualquer acção dos Estados que não assinaram a Convenção de aplicar selectivamente, quer unilateral quer colectivamente, as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, enquanto continuam a rejeitar as disposições relativas à Área internacional do fundo do mar.

Apelam a todos os Estados que ainda não o fizeram para assinarem, o mais rapidamente possível, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que reflecte as expectativas comumente partilhadas da comunidade internacional” - transcrita in LARSON, David L. - *Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem*. *Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs*. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. Coden: Odila. 17, number 4: (1986), p. 304-305.

CAPÍTULO II

AS LEGISLAÇÕES NACIONAIS

1 - INTRODUÇÃO

Todos os potenciais investidores pioneiros (nº 1 a) i) ii) da Resolução II) começaram as suas actividades do fundo do mar, em meados da década de 70, excepto a Índia²³¹, que só começou em 1980; todos eles, excepto a Índia, desenvolviam as suas actividades de pesquisa e exploração na Zona Clarion-Clipperton, quando as perspectivas para um acordo sobre o regime do fundo do mar eram ainda incertas. Por isso, os Estados Unidos, Reino Unido e República Federal da Alemanha, cujas empresas tinham interesses nos quatro consórcios multinacionais, assim como a França, começaram a sentir a necessidade de proteger aquelas actividades através da sua regulação pelo seu direito interno, de garantir o respeito mútuo para as áreas que cada um estava interessado e de criar um mecanismo para resolver os conflitos que pudessem surgir de eventuais sobreposições. Assim sendo, antes de analisarmos a actividade da Comissão Preparatória, vamos debruçar-nos sobre as legislações nacionais e problemas conexos.

2 - O NASCIMENTO DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS

Já desde o tempo do Comité de Fundos que a indústria mineira dos Estados Unidos tinha iniciado esforços no sentido de obter do Congresso a aprovação de legislação a regular o aproveitamento comercial dos recursos do fundo do mar. A primeira iniciativa nesse sentido²³² foi

²³¹ A Índia, país independente apenas em 1947, foi um participante activo nas Conferências sobre o Direito do Mar de 1958 e 1960, muito embora não tivesse ratificado nenhuma das quatro Convenções de Genebra de 1958. Participou nos trabalhos do Comité de Fundos e na III Conferência do Direito do Mar. Foi designada como investidor pioneiro pela Resolução II anexa à Convenção de 1982 juntamente com a França, Japão e URSS e foi-lhe atribuído um sítio no oceano Índico para desenvolver actividades pioneiras. Sobre o papel da Índia ver, entre outros, SHARMA, O. P. - India and the United Nations Convention on the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 26: (1995), p. 391-412.

²³² O Presidente americano Lyndon Johnson, em 9 de Janeiro de 1967, designou a *Stratton Commission*, nos termos do *Marine Resources and Engineering Development Act* de 1966, para fazer uma análise completa da política americana para os oceanos. Em 1968, a *American Bar Association* adoptou uma resolução recomendando que o regime a adoptar deveria: “assegurar, entre outros, a liberdade de exploração por todas as nações sem qualquer discriminação, a segurança para os que se dedicassem à produção dos recursos de acordo com tais regras e devia ser um estímulo para

a submissão do *Deep Seabed Mineral Resources Act*²³³ ao 92º Congresso, em 2 de Novembro de 1971²³⁴, pelo Senador Lee Metcalf. Na altura, a posição oficial dos Estados Unidos, que tinham votado a Declaração de Princípios no ano anterior e tinham adoptado uma atitude positiva para o estabelecimento do regime internacional, era contrária a uma tal legislação. A declaração do representante americano no I Comité da Assembleia Geral, em 1970, foi clara: “Não se pode estabelecer um uso ordeiro dos recursos comuns através de uma acção unilateral ...”. Também na declaração de voto da Declaração de Princípios afirmou que o regime de exploração e aproveitamento deveria ter um carácter universal e não ser “apenas um acordo entre alguns Estados de uma região ou um grupo ...”²³⁵. Em 20 de Março de 1972, o *Metcalf’s bill* foi apresentado pelo

descobrir e desenvolver tais recursos e a sua utilização em benefício de todos os povos ...”. Em 6 de Outubro de 1968, o *American Mining Congress* adoptou uma resolução estabelecendo: “Fora das áreas sujeitas à jurisdição nacional, as actividades mineiras do oceano podem ter lugar de modo razoável, sem novos acordos jurídicos, reconhecendo que os princípios aceites de direito internacional relativos às actividades no alto mar se aplicam às actividades mineiras ... mesmo sem tratados formais, a reciprocidade entre as nações primeiro envolvidas em tais actividades de exploração do fundo do mar e as práticas ... podem estabelecer um conjunto de normas consuetudinárias a seguir por outras nações ...”. Em Janeiro de 1969, a *Stratton Commission* completou o seu trabalho e publicou as suas recomendações no *Our Nation and the Sea: A Plan for National Action*. O relatório recomendava que, até haver acordo sobre o regime internacional para o fundo do mar, deveria ser publicada legislação a criar um regime transitório para as actividades mineiras. Numa declaração, feita em 23 de Maio de 1970, o Presidente Nixon defendeu a necessidade de um regime internacional que considerasse os recursos do fundo do mar como património comum da Humanidade. Foi igualmente admitido que, até ser conseguido um tal acordo, poderia ser necessário a criação de um regime transitório - CARON, David D. - Municipal Legislation for Exploitation of the Deep Seabed. *Ocean Development and International Law Journal*. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 8 number 4: (1980), p. 262-264.

²³³ O projecto, que tinha sido redigido pelo *American Mining Congress*, foi apresentado ao Senado como o S.2801 e era relativo às licenças exclusivas. Tinha como fim proteger as companhias americanas contra a invasão dos seus sítios por companhias licenciadas por outros Estados, através da ideia de um regime de reciprocidade entre Estados, e estabelecia um seguro governamental para quaisquer perdas devido a interferências de nacionais de Estados não abrangidos pelo regime de reciprocidade e quaisquer encargos acrescidos que ocorressem devido a um futuro tratado.

Em 1974, os debates no Congresso, devido ao embargo de petróleo decretado pela OPEP, em finais de 1973, e dada a dependência externa dos Estados Unidos relativamente aos minerais contidos nos nódulos polimetálicos, salientaram a necessidade de uma procura “garantida e de um acesso permanente” aos minerais do fundo dos mares - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 83-84; CARON, David D. - Municipal Legislation for Exploitation of the Deep Seabed, *cit.*, p. 263.

²³⁴ Esta proposta permitia a concessão de licenças pelo período de 15 anos para extensões de 40.000 km² do fundo do mar, mediante pedido e pagamento de uma taxa de 5.000 dólares americanos. Era exigido um mínimo de despesas anuais aos licenciados. Estava previsto o reconhecimento de licenças de outros Estados com regimes semelhantes (*reciprocating states*) e a criação de um fundo para ajudar os países em vias de desenvolvimento que fossem *reciprocating states*. Estava também previsto garantir os investimentos dos licenciados contra eventuais perdas resultantes do acordo dos Estados Unidos da América a um regime internacional e criar um seguro federal para os investimentos contra quaisquer perdas resultantes da interferência de outras pessoas. Estas últimas disposições para protecção dos investimentos representavam uma resposta às reivindicações da indústria segundo as quais os bancos não emprestariam o capital de risco necessário, a menos que os riscos políticos fossem minimizados - CARON, David D. - Municipal Legislation for Exploitation of the Deep Seabed, *cit.*, p. 266.

²³⁵ U.N. Doc. A/C1/PV. 1799 para. 28, citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 225. Na Sessão de Verão de 1971 do Comité de Fundos, o senador Henry Jackson enviou dois elementos do seu *staff*, que apresentaram um relatório intitulado: “A crise do Direito do Mar”. Nele era realçado que muitos países em vias de desenvolvimento defendiam o monopólio das actividades do fundo do mar e resistiam à ideia de um simples licenciamento, preferida pelos países industrializados. Avisou que para a delegação americana eram mais importantes os objectivos militares da negociação que os aspectos económicos - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 83.

Também em 1970, o *Executive Branch* dos Estados Unidos declarou: “a) A comunidade internacional (e não os Estados individualmente considerados) deverá formular um regime jurídico para o fundo do mar, que considere os recursos como património comum da Humanidade e preveja um mecanismo internacional para administrar o regime.

congressista Thomas Downing, na Câmara dos Representantes, como H.R.13904. Nesse mesmo ano, a *American Branch of the International Law Association* defendeu que: “mesmo que a Conferência sobre o Direito do Mar tenha sucesso, em 1973 ou mais tarde, e consiga adoptar os instrumentos adequados na matéria, inevitavelmente serão necessários cinco ou dez anos até entrarem em vigor ... Ao mesmo tempo, o mundo precisa desses recursos ... Este ponto de vista sugere-nos a necessidade de acordos transitórios ... uma solução para esta questão pensamos ser o conceito de legislação recíproca ... Na nossa opinião, e pondo de parte questões de pormenor, o sistema proposto teria duas vantagens: permitiria um desenvolvimento ordeiro, e também ... assentaria no direito existente”. No encontro de Março de 1972 do Comité de Fundos, sobretudo o Peru e o Chile atacaram fortemente estas propostas americanas²³⁶.

No 93º Congresso americano - 1973/4 - foram apresentadas novas propostas, idênticas às já referidas. Assim, em 3 de Janeiro de 1973, foi apresentado, na Câmara dos Representantes o H.R.13904, agora H.R. 9, e, em 8 de Março de 1973, foi, de novo, apresentado no Senado o S.2801, agora S.1134. No entanto, em Março do mesmo ano, numa carta enviada ao Senador H. Jackson, Charles N. Brower, Presidente em exercício da então recentemente criada *Interagency Task Force on the Law of the Sea*, afirmou que a Administração não iria pedir ao Congresso para aprovar tal legislação até ao final com êxito do trabalho da Conferência sobre o Direito do Mar. Segundo ele, a Conferência deveria ter o tratado pronto para assinatura em 1975. Em 23 de Janeiro de 1974, na segunda sessão do 93º Congresso, foram apresentados novas versões das propostas já referidas, mas substancialmente idênticas²³⁷.

A posição dos Estados Unidos contra a adopção de actos unilaterais em relação ao fundo do mar foi reiterada numa declaração feita pelo Departamento de Estado em resposta à *Notice of Discovery* da *Deepsea Ventures, Inc.*. Em 15 de Novembro de 1974, a *Deepsea Venture, Inc.*, uma companhia americana, fez um pedido ao Secretário de Estado, para registo de uma descoberta e reivindicação de direitos exclusivos de mineração numa área do fundo do mar do Oceano Pacífico. Em resposta, o Departamento de Estado declarou que “não concede ou reconhece direitos exclusivos de mineração sobre os recursos minerais do fundo do mar além dos limites da jurisdição nacional. Os meios apropriados para o desenvolvimento do Direito do Mar são a III Conferência

b) Até existir um tal acordo internacional, deverá haver uma política provisória de acordo com a qual a exploração e o aproveitamento deverão continuar” - CARON, David D. - *Municipal Legislation for Exploitation of the Deep Seabed*, cit., p. 272.

²³⁶ CARON, David D., *idem*, p. 264-266.

²³⁷ As propostas revistas previam pedidos separados para a exploração e o aproveitamento comercial e proibiam este último antes de 1 de Janeiro de 1976. A taxa pelo pedido foi aumentada para 50.000 dólares americanos e o prazo da concessão foi reduzido. Por último, o fundo para ajuda aos países em vias de desenvolvimento *reciprocating states* foi eliminado - CARON, David D., *idem*, p. 267.

das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e não reivindicações unilaterais ... A posição do governo dos Estados Unidos sobre as actividades mineiras do fundo do mar, durante a Conferência sobre o Direito do Mar, é que as actividades mineiras do fundo do mar além dos limites da jurisdição nacional podem ter lugar como uma liberdade do alto mar, segundo o Direito Internacional existente”²³⁸.

Não obstante a posição oficial do Governo americano, a indústria mineira continuou com os seus esforços junto do Congresso. Assim, no 94º Congresso - 1975/6 - o Senador Metcalf apresentou a proposta S.713 e o Representante T. Downing a H.R.1270, em 14 de Janeiro de 1975. Também os Representantes J. Murphy, Presidente da *House Merchant Marine and Fisheries Committee* e J. Breaux, então Presidente do *Subcommittee on Oceanography*, patrocinaram a H.R.11879. Durante 1975, o *Executive Branch*, perante a perspectiva de prolongamento da III Conferência, defendeu o apoio à legislação nacional. O Secretário de Estado, Henry Kissinger²³⁹, em 11 de Agosto de 1975, falando perante a *American Bar Association*, afirmou que os Estados Unidos da América desejavam um Tratado sobre o Direito do Mar, mas que não podiam sacrificar indefinidamente os seus próprios interesses. Também o *National Advisory Committee on Ocean and Atmosphere* (NACOA), no seu relatório anual, aconselhou a Administração a “adoptar legislação para encorajar e regular as actividades do fundo do mar pela indústria privada americana, de modo a que os minerais do fundo do mar ficassem disponíveis para diminuir a dependência americana em relação a fontes estrangeiras e para aumentar a oferta mundial”. Em 16 de Março de 1976, o *Subcommittee on Oceanography of the House Merchant Marine and Fisheries Committee* emitiram um parecer favorável sobre o H.R.11879. Em 18 do mesmo mês, o S. 713 foi também objecto de parecer favorável pelo *Senate Committee on Interior and Insular Affairs*. Porém, o *Senate Commerce and Armed Services Committee* não fez qualquer recomendação ao S.

²³⁸ 1975, *Deepsea Ventures, Inc. - Notice of Discovery and Claim of Exclusive Mining Right, and Request for Diplomatic Protection and Protection of Investment (November 15, 1974)*. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XIV, p. 51-65 e *Statement on Claim of Exclusive Mining Rights by Deepsea Ventures, Inc., idem*, p. 66. O governo canadiano também repudiou o pedido junto da *Deepsea Ventures, Inc.*, como pode ver-se na resposta que lhe enviou em 6 de Dezembro de 1974 - *Canadian Response to Deepsea Ventures, Inc., idem*, p. 67 e 78.

²³⁹ Em Maio de 1975, pouco tempo após o aparecimento do Texto Simples de Negociação Informal, Henry Kissinger já tinha feito uma primeira ameaça velada de unilateralismo. Posteriormente, em Abril de 1976, foi mais explícito ao afirmar que: “se não é alcançado acordo este ano, será cada vez mais difícil resistir às pressões para proceder unilateralmente” - citado por SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 85.

Em 1975, o Presidente da III Conferência, no final da sessão de Genebra, fez a seguinte declaração: “*I should like to make a fervent appeal to all States to refrain from taking any action, and also to use their powers to restrain their nationals from taking any action or adopting any measures, which would place in jeopardy the conclusion of a universally acceptable treaty of a just and equitable nature*” - citado por STEVENSON, John R. e OXMAN, Bernard H. - *The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1975 Geneva Session, American Journal of International Law*. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 769.

713 e o *Senate Committee on Foreign Relations* emitiu parecer desfavorável. As resoluções H.R.11879 e S.713 caducaram no final do 94º Congresso²⁴⁰.

No 95º Congresso - 1977/8 - o Representante John Murphy apresentou a proposta H.R.3350, proposta Murphy/Breaux, em 9 de Fevereiro de 1977. Relativamente à anterior, esta proposta apresentava algumas inovações. Assim, embora mantivesse a garantia de investimento, eliminava o seguro de investimento; exigia que os minerais extraídos fossem processados nos Estados Unidos ou em barcos americanos; além disso, classificava a concessão de uma licença como uma *major Federal action*, exigindo, por isso, à luz do *National Environmental Act* de 1969, um estudo do impacto ambiental para cada licença. A proposta baseava-se na doutrina da liberdade do alto mar e renunciava, expressamente, à soberania, direitos soberanos ou propriedade sobre o fundo do mar. O Embaixador Elliot Richardson, por várias vezes, na Primavera de 1977, afirmou que, durante a sexta Sessão da III Conferência, a Administração Carter não apoiaria a legislação proposta. No entanto, pouco depois, e devido à forma como os trabalhos decorriam na Conferência, Richardson declarou que os Estados Unidos iriam aprovar a legislação transitória, quer houvesse tratado quer não. Em 5 de Agosto de 1977, o Senador Metcalf apresentou no Senado o S.2053²⁴¹. Houve, assim, uma mudança da posição oficial americana²⁴².

O H.R.3350, em 7 de Novembro de 1977, foi objecto de pareceres favoráveis quer do *Merchant Marine and Fisheries Committee* quer do *Committee on Interior and Insular Affairs*. Em 16 de Fevereiro seguinte, obteve o parecer favorável do *Committee on International Relations* e, em 7 de Junho, foi a vez do *Ways and Means Committee*. Em 8 de Junho, o *Rules Committee* criou uma norma com o conteúdo do H.R.3350, norma que foi objecto de debate geral, em 24 de Julho seguinte. Por fim, após a discussão de algumas emendas, o H.R.3350 foi aprovado por 312 votos a favor e 80 contra. Foi a primeira legislação sobre o fundo do mar a ser aprovada por uma Câmara do Congresso. Esta lei não continha, porém, nenhuma disposição sobre garantia de investimentos. Relativamente ao S.2053 e apesar de alguns pareceres favoráveis, talvez a morte repentina do Senador Metcalf fez com que não chegasse a ser aprovado²⁴³.

No 96º Congresso - 1979/80 - as propostas de legislação, que quase foram aprovadas no Congresso anterior, foram, de novo, apresentadas, com algumas alterações, como H.R.2759 e

²⁴⁰ CARON, David D. - *Municipal Legislation for Exploitation of the Deep Seabed*, *cit.*, p. 267 e 368.

²⁴¹ *Idem*, p. 268-269.

²⁴² O ano de 1977 marca a mudança de posição da Administração americana relativamente à legislação do fundo do mar. Nesse ano, Paul Engo, Presidente do Comité I da III Conferência, introduziu, à última hora, alterações no Texto Informal de Negociação Composto, num sentido mais favorável aos países em vias de desenvolvimento, o que levou a Administração americana a apoiar a emissão de legislação interna sobre as actividades do fundo do mar - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 87.

²⁴³ *Idem*, p. 270.

S.493. O H.R.2759 obteve pareceres favoráveis dos comités em 2 e 17 de Agosto e em 2 de Novembro de 1979. O S.493 foi objecto de pareceres favoráveis em 9 de Agosto e em 3 e 9 de Outubro do mesmo ano. O Senado e a Câmara dos Representantes aprovaram as respectivas legislações, que, depois, foram assinadas pelo Presidente Carter, em 28 de Junho de 1980²⁴⁴, precisamente um mês antes da nona Sessão resumida da III Conferência. Assim surgiu o *Seabed Hard Mineral Resources Act*.

A mudança da política americana deveu-se ao facto de a Parte XI da futura Convenção ser demasiado complexa, o que fez com que as negociações, na III Conferência, se arrastassem. A demora começou a causar dificuldades aos consórcios mineiros que já tinham realizado avultadas despesas e receavam continuar, pois não se sentiam seguros²⁴⁵. Uma outra razão, segundo o representante dos Estados Unidos, e transcrevendo a secção 2 b), era: “encorajar a conclusão com sucesso de um Tratado sobre o Direito do Mar abrangente”²⁴⁶.

Vários países industrializados seguiram os passos dos Estados Unidos e adoptaram legislação interna sobre as actividades do fundo do mar: República Federal da Alemanha (1980 emendada em 1982)²⁴⁷, Reino Unido (1981)²⁴⁸, França (1981)²⁴⁹, Japão (1982)²⁵⁰ e Itália (1985)²⁵¹. Também em 1982, a URSS²⁵² publicou um édito sobre esta matéria.

²⁴⁴ *Idem*, p. 270 e 271.

²⁴⁵ BROWN, E. D. - The Impact of Unilateral Legislation on the Future Legal Regime of Deep-Sea Mining. *Archiv des Völkerrechts*. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck). 20, p. 145.

²⁴⁶ Sec. 2 b) - *PURPOSES* - The Congress declares that the purposes of this Act are: (1) to encourage the successful conclusion of a comprehensive Law of the Sea Treaty, which will give legal definition to the principle that the hard mineral resources of the deep seabed are the common heritage of mankind and which will assure, among other things, nondiscriminatory access to such resources for all nations;” - UNITED STATES: DEEP SEABED HARD MINERAL RESOURCES ACT. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. 1980, vol. 19, number 2, p. 1004.

²⁴⁷ 1980, FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY: ACT ON INTERIM REGULATION OF DEEP SEABED MINING (Effective, August 17, 1980). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. 19, number 2, p. 1330-1339. Em 22 de Junho de 1977, o *Bundestag* da República Federal da Alemanha aprovou uma resolução tendo em vista a criação de um regime provisório para regular as actividades do fundo do mar. Posteriormente, em 12 de Dezembro de 1978, deu entrada no Parlamento o *Bill and Interim Regulation of Deep Sea Mining*, que, em 1980, veio a ser aprovado como lei. Após a adesão à Convenção, em 1994, a Alemanha promulgou nova legislação consentânea com o teor da Convenção e do Acordo de Implementação, in BROWN, E. D. - **Sea-Bed Energy and Minerals: The International Legal Regime: Sea-Bed Mining**. The Hague / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, 2001. ISBN 90-411-1540-4, p. 189, nota 1.

²⁴⁸ 1981, UNITED KINGDOM: DEEP SEABED MINING (TEMPORARY PROVISIONS) ACT 1981. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. 20, number 2, p. 1217-1227.

²⁴⁹ Lei da Assembleia Nacional, de 24 de Novembro de 1981, e assinada pelo Presidente, em 23 de Dezembro seguinte. 1982, France: Law on the Exploration and Exploitation of the Mineral Resources of the Deep Seabed (Law N°. 81-1135 of 23 December 1981). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXI, p. 808-814.

²⁵⁰ 1983, JAPAN: LAW ON INTERIM MEASURES FOR DEEP SEABED MINING (Enacted July 20, 1982). International legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXII, number 1, p. 102-122.

²⁵¹ 1985, ITALY: LAW ON THE EXPLORATION AND EXPLOITATION OF THE MINERAL RESOURCES OF THE DEEP SEABED (February 20, 1985). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXIV, number 4, p. 983-996. Esta legislação foi revogada pela Lei n° 689, de 2 de Dezembro de 1994, que autorizou a ratificação e implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de

A preocupação destes Estados era assegurar que as licenças concedidas à luz da sua legislação interna fossem respeitadas por outros Estados mineiros e que as actividades autorizadas por tais leis fossem harmonizadas, de modo a não haver conflitos de interesse. Há disposições nessas leis, excepto na da URSS, que prevêem o reconhecimento de outros países mineiros como *reciprocating states*, se, por um lado, as suas leis não forem substancialmente diferentes e, por outro lado, esses países reconhecerem reciprocamente as licenças concedidas²⁵³.

Além das referências nas respectivas leis, os Estados em causa desenvolveram esforços para adoptarem um acordo multilateral para coordenarem as suas actividades mineiras no fundo do mar²⁵⁴. O primeiro desses esforços concretizou-se, em 2 de Setembro de 1982, ainda antes da cerimónia de assinatura da Convenção, com a conclusão do *Agreement Concerning Interim Arrangements Relating to Polymetallic Nodules of the Deep Seabed*, conhecido por *Reciprocating States Agreement*, celebrado entre a França, República Federal da Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos da América²⁵⁵. O objectivo principal do Acordo era “facilitar a identificação e resolução de conflitos que pudessem surgir do registo e tratamento dos pedidos de licenças feitos pelos exploradores” (os consórcios multinacionais) “até 12 de Março de 1982, com base na

Dezembro de 1982 e o Acordo de Implementação da Parte XI, de 29 de Julho de 1994, in BROWN, E. D. - **Sea-Bed Energy and Minerals** ..., *op. cit.*, p. 189, nota 1.

²⁵² 1982, UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS: EDICT ON PROVISIONAL MEASURES TO REGULATE SOVIET ENTERPRISES FOR THE EXPLORATION AND EXPLOITATION OF MINERAL RESOURCES. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXI, number 3, p. 551-553. Em 22 de Novembro de 1994, a Federação Russa publicou um Decreto do Presidente - Decreto nº 2099, de 22 de Novembro - com nova regulamentação sobre as actividades de pessoas jurídicas ou naturais russas na exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar além dos limites da plataforma continental. Posteriormente, a *Order* nº 410, de 25 de Abril de 1995, regulou o modo como as actividades referidas deviam ser levadas a cabo.

²⁵³ Acto americano - secção 118; Acto alemão - secção 14; Acto britânico - secção 3 (1); Lei francesa - artigo 13º; Lei japonesa - artigo 29º; Lei italiana - artigo 16º.

²⁵⁴ Paralelamente às negociações intergovernamentais, os consórcios estavam a tentar conseguir um acordo para a resolução dos conflitos entre eles. As discussões entre os representantes da indústria mineira começaram no Verão de 1980. Em Setembro de 1982, ao mesmo tempo em que era feito o acordo entre os governos referido no texto, os cinco consórcios (*Association Française pour l'Étude et la Recherche des Nodules*, *Kennecott Consortium*, *Ocean Mining Associates*, *Ocean Minerals Company* e *Ocean Management, Inc*) que tinham registado licenças de actividades mineiras nos Estados Unidos, Reino Unido, França e República Federal da Alemanha, celebraram dois acordos. Um foi assinado por quatro consórcios multinacionais, em 22 de Fevereiro de 1982, e estabelecia a arbitragem compulsória e obrigatória, após o insucesso de negociações. O outro, assinado em 13 de Julho, era um acordo de confidencialidade e estabelecia que a informação sobre as coordenadas geográficas de cada sítio objecto do pedido de cada consórcio era partilhada, permitindo a identificação de sobreposições. Mais tarde, o consórcio japonês (*Deep Ocean Resources Development Co., Ltd* - DORD) juntou-se a este grupo, tendo sido encontrada uma solução a seis para as sobreposições, em 15 de Dezembro de 1983, e confirmada por um tribunal, em Julho de 1984.

Em 29 de Agosto de 1984, a *National Oceanic and Atmospheric Administration* (EUA) concedeu licenças a três dos quatro consórcios - OMI, UMA e OMCO. Uma quarta licença foi concedida dois meses depois ao consórcio Kennecott - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*; MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 227, nota 277

²⁵⁵ 1982, FRANCE, FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY, UNITED KINGDOM, UNITED STATES: AGREEMENT CONCERNING INTERIM ARRANGEMENTS RELATING TO POLYMETALLIC NODULES OF THE DEEP SEA BED. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXI, number 5, p. 951-962.

legislação promulgada pelas Partes” - § 1º²⁵⁶. O Acordo previa um procedimento arbitral e um conjunto de princípios para a resolução de conflitos, nomeadamente o dever de informação das licenças registadas²⁵⁷. De modo a justificar a legalidade do Acordo e a sua compatibilidade com a Convenção, era feita uma referência no 2º e 3º parágrafos²⁵⁸ do preâmbulo, ao carácter provisório da legislação nacional e ao facto de a Conferência, através da Resolução II, ter autorizado a protecção dos investidores pioneiros do fundo do mar. O Acordo, porém, limitava-se a encorajar a resolução voluntária de sobreposição de sítios entre consórcios mineiros pioneiros, sem grande força impositiva.

Em 3 Agosto de 1984, foi feito um novo Acordo entre os Estados Unidos, Reino Unido, República Federal da Alemanha, França, Itália, Japão, Bélgica e Países Baixos²⁵⁹, na forma de *Provisional Understanding Regarding Deep Seabed Mining*²⁶⁰.

Sucintamente, pode dizer-se que o objectivo do Acordo Provisório de Reciprocidade era estender a coordenação de concessão de autorizações limitada, em 1982, aos exploradores *ante legem*, a todos os Estados do Ocidente potencialmente mineiros e assegurar o reconhecimento por todos esses Estados dos acordos alcançados, em 1983, pelos maiores consórcios investidores, relativos às coordenadas das áreas do fundo do mar reclamadas por cada um deles.

²⁵⁶ 1. *The object of the present Agreement is to facilitate the identification and resolution of conflicts which may arise from the filing and processing of applications for authorizations made by Pre-Enactment Explorers (PEEs) on or before March 12, 1982 under legislation in respect of deep sea bed operations enacted by any of the Parties - in, 1982 FRANCE, FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY, UNITED KINGDOM, UNITED STATES: AGREEMENT CONCERNING INTERIM ARRANGEMENTS RELATING TO POLYMETALLIC NODULES OF THE DEEP SEA BED, idem, p. 951.*

²⁵⁷ Apendice 1 e 2 do Acordo, in 1982, FRANCE, FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY, UNITED KINGDOM, UNITED STATES: AGREEMENT CONCERNING INTERIM ARRANGEMENTS RELATING TO POLYMETALLIC NODULES OF THE DEEP SEA BED, idem, p. 951-962.

O *Reciprocating States Regime* é, como diz Brown, um entrecruzamento de normas criadas pela legislação unilateral dos Estados, coordenado internacionalmente numa base recíproca - BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 94.

²⁵⁸ “- *NOTING the adoption by the Third United Nations Conference on the Law of the Sea of a Convention on the Law of the Sea and of a Resolution Governing Preparatory Investment in Pioneer Activities Relating to Polymetallic Nodules ...*

- *RECALLING the interim character of legislation with respect to deep sea bed operations enacted by certain Parties ...*” - 1982, FRANCE, FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY, UNITED KINGDOM, UNITED STATES: AGREEMENT CONCERNING INTERIM ARRANGEMENTS RELATING TO POLYMETALLIC NODULES OF THE DEEP SEA BED, cit., p. 950.

²⁵⁹ BELGIUM - FRANCE - FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY - ITALY - JAPAN - NETHERLANDS - UNITED KINGDOM - UNITED STATES: PROVISIONAL UNDERSTANDING REGARDING DEEP SEABED MINING (Done at Geneva, August 3, 1984; entered into force, September 2, 1984). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. 1984, vol. XXIII, number 6, p. 1354-1365. A Itália, Bélgica e os Países Baixos ainda não tinham legislação sobre as actividades no fundo do mar - nota da p. 1354 do Acordo.

²⁶⁰ Para maior desenvolvimento ver mais à frente, no capítulo relativo à Comissão Preparatório.

3 - ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS

As diversas leis nacionais são semelhantes pelo que toca à sua validade jurídica, alcance material e espacial, conjunto de direitos e obrigações dos operadores e mecanismos de interacção entre elas. Acolhem o princípio da proibição de reclamação de soberania sobre os fundos marinhos e seus recursos, isto é, o princípio da inapropriedade do património comum da Humanidade. No entanto, consideram o exercício de actividades no fundo do mar como uma das liberdades do alto mar, pelo que reconhecem aos operadores licenciados direito de propriedade e outros direitos de disposição sobre os recursos extraídos. De qualquer modo, e tendo em vista uma harmonização entre o princípio do património comum da humanidade e o princípio da liberdade do alto mar, várias leis nacionais prevêm a repartição de benefícios a favor de países em vias de desenvolvimento.

O regime jurídico das diversas leis nacionais assenta na sujeição da exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar a licenciamento prévio pelas autoridades nacionais. Em alguns aspectos é semelhante ao regime convencional, nomeadamente na exigência de aptidão técnica e financeira dos potenciais operadores; na exigência da apresentação prévia de um plano de trabalho detalhado, contendo uma descrição técnica do sítio a explorar, a indicação do calendário das operações, os métodos previstos, as medidas de protecção do meio marinho e respectivos encargos financeiros²⁶¹.

Às diversas leis está subjacente o princípio *first come first served e prior tempore prior jure*, isto é, os primeiros a desenvolver actividades de exploração terão prioridade na concessão de licenças de aproveitamento

Seguidamente, vamos fazer um estudo detalhado das diversas leis nacionais sobre exploração e aproveitamento do fundo do mar.

²⁶¹ PUREZA, José Manuel - **O Património Comum da Humanidade: rumo a um Direito Internacional da Solidariedade**. Porto : Edições Afrontamento, Junho de 1998. Saber Imaginar o Social/12. ISBN 972-36-0465-5, p. 230-231. Segundo este Autor, as sete leis nacionais promulgadas deram origem a um regime normativo paralelo ao regime convencional. Paralelo, desde logo no tempo diplomático, uma vez que se tratou de um movimento que se pretendeu alternativo ao rumo que a negociação da Convenção sobre o Direito do Mar estava a tomar. Paralelo no conteúdo, porque à visão institucionalmente forte e centralizada do património comum da Humanidade, assumida na III Conferência, as leis nacionais vieram opor uma regulamentação de base descentralizada e liberal - p. 232.

3.1 - DEFINIÇÕES

Cada uma das leis nacionais contém uma definição do fundo do mar e respectivos recursos. O *Deep Seabed Hard Mineral Resources Act* americano define o fundo do mar como o fundo do mar e respectivo subsolo até uma profundidade de dez metros, além da plataforma continental de qualquer nação ou fora de qualquer área de jurisdição nacional, se uma tal área se estende além da plataforma continental de uma nação, desde que tal jurisdição seja reconhecida pelos Estados Unidos²⁶². O uso, nesta definição, da expressão plataforma continental, que na secção 4 n° 2 é definida de acordo com a Convenção de 1958, pode ser uma indicação do facto de os Estados Unidos poderem ainda alegar a “cláusula da explorabilidade” da Convenção de 1958 para expandirem as suas reivindicações sobre a plataforma continental, pelo menos até à mesma extensão que a nova definição do artigo 76° da Convenção de 1982 permite. Para o *Deep Sea Mining (Temporary Provisions) Act 1981* britânico²⁶³ - o fundo do mar é a parte do fundo do alto mar em relação à qual não podem ser exercidos direitos soberanos sobre os recursos naturais pelo Reino Unido, nem por qualquer outro Estado. O *Act on Interim Regulation of Deep Seabed Mining* alemão trata esta questão de forma mais geral definindo o fundo do mar como a parte do fundo do mar e respectivo subsolo fora das áreas sobre as quais a República Federal da Alemanha reclama direitos soberanos ou reconhece direitos soberanos de outros Estados²⁶⁴.

A lei francesa e a *Law on the Exploration and Exploitation of the Mineral Resources of the Deep Seabed* italiana têm formulações semelhantes para a definição do fundo do mar. Ambas referem a área do fundo do mar e respectivo subsolo, para além das áreas que, de acordo com o Direito Internacional, estão sujeitas à jurisdição nacional dos Estados costeiros²⁶⁵.

O *Edict on Provisional Measures to Regulate Soviet Enterprises for the Exploration and Exploitation of Mineral Resources (of Seabed Areas Beyond the Limits of the Continental Shelf)* soviético é semelhante ao Acto americano e define o fundo do mar como as áreas para além dos limites da plataforma continental (sem mais) - parágrafo 1°.

²⁶² Secção 4 n° 4 A) e B) - “4 - “deep seabed” means the seabed and the subsoil thereof to a depth of ten meters, lying seaward of and outside:

A - the Continental Shelf of any nation; and

B - any area of national resource jurisdiction of any foreign nation, if such area extends beyond the Continental Shelf of such nation and such jurisdiction is recognized by the United States;” - UNITED STATES: DEEP SEABED HARD MINERAL RESOURCES ACT, cit., p. 1014

²⁶³ Secção 1 n° 6.

²⁶⁴ Secção 2 n° 4.

²⁶⁵ Artigo 2° da Lei francesa e artigo 2° da Lei italiana.

A *Law on Interim Measures for Deep Seabed Mining* japonesa, tal como a inglesa, define o fundo do mar como o fundo do mar e respectivo subsolo sob o alto mar sobre cujos recursos minerais nenhum Estado tem jurisdição para exploração ou extracção²⁶⁶.

Todas as definições do fundo do mar são ambíguas, com excepção das contidas nas leis francesa e italiana, que são parecidas com a definição da Convenção.

A expressão “recursos minerais” é, também, definida em todas as leis. Assim, as leis alemã²⁶⁷, americana²⁶⁸, inglesa²⁶⁹ e japonesa²⁷⁰ definem recursos como os nódulos que contêm, pelo menos, cobre, manganésio, níquel e cobalto. As leis francesa e italiana e o Édito soviético não definem recursos minerais.

3.2 - OBJECTIVOS DAS DIVERSAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS

Os objectivos das diversas leis nacionais eram semelhantes na diversidade. Assim, enquanto que o Acto americano visa “encorajar a conclusão, com sucesso, de um Tratado de Direito de Mar, que defina o princípio segundo o qual os recursos minerais do fundo do mar são património comum da Humanidade e que assegure, entre outros, o acesso não discriminatório a tais recursos por todas as nações;” e “estabelecer, até à ratificação e entrada em vigor em relação aos Estados Unidos da América de um tal Tratado, um programa provisório a regular a exploração e extracção comercial dos recursos minerais do fundo do mar pelos cidadãos dos Estados Unidos”²⁷¹; o Acto britânico visa proibir as pessoas a quem o acto se aplica de explorar e aproveitar os recursos minerais do fundo do mar, a não ser que tenham obtido uma licença ao seu abrigo²⁷². Já o Acto alemão visa “regular provisoriamente e promover a exploração e extracção dos recursos minerais do fundo do mar até à entrada em vigor de um acordo internacional para a República Federal da Alemanha”²⁷³.

²⁶⁶ Capítulo 1, artigo 2º nº 2.

²⁶⁷ Secção 2 nº 5.

²⁶⁸ Secção 4 nº 6.

²⁶⁹ Secção 1 nº 6.

²⁷⁰ Capítulo 1, artigo 2º nº 1.

²⁷¹ Secção 2 b) nº 1 e 3.

²⁷² Secção 1 - nº 1 - “... a person to whom this section applies shall not explore for hard mineral resources ... unless he holds an exploration licence ...”; nº 2 - “... a person to whom this section applies shall not exploit the hard mineral resources ... unless he holds an exploitation licence...”.

²⁷³ Corpo da norma contida na secção 1.

O objectivo destes três países, segundo Brown²⁷⁴, é “assegurar um acesso não discriminatório para os seus nacionais aos recursos do fundo do mar, providenciando, deste modo, um acesso seguro às ofertas de minerais no interesse nacional”.

Da Lei francesa resulta que o seu objectivo é estabelecer as “condições mediante as quais a República francesa conceda autorizações de exploração e aproveitamento de recursos minerais às pessoas físicas e jurídicas de nacionalidade francesa” até à entrada em vigor de uma convenção internacional de que a França seja parte²⁷⁵. A Lei italiana, no artigo 1º, estatui, de modo semelhante, que “esta lei regula a exploração e aproveitamento dos recursos minerais do fundo do mar pelos cidadãos italianos ou organizações, ou companhias sediadas em Itália, doravante referidos como nacionais italianos”. Por seu turno, a Lei japonesa estabelece, no artigo 1º, que cria: “... medidas provisórias necessárias para regular as actividades comerciais relativas às actividades do fundo do mar assim como para contribuir para a promoção e extensão do bem estar público através do desenvolvimento racional dos recursos minerais do fundo do mar...”. Por último, para o Édito soviético o principal objectivo é “proteger os interesses nacionais em relação à exploração e aproveitamento dos referidos recursos”²⁷⁶. Resumindo e concluindo, as diversas legislações, além dos fins já referidos, visavam, cada uma à sua maneira, encorajar a investigação contínua e o desenvolvimento das actividades mineiras até à entrada em vigor da Convenção, encorajar os investidores pioneiros a desenvolver tais investigações, proteger o meio ambiente marinho e a vida e saúde das espécies marinhas contra os perigos resultantes de tais actividades e estabelecer um fundo a ser constituído pelo contributo dos titulares de licenças para posteriormente ser partilhado pela comunidade internacional.

3.3 - COMPATIBILIDADE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL COM O DIREITO INTERNACIONAL²⁷⁷

Todas as legislações nacionais que vimos referindo se autoproclamam medidas transitórias, até à entrada em vigor da Convenção para os respectivos Estados, e compatíveis com o regime do fundo do mar estabelecido pela Conferência.

²⁷⁴ BROWN, E. D. - The Impact of Unilateral Legislation on the Future Legal Regime of Deep-Sea Mining, *cit.*, p. 149.

²⁷⁵ Artigo 1º.

²⁷⁶ Parágrafo 3º do preâmbulo do Édito soviético.

²⁷⁷ Para maiores desenvolvimentos, ver o capítulo respectivo da Parte II.

A indicação da sua natureza provisória deve ser vista como um compromisso destes Estados em relação à Convenção em cuja negociação vinham participando e à sua eventual entrada em vigor. No entanto, a ausência de um termo para a sua vigência, e o facto de na altura ser imprevisível a entrada em vigor da Convenção, foi considerado por alguns como indicativo de um apoio não sincero à Convenção²⁷⁸.

A favor da compatibilidade destas leis nacionais com o regime convencional do fundo do mar pode invocar-se o facto de os Estados em questão não reivindicarem soberania sobre o fundo do mar e seus recursos, o que, por isso mesmo, as faz compatíveis com o artigo 137º nº 1 da Convenção, muito embora o modo como cada uma renuncia à soberania não seja igual. Assim, o Acto americano, secção 3 a) 2) refere que: “os Estados Unidos não dispõem de soberania ou direitos soberanos ou exclusivos ou jurisdição sobre, ou propriedade de qualquer área ou recursos do fundo do mar”; o Acto alemão, secção 1 nº 1 estabelece que o objectivo deste acto é “contribuir para o desenvolvimento destes recursos minerais para o benefício de todas as nações na base da liberdade do alto mar, sem reclamar direitos soberanos sobre o fundo do mar e seus recursos minerais”; a Lei japonesa, artigo 1º nº 2 refere: “Nenhuma disposição desta lei significa colocar o fundo do mar sob a soberania ou jurisdição do Japão ou significa infringir os interesses de outros Estados no exercício da liberdade do alto mar”; a Lei italiana, de modo semelhante à anterior, estabelece no artigo 3º: “... A autorização dá ao seu possuidor o direito exclusivo de desenvolver actividades de exploração e aproveitamento de uma determinada área do fundo do mar e não reconhece reivindicações a ou exercício de direitos de soberania sobre qualquer parte do próprio fundo do mar”; o Édito soviético, no nº 2 refere: “... o Estado Soviético não reivindica soberania ou direitos soberanos ou exclusivos, jurisdição ou direito de propriedade em relação a qualquer área do fundo do mar ou seus recursos e não reconhece reivindicações dessa natureza de outros Estados”; a Lei francesa no artigo 1º renuncia à soberania sobre qualquer parte do fundo do mar, o que pode ser interpretado como significando quer o fundo do mar quer os seus recursos; por último, o Acto britânico nada refere a este propósito, apenas na noção de “fundo do mar” refere que o Reino Unido ou qualquer outro Estado não pode exercer direitos soberanos sobre os seus recursos minerais.

Não obstante não reivindicarem soberania ou direitos soberanos sobre o fundo do mar, os Estados com legislação nacional reconhecem aos detentores de licenças de exploração e aproveitamento direitos sobre os minerais, o que é uma contradição²⁷⁹. A propósito desta

²⁷⁸ Afirmação de McDade, citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 230.

²⁷⁹ Refira-se, como exemplo, a secção 102 nº 3 do acto americano que estabelece: “... uma licença de aproveitamento reconhece ao seu detentor o direito de extrair recursos minerais e apropriar-se, transportar, usar e

contradição Biggs²⁸⁰ escreveu: “o direito de extrair, apropriar, transportar, usar e vender apenas pertence a alguém com direitos exclusivos e absolutos sobre algo” e depois concluiu: “se é garantida protecção diplomática para assegurar o exercício pleno de tais direitos sobre os minerais, tal equivale à concessão da extraterritorialidade pública ...”. A este propósito é preciso ter em conta o artigo 137º n° 3 da Convenção que estabelece: “Nenhum Estado ou pessoa jurídica, singular ou colectiva, poderá reivindicar, adquirir ou exercer direitos relativos aos minerais extraídos da Área, a não ser de conformidade com a presente Parte. De outro modo, não serão reconhecidos tal reivindicação, aquisição ou exercício de direitos”. Segundo este artigo, os preceitos das diversas legislações seriam “ilegais”. Temos, no entanto, que ter presente que o Direito Internacional só obriga quem a ele se vincula, por isso, os Estados em causa, na medida em que não se tinham ainda vinculado à Convenção, não estavam a ela obrigados, a menos que se considerasse que o princípio segundo o qual o fundo do mar é património comum da Humanidade pertence ao *jus cogens*. Os Estados em causa usavam ainda como argumento a favor da compatibilidade das suas leis com a Convenção, o facto de quase todas elas, com excepção das Leis francesa e japonesa, preverem a criação de um fundo para ser entregue à Autoridade, quando os respectivos Estados ratificassem a Convenção.

Por último, todas as leis, de modo mais ou menos claro, se referem às actividades do fundo do mar como um exercício legítimo da liberdade do alto mar. O Acto americano, na secção 2 n° 12 estabelece: “é opinião jurídica dos Estados Unidos que a exploração e a extracção comercial dos recursos minerais do fundo do mar são liberdades do alto mar sujeitas a um dever de atenção razoável aos interesses de outros Estados no seu exercício daquelas e outras liberdades reconhecidas pelos princípios gerais de direito internacional”. O Acto britânico, na secção 7, estabelece que os possuidores de licenças devem “exercer os seus direitos ... com o devido respeito pelos interesses de outras pessoas no exercício da liberdade do alto mar”. Daqui não resulta que as actividades do fundo do mar são uma liberdade do alto mar, mas que tais actividades devem respeitar essas liberdades. Também a lei francesa, italiana e japonesa estabelecem de modo semelhante. Do Acto alemão²⁸¹ já resulta que as actividades do fundo do mar são desenvolvidas com base na liberdade do alto mar. Por último, o Édito soviético, no n° 9, estabelece: “... o trabalho de exploração e aproveitamento dos recursos minerais do fundo do mar não deverá criar obstáculos

vender os minerais extraídos ...”. Também a secção 4 n° 1 do Acto alemão estabelece que a licença de exploração e aproveitamento reconhece “direitos exclusivos ...”.

²⁸⁰ BIGGS, Gonzalo - Deep Seabed Mining and Unilateral Legislation. *Ocean Development and International Law Journal*. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 8, number 3: (1980), p. 250.

²⁸¹ Secção 1 “... *It is intended to*

1 - contribute to the development of these mineral resources to the benefit of all nations on the basis of the freedom of the high seas ...”.

injustificados para a realização do princípio da liberdade dos mares ou para as actividades legítimas no Oceano Mundial ...”. A este propósito, e não obstante haver autores²⁸² que defendem que o princípio da liberdade do alto mar não pode aqui ser invocado dada a adopção da Declaração de Princípios sem oposição e a assinatura da Convenção por uma ampla maioria de Estados, somos, mais uma vez, de opinião que, para os Estados que não se vincularam à Convenção, o regime nela previsto não os obriga. De qualquer modo, a situação presentemente já não é a mesma, pois o Acordo de Implementação da Parte XI veio “adaptar” a Convenção precisamente nestes aspectos polémicos, daí que haja agora uma aceitação generalizada do regime convencional e a importância das legislações nacionais decaíu.

3.4 - O REGIME DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS²⁸³

Após termos referido as definições de fundo do mar e recursos minerais nas diversas leis nacionais, os seus objectivos e a sua compatibilidade com o Direito Internacional, vamos analisar as próprias leis, as suas disposições, o seu regime jurídico. Como também já vimos, as leis em referência eram semelhantes em alguns aspectos, tais como: a sua natureza provisória, o compromisso dos diversos governos que não reclamavam soberania nem direitos soberanos sobre o fundo do mar, em vincular-se a um tratado sobre o Direito do Mar abrangente, que consagrasse o princípio do património comum da humanidade²⁸⁴, desde que razoavelmente salvaguardasse os seus interesses; e em considerar a exploração e aproveitamento do fundo do mar como uma liberdade do alto mar, tendo, por isso, que respeitar os demais usos legítimos do mesmo.

²⁸² Mahmoudi é de opinião que a base legal da legislação para as actividades do fundo do mar, isto é, a sua natureza transitória, a renúncia à soberania, compatibilidade com a Convenção e emanção do princípio da liberdade do alto mar, dificilmente pode ser sustentada, atendendo à aprovação da Declaração de Princípios pelos Estados que editaram tal legislação, à sua participação activa na Conferência e ao seu comprometimento com o estabelecimento de um regime internacional para o fundo do mar como resultado das negociações da Conferência - MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 233.

²⁸³ Além dos diversos *International Legal Materials*; MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 233 e s.; BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 93-94; BROWN, E. D. BL LLM PhD - **The International Law of the Sea. Volume I. Introductory Manual**. Aldershot, Brookfield USA, Singapore, Sydney : Dartmouth Publishing Company Limited, 1994. ISBN 1-85521-306-0, p. 456-458; e BROWN, E. D. - The Impact of Unilateral Legislation on the Future Legal Regime of Deep-Sea Mining, *cit.*, p. 145-182.

²⁸⁴ Secção 3 n.º 2 b) 1) do Acto americano. Também o corpo da secção 1 do Acto alemão; a secção 18 n.º 3 do Acto britânico; o artigo 1.º da Lei italiana; o n.º 20 do Édito soviético; o Capítulo I, artigo 1.º da Lei japonesa, a qual, no entanto, não faz qualquer referência à futura Convenção; e o artigo 1.º da Lei francesa.

As diversas leis, embora utilizando definições diferentes²⁸⁵, distinguem nas actividades do fundo do mar duas fases: a de exploração e a de aproveitamento ou extracção comercial. Para cada uma destas fases era exigida uma autorização separada (*license* e *permit*, respectivamente). Tais autorizações conferiam aos seus titulares direitos exclusivos em relação a qualquer pessoa do Estado que as tinha concedido e em relação às entidades sob jurisdição de um *reciprocating State*²⁸⁶. Algumas das leis reconheciam aos titulares das licenças de exploração prioridade na concessão de autorização para o aproveitamento ou extracção comercial²⁸⁷.

Relativamente ao seu âmbito temporal, as diversas leis nacionais, como já referimos, reclamavam-se provisórias, embora não previssem o seu termo de modo exacto. Em relação ao período de validade das autorizações já havia diferenças. Assim, o Acto americano e alemão estabeleciam para as licenças de exploração uma duração de 10 anos, com possibilidade de ser alargado por períodos de 5 anos cada²⁸⁸. Já para as autorizações de extracção comercial, o Acto americano previa um período de 20 anos alargado pelo tempo em que tal extracção se verificasse em quantidades comerciais²⁸⁹, ao passo que o Acto alemão, embora estabelecendo um período também de 20 anos, previa que o mesmo pudesse ser alargado por períodos até 10 anos cada²⁹⁰. O Acto britânico, na secção 2 n.º 3, conferia ao Secretário de Estado liberdade para a fixação do período de validade das autorizações. O artigo 5.º da Lei francesa estabelecia que a autorização de exploração devia ser pelo tempo que “permita ao mesmo tempo a realização do programa de exploração, a construção e o teste do equipamento protótipo para a recolha e, se necessário, o processamento dos recursos minerais”. Por seu turno, o artigo 7.º previa que a autorização de aproveitamento devia ser “por um período inicial compatível com a economia geral do projecto”, pelo que conferia poder discricionário à autoridade responsável para a fixação do período de validade das autorizações. A Lei italiana estabelecia para a licença de exploração um período de validade de 10 anos, com possibilidade de ser alargado por sucessivos períodos de 3 anos, e para a licença de aproveitamento um período não superior a 25 anos, mas também com possibilidade de ser alargado²⁹¹. Por último, a Lei japonesa e o Édito soviético nada previam a este propósito. Ainda

²⁸⁵ Secção 102 b) 2) do Acto americano; secção 2 n.º 1, 2 e 3 do Acto alemão; secção 2 do Acto britânico; artigo 2.º da Lei francesa; artigo 2.º da Lei italiana; artigo 2.º n.º 2, 3 e 4 da Lei japonesa. O Édito soviético não faz qualquer definição de exploração e aproveitamento.

²⁸⁶ Secção 102 b) 2) do Acto americano; secção 4 n.º 1 e 2 do Acto alemão; secção 2 e 3 do Acto Britânico; artigos 3.º e 5.º da Lei francesa; artigos 3.º e 5.º da Lei italiana; artigos 4.º n.º 1, 12.º n.º 1 e 29.º a 31.º da Lei japonesa; e n.º 5 do Édito soviético.

²⁸⁷ Secção 102 b) 3) do Acto americano; secção 5 n.º 3 do Acto alemão; secção 2 n.º 5 do Acto britânico; e artigo 7.º, sexto parágrafo da Lei italiana.

²⁸⁸ Secção 107 a) do Acto americano e secção 10 n.º 1 do Acto alemão.

²⁸⁹ Secção 107 b).

²⁹⁰ Secção 10 n.º 1.

²⁹¹ Artigo 8.º e 9.º.

relativamente a esta questão do tempo, todas as leis, com excepção da japonesa, previam que as actividades de aproveitamento ou extracção comercial não começariam antes de Janeiro de 1988 e a americana e britânica previam, igualmente, que as actividades de exploração não começariam antes de 1 de Julho de 1981²⁹².

No tocante ao âmbito pessoal, as diversas leis eram semelhantes, pois todas previam a concessão de licenças aos nacionais e algumas, ainda, reconheciam o seu direito de desenvolver operações com base em autorizações concedidas pelos *reciprocating States*²⁹³. Segundo Brown²⁹⁴, do exercício de actividades mineiras segundo o *reciprocating States regime* resultam alguns benefícios. Por um lado, as licenças reconhecem aos seus titulares segurança de ocupação do sítio mineiro em relação a eventuais competidores; os *reciprocating States* têm garantia de que não haverá sobreposições. Por outro lado, o operador goza da protecção do Estado licenciador contra a interferência de terceiros. Esta protecção não é, no entanto, absoluta. Relativamente a outros nacionais do Estado licenciador ou de qualquer outro *reciprocating State* não há problemas, mas relativamente a nacionais de Estados não *reciprocating* já podem surgir problemas.

Os problemas para a segurança de um titular de uma licença podem ter por base reivindicações para o seu sítio por parte de um mineiro de um Estado *non-reciprocating*, quer tenha quer não tenha licença; ou interferências de Estados que se proponham defender o património comum da Humanidade das actividades que consideram ilegais; ou, por último, devido ao facto de o seu título aos minerais extraídos do fundo do mar ser posto em causa nos tribunais de um *non-reciprocating State*.

No primeiro caso, as reivindicações de ambas as partes têm por base a convicção de que as actividades do fundo do mar são permitidas pelo princípio da liberdade do mar. Ambos se consideram igualmente com direito, por isso devem procurar resolver a sua controvérsia através de meios pacíficos, beneficiando o titular da licença do apoio do Estado que lha concedeu.

²⁹² Acto americano, secção 102 c) 1) D); Acto alemão, secção 4 n° 3; Acto britânico, secção 2 n° 4; Lei italiana, artigo 2°; e Édito soviético, n° 6.

²⁹³ Acto americano, secção 3 a) i), secção 4 n° 10, 11, 14 A), B) e C) e secção 118; Acto alemão, secção 3 (esta lei utiliza o termo “residentes”); Acto britânico, secção 1 n° 4 e 5 e secção 3; Lei italiana, artigos 1°, 5° e 16°; Lei francesa, artigos 1° e 3°; Lei japonesa, artigos 11° n° 1 *a contrario sensu* e 45°; e Édito soviético, n° 1. O regime de reciprocidade é constituído por acordos de reciprocidade pelos quais as partes reconhecem e respeitam mutuamente as suas reivindicações, resolvem conflitos de sobreposição e autorizam os consórcios multinacionais a desenvolver actividades mineiras no fundo do mar. Este regime é constituído pelo Acordo Relativo aos Arranjos Provisórios relativos aos Nódulos Polimetálicos do Fundo do Mar, celebrado entre a França, República Federal da Alemanha, Estados Unidos da América e Reino Unido e assinado em 2 de Setembro de 1982, e o Acordo Provisório Relativo às Actividades do Fundo do Mar, de 3 de Agosto de 1984, entre a Bélgica, França, República Federal da Alemanha, Estados Unidos da América, Itália, Reino Unido, Japão, Países Baixos, já referidos - LARSON, David L., Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem, *cit.*, p. 279. Ver mais adiante, no capítulo sobre a Comissão Preparatória.

²⁹⁴ BROWN, E. D. - The Impact of Unilateral Legislation on the Future Legal Regime of Deep-Sea Mining, *cit.*, p. 155 a 159.

No segundo caso, temos um confronto entre o titular da licença que se acha com direito a exercer as actividades mineiras, pois considera-as como uma das liberdades do alto mar e um Estado que se arroga defensor do princípio do património comum da humanidade. É evidente que o *reciprocating State* pode defender o seu licenciado, mas uma tal atitude pode causar um conflito internacional não pretendido pelo Estado em questão, tanto mais que um dos objectivos das legislações nacionais é evitar os conflitos e não criá-los.

Por último, a terceira situação pode verificar-se se um comprador de um dos minerais do fundo do mar ou de mercadorias produzidas a partir desses minerais não paga e o tribunal competente para apreciar a questão é de um *non-reciprocating State* - neste caso o tribunal pode não obrigar o comprador a cumprir o contrato argumentando que, como os minerais em questão foram extraídos com violação do Direito Internacional, o vendedor não tem qualquer título jurídico que lhe permita vendê-los e, por isso, não tem direito de exigir o seu pagamento. Na prática, talvez esta situação nunca chegue a acontecer, porque os Estados com legislações internas precisam dos minerais para uso doméstico e, por isso, das duas uma, ou não vendem os minerais para o exterior ou então vendem-nos a um outro *reciprocating State*. De qualquer modo, se acontecer, concerteza que o Estado licenciador lhe dará apoio diplomático, mas isso não seria bastante²⁹⁵.

Diferentemente do regime previsto na Convenção, as legislações nacionais não continham disposições sobre o sistema paralelo²⁹⁶, nem previam qualquer limite ao número e extensão de sítios mineiros que podiam ser licenciados, isto é, disposições antimonopólio, nem limites de produção, nem transferência de tecnologia. Mas já continham disposições exigindo aos titulares de licenças a realização periódica de despesas razoáveis em actividades de exploração. É o que vamos ver de seguida.

²⁹⁵ Uma outra situação poderia ser instaurar o processo no Tribunal Internacional de Justiça. Nesta caso, poderiam surgir duas situações: ou um pedido de uma *Advisory Opinion* sobre a legalidade internacional da legislação nacional feito pela Assembleia Geral das Nações Unidas (artigos 96º da Carta das Nações Unidas e 65º e 66º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça in CUNHA, J. M. da Silva e PEREIRA, André Gonçalves - **Textos de Direito Internacional**. 2ª ed. Porto : Universidade Portucalense, Departamento de Publicações, 1990. Manuais da Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, p. 318-379); ou um processo contencioso instaurado contra um *reciprocating State* por um ou mais membros do Grupo dos 77. Neste caso, no entanto, o(s) Estado(s) requerente(s) teria(m) de demonstrar um interesse legal, isto é, neste caso teria que ser provado que era interesse do(s) peticionário(s) do processo que o património comum da Humanidade não fosse delapidado - BROWN, E. D. - The Impact of Unilateral Legislation on the Future Legal Regime of Deep-Sea Mining, *cit.*, p. 158-159. A este propósito Caron escreve que quando a Autoridade estiver em funcionamento, um Estado titular de uma licença por ela concedida em relação a um sítio já licenciado por um *reciprocating State* já tem um interesse jurídico para recorrer ao Tribunal - CARON, David D. - Municipal Legislation for Exploitation of the Deep Seabed, *cit.*, p. 283-284.

²⁹⁶ Em Inglaterra, aquando da discussão no Parlamento do Acto britânico, a questão foi levantada, devido a uma proposta da oposição, que continha a inclusão da reserva de sítios. No entanto, tal proposta não conseguiu passar, tendo o Governo argumentado com a falta de uma disposição semelhante nas legislações americana e alemã, as únicas até então editadas, o que faria com que, se a lei inglesa consagrasse uma tal solução, as suas companhias perderiam competitividade. Por outro lado, o governo o que queria era conseguir na III Conferência um regime de protecção dos

Assim, relativamente ao tamanho dos sítios, o Acto americano estabelecia que o requerente deveria indicar o tamanho e localização da área do plano de exploração ou do plano de extracção comercial, o qual deveria ser aprovado desde que correspondesse a uma unidade mineira lógica, isto é, desde que, no caso de licença de exploração, fosse uma área que pudesse ser explorada de um modo eficiente, económico e ordeiro e, no caso de licença de extracção comercial, desde que tivesse tamanho que permitisse uma extracção de minerais em quantidade suficiente durante todo o período de autorização²⁹⁷. A secção 10 n° 2 do Acto alemão estatuiu de modo idêntico ao Acto americano. A Lei japonesa, no artigo 12° n° 1 - 2) estabelecia que: “os tamanhos das áreas para exploração e extracção comercial e a duração das actividades mineiras ... devem estar de acordo com o Decreto do Ministro do Comércio Internacional e Indústria”. Já as restantes leis, com excepção da britânica, que nada diz sobre o assunto, estabeleciam que o requerente devia sugerir o tamanho da área objecto do pedido, sendo a autorização de exploração e aproveitamento concedida se a área sugerida tiver limites razoáveis atendendo aos interesses de outros Estados²⁹⁸.

No que toca aos requisitos dos peticionários de licenças, algumas leis nacionais exigiam que eles tivessem capacidade financeira e tecnológica para desenvolver as actividades requeridas²⁹⁹. De modo menos claro, o Acto alemão³⁰⁰ estabelecia que aos residentes da República Federal da Alemanha devem ser concedidas autorizações desde que: “o requerente, como resultado do seu conhecimento, experiência e recursos financeiros, bem assim como da sua segurança, possa garantir um desenvolvimento ordeiro dos recursos minerais ...”. Por outro lado, algumas leis exigiam que os titulares de licenças actuassem de forma diligente e fizessem despesas periódicas razoáveis em actividades de exploração³⁰¹.

Finalmente, algumas das legislações nacionais previam a imposição de um imposto sobre as actividades mineiras do fundo do mar e o pagamento de uma taxa sobre os lucros obtidos, a favor de um fundo que iria ser o veículo pelo qual parte dos lucros obtidos do património comum da humanidade seria canalizada para a Humanidade mais carenciada, isto é, para os países em vias

investimentos pioneiros - BROWN, E. D. - *The Impact of Unilateral Legislation on the Future Legal Regime of Deep-Sea Mining*, cit., p. 160.

²⁹⁷ Secção 103 a) 2) D) e E).

²⁹⁸ Artigos 7°, 8° e 9° da Lei italiana; n° 4 do Édito soviético; e artigo 4° da Lei francesa. É interessante referir que o n° 4 do Édito soviético se aproxima do regime da Convenção ao estabelecer: “*A permit for the exploration of mineral resources of seabed areas shall be issued on condition that in the application for such permits there are specified two plots which are deemed to have potential with respect to mineral resources. One of these plots shall be subject to use by the enterprise which has received a permit, and the other shall be reserved for possible exploration by a future international organization for the seabed*”.

²⁹⁹ Secção 103 c) 1) e 2) do Acto americano; artigo 7° da Lei italiana; artigo 12° n° 1 - 3) da Lei japonesa.

³⁰⁰ Secção 5 n° 2.

³⁰¹ Secção 108 a) e b) do Acto americano; secção 2 n° 3 f) do Acto britânico (o Acto não exige expressamente a diligência, mas prevê que uma licença possa incluir condições exigindo que a exploração e aproveitamento dos recursos minerais se faça de forma diligente); e secção 10 n° 3 do Acto alemão.

de desenvolvimento. Assim, as leis americana, inglesa e italiana impunham uma taxa de 3,75% sobre o valor imputado aos nódulos extraídos mas não processados³⁰². O Acto alemão obrigava o titular de uma autorização a pagar uma taxa de 0,75% do preço médio praticado no mercado, no ano em questão, para os metais e minerais separados dos recursos minerais extraídos, nas suas formas comerciais simples de processamento³⁰³. Como o preço imputado aos minerais contidos nos nódulos é 20% do valor de mercado dos metais extraídos comercialmente e dos minerais neles contidos, isto é, dos nódulos não processados³⁰⁴, o montante da taxa alemã é mais ou menos igual à taxa de 3,75% sobre o valor dos nódulos não processados³⁰⁵. O Acto britânico, como alternativa à taxa de 3,75%, impõe uma taxa de 0,75% do valor do manganésio, níquel, cobalto, cobre, fósforo ou outros compostos encontrados nos nódulos³⁰⁶. O Édito soviético não estabelece expressamente uma taxa a ser paga, mas no n° 18 prevê que seja criado um fundo especial, segundo o procedimento e com o montante estabelecido pelo Conselho de Ministros Soviético, fundo esse que seria constituído com parte das contribuições feitas pelas empresas soviéticas sobre o aproveitamento dos recursos mineiros do fundo do mar. A Lei japonesa refere-se às “taxas” no artigo 34°, para remeter para Decreto do Gabinete a sua designação.

O Acto americano não só prevê a imposição da taxa de 3,75% sobre as actividades de extracção de minerais do fundo do mar, como estabelece, na secção 403, a criação de um *Deep Seabed Revenue Sharing Trust Fund*, que seria formado através da transferência das referidas taxas. Segundo o Acto americano, secção 4498, a taxa só deve ser paga ou até à entrada em vigor, para os Estados Unidos, do Tratado sobre o Fundo do Mar, ou até ao termo de 10 anos após o Acto, isto é, até 1990, o que acontecer primeiro. Assim sendo, o destino do *Trust Fund* seria: se o Tratado Internacional sobre o Direito do Mar fosse ratificado pelos Estados Unidos antes de 1990 (o que não aconteceu), o Fundo seria distribuído segundo as regras do Tratado; se tal não acontecesse, como foi o caso, ao fim dos 10 anos, o Congresso deveria decidir o destino a dar ao fundo³⁰⁷. O Acto britânico prevê, igualmente, a criação de um *Deep Sea Mining Fund*, com parte das receitas das taxas cobradas, cujo destino seria ou a comunidade internacional, se o Reino Unido, entretanto, se tornasse parte de um Tratado sobre o Direito do Mar, ou, ao fim de 10 anos

³⁰² Acto americano, Título IV - Taxas - Secção 4495 b); Acto britânico, secção 9 n° 1 a); artigo 12° da Lei francesa; e artigo 15° da Lei italiana. De qualquer modo, o rendimento do imposto será aproximado do rendimento que resultará do regime da Convenção - BROWN, E. D. - *The Impact of Unilateral Legislation on the Future Legal Regime of Deep-Sea Mining*, cit., p. 165.

³⁰³ Secção 12 n° 2.

³⁰⁴ Secção 4497 a) do Acto americano.

³⁰⁵ MAHMOUDI, Said, op. cit., p. 240.

³⁰⁶ Secção 9 n° 1 b).

³⁰⁷ Secção 403 d) e e).

teria outro destino³⁰⁸. O Acto alemão, secção 13^a, regula a criação de um *Trust Fund* a ser transferido para a “autoridade internacional do fundo do mar após a entrada em vigor de um tratado internacional sobre o fundo do mar para a República Federal da Alemanha. Até essa data, o *trust fund* deverá ser usado para fins de ajuda ao desenvolvimento”. A Lei italiana, sem referir a criação de um fundo, estabelece, no artigo 15º, segundo parágrafo, que: “para efeitos da Ajuda Italiana aos Países em vias de desenvolvimento, o titular de uma autorização de aproveitamento deverá pagar 3,75% do valor médio do mercado dos minerais extraídos do fundo do mar ...”. O Édito soviético, como já referimos, prevê a criação de um fundo especial que seria “transferido para a futura organização internacional para o fundo do mar, tendo em vista o cumprimento das obrigações da URSS resultantes da nova Convenção sobre o Direito do Mar que está a ser elaborada”³⁰⁹. A Lei francesa não contém nenhuma norma sobre esta matéria e tal deve-se ao facto de a criação de um fundo não ser possível à luz das normas constitucionais sobre o direito financeiro, daí o conteúdo do artigo 12º que estabelece: “os rendimentos das taxas deverão ser utilizados de acordo com as condições definidas no direito financeiro”. Por último, a Lei japonesa não só deixa ao Gabinete a designação das taxas a cobrar, como também não cria um fundo nem indica o destino a dar ao dinheiro cobrado.

Feita a análise das legislações nacionais que, como é sabido, foram criadas, por um lado, para conferir uma certa segurança aos investimentos que se estavam a fazer e, por outro lado, para pressionar as negociações na III Conferência, de modo a permitir a conclusão da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, vamos, de seguida, debruçar-nos sobre a Comissão Preparatória, instituição transitória que teve um papel de grande relevo para a implementação da Convenção e do regime dos investidores pioneiros.

³⁰⁸ Secção 10 nº 5 a 9.

³⁰⁹ Nº 12º, segundo parágrafo.

CAPÍTULO III

O REGIME TRANSITÓRIO - A COMISSÃO PREPARATÓRIA³¹⁰

1 - GENERALIDADES³¹¹

Para que as novas instituições do Direito do Mar - a Autoridade e o Tribunal Internacional do Direito do Mar - pudessem começar a funcionar desde a entrada em vigor da Convenção, a Conferência aprovou a Resolução I prevendo a criação da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar. Era um organismo transitório, que tinha por missão não só preparar o início da actividade da Autoridade e do Tribunal Internacional do Direito do Mar, mas também administrar o regime de transição, até à entrada em vigor da Convenção, tendo em vista a protecção dos investimentos preparatórios, nos termos da Resolução II, aprovada na mesma altura³¹². Assim sendo, a Comissão dispunha de um

³¹⁰ Relativamente à Comissão Preparatória não usamos documentos oficiais, que constam de treze volumes, porque não foram publicados (*Report of the Preparatory Commission, under Paragraph 11 of Resolution I of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea, on All Matters within its Mandate, Except as Provided in Paragraph 10, for Presentation to the Assembly of the International Seabed Authority at its First Session*, LOS/PCN/153, Vols I-XIII, Junho-Julho de 1995). Tivemos, no entanto, acesso a todos os documentos, pois estão publicados em diversos volumes da publicação INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook.

³¹¹ LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer. In Espaces et Ressources Maritimes. Paris: Economica, 1986, p. 137-181; PAOLILLO, Felipe H. - Les Structures Institutionnelles. In, DUPUY, René Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X; 2-8029-0341-2, p. 673; MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 307-308.

³¹² As Resoluções I e II, do ponto de vista da sua natureza formal, são semelhantes. No entanto, o seu valor e força jurídica são diferentes. A Resolução I é clássica e necessária. Tem uma justificação administrativa e jurídica que ninguém contesta. Faz parte “daqueles instrumentos que criam órgãos preparatórios de organizações internacionais e, como tal, constituem um instrumento obrigatório”. A Resolução II, pelo contrário, tem natureza essencialmente política e justifica-se por considerações pragmáticas de ordem económica e financeira. Ela segue-se às “disposições propostas inicialmente em forma de protocolo à Convenção ou de projecto de artigos; mas ela parece ter a natureza jurídica de um acordo em forma simplificada”. Ela representa o preço político pago pelos países em vias de desenvolvimento agindo como grupo para obter a adesão à Convenção de um outro grupo, o dos países industrializados e tentar assegurar, assim, a viabilidade do regime internacional previsto na Parte XI da Convenção e anexos III e IV - in GOY, Raymond - Les Sources du Droit et la Convention: Droit Conventionnel et Droit Coutumier. In Société Française pour le Droit de la Mer - Colloque de Rouen - *Perspectives du Droit de la Mer à l'Issue de la 3^e Conférence des Nations Unies*. Paris: Éditions A. Pedone, 1984. ISBN 2-233-00135-4, p. 22.

A melhor ilustração da natureza política do compromisso pode ver-se no facto de a Resolução II conter verdadeiras emendas à Convenção. As Resoluções I e II são indissociáveis e do sucesso da sua aplicação dependerá o futuro do regime internacional dos fundos marinhos - in LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, p. 137.

Como escreveu Tullio Treves, citado por PAOLILLO, Felipe. H, in *The Institutional Arrangements for the International Sea-bed and their Impact on the Evolution of International Organizations*, *cit.*, p. 307: “o estabelecimento

amplo poder discricionário para adoptar decisões relativas à administração da Área, que teriam efeitos jurídicos, não apenas durante o período transitório, mas também depois da entrada em vigor da Convenção e do desaparecimento da Comissão. Estas decisões impor-se-iam à Autoridade e aos Estados Partes na Convenção e influenciariam a aplicação do regime de aproveitamento dos recursos da Área. Por isso, a Comissão Preparatória constituiu uma experiência, um laboratório, cujo trabalho determinou, em grande parte, o destino da Convenção, pois conseguiu retirar-lhe algumas ambiguidades, preencher algumas lacunas e “temperar” alguns efeitos mais agrestes de algumas das suas disposições. É esta função política, subjacente às competências de natureza regulamentar e administrativa, que faz da Comissão Preparatória uma instituição sem precedentes na história das organizações internacionais.

A necessidade de criação de um regime de transição, para preparar o início das actividades das instituições criadas pela Convenção até à entrada em vigor da mesma, foi sentida e começou a ser discutida na Sessão de 1980, quando pensavam que estava perto a conclusão da Conferência.

A questão da protecção dos investimentos preparatórios só foi discutida na última Sessão, em Março de 1982, quando o Grupo dos 77 aceitou a adopção de um regime transitório, de modo a pacificar a indústria mineira americana e fazer os Estados Unidos e outros países industrializados aceitar a Convenção. Assim sendo, a Resolução II representa uma tentativa de compromisso procurando, por um lado, uma protecção razoável para os investimentos caros já feitos e, por outro lado, salvaguardar o princípio do património comum da humanidade³¹³.

A Comissão Preparatória deveria reunir-se, pela primeira vez, num prazo não inferior a sessenta dias e não superior a noventa dias após a assinatura ou adesão à Convenção de cinquenta Estados, o que ocorreu imediatamente, pois, logo em 10 de Dezembro de 1982³¹⁴, a Convenção foi

de um mecanismo para a protecção dos investimentos preparatórios era visto pelo Grupo dos 77 como o cavalo de Tróia que iria permitir aos países industrializados entrar na cidadela do sistema de exploração e aproveitamento estabelecido na Convenção”.

³¹³ BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 83.

O representante da Serra Leoa, por carta de 29 de Abril de 1982 - Doc. A/CONF.62/L.146 - dirigida ao Presidente da Conferência, disse: “a conclusão da minha delegação é que o projecto de resolução relativo aos investimentos preparatórios constitui um reconhecimento implícito da legislação promulgada unilateralmente por alguns participantes na Conferência e que a própria Conferência declarou ilegal ...” - *in* NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. XVII, 1984, *cit.*, p. 263.

³¹⁴ Logo em 16 de Dezembro de 1982, o Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas, Bernardo Zuleta, enviou uma carta convidando formalmente todos os signatários a participar na primeira Sessão da Comissão Preparatória, que, como tinha sido definido, ocorreria em 15 de Março de 1983 - LÉVY, Jean-Pierre - *La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer*, *cit.*, p. 140.

assinada por 117 Estados e duas outras entidades³¹⁵. Assim sendo, a primeira reunião da Comissão Preparatória teve lugar em 15 de Março de 1983, na Jamaica.

2 - OBJECTIVOS, COMPOSIÇÃO, FINANCIAMENTO E FUNÇÕES DA COMISSÃO PREPARATÓRIA³¹⁶

A Comissão Preparatória, nos termos do preâmbulo da Resolução I, tem como objectivo “tomar as medidas possíveis para assegurar, sem demora, o início efectivo das actividades da Autoridade e do Tribunal e adoptar as disposições necessárias ao começo do desempenho das suas funções”. As recomendações da Comissão em relação ao Tribunal iriam ser examinadas pela reunião dos Estados Partes, a ser convocada pelo Secretário Geral das Nações Unidas, depois da entrada em vigor da Convenção - Resolução I nº 10. As recomendações seriam relativas às medidas a adoptar e aos acordos a concluir relativamente à sede do Tribunal, à aquisição de bens indispensáveis para o seu funcionamento, à criação de serviços, nomeadamente a biblioteca, à organização do arquivo e aos aspectos financeiros, entre outros.

A Comissão era composta por “representantes dos Estados e da Namíbia, representada pelo Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, que tenham assinado a Convenção ou a ela aderido. Os representantes dos signatários da Acta Final podem participar plenamente nas deliberações da Comissão como observadores³¹⁷, mas não terão direito de participar na tomada das decisões.” - nº 2 da Resolução I. O texto deste parágrafo resultou de um compromisso entre o Grupo dos 77 e os países industrializados, pois os primeiros defendiam que a participação na Comissão Preparatória deveria ser limitada aos países signatários da Convenção, ao passo que os últimos defendiam que a

³¹⁵ A Comissão, segundo palavras de Walkate: “pode não ser um *forum* perfeito, mas, no momento, é o melhor *forum* em termos de uma vasta participação mundial, conhecimento das delegações e apoio qualificado do Secretariado das Nações Unidas” - WALKATE, J. A. - *Developments in Special Commission 3 of the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea*. Netherlands International Law Review. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers. Vol. XXXVI, (1989), p. 166.

³¹⁶ PAOLILLO, Felipe H. - *Les Structures Institutionnelles*, *cit.*, p. 674-675, 679; MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 31.

³¹⁷ A Comunidade Europeia participou, desde o início, nos trabalhos da Comissão Preparatória - fê-lo primeiro como observador e depois como membro. A sua participação não foi fácil dado o facto de a República Federal da Alemanha e o Reino Unido não terem assinado a Convenção. Nas matérias verdadeiramente comunitárias, como, por exemplo, questões da Comissão 1 relativas aos produtores terrestres, ou questões da Comissão 3 relativas à antissubsidiarização, é a Comissão da Comunidade competente para negociar; nos domínios em que os não signatários se opunham aos signatários, como em relação ao estatuto da Empresa, cada um dos Estados tinha que negociar; por fim nas matérias em que a competência cabia quer à Comunidade quer aos Estados membros - Comissão 4 e Comissão Plenária - era o representante do Estado membro a exercer a Presidência do Conselho que falava, muito embora fosse, frequentemente, substituído por um funcionário comunitário - TREVES, Tullio (Ed.) - **The Law of the Sea. The European Union and its Member States**. The Hague, Boston, London : Martinus Nijhoff Publishers, 1997. Publications on Ocean Development, vol. 28. ISBN 90-411-0326-0, p. 25.

qualidade de membro da Comissão deveria estender-se também aos signatários da Acta Final. O Grupo dos 77 argumentava que, para poder tomar parte nas decisões relativas ao início das actividades da Autoridade e à aplicação do regime internacional, um Estado devia, pelo menos, ter expresso a sua intenção de se submeter às disposições da Convenção através da sua assinatura. Além disso, limitar a participação aos signatários da Convenção seria uma maneira de incitar os Estados a assiná-la e, assim, acelerar o processo de ratificação. Esta posição era partilhada por alguns países industrializados e pelos países socialistas. Pelo contrário, a maioria dos países industrializados consideravam que, dado o carácter transitório do mecanismo e tendo em conta que as suas funções consistiam em preparar o começo das actividades da Autoridade e do Tribunal, não havia razão para restringir aos signatários da Convenção a participação na Comissão. O problema era delicado, pois a tese do Grupo dos 77 levava a excluir dos trabalhos da Comissão Preparatória alguns Estados industrializados que não estavam preparados para assinar a Convenção, mas que estavam interessados no aproveitamento dos recursos da Área.

Ao fim de algumas negociações, o Grupo dos 77 admitiu reconhecer aos Estados não signatários da Convenção que assinassem a Acta Final da Conferência o estatuto de observadores especiais. A partir desta proposta de compromisso foi conseguida uma solução definitiva, reflectida no nº 2 da Resolução, acima transcrito. Assim, surgiu uma categoria especial de observadores, cuja participação é mais ampla do que a dos observadores ordinários.

Por seu turno, o Regulamento interno adoptado pela Comissão, no final da sua 1ª Sessão³¹⁸, contém disposições particulares para cada uma das três categorias de participantes: os membros (artigo 1º)³¹⁹, os observadores signatários da Acta Final, que participam plenamente mas sem direito de voto (artigo 2º)³²⁰ e os outros observadores, que compreendem os Estados e outras entidades referidas no artigo 305º da Convenção, que não assinaram a Acta Final, as agências especializadas das Nações Unidas e a Agência Internacional de Energia Atómica, bem assim como as organizações intergovernamentais que tenham participado como observadores na III

³¹⁸ Adoptado no 6º encontro da Primeira Sessão Resumida da Comissão Preparatória, em 8 de Setembro de 1983 - Doc. LOS/PCN/28, de 23 de Novembro de 1983 e Corr. 1, de 31 de Janeiro de 1984 e Corr. 2, de 17 de Maio de 1984, transcrito in BROWN, E. D., BL, LLM, PhD - **Selected Documents, Tables and Bibliography: Sea-Bed Energy and Mineral Resources and the Law of the Sea**. London : Graham & Trotman, 1986, p. III.2 95-III.2 109 e in SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - **New Directions in the Law of the Sea**. London / Rome / New York : Oceana Publications, Inc., 1983, vol. III, p. 1 e s..

³¹⁹ Artigo 1º - “Os membros da Comissão Preparatória serão os representantes dos Estados e da Namíbia, representada pelo Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, que tenham assinado a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ou tenham a ela aderido, a partir de agora designados por membros”.

³²⁰ Artigo 2º - “Os representantes dos signatários da Acta Final da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar podem participar plenamente nas deliberações da Comissão Preparatória como observadores mas não poderão participar na tomada de decisões”.

Conferência e os movimentos de libertação nacional³²¹ que nas suas regiões sejam reconhecidos pela Organização de Unidade Africana ou pela Liga Árabe (artigo 3º, § 1º a), b), c) e d))³²². Por último, a Comissão pode, também, convidar organizações não governamentais a assistir, como observadores, às suas reuniões públicas (artigo 3º, § 4º)).

Do artigo 2º do Regulamento Interno da Comissão Preparatória resulta, como vimos, que os observadores signatários da Acta Final têm um estatuto especial na medida em que podem participar plenamente nas deliberações da Comissão, embora sem direito de voto, reservado apenas para os membros. Assim, têm o direito de participar em todas as reuniões oficiais e oficiosas da Comissão, das comissões especializadas, dos órgãos subsidiários que a Comissão pode criar e dos seus grupos de trabalho, bem como o direito de negociação, qualquer que seja o assunto, o direito de falar, de submeter propostas próprias, de introduzir moções de ordem, de fazer declarações e de receber todos os documentos oficiais e oficiosos.

As despesas da Comissão Preparatória são pagas pelo orçamento ordinário das Nações Unidas, após a aprovação da Assembleia Geral - nº 14 da Resolução I³²³.

³²¹ Tais como a Organização da Libertação da Palestina e a Organização do Povo do Sudoeste Africano - BROWN, E. D. - Seabed mining: from UNCLOS to PrepCom. *Marine Policy*. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd., number 2: (April 1984), p. 158.

³²² Artigo 3º - “1 - Podem participar na Comissão Preparatória como observadores os seguintes:

- Estados e entidades referidas no artigo 305º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar que não tenham assinado a Acta Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- agências especializadas das Nações Unidas e a Agência Internacional de Energia Atómica;
- organizações intergovernamentais que tenham participado como observadores na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e outros organismos intergovernamentais se a Comissão Preparatória assim o decidir;
- movimentos de libertação nacional que nas respectivas regiões são reconhecidos pela Organização de Unidade Africana ou pela Liga Árabe e que não tenham assinado a Acta Final da Terceira Conferência sobre o Direito do Mar”.

³²³ BROWN, E. D. - Seabed mining: from UNCLOS to PrepCom., *cit.*, p. 158. A delegação de Singapura a propósito do financiamento da Comissão Preparatória e legalidade da utilização do orçamento ordinário das Nações Unidas sugeriu que fosse pedido um parecer ao Tribunal Internacional de Justiça - SIMMONDS, K. R. - The Status of the United Nations Convention on the Law of the Sea 1982. *The International and Comparative Law Quarterly*. London: The British Institute of International and Comparative law. ISSN 0020-5893. 35: 2, (April 1985), p. 365.

Os Estados Unidos da América, como signatários da Acta Final da Conferência, poderiam ter participado nos trabalhos da Comissão Preparatória, na qualidade de observador, mas optaram por não o fazer afirmando que a Convenção era “fatalmente imperfeita e a Comissão Preparatória não tinha autoridade para mudar o seu texto”. Esta decisão foi criticada na Câmara dos Representantes, tendo o Representante Benjamin Gilman apresentado uma resolução para forçar a Administração “a designar um representante americano de alto nível para os encontros da Comissão Preparatória ...”. Pouco antes de ser dissolvido, o *Advisory Committee* do Direito do Mar aprovou, por 69 votos a favor e 12 contra, uma resolução semelhante sobre a necessidade da continuação da participação dos Estados Unidos no processo do Tratado, incluindo a Comissão Preparatória. Também organizações não governamentais e ambientalistas criticaram a atitude dos Estados Unidos.

Em 30 de Dezembro de 1982, Ronald Reagan, que não concordou com o facto de as despesas da Comissão Preparatória serem pagas pelo orçamento regular das Nações Unidas, argumentando que a Comissão não era um órgão das Nações Unidas, decidiu retirar um milhão de dólares da sua contribuição, aproximadamente a quota parte da contribuição dos Estados Unidos para os custos operacionais da Comissão Preparatória. Outros Estados não signatários da Convenção mas signatários da Acta Final, nomeadamente o Reino Unido e a República Federal da Alemanha, adoptaram uma postura diferente, tendo participado nos trabalhos da Comissão e tendo pago as suas quotas.

As funções da Comissão Preparatória, que são bastante vastas, estão especificadas no parágrafo 5º da Resolução I e são as seguintes:

- “a) preparar a agenda provisória para a primeira sessão da Assembleia e do Conselho e, quando apropriado, fazer recomendações relacionadas com pontos dessa agenda;
- b) preparar um projecto de regulamento interno da Assembleia e do Conselho;
- c) fazer recomendações sobre o orçamento para o primeiro exercício financeiro da Autoridade;
- d) fazer recomendações sobre as relações entre a Autoridade e as Nações Unidas e outras organizações internacionais;

O Secretário Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuéllar, considerou a decisão americana de não custear as despesas da Comissão Preparatória como uma “das mais sérias ... na medida em que afectou a capacidade da Organização para levar a cabo funções que foram determinadas pelos órgãos legislativos competentes”. Os Estados Unidos, no entanto, estavam inflexíveis na sua posição, invocando para a fundamentar uma passagem de um parecer do Tribunal Internacional de Justiça, de 1962, no *Express Case*, segundo a qual as despesas das Nações Unidas envolvem fundos que são gastos para permitir a organização actuar “através dos seus órgãos principais e subsidiários” criados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Segurança. A Comissão Preparatória não é um órgão subsidiário das Nações Unidas, mas um organismo criado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Os advogados das Nações Unidas, por seu turno, citaram uma passagem, igualmente válida, do mesmo caso, que sustentava que as despesas das Nações Unidas são “para pagar os custos para a realização dos objectivos ... da (organização)”. Uma vez que a Carta das Nações Unidas apela à promoção da cooperação internacional no campo económico, defendiam que as despesas para a implementação da Convenção do Direito do Mar são também despesas das Nações Unidas.

Em Janeiro de 1983, James Malone indicou como razões para os Estados Unidos não participarem na Comissão Preparatória as seguintes:

- a Convenção era contrária aos valores americanos;
- o património comum da Humanidade não passava de um *slogan*;
- a Comissão Preparatória não poderia emendar a Parte XI da Convenção, a menos que actuasse *ultra vires*;
- se o Grupo dos 77 não estava preparado para assumir um compromisso em questões fundamentais da Parte XI, os Estados Unidos também não deveriam participar na formulação de normas e regulamentos pela Comissão.

Malone afirmou: “(the Treaty) is a document which, hiding behind superficially appealing slogans like the New International Economic Order and the Common Heritage of Mankind, promotes a thinly disguised world collectivism. It is ... an instrument for the redistribution of the world’s wealth from those who have acquired their prosperity by risk, sacrifice and hard work to those who promote their prosperity through organizational means ...” - SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 288-291.

Por não concordarem com o facto de ser o orçamento das Nações Unidas a “custear” as despesas da Comissão, os Estados Unidos votaram contra várias resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, nomeadamente a Resolução A/41/34, aprovada em Novembro de 1986, tendo o representante americano, Gross, justificado o seu voto do seguinte modo: “Uma das razões pelas quais os Estados Unidos votam contra esta resolução é porque continua a ser o orçamento geral das Nações Unidas a financiar a Comissão Preparatória ... Como já dissemos, os custos da Comissão Preparatória devem ser suportados pelos Estados que são partes da Convenção sobre o Direito do Mar de 1982. A Comissão Preparatória foi criada por um tratado separado da Carta das Nações Unidas; por isso os seus custos não podem ser suportados por todos os membros das Nações Unidas, através do orçamento das Nações Unidas, uma vez que não representam despesas legítimas da Organização, no sentido do Artigo 17º § 2º da Carta das Nações Unidas ... Os Estados Unidos irão continuar a retirar a sua contribuição para o orçamento regular das Nações Unidas uma percentagem correspondente ao que é dado à Comissão Preparatória ...” - Doc. A/41/PV.58, de 12 de Novembro de 1986, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1986. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. (1986), p. 101.

- e) fazer recomendações sobre o Secretariado da Autoridade de conformidade com as disposições pertinentes da Convenção;
- f) empreender estudos, que sejam necessários, relativos ao estabelecimento da sede da Autoridade e fazer recomendações a esse respeito;
- g) preparar os projectos de normas, regulamentos e procedimentos que sejam necessários para capacitar a Autoridade a iniciar as suas funções³²⁴, incluindo projectos de regulamentos relativos à gestão financeira e à administração interna da Autoridade;
- h) exercer os poderes e funções que lhe são conferidos em virtude da resolução II da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, relativa aos investimentos preparatórios;
- i) empreender estudos sobre os problemas que enfrentariam os Estados em desenvolvimento produtores terrestres que possam ser mais gravemente afectados pela produção de minerais provenientes da Área, com vista a reduzir ao mínimo as suas dificuldades e ajudá-los a efectuar os reajustes económicos necessários, incluindo estudos sobre a criação de um fundo de compensação e fazer recomendações à Autoridade sobre essas questões”.

A Comissão Preparatória, na medida em que deve “exercer os poderes e funções que lhe são conferidos pela Resolução II”, tem funções de administração provisória da Área. Cabe-lhe, assim, a aplicação antecipada do regime internacional estabelecido pela Convenção e o exercício antecipado de certas funções próprias da Autoridade. O regime de protecção dos investimentos preparatórios exige que a Comissão adopte, antes da entrada em vigor da Convenção, decisões constituindo actos de administração do património comum da Humanidade, cujos efeitos se prolongarão para lá do período provisório. Trata-se de uma administração de alcance limitado, pois visa apenas a fase de exploração e só um recurso do fundo do mar - os nódulos polimetálicos³²⁵.

³²⁴ A França, na sua declaração ao assinar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, afirmou que as “disposições da Convenção relativas à área do fundo do mar e dos oceanos além dos limites da jurisdição nacional revelam algumas deficiências e imperfeições em relação à exploração e aproveitamento da dita área, que exigem rectificação através da adopção pela Comissão Preparatória de projectos de normas, regulamentos e procedimentos para assegurar o estabelecimento e funcionamento efectivo da Autoridade”. Também a Bélgica, a Itália, o Luxemburgo e a Comunidade Europeia esperavam que os defeitos do regime do fundo do mar fossem rectificados pelas normas, regulamentos e procedimentos adoptados pela Comissão Preparatória - citado por NELSON, L. D. M. - *The Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea: an Evaluation*. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 41.

³²⁵ Em 1977, cientistas usando um pesquisador submersível, o *Alvin*, pesquisaram a uma milha e meia abaixo da superfície do Oceano Pacífico, perto de *Galapos Rift Valley*, cerca de 600 milhas a oeste do Equador, e descobriram uma abertura hidrotérmica inactiva e quatro activas emitindo água a elevadas temperaturas e rodeadas por uma forma única de vida marinha. Novas descobertas ocorreram em 1978 - cientistas do programa conjunto dos Estados Unidos da América, França e México, CYAMEX, descobriram elevações contendo metais. No ano seguinte, 1979,

Consequentemente, ficam excluídas do domínio da competência da Comissão Preparatória todas as funções relativas ao aproveitamento dos recursos como, por exemplo, o exame dos planos de trabalho, a conclusão de contratos e a outorga de autorizações de produção³²⁶.

oceanógrafos, no programa *Rivera Submersible Experiments* (RISE), na crista *East Pacific Rise*, a cerca de 650 milhas a norte do *Rift Galapagos*, viram 25 aberturas hidrotermais activas ao longo de uma faixa de 4 milhas entre 600 e 1000 pés de profundidade. Algumas aberturas libertavam água clara a temperaturas entre os 41° F e os 68° F, enquanto outros, chamados “fumadores negros”, soltavam água a uma temperatura estimada de 700° F contendo substâncias. Num regresso ao *East Pacific Rise*, nos finais de 1979, cobre e chumbo foram encontrados perto das aberturas. Em Agosto de 1981, cientistas do *National Oceanic and Atmospheric Administration* referiram a descoberta de um extenso depósito de metais brutos, a mais de uma milha, sob o Oceano Pacífico leste, a cerca de 350 milhas a oeste do Equador. Amostras de metais trazidos pelo *Alvin* continham cobre, prata, cádmio, ferro, molibdeno, vanádio e zinco. No mês seguinte, os pesquisadores do *U. S. Geological Survey* descreveram a sua descoberta de depósitos ricos em metais, perto de um vulcão submarino, a cerca de 250 milhas a oeste de *Newport*, em Oregon.

Com base nestas observações, os cientistas concluíram que estes depósitos de metais ou de sulfuretos polimetálicos se formam quando a água, a uma temperatura extremamente elevada e contendo elevada concentração de metais, sai de aberturas do solo para as águas mais frias próximas. Esta mudança abrupta de temperatura dá origem aos minerais que aparecem no solo do fundo do mar, onde formam uma espécie de chaminés de fumo.

O regime convencional relativamente aos minerais é o seguinte: todos os direitos sobre os recursos da Área pertencem à Humanidade - artigo 137º, em cujo interesse a Autoridade actua. Os recursos estão definidos no artigo 133º como os recursos minerais sólidos, líquidos e gasosos *in situ* ... incluindo os nódulos polimetálicos. Assim sendo, o regime da Convenção aplica-se a todos os recursos, no entanto é dada prioridade à exploração e aproveitamento do nódulos polimetálicos (artigo 162º nº 2 o) ii) - “será dada prioridade à adopção de normas regulamentos e procedimentos para a exploração e aproveitamento de nódulos polimetálicos”). As disposições relativas às cláusulas financeiras dos contratos - artigo 13º do Anexo III, referem-se aos nódulos e não aos outros minerais. Também, a Resolução II, anexa à Acta Final da III Conferência sobre o Direito do Mar relativa aos Investimentos Preparatórios nas Actividades Pioneiras, refere-se, apenas, aos nódulos polimetálicos. Assim sendo, a exploração e aproveitamento de outros minerais que não nódulos polimetálicos deve esperar por normas, regulamentos e procedimentos a editar pela Autoridade, quando o tratado entrar em vigor. O artigo 162º nº 2 o) ii) estabelece: “... as normas, regulamentos e procedimentos para a exploração e aproveitamento de qualquer recurso que não nódulos polimetálicos serão adoptados dentro de três anos a contar da data de um pedido feito à Autoridade por qualquer dos seus membros para que os adopte”. No caso de a Autoridade (Conselho e Assembleia mediante recomendação da Comissão Jurídica e Técnica) não fazer os regulamentos no prazo referido, os potenciais mineiros do fundo do mar de “outros minerais” têm o direito de ir perante a Câmara de Controvérsias e reclamar uma indemnização para os prejuízos, se os mesmos puderem ser calculados - artigo 187º b) i) e 189º *in fine*. De qualquer modo, a Câmara nada mais poderá fazer do que, eventualmente, arbitrar uma indemnização, pois não pode substituir-se à Autoridade e criar as normas em falta nem obrigar a Autoridade a fazê-lo, apesar de estar a tal obrigada.

Concluindo: o aproveitamento de sulfuretos polimetálicos e de outros minerais que não nódulos polimetálicos rege-se-á pela Convenção que exige um plano de trabalho e um contrato antes que as actividades possam começar, no entanto, a aprovação do contrato só pode ocorrer após as normas, regulamentos e procedimentos serem criadas. Ver sobre o assunto, entre outros, MEESE, Sally A. - *The Legal regime Governing Seafloor Polymetallic Sulfide Deposits. Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs*. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. Coden Odila. 17: (1987), p. 131-162; KIMBALL, Lee - *Turning Points in the Future of Deep Seabed Mining*, *cit.*, p. 367-398.

Entretanto, a Federação Russa, salientando que os recursos minerais do fundo do mar, que não nódulos polimetálicos, devem ser de grande significado económico, no encontro da Assembleia da Autoridade, de 17 de Agosto de 1998, fez “um pedido oficial à Autoridade”, para começar a trabalhar nas normas relativas a outros recursos que não os nódulos polimetálicos - ISBA/4/A/CRP.2, de 24 de Agosto de 1998, disponível *in* (<http://www.isa.org.jm/meeting/sb430roundup.htm>). Logo em 1999, o Secretário Geral da Autoridade começou a trabalhar sobre esta matéria e marcou um *workshop*, para Kingston, na Jamaica, para Junho de 2000.

As primeiras licenças para a exploração de sulfidos polimetálicos foram outorgadas por Papua Nova Guiné, em 1997, para depósitos situados na sua ZEE, referidos por BROWN, E. D. - *Sea-Bed Energy and Minerals* ..., *op. cit.*, p. 150.

³²⁶ A Resolução II define as actividades pioneiras no nº 1 b) como sendo: “os empreendimentos, comprometimentos de haveres financeiros e outros, estudos, averiguações, investigações, desenvolvimentos de técnicas de engenharia e outras actividades relacionadas com a identificação, a descoberta e a análise sistemática e a avaliação de nódulos polimetálicos e com a determinação da viabilidade técnica e económica do aproveitamento.

As actividades pioneiras incluem:

O Comité Geral da Comissão Preparatória é o órgão encarregado de aplicar a Resolução II - artigo 14º nº 3 do Regulamento Interno. Para o efeito, a Comissão³²⁷ deverá proceder:

I - ao registo dos investidores pioneiros³²⁸. O registo assegura ao investidor pioneiro:

- a) o direito exclusivo de realizar actividades pioneiras no sector pioneiro que lhe tenha sido atribuído – nº 6 da Resolução II;
- b) a aprovação, quase automática, pela Autoridade de um plano de trabalho para exploração e aproveitamento do sector pioneiro – nº 8 a) da Resolução II;
- c) a prioridade sobre todos os outros peticionários, que não a Empresa, para a concessão de autorizações de produção – nº 9 a) da Resolução II³²⁹.

Ao fazer o registo dos investidores pioneiros, a Comissão determina quem são os primeiros contratantes chamados a operar na Área sob o regime internacional.

II - à designação do sector que será reservado para a realização de actividades pela Autoridade, por intermédio da Empresa – nº 3 b) - “nos 45 dias seguintes ao recebimento dos dados requeridos pela alínea a)³³⁰, a Comissão designará a parte do sector que, de conformidade com a Convenção, será reservado para a realização de actividades na Área pela Autoridade, por intermédio da Empresa ou em associação com Estados em vias de desenvolvimento. A outra parte do sector será atribuída ao investidor pioneiro como um sector pioneiro”. Para este efeito, o peticionário deve propor um sector que não ultrapasse os 300.000 km², mas que seja

- qualquer actividade de observação e avaliação no mar que tenha como objectivo a determinação e documentação da natureza, forma, concentração, localização e teor de nódulos polimetálicos, bem como dos factores ambientais e técnicos e outros factores apropriados que tenham de ser levados em conta antes do aproveitamento;

- a extracção de amostras de nódulos polimetálicos da Área com vista a projectar, fabricar e testar o equipamento que se pretende utilizar no aproveitamento dos nódulos polimetálicos”.

³²⁷ A URSS, que tinha apresentado um pedido de registo como investidor pioneiro logo na 1ª Sessão, queria que a Comissão desse logo andamento ao seu processo. No entanto, outros potenciais investidores, apoiados por países em vias de desenvolvimento, defenderam que era necessário elaborar regras detalhadas e estabelecer critérios precisos para que a Comissão Preparatória pudesse desempenhar capazmente o seu mandato. São essas regras que vamos passar a referir no texto. Ver LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, p. 146-147.

³²⁸ A Comissão registará como investidor pioneiro os Estados e as entidades ou pessoas indicadas no nº 1 a) da Resolução II desde que tenham satisfeito as exigências fixadas no nº 2 a) e 5 a) da Resolução II, isto é, desde que o seu pedido seja acompanhado de um certificado feito pelo Estado certificador, ou seja, pelo Estado que tenha assinado a Convenção e do qual o requerente é nacional, do qual conste os níveis das despesas feitas em actividades pioneiras e que a área objecto do pedido não se sobrepõe a uma área objecto de outro pedido ou já atribuída como área pioneira. Na Resolução II, os investidores pioneiros são entidades industriais, quer sejam constituídos por Estados, ou por empresas estatais ou por empresas privadas.

³²⁹ Com o Acordo de Implementação de 1994, a prioridade relativamente a concessão de autorizações de produção desapareceu.

³³⁰ Resolução II – nº 3 a) - “Cada pedido deve cobrir uma superfície total, não necessariamente única e contínua, de extensão e valor comercial estimativo suficientes para permitir duas operações mineiras. O pedido deve indicar as coordenadas do sector, definindo a superfície total e dividindo-o em duas partes de igual valor comercial estimativo e deve conter todos os dados de que disponha o peticionário sobre as duas partes do sector. Tais dados incluirão, *inter alia*, informações sobre levantamentos cartográficos, amostras, concentração de nódulos polimetálicos e a sua composição metálica. Ao lidar com esses dados, a Comissão e seu pessoal actuarão de conformidade com as disposições pertinentes da Convenção e seus Anexos em relação ao carácter confidencial dos dados”.

suficientemente grande para permitir duas operações de extracção mineira, indicando as coordenadas que o delimitam, e deve dividi-lo em duas partes de valor comercial equivalente, fornecendo todos os dados de que dispõe sobre as duas partes do sector. Deste modo, a Comissão Preparatória decide, antes de a Autoridade começar a funcionar, que parte do património comum da Humanidade será directamente aproveitada por ela.

III - ao pedido de execução de actividades nos sectores reservados. A Comissão pode pedir aos investidores pioneiros que efectuem operações de exploração, nas partes de sectores propostos que forem reservados para aproveitamento pela Autoridade. As despesas feitas pelos investidores pioneiros serão reembolsáveis com uma taxa de 10% ao ano. Deste modo, a Comissão determinará, antecipadamente, não só as partes da Área reservadas à Autoridade, mas também, quais os primeiros sectores reservados que, pelo facto de já terem sido objecto de uma exploração, serão os primeiros a ser aproveitados pela Empresa ou pelos Estados em vias de desenvolvimento em associação com a Autoridade – nº 12 a) i) da Resolução II.

IV - à designação do pessoal que deve receber formação. Uma das obrigações do investidor pioneiro registado é dar formação ao pessoal indicado pela Comissão – nº 12 a) ii). Cabe a esta decidir qual ou quais os investidores pioneiros que deverão cumprir esta obrigação, qual o nível de formação que deverá ser assegurado e quem beneficiará da formação. Exercendo esta função por intermédio da Comissão Especial para a Empresa, a Comissão Preparatória influenciará as decisões da Empresa relativas à sua organização interna e à formação do seu pessoal.

V - à determinação das despesas a realizar periodicamente pelos investidores pioneiros. Cada investidor deverá efectuar periodicamente gastos relativos ao sector que lhe é atribuído, até que o seu plano de trabalho seja aprovado pela Autoridade. O montante de tais despesas será determinado pela Comissão, à luz de critérios não objectivos, pois o nº 7 c) da Resolução II estabelece que “esse montante deveria manter uma relação razoável com a dimensão do sector pioneiro e com as despesas que seriam de esperar de um operador de boa fé que se propõe iniciar a produção comercial a partir desse sector dentro de um prazo razoável”.

VI - à recepção e difusão das comunicações que lhe são feitas pelos investidores pioneiros relativas à restituição de partes do sector pioneiro. Nos termos do nº 1 e) i), ii) e iii) os investidores pioneiros deverão restituir à Autoridade uma parte do sector que lhe foi atribuído, por fracções sucessivas e em prazos determinados. O acto de restituição de uma parte do sector pioneiro, bem assim como os dados necessários quanto à sua localização e superfície, deverão ser levados ao conhecimento de todos os Estados e de todas as entidades interessadas e a Comissão Preparatória aparece como o local natural para a recepção e difusão das comunicações na matéria.

VII - à passagem de um certificado de cumprimento das disposições da Resolução II, nos termos do nº 11 a) da referida Resolução e referido no nº 8 a). Para tanto, a Comissão Preparatória deverá ter o poder de supervisionar a aplicação da Resolução, de apreciar o comportamento dos investidores pioneiros em relação a todas as obrigações e de decidir se deve ou não conceder o certificado de conformidade. Como a obtenção do certificado é prévia em relação ao pedido de aprovação de um plano de trabalho para exploração e aproveitamento, caberá à Comissão Preparatória decidir, mesmo antes de a Autoridade estar em condições de se pronunciar sobre os planos de trabalho que lhe são sujeitos, quais os investidores que terão acesso à Área³³¹.

A maior parte das decisões que a Comissão Preparatória adoptou sobre as matérias referidas têm mero valor informativo e de recomendação e, por isso, não são obrigatórias para os órgãos da Autoridade. Diferentemente, os projectos de normas, regulamentos e procedimentos adoptados à luz da alínea g) do nº 5 da Resolução I aplicam-se provisoriamente desde a entrada em vigor da Convenção até à sua aprovação formal pela Autoridade, de conformidade com a Parte XI - artigo 308º nº 4 da Convenção³³². Por último, algumas das soluções encontradas para dar cumprimento à Resolução II representam, como iremos ver, uma fuga para a frente, um desvio³³³ ao regime da Convenção e da própria Resolução acabado de referir³³⁴.

A Comissão Preparatória era um órgão transitório, tendo as suas funções começado, como já referimos, em 15 de Março de 1983³³⁵ e terminado no final da primeira Sessão da Assembleia da

³³¹ Na parte relativa às funções ou competências da Comissão Preparatória seguimos, de perto, entre outros, PAOLILLO, Felipe H. - *Les Structures Institutionnelles*, cit., p. 680-683 e MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 313 e s..

³³² Tendo em conta que as decisões da Autoridade sobre os projectos apresentados pela Comissão devem ser tomadas por consenso pelo Conselho, é de prever que estes projectos continuem em vigor por largo tempo e, por isso, o regime internacional da Área durante os primeiros tempos faz-se à luz das disposições aprovadas pela Comissão - PAOLILLO, Felipe H. - *Les Structures Institutionnelles*, cit., p. 679.

³³³ O que não deveria acontecer, pois o mandato da Comissão Preparatória não lhe confere poderes para modificar a Convenção. Neste sentido, o Presidente do Comité I da III Conferência afirmou: “relativamente às funções da Comissão Preparatória deve ser tido o maior cuidado para assegurar que os resultados do seu trabalho estão estritamente de acordo com as disposições da Convenção e de modo algum ultrapasse o balanço delicado de interesses contido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”, citado por NELSON, L. D. M. - *The Preparatory Commission ...*, cit., p. 40.

³³⁴ TREVES, Tullio, in *Codification et Pratique dans le Droit de la Mer. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International*. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 0-7923-1524-3. 223 - IV: (1990), p. 253, atendendo ao conteúdo da Resolução II e ao rumo que tomou a sua aplicação, defende que, apesar do nome, ela tem a natureza jurídica de um acordo em forma simplificado, entre os Estados que assinaram a Convenção, pois esta, no artigo 308º nº 5, prevê: “A Autoridade e os seus órgãos devem actuar de conformidade com a resolução II da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, relativa aos investimentos preparatórios, e com as decisões tomadas pela Comissão Preparatória na aplicação dessa resolução”.

³³⁵ A Assembleia Geral das Nações Unidas, preocupada com a actuação que os Estados podiam desenvolver em relação ao fundo do mar, logo em 1983, na 38ª Sessão, aprovou a Resolução nº 38/59A, de 14 de Dezembro, em que lhes solicitava que: “se abstivessem de adoptar uma qualquer acção que pudesse pôr em causa a Convenção ou impedir a realização do seu fim e objecto” e que salvaguardassem o carácter unificado da Convenção. Esta Resolução foi aprovada por 136 votos a favor, 2 votos contra - Turquia e Estados Unidos da América - e 6 abstenções - Bélgica, Bolívia, República Federal da Alemanha, Israel, Itália e Reino Unido - SIMMONDS, K. R. - *The Status of the United Nations Convention on the Law of the Sea 1982*, cit., p. 365.

Autoridade, mais propriamente em 18 de Agosto de 1995, altura em que, em cumprimento do parágrafo 13º da Resolução I, todos os seus bens e arquivos foram transferidos para a Autoridade.

3 - ESTRUTURA ORGÂNICA

O artigo 10º § 1º do Regulamento Interno da Comissão Preparatória, adoptado na primeira Sessão a partir das “sugestões apresentados” pelo seu Presidente, estabelece, como órgãos da Comissão, o Plenário³³⁶, como órgão principal e quatro Comissões Especiais, com estatuto igual ao do Plenário. A Comissão Especial 1, para os problemas que irão defrontar os países em vias de desenvolvimento produtores terrestres dos mesmos minerais que irão ser extraídos das profundidades dos oceanos, a qual exerceu as funções referidas no parágrafo 5º i) da Resolução I; a Comissão Especial 2, para a Empresa, a qual, nos termos do nº 8 da Resolução I, desempenhou as funções referidas no parágrafo 12º da Resolução II³³⁷; a Comissão Especial 3, para a preparação das normas, regulamentos e procedimentos para a exploração e aproveitamento da Área - o código mineiro - parágrafo 5º g); e a Comissão Especial 4, para preparar recomendações para o estabelecimento do Tribunal Internacional do Direito do Mar - parágrafo 10º. As duas primeiras Comissões foram criadas ao abrigo, respectivamente, dos parágrafos 9º e 8º da Resolução I. As outras duas Comissões Especiais foram criadas no uso do poder conferido à Comissão pela Resolução I nº 7, segundo o qual “a Comissão pode criar os órgãos subsidiários que sejam necessários para o exercício das suas funções e definirá as funções e adoptará os regulamentos internos desses órgãos”³³⁸. Além destes órgãos, a Comissão Preparatória ainda podia criar os órgãos subsidiários necessários para o exercício das suas funções - § 2º do artigo 10º do

³³⁶ O Plenário funcionava formal e informalmente. O Plenário formal, melhor dizendo, nas sessões formais, tinha a seu cargo adoptar relatórios e recomendações da Comissão Preparatória para a Assembleia da Autoridade. O Plenário, nas sessões informais, actuava como um grupo redactor de normas, regulamentos e procedimentos da Assembleia da Autoridade, do Conselho da Autoridade e dos outros órgãos tais como a Comissão de Planeamento Económico e a Comissão Jurídica e Técnica - BERGIN, Anthony - *The politics of PrepCom. Australia's role. Marine Policy*. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd., 11, number 4: (October 1987), p. 300; BROWN, E. D. - *Seabed mining: from UNCLOS to PrepCom.*, *cit.*, p. 160.

³³⁷ A Comissão Especial para a Empresa, para além das funções referidas no nº 12 da Resolução II, tinha a seu cargo, também, “tomar todas as medidas necessárias para que a Empresa inicie quanto antes o seu funcionamento efectivo” - Resolução I nº 8. As medidas necessárias são, entre outras, a conclusão de acordos para o estabelecimento da sede da Empresa; a elaboração de projectos de regulamentos, nomeadamente regulamentos relativos ao pessoal de direcção, administrativo e técnico e à formação do pessoal; a execução de estudos sobre as modalidades de realização das operações; a adopção de medidas e a formulação de recomendações relativas ao funcionamento da Empresa, compreendendo a fixação dos recursos que os Estados deverão pôr à disposição da Empresa para o aproveitamento de um sítio mineiro (Anexo IV, artigo 11º § 3 a)) - PAOLILLO, Felipe H. - *Les Structures Institutionnelles*, *cit.*, p. 680.

³³⁸ Foi criada, também, uma Comissão de Verificação de Poderes, constituída por oito membros, *in* LÉVY, Jean-Pierre - *La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer*, *cit.*, p. 144.

Regulamento Interno. Durante o tempo em que exerceu funções, a Comissão Preparatória criou outros dois órgãos: o Grupo de Peritos Técnicos (1986) para determinar se os pedidos apresentados para registo pelos investidores pioneiros estavam em conformidade com a Resolução II e o *Training Panel* (LOS/PCN/L.92, de 21 de Março de 1991) para lhe fazer recomendações sobre as medidas a ser adoptadas de acordo com os princípios e políticas estabelecidos para a implementação do parágrafo 12º a) ii) da Resolução II relativos à formação de pessoal. As normas de procedimento previstas no Regulamento Interno para o Plenário aplicam-se *mutatis mutandis* às Comissões Especiais e aos outros órgãos subsidiários - artigo 44º do Regulamento Interno.

A Mesa do Plenário era constituída por dezasseis membros - um Presidente, 14 Vice-presidentes e um Relator Geral. As Comissões Especiais tinham cada uma um Presidente e 4 Vice-presidentes. Todos estes elementos - 36 - formavam o Comité Geral da Comissão (*Presidium*), que, além de ser responsável por fazer recomendações ao Plenário sobre todas as questões de organização de trabalho, devia actuar em nome da Comissão Preparatória como órgão executivo para a implementação da Resolução II - artigo 14º nº 3 do Regulamento Interno. Na eleição dos elementos da Comissão Preparatória e respectivas Comissões devia “ser tida em atenção a prática da Assembleia Geral das Nações Unidas e da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de modo a que cada grupo regional seja representado por, pelo menos, um dos seus membros em cada um dos órgãos e que haja uma distribuição geográfica equitativa nos membros do Comité Geral para, assim, assegurar o seu carácter representativo” - artigo 11º nº 2 do Regulamento Interno³³⁹.

³³⁹ A questão da estrutura da Comissão Preparatória e das funções dos diferentes órgãos estava intimamente ligada à questão da presidência de cada um dos órgãos e do equilíbrio geográfico entre os diferentes grupos regionais. Por isso, foi difícil conseguir um acordo sobre a composição do Comité Geral da Comissão, porque o Grupo Africano considerava que devia ter mais um lugar que o Grupo Asiático, devido ao facto de o número de países africanos que assinaram a Convenção ser superior ao número de países asiáticos que fizeram o mesmo. Após algumas discussões, houve acordo, tendo ficado decidido que dos trinta e seis membros do Comité seriam nove pelo Grupo de África, nove pelo Grupo da Ásia, sete pela América Latina, seis pela Europa Ocidental e outros Estados e cinco pela Europa de Leste Socialista. Por fim, em 9 de Setembro de 1983, foram indicados os respectivos membros: Presidente - Joseph Warioba (República Unida da Tanzânia), Vice-presidentes - Argélia, Austrália, Brasil, Chile, China, França, Índia, Iraque, Japão, Libéria, Nigéria, República Unida dos Camarões, Sri Lanka e URSS. Relator Geral - Kenneth Rattray (Jamaica). Comissão Especial 1 - Presidente: Hassim Djalal (Indonésia), Vice-presidentes - Áustria, Cuba, Roménia e Zâmbia. Comissão Especial 2 - Presidente - Lennox Ballah (Trindade e Tobago), Vice-presidentes - Canadá, Mongólia, Senegal e Jugoslávia. Comissão Especial 3 - Presidente - Hans Sondaal (Países Baixos); Vice-presidentes - Gabão, México, Paquistão e Polónia. Comissão Especial 4 - Presidente - Günter Göerner (República Democrática da Alemanha), Vice-presidentes - Colômbia, Grécia, Filipinas e Sudão. Comissão de Verificação de Poderes - Presidente Karl Wolf (Áustria), membros - China, Colômbia, Costa Rica, Côte d'Ivoire, Hungria, Irlanda, Japão e Somália. In LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, p. 145.

O Plenário³⁴⁰, como órgão principal, é responsável pelas principais tarefas da Comissão Preparatória, a saber: “a) preparação de normas, regulamentos e procedimentos sobre matérias administrativas, financeiras e orçamentais dos diversos órgãos da Autoridade (parágrafo 5º g) da Resolução I); b) implementação da Resolução II³⁴¹ relativa aos investimentos preparatórios (parágrafo 5º h) da Resolução I); c) preparação, análise e adopção do relatório final referido no parágrafo 11º da Resolução I, contendo quer os resultados das deliberações sobre todas as matérias da sua competência exclusiva quer sobre todas as matérias da competência das Comissões Especiais e outros órgãos subsidiários, tal como consta dos relatórios que lhe são apresentados por eles, para apresentação do relatório final pelo Presidente à primeira sessão da Assembleia da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos; d) condução geral dos assuntos; coordenação do trabalho dos órgãos e corpos subsidiários; e, sob recomendação do Comité Geral, todas as questões de organização de trabalho; e) apresentação do relatório da Comissão Preparatória, através do seu Presidente, sobre os acordos para o estabelecimento do Tribunal Internacional para o Direito do Mar ao encontro dos Estados Partes convocados para o efeito; f) todas as matérias não atribuídas especificamente às Comissões Especiais ou a outros órgãos subsidiários”.

4 - ADOÇÃO DAS DECISÕES³⁴²

As regras aplicáveis à adopção de decisões pela Comissão Preparatória, consagradas no Regulamento Interno, são o produto de longas e difíceis discussões, iniciadas, sem êxito, na III Conferência. A Resolução I nada diz a este propósito, tendo um tal silêncio por base a controvérsia entre os países industrializados e os países socialistas, defensores do consenso ou, eventualmente, de maioria, depois de se ter esgotados todos os esforços para alcançar o consenso e os países em vias de desenvolvimento, defensores de votações por maioria.

O acordo sobre o procedimento de adopção das decisões foi um dos últimos a fazer-se no fim da primeira Sessão da Comissão Preparatória³⁴³, tendo sido, por fim, consagrado o consenso

³⁴⁰ Doc. LOS/PCN/27, de 8 de Setembro, transcrito in BROWN, E. D., BL, LLM, PhD - **Selected Documents, Tables and Bibliography** ..., *op. cit.*, p. III.2 90-III.2 94.

³⁴¹ Sublinhado nosso.

³⁴² LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, p. 137-181; PAOLILLO, Felipe H. - Les Structures Institutionnelles, *cit.*, p. 676-678; MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 311-312; SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices. In SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - «New Directions in the Law of the Sea (New Series)». London. Rome. New York: Oceana Publications, Inc., 1994 (August), p. 7; BROWN, E. D. - Seabed mining: from UNCLOS to PrepCom., *cit.*, p. 161-162.

³⁴³ O Presidente Warioba, na segunda parte da primeira Sessão da Comissão Preparatória, realizou negociações oficiais com os presidentes dos órgãos regionais sobre todas as questões ainda por resolver, nomeadamente as regras

como o procedimento principal para a resolução das questões mais importantes. Como procedimento complementar, aplicável às questões de fundo não sujeitas a consenso, foi adoptado o voto por maioria de dois terços dos representantes presentes e votantes, devendo esta maioria compreender a maioria dos representantes que participam na respectiva sessão - artigo 36º § 1º do Regulamento Interno. Mesmo nestes casos, devem ser feitos todos os esforços para conseguir o consenso antes de a questão ser posta a votação. O Presidente deve deferir a votação de modo a permitir um período de reflexão, o qual pode ir até 72 horas. A determinação de que foram feitos todos os esforços para alcançar o consenso deve ser feita pela maioria de dois terços referida - artigo 36º § 2º e 3º. Por representantes presentes e votantes deve entender-se, nos termos do artigo 33º do Regulamento, os “representantes dos membros presentes e que votam a favor ou contra; os representantes dos membros que se abstêm de votar devem ser considerados como não votantes”.

As questões a ser decididas por consenso estão enumeradas no artigo 35º do Regulamento Interno e são:

“a) Todas as questões que segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar devem ser decididas por consenso, incluindo as decisões que devem ser adoptadas de acordo com o artigo 160º nº 2 e), os artigos 161º e 162º e o artigo 11º nº 3, do anexo IV da Convenção”.

Os artigos 161º e 162º referem-se a decisões da competência do Conselho, ao passo que o artigo 160º nº 2 e) e o artigo 11º nº 3 do Anexo IV se referem a questões da competência da Assembleia. A matéria referida no artigo 160º nº 2 e) - determinação “das contribuições dos membros para o orçamento administrativo da Autoridade de conformidade com uma escala acordada, com base na utilizada para o orçamento ordinário da Organização das Nações Unidas ...” está sujeita, como acabamos de referir, a consenso, não obstante, nos termos do artigo 159º nº 8 da Convenção, a sua aprovação na Assembleia da Autoridade estar sujeita a uma maioria de dois terços. As questões da competência do Conselho que, segundo a Convenção, devem ser tomadas por consenso são a adopção das medidas necessárias à protecção dos Estados em vias de desenvolvimento que sofram os efeitos económicos adversos devido à realização de actividades na Área - artigo 162º nº 2 m), a adopção de recomendações à Assembleia, contendo “normas,

procedimentais da Comissão, sua estrutura, composição do seu Comité e o mandato de cada um dos órgãos. A negociação foi lenta. Cada proposta que o Presidente fazia aos presidentes dos diferentes grupos regionais era depois por estes submetida ao respectivo grupo, de modo que tudo demorava muito. Por isso, na segunda semana, o Presidente propôs que a questão da adopção de normas de procedimento fosse afecta a um grupo de trabalho restrito. Em 24 de Agosto, acordaram na criação do Grupo de Trabalho que seria composto por seis participantes por região: cinco membros e um observador (sem possibilidade de participar na tomada de decisões). O Grupo permaneceu aberto, por isso, todos os representantes podiam assistir às deliberações, sem poderem participar - *in* LÉVY, Jean-Pierre - La

regulamentos e procedimentos sobre a distribuição equitativa dos benefícios financeiros e outros benefícios económicos derivados das actividades na Área e sobre os pagamentos e contribuições feitos nos termos do artigo 82º, tendo particularmente em conta os interesses e necessidades dos Estados em desenvolvimento e dos povos que não tenham alcançado a plena independência ou outro estatuto de autonomia” - artigo 162º nº 2 o) e a aprovação de emendas à Parte XI - artigo 161º nº 8 d). Nas alíneas f) e g) do nº 8 do artigo 161º da Convenção estão previstos outros casos em que o consenso é necessário para que o Conselho adopte uma decisão, mas tais casos não se aplicam à Comissão Preparatória³⁴⁴.

“b) Normas e procedimentos para a implementação da Resolução II da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e para o estabelecimento de um mecanismo adequado para administrar o regime para protecção dos investidores pioneiros”.

As deliberações adoptadas pela Comissão neste domínio são muito importantes, pois são imediatamente obrigatórias. Na medida em que é necessário o consenso, cada membro da Comissão poderá impedir a adopção de deliberações em matéria de investimentos preparatórios que sejam contrários aos seus interesses.

“c) As normas e regulamentos relativos à exploração e aproveitamento da Área” - o código mineiro.

“d) O relatório final sobre todas as matérias incluídas no mandato da Comissão Preparatória para submissão à Assembleia da Autoridade Internacional do Fundo do Mar e o relatório contendo recomendações sobre acordos práticos para o estabelecimento do Tribunal Internacional do Direito do Mar para submissão ao encontro dos Estados Partes da Convenção ...”.

O relatório final sobre as questões incluídas no seu mandato deverá ser apresentado pela Comissão à Assembleia da Autoridade aquando da primeira Sessão desta - Resolução I nº 11. O relatório separado com as recomendações relativas à criação do Tribunal será apresentado à reunião dos Estados Partes a ser convocada para o efeito pelo Secretário Geral das Nações Unidas - Resolução I nº 10. Dado o carácter global do relatório, a sua adopção é de grande importância daí a regra do consenso. As questões mais importantes, tais como as decisões relativas à aplicação da Resolução II e à adopção dos projectos de normas, regulamentos e procedimentos, deverão ser resolvidas, em cada caso, por consenso, antes de ser incorporadas no relatório, como resulta das alíneas anteriores. O consenso para a aprovação do relatório final poderá permitir novas

Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, p. 142-143.

³⁴⁴ PAOLILLO, Felipe H. - Les Structures Institutionnelles, *cit.*, nota 103, p. 677.

negociações sobre as questões já reguladas, o que poderá ser de grande interesse para os Estados que assinarem a Convenção depois de a Comissão ter começado a exercer as suas funções e que não tenham participado como membros no momento da adopção das primeiras decisões³⁴⁵.

“e) Casos em que são impostas aos Estados obrigações financeiras que não estão previstas pelo orçamento aprovado das Nações Unidas”.

Segundo o número 14 da Resolução I, as despesas da Comissão serão custeadas pelo orçamento ordinário das Nações Unidas, sujeitas a aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Por consenso, nos termos do nº 2 do artigo em análise, deve considerar-se a ausência de qualquer objecção formal.

Diferentemente das questões de fundo, as decisões da Comissão Preparatória sobre questões de procedimento devem ser adoptadas por maioria simples dos membros presentes e votantes - artigo 34º do Regulamento Interno.

Nas Comissões Especiais e noutros órgãos subsidiários, as decisões em questões de fundo devem ser tomadas por maioria de dois terços dos representantes presentes e votantes e as decisões sobre questões procedimentais devem ser aprovadas por maioria simples dos representantes presentes e votantes - artigo 44º do Regulamento Interno.

O procedimento de tomada de decisão da Comissão Preparatória é bastante rígido, na medida em que a maior parte das suas decisões terão que ser adoptadas por consenso, sendo que, nas matérias referidas no artigo 35º, se não houver consenso, a Comissão cairá num impasse sem ter maneira de dar a volta, o que fez com que o seu trabalho se prolongasse.

Por último, convém referir que cada membro da Comissão Preparatória tem um voto - artigo 32º do Regulamento Interno.

5 - A ACTIVIDADE DA COMISSÃO PREPARATÓRIA

A Comissão Preparatória, cuja principal missão era o estabelecimento da Autoridade Internacional do Fundo do Mar e do Tribunal Internacional do Direito do Mar e administrar o regime transitório para protecção dos investimentos preparatórios, até à entrada em vigor da Convenção, desenvolveu a sua actividade ao longo de doze sessões, realizadas ao longo de doze anos, entre 1983 e 1994 e repartidas por dois períodos - os encontros da Primavera, em Kingston,

³⁴⁵PAOLILLO, Felipe H. - *Les Structures Institutionnelles*, cit., p. 678.

na Jamaica e os encontros de Verão, em Nova Iorque³⁴⁶. Em Kingston os delegados estavam, por um lado, geograficamente mais próximos e, por outro lado, mais concentrados nas suas tarefas, pois deslocavam-se lá para esse fim. Diferentemente, em Nova Iorque, os delegados já estavam espalhados por toda a cidade e alguns deles viviam mesmo na cidade para o desempenho de outras funções que acumulavam com as de membros da Comissão Preparatória. Por isso, o trabalho da Comissão não tinha a mesma produtividade nas duas cidades. Nova Iorque era um local melhor para as negociações de corredor, pois os Estados participantes têm lá as suas missões o que facilita a recepção de instruções dos respectivos governos, diferentemente em Kingston muitos Estados não têm missões permanentes, não podendo comunicar facilmente e de modo confidencial com os seus governos. Esta evidência torna as negociações mais lentas. Por outro lado, em Nova Iorque era mais fácil convocar encontros privados, sem que outras delegações tivessem deles conhecimento, o que em Kingston era impossível dado o facto de as delegações estarem todas

³⁴⁶ A questão do local das reuniões, apesar de parecer prática, tem importância política e repercussões financeiras. Se as reuniões tivessem que se realizar todas em Kingston, seria necessário criar uma organização própria na cidade, que teria que ser paga pelo Orçamento regular das Nações Unidas. De outro modo, aproveita-se a organização existente em Nova Iorque (ou mesmo em Genebra, se fosse o caso). A solução de compromisso alcançada foi que, em cada ano, se realizaria, na sede da Autoridade, uma sessão ordinária de quatro semanas e uma sessão dos grupos de trabalho, de, igualmente, quatro semanas, ou em Kingston ou na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque ou Genebra, conforme a Comissão Preparatória decidisse - *in* LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, p. 145-146. LARSON, David L. - Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem, *cit.*, p. 287; SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 1 e s..

A Comissão Preparatória realizou doze sessões, ao longo de doze anos. Todas as sessões, com excepção da 11ª, tiveram dois períodos.

- 1ª Sessão - 1º período - Kingston - 15 de Março a 8 de Abril de 1983;
2º período - Kingston - 15 de Agosto a 9 de Setembro de 1983.
- 2ª Sessão - 1º período - Kingston - 19 de Março a 13 de Abril de 1984;
2º período - Genebra - 13 de Agosto a 5 de Setembro de 1984.
- 3ª Sessão - 1º período - Kingston - 11 de Março a 4 de Abril de 1985;
2º período - Genebra - 12 de Agosto a 4 de Setembro de 1985.
- 4ª Sessão - 1º período - Kingston - 17 de Março a 11 de Abril de 1986;
2º período - Nova Iorque - 11 de Agosto a 5 de Setembro de 1986.
- 5ª Sessão - 1º período - Kingston - 30 de Março a 16 de Abril de 1987;
2º período - Nova Iorque - 27 de Julho a 21 de Agosto.
- 6ª Sessão - 1º período - Kingston - 14 de Março a 8 de Abril de 1988;
2º período - Nova Iorque - 15 de Agosto a 2 de Setembro. (Esta sessão foi, sobretudo, marcada por um agravamento da situação financeira da Comissão).
- 7ª Sessão - 1º período - Kingston - 27 de Fevereiro a 23 de Março de 1989;
2º período - Nova Iorque - 14 de Agosto a 1 de Setembro de 1989.
- 8ª Sessão - 1º período - Kingston - 5 a 30 de Março de 1990;
2º período - Nova Iorque - 13 a 31 de Agosto de 1990.
- 9ª Sessão - 1º Período - Kingston - 5 a 30 de Março de 1991;
2º período - Nova Iorque - 12 a 30 de Agosto de 1991.
- 10ª Sessão - 1º período - Kingston - 24 de Fevereiro a 13 de Março de 1992;
2º período - Nova Iorque - 10 a 21 de Agosto de 1992.
- 11ª Sessão - um período apenas - Kingston - 22 de Março a 2 de Abril de 1993.
- 12ª Sessão - 1º período - Kingston - 7 a 11 de Fevereiro de 1994;
2º período - Nova Iorque - 1 a 12 de Agosto de 1994 - para completar a preparação do primeiro encontro da Assembleia e a transferência dos documentos.

muito próximas. Se em Nova Iorque era mais fácil a negociação de corredor, os arranjos “políticos”, o trabalho em Kingston era mais produtivo, pois a participação era quantitativamente superior e qualitativamente melhor dado as delegações estarem apenas devotadas ao trabalho da Comissão³⁴⁷.

A Comissão Preparatória dedicou a primeira Sessão, realizada em 1983, aos seus arranjos institucionais³⁴⁸. Assim, em 8 de Abril, elegeu Joseph S. Warioba, da República Unida da Tanzânia, como Presidente e adoptou, por consenso, uma declaração de compromisso sobre as características gerais da sua estrutura, a sua agenda e tomada de decisão³⁴⁹. O trabalho de fundo só teve início a partir da segunda Sessão.

A Comissão, como referimos, tinha a seu cargo um duplo mandato, pois, por um lado, cabia-lhe preparar os projectos de normas, regulamentos e procedimentos necessários para a Autoridade começar a funcionar e, por outro lado, cabia-lhe exercer os poderes e funções que lhe foram conferidos em virtude da Resolução II, relativa aos Investimentos Preparatórios nas Actividades Pioneiras³⁵⁰ Relacionadas com os Nódulos Polimetálicos³⁵¹. Esta Resolução foi

³⁴⁷ RIDDELL-DIXON, E. - The Preparatory Commission on the International Sea-bed Authority: "New Realism"? *International Journal of Estuarine and Coastal Law*. London: Graham & Trotman/Martinus Nijhoff. Number 3: (1992), p. 204.

³⁴⁸ Na Comissão Preparatória houve logo consenso entre os diversos grupos regionais, no sentido de que a presidência deveria ser atribuída a um representante do Grupo Africano. Este Grupo, no entanto, apresentou como candidato P. B. Engo, ex-Presidente do Comité I, pessoa muito familiarizada com as questões do fundo do mar. Só que, por várias razões, alguns grupos regionais opuseram-se categoricamente. Perante a falta de acordo e o risco de perder a presidência, o Grupo Africano propôs Joseph Warioba, Ministro da Justiça da Tanzânia, pessoa que seguiu muito de perto os trabalhos relativos ao fundo do mar e com qualidades de bom negociador - LÉVY, Jean-Pierre - *La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer*, *cit.*, p. 141.

³⁴⁹ LOS/PCN/3. No final da 2ª fase da 1ª Sessão, a Comissão Preparatória adoptou três propostas do Presidente sobre: 1 - a estrutura da Comissão, funções dos seus órgãos e corpos subsidiários, funcionários e sede; 2 - os procedimentos e orientações para o registo dos investidores pioneiros segundo a Resolução II, e 3 - as regras de procedimento sobre a adopção de decisões - SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 3.

A declaração de compromisso referia: 1 - A Comissão Preparatória compreenderá um órgão principal, a Comissão Plenária e várias comissões especiais com igual estatuto; 2 - Distribuiremos os assuntos seguintes entre a Comissão Plenária e as comissões especiais: a) normas administrativas e financeiras relativas aos órgãos da Autoridade; b) medidas necessárias para que a Empresa possa funcionar logo que possível; c) problemas que irão enfrentar os países em vias de desenvolvimento produtores terrestres de minerais que irão ser extraídos da Área; d) normas, regulamentos e procedimentos regendo a exploração e aproveitamento da Área; e) aplicação da Resolução II e f) disposições relativas à criação do tribunal. 3 - O consenso deverá ser a regra para todas as decisões que prevejam o consenso na Convenção e para todas as normas e procedimentos necessários para aplicação da Resolução II; 4 - Todos os órgãos da Comissão Preparatória serão constituídos com base no princípio da distribuição geográfica equitativa tendo em conta a prática da Assembleia Geral das Nações Unidas e da Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - *in* LÉVY, Jean-Pierre - *La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer*, *cit.*, p. 141.

³⁵⁰ A definição de “actividades pioneiras” consta da Resolução II, no nº 1 b). Ver nota 326 da presente Parte.

³⁵¹ Quer o título da Resolução, quer o nº 1 d) sugerem que o regime transitório de protecção aos investimentos preparatórios é apenas válido para os nódulos polimetálicos e não inclui outros recursos. O nº 1 d) define “nódulo polimetálico” como “um dos recursos da Área, constituído por qualquer depósito ou concreção de nódulos na superfície dos fundos marinhos profundos ou imediatamente abaixo da mesma, que contenham manganês, níquel, cobalto e cobre”.

adoptada pela III Conferência precisamente para atrair à Convenção alguns Estados que tinham começado a fazer investimentos em tecnologia e actividades no fundo do mar. Nela estão identificadas três categorias de “investidores pioneiros”³⁵²:

“a) a França, Índia, Japão e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ou uma empresa estatal desses Estados ou pessoa jurídica, singular ou colectiva, que possua a nacionalidade ou se encontre sob controle efectivo de cada um desses Estados, ou de seus nacionais, desde que o Estado em questão assine a Convenção e que o Estado ou a empresa estatal ou a pessoa jurídica, singular ou colectiva, tenha investido, antes do dia 1 de Janeiro de 1983, um montante equivalente a, pelo menos, 30 milhões de dólares dos Estados Unidos calculados, segundo valores constantes de 1982, em actividades pioneiras e tenha despendido não menos de 10 por cento de esse montante na localização, levantamento topográfico e na avaliação do sector referido na alínea a) do parágrafo 3º³⁵³;

b) quatro entidades³⁵⁴, cujos componentes sejam pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, que possuam a nacionalidade de um ou mais dos seguintes Estados ou se

³⁵² N° 1 a) i) ii) e iii) da Resolução II.

³⁵³ O n° 3 a) exige que os pedidos a apresentar pelos investidores tenham uma extensão suficiente para permitir duas operações mineiras.

Deste grupo fazem parte as empresas estatais *Association Française pour L'Étude et la Recherche des Nodules* (AFERNOD - formada desde 1974, em França, com sede em Paris e composta pelas seguintes entidades: CNEXO - *Centre national pour l'exploitation des océans*, sociedade estatal francesa para a investigação e desenvolvimento da oceanologia, recursos biológicos e minerais, meio ambiente, tecnologia marinha e submarina e energia; CEA - *Commissariat à l'énergie atomique*, centro nacional de energia atómica dedicado, também, a actividades de controlo à distância e tratamento de minerais; SLN - *Société métallurgique de nickel*, dedicada à produção e tratamento de níquel; *Chantiers de France-Dunkerque*, dedicada à construção naval, indústria pesada, engenharia e construções marinhas. Desde 1985, a AFERNOD ficou sob a gestão da IFREMER, uma organização pública que, agindo em vez da AFERNOD, foi registada como investidor pioneiro pela Comissão Preparatória), a *Deep Ocean Resources Development Co., Ltd.* (DORD - sociedade comercial de direito privado japonesa, criada em 16 de Setembro de 1982, cujo principal accionista é o *Metal Mining Agency* do Japão, organismo governamental criado por lei de 20 de Maio de 1963) e a *Yuzhmorgeologiya* (URSS). A DORD apresentou o seu pedido de registo à Comissão Preparatória, em 21 de Agosto e a AFERNOD em 22 de Agosto do ano de 1984. No caso da Índia as actividades são desenvolvidas directamente pelo Estado através do *Department of Ocean Development*. Todos os países que fazem parte deste primeiro grupo assinaram a Convenção e cumpriam o critério de investimento - LARSON, David L. - *Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem*, cit., p. 281-282 e 289; HAYASHI, Moritaka - *Registration of the First Group of Pioneer Investors by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea*. *Ocean Development and International Law Journal*. New York: Taylor & Francis. Number 1: (1989), p. 3; JARMACHE, Elie - *La Résolution II de l'Acte Final de la 3^{ème} Conférence des Nations-Unies sur le Droit de la Mer*. In *Espaces et Ressources Maritimes*. Paris: Université de Nice - Cerdam. Éditions A. Pedone, 1988, p. 24, nota 21.

³⁵⁴ Este segundo grupo compreende quatro consórcios privados: *Kennecott Joint Venture* (Sohio - Estados Unidos da América, *Rio Tinto-Zinc* - Reino Unido, *British Petroleum* - Reino Unido, *Noranda Mines* - Canadá e *Mitsubishi* - Japão); *Ocean Management Incorporation* (Inco - Canadá, *Metallgesellschaft* - República Federal da Alemanha, *Preussag* - República Federal da Alemanha, *Salzgitter* - República Federal da Alemanha, *SEDCO* - Estados Unidos da América e *Deep Ocean Mining* - Japão), *Ocean Mining Associates* (*United States Steel* - Estados Unidos da América, *Union Minière* - Bélgica, *Sun* - Estados Unidos da América e *Ente Nazionale Idrocarburi* - Itália) e *Ocean Minerals Company* - *OMCO* (*Standart Oil of Indiana* - Estados Unidos da América, *Lockheed Aircraft* - Estados Unidos da América, *Biliton* - Holanda, subsidiária da *Royal Dutch Shell* e *BKW Ocean Minerals* - Holanda, subsidiária do *Royal Bos Kalis Westminster*). Neste grupo, a República Federal da Alemanha, os Estados Unidos da América e o Reino Unido não assinaram a Convenção e, por isso, os consórcios multinacionais que eles patrocinavam não podiam ser

encontrem sob o controle efectivo de um ou mais desses Estados ou de seus nacionais: Bélgica, Canadá, Estados Unidos da América, Itália, Japão, Países Baixos, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e República Federal da Alemanha, desde que o Estado ou Estados certificadores assinem a Convenção e que a entidade em questão tenha, antes do dia 1 de Janeiro de 1983, efectuado investimentos dos níveis e para os objectivos indicados na alínea anterior;

c) qualquer Estado em desenvolvimento³⁵⁵ signatário da Convenção ou qualquer empresa estatal ou qualquer pessoa jurídica, singular ou colectiva, que possua a nacionalidade de tal Estado ou se encontre sob o seu controle efectivo ou de seus nacionais ou qualquer grupo dos acima mencionados que, antes de 1 de Janeiro de 1985, tenha efectuado investimentos nos níveis e para os objectivos já referidos na alínea a)”).

O regime estabelecido na Resolução II a favor dos investidores pioneiros não só protege os investimentos feitos como reconhece aos investidores prioridade de acesso a zonas importantes do fundo do mar, no período antes da entrada em vigor da Convenção, sendo-lhes, também, garantida prioridade em relação a todos os outros peticionários, com excepção da Empresa, quando requererem autorização para produção comercial³⁵⁶.

Para desempenhar as funções referidas na Resolução I, a Comissão Preparatória criou quatro Comissões Especiais, na dependência do Plenário, já referidas.

qualificados como investidores pioneiros. Cada um dos quatro consórcios pediu licenças segundo a legislação nacional americana, nos começos de 1982, tendo as mesmas sido obtidas em finais de 1984. Ver RIDDELL-DIXON, E. - The Preparatory Commission on the International Sea-bed Authority: "New Realism"?, *cit.*, p. 198; LARSON, David L. - Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem, *cit.*, p. 281-285 e 289; HAYASHI, Moritaka - Registration of the First Group of Pioneer Investors by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea, *cit.*, p. 4; THEODOROPOULOS, Christos - The Wealth of the International Sea-Bed Area ..., *cit.*, p. 124; DUBS, Marne A. - Minerals of the Deep Sea Myth and Reality. In PONTECORVO, Giulio (Ed.) - *The New Order of the Oceans*. New York: Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5, p. 108.

³⁵⁵ Nenhum Estado em vias de desenvolvimento cumpriu as exigências do artigo, em 1 de Janeiro de 1985 e, por isso, se não fosse a Comissão Preparatória ter feito, em 1986, uma modificação de facto a este artigo, alargando a data nele prevista até à entrada em vigor da Convenção, nenhum dos Estados abrangidos poderia ser investidor pioneiro - HAYASHI, Moritaka - Registration of the First Group of Pioneer Investors by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea, *cit.*, p. 4.

³⁵⁶ N° 9 a) da Resolução II. Com o Acordo de Implementação a prioridade relativamente à atribuição de autorizações de produção desapareceu, como já referimos.

Segundo Jean-Pierre Lévy a justificação da Resolução II é de ordem essencialmente política e funda-se em motivações pragmáticas de natureza económica e financeira. “Ela representa o preço político pago por um grupo de países, no caso os países em vias de desenvolvimento, para obterem a adesão de um outro grupo, o dos países industrializados, e de assegurar, assim, a viabilidade de uma parte essencial da Convenção”. No mesmo sentido, JARMACHE, Elie - La Résolution II de l'Acte Final de la 3^{ème} Conférence des Nations-Unies sur le Droit de la Mer, *cit.*, p. 16-38, p. 23 escreveu: “tendo a noção de que havia perdido a partida, quanto aos princípios do regime definitivo, estes últimos (os países industrializados), entenderam necessário obter garantias de protecção do passado, os investimentos já efectuados e normalmente muito avultados, que encorajassem a actividade de exploração mineira através do estabelecimento de prioridades e exclusividades que valessem para o futuro”. Ver, também, PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 235.

A Comissão Preparatória³⁵⁷ teve algumas dificuldades na concretização do seu mandato, devido a várias razões³⁵⁸. Apesar disso, a Comissão revelou uma grande capacidade de interpretação da letra da Convenção para a conformar às realidades práticas e à conjuntura de então. Como é sabido a Conferência não conseguiu adoptar a Convenção por consenso, tendo, por isso, fracassado no seu principal objectivo que era estabelecer um regime jurídico do mar que fosse universalmente aceite. Os Estados não signatários mais importantes foram os Estados Unidos da América, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a República Federal da Alemanha. A postura destes Estados face à Comissão Preparatória não foi, contudo, igual. A República Federal da Alemanha e o Reino Unido, apesar de não terem assinado a Convenção, participaram nos trabalhos da Comissão Preparatória, com o estatuto de observadores. Por sua vez, os Estados Unidos não só não participaram na Comissão como fizeram todos os esforços para estabelecer um regime alternativo à Convenção. O facto de os países mais industrializados não se terem vinculado à Convenção, a longa data, iria trazer novos problemas, pois, quando a Convenção entrasse em vigor, os Estados Parte teriam que suportar todas as obrigações financeiras, o que seria bem mais pesado do que se a Convenção fosse universalmente apoiada. Um outro factor que afectou o trabalho da Comissão foram as mudanças económicas verificadas desde a adopção da Convenção. A procura dos minerais extraídos dos nódulos diminuiu, o que fez os preços descer a níveis históricos. Também os custos da produção terrestre diminuíram. Tudo isto levou a que as actividades mineiras do fundo do mar deixassem de ser atractivas e, por isso mesmo, provavelmente só na segunda década do actual século irão ter lugar. Tudo isto levou, por um lado, a que o processo negocial se complicasse, até porque não se sabia exactamente quando e como as actividades se iniciariam; por outro lado, todo o processo se tornou mais lento, pois não havia

³⁵⁷ O Presidente da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Tommy Koh, na cerimónia de assinatura da Convenção, em Dezembro de 1982, disse: “*Si la Commission (Preparatoire) s’acquitte de ses travaux de manière effective, objective e sérieuse, nous aurons un système viable pour l’exploitation du fond des mers*” in **NATIONS UNIES - Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer** ..., vol. XVII, 1984, *cit.*, p. 142.

³⁵⁸ No seio da Comissão Preparatória surgiram vários grupos de interesses: o conhecido Grupo dos 77, que queria que a Parte XI da Convenção se tornasse uma realidade; o Grupo dos Amigos da Convenção ou Grupo dos 11 que procurava encurtar o fosso que separava o Grupo dos 77 do Grupo dos Estados do Ocidente, mineiros potenciais; o chamado Grupo dos 6, constituído pela República Federal da Alemanha, Bélgica, Itália, Holanda, Reino Unido e Japão (a França fazia parte do grupo, mas abandonou-o em Agosto de 1984); o Grupo dos 4 ou Grupo dos primeiros investidores pioneiros - França, Índia, Japão e URSS; o Grupo BINC, constituído pela Bélgica, Holanda e Canadá, Estados signatários da Convenção cujas companhias mineiras faziam parte de consórcios privados. Havia, também, Grupos regionais, como o Grupo Asiático, o Grupo da América Latina e Caraíbas, o Grupo Africano, o Grupo do Leste Europeu e o Grupo da Europa Ocidental e Outros - BERGIN, Anthony - *The politics of PrepCom. Australia's role*, *cit.*, p. 300 e 301.

pressas, o que permitiu às partes interessadas estudar melhor os problemas e desenvolver soluções mais amplamente aceitáveis³⁵⁹.

Por outro lado, a própria estrutura da Comissão Preparatória, inicialmente composta pelo Plenário e pelas quatro Comissões Especiais, começou a mostrar-se desadequada, pois o Plenário revelou-se incapaz para resolver as questões mais controversas relativas ao regime dos investidores pioneiros. Por tal facto, tais funções foram atribuídas a um Grupo de Negociação composto por trinta e três membros, representando os interesses mais importantes envolvidos - os quatro primeiros investidores pioneiros (França, Japão, URSS e Índia), os seis potenciais peticionários ou requerentes (Bélgica, Canadá, República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos e Reino Unido), dezasseis países em vias de desenvolvimento de África, Ásia e América Latina (o Grupo dos 16), os três Amigos da Convenção (Dinamarca, Noruega e Suíça)³⁶⁰ e três países do Bloco Leste e a China. Não obstante a criação deste Grupo, dada a polarização de posições, a certa altura o local das negociações passou a ser os corredores, tendo o Presidente da Comissão, José Luís Jesus³⁶¹, desempenhado um papel preponderante em todo o processo³⁶².

Não obstante os problemas acabados de referir, a Comissão Preparatória desenvolveu um trabalho notável, mas como havia consciência de que as actividades mineiras não teriam lugar num futuro próximo, começou por ser dada uma maior atenção à implementação da Resolução II. É o que vamos analisar de seguida.

5.1 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E O REGIME DOS INVESTIDORES PIONEIROS

A Resolução II trata, como já referimos, dos Investimentos Preparatórios nas Actividades Pioneiras Relacionadas com os Nódulos Polimetálicos, definindo o regime das actividades realizadas na Área, antes da entrada em vigor da Convenção. Este regime tem uma relação estreita com os poderes e funções da Comissão Preparatória definidos na Resolução I. Antes de abordarmos a actividade da Comissão Preparatória relativa à implementação da Resolução II, vamos analisar o regime jurídico nela previsto.

³⁵⁹ KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - *The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years: Review and Prospects. The Canadian Yearbook of International Law*. Vancouver, B. C.: University of British Columbia Press. XXVI: (1989), p. 122-125.

³⁶⁰ LÉVY, Jean-Pierre - *La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins* (4^{ème} session). In *Espaces et Ressources Maritimes*. Paris: Université de Nice - Cerdam. Éditions A- Pedone, 1987, p. 161.

³⁶¹ José Luis Jesus, de Cabo Verde, substituiu Joseph Warioba em 1987.

5.1.1 - ANÁLISE DO REGIME JURÍDICO DA RESOLUÇÃO II

O regime dos investimentos preparatórios tem um duplo significado. Por um lado, representa a antecâmara do regime de exploração e de aproveitamento, influenciando o sistema definitivo, e compreende a atribuição de certas prioridades³⁶³. Por outro lado, tem uma grande importância política, pois constitui um incentivo especial para que os países interessados no aproveitamento dos recursos do fundo do mar acedam à Convenção, na medida em que lhes são reconhecidas algumas vantagens, devido ao facto de serem pioneiros.

A Resolução II exige, como condição fundamental da atribuição da categoria de investidor pioneiro, que o Estado tenha assinado a Convenção, pois, de outro modo, seriam concedidas vantagens a Estados não partes do regime³⁶⁴. Exige-se, por outro lado, que o Estado, empresa, pessoa ou entidade, consoante o caso, tenha gasto nas “actividades preliminares” uma soma equivalente a, pelo menos, 30 milhões de dólares, dos quais 10 por cento devem ter sido destinados à localização, estudo topográfico e avaliação da zona solicitada. No caso das duas primeiras categorias, este montante devia ser gasto antes de 1 de Janeiro de 1983, enquanto que para os países em vias de desenvolvimento, com excepção da Índia, incluída na primeira categoria, a data limite era 1 de Janeiro de 1985³⁶⁵.

A Resolução dispõe que, logo que a Comissão Preparatória comece a funcionar, qualquer Estado signatário da Convenção pode solicitar-lhe o registo como investidor pioneiro, em seu nome ou em nome das entidades ou das pessoas jurídicas interessadas. A Comissão procederá a tal

³⁶² RIDDELL-DIXON, E. - The Preparatory Commission on the International Sea-bed Authority: "New Realism"?, *cit.*, p. 204.

³⁶³ As prioridades desapareceram com o Acordo de Implementação – Secção 1 § 6 iii).

³⁶⁴ Nº 1 a) i) e ii) da Resolução II.

BROWN, E. D., in *Sea-Bed Energy and Minerals: The International Legal Regime* ..., *op. cit.*, p. 191 e nota 12, relativamente às quatro entidades referidas no nº 1 a) ii) da Resolução II, isto é, relativamente aos consórcios, escreve que a grande diferença entre esta categoria e a anterior (nº 1 a) i)), reside no facto de se, por exemplo, um consórcio for composto por várias companhias de vários Estados, não ser necessário que os vários Estados assinem a Convenção, sendo suficiente a assinatura e a certificação das despesas apenas por um desses Estados. Precisando melhor o que está a afirmar, o Autor diz que a leitura das disposições relativas a esta matéria - Resolução II nº 1 a) ii), 1 c) e 2 a) e Anexo III à Convenção, artigo 4º nº 1 e 2 - parece levar à conclusão de que a certificação e consequentemente a assinatura da Convenção é exigida a todos os Estados, mas que tal não era a interpretação geralmente aceite na Conferência. Cita, de seguida, a intervenção de representantes de várias delegações. Aliás era essa a interpretação que a URSS e os países do Leste Europeu davam à Resolução II e foi por isso que esses países, com excepção da Roménia, se abstiveram da votação da Convenção - ver notas 207 e 216 *supra*.

Parece-nos que esta interpretação é correcta, tanto mais que o nº 8 c), a propósito dos pedidos de exploração e aproveitamento, expressamente exige que, na hipótese da alínea a) ii), “o plano de trabalho não será aprovado, a não ser que todos os Estados ... sejam partes”. Por isso, pensamos poder concluir que para o registo como investidor pioneiro para as actividades pioneiras (que são o estudo ...), no caso de consórcios, com componentes de várias nacionalidades, não é necessário que todos sejam partes da Convenção, mas, posteriormente, para obter a aprovação de um plano de trabalho para exploração e aproveitamento, aí sim, o investidor pioneiro, cujos componentes pertencem a mais que um Estado, tem que ser patrocinado por todos os Estados – Resolução II nº 1 a) ii), 1 c), 2 a) e 8 c) e Anexo III artigo 4º nº 3.

inscrição, se o requerimento for acompanhado de um certificado do Estado estabelecendo que as despesas indicadas foram efectuadas e que está disposto a respeitar as disposições do regime e, nomeadamente, que o seu pedido visa um sector não sobreposto com um sector para o qual já tenha sido apresentado um pedido³⁶⁵. A Resolução contém, ainda, disposições relativas à solução de eventuais conflitos de sobreposição de sectores: são previstos procedimentos de negociação e de arbitragem, bem assim como alguns critérios que o tribunal arbitral deverá ter em linha de conta. Por outro lado, o Estado certificador deverá assegurar que as actividades preliminares desenvolvidas antes da entrada em vigor da Convenção foram-no de modo compatível com esta, o que explica a procura de uma harmonização deste regime preliminar com o regime definitivo³⁶⁷.

O pedido deve seguir um procedimento semelhante ao previsto para a reserva de sítios no sistema paralelo, nomeadamente deve cobrir uma superfície total cuja extensão e valor comercial estimativo permitam duas operações mineiras e deve ser acompanhado das mesmas informações, isto é, deve indicar as coordenadas do sector, definindo a superfície total e dividindo-o em duas partes de igual valor comercial estimativo, deve, também, conter dados e informações sobre levantamentos cartográficos, amostras, concentração de nódulos polimetálicos e a sua composição metálica. A Comissão Preparatória, agindo segundo os critérios e garantias estabelecidos na

³⁶⁵ Esta data foi alterada para a entrada em vigor da Convenção.

³⁶⁶ Nº 2 a) e b) da Resolução II.

³⁶⁷ Resolução II, nº 5 a) - “Qualquer Estado que tenha assinado a Convenção e pretenda ser um Estado certificador deve assegurar-se, antes de apresentar o pedido à Comissão nos termos do parágrafo 2º, de que os sectores em relação aos quais forem feitos pedidos não se sobrepõem entre si nem a sectores já atribuídos como sectores pioneiros. Os Estados interessados manterão a Comissão regular e plenamente informada dos esforços feitos para solucionar os conflitos resultantes de pedidos relativos a sectores que se sobreponham, bem como dos resultados obtidos.

b) Os Estados certificadores devem, antes da entrada em vigor da Convenção, assegurar que as actividades pioneiras sejam realizadas de maneira compatível com a mesma.

c) Os Estados que pretendem ser Estados certificadores, incluindo todos os potenciais peticionários relativos a sectores que se sobreponham, devem solucionar os seus conflitos nos termos da alínea a), por meio de negociações dentro de um prazo razoável. Se tais conflitos não tiverem sido solucionados até 1 de Março de 1983, os Estados que pretendam ser Estados certificadores farão arranjos para submeter os conflitos a arbitragem obrigatória de conformidade com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas sobre o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL); a arbitragem deve começar o mais tardar a 1 de Maio de 1983 e terminar antes de 1 de Dezembro de 1984. Se um dos Estados em questão não desejar participar na arbitragem, tomará medidas para que uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, da sua nacionalidade o represente na arbitragem. O tribunal arbitral pode, por motivo justificado, prorrogar o prazo para proferir o seu laudo por um ou mais períodos de 30 dias.

d) Ao decidir a qual dos peticionários envolvidos num conflito será atribuído, na sua totalidade ou em parte, cada sector objecto de conflito, o tribunal arbitral deve procurar uma solução justa e equitativa, tendo em conta, em relação a cada um dos peticionários envolvidos no conflito, os seguintes factores:

i) o depósito da lista de coordenadas pertinentes junto do Estado ou dos Estados que pretendam ser Estados certificadores, o mais tardar na data da adopção da Acta Final ou no dia 1 de Janeiro de 1983, se esta for anterior;

ii) a continuidade e a extensão de actividades anteriores pertinentes a cada sector em conflito e ao sector pedido do qual o sector em causa faça parte;

iii) a data em que cada um dos investidores pioneiros em questão ou o seu predecessor ou a organização componente deste tenham iniciado actividades no sector;

iv) o custo financeiro, expresso em dólares dos Estados Unidos em valor constante, das actividades relativas a cada sector em conflito e ao sector pedido do qual o sector em conflito faça parte; e

v) o período em que aquelas actividades foram realizadas e a qualidade das mesmas.”.

Convenção, deverá, nos quarenta e cinco dias seguintes, proceder à reserva do sítio que se destina às actividades da Autoridade, por intermédio da Empresa ou em associação com países em vias de desenvolvimento, atribuindo a outra parte ao investidor pioneiro para as suas próprias actividades³⁶⁸.

Os peticionários só podem estar inscritos para um sector de actividades pioneiras e, no caso de ser formado por dois ou mais componentes, nenhum deles pode pedir o seu registo como investidor pioneiro a título individual ou nos termos da subalínea iii) da alínea a) do parágrafo 1º³⁶⁹. Saliente-se, também, que o sector pioneiro não pode ultrapassar 150.000km² e que, por outro lado, está previsto um plano de restituição por meio do qual a metade da sua superfície volta para a Área internacional, num período de oito anos³⁷⁰.

Este regime assegura aos seus beneficiários o direito exclusivo de desenvolver actividades pioneiras no sector pioneiro que lhe tenha sido atribuído³⁷¹, tendo que respeitar certas obrigações financeiras específicas³⁷².

Os investidores pioneiros gozam de uma série de prioridades aquando da entrada em vigor da Convenção. Essas prioridades são relativas tanto à aprovação dos planos de trabalho como à concessão de autorizações de produção³⁷³. Relativamente à aprovação de um plano de trabalho, estabelece a Resolução II que num prazo de 6 meses contado a partir da entrada em vigor da Convenção, cada investidor pioneiro solicitará à Autoridade a aprovação de um plano de trabalho

³⁶⁸ Resolução II, nº 3 a) e b).

³⁶⁹ Resolução II, nº 4. Daqui resulta que os investidores pioneiros estão sujeitos à política antimonopólio.

³⁷⁰ Resolução II, nº 1 e). Nesta alínea, a dado passo, está previsto: “... O investidor pioneiro abandonará partes do sector pioneiro, que reverterão para a Área, de conformidade com o seguinte programa:

- 20 por cento do sector atribuído, até ao fim do terceiro ano contado a partir da data de atribuição;
- mais 10 por cento do sector atribuído, até ao fim do quinto ano contado a partir da data de atribuição;
- mais 20 por cento do sector atribuído ou uma fracção superior, na medida em que exceda o sector de aproveitamento conforme decisão da Autoridade nas suas normas, regulamentos e procedimentos, oito anos após a data de atribuição do sector ou à data de emissão da autorização de produção, se esta for anterior”.

³⁷¹ Resolução II, nº 6.

³⁷² Resolução II, nº 7 a) - “Cada investidor que deposite um pedido de registo como investidor pioneiro deve pagar à Comissão uma taxa de 250.000 dólares dos Estados Unidos. Quando o investidor pioneiro apresentar à Autoridade um plano de trabalho para exploração e aproveitamento, a taxa mencionada no parágrafo 2º do artigo 13 do Anexo III da Convenção será de 250.000 dólares dos Estados Unidos.

b) Cada investidor pioneiro registado pagará uma taxa anual fixa de 1 milhão de dólares dos Estados Unidos a partir da data de atribuição do sector pioneiro. O investidor pioneiro fará o pagamento à Autoridade, no momento em que o plano de trabalho para a exploração e aproveitamento for aprovado. Os ajustes financeiros concluídos em virtude desse plano de trabalho serão reajustados de modo a ter em conta os pagamentos efectuados nos termos do presente parágrafo.

c) Cada investidor pioneiro registado comprometer-se-á a efectuar gastos periódicos, cujo montante será determinado pela Comissão, relativos ao sector pioneiro que lhe for atribuído, até que o seu plano de trabalho seja aprovado de conformidade com o parágrafo 8º. Esse montante deveria manter uma relação razoável com a dimensão do sector pioneiro e com as despesas que seriam de esperar de um operador de boa fé que se propõe iniciar produção comercial a partir desse sector dentro de um prazo razoável.”

³⁷³ Estas prioridades desapareceram com o Acordo de Implementação – Secção 1 § 6, 9 e 15 – onde se estabelece o princípio da não discriminação.

para exploração e aproveitamento, que deverá respeitar todas as condições e exigências da Convenção. Para tal, a Comissão Preparatória deverá certificar que todas as disposições da Resolução II foram respeitadas. Desde que respeitadas estas condições, a Autoridade aprovará o pedido³⁷⁴. Este regime agora tem que ser interpretado de harmonia com o Acordo de Implementação que prevê que os investidores pioneiros possam requerer a aprovação de um plano de trabalho para exploração no prazo de trinta e seis meses após a entrada em vigor da Convenção³⁷⁵. Quando o investidor pioneiro apresenta o pedido e o faz acompanhar do certificado de cumprimento das suas obrigações emitido pela Comissão Preparatória, o plano de trabalho será considerado aprovado pela Autoridade, desde que sejam respeitadas as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade. O plano de trabalho revestirá a forma de um contrato celebrado entre a Autoridade e o investidor pioneiro registado de acordo com a Parte XI e o Acordo - Secção 1 § 6 a) ii).

Pelo que às autorizações de produção diz respeito, os investidores pioneiros, cujos planos de trabalho para exploração e aproveitamento tenham sido aprovados, “têm prioridade sobre todos os peticionários”, com excepção da Empresa, que “terá direito a uma autorização de produção para dois sítios mineiros”³⁷⁶.

A Resolução fixa, a este propósito, algumas regras detalhadas para resolver situações que ocorram se a soma dos pedidos apresentados ultrapassar os limites autorizados de produção, prevendo prioridade “sobre qualquer outro peticionário na atribuição da próxima autorização de produção” e mecanismos de partilha da produção disponível³⁷⁷. Atendendo a todas estas prioridades, entretanto afastadas pelo Acordo de Implementação, os investidores pioneiros teriam todas as possibilidades de ser, bem assim como a Empresa, os únicos produtores sob o regime definido da Convenção. Assim, os direitos a ser concedidos nos primeiros anos de funcionamento do regime definitivo seriam influenciados pelas decisões da Comissão Preparatória adoptadas no quadro deste regime de investimentos preparatórios, o que teria uma importância considerável. Aliás a própria Resolução II prevê a interligação jurídica destes dois regimes ao estabelecer: “A

³⁷⁴ Resolução II, nº 8 e 11.

³⁷⁵ Já o Acordo Relativo às Obrigações dos Investidores Pioneiros, de 30 de Agosto de 1990, referido adiante, tinha alterado o nº 8 a) da Resolução II, na parte relativa aos seis meses.

³⁷⁶ Resolução II, nº 9 a). Com o Acordo de Implementação esta prioridade desapareceu. O Acordo reservou para posterior regulamentação a disciplina do aproveitamento e, consequentemente, a questão da autorização de produção, pois o tempo em que tal iria acontecer ainda estava longe. De qualquer modo, o § 15 c) da Secção 1 do Acordo estabelece, como princípio orientador desta matéria, o princípio da não discriminação entre contraentes (Empresa, investidores pioneiros e investidores não pioneiros)

³⁷⁷ Nº 9 c) a g) da Resolução II.

Autoridade e seus órgãos reconhecerão e honrarão os direitos e obrigações decorrentes da presente resolução e as decisões da Comissão tomadas em aplicação desta”³⁷⁸.

Como não há bela sem senão, os benefícios acabados de referir são acompanhados de obrigações correspondentes. Assim, o Estado certificador deverá ter assinado a Convenção: “nenhum plano de trabalho para exploração e aproveitamento será aprovado sem que o Estado certificador seja Parte na Convenção”. No caso de consórcios, o plano de trabalho não será aprovado a menos que todos os Estados de que dependem as pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, que integram essas entidades sejam Partes na Convenção³⁷⁹. Se um de entre eles não ratificou a Convenção nos prazos previstos no nº 8 c) da Resolução - seis meses - o investidor pioneiro ou o Estado certificador, conforme os casos, deixará de ter essa qualidade e perderá todas as prioridades³⁸⁰.

A Resolução prevê um curioso mecanismo de mudança de nacionalidade para as entidades ou pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, que possuam a nacionalidade de um Estado ou Estados cuja condição de certificador tenha cessado. Num prazo de 6 meses a partir da data de tal cessação, o investidor pioneiro pode mudar de nacionalidade e de patrocinador desde que o novo Estado seja signatário da Convenção. No entanto, e para evitar nacionalidades e patrocínios de “conveniência”, o investidor pioneiro tem que estar sujeito ao controlo efectivo do novo Estado. Na medida em que este novo Estado exerce efectivamente o controle, os direitos do investidor pioneiro não se perdem³⁸¹. Salvo circunstâncias excepcionais, o Estado certificador do investidor pioneiro será o Estado patrocinador no sentido do Anexo III e deverá assumir todas as obrigações correspondentes. O nº 8 b) da Resolução II contém uma presunção neste sentido no que diz respeito às entidades peticionárias de um plano de trabalho que não sejam Estados.

Além das exigências de nacionalidade e de patrocínio, o investidor pioneiro deverá respeitar um conjunto de outras obrigações da Convenção, como, por exemplo, a de explorar, a pedido da Comissão Preparatória, o sector reservado à Empresa, mas as despesas daí decorrentes bem assim como os juros a uma taxa de 10 por cento serão reembolsados; a de assegurar a formação do pessoal indicado pela Comissão; e a obrigação de comprometer-se, antes da entrada em vigor da Convenção, a cumprir os deveres relativos à transferência de tecnologia³⁸². Por seu turno, o Estado certificador deveria assegurar que, à entrada em vigor da Convenção, estivessem à

³⁷⁸ Nº 13 da Resolução II e Secção 1 § 5 b) do Acordo.

³⁷⁹ Resolução II, nº 1 c) e nº 8 c) e Acordo de Implementação, Secção 1 § 12 c) ii).

³⁸⁰ Esta matéria também foi alterada pelo Acordo de Implementação, como veremos no local próprio - Secção 1 § 12 d).

³⁸¹ Resolução II, nº 10 a) b) e c).

³⁸² Resolução II, nº 12 a) i), ii) e iii).

disposição da Empresa os fundos necessários³⁸³ e devia fornecer, periodicamente, à Comissão Preparatória informações sobre as actividades realizadas por ele ou pelas suas entidades ou por suas pessoas jurídicas, singulares ou colectivas³⁸⁴.

Por último, convém não esquecer que todo o regime da Resolução II só tinha aplicação até à entrada em vigor da Convenção³⁸⁵, o que ocorreu em 1994. Além disso, certos aspectos que, eventualmente, poderiam perdurar ao abrigo do nº 13 da Resolução, têm que ser interpretados e analisados em conjunto com o Acordo de Implementação da Parte XI e respectivo Anexo.

Feita a análise do regime jurídico da Resolução II, vamos, de seguida, abordar o trabalho da Comissão Preparatória para a sua implementação.

5.1.2 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO II

Das três categorias de investidores pioneiros identificados na Resolução II, apenas as duas primeiras começaram a desenvolver actividades do fundo do mar. A Índia³⁸⁶ operava no Oceano Índico e, por isso, não tinha problemas de sobreposição, os restantes Estados - França, URSS e Japão³⁸⁷ - e os quatro consórcios privados americanos (que actuavam ao abrigo de legislação nacional) operavam na Zona Clarion-Clipperton, no Pacífico Nordeste, entre o Hawai e a Baja Califórnia, zona muito rica em minerais. Como as actividades começaram sem qualquer mecanismo de coordenação, a existência ou não de sobreposições, bem assim como a extensão das mesmas, não era conhecida.

³⁸³ Esta matéria foi alterada – Secção 2 do Acordo de Implementação, relativa à Empresa.

³⁸⁴ Resolução II, nº 12 b) i) e ii). As obrigações referidas no parágrafo do texto foram, também, objecto de alterações.

³⁸⁵ Resolução II, nº 14.

³⁸⁶ Sobre os interesses da Índia na actividade mineira do fundo do mar, ver SHYAM, Manjula R. - Deep Seabed Mining: An Indian Perspective. *Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs*. New York, Philadelphia; London. 17, number 4, (1985), p. 325-349. A Índia era o único país em vias de desenvolvimento com o estatuto de investidor pioneiro. A Índia entendia que era seu interesse nacional desenvolver actividades mineiras no fundo do mar, pois, apesar dos elevados custos que tinha de suportar, as vantagens económicas, políticas e estratégicas eram compensadoras.

³⁸⁷ Sobre o envolvimento do Japão nas questões relativas ao fundo do mar ver HAYASHI, Moritaka - Japan and Deep Seabed Mining. *Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs*. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. 17, number 4: (1986), p. 351-365. O Japão, que votou favoravelmente a Convenção, assinou-a em 7 de Fevereiro de 1983 e participou activamente nos trabalhos da Comissão Preparatória. Segundo o Autor, p. 352-353, quatro razões influenciaram a política do Japão em relação às actividades do fundo do mar: 1 - a importância vital para o Japão do uso dos oceanos e de uma ordem jurídica para os oceanos estável; 2 - a dependência do Japão da importação dos metais contidos nos nódulos e muito necessários para a sua indústria; 3- a necessidade do Japão de manter uma cooperação estreita com outros países industrializados do Ocidente relativamente ao desenvolvimento das actividades do fundo do mar, assim como, em assuntos de política económica; e 4 - a tradicional estreita ligação entre a indústria governamental e privada, no Japão.

Logo no próprio ano do começo das actividades da Comissão, a URSS, em 21 de Julho de 1983³⁸⁸, apresentou o seu pedido de registo, logo seguida pela Índia, em 10 de Janeiro de 1984, pelo Japão, em 21 de Agosto de 1984 e pela França, em 22 de Agosto do mesmo ano³⁸⁹. Nos termos da Resolução, cabia à Comissão Preparatória fazer a inscrição dos investidores pioneiros, mas os Estados certificadores deviam, previamente, assegurar-se de que “os sectores em relação aos quais forem apresentados pedidos não se sobrepõem entre si nem a sectores já atribuídos como sectores pioneiros” – n.º 5 a).

O problema das sobreposições de sítios preocupou a Comissão Preparatória durante os cinco primeiros anos, apesar de não ser da sua competência³⁹⁰. Era necessário encontrar uma solução que protegesse os interesses quer dos investidores pioneiros, quer da Empresa, quer mesmo dos potenciais requerentes. Os trabalhos da Comissão foram assombrados pelos esforços dos Estados Unidos para criar um regime alternativo ao da Convenção³⁹¹.

Ainda antes da Comissão Preparatória começar a funcionar e mesmo antes da assinatura da Convenção sobre o Direito do Mar, mais propriamente em Julho de 1982, o Canadá, como futuro Estado certificador, tomou a iniciativa de fazer consultas informais, tendo em vista a celebração de um *memorandum of understanding*³⁹², para resolução dos problemas de sobreposição entre os investidores pioneiros. Não obstante ter tido um largo apoio, esta acção foi condenada ao fracasso

³⁸⁸ Mais precisamente, no último dia da primeira Sessão. Esta iniciativa da URSS foi considerada por outras delegações como prematura e embaraçante. Mal o Presidente foi eleito, recebeu das mãos do representante russo um envelope fechado com um pedido de registo do seu país como investidor pioneiro - LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1986, p. 142.

³⁸⁹ RIDDELL-DIXON, E. - The Preparatory Commission on the International Sea-bed Authority: "New Realism"?, *cit.*, p. 205, nota 18.

³⁹⁰ Ver nota 367. Não obstante as disposições da Resolução II, o problema das sobreposições foi resolvido sem recurso à arbitragem, pois a URSS declarou que era um princípio da sua política externa não aceitar um procedimento arbitral em quaisquer circunstâncias, nem políticas, nem técnicas. O chefe da delegação soviética, numa intervenção de 24 de Agosto de 1984, pediu à Comissão Preparatória “para aprovar um procedimento especial para a resolução dos conflitos relativos à delimitação dos sectores ... Em caso de sobreposição, os Estados certificadores resolvem os conflitos pelos meios da negociação, sem recorrer à arbitragem. Em caso de necessidade, os conflitos são resolvidos por concessões equivalentes. Os Estados certificadores envolvidos informam, de seguida, o Presidente do fim dos conflitos”. Deste modo, a Comissão Preparatória afastou-se do regime da Resolução II - JARMACHE, Elie - La Résolution II de l'Acte Final de la 3^{ème} Conférence des Nations-Unies sur le Droit de la Mer, *cit.*, p. 30; SANTA CRUZ, Fernando Zegers - Deep Sea-bed Mining Beyond National Jurisdiction in the 1982 UN Convention on the Law of the Sea: Description and Prospects. German Yearbook of International Law. Berlin: Institut für Internationales Recht und der Universität (Ed.), Duncker & Humblot, 1988, p. 115.

³⁹¹ O Presidente norte-americano, Ronald Reagan, afirmou que “o objectivo dos Estados Unidos ... era estabelecer com outras nações um regime que permitisse a exploração e o aproveitamento (do fundo do mar) em termos e condições razoáveis” - citado por SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 277.

³⁹² *Memorandum of Understanding on the Settlement of Conflicting Claims with Respect to Seabed Areas*, normalmente conhecido por MOU - BROWN, E. D. - Seabed mining: from UNCLOS to PrepCom., *cit.*, p. 163. Uma carta de 8 de Abril de 1983 do representante do Canadá dirigida à Comissão Preparatória, bem assim como o projecto do *Memorandum* estão transcritos in BROWN, E. D., BL, LL.M., PhD - **Selected Documents, Tables and Bibliography** ..., *op. cit.*, p. III.3 225-227.

devido à atitude da URSS³⁹³ que, a certa altura, se recusou negociar com Estados que não tivessem assinado a Convenção. Apesar disso, ainda se realizaram quatro reuniões em que participaram um número razoável de delegações, como, por exemplo, as delegações do Brasil, Austrália, China, Dinamarca, Egipto, República Federal da Alemanha, França, Índia, Itália, Japão, Países Baixos, Noruega, República da Coreia, URSS, Reino Unido e Estados Unidos. Destas reuniões não saiu fumo branco e, por isso, a Índia e a URSS levaram o problema para a Comissão Preparatória. As duas delegações encontraram-se em 29 e 30 de Abril de 1983 para ver se havia sobreposição nas áreas do fundo do mar que cada uma reclamava e chegaram à conclusão que tal não acontecia³⁹⁴.

Na mesma altura, os Estados Unidos juntamente com o Reino Unido, a França e a República Federal da Alemanha começaram negociações, tendo como objectivo resolver os seus problemas de sobreposição de sítios, negociações que culminaram com a assinatura, em 2 de Setembro de 1982, do *Agreement Concerning Interim Arrangements Relating to Polymetallic Nodules of the Deep Sea-bed*³⁹⁵. O Acordo, que entrou em vigor no mesmo dia, estabelece as regras para identificar e resolver os problemas de sobreposição e, por isso, as sobreposições entre a França, o Japão e os consórcios privados ficaram resolvidos em 1983³⁹⁶.

³⁹³ A URSS, inicialmente, participou nas conversações que tinham por objectivo a troca de coordenadas e a consequente solução de sobreposições, mas resolveu abandoná-las, quando os países ocidentais insistiram que mesmo Estados que não tinham assinado a Convenção deveriam participar na resolução das sobreposições, pois eram de opinião que todos os potenciais Estados certificadores deveriam estar envolvidos na discussão e resolução das possíveis sobreposições - SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 9; MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 315.

³⁹⁴ HAYASHI, Moritaka - Registration of the First Group of Pioneer Investors by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea, *cit.*, 1989, p. 5 e 6.

A URSS, numa carta dirigida à Comissão Preparatória, afirmou estar pronta para trocar coordenadas com os Estados certificadores, nos termos do nº 5 a) da Resolução II e que, se não obtivesse qualquer resposta desses Estados, até 1 de Maio de 1983, data prevista para a arbitragem obrigatória, compreenderia o silêncio como aceitação das exigências da Resolução II em relação à resolução de conflitos de sobreposição e, por isso, seria registada como o primeiro investidor pioneiro. A Índia enviou um carta cujo teor era semelhante. A França, Japão, Bélgica, Reino Unido e Países Baixos opuseram-se, afirmando que não podia haver registos sem previamente terem resolvido os problemas de sobreposição - MAQUIEIRA, Cristian - Statement on the Implementation of Resolution II of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991, p. 48.

³⁹⁵ SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 278. 1982, FRANCE, FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY, UNITED KINGDOM, UNITED STATES: AGREEMENT CONCERNING INTERIM ARRANGEMENTS RELATING TO POLYMETALLIC NODULES OF THE DEEP SEA BED. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. vol. XXI, number 5, p. 951-962 e transcrito também in BROWN, E. D., BL, LLM, PhD - **Selected Documents, Tables and Bibliography** ..., *op. cit.*, p. III.3 219-225.

³⁹⁶ Desde Agosto de 1979 que os industriais de consórcios multinacionais tomaram consciência das dificuldades que teriam pela frente em relação ao desenvolvimento das actividades do fundo do mar, sendo a principal de entre elas a questão das sobreposições de sítios. Por isso, iniciaram algumas discussões, alargadas, posteriormente, ao consórcio francês, AFERNOD, e ao consórcio japonês, DORD. As negociações tiveram os seguintes resultados: 1º - conclusão de um acordo de arbitragem e adopção de normas de arbitragem, em Fevereiro de 1982, ao qual acedeu a AFERNOD, em 31 de Março, e depois o consórcio japonês, em 12 de Setembro de 1983; 2º - conclusão de um acordo de confidencialidade e de troca de coordenadas dos sítios, assinado em 13 de Julho de 1982, entre os cinco consórcios; 3º - conclusão de um acordo - *Final Settlement Agreement* - em 18 de Maio de 1983, regulando os conflitos de

O problema das sobreposições só foi definitivamente resolvido no final de três negociações sucessivas: as negociações entre os Estados e os consórcios ocidentais, que culminaram, em 1984, com o *Provisional Understanding Regarding Deep Sea-bed Matters*; as negociações entre a URSS e as empresas estatais da França e o Japão que culminaram, em 1986, com o *Arusha Understanding*; e as negociações entre a URSS e os consórcios e respectivos Estados Ocidentais, que levaram, em 1987, à assinatura do *Midnight Agreement*.

5.1.2.1 - O PROVISIONAL UNDERSTANDING³⁹⁷

Em 1983, como referimos, os problemas de sobreposição de sítios entre os quatro consórcios privados e as empresas estatais da França e Japão ficaram resolvidos à margem da Convenção e sem a presença da URSS. Entretanto, enquanto a Comissão Preparatória continuava a discutir os problema das sobreposições³⁹⁸ e dos procedimentos a adoptar para a sua solução, a Bélgica, França, República Federal da Alemanha, Itália, Japão, Países Baixos, Reino Unido e Estados Unidos da América (os *Like-minded States*) negociaram e assinaram, em 3 de Agosto de 1984, um novo acordo, o *Provisional Understanding Regarding Deep Seabed Matters*³⁹⁹. Este novo acordo, que entrou em vigor em 2 de Setembro, reforçou o acordo de 1982 e continha algumas normas que poderão ser consideradas como gérmen de um regime paralelo ao regime da Convenção. O *Provisional Agreement*, cujo objectivo era obrigar as partes a não conceder licenças que se sobrepusessem sobre áreas já licenciadas, continha algumas disposições ambíguas que,

sobreposição entre os cinco consórcios; e 4º - conclusão de um acordo - *Supplementary Settlement Agreement* - em 15 de Dezembro de 1983, regulando, definitivamente, os conflitos de sobreposição de sítios - JARMACHE, Elie - *La Résolution II de l'Acte Final de la 3^{ème} Conférence des Nations-Unies sur le Droit de la Mer*, *cit.*, p. 25.

³⁹⁷ KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - *The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years ...*, *cit.*, p. 129; RIDDELL-DIXON, E. - *The Preparatory Commission on the International Sea-bed Authority: "New Realism"?*, *cit.*, p. 206; BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 86; BERGIN, Anthony - *The politics of PrepCom. Australia's role*, *cit.*, p. 301; SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 281; HAYASHI, Moritaka - *Registration of the First Group of Pioneer Investors by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea*, *cit.*, 1989, p.11.

³⁹⁸ Em 1984 os assuntos mais importantes a tratar pela Comissão Preparatória eram: a questão da sobreposição de áreas, a preservação da confidencialidade dos dados sujeitos pelos requerentes à Comissão e a criação de um grupo de peritos técnicos para ajudar a Comissão na avaliação dos pedidos - MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 316.

³⁹⁹ 1984, BELGIUM - FRANCE - FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY - ITALY - JAPAN - NETHERLANDS - UNITED KINGDOM - UNITED STATES: PROVISIONAL UNDERSTANDING REGARDING DEEP SEABED MINING (Done at Geneva, August 3, 1984; entered into force, September 2, 1984). *International Legal Materials: American Society of International Law, Washington*. Vol. XXIII, number 6, p. 1354-1365 e transcrito também in BROWN, E. D., BL, LL.M, PhD - *Selected Documents, Tables and Bibliography ...*, *op. cit.*, p. III.3 227-235, que contém não só o Acordo mas também o *Memorandum on the Implementation of the Provisional Understanding Regarding Deep Seabed Matters, 3 August 1984* e uma série de documentos conexos.

Os acordos referidos na nota 396 foram realizados entre os consórcios pelo que eram insuficientes para produzir plenamente todos os seus efeitos, pois, na cena internacional, os sujeitos privilegiados são os Estados, daí que os oito Estados referidos no texto tivessem celebrado o Acordo Provisório para garantir internacionalmente o

segundo o próprio Acordo, não visavam prejudicar a posição das partes em relação à Convenção (§ 15º). Nele, as partes acordaram não conceder nem requerer licenças para sítios que outras partes tivessem já registado (§ 1º nº 1 a), b) e c)), nem autorizar ou começar o aproveitamento de recursos minerais do fundo do mar antes de 1 de Janeiro de 1988 (§ 4º)⁴⁰⁰. Tal como o Acordo de 1982, não continha normas estabelecendo o reconhecimento recíproco de licenças, mas, de qualquer modo, as partes comprometeram-se a respeitar as licenças já concedidas⁴⁰¹. O *Provisional Agreement* foi criticado pela Comissão Preparatória, mas as sobreposições entre as partes envolvidas foram resolvidas. O Presidente do Grupo dos 77, Christian Maquieira, no encontro de Agosto de 1984 da Comissão, afirmou que o único regime legítimo era o da Convenção e declarou que: “os documentos feitos com base em legislação nacional e acordos recíprocos com o objectivo de regular e autorizar actividades no fundo do mar” eram “contrários à letra e espírito da Convenção sobre o Direito do Mar e não [tinham] qualquer valor jurídico”, por isso rejeitava o acordo “como base para a criação de direitos legais e [considerava-o] ilegal”⁴⁰². Também os Estados da Europa de Leste consideraram o Acordo como um “mini-tratado ... permitindo aos consórcios do Ocidente actuar sem qualquer controlo ao explorar e aproveitar os recursos do fundo do mar”. Estes países elaboraram um projecto de resolução pelo qual a Comissão Preparatória considerava este e qualquer outro acordo semelhante como ilegal e, por isso, não os reconhecia⁴⁰³. Os signatários do

reconhecimento explícito dos ditos acordos - JARMACHE, Elie - La Résolution II de l'Acte Final de la 3^{ème} Conférence des Nations-Unies sur le Droit de la Mer, *cit.*, p. 26.

⁴⁰⁰ O *Provisional Agreement* parece ser compatível com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, não obstante a oposição do Grupo dos 77 e dos países do Leste Europeu, pois todos os Estados são livres de concluir os acordos que quiserem, desde que não violem qualquer princípio de Direito Internacional ou o costume ou o Direito Internacional Convencional. Se a Convenção não entrasse em vigor até 1988, como foi o caso, o *Provisional Understanding* constituiria a base jurídica das actividades do fundo do mar fora da Convenção - LARSON, David L. - Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem, *cit.*, p. 282.

Cinco dos oito Estados Partes do *Provisional Understanding* assinaram a Convenção e dois deles - Japão e França - fizeram pedidos de registo como investidores pioneiros à Comissão Preparatória à luz da Resolução II.

⁴⁰¹ O *Provisional Agreement* estabelecia, genericamente, que:

- os signatários deveriam evitar conceder autorizações para actividades mineiras no fundo do mar a quaisquer entidades, à luz do seu direito interno, desde que o sítio reclamado por essa entidade estivesse, no todo ou em parte, sujeito a uma autorização concedida por outro signatário;

- cada signatário deve regular as operações que autoriza de modo a assegurar que o ambiente marinho e os direitos do alto mar não são indevidamente afectados por tais operações;

- as partes deverão consultar-se mutuamente, sempre que necessário, e conservar a confidencialidade da informação comercial mais sensível que lhes foi fornecida; e

- o *Provisional Understanding* não prejudica as posições e obrigações de qualquer das partes à luz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

⁴⁰² LOS/PCN/48, de 16 de Agosto de 1984, citado por KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years ..., *cit.*, nota 29, p. 129; LARSON, David L. - Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem, *cit.*, p. 281.

⁴⁰³ LOS/PCN/49, de 17 de Agosto de 1984 e LOS/PCN/L.7 Rev. 1, de 21 de Agosto de 1984 - referida por KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas, *ibidem*; LARSON, David L., *ibidem*.

O Presidente da Comissão Preparatória tinha sido informado do Acordo, pelo governo francês, por carta de 3 de Agosto de 1984 - “através deste instrumento, os governos contratantes comprometem-se a não conceder autorizações de exploração a uma empresa para um sítio que se sobreponha a um perímetro já concedido a uma

Provisional Agreement rejeitaram as declarações referidas⁴⁰⁴. O projecto de resolução não vingou, porque um grupo de delegados do Grupo dos 77 entendeu não dever antagonizar os Estados do Ocidente de forma gratuita, quando apenas faltavam três meses para o termo do prazo para a assinatura da Convenção. A URSS também usou a trigésima nona Sessão (1984) da Assembleia Geral das Nações Unidas para censurar o Acordo Provisório, procurando inserir no projecto de resolução a ser negociado um parágrafo adicional denunciando “qualquer acordo separado tal como o Acordo Provisório” como ilegal e rejeitando qualquer acção directa prejudicando a Convenção ou minando os seus objectivos. Os Estados Ocidentais opuseram-se tenazmente a esta proposta, por isso a Assembleia adoptou, como solução de compromisso, os seguintes parágrafos:

“A Assembleia Geral ...

Seramente preocupada com qualquer tentativa para minar a Convenção e as resoluções conexas da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;

Apela aos Estados para acabar com as acções que prejudiquem a Convenção e impeçam os seus objectivos e fins ...”⁴⁰⁵.

Algum tempo após o *Provisional Agreement* ter sido celebrado, os Estados Partes começaram a conceder licenças para exploração do fundo do mar aos consórcios *Ocean Minerals Company* (OMCO), *Ocean Mining Associates* (OMA), *Ocean Management Inc.* (OMI) e ao Consórcio *Kennecott*⁴⁰⁶, de modo que, em finais de 1985, os consórcios referidos na Resolução II já estavam autorizados a desenvolver actividades. Assim sendo, ainda a Comissão Preparatória não tinha resolvido o problemas das sobreposições e os países ocidentais já estavam na fase do registo. Por outro lado, as condições de exploração resultantes da aplicação dos Acordos eram mais

empresa, nos termos do acordo que entre eles celebraram ... este acordo provisório, tem, por isso, por efeito evitar eventuais conflitos futuros resultantes de sobreposições de sítios e responde ao prescrito na resolução II a propósito da obrigação de resolver tais conflitos” - LOS/PCN/47, de 16 de Agosto de 1984, in LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1986, p. 155.

⁴⁰⁴ LOS/PCN/52, de 24 de Agosto de 1984, referida por KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years ..., *cit.*, nota 29, p. 129. O facto de o Japão e a França, em 21 e 22 de Agosto, respectivamente, terem apresentado os seus pedidos de registo como investidores pioneiros reforça o seu compromisso com a Resolução II - HAYASHI, Moritaka - Registration of the First Group of Pioneer Investors by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea, *cit.*, 1989, p. 11.

⁴⁰⁵ In HAYASHI, Moritaka, *idem*, p. 12.

⁴⁰⁶ Ver *Note dated 13 January 1986 from the United States Mission to the United Nations addressed to the Secretary-General of the United Nations*, in SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - **New Directions in the Law of the Sea**. London / Rome / New York : Oceana Publications, Inc., 1993. Vol. V. Publicado também in UNITED NATIONS, *Law of the Sea Bulletin*, nº 7, April 1986. O Reino Unido concedeu igualmente uma licença para um sítio conhecido por *Frigate Bird* ao consórcio *Kennecott*, em finais de 1984, cujas coordenadas estão publicadas in SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.), *idem* e no UNITED NATIONS, *Law of the Sea Bulletin*, nº 11, July 1988, p. 58-60. Também a República Federal da Alemanha, em 30 de Novembro de 1985, autorizou a exploração de recursos do fundo do mar à *Ocean Management Corporation Inc.* (OMI), cujas coordenadas estão publicadas in SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.), *idem*, e UNITED NATIONS, *Law of the Sea Bulletin*, *idem*, p. 57.

favoráveis para os países industrializados e respectivas empresas que as resultantes da aplicação do regime jurídico internacional⁴⁰⁷.

O sucesso das negociações dos Estados Ocidentais, que ameaçava o futuro do regime jurídico do fundo do mar contido na Convenção, levou os países em vias de desenvolvimento e os Estados da Europa de Leste a adoptarem, na Comissão, uma declaração⁴⁰⁸ não sujeita a votação, em 30 de Agosto de 1985, pela qual declararam a concessão de licenças à luz da legislação nacional como totalmente ilegal⁴⁰⁹. Em Janeiro e Dezembro de 1985, o Reino Unido e a República Federal da Alemanha concederam licenças a companhias com ligações aos consórcios Kennecott e

⁴⁰⁷ LARSON, David L. - Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem, *cit.*, p. 289-291.

⁴⁰⁸ As sessões de Verão da Comissão Preparatória deviam estar reservadas a grupos de trabalho, pelo que seriam oficiosas, por isso, teoricamente, a Comissão não podia adoptar formalmente uma declaração ou resolução. Para obviar a essa questão, o Comité Geral da Comissão Preparatória decidiu convocar o Plenário, teoricamente oficial, para adoptar o projecto de declaração. Tal ocorreu em 30 de Agosto de 1985. A diferença entre reunião oficial e oficiosa da Comissão Preparatória é muito ténue, ambas não têm *comptes-rendus*. O que as diferencia é que as reuniões oficiais têm uma referência numérica cronológica e são abertas ao público. Em tudo o mais são semelhantes - *in* LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1986, p. 172-163.

⁴⁰⁹ Doc. LOS/PCN/72, de 2 de Setembro de 1985. Também referida por RIDDELL-DIXON, E. - The Preparatory Commission on the International Sea-bed Authority: "New Realism"?, *cit.*, p. 206 e transcrita *in* BROWN, E. D., BL, LLM, PhD - **Selected Documents, Tables and Bibliography** ..., *op. cit.*, p. III.2 113-114, e *in* LARSON, David L. - Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem, *cit.*, p. 307-308, cujo texto dispositivo é o seguinte: ... 1. *Declares that:*

The only regime for exploration and exploitation of the Area and its resources is that established by the United Nations Convention on the Law of the Sea and related resolutions adopted by the Third United Nations Conference on the Law of the Sea;

Any claim, agreement or action regarding the Area and its resources undertaken outside the Preparatory Commission which is incompatible with the United Nations Convention on the Law of the Sea and its related resolutions shall not be recognized.

2. Rejects such claim, agreement or action as a basis for creating legal rights and regards it as wholly illegal.

Esta declaração resultou de uma queixa apresentada pela URSS depois de a sua empresa estatal *Yuzhmorgeologiya* ter recebido uma carta do consórcio americano *Ocean Mining Associates* (OMA) dizendo que lhe tinha sido concedida, em 29 de Agosto de 1984, uma licença pela *U. S. National Oceanic and Atmospheric Administration*, para exploração de uma zona na área internacional do fundo do mar do Oceano Pacífico. A licença conferia ao OMA direitos exclusivos sobre os nódulos de manganésio, na área identificada na licença, e prioridade em relação a outros recursos do fundo do mar - SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 11. Os países ocidentais não gostaram do texto da declaração, mas queriam evitar a politização da Comissão Preparatória, por isso, não forçaram a votação e permitiram a sua adopção sem oposição formal. No entanto, aquando da adopção da declaração, o Presidente da Comissão referiu que alguns países tinham reservas sobre a legalidade substancial e o efeito da declaração - Doc. LOS/PCN/L.27/Rev. 1, de 21 de Janeiro de 1986, *in* UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1986, *cit.*, p. 129-132, *maxime* 130. Ver, também, KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years ..., *cit.*, p. 141; LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1986, p. 171-172. Entretanto, no ano seguinte, o Presidente da Comissão Preparatória recebeu duas cartas enviadas pela República Federal da Alemanha (Doc. LOS/PCN/73, de 9 de Janeiro de 1986) e Reino Unido (Doc. LOS/PCN/74, de 9 de Janeiro de 1986) rejeitando a declaração condenando a atribuição de licenças pelos Estados Unidos e defendendo que, na falta de um regime internacional "geralmente aceite" e incorporado numa Convenção em vigor que o Estado tenha ratificado ou aderido, não há, para o respectivo Estado, qualquer direito ou obrigação. *In* UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1986, *cit.*, p. 125-12 e LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins (4^{ème} session), *cit.*, 1987, p. 137.

OMI, respectivamente, o que fez com que fosse preparada uma segunda declaração⁴¹⁰. O texto era, no entanto, bastante agressivo e os dois países envolvidos, embora não signatários da Convenção, eram observadores da Comissão Preparatória, pois tinham assinado a Acta Final. Foram feitos esforços no sentido de a declaração ser aceite por todos, mas tal não foi possível, tendo os países da Europa de Leste forçado a votação. Assim, em 11 de Abril de 1986, foi aprovada a declaração⁴¹¹ por cinquenta e nove votos a favor (o Grupo dos 77 e países do Leste Europeu), sete votos contra (Canadá, Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo e Holanda) e dez abstenções (Austrália, Áustria, Grécia, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Noruega, Espanha, Suécia e Suíça). Foi a primeira vez que a Comissão Preparatória fez uma votação. Alguns Estados, incluindo o Canadá, fizeram reservas em relação a aspectos jurídicos específicos da declaração e questionaram a competência da Comissão Preparatória para fazer os juízos jurídicos nela contidos⁴¹².

⁴¹⁰ A URSS, numa carta de 27 de Março de 1986, insurgiu-se contra estas novas medidas e dirigiu uma carta ao Presidente da Comissão Preparatória considerando-as como “uma tentativa ilegal para usurpar as funções da Comissão Preparatória” - Doc. LOS/PCN/76, de 27 de Março de 1986. Além disso, reclamou, mais uma vez, que a Comissão Preparatória devia proceder, logo que possível, ao registo dos pedidos do primeiro grupo de peticionário - *in* UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1986, *cit.*, p. 146-147; LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins (4^{ème} session), *cit.*, 1987, p. 137.

⁴¹¹ Doc. LOS/PCN/78, de 21 de Abril de 1986 - *Declaration Adopted by the Preparatory Commission*, *in* UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1986, *cit.*, p. 150-151. Embora as declarações referidas juntem “exploração” e “aproveitamento” do fundo do mar na sua condenação, estas duas actividades eram separadas como, aliás, resulta da resposta dos Países Baixos: “A obrigação de se abster de actos que possam pôr em causa o objecto e o fim da Convenção significa, no nosso entender, que um Estado que assine a Convenção deve abster-se de actos que possam tornar impossível aplicar a Convenção no futuro, após a sua entrada em vigor. Relativamente à aplicação da Parte XI, implica que há uma obrigação de se abster do aproveitamento do fundo do mar. Preparações para o aproveitamento, como, por exemplo, o desenvolvimento de tecnologia, a realização de investigação e pesquisa marinhas e a resolução dos problemas de sobreposição, continua a ser possível” - *Statement* de 3 de Agosto de 1986, referido por TREVES, Tullio - *Deep Sea-Bed Mining: The Practice of the Pioneer Investors*. *In* WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991, p. 335.

⁴¹² Doc. LOS/PCN/78, de 21 de 1986, referida por RIDDELL-DIXON, E. - *The Preparatory Commission on the International Sea-bed Authority: "New Realism"?*, *cit.*, p. 206. SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 16; KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - *The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years ...*, *cit.*, p. 140. Ao forçar os países ocidentais, potenciais Estados mineiros, a votar, o Grupo dos 77 e os Estados do Leste Europeu neutralizaram os ganhos políticos obtidos na primeira declaração adoptada sem recurso a votação. O Reino Unido e a República Federal da Alemanha, como não eram membros plenos da Comissão, não votaram.

5.1.2. 2 - O ARUSHA UNDERSTANDING E O NEW YORK UNDERSTANDING⁴¹³

Como a URSS não estava disposta a considerar as reivindicações dos não signatários como relevantes e como a França e o Japão tinham resolvido as suas sobreposições com os consórcios privados ocidentais, era necessário eliminar as sobreposições que os três Estados tinham entre si. Nesse sentido, em 31 de Agosto de 1984, no mesmo mês em que foi aprovado o *Provisional Agreement*, França, Japão, Índia e URSS, à margem do encontro da Comissão Preparatória, mas graças aos bons ofícios do seu Presidente, concluíram dois acordos - *Understanding on Resolution of Conflicts among Applicants for Registration as Pioneer Investors* e o *Understanding on Procedure for Conflict Resolution among the First Group of Applicants*⁴¹⁴. No primeiro Acordo previa-se que todos os Estados que tivessem apresentado pedidos à Comissão Preparatória até 9 de Dezembro de 1984⁴¹⁵ constituiriam o primeiro grupo de requerentes e os seus pedidos seriam considerados simultaneamente pela Comissão, na sua Sessão da Primavera de 1985, e, se estivessem de acordo com as normas de registo, seriam registadas simultaneamente; o primeiro grupo de requerentes encontrar-se-ia logo depois de 9 de Dezembro, para troca de coordenadas das áreas que reclamavam, de modo a verem se havia sobreposições; no caso de existirem sobreposições, os requerentes em questão procurariam resolver os problemas entre si, de modo a que tais conflitos estivessem resolvidos até 4 de Março de 1985; seriam feitos todos os esforços para completar as normas sobre registo dos investidores pioneiros de modo a que a Comissão as aprovasse no começo da Sessão de Primavera de 1985; a Comissão deveria registar o primeiro grupo de requerentes de acordo com os procedimentos estabelecidos em tais normas - parágrafos 1º a 8º. O segundo Acordo estabelecia o prazo para a implementação do primeiro. Assim, o grupo deveria encontrar-se em 17 de Dezembro para troca de coordenadas; começar negociações para resolver os conflitos que existissem em começos de Janeiro de 1985; completar as negociações até 4 de Março e fazer um relatório com os resultados para apresentar ao Presidente da Comissão

⁴¹³ RIDDELL-DIXON, E., *idem*, p. 206-208; KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas, *idem*, p. 130-133; SIMMONDS, Kenneth R., *idem*, p. 15 e 16; BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 86-89; BERGIN, Anthony - The politics of PrepCom. Australia's role, *cit.*, p. 301-302; HAYASHI, Moritaka - Registration of the First Group of Pioneer Investors by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea, *cit.*, 1989, p. 1-33.

⁴¹⁴ LOS/PCN/L.8, de 31 de Agosto de 1984, referido in Doc. LOS/PCN/L. 41/Rev. 1, de 11 de Setembro de 1986, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1986, *cit.*, p. 255 e s., *maxime* 257 e por KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas, *idem* p. 130 e transcrito in BROWN, E. D., BL, LL.M, PhD - **Selected Documents, Tables and Bibliography** ..., *op. cit.*, p. III.2 110-112. Também, MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 317; LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1986, p. 162-162.

⁴¹⁵ A data de 9 de Dezembro representa o último dia do período para assinatura da Convenção, pelo que foi usada para reconhecer certos direitos, nomeadamente a qualidade de Estado certificador - JARMACHE, Elie - La Résolution II de l'Acte Final de la 3^{ème} Conférence des Nations-Unies sur le Droit de la Mer, *cit.*, p. 31.

Preparatória, até 8 de Março. Estes prazos foram estabelecidos por referência ao começo da Sessão da Primavera da Comissão Preparatória, em 11 de Março. Nestes dois acordos, os direitos dos potenciais requerentes não foram devidamente acautelados, pois, muito embora pudessem apresentar pedidos de registo, as áreas já atribuídas ao primeiro grupo ou reservadas para a Autoridade tinham que ser respeitadas. Tal levou a que, no decurso da Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1984, o Canadá juntamente com outros Estados signatários da Convenção - Bélgica, Itália e Países Baixos - tivessem iniciado uma acção concertada e tivessem declarado que os Acordos de Agosto de 1984 só tinham efeitos *inter partes*, isto é, entre o primeiro grupo de peticionários, e que a questão de sobreposição de sítios exigia uma solução de compromisso entre todos, de modo a ser possível um regime jurídico universal do mar. A delegação canadiana também organizou um novo grupo de negociação, o dos “potenciais requerentes”, cuja preocupação principal era assegurar que a sua posição como futuros Estados certificadores seria salvaguardada em futuros acordos. Este novo grupo teve uma acção importante quer dentro quer fora da Comissão Preparatória. A este grupo de “potenciais requerentes”, inicialmente constituído por Estados signatários da Convenção com interesses nos consórcios, cedo se juntou a República Federal da Alemanha e o Reino Unido, apesar de não terem assinado a Convenção.

Os dois Acordos, com o objectivo de procurar soluções razoáveis para os conflitos dos investidores pioneiros, continham alterações a algumas disposições da Resolução II. Tal acontece, em primeiro lugar, ao distinguir o primeiro grupo de requerentes e o seu tratamento preferencial dos outros potenciais requerentes; em segundo, ao aprovar a criação do primeiro grupo de requerentes e as negociações para a resolução dos seus conflitos de sobreposição, a Comissão afastou-se da Resolução II, parágrafo 5º a), que estabelece que “qualquer Estado que tenha assinado a Convenção e pretenda ser um Estado certificador deve assegurar-se, antes de apresentar o pedido à Comissão ... de que os sectores ... não se sobrepõem...”. Por último, o prazo para a resolução de conflitos previsto no parágrafo 5º c) -1 de Março de 1983 - foi alargado, além de não ser feita qualquer referência à arbitragem⁴¹⁶.

⁴¹⁶ HAYASHI, Moritaka - Registration of the First Group of Pioneer Investors by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea, *cit.*, 1989, p. 8 e 9.

Jean-Pierre Levy escreveu: “O Acordo continha uma interpretação ‘política’ da Resolução II ... trata-se de uma confirmação da natureza jurídica especial desta Resolução, considerada por muitos como ‘um acordo em forma simplificada’ e como tal susceptível de ser modificada através de um consenso entre as partes” - *in* La Commission Préparatoire de l’Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer. *In* Espaces et Ressources Maritimes. Paris: Economica, 1986, p. 163.

Como até 9 de Dezembro de 1984, último dia para assinatura da Convenção⁴¹⁷, mais nenhum Estado apresentou pedido, o primeiro grupo de peticionários era constituído pela França, Japão, URSS e Índia. Não obstante a troca de coordenadas realizada em 17 de Dezembro de 1984 e os encontros realizados em Paris, em 1 de Janeiro, em Tóquio, em 11 de Janeiro e em Moscovo, em 22 de Fevereiro de 1985⁴¹⁸, o grupo teve dificuldades em resolver as suas sobreposições. O pedido da Índia não se sobrepunha com outros pedidos e as sobreposições da França e do Japão também já estavam resolvidas, mas o pedido da URSS sobrepunha-se não só com os pedidos da França e do Japão, mas também com os sítios de três dos quatro consórcios multinacionais. A sobreposição franco soviética era particularmente extensa. Em Março de 1985, antes da 3ª Sessão da Comissão, a França, o Japão e a URSS elaboraram um relatório onde era afirmado que as sobreposições entre a URSS e o Japão estavam “provisoriamente resolvidas”, mas que tinham surgido problemas em relação às sobreposições entre a URSS e a França. Dada a amplitude das suas sobreposições, a sua solução não podia passar por uma mera partilha equitativa dos sítios, pois se assim fosse estes dois Estados não estariam em condições de cumprir as obrigações resultantes do sistema paralelo previstas no nº 3 a) da Resolução II, de acordo com o qual “Cada pedido deve cobrir uma superfície total não necessariamente única e contínua, de extensão e valor comercial estimativo suficientes para permitir duas operações mineiras”⁴¹⁹. Se cada um dos dois Estados abdicasse das partes sobrepostas, os seus sítios tornar-se-iam demasiado pequenos para permitir as duas operações. A Comissão Preparatória procurou uma solução para este problema⁴²⁰, solução que se traduziu numa emenda “de facto” da Resolução II, que estava a revelar-se irrealista⁴²¹.

⁴¹⁷ A Convenção obteve cento e cinquenta e nove assinaturas, catorze Estados mais o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia ratificaram a Convenção. Entre os não signatários figuravam os Estados Unidos da América, República Federal da Alemanha e Reino Unido.

⁴¹⁸ Doc. LOS/PCN/L. 41/Rev. 1, de 11 de Setembro de 1986, *in* UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1986, *cit.*, p. 258; LARSON, David L. - Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem, *cit.*, p. 290.

⁴¹⁹ Doc. LOS/PCN/56, de 12 de Março de 1985 - referido por TREVES, Tullio - Deep Sea-Bed Mining: The Practice of the Pioneer Investors, *cit.*, p. 37. Este era o anúncio da necessidade de mudanças à Resolução II, a serem acrescentadas à revogação tácita das suas disposições relativas ao tempo limite e ao recurso à arbitragem para a eliminação de áreas de sobreposição.

⁴²⁰ A Comissão Preparatória, segundo a Resolução II, não era competente para a resolução dos problemas de sobreposição. Aliás, este aspecto foi referido em quatro cartas semelhantes enviadas, em 26 de Abril de 1985, ao Presidente da Comissão Preparatória pelos delegados dos Países Baixos, Bélgica, Itália e Canadá. No essencial, as cartas diziam que a Comissão Preparatória não tinha competência para resolver os conflitos de sobreposição e não podia pronunciar-se sobre o acordo concluído pela França, Índia, Japão e URSS. Os peticionários devem resolver os conflitos de sobreposição antes de fazer os seus pedidos - *in* LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1986, p. 170.

⁴²¹ Na Sessão resumida do Verão de 1985 da Comissão Preparatória não houve avanços em relação à solução do problema das sobreposições, tendo surgido uma nova complicação - a URSS informou a Comissão que a sua empresa mineira (*Yuzhmorgeologiya*) tinha recebido uma carta de um dos quatro consórcios, o *Ocean Mining Associates*, na qual o consórcio, em relação à licença concedida pelo Departamento do Comércio dos Estados Unidos, reclamava

Em 7 de Fevereiro de 1986⁴²², após um período de intensas negociações realizadas em Genebra e Tóquio, os três países envolvidos nas sobreposições, a França, o Japão e a URSS, graças aos bons ofícios do Presidente da Comissão, Joseph Warioba, da Tanzânia, conseguiram um acordo, concluído, precisamente, na capital daquele país, Arusha. O Acordo de Arusha, mais propriamente o *Understanding Relating to Application for Registration of Mine Sites under Resolution II*, representou uma solução de compromisso. A França, Japão e URSS acordaram em ceder partes determinadas dos sítios objecto dos seus pedidos, partes essas que combinadas constituíam um sítio mineiro viável para a Autoridade, isto é, constituíam uma área de 52,300 km², ao mesmo tempo que mantinham sítios razoáveis para cada um deles⁴²³. À Empresa foram garantidos direitos adicionais em futuros pedidos dos investidores.

Este Acordo continha dois importantes desvios à Resolução II. Por um lado, permitia que os investidores pioneiros escolhessem uma grande parte do seu sítio, 52,300 km² dos 75,000 km², em vez de deixar à Comissão Preparatória a tarefa de escolha entre os sítios – nº 3 b) da Resolução II. Por outro lado, ao arrepio da Resolução II nº 1 e) que previa um abandono faseado, ao longo de oito anos, de partes do sector pioneiro, partes essas que reverteriam para a Área, o Acordo permitia o abandono antecipado de partes dos sítios a favor da Comissão Preparatória para ficar para os potenciais requerentes. Muito embora a Índia não tivesse problemas de sobreposição foram-lhe reconhecidos os mesmos direitos dos outros três investidores pioneiros (parágrafo 13º nº 3 do Acordo). Apesar dos desvios referidos, o Acordo de Arusha conservou o espírito e manteve os

direitos exclusivos aos nódulos de manganésio na área do fundo do mar identificada na licença, como já foi referido acima. Isto podia significar que as sobreposições existiam não só entre os sítios da França e da URSS, mas provavelmente entre a URSS e alguns sítios licenciados pelos Estados Unidos. Numa declaração apresentada pelo Paquistão em nome do Grupo dos 77 e adoptada pela Comissão Preparatória, em 30 de Agosto de 1985, foi expressa uma grande preocupação em relação a qualquer acção de Estados que ponha em causa a Convenção - SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 11.

⁴²² Em Outubro de 1985, J. Warioba foi nomeado Primeiro Ministro da Tanzânia, pelo que, dadas as novas funções, não pôde estar todo o tempo necessário em Jamaica, tendo sido substituído, durante parte do tempo da 4ª Sessão, por I. J. Jhingram, Vice-presidente indiano da Comissão. O relatório das negociações encontra-se in Doc. LOS/PCN/L. 28, de 21 de Março de 1986 - *Report by the Chairman of the Preparatory Commission Regarding the Resolution of Conflicts among Applicants for Registration as Pioneer Investors* - UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - *Documentary Yearbook 1986, cit.*, p. 144-145.

⁴²³ Doc. LOS/PCN/L.41/Rev. 1 - “Os petiçãoários com sobreposições, nomeadamente França, Japão e URSS, deverão contribuir com porções de áreas no nordeste do Oceano Pacífico abrangidas pelos seus pedidos revistos, as quais irão fazer parte da área a ser reservada para a Autoridade ... no seu conjunto deverão ter um igual valor comercial estimado a, pelo menos, a média estimada do valor comercial das três áreas de 52,300 km² a ser atribuídas aos investidores pioneiros de acordo com o parágrafo 13º nº 1 e 2”. “As contribuições a ser feitas pelos três petiçãoários para este fim serão as seguintes:

- i) França - uma área de 20,000 km² contígua à sua área de sobreposição com a URSS;
- ii) Japão - uma área totalizando 17,300 km² contígua à sua sobreposição com a URSS;
- iii) URSS - uma área totalizando 15,000 km², 14,549 km² dos quais serão das suas actuais áreas de sobreposição com a França e com o Japão e 451 km² que obtém da França após a resolução das reivindicações entre os dois requerentes” - in UNITED NATIONS, *Law of the Sea Bulletin, Special Issue II*, April 1988, p. 9-39, transcrito in SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - **New Directions in the Law of the Sea**. London / Rome / New York : Oceana Publications, Inc., 1983, vol. III.

princípios do sistema paralelo previstos na Convenção, segundo afirmação de Jhingram, Presidente em exercício da Comissão⁴²⁴.

O Acordo de Arusha, se tinha o grande mérito de permitir a resolução dos problemas de sobreposições entre as partes, tinha, também, dois grandes inconvenientes, pois não previa nenhum mecanismo para assegurar que o valor comercial dos sítios reservados para a Empresa era igual ao dos sítios dos peticionários, nem previa nenhum mecanismo que protegesse os potenciais requerentes e seus consórcios relativamente às sobreposições que tinham com a URSS.

O Acordo de Arusha, embora sob o patrocínio da Comissão Preparatória, foi feito à margem desta, pelo que depois circulou entre os seus membros a fim de ser discutido. As discussões na Comissão decorreram ao longo da quarta Sessão, na Primavera e Verão de 1986. Além disso, o Presidente realizou consultas com todos os grupos interessados: o primeiro grupo de peticionários, os potenciais requerente, os Grupo dos 10, representando o Grupo dos 77, surgido precisamente nesta sessão, e o Grupo dos 11, também conhecido como os Amigos da Convenção, assim como a China. Nos começos de Setembro de 1986, acabou por ser adoptado o *Statement on the Implementation of Resolution II*, mais conhecido por *New York Understanding*⁴²⁵. O Acordo de Nova Iorque, provavelmente o acontecimento mais importante desde a adopção da Convenção em 1982, parafraseando Javier Perez Cuéllar, reiterou a partilha de áreas entre a França, o Japão e a URSS prevista no Acordo de Arusha, bem assim como o princípio do abandono antecipado de sítios a serem reservados para poderem fazer parte dos pedidos dos potenciais requerentes, isto é, dos pedidos dos quatro consórcios cujos elementos componentes eram da Bélgica, Canadá, Estados Unidos, República Federal da Alemanha, Itália, Japão, Países Baixos e Reino Unido⁴²⁶, a serem apresentados até à entrada em vigor da Convenção; previu a criação de um Grupo de Peritos Técnicos de quinze membros para avaliarem os sítios e assegurar a equivalência do valor; fixou como fim do prazo para o registo do primeiro grupo de peticionários 25 de Março, o início da quinta Sessão da Comissão, encontro da Primavera, mas admitia, ao mesmo tempo, a possibilidade do seu alargamento; alargou, em relação aos países em vias de desenvolvimento, o prazo de 1 de Janeiro de 1985, previsto no nº 1 a) iii) da Resolução II, para gastarem 30 milhões de dólares em actividades pioneiras para poderem pedir o estatuto de investidores pioneiros, até à data de entrada

⁴²⁴ LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins (4^{ème} session), *cit.*, 1987, p. 148. Segundo Chayet, representante francês, o Acordo de Arusha “tem em conta todos os principais interesses em jogo, pois permite regular os conflitos de sobreposição, atribuir um sítio viável à Autoridade e estabelecer um sistema de restituição antecipado que minimiza os problemas existentes com os potenciais investidores pioneiros - p. 149 do mesmo Autor.

⁴²⁵ Anexo do Doc. LOS/PCN/L. 41/Rev. 1.

⁴²⁶ Os consórcios referidos no nº 1 a) ii) da Resolução II.

em vigor da Convenção⁴²⁷; para contrabalançar esta concessão aos países do Grupo dos 77, até à entrada em vigor da Convenção, foi reconhecido aos Estados da Europa de Leste e respectivas empresas o direito de requererem um sítio mineiro, o que fez com que a URSS ou os países satélites pudessem registar dois sítios mineiros; e aos potenciais requerentes foram oferecidos os mesmos direitos que eram reconhecidos aos investidores pioneiros, desde que assumissem as mesmas obrigações, nomeadamente, o direito de escolher áreas até 52,300 km² para incorporação nas suas áreas pioneiras⁴²⁸.

O Acordo de Nova Iorque foi um avanço importante, mas a resolução das sobreposições entre a URSS e os consórcios americanos continuava difícil. Os Estados Unidos, porque tinham rejeitado o regime da Convenção relativo ao fundo do mar e, consequentemente, não tinham

⁴²⁷ Caso contrário nenhum país em vias de desenvolvimento, com excepção da Índia, poderia requerer o estatuto de investidor pioneiro, pois a data para reunirem as exigências necessárias já tinha passado.

⁴²⁸ Este Acordo, que mais parece um protocolo adicional à Resolução II, além dos desvios à Resolução II já assinalados a propósito do Acordo de Arusha - abandono antecipado e escolha de parte do sítio mineiro - apresenta mais os seguintes:

- confirma a distinção entre o grupo dos primeiros requerentes e os outros investidores pioneiros, reconhecendo aos primeiros um tratamento prioritário de registo, tratamento que poderá ser reconhecido aos potenciais requerentes em relação aos seus pedidos desde que eles assumam obrigações semelhantes às assumidas pelo primeiro grupo e apresentem os seus pedidos antes da entrada em vigor da Convenção;

- a área abandonada pelos requerentes reverte a favor da Área internacional e, por isso, pode fazer parte de futuros pedidos, embora apenas dos quatro consórcios internacionais e até à entrada em vigor da Convenção;

- o Acordo alargou o prazo para os países em vias de desenvolvimento e as suas empresas fazerem pedidos como investidores pioneiros, até à entrada em vigor da Convenção (no entanto, o prazo para a realização de despesas - 1 de Janeiro de 1985 - não foi alargado. De qualquer modo, uma vez que a Resolução não refere qualquer limite de tempo para a apresentação do pedido, a disposição do Acordo só faz sentido se se entender que significa que o prazo para a realização das despesas foi alargado);

- criou um direito totalmente novo a favor do Grupo de Estados da Europa de Leste ou respectivas empresas que consiste em poderem recorrer ao estatuto de investidores pioneiros até à entrada em vigor da Convenção;

- por último, a Resolução II estabelece que os investidores pioneiros registados deverão desenvolver actividades de exploração na área reservada para as actividades da Autoridade. O Acordo, a este propósito, estabelece que os investidores pioneiros registados deverão ajudar na preparação de um plano de trabalho para a primeira operação da Empresa, mas a definição das condições e extensão da ajuda foi deixada para futuras negociações e acordo, não obstante as disposições da Resolução II estabelecerem que tal exploração deve ser feita na base de que os custos e os respectivos juros devem ser reembolsados - HAYASHI, Moritaka - Registration of the First Group of Pioneer Investors by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea., *cit.*, 1989, p. 19 e 20 e 30, nota 148. Segundo o Presidente em exercício da Comissão Preparatória, “este acordo tem em conta os interesses de todos os grupos de Estados bem assim como os da Comissão Preparatória no seu conjunto ... Constitui um passo importante em frente num domínio crítico dos trabalhos da Comissão Preparatória: a implementação do regime aplicável aos investidores pioneiros segundo a Resolução II da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar” - Doc. LOS/PCN/L. 41/Rev. 1, de 5 de Setembro de 1986, *in* LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins (4^{ème} session), *cit.*, 1987, p. 163.

O texto do Acordo está transcrito *in* 1986, UNITED NATIONS CONVENTION ON THE LAW OF THE SEA: UNDERSTANDING OF THE PREPARATORY COMMISSION FOR THE INTERNATIONAL SEA-BED AUTHORITY AND FOR THE INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA FOR PROCEEDING WITH DEEP SEA-BED MINING APPLICATIONS AND RESOLVING DISPUTES OF OVERLAPPING CLAIMS OF MINE SITES (Reached during Meeting of August 11-September 5, 1986). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXV, number 6, p. 1327-1330. Também, *in* LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins (4^{ème} session), *cit.*, 1987, p. 165-169; *in* UNITED NATIONS, *Law of the Sea Bulletin, Special Issue II*, April 1988, p. 9-39 e *in* SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - *New Directions in the Law of the Sea*. London / Rome / New York : Oceana Publications, Inc., 1983, vol. III.

aceitado a Comissão Preparatória, não queriam ser vistos a colaborar com ela. Por seu turno, a URSS apoiava a Comissão Preparatória, de que era membro, e, por isso, recusava-se a negociar com os Estados que não tinham assinado a Convenção, nomeadamente os Estados Unidos. Por outro lado, a falta de confiança recíproca entre estes dois países fez com que não trocassem entre si informações confidenciais indispensáveis para as negociações. Este clima, no entanto, tinha começado a desanuviar e começou a haver uma certa abertura, que levou a resultados muito positivos, que vamos referir de seguida.

5.1.2.3 - O *MIDNIGHT AGREEMENT*⁴²⁹

Em 5 de Dezembro de 1986, a URSS, os potenciais requerentes - Bélgica, Canadá, Itália e Países Baixos - e os três países não signatários da Convenção - República Federal da Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos da América - concluíram, em Moscovo, um acordo e respectivos anexos relativos à confidencialidade de certas informações sobre os sítios mineiros em relação aos quais iriam realizar-se negociações e demais informação, incluindo a troca de coordenadas - *Agreement on the Preservation of Confidentiality of Data Concerning Deep Seabed Areas*⁴³⁰. Seguiram-se novas negociações, em Fevereiro e Março de 1987, mas sem êxito, no que toca a resolução do problema das sobreposições.

Na Sessão de Abril da Comissão Preparatória, os investidores pioneiros apresentaram relatórios provisórios, visando o alargamento do prazo para a apresentação dos pedidos revistos, prazo que foi alargado, através de uma Declaração de Acordo, de 10 de Abril de 1987⁴³¹, para 20

⁴²⁹ RIDDELL-DIXON, E. - The Preparatory Commission on the International Sea-bed Authority: "New Realism"?, *cit.*, p. 208-209; KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years ..., *cit.*, p. 133-134.

⁴³⁰ 1987, BELGIUM-CANADA-ITALY-NETHERLANDS-UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS: AGREEMENT ON THE PRESERVATION OF CONFIDENTIALITY OF DATA CONCERNING DEEP SEABED AREAS (Done at Moscov, December 5, 1986; entered into force upon signature). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. vol. XXVI, number 4, p. 1045-1047.

Este Acordo era importante porque as informações contidas nos pedidos de registo são de natureza confidencial e a sua divulgação a terceiros concorrentes pode causar perdas financeiras consideráveis - *in* LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1986. p. 149.

⁴³¹ Esta Declaração sobre o acordo relativo à aplicação da Resolução II estipulava o seguinte:

- a Comissão Preparatória decidia prolongar o prazo fixado para a apresentação dos pedidos modificados pelos primeiro grupo de peticionários que deveriam ser apresentados "o mais tardar uma semana antes do começo da sessão de Verão fixada para 27 de Julho de 1987";
- os peticionários estavam autorizados a modificar os seus pedidos até ao momento em que os peritos técnicos se debruçassem sobre eles;
- a menos que a Comissão Preparatória decidisse de outro modo, no começo da sua Sessão de Verão, o grupo de peritos técnicos reunir-se-ia no início da segunda semana de reunião e o Comité seria convocado durante a sessão para examinar os pedidos e o seu registo;

de Julho do mesmo ano, data em que foram apresentados. Realizaram-se mais negociações, até que, em 3 de Agosto de 1987, os potenciais requerentes e a URSS informaram o Presidente em exercício da Comissão Preparatória, R. Kerouaze, da Argélia, que os conflitos de sobreposição de sítios estavam resolvidos.

Em 14 de Agosto de 1987, foi, formalmente, assinado, na Missão do Canadá⁴³² junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, o *Agreement on the Resolution of Practical Problems with Respect to Deep Seabed Mining Areas*⁴³³, mais conhecido por *Midnight Agreement*, pelos representantes do Canadá, Bélgica, Itália, Países Baixos e URSS. Este Acordo e as Trocas de Notas⁴³⁴ realizadas ao mesmo tempo em Moscovo entre a URSS e cada um dos representantes da República Federal da Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos resolveram os problemas de sobreposições e continham algumas obrigações, nomeadamente, a obrigação de não criar novas sobreposições e de não criar obstáculos ao registo das outras partes. O Acordo e as Trocas de Notas foram assinados à meia noite dos Estados Unidos, nove da manhã em Moscovo, para assegurar a simultaneidade dos dois actos, daí o Acordo ser conhecido como o Acordo da Meia Noite e os seus signatários ficarem conhecidos como o Grupo da Meia Noite. Quando a França e o Japão se lhes juntaram, o grupo passou a ser conhecido como o Grupo da Meia Noite Alargado. O trabalho do Acordo da Meia Noite foi completado por uma série de Trocas de Notas bilaterais entre cada um

- não obstante esta última cláusula, o grupo de peritos e o Comité reunir-se-iam para examinar o registo do pedido da Índia. Os pedidos dos três outros investidores pioneiros do primeiro grupo seriam estudados e registados simultaneamente;

- estes procedimentos de registo não afectariam em nada a prioridade e a igualdade de tratamento de todos os peticionários do primeiro grupo e aplicavam-se sem prejuízo dos interesses dos potenciais peticionários segundo a Resolução II e o acordo adoptado pela Comissão Preparatória, em 5 de Setembro de 1986.

Este acordo altera as datas e o procedimento de registo dos investidores pioneiros - LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer. In *Espaces et Ressources Maritimes*. Paris: Université de Nice - Cerdam. Éditions A. Pedone, 1988, p. 133.

⁴³² O representante do Canadá, falando em nome dos potenciais requerentes, disse que o acordo alcançado entre os potenciais requerentes e a URSS era o acontecimento mais importante dos cinco anos de história da Comissão Preparatória - in *Press Release SEA/876*, 24 de Agosto de 1987, in *Ocean Yearbook*, nº 7, 1989, p. 507.

Como resultado do Acordo que permitiu, com sucesso, a solução dos problemas de sobreposição, foram modificadas três das quatro licenças que os Estados Unidos da América tinham concedido, melhor dizendo, foram alteradas as licenças concedidas a OMCO, Ocean Management, Inc. e Ocean Mining Associates. Ver alterações e respectivas coordenadas in SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - **New Directions in the Law of the Sea**. London / Rome / New York : Oceana Publications, Inc., 1993. Vol. V e UNITED NATIONS, *Law of the Sea Bulletin*, nº 11, July 1988, p. 61-63.

⁴³³ 1987, BELGIUM-CANADA-ITALY-NETHERLANDS-UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS: AGREEMENT ON THE RESOLUTION OF PRACTICAL PROBLEMS WITH RESPECT TO DEEP SEABED MINING AREAS, AND EXCHANGE OF NOTES BETWEEN THE UNITED STATES AND THE PARTIES TO THE AGREEMENT (Done at New York, August 14, 1987). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXVI, number 4, p. 1502-1515.

⁴³⁴ O *Exchange of Notes Concerning Deep Sea-Bed Areas (of 14 August 1987) together with Canada - Belgium - Italy - The Netherlands - Union of Soviet Socialist Republics Agreement on Resolution of Practical Problems with Respect to Deep Sea-Bed Mining Areas (of 14 August 1987) and Related Exchanges of Notes*, in SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - **New Directions in the Law of the Sea**. London / Rome / New York : Oceana Publications, Inc., 1993. Vol. V e UNITED NATIONS, *Law of the Sea Bulletin*, nº 11, July 1988, p. 28-54.

dos não signatários da Convenção - Reino Unido, República Federal da Alemanha e Estados Unidos da América - e cada uma das quatro partes ocidentais do Acordo da Meia Noite - Bélgica, Canadá, Itália e Países Baixos. Nestas Trocas de Notas as partes comprometeram-se a não adoptar medidas que afectem o Acordo da Meia Noite ou as Trocas de Notas bilaterais com a URSS. O Acordo foi de uma importância enorme, pois com ele se passou de uma época sem quaisquer relações entre os Estados Unidos e a URSS, nem dentro nem fora da Comissão, para uma época em que os dois países se encontram com regularidade fora da Comissão Preparatória, como membros do Grupo da Meia Noite. O Secretário Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuéllar, disse, a propósito do Acordo: “é um bom presságio para o futuro da Convenção e abre caminho à reconciliação em relação às questões do regime do fundo do mar, que levaram a que alguns Estados não assinassem a Convenção”⁴³⁵

5.1.2.4 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E O REGISTO DOS INVESTIDORES PIONEIROS ⁴³⁶

A elaboração de um procedimento de registo foi difícil⁴³⁷. Foram feitos projectos de normas em 1984⁴³⁸, mas logo surgiram dificuldades, pelo que graças aos bons ofícios de Satya Nandan⁴³⁹, o representante Especial de Secretário Geral das Nações Unidas para o Direito do Mar, esses projectos foram abandonados e substituídos por um conjunto de normas que faziam parte integrante do Acordo de Nova Iorque. A tramitação básica de um procedimento de registo é constituída pelas seguintes fases:

⁴³⁵ KIMBALL, Lee A. - Historic steps at the Fifth Session of the Preparatory Commission. *Marine Policy*. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd.. Number 1: (January 1988), p. 67.

⁴³⁶ RIDDELL-DIXON, E. - The Preparatory Commission on the International Sea-bed Authority: "New Realism"?, *cit.*, p. 210-212; KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years ..., *cit.*, p. 134-138; SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 20 e s.; BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 90-91.

⁴³⁷ No quinto encontro plenário da Comissão Preparatória, realizado em 8 de Setembro de 1983, a Comissão adoptou algumas sugestões do Presidente, entre as quais as “Normas e linhas de orientação para registo de investidores pioneiros à luz da Resolução II”. Tratava-se não de normas e regulamentos precisos, como alguns países desejavam, mas apenas de uma base para negociação, que nunca teve lugar devido a desenvolvimentos posteriores. Estas normas estão transcritas in BROWN, E. D., BL, LLM, PhD - **Selected Documents, Tables and Bibliography** ..., *op. cit.*, p. III 2 93 e III 2 94.

⁴³⁸ SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 9. Os projectos de normas incidiam, entre outras matérias, sobre a confidencialidade da informação apresentada pelos investidores pioneiros e a composição e funções do Grupo de Peritos Técnicos que iriam ter a seu cargo a análise dos pedidos.

⁴³⁹ Satya Nandan, Embaixador do Fiji, substituiu Bernardo Zuleta, que morreu em 2 de Dezembro de 1983 - LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1986, p. 147.

- apresentação dos pedidos revistos, tendo em conta as várias alterações resultantes dos acordos feitos, incluindo a solução do problema das sobreposições;
- análise dos pedidos por um Grupo de Peritos Técnicos para assegurar a sua conformidade com a Resolução II, nomeadamente no que se refere ao igual valor estimado dos dois sítios;
- consideração pelo Comité Geral da Comissão Preparatória, funcionando como órgão executivo, do relatório elaborado pelos Peritos;
- decisão sobre o registo, à luz da Resolução II, nº 3 a) e b) e respectivas adaptações.

Em 20 de Julho de 1987, os quatro investidores pioneiros apresentaram os seus pedidos de registo revistos. De seguida, melhor dizendo, entre 3 e 7 de Agosto de 1987, o Grupo de Peritos Técnicos criado ao abrigo do Acordo de Nova Iorque e constituído por quinze membros (cinco cientistas de países com interesses nas actividades do fundo do mar, mais precisamente cientista do Canadá, França, Índia, Japão e URSS; oito cientistas indicados pelos países em vias de desenvolvimento dos três continentes - América Latina (Brasil, Colômbia e Cuba), África (Camarões, Quênia e Zâmbia) e Ásia (China e Indonésia); e dois cientistas da Europa - Noruega e República Democrática da Alemanha)⁴⁴⁰, começou a analisar o pedido apresentado pela Índia. Posteriormente, num encontro entre 23 de Novembro e 5 de Dezembro de 1987, analisou os pedidos da França, Japão e URSS. Relativamente ao pedido da Índia, o Grupo de Peritos concluiu, unanimemente, pela sua conformidade com as normas aplicáveis e que as duas áreas indicadas eram de igual valor comercial estimado. Fez, também, recomendações relativamente à área que deveria ser reservada para a Autoridade e à área pioneira a ser atribuída ao peticionário.

Seguidamente, em 17 de Agosto⁴⁴¹, o Comité Geral, com base no relatório do Grupo de Peritos Técnicos e na informação apresentada pela Índia, decidiu registar este país como investidor pioneiro. No seio do Comité Geral havia um certo mal estar, por um lado, devido ao facto de se ter de pronunciar sobre matérias demasiadamente técnicas que escapavam ao conhecimento dos seus membros e, por outro lado, devido a uma certa tensão entre os investidores pioneiros e os membros do Grupo dos 77, relativamente às obrigações a cargo dos primeiros.

⁴⁴⁰ In nota 32, p. 209 de RIDDELL-DIXON, E. - *The Preparatory Commission on the International Sea-bed Authority: "New Realism"?*, cit.. Os nomes e cargos dos elementos do Comité constam do Anexo I dos Relatórios do Grupo de Peritos Técnicos apresentados ao Comité Geral da Comissão Preparatória relativos aos pedidos apresentados por cada investidor pioneiro - ver, entre outros, UNITED NATIONS, *Law of the Sea Bulletin, Special Issue II*, April 1988, p. 9-39, transcrito in SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - **New Directions in the Law of the Sea**. London / Rome / New York : Oceana Publications, Inc., 1983, volume III.

⁴⁴¹ Esta data, 17 de Agosto, é histórica e simbólica. É histórica pois é a data em que é registado o primeiro investidor pioneiro e como tal é um marco importante na história do Direito do Mar; é simbólica pois nesse dia fazia vinte anos que o Embaixador Arvid Pardo, delegado de Malta, tinha pedido ao Secretário Geral das Nações Unidas

As dificuldades do Comité Geral aumentaram ainda mais, quando este órgão estava a analisar os pedidos da França, Japão e URSS. Relativamente aos pedidos destes Estados, o Grupo de Peritos Técnicos, que reuniu de 23 de Novembro a 5 de Dezembro, concluiu, de novo, pela sua conformidade com as normas aplicáveis e fez recomendações relativamente à atribuição de sítios. A tarefa do Grupo de Peritos Técnicos consistia, essencialmente, em: analisar os pedidos e face a essa análise fazer recomendações em relação a qual das áreas de 22,700 km² deveria ficar para a Autoridade e qual a que deveria ser atribuída ao peticionário, isto porque, como já vimos, cada peticionário podia escolher uma área de 52,300 km² de um total de 75,000 km²; de seguida, com base na escolha feita, determinar se o total das áreas atribuídas ao requerente e reservadas para a Autoridade eram de valor comercial estimado igual; e, por fim, informar o Comité Geral sobre se o total das áreas destinadas à Autoridade na zona do Pacífico era de igual valor comercial estimado ao das três áreas auto atribuídas pelos peticionários. Ao apreciar os relatórios apresentados pelo Grupo de Peritos, as declarações apresentadas pelos próprios Estados e um mapa que mostrava um conjunto de sítios dispersos, os membros do Comité⁴⁴² levantaram uma série de questões, nomeadamente em relação à adequabilidade dos dados fornecidos pelos peticionários, aos factores considerados pelo Grupo de Peritos Técnicos para calcular o valor comercial das várias áreas, ao modo como o Grupo chegou à mesma conclusão nos três casos, não obstante a informação e as situações serem diferentes, e às diferenças entre os três pedidos e o pedido da Índia. Na altura, a Argélia chegou mesmo a propor, sem êxito, uma cláusula de salvaguarda, segundo a qual os investidores pioneiros deveriam pagar uma compensação, se a área reservada para a Autoridade viesse, posteriormente, a ser considerada de valor comercial inferior. O próprio porta voz do Grupo de Peritos, quando instado a prestar esclarecimentos, reconheceu que, naquela fase, não podia haver certezas absolutas. O Comité Geral, em 17 de Dezembro de 1987, acabou por acatar as conclusões do Grupo de Peritos Técnicos e seguiu as suas recomendações em relação à atribuição dos sítios, salientando que os peticionários se comprometiam a cumprir cabalmente as suas obrigações. O registo da Índia, França, Japão e União Soviética constitui uma fase importante na implementação da Resolução II e representa um marco na implementação do sistema pioneiro,

para inscrever um novo ponto na ordem de trabalhos da Assembleia Geral, ponto que esteve na base da célebre Declaração que levou à criação do Comité de Fundos e depois à convocação da III Conferência.

⁴⁴² No final da 5ª Sessão, foi deliberado que o Comité Geral se reuniria, em Nova Iorque, de 7 a 18 de Dezembro, para proceder ao registo dos pedidos revistos apresentados pela França, Japão e URSS. Esta reunião seria precedida da reunião do grupo de peritos técnicos, a realizar de 23 de Novembro a 4 de Dezembro - LÉVY, Jean-Pierre - *La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer*, cit., 1988, p. 153.

solidificando, assim, o regime do fundo do mar previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar⁴⁴³.

Uma vez registados os primeiros investidores pioneiros, poderia pensar-se que a Comissão Preparatória poderia dedicar-se calmamente às restantes tarefas que lhe foram atribuídas pela Resolução I. Mas tal não passou de uma vã ilusão. Cedo, os investidores pioneiros mais desenvolvidos começaram a reclamar reduções nas suas obrigações. Tais obrigações resultavam quer da Resolução II quer do Acordo de Nova Iorque. Assim, segundo a Resolução II, os investidores pioneiros deveriam ter gasto, antes do registo, 30 milhões de dólares dos Estados Unidos em actividades pioneiras (nº 1 a)), tinham que pagar 250.000⁴⁴⁴ dólares americanos à Comissão aquando do depósito do pedido de registo (nº 7 a)) e uma taxa anual de um milhão de dólares americanos a partir da data da atribuição do sector pioneiro (nº 7 b)). Além disso, nos termos do nº 12 a) ii), os investidores pioneiros deviam proceder à formação do pessoal indicado pela Comissão nas tecnologias relativas às actividades do fundo do mar e à transferência da tecnologia utilizada (nº 12 a) iii)). Os investidores pioneiros tinham, ainda, que efectuar gastos periódicos (nº 7 c)), assegurar, até à entrada em vigor da Convenção, os fundos necessários à Empresa (nº 12 b) i)) e fazer relatórios periódicos (nº 12 b) ii)). Por outro lado, nos termos do Acordo de Nova Iorque, a França, o Japão e a URSS comprometeram-se a proceder à exploração, a pedido da Comissão, no sector reservado para a Empresa, livre de quaisquer encargos, como contrapartida de poderem escolher os seus próprios sítios no Oceano Pacífico. Esta obrigação, resultante do Acordo, representava um desvio ao regime da Resolução, que previa a mesma obrigação de exploração só que não era a expensas do investidor pioneiro, antes este teria direito ao reembolso das despesas feitas acrescidas dos juros a uma taxa de 10% ao ano (nº 12º a) i)).

Os investidores pioneiros consideravam que uma qualquer redução das suas obrigações seria sintomático de um possível sucesso quando resolvessem emendar a Parte XI da Convenção. Por seu turno, os países em vias de desenvolvimento estavam seriamente preocupados, pois já tinham feito muitas concessões, além de que os investidores pioneiros tinham aceite as obrigações,

⁴⁴³ Afirmação de Bernal, representante do México, na quadragésima terceira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, transcrita in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1988. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. 1988, p. 78 e 128.

⁴⁴⁴ As Nações Unidas receberam o pagamento dos 250.000 dólares americanos de cada um dos investidores pioneiros em: Índia - 29 de Setembro de 1987; Japão - 28 de Dezembro de 1987; URSS - 28 de Janeiro de 1988; e França - 12 de Fevereiro de 1988 - in *Report of the Special Representative of the Secretary-General for the Law of the Sea to the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea Regarding the Registration of Pioneer Investors under Resolution II* - Doc. LOS/PCN/L.57, de 16 de Março de 1988, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1988, *idem*, p. 129-131.

quando foi feito o registo. Se voltassem a transigir, receavam que se tornasse uma bola de neve que não pararia mais.

Os investidores pioneiros estavam preocupados, sobretudo, com a taxa anual de um milhão de dólares americanos a pagar aquando da aprovação dos planos de trabalho para exploração e aproveitamento, mas calculada a partir do registo. Previa-se, na altura, que as actividades não comessem senão ao fim de 20 ou 30 anos, um período de tempo muito largo que tornava esta obrigação muito onerosa. Preocupava-os, também, a obrigação de formação de pessoal. O que seria abrangido nesta obrigação? A formação, alimentação, alojamento e equipamento? Essa obrigação mantinha-se até começar as actividades comerciais? Tudo isto eram questões em aberto.

Os países em vias de desenvolvimento, por sua vez, defendiam a manutenção das obrigações, pois eram necessárias para assegurar a viabilidade da Autoridade e da Empresa. A taxa anual de um milhão de dólares era uma importante fonte de rendimento da Autoridade, indispensável para a sua saúde económica. No que à formação diz respeito, argumentavam que sem ela a Empresa não teria acesso à tecnologia adequada e, assim sendo, não estaria em condições de começar as actividades mineiras do fundo do mar, ao mesmo tempo que os investidores pioneiros.

Dada a dicotomia de posições, foi preciso dois anos e meio de negociações intensas⁴⁴⁵ e um espírito de compromisso e compreensão mútuos, desde o encontro da Primavera da 6ª Sessão da Comissão (1988) até ao encontro do Verão da 8ª Sessão, para ser possível uma solução de compromisso, contida no *Understanding on the Fulfilment of Obligations by the Registered Pioneer Investors and their Certifying States*⁴⁴⁶, adoptado em 30 de Agosto de 1990, pelo Comité

⁴⁴⁵ Após negociações preliminares iniciadas em 1988, o Presidente da Comissão Preparatória apresentou ao Plenário, em 3 de Março de 1989, um documento sobre as obrigações dos quatro investidores pioneiros registados e respectivos Estados certificadores, elaborado à luz da Resolução II. Posteriormente, o Grupo de Peritos Técnicos, num encontro realizado em Nova Iorque, entre 7 e 16 de Agosto, analisou o projecto e fez um relatório, que serviu de base ao projecto revisto apresentado pelo Presidente da Comissão, em 1 de Setembro de 1989, para discussão. Este documento revisto foi objecto de discussões, em 1990, discussões essas que culminaram, em 30 de Agosto de 1990, com a adopção do Acordo - SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 27 e 30. Ver também, UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1990. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. 1990, p. 97.

⁴⁴⁶ Transcrito in BORGESSE, Elisabeth Mann, [et al.] - Report on the Eighth Session of the Preparatory Commission for the International Seabed Authority and for the International Tribunal for the Law of The Sea, Kingston, 5-30 March 1990; New York, 13-31 August 1990. Ocean Yearbook. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1992, p. 407-410.

No momento da adopção do Acordo, o Presidente da Comissão fez a seguinte declaração: “a) *Should any agreement be made which affect in any way this Understanding, such adjustments as may be necessary shall be made to it;* b) *The required date for submission of a plan of work by each registered pioneer investor under resolution II, paragraph 8 (a), shall be reviewed in the light of the assessment of the Group of Technical Experts in accordance with paragraph 12 of the Understanding*”.

Este Acordo foi possível graças a um clima de maior abertura que se instalou na Comissão Preparatória depois da iniciativa do Secretário Geral das Nações Unidas de convocar para 19 de Julho de 1990 uma reunião oficiosa de delegados representativos de todas as tendências, para iniciar um novo diálogo em relação à Parte XI da Convenção. O

Geral, em nome da Comissão Preparatória. Para quebrar o impasse a que ambas as partes tinha chegado, Bob Rochon, chefe da delegação canadiana, organizou um almoço para Kenneth Rattray, chefe da delegação da Jamaica, e depois presidente do Grupo dos 77, George Duquin, chefe da delegação francesa e porta voz dos investidores pioneiros e José Luís Jesus, Presidente da Comissão Preparatória. Graças a esta acção canadiana, os dois lados entenderam-se e Rattray elaborou um compromisso que serviu de base ao Acordo.

O Acordo sobre as Obrigações representou uma redução significativa das obrigações iniciais dos investidores pioneiros e resolveu as suas principais preocupações, pois estes não tinham mais que pagar a taxa anual de um milhão de dólares desde a data do registo, desde que cumprissem com as suas obrigações relativas à formação e desenvolvimento de um sítio mineiro para a Autoridade. Do mesmo modo, se dentro de três meses a partir do depósito do sexagésimo instrumento de ratificação ou adesão à Convenção, um Grupo de Peritos Técnicos a criar concluir que a produção comercial não terá lugar em tempo próximo, a Comissão Preparatória recomendará a não aplicação de uma taxa de, igualmente, um milhão de dólares pagável ao abrigo do artigo 13º nº 3 do Anexo III⁴⁴⁷. As obrigações de formação de pessoal⁴⁴⁸ e de exploração do sítio para a Empresa mantinham-se, mas as obrigações concretas estavam melhor definidas. Assim, os investidores pioneiros registados eram obrigados a formar, a expensas suas, não menos que doze pessoas e tinham apenas que colaborar na primeira fase de exploração de um sítio da Empresa. Os termos e as condições para as fases seguintes de exploração ficaram sujeitos a posteriores negociações entre a Comissão Preparatória e os investidores pioneiros. Relativamente à transferência de tecnologia, os investidores pioneiros tinham que cumprir as obrigações prescritas na Convenção, de acordo com a Resolução II, nº 12 a) iii), mas a formação para o uso de tal

Acordo é sintomático de uma evolução iniciada sob o signo do realismo e da tomada de consciência de que o regime do fundo do mar previsto na Convenção nunca seria posto em prática - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer* (8^{ème} et 9^{ème} sessions). In *Collection Espaces et Ressources Maritimes*. Paris: Éditions A. Pedone, 1991, p. 97 e 104.

⁴⁴⁷ Este Acordo sobre as obrigações dos investidores pioneiros registados e seus Estados certificadores produz emendas na Resolução II e na Convenção, na medida em que vem permitir o abandono de contribuições em condições não previstas. De qualquer modo, com este comportamento a Comissão Preparatória revelou um elevado grau de flexibilidade e pragmatismo, pois procurou ajustar o regime dos investidores pioneiros às condições económicas e políticas em mudança - NELSON, L. D. M. - *The Preparatory Commission ...*, *cit.*, p. 37.

⁴⁴⁸ O programa de formação foi objecto de um acordo no seio da Comissão Preparatória, com base num documento adoptado em 31 de Agosto de 1989 - LOS/PCN/SCN.2/L.6/Rev.1. Para pôr o programa em funcionamento, era necessário constituir um Grupo de Formação (*Training Panel*). O Acordo previa que o Grupo fosse constituído por quinze peritos. Dado o número de candidatos e a necessidade de assegurar uma representação geográfica aceitável, foi decidido criar um Grupo de dezasseis peritos, ao qual se juntaria um perito designado por cada investidor pioneiro registado. Assim, no fim da primeira parte da 9ª Sessão, o Presidente da Comissão Preparatória anunciou a composição do Grupo de Formação - cinco peritos de África, quatro da Ásia, três da América Latina, três da Europa Ocidental e um da Europa de Leste, mais cinco peritos nomeados pelos investidores pioneiros registados, num total de vinte e um - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer* (8^{ème} et 9^{ème} sessions), *cit.*, 1991, p. 114.

tecnologia seria uma componente do programa de formação. Os gastos periódicos de exploração que os quatro investidores pioneiros tinham que realizar, nos termos do número 7º c) da Resolução II, deverão ser determinados pela Comissão Preparatória, após consulta com e com a cooperação de cada um dos investidores pioneiros, nos doze meses após a adopção do Acordo. Tais despesas deveriam ser revistas pela Comissão Preparatória de quando em vez, depois da consulta e em cooperação com os investidores pioneiros respectivos. Cada um dos quatro Estados certificadores concordaram em fazer relatórios periódicos à Comissão sobre as actividades pioneiras realizadas, de acordo com o nº 12 b) ii) da Resolução II. Também os investidores pioneiros registados que estejam a realizar actividades de exploração nas áreas reservadas para a Autoridade devem apresentar à Comissão Preparatória um relatório anual sobre o tipo e extensão das actividades desenvolvidas e detalhes dos gastos feitos durante aquele ano, bem assim como uma lista de dados e informações resultantes das suas actividades. Por último, os investidores pioneiros deixaram de ter de apresentar o seu plano de trabalho nos seis meses imediatos à entrada em vigor da Convenção, como estabelece o nº 8 a). O Grupo de Peritos Técnicos seria encarregado de estudar a viabilidade económica das actividades do fundo do mar e só em caso de condições comerciais favoráveis ou quando fossem favoráveis é que os planos de trabalho teriam de ser apresentados.

5.1.2.5 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E OUTROS PEDIDOS DE REGISTO⁴⁴⁹

Em Agosto de 1990, a República Popular da China⁴⁵⁰ apresentou à Comissão Preparatória um pedido de registo como investidor pioneiro da empresa estatal *China Ocean Mineral Resources Research and Development Association (COMRA)*⁴⁵¹. A área objecto do pedido situa-se na zona

⁴⁴⁹ SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 32 e s.; BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 92 e 93.

⁴⁵⁰ A República Popular da China não participou na I e II Conferências das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizadas, respectivamente, em 1958 e 1960. Porém, em 15 de Outubro de 1971, a Assembleia Geral das Nações Unidas votou o reconhecimento da República Popular da China como representante oficial da China, pelo que, a partir dessa altura, a China participou activamente nos trabalhos do Comité de Fundos e, posteriormente, na III Conferência. Durante a Conferência, a China apoiou o princípio do património comum da humanidade e defendeu uma Autoridade forte - GAO, Zhiguo - China and the LOS Convention. *Marine Policy*. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-587 X. 15, number 5: (May 1991), p. 199- 209.

⁴⁵¹ De acordo com a Resolução II da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o Acordo de Nova Iorque de 1986 e a Declaração de Acordo de 10 de Abril de 1987, o Representante Permanente e Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da China para as Nações Unidas apresentou, em nome do governo chinês, o pedido de registo da *China Ocean Mineral Resources and Development Association (COMRA)* como investidor pioneiro e para a atribuição de uma área pioneira, em 27 de Agosto de 1990. A China já há algum tempo que se vinha interessando pelas actividades do fundo do mar, desenvolvendo, através de companhias públicas e privadas, actividades de exploração e aproveitamento de recursos minerais em águas internacionais. Participou activamente nas actividades da Comissão Preparatória, desde a sua primeira Sessão, em 1983, e assinou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 10 de Dezembro de 1982. Até 1 de Janeiro de 1985, já tinha gasto em

Clarion-Clipperton, no Oceano Pacífico e consiste em três partes separadas totalizando 300.000 km² ⁴⁵². O pedido era acompanhado de uma declaração da China certificando que a área reclamada não se sobrepunha com as áreas pioneiras existentes ou com áreas reclamadas por potenciais investidores pioneiros conhecidos.

O pedido chinês foi aprovado pelo Plenário da Comissão Preparatória, depois de ter sido aprovado, em 5 de Março de 1991, pelo Comité Geral com base no relatório do Grupo de Peritos Técnicos ⁴⁵³ e após a adopção, em 22 de Fevereiro, de um *Memorandum of Understanding on the Avoidance of Overlaps and Conflict relating to Deep Seabed Areas*, assinado pela China, por um lado, e pelos sete potenciais Estados investidores pioneiros ⁴⁵⁴, por outro lado. Neste Acordo, cada parte assumiu evitar, no futuro, acções que pudessem impedir o registo de um pedido para um sítio mineiro pela outra parte. No Acordo, a área pioneira da China bem assim como as áreas dos consórcios ocidentais estão definidas nos Anexos I e II, respectivamente.

O Acordo sobre as Obrigações dos Investidores Pioneiros, de 30 de Agosto de 1990, aplicava-se, apenas, ao primeiro grupo de investidores pioneiros registados, pelo que foi necessário fazer um acordo semelhante para a COMRA. Assim sendo, em 12 de Março de 1992, o Comité Geral, agindo em nome da Comissão Preparatória, como órgão executivo para a implementação da Resolução II, adoptou o *Understanding on the Fulfilment of Obligations by the Newly Registered Pioneer Investor*, a *China Ocean Mineral Resources and Development Association* e o Estado certificador, a China ⁴⁵⁵.

actividades pioneiras, tal como definido no parágrafo 1º b) da Resolução II, mais de 30 milhões de dólares americanos e mais de 10% desses gastos foram usados para a localização, supervisão e avaliação da área, referida no parágrafo 3 a) da Resolução II - ZHIXIONG, Wang - China and the exploitation of deep seabed polymetallic nodules. *Marine Policy*. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. 15, number 3: (March 1991), p. 132-135.

⁴⁵² O Grupo de Peritos Técnico solicitou aos representantes chineses que modificassem a formulação inicial do seu pedido, pelo que, numa segunda proposta, os 300.000 km² estavam divididos em quatro partes: a parte A formada por quatro subsectores; a parte B, formada por cinco subsectores; a parte C, formada por dois subsectores; e uma parte S, composta por três subsectores - LÉVY, Jean-Pierre - Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer (8^{ème} et 9^{ème} sessions), *cit.*, 1991, p. 106.

⁴⁵³ Doc. LOS/PCN/BUR/R.7, de 23 de Janeiro de 1991 - foi publicado, com excepção dos dados confidenciais e transmitido ao Comité Geral da Comissão Preparatória para exame e decisão.

⁴⁵⁴ Os quatro Estados signatários da Convenção - Bélgica, Canadá, Itália e Países Baixos - e três Estados não signatários - Alemanha, Reino Unido e Estado Unidos da América - BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 92.

⁴⁵⁵ Tal como o anterior, este Acordo estabelece que a COMRA tem que dar formação inicialmente a, pelo menos, quatro pessoas; tem que conversar com a Comissão Preparatória, dentro de doze meses, sobre as despesas de exploração a realizar; e tem que, se lhe for pedido, desenvolver actividades mineiras num sítio mineiro para a Empresa. Este Acordo também prevê que a taxa anual de 1 milhão de dólares, a pagar por imposição do nº 7 b) da Resolução II, não se aplique, assim como reconhece à Comissão poderes para recomendar a não aplicação de uma taxa semelhante de 1 milhão de dólares prevista no artigo 13º nº 3 do Anexo III - BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 92. UNITED NATIONS - Documents. *INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1993*. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. 1993, p. 469 e 470.

Como já referimos, aos países em vias de desenvolvimento, bem assim como aos Estados do Leste Europeu⁴⁵⁶ foi reconhecido, pelo Acordo de Nova Iorque, de 1986, o direito de apresentarem pedidos como investidores pioneiros. Ao abrigo desse direito, quatro países do Leste Europeu - Bulgária, Checoslováquia (actualmente República Checa e República Eslovaca), Polónia e URSS (actual Federação Russa), e um país em vias de desenvolvimento, Cuba, apresentaram à Comissão Preparatória, em 4 de Março de 1991, um pedido de registo de uma multinacional - *Interoceanmetal Joint Organization* (IOM)⁴⁵⁷. O Comité Geral, consciente que este conjunto de países não constituía nem “qualquer Estado em desenvolvimento”, à luz do nº 1 a) iii) da Resolução II, nem “um grupo de todos os Estados Socialistas da Europa do Leste”, à luz do Acordo de Nova Iorque, de 1986, decidiu recomendar à Comissão Preparatória que Cuba fosse autorizada a ser incluída na lista de Estados Socialistas da Europa de Leste, o que representava uma pequena alteração ao Acordo de 1986 e revelou algum pragmatismo da Comissão Preparatória. Os Estados certificadores fizeram declarações pelas quais asseguravam que as áreas objecto do pedido não se sobrepunham com outros sítios pioneiros já registados ou com áreas reclamadas pelos investidores pioneiros referidos no nº 1 a) ii) da Resolução II e que tomaram todas as medidas para que não houvesse sobreposições com áreas reclamadas pelos potenciais investidores pioneiros. Também se comprometeram a conduzir as actividades pioneiras de acordo com as disposições da Resolução II e do Acordo sobre as Obrigações dos Investidores Pioneiros Registados, de 30 de Agosto de 1990.

O Comité Geral, em 21 de Agosto de 1991, com base no relatório do Grupo de Peritos Técnicos, que reuniu em 5 de Julho, decidiu registar os requerentes como investidores pioneiros e incluiu no sítio que lhes foi atribuído uma área de 52,300km² por eles identificados. As áreas objecto do registo estão situadas na zona do Pacífico Nordeste.

A Índia, que deveria proceder à restituição de 20% do seu sector pioneiro, pois já tinham decorrido três anos sobre o seu registo (nº 1 e) i) da Resolução II), não esteve presente na nona Sessão.

⁴⁵⁶ Eram considerados como fazendo parte deste grupo os seguintes países: Bulgária, Bielorrússia, Checoslováquia (posteriormente República Checa e República Eslovaca), República Democrática Alemã (em 3 de Outubro de 1990 deu-se a unificação das duas Alemanhas passando a usar apenas a designação de Alemanha), Hungria, Polónia, Ucrânia e URSS - Doc. LOS/PCN/L.97 e Corr. 1, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1991. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. 1991, p. 251.

⁴⁵⁷ A IOM foi criada em 1987 pela Bulgária, Cuba, Checoslováquia, República Democrática Alemã, Polónia, URSS e Vietname. Em 1990, o Vietname retirou-se, o mesmo se passando com a República Democrática Alemã, devido à reunificação das duas Alemanhas - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer* (8^{ème} et 9^{ème} sessions, *cit.*, 1991, p. 107 e 122.

Entretanto, também em Agosto, foi apresentado à Comissão Preparatória um relatório conjunto denominado *Preparatory Work in the International Authority Reserved Area*, informando-a de que o trabalho preparatório para a exploração de um sítio mineiro nas áreas reservadas para a Autoridade tinha sido completado pela França, Japão e Federação Russa. A Comissão decidiu que os detalhes dos dados e informações contidos no relatório seriam apresentados para análise ao Grupo de Peritos Técnicos (criado com base no Acordo de Setembro de 1986). O Grupo de Peritos, que reuniu entre 18 e 20 de Fevereiro de 1992, apresentou o seu relatório, que foi aprovado pelo Comité Geral, em 12 de Março de 1992, pelo que as suas recomendações foram aceites. Assim sendo, os três investidores pioneiros podiam desenvolver a primeira fase de exploração do sítio da Empresa com base num plano de trabalho e num calendário por eles determinado⁴⁵⁸. O Comité Geral também analisou os relatórios periódicos apresentados pelos Estados certificadores - França, Índia, Japão e Federação Russa - sobre as actividades pioneiras desenvolvidas pelo primeiro grupo de investidores pioneiros registado⁴⁵⁹.

Posteriormente, na 10ª Sessão, encontro de Verão, melhor dizendo, em 18 de Agosto de 1992, a Comissão Preparatória adoptou o *Understanding on the Fulfilment of Obligations by the Other Newly Registered Pioneer Investor*, a *Interoceanmetal Joint Organization* (IOM) e os Estados certificadores, a Bulgária, Cuba, República Checa e Eslováquia, Polónia e Federação Russa, cujos termos são semelhantes aos do Acordo com a COMRA⁴⁶⁰.

⁴⁵⁸ LÉVY, Jean-Pierre - Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer (Dixième session). In *Collection Espaces et Ressources Maritimes*. Paris: Éditions A. Pedone, 1992. ISBN 2-233-00243-1, p. 137 e 139.

⁴⁵⁹ O Acordo relativo às obrigações dos investidores pioneiros registados previa que os Estados certificadores deveriam apresentar relatórios das actividades desenvolvidas pelos respectivos operadores. Assim, a Índia (Doc. LOS/PCN/BUR/R11, de 27 de Fevereiro de 1992), a França, em nome da IFREMER/AFERNOD (Doc. LOS/PCN/BUR/R13, de 2 de Março de 1992), o Japão, em nome da DORD (Doc. LOS/PCN/BUR/R12, de 28 de Fevereiro de 1992) e a Federação Russa, em nome da YUZHMOREGEOLOGIYA (Doc. LOS/PCN/BUR/R14, de 6 de Março de 1992) apresentaram os seus relatórios tanto oralmente como por escrito - LÉVY, Jean-Pierre, *idem*, p. 137.

⁴⁶⁰ O conteúdo do Acordo está transcrito in *Progress Report of the Chairman of the Preparatory Commission for the ISA and for the ITLOS on the Work of the Commission - in INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1992*. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. 1992, p. 304-306.

De forma sucinta, as obrigações são as seguintes:

- assegurar a formação de quatro estagiários (Res. II - nº 12 a) ii));
- cumprir as obrigações previstas na Convenção relativas à transferência de tecnologia (Res. II - nº 12 a) iii));
- realizar anualmente determinadas despesas a fixar em colaboração com a Comissão Preparatória (Res. II - nº 7 c));
- dever dos Estados certificadores de fazer relatórios periódicos das actividades desenvolvidas à Comissão Preparatória (Res. II - nº 12 b) ii));
- dever dos Estados certificadores de pôr à disposição da Empresa, em tempo oportuno, os meios financeiros (Res. II - nº 12 b) i));
- dever da *Interoceanmetal* de desenvolver, a pedido da Comissão Preparatória e mediante reembolso das despesas, um programa de exploração de um sítio mineiro para a Empresa, no sector reservado para a Autoridade (Res. II - a) i));

Na 11ª Sessão, em 1993, o Comité Geral analisou os relatórios periódicos apresentados pelos Estados certificadores em nome dos investidores pioneiros registados⁴⁶¹ e tomou conhecimento de uma carta datada de 25 de Março do coordenador do grupo desses investidores, apelando para que os princípios da igualdade de tratamento e não discriminação fossem tidos em conta na implementação das suas obrigações⁴⁶². Foi, então, resolvido que o Comité Geral, enquanto órgão executivo da Comissão Preparatória para implementação da Resolução II, deveria encontrar-se dois ou três dias por ano, até à entrada em vigor da Convenção, para supervisionar o cumprimento das obrigações dos investidores pioneiros⁴⁶³.

Entretanto, em 16 de Novembro de 1993, Guiana depositou, no Secretário Geral das Nações Unidas, o 60º instrumento de ratificação à Convenção, pelo que a Comissão Preparatória, dentro do prazo de três meses, devia convocar o Grupo de Peritos Técnicos para rever o estado das actividades mineiras do fundo do mar e para emitir a sua opinião sobre o tempo provável do começo da produção comercial. O Grupo de Peritos reuniu de 26 a 28 de Janeiro de 1994, em Nova Iorque, e o seu relatório⁴⁶⁴, cuja conclusão era no sentido de que a produção comercial do

-
- dever dos investidores pioneiros de fornecerem gratuitamente à Autoridade as bases de dados informatizados relativos aos sítios mineiros explorados pela *Interoceanmetal*.

Mas o investidor pioneiro registado estava dispensado de pagar um milhão de dólares a contar da data do registo - obrigação prevista no nº 7 d) da Res. II.

Tal como para os outros investidores pioneiros, nos três meses seguintes à data do depósito do 60º instrumento ratificação ou de adesão, o Grupo de Peritos Técnico iria determinar a data provável do começo da produção comercial e se este Grupo concluísse que a produção demoraria, a Comissão Preparatória recomendaria à Autoridade continuar a suspender a obrigação de pagar o direito anual fixo previsto no Anexo III, artigo 13º § 3.

Na altura levantou-se a questão de se estas obrigações, semelhantes às da China, deveriam ser aplicadas a um grupo de Estados considerados como desenvolvidos. O representante da França, em seu nome pessoal e em nome da Rússia e do Japão, defendeu a opinião de que todos os investidores pioneiros deveriam ter um tratamento equitativo, caso contrário o primeiro grupo de investidores seria mais onerado, sobretudo porque sobre eles recaía a obrigação de explorar gratuitamente um sítio da Autoridade - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer (Dixième session)*, *cit.*, 1992, p. 146-147.

⁴⁶¹ Analisou os relatórios apresentados pela República Popular da China sobre as actividades da COMRA (Doc. LOS/PCN/BUR/R.20 e Doc. LOS/PCN/BUR/R.21); pela França em nome da IFREMER/AFERNOD (Doc. LOS/PCN/BUR/R.22); pelo Japão em nome de *Deep Ocean Resources Development* - DORD (Doc. LOS/PCN/BUR/R.23); pela Índia (Doc. LOS/PCN/BUR/R.24) e pela Federação Russa em nome da YUZHMOREGEOLOGIYA (LOS/PCN/BUR/R.25) - LÉVY, Jean-Pierre - *La Onzième Session de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines*. Paris: Éditions A. Pedone. ISBN 2-233-00263-6. nº 7: (1993), p. 17.

⁴⁶² França, em nome do Japão, da Rússia e em seu próprio nome, chamou a atenção para a necessidade de aplicação do princípio da igualdade de tratamento aos três primeiros investidores pioneiros. Tal atitude resultou do facto de, quer à *Interoceanmetal* quer à China, não ter sido imposta a obrigação de exploração de um sítio mineiro para a Empresa. Trata-se de uma obrigação bastante onerosa imposta ao primeiro grupo de investidores e já não ao segundo grupo. A desigualdade de tratamento até seria aceite se os países beneficiados fossem países em vias de desenvolvimento, mas da *Interoceanmetal* fazem parte países industrializados - LÉVY, Jean-Pierre, *ibidem*, p. 17.

⁴⁶³ SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 37.

⁴⁶⁴ *Report of the Group of Technical Experts* - LOS/PCN/BUR/R.32, de 28 de Janeiro de 1994, in HAYASHI, Moritaka - *Activities Linked to the Entry into Force of the United Nations Convention on the Law of the Sea. The International Journal of Marine and Coastal Law*. London: Graham & Trotman. ISSN 0927-3522. 9, number 1: (1994), p. 261.

fundo do mar não iria ter lugar durante a última década do século XX, além de que seria pouco provável que tal acontecesse durante a primeira década do século XXI, foi analisado pelo Comité Geral da Comissão Preparatória, durante a 12ª Sessão, em Kingston, de 7 a 11 de Fevereiro.

No período de Verão da 12ª Sessão, melhor dizendo, em 2 de Agosto de 1994, o Comité Geral, actuando como órgão executivo em nome da Comissão Preparatória, registou o Governo da República da Coreia, cujo pedido de registo tinha sido feito em 14 de Janeiro de 1994, como investidor pioneiro e, em 12 de Agosto, adoptou o respectivo *Understanding on the Fulfilment of the Obligations*; analisou os relatórios periódicos apresentados pelos Estados certificadores - França, Índia, Japão, China, Polónia (em nome da IOM) e Federação Russa; deu atenção a um relatório elaborado pelo Grupo de Peritos Técnicos em que era afirmado que a produção comercial não era esperada tão cedo; tomou conhecimento da notificação do abandono de áreas pioneiras por dois investidores pioneiros (Índia e IOM) e a propósito recomendou à Autoridade Internacional do Fundo do Mar que o Conselho deveria continuar a supervisionar o abandono de áreas pelos investidores pioneiros; analisou os relatórios apresentados pelo *Training Panel*; considerou as questões relativas ao adiamento da taxa anual fixa a pagar pelos investidores pioneiros registados, segundo o Anexo III, artigo 13º parágrafo 3º, à luz das conclusões do relatório apresentado pelo Grupo de Peritos Técnicos e da decisão da Comissão Preparatória e decidiu recomendar à Autoridade que a taxa anual fixa pagável pelos investidores pioneiros registados aquando da entrada em vigor da Convenção fosse adiada de modo compatível com a secção 8, parágrafo 2, do Anexo do Acordo de Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1982; também resolveu adiar a taxa anual fixa de um milhão de dólares prevista na Resolução II, número 7 b), a partir da data do registo. Por último, o Comité acordou que a cada investidor pioneiro registado deveria ser dado um certificado do cumprimento das obrigações, o qual deveria ser acompanhado de uma versão revista do relatório relativo ao estado de implementação das obrigações dos investidores pioneiros registados à luz da Resolução II e acordos conexos⁴⁶⁵.

⁴⁶⁵ Doc. A/49/631 & Corr. 1 - *Report of the Secretary-General, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1994*. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. 1994, p. 55-56.

5.2 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO I⁴⁶⁶

As actividades das diversas Comissões Especiais e do Plenário da Comissão Preparatória para implementação da Resolução I, melhor dizendo, para “assegurar, sem demora injustificada, o início efectivo das actividades da Autoridade e do Tribunal e adoptar as disposições necessárias ao começo do desempenho das suas funções” foram lentas, devido a diversas razões, nomeadamente, a estagnação causada pelo impasse nas negociações sobre o registo dos investidores pioneiros, o atraso da extracção comercial do fundo do mar e consequente incerteza quanto ao futuro dessa actividade, incerteza quanto aos arranjos institucionais e regulamentares específicos necessários e a oposição latente entre um número de Estados industrializados, defensores de emendas ao regime do fundo dos mares estabelecido na Convenção e os países em vias de desenvolvimento que mantinham a posição que a Convenção devia ser implementada à letra.

As mudanças económicas e políticas, verificadas depois da adopção da Convenção em 1982, começaram a influenciar a acção da Comissão Preparatória. Vários factores contribuíram para esta mudança no sentido de um maior realismo:

- a resolução das sobreposições dos sítios mineiros e o registo do primeiro grupo de investidores pioneiros, o que permitiu à Comissão Preparatória dedicar mais algum tempo aos aspectos problemáticos do regime;
- a descoberta de crustas de manganésio e de sulfuretos polimetálicos em áreas do fundo do mar que estavam sob jurisdição nacional a menor profundidade e, por isso, de acesso mais fácil⁴⁶⁷;
- o reconhecimento de que as actividades do fundo do mar só começariam no século XXI; e
- a posição mais firme que os países industrializados tomaram em relação às emendas à Convenção, de modo a adaptá-la às circunstâncias que desde 1982 eram outras⁴⁶⁸.

⁴⁶⁶ Na evolução dos trabalhos da Comissão Preparatória para a implementação do regime do fundo do mar seguiu de perto SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 8 e s., pelo que me dispensei de o citar até ao final deste assunto. BORGESE, Elisabeth Mann, [et al.] - Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and Sea-Law Tribunal Concludes Seventh Session, 14 August - 1 September 1989. *Ocean Yearbook*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1991, p. 461-470; BORGESE, Elisabeth Mann, [et al.] - Report on the Eighth Session of the Preparatory Commission ..., *cit.*, p. 402-410.

⁴⁶⁷ Provavelmente mais de 40% do espaço oceânico e o mais valioso em termos de recursos acessíveis está sob o controlo nacional. Todos os depósitos de hidrocarbonetos comercialmente aproveitáveis, todos os minerais comercialmente aproveitáveis em sedimentos formados a partir da areia, muitos depósitos de nódulos de fosforite, uma quantidade significativa dos sulfuretos polimetálicos e depósitos de crustas de manganésio ultimamente descobertas, vários depósitos de nódulos de manganésio, mais de 90% de recursos vivos do mar comercialmente aproveitáveis e todos os sítios susceptíveis de produção de energia a partir do mar estão sob a soberania exclusiva dos Estados costeiros - PARDO, Arvid - An Opportunity Lost, *cit.*, p. 73.

⁴⁶⁸ KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years ..., *cit.*, p. 30.

De qualquer modo, logo na 2ª Sessão, a Comissão Preparatória, depois de ter definido as regras da sua própria organização, começou o estudo das questões substantivas relativas ao estabelecimento da Autoridade Internacional do Fundo do Mar e do Tribunal. De seguida, vamos referir, separadamente, a actividade desenvolvida pelo Plenário e pelas quatro Comissões Especiais.

5.2.1 - OS TRABALHOS DO PLENÁRIO

O Plenário, cujos Presidentes foram Joseph S. Warioba (Tanzânia) e José Luís Jesus (Cabo Verde) e cujo Relator Geral foi Kenneth Rattray (Jamaica), tinha a seu cargo, além da implementação da Resolução II, apresentar recomendações sobre os arranjos administrativos da Autoridade, as suas necessidades financeiras e sobre o Secretariado. Havia um entendimento geral sobre os princípios que deveriam presidir ao trabalho da Autoridade. Tais princípios eram: a Autoridade devia ser auto suficiente e *cost-effective* e o seu tamanho e estrutura deviam ir de encontro com as suas necessidades, durante o período inicial das suas actividades⁴⁶⁹.

Dada a complexidade do seu mandato e devido ao facto de ter sido dada prioridade à implementação da Resolução II, o Plenário dividiu o seu trabalho em três partes: organização do trabalho da Comissão; implementação da Resolução II; e preparação de projectos de acordos, de normas, de regulamentos e de procedimentos⁴⁷⁰.

Ao longo de várias sessões, o Plenário analisou os projectos de normas de procedimento da Assembleia⁴⁷¹, do Conselho, da Comissão Jurídica e Técnica e da Comissão de Planeamento Económico, tendo a maior parte das normas sido aprovadas provisoriamente, muito embora um

⁴⁶⁹ BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 103; BROWN, E. D. BL LLM PhD - **The International Law of the Sea. Volume I** ..., *op. cit.*, p. 474.

⁴⁷⁰ Doc. LOS/PCN/130, de 17 de Novembro de 1993 - *Consolidated Provisional Final Report - volume I - in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1993*, *cit.*, p. 461.

⁴⁷¹ Relativamente às normas e procedimento para a Assembleia da Autoridade, o Plenário analisou um trabalho preparado pelo Secretariado das Nações Unidas, o qual utilizou, como precedentes, as normas de procedimento da Assembleia Geral das Nações Unidas, da Terceira Conferência sobre o Direito do Mar e as normas da Comissão Preparatória - SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 10.

Na Sessão de Verão de 1984, o Plenário, além de analisar o regulamento interno da Assembleia da Autoridade, analisou, também, um documento apresentado pelo Grupo dos Sete (este grupo surgiu na segunda parte da segunda Sessão e teve um papel muito activo. Era composto pela Bélgica, França, República Federal da Alemanha, Itália, Japão, Países Baixos e Reino Unido) contendo o projecto de um artigo prevendo o estabelecimento de um Comité de Finanças e outro documento apresentado pelo Grupo de Estados Socialistas da Europa de Leste, propondo diversas emendas ao projecto de regulamento interno. Na terceira Sessão (Março/Abril de 1985) as questões mais difíceis foram os órgãos subsidiários e o estatuto de observadores - *in* LÉVY, Jean-Pierre - *La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer*, *cit.*, 1986, p. 160 e 165.

número de questões difíceis, como as matérias relativas às eleições e à tomada de decisões em matérias de fundo, continuassem por resolver.

Na 5ª Sessão, em 1987, o Plenário elegeu José Luís Jesus, de Cabo Verde, como Presidente da Comissão Preparatória⁴⁷². Entretanto, tinham surgido duas questões importantes - o estatuto de observadores na Assembleia da Autoridade e a criação de um Comité de Finanças⁴⁷³ para ajudar a Autoridade na preparação do orçamento e em assuntos financeiros gerais.

Na 7ª Sessão, em 1989, o Plenário analisou uma proposta apresentada pela delegação da Comunidade Europeia relativa ao direito de voto das organizações internacionais; composição, funções e poderes de decisão de um Comité de Finanças, para ajudar a Assembleia e o Conselho; procedimentos especiais para aprovação de planos de trabalho; e um projecto de Acordo sobre a sede da Autoridade a celebrar com Jamaica. Relativamente a este último ponto foram, provisoriamente, aprovados uma série de projectos de artigos.

Na Sessão seguinte, em 1990⁴⁷⁴, o Plenário não só continuou os assuntos que vinha analisando (Comité de Finanças⁴⁷⁵, acordo sobre a sede da Autoridade⁴⁷⁶ e outras questões relativas aos órgãos subsidiários), como começou a preparar um projecto de Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Autoridade, um projecto de Acordo de Cooperação entre a Autoridade e a Organização das Nações Unidas⁴⁷⁷ e projectos de normas sobre o estatuto dos observadores. No final da Sessão, em 28 de Agosto, o Representante Especial do Secretário Geral para o Direito do

⁴⁷² A eleição, apesar de ter sido por aclamação, só se verificou após confronto directo entre o Grupo dos Estados Socialistas da Europa de Leste e o Grupo dos Estados africanos - LÉVY, Jean-Pierre - *La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer*, cit., 1988, p. 119 e 136.

⁴⁷³ Este Comité de Finanças, não previsto na Convenção, iria ter como tarefa fazer recomendações aos órgãos da Autoridade no que toca aos aspectos financeiros e orçamentais das suas actividades. Este Comité equivaleria ao Comité Consultivo para as Questões Administrativas e Orçamentais da ONU, que desenvolve um papel importante no processo orçamental da Organização - BELHAJ, Férid - *Reflexions sur la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer, Dix Ans Après son Ouverture a la Signature: La Question du Régime d'Exploitation des Fonds Marins. African Yearbook of International Law*, Dordrecht, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers. 1993, p. 135.

⁴⁷⁴ No decurso desta Sessão, mais concretamente na sessão plenária de 21 de Março de 1990, a Comissão Preparatória comemorou a acessão à independência da Namíbia - UNITED NATIONS - Documents. *INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1990*, cit., p. 180.

⁴⁷⁵ Relativamente ao Comité de Finanças, as questões discutidas foram: a composição, o estatuto em relação à Assembleia e ao Conselho, funções e procedimento de decisão.

⁴⁷⁶ A este propósito, o representante de Jamaica, o mais interessado, propôs algumas modificações, nomeadamente, a supressão de um projecto de artigo que previa que o governo da Jamaica deveria “ajudar os Estados Partes a arranjar, em condições razoáveis, os locais necessários para a missão e alojamento conveniente para os seus membros” - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer* (8^{ème} et 9^{ème} sessions), cit., 1991, p. 90.

⁴⁷⁷ Doc. LOS/PCN/WP.50, de 10 de Agosto de 1990. Este Acordo justificava-se pelo facto de a Autoridade dever ser uma organização independente do sistema das Nações Unidas. Não era uma instituição especializada, no sentido do artigo 57º da Carta das Nações Unidas. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar pouco diz sobre este tipo de relações, limitando-se, no artigo 169º, a prever a possibilidade para o Secretário Geral da Autoridade de fazer acordos de cooperação com organizações internacionais e organizações não governamentais - LÉVY, Jean-Pierre, *idem*, p. 99 e 107.

Mar, Satya N. Nandan, apresentou um documento sobre: “Arranjos administrativos, estrutura e implicações financeiras da Autoridade Internacional do Fundo do Mar”, preparado pelo Secretariado⁴⁷⁸.

Em 1991, na 9ª Sessão, além de continuar o trabalho em mãos, começou a análise do documento sobre os arranjos administrativos, estrutura e implicações financeiras da Autoridade. O documento previa o estabelecimento evolutivo das instituições, de modo a evitar despesas inúteis. A diminuição dos custos da Autoridade dependia das funções que lhe fossem atribuídas, pelo que foram identificadas sete funções: 1) seguir as tendências e a evolução das técnicas e dos mercados; 2) reunir os dados e informações relativos ao aproveitamento dos fundos marinhos; 3) continuar os estudos relativos aos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres; 4) fazer trabalhos preparatórios tendo em vista elaborar um projecto para a Empresa; 5) acompanhar os programas de formação; 6) seguir a actividade dos investidores pioneiros; e 7) estudar o impacto ambiental do aproveitamento dos fundos marinhos. O estudo destas questões continuou em reuniões oficiosas. Foi, também, no âmbito de reuniões oficiosas que o Presidente da Comissão Preparatória retomou o exame do projecto, estabelecendo uma Comissão de Finanças com base num texto publicado em Agosto de 1988 (LOS/PCN/WP.45) e que tinha sido objecto de uma revisão pelo Secretariado (LOS/PCN/WP.45/Rev.1, de 20 de Agosto de 1991). Esta era uma das questões duras (*hard core issue*), muito importante para os países industrializados⁴⁷⁹.

Em 1992, a análise do Acordo relativo à Sede da Autoridade, entre esta e o Governo de Jamaica, do projecto de Protocolo sobre os Privilégios e Imunidades dos Funcionários e Peritos e do Projecto de Acordo de Cooperação com as Nações Unidas ficou completa. Também se realizaram algumas reuniões oficiosas para análise do projecto revisto, preparado pelo Secretariado, relativo à Comissão de Finanças⁴⁸⁰.

Na 11ª Sessão, em 1993, o Plenário analisou o projecto provisório de relatório final, que era constituído por um documento principal e três suplementos⁴⁸¹.

⁴⁷⁸ Doc. LOS/PCN/WP.51, de 10 de Agosto de 1990.

⁴⁷⁹ LÉVY, Jean-Pierre, *idem*, p. 117 e 118.

⁴⁸⁰ LÉVY, Jean-Pierre - Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer (Dixième session), *cit.*, 1992, p. 131.

⁴⁸¹ Doc. LOS/PCN/1993/WP.53 - Projecto provisório de relatório final da Comissão Plenária; suplemento 1 e 2 - Documentos relativos à aplicação da Resolução II; suplemento 3 - Normas de procedimento para os órgãos da Autoridade, projecto de acordo relativo às relações da Autoridade com a ONU, documentos sobre o comité de finanças e sobre os acordos iniciais para a Autoridade no domínio financeiro e em matéria de Secretariado. No decurso do exame do relatório final apareceram dois grupos de emendas - um apresentado pela CEE e seus Estados membros (Doc. LOS/PCN/1993/CRP.61) e outro apresentado pelo Grupo dos seis - Alemanha, Bélgica, Itália, Japão, Países Baixos e Reino Unido (Doc. LOS/PCN/1993/CRP.62) - LÉVY, Jean-Pierre - La Onzième Session de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1993, p. 11.

Na Sessão da Primavera da 12ª Sessão, em 1994, e na medida em que uma das obrigações da Comissão era: “fazer recomendações sobre o orçamento para o primeiro exercício financeiro da Autoridade” - número 5 c) da Resolução I - o Plenário voltou-se para estas questões tendo sido reiterado, durante os debates, que a Autoridade deveria ser eficiente e *cost-effective*. Foi realçado que as questões da estrutura e do orçamento deveriam ser analisadas dando atenção às funções que a Autoridade deveria desempenhar, tendo sido sugerido que o Secretariado da Autoridade deveria consistir em diversas divisões, cada uma com responsabilidades por cada uma das diversas actividades, tais como pesquisa e planeamento, controlo, preparação de normas, regulamentos e procedimentos, finanças e administração, assuntos jurídicos e, pelo que respeita à Empresa, implementação dos acordos de *joint venture*. Por sugestão do Presidente, o Secretariado foi incumbido de preparar o projecto de orçamento para o primeiro período financeiro da Autoridade, para apresentar na Sessão de Verão⁴⁸².

O Plenário, no encontro de 10 de Fevereiro de 1994, solicitou ao Secretariado para preparar, para o encontro de Verão, um projecto de relatório relativo aos arranjos práticos para o estabelecimento do Tribunal Internacional do Direito do Mar, que a Comissão Preparatória tinha de apresentar, segundo o parágrafo 10º da Resolução I, ao Encontro dos Estados Partes, a ser convocado de acordo com o artigo 4º do Anexo VI da Convenção⁴⁸³.

5.2.2 - OS TRABALHOS DAS COMISSÕES ESPECIAIS⁴⁸⁴

5.2.2.1 - A COMISSÃO ESPECIAL 1

A Comissão Especial 1, presidida por Hasjim Djalal, da Indonésia⁴⁸⁵, como já foi referido, tinha a seu cargo o estudo dos problemas que irão defrontar os países em vias de desenvolvimento produtores terrestres dos mesmos minerais que irão ser extraídos das profundidades dos oceanos, tendo em vista minimizar as suas dificuldades e ajudá-los a fazer os ajustes económicos necessários, incluindo estudos sobre a criação de um fundo de compensação. Ao longo da

⁴⁸² Doc. LOS/PCN/L.114/Rev.1, 8 March 1994, *Statement of the Chairman of the Preparatory Commission, 12th Session, Kingston, Jamaica, 7-11 February 1994*, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1994, cit., p. 284

⁴⁸³ Doc. LOS/PCN/L.114/Rev.1, 8 March 1994, *Statement of the Chairman of the Preparatory Commission, 12th Session, Kingston, Jamaica, 7-11 February 1994*, in UNITED NATIONS - Documents, *idem*, p. 285.

⁴⁸⁴ LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, cit., 1986. p. 137-181 e do mesmo Autor - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer. In Espaces et Ressources Maritimes. Paris: Université de Nice - Cerdam. Éditions A. Pedone, 1988, p. 119-158.

⁴⁸⁵ BERGIN, Anthony - The politics of PrepCom. Australia's role, cit., p. 300.

negociação apareceram várias soluções, nomeadamente a criação de um fundo de compensação, a subsidiarização das actividades do fundo do mar e incentivos financeiros.

A Comissão começou por analisar os dados e informações sobre o mercado de minerais e identificação dos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres mais afectados, bem assim como as medidas possíveis de serem adoptadas para minorar os efeitos adversos.

Na 4ª Sessão, em 1986, foi dada uma especial atenção à questão da criação de um fundo de compensação ou um qualquer outro fundo especial e medidas para reduzir os efeitos adversos, através de acordos bilaterais entre os países em vias de desenvolvimento, exportadores tradicionais, e os Estados importadores tradicionais de tais minerais, que se tornaram produtores devido ao seu aproveitamento dos recursos da Área internacional. A Convenção não prevê expressamente a criação de um fundo de compensação, antes exige que a Autoridade crie “um sistema de compensação” ou adopte “outras medidas de reajuste económico, incluindo a cooperação com os organismos especializados e outras organizações internacionais” para ajudar os países em vias de desenvolvimento cujas “receitas de exportação ou cuja economia sofram sérios prejuízos como consequência de uma diminuição no preço ou no volume exportado de um mineral, na medida em que tal diminuição se deva a actividades na Área” - artigo 151º nº 10. Durante as discussões na Comissão, o Grupo dos 77 introduziu uma proposta específica para a criação de um fundo de compensação, mas alguns Estados, sobretudo Ocidentais, foram de opinião que o mandato da Comissão exigia que, em primeiro lugar, fosse estabelecido se era ou não necessário medidas de auxílio e só depois se estudaria que medida em concreto, além de que entendiam que os mecanismos internacionais existentes⁴⁸⁶ eram adequados para compensar os efeitos adversos. A Austrália, por exemplo, dizia que não era necessário o fundo de compensação, porque as forças do mercado determinariam, no final, que produtores seriam viáveis⁴⁸⁷. Por seu turno, os Estados do Leste Europeu, sugeriram que o problema deveria ser resolvido através de arranjos bilaterais entre os países em vias de desenvolvimento produtores terrestres e os importadores tradicionais. Algumas delegações argumentavam que um ambiente económico em que as actividades do fundo do mar fossem rentáveis - quando os preços dos minerais estivessem mais altos - levaria de facto a um aumento dos rendimentos dos produtores terrestres devido aos seus mais baixos custos de produção. Um documento apresentado pela Comunidade Europeia argumentava que, como as actividades mineiras do fundo do mar não seriam economicamente viáveis num futuro próximo, era prematuro estar a recomendar medidas compensatórias precisas naquele momento. Em resposta

⁴⁸⁶ Mecanismos como o financiamento do Fundo Monetário Internacional para os problemas da balança de pagamentos e os empréstimos do Banco Mundial para os ajustes estruturais - BERGIN, Anthony, *idem*, p. 303.

⁴⁸⁷ MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 325.

a estas posições, alguns países em vias de desenvolvimento referiram um relatório publicado pela Agência Oceanográfica e Atmosférica Nacional dos Estados Unidos que previa a possibilidade de um aproveitamento dos recursos minerais dos fundos marinhos, no final da década de oitenta, e, por isso, solicitava a adopção de regulamentação que lhe permitisse conceder licenças de produção a partir de 1 de Janeiro de 1988. No final da Sessão, este grupo apresentou um documento com uma proposta concreta para a criação de um fundo de compensação, fundo cujo financiamento resultaria de uma percentagem das receitas resultantes dos lucros da Empresa e dos lucros de outros operadores da Área bem assim como das contribuições voluntárias dos Estados membros e de outras entidades⁴⁸⁸

A ideia de que a Autoridade deveria adoptar as suas próprias medidas de auxílio, quer ajuda económica quer um sistema de compensação, começou a ter um largo apoio, muito embora houvesse uma permanente resistência à criação de um fundo de compensação. No encontro do Verão de 1987, começou a ser tratada a questão da subsidiarização das actividades do fundo do mar, tendo sido largamente debatida a questão dos seus efeitos, quer em relação às suas repercussões na competitividade da Empresa quer em relação à sua compatibilidade com as obrigações do (então) GATT. Também analisaram se deveria ou não ser incluída uma recomendação anti-subsidiarização no relatório da Comissão Especial 1 à Autoridade⁴⁸⁹. No final da Sessão seguinte, em 1988, a Comissão Especial 1 criou um Grupo de Trabalho aberto, presidido por Karl Wolf, da Áustria, para estudar a questão da subsidiarização e da criação de um fundo de compensação⁴⁹⁰.

Em 1989, na 7ª Sessão, foi elaborada uma lista de sessenta e seis conclusões provisórias que iriam constituir a base das recomendações da Comissão Preparatória para a Autoridade sobre a protecção dos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres. Tais conclusões provisórias eram relativas às projecções de produção; relações entre a produção da Área e a produção terrestre existente; identificação, definição e medição dos seus efeitos nos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres; determinação das dificuldades que iriam ser defrontadas pelos produtores terrestres em vias de desenvolvimento afectados; e formulação de medidas para minimizar essas mesmas dificuldades.

⁴⁸⁸ Doc. LOS/PCN/SCN.1/1986/CRP.12, de 27 de Agosto de 1986, referido por LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins (4^{ème} session), *cit.*, 1987, p. 153-154.

⁴⁸⁹ Os Estados produtores terrestres, chefiados pela Austrália, reuniram os seus esforços para que as actividades mineiras do fundo do mar não fossem subsidiadas. Diferentemente, os países da Europa Ocidental e o Japão, que seria de pensar que eram apoiantes do princípio da liberdade de empresa, mas que são também consumidores de minerais, preocuparam-se com a ideia de anti-subsidiarização como elemento do regime do fundo do mar - KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years ..., *cit.*, p. 149.

Um Grupo de Trabalho *ad hoc*, entretanto, criado pela Comissão Especial 1 e presidido por Luis Preval, de Cuba, continuou a examinar as questões relativas à identificação dos Estados produtores terrestres afectados ou susceptíveis de serem afectados pela produção do fundo do mar; ao estabelecimento de um fundo de compensação; e aos efeitos da atribuição de subsídios às actividades mineiras do fundo do mar, tendo em vista sugerir soluções de compromisso para os problemas identificados nas conclusões provisórias. As suas recomendações, após uma revisão pelo Presidente do Grupo de Trabalho, constam de um relatório a ser apresentado à Autoridade.

Na primeira parte da 9ª Sessão, foi criado um novo Grupo de Negociação, presidido pelo Presidente da Comissão 1, para negociar as conclusões provisórias da Comissão. Este Grupo era constituído por treze membros - Argélia, Áustria, Canadá Chile, China, Cuba, CEE, Japão, Uganda, Filipinas, Polónia, URSS e Zâmbia, a que se poderiam juntar todos os membros da Comissão⁴⁹¹.

Na 10ª Sessão, a Comissão Especial 1 completou a análise de todos os *itens* que lhe tinham sido cometidos no programa de trabalho.

À guisa de conclusão, podemos dizer que esta Comissão fez progressos consideráveis no seu trabalho altamente técnico e a sua documentação constituiu um muito útil corpo de material para a Autoridade. Percorreu também um longo caminho, tendo em vista a preparação de um conjunto de recomendações para apresentar à Autoridade. Havia, no entanto, áreas importantes de desacordo, especialmente em relação à formulação de medidas para minimizar os problemas dos Estados em vias de desenvolvimento produtores terrestres afectados. Em particular, os Estados da Comunidade Europeia e o Grupo dos 77 adoptaram, na 9ª Sessão, posições antagónicas relativamente à natureza e extensão da assistência a ser dada pela Autoridade e ao seu papel na decisão e implementação de medidas de assistência. Resumidamente, os Estados da Comunidade Europeia⁴⁹² defendiam que as ajudas não deveriam onerar a Autoridade, por isso esta deveria actuar como um catalisador e estimular a assistência de outras organizações internacionais que já dão assistência aos países em vias de desenvolvimento. O Grupo dos 77⁴⁹³, por seu turno, insistia que a responsabilidade primeira para decidir e implementar as medidas necessárias deveria caber à Autoridade, que para o efeito deveria criar um fundo de compensação. Algum progresso foi feito para encurtar o fosso entre os dois grupos, na Sessão de Agosto de 1992, com o acordo sobre a

⁴⁹⁰ Sixth Session of Preparatory Commission for International Sea-Bed Authority and International Tribunal for the Law of the Sea, Kingston, 14 March-8 April, 1988. *Ocean Yearbook*, 7. Chicago and London, 1989, p. 519.

⁴⁹¹ LÉVY, Jean-Pierre - Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer (8^{ème} et 9^{ème} sessions), *cit.*, 1991, p. 109 e 119.

⁴⁹² Doc. LOS/PCN/SCN.1/1991/CRP.20/Rev.1, de 18 de Março de 1991.

⁴⁹³ Doc. LOS/PCN/SCN.1/1991/CRP.21, de 12 de Março de 1991.

criação de um fundo para efeitos de assistência a países em vias de desenvolvimento produtores terrestres.

O relatório do Presidente reconhecia que continuava a não haver acordo, sendo os pontos em desacordo os seguintes: a) a assistência a ser fornecida pela Autoridade aos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres e o fundo a ser criado para esse efeito, deveria ser denominado assistência económica ou compensação?; b) qual o papel da Autoridade, em relação às organizações existentes, ao decidir e implementar medidas de assistência?; e c) a Autoridade estará numa posição de contribuir para o financiamento das medidas de assistência, quando tal assistência for estabelecida, antes da produção comercial da Área? De qualquer modo, havia um ponto em que todos estavam de acordo - os “países em vias de desenvolvimento produtores terrestres, que forem afectados pela produção comercial do fundo do mar, devem ser ajudados”⁴⁹⁴.

Parte do trabalho desta Comissão Especial foi depois ultrapassado pelas Consultas Informais do Secretário Geral das Nações Unidas e pelo Acordo de Implementação da Parte XI (Secção 7 do Anexo), que iremos estudar, cabendo o restante trabalho à Autoridade.

5.2.2.2 - A COMISSÃO ESPECIAL 2

A Comissão Especial 2, presidida por Lennox Ballah, de Trindade e Tobago⁴⁹⁵, tinha por mandato a adopção de medidas que habilitem a Empresa a começar a actuar o mais cedo possível e ao mesmo ritmo dos Estados e outras entidades, isto é, em pé de igualdade com os Estados e outras entidades que desenvolvem actividades na Área – nº 12 da Resolução II.

Logo na Sessão de 1984, foram apresentadas várias propostas a favor de *joint ventures*⁴⁹⁶ como modelo viável para as actividades da Empresa, numa fase inicial. A Áustria apresentou um

⁴⁹⁴ BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 104; BROWN, E. D. BL LLM PhD - **The International Law of the Sea. Volume I** ..., *op. cit.*, p. 475.

⁴⁹⁵ BERGIN, Anthony - The politics of PrepCom. Australia's role, *cit.*, p. 300.

⁴⁹⁶ Além da proposta austríaca referida no texto, apareceu, também, uma proposta da República Federal da Alemanha - *Model Joint Venture Agreement for Sea-Bed Mining* (Doc. LOS/PCN/SCN.2/WP.5, de 25 de Outubro de 1984) e um Estudo conjunto feito pelo *Asian African Legal Consultative Committee* e pelo *International Ocean Institute*. Sobre as vantagens da solução *joint venture* ver JAENICKE, Günther - Joint Ventures for Sea-Bed Activities: A Viable Alternative. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991, p. 165-173.

A solução *joint ventures* não era nova, já no Comité de Fundos e na III Conferência tinham aparecido propostas nesse sentido, tendo, a dada altura, o próprio Embaixador Pardo reconhecido os seus méritos - NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar** ..., vol. XI, 1980, *cit.*, p. 99. No entanto, a Convenção não consagrou esta solução, embora também não a tivesse afastado, antes deixou à Empresa a possibilidade de a adoptar. Assim, a Convenção e os Anexos têm algumas disposições permitindo a conclusão de acordos conjuntos entre a Empresa e os operadores - artigo 11º nº 2 do Anexo III. Cabe, também, à Autoridade

documento de trabalho que previa uma *Joint Enterprise for Exploration, Research and Development in Ocean Mining* (JEFERAD). Segundo o documento, num período antes da entrada em vigor da Convenção, era necessário a existência de uma infra-estrutura transitória na forma de um empreendimento conjunto. Esta seria uma solução barata que também resolvia o problema da exigência de transferência de tecnologia⁴⁹⁷.

O Comité Jurídico Consultivo Asiático e Africano também apresentou um documento em que as dificuldades de tecnologia, fundos e experiência eram descritas e concluía que a solução de acordos de cooperação entre a Empresa e os investidores pioneiros deveria ser estudada.

No Verão de 1984 ouviram-se vozes contra a solução *joint venture*⁴⁹⁸.

Na 3ª Sessão, em 1985, a Comissão tinha perante si, no encontro de Kingston, os documentos preparados pelo Secretariado sobre:

1 - um projecto para o estabelecimento de uma operação mineira no fundo do mar, durante um período de 14 anos, antes da produção comercial em pleno;

2 - um Grupo de Peritos *ad hoc* para planear a actividade futura da Empresa; e

3 - as necessidades de formação da Empresa a nível técnico e de gestão⁴⁹⁹.

Não obstante o largo apoio às *joint ventures*, a Comissão Especial 2 decidiu estudar, como primeira opção, “um projecto integrado levado a cabo independentemente pela Autoridade”⁵⁰⁰. Também era sentido que qualquer esquema de formação a ser levado a cabo antes de a Convenção entrar em vigor dependeria, para o seu sucesso, do cumprimento integral das obrigações por parte dos investidores pioneiros, após o registo.

Na 4ª Sessão, mais concretamente em 24 de Março de 1986, o chefe da delegação australiana, Landale, apresentou um documento relativo aos aspectos económicos das actividades da Empresa - *The Economic Viability of Deep Seabed Mining of Polymetallic Nodules*, preparado

prescrever os requisitos e condições relativos aos empreendimentos conjuntos - artigo 9º nº 3 do Anexo III. Por seu turno, o artigo 6º g) do Anexo IV reconhece ao Conselho de Administração da Empresa o poder de estabelecer as modalidades e condições e autorizar negociações relativas a empreendimentos conjuntos. De qualquer modo, estas disposições ocupam uma posição marginal na Convenção.

⁴⁹⁷ Doc. LOS/PCN/SCN.2/L.2 de 28 de Fevereiro de 1984. Sobre esta proposta austríaca ver IBRAHIM, Nabil Moustafa - *The Preparatory Commission of the International Sea-Bed Authority and the Future Exploitation of Sea-Bed Resources*. In *Annuaire de AAA. Ressources Naturelles en Droit International*. Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1984/85/86, p. 54-62.

⁴⁹⁸ MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 327.

⁴⁹⁹ Respectivamente LOS/PCN/SCN.2/WP.6, de 5 de Fevereiro de 1985; LOS/PCN/SCN.2/WP.7, de 1 de Fevereiro de 1985 e LOS/PCN/SCN.2/WP.8, de 1 de Fevereiro de 1985, referido por LÉVY, Jean-Pierre - *La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer*, *cit.*, 1986, p. 166.

⁵⁰⁰ A República Federal da Alemanha pôs à disposição da Comissão Preparatória um modelo tipo de empresa conjunta - LOS/PCN/SCN2/WP5, de 15 de Outubro de 1985 - in LÉVY, Jean-Pierre, *ibidem*.

pelo *Australian Bureau of Mineral Resources*⁵⁰¹. Devido à falta de consenso nesta Comissão, foi criado um Grupo consultivo do Presidente (*Advisory Group on Assumption*)⁵⁰² coordenado por Luis Giotto Preval, de Cuba, para verificar os factores económicos pertinentes para a viabilidade das actividades mineiras do fundo do mar e concluir que: “... virtualmente quaisquer recomendações concretas que poderá fazer, quer nas matérias operacionais quer nas organizacionais, precisarão de ser revistas, quando as perspectivas económicas para as actividades mineiras melhorarem”⁵⁰³. Assim, a Comissão iria concentrar-se nas questões internas da Empresa, isto é, nas questões relativas à sua gestão e administração, questões financeiras e de pessoal e o estabelecimento de políticas e procedimentos para um programa de formação⁵⁰⁴. As discussões de todas essas questões foram afectadas pela mudança das circunstâncias, pois era difícil para a Comissão desenvolver ideias que fossem aceites devido à incerteza sobre quando e em que condições as actividades do fundo do mar iriam ser viáveis. Para os países industrializados, em particular, as implicações financeiras do regime da Convenção eram um factor importante para a sua avaliação de ratificar ou não a Convenção. Subjacente à actividade da Comissão estavam considerações de ordem financeira e orçamental. Tais considerações tornaram-se mais importantes devido à não assinatura da Convenção por parte dos Estados Unidos da América, Reino Unido e República Federal da Alemanha, que, em conjunto, contribuirão com mais ou menos 40% do orçamento da Autoridade⁵⁰⁵.

⁵⁰¹ BERGIN, Anthony - The politics of PrepCom. Australia's role, *cit.*, p. 306. No artigo referido está sumariada a posição da Austrália em relação a todas as questões que se colocavam à Comissão Preparatória. A postura da Austrália, segundo o Autor, era muito mais pro-Convenção que simplesmente pro-regime mineiro. Tal como os países industrializados, a Austrália tinha consciência de que era inevitável mudanças à Parte XI da Convenção. O estudo australiano consta do documento LOS/PCN/SCN.2/WP.10 and Add. 1 - ver as conclusões nos *itens* 22 e seguintes do The International Venture: Study Submitted by the Republic of Colombia to the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea, Special Commission 2, Fifth Session, Kingston, Jamaica, 30 March - 16 April 1987. *Ocean Yearbook* 7, p. 474 e 475, sendo a principal de entre elas a que reconhece que: “numa perspectiva actual da evolução dos preços dos metais, um aproveitamento comercial dos nódulos polimetálicos das grandes profundidades oceânicas não é verosímil num futuro previsível” - LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins (4^{ème} session), *cit.*, 1987, p. 143.

⁵⁰² São membros deste Grupo a Austrália, Brasil, China, Índia, Quênia, Uganda, URSS e Comunidade Europeia - BERGIN, Anthony, *ibidem*.

⁵⁰³ BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 105.

⁵⁰⁴ A propósito da questão da formação de pessoal para a Empresa, a Comissão debateu uma série de questões, a saber: quais os fins, objectivos e a finalidade da formação?; como definir o quadro da formação?; quantas pessoas é preciso formar?; em que disciplinas?; que instituições serão encarregadas da formação?; como será financiada? - LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins (4^{ème} session), *cit.*, 1987, p. 143.

⁵⁰⁵ Devido a estas considerações de ordem financeira, a questão da tomada de decisões sobre questões financeiras na Autoridade tornou-se uma questão *hard core*. Tanto o Grupo dos seis - Japão, Bélgica, Holanda, Itália, Reino Unido e República Federal da Alemanha, como o Grupo de Estados do Leste Europeu, apresentou vários projectos de normas visando salvaguardar os seus interesses financeiros - KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - *The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years* ..., *cit.*, p. 147-148.

Nesta mesma Sessão, Malta e mais treze países apresentaram um projecto de resolução sobre programas de formação para os nacionais de países em vias de desenvolvimento a ser realizados no *International Ocean Institute of Malta*⁵⁰⁶.

No ano seguinte, a Comissão Especial 2 discutiu as questões relativas à formação do pessoal da Empresa e voltou, de novo à questão da sua estrutura administrativa, tendo surgido a ideia de um “núcleo” inicial da Empresa⁵⁰⁷. Começou a defender-se o ponto de vista de que a Autoridade deveria ser mais eficiente e que a Empresa deveria regular-se pelos “sãos princípios comerciais”. Reflectindo o reconhecimento de que as actividades do fundo do mar só irão ter lugar num futuro distante, o conceito de uma Empresa “núcleo” começou a ganhar força. O “núcleo” seria o indispensável para a Empresa funcionar, devendo aumentar à medida que as actividades do fundo do mar se tornassem viáveis. Foi mesmo sugerido por alguns Estados, incluindo alguns membros do Grupo dos 77, que não era preciso uma entidade separada até que a actividade do fundo do mar justificasse a sua criação. De acordo com esta sugestão, um grupo de peritos deveria supervisionar os desenvolvimentos das actividades, como um serviço dentro da Autoridade, até que a criação da Empresa se justificasse. Houve, no entanto, oposição a esta sugestão⁵⁰⁸.

Com o começo da implementação do sistema dos Investidores Pioneiros, a Comissão teve de dar atenção ao nº 12 da Resolução II relativamente aos custos da exploração dos investidores pioneiros e às suas obrigações à luz do nº 12 a) i) iii) e Acta Final⁵⁰⁹.

⁵⁰⁶ Doc. LOS/PCN/SCN.2/L.4, de 26 de Março de 1986. O Instituto realiza, regularmente, cursos de formação em domínios relativos às utilizações do mar e seus recursos. Trata-se de uma instituição financiada por contribuições voluntárias que disponibilizou, gratuitamente, os seus serviços à Comissão Preparatória. Não obstante isso, na discussão, algumas delegações levantaram obstáculos a confiar a uma outra instituição responsabilidades que cabem à Comissão Preparatória e aos investidores pioneiros, segundo o parágrafo 12º da Resolução II. Por isso, o assunto ficou em suspenso - LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins (4^{ème} session), *cit.*, 1987, p. 137. MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 328.

⁵⁰⁷ A delegação colombiana, que na 4ª Sessão tinha sido incumbida de elaborar um estudo sobre as *joint ventures*, no início desta 5ª Sessão apresentou um Estudo à Comissão Especial 2 com o título: *The International Venture* O estudo foi feito pelo Ministro de Negócios Estrangeiros da Colômbia, em colaboração com Instituto Internacional do Oceano. Este estudo era composto por duas partes - na primeira parte era feita a justificação teórica das *joint ventures* e cobria o período preparatório, que inclui a exploração, pesquisa e desenvolvimento e formação. Em implementação da Resolução II, parágrafo 12º e parágrafo 14º do Acordo de Nova Iorque de 1986, foram apresentadas 4 propostas, cujos custos e benefícios eram também apresentados: a opção 1 - os investidores pioneiros deveriam actuar individualmente; opção 2 - os investidores pioneiros deveriam formar uma empresa modelo de pesquisa e desenvolvimento; a opção 3 - os investidores pioneiros deveriam estabelecer uma *joint venture* para pesquisa e desenvolvimento; e, por último, a opção 4 - os investidores pioneiros deveriam estabelecer, em associação com a Comissão Preparatória, antes de a Convenção entrar em vigor, uma Entidade Modelo *Sui Generis*. O estudo defendia que “esta quarta opção parece ser a que oferece mais benefícios aos menores custos. Além do mais, é a única que permitiria a Comissão Preparatória e os países do terceiro mundo participar na pesquisa e desenvolvimento desde o início, assim se cumprindo plenamente com a declaração do preâmbulo” - *The International Venture: Study Submitted by the Republic of Colombia ...*, *cit.*, p. 469-472.

⁵⁰⁸ KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - *The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years ...*, *cit.*, p. 147.

⁵⁰⁹ A propósito da obrigação de formação de pessoal de países em vias de desenvolvimento, nesta 5ª Sessão foi decidido criar um grupo de trabalho *ad hoc*, encarregado de elaborar um programa de formação a ser apreciado, depois, pela Comissão Preparatória. Este Grupo compreendia representantes dos quatro investidores pioneiros (Índia,

Na 6ª Sessão, em 1988, o *Advisory Group on Assumption* continuou a analisar toda a informação sobre os principais minerais a ser objecto de aproveitamento. Durante os encontros desse ano, em Nova Iorque, foram apresentadas as projecções do Banco Mundial que indicavam que o crescimento da procura desses minerais, nos anos 90, iria ser substancialmente inferior ao dos anos 70 ou 80. Também o Grupo de Trabalho *ad hoc* sobre a formação de pessoal, que foi estabelecido em 1987, elaborou, para estudo, uma série de projectos de políticas e princípios que deverão constituir a base do programa de formação da Comissão Preparatória. Neste mesmo ano, a Comissão iniciou conversações preliminares sobre a implementação das obrigações dos investidores pioneiros em colaborar na exploração de um sítio para a Empresa, de modo a esta ficar em pé de igualdade com os Estados e outras entidades. No final desta Sessão, resumindo o que nela se passou, o Presidente disse que havia um certo entendimento no sentido de que a Empresa deveria ser uma organização altamente técnica com uma administração competente e eficiente, que deveria funcionar como uma empresa comercial, que deveria ter a liberdade de escolher o seu próprio pessoal com base na sua capacidade e mérito, que a Empresa deveria ser uma organização pequena e eficiente e que deveria crescer à medida que as actividades do fundo do mar se desenvolvessem⁵¹⁰.

Entretanto, a Comissão continuou a dar atenção à estrutura e organização da Empresa⁵¹¹ e à elaboração de um programa de formação nos termos da Resolução II nº 12 a) ii), tendo sido aprovado um projecto de proposta sobre a criação de um programa de formação para a Empresa, o qual foi adoptado pelo Plenário, em 31 de Agosto de 1989 (*Principles, Policies, Guidelines and Procedures for a Preparatory Commission Training Programme* - LOS/PCN/SCN.2/L.6/Rev.1).

Em 1991, a opção de *joint venture*⁵¹² apareceu como a preferida para o início das operações da Empresa. Nesta Sessão foi constituído o *Training Panel* com vinte e um membros escolhidos

Japão, França e União Soviética), dois representantes dos potenciais investidores (Canadá e Itália), um representante dos “amigos da Convenção” (Dinamarca), um representante da China, um representante do Conselho da Namíbia, um representante de uma organização não governamental (Instituto Oceanográfico Internacional) e seis representantes do grupo dos países em vias de desenvolvimento (Bangladesh, Colômbia, Jamaica, Quênia, Malta e Tunísia). Este grupo, numa primeira reunião, designou Ridha Bouabid, da Tunísia, como coordenador - LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1988, p. 126.

⁵¹⁰ Sixth Session of Preparatory Commission for International Sea-Bed Authority and International Tribunal for the Law of the Sea, Kingston, 14 March-8 April, 1988, *cit.*, p. 521.

⁵¹¹ Na 8ª Sessão, em 1990, o representante de Brasil sugeriu a criação de um órgão “não orgânico”, isto é, um grupo de técnicos que estudariam os problemas, sem que fosse necessário criar um conselho de administração ou nomear um director geral. Reflectindo o que se passou nesta Sessão, o Presidente preparou algumas sugestões contidas no Doc. LOS/PCN/SCN.2/1990/CRP.5, de 15 de Março de 1990 - LÉVY, Jean-Pierre - Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer (8^{ème} et 9^{ème} sessions), *cit.*, 1991, p. 93.

⁵¹² Segundo o Presidente da Comissão Especial 2, a *joint venture* ou empresa conjunta pode constituir-se como sociedade ou empresa conjunta contratual. No primeiro caso, os direitos de propriedade são exercidos no quadro de uma pessoa jurídica distinta, constituída em sociedade para esse fim, ao passo que, no segundo caso, não há uma

com base no critério da distribuição geográfica equitativa e incluindo um perito de cada um dos investidores pioneiros registados⁵¹³. O *Panel* realizou a sua primeira reunião durante o Verão de 1991, tendo eleito Baidy Diene, do Senegal, como seu Coordenador, e decidiu que os programas de formação deveriam cobrir cinco disciplinas de engenharia (química/metallurgia, electricidade, electrónica, mecânica e mineração), geologia marinha, geofísica marinha e ecologia marinha⁵¹⁴.

Na 10ª Sessão, em 1992⁵¹⁵, a Comissão Especial 2 completou a análise:

- das disposições da Convenção relativas à estrutura e organização da Empresa;
- dos arranjos transitórios para a Empresa;

pessoa jurídica distinta e a propriedade dos activos é partilhada. Com o objectivo de permitir um estudo mais aprofundado desta questão, o Secretariado preparou, já na segunda parte da Sessão anterior, mais concretamente em 9 de Agosto de 1990, o Doc. LOS/PCN/SCN.2/WP.18, de 9 de Agosto (emendado no dia seguinte), contendo um projecto tipo de empresa conjunta constituída em sociedade e uma memória explicativa sobre o assunto - LÉVY, Jean-Pierre, *idem*, p. 119.

A solução *joint venture* começou a aparecer como a preferida, pois apresenta as seguintes vantagens:

- 1 - é compatível com a Convenção e o Acordo de Implementação;
- 2 - encoraja o investimento pela indústria mineira em cooperação com a Empresa. Se a Empresa e outros operadores desenvolvessem actividades mineiras separadamente seriam concorrentes, ao passo que assim são parceiros;
- 3 - a questão da transferência de tecnologia fica resolvida;
- 4 - a *joint venture* é uma forma economicamente mais viável de cooperação comercial, familiar aos países em vias de desenvolvimento e aos países industrializados, bem assim como às corporações multinacionais. É muito usada na indústria do petróleo, mineira e outras, no entanto não há precedente de uma *joint venture* em que uma das partes é uma organização internacional intergovernamental representando a Humanidade no seu conjunto;
- 5 - esta solução permite à Empresa partilhar o investimento financeiro com os seus parceiros e reduzir os riscos;
- 6 - o pessoal da Empresa será formado na *joint venture*, ganhando experiência e adquirindo, assim, capacidade técnica para a Empresa, que, com o tempo, irá permitir a sua entrada em funcionamento;
- 7 - finalmente, esta solução também interessa aos países industrializados e respectivas companhias ou consórcios internacionais, pois, nos termos da Convenção, estes, ao fazer um pedido para exploração, têm de apresentar dois sítios de valor comercial igual. Um dos sítios será reservado para ser utilizado pela Empresa, ou pelos países em vias de desenvolvimento qualificados; o outro sítio será atribuído ao peticionário. Se este formar uma *joint venture* com a Empresa para o sítio reservado, terá acesso a uma área com um valor comercial igual ao seu sítio e que de outro modo lhe estaria vedado, com o que duplicará a área mineira. Assim, irá poder trabalhar os dois sítios como um único sítio, partilhando o equipamento e outros recursos, o que maximizará os lucros através da economia de escalas.

Ver LI, Yuwen - **Transfer of Technology for Deep Sea-Bed Mining: The 1982 Law of the Sea Convention and Beyond**. Dordrecht, Boston, London : Martinus Nijhoff Publishers, 1994. Publications on Ocean Development - vol. 25. ISBN 0-7923-3212-1, p. 255-259.

⁵¹³ Os membros eram: Jung Ho Ahn (República da Coreia), Arne Bjorlykke (Noruega), Baidy Diene (Senegal), Nkwelle Ekaney (Camarões), Abul Farah (Paquistão), Ivan F. Gloumov (URSS), Jean-Noel Gony (França), Wojciech Goralczyk (Polónia), Marcus Aguilar Gorini (Brasil), Peter Halbach (Alemanha), Mehdi Kamalipour (República Islâmica do Irão), Ichota Kountondja (Togo), Zohair A. Nawab (Arábia Saudita), Francisco E. Nullo (Argentina), Mohamed Sadiqui (Marrocos), M. M. K. Sardana (Índia), Marco Fluckiger Atahle (Chile), Abderraham Touhami (Tunísia), Akira Usui (Japão), Leopold Weber (Áustria), Jin Xianglong (China) - Doc. LOS/PCN/L.92, de 21 de Março de 1991 in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1991, cit., p. 247.

⁵¹⁴ Doc. LOS/PCN/L.103 - *Progress Report of the Chairman of the Preparatory Commission for the ISA and for the ITLOS on the Work of the Commission*, in INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1992, cit., p. 280.

- da opção *joint venture* como opção operacional para a Empresa, na fase inicial; e
- do Programa de Formação da Comissão Preparatória.

Relativamente à estrutura organizacional da Empresa, a Comissão elaborou o *Recommended Annotations Made in Special Commission 2 on the Provisions of the Convention Relating to the Structure and Organization of the Enterprise*. Havia uma aceitação crescente de que a Empresa deveria apenas actuar em termos comerciais e que a sua primeira operação deveria ser levada a cabo como uma *joint venture* com outras companhias mineiras. A Comissão concluiu que: “as disposições da Convenção relativas à Empresa foram ultrapassadas pelos acontecimentos e precisavam ser mudadas”. Era, por isso, prematuro tomar uma qualquer decisão naquele momento relativamente à estrutura detalhada e organização da Empresa, pois não era conhecido se e em que condições elas seriam aplicadas no futuro. Além disso, a Comissão recomendava que a Empresa deveria “agir numa base evolutiva” e as suas funções deveriam ser “satisfeitas e levadas a cabo de acordo com os ditames das circunstâncias dominantes”⁵¹⁶. Relativamente à formação, o *Training Panel* aprovou os programas de formação apresentados pela França e Japão (cada um previa a formação de 3 formandos a começar em Novembro de 1992 e Maio de 1993, respectivamente), estabeleceu as qualificações mínimas dos requerentes do programa de formação, desenvolveu critérios para a selecção de candidatos⁵¹⁷ e aprovou uma nota verbal anunciando os programas de formação da França e Japão⁵¹⁸. Na Sessão do Verão, o *Panel* escolheu os seis candidatos para formação para os programas apresentados pela Índia e Federação Russa (dois eram de dois Estados africanos, um era de um Estado da América Latina e Caraíbas e três eram da Ásia). Os representantes da China e da Alemanha⁵¹⁹ informaram-no que os seus países iriam apresentar

⁵¹⁵ Nesta Sessão, o Presidente da Comissão, Lenox Ballah, foi interinamente substituído por Andrés Namosa Goldman, do Canadá - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer (Dixième session)*, cit., 1992, p. 132

⁵¹⁶ BROWN, E. D. - “Neither necessary nor prudent at this stage” ..., cit., p. 106; BROWN, E. D. BL LLM PhD - **The International Law of the Sea. Volume I** ..., op. cit., p. 476.

⁵¹⁷ Nas discussões a propósito dos bolseiros, surgiu uma questão, sem resposta imediata, que consistia em saber em que medida um investidor pioneiro podia apresentar como candidato a bolseiro um nacional seu para a formação oferecida por um outro investidor pioneiro. Esta questão surgiu, porque, entre as candidaturas recebidas pelo Secretariado, figuravam candidatos nacionais da Bulgária, país que fazia parte dos Estados certificadores do investidor pioneiro *Interoceanmetal* - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer (Dixième session)*, cit., 1992, p. 148.

⁵¹⁸ Doc. LOS/PCN/L.103 - *Progress Report of the Chairman of the Preparatory Commission for the ISA and for the ITLOS on the Work of the Commission*, in INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1992, cit., p. 280.

⁵¹⁹ A Alemanha não era investidor pioneiro e, por isso, não tinha qualquer obrigação de formação, fazia-o a título de oferta - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer (Dixième session)*, cit., 1992, p. 147.

os seus programas de formação, na próxima Sessão⁵²⁰. Ainda nesta Sessão, a Comissão Especial 2 chegou a acordo quanto ao conteúdo do projecto de relatório final a ser considerado, na 11ª Sessão, juntamente com o relatório final do Presidente do *Advisory Group on Assumptions*

Na 11ª Sessão, o *Training Panel* analisou e aprovou, com algumas modificações⁵²¹, os programas de formação apresentados pela China e pela *Interoceanmetal Joint Organization* e respectivos Estados certificadores e analisou o programa apresentado pela Alemanha⁵²².

Em 1994, o *Panel* escolheu nove candidatos para os programas de formação oferecidos pela China e pela *Interoceanmetal Joint Organization* e para formação em engenharia química oferecida pela programa de formação da Índia. Aprovou o programa apresentado, no ano anterior, pela Alemanha; recebeu informação sobre os programas de formação do *International Ocean Institute* e aprovou o modelo de certificado a ser concedido pela Comissão Preparatória aos formados.

Com base nos relatórios apresentados por três formandos do programa de formação do Japão e de um do programa da França, o *Training Panel* concluiu que a formação se fez de acordo com os programas aprovados e, por isso, recomendou à Comissão Preparatória que atribuisse certificados de conformidade aos quatro formados. No relatório que apresentou ao Comité Geral, em 9 de Agosto, o Presidente do *Panel* recomendou que na selecção do *staff* para a Autoridade fosse dada prioridade aos formados que tivessem completado a sua formação⁵²³.

As preocupações e reservas em relação ao papel da Empresa reflectidas nas últimas sessões da Comissão Especial 2 foram também evidentes nas Consultas Informais do Secretário Geral das Nações Unidas, tendo conduzido a uma revisão substancial das respectivas disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982.

⁵²⁰ *Progress Report of the Chairman of the Preparatory Commission for the ISA and for the ITLOS on the Work of the Commission, in INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1992, cit., p. 303.*

⁵²¹ O *Panel* deveria seleccionar seis candidatos para o estágio de formação, mas, na falta de candidatos para o lugar de engenheiro químico, seleccionou apenas cinco - LÉVY, Jean-Pierre - La Onzième Session de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1993, p. 18.

⁵²² Doc. LOS/PCN/L.113/Rev.1 - *Statement of the Chairman of the Preparatory Commission, 11th Session, Kingston, Jamaica, 22 March-2 April 1993, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1993, cit., p. 490.*

Relativamente ao programa de formação apresentado pela Alemanha e grupo solicitou novos elementos - LÉVY, Jean-Pierre - La Onzième Session de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1993, p. 18.

⁵²³ Doc. LOS/PCN/L.115/Rev.1 y Corr.1, *Statement of the Chairman of the Preparatory Commission, New York, 1-12 August 1994, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1994, cit., p. 293.*

5.2.2.3 - A COMISSÃO ESPECIAL 3

A Comissão Especial 3, presidida primeiro por Hans Sondaal e depois por Jaap A. Walkate (eleito em 20 de Março de 1986), ambos holandeses⁵²⁴, tinha como mandato a elaboração de um Código Mineiro⁵²⁵, isto é, de um conjunto de normas reguladoras das actividades de prospecção, exploração e aproveitamento dos nódulos polimetálicos⁵²⁶ da Área, código que, após aprovação pela Comissão Preparatória, deveria ser aprovado pelo Conselho e pela Assembleia da Autoridade, nos termos dos artigos 162º nº 2 o) ii) e 160º nº 2 f) ii) da Convenção. A aprovação pelo Conselho terá que ser por consenso, segundo o artigo 161º nº 8 d) da Convenção, entendendo-se por consenso a ausência de qualquer objecção formal - artigo 161º nº 8 e).

Logo na terceira Sessão, em 1985, a Comissão começou a analisar os projectos de normas⁵²⁷ preparados pelo Secretariado das Nações Unidas relativas aos termos usados no código, âmbito de aplicação, prospecção e procedimentos para a apresentação e aprovação de planos de trabalho para exploração e aproveitamento. Imediatamente surgiram dois pontos de vista diferentes: os países em vias de desenvolvimento queriam um código que regulasse o mais

⁵²⁴ BERGIN, Anthony - The politics of PrepCom. Australia's role, *cit.*, p. 300; WALKATE, J. A. - Developments in Special Commission 3 of the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea, *cit.*, p. 152. Walkate assumiu as funções de Presidente da Comissão em 3 de Março de 1986.

⁵²⁵ O Código Mineiro deveria regular todos os assuntos referidos no artigo 17º do Anexo III da Convenção, a saber: os procedimentos administrativos relativos à prospecção, à exploração e ao aproveitamento da Área; as operações - isto é, a dimensão da área e a duração das operações; os requisitos de execução, incluindo as garantias previstas na alínea c) do parágrafo 6º do artigo 4º do Anexo; as categorias de recursos; a renúncia de áreas; os relatórios sobre o andamento dos trabalhos; a apresentação de dados; a inspecção e a supervisão das operações; a prevenção de interferências com outras actividades do meio marinho; a transferência de direitos e obrigações por um contratante; os procedimentos para a transferência de tecnologia aos Estados em desenvolvimento, de conformidade com o artigo 144º e para a participação directa destes; os critérios e as práticas de mineração, incluindo as referentes à segurança das operações, à conservação dos recursos e à protecção do meio marinho; a definição de produção comercial; os critérios de qualificação dos peticionários; as questões financeiras - isto é, o estabelecimento de normas uniformes e não discriminatórias em matéria de custos e de contabilidade, bem como de métodos de selecção de auditores; a distribuição das receitas das operações; os incentivos mencionados no artigo 13º do Anexo; a implementação das decisões tomadas nos termos do parágrafo 4º do artigo 151º e da alínea d) do parágrafo 4º do artigo 164º. Esta lista de questões é meramente exemplificativa (*inter alia*). Há matérias relativas à condução de actividades na Área que não estão incluídas no artigo, tais como: protecção da vida humana (artigo 146), construção, colocação e remoção de instalações usadas para a realização de actividades na Área (artigo 147 nº 1), critérios e procedimentos para a implementação do patrocínio (Anexo III, artigo 4º nº 3) - Doc. LOS/PCN/L.103 - *Progress Report of the Chairman of the Preparatory Commission for the ISA and for the ITLOS on the Work of the Commission, in INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1992*, *cit.*, p. 283-284. O Código Mineiro, como iremos referir adiante, já foi aprovado no ano de 2000.

⁵²⁶ As normas, regulamentos e procedimentos para a exploração e aproveitamento de outros recursos que não nódulos polimetálicos serão adoptados dentro de três anos a contar da data do pedido feito à Autoridade por qualquer dos seus membros - artigo 162º nº 2 o) ii) parte final. A Federação Russa, entretanto, já apresentou um pedido nesse sentido.

⁵²⁷ LOS/PCN/SCN.3/WP.6, de 28 de Fevereiro de 1985, referido por LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1986. p. 167.

amplamente possível as questões relativas às actividades do fundo do mar, os países desenvolvidos, incluindo os da Europa de Leste, queriam um código que estabelecesse um regime menos oneroso para os contraentes do que o previsto na Convenção. O problema de se os pedidos deveriam ser apresentados em uma ou duas fases (isto é, se o requerimento com a informação necessária para habilitar a Autoridade a designar a área reservada deveria ser acompanhado de um plano de trabalho detalhado) não ficou resolvido e iria ser discutido, de novo, na próxima Sessão. Também começou a analisar as normas sobre a nacionalidade dos requerentes, patrocínio e controlo pelo Estado patrocinador. No encontro de Genebra, desse mesmo ano, houve discussões detalhadas sobre os procedimentos para a apresentação de um pedido para a aprovação de um plano de trabalho, a forma e conteúdo do pedido, capacidade financeira e técnica dos requerentes, área coberta pelo pedido e dados sobre o valor estimado dos dois sítios apresentados no pedido, à luz do sistema paralelo.

Na Sessão seguinte, a Comissão continuou o trabalho que vinha desenvolvendo e examinou projectos de normas relativas aos termos financeiros dos contratos de actividades mineiras do fundo do mar; analisou as normas relativas ao conteúdo de um plano de trabalho e dados e informações a ser apresentados por cada requerente e tratou da questão da custódia e confidencialidade de dados e informações, da questão de taxas de pedido, do procedimento dos pedidos e da conclusão de contratos.

Em 1987, a Comissão começou um exame detalhado dos projectos de artigos relativos aos termos financeiros de um contrato mineiro modelo, tais como a taxa anual fixa, a escolha do sistema de contribuição financeira, encargos sobre a produção, método de tributação da quantidade dos metais processados, a quota da Autoridade dos lucros líquidos atribuíveis e a determinação do primeiro e segundo períodos de produção comercial, para efeitos de tributação graduada. Esta Comissão, também, começou a analisar os incentivos financeiros para os contraentes e as relações entre tais incentivos e os termos financeiros do contrato. Houve um largo debate sobre a questão crucial de se a Comissão poderia ou deveria modificar as disposições da Convenção na preparação do projecto do código mineiro.

Na sexta Sessão, em 1988, a Comissão iniciou uma análise detalhada dos projectos de normas sobre a transferência de tecnologia que foram preparados pelo Secretariado, bem assim como várias emendas apresentadas pelas delegações da Bélgica, República Federal da Alemanha, Itália, Japão, Países Baixos e Reino Unido. O Presidente da Comissão afirmou que esta questão era complexa, quer do ponto de vista jurídico quer técnico quer político, e exigia um estudo detalhado. Das discussões podemos realçar dois pontos de vista diferentes. Uns entendiam que as normas

sobre transferência de tecnologia contidas na Convenção eram uma consequência do princípio do património comum da humanidade, envolvendo a necessidade de facultar à Empresa capacidade para desenvolver actividades na Área em pé de igualdade com os outros operadores. Tais delegações defendiam que o artigo 5º do Anexo III da Convenção representava um compromisso delicado e era essencial para o sistema paralelo e para o funcionamento da Empresa. Outras delegações tinham grandes reservas aos projectos de normas apresentados pelo Secretariado e defendiam que o mecanismo de transferência obrigatória de tecnologia não era necessário, uma vez que a tecnologia iria estar disponível no mercado a preços e condições comerciais justas e leais⁵²⁸. Na Sessão seguinte (1989), a discussão sobre esta matéria incidiu sobre a questão de se saber se a transferência de tecnologia abrangia apenas a tecnologia usada na exploração e aproveitamento dos nódulos polimetálicos da Área ou se abrangia, também, a tecnologia usada no processamento. O entendimento que prevaleceu foi o que defendia que a transferência de tecnologia era limitada às actividades na Área e que tais actividades, segundo a Convenção, não abrangiam o processamento. Um outro ponto de vista então defendido foi o de que a transferência obrigatória de tecnologia não deveria ser uma transferência automática, antes a Empresa deveria sujeitar-se às directivas e controlo do Conselho, de acordo com o artigo 170º da Convenção⁵²⁹.

Seguidamente, a Comissão analisou, sucessivamente, os projectos de normas sobre as autorizações de produção e sobre a protecção e preservação do meio ambiente marinho⁵³⁰.

Na primeira parte da nona Sessão, o Presidente Walkate, dos Países Baixos, foi substituído por Gregory French, da Austrália, eleito em 11 de Março de 1991.

Na décima Sessão, a Comissão Especial 3 completou o seu trabalho sobre o código mineiro.

Concluindo, esta Comissão conseguiu elaborar um “Projecto de Normas sobre Prospekção, Exploração e Aproveitamento de Nódulos Polimetálicos na Área” e completou uma primeira revisão das suas várias partes constituintes, com excepção dos documentos relativos às autorizações de produção e princípios e procedimentos conexos. Contudo, como resulta do seu projecto de relatório final: “Não obstante ter havido progresso na identificação e resolução de algumas questões, a Comissão Especial não conseguiu alcançar um acordo final em alguns dos

⁵²⁸ Sixth Session of Preparatory Commission for International Sea-Bed Authority and International Tribunal for the Law of the Sea, Kingston, 14 March-8 April, 1988, *cit.*, p. 522.

⁵²⁹ Doc. A/44/650, de 1 de Novembro de 1989 - *Report of the Secretary-General, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1989*. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. 1089, p. 53.

⁵³⁰ Com base num projecto de regulamento preparado pelo Secretariado - LOS/PCN/SCN.3/WP.6/Add.5, de 8 de Fevereiro, referido por LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer* (8^{ème} et 9^{ème} sessions), *cit.*, 1991, p. 93.

documentos de trabalho”. Na verdade, foi sugerido por algumas delegações que era impossível alcançar um acordo final em alguns dos projectos contidos nos documentos LOS/PCN/SCN.3/WP.6 e suas adendas 1-8 e nas primeiras revisões, na medida em que não havia acordo nos domínios relativos à Parte XI. Algumas delegações afirmaram que eram obrigadas a reservar a sua posição em relação a todo o projecto de código mineiro e a pedir que as propostas apresentadas por elas fossem tidas em consideração, numa versão revista do projecto final do relatório⁵³¹. Mais uma vez, a propósito destas matérias, foi sentida a necessidade de alterar a Parte XI da Convenção, sob pena de não ser possível acordo, tal como aconteceu com o Acordo de Implementação.

5.2.2.4 - A COMISSÃO ESPECIAL 4

A Comissão Especial 4, presidida por Günther Göerner, da República Democrática Alemã, tinha como tarefa preparar recomendações para o estabelecimento do Tribunal Internacional do Direito do Mar. Tais recomendações, nos termos da Resolução I, nº 10, deveriam fazer parte de um relatório separado e distinto do relatório final da Comissão Preparatória, relatório que deverá ser apresentado à Reunião dos Estados Partes, a ser convocada de acordo com o artigo 4º do Anexo VI da Convenção, para o período de seis meses, após 16 de Novembro de 1994.

Logo na segunda Sessão, em 1984, a Comissão 4 decidiu concentrar-se nos seguintes assuntos:

- elaboração de um projecto de acordo relativo à sede, a celebrar com o país de acolhimento;
- elaboração de um acordo relativo aos privilégios e imunidades dos membros e funcionários do Tribunal;
- financiamento do Tribunal;
- elaboração de projectos de normas e regulamentos sobre o *staff* do Tribunal;
- elaboração de um acordo de cooperação com outras entidades, tais como a Organização das Nações Unidas, o Tribunal Internacional de Justiça e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos; e
- elaboração das suas normas de procedimento.

A elaboração das normas de procedimento do Tribunal, algumas delas sem precedentes, exigiu extensas negociações. A troca inicial de pontos de vista também incidiu sobre a jurisdição

⁵³¹ BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 107.

de pareceres (*advisory opinions*) do tribunal e sobre a questão do acesso ao Tribunal e à Câmara dos Fundos do Mar de entidades que não Estados, tais como pessoas físicas, entidades intergovernamentais e organizações internacionais, incluindo a Autoridade e a Empresa. Durante o debate a ex-União Soviética defendeu que deveria ser escolhido um outro lugar para sede do Tribunal, dado a República Federal da Alemanha não ter assinado, ainda, a Convenção.

Na terceira Sessão, em 1985, a Comissão continuou a sua análise dos projectos de normas⁵³² para o Tribunal apresentados pelo Secretariado. Os assuntos em discussão eram relativos aos privilégios e imunidades e facilidades a ser acordados aos representantes das partes, agentes e advogados. O Secretariado, também, forneceu à Comissão um documento⁵³³ importante com projectos de normas suplementares relativas aos pedidos feitos ao Tribunal, para a pronta libertação de embarcações e tripulação, à luz do artigo 292⁵³⁴ da Convenção, que confere ao Tribunal alguns poderes para agir em casos em que o Estado apresador não liberta a embarcação, tal como impõe a Convenção, após a prestação de uma caução razoável. No encontro de Genebra, desse mesmo ano, a Comissão Especial 4 considerou os procedimentos incidentais perante o Tribunal (objecções preliminares, contra-alegações, intervenções das partes interessadas ...). Muito embora a Convenção e o Estatuto do Tribunal não prevejam a revisão dos julgamentos, foi conseguido um acordo no sentido de serem feitos projectos de normas sobre a revisão das decisões, se um facto novo de natureza decisiva surgir após o julgamento.

Na Sessão seguinte, em 1986, a Comissão completou a leitura, artigo a artigo, do projecto de normas revisto do Tribunal e analisou as disposições relativas a casos em que as partes em conflito são organizações internacionais ou consórcios ou outras entidades cujos componentes são de mais que uma nacionalidade. Uma outra questão muito discutida foi a relativa ao procedimento

⁵³² O projecto de regulamento consta do LOS/PCN/SCN.4/WP.2, referido por LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1986, p. 168.

⁵³³ LOS/PCN/SCN.4/WP.2/ADD.1, referido por LÉVY, Jean-Pierre, *idem*, p. 179.

⁵³⁴ Artigo 292º - “Pronta libertação das embarcações e das suas tripulações

1. Quando as autoridades de um Estado Parte tiverem apresado uma embarcação que arvore a bandeira de um outro Estado Parte e for alegado que o Estado que procedeu à detenção não cumpriu as disposições da presente Convenção no que se refere à pronta libertação da embarcação ou da sua tripulação, mediante a prestação de uma caução idónea ou outra garantia financeira, a questão da libertação poderá ser submetida, salvo acordo em contrário das partes, a qualquer corte ou tribunal escolhido por acordo entre as partes ou, não havendo acordo no prazo de dez dias subsequentes ao momento da detenção, à corte ou tribunal aceito, nos termos do artigo 287, pelo Estado que fez a detenção ou ao Tribunal Internacional do Direito do Mar.

2. O pedido de libertação só pode ser feito pelo Estado de bandeira da embarcação ou em seu nome.

3. A corte ou tribunal apreciará imediatamente o pedido de libertação e ocupar-se-á exclusivamente da questão da libertação, sem prejuízo do mérito de qualquer acção judicial contra a embarcação, seu armador ou sua tripulação, intentada no foro nacional apropriado. As autoridades do Estado que tiverem efectuado a detenção continuarão a ser competentes para, em qualquer altura, ordenar a libertação da embarcação ou da sua tripulação.

a ser adoptado para a libertação rápida de embarcações retidas por Estados Partes da Convenção e, em particular, o montante da caução a ser pago pelo Estado que pede a libertação da embarcação. Os projectos de normas propunham limitar a caução ao valor comercial da embarcação, mas um número de países ocidentais opunham-se a tal limite e alguns Estados da Europa de Leste defendiam a fixação de uma cláusula que permitisse os barcos comerciais estatais serem libertados sob garantia do Estado em questão. No último encontro, a Comissão teve conhecimento de consultas informais desenvolvidas pelos delegados relativas à sede do Tribunal. Esta questão, como já foi referido, surgiu devido ao facto de a República Federal da Alemanha não ser parte, e poder não o ser, quando a Convenção entrasse em vigor. Muito embora, a Comissão Preparatória tivesse perante si um relatório da República Federal da Alemanha sobre os preparativos relativos à instalação do Tribunal, as discussões sobre esta questão foram deixadas para depois.

Em 1987, houve significativos avanços nos trabalhos da 4ª Comissão em relação à maioria das questões, excepto relativamente aos procedimentos para a libertação pronta de embarcações e respectiva tripulação. Também foram feitos progressos no projecto de acordo relativo à sede. A este propósito, o Secretário Geral das Nações Unidas, no seu Relatório Anual de 1987, afirmou: “foi alcançado um acordo, na altura em que foi escolhido o país hospedeiro, que exige que ele seja parte da Convenção”⁵³⁵.

Na sexta Sessão, em 1988, foi completado o exame, artigo a artigo, do acordo sobre a sede, entre a República Federal da Alemanha e o Tribunal Internacional do Direito do Mar, e começou a ser analisado o projecto de Convenção e Protocolo sobre os Privilégios e Imunidades do Tribunal. A delegação alemã informou a Comissão Preparatória que o seu governo iria construir um edifício de raiz para o Tribunal a expensas suas, pelo que iria abrir um concurso internacional para o seu desenho e construção e que disponibilizaria instalações transitórias, se necessário⁵³⁶. Apesar do Relatório do Secretário Geral, o presidente da Comissão Preparatória continuou consultas informais com delegações de todos os grupos regionais sobre a questão da sede do Tribunal para a hipótese da República Federal da Alemanha não aderir à Convenção, antes da sua entrada em

4. Uma vez prestada a caução ou outra garantia financeira fixada pela corte ou tribunal, as autoridades do Estado que tiverem efectuado a detenção cumprirão imediatamente a decisão da corte ou tribunal relativa à libertação da embarcação ou da sua tripulação.”

⁵³⁵ No final da 5ª Sessão, o Presidente do Grupo dos 77 enviou uma carta ao Presidente da Comissão Preparatória em que salientava que: “... o Grupo dos 77 está preocupado pelo facto de a condição essencial, relativa à sede do Tribunal, ..., não estar ainda preenchida. ... O Grupo dos 77 observa, a este propósito, que a República Federal da Alemanha não assinou a Convenção e que cinco anos após a sua adopção, ainda não aderiu a ela” - in LÉVY, Jean-Pierre - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer, *cit.*, 1988, p. 128-129.

⁵³⁶ Doc. A/43/718 - 20 Outubro 1988 - *Report of the Secretary-General, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1988, cit.*, p. 1-190, *maxime*, p. 47.

vigor. A Comissão completou a análise dos procedimentos a ser adoptados para assegurar a libertação imediata de barcos e tripulação, uma matéria que foi muito controversa.

No ano seguinte, a Comissão Especial 4 completou a análise do projecto de Protocolo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal e, no Verão, começou discussões sobre os princípios que iriam estar subjacentes aos acordos entre o Tribunal e as Nações Unidas, as agências especializadas, a Autoridade Internacional e outras instituições e organizações internacionais. O Presidente continuou consultas informais em matéria relativa à sede do Tribunal com várias delegações, incluindo a alemã, e com o Presidente do Grupo dos 77. O concurso para a construção e desenho do edifício para o Tribunal em Hamburgo-Nierstedten terminou e foi escolhido um concorrente⁵³⁷.

Na oitava Sessão, em 1990, a Comissão continuou a análise dos arranjos administrativos, estrutura e implicações financeiras do Tribunal⁵³⁸ e o projecto de Acordo de Cooperação entre as Nações Unidas e o Tribunal Internacional do Direito do Mar preparado pelo Secretariado⁵³⁹. Relativamente a este último, a Comissão Especial 4 discutiu os princípios orientadores e o reconhecimento mútuo dos direitos e obrigações; consulta, coordenação e cooperação; troca de informação e documentos; cooperação administrativa; arranjos orçamentais e financeiros. Foi, também, analisada a necessidade de um acordo de cooperação entre o Tribunal e a Autoridade⁵⁴⁰.

⁵³⁷ Em 1989, o júri internacional foi constituído e teve um primeiro encontro de clarificação, em 12 e 13 de Abril. Na altura, os 16 arquitectos e firmas internacionais de arquitectura convidados a participar no concurso visitaram o lugar e tiveram um encontro rápido com o júri sobre as características e fins do edifício. Os arquitectos puderam colocar algumas questões e o júri esclareceu as condições do concurso. Posteriormente, em 12 e 13 de Setembro, o júri reuniu para examinar os 15 desenhos apresentados e escolher um. O vencedor foi o desenho do Professor Alexander Freiherr de Branca de Munique - Doc. A/44/650, de 1 de Novembro de 1989 - *Report of the Secretary-General, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1989, cit.*, p. 55.

⁵³⁸ Do mesmo modo que, por razões de economia, noutras comissões se falava em uma mini Autoridade e em uma mini Empresa, aquando da entrada em vigor da Convenção, também na Comissão 4 começou a ganhar corpo a ideia de uma instituição progressiva do Tribunal. Nesse sentido, o Secretariado, a pedido da Comissão, preparou um documento - LOS/PCN/SCN.4/WP.8/Add.2, de 29 de Agosto de 1990 (o primeiro documento tinha aparecido em 27 de Fevereiro de 1990), contendo três variantes para o estabelecimento do Tribunal. Nos três casos, os vinte e um membros do Tribunal seriam eleitos, mas apenas estariam em funções alguns de entre eles. Além disso, os seus emolumentos e outras contribuições seriam reduzidos.

Para a primeira variante, apenas o Presidente e o Vice-presidente estariam permanentemente na sede do Tribunal, os outros estariam disponíveis; na segunda variante, cinco membros estariam em permanência e os restantes dezasseis estariam disponíveis; a terceira variante, previa que onze membros estariam em permanência na sede e dez estariam disponíveis. Todas as variantes assentavam no pressuposto de que o Tribunal utilizaria duas línguas de trabalho oficiais - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer* (8^{ème} et 9^{ème} session), *cit.*, 1991, p. 111 e 112

⁵³⁹ Doc. LOS/PCN/SCN.4/WP.9 e LOS/PCN/SCN.4/WP.9/Add.1, de 16 de Março de 1990.

⁵⁴⁰ Doc. LOS/PCN/SCN.4/WP.10, de 10 de Agosto de 1990.

Na nona Sessão e na sequência da reunificação das Alemanhas, o Presidente da Comissão, Göerner, da República Democrática Alemã, foi substituído por um representante da Europa de Leste, no caso Anton Bouteiko, da Ucrânia⁵⁴¹.

Nas Sessões seguintes⁵⁴², a Comissão Especial 4 continuou e completou a análise dos diversos projectos de normas e de acordos que tinha entre mãos e elaborou um relatório a apresentar ao Plenário.

O Tribunal era a única questão não dominada por considerações relacionadas com as actividades do fundo do mar, de modo que decorreu de forma mais expedita e não muito controversa. Orientada por precedentes como as normas de procedimento do Tribunal Internacional de Justiça e do Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia, a Comissão Especial 4 desempenhou bem a sua missão. De qualquer modo, ainda houve alguma controvérsia, em particular na questão da sede do tribunal. A Convenção prevê que o Tribunal fique instalado na cidade de Hamburgo, na República Federal da Alemanha. Esta disposição, no entanto, tinha subjacente o entendimento conseguido na Conferência de que a escolha de Hamburgo dependeria da ratificação da Convenção pela então República Federal da Alemanha, antes da sua entrada em vigor. A não adesão à Convenção por parte deste país levantou a questão da escolha de um outro local para sede⁵⁴³.

A Comissão Preparatória elaborou um relatório⁵⁴⁴, dando conta de todos os trabalhos desenvolvidos relativamente ao estabelecimento do Tribunal e assuntos conexos.

A Comissão deveria ter elaborado um projecto de orçamento para o primeiro período financeiro do Tribunal Internacional do Direito do Mar, mas não o fez, por falta de tempo, tendo decidido que esse assunto deveria ser tratado no Encontro dos Estados Partes.

Tendo em vista o desejo de conseguir uma participação universal na Convenção e atendendo aos artigos 2º e 3º do Anexo VI, a Comissão Preparatória recomendou aos Estados Partes os seguintes procedimentos para a organização do Tribunal:

a) Deveria ser convocado um Encontro *ad hoc* dos Estados Partes da Convenção, logo que possível após a sua entrada em vigor, e, de qualquer modo, antes do final do ano de 1994, para

⁵⁴¹ LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer* (8^{ème} et 9^{ème} sessions), *cit.*, 1991, p. 107.

⁵⁴² Na 10ª Sessão, 1ª parte, o Presidente faltou, pelo que foi substituído pelo Vice-presidente Théodoro Halkyopoulos, da Grécia - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer* (Dixième session), *cit.*, 1992, p. 135.

⁵⁴³ KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - *The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years ...*, *cit.*, p. 150.

⁵⁴⁴ Relatório contendo as recomendações a apresentar ao Encontro dos Estados Partes a ser convocado de acordo com o Anexo VI, artigo 4º, da Convenção relativo aos arranjos práticos para o estabelecimento do Tribunal Internacional do Direito do Mar - Doc. LOS/PCN/L.115/Rev.1 & Corr.1, 8 September & 7 November 1994, *Statement of the Chairman of the Preparatory Commission, New York, 1-12 August 1994*, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1994, *cit.*, p. 294-295.

discutir a organização do Tribunal. A Comissão Preparatória pediu ao Secretário-Geral das Nações Unidas⁵⁴⁵, enquanto depositário da Convenção, para convocar o encontro.

b) Os Estados Partes deveriam, no encontro, considerar a possibilidade de diferir, por uma vez, a eleição dos membros do Tribunal por um prazo a ser decidido;

c) No caso do diferimento, o Encontro dos Estados Partes deveria pedir ao Secretário Geral das Nações Unidas para fazer convites escritos aos Estados Partes, no sentido de apresentarem as suas nomeações para membros do Tribunal (artigo 4º - 2) do Anexo VI) até, pelo menos, três meses antes da data fixada pelo Encontro *ad hoc* dos Estados Partes para a primeira eleição;

d) Ao Secretário Geral deveria ser solicitado que designasse um membro do *staff* das Nações Unidas como *Acting Registrar* do Tribunal, antes de 6 de Maio de 1995, com a missão de fazer os preparativos de natureza prática para a organização do Tribunal, incluindo a criação de uma livraria;

e) Os Estados deveriam continuar as suas consultas sobre a organização do Tribunal.

A partir de 1990, a par da Comissão Preparatória, começaram a realizar-se, por iniciativa do Secretário Geral das Nações Unidas, reuniões oficiosas para debater os problemas “duros” da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, reuniões limitadas a um número restrito de delegados. Por isso, no seio da Comissão Preparatória começou a haver um certo desalento pelo facto de ser necessário um mecanismo estranho para ultrapassar as dificuldades existentes.

Na décima Sessão resumida da Comissão Preparatória⁵⁴⁶, realizada em Nova Iorque, em Agosto de 1992, a Comissão Preparatória, que, em 1989, tinha marcado como data limite dos seus

⁵⁴⁵ O Secretário Geral das Nações Unidas, com a entrada em vigor da Convenção, teve um acréscimo de funções. Ele próprio ou quem o represente tem que abrir e presidir ao primeiro Encontro dos Estados Partes. Além disso, está incumbido pela Convenção - artigo 319º - de uma série de funções, além das de depositário (o artigo 77º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados especifica as funções do depositário), como, a título de exemplo:

1º - apresentar relatórios a todos os Estados Partes, Autoridade e organizações internacionais competentes “sobre assuntos de natureza geral que surjam relacionados com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (artigo 319º nº 2 a));

2º - dar apoio logístico à Comissão de Limites da Plataforma Continental (Anexo II);

3º - desenvolver algumas tarefas relativas a procedimentos para a solução de controvérsias, em particular, deve elaborar listas de conciliadores e árbitros (Anexos V e VII da Convenção), bem assim como listas de peritos para certas organizações (Anexo VIII, artigo 2º);

4º - receber as cartas e listas de coordenadas geográficas que os Estados costeiros têm que depositar (artigos 16º nº 2, 47º nº 9, 75º nº 2, 84º nº 2).

⁵⁴⁶ A 10ª Sessão marcou o princípio do fim da Comissão Preparatória por várias razões. O interesse na sua actividade estava a diminuir - no começo da primeira parte da Sessão estavam presentes poucas delegações, apenas tinha chegado um Presidente de uma das Comissões Especiais e a maior parte dos grupos regionais não tinha ainda designado o seu Presidente. Além disso, dois acontecimentos, embora estranhos à Comissão Preparatória, influenciaram a atitude das delegações - por um lado, os progressos verificados nas consultas oficiosas do Secretário Geral das Nações Unidas e, por outro lado, a decisão do novo Secretário Geral, Boutros Boutros-Gali, que tinha

trabalhos 1991, tinha perante si o *Prograss Report* do seu Presidente e projectos de relatórios finais preparados pelos Presidentes das quatro Comissões Especiais. Porém, os relatórios não foram analisados em profundidade nessa altura, por isso, deveriam ser melhor estudados na 11ª Sessão, agendada para Kingston, na Jamaica, de 22 de Março a 2 de Abril de 1993. No encontro de Agosto, houve um largo debate sobre o trabalho futuro da Comissão Preparatória. Os países em vias de desenvolvimento entendiam que a Comissão Preparatória deveria continuar a analisar as questões mais importantes e a encontrar-se em Sessão anual normal de 3 semanas, a realizar na Primavera. Os países desenvolvidos, por seu turno, defendiam apenas mais uma Sessão de 2 semanas, na qual os relatórios finais deveriam ficar completos. Prevaleceu o último ponto de vista⁵⁴⁷, pelo que a décima primeira Sessão representa o fim de uma era, pois, com a aprovação dos projectos de relatórios finais, terminou o trabalho das quatro Comissões Especiais e a própria Comissão Preparatória iria passar a desempenhar um papel reduzido.

A Comissão Preparatória, nos termos da Resolução I, tinha de apresentar um relatório final sobre todas as questões do seu mandato, com excepção das recomendações relativas ao Tribunal Internacional do Direito do Mar, na primeira Sessão da Assembleia da Autoridade, após a entrada em vigor da Convenção. No final dessa primeira Sessão, a Comissão Preparatória terminaria (melhor dizendo, terminou) as suas funções e deveria extinguir-se, sendo, nessa altura, todos os seus bens e arquivos transferidos para a Autoridade. Até essa data, o Comité Geral, agindo como órgão executivo em nome da Comissão Preparatória para a implementação da Resolução II, encontrou-se para supervisionar a implementação das obrigações dos investidores pioneiros registados e dos seus Estados certificadores⁵⁴⁸.

tomado posse em Janeiro de 1992, de reduzir o Comité dos Assuntos Marítimos e do Direito do Mar ao nível de uma Divisão e de colocar esta na dependência do Comité dos Assuntos Jurídicos. Esta decisão levou à suspensão do lugar de Representante Especial do Secretário Geral para o Direito do Mar - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer* (Dixième session), *cit.*, 1992, p. 129-130.

⁵⁴⁷ BROWN, E. D. - "Neither necessary nor prudent at this stage" ..., *cit.*, p. 103.

⁵⁴⁸ Nomeadamente, o exame dos programas de formação oferecidos pelos investidores pioneiros, os relatórios anuais das actividades desenvolvidas pelos investidores pioneiros, o abandono de áreas (a Índia, que foi registada em 1987, deveria, ao fim de três anos, ter abandonado 20% do sítio e, nos dois anos seguintes, mais 10%, isto é, em 1992 já deveria ter abandonado 30%) e as despesas feitas - LÉVY, Jean-Pierre - *Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer* (Dixième session), *cit.*, 1992, p. 148. SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 37; BROWN, E. D. BL LLM PhD - *The Internatinal Law of the Sea. Volume I* ..., *op. cit.*, p. 474.

6 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E A ENTRADA EM VIGOR DA CONVENÇÃO⁵⁴⁹

A Comissão Preparatória, como já referimos, devia, no final do seu trabalho, além de fazer um relatório final descrevendo toda a sua actividade, preparar a agenda provisória para a primeira Sessão da Assembleia e do Conselho e, quando apropriado, fazer recomendações relacionadas com os pontos dessa agenda. Em cumprimento desse dever, em Agosto de 1994, o Plenário elaborou a agenda provisória da primeira Sessão da Assembleia e do Conselho da Autoridade. Assim, a agenda provisória da Assembleia tinha o seguinte conteúdo:

- Abertura da Sessão pelo Presidente provisório;
- Adopção das normas de procedimento;
- Eleição do Presidente;
- Adopção da agenda;
- Eleição dos Vice-presidentes;
- Assuntos relativos à eleição dos membros do Conselho da Autoridade⁵⁵⁰;
- Eleição dos membros do Conselho;
- Eleição dos membros do Comité de Finanças;
- Escolha (*Appointment*) do Comité de Credenciais;
- Apresentação do relatório final da Comissão Preparatória;
- Discussão das secções do relatório final sobre matérias relativas à Autoridade que a Assembleia deve considerar, incluindo o projecto de Acordo entre a Autoridade Internacional do Fundo do Mar e o Governo de Jamaica relativo à Sede da Autoridade; o projecto de Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Autoridade; e o projecto de Acordo relativo às relações entre as Nações Unidas e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos;
- Escolha (*Appointment*) do Secretário-Geral da Autoridade, logo que a lista de candidatos para a eleição do Secretário-Geral seja proposta à Assembleia pelo Conselho;
- Consideração do seguinte:

⁵⁴⁹ Doc. LOS/PCN/L.115/Rev.1 & Corr.1, *Statement of the Chairman of the Preparatory Commission, New York, 1-12 August 1994*, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1994, *cit.*, p. 291 e s..

⁵⁵⁰ Na reunião de 8 de Fevereiro de 1994, durante a discussão sobre os assuntos a ser incluídos na agenda da Assembleia, surgiu a ideia de que, antes de eleger os membros do Conselho, a Assembleia deveria estabelecer uma lista de países preenchendo os critérios para poder ser membros, nas diversas categorias. Por isso, foi sugerido que o *item*: “Assunto relativos à eleição dos membros do Conselho da Autoridade” precedesse o *item* da: “Eleição dos membros do Conselho” - Doc. LOS/PCN/L.114/Rev.1, de 8 de Março de 1994 - *Statement of the Chairman of the Preparatory Commission, 12th Session, Kingston, Jamaica, 7-11 February 1994*, in UNITED NATIONS - Documents, *idem*, p. 283.

- a) Continuação das decisões tomadas pela Comissão Preparatória relativas à implementação da Resolução II;
- b) Transferência do património e das gravações da Comissão Preparatória para a Autoridade;
- c) Orçamento provisório e organização financeira;
- d) Continuação do programa de formação;
- e) Organização do Secretariado;
- Data da segunda Sessão da Assembleia;
- Outros assuntos.

Durante as discussões foi salientado que, relativamente à questão do orçamento provisório e da organização financeira, deveria ser dada atenção ao parágrafo 14º da Secção 1, do Anexo do Acordo de Implementação da Parte XI da Convenção, que prevê um período transitório em que a Autoridade será financiada pelas Nações Unidas. Por isso, o Comité Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentais e o Quinto Comité irão, necessariamente, ter que se pronunciar sobre a questão do financiamento da Autoridade, num período inicial⁵⁵¹. A Comissão Preparatória recomendou à Assembleia Geral que aprovasse o projecto de orçamento da Autoridade apenas para o período de 1994/95, período em que a Autoridade se iria dedicar à sua auto-organização. Diferentemente, no orçamento de 1996, já devem ser tidas em consideração as funções substantivas da Autoridade em relação às actividades do fundo do mar.

O Plenário da Comissão reconheceu que a primeira parte da primeira Sessão da Assembleia seria uma cerimónia solene, pelo que os assuntos objecto da agenda só seriam tratados na segunda parte dessa mesma Sessão⁵⁵².

⁵⁵¹ A este propósito, a delegação da Federação Russa defendeu que, de acordo com as disposições da Convenção - por exemplo o artigo 171º a) - o orçamento da Autoridade é formado pelas contribuições dos Estados Partes, o que exclui a possibilidade do seu financiamento a partir do orçamento das Nações Unidas e usando o Secretariado das Nações Unidas. A decisão de financiamento da Comissão Preparatória, de acordo com a Resolução I, não poderia ser aplicada automaticamente às actividades da Autoridade, incluindo às despesas com a primeira Sessão da Assembleia, *in* Doc. LOS/PCN/L.114/Rev.1, 8 Março 1994, *Statement of the Chairman of the Preparatory Commission, 12th Session, Kingston, Jamaica, 7-11 February 1994*, *in* UNITED NATIONS - Documents, *idem*, p. 284.

⁵⁵² De acordo com o artigo 308º nº 3 da Convenção - “A Assembleia da Autoridade deve reunir-se na data da entrada em vigor da Convenção...” - 16 de Novembro de 1994. Como essa data coincidia com o período do maior trabalho da Assembleia Geral das Nações Unidas, algumas delegações defenderam, por razões de ordem prática, que nesse dia poderia realizar-se um encontro dos Estados Partes da Convenção, de apenas um dia, em Nova Iorque, para assinalar a data e para deliberar adiar a abertura solene para uma data posterior. Outras delegações eram de opinião de que não havia base jurídica para adiar a primeira Sessão, dado o teor do artigo 308º nº 3, por isso propuseram a realização de uma sessão curta de abertura da Assembleia, em Jamaica - *in* Doc. LOS/PCN/L.114/Rev.1, 8 March 1994, *Statement of the Chairman of the Preparatory Commission, 12th Session, Kingston, Jamaica, 7-11 February 1994*, *in* UNITED NATIONS - Documents, *idem*, p. 285.

A agenda provisória do Conselho tinha os seguintes *itens*:

- Abertura da sessão pelo Presidente Provisório;
- Adopção das normas de procedimento;
- Eleição do Presidente;
- Eleição dos Vice-presidentes;
- Adopção da agenda;
- Eleição dos membros do Comité de Finanças⁵⁵³;
- Elaboração de uma lista de candidatos a ser proposta à Assembleia para a eleição do Secretário-Geral da Autoridade;
- Consideração do seguinte:
 - a) Continuação das decisões tomadas pela Comissão Preparatória para implementação da Resolução II;
 - b) Continuação do programa de formação;
 - c) Organização do Secretariado;
 - d) Orçamento Provisório e organização financeira;
 - e) O projecto de Acordo relativo às relações entre as Nações Unidas e a Autoridade Internacional para o fundo do mar;
- Consideração, tendo em vista a adopção, de normas, regulamentos e procedimentos necessários para a condução de actividades na Área à medida que vão evoluindo e das normas, regulamentos e procedimentos incorporando os padrões aplicáveis para a protecção e preservação do ambiente marinho;
- Consideração dos pedidos para aprovação de planos de trabalhos;
- Outros assuntos.

As datas da Primeira Sessão da Assembleia da Autoridade são as seguintes: primeira parte da 1ª Sessão - 16 a 18 de Novembro de 1994; 2ª parte - 27 de Fevereiro a 17 de Março de 1995 e 3ª parte - 7 a 18 de Agosto de 1995. Desde então, a Assembleia realiza duas sessões anuais, uma na Primavera e outra no Verão.

⁵⁵³ A eleição dos membros do Comité de Finanças não é da competência do Conselho, mas sim da Assembleia – Secção 9 § 3º do Acordo de Implementação.

CAPÍTULO IV

A PROCURA DA UNIVERSALIDADE - O ACORDO DE IMPLEMENTAÇÃO

1 - RAZÕES DO SEU APARECIMENTO

Como referimos, ao longo da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar debateram-se, essencialmente, duas orientações distintas e opostas, a dos países em vias de desenvolvimento, que pensavam ser os nódulos polimetálicos do fundo do mar o *Eldorado* do final do século e, à luz da Nova Ordem Económica Internacional, a solução para o seu subdesenvolvimento; e a dos países industrializados que, enquanto detentores da tecnologia, *know how* e recursos financeiros necessários, não estavam interessados em entrar em aventuras em que eles dariam a parte de leão e em troca pouco receberiam.

De modo a ser possível a participação dos países em vias de desenvolvimento nas actividades do fundo do mar, os países industrializados deveriam transferir meios técnicos e financeiros para a Empresa e, também, para eles. Além disso, e para proteger os produtores terrestres dos mesmos minerais que iriam ser extraídos da Área e que, por isso mesmo, iriam ser afectados negativamente, foi prevista a limitação de produção e a criação de uma compensação. Por outro lado, os lucros resultantes do aproveitamento do fundo do mar deveriam ser objecto de uma distribuição equitativa, embora privilegiando os países mais pobres - discriminação positiva.

Por tudo isto, os países em vias de desenvolvimento defenderam uma Autoridade forte, com largos poderes funcionais, incluindo o poder de coordenação, regulamentação, supervisão, controle e aplicação de sanções. Relativamente ao procedimento de tomada de decisão, interessava-lhes o método um Estado um voto e que as decisões obrigatórias fossem tomadas por uma maioria simples ou qualificada, pois, assim, os países em vias de desenvolvimento, como eram a maioria, poderiam sempre controlar a acção e os destinos da Autoridade.

Pelo contrário, os países industrializados eram defensores de um regime do fundo do mar orientado para a produção, sem quaisquer limitações, a não ser as do mercado, em que as actividades seriam levadas a cabo pelos Estados ou entidades por eles patrocinadas e controladas. Mesmo que a Empresa desenvolvesse actividades, deveria fazê-lo em pé de igualdade, sem qualquer tratamento de favor, nomeadamente, devendo comprar a tecnologia de que necessitasse a

preços de mercado, sem obrigatoriedade de transferência para si e para os países em vias de desenvolvimento. O princípio orientador era que os que tinham capacidade para desenvolver as actividades do fundo do mar e a coragem para o fazer deviam ter o direito de colher os frutos. A eficiência beneficiaria quer os países em vias de desenvolvimento quer os países industrializados consumidores e importadores dos minerais em questão, pois a lei da oferta e da procura iria fazer com que a oferta aumentasse e, conseqüentemente, os preços baixassem. Porém, admitiam compensações a favor daqueles que fossem afectados negativamente. Por tudo isto, defenderam uma Autoridade fraca com poderes e funções bem definidas e limitadas - sobretudo funções de coordenação e representação - direito de veto para as pequenas minorias e decisões não vinculativas.

Ao longo da III Conferência, como vimos, houve um aproximar de posições, com cedências de ambas as partes, nomeadamente através da criação do sistema paralelo, até que, devido a mudanças na Administração americana e com a chegada à presidência de Ronald Reagan, houve um volte face, aproveitado pelos restantes países industrializados. Assim, ao fim de vários anos de intensas negociações, a pedido dos Estados Unidos da América, a Convenção foi objecto de votação, tendo a delegação americana votado contra (a generalidade dos países industrializados abstiveram-se), precisamente devido ao seu desagrado em relação à Parte XI da Convenção, isto é, à disciplina jurídica relativa à exploração e aproveitamento do fundo do mar.

Juntamente com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, foram aprovadas duas Resoluções, a Resolução I, criando a Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar e a Resolução II, Sobre Investimentos Preparatórios nas Actividades Pioneiras Relacionadas com Nódulos Polimetálicos. Resumidamente e como vimos, a Comissão Preparatória tinha a seu cargo preparar o estabelecimento da Autoridade, isto é, a implementação da Parte XI e o registo dos investidores pioneiros.

Logo que a Comissão Preparatória começou o seu trabalho nas matérias substantivas, foi visível que as divisões da Conferência se mantinham, por isso, as questões *hard core* foram postas de lado e começaram a ser tratadas as matérias não controversas. A Comissão não tinha poderes para fazer alterações à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, mas, de qualquer modo, desenvolveu um trabalho notável pelo que toca ao registo dos investidores pioneiros, tendo-se desviado, em alguns pontos, da Resolução II e da Convenção, como salientámos no capítulo anterior.

A par do trabalho da Comissão Preparatória, os países industrializados desenvolveram um sistema paralelo ao da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, tendo mesmo chegado a atribuir licenças, sistema esse assente na ideia de que as actividades do fundo do mar sob o alto mar são permitidas pelo princípio da liberdade do alto mar, consagrado na Convenção de Genebra sobre o Direito do Mar de 1958 e, de há muito, princípio geral de Direito Internacional Público.

Entretanto, o clima de “euforia” dos anos 70, relativo aos nódulos polimetálicos, na década de 80, começou a esfriar, devido a diversas razões, as principais das quais foram, e ainda são hoje, a acentuada quebra nos preços dos metais extraídos dos nódulos, o aparecimento de produtos substitutos, a descoberta de novos depósitos e mais acessíveis⁵⁵⁴, a extracção em maiores quantidades dos depósitos existentes, graças a novas tecnologias, e a diminuição da procura. Em face desta realidade, começou a tomar-se consciência de que seriam precisas várias décadas para que as actividades mineiras do fundo do mar pudessem ser competitivas com a produção terrestre, o que fez com que a importância prática da Parte XI da Convenção diminuísse. Também o ambiente político estava a mudar com o fim do “socialismo” e consequente queda do muro de Berlim, o desmoronamento do bloco leste e o falhanço das economias planificadas centralmente, o que foi acompanhado, em termos económicos, por um avanço do liberalismo, das economias de mercado, dos McDonald’s ... Esta mudança, necessariamente, produziu efeitos no regime da Convenção, *maxime* no modelo fortemente burocrático adoptado para a Empresa, inspirado nas empresas estatais que estavam agora a desaparecer. Por outro lado, começou a sentir-se a necessidade de atrair os países industrializados à Convenção, pois, apesar de, em Novembro de 1993, ter obtido as sessenta ratificações ou adesões necessárias para a sua entrada em vigor, o que ocorreu um ano depois, a verdade é que entre esses países não estava nenhum que pudesse ser considerado desenvolvido⁵⁵⁵, o que fez com que a Parte XI da Convenção fosse letra morta, na medida em que esses países não tinham nem a tecnologia, nem, sobretudo, o dinheiro necessário para desenvolver actividades mineiras no fundo do mar, pois estas exigem um processo industrial altamente sofisticado e demasiado caro. Aliás, foram os próprios países em vias de

⁵⁵⁴ Foram descobertos sulfidos polimetálicos, formados através de deposição hidrotérmica, no fundo do mar da área de Galapagos e no Oceano Pacífico à volta de Juan e Fuca, sulfidos esses que têm alta concentração de cobre e zinco e outros minerais. O seu aproveitamento e a sua localização nos limites da jurisdição nacional podem afectar adversamente o regime internacional para o fundo do mar - JAGOTA, S. P. - *The Seabed Outside the Limits of National Jurisdiction*. In BEDJAOUI, Mohammed (Ed.) - *International Law: Achievements and Prospects*. Dordrecht/Paris: Martinus Nijhoff Publishers/Unesco, 1991. ISBN 92-3-102716-6, p. 942.

⁵⁵⁵ Em 16 de Novembro de 1993, entre os Estados ratificadores só havia um Estado ocidental e por sinal um Estado pequeno, a Islândia. Os Estados então ratificadores representavam menos de 5% das contribuições financeiras necessárias para que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar fosse posta em prática - PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 239.

desenvolvimento que sentiram essa necessidade, como se pode constatar pela declaração feita pelo representante do Grupo dos 77, Mumba Kapumpa, da Zâmbia, no final da Sessão de Agosto de 1989 da Comissão Preparatória: “os países em vias de desenvolvimento continuam a estar prontos para realizar conversações, sem nenhuma précondição, com qualquer delegação ou grupo de delegações - quer signatários quer não signatários da Convenção - em assuntos relacionados com a Convenção e com o trabalho da Comissão Preparatória. A sua vontade nesse sentido resulta de um desejo genuíno de assegurar a universalidade da Convenção”. Esta declaração foi bem recebida pelos outros grupos⁵⁵⁶ e abriu o caminho para o começo de uma nova era. Nessa altura, o Presidente dos Estados Unidos da América, George Bush, mostrou-se mais aberto que a anterior Administração, além do Embaixador americano nas Nações Unidas, Thomas Pickering, se ter interessado pessoalmente pela questão⁵⁵⁷. Na 44ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi aprovada uma Resolução⁵⁵⁸, cujo *item Law of the Sea* continha novas cláusulas, apelando para uma participação universal na Convenção. Desde então⁵⁵⁹, começou a ser sentido um forte apelo à renegociação da Parte XI da Convenção e Anexos conexos, de modo a assegurar a ambicionada universalidade do regime do fundo do mar. Seguidamente, iniciaram-se uma série de consultas e negociações, levadas a cabo pelo Secretário Geral das Nações Unidas, a partir de 1990, e que culminaram, em 28 de Julho de 1994, com a aprovação, pela 48ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, por 121 votos a favor, sem votos contra e com 7 abstenções⁵⁶⁰, da Resolução, adoptando o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de Dezembro de 1982⁵⁶¹. As consultas do Secretário Geral assentavam em

⁵⁵⁶ O Grupo da Europa de Leste, os membros da então CEE, os onze “Amigos da Convenção”, os Potenciais Requerentes e o Grupo dos seis Países industrializados - TREVES, Tullio - *Deep Sea-Bed Mining: The Practice of the Pioneer Investors*, *cit.*, p. 344; ANDERSON, D. H. - *Efforts to Ensure Universal Participation in the United Nations Convention on the Law of the Sea*. *International and Comparative Law Quarterly*. Hazel Fox. 42, July 1993, p. 657; RATTRAY, Kenneth - *Assuring Universality: Balancing the Views of the Industrialized and Developing Worlds*. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 57.

⁵⁵⁷ LI, Yuwen, *op. cit.*, p. 241.

⁵⁵⁸ Resolução nº 44/26, de 20 de Novembro de 1989. Nesta Resolução, a Assembleia declara, nomeadamente, registar “com satisfação que as declarações proferidas no final da reunião da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional do Fundo do Mar e do Tribunal Internacional do Direito do Mar, ocorrida em Nova Iorque, entre 14 de Agosto e 1 de Setembro de 1989, fizeram surgir uma vontade de encarar todas as possibilidades de tratar as questões cuja solução é necessária para assegurar uma participação universal na Convenção”.

⁵⁵⁹ Também entre 1987 e 1989, o Grupo dos Seis (Itália, Bélgica, República Federal da Alemanha, Reino Unido, Japão, Países Baixos, a que se juntou também o Canadá como observador), sob a presidência italiana, criou um Grupo de Mediação para estudar e fazer relatórios sobre as questões mais controversas, nomeadamente, o procedimento de adopção de decisões e a composição dos órgãos da futura Autoridade, a Empresa, ... - TREVES, Tullio - *Italy and the Law of the Sea*. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Member States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 351.

⁵⁶⁰ Colômbia, Nicarágua, Panamá, Perú, Federação Russa, Tailândia e Venezuela.

⁵⁶¹ Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar de 10 de Dezembro de 1982. Diário da República: INCM. 1997, p. 5498 (183) - 5486 (192).

duas premissas fundamentais: por um lado, a integridade da Convenção, não devia ser posta em causa - todos os assuntos nela tratados estão interligados, são um todo e assim devem continuar, estando todas as partes sujeitas ao procedimento de solução de controvérsias nela previsto. Por outro lado, as questões controversas da Parte XI deviam ser devidamente identificadas⁵⁶². Aliás, foi por aqui que começaram as negociações. As primeiras seis consultas, ocorridas entre Julho de 1990 e Dezembro de 1991, terminaram, precisamente, com a identificação das áreas críticas. O final desta etapa, que coincidiu com o fim do mandato de Perez de Cuéllar, foi assinalado com a publicação de um relatório detalhado das negociações.

2 - AS QUESTÕES *HARD CORE*

As questões controversas da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que assombraram a fase final da III Conferência e que pairaram ao longo de todo o trabalho da Comissão Preparatória⁵⁶³, são as seguintes:

- os custos para os Estados Partes;
- a Empresa;
- o procedimento da tomada de decisão;
- a conferência de revisão;
- a transferência de tecnologia;

As Consultas Informais levadas a cabo pelo Secretário Geral das Nações Unidas foram bem aceites por todos, principalmente por duas razões: primeiro, porque a Comissão Preparatória não tinha mandato para melhorar a Convenção, no sentido pretendido, sobretudo, pelos países industrializados e, segundo, porque os Estados Unidos da América decidiram não participar nos seus trabalhos, pelo que não teria qualquer interesse iniciar negociações à margem deste país.

⁵⁶² NANDAN, Satya N. - A Report on the Consultations of the Secretary-General. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 122.

⁵⁶³ Entre muitos outros ver, RIBEIRO, Manuel de Almeida - Revisitando a Convenção de Montego Bay. In *Estudos em Homenagem a Joaquim M. da Silva Cunha*. Porto: Centro de Cópia António Silva Lemos Artes Gráficas, Lda., 1999. ISBN 972-8282-22-2, p. 573-603 e ANDERSON, D. H. - Efforts to Ensure Universal Participation in the United Nations Convention on the Law of the Sea, *cit.*, p. 658 e s..

O Presidente da Comissão Preparatória, o Embaixador José Luis Jesus, no *International Symposium of the Institute of International Law of Kiel*, fez a seguinte observação: “As dificuldades que foram identificadas na Parte XI não são questões N/S, como foi dito. Penso que os países industrializados, bem assim como os países em vias de desenvolvimento têm os mesmos interesses em ver todas as instituições criadas pela Convenção a funcionar com rentabilidade e a operar com base em regras financeiras saudáveis. ... no fundo, o que realmente interessa é que os recursos do património comum da Humanidade sejam explorados de modo a criar o maior rendimento possível para o benefício de todos os Estados” - LUIS JESUS, José - Statement on the Issue of the Universality of the Convention. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991, p. 27. Também referido por IGUACHI, Takeo - Perspectives on Proposed

- os limites à produção;
- o fundo de compensação;
- os termos financeiros dos contratos; e
- a preservação do ambiente.

2.1 - CUSTOS PARA OS ESTADOS PARTES

Os países industrializados salientavam que os custos de funcionamento das instituições criadas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e seus órgãos e o Tribunal Internacional do Direito do Mar, eram demasiado elevados. Além disso, os custos para financiar a Empresa e o seu primeiro sítio mineiro seriam enormes dado a necessidade de elevadas somas de capital para a compra de alta tecnologia e para a realização de uma operação considerada de alto risco.

Relativamente a este ponto, começou, logo desde o início das conversações, a esboçar-se um entendimento no sentido de que, quando a Convenção entrasse em vigor, não seriam necessárias todas as instituições previstas na Parte XI, pois as operações mineiras não iriam ter início de imediato. Assim sendo, o aparecimento dessas instituições deveria ser faseado e estas deveriam ser *cost effective* e *cost efficient*. Além disso, as reuniões deveriam ser reduzidas ao indispensável.

2.2 - A EMPRESA

Uma outra preocupação dos países industrializados eram as vantagens que da Convenção resultavam para a Empresa, em comparação com os demais investidores - levantava-se a questão de se seria necessário, numa época de privatizações, criar-se uma entidade “nacionalizada” a nível internacional, um monstro burocrático, como alguém lhe chamou, para desenvolver uma actividade puramente comercial. A participação da comunidade internacional, no seu todo, no aproveitamento do património comum da humanidade, poderia ser conseguida de outro modo, nomeadamente, através do pagamento de *royalties* (direitos de exploração) que iriam favorecer os países em vias de desenvolvimento. Diferentemente, para os países em vias de desenvolvimento era importante a

existência deste mecanismo internacional, pois, de outro modo, dificilmente poderiam ter acesso às actividades do fundo do mar.

Por outro lado, e em relação aos elevados custos previstos para as operações do primeiro sítio mineiro, a ideia de uma *joint venture* começou a ganhar corpo, pois, assim, o capital seria fornecido pelo parceiro privado. Além disso, desse modo nem seria necessário, de imediato, instituir a Empresa.

2.3 - O PROCEDIMENTO DE TOMADA DE DECISÃO

O mecanismo para a tomada de decisões na Assembleia e no Conselho da Autoridade está previsto nos artigos 159º e 161º da Convenção em termos que não agradam os países industrializados, que chegaram mesmo a falar de “opressão da maioria”⁵⁶⁴. Estes países desejavam um sistema de votação que assegurasse uma representação adequada dos seus interesses nas instituições da Autoridade e que evitasse decisões, especialmente em matéria financeira, tomadas por uma maioria que não incluísse os países mais industrializados e, consequentemente, os maiores contribuintes. Nesse sentido, e pelo que diz respeito ao procedimento de tomada de decisão no Conselho, foi decidido criar um sistema de câmaras, cada uma representando interesses específicos, como os produtores, os consumidores e os investidores nas actividades do fundo do mar. As decisões em matérias de fundo (de substância) deveriam ser tomadas por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, desde que a tais decisões não se opusesse uma maioria de uma qualquer das câmaras. Dito de outro modo, qualquer das câmaras poderia vetar uma decisão que não fosse consentânea com os seus interesses. Havia, também, um acordo geral no sentido da criação de um Comité de Finanças, que deveria ser separado quer do Conselho quer da Assembleia.

⁵⁶⁴ RATTRAY, Kenneth - *Assuring Universality: Balancing the Views of the Industrialized and Developing Worlds*, *cit.*, p. 63.

Relativamente à tomada de decisões no Conselho, os Estados Unidos da América compreendiam que os países em vias de desenvolvimento não quisessem recriar o Conselho de Segurança das Nações Unidas ou um qualquer outro sistema que desse uma voz forte a um pequeno grupo de países. No entanto, pensavam que um sistema que visava regular cerca de 2/3 dos recursos da face da terra tinha de reflectir o facto de um dos “jogadores” nessa organização internacional consumir cerca de 25% das matérias primas mundiais e contribuir com cerca de 25%, não só para a criação da Autoridade Internacional mas também para a companhia mineira internacional com a qual as suas companhias iriam ter que competir - RATINER, Leigh S. - *The Deep Seabed Mining Controversy: A Rejoinder*. In BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - *Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea*. Honolulu: The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2, p. 40 e 41.

2.4 - A CONFERÊNCIA DE REVISÃO

O regime previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar para a conferência de revisão não agradava os países industrializados, pois, segundo o nº 3 do artigo 155º, se não fosse possível, nessa conferência, aprovar, sem votação, as emendas propostas, e após cinco anos a contar do início da dita conferência, seriam as mesmas postas a votação e adoptadas, se aprovadas por uma maioria de três quartos dos Estados Partes. Posteriormente, “tais emendas entrarão em vigor para todos os Estados Partes doze meses após o depósito dos instrumentos de ratificação ou de adesão de dois terços dos Estados Partes”⁵⁶⁵. Os Estados, cujas Constituições prevêem um procedimento rígido e solene para a adopção de convenções internacionais, eram os principais opositores a este regime.

As negociações a propósito deste *item* desenvolveram-se no sentido de que numa futura conferência de revisão, uma qualquer emenda só poderia ser aprovada desde que envolvesse um amplo apoio, nomeadamente através do sistema de câmaras, e desde que fossem criadas disposições que previssem a sua entrada em vigor, apenas quando os Estados de todas as câmaras ou de todas as categorias de interesses estivessem envolvidos. Além disso, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 deveria, sempre que possível, ser aplicada.

2.5 - A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Os países industrializados não aceitavam, de todo, a obrigatoriedade de transferência de tecnologia para a Autoridade ou para a Empresa, na medida em que essa mesma tecnologia pudesse ser adquirida pelas vias comerciais normais.

A questão da tecnologia começou a aparecer ligada à questão da Empresa, pois, na medida em que esta comece a operar através de *joint ventures*, a questão da transferência obrigatória de tecnologia já não se coloca, cabendo ao parceiro privado fornecê-la ou então devendo comprá-la no mercado, de acordo com as regras deste.

⁵⁶⁵ Sublinhado nosso.

2.6 - LIMITES À PRODUÇÃO

A política de produção está prevista no artigo 151º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar⁵⁶⁶. Dadas as mudanças, entretanto, verificadas no mercado mundial dos metais, o regime contido na Convenção não está mais consentâneo com a realidade. Os limites à produção são vistos como reflexo de uma economia planificada a nível central e, como tal, contrários ao princípio de uma competição livre e aberta e aos princípios do liberalismo económico.

Também nesta questão, logo desde o início, começou a haver entendimento no sentido de que, em vez de limitar a produção para proteger os produtores terrestres dos mesmos minerais que seriam extraídos do fundo do mar, o melhor seria proibir quer a subsidiarização da produção do fundo do mar quer a discriminação entre a produção terrestre e marítima. O melhor seria aplicar as regras do então GATT, isto é, o melhor seria a liberalização do mercado dos metais, qualquer que fosse a sua proveniência.

2.7 - O FUNDO DE COMPENSAÇÃO

Tal como a limitação da produção, também a criação de um fundo de compensação para protecção dos produtores terrestres dos metais extraídos do fundo do mar passou a ser vista como uma medida não apropriada para esse fim. Começou a defender-se que a melhor solução seria ajudar economicamente quem fosse efectivamente afectado, até porque não era certo se tais prejuízos iriam acontecer. As instituições financeiras internacionais já tinham programas para muitos dos países em questão, programas esses que seriam ajustados de modo a compensá-los de qualquer prejuízo que pudesse ser resultante da diminuição das suas exportações, devido ao aumento da oferta de minerais na sequência das actividades do fundo do mar. Já em 1989, Satya N. Nandan, num discurso feito em *Noordwijk aan Zee*, na Holanda, em 12 de Julho, disse: “será necessário resolver os problemas dos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres afectados pelas actividades do fundo do mar. Uma possível solução para estes Estados poderia ser encontrada criando um fundo de assistência económica, em vez de um fundo de compensação,

⁵⁶⁶ Sobre a política de produção, ver, entre muitos outros, BROCKHOFF, Klaus - The Production Regulation of the Law of the Sea Convention: An Assessment and Alternatives. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 251-262.

formado com uma percentagem dos lucros líquidos das actividades mineiras e reforçar as disposições anti-subsídios para a fase comercial das actividades mineiras do fundo do mar”⁵⁶⁷.

2.8 - OS TERMOS FINANCEIROS DOS CONTRATOS

A propósito da questão dos termos financeiros dos contratos, havia um acordo geral no sentido de que os mesmos deveriam ser justos para ambas as partes - Autoridade e empreendedores privados. Os impostos sobre os operadores deveriam ser semelhantes aos aplicados aos produtores terrestres de minerais semelhantes. Havia interesse em instituir um sistema de *royalties* (direitos de exploração) sobre a produção. A taxa anual fixa, que se provou ser de difícil aplicação aos investidores pioneiros registados, deveria ser ajustada, de modo a ser possível ter em linha de conta os possíveis atrasos e os elevados riscos envolvidos no estabelecimento de uma nova indústria.

2.9 - A PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE

Relativamente à questão da preservação da qualidade do meio ambiente marinho, havia um entendimento geral de que as questões ambientais eram de grande importância e que a Convenção, a este propósito, continha um regime satisfatório e consensual, pelo que, em 1992, foi decidido abandonar este *item*, pois não era obstáculo à participação universal na Convenção, única preocupação do Secretário Geral.

De qualquer modo, o Acordo de Implementação, nesta matéria, impôs que “o pedido de aprovação de um plano de trabalho será acompanhado de uma avaliação das potenciais consequências ecológicas das actividades propostas e da descrição de um programa de estudos oceanográficos e ambientais, em conformidade com as normas, regulamentos e procedimentos adoptados pela Autoridade”.

⁵⁶⁷ Citado por TYTGAT, Denis - The Economic Adjustment System Under Lomé, World Bank and Others. A Comparison. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991, p. 268.

3 - CONSULTAS DO SECRETÁRIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS⁵⁶⁸

O Secretário Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, tomando consciência do clima de mudança que estava a verificar-se, resolveu iniciar uma série de consultas, sobre as questões e disposições controversas relativas às actividades do fundo do mar, com um grupo seleccionado de entidades escolhidas com base na sua capacidade pessoal e oriundas quer de Estados signatários da Convenção quer de Estados não signatários. Tais consultas começaram por ser uma troca de pontos de vista e culminaram com a celebração do Acordo de Implementação da Parte XI da Convenção.

Para descrever essas consultas e os seus resultados nada melhor que seguir de perto o Relatório feito pelo próprio Secretário Geral, é o que iremos fazer.

Em 19 de Julho de 1990, o Secretário Geral, Javier Perez de Cuellar, teve a iniciativa de convidar os representantes permanentes, em Nova Iorque, de cerca de vinte e cinco Estados, para consultas informais, tendo como objectivo conversarem sobre a participação universal na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O Secretário Geral começou por realçar a importância da aceitação geral da Convenção, pois trata-se de um instrumento que representa muitos anos de negociação e de um contributo importante para a nova ordem jurídica dos mares.

Seguidamente, salientou que, nos oito anos, entretanto, decorridos após a adopção da Convenção, se verificaram significativas mudanças políticas e económicas que tiveram efeitos sobre o regime das actividades do fundo do mar, nomeadamente as perspectivas de actividades comerciais foram relegadas para o século XXI, o que não corresponde, de todo, ao que era previsto, aquando das negociações da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O clima económico geral mudou como consequência da mudança de percepção em relação aos papéis dos sectores público e privado e essa mudança fez-se no sentido de uma economia mais orientada para o mercado. Além disso, o Secretário Geral referiu-se, também, à emergência de um novo espírito de cooperação internacional na resolução de problemas de âmbito regional e global. Estes factores deviam ser tidos em consideração ao tratarem das questões relativas ao fundo do mar.

⁵⁶⁸ Doc. A/48/950, de 9 July 1994 - *Consultations of the Secretary-General on Outstanding Issues Relating to the Deep Seabed Mining Provisions of the UN Convention on the Law of the Sea - Report of the UN Secretary-General, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1994, cit., p. 76-81; RIBEIRO, Manuel de Almeida - Revisitando a Convenção de Montego Bay, cit., p. 574-581. Ver, também, Internet – (<http://www.isa.org.jm/docs/reportof.htm>).*

A Assembleia Geral das Nações Unidas, anualmente, na sua resolução, tomava conhecimento do andamento das consultas informais do Secretário Geral e louvava o interesse de tal iniciativa no sentido de uma participação universal na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Com esta iniciativa começaram uma série de consultas informais, consultas essas que se desenrolaram entre 1990 e 1994, ao longo de 15 encontros - 19 de Julho de 1990; 30 de Outubro de 1990; 25 de Março de 1991; 23 de Julho de 1991; 14 e 15 de Outubro de 1991; 10 e 11 de Dezembro de 1991; 16 e 17 de Junho de 1992; 6 e 7 de Agosto de 1992; 28 e 29 de Janeiro de 1993; 27 e 28 de Abril de 1993; 2-6 de Agosto de 1993; 8-12 de Novembro de 1993; 31 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1994; 4-8 de Abril de 1994 e 31 de Maio a 3 de Junho de 1994.

Estes encontros, segundo o próprio Secretário Geral, podem ser divididos em duas fases - a primeira devotada à identificação das questões que preocupavam os Estados, o modo de as examinar e a procura de soluções; a segunda dedicada a uma análise mais profunda das questões.

3.1 - A PRIMEIRA FASE

Durante a parte inicial desta fase das consultas foram identificadas nove questões controversas, por nós já referidas: custos para os Estados Partes; a Empresa; o procedimento de decisão; a Conferência de Revisão; a transferência de tecnologia; os limites à produção; o fundo de compensação; os termos financeiros do contrato; e, por último, considerações ambientais.

Os participantes começaram a analisar todas as questões com base em informações recolhidas pelo Secretariado, as quais continham, também, as possíveis abordagens para a resolução dos problemas, tendo, ao longo das seis consultas informais realizadas nos anos de 1990 e 1991, começado a surgir um certo entendimento.

O resultado das consultas informais do Secretário Geral tidas neste período, 1990 e 1991, constam de um documento do Secretário Geral, datado de 31 de Janeiro de 1992, e de uma nota informal, datada de 26 de Maio de 1992, dos quais sobressai, em primeiro lugar, que parecia ter sido conseguido acordo relativamente às seguintes questões: custos para os Estados partes; Empresa, tomada de decisão, Conferência de Revisão e transferência de tecnologia. Por outro lado, relativamente à limitação da produção, fundo de compensação e termos financeiros dos contratos foi acordado que, uma vez que estava longe a época em que as actividades do fundo do mar iriam começar, não era nem necessário nem prudente formular novas regras gerais sobre tais *itens*, naquele momento. Relativamente a tais questões, a nota informativa previa princípios gerais a ser aplicados, quando a produção comercial do fundo do mar estivesse iminente.

3.2 - A SEGUNDA FASE

Em 1992⁵⁶⁹, o novo Secretário Geral, Boutros Boutros-Gahli, continuou as consultas informais começados pelo seu antecessor. Numa introdução a este trabalho, afirmou que a Convenção seria fortemente afectada se entrasse em vigor sem a participação dos países industrializados, tanto mais que são eles os maiores utilizadores do mar e os seus maiores poluidores. De qualquer modo, salientou que o que estava em causa não era uma renegociação da Parte XI da Convenção, mas antes uma tentativa de fazer a ponte entre as diversas posições divergentes, estabelecendo soluções aceitáveis para todos. Durante esta fase, e pela primeira vez, as consultas foram abertas a todas as delegações, daí que começaram a assistir aos encontros entre setenta e cinco a noventa delegações. Nos três primeiros *rounds* desta fase, foram de novo considerados os nove pontos, de modo a tornar mais precisos os resultados alcançados nas consultas anteriores; foram introduzidos novos aspectos para consideração sobre as seguintes questões: custos para os Estados partes, Empresa, tomada de decisão, Conferência de Revisão e transferência de tecnologia; foi, também, decidido retirar a questão relativa ao ambiente da lista de questões a tratar, na medida em que não era mais considerada uma questão controversa no contexto das actividades do fundo do mar.

Nas consultas de Janeiro de 1993, os trabalhos continuaram com base numa nota informativa elaborada por Fleischhauer, o *Legal Counsel*. A nota informativa continha um resumo dos resultados das consultas levadas a cabo sobre os oito *itens*, ao mesmo tempo que os dividia em dois grupos: um primeiro grupo formado por cinco *itens* cuja solução já era mais ou menos consensual - custos para os Estados Partes, Empresa, tomada de decisão, Conferência de Revisão e transferência de tecnologia; e um segundo grupo, formado pelos três restantes *itens* - limites à produção, fundo de compensação e termos financeiros dos contratos, em relação aos quais a nota informativa sugeria que não era nem necessário nem prudente, naquela altura ir além de meros princípios gerais, pois as condições financeiras e técnicas que poderão existir no momento em que

⁵⁶⁹ Nesta altura verifica-se uma certa abertura dos Estados Unidos da América para as negociações em curso, através da modificação do seu sentido de voto na Resolução da Assembleia Geral sobre o Direito do Mar. Desde 1982, os Estados Unidos haviam, sistematicamente, votado contra as resoluções sobre o tema, mas em Dezembro de 1991, optaram pela abstenção face a um texto inovador que considera que “as transformações políticas e económicas, nomeadamente o recurso crescente ao princípio da economia de mercado, mostram que se impõe reconsiderar certos aspectos do regime que deve ser aplicado à Área e aos seus recursos, tendo em conta as questões problemáticas para diversos Estados e que um diálogo construtivo sobre essas questões entre todos os interesses melhorará as perspectivas de uma participação universal na Convenção, no interesse da Humanidade no seu conjunto” - Resolução nº 47/78. Esta mudança de atitude foi reforçada com a mudança de Administração. Em Janeiro de 1993, Clinton assume as funções de Presidente dos americanos e, logo de seguida, a embaixadora americana nas Nações Unidas, Madeleine Albright, proclamou: “chegou o momento de afirmar novamente que estamos determinados a atingir o objectivo de uma Convenção largamente aceite ... (mas) são necessárias alterações substanciais”.

começar a produção comercial do fundo do mar não são ainda conhecidas. Enquanto é possível apontar soluções para o primeiro grupo, para o segundo só é possível sugerir princípios, devendo as soluções ser encontradas no momento em que forem necessárias e atendendo às circunstâncias que então existirem⁵⁷⁰. Nesta altura começou, também, a sentir-se a necessidade de um texto contendo tudo o que já tinha sido conseguido, para facilitar a continuação das negociações e um possível acordo, pelo que foi pedido ao Secretário Geral que fizesse “sugestões operacionais” com os resultados já alcançados⁵⁷¹.

Nesse sentido foi elaborada uma nota informativa, em 8 de Abril de 1993⁵⁷², com duas partes:

- a) a Parte A relativa às várias abordagens procedimentais relativamente à forma a ser dada aos resultados das consultas, que estudaremos mais adiante; e
- b) a Parte B que continha os resultados conseguidos nas consultas e estava dividida em 2 secções:
 - i) Acordos relativos à entrada em vigor da Convenção; e
 - ii) Projectos de textos relativos ao regime definitivo do fundo do mar.

Em 27 de Abril de 1993, a Missão americana junto das Nações Unidas, pela pessoa da Embaixadora Madeleine Albright, anunciou a decisão da Administração Clinton de participar, mais activamente, nas consultas informais patrocinadas pelo Secretário Geral das Nações Unidas.

Num momento crucial das consultas informais, quando as negociações estavam a cair num impasse, mais precisamente em Agosto, um documento com data do dia 3 e preparado por representantes de vários países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, circulou, como anónimo, entre as delegações. Tal documento conhecido como *Boat Paper*⁵⁷³, devido ao facto de

⁵⁷⁰ ANDERSON, D. H. - Efforts to Ensure Universal Participation in the United Nations Convention on the Law of the Sea, *cit.*, p. 661.

⁵⁷¹ SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 39. Nesta altura já havia entendimento em alguns pontos básicos: o acordo a ser conseguido deveria ter natureza vinculativa; deveria evitar-se, a todo o custo, uma dualidade de regimes para o fundo do mar; e era necessário proteger a posição dos Estados que já tinham ratificado ou aderido à Convenção, por isso, deveria ser dada atenção à questão do consentimento implícito ou tácito - NELSON, L. D. M. - Some Observations on the Agreement Implementing Part XI of the 1982 Convention on the Law of the Sea. In MENSAH, Thomas A. (Ed.) - *Ocean Governance: Strategies and Approaches for the 21st Century. Proceedings the Law of the Sea Institute. Twenty-eight Annual Conference in Cooperation with East-west Center, Honolulu, Hawaii - July 11-14, 1994*. Honolulu: The Law of the Sea Institute, 1994, p. 203-218.

⁵⁷² Transcrita in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1993, *cit.*, p. 430-439.

⁵⁷³ “*Boat Paper*” - Prepared by Representatives of Several Developed and Developing States as a Contribution to the Process of Consultations Relating to Outstanding Issues in Part XI of the 1982 Law of the Sea Convention, in UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1993, *cit.*, p. 440-452. O texto está igualmente transcrito in MANGONE, Gerard J. - Negotiations on the 1982 LOSC Given Extra Urgency by the 60th Ratification. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman. 9, number 1: (1994), p. 59 e s.. O *boat paper* é um documento de trabalho proposto por representantes dos Estados Unidos da América, Austrália, Fiji e Reino Unido.

ter o desenho de um barco na capa, não reflectia a posição de nenhuma delegação envolvida, mas continha uma boa base de negociação. Este documento, que depressa se tornou o documento básico das negociações, estava dividido em três partes: (i) um projecto de resolução para ser adoptado pela Assembleia Geral; (ii) um projecto de Acordo relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; e (iii) dois Anexos: o Anexo I com as conclusões das consultas do Secretário Geral e o Anexo II intitulado “arranjos consequentes”.

Na última ronda de consultas de 1993, realizada entre 8 e 12 de Novembro, os participantes tinham perante si três documentos: uma nota informativa datada de 4 de Junho de 1993; uma nova versão do *Boat Paper*; e um documento com o título: “Acordo relativo à Implementação da Parte XI e Anexos III e IV da Convenção sobre o Direito do Mar”, apresentado pela delegação da Serra Leoa. No encontro de Novembro, foi completada a análise de todas as questões contidas na nota informativa e foi examinada a questão dos “Custos para os Estados Partes e arranjos institucionais”, mas agora com base, essencialmente, no *Boat Paper*.

Em 16 de Novembro de 1993, como é sabido, a Convenção sobre o Direito do Mar recebeu o seu sexagésimo instrumento de ratificação ou adesão, o que significa que, de acordo com o artigo 308º, entraria em vigor em 16 de Novembro de 1994. A Assembleia Geral convidou todos os Estados a participar nas consultas e a intensificar esforços no sentido de uma participação universal na Convenção, o mais rapidamente possível. A entrada iminente em vigor da Convenção fez com que se tornassem mais urgentes as consultas informais.

Nas conversações realizadas em 1994, entre 31 de Janeiro e 4 de Fevereiro, foi analisada uma versão revista do *Boat Paper*, datada de Novembro de 1993. Esta revisão teve em atenção as discussões que ocorreram durante as consultas informais realizadas em Novembro de 1993. O trabalho deste *round* incidiu sobre questões como:

- a tomada de decisão, em particular a questão das relações entre a Assembleia e o Conselho, e a questão de que grupos de Estados, no Conselho, deveriam ser considerados câmaras para efeitos de tomada de decisão;
- as despesas administrativas da Autoridade deveriam ser pagas através de contribuições dos seus membros, incluindo os membros provisórios, ou através do orçamento das Nações Unidas?;

As duas últimas versões, que datam de 14 de Fevereiro e 15 de Abril de 1994, não têm já o barco. Isto tem a ver com o estatuto do documento que passa a ser considerado como Projecto de Resolução e Projecto de Acordo e Anexo relativos à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de Dezembro de 1982.

– a questão da aplicação provisória do Acordo e do estatuto de membro provisório da Autoridade.

Durante estas consultas houve progressos em relação aos dois últimos pontos. Uma versão revista do documento apresentado pela delegação da Serra Leoa foi submetido nesta ronda de negociações.

Uma segunda ronda de negociações informais do Secretário Geral teve lugar de 4 a 8 de Abril de 1994. As delegações tinham perante si uma versão actualizada do *Boat Paper*, oficialmente denominado: “Projecto de Resolução e Projecto de Acordo relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982”, datada de 14 de Fevereiro de 1994. Foi feito um estudo, artigo a artigo, do projecto de Acordo, tendo sido dada mais atenção às duas questões mais difíceis: tomada de decisão no Conselho e Empresa. Desde o início das consultas que era evidente que estas questões só poderiam ser resolvidas no final deste processo. Relativamente à tomada de decisão, o debate incidiu, sobretudo, sobre o sistema de câmaras de votos, em particular, sobre se as categorias ou grupos de Estados, principalmente, os países em vias de desenvolvimento, deveriam ser tratados como câmaras para efeitos de tomada de decisões no Conselho, *maxime*, se deveriam ter a mesma possibilidade de veto como as outras três câmaras, constituídas por representantes de grupos de interesses específicos - os quatro maiores consumidores, os quatro países mais dedicados às actividades do fundo do mar e os quatro maiores produtores terrestres - artigo 161º da Convenção. Esta questão era puramente académica, pois os países em vias de desenvolvimento têm possibilidade de veto através da sua maioria de dezoito membros eleitos para o Conselho, mas, de qualquer modo, tinha uma grande importância psicológica para aquele grupo. A discussão acerca da Empresa centrou-se no tipo de mecanismo que deveria começar as suas operações e as suas funções, pois o *Boat Paper* previa a criação da Empresa, por decisão do Conselho, mas apenas quando as actividades do fundo do mar estiverem prestes a começar. Assim se visava minorar despesas.

Foram feitas algumas revisões ao projecto de Acordo, à luz dos debates realizados, nas seguintes matérias: aplicação provisória do Acordo, estatuto de membros provisórios na Autoridade, tratamento dos investidores pioneiros registados e política de produção. Com base nestas revisões, o Projecto de Resolução e o Projecto de Acordo relativo à Implementação da Parte XI da Convenção foram revistos no seu todo e um novo texto revisto apareceu, em 8 de Abril de 1994, o último dia do encontro.

Neste encontro de Abril, houve grandes progressos, foram conseguidas soluções para questões importantes, incluindo a tomada de decisão, a Empresa e o tratamento dos investidores pioneiros registados. No entanto, nem todos os problemas ficaram resolvidos.

O último encontro das consultas informais do Secretário Geral teve lugar de 31 de Maio a 3 de Junho de 1994. O principal objectivo desta ronda de consultas era a harmonização, nas diversas versões linguísticas, do texto do Projecto de Resolução e do Projecto de Acordo relativo à Implementação da Parte XI da Convenção de 1982. Nesse encontro, as delegações tinham perante si o Projecto de Resolução e o Projecto de Acordo datado de 15 de Abril de 1994, que foi revisto com base nas discussões da ronda de negociações anterior e um *corrigendum* ao documento datado de 23 de Maio de 1994. Dois documentos⁵⁷⁴, contendo sugestões de emendas, preparados pelo Secretariado foram, também, submetidos ao encontro, de modo a facilitar o processo de harmonização das versões linguísticas do texto.

Na primeira parte do encontro foram tratados aspectos substantivos ainda pendentes e foram encontradas soluções para algumas das questões. As delegações, porém, continuaram a procurar soluções para questões relativas, entre outros, ao tratamento dos investidores pioneiros registados e à questão da representação no Conselho. A segunda parte do encontro foi dedicada à tarefa de harmonização das versões linguísticas do Projecto de Resolução e Projecto de Acordo. A parte final foi dedicada à decisão a ser tomada relativamente à convocação de uma 48ª Sessão Resumida da Assembleia Geral, para adoptar o Projecto de Resolução da Assembleia Geral e o Projecto de Acordo de Implementação e Anexos⁵⁷⁵. Essa Sessão foi marcada, precisamente, para 27 a 29 de Julho de 1994.

⁵⁷⁴ SG/LOS/CRP.1 e SG/LOS/CRP.2.

⁵⁷⁵ O Projecto de Resolução foi patrocinado pelos seguintes Estados: Antígua e Barbuda, Argentina, Austrália, Áustria, Bahamas, Chile, Alemanha, Grécia, Granada, Islândia, Índia, Indonésia, Jamaica, Japão, Quénia, Malta, Estados Federados da Micronésia, Myanmar, Ilhas Marshall, Países Baixos, Nova Zelândia, Namíbia, República da Coreia, Singapura, Sri Lanka, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Estados Unidos da América e Fiji - NANDAN, Satya N. - A Report on the Consultations of the Secretary-General, *cit.*, p. 123.

Em 30 de Junho de 1994, o Secretário de Estado Americano, Warren Christopher, informou o Senador Pell e o Comité de Relações Exteriores que a Administração Clinton iria “assinar um Acordo, em 29 de Julho de 1994, o qual iria modificar as disposições da Convenção sobre as actividades no fundo do mar no sentido pretendido pelos EUA” e que iria submeter quer o Acordo quer a Convenção ao Senado para parecer e consentimento para ratificação - Oceans Policy News, The Newsletter of International Oceans Law, Volume XI, Number 3 - June 1994.

A decisão da Administração Clinton de apoiar a Convenção e o Acordo é um passo necessário mas não suficiente para a adesão. O Comité do Senado para as Relações Exteriores tem de apoiar a Convenção e o Acordo, que depois serão submetidos ao Senado para aprovação. A aprovação ainda não ocorreu até ao momento. Aliás, na altura em que a Embaixadora americana nas Nações Unidas, Madeleine Albright, assinou o Acordo (28 de Julho de 1994), uma série de juristas apresentaram na Câmara dos Representantes e no Senado resoluções contra o Tratado alegando que ele não era favorável aos interesses privados - GILDORISI, George - The United States and the Law of the Sea: A Window of Opportunity for Maritime Leadership, *Ocean Development and International Law Journal*. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 26: (1995), p. 76.

No final do encontro, as delegações tinham perante si uma versão revista⁵⁷⁶, datada de 3 de Junho de 1994.

Na conclusão das consultas informais, a delegação da Federação Russa fez uma declaração reservando a sua posição devido ao facto de algumas propostas por ela apresentadas não terem quaisquer reflexos no projecto de Acordo. Em resposta, foi-lhe dito que todas as propostas apresentadas pelas delegações ou grupos foram examinadas, sem excepção, mas que não foi possível acolhê-las a todas.

O Secretário Geral das Nações Unidas acaba o relatório dizendo: “é com satisfação que faço saber à Assembleia Geral que as consultas, iniciadas pelo meu antecessor e continuadas por mim, levaram a um resultado que na minha opinião poderia ser a base de um acordo geral sobre as questões que foram o objecto das consultas. Tendo em vista os resultados, penso que realizei o meu mandato”.

4 - A QUESTÃO DA FORMA DO ACORDO⁵⁷⁷

No início das consultas informais, a questão da forma a dar ao acordo que fosse alcançado não foi objecto de grandes preocupações dos negociadores⁵⁷⁸. Surgiu a ideia de um acordo de implementação ou de um protocolo, à semelhança do que aconteceu com a Convenção MARPOL de 1973/78 - Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Proveniente de Navios, de 2 de Novembro de 1973 e emendada pelo Protocolo de 17 de Fevereiro de 1978, ainda antes da sua entrada em vigor.

Esta questão foi, no entanto, objecto de algumas apresentações feitas em conferências e seminários e impressas em jornais da especialidade. Num *paper* apresentado num encontro do Instituto do Direito do Mar, em Tóquio, em Julho de 1990, o Embaixador José Luis Jesus, de Cabo Verde, a este propósito, salientou dois aspectos: primeiro, que a forma deveria garantir o efeito

⁵⁷⁶ SG/LOS/CRP.1/Rev. 1.

⁵⁷⁷ ANDERSON, David. H. - Efforts to Ensure Universal Participation in the United Nations Convention on the Law of the Sea, *cit.*, p. 661; do mesmo Autor - The Mechanisms for Adjusting Part XI and their Relation to the Implementation Agreement. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 92-94.

⁵⁷⁸ De qualquer modo, mais uma vez houve um pequeno choque entre a posição dos países industrializados e dos países em vias de desenvolvimento. Os primeiros queriam um acordo vinculativo que emendasse a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e eliminasse as disposições controversas. Os segundos, *maxime* os que já tinham ratificado ou aderido à Convenção, não a queriam ver alterada, pois essa solução iria causar problemas aos seus Governos e Parlametos, que teriam, de novo, de se pronunciar - TREVES, Tullio - The Agreement Completing the UN Law of the Sea Convention: Formal and Procedural Aspects. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 101.

juridicamente vinculativo das soluções adoptadas; segundo, que seria necessário evitar qualquer procedimento que pudesse atrasar a sua entrada em vigor. Adiantou a ideia de um protocolo que incorporasse as interpretações da Convenção universalmente acordadas, assim evitando as dificuldades que as emendas formais à Convenção levantariam. Referiu o artigo 311º n° 3 da Convenção que permite os Estados Partes da Convenção concluir acordos entre alguns de entre si apenas⁵⁷⁹.

Louis Sohn, num *paper* intitulado *Procedural Options for Amending Parte XI of the United Nations Convention on the Law of the Sea*, apresentado na Conferência Anual do *Council for Ocean Law and Policy*, em 19 de Abril de 1991, defendeu duas soluções: a revisão da Parte XI e Anexos conexos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar através de um protocolo e a adopção de interpretações obrigatórias desses textos. Salientou que o artigo 314º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar prevê um procedimento para fazer emendas às disposições da Convenção relativas às actividades do fundo do mar mas que é apenas aplicável após a sua entrada em vigor. De qualquer modo, cita como exemplo de um precedente em que uma convenção foi emendada antes da sua entrada em vigor a Convenção MARPOL, por nós já referida. Um outro precedente é o Protocolo adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1966, emendando a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951.

Num *paper* apresentado perante o *Law of the Sea Institute*, da Holanda, em Junho de 1989, o subsecretário, Satya Nandan, sugeriu que as alterações acordadas poderiam fazer parte de um protocolo que poderia entrar em vigor ao mesmo tempo que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Num *paper* apresentado, igualmente, perante o *Law of the Sea Institute*, num encontro realizado em 1992, Charney defendeu uma abordagem faseada. Numa fase anterior à entrada em vigor, as negociações deveriam limitar-se aos problemas fundamentais, tais como a procedimento da tomada de decisão. Numa segunda fase, logo após a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, deveriam realizar-se novas negociações, tendo em vista criar um sistema adequado às realidades industriais, económicas e políticas da época. A terceira fase deveria iniciar-se quando começasse uma operação mineira.

⁵⁷⁹ O artigo 311º n° 3 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar estabelece: “Dois ou mais Estados Partes podem concluir acordos, aplicáveis unicamente às suas relações entre si, que modifiquem as disposições da presente Convenção ou suspendam a sua aplicação, desde que tais acordos não se relacionem com nenhuma disposição cuja derrogação seja incompatível com a realização efectiva do objecto e fins da presente Convenção e desde que tais acordos não afectem a aplicação dos princípios fundamentais nela enunciados e que as disposições de tais acordos não afectem o gozo por outros Estados partes dos seus direitos ou o cumprimento das suas obrigações nos termos da mesma Convenção”.

Na Nota Informativa de 8 de Abril de 1993, já referida, o subsecretário Geral, Fleischhauer sugeria quatro abordagens⁵⁸⁰:

“1) Um instrumento contratual, por exemplo, um protocolo emendando formalmente a Parte XI da Convenção, quer em relação ao período inicial quer em relação ao futuro regime das actividades mineiras do fundo do mar. Se fosse esta a solução seguida seria necessário ter em atenção alguns aspectos, a saber:

a) o instrumento contratual teria que ser aberto a todos os Estados e entidades que estivessem em condições de se tornar partes da Convenção, segundo o artigo 305º desta;

b) as emendas à Convenção seriam feitas segundo um procedimento diferente do previsto para Parte XI, nos artigos 155º e 314º da Convenção. No entanto, os tratados multilaterais podem ser emendados através de acordos entre os Estados em questão, como prevêm os artigos 39º e 40º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969. Além disso, o procedimento previsto de emendas para a Parte XI, pressupõe a entrada em vigor da Convenção. Antes da entrada em vigor da Convenção, os Estados não estão vinculados a estas disposições;

c) o direito internacional geral dos tratados, bem assim como a lógica normal dos procedimentos, exigem que o texto de um instrumento contratual seja devidamente adoptado e autenticado antes de poder ser objecto de adesão. Consultas informais, mesmo que conduzidas pelo Secretário Geral das Nações Unidas, não são garantia da adopção e autenticação de textos de documentos contratuais. Este problema pode, porém, ser ultrapassado pela inclusão dos resultados das consultas num documento emanado por um corpo multilateral competente, como a Assembleia Geral das Nações Unidas, para o efeito de adopção e autenticação;

d) distinta da adopção do texto do instrumento contratual é a questão da vinculação dos Estados e outras entidades mencionadas no artigo 305º da Convenção a tal instrumento. Pode prever-se um procedimento simplificado (por exemplo, a simples notificação, em vez de um instrumento formal de adesão);

e) finalmente, a entrada em vigor do instrumento deveria ter em conta não só a posição dos Estados que tinham ratificado ou acedido à Convenção, mas também a posição dos Estados que tinham assinado mas não ratificado, bem assim como aqueles que não

⁵⁸⁰ UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1993. cit., p. 432-435; SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 40-41; TREVES, Tullio - The Agreement Completing the UN Law of the Sea Convention: Formal and Procedural Aspects, *cit.*, p. 101 e 102.

tinham nem ratificado nem assinado a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Esta abordagem tem a vantagem de originar um instrumento juridicamente vinculativo. Mas apresenta também desvantagens, uma das quais é a que conduz a uma renegociação parcial da Parte XI, para o que, como afirmou o Secretário Geral, na declaração de abertura da ronda de negociações, de 16 e 17 de Junho de 1992, não havia mandato. Apesar de isto poder ser remediado, como foi já referido, esta abordagem obrigaria os Estados que já tinham ratificado ou acedido à Convenção a retroceder nas suas ratificações. O Secretário Geral, porém, afirmou nas consultas que as suas posições deveriam ser protegidas, na medida do possível. Além disso, mesmo que o acordo tenha um mecanismo simplificado para a sua entrada em vigor, deverá sempre passar um tempo razoável até à sua entrada em vigor. O risco de mais atrasos em conseguir-se a universalidade da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar é, por isso, considerável, nesta abordagem.

2) Uma segunda solução seria um acordo contendo interpretações vinculativas das disposições da Parte XI. O texto de um tal acordo deveria, também, ser adoptado por um corpo multilateral competente, mas, depois disso, o procedimento seria simplificado, semelhante ao previsto no artigo 313^{o581} da Convenção. Por isso, os Estados que tivessem ratificado a Convenção consideravam-se vinculados, a menos que tivessem declarado formalmente a sua oposição, dentro de um determinado prazo, após a adopção do acordo. O acordo interpretativo tornava-se, então, parte integrante da Convenção e os Estados ainda não partes seriam considerados vinculados a ele se ratificassem ou aderissem após o período de objecção. Este procedimento evita mudanças no texto da Convenção, protegendo, assim, pelo menos em certa medida, os Estados que já tivessem ratificado ou aderido à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

O inconveniente desta abordagem resulta do facto de alguns resultados das consultas informais serem verdadeiras alterações e não meras interpretações do texto da Convenção. Assim, se o facto de se prever uma estrutura inicial limitada pode ser considerado como uma interpretação,

⁵⁸¹ Artigo 313º - “(Emendas por procedimento simplificado)

1- Todo o Estado pode propor, mediante comunicação escrita ao Secretário Geral das Nações Unidas, emenda à presente Convenção que não se relacione com actividades na Área, para ser adoptada pelo procedimento simplificado estabelecido no presente artigo sem a convocação de uma conferência. O Secretário Geral deve transmitir a comunicação a todos os Estados Partes.

2- Se, nos 12 meses seguintes a contar da data de transmissão da comunicação, um Estado Parte apresentar objecção à emenda proposta ou à sua adopção pelo procedimento simplificado, a emenda será considerada rejeitada. O Secretário Geral deve notificar imediatamente todos os Estados Partes, em conformidade.

3- Se, nos 12 meses seguintes a contar da data de transmissão da comunicação, nenhum Estado Parte tiver apresentado qualquer objecção à emenda proposta ou à sua adopção pelo procedimento simplificado, a emenda proposta será considerada adoptada. O Secretário Geral deve notificar todos os Estados Partes de que a emenda proposta foi adoptada.”

o mesmo já não pode dizer-se de outros aspectos, como o regime da tomada de decisão no Conselho e o previsto para a Conferência de Revisão. Por isso, esta abordagem não satisfaz totalmente.

3) Uma terceira abordagem seria um acordo interpretativo sobre o estabelecimento de uma Autoridade Inicial e de uma Empresa Inicial, durante um período transitório acompanhado de um acordo procedimental prevendo a convocação de uma conferência para estabelecer o regime definitivo para a produção comercial dos minerais do fundo do mar, a ter lugar quando tal produção se tornasse possível. A Conferência seria convocada através de uma decisão da Autoridade Inicial, tomada com base numa recomendação de um grupo de peritos técnicos, segundo a qual o aproveitamento comercial dos minerais do fundo do mar seria possível dentro de (x) anos. O grupo de peritos técnicos seria convocado a pedido da Autoridade Inicial, feito por sua própria iniciativa ou com base numa notificação de um operador de que tencionava começar o aproveitamento comercial dentro de (x) anos. Na Conferência poderiam participar todos os Estados Partes e outros Estados e entidades que pudessem tornar-se partes da Convenção. A Conferência deveria assegurar a intocabilidade do princípio do património comum da humanidade bem assim como a implementação dos resultados das consultas. Deveria ter perante si a Parte XI e os anexos conexos, assim como os resultados do trabalho da Comissão Preparatória e quaisquer outras propostas apresentadas pelos Estados Membros. O procedimento de tomada de decisões deveria ser semelhante ao aplicado na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Esta abordagem teria a vantagem de deixar intactas as ratificações ou acessões já completas. Os Estados que já tivessem ratificado ou aderido, teriam que aceitar o acordo interpretativo relativo ao estabelecimento da Autoridade Inicial e da Empresa Inicial numa forma reduzida e que concordar com a realização da e com a participação na Conferência a ser convocada. Para os Estados que ainda não tivessem ratificado ou aderido, o acordo, além de significar o seu consentimento em participar na Autoridade Inicial e na Empresa Inicial, abrangia, também, a participação na Conferência, afastando, assim, a necessidade de incluir a Parte XI e os anexos conexos no seu consentimento em ficar vinculados pela Convenção.

Esta solução significava adiar a resolução das questões. Seria uma espécie de uma reserva à Parte XI, e, se for assim encarada, é proibida pelo artigo 309º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Também se desvia dos procedimentos previstos nos artigos 155º e 314º. Porém, o desvio a um tratado multilateral é juridicamente possível, como foi referido acima, através de um acordo entre os respectivos Estados e pode ser politicamente justificado à luz da mudança fundamental das circunstâncias que, entretanto, ocorreram em relação à Parte XI. Como

esta abordagem não muda ou emenda, de imediato, normas em matéria substantiva, desde que haja acordo nas consultas, poderia ser adoptada num documento de um corpo multilateral competente, ao qual o acordo sobre as formas iniciais das instituições, os arranjos para a Conferência e os resultados das consultas seriam anexos como partes integrantes.

4) Por último, uma quarta solução, sugerida por uma delegação, nas consultas de 16 e 17 de Junho de 1992 e 28 e 29 de Janeiro de 1993, e apoiada por outras duas delegações, propunha a conclusão de um acordo adicional à Convenção, que seria sua parte integrante e entraria em vigor juntamente com ela. Esse acordo conteria os resultados das consultas e deveria, essencialmente, constituir o guia para a Autoridade, sua estrutura, funções e composição que também estariam previstas no acordo. A Autoridade inicialmente deveria ser constituída de uma forma muito simples e reunir apenas o tempo indispensável. As suas principais funções deveriam ser criar a regulamentação das actividades do fundo do mar e controlar a sua aplicação, adoptar as medidas necessárias para o exercício das suas funções, incluindo a possibilidade de fazer contratos com os investidores e outras entidades, e criar órgãos subsidiários, bem assim como contratar peritos externos, se necessário. Por último, a Autoridade deveria ser mandatada com poderes para resolver questões ainda pendentes aquando da entrada em vigor da Convenção. A Autoridade deveria desempenhar as suas funções através da Assembleia, que deveria deliberar por consenso.

Deste modo, seria feita a transição entre uma fase inicial, em que não haveria actividades do fundo do mar, e a segunda fase, em que já seriam desenvolvidas tais actividades. Não seria necessário um mecanismo de transição e, uma vez que a Autoridade teria todos os poderes necessários, não seria necessário realizar-se uma conferência, no final do primeiro período.

Esta quarta solução tinha a vantagem da simplicidade e flexibilidade, mas obrigava à adopção de um acordo formal para entrar em vigor juntamente com a Convenção”.

As abordagens relativamente a esta questão foram revistas durante as consultas realizadas em 27 e 28 de Abril de 1993 e incorporadas numa nova Nota Informativa apresentada em Agosto⁵⁸² que, além de reproduzir a Nota anterior, dá a conhecer os resultados das negociações. Assim, nas consultas de Abril, houve algum apoio à primeira solução, sendo-lhe reconhecida a vantagem de conferir certeza jurídica, na medida em que preconizava a adopção de um texto juridicamente vinculativo. Por outro lado, reconheceu-se, também, que esta solução conduzia a uma emenda formal da Convenção, criando problemas jurídicos, especialmente aos Estados que já

⁵⁸² Reproduzida in SIMMONDS, Kenneth R. - A. 1. Introduction and appendices, *op. cit.*, p. 83 e s..

Precisamente em Abril de 1993, a Senhora Albright disse: “as mudanças substantivas são necessárias ... um instrumento juridicamente vinculativo que altere as disposições da Convenção relativas às actividades mineiras do fundo dos mares será necessário”, citado por TREVES, Tullio - The Agreement Completing the UN Law of the Sea Convention: Formal and Procedural Aspects, *cit.*, p. 100.

tinham ratificado ou aderido à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, na medida em que, como já foi dito, os obrigava a retroceder nas suas ratificações ou adesões, o que não era desejável. Para acelerar a entrada em vigor do protocolo e assim reduzir o risco do tempo em conseguir-se a universalidade da Convenção, foi sugerido que esta solução poderia ser combinada com um procedimento simplificado utilizando o mecanismo de consentimento implícito, contido no artigo 313º da Convenção. Uma outra alternativa proposta foi a aplicação provisória do protocolo.

A segunda solução foi considerada por algumas delegações como um modo adequado e realista de encarar a questão, na medida em que muitos dos resultados das consultas são verdadeiros acordos sobre a interpretação e aplicação de algumas disposições da Parte XI. Não obstante os inconvenientes que lhe foram apontados na Nota Informativa anterior, essas delegações consideravam que esta solução, combinada com um procedimento de consentimento implícito, poderia ser útil para alcançar uma solução negociada.

A terceira solução foi objecto de aplausos e de críticas. Foi salientado o facto de, na altura, ser impossível criar um regime do fundo do mar detalhado, pois as actividades mineiras estavam a décadas de distância, por isso esta solução tinha a vantagem, referida na Nota anterior, de adiar a resposta a essas questões ao mesmo tempo que oferecia um real e, atendendo às realidades políticas e económicas, adequado ponto de partida para posteriores discussões, tendo em vista alcançar uma solução abrangente. Por isso, defenderam que esta solução poderia servir de base para a obtenção de um consenso, usando, se necessário, aspectos de outras opções. Foi, também, sugerido que em vez de utilizar a Conferência, a Autoridade poderia usar os seus procedimentos internos de modo a concluir o regime para a produção comercial dos minerais do fundo do mar. Relativamente ao mecanismo previsto nesta solução para a convocação da Conferência, foi defendido por algumas delegações que o operador estava melhor posicionado do que a Autoridade para determinar se a produção comercial dos minerais do fundo do mar estava próxima, pois trata-se de uma decisão económica e não política. Foi largamente criticada a ideia de que os Estados que ainda não tivessem ratificado ou aderido à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar não seriam obrigados a incluir a Parte XI e anexos conexos no seu consentimento a ficar vinculados pela Convenção, antes podiam substituir um tal consentimento pela adesão ao regime transitório e pelo compromisso de participar na Conferência prevista. Algumas delegações criticaram, particularmente, esta espécie de reserva à Parte XI e respectivos anexos, que é expressamente proibida pelo artigo 309º da Convenção. O perigo de criar uma dualidade de regimes foi igualmente salientado. Relativamente à incorporação dos arranjos para a Conferência

numa resolução de um corpo multilateral, foi salientado que não era a resolução que iria introduzir alterações nos procedimentos previstos na Convenção, mas o acordo das partes envolvidas.

A quarta solução não foi objecto de grandes comentários, tendo sido realçado que, eventualmente, poderia ser combinada com elementos de outras soluções.

Resumindo e concluindo, das conversações resulta que, qualquer que fosse a forma adoptada, pois todas elas tinham defensores e opositores, a qual poderia até resultar da combinação de elementos de algumas ou mesmo de todas as soluções apontadas, deveria ser de natureza vinculativa. Também foi salientado que deveria ser evitada uma dualidade de regimes e que a posição dos Estados que tinham ratificado ou aderido à Convenção deveria ser respeitada, daí ter sido abordada a noção de consentimento tácito ou implícito, para protecção das suas posições e para não os obrigar a um novo procedimento de vinculação.

Entretanto, em Agosto de 1993, apareceu, pela primeira vez, um Projecto de Acordo para a Implementação da Parte XI, o chamado *Boat Paper*. Foi discutido nessa altura e, de novo, em Novembro, tendo aparecido uma versão revista, que foi melhorada e discutida nas consultas de Janeiro de 1994. Depois deste encontro, em Fevereiro de 1994, começou a circular um Projecto de Resolução da Assembleia Geral e um Projecto de Acordo, com Anexo. Em Abril, realizou-se um novo encontro, tendo-se concluído as negociações, após o que apareceu um novo Projecto de Resolução e de Acordo com Anexo, nas seis línguas oficiais das Nações Unidas, datado de 15 de Abril.

Um outro problema que surgiu, à luz do Direito dos Tratados, tem a ver com o procedimento de adopção e autenticação do texto, pois “as consultas informais, mesmo que conduzidas pelo Secretário Geral das Nações Unidas não dão garantias de adopção e autenticação dos textos dos documentos”. É exigido um maior rigor e formalismo. A Convenção de Viena, a propósito da adopção do texto, no artigo 9º, estabelece:

“1. A adopção do texto dum tratado efectua-se pelo consentimento de todos os Estados que participam na sua elaboração, salvo nos casos previstos no número 2.

2. A adopção do texto dum tratado numa conferência internacional efectua-se pela maioria de dois terços dos Estados presentes e votantes, a menos que estes Estados decidam, pela mesma maioria, aplicar uma regra diferente.”.

Por seu turno, para a autenticação, a mesma Convenção, no artigo 10º, estabelece:

“O texto de um tratado é tido por autêntico e definitivo:

a) segundo o processo estabelecido nesse texto ou acordado pelos Estados participantes na sua elaboração;

b) na falta de um tal processo, pela assinatura, assinatura *ad referendum* ou rubrica, pelos representantes desses Estados, do texto do tratado ou do acto final de uma conferência em que o texto tenha sido incluído.”.

A assinatura, para além de servir de autenticação do texto adoptado, tem um outro efeito, igualmente previsto na Convenção de Viena, no artigo 18º, segundo o qual um Estado que tenha assinado um tratado deve abster-se de actos que o privem do seu objecto ou do seu fim.

À luz dos preceitos referidos, os Estados participantes das consultas informais resolveram que o Acordo seria adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o que aconteceu na 48ª Sessão Resumida, expressamente convocada para o efeito, com a aprovação da Resolução contendo o Acordo.

Relativamente à autenticação, a partir das conversações de Janeiro/Fevereiro de 1994, o texto do *Boat Paper* passou a prever um procedimento segundo o qual os Estados teriam doze meses, a partir da data da adopção do Acordo, para o assinar. Aliás é esta a solução consagrada no artigo 3º do Acordo.

Ainda relativamente à adopção do Acordo, há um outro aspecto a realçar e que tem a ver com o facto de as partes do Acordo a ser adoptado poderem ser todas as entidades referidas nas alíneas a), c), d), e) e f) do nº 1 do artigo 305º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o que pode incluir alguns Estados e entidades que não são partes das Nações Unidas, como, por exemplo, a Suíça e a União Europeia, Estados e entidades essas que, assim sendo, não podiam participar na adopção da Resolução da Assembleia Geral. Esta dificuldade foi, no entanto, ultrapassada pela introdução no Acordo da disposição relativa à assinatura, segundo a qual o Acordo pode ser assinado por todas as entidades referidas, após a sua adopção⁵⁸³.

5 - ANÁLISE DO ACORDO DE 1994⁵⁸⁴

O Acordo de 1994, enquanto instrumento de revisão pré-natal da Convenção de 1982⁵⁸⁵, apresenta-se com dois objectivos: criar as condições necessárias para a ratificação generalizada da

⁵⁸³ TREVES, Tullio, *idem*, p. 105-107; ANDERSON, David. H. - The Mechanisms for Adjusting Part XI and their Relation to the Implementation Agreement, *cit.*, p. 95.

A Suíça e a Comunidade Europeia participaram como observadores nesta Sessão da Assembleia Geral - ANDERSON, D. H. - Resolution and Agreement Relating to the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: A General Assessment. *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV)*. Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 278.

⁵⁸⁴ O texto do Acordo está publicado in Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar de 10 de Dezembro de 1982. Diário da República: INCM, p. 5498 (183)-5486 (192).

⁵⁸⁵ PUREZA, José Manuel, *op. cit.*, p. 243.

Convenção, pela modificação da Parte XI, e adequar o texto convencional às mudanças profundas ocorridas desde a sua aprovação.

O Acordo consiste num preâmbulo, dez artigos⁵⁸⁶ e um Anexo com nove secções, relativas às matérias que os países industrializados queriam ver mudadas para se vincularem à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e sobre o Comité de Finanças. Todo o Acordo está elaborado em termos imperativos (*shall* - deve).

O Acordo, no preâmbulo, reafirma que “o leito do mar, os fundos marinhos e oceânicos e o seu subsolo que se situam para além dos limites da jurisdição nacional, bem como os recursos da área, são património comum da humanidade”⁵⁸⁷ e enfatiza a importância da preservação do meio marinho.

O Acordo prevê a sua entrada em vigor trinta dias após a data em que quarenta Estados tenham dado o seu consentimento a ficarem obrigados, desde que tais Estados incluam, pelo menos, sete investidores pioneiros e que pelo menos cinco de entre eles sejam Estados desenvolvidos - artigo 6º nº 1. Neste contexto, a Bélgica, Bulgária, Canadá, República Checa, França, Alemanha, Itália, Japão, Países Baixos, Polónia, Federação Russa, República Eslovaca, Reino Unido e Estados Unidos da América são qualificados como investidores pioneiros desenvolvidos⁵⁸⁸. Os restantes investidores pioneiros são a China, Cuba, Índia e República da Coreia do Sul.

O Acordo de 1994 e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 devem ser interpretados e aplicados em conjunto como um único instrumento e, no caso de alguma contradição, as disposições do Acordo de 1994 prevalecerão⁵⁸⁹. O Acordo interpreta criativa e inovadoramente a Convenção à luz da cláusula *rebus sic stantibus*⁵⁹⁰.

⁵⁸⁶ Os dez artigos do Acordo dizem respeito, essencialmente, a aspectos procedimentais. Já o Anexo trata dos aspectos substantivos, das “alterações” à Parte XI da Convenção.

⁵⁸⁷ Sublinhado nosso.

⁵⁸⁸ Com este regime procurou-se dar algumas garantias aos países em vias de desenvolvimento de que o compromisso alcançado nas Conversações Informais receberiam o apoio dos países industrializados, incluindo os que estavam interessados no regime dos investidores pioneiros - BROWN, E. D. - The 1994 Agreement on the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: breakthrough to universality? *Marine Policy*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 19, number 1: (1995), p. 6.

⁵⁸⁹ É o que poderemos chamar de princípio de um único instrumento - artigo 2º do Acordo. Dada esta integração dos dois instrumentos, as disposições da Convenção sobre a Solução de Controvérsias serão aplicáveis aos conflitos que possam resultar dos termos do Acordo, incluindo os conflitos resultantes de qualquer contradição entre os dois. O próprio Acordo, expressamente, remete para o mecanismo previsto na Convenção a solução de algumas controvérsias - as controvérsias que surjam da não aprovação de um plano de trabalho (Secção 3 § 12º), as controvérsias relativas a disposições do GATT e dos acordos que lhe suceder no que respeita à sua aplicação à política de produção da Autoridade (Secção 6 § 1º f) ii) e i)) - neste caso o mecanismo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar só se aplica se um ou mais dos Estados Partes interessados não forem partes nesses acordos) e as controvérsias relativas à interpretação e aplicação das normas e regulamentos para os termos financeiros dos contratos (Secção 8 § 1º f)) - BROWN, E. D. - The 1994 Agreement on the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: breakthrough to universality?, *cit.*, p.16. Sobre este assunto, ver, também, NOYES, John E. - The Third-Party

O Acordo de Nova Iorque de 1994, apesar de se autodenominar de “Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI ...”, ultrapassa a mera aplicação, para se tornar num autêntico instrumento, emendando a Parte XI da Convenção, daí a possibilidade de haver contradição entre ele e a Convenção, contradição que, de outro modo, não seria possível. Apesar disso, o Acordo não aparece como um instrumento modificando, emendando ou revendo a Convenção, pelo que os termos emendar e rever foram cuidadosamente evitados e substituídos por outros. Tal deve-se à preocupação de não criar problemas constitucionais aos Estados que já se tinham vinculado à Convenção. Assim, ao autorizar a Autoridade a ter em consideração os termos do Acordo e o atraso prolongado na exploração mineira comercial dos fundos marinhos ao adoptar as normas, regulamentos e procedimentos, o Acordo utiliza a fórmula “não obstante as disposições ... da Convenção ...” - Secção 1 § 5º f), Secção 2 § 4º e Secção 4. De modo semelhante, ao emendar as normas da Convenção sobre a Empresa, o Acordo apenas refere que tais disposições “serão interpretadas e aplicadas em conformidade com esta secção” - Secção 1 § 17º, Secção 2 § 6º, Secção 7 § 2º, parte final. Também noutras matérias, como a adopção de decisões, a Conferência de Revisão, a transferência de tecnologia, a política de produção e termos financeiros dos contratos, o Acordo estabelece, simplesmente, que as normas respectivas da Convenção “não se aplicarão” - Secção 3 § 8º, 11º b) e 16º, Secção 4, Secção 5 § 2º, Secção 6 § 7º e Secção 8 § 2º⁵⁹¹.

Após a data de adopção do Acordo, em 28 de Julho de 1994, qualquer instrumento de ratificação, adesão ou confirmação formal à Convenção representa, também, o consentimento a ficar obrigado pelo Acordo de 1994 e nenhum Estado ou entidade pode querer vincular-se ao Acordo sem que previamente ou em simultâneo tenha manifestado o seu consentimento em

Dispute Settlement Provisions of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea: Implications for States Parties and for Nonparties. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 213-237.

⁵⁹⁰ O próprio preâmbulo do Acordo faz referência a esta cláusula ao referir: “Verificando as alterações políticas e económicas, incluindo as perspectivas do mercado, que afectam a aplicação da parte XI;”.

⁵⁹¹ BROWN, E. D. - The 1994 Agreement on the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: breakthrough to universality?, *cit.*, p. 9 e 10. No mesmo sentido TREVES, Tullio - The Agreement Completing the UN Law of the Sea Convention: Formal and Procedural Aspects, *cit.*, p. 100 refere que as disposições do Acordo não emendam as disposições da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, antes deixam ao intérprete a tarefa de determinar a norma substantiva aplicável. O Acordo usa a técnica de declarar que certas disposições da Parte XI não deverão aplicar-se e não que as disposições da Parte XI “são substituídas”. As disposições que substituem outras são emendas ... disposições introduzidas ao lado de outras que são declaradas como não aplicáveis podem ser vistas como tendo a natureza de implementação. Também R. VALLE, Henrique - Adjustments to Part XI: United Nations Efforts (The Negotiation Process). In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 47-52, afirma que: “em alguns meios diz-se que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar foi emendada, que a Parte XI deve aplicar-se como emendada ... a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar não foi emendada, o próprio artigo 2º do Acordo estabelece: “as disposições do Acordo e a Parte XI devem ser interpretadas e aplicadas em conjunto como um único instrumento”.

vincular-se à Convenção⁵⁹² - artigo 4º n.ºs 1 e 2. Assim, a nenhum Estado ou entidade é permitido ficar apenas vinculado pela Convenção, pois a expressão do seu consentimento a ficar vinculado pela Convenção automaticamente é considerada como expressando o seu consentimento a ficar vinculado pelo Acordo⁵⁹³. Para os sessenta Estados que ratificaram ou aderiram à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, até 16 de Novembro de 1993, e para aqueles que se tornaram partes a partir daí, mas até 28 de Julho de 1994 (Bósnia e Herzegovina, Comoros, Sri Lanka e Vietname) foi incluído, no Acordo de 1994, um procedimento simplificado (o consentimento tácito)⁵⁹⁴. Os sessenta e quatro Estados podem, simplesmente, assinar o Acordo de 1994 e se, dentro de 12 meses após 28 de Julho de 1994, isto é, até 27 de Julho de 1995, não notificarem, por escrito, o depositário de que não pretendem prevalecer-se do procedimento simplificado, considera-se que aceitaram vincular-se pelo Acordo - artigo 5º n.º 1⁵⁹⁵. Era, assim, reconhecido a estes Estados o chamado direito de *opting out*. Relativamente aos demais Estados bem assim como a estes, se optarem por não querer o procedimento simplificado, o Acordo prevê

⁵⁹² É o princípio da aceitação simultânea. O Acordo e a Convenção têm de ser ratificados juntamente, como um único instrumento. A concepção da natureza “uno” da Convenção e do Acordo é fundamental, pois a Convenção foi negociada como um *package* e a integridade do *package* só será mantida se a Convenção e o Acordo forem vistos como um único instrumento - RATTRAY, Kenneth - Resolution and Agreement Relating to the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: A General Assessment - Comment. *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV)*. Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 304.

⁵⁹³ Mas como podem estas disposições obrigar os Estados e entidades se o Acordo que as contém ainda não está em vigor? - pergunta TREVES, Tullio, *in* The Agreement Completing the UN Law of the Sea Convention: Formal and Procedural Aspects, *cit.*, p. 108, que logo responde: o Acordo prevê a sua aplicação provisória, desde a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, pelo que essa dificuldade não se põe.

Relativamente aos Estados que não participaram na adopção da Convenção, nomeadamente os novos Estados, a questão resolve-se da seguinte forma: em alguns casos, os novos Estados são considerados como sucessores na posição dos Estados que participaram na III Conferência; quando tal não é possível, eles podem ser vistos como terceiros Estados relativamente aos quais a cláusula estabelecendo que a Convenção está aberta à adesão de todos os Estados reconhece um direito. O direito de adesão refere-se ao texto novo desde que tenha entrado em vigor - artigo 40º n.º 5 da Convenção de Viena - *vide* o mesmo Autor, obra e local referidos.

⁵⁹⁴ Com este procedimento pretendeu-se evitar que alguns Estados ficassem vinculados à Convenção, na sua versão original, ao passo que outros se tornavam partes da Convenção completada pelo Acordo. Além disso, procurou-se evitar possíveis problemas constitucionais para os Estados que já tinham ratificado ou aderido à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - BROWN, E. D. - The 1994 Agreement on the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: breakthrough to universality?, *cit.*, p. 7.

A técnica do consentimento tácito era já bem conhecida na Organização Marítima Internacional (IMO). Quer a SOLAS (*Convention on the Safety of Life at Sea* - artigo VIII), quer a MARPOL (*Convention on the Prevention of Pollution from Ships 1973-78* - artigo 16º) prevêem o consentimento tácito para a adopção de emendas - ANDERSON, D. H. - Resolution and Agreement Relating to the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea ..., *cit.*, p. 282.

⁵⁹⁵ Este procedimento simplificado satisfaz quer os interesses daqueles Estados que não se tinham vinculado à Convenção, e, por isso, queriam um instrumento vinculativo a rever a Parte XI, quer aqueles que já tinham ratificado a Convenção, e que insistiam que não queriam ter que voltar aos seus Parlamentos para obter uma aprovação formal do novo Acordo, pois, segundo o artigo 12º n.º 1 a) da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (aliás considerada norma costumeira) “o consentimento de um Estados a ficar obrigado por um tratado é expresso pela assinatura do seu representante quando ... o tratado prevê que a assinatura tenha esse efeito”, que é o caso. A grande vantagem deste procedimento simplificado consiste no facto de permitir que um grande número de Estados, que já tinham ratificado ou aderido à Convenção, de uma forma fácil, se tornem partes do Acordo, ao mesmo tempo que diminui a possibilidade de alguns Estados ficarem apenas partes da Convenção.

outras formas de vinculação. Assim, os Estados podem assiná-lo com efeito imediato, isto é, podem vincular-se mediante assinatura não sujeita a ratificação ou a confirmação formal; ou podem vincular-se através de assinatura sujeita a ratificação ou a confirmação formal, seguida da ratificação ou de confirmação formal; por último, prevê-se a adesão - artigo 4º nº 3 a), b) e d). Finalmente e ainda a propósito desta questão, o Acordo esteve aberto à assinatura, pelo período de doze meses, após a sua adopção, na sede da Organização das Nações Unidas.

A primeira data para a entrada em vigor do Acordo de 1994 coincide com a data da entrada em vigor da Convenção de 1982, isto é, 16 de Novembro de 1994. No caso de o Acordo de 1994 não entrar em vigor nessa data, o artigo 7º prevê a sua aplicação provisória⁵⁹⁶ para os:

“a) Estados que, na Assembleia Geral das Nações Unidas, tiverem consentido na sua adopção, excepto aqueles que notificarem o depositário, por escrito e antes de 16 de Novembro de 1994, de que não aplicarão provisoriamente o Acordo ou de que só consentirão em tal aplicação após subsequente assinatura ou notificação por escrito;

b) Estados e entidades que assinarem o Acordo, excepto aqueles que notificarem o depositário, por escrito e na altura da assinatura, de que não aplicarão provisoriamente o Acordo⁵⁹⁷;

c) Estados e entidades que consentirem na sua aplicação provisória, notificando, por escrito, o depositário nesse sentido⁵⁹⁸;

⁵⁹⁶ Do ponto de vista dos países industrializados a aplicação provisória tem a vantagem de evitar que haja um tempo em que a Convenção se aplica no seu texto original, com o qual não concordavam, além de lhes permitir participar, desde o início, nos trabalhos da Autoridade e assim influenciar o desenvolvimento do regime jurídico. Do ponto de vista dos países em vias de desenvolvimento e dos ratificadores, a aplicação provisória pode ser vista como um sinal da seriedade dos países industrializados em vincular-se ao regime da Convenção com o sentido que lhe é dado pelo Acordo. Tal vinculação torna-se uma realidade pelo facto de as contribuições financeiras para o funcionamento da Autoridade nascerem para todos os Estados vinculados ao Acordo provisoria ou definitivamente - TREVES, Tullio - *The Agreement Completing the UN Law of the Sea Convention: Formal and Procedural Aspects*, *cit.*, p. 112; BROWN, E. D. - *The 1994 Agreement on the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: breakthrough to universality?*, *cit.*, p. 8. O Acordo não é o primeiro exemplo de aplicação provisória de um instrumento internacional. Já a Convenção para a Cooperação Económica da Europa (a Convenção que implementou o Plano Marshall, após a II Grande Guerra), no artigo 24º § 1 estabelecia, entre outros, que os signatários acordaram “de modo a evitar atraso na execução, aplicá-la após a assinatura numa base provisória e de acordo com as diversas exigências constitucionais” - referido por Sir Ian Sinclair, citado por NELSON, L. D. M. - *Some Observations on the Agreement Implementing Part XI of the 1982 Convention on the Law of the Sea*, *cit.*, p. 209, nota 15.

⁵⁹⁷ As constituições de alguns Estados, como a Colômbia, Costa Rica e Guatemala, não permitem a aplicação provisória de tratados - referido por NELSON, L. D. M., *idem*, p. 210, nota 16.

Portugal assinou o Acordo em 29 de Julho de 1994 e nesse momento notificou a Secretário Geral das Nações Unidas da sua recusa de o aplicar provisoriamente. Só em 3 de Abril de 1997, pela Resolução nº 60-B/97, a Assembleia da República aprovou, para ratificação, a Convenção e o Acordo. O Presidente da República ratificou ambos os textos em 4 de Setembro desse mesmo ano, através do Decreto do Presidente da República nº 67-A/97, publicado no Diário da República, de 14 de Outubro seguinte - Diário da República nº 238, de 14-10-1997, p. 5486 (1 - 192).

⁵⁹⁸ A Federação Russa, que se absteve na votação do Acordo e não o assinou, notificou o Secretário Geral da sua decisão de o aplicar provisoriamente, em 11 de Janeiro de 1995 - ANDERSON, D. H. - *Resolution and Agreement Relating to the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea ...*, *cit.*, p. 283.

d) Estados que aderirem ao Acordo”.

Em 16 de Novembro de 1994, o Acordo não entrou em vigor (tal só ocorreu em 28 de Julho de 1996, trinta dias após a Holanda ter ratificado a Convenção, pois só nessa altura ficou cumprido o artigo 6º nº 1 do Acordo) porque os países industrializados não o tinham, ainda, ratificado mas começou a aplicar-se provisoriamente⁵⁹⁹. A aplicação provisória de um acordo ou qualquer outro instrumento internacional está regulada na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 23 de Maio de 1969, artigo 25º⁶⁰⁰. O exemplo mais conhecido, cuja aplicação provisória perdurou, foi o GATT. No caso do presente Acordo, a aplicação provisória não seria *ad eternum*⁶⁰¹, pois o artigo 7º nº 3 estabelece, precisamente, que a aplicação provisória cessará na data da entrada em vigor do Acordo, ou em 16 de Novembro de 1998⁶⁰², se nessa data não tiverem “manifestado o seu consentimento em vincular-se pelo Acordo pelo menos sete dos Estados referidos na alínea a) do nº 1 da Resolução II (dos quais pelo menos cinco deverão ser Estados desenvolvidos)”. Para evitar eventuais problemas constitucionais que poderiam surgir, especialmente nos Estados que exigem uma autorização do Parlamento para os compromissos internacionais que causem mudanças nas leis internas, o Acordo prevê, no artigo 7º nº 2, que “todos esses Estados ou entidades aplicarão o presente Acordo provisoriamente, de harmonia com as suas leis e regulamentos nacionais ou internos, a partir de 16 de Novembro de 1994 ou da data da assinatura, da notificação do consentimento ou da adesão, se for posterior”. Se um Estado aplica provisoriamente o Acordo, à luz do artigo 7º, automaticamente torna-se membro provisório da Autoridade, como resulta do parágrafo 12º da Secção 1 do Anexo ao Acordo. Para a hipótese de estes Estados não terem ainda

⁵⁹⁹ Alguns Estados que votaram a favor do Acordo optaram pela sua não aplicação provisória - Irão, Jordânia e Roménia. Cinco Estados Partes da Convenção notificaram o Secretário Geral de que não aplicariam provisoriamente o Acordo - Brasil, Camarões, Chipre, México e Uruguai. Entre os Estados não partes da Convenção, mas que assinaram o Acordo, há oito que rejeitaram a sua aplicação provisória - Bulgária, Dinamarca, Irlanda, Marrocos, Polónia, Portugal, Espanha e Suécia; não podem ser membros da Autoridade, porém, todos, com excepção da Dinamarca, enviaram observadores à sessão inaugural da Assembleia, mostrando, assim, o seu interesse pelo trabalho da Autoridade - HAYASHI, Moritaka - Prospect for Universal Acceptance of the Part XI Agreement. Georgetown International Environmental Law Review. Georgetown: Georgetown University Law Center. ISSN 1042-1858. VIII, n. 1: (1995), p. 690.

⁶⁰⁰ Artigo 25º - “(Aplicação a título provisório)

nº 1 - Um tratado ou uma parte de um tratado aplica-se a título provisório, enquanto não entrar em vigor:

- se o próprio tratado assim o dispuser; ou

- se os Estados que participaram na negociação assim acordaram por outra maneira.”

⁶⁰¹ Relativamente ao tempo de aplicação provisória do Acordo, foram ponderados dois pontos de vista opostos. Por um lado, se esse tempo fosse muito curto, poderia não dar tempo para os procedimentos que as diversas legislações nacionais previam para a vinculação pelo Acordo ou pela Convenção e Acordo. Por outro lado, se fosse longo, poderia desincentivar à ratificação ou adesão rápidas. O Acordo procurou um equilíbrio estabelecendo como período máximo de aplicação provisória quatro anos - TREVES, Tullio - The Agreement Completing the UN Law of the Sea Convention: Formal and Procedural Aspects, *cit.*, p. 113.

⁶⁰² O Acordo vai ter dois períodos de aplicação provisória: o primeiro, desde 16 de Novembro de 1994 até à altura em que for obrigatório para quarenta Estados incluindo sete Estados representando os consórcios mineiros, cinco dos quais têm de ser Estados industrializados. O segundo período tem a ver com os Estados que assinaram o Acordo mas que não completaram os procedimentos de ratificação - este período vai até 16 de Novembro de 1998.

reunido as condições necessárias para se tornarem membros do Acordo, aquando da sua entrada em vigor, o parágrafo referido permite que continuem a ser membros provisórios da Autoridade, por um período determinado, desde que cumpram as condições aí previstas e que são: “a) se o Acordo entrar em vigor antes de 16 de Novembro de 1996, esses Estados e entidades terão direito a continuar a participar enquanto membros da Autoridade numa base provisória, desde que notifiquem o depositário do Acordo da sua intenção em participar enquanto membros provisórios. O estatuto de membro provisório cessará, ou em 16 de Novembro de 1996, ou quando da entrada em vigor do Acordo e da Convenção em relação ao membro em causa, se esta ocorrer antes daquela data. O Conselho, por solicitação do Estado ou da entidade interessada, poderá prolongar o seu estatuto de membro provisório para além de 16 de Novembro de 1996, por um ou mais períodos que não excedam o total de dois anos, desde que o Conselho considere que o Estado ou a entidade interessada desenvolveu de boa fé esforços para se tornar parte no Acordo e na Convenção; b) Se o Acordo entrar em vigor depois de 15 de Novembro de 1996, aqueles Estados e entidades podem pedir ao Conselho para continuarem membros provisórios da Autoridade, por um ou mais períodos que não ultrapassem a data de 16 de Novembro de 1998. Se o Conselho considerar que o Estado ou entidade interessada tem desenvolvido, de boa fé, esforços no sentido de se tornar parte no Acordo e na Convenção, poderá atribuir essa qualidade de membro provisório com efeitos a partir da data do pedido”⁶⁰³.

Os membros provisórios da Autoridade, segundo a alínea c) do mesmo parágrafo, “aplicarão as disposições da Parte XI e do Acordo em conformidade com as leis e regulamentos nacionais ou internos e com as verbas anualmente orçamentadas e terão os mesmos direitos e obrigações dos outros membros, incluindo: i) a obrigação de contribuir para o orçamento administrativo da Autoridade, de acordo com a escala de contribuições avaliadas; ii) o direito de

⁶⁰³ Na segunda Sessão resumida da Autoridade, realizada entre 5 e 16 de Agosto de 1996, o Conselho decidiu alargar a qualidade de membro provisório a: Bangladesh, Nepal, Polónia e Estados Unidos da América por um período de dois anos contados a partir de 16 de Novembro de 1996 (portanto até 1998). Também decidiu alargar a qualidade de membro provisório ao Canadá, por um período de um ano, desde 16 de Novembro de 1996, a seu pedido. Notando que alguns Estados e entidades tinham notificado o depositário da sua intenção de continuar a participar como membros provisórios da Autoridade, após a entrada em vigor do Acordo, mas não o tinham ainda requerido ao Conselho, este decidiu que, se tais Estados e entidades apresentassem pedidos para um alargamento da sua qualidade de membros provisórios até à próxima sessão, deveriam ser considerados membros provisórios da Autoridade. De acordo com estes procedimentos, na primeira parte da terceira Sessão da Autoridade, realizada de 17 a 27 de Março de 1997, o Conselho decidiu alargar a qualidade de membro provisório a Bielorrússia, Bélgica, Chile, Gabão, República Democrática e Popular do Lao, Moçambique, Qatar, Ilhas Salomão, África do Sul, Suíça, Emirados Árabes Unidos e União Europeia, por um período de dois anos a contar de 16 de Novembro de 1996. Também foi decidido alargar a qualidade de membro provisório à Federação Russa, Ucrânia e Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte por um período de um ano a partir de 16 de Novembro de 1996, como foi pedido. Moçambique e a Federação Russa, entretanto, ratificaram a Convenção e são por isso considerados membros plenos - disponível in (<http://www.isa.org.jm/meeting/isba3a4.htm>) - Relatório Do Secretário Geral Da Autoridade À Luz do Artigo 166 n° 4 da Convenção - ISBA/3/A/4, de 31 de Julho de 1997 (é o seu primeiro relatório anual).

patrocinar pedidos de aprovação de planos de trabalho para exploração. No caso de entidades cujos componentes sejam pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, que possuam mais de uma nacionalidade, o plano de trabalho para exploração só será aprovado se todos os Estados cujas pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, compõem essas entidades sejam Estados Partes ou membros provisórios”. Os planos de trabalho assim aprovados cessarão se o qualificação de membro provisório cessar e o Estado, entretanto, não se tiver tornado Estado membro - alínea d). Por fim, segundo a alínea e) “se um membro provisório não tiver pago as suas contribuições ou por outra forma não tiver cumprido as suas obrigações de acordo com este parágrafo, por-se-á termo à sua qualificação de membro provisório”.

Graças a este regime evitaram-se os potenciais problemas que poderiam advir da entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e do Acordo de Implementação. Por um lado, os países em vias de desenvolvimento que tinham ratificado a Convenção não tiveram que suportar sozinhos os encargos financeiros iniciais; por outro lado, os países industrializados puderam beneficiar de algumas vantagens, nomeadamente, o direito de participação nos encontros da Assembleia da Autoridade, a sua elegibilidade para a eleição do Conselho da Autoridade e o direito de patrocinarem um pedido de aprovação de um plano de trabalho para exploração. Por último, a aplicação provisória do Acordo assegurou o estabelecimento imediato e o desenvolvimento futuro de um regime onusiano unitário para a Área⁶⁰⁴.

Para os Estados ou entidades que se vinculem ao Acordo, após a sua entrada em vigor, o Acordo entrará em vigor no trigésimo dia após a data do consentimento em vincular-se - artigo 6º nº 2.

A Convenção e o Acordo estão intimamente ligados de modo a que o regime para os usos dos mares e dos oceanos possa ser universalmente aceite. No entanto, este último objectivo só será alcançado, se a Convenção atrair mais países, especialmente entre os Estados desenvolvidos. O Acordo de Implementação foi assinado por quarenta Estados e pela Comunidade Europeia na data da sua conclusão, em 29 de Julho de 1994. Apesar da lista de assinaturas incluir vinte e três Estados desenvolvidos (Austrália, Áustria⁶⁰⁵, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Malta, Reino Unido⁶⁰⁶ e Estados

⁶⁰⁴ BROWN, E. D. - The 1994 Agreement on the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: breakthrough to universality?, *cit.*, p. 9.

⁶⁰⁵ Sobre os diversos países europeus membros da União Europeia ver TREVES, Tullio (Ed.) - **The Law of the Sea. The European Union and its Member States**, *op. cit.*, e as contribuições de diversos autores sobre cada um dos países aí contidas.

⁶⁰⁶ Ainda no tempo de John Major, em 5 de Julho de 1996, o Governo Conservador Britânico anunciou que resolveu não vincular-se à Convenção do Direito do Mar devido às “constantes incertezas na situação relativa às

Unidos da América), só 18 Estados (Argélia, Argentina, Bahamas, Cabo Verde, Fiji, Islândia, Indonésia, Itália, Jamaica, Quênia, Luxemburgo, Malta, Namíbia, Nova Zelândia, Paraguai, Seychelles, Sri Lanka e Togo) são partes do Acordo de 1994, desde 29 de Julho de 1995.

6 - ANÁLISE DO ANEXO DO ACORDO⁶⁰⁷

O Anexo do Acordo simplifica o regime jurídico do fundo do mar da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, contido na tão contestada Parte XI, tendo sido adaptadas as suas disposições relativas às questões controversas acima referidas, e cria o Comité Financeiro, estabelecendo, também, a sua regulamentação⁶⁰⁸. Estabelece um ambiente saudável para os

pescas”. A principal razão desta decisão é o rochedo Rockall, rochedo sem vida mas em relação ao qual o Reino Unido reivindica uma ZEE de 200 milhas, reivindicação não possível à luz do artigo 121º nº 3 da Convenção.

Posteriormente, já no tempo de Tony Blair, eleito em 1 de Maio de 1997, o Reino Unido aderiu à Convenção e ratificou o Acordo, em 25 Julho de 1997, dia do depósito dos instrumentos de adesão e de ratificação e das declarações junto do Secretário Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. Estes instrumentos começaram a produzir efeitos trinta dias mais tarde, isto é, em 24 de Agosto, pelo que nessa altura, o Reino Unido se tornou no 119º Estado obrigado pela Convenção e o 82º membro do Acordo de 1994 (foi o 11º Estado membro da CE a ser parte da Convenção). O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth, Robin Cook, afirmou perante o Parlamento: “*the convention has many advantages for the United Kingdom as a maritime nation ... accession will enable the United Kingdom to play a leading role in the institutions established under the convention*”. Na sequência desta posição, o Reino Unido terá que adoptar e adaptar, se necessário, a sua legislação interna à Convenção - ANDERSON, D. H. - British Accession to the UN Convention on the Law of the Sea. International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative Law. ISSN 0020-5893. 46, Part 4: (October 1997), p. 761-786; CHURCHILL, Robin - Accession to the UN Convention on the Law of the Sea. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Kluwer Law International. ISSN 0927-3522. 13, number 2: (1998), p. 263-273; CHURCHILL, Robin - United Kingdom's Decision to Defer Accession to the UN Convention on the Law of the Sea: A Convincing Move? The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Kluwer Law International. ISSN 0927-3522. 12, number 1: (1997), p. 110-123.

Sobre as características geomorfológicas do rochedo de Rockall e seus problemas jurídicos, ver RIBEIRO, Manuel de Almeida - **A Zona Económica Exclusiva**, *op. cit.*, p. 181-182 e bibliografia aí citada.

⁶⁰⁷ NANDAN, Satya N. - A Report on the Consultations of the Secretary-General, *cit.*, p. 119-129; BROWN, E. D. - The 1994 Agreement on the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: breakthrough to universality?, *cit.*, p. 5-20.

⁶⁰⁸ No novo regime, os Estados Unidos da América e os países industrializados já têm uma influência compatível com os seus interesses. O Acordo irá:

- a) aumentar a influência dos Estados Unidos da América e outros países industrializados:
 - garantindo aos Estados Unidos da América um assento no Conselho;
 - permitindo aos Estados Unidos e a alguns países industrializados actuar concertadamente de modo a bloquear decisões no Conselho;
 - estabelecendo que a Assembleia não pode actuar independentemente, sem recomendação do Conselho; e
 - estabelecendo um Comité de Finanças que inclui os maiores contribuintes e toma as decisões por consenso;
- b) assegurar que futuras emendas ao regime não podem ser adoptadas com a objecção dos Estados Unidos;
- c) eliminar as disposições que impõem a transferência de tecnologia para as actividades do fundo do mar;
- d) eliminar o poder da Autoridade em limitar a produção do fundo do mar para proteger os interesses dos produtores terrestres e, no seu lugar, irá estabelecer, com base no GATT, restrições à atribuição de subsídios às actividades mineiras do fundo dos mares;
- e) garantir às reivindicações de sítios mineiros dos três consórcios multinacionais americanos termos “não menos favoráveis que” os melhores garantidos aos requerentes japoneses, franceses, russos, indianos, chineses que já foram registados;
- f) eliminar as taxas anuais elevadas que os mineiros teriam que pagar antes da produção comercial; e

investidores mineiros do fundo do mar, sujeito ao regime de mercado; garante o acesso aos recursos do fundo do mar a todos os investidores qualificados; prevê a criação de um sistema de taxas justo para os minerais do fundo do mar e do qual a comunidade internacional, como um todo,

g) remodelar a Empresa:

- exigindo uma futura decisão do Conselho a torná-la operacional;
- sujeitando-a às mesmas exigências que as empresas comerciais;
- eliminando a exigência de que as Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar custeiem as suas actividades mineiras;
- provendo que ela opere através de *joint ventures* com outras empresas comerciais; e
- eliminando as disposições que obrigariam outras empresas comerciais a fornecer-lhe tecnologia.

Apesar disso, havia receios que os méritos e deméritos do regime mineiro do fundo do mar fossem insignificantes, pois não havia um interesse comercial imediato nas actividades mineiras do fundo dos mares e, por isso, o Senado podia não ter urgência em ratificar o Acordo ou aderir à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, porque não tinha pressa na Parte XI e as restantes partes aplicam-se como costume. Por outro lado, e não obstante as alterações introduzidas, os porta vozes dos consórcios americanos ainda apontavam defeitos ao regime. Por tudo isso, havia receios de que os Estados Unidos da América protelassem, como aliás se verificou, a sua vinculação à Convenção e ao Acordo - SCHOLZ: Wesley S. - Observations on the Draft Agreement Reforming the Deep Seabed Mining Provisions of the Law of the Sea. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 69-84.

Warren Christopher, Secretário de Estado americano, em 23 de Setembro de 1994, enviou uma carta ao Presidente americano, chamando-lhe à atenção para os aspectos acima referidos e que no seu entender eram os mais relevantes do regime da Convenção e do Acordo. Referiu, como benefícios para os Estados Unidos, os seguintes: “A Convenção serve os interesses dos Estados Unidos, enquanto potência marítima global. Preserva o direito da armada americana de usar os oceanos para satisfazer as exigências de segurança nacional e dos navios mercantes de transportar cargas. Consegue este desiderato, entre outros, estabilizando a largura do mar territorial em 12 milhas; estabelecendo o direito de passagem inofensiva no mar territorial, o direito de passagem em trânsito pelos estreitos usados pela navegação internacional ...; e reafirmando as liberdades tradicionais de navegação e sobrevoo na ZEE e no alto mar.

A Convenção satisfaz os interesses dos Estados Unidos, enquanto Estado costeiro. Consegue tal desiderato, entre outros, estabelecendo uma ZEE de 200 milhas contadas a partir da costa e assegurando os nossos direitos em relação aos recursos e ilhas artificiais, instalações e estruturas para fins económicos sobre toda a plataforma continental ...

Relativamente a aspectos ambientais ... a Convenção promove uma contínua melhoria ...

Relativamente à investigação científica marinha ...

A Convenção facilita soluções para os problemas cada vez mais complexos dos usos dos oceanos - soluções que respeitam o equilíbrio essencial entre os nossos interesses quer como nação costeira quer como nação marítima.

Através das disposições relativas à solução de controvérsias, a Convenção estabelece mecanismos para conseguir um compromisso das Partes com as disposições da Convenção.

O Acordo fundamentalmente muda o regime do fundo do mar da Convenção. Satisfaz as objecções dos Estados Unidos da América e de outros países industrializados em relação à Parte XI. ...

Os Estados Unidos têm sido um líder no esforço da comunidade internacional em desenvolver um regime relativo aos usos do mar largamente aceite. Como Parte da Convenção, os Estados Unidos estarão numa posição de continuar o seu papel nesta evolução e de assegurar soluções que respeitem os nossos interesses ...”.

Por seu turno, em 7 de Outubro de 1994, o Presidente Clinton enviou uma carta ao Senado aconselhando-o a dar o seu parecer favorável e consentimento à adesão à Convenção e à ratificação do Acordo, pois, com este último, o regime do fundo do mar satisfaz as pretensões dos Estados Unidos e de outros países industrializados - *Transmittal Letter* e *Submittal Letter*, in 1994, UNITED STATES: PRESIDENT'S TRANSMITTAL OF THE UNITED NATIONS CONVENTION ON THE LAW OF THE SEA AND THE AGREEMENT RELATING TO THE IMPLEMENTATION OF PART XI TO THE U.S. SENATE WITH COMMENTARY (October 7, 1994). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXXIV, n. 6, p. 1396-1400.

Num *Symposium* realizado em 27 de Janeiro de 1995, no *Georgetown University Law Center*, sobre a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, William L. Schachte, Jr. afirmou: “if we fail to become a Party to the Convention, we will be alone among a few dissenters. This may be our last opportunity to “lock in” those critical navigational and overflight rights so essential to our economic and military security. We may never mine the seabed, but we will, well into the twenty-first century, daily operate under, on, and over the oceans of the world as we meet our commercial and national security obligations. It is those obligations that should drive a U. S. decision to ratify the Convention” - in Georgetown International Environmental Law Review. Georgetown: Georgetown University Law Center. ISSN 1042-1858. VIII, n. 1: (1995), p. 715.

irá beneficiar; e estabelece disposições para assistência aos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres de minerais, cujas economias possam ser afectadas devido às actividades mineiras do fundo do mar.

O Anexo contém as normas substantivas, isto é, as “alterações” à Parte XI e aos Anexos III e IV da Convenção. Na Secção 1 trata dos “Custos para os Estados e Ajustes Institucionais”, estabelecendo uma abordagem *cost effective* e evolutiva para a criação de todos os órgãos e órgãos subsidiários da Autoridade e para a frequência e duração dos seus encontros, de modo a minimizar os custos dos Estados Partes. Nesse sentido, identifica as primeiras funções em que a Autoridade deve concentrar-se:

“No período que medeia entre a entrada em vigor da Convenção e a aprovação do primeiro plano de trabalho para exploração, a Autoridade deverá ocupar-se, principalmente, de:

- a) Tramitação de pedidos de aprovação de planos de trabalho para exploração ...;
- b) Aplicação das decisões tomadas pela Comissão Preparatória ... relativamente a investidores pioneiros registados e respectivos Estados certificadores ...;
- c) Verificação do cumprimento dos planos de trabalho para exploração, aprovados sob a forma de contrato;
- d) Acompanhamento e estudo das tendências e desenvolvimentos relacionados com as actividades mineiras nos fundos marinhos ...;
- e) Estudo do impacte potencial da produção de minérios provenientes da área nas economias dos Estados em desenvolvimento produtores terrestres desses minerais ... gravemente afectados, com vista a ... ajudá-los ...;
- f) Adopção das normas, regulamentos e procedimentos necessários à realização de actividades na área, à medida que estas progredam ... tais normas ... terão em consideração as disposições do presente Acordo, o atraso prolongado na exploração mineira comercial dos fundos marinhos e o ritmo provável das actividades da área;
- g) Adopção de normas, regulamentos e procedimentos que integrem padrões aplicáveis à protecção e preservação do meio marinho;
- h) Promoção e encorajamento da investigação científica marinha no que se refere às actividades desenvolvidas na área, bem como da recolha e divulgação dos resultados ...;
- i) Aquisição de conhecimentos científicos e acompanhamento do desenvolvimento das tecnologias marinhas relevantes para as actividades na área ...;
- j) Avaliação dos dados disponíveis referentes à prospecção e exploração;

k) Elaboração, em tempo útil, de normas, regulamentos e procedimentos para a exploração, incluindo os que se referem à protecção e preservação de meio marinho”⁶⁰⁹.

Inicialmente, as funções da Autoridade são desempenhadas pela Assembleia, pelo Conselho, pelo Secretariado, pela Comissão Jurídica e Técnica e pelo Comité Financeiro. As funções da Comissão de Planeamento Económico serão exercidas pela Comissão Jurídica e Técnica até decisão do Conselho noutro sentido ou até a aprovação do primeiro plano de trabalho para exploração⁶¹⁰.

A Autoridade tem o seu próprio orçamento, no entanto, o parágrafo 14º prevê que: “até ao final do ano seguinte ao da entrada em vigor do Acordo, as despesas administrativas da Autoridade serão suportadas pelo orçamento da Organização das Nações Unidas⁶¹¹. A partir de então, as despesas administrativas serão suportadas pelas contribuições dos seus membros, incluindo os membros provisórios, ... até que a Autoridade disponha de fundos suficientes, provenientes de outras fontes, para suportar essas despesas”⁶¹². O Autoridade não pode contrair empréstimos para fazer face às suas despesas administrativas.

O objectivo do Acordo era promover a universalidade da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para tanto, diferentemente do *Midnight Agreement*, de 14 de Agosto de 1987, que criou um *modus vivendi* entre o regime da Convenção e o regime paralelo, o Acordo introduziu alterações de modo a tornar o regime aceitável para os países industrializados, isto é, de modo a satisfazer os investidores pioneiros e os potenciais requerentes⁶¹³. Assim, relativamente aos investidores pioneiros, o Acordo alargou o prazo para a apresentação do pedido de aprovação de um plano de trabalho para exploração para 36 meses, após a entrada em vigor da Convenção⁶¹⁴. Relativamente aos potenciais requerentes, como já foi referido, o Acordo de Nova Iorque, de 5 de

⁶⁰⁹ Secção 1 § 5º.

⁶¹⁰ Secção 1 § 4º.

⁶¹¹ Trata-se de uma grande vantagem para os países em vias de desenvolvimento, pois, de outro modo, seriam os Estados membros a contribuir - artigo 160º nº 2 e) da Convenção. Ora, como os Estados membros, aquando da entrada em vigor da Convenção, eram, essencialmente, países em vias de desenvolvimento, a aplicação da Convenção iria ser-lhes demasiado onerosa. Por outro lado, com a entrada em vigor da Convenção, a Comissão Preparatória deixava de funcionar, pelo que a parte do orçamento das Nações Unidas que lhe estava afecto ficava disponível.

⁶¹² O orçamento da Autoridade para 1998 foi o primeiro a ser financiado pelas contribuições dos seus membros. As contribuições para o orçamento, baseadas numa escala adoptada pela Assembleia, em 29 de Agosto de 1977, baseou-se na escala das Nações Unidas, com alguns ajustes, atendendo à diferença de membros. Tais contribuições devem ser pagas, por inteiro, até 30 dias após a sua solicitação pelo Secretário Geral ou até 1 de Janeiro de 1998, o que for mais tarde. A Assembleia, também, em 29 de Agosto, estabeleceu um fundo - *Working Capital Fund* - para socorrer a Autoridade no caso de atrasos dos seus membros no pagamento - SB/3/27, de 29 de Agosto de 1997 - Resumo da 3ª Sessão Resumida, realizada de 18 a 29 de Agosto de 1997, disponível in (http://www.isa.org.jm/meeting/19970829_roundup.htm).

⁶¹³ BROWN, E. D. - The 1994 Agreement on the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: breakthrough to universality?, *cit.*, p. 10.

Setembro de 1986, previa o abandono antecipado de partes das áreas pioneiras, partes essas que seriam reservadas para fazer parte dos pedidos dos potenciais requerentes, até à entrada em vigor da Convenção. Por outro lado, também estabelecia que os potenciais requerentes deveriam ser tratados do mesmo modo que o primeiro grupo de investidores pioneiros. Estas disposições foram desenvolvidas pelo Acordo de 1994, que prevê, no parágrafo 6º a) i) da Secção 1 do Anexo, a possibilidade dos potenciais requerentes apresentarem um pedido de um plano de trabalho e no parágrafo 6º a) iv) admite que o Estado patrocinador seja um Estado Parte ou mesmo um Estado que aplique provisoriamente o Acordo ou um Estado que seja membro da Autoridade, a título provisório. Relativamente a esta última hipótese, o parágrafo 12º c) ii) estabelece que: “no caso de entidades cujos componentes sejam pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, que possuam mais de uma nacionalidade, o plano de trabalho para exploração só será aprovado se todos os Estados cujas pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, que compõem essas entidades sejam Estados Partes ou membros provisórios”. Além disso, a alínea d) dispõe que os contratos que contenham tais planos de trabalho cessarão se o Estado patrocinador perder a qualidade de membro provisório e ainda não se tiver tornado Estado Parte. Por último, o parágrafo 6º a) iii) confirma o princípio da não discriminação entre investidores pioneiros e potenciais requerentes ao estabelecer: “de acordo com o princípio da não discriminação, um contrato estabelecido com um Estado ou uma entidade referidos na subalínea i) da alínea a) incluirá condições que sejam semelhantes e não menos favoráveis do que as acordadas com qualquer investidor pioneiro registado”. A Secção em análise estabelece, igualmente, os procedimentos para a aprovação de planos de trabalho, sendo exigido, no parágrafo 7º, que qualquer plano de trabalho apresentado à Autoridade deve ser acompanhado por uma avaliação do potencial impacto ambiental das actividades propostas e por uma descrição de um programa de estudos oceanográficos e ambientais de acordo com as normas, regulamentos e procedimentos a ser adoptados pela Autoridade.

Por seu turno, o parágrafo 9º estabelece que: “um plano de trabalho para exploração será aprovado por um período de 15 anos” e que quando o plano de trabalho para exploração expirar “o contratante candidatar-se-á a um plano de trabalho para aproveitamento”. Se, porém, o contratante puder demonstrar que, por razões que o ultrapassam, foi incapaz de completar o trabalho preparatório necessário para atingir a fase de aproveitamento, ou que as circunstâncias económicas existentes não justificam a passagem à fase de aproveitamento, a Autoridade deve prolongar os

⁶¹⁴ O número 8 a) da Resolução II estabelecia o prazo de 6 meses após a entrada em vigor da Convenção. Porém, em 1990, o Acordo relativo às Obrigações dos Investidores Pioneiros estabeleceu que este prazo seria revisto à luz de uma avaliação do tempo em que era esperado começar a produção comercial.

planos de trabalho aprovados para a exploração, por períodos de cinco anos, a pedido do contraente.

Finalmente, esta Secção prevê que a Autoridade pode, em qualquer altura, elaborar e adoptar as normas, regulamentos e procedimentos baseados nos princípios contidos no Anexo ao Acordo, bem assim como qualquer norma, regulamento ou procedimento adicional necessário para facilitar a aprovação de planos de trabalho para exploração e aproveitamento, à medida que as actividades do fundo do mar se desenvolvam.

A Secção 2 do Anexo trata da Empresa, o braço operativo da Autoridade. O Acordo de 1994 corporiza um compromisso entre a posição dos países em vias de desenvolvimento, defensores de um órgão independente, criado com base no princípio do património comum da humanidade, e a posição dos países industrializados que defendiam que a Empresa deveria actuar pela via de *joint ventures*⁶¹⁵, até que as actividades do fundo do mar se tornassem comercialmente viáveis. O Acordo prevê, precisamente, que a “empresa conduzirá as suas operações mineiras iniciais nos fundos marinhos através de empreendimentos conjuntos”⁶¹⁶.

O parágrafo 1º estabelece que as funções iniciais da Empresa devem ser levadas a cabo pelo Secretariado da Autoridade, actuando sob a orientação de um director-geral, designado pelo Secretário-Geral da Autoridade. Essas funções estão identificadas nas diversas alíneas deste parágrafo e são:

- “a) Acompanhamento e estudo das tendências e desenvolvimentos relativos à actividade mineira nos fundos marinhos, incluindo a análise regular das condições do mercado mundial de metais e seus preços;
- b) Avaliação dos resultados da investigação científica marinha relativamente a actividades desenvolvidas na área, com especial ênfase para a investigação relacionada com o impacte ambiental das actividades desenvolvidas na área;
- c) Avaliação dos dados disponíveis relativos à prospecção e exploração, incluindo os critérios a que devem obedecer tais actividades;

⁶¹⁵ Sobre a solução *joint ventures* ver, entre outros, JAENICKE, Günther - Joint Ventures for Deep Seabed Mining Operations. *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV)*. Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 329-338; do mesmo Autor Joint Ventures for Sea-Bed Activities: A Viable Alternative, citado na nota 497; RÖBEN, Volker - A Case Study on a Joint Venture Project. *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV)*. Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 348-390.

⁶¹⁶ Secção 2, § 2º. Os Estados Unidos da América queriam que a Empresa desaparecesse pura e simplesmente, mas acabaram por transigir e aceita-la, mas dentro do regime consagrado no Acordo e fizeram-no porque a Empresa simboliza as aspirações dos países em vias de desenvolvimento de terem um meio de participar nas actividades do fundo do mar.

- d) Avaliação dos desenvolvimentos tecnológicos relevantes para as actividades na área, em particular no que se refere à tecnologia relacionada com a protecção e preservação do meio marinho;
- e) Avaliação de informações e dados relativos a áreas reservadas à Autoridade;
- f) Avaliação das iniciativas de operações de empreendimentos conjuntos;
- g) Recolha de informações sobre a disponibilidade de mão-de-obra qualificada;
- h) Estudo das opções de política de gestão aplicáveis à administração da empresa nas diferentes fases das suas operações”.

A questão do funcionamento da Empresa independentemente do Secretariado será considerada pelo Conselho, ou “ao aprovar um plano de trabalho para exploração apresentado por uma entidade que não seja a empresa ou ao receber um pedido para uma operação de empreendimento conjunto com a empresa”. Se o Conselho achar que as operações de *joint ventures* com a Empresa estão “de acordo com os sãos princípios comerciais”, emitirá uma directiva, em conformidade com o artigo 170º nº 2 da Convenção, autorizando o funcionamento independente da Empresa⁶¹⁷.

A ideia de que a Empresa deve conduzir as suas operações através de *joint ventures* não é nova. O artigo 11º do Anexo III da Convenção já prevê esta forma de cooperação entre a Autoridade e os contratantes, o que é novo, no Acordo, é o facto de as actividades iniciais da Empresa deverem, obrigatoriamente, ser levadas a cabo desse modo. Esta forma de agir da Empresa fez com que os Estados Partes não tivessem mais que financiar qualquer das operações em qualquer sector mineiro da Empresa ou no quadro dos seus acordos de empreendimento conjunto - parágrafo 3º⁶¹⁸. Por outro lado, a Empresa fica sujeita às mesmas normas, regulamentos e obrigações dos restantes operadores do fundo do mar, nomeadamente os planos de trabalho da Empresa terão a forma de um contrato entre a Empresa e a Autoridade⁶¹⁹.

Por último, o parágrafo 5º, da Secção que vimos analisando, estabelece que: “um contratante que tenha entregue uma determinada área à Autoridade como área reservada tem direito de preferência para concluir um acordo de empreendimento conjunto com a empresa para prospecção e exploração dessa área. Se a empresa não apresentar um pedido de aprovação de um plano de trabalho das actividades a desenvolver nessa área reservada no prazo de 15 anos após o

⁶¹⁷ O funcionamento independente da Empresa está, assim, sujeito a uma autorização prévia do Conselho, no entanto, tal autorização depende da verificação dos critérios objectivos referidos no texto.

⁶¹⁸ O artigo 11º nº 3 do Anexo IV não se aplica e “os Estados Partes não terão nenhuma obrigação de financiar qualquer das operações em qualquer sector mineiro da Empresa ou no quadro dos seus acordos de empreendimento” - Secção 2 § 3º do Anexo ao Acordo de Implementação.

⁶¹⁹ Por outro lado, como veremos adiante, a Secção 5 do Anexo ao Acordo acaba com a transferência obrigatória de tecnologia.

início do seu funcionamento independente do Secretariado da Autoridade, ou dentro de 15 anos a partir da data em que essa área foi reservada à Autoridade, se esta última data for posterior, o contratante que entregou a área terá o direito de apresentar um pedido de aprovação de um plano de trabalho para essa área, sob condição de que ofereça de boa fé associar a empresa às suas actividades no quadro de um empreendimento conjunto”.

A Secção 3 tem como epígrafe “adopção de decisão”. O procedimento para a tomada de decisão no Conselho da Autoridade foi bastante simplificado no Acordo o que veio ao encontro de um dos principais objectivos dos países industrializados nas Consultas Informais do Secretário-Geral das Nações Unidas. Estes Estados pretendiam obter uma representação adequada no Conselho e um procedimento de tomada de decisões que reflectisse e salvaguardasse os seus interesses.

Esta Secção prevê, como regra, que as decisões dos órgãos da Autoridade devem ser adoptadas por consenso e que a votação deve ter lugar apenas quando todos os esforços para o consenso se tiverem esgotado. Relativamente ao Conselho, esta Secção contém uma solução de compromisso, ao estabelecer um sistema de votação por câmaras, sistema este cujo efeito prático é promover decisões por consenso. Se o consenso não é possível, o Conselho, órgão composto por 36 membros da Autoridade, eleitos pela Assembleia e repartidos por cinco câmaras⁶²⁰, adoptará as

⁶²⁰ O Conselho, nos termos do parágrafo 15º da Secção 3, “é composto por 36 membros da Autoridade, eleitos pela Assembleia na seguinte ordem:

a) quatro membros de entre os Estados Partes que, durante os últimos cinco anos para os quais se disponha de estatísticas, tenham consumido mais de 2% em valor do consumo mundial total ou tenham efectuado importações líquidas de mais de 2% em valor das importações mundiais ..., desde que esses quatro membros incluam o Estado da região da Europa Oriental que tenha a economia mais importante dessa região em termos de produto interno bruto” (a Rússia) “e o Estado que, à data da entrada em vigor da convenção, tenha a economia mais importante em termos de produto interno bruto,” (deste modo está garantido um lugar permanente aos Estados Unidos) “se esses Estados desejarem estar representados nesse grupo;” - os quatro maiores consumidores ou importadores.

“b) Quatro membros de entre os oito Estados Partes que, directamente ou por intermédio dos seus nacionais, tenham feito os maiores investimentos na preparação e na realização de actividades na área;” - os quatro maiores investidores.

“c) Quatro membros de entre os Estados Partes que, com base na produção das áreas sob sua jurisdição, sejam os maiores exportadores líquidos das categorias de minerais a extrair da área, incluindo, pelo menos, dois Estados em desenvolvimento cujas exportações desses minerais tenham importância considerável nas suas economias;” - os quatro maiores exportadores.

“d) Seis membros de entre os Estados Partes em desenvolvimento que representem interesses especiais. Os interesses especiais a serem representados incluirão os dos Estados com grandes populações, os dos Estados sem litoral ou geograficamente desfavorecidos, os dos Estados insulares, os dos Estados que sejam grandes importadores das categorias de minerais a extrair da área, os dos Estados que sejam produtores potenciais desses minerais e os dos Estados menos desenvolvidos;”

“e) 18 membros eleitos em conformidade com o princípio de garantir uma distribuição geográfica equitativa dos lugares do conselho no seu conjunto, no entendimento de que cada região geográfica conte, pelo menos, com um membro eleito nos termos da presente alínea. Para esse efeito, as regiões geográficas serão África, Ásia, Europa Oriental, América Latina e Caraíbas e Europa Ocidental e outras”.

Segundo o parágrafo 9º a) “cada grupo de Estados eleitos nos termos da alíneas a) a c) do nº 15 será considerado como uma câmara para efeitos de voto no conselho. Os Estados em desenvolvimento eleitos nos termos

decisões sobre questões de procedimento, por uma maioria de membros presentes e votantes e as decisões sobre questões de fundo, excepto aquelas que nos termos da Convenção têm que ser adoptadas por consenso⁶²¹, por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, desde que a tais decisões não se oponha a maioria de uma das câmaras⁶²². “O Conselho pode adiar a adopção de uma decisão para facilitar o prosseguimento das negociações sempre que se afigure não terem sido esgotados todos os esforços no sentido de alcançar um consenso sobre uma questão”⁶²³. Este sistema de votação obriga os interesses envolvidos a trabalhar conjuntamente e tentar conseguir soluções que sejam aceitáveis para todos, por isso, vai, decerto, ser benéfico no

das alíneas d) e e) do nº 15 serão considerados como uma única câmara para efeitos de voto no conselho”. Daí a existência de 4 câmaras para efeitos de votação, não obstante serem cinco: a câmara dos maiores consumidores ou importadores; a câmara dos maiores investidores, a câmara dos maiores exportadores e a câmara dos países em vias de desenvolvimento. A representação da região da Europa de Leste no Conselho diminuiu de três lugares (na Convenção) para dois (no Acordo), pelo que alguns Estados dessa região mostraram o seu desagrado, nomeadamente a Polónia. Sobre a Polónia e o novo Direito do Mar, ver SYMONIDES, Janusz - Poland and the New Law of the Sea. Polish Yearbook of International Law. Warszawa: Polish Academy of Sciences. Institute of State And Law. ISSN 0554-498X. XII: (1983), p. 57-76.

⁶²¹ Têm de ser tomadas por consenso as decisões sobre as questões de fundo que surjam em relação às alíneas m) e o) do nº 2 do artigo 162º, bem como a aprovação de emendas à Parte XI - artigo 161º nº 8 d) da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O artigo 162º nº 2 m) estabelece: “O Conselho tomará, por recomendação da Comissão de Planeamento Económico e de conformidade com a alínea h) do artigo 150, as medidas necessárias e apropriadas para proteger os Estados em desenvolvimento dos efeitos económicos adversos especificados nessa alínea”; e a alínea o) estatui: “o Conselho i) recomendará à Assembleia normas, regulamentos e procedimentos sobre a distribuição equitativa dos benefícios financeiros e outros benefícios económicos derivados das actividades na Área e sobre os pagamentos e contribuições feitos nos termos do artigo 82 ...; ii) adoptará e aplicará provisoriamente, até à sua aprovação pela Assembleia, normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade, e quaisquer emendas aos mesmos, tendo em conta as recomendações da Comissão Jurídica e Técnica, ou de outro órgão subordinado pertinente. Estas normas, regulamentos e procedimentos referir-se-ão à prospecção, exploração e aproveitamento na Área e à gestão financeira e administração interna da Autoridade. Será dada prioridade à adopção de normas, regulamentos e procedimentos para a exploração e aproveitamento de nódulos polimetálicos ...”.

Nos termos da Convenção o “consenso” é a ausência de qualquer objecção formal - artigo 161 nº 8 e). Este preceito estabelece ainda que: “dentro dos 14 dias seguintes à apresentação de uma proposta ao Conselho, o Presidente verificará se haveria uma objecção formal à sua aprovação. Se o Presidente do Conselho constatar que haveria tal objecção criará e convocará, nos três dias seguintes, uma Comissão de Conciliação, integrada por não mais de nove membros do Conselho cuja presidência assumirá, com o objectivo de conciliar as divergências e preparar uma proposta susceptível de ser aprovada por consenso. A Comissão agirá imediatamente e relatará ao Conselho nos 14 dias seguintes à sua constituição. Se a Comissão não puder recomendar uma proposta susceptível de ser aprovada por consenso, indicará no relatório os motivos que levaram à rejeição da proposta”.

⁶²² Este sistema reconhece aos interesses mais relevantes o direito de veto, mas não permite que um Estado isoladamente possa vetar uma decisão - CHARNEY, Jonathan I. - The United States and the Revision of the 1982 Convention on the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. 23: (1992), p. 292.

Três consumidores ou três investidores ou três exportadores podem vetar uma decisão em matéria substantiva. Os países em vias de desenvolvimento para bloquear uma decisão precisam de um número maior, dependendo esse número da sua representação efectiva no Conselho. Os Estados membros do Conselho que não são nem países industrializados nem países em vias de desenvolvimento, antes representam interesses especiais, não têm possibilidade de vetar uma deliberação, a menos que se juntem nos treze votos necessários para a não aprovação por uma maioria de dois terços - WOLFRUM, Rüdiger - The Decision-Making Process According to Sec. 3 of the Annex to the Implementation Agreement: A model to be Followed for Other International Economic Organizations? Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV). Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 319.

⁶²³ §6º da Secção 3

futuro, pois evita deixar interesses de fora; todos são obrigados a cooperar e a ter em conta não só os seus próprios interesses, mas também os interesses de outros parceiros envolvidos⁶²⁴.

Relativamente à adopção de decisões na Assembleia, o Acordo não traz nada de novo, determinando, no parágrafo 3º da Secção 3, que, se não for conseguido o consenso, as decisões por votação “sobre questões de procedimento serão adoptadas pela maioria dos membros presentes e votantes, enquanto as decisões sobre questões de fundo serão adoptadas por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, conforme previsto pelo nº 8 do artigo 159º da Convenção”. No parágrafo seguinte nota-se uma grande influência do Conselho sobre a Assembleia - “as decisões da assembleia sobre qualquer questão a respeito da qual o conselho também tenha competência ou sobre qualquer questão de natureza administrativa, orçamental e financeira serão baseadas nas recomendações do conselho. Se a assembleia não aceitar a recomendação do conselho sobre qualquer questão, devolverá a questão ao conselho para um novo exame. O conselho examinará a questão à luz das opiniões expressas pela assembleia”.

Nesta Secção e de modo a garantir que a um requerente devidamente qualificado seja assegurado um contrato com a Autoridade, está previsto um procedimento especial para a aprovação de um pedido para um plano de trabalho, quando a Comissão Jurídica e Técnica tenha emitido uma recomendação para aprovação. Um tal plano de trabalho pode ser aprovado pelo Conselho da Autoridade, a menos que decida rejeitá-lo por uma maioria de dois terços dos seus membros presentes e votantes, desde que uma tal maioria inclua a maioria dos membros de cada câmara. Este parágrafo prevê, ainda, a aprovação tácita ao estabelecer que um plano de trabalho será considerado como aprovado se o Conselho nada disser no prazo de 60 dias após a recomendação para aprovação da Comissão Jurídica e Técnica. No caso de a Comissão recomendar a não aprovação de um plano de trabalho ou não fizer qualquer recomendação, nada impede o Conselho de o aprovar, de acordo com as disposições do seu regulamento interno relativas à adopção de decisões em questões de fundo - parágrafo 11º da Secção 3.

A adopção de decisões por votação na Comissão Jurídica e Técnica será por maioria dos membros presentes e votantes - parágrafo 13º da Secção 3 - depois de se terem esgotado todos os meios para alcançar o consenso⁶²⁵.

A Secção 4 trata da Conferência de Revisão e estabelece que uma tal revisão pode ter lugar a qualquer momento e não apenas após 15 anos contados da data da primeira produção comercial,

⁶²⁴ KOCH, Joachim - Revision in Part XI: a necessary compromise. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 152.

como estava previsto na Convenção. A qualquer momento, a Assembleia, com base numa recomendação do Conselho, poderá tomar a seu cargo a revisão das questões referidas no n° 1 do artigo 155°. Não é mais possível haver emendas à Convenção com a oposição dos países industrializados, pois o n° 4 do artigo 155° da Convenção, como aliás também os n°s 1 e 3, não se aplicarão. Por outro lado, a Secção 4 assegura o respeito pelos princípios constantes do n° 2 do artigo 155°, nomeadamente o princípio do património comum da humanidade. Por fim, qualquer emenda que resulte da Conferência de Revisão deverá ser sujeita ao procedimento de emendas estabelecido nos artigos 314°, 315° e 316°⁶²⁶ da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

A Secção 5 tem como epígrafe “transferência de tecnologia”. A solução encontrada pelo Acordo para as operações da Empresa - através de *joint ventures* - satisfaz, também, as objecções dos países industrializados relativamente à imposição de transferência obrigatória de tecnologia para a Empresa ou para os países em vias de desenvolvimento estabelecida no artigo 5° do Anexo III da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Segundo o parágrafo 1° a), a Empresa e os países em vias de desenvolvimento deverão obter a tecnologia necessária em condições justas e razoáveis no mercado livre ou através de acordos de empreendimentos conjuntos. Se tal não for possível, a Autoridade pode pedir a colaboração dos Estados cujos nacionais tenham tal tecnologia para facilitar a sua aquisição em termos comerciais justos e razoáveis e em condições compatíveis com a protecção dos direitos de propriedade intelectual. Com este objectivo, a cooperação de todos os Estados partes é urgente e importante.

A Secção 6 regula a política de produção. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, na ânsia de proteger os países em vias de desenvolvimento produtores terrestres de minerais que poderiam ser negativamente afectados pela produção dos mesmos minerais extraídos do fundo do mar, tinha previsto uma fórmula matemática para controlar o nível da produção de minerais do fundo do mar. Essa fórmula tinha por base dados relativos ao crescimento do consumo de minerais, em particular, o níquel e, segundo ela, a produção mineral do fundo do mar não poderia ultrapassar os 60% do aumento anual previsto na procura mundial de níquel - artigo 151° da Convenção. Porém, a prolongada queda no mercado mundial de metais, a partir dos anos

⁶²⁵ A Secção 3 § 2° do Anexo ao Acordo estabelece como regra geral, aplicável a todos os órgãos, o consenso.

⁶²⁶ As emendas às disposições relativas às actividades na Área devem ser aprovadas pelo Conselho, por consenso, e, depois, pela Assembleia e entram em vigor, para todos os Estados, um ano após o depósito por três quartos dos Estados Partes dos seus instrumentos de ratificação ou de adesão - artigos 314°, 315° e 316° n° 5. Assim sendo e dada a necessidade de consenso no Conselho, nunca será aprovada uma emenda contra a vontade dos países industrializados.

oitenta, tornou a fórmula desajustada, o que fez com que, a partir de 1992, entre os participantes das Consultas Informais do Secretário-Geral das Nações Unidas tivesse começado a haver um certo entendimento a este propósito no sentido de que, como a produção comercial ainda estava longe, talvez não fosse conveniente, naquele momento, regular, em pormenor, a matéria, antes seria suficiente enunciarem um conjunto de princípios que seriam aplicáveis, quando a produção comercial estivesse iminente. Os temas mais discutidos, nessa altura, nas negociações informais e também na Comissão Preparatória foram a não subsidiarização das actividades do fundo do mar e a não discriminação entre produção terrestre e do fundo do mar.

O Acordo de 1994, saído das Consultas Informais, abandonou a política de produção da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ao estabelecer, no parágrafo 7º da Secção 6, que: “não se aplicarão as disposições dos nºs 1 a 7 e 9 do artigo 151º, da alínea q) do nº 2 do artigo 162º, da alínea n) do nº 2 do artigo 165º e do nº 5 do artigo 6º do anexo III, bem como as do artigo 7º da Convenção”. Em alternativa, o Acordo estabelece uma nova política assente num conjunto de princípios definidos nas diversas alíneas do parágrafo 1º da Secção em análise. Assim, a política de produção da Autoridade deve basear-se nas forças do mercado, isto é, o desenvolvimento dos recursos da área será realizado de acordo com princípios comerciais sólidos; as disposições do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), os seus códigos e os acordos destinados a suceder-lhes ou a substituí-los⁶²⁷ aplicar-se-ão às actividades da área; não se atribuirão subsídios às actividades da área, salvo na medida em que os acordos referidos o permitirem; não haverá discriminação entre os minerais extraídos da área e os de outras origens; não haverá acesso preferencial aos mercados, para esses minerais ou para importações de produtos básicos obtidos a partir desses minerais, em particular através do uso de obstáculos pautais ou não pautais e atribuído pelos Estados Partes a esses minerais ou a produtos básicos obtidos a partir deles pelas suas empresas estatais ou por pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, que possuam a sua nacionalidade ou sejam controladas por eles ou por nacionais seus⁶²⁸. Com esta regulamentação procuram assegurar que a produção de minerais das fontes terrestres e os provenientes do fundo do mar compitam em pé de igualdade.

⁶²⁷ Actualmente, após o Uruguay Round, a Organização Mundial do Comércio (OMC ou WTO), saída, precisamente, do Uruguay Round. Se, eventualmente, surgir uma controvérsia entre Estados Partes devido ao facto de um de entre eles não estar a respeitar as regras do GATT (leia-se OMC), essa controvérsia será sujeita aos procedimentos de solução de controvérsias previstos nos acordos do GATT (OMC) se os Estados Partes são membros do GATT (OMC). Se um ou mais dos Estados em conflito não é ou não são membros do GATT, a controvérsia será sujeita ao mecanismo de solução de controvérsias previsto na Convenção sobre o Direito do Mar.

⁶²⁸ Secção 6 § 1º a), b), c) e d) i) e ii). Sublinhados nossos.

A Secção 7 trata da assistência económica aos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres negativamente afectados pelos efeitos da produção, a partir do fundo do mar.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar previa o estabelecimento de um sistema de compensação ou a criação de outras medidas de assistência para o reajuste económico a favor dos países em vias de desenvolvimento “cujas receitas de exportação ou cuja economia sofram sérios prejuízos como consequência de uma diminuição no preço ou no volume exportado de um mineral, na medida em que tal diminuição se deva a actividades na Área” - artigo 151º nº 10. Antecipa, assim, que alguns produtores terrestres dos mesmos minerais que irão ser produzidos a partir dos recursos extraídos do fundo do mar poderão sofrer efeitos adversos nos seus rendimentos das exportações e nas suas economias. Também esta matéria era uma questão controversa para os países industrializados, que entendiam que até poderia não haver ligação entre a diminuição de rendimentos e a produção a partir do mar e, por isso, não queriam estar a financiar os possíveis prejuízos. A este propósito, a partir de 1992, começou a haver entendimento nas Consultas Informais no sentido de que deveria ser concedida assistência económica aos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres, mas não seria necessário estabelecer uma regulamentação completa, antes deveriam fixar um conjunto de princípios para ser tidos em linha de conta, quando a produção comercial estivesse iminente.

Nesse sentido, a Secção 7 estabelece que, para os casos em que os prejuízos possam ser considerados como uma consequência das actividades do fundo do mar, a “Autoridade estabelecerá um fundo de assistência económica⁶²⁹ retirado da parte dos fundos da Autoridade que exceda os necessários para cobrir os encargos administrativos da Autoridade. O montante estabelecido para este fim será determinado pelo conselho, periodicamente, de acordo com as recomendações do Comité Financeiro. Só fundos provenientes de pagamentos recebidos dos contratantes, incluindo a empresa, e contribuições voluntárias serão usados para o estabelecimento do fundo de assistência económica” - parágrafo 1º a). Dada a composição do Comité de Finanças, os países industrializados estarão em condições de assegurar que não serão afectados montantes excessivos para este fim, pois basta o veto de um deles para assegurar que o fundo não funcione de modo contrário aos seus interesses (ou mesmo para impedir o estabelecimento do fundo). Por outro lado, estamos perante um importante melhoramento, pois, agora, há uma clara indicação das fontes que irão financiar uma tal assistência. Além disso, em vez de compensação como princípio haverá uma compensação eventual.

⁶²⁹ O fundo de assistência económica foi estabelecido pela Regra 5.8 das Normas Financeiras da Autoridade - ISBA/6/A/3, de 28 de Março de 2000, Anexo - referido por BROWN, E. D. - *Sea-Bed Energy and Minerals* ..., *op. cit.*, p. 130.

Na Secção 8 estão regulados os termos financeiros dos contratos.

O regime detalhado contido no artigo 13º do Anexo III da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar foi abandonado, tendo sido substituído por um conjunto de princípios contendo as bases para o posterior estabelecimento de normas, regulamentos e procedimentos. Também a este propósito, durante as Consultas Informais, os países industrializados fizeram sentir que o sistema consagrado na Convenção era demasiado oneroso e completamente desajustado à nova realidade.

Os princípios estabelecidos nesta Secção são:

- o sistema de pagamentos à Autoridade deve ser justo quer para o contratante quer para a Autoridade;
- as taxas de pagamentos devem ser semelhantes às praticadas no sector mineiro terrestre, de modo a evitar dar aos produtores de minérios do fundo do mar uma vantagem competitiva artificial ou impor-lhes uma desvantagem competitiva;
- o sistema não deve ser complicado nem deve impor encargos administrativos à Autoridade ou aos contratantes. Deve considerar-se a possibilidade de adoptar um sistema de direitos de exploração (*royalties*) ou um sistema combinado de direitos de exploração (*royalties*) e de partilha de lucros. Se se decidir por sistemas alternativos, o contratante tem o direito de escolher o sistema aplicável ao seu contrato;
- uma taxa anual fixa, cujo montante deve ser estabelecido pelo Conselho, deve ser paga a partir da data do início da produção comercial.

O artigo 13º nº 3 do Anexo III estabelece que: “cada contratante deve pagar uma taxa anual fixa de 1 milhão de dólares dos Estados Unidos a partir da data da entrada em vigor do contrato”. No entanto, o Acordo relativo às Obrigações dos Investidores Pioneiros, de 30 de Agosto de 1990, por seu turno, previa que a aplicação desta disposição podia ser suspensa pela Autoridade mediante recomendação da Comissão Preparatória, se o Grupo de Peritos Técnicos, nos três meses seguintes ao depósito do sexagésimo instrumento de ratificação ou adesão, emitisse um parecer em que fosse previsto que a produção comercial demoraria a começar. O Acordo de 1994, porém, veio acabar com a referida taxa, pelo que o artigo 13º nº 3 e o Acordo Relativo às Obrigações (na parte relativa à taxa) não se aplicarão.

O Acordo de Implementação, relativamente ao artigo 13º nº 2 do Anexo III da Convenção, que estabelece que: “para as despesas administrativas relativas ao estudo dos pedidos de aprovação de um plano de trabalho sob a forma de um contrato, será cobrada uma taxa cujo montante será

fixado em 500.000 dólares dos Estados Unidos por pedido”, prescreve que “a taxa de processamento de pedidos de aprovação de um plano de trabalho limitado a uma fase, seja a fase de exploração, seja a fase de aproveitamento, será de 250.000 dólares dos Estados Unidos” - § 3º da Secção 8.

A Secção 9 estabelece o Comité de Finanças que é um corpo técnico encarregado da responsabilidade de supervisionar as implicações financeiras das decisões da Autoridade. Este Comité foi criado ao abrigo do artigo 162º nº 2 y) da Convenção, que prevê que o Conselho criará: “um órgão subsidiário para a elaboração de projectos de normas, regulamentos e procedimentos financeiros ...”.

O Comité é composto por quinze membros, de elevada competência em matéria financeira e da máxima idoneidade e integridade. São eleitos para um período de cinco anos, pela Assembleia da Autoridade, devendo ser tidos em consideração os critérios da distribuição geográfica equitativa e da representação de interesses especiais. Para que estes últimos sejam atendidos, o § 3º estabelece que: “cada grupo de Estados referidos nas alíneas a), b), c) e d) do nº 15 da secção 3 do presente anexo será representado no Comité por um membro, pelo menos”. Por outro lado, e até que a Autoridade seja auto-suficiente financeiramente, o Comité incluirá representantes dos cinco maiores contribuintes financeiros para o orçamento da Autoridade. Os membros do Comité Financeiro são eleitos por um período de cinco anos, podendo ser reeleitos para um novo mandato. Se por algum motivo - morte, incapacidade ou renúncia ao mandato - for preciso substituir algum membro, a Assembleia elegerá “para o período remanescente do mandato, um membro da mesma região geográfica ou do mesmo grupo de Estados”. Por razões de imparcialidade e isenção no exercício das funções “os membros do Comité Financeiro não terão interesse financeiro em nenhuma actividade, qualquer que seja, relacionada com as questões sobre as quais o Comité tem competência para fazer recomendações”. Por outro lado, devem manter confidencialidade, mesmo depois de terem cessado funções - § 6º.

A função do Comité consiste na emissão de recomendações a ser tidas em linha de conta pelo Conselho e pela Assembleia, quando decidam sobre as seguintes matérias:

- “a) projectos de normas, regulamentos ou procedimentos financeiros dos órgãos da Autoridade e a gestão financeira e administração financeira interna da Autoridade;
- b) avaliação das contribuições dos membros para o orçamento administrativo da Autoridade;

- c) todas as questões financeiras pertinentes, incluindo a proposta anual de orçamento, preparada pelo Secretário-Geral da Autoridade;
- d) o orçamento administrativo;
- e) as obrigações financeiras dos Estados Partes; e
- f) as normas, regulamentos e procedimentos sobre a partilha equitativa de benefícios financeiros e outros benefícios económicos resultantes de actividades na área”⁶³⁰.

Por fim, nos termos do § 8º, “as decisões do Comité Financeiro sobre questões de processo serão adoptadas pela maioria dos membros presentes e votantes”, ao passo que “as decisões sobre questões de fundo serão adoptadas por consenso”.

O Conselho e a Assembleia são obrigados a ter em conta as recomendações deste órgão técnico sempre que as suas decisões têm implicações financeiras. Aliás, nenhuma decisão com implicações financeiras será adoptada pela Assembleia sem primeiro ter recebido uma recomendação do Conselho e, nos casos em que a Assembleia não concorda com a recomendação do Conselho, o assunto deve ser referido ao Conselho para posterior consideração e recomendação, tendo em linha de conta os pontos de vista expressos pela Assembleia⁶³¹.

Concluindo, o Acordo de Implementação da Parte XI da Convenção veio simplificar o regime do fundo do mar através de uma visão funcional e evolutiva do estabelecimento da Autoridade e da Empresa, que deveria começar a sua actividade através de *joint ventures* e modificando os preceitos mais controversos no sentido pretendido pelos Estados Unidos da América e pelos países industrializados. Nesse sentido, o Acordo acabou com os limites de produção, modificou substancialmente os regimes de financiamento, de transferência de tecnologia, a ajuda aos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres dos mesmos minerais extraídos da Área que fossem negativamente afectados, o procedimento de tomada de decisão no Conselho e criou o Comité de Finanças. Reafirmou, no entanto, como princípio base de todo o regime, o princípio de que a Área e respectivos recursos são património comum da humanidade, princípio que deve ser respeitado como limite material em qualquer revisão posterior da Convenção. O regime de revisão foi, também, alterado, podendo a Conferência de Revisão ter lugar a qualquer momento, desde que a Assembleia assim o decida, mediante recomendação do Conselho.

⁶³⁰ Secção 9 § 7º.

⁶³¹ Secção 3 § 4º.

Com as modificações introduzidas, o Acordo conseguiu dobrar o Cabo das Tormentas e a terra prometida - a participação universal na Convenção - começou a aparecer na linha do horizonte.

Em 16 de Novembro de 1994, dia da entrada em vigor da Convenção, começou, em Kingston, a Sessão inaugural da Assembleia da Autoridade. Nessa altura, o Secretário Geral das Nações Unidas afirmou que a Autoridade tinha uma função muito importante no âmbito do sistema das Nações Unidas. Numa primeira fase a sua acção limitar-se-ia à observação das tendências do mercado e do desenvolvimento da tecnologia relacionada com o aproveitamento do fundo do mar. Seguidamente, quando o aproveitamento comercial fosse possível, cresceria, desenvolver-se-ia e exerceria importantes responsabilidades.

A Autoridade ultrapassou a fase organizativa (desde o começo até Dezembro de 1996) e está já na fase operativa. Desde 1997 estão a ser aprovados planos de trabalho relativos ao aproveitamento apresentados pelos investidores pioneiros registados, planos que revestem a forma de contratos de quinze anos de duração.

Até 1997, os gastos da Autoridade foram imputados ao orçamento ordinário das Nações Unidas. A partir de 1998, já estão a cargo dos Estados membros, incluindo os membros provisórios, segundo uma percentagem baseada na quota das Nações Unidas. Os gastos da Autoridade têm sido discretos

As relações entre as Nações Unidas e a Autoridade, nomeadamente a cooperação entre os seus serviços, encontram-se reguladas no Acordo contido no Anexo à Resolução da Assembleia Geral nº 52/27, de 26 de Novembro de 1997⁶³².

⁶³² A/RES/52/27, de 26 de Novembro de 1997 - *Agreement concerning the Relationship between the United Nations and the International Seabed Authority* - disponível in (<http://www.un.org/Depts/los/res5227e.htm>). Este Acordo tinha por base um projecto elaborado pela Comissão Preparatória e contido no Doc. LOS/PCN/153. As negociações começaram em Janeiro de 1997. O Acordo foi assinado pelo Secretário Geral das Nações Unidas e pelo Secretário Geral da Autoridade, em 14 de Março de 1997, em Nova Iorque, posteriormente foi aprovado pela Assembleia da Autoridade, em 27 de Março (ISBA/3/A/3), após prévia recomendação do Conselho, e pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 26 de Novembro de 1997, pela Resolução referida.

Convém, também, referir que, dado o estatuto particular da Autoridade como organização autónoma, a Assembleia, na sua Sessão resumida, em Agosto de 1996, pediu ao Secretário Geral que procurasse participar, em nome da Autoridade, nas deliberações da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 4 de Novembro de 1996, pela Resolução nº 51/6 da Assembleia Geral, foi concedido à Autoridade o estatuto de observador - in ISBA/3/A/4, de 31 de Julho de 1997 - Relatório de Secretário Geral da Autoridade à luz do artigo 166º nº 4 da Convenção, disponível in (<http://www.isa.org.jm/meeting/isba3a4.htm>).

PARTE IV

ANÁLISE DO REGIME JURÍDICO DO FUNDO DO MAR

CAPÍTULO I

O REGIME JURÍDICO DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO

A assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar permitiu a definição do regime regulador da exploração e aproveitamento dos recursos minerais do fundo do mar situados para além dos limites da jurisdição nacional. Tal não significa, no entanto, que o debate sobre esta matéria tenha acabado, pois alguns Estados não assinaram a Convenção, precisamente, por discordarem da Parte XI. Por isso, como vimos, a partir de 1990, realizaram-se negociações que culminaram com a assinatura do Acordo de Implementação, Acordo cujas disposições, bem assim como as da Parte XI da Convenção, deverão ser interpretadas e aplicadas em conjunto, como um único instrumento, devendo, em caso de incompatibilidade, prevalecer as disposições do Acordo (artigo 2º). O sistema previsto, na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 e no Acordo de Implementação de 1994, para a exploração e aproveitamento dos recursos da Área, constitui, talvez, o modelo mais perfeito de gestão internacional em benefício de toda a Humanidade. Assim sendo, vamos, de seguida, analisar todos os preceitos¹ que contêm o referido sistema, assim como os que regulam as estruturas institucionais.

Começemos pelos princípios básicos subjacentes ao regime.

1 - PRINCÍPIOS BÁSICOS DO REGIME DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO²

O regime estabelecido na Convenção assenta nos seguintes princípios :

- princípio da aplicação geográfica limitada;

¹ O regime jurídico da Área ou Zona está contido na Parte XI da Convenção (artigos 133º a 191º, que é composta por cinco secções: 1. Disposições gerais; 2. Princípios que regem a Área; 3. Aproveitamento dos recursos da Área; 4. A Autoridade; 5. Solução de controvérsias e pareceres consultivos); no Anexo III: Condições básicas para a prospecção, exploração e aproveitamento (que contém 22 artigos); e no Anexo IV: Estatuto da Empresa (que contém 13 artigos). Além disso, o artigo 1º da Convenção contém a definição de alguns termos utilizados pela Convenção, a saber: Área, Autoridade, actividades na Área e Estados Partes. Por fim, há a referir o Acordo de Implementação de 1994 e respectivo Anexo. Também foram importantes para o estabelecimento definitivo do regime, as Resoluções I e II, aprovadas como Anexo I à Acta Final da III Conferência sobre o Direito do Mar, e que dizem respeito, respectivamente, à Criação da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar e Sobre Investimentos Preparatórios nas Actividades Pioneiras Relacionadas com Nódulos Polimetálicos.

² Nesta matéria, seguimos, de perto, ORREGO VICUÑA, Francisco - *Le Regime de l'Exploration et de l'Exploitation*. In DUPUY, René-Jean e VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris, Bruxelles: Economica, Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X, 2-8027-0341-2, p. 557 e s..

- princípio do conteúdo material restrito;
- princípio do património comum da humanidade ou do interesse público;
- princípio do pluralismo de actores;
- princípio do controlo internacional;
- princípio da mutabilidade do regime.

1.1 - PRINCÍPIO DA APLICAÇÃO GEOGRÁFICA LIMITADA

O artigo 1º nº 1 da Convenção define Área ou Zona como “o leito do mar, os fundos marinhos e o seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional”. Assim sendo, a parte do fundo do mar que está sujeita à jurisdição nacional, bem como as águas suprajacentes à Área, que pertencem ao alto mar, não ficam sujeitas ao regime que vamos estudar. O âmbito territorial de aplicação do regime jurídico do fundo do mar não é definido directamente, mas sim por referência ao limite exterior da jurisdição nacional. Segundo o artigo 134º nº 3: “... os limites referidos no parágrafo 1º do artigo 1 são estabelecidos pela Parte VI”, isto é, pela parte relativa à Plataforma Continental³. Assim sendo, a Área começa onde acaba a Plataforma Continental, podendo esta ir

³ O artigo 76º da Convenção define a plataforma continental do seguinte modo:

“1 - A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestres até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.” - a Convenção concilia o sentido geomorfológico da expressão plataforma continental com o seu sentido jurídico ao assegurar aos Estados sem plataforma continental ou com uma plataforma exígua a possibilidade de, apesar disso, exercerem direitos.

“2 - a plataforma continental de um Estado costeiro não se deve estender além dos limites previstos nos parágrafos 4º a 6º.

3 - A margem continental compreende o prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro e é constituída pelo leito e subsolo da plataforma continental, pelo talude e pela elevação continental. Não compreende nem os grandes fundos oceânicos, com as suas cristas, nem o seu subsolo.

4 - a) Para fins da presente Convenção, o Estado costeiro deve estabelecer o bordo exterior da margem continental, quando essa margem se estender além das 200 milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, por meio de :

- i) uma linha traçada de conformidade com o parágrafo 7º, com referência aos pontos fixos mais exteriores em cada um dos quais a espessura das rochas sedimentares seja pelo menos de 1% da distância mais curta entre esse ponto e o pé do talude continental; ou
- ii) uma linha traçada de conformidade com o parágrafo 7º, com referência a pontos fixos situados a não mais de 60 milhas do pé do talude continental.

b) Salvo prova em contrário, o pé do talude deve ser determinado como o ponto de variação máxima do gradiente na sua base.

5 - Os pontos fixos que constituem a linha dos limites exteriores da plataforma continental no leito do mar, traçada de conformidade com as subalíneas i) e ii) da alínea a) do parágrafo 4º, devem estar situados a uma distância que não exceda 350 milhas marítimas da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial ou a uma distância que não exceda 100 milhas marítimas da isóbata de 2500 metros, que é uma linha que une profundidades de 2500 metros.

“até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, ou até uma distância máxima de 350 milhas marítimas da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial ou a uma distância que não exceda 100 milhas marítimas da isóbata de 2500 metros, que é uma linha que une profundidades de 2500 metros”⁴. No caso de rochedos que, por si próprios, não se prestam

6 - Não obstante as disposições do parágrafo 5º, no caso das cristas submarinas, o limite exterior da plataforma continental não deve exceder 350 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial. O presente parágrafo não se aplica a elevações submarinas que sejam componentes naturais da margem continental, tais como os seus planaltos, elevações continentais, topos, bancos e esporões.

7 - O Estado costeiro deve traçar o limite exterior da sua plataforma continental, quando esta se estender além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, unindo, mediante linhas rectas, que não excedam 60 milhas marítimas, pontos fixos definidos por coordenadas de latitude e longitude.

8 - Informações sobre os limites da plataforma continental, além das 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, devem ser submetidas pelo Estado costeiro à Comissão de Limites da Plataforma Continental, estabelecida de conformidade com o Anexo II, com base numa representação geográfica equitativa. A Comissão fará recomendações aos Estados costeiros sobre questões relacionadas com o estabelecimento dos limites exteriores da sua plataforma continental. Os limites da plataforma continental estabelecidos pelo Estado costeiro com base nessas recomendações serão definitivos e obrigatórios.

9 - O Estado costeiro deve depositar junto do Secretário Geral das Nações Unidas mapas e informações pertinentes, incluindo dados geodésicos, que descrevam permanentemente os limites exteriores da sua plataforma continental. O Secretário Geral deve dar a esses documentos a devida publicidade.

10 - As disposições de presente artigo não prejudicam a questão da delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente.” (Sublinhado nosso)

O Estado costeiro que reúna os requisitos geomorfológicos para o prolongamento da sua plataforma continental e tenha intenção de o fazer deve apresentar “à Comissão (de Limites da Plataforma Continental), logo que possível, mas em qualquer caso dentro dos 10 anos seguintes à entrada em vigor da presente Convenção para o referido Estado, as características de tal limite juntamente com informações científicas e técnicas de apoio. O Estado costeiro comunicará ao mesmo tempo os nomes de quaisquer membros da Comissão que lhe tenham prestado assessoria científica e técnica.” - artigo 4º do Anexo II à Convenção. A prerrogativa referida levanta a questão de se saber qual a natureza jurídica das 150 milhas, além da plataforma continental, durante o período dos dez anos ou até que o Estado faça a declaração. As 150 milhas não são território sujeito à jurisdição nacional, caso contrário não se explicava a necessidade de fazer a referida declaração; não fazem parte da Área, pois se fizessem seriam inapropriáveis, nos termos do artigo 137º nº 1 da Convenção. Trata-se de um espaço especial, *sui generis*, um espaço com um estatuto suspenso, como diz Paulo Otero (p. 46 de **A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos: Análise Estrutural e Natureza Jurídica**. Lisboa : Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1988) e com um estatuto suspenso, porque o facto de as 150 milhas passarem a pertencer à Área ou ficarem sujeitas à jurisdição nacional depende de um acto de vontade do Estado costeiro, melhor dizendo, depende de uma declaração nesse sentido, declaração que pode ser feita nos dez anos que se seguem à entrada em vigor da Convenção para o referido Estado.

⁴ O limite exterior da plataforma continental constitui, normalmente mas não sempre, a linha de separação entre a parte do fundo do mar sujeita à jurisdição nacional e a Área, sujeita ao regime de exploração e aproveitamento que vamos estudar. Dissemos “normalmente”, pois o princípio geral segundo o qual as competências da Autoridade só se exercem na Área e seus recursos conhece uma excepção - naqueles casos em que a plataforma continental se pode alongar até às 350 milhas, pois aqui o “Estado costeiro deve efectuar pagamentos ou contribuições em espécie relativos ao aproveitamento dos recursos não vivos da plataforma continental além de 200 milhas marítimas ...” - artigo 82º nº 1 da Convenção. Porém, o número 2 estabelece a não aplicação de qualquer pagamento ou contribuição por um período de cinco anos. A partir daí será aplicada sobre toda a produção de um sítio, no sexto ano uma taxa de 1%, devendo a taxa aumentar 1% ao ano até ao décimo segundo ano, e daí em diante deve ser mantida em 7%. O nº 3 do artigo 82º isenta os países em vias de desenvolvimento que importem recursos minerais extraídos da sua plataforma continental de qualquer pagamento ou contribuição em relação a esse recurso. Por seu turno, o artigo 82º nº 4 encarrega a Autoridade de fazer a repartição das contribuições feitas pelos Estados costeiros. Tal significa que a Autoridade possui prerrogativas para a gestão dos recursos financeiros resultantes do aproveitamento de espaços marinhos sob jurisdição nacional. Como se trata de benefícios provenientes, não do aproveitamento do património comum da Humanidade, mas do aproveitamento de recursos que se encontram sob a jurisdição dos Estados costeiros, os princípios que regem a sua partilha são diferentes dos que são aplicáveis à partilha dos benefícios realizados na Área. A repartição das contribuições provenientes do aproveitamento da plataforma continental efectua-se unicamente entre Estados Partes da

à habitação humana ou a vida económica, a Área começa no limite exterior do mar territorial (doze milhas), como resulta do artigo 121º nº 3⁵. No caso de Estados cujas costas são adjacentes ou situadas frente a frente⁶, a definição da Área obedece às regras e acordos de delimitação. Não obstante a importância internacional do regime da Área, a sua delimitação foi deixada aos Estados ribeirinhos, através da fixação do limite exterior da sua Plataforma Continental. Apesar de, de acordo com a Parte VI, esta fixação estar sujeita a um certo controle internacional, ela é apenas indirectamente internacional, pois resulta de uma solução adoptada a nível nacional, pelo que, no futuro, poderá dar lugar a controvérsias entre a Autoridade e os operadores, de um lado, e os Estados ribeirinhos, do outro. Alguns artigos da Convenção visam evitar tais problemas, como é o caso do artigo 142º, relativo aos direitos e interesses legítimos dos Estados costeiros, sob cuja jurisdição se encontram depósitos de recursos que se estendem além dos limites da Área. Este artigo prescreve a obrigação de realização de consultas com o Estado interessado, incluindo um sistema de notificação prévia, de modo a evitar a violação de tais direitos e interesses⁷.

1.2 - PRINCÍPIO DO CONTEÚDO MATERIAL RESTRITO

Relativamente ao conteúdo material, isto é, ao objecto mediato do regime de aproveitamento, os países industrializados entendiam que a Convenção deveria regular, apenas, as

Convenção na base de critérios de repartição equitativa, tendo em conta os interesses e as necessidades dos Estados em vias de desenvolvimento e, particularmente entre eles, os menos desenvolvidos e os sem litoral (artigo 82º nº 4). Pelo contrário, os benefícios do aproveitamento da Área e dos seus recursos destinam-se à Humanidade em geral, que compreende todos os Estados, quer sejam ou não partes da Convenção, bem assim como os povos que ainda não acederam à plena independência ou a outra forma de regime de autonomia (artigo 140º nº 1).

⁵ Artigo 121º nº 3 - “Os rochedos que, por si próprios, não se prestam à habitação humana ou a vida económica não devem ter zona económica exclusiva nem plataforma continental.”

⁶ Relativamente à delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente, o artigo 83º da Convenção estabelece, como regra, no nº 1, que “A delimitação da plataforma continental entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente deve ser feita por acordo, de conformidade com o direito internacional a que se faz referência no artigo 38º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, a fim de chegar a uma solução equitativa.”. Por seu turno, o artigo 134º nº 4 estabelece: “Nenhuma das disposições do presente artigo afecta o estabelecimento dos limites exteriores da plataforma continental de conformidade com a Parte VI nem a validade dos acordos relativos à delimitação entre Estados com costas adjacentes ou situadas frente a frente.”

⁷ Artigo 142º - “1 - As actividades na Área relativas aos depósitos de recursos que se estendem além dos limites da mesma devem ser realizadas tendo em devida conta os direitos e interesses legítimos de Estado costeiro sob cuja jurisdição se encontrem tais extensões daqueles depósitos.

2 - Devem ser efectuadas consultas com o Estado interessado, incluindo um sistema de notificação prévia, a fim de evitar qualquer violação de tais direitos e interesses. Nos casos em que as actividades na Área possam dar lugar ao aproveitamento de recursos sob jurisdição nacional, será necessário o consentimento prévio do Estado costeiro interessado.

3 - Nem a presente Parte nem quaisquer direitos concedidos ou exercidos nos termos da mesma devem afectar os direitos dos Estados costeiros de tomarem medidas compatíveis com as disposições pertinentes da Parte XII que sejam necessárias para prevenir, atenuar ou eliminar um perigo grave e iminente para o seu litoral ou interesses conexos, resultantes de poluição ou de outros acidentes resultantes de ou causados por quaisquer actividades na Área.”

actividades de exploração e de aproveitamento dos nódulos polimetálicos da Área e não de outros minerais⁸, nem outras actividades.

Para os países em vias de desenvolvimento, pelo contrário, a questão era posta em termos completamente diferentes. O regime devia aplicar-se à Área como um todo, bem como à totalidade das actividades que nela se desenvolvessem e a todos os seus recursos, os quais, por sua vez, se definiam do modo mais amplo possível. A descoberta permanente de novos tipos de recursos minerais, nesta zona, justificava este ponto de vista.

As divergências não diziam, apenas, respeito aos recursos e sua definição, mas também às actividades que a Autoridade aí ia poder exercer e controlar, o que despertava sérias preocupações às potências militares, devido à utilização crescente do meio oceânico e das suas riquezas para fins estratégicos.

O princípio do conteúdo consagrado na Convenção reflecte estes diferentes pontos de vista. Em primeiro lugar, o artigo 134º dispõe que a Parte XI aplica-se à Área, o que parece implicar a concepção ampla. Mas, logo de seguida, indica que as actividades na Área serão regidas pelas disposições da presente Parte (Parte XI). Ora, estas actividades estão definidas pelo artigo 1º nº 3, como sendo as “actividades ... de exploração e aproveitamento dos recursos da Área”, o que parece ser mais limitativo, não abrangendo, por isso, as actividades de transporte, processamento e comercialização dos minerais extraídos, excepto no caso de o operador ser a Empresa (artigo 170º nº 1). Ao mesmo tempo, o artigo 133º define “recursos” como todos “os recursos minerais sólidos, líquidos ou gasosos *in situ* na Área, no leito do mar ou no seu subsolo, incluindo os nódulos polimetálicos”. Por seu turno, o artigo 135º estabelece que nem a Parte XI nem nenhum direito concedido ou exercido nos termos da mesma afectará a condição jurídica das águas suprajacentes, nem do espaço aéreo correspondente. Este preciosismo material tem a sua origem em certas iniciativas que tentaram alargar o conceito de património comum da humanidade às águas suprajacentes. Por fim, o artigo 147º⁹ tenta também conciliar as actividades que se realizam na

⁸ Ver o que se escreveu supra, no capítulo da Comissão Preparatória, em nota, sobre outros minerais que não nódulos polimetálicos.

⁹ O artigo 147º, cuja epígrafe é “Harmonização das actividades na Área e no meio marinho” estabelece:

“1 - As actividades na Área devem ser realizadas tendo razoavelmente em conta outras actividades no meio marinho.

2 - As instalações, utilizadas para a realização de actividades na Área, devem estar sujeitas às seguintes condições:

- a) serem construídas, colocadas e retiradas exclusivamente de conformidade com a presente Parte e segundo as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade. A construção, colocação e remoção de tais instalações devem ser devidamente notificadas e, sempre que necessário, devem ser assegurados meios permanentes para assinalar a sua presença;
- b) não serem colocadas onde possam interferir na utilização de rotas marítimas reconhecidas e essenciais para a navegação internacional ou em áreas de intensa actividade pesqueira;
- c) serem estabelecidas zonas de segurança em volta de tais instalações, como sinais de navegação apropriados, para garantir a segurança da navegação e das instalações. A configuração e localização de

Área com outras actividades e utilizações do meio marinho. Assim sendo, podemos concluir que outras actividades, como actividades militares, telecomunicações e investigação científica marinha podem ser levadas a cabo livremente, de acordo com os princípios da Convenção relativos ao alto mar, incluindo o dever de ter em linha de conta os outros usos do mar.

1.3 - PRINCÍPIO DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE OU DO INTERESSE PÚBLICO

Como diz Orrego Vicuña, o elemento jurídico que caracteriza mais tipicamente o regime jurídico do fundo do mar é o facto de ter sido concebido num quadro de interesse público internacional. O fundo do mar e respectivos recursos, como vimos, foi declarado pela Resolução 2749 (XXV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada por consenso, em 1970, após uma longa negociação e transacções sucessivas, como património comum da Humanidade. Nessa linha de orientação, o artigo 136º da Convenção estabelece que “A Área e seus recursos são património comum da humanidade”. “O conceito de património comum da humanidade representa um avanço importante na evolução progressiva do Direito Internacional, pois exprime a primazia do interesse público internacional na utilização dos recursos oceânicos, ao mesmo tempo que está intimamente associado à ideia de uma administração internacional desses recursos”.

Do princípio do património comum da humanidade decorrem, como vimos, vários corolários, nomeadamente a proibição de qualquer Estado reivindicar ou exercer a soberania ou direitos soberanos sobre uma qualquer parte da Área ou sobre os seus recursos, bem assim como qualquer forma de apropriação, sob pena do seu não reconhecimento. Do mesmo modo, prevê-se que os direitos sobre os recursos da Área pertencem a toda a Humanidade e são inalienáveis. Já os minerais podem ser alienados, mas apenas de acordo com as disposições do regime - artigo 137º nº 2. As mesmas regras se aplicam aos minerais extraídos da Área sobre os quais não podem ser adquiridos direitos, a não ser em conformidade com a Convenção - artigo 137º nº 3. O interesse público, identificado com o património comum da Humanidade, está bem patente no artigo 140º, que estabelece que as actividades da Área devem ser realizadas em benefício de toda a

tais zonas de segurança devem ser tais que não formem um cordão que impeça o acesso lícito dos navios a determinadas zonas marítimas ou a navegação por rotas marítimas internacionais;

d) serem utilizadas exclusivamente para fins pacíficos;

e) não terem o estatuto de ilhas. Estas instalações não têm mar territorial próprio e a sua existência não afecta a delimitação do mar territorial, da zona económica exclusiva ou da plataforma continental.

3 - As demais actividades no meio marinho devem ser realizadas tendo razoavelmente em conta as actividades na Área.”

Humanidade, dando, no entanto, uma especial atenção aos interesses e necessidades dos países em vias de desenvolvimento e povos ainda não independentes.

Um outro corolário importante deste princípio é a utilização da Área exclusivamente para fins pacíficos. Nesse sentido, o artigo 138º dispõe que o comportamento geral dos Estados rege-se-á, para além do que está previsto na Parte XI, segundo os princípios da Carta das Nações Unidas e outras regras do Direito Internacional relativas à conservação da paz e da segurança e à promoção da cooperação internacional e da compreensão mútua. Por outro lado, o artigo 141º estabelece que a Área está aberta a uma utilização por todos os Estados, para fins exclusivamente pacíficos.

Regras relativas à investigação científica marinha, à transferência de tecnologia, à protecção do meio marinho e à protecção da vida humana fazem parte integrante do conteúdo deste princípio.

1.4 - PRINCÍPIO DO PLURALISMO DE ACTORES

Como vimos, na Conferência houve, essencialmente, duas posições a propósito de quem deveria levar a cabo as actividades na Área: os países em vias de desenvolvimento defendiam que só e apenas a Autoridade, através da Empresa, deveria ter essa competência e os países industrializados defendiam que tais actividades deveriam estar abertas a todos e rege-se pelas regras do mercado. Estas posições extremas foram-se aproximando, tendo ficado consagrado um sistema paralelo, segundo o qual as actividades na Área serão realizadas ou pela Empresa ou pelos Estados Partes da Convenção ou empresas estatais dependentes destes ou por pessoas singulares ou jurídicas dependentes igualmente dos Estados e reunindo certas condições. Assim, todos os interesses e pontos de vista foram satisfeitos. Este regime tem como propósito principal permitir que a Empresa e os outros operadores possam ter efectivamente a oportunidade de realizar actividades de aproveitamento.

1.5 - PRINCÍPIO DO CONTROLO INTERNACIONAL

A Convenção prevê a instituição da Autoridade, organização por intermédio da qual os Estados Partes, nos termos da Convenção, organizam e controlam as actividades na Área, tendo em vista a sua gestão. A Autoridade está dotada de poderes necessários para assegurar o respeito pelo princípio do património comum da humanidade ou do interesse público e o funcionamento do sistema de exploração e aproveitamento. Assim, o artigo 153º nº 1 estabelece que “as actividades

na Área devem ser organizadas, realizadas e controladas pela Autoridade em nome da humanidade em geral de conformidade com o presente artigo ...”. De seguida, o número 4 prescreve que “A Autoridade deve exercer, sobre as actividades na Área, o controle que for necessário para assegurar o cumprimento das disposições pertinentes da presente Parte e dos anexos pertinentes e das normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade”. Do mesmo modo, o número 5 estabelece que: “A Autoridade tem o direito de tomar a todo o momento quaisquer medidas previstas na presente Parte para assegurar o cumprimento das suas disposições e o exercício das funções de controlo e regulamentação que lhe são conferidas”, bem como “o direito de inspeccionar todas as instalações na Área utilizadas para actividades realizadas na mesma”.

Por outro lado, segundo o artigo 139º nº 1: “ Os Estados Partes ficam obrigados a zelar por que as actividades na Área, realizadas quer por Estados Partes quer por empresas estatais ou por pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, que possuam a nacionalidade dos Estados Partes ou se encontrem sob o controle efectivo desses Estados ou dos seus nacionais, sejam realizadas de conformidade com a presente Parte. A mesma obrigação incumbe às organizações internacionais por actividades que realizem na Área”.

Em suma, os principais meios deste controlo pela Autoridade são a aprovação de planos de trabalho para exploração e aproveitamento, bem como outras modalidades de realização do regime que constam do Anexo III.

1.6 - PRINCÍPIO DA MUTABILIDADE DO REGIME

O sistema paralelo foi a solução encontrada para conciliar os diferentes pontos de vista a propósito do sistema de exploração e aproveitamento. Só que não agradava plenamente a ninguém, pelo que ficou convencionado que o regime teria um carácter transitório, no sentido de que seria sujeito, por um lado, a um exame periódico e, por outro, a um processo de revisão.

O primeiro mecanismo está descrito no artigo 154º, segundo o qual a Assembleia deverá proceder, de cinco em cinco anos, a partir da entrada em vigor da Convenção¹⁰, a um exame geral e sistemático do modo como o regime tem funcionado na prática, adoptando ou recomendando a outros órgãos que tomem as medidas que permitam aperfeiçoar o funcionamento do regime.

¹⁰ Na sexta Sessão resumida da Autoridade, em Julho de 2000, a Assembleia, concordando com a opinião do Secretário Geral de que era ainda muito cedo para fazer qualquer aperfeiçoamento ao regime da Convenção, decidiu que a mera discussão do Relatório do Secretário Geral já dava cumprimento ao estabelecido no artigo 154º - *in Press Release SB/6/22*, de 6 de Julho de 2000, citado por BROWN, E. D. - *Sea-Bed Energy and Minerals: The*

Mesmo que não se trate de uma revisão formal, oferece a possibilidade de realizar acordos para o funcionamento do regime, o que terá uma grande importância devido à complexidade de Parte XI da Convenção e dos seus Anexos. Ao mesmo tempo, este exame periódico terá uma influência sobre a possibilidade de uma revisão formal, a qual é o segundo mecanismo e está previsto no artigo 155º e na Secção 4 do Anexo ao Acordo de Implementação¹¹.

Segundo a Secção 4 do Anexo ao Acordo de Implementação, a Assembleia, com base numa recomendação do Conselho, poderá, a qualquer momento, tomar a seu cargo a revisão das questões referidas no nº 1 do artigo 155º. Entre outros aspectos, deve ser avaliado se foram atingidos os objectivos da Convenção e se os mesmos beneficiaram a Humanidade em geral, isto é, se o paralelismo do sistema se desenvolveu na prática com eficácia, se não levou a uma monopolização das actividades, se as políticas de produção funcionaram regularmente e se o sistema permitiu a distribuição equitativa de benefícios resultantes das actividades na Área, tendo particularmente em conta os interesses e as necessidades dos países em vias de desenvolvimento.

Por outro lado, o artigo 155º nº 2 prevê verdadeiros limites materiais ao poder de revisão, ao estatuir que a Conferência deverá assegurar a manutenção de certos princípios base do sistema. Entre eles, figura, logo à cabeça, o conceito de património comum da humanidade e seus corolários, como a proibição de reivindicações de soberania, a obrigação de uma utilização pacífica, entre outros. Esta disposição condiciona a revisão a uma eventual reorganização do sistema de aproveitamento, mas sem permitir modificações dos princípios chave do regime.

International Legal Regime: Sea-Bed Mining. The Hague / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, 2001. ISBN 90-411-1540-4, p. 56, nota 40.

¹¹ A questão da Conferência de Revisão foi um dos pontos *hard core* das negociações do Secretário Geral das Nações Unidas. As modificações introduzidas constam da Secção 4 do Acordo de Implementação que, nomeadamente, estabelece a não aplicação do artigo 155º nºs 1, 3 e 4 da Convenção. Estes preceitos prescreviam que uma Conferência de Revisão para avaliar as disposições da Parte XI e Anexos e disposições conexos fosse convocada pela Assembleia, quinze anos após o início da primeira produção comercial. As emendas seriam aprovadas, através de um procedimento semelhante ao adoptado na III Conferência, e entrariam em vigor para todos os Estados, doze meses após o depósito dos instrumentos de ratificação ou de adesão de dois terços dos Estados Partes. Este procedimento iria permitir que os Estados (leia-se os países industrializados) ficassem obrigados por emendas a que, eventualmente, se tinham oposto, pois os países em vias de desenvolvimento, entre si, conseguiam a maioria necessária.

2 - OBJECTIVOS DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ÁREA¹²

Os objectivos visados com as actividades a desenvolver na Área ou Zona estão enunciados no artigo 150º da Convenção e são:

“1 - As actividades na Área devem ser realizadas, tal como expressamente previsto na presente Parte, de modo a fomentar o desenvolvimento harmonioso da economia mundial e o crescimento equilibrado do comércio internacional e a promover a cooperação internacional a favor do desenvolvimento geral de todos os países, especialmente dos Estados em vias de desenvolvimento e com vista a assegurar:

- a) o aproveitamento dos recursos da Área;
- b) a gestão ordenada, segura e racional dos recursos da Área, incluindo a realização eficiente de actividades na Área e, de conformidade com os seus princípios de conservação, a evitação de desperdícios desnecessários;
- c) a ampliação das oportunidades de participação em tais actividades, em particular de forma compatível com os artigos 144 e 148;
- d) a participação da Autoridade nas receitas e transferências de tecnologia à Empresa e aos Estados em vias de desenvolvimento, tal como disposto na presente Convenção;
- e) o aumento da disponibilidade dos minerais provenientes da Área, na medida necessária para, juntamente com os obtidos de outras fontes, assegurar o abastecimento aos consumidores de tais minerais;
- f) a formação de preços justos e estáveis, remuneradores para os produtores e razoáveis para os consumidores, relativos aos minerais provenientes tanto da Área como de outras fontes, e a promoção do equilíbrio a longo prazo entre a oferta e a procura;
- g) maiores oportunidades para que todos os Estados Partes, independentemente do seu sistema social e económico ou situação geográfica, participem no aproveitamento dos recursos da Área e na prevenção da monopolização das actividades na Área;
- h) a protecção dos Estados em vias de desenvolvimento no que se refere aos efeitos adversos nas suas economias ou nas suas receitas de exportação, resultantes de uma redução no preço de um mineral afectado ou no volume de exportação desse mineral, na

¹² Nesta matéria seguimos de perto LÉVY, Jean-Pierre - Le cadre de l'exploitation. In DUPUY, René-Jean e VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris/Bruxelles: Économica/Bruylant, 1985, p. 538-548; MAHMOUDI, Said - *The Law of Deep Sea-Bed Mining: A Study of the Progressive Development of International Law Concerning the Management of the Polymetallic Nodules of the Deep Sea-Bed*. Stockholm : Almqvist & Wiksell International, 1987, p. 206.

medida em que tal redução seja causada por actividades na Área, como previsto no artigo 151;

i) o aproveitamento do património comum em benefício da humanidade em geral; e
j) que as condições de acesso aos mercados de importação de minerais provenientes dos recursos da Área e de importação de produtos básicos obtidos de tais minerais não sejam mais vantajosas que as de carácter mais favorável aplicadas às importações provenientes de outras fontes.”

O artigo acabado de transcrever resume os compromissos negociados sobre esta matéria ao longo da Conferência¹³. As suas dez alíneas representam um equilíbrio delicado entre as aspirações do Grupo dos 77, a uma nova ordem económica, e os desejos dos países industrializados em desenvolver uma nova fonte de minerais, dos quais eles são os principais consumidores.

Assim, os parágrafos a) e b) precisam que o objectivo das actividades desenvolvidas na Área consiste não apenas na exploração dos recursos mas também na sua gestão racional, ordenada, segura e eficaz, evitando todo o desperdício, conforme aos sãos princípios de conservação¹⁴.

Como notou R. J. Dupuy, o imperativo da gestão racional resulta do carácter prospectivo da noção de Humanidade: “Cada geração não é propriamente proprietária da Área internacional; a Humanidade, conceito transtemporal, não lhe concede senão o uso que só pode ser racional e conservador da fonte de riquezas comuns”¹⁵.

O conceito de património comum da humanidade implica a participação dos países em vias de desenvolvimento na exploração e aproveitamento dos recursos da Área. A alínea c) assim o determina e a primeira parte da alínea g) reforça este princípio ao impor o carácter não discriminatório que ele deve ter. Este princípio da igualdade de oportunidades de participação na exploração e aproveitamento de recursos é de natureza jurídica pois do ponto de vista económico, tecnológico e financeiro, a maioria dos países em vias de desenvolvimento encontra-se numa situação de desvantagem. O princípio da igualdade anda intimamente ligado ao princípio da

¹³ TUNOLD, Betzy Marie Ellingsen - **The UNCLOS III negotiations on the deep sea-bed regime: THE COMMON HERITAGE OF MANKIND FOR THE BENEFIT OF MANKIND AS A WHOLE?** Norway : Polhogda, Fridtjof Nansens, 1984, p. 49. Segundo a Autora, este artigo enfatiza a participação nas actividades da Área, a participação nos rendimentos e a participação no desenvolvimento dos recursos da Área. No entanto, não indica quem é responsável por assegurar essa participação dos países em vias de desenvolvimento - alíneas c) e g) do artigo.

¹⁴ A alínea b) consagra o princípio ou dever de conservação, o qual resulta, também, do preâmbulo da Convenção, ponto 4, onde se pode ler: “Reconhecendo a conveniência de estabelecer por meio desta Convenção, com a devida consideração pela soberania de todos os Estados, uma ordem jurídica para os mares e oceanos que facilite as comunicações internacionais e promova os usos pacíficos dos mares e oceanos, a utilização equitativa e eficiente dos seus recursos, e conservação dos recursos vivos e o estudo, a protecção e a preservação do meio marinho.”. Sublinhado nosso.

discriminação positiva, que se traduz em vantagens especiais concedidas aos países em vias de desenvolvimento. Assim, o artigo 148º prevê que a participação efectiva destes Estados deve ser estimulada (“promovida”). Este objectivo está na origem de um conjunto de medidas previstas no quadro do sistema de aproveitamento, tendo em vista conceder a estes países e à Empresa vantagens que lhes permitirão compensar a sua menor capacidade financeira e tecnológica¹⁶.

A alínea d) prevê: “a participação da Autoridade nas receitas e na transferência de tecnologia” previstas na Convenção para a Empresa e Estados em vias de desenvolvimento. A questão da transferência de tecnologia, cujo princípio está previsto no artigo 144º, foi um dos temas controversos aquando das negociações do sistema de aproveitamento. Para o Grupo dos 77 representava um elemento indispensável, uma condição necessária para tornar viável o sistema paralelo. Diferentemente, os países industrializados, em especial os Estados Unidos da América, criticaram duramente a imposição desta obrigação, tendo sido um dos aspectos incluídos na lista de temas apresentados por Ronald Reagan, pelo que, posteriormente, foi objecto de alterações pelo Acordo de Implementação de 1994.

As alíneas e) e f) visam, essencialmente, o equilíbrio dos mercados e têm subjacente um conflito ideológico que a adopção da Convenção não reduziu. A alínea e) espelha o compromisso entre os países industrializados, consumidores de minerais, para os quais é essencial o aumento da disponibilidade dos minerais provenientes da Área e os países em vias de desenvolvimento, para os quais este aumento não deveria ser automático mas em função das necessidades de abastecimento dos consumidores. A alínea f), por seu turno, tem em conta os interesses dos países produtores terrestres, em particular, os países em vias de desenvolvimento exportadores destes minerais, quando prevê favorecer, para os minerais provenientes da Área bem assim como para os minerais provenientes de outras fontes: “a formação de preços justos e estáveis, remuneradores para os produtores”; e os interesses dos consumidores, quando prevê que os preços sejam, também, “razoáveis para os consumidores”, ao mesmo tempo que visa assegurar, a longo prazo, o equilíbrio da oferta e da procura, isto é, o equilíbrio dos mercados.

A este objectivo de participação dos países em vias de desenvolvimento e de equilíbrio dos mercados podemos acrescentar o objectivo de impedir “a monopolização das actividades na Área” - alínea g). A obtenção de um equilíbrio global foi complicada devido, por um lado, às proporções dos diferentes minerais contidos nos nódulos em relação às proporções do seu consumo. Por outro lado, era preciso ter em conta a elasticidade da produção e do consumo de cada um dos minerais,

¹⁵ DUPUY, René-Jean - La Zone, Patrimoine Commun de l'Humanité. In DUPUY, René Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985, p. 501.

¹⁶ As vantagens, com o Acordo de Implementação, praticamente, desapareceram.

as possibilidades de substituição e a organização dos mercados. Para cada um dos metais em questão a nova fonte irá ter efeitos diferentes. Se a curto prazo, pode haver desequilíbrios, a longo prazo, os mercados encontrarão o equilíbrio. Estas alíneas visam a protecção dos países produtores terrestres e exportadores destes minerais contra os efeitos desfavoráveis de um aproveitamento de recursos do fundo dos mares.

As preocupações dos produtores terrestres e exportadores tradicionais de minerais suscitadas pelo aproveitamento dos recursos do fundo dos mares tinham-se manifestado desde a primeira hora, quer no seio do Comité de Fundos quer ao longo de toda a Conferência. Os países industrializados, consumidores de minerais, consideravam que a nova fonte de abastecimento era vantajosa não só para eles, mas para todos, pois, por um lado, iria diminuir a sua dependência relativamente aos fornecedores até aí existentes e, por outro lado, iria aumentar a oferta e, consequentemente, baixar os preços. Tal seria benéfico quer para eles quer para os países em vias de desenvolvimento que necessitam destes minerais ou dos produtos acabados, pois os seus preços iriam ser mais competitivos. Por seu turno, os países produtores de cobre, manganésio e, sobretudo, de níquel e de cobalto, temiam que o aproveitamento dos nódulos polimetálicos lhes fosse prejudicial, pois iria provocar uma diminuição das suas receitas resultantes das exportações e, eventualmente, dos seus lucros. A protecção dos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres destes minerais deu origem à política da limitação da produção, que foi, também, um dos pontos *hard core* alterado pelo Acordo de Implementação.

Desde o início das negociações, tornou-se evidente que não seria possível um acordo se não fosse criado um mecanismo que permitisse evitar grandes perturbações nos mercados e incidências desfavoráveis na economia dos países em vias de desenvolvimento produtores e exportadores dos mesmos minerais que iam ser extraídos do fundo do mar. Este objectivo consta da alínea h) do artigo 150º e está regulado em pormenor no artigo 151º, cuja epígrafe é: “Políticas de produção”. Neste último artigo, cujos parágrafos 1 a 7 e 9 já não se aplicam, por força da Secção 6 § 7º do Acordo de Implementação de 1994, eram previstas várias medidas: acordos de produtos, compensação e, sobretudo, controlo de produção, às quais se juntou a noção de limitação no tempo do sistema no seu todo. Com efeito, a regulamentação da produção prevista no artigo 151º só se devia aplicar por um período provisório de 25 anos. De qualquer modo, hoje apenas estão em vigor os n.ºs 8, relativo às práticas económicas desleais, e 10, que prevê a criação de um sistema de compensação¹⁷.

¹⁷ O n.º 10 do artigo 151º, por força do § 2º da Secção 7 do Anexo ao Acordo de Implementação, será cumprido através das medidas de assistência económica previstas no § 1º desta mesma Secção.

A possibilidade de compensar os efeitos prejudiciais do aproveitamento do fundo do mar sobre as economias dos países exportadores parecia um método simples. Se só um número pequeno de países em vias de desenvolvimento seria afectado, não deveria ser difícil de avaliar as suas perdas e de as compensar. No entanto, as coisas não eram assim tão lineares, pois não podia excluir-se o impacto de outros minerais que iriam ser extraídos do fundo do mar. Além disso, a avaliação de tal impacto seria difícil. Bastaria contabilizar as baixas de exportação ou seria, também, necessário ter em conta o que deixavam de ganhar? Por outro lado, uma baixa das exportações podia ser devida, em parte, a uma recessão económica que afectasse os países importadores desses minerais. Qual seria a parte imputável directamente ao aproveitamento dos fundos marinhos? Devia ter-se em conta as mudanças de fluxos de capitais que, em vez de ser investidos na exploração de novos jazigos terrestres, iriam ser aplicados em fontes marinhas? E ainda, a Autoridade iria ter capitais suficientes para compensar os países mais afectados e, na medida em que as suas finanças seriam utilizadas para este fim, poderia financiar outras obrigações? Confrontados com estas questões, os negociadores introduziram o princípio da compensação sem elaborar as suas modalidades¹⁸. O número 10 do artigo 151º prevê a adopção de um sistema de compensação “em favor dos países em vias de desenvolvimento cujas receitas de exportação ou cuja economia sofram sérios prejuízos como consequência de uma diminuição no preço ou no volume exportado de um mineral, na medida em que tal diminuição se deva a actividades na Área”. Cabia à Assembleia da Autoridade, mediante recomendação do Conselho baseada no parecer da Comissão de Planeamento Económico, instituir este sistema, mas estava previsto que a Comissão Preparatória da Autoridade estudaria esta questão, a fim de submeter recomendações à Autoridade - Resolução I, nº 5 i). Os negociadores não resolveram o problema, antes decidiram deixar para depois o estudo da solução, contentando-se em enunciar os princípios gerais.

Esta matéria foi, posteriormente, objecto de análise nas negociações levadas a cabo pelo Secretário Geral das Nações Unidas, pelo que o Acordo de Implementação, na Secção 7, sob a epígrafe “assistência económica”, estabelece novas regras. Assim, cabe à Autoridade estabelecer um fundo de assistência económica, a formar com parte dos seus fundos que excedam os necessários para cobrir os encargos administrativos da Autoridade, sendo ao Conselho que cabe a tarefa de determinar, periodicamente, o respectivo montante, tendo em atenção as recomendações do Comité Financeiro. Além disso, só podem ser utilizados no fundo de assistência económica receitas provenientes de pagamentos recebidos dos contratantes, incluindo a própria Empresa e

¹⁸ LÉVY, Jean-Pierre - Le cadre de l'exploitation, *cit.*, p. 543.

contribuições voluntárias. O fundo de assistência destina-se, apenas, a compensar países em vias de desenvolvimento produtores terrestres cujas economias tenham sido negativamente afectadas pela produção do fundo do mar. Na assistência, cujo âmbito e duração serão determinados caso a caso, eventualmente, poderá haver, também, a cooperação de instituições mundiais ou regionais de desenvolvimento¹⁹.

A alínea i), mais uma vez vem reafirmar que o aproveitamento do fundo do mar, na medida em que é património comum da Humanidade, deve beneficiar toda a Humanidade, presente e futura, quer esteja organizada em Estados, quer não.

Por último, a alínea j) proíbe práticas económicas desleais, ao estabelecer que as condições de acesso aos mercados de importação de minerais provenientes dos recursos da Área não devem ser mais vantajosas que as mais favoráveis aplicáveis à importação de minerais provenientes de outras fontes.

Para a realização dos objectivos referidos, a Convenção prevê, no artigo 153º, a adopção do chamado sistema paralelo que, no nº 1 estabelece que “As actividades na Área devem ser organizadas, realizadas e controladas pela Autoridade em nome da humanidade em geral ...”. Por sua vez, segundo o nº 2: “As actividades na Área serão realizadas, de conformidade com o parágrafo 3º:

a) pela empresa; e

b) em associação com a Autoridade, por Estados Partes ou empresas estatais, ou pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, que possuam a nacionalidade de Estados Partes ou sejam efectivamente controladas por eles ou seus nacionais, quando patrocinadas por tais Estados, ou por qualquer grupo dos anteriores que preencha os requisitos previstos na presente Parte e no Anexo III”.

Como vimos anteriormente, a Convenção quando se refere à Humanidade, enquanto beneficiária do património comum da Humanidade, está a incluir não só os Estados, mas todo o género humano, todos os povos, mesmo que não tenham alcançado a independência. Diferentemente, no número dois acabado de transcrever, ao referir quem pode desenvolver actividades na Área refere-se, apenas, aos Estados Partes ou outras entidades, públicas ou privadas, “ligadas” a esses Estados.

¹⁹ A Secção 7 § 2º do Anexo ao Acordo, estabelece: “será dado cumprimento ao nº 10 do artigo 151º da Convenção através das medidas de assistência económica referidas no nº 1. A alínea l) do nº 2 do artigo 160º, a alínea n) do nº 2 do artigo 162º, a alínea d) do nº 2 do artigo 164º, a alínea f) do artigo 171º e a alínea c) do nº 2 do artigo 173º da Convenção serão interpretadas em conformidade”.

3 - O SISTEMA DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO - O SISTEMA PARALELO

O sistema paralelo é um dos elementos chave do regime dos fundos do mar. No início das negociações da III Conferência, não estava previsto. O primeiro texto de negociação, aparecido nos finais de 1975 - Texto Único de Negociação Oficioso - estabelecia que o direito de administrar a Área, gerir os seus recursos e controlar as actividades nela desenvolvidas cabia à Autoridade, que gozava de poder discricionário para decidir se as queria desenvolver directamente, ou se queria celebrar contratos, ou associar-se com Estados Partes, ou empresas estatais ou pessoas físicas ou jurídicas com a nacionalidade desses Estados, ou que fossem efectivamente controladas por eles ou por seus nacionais. Os contratos ou associações (*joint ventures*) deveriam assegurar, sempre, o controlo directo efectivo da Autoridade. Na quarta Sessão, na Primavera de 1976, com o objectivo de aproximar posições divergentes, o Texto Único de Negociação Revisto Oficioso, introduziu o sistema paralelo. A nova solução, porém, não agradou ao Grupo dos 77, que queria uma Autoridade forte. Por isso, em Setembro desse mesmo ano, Kissinger declarou que o seu país aceitaria, num último esforço, financiar a Empresa, para que esta pudesse iniciar as actividades mineiras, simultaneamente, e em concorrência com os Estados e entidades privadas, e incluir, na Convenção, disposições sobre a transferência de tecnologia, de modo a diminuir a situação de vantagem de alguns países industrializados e para que, ao fim de algum tempo, o fosso que os separava dos países em vias de desenvolvimento estivesse esbatido. Uma outra concessão anunciada foi a proposta de um sistema periódico de revisão, isto é, a realização periódica de uma conferência de revisão, para adaptar o sistema adoptado. Estas alterações foram introduzidas no texto de negociação e, no essencial, não obstante alguns avanços e recuos, mantiveram-se até o final.

A versão final do sistema paralelo ou sistema de exploração e aproveitamento é um sistema que permite à Empresa, aos Estados e a entidades privadas nacionais e transnacionais desenvolver actividades na Área. É o que vamos estudar, de seguida.

3.1 - OS ACTORES DO SISTEMA PARALELO

“As actividades na Área devem ser organizadas, realizadas e controladas pela Autoridade”, estabelece o nº 1 do artigo 153º da Convenção. A Autoridade tem um papel preponderante no sistema. A sua acção, no entanto, deve desenvolver-se em conformidade com o próprio artigo 153º,

“bem como com outras disposições pertinentes da presente Parte e dos anexos e as normas, regulamentos e procedimentos” por ela própria criados.

Nos termos do nº 2 do mesmo artigo: “as actividades na Área deverão realizar-se, de conformidade com o § 3º, pela Empresa e em associação com a Autoridade, por Estados Partes ou empresas estatais, ou pessoas jurídicas, singulares ou colectivas que possuam a nacionalidade de Estados Partes ou sejam efectivamente controladas por eles ou seus nacionais, quando patrocinadas por tais Estados, ou por qualquer grupo dos anteriores que preencha os requisitos previstos na presente Parte e no Anexo III”.

As actividades serão realizadas “em conformidade com o parágrafo 3º”, que, por sua vez, as condiciona a prévia aprovação de um “plano de trabalho formal e escrito” que deverá ser “preparado de conformidade com o Anexo III e aprovado pelo Conselho, após exame da Comissão Jurídica e Técnica”. Para as entidades referidas na alínea b), o plano de trabalho terá a forma de um contrato. Agora, também o plano de trabalho da Empresa deve ter a forma de contrato - a Secção 2 § 4º do Anexo do Acordo de Implementação. Assim, será o Conselho a controlar as operações na Área e o acesso dos diferentes intervenientes.

A Empresa é o órgão operativo, é o instrumento idealizado para assegurar a participação de todos nas actividades do fundo do mar, em suma, é o principal actor do sistema paralelo. Segundo o artigo 170º da Convenção: “A Empresa é o órgão da Autoridade que realizará directamente as actividades na Área, em aplicação da alínea a) do parágrafo 2º do artigo 153, bem assim como o transporte, processamento e comercialização dos minerais extraídos da Área”²⁰.

As actividades da Empresa estão ligadas à própria estrutura do sistema paralelo e, em particular, ao mecanismo da reserva de áreas ou *banking system*. Cada peticionário, exceptuando a Empresa, que queira realizar um contrato, deverá indicar uma zona suficientemente grande para permitir a realização de duas operações mineiras de um valor comercial estimativo equivalente. De seguida, a Autoridade, nos quarenta e cinco dias após o recebimento das coordenadas que permitam dividir a área em duas partes semelhantes (melhor dizendo, de valor comercial semelhante) e dos dados relativos aos nódulos (levantamento cartográfico, amostragem, concentração de nódulos e valor em metais), deve designar a parte da zona que fica para o peticionário, para seu aproveitamento, e qual a que fica, como área reservada, para ser aproveitada por ela, através da Empresa ou em associação com Estados em vias de desenvolvimento. Esta área

²⁰ À Empresa cabe, assim, as actividades e competências de natureza privada da Autoridade - RIBEIRO, Manuel de Almeida - Portugal e a Convenção de Montego Bay. In *Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1995, p. 283-328, *maxime* 301.

reservada fica disponível prioritariamente para as actividades da Empresa, que deve decidir, num prazo razoável, se as pensa desenvolver - artigo 9º nº - 1 do Anexo III. Na hipótese de decidir realizar actividades na área reservada, a Empresa pode fazê-lo directamente e de modo exclusivo ou pode optar por “empreendimentos conjuntos com o Estado, a entidade ou a pessoa interessados”. Pode celebrar contratos para a execução de uma parte das suas actividades de conformidade com o artigo 12º do Anexo IV e associar-se em empreendimentos conjuntos com quaisquer das entidades ou pessoas que estejam habilitadas a realizar actividades na Área nos termos da alínea b) do parágrafo 2º do artigo 153º. Segundo o nº 3 do artigo 9º do Anexo III, a “Autoridade pode prescrever, nas suas normas, regulamentos e procedimentos, os requisitos de fundo e de procedimento, bem como as condições relativas a tais contratos e empreendimentos conjuntos”, que, assim sendo, se aplicam juntamente com os Anexos III e IV.

Sempre que a Empresa decide não desenvolver directamente actividades numa área reservada, poderão os Estados Partes em vias de desenvolvimento, pessoas físicas ou jurídicas por eles patrocinadas e que estão sob o seu controlo efectivo ou sob o controlo de um outro Estado em desenvolvimento, ou ainda um qualquer grupo formado por estes Estados ou pessoas, apresentar um plano de trabalho. Estes planos deverão submeter-se aos procedimentos gerais de aprovação previstos no artigo 6º do Anexo - artigo 9º nº 4 do Anexo III. A Empresa pode, aliás, deve, ao considerar a criação de empreendimentos conjuntos, oferecer aos países em vias de desenvolvimento que sejam Estados Partes e aos seus nacionais a oportunidade de uma participação efectiva - artigo 9º nº 2 *in fine*.

Do que acaba de referir-se resulta uma clara preponderância da Empresa, dado o seu acesso prioritário aos sítios reservados e à amplitude de opções de que dispõe para os aproveitar. Ao mesmo tempo, foi reconhecida uma preferência alternativa para os países em vias de desenvolvimento nos termos e limites referidos. A efectividade das operações da Empresa é, no entanto, inseparável dos problemas do financiamento das suas operações, financiamento que constituía uma sobrecarga pesada para os Estados Partes e que, por isso, foi objecto das negociações que o Secretário Geral das Nações Unidas desenvolveu, depois de 1990.

Como fruto dessas negociações, a acção da Empresa foi, substancialmente, alterada pelo Acordo de Implementação de 1994 (Anexo - Secção 2) que prevê, nomeadamente, que as suas funções, numa fase inicial, e até que comece a operar independentemente, sejam levadas a cabo pelo Secretariado da Autoridade e estabelece que as suas primeiras actividades mineiras se desenvolvam através de *joint ventures*, libertando, assim, os Estados da obrigação de financiar um sítio mineiro da Empresa.

A segunda categoria de actores do sistema paralelo é constituída pelos Estados Partes, as empresas estatais e as pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, mencionadas na alínea b) do nº 2 do artigo 153º. Para ter acesso às actividades da Área é, pois, necessário ser um Estado Parte ou, se se tratar de entidade privada, ter a “nacionalidade de Estados Partes” ou ser “efectivamente controlada por eles ou seus nacionais, quando patrocinadas por tais Estados”.

A primeira dificuldade a propósito destes operadores tem a ver com o sentido do termo “associação” com a Autoridade utilizado no início da alínea b) do nº 2 do artigo 153º, sentido que não pode ser outro que não seja que as actividades a desenvolver na Área têm de conformar-se com as políticas da Autoridade, estando, por isso, sujeitas ao regime da Convenção e ao controlo e regulamentação da Autoridade, nos termos previstos na própria Convenção. O termo “associação” não é usado com o sentido de pessoa jurídica própria, de nova entidade jurídica resultante do agrupamento da Autoridade com os Estados Partes ou outras entidades, mas sim com o sentido referido, de subordinação à política da Autoridade e às regras da Convenção que prevêm, para que estas entidades possam realizar actividades, a celebração de um contrato com a Autoridade, devendo, para o efeito, os peticionários obedecer a determinados requisitos que adiante estudaremos.

Outra dificuldade tem a ver com o significado do conceito “patrocínio” dos Estados. A Convenção não define o que deve entender-se por patrocínio²¹, de qualquer modo parece adequado pensar-se que consiste num compromisso do Estado de controlar as entidades patrocinadas como se fossem suas nacionais. Este entendimento resulta de uma interpretação conjugada do artigo 4º do Anexo III com o artigo 139º da Convenção - “O Estado ou os Estados patrocinadores terão, nos termos do artigo 139, a responsabilidade de assegurar que o contratante assim patrocinado realize actividades na Área, de conformidade com os termos do seu contrato e com as obrigações que lhe incumbem, nos termos da presente Convenção ...”. Em caso de incumprimento, se houver danos, o Estado patrocinador será solidariamente responsável pelos prejuízos causados²².

²¹ No entanto, no artigo 4º nº 3 *in fine* do Anexo III estabelece: “os critérios e procedimentos para a aplicação dos requisitos de patrocínio serão estabelecidos nas normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade”.

²² Artigo 139º da Convenção.

3.2 - DIFERENTES MODALIDADES DAS OPERAÇÕES DO SISTEMA PARALELO

Nas áreas reservadas, as operações podem ser levadas a cabo pela Empresa, directamente, ou através de empreendimentos conjuntos com os Estados ou entidades que fizeram o pedido para o sítio, ou através de empreendimentos conjuntos com as entidades referidas no artigo 153º nº 2 b), devendo neste caso oferecer a oportunidade de uma participação efectiva aos Estados Partes que sejam países em vias de desenvolvimento e aos nacionais destes ou, por último, através de contratos para a execução de uma parte das suas actividades. Nas áreas reservadas, nos termos do nº 4 do artigo 9º do Anexo III, as operações podem, ainda, ser levadas a cabo pelos Estados Partes que sejam países em vias de desenvolvimento, directamente ou através de pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, agindo sob o seu controlo ou sob o controlo de um outro Estado Parte em vias de desenvolvimento ou, por último, através de um agrupamento das entidades referidas. Não obstante este regime, numa fase inicial, a Empresa conduzirá as suas operações mineiras nos fundos marinhos apenas através de empreendimentos conjuntos - Secção 2 § 2º do Acordo de Implantação de 1994.

Nas áreas não reservadas, as actividades, que serão sempre objecto de um contrato²³ - artigo 153º nº 3 da Convenção, artigo 3º nº 5 do Anexo III e Secção 2 § 4º *in fine*, do Acordo de Implementação - como ia dizendo, as actividades podem ser levadas a cabo pelos Estados Partes ou empresas estatais, ou pessoas jurídicas, singulares ou colectivas patrocinadas por eles, ou através de agrupamentos dos anteriores, ou pela Empresa - artigo 3º do Anexo III - ou através de empreendimentos conjuntos entre as entidades referidas e a Empresa ou, por último, através de qualquer outra forma de ajustes conjuntos - artigo 11º do Anexo III.

Ainda a propósito da participação dos diversos operadores neste sistema, é preciso ter em conta o princípio da não discriminação, *maxime*, a não discriminação entre a Empresa e os outros contratantes, reforçado, posteriormente, no Acordo de Implementação, sem prejuízo de uma discriminação positiva a favor dos países em vias de desenvolvimento, em particular, os Estados em desenvolvimento sem litoral ou em situação geográfica desfavorecida - artigo 148º e 152º. Com a discriminação positiva procura-se diminuir a desigualdade que de facto existe entre os Estados.

²³ Contrato de concessão - através do contrato direitos da Humanidade são transferidos, por tempo e de modo determinados, pela Autoridade e de acordo com as suas normas, regulamentos e procedimentos - GUEDES, Armando M. Marques - **Direito do Mar**. 2ª ed. Coimbra : Coimbra Editora, 1998. ISBN 972-32-0829-6, p. 232-235.

3.3 - PROCESSO DE SELECÇÃO DOS PETICIONÁRIOS

As normas relativas à selecção dos peticionários e à aprovação dos planos de trabalho constam do Anexo III da Convenção, que vamos passar a analisar.

O artigo 4º prevê os “requisitos para a qualificação de peticionários” com excepção da Empresa, muito embora esta, segundo o artigo 12º nº 2, quando apresente um plano de trabalho deva fazê-lo acompanhar de provas da sua capacidade financeira e técnica, o que não a liberta de uma avaliação quanto à capacidade para desenvolver actividades mineiras.

Um peticionário deve satisfazer dois requisitos: por um lado, deve preencher as condições de nacionalidade ou controlo e de patrocínio que figuram no artigo 153º nº 2 b) da Convenção e, por outro, deve cumprir os procedimentos e satisfazer os critérios de qualificação definidos pela Autoridade, nas suas normas, regulamentos e procedimentos - artigo 4º nº 1.

3.3.1 - AS CONDIÇÕES DE NACIONALIDADE OU CONTROLO E DE PATROCÍNIO

As condições de nacionalidade ou controlo e de patrocínio estão referidas no artigo 153º nº 2 b) da Convenção, que exige a nacionalidade de um Estado Parte ou pelo menos o seu controlo efectivo. A ligação entre estas duas exigências é feita através da conjunção “ou” o que significa que se trata de uma exigência alternativa e não cumulativa. Prevê-se, também, que o controlo pode ser exercido pelos nacionais do Estado Parte, o que dá uma ampla flexibilidade ao conceito. Só que, neste caso, exige-se o patrocínio pelo respectivo Estado Parte ou grupo de que ele faça parte. Os critérios e procedimentos aplicáveis ao patrocínio, a ser definidos pela Autoridade (artigo 4º nº 3 *in fine*, do Anexo III), devem ser mais rígidos, pois devem garantir que o Estado que o concede esteja em condições de exercer certos controlos sobre os operadores.

A regra geral em matéria de patrocínio é que se o peticionário tem uma só nacionalidade deve ser patrocinado pelo Estado Parte do qual é nacional. No entanto, como os peticionários, normalmente, serão consórcios internacionais, estipulou-se que, se o peticionário tem mais que uma nacionalidade, como “numa associação ou consórcio de entidades ou de pessoas nacionais de vários Estados”, deverá possuir o patrocínio de todos os Estados Partes. Por último, se o peticionário possui uma só nacionalidade, mas é efectivamente controlado por um outro Estado Parte ou pelos nacionais deste, deverá ser patrocinado pelos dois Estados Partes - artigo 4º nº 3 do Anexo III.

Este problema não será fácil de resolver, muito embora, como referimos, caiba à Autoridade criar regras e regulamentos para estas situações. Além disso, é possível que apareçam casos complexos, como, por exemplo, no caso de um consórcio possuir não só nacionalidades correspondentes à dos Estados Partes na Convenção, mas também a nacionalidade de Estados que não são partes.

Segundo os artigos 139º e 153º nº 4 da Convenção e artigo 4º nº 4 do Anexo III, o Estado patrocinador tem a obrigação de garantir, no âmbito do seu sistema jurídico, que o contratante por ele patrocinado realiza actividades respeitando a Convenção e o respectivo contrato. No entanto, o Estado patrocinador não será responsável pelos prejuízos resultantes do não cumprimento dessas obrigações por um contratante, se tiver adoptado todas as medidas internas necessárias e apropriadas (leis, regulamentos e medidas administrativas) para assegurar o respeito efectivo por parte das pessoas que estão sob a sua jurisdição.

3.3.2 - OS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO DOS PETICIONÁRIOS

Os critérios de qualificação, que representam o segundo requisito que um peticionário deve respeitar, são relativos à sua capacidade financeira e técnica e ao modo como ele tem cumprido os contratos anteriores com a Autoridade²⁴ - artigo 4º nº 2 do Anexo III.

O artigo 4º nº 5 do Anexo III estabelece que o procedimento de avaliação das qualificações dos Estados Partes candidatos a contratantes deve ter em conta a “sua qualidade de Estados”.

O peticionário deve, no seu pedido, comprometer-se, expressamente, a aceitar a aplicação de numerosas exigências que a Convenção prevê, nomeadamente, a cumprir as obrigações estabelecidas pela Parte XI, pelas normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade, pelas decisões dos seus órgãos e pelos termos dos contratos concluídos com a Autoridade e aceitar o seu carácter executório. Deve aceitar, também, o controlo da Autoridade sobre as suas actividades na Área; dar, por escrito, a garantia de que respeitará de boa fé as obrigações estipuladas no contrato²⁵, bem assim como as obrigações relativas à formação de pessoal²⁶, ao fornecimento à

²⁴ Averiguar se estão de *manus limpias*, nas palavras de ALBIOL BIOSCA, Glória de, in **El Régimen Jurídico de los Fondos Marinos Internacionales**. Prologo de Manuel Diez De Velasco Vallejo. Madrid : Editorial Tecnos, S.A., 1984. ISBN 84-309-1053-0, p. 181.

²⁵ Artigo 4º nº 6 do Anexo III.

²⁶ Artigo 15º do Anexo III.

Autoridade de dados relativos à área coberta pelo plano de trabalho²⁷ e aos pagamentos financeiros²⁸.

3.3.3 - APROVAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO

A propósito da aprovação de planos de trabalho, debateram-se, na III Conferência, duas concepções opostas: a dos países industrializados, que queriam que a aprovação fosse automática desde que reunidas as condições exigidas, e a dos países em vias de desenvolvimento, que queriam conferir um amplo poder discricionário à Autoridade na apreciação dos pedidos à luz das disposições do regime convencional e das regras por ela definidas. O artigo 6º nº 3 *in fine* do Anexo III estabelece: “Se os planos de trabalho propostos estiverem em conformidade com esses requisitos²⁹, a Autoridade aprová-los-á, sempre que estejam de acordo com os requisitos uniformes e não discriminatórios estabelecidos nas normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade ...”. Daqui resulta que, uma vez satisfeitas as condições de carácter objectivo, uniformes e não discriminatórias previstas, o pedido deverá ser aprovado e, assim sendo, podemos concluir que a margem de discricionariedade é limitada, tendo, por isso, ficado consagrada na Convenção a posição dos países desenvolvidos³⁰.

O artigo 6º nº 3 prevê, de seguida, situações que, a ocorrerem, a Autoridade deverá não aprovar os planos de trabalho. Essas situações são as seguintes:

- “a) uma parte ou a totalidade da área coberta pelo plano de trabalho proposto esteja incluída num plano de trabalho já aprovado ou num plano de trabalho anteriormente proposto sobre o qual a Autoridade não tenha ainda adoptado uma decisão definitiva;
- b) uma parte ou a totalidade da área coberta pelo plano de trabalho proposto tenha sido excluída pela Autoridade nos termos da alínea x) do parágrafo 2º do artigo 162; ou

²⁷ Artigo 14º do Anexo III.

²⁸ Artigo 13º do Anexo III.

²⁹ Os requisitos relativos às operações e contribuições financeiras.

³⁰ Uma vez aprovado o plano de trabalho, o contratante tem direitos exclusivos sobre a área por ele coberta. Tem, também, prioridade no pedido de aprovação de um plano de trabalho para aproveitamento da mesma área (artigo 10º do Anexo III), desde que cumpra, de modo satisfatório, com as suas obrigações. Considera-se que não cumpre de modo satisfatório, quando o contratante não respeita os requisitos do plano de trabalho aprovado, apesar das advertências escritas que a Autoridade lhe dirigiu para esse efeito - Secção 1 § 13º do Anexo ao Acordo de Implementação. Por fim, o artigo 19º do Anexo III estabelece que os contratos não podem ser revistos a não ser com o consentimento de ambas as partes, isto é, com o consentimento do contratante e da Autoridade. Daqui resulta para os contratantes uma certa segurança.

c) o plano de trabalho proposto tenha sido apresentado ou patrocinado por um Estado Parte que já tenha³¹:

i) planos de trabalho para a exploração e aproveitamento de nódulos polimetálicos em áreas não reservadas cuja superfície, juntamente com a de qualquer uma das partes da área coberta pelo plano de trabalho proposto, exceda 30 por cento da superfície de uma área circular de 400 mil quilómetros quadrados cujo centro seja o de qualquer uma das partes da área coberta pelo plano de trabalho proposto;

ii) planos de trabalho para a exploração e aproveitamento de nódulos polimetálicos em áreas não reservadas que, em conjunto, representem 2 por cento da superfície da área total dos fundos marinhos que não esteja reservada nem tenha sido excluída do aproveitamento nos termos da alínea x) do parágrafo 2º do artigo 162.”

As causas de recusa têm, pois, a ver com o problema de sobreposição de áreas³², com a questão da defesa da qualidade do ambiente marinho (prevenção da poluição marinha) e com a política antimonopólio, critérios objectivos referidos no Anexo III, critérios que fazem parte da política de equilíbrio entre os diversos interesses.

3.3.3.1 - CAUSAS DE RECUSA DE UM PLANO DE TRABALHO

A Convenção estabelece como causas de recusa de um plano de trabalho a sobreposição de áreas (questão por nós estudada, a propósito dos pedidos já feitos, no capítulo da Comissão Preparatória, para o qual remetemos), a protecção do meio marinho e a cláusula anti-monopólio.

3.3.3.1.1 - PROTECÇÃO DO MEIO MARINHO

A aprovação de um plano de trabalho deve ser recusada quando “provas concludentes indiquem o risco de danos graves ao meio marinho” - artigo 162º nº 2 x).

³¹ A expressão “já tenha” quer significar os sítios que o Estado tem efectivamente e não os sítios que já teve mas que se esgotaram ou foram abandonados, só aqueles contam para efeitos de aplicação da cláusula antimonopólio.

³² Quer fora da Comissão Preparatória quer no âmbito da sua acção, foram celebrados vários acordos para resolver problemas de sobreposição de sítios mineiros, acordos que, como vimos, se traduziram em verdadeiras “alterações” ao regime convencional.

O artigo 145º estabelece os critérios para a preservação do meio marinho, que são “prevenir, reduzir e controlar a poluição e outros perigos para o meio marinho, incluindo o litoral³³, bem como a perturbação do equilíbrio ecológico do meio marinho, prestando especial atenção à necessidade de protecção contra os efeitos nocivos de actividades, tais como a perfuração, dragagem, escavações, lançamento de detritos, construção e funcionamento ou manutenção de instalações, ductos e outros dispositivos relacionados com tais actividades; e proteger e conservar os recursos naturais da Área e prevenir danos à flora e à fauna do meio marinho”. Por seu turno, o § 7º da Secção 1 do Anexo ao Acordo de Implementação, estabelece que “o pedido de aprovação de um plano de trabalho será acompanhado de uma avaliação das potenciais consequências ecológicas das actividades propostas e da descrição de um programa de estudos oceanográficos e ambientais, em conformidade com as normas, regulamentos e procedimentos adoptados pela Autoridade”. Para tal, a Autoridade, melhor dizendo, o Conselho deve, como parte das suas funções prioritárias, adoptar normas, regulamentos e procedimentos que integrem padrões aplicáveis à protecção e preservação do meio marinho - § 5º g) da Secção 1 do Anexo ao Acordo de Implementação. Também o artigo 17º nº 2 f) do Anexo III da Convenção estabelece uma igual obrigação.

Não obstante as medidas profilácticas, se houver um qualquer risco ambiental sério, o Conselho deve emitir “ordens de emergência, inclusive ordens de suspensão ou de reajustamento das operações, a fim de prevenir qualquer dano grave ao meio marinho como consequência das actividades da Área” - artigo 162º nº 2 w). Por fim, estas ordens poderão ser postas em prática mesmo sem que o contratante tenha esgotado os meios judiciais de que dispõe - artigo 18º nº 3 do Anexo III.

3.3.3.1.2 - A CLÁUSULA ANTI-MONOPÓLIO

Uma outra causa de recusa de aprovação de um plano de trabalho é a cláusula anti-monopólio³⁴. Tendo em vista evitar situações de monopólio ou de concentração mineira, o artigo 6º nº 3 c) do Anexo III estabelece a superfície máxima que pode ter a área ou áreas mineira(s) possuída(s) ou patrocinada(s) por um Estado Parte. Com esta limitação procurou-se assegurar o

³³ Dado o mar ser um todo uno e indivisível, as medidas de protecção do meio marinho não se limitam ao fundo do mar, mas, como resulta do artigo, aplicam-se, também, à coluna de água e às zonas litorais.

³⁴ As disposições antimonopólio, pretendendo proteger a Empresa e os países em vias de desenvolvimento contra o monopólio dos países tecnologicamente mais avançados, originariamente, foram incorporadas na Convenção por iniciativa de alguns países desenvolvidos com programas de mineração, como a França e a URSS, contra consórcios multinacionais, como resulta das suas intervenções ao longo dos trabalhos da Conferência.

direito de exploração e aproveitamento a todos os Estados e não apenas a um pequeno número que seria composto por aqueles que dispusessem, desde logo, de capacidade técnica e financeira para iniciar as actividades.

O regime convencional reconhece a todos os Estados a possibilidade de participar no aproveitamento da Área. Estas disposições referem-se a planos de trabalho apresentados ou patrocinados por “Estados Partes”, pelo que não se aplicam à Empresa e, além disso, são calculadas em relação às superfícies das áreas não reservados. Entretanto, o n.º 4³⁵ do mesmo artigo estabelece dois critérios adicionais ao dispor, por um lado, que quando o novo contraente é uma associação ou um consórcio, os critérios indicados serão partilhados entre os Estados exercendo o patrocínio, na parte proporcional dos interesses em causa e, por outro, que a Autoridade poderá aprovar esses planos de trabalho se chegar à conclusão que essa aprovação não levará a que um Estado Parte ou entidades ou pessoas por ele patrocinadas monopolizem as actividades ou impeçam que outros Estados Partes nela realizem actividades. Trata-se, aqui, de um critério subjectivo que reconhece uma certa discricionariedade à Autoridade.

3.3.4 - CONDIÇÕES EXIGIDAS À EMPRESA

De acordo com os artigos 153º e 170º da Convenção, a Empresa é um órgão da Autoridade encarregado de realizar directamente actividades na Área, devendo, para o efeito, apresentar ao Conselho uma proposta que deve incluir um plano de trabalho formal escrito, proposta que deverá ser examinada pela Comissão Jurídica e Técnica, agindo como um organismo subsidiário especializado e, posteriormente, aprovado pelo Conselho. Este pedido deverá incluir, igualmente, todas as informações e dados necessários para a sua avaliação - artigo 12º n.º 1 do Anexo IV. Algumas condições exigidas a outras entidades não se aplicam à Empresa, tais como, o patrocínio, a nacionalidade ou a garantia de aceitação das políticas da Autoridade.

Outros aspectos há que são aplicados à Empresa, nas mesmas condições que a todos os outros, como a prova da sua capacidade técnica e financeira - artigo 12º n.º 2 do Anexo III. Esta exigência pode, de certo modo, dificultar o início de actividade pela Empresa, pelo que a

³⁵ N.º 4 - “Para efeitos de aplicação do critério estabelecido na alínea c) do parágrafo 3º, um plano de trabalho apresentado por uma associação ou consórcio deve ser atribuído numa base proporcional aos Estados Partes patrocinadores, de conformidade com o parágrafo 3º do artigo 4 do presente Anexo. A Autoridade pode aprovar os planos de trabalho referidos na alínea c) do parágrafo 3º, se ela determinar que essa aprovação não permitirá que um Estado Parte ou entidades ou pessoas por ele patrocinadas monopolizem a realização de actividades na Área ou impeçam que outros Estados Partes nela realizem actividades.”.

Convenção previa já a possibilidade de constituição de empresas mistas ou *joint ventures*. Esta possibilidade passou, com o Acordo de Implementação, a ser uma obrigação, pois o § 2º da Secção 2 estabelece: “A empresa conduzirá as suas operações mineiras iniciais nos fundos marinhos através de empreendimentos conjuntos”. Deste modo, não só foi melhorada a possibilidade de participação da Empresa nas actividades mineiras do fundo do mar, tornando possível o seu começo, ao mesmo tempo que os outros empreendedores, como foi aliviada a sobrecarga a que estavam sujeitos os Estados Partes, devido à obrigação de transferência de tecnologia e à obrigação de financiar operações mineiras da Empresa. Assim se obteve um maior equilíbrio do sistema.

Por último, o artigo 12º do Anexo IV³⁶, relativo às operações da Empresa, acrescenta algumas regras para a realização destas, particularmente, quanto à outorga dos contratos para a obtenção de bens e serviços necessários às suas operações e condições para a sua obtenção na base do procedimento da licitação internacional.

3.3.5 - CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA OS INVESTIDORES PIONEIROS E CONSÓRCIOS

O Anexo ao Acordo de Implementação prevê na Secção 1 § 6º um regime especial para a aprovação de planos de trabalho apresentados pelas empresas que tenham desenvolvido actividades pioneiras, antes da entrada em vigor da Convenção. Tal procedimento aplica-se às entidades do Japão, Federação Russa, França, China, Índia, alguns Estados Socialistas da Europa Oriental e Coreia do Sul que tenham registado sítios na Comissão Preparatória, de acordo com a Resolução II da Acta Final da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Prevê, igualmente, um procedimento idêntico para a aprovação de planos de trabalho para os sítios dos consórcios mineiros que foram licenciados, à luz da sua legislação nacional, pelos Estados Unidos da América, Reino Unido e Alemanha.

³⁶ Artigo 12º nº 3 a) “Se a Empresa não dispuser dos bens e serviços necessários às suas operações, pode adquirí-los. Para esse fim, deve abrir consultas ao mercado e adjudicar contratos aos licitantes que ofereçam a melhor combinação de qualidade, preço e prazo de entrega.

b) Se houver mais de uma oferta com essa combinação, o contrato deve ser adjudicado de conformidade com:

- i) o princípio da não discriminação com base em considerações políticas ou outras não relevantes para a realização com a devida diligência e eficiência das operações;
- ii) as directrizes aprovadas pelo Conselho relativas à preferência a ser dada aos bens e serviços originários de Estados em desenvolvimento, incluindo dentre eles os Estados sem litoral ou em situação geográfica desfavorecida.

c) O Conselho de Administração pode adoptar normas que determinem as circunstâncias especiais em que, no melhor interesse da Empresa, o requisito de abertura de consultas ao mercado possa ser dispensado.”

Assim, a alínea a) ii) do § 6º, permite, como já referimos anteriormente, que entidades que já tenham registado sítios junto da Comissão Preparatória³⁷, isto é, os investidores pioneiros, possam requerer a aprovação de um plano de trabalho para exploração no prazo de trinta e seis meses após a entrada em vigor da Convenção. Quando o investidor pioneiro apresenta o pedido e o faz acompanhar do certificado de cumprimento das suas obrigações emitido pela Comissão Preparatória, o plano de trabalho será considerado aprovado pela Autoridade, desde que sejam respeitadas as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade. O plano de trabalho revestirá a forma de um contrato celebrado entre a Autoridade e o investidor pioneiro registado de acordo com a Parte XI e o Acordo.

Relativamente aos consórcios licenciados pelos Estados Unidos da América, Reino Unido e Alemanha, a alínea a) i) do § 6º da Secção 1 do Anexo ao Acordo de Implementação estabelece que considerar-se-á que eles preencheram as qualificações financeiras e técnicas necessárias à sua aprovação se o Estado ou os Estados patrocinadores certificarem que o peticionário investiu um montante equivalente a trinta milhões de dólares dos Estados Unidos, pelo menos, em actividades de pesquisa e exploração e que despendeu não menos de 10% desse montante na localização, prospecção e avaliação da área coberta pelo plano de trabalho. Se o plano de trabalho satisfizer os demais requisitos da Convenção e de quaisquer normas, regulamentos e procedimentos adoptados em conformidade com ela, será aprovado pelo Conselho sob a forma de contrato. Os três consórcios com licença de exploração à luz da legislação nacional respeitam os requisitos mencionados.

³⁷ Relembrando, os investidores pioneiros registados eram: o Governo da Índia (data de registo - 17 de Agosto de 1987 - LOS/PCN/94 e Corr.1); o *French Institute of Research for the Exploitation of the Sea (IFREMER)/French Association of Studies and Research of Nodules (AFERNOD)*, da França (data de registo - 17 de Dezembro de 1987 - LOS/PCN/97); o *Deep Ocean Resources Development Co., Ltd. (DORD)*, do Japão (data de registo - 17 de Dezembro de 1987 - LOS/PCN/98); a *Yuzhmorgeologiya*, da Federação Russa (data de registo - 17 de Dezembro de 1987 - LOS/PCN/99); *China Ocean Mineral Resources Research and Development Association (COMRA)*, da República Popular da China (data de registo - 5 de Março de 1991 - LOS/PCN/117); *Interoceanmetal Joint Organization (IOM)*, formada pela Bulgária, Cuba, República Checa, Polónia, Federação Russa e República Eslovaca (data de registo - 21 de Agosto de 1991 - LOS/PCN/122); e o Governo da Coreia (data de registo - 2 de Agosto de 1994 - LOS/PCN/L.115/Rev.1 e Corr.1).

Em 19 de Agosto de 1997, os investidores pioneiros fizeram os seus pedidos de planos de trabalho para exploração, nos termos do Acordo - os 36 meses expiravam, precisamente, em 16 de Novembro seguinte. Em 28 de Agosto, após recomendação da Comissão Jurídica e Técnica, o Conselho, verificando que, de acordo com o § 6º a) ii) da Secção 1 do Anexo ao Acordo de Implementação, os planos de trabalho se consideravam aprovados, pediu ao Secretário Geral que adoptasse as medidas necessárias para expedir os planos de trabalho sob a forma de contratos que incorporassem as obrigações aplicáveis à luz das disposições da Convenção, do Acordo e da Resolução II e ainda das normas sobre prospecção e exploração de nódulos polimetálicos na Área e um modelo de contrato a ser aprovado pelo Conselho - ISBA/3/C/9, de 28 de Agosto de 1997 - disponível in (<http://www.isa.org.jm/meeting/isba3c9.htm>). Uma das prioridades da Autoridade foi a elaboração das normas sobre prospecção e exploração de nódulos, o chamado código mineiro, para permitir a realização dos contratos, o que aconteceu, apenas, em Julho de 2000. Só a partir de 29 de Março de 2001, a Autoridade começou a celebrar contratos de exploração, por quinze anos, com os investidores pioneiros. A Índia, para já, ficou de fora - disponível in (<http://www.isa.org.jm/whatsnew.htm>).

Por fim, a alínea a) iii) do § 6º da mesma Secção prevê que, de acordo com o princípio de não discriminação, os contratos com os consórcios “devem incluir condições que sejam semelhantes e não menos favoráveis de que as acordadas com qualquer investidor pioneiro registado” na Comissão Preparatória e referido na subalínea ii) da alínea a)³⁸.

3.4 - FASES E MODALIDADES DAS OPERAÇÕES MINEIRAS

O regime de exploração e aproveitamento, que vimos examinando, contém normas regendo as diferentes fases das operações realizadas na Área, assim como as suas modalidades. Na etapa propriamente mineira, distinguem-se as fases de prospecção, de exploração e de aproveitamento - artigos 2º e 3º do Anexo III. As duas últimas actividades só são permitidas de acordo com os planos de trabalho aprovados pela Autoridade.

3.4.1 - FASE DE PROSPECÇÃO

A fase de prospecção está regulada no artigo 2º do Anexo III. É a primeira fase e, muito embora o termo não esteja definido na Convenção³⁹, parece referir-se a toda a actividade de pesquisa dos recursos do fundo do mar, destinando-se, por isso, a determinar se existe um interesse razoável para proceder à exploração e aproveitamento dos nódulos. A prospecção é uma actividade excluída da definição de actividades na Área, por isso, não está no âmbito da actividade da Autoridade. Apesar disso, a Autoridade deve encorajar as actividades de prospecção na Área⁴⁰, actividades que, pela sua natureza, não estão sujeitas a um prazo determinado⁴¹. Além disso, cabe à Autoridade “organizar” a prospecção através da adopção de normas, regulamentos e procedimentos⁴². A prospecção exige o cumprimento prévio de algumas condições gerais, como o compromisso escrito do prospector de respeitar a Convenção e as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade relativos à protecção do meio marinho, bem assim como à

³⁸ Secção 1 § 6º a) i), ii) e iii) do Anexo ao Acordo de Implementação. Ver, também, *Commentary - the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea and the Agreement on Implementation of Part XI*, in *International Legal Materials: American Society of International Law, Washington*. Vol. XXXIV, n. 6, p. 1432.

³⁹ Segundo a regra 1 nº 3 e) do *Mining Code*, “*prospecting means the search for deposits of polymetallic nodules in the Area, including estimation of the composition, sizes and distributions of polymetallic nodule deposits and their economic values, without any exclusiv rights*”.

Sobre a prospecção ver o *Mining Code*, Parte II, regras 2 a 8.

⁴⁰ Artigo 2º nº 1 a) do Anexo III.

⁴¹ Artigo 17º nº 2 b) i) do Anexo III.

⁴² Artigos 160º nº 2 f) ii) e 162º nº 2 o) ii).

cooperação nos programas de formação relativos à investigação científica e à transferência de tecnologia. O prospector deve, igualmente, notificar à Autoridade qual a área ou áreas onde quer realizar a sua actividade, área que não está sujeita a qualquer limite de tamanho. Vários prospectores podem realizar, ao mesmo tempo, actividades de prospecção na mesma zona, pois esta actividade não confere nenhum direito sobre recursos, sem prejuízo do o prospector poder extrair quantidades razoáveis de minerais para fins experimentais.

A dificuldade principal nesta fase é, por um lado, o facto de ela ser de difícil distinção em relação a certas formas de investigação científica e, por outro lado, por não ser inteiramente separável de certas actividades de aproveitamento.

Nada na Convenção impede a Autoridade de desenvolver actividades de prospecção⁴³.

3.4.2 - FASES DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO⁴⁴

As fases de exploração e aproveitamento estão reguladas no artigo 3º do Anexo III. Se os trabalhos de prospecção derem resultados positivos, o prospector apresentará à Autoridade um pedido de exploração e aproveitamento que terá a forma de plano de trabalho, o qual, uma vez aprovado pela Autoridade, se converterá num contrato entre esta e o requerente, mesmo que seja a Empresa⁴⁵. O plano de trabalho para ser aprovado deve conformar-se com a Convenção e com as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade e deve prever o controlo efectivo da Autoridade. Da aprovação do plano de trabalho resulta, para o operador, direitos exclusivos para a exploração e aproveitamento na área coberta pelo plano de trabalho das categorias de recursos nele especificadas⁴⁶.

⁴³ No entanto, é pouco provável que tal aconteça, pois a Empresa terá acesso a áreas já estudadas em virtude do sistema de áreas reservadas - PAOLILLO, Felipe H. - *The Institutional Arrangements for the International Sea-bed and their Impact on the Evolution of International Organizations*. *Recueil Des Cours de l'Académie de Droit International*. Dordrecht / Boston / Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90 247 3291 3 (volume), 90 247 2628 x (series). 188 - V: (1984), p. 207.

⁴⁴ A definição de “actividades pioneiras” contida na Resolução II anexa à Convenção de 1982 pode auxiliar-nos na interpretação do termo exploração, pois a Resolução aplica-se, apenas, às actividades que têm lugar antes do aproveitamento. Assim sendo, parece que podemos considerar que o termo exploração abrange a investigação pormenorizada de minerais ou de depósitos de minerais de modo a descobrir a sua natureza e origem, a estabelecer a quantidade e a qualidade dos minerais contidos, a determinar como podem ser melhor aproveitados e, em geral, considerar todos os outros factores que possam afectar o seu desenvolvimento económico. O aproveitamento abrange as fases subsequentes, que são:

- a operação mineira propriamente dita, que comporta a extracção de nódulos e a sua elevação até à superfície;
- o transporte dos nódulos para terra, através de barcos; e
- o tratamento metalúrgico através, de procedimentos adaptados às características físicas e químicas dos nódulos.

⁴⁵ Artigo 3º nº 5 do Anexo III e § 4º da Secção 2 do Acordo de Implementação.

⁴⁶ Artigo 16º do Anexo III.

O peticionário pode apresentar um plano de trabalho para aprovação que cubra apenas a fase de exploração ou a fase de aproveitamento, apesar de essas actividades constituírem, normalmente, um todo integrado de realização sucessiva. Neste caso, a exclusividade dos direitos dirá apenas respeito à fase em causa. Entretanto, quando um plano de trabalho tiver sido aprovado apenas para a fase de exploração, o titular dos direitos terá preferência e prioridade sobre os outros peticionários para o aproveitamento da mesma área e dos seus recursos, a menos que não tenha desenvolvido de um modo satisfatório o seu plano de trabalho, como resulta do artigo 10º do Anexo III.

3.4.3 - O MECANISMO DE RESERVA DE SÍTIOS OU *BANKING SYSTEM*⁴⁷

Após a prospecção se ter completado, a exploração e aproveitamento dos recursos só poderão realizar-se nos sítios para os quais tenha sido aprovado um plano de trabalho. Muito embora a Empresa possa pedir a aprovação de um plano de trabalho para uma qualquer parte da Área sobre a qual não existam direitos já atribuídos, as outras entidades estão sujeitas ao mecanismo de reserva de sítios ou *banking system* - artigo 3º nº 2 do Anexo III - que constitui a base do sistema paralelo. Este mecanismo está descrito no artigo 8º do Anexo referido, que dispõe que todos os pedidos - excepto os da Empresa ou de outras entidades ou pessoas qualificadas para ter acesso aos sítios reservados - “deverão cobrir uma área total, não necessariamente contínua, com uma superfície e um valor comercial estimativo suficientes para permitir duas operações de mineração”. Ao mesmo tempo, o peticionário deverá indicar as coordenadas que permitam dividir a área em duas partes de valor comercial estimativo idêntico e comunicar os dados de que disponha relativos às duas partes da área e outras informações que permitam efectuar esta divisão.

Num prazo de 45 dias, a Autoridade indicará a parte que será reservada exclusivamente para as actividades da Autoridade, a realizar através da Empresa ou em associação com Estados em vias de desenvolvimento. A designação pode ser diferida por um período adicional de 45 dias se a Autoridade solicitar a um perito independente que determine se todos os dados necessários lhe foram apresentados. A área designada converter-se-á em área reservada quando o plano de trabalho para a área não reservada tiver sido aprovado e o contrato assinado⁴⁸.

⁴⁷ ORREGO VICUÑA, Francisco - Le Regime de l'Exploration et de l'Exploitation, *cit.*, p. 581-582; MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 211.

⁴⁸ Artigo 8º do Anexo III.

As informações prestadas pelo peticionário, quanto ao valor de cada área, devem ser fiéis, pois ele não sabe qual a parte que lhe vai calhar.

De modo a que a Autoridade possa exercer os seus poderes e funções, “o operador deve transferir para a Autoridade, de conformidade com as normas, regulamentos e procedimentos da mesma e as modalidades e condições do plano de trabalho, em intervalos por ela determinados”, os dados que sejam necessários e pertinentes para o efeito. No entanto, os dados protegidos pelos direitos de propriedade industrial não deverão ser revelados pela Autoridade à Empresa nem a ninguém estranho à Autoridade, mas, em compensação, os dados relativos às áreas reservadas poderão ser revelados à Empresa, sob a mesma condição de não serem revelados pela Empresa à Autoridade nem a ninguém estranho à Autoridade. Deste modo, a Autoridade passará a dispor de dados que, de outro modo, seria muito difícil, se não mesmo impossível, obter, pelo menos numa fase inicial.

Por último, “os dados transferidos relativos à área coberta pelo plano de trabalho, considerados propriedade industrial, só podem ser utilizados para os fins estabelecidos ... Os dados necessários para a elaboração pela Autoridade de normas, regulamentos e procedimentos relativos à protecção do meio marinho e à segurança, excepto os dados relativos ao projecto de equipamento, não devem ser considerados propriedade industrial”⁴⁹.

3.4.4 - NORMAS, REGULAMENTOS E PROCEDIMENTO DA AUTORIDADE

Como já referimos por várias vezes, a Autoridade deve adoptar e aplicar normas, regulamentos e procedimentos necessários para o exercício das suas funções. Tais normas são adoptadas, provisoriamente, pelo Conselho e, posteriormente, aprovadas pela Assembleia, nos termos dos artigos 162º n.º 2 o) ii) e 160º n.º 2 f) ii). O Anexo ao Acordo de Implementação, na Secção 1 § 5º f) reforça esta obrigação, estabelecendo que a “adopção de normas, regulamentos e procedimentos necessários à realização de actividades na Área” deve ter lugar “à medida que estas progridam”.

O artigo 17º do Anexo III regula esta matéria, prevendo um conjunto de regras detalhadas a serem observadas pela Autoridade na elaboração das normas, regulamentos e procedimentos.

Assim, à Autoridade cabe, desde logo, criar normas, regulamentos e procedimentos “relativos à prospecção, exploração e aproveitamento da Área”⁵⁰. Cabe-lhe, também, regulamentar

⁴⁹ Artigo 14º da Anexo III.

⁵⁰ Artigo 17º n.º 1 a) do Anexo III.

as operações e questões financeiras⁵¹, muito embora, segundo o Acordo de Implementação, “tais normas, regulamentos e procedimentos terão em consideração as disposições do presente Acordo, o atraso prolongado na exploração mineira comercial dos fundos marinhos e o ritmo provável das actividades na área”⁵².

Relativamente às operações, a alínea b) do nº 1 do artigo 17º distingue várias situações a ter em conta na regulamentação a criar pela Autoridade, a saber: a dimensão da área; a duração das operações; os requisitos de execução; as categorias de recursos; a renúncia de áreas; os relatórios sobre o andamento dos trabalhos; a apresentação de dados; a inspecção e supervisão das operações; a prevenção de interferências com outras actividades no meio marinho; a transferência de direitos e obrigações por um contratante; os procedimentos para a transferência de tecnologia aos Estados em vias de desenvolvimento nos termos do artigo 144º da Convenção e da Secção 5 do Anexo do Acordo de Implementação e para a participação directa destes; os critérios e práticas de mineração, incluídas as referentes à segurança das operações, à conservação dos recursos e à protecção do meio marinho; a definição de produção comercial; e os critérios de qualificação dos peticionários.

Por seu turno, o nº 2 do mesmo artigo estabelece, em várias alíneas, uma série de critérios objectivos a ser seguidos pela Autoridade ao criar as normas, regulamentos e procedimentos. Assim, relativamente às dimensões das áreas de exploração, a alínea a) estabelece que podem ir até ao dobro da dimensão das áreas para aproveitamento, que, por sua vez, devem ser calculadas de modo a, nos termos do contrato, satisfazer as necessidades do mecanismo de reserva de áreas, bem como certos requisitos de produção.

Pelo que toca à duração das operações, a alínea b) refere que a prospecção “não deve estar sujeita a prazo”. Já a exploração “deve ter uma duração suficiente para permitir um estudo aprofundado da área determinada, o projecto e a construção de equipamento de extracção mineira para a área e o projecto e construção de instalações de processamento de pequena e média dimensão destinadas a testar sistemas de extracção e processamento de minerais”⁵³. Por fim, a duração, no caso do aproveitamento, “deve ser em função da vida económica do projecto de extracção mineira, tendo em conta factores como o esgotamento do depósito, a vida útil do equipamento de extracção e das instalações de processamento, bem como a viabilidade comercial. A duração do aproveitamento deve ser suficiente para permitir a extracção comercial dos minerais da área e incluir um prazo razoável para a construção de sistemas de extracção e processamento de minerais à escala comercial, período durante o qual não deve ser exigida a produção comercial.

⁵¹ Artigo 17º nº 1 b) e c) do Anexo III.

⁵² Secção 1 § 5º f) 2ª parte do Anexo ao Acordo de Implementação.

Contudo, a duração total do aproveitamento deve, também, ser suficientemente breve para dar à Autoridade a possibilidade de modificar as modalidades e as condições do plano de trabalho, quando considerar a sua renovação, de conformidade com as normas, regulamentos e procedimentos que tenha adoptado depois da aprovação do plano de trabalho.”

Relativamente aos requisitos de execução, a alínea c) prevê que “a Autoridade deve exigir que, durante a fase de exploração, o operador efectue despesas periódicas ... essas despesas não devem ser fixadas a um nível que desincentive possíveis operadores ... A Autoridade deve fixar um intervalo máximo entre a conclusão da fase de exploração e o início da produção comercial. Para fixar esse intervalo, a Autoridade deve ter em conta que a construção de sistemas de extracção e processamento de minerais em grande escala não pode ser iniciada senão depois da conclusão da fase de exploração e do início da fase do aproveitamento ... Uma vez iniciada a produção comercial, a Autoridade, dentro dos limites razoáveis e tendo em conta todos os factores pertinentes, deve exigir ao operador que mantenha a produção comercial durante a vigência do plano de trabalho.”

Quanto às categorias de recursos, a alínea d) estabelece que a Autoridade “ao determinar as categorias de recurso a respeito dos quais um plano de trabalho possa ser aprovado”, deve ter em atenção que “diferentes recursos requerem a utilização de métodos semelhantes de extracção” e “que alguns recursos podem ser aproveitados simultaneamente por vários operadores que aproveitem recursos diferentes na mesma área sem que interfiram indevidamente entre si”. A Autoridade pode ainda “aprovar um plano de trabalho relativo a mais de uma categoria de recursos na mesma área a favor do mesmo peticionário”.

Segundo a alínea e), em matéria de renúncia de áreas, o princípio base é que “o operador pode renunciar, em qualquer altura, sem sanção, à totalidade ou a uma parte dos seus direitos na área coberta pelo plano de trabalho”.

Em matéria de protecção do meio marinho, devem ser estabelecidas “normas, regulamentos e procedimentos ... para assegurar a protecção eficaz do meio marinho contra os efeitos nocivos resultantes directamente de actividades na Área ...” - alínea f).

Por fim, a alínea g) prescreve que “considera-se iniciada a produção comercial quando um operador se dedicar a operações de extracção contínua em grande escala que produza uma quantidade de materiais suficiente para indicar claramente que o objectivo principal é a produção em grande escala e não a destinada a recolher informação, a analisar ou a testar o equipamento ou a

⁵³ O Acordo de Implementação, no seu Anexo, Secção 1 § 9º, veio estabelecer em 15 anos o prazo de duração dos planos de trabalho para exploração, prazo que pode ser prolongado por períodos não superiores a cinco anos cada.

instalação”. Estes são, como referimos, os critérios que as normas, regulamentos e procedimentos adoptados pela Autoridade devem reflectir.

Pelo que às questões financeiras diz respeito, a Autoridade deve elaborar normas, regulamentos e procedimentos para o “estabelecimento de regras uniformes e não discriminatórias em matéria de custos e de contabilidade, bem como de métodos de selecção de auditores; distribuição das receitas das operações” e incentivos para os contratantes numa base uniforme e não discriminatória. Além destes requisitos constantes da alínea c) do nº 1 do artigo 17º do Anexo III à Convenção, a Secção 8 do Anexo ao Acordo de Implementação estabelece, ainda, um conjunto de princípios a ter em conta no “estabelecimento de normas, regulamentos e procedimentos relativos às cláusulas financeiras dos contratos”. Esses princípios são: o princípio da justiça do sistema de pagamentos à Autoridade; o princípio da não discriminação entre produtores terrestres e produtores dos fundos marinhos e consequente princípio de identidade de contribuições financeiras; o princípio da simplicidade, da eficácia e da desburocratização do sistema; o princípio da anuidade de pagamento de uma taxa após a produção comercial; o princípio da revisão periódica do sistema de pagamentos; e, por fim, o princípio da sujeição das controvérsias sobre a interpretação e a aplicação das normas e regulamentos aprovados aos mecanismos estabelecidos pela Convenção.

4 - AS CONDIÇÕES DE OPERATIVIDADE DO SISTEMA PARALELO

Na III Conferência sobre o Direito do Mar houve países que entenderam ser condição indispensável para o funcionamento do sistema paralelo a transferência de tecnologia e o financiamento da Empresa. Sem essas “ajudas” a Empresa e os Estados em vias de desenvolvimento não teriam condições para desenvolver a sua actividade em condições semelhantes às dos demais operadores e, a ser assim, o sistema não seria efectivamente paralelo. Em 1976, Henry Kissinger, numa tentativa de conseguir um acordo, declarou aceitar essas e outras medidas. No entanto, as negociações tomaram um rumo que desagradou os Estados Unidos da América, pelo que a nova Administração, liderada por Ronald Reagan, votou contra a Convenção.

4.1 - A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA⁵⁴

A transferência de tecnologia⁵⁵ era, segundo alguns Estados, indispensável para que a Empresa e os países em vias de desenvolvimento ficassem numa situação comparável à dos países industrializados e pudessem aproveitar os recursos da Área. Era, pois, considerada um elemento essencial para tornar operativo o mecanismo criado pela Convenção para o aproveitamento dos recursos da Área e, conseqüentemente, para tornar efectivo o princípio do património comum da humanidade.

A questão da transferência de tecnologia foi, como vimos, das mais difíceis da III Conferência. Se a Empresa não dispusesse dos meios técnicos e dos conhecimentos adequados, ser-lhe-ia impossível desenvolver actividades nas áreas reservadas, objectivo somente possível, segundo os países em vias de desenvolvimento, no quadro de um regime de transferência obrigatória de tecnologia. Os países industrializados, detentores de tal tecnologia, viam esta hipótese com preocupação. A transferência de tecnologia levanta alguns problemas e, por vezes, complexos, pois, muitas vezes, a tecnologia é propriedade privada, protegida por um contrato, além disso, pode haver direitos de patente e de autor, o que torna difícil a intervenção do Estado para impor a sua transmissão. A isso acresce-se problemas de protecção internacional da propriedade intelectual e industrial.

⁵⁴ Sobre a transferência de tecnologia ver LI, Yuwen - **Transfer of Technology for Deep Sea-Bed Mining: The 1982 Law of the Sea Convention and Beyond**. Dordrecht, Boston, London : Martinus Nijhoff Publishers, 1994. Publications on Ocean Development - vol. 25. ISBN 0-7923-3212-1; ROFFE, Pedro - Technology Issues in International Agenda: A Review of two Decades of Multilateral Deliberations in the United Nations and GATT. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 285-314.

⁵⁵ Já noutro ponto referimos que o termo tecnologia abrange, apenas, a tecnologia necessária para as actividades de exploração e aproveitamento da Área (ver definição de actividades na Área no artigo 1º nº 1 - 3) da Convenção) e já não a tecnologia necessária ao transporte, processamento e comercialização dos minerais. A tecnologia necessária a estas três actividades não é exclusiva das actividades do fundo do mar, pelo que os países industrializados se opuseram à sua inclusão, pois, de outro modo, sobre eles iria recair uma obrigação que poderia ir beneficiar, também, os produtores terrestres.

Não obstante a Secção 5 do Anexo do Acordo de Implementação ter revogado todo o artigo 5º do Anexo III, pensamos que a noção de tecnologia contida no nº 8 se mantém. Assim, por tecnologia deve entender-se: “o equipamento especializado e conhecimentos técnicos, incluindo manuais, desenhos, instruções de funcionamento, formação e assessoria e assistência técnicas, necessários para a montagem, manutenção e funcionamento de um sistema viável, e o direito legal de utilizar estes elementos para esse fim numa base não exclusiva”.

Com o Uruguai Round começou uma nova era para a propriedade intelectual - STOLL, Peter-Tobias - *The Entry into Force of the Convention on the Law of the Sea: A Redistribution of Competences in Relation to the Management of the International Commons? Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV)*. Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 395.

Depois de largas e animadas discussões foi alcançado um entendimento que assegura o objectivo pretendido, mas não com a amplitude que os países em vias de desenvolvimento desejavam.

O princípio geral na matéria está contido no artigo 144º da Convenção que estabelece:

“1 - De conformidade com a presente Convenção, a Autoridade deve tomar medidas para:

- a) adquirir tecnologia e conhecimentos científicos relativos às actividades na Área; e
- b) promover e incentivar a transferência de tal tecnologia e conhecimentos científicos para os Estados em desenvolvimento, de modo a que todos os Estados Partes sejam beneficiados.

2 - Para tal fim, a Autoridade e os Estados Partes devem cooperar para promover a transferência de tecnologia e conhecimentos científicos relativos às actividades realizadas na Área de modo a que a Empresa e todos os Estados Partes sejam beneficiados. Em particular, devem iniciar e promover.

a) programas para a transferência de tecnologia para a Empresa e para os Estados em vias de desenvolvimento no que se refere às actividades na Área, incluindo, *inter alia*, facilidades de acesso da Empresa e dos Estados em vias de desenvolvimento à tecnologia pertinente em modalidades e condições equitativas e razoáveis;

b) medidas destinadas a assegurar o progresso da tecnologia da Empresa e da tecnologia nacional dos Estados em vias de desenvolvimento e em particular mediante a criação de oportunidades para a formação do pessoal da Empresa e dos Estados em vias de desenvolvimento em matéria de ciência e tecnologia marinhas e para a sua plena participação nas actividades na Área.”.

O princípio da transferência de tecnologia foi concretizado no artigo 5º do Anexo III, segundo o qual⁵⁶, em traços largos, qualquer peticionário ao apresentar um plano de trabalho devia pôr à disposição da Autoridade uma descrição do equipamento e dos métodos que ia utilizar nas suas actividades na Área. Além disso, sempre que introduzisse uma qualquer modificação ou inovação tecnológica, o operador devia comunicar à Autoridade. Por seu turno, os contratos a celebrar entre o peticionário e a Autoridade deviam incluir a obrigação do contraente pôr à disposição da Empresa, segundo modalidades e condições comerciais⁵⁷ justas e razoáveis, e

⁵⁶ Artigo 5º nº 3 a), b), c), d) e e) do Anexo III.

⁵⁷ Embora o termo comercial esteja junto a condições justas e razoáveis, na verdade, é difícil compreender como uma transferência obrigatória pode ser feita em termos justos e razoáveis, pois, pelo simples facto de a transferência ser obrigatória o poder negocial do detentor da tecnologia fica diminuído - VAN DYKE, Jon M. and TEICHMANN, David L. - Transfer of Seabed Mining Technology: A Stumbling Block to U.S. Ratification of the Law of the Sea Convention? Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 13, number 4: (1984), p. 438.

quando a Autoridade o solicitasse, a tecnologia utilizada nas actividades na Área e que o contraente estivesse legalmente autorizado a transferir. A Empresa só poderia invocar este compromisso se não conseguisse obter no mercado livre a mesma tecnologia ou outra igualmente eficiente e apropriada⁵⁸. Se o operador utilizasse tecnologia de um terceiro que não estivesse disponível no mercado, deveria obter do respectivo proprietário a garantia escrita de que, a pedido da Autoridade, essa tecnologia estaria disponível para a Empresa, nas mesmas condições em que estivesse à disposição do contratante, sob pena de este não a poder utilizar. O contraente comprometia-se, igualmente, a adquirir do proprietário o direito de transferir para a Empresa a tecnologia que utilizasse na realização de actividades na Área e, se fosse possível, sem custos substanciais, quando o contratante não estivesse legalmente autorizado a transferir nem a tecnologia estivesse disponível no mercado livre. As obrigações, acabadas de referir, do contratante em relação à Empresa existiam, também, em relação aos países em vias de desenvolvimento ou grupo de países em vias de desenvolvimento que solicitassem um contrato para uma área reservada, desde que o pedido não envolvesse a transferência de tecnologia para um terceiro Estado e desde que a tecnologia não tivesse sido requisitada pela Empresa ou transferida pelo Estado para a Empresa. Por fim, estes compromissos podiam ser invocados até dez anos após o início da produção comercial da Empresa⁵⁹.

Este regime, não obstante ficar consagrado na Convenção, foi contestado pelos Estados Unidos da América que votaram contra a Convenção e também por outros países industrializados que se abstiveram na votação. A questão de transferência de tecnologia foi uma das questões *hard core* objecto de negociações nas conversações levadas a cabo pelo Secretário Geral das Nações Unidas e alterada pelo Acordo de Implementação. A Secção 5 do Anexo ao Acordo, no § 2º, “revoga”, melhor dizendo, declara que “não se aplicarão as disposições do artigo 5º do Anexo III da Convenção”, por isso, o que acaba de se referir não é mais disciplina em vigor, aliás nunca chegou a estar em vigor, pois quando a Convenção entrou em vigor foi-o conjuntamente com o Acordo, pelo que o regime jurídico da transferência de tecnologia é o que consta da Secção 5 do Acordo, que vamos passar a analisar. Por isso, apenas analisámos de forma sucinta o artigo 5º do Anexo III (e utilizamos o verbo no passado).

Os métodos referidos no Acordo para a obtenção de tecnologia são:

⁵⁸ A condição de não haver no mercado outra tecnologia igualmente eficiente e apropriada é falaciosa, pois, como se trata de actividades novas, a tecnologia adequada está a aparecer, por isso, dificilmente, haverá no mercado livre uma tecnologia comparável à que o contraente vai utilizar. Segundo VAN DYKE, Jon M. and TEICHMANN, David L. esta situação pode mudar se houver consórcios que se dediquem a licenciar ou a vender as suas novidades tecnológicas, em vez de se dedicarem à própria exploração, *in idem*, p. 438.

⁵⁹ N° 7 do artigo 5º do Anexo III.

– ou a Empresa e os países em vias de desenvolvimento adquirem a tecnologia no mercado livre, em condições justas e razoáveis⁶⁰; ou

– adquirem-na através de acordos de empreendimentos conjuntos ou *joint ventures*.

Assim sendo, do Acordo resulta que, pelo menos numa fase inicial, a Empresa e os países em vias de desenvolvimento devem suprir a sua menor capacidade através de empreendimentos conjuntos com os países industrializados, obtendo, desse modo, a tecnologia necessária.

A Secção 5, na alínea b), consagra, ainda, o princípio da cooperação internacional ao estabelecer que “se a Empresa ou Estados em vias de desenvolvimento não puderam obter tecnologia para a extracção mineira dos fundos marinhos, a Autoridade pode pedir a todos ou a algum dos contratantes e ao respectivo Estado ou Estados patrocinadores que cooperem com ela no sentido de facilitar a aquisição de tecnologia ... segundo modalidades e em condições comerciais justas e razoáveis, compatíveis com a efectiva protecção dos direitos de propriedade intelectual”. Foi abandonada a obrigatoriedade de transferência de tecnologia, tão cara aos países em vias de desenvolvimento, mas tão contestada pelos países industrializados.

Com o fim de tornar efectivo o princípio da cooperação, a mesma alínea estabelece, ainda, que “os Estados Partes comprometem-se a cooperar plena e efectivamente com a Autoridade e a assegurar que os contratantes por eles apoiados também cooperam plenamente com a Autoridade”.

Intimamente ligada à transferência de tecnologia estava e está a formação técnica do pessoal. É necessário que o pessoal da Autoridade e dos países em vias de desenvolvimento esteja habilitado a utilizar a tecnologia e saiba desenvolver todas as actividades. Para tanto, o artigo 15º do Anexo III prevê que “o contratante deve preparar programas práticos para a formação do pessoal da Autoridade e dos Estados em vias de desenvolvimento, incluindo a participação desse pessoal em todas as actividades na Área previstas no contrato ...”. Também a alínea c) do § 1º da Secção 5 do Anexo ao Acordo de Implementação prescreve que “os Estados Partes promoverão a cooperação técnica e científica internacional no que respeita às actividades desenvolvidas na área, quer entre as partes interessadas quer desenvolvendo programas de estágio, assistência técnica, cooperação científica em ciência e tecnologia marinha e na protecção e preservação do meio marinho”. Como vimos no capítulo da Comissão Preparatória já houve vários programas de formação.

Distinta da formação técnica é a formação científica, a transmissão de conhecimentos, ou seja, a transferência de dados. Esta matéria está regulada no artigo 14º do Anexo III e já foi abordada a propósito do *banking system*. Os dados de natureza industrial e os de natureza

⁶⁰ A fórmula “condições justas e razoáveis” significa de acordo com as regras da economia de mercado, assim

nonproprietary apresentados à Autoridade não devem ser divulgados de modo algum, nem sequer à Empresa; também os dados transferidos para a Empresa devem ficar apenas no âmbito desta, não podendo ser revelados nem mesmo à Autoridade. A violação deste dever de sigilo por qualquer elemento do *staff* será sancionada. Só que a sanção a aplicar, que até poderá ser a demissão, não sossega os países industrializados, pois estamos, precisamente, numa área em que “o crime compensa”. A compensação por uma fuga de informação pode atingir valores tais que compensem a perda do emprego⁶¹. Daí a preocupação dos países tecnologicamente avançados.

4.2 - OS RECURSOS FINANCEIROS DA AUTORIDADE

A segunda condição indispensável para o funcionamento do sistema paralelo é o seu financiamento. Quando falamos em financiamento da Autoridade, estamos a pensar em três realidades distintas: por um lado, o financiamento das despesas administrativas da Autoridade; por outro lado, o financiamento dos gastos da Empresa para a realização das actividades do fundo do mar, *maxime*, na área reservada; e, por último, a distribuição dos fundos restantes em benefício da Humanidade, nos termos do artigo 140º nº 2 da Convenção.

Nos termos do artigo 173º, a ordem de prioridades das despesas é a seguinte: em primeiro lugar, os fundos da Autoridade destinam-se a cobrir as despesas administrativas; seguidamente, e com excepção das contribuições dos membros da Autoridade, os fundos restantes poderão, entre outros, ser distribuídos em benefício da Humanidade, ser utilizados para proporcionar fundos à Empresa e para compensar os Estados em desenvolvimento cujas economias tenham sido adversamente afectadas pelas actividades de exploração e aproveitamento do fundo do mar.

Conhecidas as despesas da Autoridade, vamos passar aos recursos, isto é, às fontes de financiamento.

4.2.1 - FONTES DE FINANCIAMENTO DA AUTORIDADE

Os recursos financeiros da Autoridade estão enumerados nas diversas alíneas do artigo 171º⁶² e são:

procurando evitar quer uma situação privilegiada para a Empresa quer o abuso resultante do monopólio tecnológico.

⁶¹ VAN DYKE, Jon M. and TEICHMANN, David L. - Transfer of Seabed Mining Technology ..., *cit.*, p. 443-444.

⁶² Os artigos 171º a 175º, 13º do Anexo III e 10º-11º do Anexo IV e Secção 1 § 14º e outras disposições conexas do Anexo ao Acordo de Implementação são a base da “constituição” financeira da Autoridade.

a) As contribuições dos membros da Autoridade, fixadas de acordo com uma escala acordada, com base na utilizada para o orçamento ordinário da Organização das Nações Unidas, até que a Autoridade tenha receitas suficientes provenientes de outras fontes, para fazer frente aos seus encargos administrativos⁶³. Contrariamente ao que se passa com as demais organizações internacionais, esta contribuição obrigatória dos Estados membros desaparece quando a Autoridade for auto-suficiente. Está-se, assim, perante uma quotização temporária que é explicável, pois a Autoridade tem o seu braço operacional, a Empresa, que vai dedicar-se a actividades na Área, pelo que, quando for rentável e der lucro não se justifica sobrecarregar os Estados com pagamentos de quotas anuais.

b) As receitas da Autoridade provenientes das actividades na Área. Como as actividades na Área podem ser levadas a cabo quer pela Empresa quer pelos Estados ou outras entidades com a sua nacionalidade ou por eles patrocinadas, as receitas incluídas nesta rubrica podem ter, também, diferentes proveniências.

Assim, a Empresa, nos termos do artigo 10º do Anexo IV: “deve pagar à Autoridade os montantes devidos nos termos do artigo 13º do Anexo III, ou seu equivalente”, isto é, a Empresa está sujeita às mesmas obrigações que os demais contratantes. No entanto, dadas as dificuldades iniciais da Empresa e tendo em vista a sua auto-suficiência, num período inicial, que não podia ultrapassar os dez anos, a Assembleia devia isentar a Empresa dos pagamentos referidos⁶⁴. Este regime deve, no entanto, ser interpretado e aplicado em conformidade com a Secção 2 do Anexo ao Acordo de Implementação, o qual, com o objectivo de acabar com o tratamento discriminatório de que beneficiava a Empresa, prescreve, no § 2º, que esta “conduzirá as suas operações mineiras iniciais através de empreendimentos conjuntos”. A natural incapacidade financeira inicial da Empresa ficará, assim, suprida. Além disso, o § 4º da mesma Secção prescreve que um plano de trabalho da Empresa, uma vez aprovado, reveste a forma de contrato concluído entre a Empresa e a Autoridade, à semelhança do que se passa com as outras entidades e, por isso mesmo, a Empresa fica sujeita às mesmas obrigações aplicáveis aos outros contratantes.

Relativamente aos demais operadores do sistema paralelo, o plano de trabalho, uma vez aprovado pela Autoridade, terá a forma de um contrato concluído entre a Autoridade e o

⁶³ O sistema está estruturado de modo a que, no futuro, a Autoridade não precise das contribuições dos seus membros e até distribua lucros, como resulta do artigo 140º que, no nº 2, estabelece a distribuição equitativa dos benefícios financeiros e de outros benefícios económicos resultantes das actividades na Área.

⁶⁴ A Empresa deve, também, constituir reservas, pelo que o artigo 10º nº 2 do Anexo IV estabelece: “a Assembleia, por recomendação do Conselho de Administração, deve determinar a parte da receita líquida da Empresa que deve ser retida para as reservas desta. O remanescente será transferido para a Autoridade”. Num período inicial, como referimos no texto, a Empresa é isenta de pagamentos à Autoridade devendo “a totalidade da receita líquida” ficar nas suas reservas - nº 3 do mesmo artigo.

peticionário ou peticionários, pelo que é o contrato que contém as cláusulas financeiras. Esta matéria está regulada no artigo 13º do Anexo III, cujo nº 1 define os objectivos que a Autoridade deve ter em conta na adopção de “normas, regulamentos e procedimentos relativos aos termos financeiros dos contratos entre a Autoridade e as entidades ou pessoas mencionadas na alínea b) do parágrafo 2º do artigo 153º”, isto é, os Estados Partes ou empresas estatais, ou pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, nacionais ou controladas pelos Estados Partes, quando patrocinadas por eles. Esses mesmos objectivos devem estar presentes no momento em que a Autoridade estiver a negociar os referidos termos financeiros, de conformidade com a Parte XI e com essas normas, regulamentos e procedimentos.

Assim sendo, através da regulamentação a criar, a Autoridade, por um lado, deve atrair os investimentos e a tecnologia necessários para a exploração e aproveitamento da Área e, por outro lado, deve procurar assegurar à Autoridade a optimização de receitas. Deve, também, assegurar a igualdade de tratamento financeiro e obrigações financeiras comparáveis para os contratantes e oferecer-lhes, numa “base uniforme e não discriminatória, incentivos para a conclusão de ajustes com a Empresa e com os Estados em vias de desenvolvimento ou nacionais destes, para o estímulo da transferência de tecnologia à Empresa e a esses Estados e seus nacionais e para a formação do pessoal da Autoridade e dos Estados em desenvolvimento”. Por fim, deve procurar assegurar que os incentivos financeiros não se traduzam em subvenções para os contratantes de uma maneira que possa colocá-los numa situação artificial de concorrência com os operadores mineiros terrestres - artigo 13º nº 1 a), b), c) d) e f) do Anexo III. Desta forma, visa-se obter um equilíbrio, quer no interior do regime quer no exterior, procurando oferecer condições comparáveis para as actividades dos fundos marinhos e para as da indústria mineira terrestre e não criar um desequilíbrio artificial que possa ser prejudicial a esta última. Ao mesmo tempo, assegura-se à Empresa uma igualdade de oportunidades com os contratantes, o que é a base do sistema paralelo⁶⁵.

Nos termos do nº 14 do artigo em análise, a Autoridade, de modo a promover a realização dos objectivos referidos, pode, “tendo em conta as recomendações da Comissão de Planeamento Económico e da Comissão Jurídica e Técnica, adoptar normas, regulamentos e procedimentos que estabeleçam incentivos para os contratantes numa base uniforme e não discriminatória”.

Também esta matéria foi objecto de “alterações” pelo Acordo de Implementação, cuja Secção 8 do Anexo estabelece, no § 1º, os princípios a seguir no estabelecimento das normas, regulamentos e procedimentos relativos às cláusulas financeiras dos contratos.

⁶⁵ TUNOLD, Betzy Marie Ellingsen, *op. cit.*, p. 62.

Assim, a alínea a) estabelece o princípio da justiça do sistema de pagamento, pelo que “o sistema de pagamentos à Autoridade será justo, tanto para o contratante como para a Autoridade, e proporcionará os meios adequados para determinar se o contratante cumpre as cláusulas desse sistema”.

A alínea b) refere o princípio da similitude das taxas de pagamento no quadro do sistema paralelo com as praticadas no sector mineiro terrestre e o consequente princípio de não discriminação entre produtores terrestres e produtores de minérios extraídos dos fundos marinhos.

A alínea c) estabelece o princípio da simplicidade do sistema (“o sistema não deverá ser complicado”) e o princípio do menor sacrifício possível da Autoridade ou dos contratantes (“não deverá impor pesados encargos administrativos à Autoridade ou aos contratantes”). Além disso, esta alínea admite a possibilidade de adopção de um sistema combinado ou alternativo de direitos de exploração e de partilha de lucros ao estabelecer: “deverá considerar-se a possibilidade de adoptar um sistema de direitos de exploração (*royalties*) ou um sistema combinado de direitos de exploração (*royalties*) e de partilha de lucros. Se se decidir por sistemas alternativos, o contratante tem o direito de escolher o sistema aplicável ao seu contrato. Não obstante, qualquer alteração posterior da escolha entre sistemas alternativos será feita por acordo entre a Autoridade e o contratante”.

A alínea d) prevê o princípio da anuidade de pagamento de uma taxa fixa, a partir da data do início da produção comercial, taxa cujo montante “será estabelecido pelo Conselho”. Essa taxa, porém, “poderá ser deduzida dos outros pagamentos devidos conforme o sistema adoptado de acordo com a alínea c)”.

A alínea e) estabelece os princípios da revisão periódica do sistema de pagamentos, em caso de alteração das circunstâncias, e da não discriminação na aplicação das alterações ao sistema. Estabelece, ainda, que “as alterações não podem aplicar-se aos contratos existentes a não ser que o contratante o deseje” e que “qualquer alteração subsequente na escolha entre sistemas alternativos será feita por acordo entre a Autoridade e o contratante”.

Por fim, a alínea f) prescreve que “as controvérsias relativas à interpretação e aplicação das normas e regulamentos baseados nestes princípios serão sujeitos aos procedimentos de solução de controvérsias estabelecidos na Convenção”.

Respeitando estes princípios, cabe à Autoridade, através de normas, regulamentos e procedimentos, estabelecer os encargos financeiros a ser incluídos nos contratos, encargos que serão ou direitos de exploração ou uma combinação de direitos de exploração com uma percentagem sobre os lucros e uma taxa anual fixa, pagável a partir do começo da produção

comercial. Há, ainda, um encargo fixo, cujo montante está já estabelecido, que é o pagamento de uma taxa para as despesas administrativas, taxa essa que, segundo o artigo 13º do Anexo III da Convenção, deveria ser de 500.000 dólares dos Estados Unidos por pedido, mas que foi reduzida pelo § 3º da Secção 8 do Anexo ao Acordo de Implementação para 250.000 dólares dos Estados Unidos - “... a taxa para o processamento de pedidos de aprovação de um plano de trabalho limitado a uma fase, seja a fase de exploração, seja a fase de aproveitamento, será de 250.000 dólares dos Estados Unidos. Se as despesas feitas pela Autoridade no estudo de um pedido forem inferiores ao montante fixado, a Autoridade deve reembolsar a diferença ao peticionário” - artigo 13º nº 2 *in fine*.

Continuando a referir as fontes de financiamento da Autoridade e a análise do artigo 171º da Convenção, são, também, recursos financeiros da Autoridade:

c) Os fundos transferidos da Empresa, nos termos do artigo 10º do Anexo IV, que já referimos a propósito da alínea anterior.

d) Os empréstimos contraídos.

A capacidade da Autoridade para contrair empréstimos está regulada no artigo 174º, que reconhece à Assembleia o poder de fixar, num regulamento financeiro, os limites da capacidade da Autoridade para contrair empréstimos. A execução do empréstimo, isto é, o poder de o contrair, de escolher a entidade emprestadora e a taxa de juro a pagar cabe ao Conselho, enquanto órgão executivo da Autoridade. A responsabilidade pelo pagamento dos empréstimos é exclusiva da Autoridade, não sendo os Estados Partes responsáveis pelas suas dívidas⁶⁶. Por fim, da interpretação conjugada do artigo 173º nº 2 com o artigo 171º d), podemos concluir que os empréstimos fazem parte do *compositum* de fundos que, depois de pagas as despesas administrativas, poderão ser distribuídos e utilizados para os fins indicados nas diversas alíneas do nº 2 do artigo 173º, sem que se preveja a sua prévia amortização⁶⁷.

e) As contribuições voluntárias dos membros ou de outras entidades.

f) Os pagamentos efectuados a um fundo de compensação.

Este fundo de compensação, nos termos da Secção 7 § 1º a) do Anexo do Acordo de Implementação, só pode ser constituído por “fundos provenientes de pagamentos recebidos dos contratantes, incluindo a Empresa, e contribuições voluntárias”.

⁶⁶ Ver Secção 1 § 14º.

⁶⁷ ALBIOL BIOSCA, Glória de, *op. cit.*, p. 153.

Todas estas contribuições “serão depositadas numa conta especial para satisfazer as despesas administrativas da Autoridade, até que ela disponha de fundos suficientes provenientes de outras fontes para cobrir essas despesas” - artigo 173º nº 1 da Convenção.

É evidente que, como qualquer outra instituição, a Autoridade tem um orçamento anual - artigo 172º da Convenção. A preparação do projecto de orçamento é da responsabilidade do Secretário Geral que o submete ao Conselho para exame. Após o exame do Conselho, o projecto de orçamento anual é submetido, juntamente com recomendações, ao exame e aprovação da Assembleia.

Sendo o Conselho o órgão executivo, cabe-lhe acompanhar a execução do orçamento, nomeadamente, a fiscalização de “todos os pagamentos feitos à Autoridade e devidos a esta e relativos às actividades” da Área - artigo 162º nº 2 p). Já a verificação anual das contas, nos termos do artigo 175º, está a cargo de um auditor independente a designar pela Assembleia: “os registos, livros e contas da Autoridade, inclusive os relatórios financeiros anuais, serão verificados todos os anos por um auditor independente designado pela Assembleia”.

A Secção 1 § 14º do Anexo ao Acordo de Implementação estabelece que a Autoridade tem “o seu próprio orçamento. Até ao final do ano seguinte ao da entrada em vigor do presente Acordo, (isto é, até 31 de Dezembro de 1997)⁶⁸, as despesas administrativas da Autoridade serão suportadas pelo orçamento da Organização das Nações Unidas. A partir de então, as despesas administrativas serão suportadas pelas contribuições dos seus membros, incluindo membros provisórios, de harmonia com a alínea a) do artigo 171º e o artigo 173º da Convenção e o presente Acordo, até que a Autoridade disponha de fundos suficientes, provenientes de outras fontes, para suportar essas despesas”. O mesmo número, *in fine*, proíbe a Autoridade de contrair empréstimos para fazer face ao seu orçamento administrativo: “a Autoridade não exercerá o poder referido no nº 1 de artigo 174º da Convenção, de contrair empréstimos para financiar o seu orçamento administrativo”.

À guisa de conclusão podemos dizer como Orrego Vicuña: “trata-se, com efeito, da primeira vez em que um sistema fiscal internacional é formulado em relação a uma actividade em larga escala. Ao mesmo tempo representa uma inovação significativa no direito internacional económico”⁶⁹.

⁶⁸ O Acordo de Implementação foi aplicado provisoriamente desde 16 de Novembro de 1994 e entrou em vigor em 28 de Julho de 1996, trinta dias após os Países Baixos terem ratificado a Convenção, só nessa altura se cumprindo o artigo 6º nº 1 a) do Acordo, como já referimos. Em 1998, anteviam-se problemas orçamentais devido ao futuro incerto de onze membros provisórios da Autoridade, os quais, no seu conjunto, representavam um terço do total das contribuições - entre eles estavam a Bélgica, o Canadá, a Suíça e os Estados Unidos - pois, em 16 de Novembro desse ano, acabava o seu estatuto de membros provisórios, *in* SB/4/30, de 28 de Agosto de 1998, disponível *in* (<http://www.isa.org.jm/meeting/sb430roundup.htm>).

⁶⁹ ORREGO VICUÑA, Francisco - *Le Regime de l'Exploration et de l'Exploitation*, *cit.*, p. 586-587.

Para finalizar o estudo do regime jurídico de exploração e aproveitamento contido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, no Anexo III e no Anexo ao Acordo de Implementação de 1994, falta-nos abordar o regime jurídico dos contratos a celebrar entre a Autoridade e a Empresa ou outros peticionários para a realização das actividades na Área. É o que faremos a seguir.

5 - O REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ⁷⁰

Uma preocupação dos negociadores foi que as regras e condições a que ficariam sujeitas as actividades na Área ficassem claramente definidas nos contratos, pelo que a Convenção e o Anexo III deram uma atenção especial ao regime jurídico dos contratos, procurando assegurar a sua completa estabilidade.

Antes de mais, convém distinguir plano de trabalho de contrato. O primeiro contém um conjunto de compromissos jurídicos, técnicos, financeiros e outros⁷¹, segundo os quais serão desenvolvidas as actividades na Área. Este plano de trabalho formal e escrito contém todas as regras relativas à actividade do operador e é aprovado pelo Conselho após exame pela Comissão Jurídica e Técnica⁷². Todos os operadores que realizem actividades na Área, quer seja a Empresa quer sejam outras entidades, têm de apresentar um plano de trabalho.

Entretanto, o plano de trabalho, uma vez aprovado pela Autoridade, terá a forma de um contrato que deverá ser assinado por esta e pelo peticionário ou peticionários⁷³, bem assim como pela Empresa, consoante os casos. Na Convenção, a Empresa não era obrigada a assinar um contrato, que estava reservado às entidades independentes. No entanto, a Secção 2 § 4º do Anexo ao Acordo de Implementação veio igualar o regime a que a Empresa está sujeita ao dos restantes operadores, ao estabelecer que: “... um plano de trabalho da Empresa, uma vez aprovado, revestirá a forma de um contrato concluído entre a Autoridade e a Empresa”. Assim, o contrato que contém o plano de trabalho aprovado torna-se a expressão jurídica solene dos direitos e das obrigações das partes. O operador passa a ter direitos exclusivos de exploração e aproveitamento da área coberta pelo plano de trabalho, tendo a Autoridade o dever de assegurar que “nenhuma outra entidade

⁷⁰ Nesta matéria seguimos, de perto, ORREGO VICUÑA, Francisco, *idem*, p. 590-593.

⁷¹ Artigo 6º nº 3 do Anexo III.

⁷² Artigo 153º nº 3 da Convenção.

⁷³ Artigo 153º nº 3 da Convenção e artigo 3º nº 5 do Anexo III.

realize na mesma área actividades relativas a uma categoria diferente de recursos de modo que possa interferir com as actividades do operador”⁷⁴.

5.1 - ESTABILIDADE DOS CONTRATOS

A essência do regime jurídico dos contratos é a estabilidade. Nos termos do artigo 153º nº 6 da Convenção, o contrato deve garantir a titularidade do contratante e não deve ser modificado, suspenso ou rescindido a não ser nas condições previstas nos artigos 18º e 19º do Anexo III⁷⁵. Também, o artigo 155º nº 5 (em vigor), a propósito da Conferência de Revisão, dispõe que as “emendas adoptadas ... não afectam os direitos adquiridos em virtude de contratos existentes”⁷⁶.

O contrato garante, igualmente, a exclusividade dos direitos de exploração e de aproveitamento estipulados no plano de trabalho⁷⁷. Também, com base no contrato, “os direitos sobre os minerais serão transferidos no momento da sua extracção de conformidade com a Convenção”⁷⁸. Do mesmo modo, a transferência de direitos e de obrigações nascidos de um contrato só pode ter lugar com o consentimento da Autoridade, a qual não a deverá recusar se o novo contratante reunir as condições exigidas a um peticionário e se se comprometer a assumir todas as obrigações do contrato e desde que a transferência não exponha o novo contratante a uma violação das normas antimonopólio examinadas anteriormente⁷⁹.

No âmbito da política de estabilidade, o artigo 19º nº 2 do Anexo III estabelece que o contrato só poderá ser revisto com o consentimento das partes. Entretanto, quando surgirem circunstâncias que tornem o contrato não equitativo ou impraticável ou impossível a realização dos seus objectivos ou dos previstos na Parte XI, as partes devem iniciar negociações para adaptar o instrumento às novas circunstâncias⁸⁰. Este mecanismo de adaptação será sempre sujeito à existência do consentimento das partes.

⁷⁴ Artigo 16º do Anexo III.

⁷⁵ Também a parte final do artigo 16º do Anexo estabelece que “a titularidade do operador deve ser garantida de conformidade com o parágrafo 6º do artigo 153”.

⁷⁶ Isto implica que os direitos especiais e privilégios garantidos aos investidores pioneiros operadores se vão perpetuar.

⁷⁷ Artigo 16º do Anexo III.

⁷⁸ Artigo 1º do Anexo III.

⁷⁹ Artigo 20º do Anexo III.

⁸⁰ Artigo 19º nº 1 do Anexo III.

5.2 - SUSPENSÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS

SANÇÕES PECUNIÁRIAS

Apesar do regime de estabilidade dos contratos referido, o artigo 18º do Anexo III prevê a possibilidade de aplicação de sanções se o contratante não cumpre com as suas obrigações. Tais sanções poderão ser a suspensão ou rescisão do contrato, consoante a gravidade dos factos. Assim, “se, apesar das advertências da Autoridade, o contratante tiver realizado as suas actividades de forma a constituir uma violação grave, persistente e dolosa das cláusulas fundamentais do contrato, da Parte XI e das normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade”; ou se não respeitar “uma decisão definitiva e obrigatória” tomada a seu respeito pelo órgão de solução de diferendos, os seus direitos poderão ser suspensos ou extintos.

No caso de infracções menos graves do que as referidas ou quando o entenda, a Autoridade pode impor ao contratante sanções pecuniárias, proporcionais à gravidade da violação.

Nenhuma das sanções será executada sem que o contratante tenha tido a possibilidade de esgotar os meios judiciais de que dispõe⁸¹. A única excepção é a “das ordens de emergência” em caso de risco de perigo para o meio marinho, as quais podem aplicar-se de imediato⁸².

5.3 - DIREITO APLICÁVEL E RESPONSABILIDADE

O artigo 21º do Anexo III estabelece que os contratos se regem pelas cláusulas da Parte XI da Convenção, as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade e pelas próprias cláusulas e condições do contrato, bem como outras normas de direito internacional que não sejam incompatíveis com a Convenção. Também todas as decisões definitivas de uma corte ou tribunal com competência segundo a Convenção em matéria de direitos e obrigações da Autoridade e do contratante serão executórias no território de todos os Estados Partes.

Por outro lado, um Estado Parte não pode impor a um contratante condições incompatíveis com a Parte XI. O sentido desta regra não é de todo claro. “Contudo, não deve ser considerado incompatível com a Parte XI a aplicação por um Estado Parte aos contratantes, por ele patrocinados ou aos navios que arvoem a sua bandeira, de leis e regulamentos sobre a protecção do meio marinho ou de outra natureza mais restritos que as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade adoptados nos termos da alínea f) do parágrafo 2º do artigo 17 do presente Anexo”.

⁸¹ Secção 5 da Parte XI da Convenção, artigos 186º a 190º.

⁸² Artigo 18º nº 3 do Anexo III.

Relativamente à responsabilidade, estabelece o artigo 22º do Anexo III, que “o contratante terá responsabilidade pelos danos causados por actos ilícitos cometidos na realização das suas operações, tomando em conta a parte da responsabilidade por actos ou omissões imputáveis à Autoridade. Do mesmo modo, a Autoridade terá responsabilidade pelos danos causados por actos ilícitos cometidos no exercício dos seus poderes e funções, incluindo as violações ao parágrafo 2º do artigo 168⁸³, tomando em conta a parte de responsabilidade por actos ou omissões imputáveis ao contratante. Em qualquer caso, a reparação deve corresponder ao dano efectivo”.

⁸³ Artigo 168º nº 2 da Convenção: “O Secretário Geral e o pessoal não devem ter interesses financeiros em quaisquer actividades relacionadas com a exploração e aproveitamento na Área. Sob reserva das suas responsabilidades perante a Autoridade, não revelarão, mesmo após o termo das suas funções, qualquer segredo industrial, qualquer dado que seja propriedade industrial e que seja transferido para a Autoridade de conformidade com o artigo 14º do Anexo III, bem como qualquer outra informação confidencial que chegue ao seu conhecimento em virtude do desempenho das suas funções”.

CAPÍTULO II

AS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS

A AUTORIDADE⁸⁴

1- A CRIAÇÃO DA AUTORIDADE

A ideia de uma organização internacional com poderes de regulamentação e de administração dos mares e dos seus recursos não é nova, podendo nós encontrá-la já nos finais do século XIX. O Comité da Conferência das Associações Marítimas Nórdicas, em 1898 e em 1899, tinha proposto a criação de uma comissão marítima internacional permanente, daí a criação, em 1902, em Copenhague, do Conselho Permanente Internacional para a exploração do mar⁸⁵. Novas propostas foram discutidas na Associação de Direito Internacional, em Paris, em 1924, assim como no Comité de peritos para a codificação progressiva do Direito Internacional da Sociedade Das Nações. Após o aparecimento da Organização das Nações Unidas assistiu-se à criação de vários organismos com competência sobre assuntos relativos ao mar e aos oceanos. Mas foi a Convenção sobre o Direito do Mar de 1982, saída da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que criou um mecanismo internacional, a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, com poderes para aplicar o regime jurídico criado para os fundos do mar além dos limites da jurisdição nacional.

A Autoridade Internacional configura-se como um novo tipo de organização internacional capaz de intervir directamente no aproveitamento dos recursos naturais da Área, sendo dotada de uma capacidade operativa e de funções com um alcance até ao momento desconhecidos em organizações internacionais de vocação universal. É o que vamos passar a estudar.

⁸⁴ Neste capítulo, seguimos, de perto, PAOLILLO, Felipe H. - Les Structures Institutionnelles. In DUPUY, René Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985, p. 603 e s., pelo que nos abtemos de o citar sempre que a fonte seja esta.

⁸⁵ GIDEL, Gilbert - **Le Droit International Public de la Mer: Le Temps de Paix. Tome I - Introduction - La Haute Mer**. Paris : Librairie Edouard Duchemin, 1981, p. 9 e s..

1.1 - NO COMITÉ DE FUNDOS

A necessidade de criar um mecanismo internacional para administrar e gerir os fundos dos mares apareceu, pela primeira vez, ao mesmo tempo que o princípio do património comum da humanidade, no discurso pronunciado por Arvid Pardo, representante permanente de Malta junto das Nações Unidas, perante o I Comité da Assembleia Geral, em 1967⁸⁶.

Nas primeiras discussões na Assembleia Geral, no Comité *Ad Hoc* e, depois, no Comité de Fundos, alguns Estados mostraram-se contra a criação de um mecanismo internacional para os fundos marinhos e consequentemente a criação de uma organização internacional com competências na matéria. Aliás, mais uma vez, e também nesta questão, o ponto de vista dos países em vias de desenvolvimento e dos países desenvolvidos era diferente. Os primeiros entendiam que o princípio do património comum da humanidade só teria sentido se houvesse um mecanismo internacional que o fizesse respeitar. Os segundos, os países industrializados, defendiam a desnecessidade do mecanismo internacional, devendo ser cada um dos Estados, enquanto membros da comunidade internacional, a administrar o património comum da Humanidade, em nome de todos. A URSS e os países da Europa Oriental inicialmente colocaram-se ao lado dos países desenvolvidos e rejeitaram a ideia da criação de um mecanismo internacional para administrar e gerir o fundo dos mares. Apesar desta divergência de opiniões, a Assembleia Geral adoptou a Resolução nº 2467 C (XXIII), pedindo ao Secretário Geral que apresentasse um estudo sobre a criação de um mecanismo internacional apropriado destinado a permitir a exploração e o aproveitamento dos recursos dos mares e dos oceanos para além dos limites da jurisdição nacional. O resultado do estudo deveria constar de um relatório a ser apresentado ao Comité de Fundos, na sua Sessão de 1969⁸⁷. A Assembleia Geral das Nações Unidas, na Sessão de 1969, após ter analisado o relatório do Comité de Fundos, pela Resolução 2574 C (XXIV) de 15 de Dezembro, incumbiu o Secretário Geral de preparar: “um novo estudo sobre os vários tipos de mecanismos

⁸⁶ “... o nosso objectivo de longo prazo é a criação de um organismo especial com poderes adequados para administrar no interesse da humanidade os oceanos e respectivo solo, além dos limites da jurisdição nacional, não como um soberano, mas como representante de todos os países ... O organismo deverá ter poder para regular, supervisionar e controlar todas as actividades no ou sob os oceanos e respectivo solo” - **NATIONS UNIES - Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité: Historique de l'élaboration des articles 133 à 150 et 311 (6) de la Convention des Nations Unies sur le droit de la mer.** New York : Division des affaires maritimes et du droit de la mer. Bureau des affaires juridiques, 1997. ISBN 92-1-233294-3, p. 9-10.

⁸⁷ Transcrita em NORDQUIST, Myron H. (Ed.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea - 1982: A Commentary.** Dordrecht/Boston/Lancaster : Center for Oceans Law and Policy - Martinus Nijhoff Publishers, 1985, p. 166-167.

internacionais, em especial um estudo cobrindo, em profundidade, o estatuto, estrutura, funções e poderes de um mecanismo internacional ...”⁸⁸.

Mais tarde, a Assembleia Geral, na Declaração de Princípios, Resolução 2749 (XXV), de 17 de Dezembro de 1970, parágrafo 9º⁸⁹, precisava que o regime internacional aplicável à Área e seus recursos deveria incluir um mecanismo apropriado para pôr em funcionamento as suas disposições. Finalmente, a ideia deste mecanismo foi aceite por todos os países, mas surgiram profundas divergências relativamente aos fins que esta organização deveria prosseguir, poderes que deveria ter e estrutura orgânica que deveria possuir.

No Comité de Fundos e ao longo da Conferência, o debate sobre este ponto esteve, sempre, intimamente ligado às discussões sobre o sistema de exploração e de aproveitamento da Área e dos seus recursos. Na realidade, a estrutura e a organização do mecanismo internacional estiveram sempre subordinadas aos acordos relativos à natureza do sistema de aproveitamento.

Os países industrializados e, inicialmente, os países socialistas queriam deixar o aproveitamento dos recursos da Área nas mãos dos Estados, exclusivamente, ou dos Estados e das empresas públicas ou privadas, por isso concebiam a Autoridade como uma organização fraca, com poderes limitados que, em alguns casos, não podia ir além de permitir automaticamente autorizações de aproveitamento, de controlo das operações na Área e da difusão de informações sobre estas operações. De qualquer modo, em caso algum teria competência para desenvolver, ela própria, actividades de aproveitamento de recursos minerais do fundo mar, fosse directamente, fosse em associação com outras entidades⁹⁰. Pelo contrário, os países em vias de desenvolvimento, que acreditavam que a concretização do princípio do património comum da humanidade não seria possível sem que se confiasse a uma entidade internacional a administração da Área e dos seus recursos, propuseram a criação de uma organização forte com amplos poderes normativos e administrativos, incluindo o poder de proceder, directamente e em exclusivo, às actividades de aproveitamento⁹¹.

⁸⁸ Transcrita *in idem*, p. 171-172.

⁸⁹ Transcrita *in idem*, p. 173-176. O parágrafo 9º da Declaração prescreve: “Com base nos princípios desta Declaração, deve ser criado um regime internacional para a Área e seus recursos, incluindo um mecanismo internacional apropriado para fazer cumprir as suas disposições, por um tratado internacional de carácter universal, geralmente aceite ...”.

⁹⁰ Propostas dos Estados Unidos da América - Doc. A/AC.138/25, de 3 de Agosto de 1970, do Reino Unido - Doc. A/AC.138/46, de 30 de Julho de 1971 e da União Soviética - Doc. A/AC.138/43, de 27 de Julho de 1971. Também a Polónia defendeu uma solução semelhante - Doc. A/AC.138/44, de 3 de Agosto de 1971. Todas estas propostas e respectivos conteúdos já foram referidas no Capítulo I da Parte II.

⁹¹ Proposta dos Treze Países Latino Americanos - Doc. A/AC.138/49, de 4 de Agosto de 1971, também já referida no Capítulo I da Parte II.

Jens Evensen, delegado da Noruega ao Comité de Fundos e depois à III Conferência, apoiante de uma organização internacional forte para a gestão do fundo do mar, num comentário pessoal afirmou que a organização internacional deveria ter uma competência supranacional que lhe permitisse administrar a Área e os seus recursos

Uma outra questão debatida no Comité de Fundos diz respeito à relação do mecanismo internacional a criar e a Organização das Nações Unidas. Os países em vias de desenvolvimento acompanhados por alguns países industrializados, nomeadamente o Canadá⁹², como defendiam um mecanismo forte, com amplos poderes, entendiam que o mesmo deveria ser autónomo, deveria existir fora do sistema da Organização. Diferentemente, os países industrializados e os países socialistas assim como alguns países nórdicos defendiam que o mecanismo deveria fazer parte do sistema das Nações Unidas. Esta questão acabou por ser abandonada, vencendo, pelo silêncio, a posição dos países menos desenvolvidos. No entanto, a Resolução I, relativa à criação da Comissão Preparatória, no parágrafo 5º d) estabelece que a “Comissão deve fazer recomendações sobre as relações entre a Autoridade e as Nações Unidas e outras organizações internacionais”.

1.2 - NA TERCEIRA CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR

Com base nas propostas apresentadas e nas discussões que tiveram lugar no Comité de Fundos, como já referimos, este preparou um documento contendo os pontos de acordo e desacordo sobre o regime internacional e o mecanismo internacional⁹³. Este documento foi o ponto de partida das negociações do Comité I da III Conferência.

Na segunda Sessão, realizada em Caracas, em 1974, primeira sobre matéria substantiva, o Grupo dos 77 submeteu um texto⁹⁴, definindo um conjunto de condições de exploração e aproveitamento, segundo o qual a Autoridade seria uma entidade com o direito exclusivo de exploração e aproveitamento do património comum da Humanidade. Tal não excluía a possibilidade de a Autoridade concluir contratos com outras entidades e de participar em empresas conjuntas, ou outras formas de associação análogas, tendo em vista a realização de actividades na

como património comum da Humanidade. Esta competência deveria incluir não só o registo, mas também a concessão de licenças e a adopção de decisões acerca de como e que quantidade de minerais deveriam ser explorados e aproveitados - citado por MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, nota 20, p. 258.

⁹² O representante do Canadá, no I Comité da Assembleia Geral, a este propósito disse: “o mecanismo, dada a natureza das funções que tem que desempenhar, deverá ser uma instituição completamente nova e não o desenvolvimento de um dos órgãos ou agências da família das Nações Unidas” - U. N. Doc. A/C.1/PV. 1779, para. 19. É evidente que também no Grupo dos 77, a opinião não era unânime, havendo quem defendesse o ponto do vista dos países desenvolvidos, como, por exemplo, o Afeganistão - *idem*, nota 28, p. 260.

⁹³ Doc. A/AC.138/94/Add.1 - in NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los limites de la Jurisdiccion Nacional: Documentos Oficiales: vigesimo octavo periodo de sesiones. Suplemento nº 21 (A/9021)**. Nueva York : Naciones Unidas. Vol. II, 1973, p. 43 e s..

⁹⁴ Doc. A/CONF.62/C.1/L.7, de 16 de Agosto de 1974 - Texto sobre as condições de exploração e aproveitamento estabelecidas pelo Grupo dos Setenta e Sete, in NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Documents Officiels**. New York : Publication des Nations Unies. Vol. III, 1975. Número de vente: F. 75.V.5, p. 200-201.

Área, mas a Autoridade devia exercer, em todos os casos, um controlo directo e efectivo sobre as operações. Os países industrializados, em particular os que tinham interesses imediatos no aproveitamento mineiro dos fundos do mar, rejeitaram a ideia de uma Autoridade toda poderosa, titular de um direito exclusivo de acesso aos recursos da Área. Aceitavam reconhecer à Autoridade alguns poderes de administração e de controlo⁹⁵, mas as suas propostas visavam reconhecer-lhe um papel secundário em relação ao dos Estados.

Durante as primeiras sessões da Conferência, as negociações centraram-se à volta do sistema de aproveitamento da Área. A questão da Autoridade só foi examinada lateralmente, na medida do necessário para determinar o papel que ela iria ter no sistema, o que levou a discussão para um nível mais geral, da sua natureza e poderes. Só quando a Conferência chegou a um acordo sobre o sistema de aproveitamento é que se intensificaram as discussões sobre a estrutura e o funcionamento da Autoridade.

No sistema acordado, o sistema paralelo, o papel da Autoridade fica a meio caminho entre aquilo que era pretendido pelos dois grupos opositores, isto é, neste sistema não tem lugar uma Autoridade forte, com acesso exclusivo às actividades a desenvolver na Área, nem uma Autoridade fraca, com meros poderes de licenciamento e controlo. Diferentemente, o sistema paralelo pressupõe uma organização internacional com, por um lado, poderes normativos e administrativos bastante amplos em relação às actividades a desenvolver na Área e, por outro lado, com o dever de assegurar, em certas condições, aos Estados e a outras entidades, o acesso à Área e aos seus recursos.

Acordadas as características gerais da Autoridade, havia que entrar em questões mais particulares, como a composição dos seus órgãos, a repartição de competências, a atribuição de poderes discricionários e o procedimento de adopção das decisões. Mais uma vez se sentiu uma bipolarização de posições. Por um lado, os países desenvolvidos, interessados no aproveitamento mineiro do fundo do mar, procuravam diminuir o papel da Autoridade, atribuindo-lhe poderes bem definidos e delimitados. Procuravam, desse modo, consagrar na Convenção soluções sobre a composição dos órgãos, sobre a adopção de decisões e sobre a repartição das competências entre a Assembleia e o Conselho que lhes assegurassem o controlo das decisões mais importantes, apesar da sua posição minoritária. O Conselho, órgão executivo de composição restrita, devia ser formado

⁹⁵ Doc. A/CONF.62/C.1/L.6, de 3 de Agosto de 1974 - Estados Unidos da América; Doc. A/CONF.62/C.1/L.8, de 16 de Agosto - República Federal da Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Países Baixos e Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte e Doc. A/CONF.62/C.1/L.9 - Japão, todos *in idem*, p. 197-206.

Também a URSS apresentou, no ano seguinte, uma proposta no mesmo sentido - Doc. A/CONF.62/C.1/L.12, de 21 de Março de 1975, *in* NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. IV, 1975. Número de venta: S. 75.V.10, p. 190-197.

de modo a garantir-lhes uma posição confortável e devia, no conjunto do sistema, ser o órgão mais importante, mesmo em relação à Assembleia.

Os países do Grupo dos 77, pelo contrário, defendiam uma Autoridade com amplos poderes, em que a Assembleia, órgão plenário mais representativo, teria uma superioridade hierárquica sobre o Conselho, cujos membros deveriam ser eleitos exclusivamente na base de uma representação geográfica equitativa. Opunham-se a todas as tentativas de limitar a acção da Autoridade pela inclusão, na Convenção, de regras limitando os poderes discricionários dos seus órgãos.

A necessidade de conciliar estas duas concepções opostas levou a Conferência a adoptar fórmulas de compromisso que, no conjunto, não agradaram totalmente aos países em vias de desenvolvimento, mas sobretudo não agradaram aos países industrializados⁹⁶, pelo que foram objecto de nova discussão e análise, nas negociações informais do Secretário Geral das Nações Unidas e foram substancialmente “alteradas” pelo Anexo ao Acordo de Implementação.

A Autoridade começou a funcionar em 16 de Novembro de 1994, aquando da entrada em vigor da Convenção de 1982. A Autoridade tornou-se plenamente operacional como uma organização internacional autónoma em Junho de 1996, altura em que tomou conta dos edifícios e instalações em Kingston, Jamaica, previamente usados pelo *United Nations Kingston Office for the Law of the Sea*⁹⁷.

2 - FINS DA AUTORIDADE

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar não contém um artigo específico enumerando os fins e os objectivos da Autoridade. Não faz distinção entre os fins da Autoridade e os poderes de que está investida. A identificação dos seus objectivos é feita em vários artigos, alguns com títulos que não reflectem o seu conteúdo. Assim, são objectivos da Autoridade o benefício da humanidade (artigo 140º), a organização, realização e controlo das actividades da Área (artigo 153º) e a gestão dos seus recursos (artigo 157º nº 1). Destas disposições podemos concluir que a Autoridade tem como finalidade a administração da Área e dos seus recursos por conta da Humanidade e no seu interesse, de modo a permitir a realização dos objectivos

⁹⁶ A Autoridade foi criada com um espírito contrário aos países industrializados, mas, apesar disso, são estes que detêm as condições de operatividade de todo o sistema. Esta contradição de criar uma entidade e colocar o seu funcionamento na dependência de quem contra ela se pronunciou, determina o não funcionamento do sistema - OTERO, Paulo - **A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos: Análise Estrutural e Natureza Jurídica**. Lisboa : Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1988, p. 72-73.

económicos enumerados no artigo 150º, isto é, “o desenvolvimento harmonioso da economia mundial e o crescimento equilibrado do comércio internacional e a promover a cooperação internacional a favor do desenvolvimento geral de todos os países, em especial os Estados em vias de desenvolvimento”. Podemos, assim, distinguir dois fins fundamentais da Autoridade que estão intimamente ligados, mas que é possível separar do ponto de vista dos conceitos: por um lado, as funções de representação da Humanidade e, por outro, as funções de administração da Área e dos seus recursos.

2.1 - REPRESENTAÇÃO DA HUMANIDADE

A Autoridade representa a Humanidade. O artigo 137º nº 2 estabelece que “todos os direitos sobre os recursos da Área pertencem à humanidade em geral, em cujo nome actuará a Autoridade”. Também o artigo 153º indica que a Autoridade deve organizar, realizar e controlar as actividades na Área “em nome da humanidade em geral”. O artigo 140º contém um outro princípio importante do regime internacional: “As actividades na Área devem ser realizadas ... em benefício da humanidade em geral”.

A Humanidade aparece, assim, acima dos Estados, como titular de um direito de conteúdo económico. A Autoridade tem um duplo papel: primeiro ela é um *forum* onde se exprimem e negociam os Estados Partes na Convenção. Ela é “a organização por intermédio da qual os Estados Partes” agirão em conjunto para tudo o que diga respeito às actividades desenvolvidas na Área - artigo 157º nº 1⁹⁸. Entre a Autoridade e os Estados Partes haverá uma relação semelhante à que liga uma qualquer outra organização aos seus membros. Mas a Autoridade é mais que um simples meio de expressão colectiva dos seus membros, ela é uma organização que representa a Humanidade.

A Humanidade é uma entidade desprovida de meios institucionais para se exprimir. A Humanidade não é um verdadeiro sujeito de direito além de ser naturalmente incapaz para o exercício de direitos. Devido à sua natureza, ela é representada pela Autoridade.

⁹⁷ Disponível in (<http://www.isa.org.jm/frmain.htm>).

⁹⁸ À primeira vista, parece haver um conflito entre o artigo 157º nº 1 e o artigo 137º, pois o primeiro parece referir-se aos Estados Partes como únicas entidades capazes de actuar a nível internacional, ao passo que o segundo parece colocar os Estados Partes em segundo plano e estabelecer uma relação directa entre a Autoridade e a Humanidade. O conflito é, no entanto, meramente aparente. O artigo 137º da Convenção tem um objectivo específico e refere-se ao modo de actuar da Autoridade - administração do fundo do mar no interesse da Humanidade, incluindo, por isso, o interesse daquela parte da Humanidade não representada pelos Estados na Autoridade. O artigo 157º, por outro lado, refere-se à Autoridade, respectiva natureza e princípios - WOLFRUM, Rüdiger, PHILIPP, Christiane

Nenhum Estado ou grupo de Estados pode reivindicar o direito de assegurar a representação da Humanidade. Só os Estados, agindo conjuntamente, podem representá-la. É por esta razão que a Autoridade foi concebida como uma organização intergovernamental de vocação universal. A Autoridade é composta por Estados e as suas decisões serão a expressão da vontade colectiva dos seus membros. Mas a Humanidade não se identifica com o conjunto dos Estados Partes, nem mesmo no caso, pouco provável, de todos os Estados que compõem a comunidade internacional se tornarem membros da Autoridade. O conceito de Humanidade abrange não só os povos sujeitos à jurisdição dos Estados que são partes da Convenção, mas também os povos dos Estados que não se vincularam à Convenção e também os que ainda não estão organizados em Estados independentes. Além disso, abrange não só as gerações presentes, mas também as gerações futuras. Assim, a Autoridade deve agir por conta e em nome da comunidade do género humano.

2.2 - ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA E DOS SEUS RECURSOS

O artigo 157º n° 1 estabelece que “a Autoridade é a organização por intermédio da qual os Estados Partes, de conformidade com a presente Parte, organizam e controlam as actividades na Área, particularmente com vista à gestão dos recursos da Área”. Esta disposição, cuja epígrafe é “natureza e princípios fundamentais da Autoridade”, merece uma análise cuidada. Na sua redacção é visível a influência dos países industrializados, pois, por um lado, não refere a realização pela Autoridade, através da Empresa, de actividades de exploração e aproveitamento na Área, previstas no artigo 153º e, por outro lado, parece sugerir que a organização e o controle das actividades desenvolvidas na Área pertencem aos Estados Partes e que a Autoridade não é mais que um mecanismo por intermédio do qual os Estados agem. Tal não passa, contudo, de uma vã ilusão, pois, na realidade, a organização e o controlo das referidas actividades pertencem à Autoridade, que recebe os seus poderes directamente da comunidade internacional no seu todo, não se tratando de poderes delegados pelos Estados, poderes que eles próprios não possuem e que, por isso, não podem exercer directamente.

O artigo 153º n° 1, faz uma descrição dos fins da Autoridade mais conforme com o regime internacional estabelecido pela Convenção. De acordo com esta disposição, a Autoridade organiza, e controla as actividades na Área com vista à gestão⁹⁹ dos recursos em nome da Humanidade em

(Eds.) - **United Nations : Law, Policies and Practice**. New, Revised English Edition. Dordrecht/London/Boston : Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 0-7923-2717-9, p. 789.

⁹⁹ Sublinhado nosso.

geral. Cabe-lhe, também, proceder à partilha dos benefícios daí resultantes. Estas actividades devem ser realizadas de acordo com uma política geral¹⁰⁰, definida na Parte XI da Convenção e com políticas específicas adoptadas pelos principais órgãos da Autoridade, através de normas, regulamentos e procedimentos.

Assim sendo, podemos distinguir três funções: função de organização ou regulação, função de controle e função de gestão¹⁰¹.

2.2.1 - FUNÇÃO DE ORGANIZAÇÃO OU REGULAÇÃO

A Autoridade tem o poder de organizar actividades na Área. Para tanto, dispõe do poder de regulação, isto é, do poder de adoptar as normas, regulamentos e procedimentos que vão suplementar as normas previstas na Convenção e Anexos, poder previsto no artigo 17º do Anexo III da Convenção, tendo em vista as actividades na Área, no artigo 145º a) e b), sobre a protecção do meio ambiente marinho e conservação dos recursos naturais da Área e no artigo 146º sobre a protecção da vida humana.

Além disso, as actividades de organização concretizam-se através da definição de políticas gerais e especiais, definição que está a cargo do Conselho e da Assembleia da Autoridade. A Autoridade deve, também, organizar actividades na Área através de directivas emitidas pelo Conselho à Empresa relativas ao modo como as actividades de exploração e aproveitamento devem ser levadas a cabo nas áreas reservadas para a Autoridade - artigo 162º nº 2 i) e 170º nº 2. Por último, os órgãos da Autoridade devem, ainda, adoptar, entre outras, decisões relativas a situações particulares, tais como as ordens para a suspensão ou reajustamento de operações de modo a evitar sérios prejuízos ao ambiente marinho e a exclusão de certas áreas do aproveitamento quando haja risco de perigo sério para o meio marinho - artigo 162º nº 2 w) e x).

2.2.2 - FUNÇÃO DE CONTROLO

Cabe à Autoridade controlar as actividades desenvolvidas na Área. Nos termos do Texto Simples de Negociação, este controlo devia ser “directo e efectivo”¹⁰². Os países industrializados

¹⁰⁰ Segundo o artigo 150º - “As actividades na Área devem ser realizadas tal como expressamente previsto na presente Parte, de modo a fomentar o desenvolvimento harmonioso da economia mundial e o crescimento equilibrado do comércio internacional e a promover a cooperação internacional a favor do desenvolvimento geral de todos os países ...”.

consideravam, no entanto, que um tal controlo poderia degenerar em intervenções arbitrárias da Autoridade nas actividades dos contratantes, por isso, as palavras “directo e efectivo” foram posteriormente retiradas e uma nova disposição foi acordada nas versões sucessivas do texto para dar à palavra “controlo” um conteúdo mais preciso¹⁰³. Assim, o n.º 4 do artigo 153º estabelece que “A Autoridade deve exercer, sobre as actividades na Área, o controlo que for necessário para assegurar o cumprimento das disposições pertinentes da presente Parte e dos Anexos pertinentes e das normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade e dos planos de trabalho aprovados”. Visa-se assegurar que as entidades efectuem operações na Área com respeito do quadro jurídico instituído pela Convenção. Em contrapartida, impõe-se aos Estados Partes e aos contratantes obrigações complementares tendo em vista permitir um controlo eficaz pela Autoridade¹⁰⁴.

As funções de controle da Autoridade são exercidas pelo Conselho e por um dos seus órgãos subsidiários, a Comissão Jurídica e Técnica. Para o efeito, o Conselho dirige um conjunto de inspectores que, sob a sua supervisão, ou sob a supervisão da Comissão Jurídica e Técnica, devem inspecionar as operações na Área. O Conselho deve dar a conhecer à Assembleia qualquer incumprimento que tenha conhecimento - artigos 162º n.º 2 a) e z) e 165º n.º 2 c) e m).

“A Autoridade tem o direito de tomar a todo o momento quaisquer medidas ... para assegurar o cumprimento” das disposições da Convenção e o “exercício das funções de controlo e de regulamentação que lhe são conferidas” pela Parte XI da Convenção ou de um contrato. Para o bom exercício das suas funções de controlo, a Autoridade tem ainda, o “direito de inspecionar todas as instalações na Área utilizadas para as actividades realizadas na mesma”¹⁰⁵. Por último, convém referir que nos termos do artigo 17º n.º 1 b) viii) do Anexo III, cabe à Autoridade adoptar e aplicar normas, regulamentos e procedimentos sobre “inspecção e supervisão das operações” na Área.

Os Estados Partes devem cumprir de boa fé as obrigações que assumiram nos termos da Parte XI da Convenção - artigo 157º n.º 4 - e actuar de acordo com as disposições da Convenção e da Carta das Nações Unidas e outras normas de Direito Internacional - artigo 138º. A violação das obrigações pode originar controvérsias entre Estados ou com a Autoridade, controvérsias que poderão ser sujeitas à jurisdição da Câmara de Controvérsias e, eventualmente, poderão levar à

¹⁰¹ MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 267-270.

¹⁰² Doc. A/CONF.62/WP.8, de 7 de Maio de 1975, in **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ...**, vol. IV, 1975, *cit.*, p. 145-159.

¹⁰³ PAOLILLO, Felipe H. - Les Structures Institutionnelles, *cit.*, p. 615.

¹⁰⁴ Artigo 139º - Obrigações de zelar pelo cumprimento e responsabilidade por danos; artigo 153º n.º 4, segundo período - “Os Estados Partes devem prestar assistência à Autoridade, tomando todas as medidas necessárias para assegurar tal cumprimento de conformidade com o artigo 139º”; Anexo III - artigo 3º n.º 4 b), artigo 4º n.º 6 b).

¹⁰⁵ Artigo 153º n.º 5.

suspensão dos direitos de membro do Estado prevaricador - artigos 160º nº 2 m), 162º nº 2 t), 185º e 187º.

Os Estados Partes aceitaram cooperar com a Autoridade de modo a permitir-lhe exercer as suas funções de controlo. Para tanto, os Estados devem assegurar que as actividades na Área levadas a cabo por eles ou por entidades suas nacionais ou sob o seu controlo estão em conformidade com a Convenção. Devem, também, adoptar a legislação adequada e tomar as medidas administrativas necessárias ao cumprimento da Convenção pelos que estão sujeitos à sua jurisdição - artigo 139º nº 1 e artigo 4º nº 4 do Anexo III. Os Estados serão responsáveis por qualquer prejuízo causado pelo não respeito das obrigações referidas, mas se provarem que cumpriram o seu dever adoptando as leis e as medidas adequadas, não responderão pelos prejuízos causados pelo contraente faltoso.

2.2.3 - FUNÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU DE CONDUÇÃO DE ACTIVIDADES NA ÁREA

A Autoridade é a primeira organização intergovernamental de carácter universal encarregada de executar actividades económicas em termos comerciais. A Autoridade pode, em nome da Humanidade, desempenhar directamente actividades na Área, por intermédio da Empresa, ou tais actividades podem ser levadas a cabo, em associação com a Autoridade, por Estados Partes ou outras entidades indicadas no artigo 153º nº 2. Nesta última hipótese, cabe à Autoridade outorgar ao operador o direito exclusivo de explorar e aproveitar a área coberta pelo plano de trabalho - artigo 16º do Anexo III.

Os poderes da Autoridade não se limitam às actividades de aproveitamento dos recursos da Área, antes tem também competência para a realização de actividades de investigação científica marinha e para adquirir a tecnologia e os conhecimentos científicos relativos às actividades na Área¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Artigos 143º nº 2 e 144º nº 1 a). Também no artigo 274º da Convenção, relativamente à tecnologia, estabelece-se que a Autoridade deve assegurar que: “c) sejam tomadas pela Autoridade disposições apropriadas para facilitar a aquisição de assistência técnica no domínio da tecnologia marinha pelos Estados que dela necessitem e a solicitem, em particular os Estados em desenvolvimento, bem como a aquisição pelos nacionais dos conhecimentos técnicos e especializados necessários, incluindo a formação profissional”.

Enfim, à Autoridade cabe “a gestão ordenada, segura e racional dos recursos da Área, incluindo a realização eficiente de actividades na Área e, de conformidade com os seus princípios de conservação, a evitação de desperdícios desnecessários” - artigo 150º nº 1 b).¹⁰⁷

¹⁰⁷ Outras actividades, como a prospecção, a investigação científica, o transporte, processamento e comercialização de minerais não são abrangidas pela definição convencional de “actividades na Área”. De qualquer modo, isso não significa que tais actividades se possam desenvolver à margem da Convenção.

Tendo a Autoridade realizado a sua Sessão inaugural entre 16 e 18 de Novembro de 1994, a sua preocupação imediata foram os aspectos organizacionais, pelo que, durante 1995 e 1996, o seu trabalho centrou-se, essencialmente, na eleição do Conselho, do Secretário Geral, da Comissão Jurídica e Técnica e do Comité de Finanças e no estabelecimento do Secretariado. Depois disso, e até à aprovação do primeiro plano de trabalho para aproveitamento, a Autoridade dedicou-se:

- à transferência de bens e registos da Comissão Preparatória para a Autoridade;
- ao orçamento e organização financeira;
- ao processamento dos pedidos de aprovação de planos de trabalho para a exploração, de acordo com a Parte XI e seu Acordo;
- à implementação das decisões da Comissão Preparatória relativas aos investidores pioneiros registados e respectivos Estados certificadores, incluindo os seus direitos e obrigações, de acordo com o artigo 308º nº 5 da Convenção e parágrafo 13º da Resolução II;
- a supervisionar o cumprimento dos planos de trabalho aprovados sob a forma de contratos;
- a supervisionar e rever as tendências e desenvolvimentos relativamente às actividades no fundo do mar, incluindo uma análise regular das condições do mercado mundial de metais e os preços dos metais, tendências e perspectivas;
- ao estudo do impacto da produção mineral da Área nas economias dos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres dos mesmos minerais, possivelmente afectados, tendo em vista minimizar as suas dificuldades e ajudá-los nos acertos económicos;
- à adopção de normas, regulamentos e procedimentos necessários para a condução das actividades na Área à medida que elas evoluírem. Não obstante as disposições do Anexo III, artigo 17º, nº 2 b) e c) da Convenção, tais normas, regulamentos e procedimentos devem ter em atenção os termos do Acordo, o prazo alargado para as actividades comerciais mineiras do fundo do mar e o andamento das actividades na Área;
- à adopção de normas regulamentos e procedimentos incorporando as regras aplicáveis para a protecção e preservação do ambiente marinho;
- à promoção e encorajamento da investigação científica marinha relativamente às actividades na Área e à recolha e divulgação dos resultados de tais investigações, quando disponíveis, com particular relevo para a pesquisa relacionada com o impacto ambiental das actividades na Área;
- à aquisição de conhecimentos científicos e verificação do desenvolvimento tecnológico relativamente à protecção e preservação do ambiente marinho;
- à avaliação dos dados disponíveis relativos à prospecção e exploração;
- à elaboração atempada de normas, regulamentos e procedimentos para o aproveitamento, incluindo os relativos à protecção e preservação do ambiente marinho;
- à elaboração do Acordo entre a Autoridade e o Governo de Jamaica relativo à sede da Autoridade;
- à elaboração do Protocolo de Privilégios e Imunidades da Autoridade;
- à elaboração do Acordo de Cooperação entre as Nações Unidas e a Autoridade.

A Autoridade começou a tratar das questões substantivas em 1997, quando a Comissão Jurídica e Técnica começou o seu trabalho no projecto de código para a prospecção e exploração de nódulos polimetálicos na Área (o *Mining Code*). Uma vez completo, o trabalho da Comissão (2000) foi submetido ao Conselho da Autoridade para adopção e aplicação provisória, até à sua aprovação pela Assembleia, de acordo com o artigo 162º nº 2 o) da Convenção. O Código é o instrumento base para a aprovação de planos de trabalho para exploração de nódulos polimetálicos e para a celebração de contratos para o exercício de actividades de acordo com o artigo 153º da Convenção. Na 3ª Sessão da Autoridade, em Agosto de 1997, foram formalmente apresentados ao Conselho planos de trabalho para exploração por sete investidores pioneiros - disponível in (<http://www.isa.org.jm/about/general.htm>).

O *Mining Code* regula, apenas, a prospecção e exploração dos nódulos polimetálicos. Futuramente, terá que ser completado por disposições regulando o seu aproveitamento, bem assim como por disposições contendo normas relativas a outros recursos que não os nódulos polimetálicos.

3 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AUTORIDADE

A Autoridade, na realização dos seus fins, tem de orientar-se por alguns princípios, a saber o princípio da igualdade soberana dos Estados Membros, o princípio da boa fé e o princípio da cooperação. É o que vamos estudar.

3.1 - O PRINCÍPIO DA IGUALDADE SOBERANA DOS MEMBROS DA AUTORIDADE

Nos termos do artigo 157º nº 3 da Convenção: “A Autoridade baseia-se no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”. Por seu turno, o artigo 152º nº 1 estabelece que “A Autoridade deve evitar qualquer discriminação no exercício dos seus poderes e funções, inclusive na concessão de oportunidades para a realização de actividades na Área”. Isto não significa, porém, que deve haver uma igualdade absoluta de direitos e deveres entre todos os membros da Autoridade. Entre os Estados há grandes desigualdades de facto, o que pode justificar a existência de tratamentos diferenciados. Trata-se de assegurar, nas situações de facto desiguais, uma igualdade “perante” o direito mais que uma igualdade de direitos¹⁰⁸. Daí admitir-se uma discriminação positiva a favor dos Estados em vias de desenvolvimento “particularmente àqueles sem litoral ou em situação geográfica desfavorecida” - artigo 152º nº 2¹⁰⁹.

A igualdade entre Estados manifesta-se, também, na maneira como eles participam na composição e funcionamento da Autoridade e dos seus órgãos. Todos os membros da Autoridade estão representados na Assembleia - artigo 160º nº 1 - onde cada Estado tem um voto. O Conselho é um órgão de composição restrita e, por isso, os membros da Autoridade não podem estar todos representados, ao mesmo tempo. De modo a assegurar a igualdade de possibilidades de participação, foi instituída a regra da rotatividade de membros - artigo 161º nº 4. Por outro lado, “um membro da Autoridade que não esteja representado no Conselho pode enviar um representante para assistir a uma sessão deste, quando esse membro o solicitar ou quando o Conselho examinar uma questão que o afecte particularmente. Tal representante poderá participar nos debates, mas sem direito de voto” - artigo 161º nº 9. Os procedimentos de adopção de decisões garantem, também, a igualdade de todos os membros. Aliás, “na adopção de decisões o Conselho deve procurar promover os interesses de todos os membros da Autoridade”¹¹⁰. As decisões, na

¹⁰⁸ PAOLILLO, Felipe H. - Les Structures Institutionnelles, *cit.*, p. 616.

¹⁰⁹ Ver também o artigo 148º.

¹¹⁰ Secção 3 § 5º *in fine* do Anexo ao Acordo de Implementação.

medida do possível, devem ser tomadas por consenso, procedimento que permite a um Estado impedir a adopção de uma decisão, mas este direito não está reservado a um Estado ou grupo de Estados em particular, antes pode ser exercido por qualquer membro do órgão. Se o consenso não é possível, o Conselho¹¹¹, adoptará as decisões sobre questões de procedimento, por uma maioria de membros presentes e votantes e as decisões sobre questões de fundo, excepto aquelas que nos termos da Convenção têm que ser adoptadas por consenso, serão adoptadas por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, desde que a tais decisões não se oponha a maioria de uma das câmaras¹¹². Este sistema de votação obriga os interesses envolvidos a trabalhar conjuntamente e tentar conseguir soluções que sejam aceitáveis para todos, por isso, vai evitar deixar interesses de fora; todos são obrigados a cooperar e a ter em conta não só os seus próprios interesses, mas também os interesses de outros parceiros envolvidos¹¹³.

Os procedimentos de eleição dos membros do Conselho podem levar ao desrespeito do princípio da igualdade soberana, devido ao facto de o sistema de representação dos interesses levar a que alguns Estados tenham uma presença permanente ou quase permanente neste órgão.

3.2 - O PRINCÍPIO DA BOA FÉ

O nº 4 do artigo 157º dispõe que “Todos os membros da Autoridade devem cumprir de boa fé as obrigações contraídas de conformidade com a presente Parte, a fim de se assegurarem a cada um os direitos e benefícios decorrentes da sua qualidade de membro”¹¹⁴. O princípio da boa fé mais não é que um princípio geral relativo ao comportamento dos Estados nas suas relações internacionais mútuas. Este princípio está reafirmado na Parte XVI da Convenção, com a epígrafe -

¹¹¹ O Conselho, nos termos do parágrafo 15º da Secção 3, é composto por 36 membros da Autoridade, eleitos pela Assembleia. Cada grupo de Estados eleitos nos termos da alíneas a) a c) do nº 15 será considerado como uma câmara para efeitos de voto. Os Estados em desenvolvimento eleitos nos termos das alíneas d) e e) do § 15º serão considerados como uma única câmara, igualmente para efeitos de voto. Daí a existência de 4 câmaras para efeitos de votação. Adiante trataremos melhor esta questão.

¹¹² Este sistema reconhece aos interesses mais relevantes o direito de veto, mas não permite que um Estado, isoladamente, possa vetar uma decisão - CHARNEY, Jonathan I. - *The United States and the Revision of the 1982 Convention on the Law of the Sea*. *Ocean Development and International Law Journal*. New York: Taylor & Francis. 23: (1992), p. 292.

¹¹³ KOCH, Joachim - Revision in Part XI: a necessary compromise. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 152.

¹¹⁴ Trata-se de uma disposição semelhante à contida no artigo 2º da Carta das Nações Unidas que estabelece: “A Organização e os seus membros, para a realização dos fins mencionados no artigo 1º, agirão de acordo com os seguintes princípios:

1 - A Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus membros.

Disposições gerais - no artigo 300º, onde se pode ler: “Os Estados Partes devem cumprir de boa fé as obrigações contraídas nos termos da presente Convenção e exercer os direitos, jurisdição e liberdades reconhecidos na presente Convenção de modo a não constituir abuso de direito”.

3.3 - O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO

A cooperação e o bom entendimento entre os Estados que compõem uma organização internacional é uma regra de ouro para o seu bom funcionamento. A Convenção do Direito do Mar não consagra expressamente, em nenhum preceito específico, este princípio, antes ele resulta de várias disposições como, por exemplo, os artigos 138º *in fine* - “... promoção da cooperação internacional e da compreensão mútua”; 139º nº 1 - “Os Estados Partes ficam obrigados a zelar por que as actividades na Área ...”; 144º nº 2 - “... os Estados Partes devem cooperar para promover a transferência de tecnologia ...”; e 153º nº 4 - “... Os Estados Partes devem prestar assistência à Autoridade ...”.

Como sabemos, a Área e seus recursos são património comum da Humanidade, cabendo à Autoridade actuar em seu nome¹¹⁵. A Autoridade é, pois, uma organização que representa um interesse da Humanidade no seu conjunto, interesse que consiste no aproveitamento dos recursos da Área e na repartição equitativa dos benefícios daí resultantes. Por isso, todos os Estados estão interessados em cooperar para a realização de um fim que lhes é comum. Trata-se de uma cooperação que origina uma participação activa e convergente de todos. Ou pelo menos assim deveria ser.

4 - CARACTERÍSTICAS DA AUTORIDADE¹¹⁶

A Autoridade é uma organização internacional (artigo 157º nº1 e § 1º da Secção 1 do Anexo ao Acordo de Implementação¹¹⁷) formada por todos os Estados membros da Convenção das

2 - Todos os membros, a fim de assegurarem para todos em geral os direitos e vantagens resultantes da sua qualidade de membros, deverão cumprir de boa fé as obrigações por eles assumidas de acordo com a presente Carta.”

¹¹⁵ Artigo 137º nº 2.

¹¹⁶ Continuamos a seguir de perto, sobretudo na sequência da matéria, PAOLILLO, Felipe H. - Les Structures Institutionnelles, *cit.*, p. 619 e s..

¹¹⁷ “A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos é a organização por intermédio da qual os Estados Partes na Convenção, em conformidade com o regime estabelecido para a área na parte XI e no presente Acordo, organizam e controlam as actividades na área, particularmente com vista à gestão dos recursos da área”

Nações Unidas sobre o Direito do Mar¹¹⁸, daí o seu carácter intergovernamental, com vocação universalista, pois se a missão da Autoridade é actuar em nome da Humanidade, para o exercício dos direitos desta sobre os recursos da Área (artigo 137º nº 2), essa missão só será verdadeiramente satisfeita se todos, sem excepção, forem seus membros ou puderem participar como observadores¹¹⁹ nas suas actividades (artigo 156º nº 2 e 3). Por último, a Autoridade é uma verdadeira organização internacional, com “personalidade jurídica internacional e com a capacidade jurídica necessária” para o exercício das suas funções e para a realização dos seus fins.

A Autoridade combina as características comuns às organizações internacionais tradicionais, nomeadamente está organizada como uma organização intergovernamental, baseada no princípio da igualdade soberana dos Estados membros, a sua estrutura orgânica reproduz a clássica trilogia - órgão deliberativo, órgão executivo e secretariado - com aspectos inovadores, a saber: podem ser membros da Autoridade não só Estados, mas também outras entidades; o princípio da igualdade soberana cede face ao estatuto de membros (de facto) permanentes do Conselho; à clássica trilogia de órgãos junta-se um quarto, a Empresa, com características especiais até então desconhecidas em órgãos de organizações internacionais, traduzindo-se essa especialidade no facto de a Empresa ser um órgão operacional, com funções de natureza económica; e, ainda, o estabelecimento de um mecanismo próprio para a solução de controvérsias, com a criação de um Tribunal próprio.

¹¹⁸ Em 31 de Setembro de 2001 eram cento e trinta e sete os membros da Autoridade - Alemanha, África do Sul, Argélia, Angola, Antígua e Barbuda, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bahamas, Bahrein, Bangladesh, Barbados, Bélgica, Belize, Benin, Bolívia, Bosnia e Herzegovina, Botswana, Brasil, Brunei, Bulgária, Cabo Verde, Camarões, Chile, China, Chipre, Comores, Comunidade Europeia, Costa Rica, Costa do Ivoire, Croácia, Cuba, Djibouti, República Dominicana, Egipto, Eslovénia, Eslováquia, Espanha, República Jugoslava da Macedónia, Federação Russa, Filipinas, Fiji, Finlândia, França, Gabão, Gâmbia, Geórgia, Gana, Granada, Grécia, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Guiana, Haiti, Honduras, Índia, Indonésia, Iraque, Irlanda, Islândia, Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Itália, Jamaica, Japão, Jordânia, Jugoslávia, Kénia, Kuwait, Líbano, Madagáscar, Malásia, Maldivas, Mali, Malta, Maurício, Mauritânia, México, Micronésia, Mónaco, Mongólia, Moçambique, Myanmar, Namíbia, Nauru, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Oman, Países Baixos, Paquistão, Palau, Panamá, Papua Nova Guiné, Paraguai, Polónia, Portugal, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, República Checa, República da Coreia, República Democrática do Congo, República Democrática Popular do Lao, República Unida da Tanzânia, Roménia, Saint Kitts e Nevis, Samoa, Santa Lúcia, S. Tomé e Príncipe, S. Vicente e Granadinas, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Singapura, Senegal, Sri Lanka, Sudão, Suécia, Suriname, Togo, Tonga, Trindade e Tobago, Tunísia, Ucrânia, Uganda, Uruguai, Vanuatu, Vietnam, Yemen, Zâmbia, Zimbabwe - disponível *in* (<http://www.isa.org.jm/members.htm>).

¹¹⁹ Em 31 de Setembro de 2001 eram observadores da Autoridade os seguintes Estados: Afeganistão, Albânia, Andorra, Arménia, Arzerbaijão, Bielorrússia, Butão, Burkina Faso, Burundi, Canadá, Chade, Colômbia, Dinamarca, Equador, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Eritreia, Estados Unidos da América, Estónia, Etiópia, Hungria, Irão, Israel, Kasaquistão, Kirguizistão, Latvia, Lesoto, Libéria, Líbia, Liechtenstein, Lituânia, Malawi, Marrocos, Nigéria Niue, República de Moldovia, Perú, Qatar, República Centroafricana, República Dominicana, República Popular da Coreia, Ruanda, San Marino, Santa Sé, Síria, Suíça, Swazilândia, Tadjikistão, Tailândia, Turkménistão, Turquia, Tuvalu, Uzbekistão, Venezuela, num total de cinquenta e quatro Estados - disponível *in* (<http://www.un.org.jm/observer.states.htm>).

Têm, também, o direito de participar na Autoridade, como observadores, todos os observadores da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - artigo 156º nº 3.

A Autoridade tem sede na Jamaica, em Kingston, e pode criar os centros ou escritórios regionais que julgue necessários para o desempenho das suas funções - artigo 156º nº 4 e 5.

4.1 - O CARÁCTER INTERGOVERNAMENTAL

O artigo 156º nº 2 da Convenção consagra o carácter intergovernamental da Autoridade ao dispor que “Todos os Estados Partes da Convenção são *ipso facto* membros da Autoridade”¹²⁰. Por seu turno, o artigo 1º nº 2 - 1) define Estados Partes: “como os Estados que tenham consentido em ficar obrigados pela Convenção” e o 2) estabelece que “A Convenção aplica-se *mutatis mutandis* às entidades mencionadas referidas nas alíneas b), c), d) e e) e f) do parágrafo 1º do artigo 305, que se tenham tornado partes na presente Convenção de conformidade com as condições relativas a cada uma delas e, nessa medida, a expressão Estados Partes compreende essas entidades”. Assim sendo, a Convenção aplica-se aos Estados Autónomos associados e aos territórios que tenham uma plena autonomia interna mas que ainda não acederam à plena independência¹²¹, desde que tenham competência para as matérias tratadas na Convenção, compreendendo aí a competência para concluir tratados sobre tais matérias, e, por fim, às organizações internacionais, de acordo com o Anexo IX¹²². Consequentemente, podemos concluir que, logo que estas entidades se tornem partes

¹²⁰ Em 1977, Northcut Ely, Conselheiro do *Deepsea Ventures*, referiu-se à Autoridade como um “diabo”, um supergoverno gigante, composto por um Conselho e uma Assembleia de cento e cinquenta e cinco nações - citado por SCHMIDT, Markus G. - **Common Heritage or Common Burden?: The United States Position on the Development of a Regime for Deep Sea-Bed Mining in the Law of the Sea Convention**. Oxford : Clarendon Press, 1989, p. 176.

¹²¹ O artigo 305º nº 1 b) da Convenção refere-se à Namíbia, representada pelo Conselho das Nações Unidas para a Namíbia. Hoje, porém, esta alínea já perdeu actualidade, pois a Namíbia já acedeu à independência, por isso é abrangida pela alínea a) do artigo que se refere aos Estados.

Relativamente aos Estados Autónomos, o artigo 305º nº 1 estabelece na alínea c) - “todos os Estados Autónomos associados que tenham escolhido este estatuto num acto de autodeterminação fiscalizado e aprovado pelas Nações Unidas de conformidade com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, e que tenham competência sobre matérias regidas pela presente Convenção, incluindo a de concluir tratados em relação a essas matérias”; e na alínea d) - “todos os Estados Autónomos associados que, de conformidade com os seus respectivos instrumentos de associação, tenham competência sobre as matérias regidas pela presente Convenção, incluindo a de concluir tratados em relação a essas matérias”.

Por fim, o artigo 305º nº 1 e) estatui: “todos os territórios que gozem de plena autonomia interna, reconhecida como tal pelas Nações Unidas, mas que não tenham alcançado a plena independência de conformidade com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, e que tenham competência sobre as matérias regidas pela presente Convenção, incluindo a de concluir tratados em relação a essas matérias”.

Estas disposições abrangiam as Ilhas Cook, as Antilhas Holandesas, Niue, o Trust Territory das Ilhas do Pacífico e St. Kitts-Nevis. Em 1990, o Conselho de Segurança, pela Resolução 683 (1990), acabou com o *Trusteeship Agreement* para três dos *Trust Territories* das Ilhas do Pacífico: os Estados Federados da Micronésia, as Ilhas Marshall e as Ilhas Mariana do Norte. Estes Estados tornaram-se membros das Nações Unidas em 1991. Os restantes *Trust Territories* tornaram-se membros das Nações Unidas como a República do Palau, em 1994, por recomendação da Resolução do Conselho de Segurança nº 963 (1995) - referido por BROWN, E. D., *op. cit.*, p. 60 e nota 63.

¹²² Durante a Conferência houve uma forte oposição a que os movimentos de libertação nacional pudessem ser membros da Convenção, por isso não estão incluídos entre as entidades que a podem assinar e ratificar ou aderir. De

da Convenção por via da ratificação, confirmação formal ou adesão - artigo 306º e 307º¹²³ - adquirem a qualidade de membro da Autoridade

A participação das entidades mencionadas como membros da Autoridade não afecta o seu carácter intergovernamental, pois, com excepção das organizações internacionais, elas possuem todos os atributos do Estado. As organizações internacionais para serem partes na Convenção e poderem participar na Autoridade como membros, têm que: ser organizações internacionais intergovernamentais, isto é, devem ser constituídas por Estados e só podem depositar o seu instrumento de confirmação formal se a maioria dos seus Estados membros tiver ratificado ou aderido à Convenção - Anexo IX, artigo 3º.

Todas as entidades, enquanto membros da Autoridade, têm os mesmos direitos e as mesmas obrigações que os Estados Partes. No entanto, a participação das organizações internacionais pode levantar algumas dificuldades jurídicas ou de ordem prática que não se encontram nos outros sujeitos mencionados no artigo 305º, nomeadamente o perigo da dupla representação. Tal hipótese foi, porém, afastada, pois o artigo 4º n.º 4 do Anexo IX consagra o princípio da proibição da dupla representação, segundo o qual os Estados Membros de uma organização internacional não poderão exercer individualmente os poderes que lhe tenham transferido. Por isso, “o instrumento de confirmação formal ou de adesão de uma organização internacional deve conter uma declaração” especificando as matérias em relação às quais os seus Estados membros lhe transferiram competência. Também os Estados membros da organização internacional devem fazer uma declaração especificando essas mesmas matérias. As matérias não especificadas nas declarações referidas presumem-se da competência dos Estados (artigo 5º n.º 1, 2, e 3 do Anexo IX). Além do princípio da proibição da dupla representação, o n.º 5 do artigo 4º do mesmo Anexo estabelece, ainda, que a participação de uma organização internacional “não confere, em caso algum, aos seus Estados membros que não forem Partes na Convenção, quaisquer dos direitos estabelecidos na presente Convenção”. Face a este regime, a participação de uma organização internacional na Assembleia não levanta problemas, mas o mesmo não se passa em relação à participação no Conselho. Neste caso, é preciso uma regulamentação especial estabelecendo

qualquer modo, têm o direito de participar na Autoridade, como observadores, se tiverem sido observadores da III Conferência e se assinaram a Acta Final - artigo 156º n.º 3 e Resolução IV.

¹²³ Artigo 306º - “Ratificação e confirmação formal - A presente Convenção está sujeita à ratificação pelos Estados e outras entidades mencionadas nas alíneas b), c), d) e e) do parágrafo 1º do artigo 305, assim como a confirmação formal de conformidade com o Anexo IX, pelas entidades mencionadas na alínea f) do parágrafo 1º desse artigo. Os instrumentos de ratificação e de confirmação formal devem ser depositados junto do Secretário Geral das Nações Unidas”.

Artigo 307º “Adesão - A presente Convenção está aberta à adesão dos Estados e das entidades mencionadas no artigo 305. A adesão das entidades mencionadas na alínea f) do parágrafo 1º do artigo 305 deve ser efectuada de

quando e como a organização internacional poderá participar e votar tendo em conta que, normalmente, os seus membros não serão todos membros do Conselho.

Uma organização internacional só pode ser parte na Convenção e participar na qualidade de membro da Autoridade, quando os seus membros lhe “tenham transferido a competência em matérias regidas pela Convenção, incluindo a competência para concluir tratados relativos a essas matérias”¹²⁴. Pelo que respeita à competência para a execução de actividades na Área, a transferência só pode ter lugar, quando os Estados membros da Convenção, ligados a uma organização internacional, tenham adquirido, na sua qualidade de Estados Partes, os direitos que a Convenção lhes reconhece, sendo certo que em aplicação dos princípios gerais que regem a Área, nenhum Estado tem, de pleno direito, competência para desenvolver actividades de exploração e de aproveitamento. É por isso que, quando se trata da exploração e aproveitamento da Área e dos seus recursos, seria preferível falar de transferência de direitos adquiridos pelo Estado na sua qualidade de parte na Convenção do que de transferência de competências estaduais¹²⁵.

Os membros da Comunidade Europeia transferiram para a Comunidade competências em vários domínios, nomeadamente no domínio da política comercial¹²⁶. Se os órgãos da Autoridade tratarem de questões de política comercial, a Comunidade Europeia tem o direito de participar na sua análise e na adopção de decisões.

O aproveitamento dos recursos da Área põe, igualmente, em jogo o interesse económico de outras entidades, tais como as empresas estatais ou as pessoas jurídicas, singulares ou colectivas - artigo 153º nº 2 b). Estas entidades, porém, não fazem parte da Autoridade, não podem fazer valer

conformidade com o Anexo IX. Os instrumentos de adesão devem ser depositados junto do Secretário Geral das Nações Unidas”.

¹²⁴ Anexo IX, artigo 1º.

¹²⁵ PAOLILLO, Felipe H. - *Les Structures Institutionnelles*, cit., p. 620.

¹²⁶ No momento em que assinou a Convenção, em 7 de Dezembro de 1984, a Comunidade Económica Europeia, cumprindo o artigo 2º do Anexo IX, fez a seguinte declaração: “... A Comunidade afirma que os seus Estados-membros lhe transferiram competência em relação à conservação e administração dos recursos de pesca. Por isso, no âmbito das pescas, cabe à Comunidade adoptar as regras e regulamentos (que são obrigatórios para os Estados-membros) e entrar em relações com terceiros Estados ou organizações internacionais competentes.

Além do mais, em relação às regras para a protecção e preservação do ambiente marinho, os Estados-membros transferiram para a Comunidade competências, como resulta de disposições adoptadas pela Comunidade e da sua participação em certos acordos internacionais.

Em relação às disposições da Parte X, a Comunidade tem apenas poderes, na medida em que o seu propósito é pôr em execução uma união económica baseada numa união aduaneira.

Em relação às provisões da Parte XI, a Comunidade tem competências em matéria de política comercial, incluindo o controle de práticas económicas desleais.

O exercício da competência que os Estados-membros transferiram para a Comunidade está, pela sua natureza, sujeito a uma evolução contínua. Por isso, a Comunidade reserva-se o direito de fazer novas declarações mais tarde” - transcrito por SIMMONDS, Kenneth R. - *The Community's Declaration upon Signature of the United Nations Convention on the Law of the Sea*. *Common Market Law Review*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers. 23: (1986), p. 538-539. Ver também ROCHA, Rosa Maria Sousa Martins - **O Mar Territorial: Largura e Natureza Jurídica**. Porto : Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, 1996. Monografias. ISBN 972-9354-14-6, p. 233-250, *maxime* 243-244.

os seus interesses a não ser por intermédio dos Estados. Devido ao papel importante que desempenham na condução das actividades mineiras do fundo do mar, foi-lhes reconhecida uma certa capacidade internacional, podendo, por exemplo, fazer contratos com a Autoridade (artigo 3º nº 5 do Anexo III) e apresentar-se perante o Câmara de Controvérsias para a resolução de diferendos, mas, mesmo para a realização de tais actos, é necessário que os Estados intervenham, seja como patrocinadores dos peticionários dos contratos, seja a título da sua participação nos procedimentos que se desenvolvem perante a Câmara - artigo 190º.

4.2 - O CARÁCTER UNIVERSAL

A Área e seus recursos, como já foi sobejamente referido, são património comum da Humanidade, sendo a Autoridade a organização administrante. Enquanto representante de toda a Humanidade, a Autoridade tem vocação universalista, pois tal representação será tanto mais autêntica quanto maior for o número dos Estados que tenham ratificado ou aderido à Convenção. Além disso, e precisamente atendendo ao seu carácter universal, outras entidades que não Estados podem assinar e ratificar ou confirmar a Convenção ou a ela aderir, como acabamos de ver (artigos 305º, 306º e 307º). O carácter universalista aparece reforçado no artigo 156º nº 3 da Convenção que estabelece que “Os observadores da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que tenham assinado a Acta Final e não estejam referidos nas alíneas c) d) e) e f) do parágrafo 1º do artigo 305, têm o direito de participar na Autoridade como observadores de conformidade com as suas normas, regulamentos e procedimentos”.

Não obstante esta óptica universalista predominante na Convenção, a Autoridade pode criar os centros ou escritórios regionais que julgue necessários.

A vocação universal da Autoridade está presente, também, no facto de a Convenção não prever a expulsão como medida sancionatória a aplicar aos seus membros. O artigo 185º prevê, apenas, a medida de suspensão do exercício de direitos e privilégios inerentes à qualidade de membro, a aplicar aos Estados em caso de violação grave e persistente das disposições da Parte XI. A suspensão é decidida pela Assembleia mediante prévia recomendação do Conselho e não pode ter lugar sem que a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos tenha determinado que o Estado violou grave e persistentemente a Parte XI.

4.3 - PERSONALIDADE JURÍDICA

“A Autoridade tem personalidade jurídica internacional e a capacidade jurídica necessária ao exercício das suas funções e à consecução dos seus objectivos” - artigo 176º. Assim sendo, pode concluir acordos com a Organização das Nações Unidas e outras organizações internacionais¹²⁷, pode iniciar procedimentos perante a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos nos casos de não cumprimento¹²⁸, pode intentar uma acção e ser levada perante a Câmara para a resolução de diferendos relativos aos fundos marinhos nos termos do artigo 186º e seguintes e pode contrair empréstimos¹²⁹. Todos estes poderes são exercidos pelo Conselho, em nome da Autoridade.

A Convenção não refere expressamente a capacidade da Autoridade concluir acordos com os Estados, como faz quando define a capacidade jurídica da Empresa¹³⁰, mas deve entender-se que uma tal capacidade lhe é reconhecida implicitamente, na medida em que a conclusão de tais acordos seja necessária ao exercício das suas funções e digam respeito a matérias da sua competência. A esta conclusão pode chegar-se após uma análise conjunta dos artigos 176º, que reconhece personalidade jurídica à Autoridade, e 157º nº 2 que estabelece que “A Autoridade tem os poderes e as funções que lhe são expressamente conferidos pela presente Convenção. A Autoridade terá os poderes subsidiários, compatíveis com a presente Convenção, que sejam implícitos e necessários ao exercício desses poderes e funções no que se refere às actividades na Área”.

4.4 - PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Os artigos 177º a 183º da Convenção, bem assim como o artigo 13º do Anexo IV à Convenção, estabelecem que a Autoridade, a Empresa e pessoas a elas ligadas, a fim de poder exercer as suas funções, gozam, no território da cada Estado Parte, de privilégios e imunidades¹³¹.

¹²⁷ Artigo 162º nº 2 f).

¹²⁸ Artigo 162º nº 2 u).

¹²⁹ Artigo 174º nº 1.

¹³⁰ Artigo 13º nº 2 a), do Anexo IV.

¹³¹ Relativamente a matérias não reguladas pelos artigos 173º a 183º, a Assembleia aprovou um Protocolo sobre os Privilégios e Imunidades da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA/4/A/8, de 30 de Março de 1998. Este Protocolo foi feito com base na Convenção de Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, de 13 de Fevereiro de 1946, mais concretamente nos artigos I, II, IV, V e VI. É um verdadeiro tratado contendo o estatuto jurídico da Autoridade, isto é, os seus direitos e deveres, bem assim como dos seus funcionários administrativos e dos representantes dos Estados membros, mormente os privilégios e imunidades e o uso de “livre trânsito”. Foi apresentado à Assembleia, em 26 de Março de 1998, por Zdzislaw Galicki, da Polónia, Presidente do Grupo de Trabalho estabelecido pela Assembleia, em 1996, para rever o projecto preparado, em 1992, pela Comissão Preparatória e o

Assim, a Autoridade e seus bens e haveres gozam de imunidade de procedimento judicial e de execução, não podendo os últimos (bens e haveres) ser objecto de busca, requisição, confiscação, expropriação ou qualquer outra forma de detenção por acção executiva e legislativa. Os bens e haveres estão, também, isentos de qualquer tipo de restrições, regulamentação, controle e moratórias - artigos 178º, 179º e 180º. Por seu turno, o artigo 181º prescreve que os arquivos da Autoridade são invioláveis e que as suas comunicações oficiais terão um tratamento não menos favorável do que o concedido pelo Estado em causa a outras organizações internacionais. Estabelece ainda que “os dados que sejam propriedade industrial, os dados que constituam segredo industrial e as informações análogas, bem como os processos do pessoal não são colocados em arquivos acessíveis ao público”.

Relativamente às pessoas ligadas à Autoridade, *maxime* “os representantes dos Estados Partes que assistem a reuniões da Assembleia, do Conselho ou dos órgãos da Assembleia ou do Conselho, bem como o Secretário Geral e o pessoal da Autoridade, gozam no território da cada Estado Parte a) de imunidade de jurisdição e de execução no que respeita a actos praticados no exercício das suas funções¹³² ... b) não sendo nacionais desse Estado Parte, das mesmas isenções relativas a restrições de imigração, a formalidades de inscrição de estrangeiros e a obrigações de serviço nacional, das mesmas formalidades em matéria de restrições cambiais e do mesmo tratamento no que respeita a facilidades de viagem que esse Estado conceder aos representantes, funcionários e empregados de categoria equivalente de outros Estados Partes” - artigo 182º da Convenção. Por último, o artigo 183º prescreve a isenção de impostos sobre a Autoridade, seus haveres, bens, rendimentos e operações e transacções autorizadas pela Convenção, bem assim como a isenção de direitos alfandegários sobre bens importados ou exportados pela Autoridade para seu uso oficial. Os Estados Partes não cobrarão, igualmente, “directa ou indirectamente nenhum imposto sobre os vencimentos, emolumentos ou outros pagamentos feitos pela Autoridade ao Secretário Geral e aos funcionários da Autoridade, bem como aos peritos que realizem missões para a Autoridade, que não sejam nacionais desses Estados”.

projecto elaborado pelo Scretariado com base naquele texto. Foi aprovado por consenso - disponível *in* (<http://www.isa.org.jm/meeting/19980327roundup.htm>).

¹³² A menos que o Estado que representam ou a Autoridade, conforme o caso, renuncie expressamente a esta imunidade num caso particular.

5 - OS PODERES DA AUTORIDADE E RESPECTIVOS LIMITES

Para o desempenho das suas funções, a Autoridade tem uma multiplicidade de poderes distribuídos pelos seus órgãos, que vão do poder de editar normas, regulamentos e procedimentos, até à execução de actos de natureza comercial, tais como o transporte, o processamento e a comercialização de minerais¹³³. Melhor dizendo, a “Autoridade tem os poderes e as funções que lhe são expressamente conferidos pela presente Convenção ... (e) os poderes subsidiários, compatíveis que sejam implícitos e necessários ao exercício desses poderes e funções no que se refere às actividades na Área” - artigo 157º n° 2 e § 1º da Secção 1 do Anexo ao Acordo de Implementação.

Assim, entre outras, a Autoridade, através da Assembleia, tem o poder de: em colaboração com o Conselho, estabelecer as políticas gerais; eleger os membros do Conselho, o Secretário Geral, os membros do Conselho de Administração da Empresa e o seu Director Geral; criar órgãos subsidiários; determinar as contribuições dos seus membros para o orçamento administrativo; examinar e aprovar o projecto de orçamento anual apresentado pelo Conselho; examinar os relatórios periódicos do Conselho e da Empresa - artigo 160º. Por outro lado, através do Conselho define as políticas específicas a seguir; organiza e controla as actividades na Área; examina os planos de trabalho sujeitos pelos peticionários de contratos de exploração e aproveitamento e decide da sua aprovação ou rejeição atendendo à recomendação da Comissão Jurídica e Técnica; negocia e conclui contratos com os Estados Partes e outras entidades; faz recomendações - artigo 162º e 153º. Participa, através da Empresa, em *joint ventures* ou em outro tipo de acordos e realiza, directamente, por sua própria conta, as actividades de exploração e de aproveitamento na Área. Não haverá na Área nenhuma operação que a Autoridade não desenvolva, na qual não participe ou que não seja autorizada por ela. A Autoridade participa, também, em acordos ou convenções.

O exercício das funções e poderes da Autoridade está sujeito a três tipos de limitações. Em primeiro lugar, existe um limite material que tem a ver com as actividades sobre que a competência da Autoridade se exerce; em segundo lugar, a competência é exercida sobre um território determinado, a Área - limite espacial; por último, a Autoridade deve exercer os seus poderes de acordo com as disposições da Parte XI da Convenção, dos Anexos e do Acordo de Implementação - limite jurídico.

¹³³ Artigo 170º n° 1 da Convenção.

5.1 - LIMITE MATERIAL

À primeira vista, os artigos 153º e 157º nº 1 atribuem à Autoridade uma larga competência que consiste em organizar, executar e controlar as actividades na Área, com vista à gestão dos seus recursos. Daqui parece resultar que a Autoridade tem poderes sobre toda e qualquer actividade que seja passível de se realizar na Área. No entanto, há que ter em conta o artigo 1º nº 1, 3) que define actividades na Área apenas como “todas as actividades de exploração e aproveitamento dos recursos na Área”. Assim sendo, a Autoridade tem apenas poderes relativamente à exploração e aproveitamento dos recursos da Área, pois a Convenção optou, não obstante propostas em sentido diverso na III Conferência, por uma concepção restritiva dos poderes da Autoridade.

Apesar de a Convenção ter uma definição restritiva da expressão actividades na Área, há disposições da Parte XI e dos Anexos III e IV que contêm princípios e regras que regem outras actividades que não as de exploração e aproveitamento e que, em certos casos, conferem à Autoridade poderes nesse domínio.

É o que se passa com a prospecção que, apesar de se tratar de uma fase diferente da exploração e do aproveitamento, é uma actividade susceptível de ser regulamentada pela Autoridade¹³⁴. O Anexo III distingue a prospecção da exploração e aproveitamento e reconhece à Autoridade certos poderes em relação aos prospectores. Com efeito, nos termos do artigo 2º, o prospector deve comprometer-se, por escrito, a respeitar a Convenção e as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade relativos à cooperação em programas de formação em matéria de pesquisa científica e de transferência de tecnologia e à protecção do meio marinho. Deve, igualmente, aceitar que a Autoridade verifique o cumprimento do compromisso.

A investigação científica, também, não está compreendida na expressão “actividades na Área” e, por isso, a Autoridade não tem competência para proceder à sua organização e ao seu controlo. A investigação científica marinha na Área rege-se pelo artigo 256º que consagra o direito de todos os Estados e organizações internacionais competentes realizarem investigação científica na Área em conformidade com as disposições da Parte XI, as quais, por sua vez, não fixam qualquer limite a este direito, a não ser os limites de carácter muito geral constantes do artigo 143º nº 1: “a investigação científica marinha da Área deve ser realizada exclusivamente com fins pacíficos e em benefício da humanidade em geral” e do artigo 147º cujo nº 1 estabelece que “as actividades na Área devem ser realizadas, tendo razoavelmente em conta outras actividades no

¹³⁴ Artigo 160º nº 2 f) ii), artigo 162º nº 2 o) ii) da Convenção e Anexo III, artigo 17º nº 1 a).

meio marinho”. Tal não significa que a Autoridade não tenha competência nesta matéria. Pelo contrário, o artigo 143º n° 2 permite-lhe realizar investigações científicas na Área e fazer contratos com este fim. Impõe-lhe, ainda, a obrigação de promover e impulsionar a realização de tais investigações e de coordenar e difundir os seus resultados, quando disponíveis.

A Autoridade pode, ainda, exercer certas funções no que diz respeito à transferência de tecnologia - artigo 144º, protecção do meio marinho - artigo 145º, e à protecção da vida humana - artigo 146º, desde que estejam directamente ligados à realização das actividades na Área.

Por fim, a Autoridade, agindo por intermédio da Empresa, tem competência para efectuar operações de transporte, tratamento e comercialização de minerais extraídos da Área, actividades que não estão cobertas pela definição de actividades na Área. Em sentido amplo, estas operações podem ser consideradas como fazendo parte da fase de aproveitamento dos recursos da Área, mas o artigo 170º da Convenção e o artigo 1º n° 1 do Anexo IV consideram-nas como fases distintas da exploração e aproveitamento e posteriores a estas.

Para finalizar, os poderes da Autoridade, quando actua directamente através da Empresa, são mais amplos abrangendo actividades que, como acabamos de ver, não fazem parte da definição de actividades na Área.

5.2 - LIMITE ESPACIAL

A Autoridade exerce a sua competência num território específico, a Área. Consequentemente, a parte do fundo do mar que está sujeita à jurisdição dos Estados, assim como as águas suprajacentes à Área, que pertencem ao alto mar, escapam à sua competência - artigo 135º, sem prejuízo do que estabelece o artigo 82º.

Relativamente à delimitação da área geográfica de intervenção da Autoridade remetemos para o que dissemos a propósito do princípio da aplicação geográfica limitada, enquanto princípio do regime jurídico do fundo do mar.

5.3 - LIMITE JURÍDICO

No exercício das suas competências, a Autoridade deve actuar em conformidade com a Convenção e respectivos Anexos e as normas, regulamentos e procedimentos que ela própria edita - artigo 153º n° 1. Se compararmos esta disposição com o artigo 157º n° 1 vemos que não são

coincidentes, pois neste último prevê-se que a “Autoridade é a organização por intermédio da qual os Estados Partes, de conformidade com a presente Parte ...”, não se menciona aí os Anexos e as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade, só que esta disposição refere-se aos Estados Partes, ao passo que a primeira se refere à Autoridade. Não se pense, no entanto, que os Estados Partes não estão sujeitos aos Anexos e normas, regulamentos e procedimentos editados pela Autoridade, pois, esta disposição está inserida na Parte XI da qual também faz parte o artigo 153º que, por isso mesmo, também se lhes aplica.

A afirmação da subordinação da Autoridade à Convenção e Anexos é desnecessária, pois todas as organizações internacionais devem exercer as suas funções conformando-se com o seu título constitutivo, com a sua própria “constituição”. Tal afirmação, porém, justifica-se pela preocupação dos países industrializados em limitar os poderes da Autoridade.

5.3.1 - A QUESTÃO DOS PODERES IMPLÍCITOS

O nº 2 do artigo 157º reflecte a preocupação de subordinação da Autoridade à Convenção ao estabelecer que a Autoridade tem: “os poderes e as funções que lhe são expressamente conferidas pela presente Convenção”. A existir só este enunciado linguístico a Autoridade não teria a possibilidade de agir com base em poderes implícitos, pois só teria os poderes que a Convenção lhe reconhece expressamente. Havia, assim, uma rejeição clara e inequívoca de uma prática generalizada, segundo a qual as organizações internacionais podem exercer os poderes que forem necessários para realizar os seus fins, mesmo os que não lhe foram reconhecidos expressamente pelo título constitutivo.

No entanto, a segunda frase do número em análise leva-nos a uma conclusão diversa ao estabelecer que a Autoridade “terá os poderes subsidiários, compatíveis com a presente Convenção, que sejam implícitos e necessários ao exercício desses poderes e funções”. A contradição entre a primeira e a segunda partes do nº 2 do artigo 157º deve-se ao facto de estarmos perante uma matéria que foi controversa na III Conferência. Os países industrializados, defensores de uma Autoridade fraca, pretendiam que os seus poderes fossem definidos expressamente na Convenção e fossem apenas os que aí estavam previstos. Diversamente, os países em vias de desenvolvimento, defensores de uma Autoridade forte, queriam fixar na Convenção apenas alguns poderes, deixando à Autoridade a possibilidade de exercer todos os demais que fossem necessários para a realização dos seus fins.

Não obstante a primeira parte do n° 2 do artigo 157º, a Autoridade dispõe de poderes que a Convenção chama “subsidiários” e que nós podemos chamar implícitos, desde que tal seja necessário para a realização dos seus fins. Tais poderes, apesar da pretensão dos países industrializados, não têm qualquer limite que não seja o serem compatíveis com a Convenção e serem necessários para a realização dos fins da Autoridade. De qualquer modo, também não são tão largos como à primeira vista pode parecer, pois a Convenção, ao mesmo tempo que reconhece à Autoridade uma ampla competência no domínio da gestão e do aproveitamento dos recursos da Área, limita essa mesma competência através da formulação de regras que regem detalhadamente numerosas matérias, deixando à Autoridade pouca autonomia ou discricionariedade.

Este regime é o resultado de esforços dos países industrializados interessados no aproveitamento mineiro dos fundos marinhos e no consumo dos minerais extraídos da Área, que depois de terem falhado na sua tentativa para criar uma Autoridade que se limitasse a licenciar as actividades e a controlá-las, procuraram assegurar a protecção dos seus interesses através de uma regulamentação detalhada do funcionamento da Autoridade. É, por isso, que não devemos estranhar que a ausência de poderes discricionários da Autoridade se manifeste, precisamente, naquelas matérias que mais lhes interessa, enquanto potenciais interessados nas actividades do fundo do mar, como a fixação das condições a preencher pelos peticionários de contratos, a aprovação ou a rejeição de planos de trabalho, a imposição de encargos financeiros aos contratantes, entre outras.

A Convenção não só estabelece que a Autoridade deve agir com respeito pela Parte XI (com as alterações resultantes do Acordo de Implementação) e seus Anexos, como institui, procedimentos consultivos, contenciosos e políticos destinados a assegurar o respeito da Convenção pela Autoridade. O artigo 191º permite à Assembleia ou ao Conselho pedirem à Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos pareceres consultivos sobre questões jurídicas que se suscitem no âmbito das suas actividades. Também o artigo 159º n° 10 estabelece um procedimento de consulta segundo o qual: “Quando for apresentada ao Presidente uma petição escrita que, apoiada por, pelo menos, um quarto dos membros da Autoridade, solicite um parecer sobre a conformidade com a presente Convenção de uma proposta à Assembleia sobre qualquer assunto, a Assembleia deve solicitar à Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do Tribunal Internacional do Direito do Mar que dê um parecer ...”. O procedimento contencioso está previsto e definido na Secção 5 da Parte XI - artigos 186º e seguintes - que tem como epígrafe “Solução de controvérsias e pareceres consultivos” e que permite aos Estados propor, perante a Câmara de

Controvérsias dos Fundos Marinhos, recursos relativos a actos ou omissões da Autoridade desde que invoquem que eles violam as disposições da Parte XI ou dos Anexos ou as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade ou constituem abuso ou desvio de poder.

Aos procedimentos jurisdicionais é preciso acrescentar os mecanismos de controlo político que os Estados Partes podem utilizar, aquando da adopção das decisões. Devido à composição do Conselho¹³⁵ e ao sistema de voto, as questões que não foram reguladas de modo preciso pela Convenção e seus Anexos e que devam ser objecto de regulamentação necessitam, para a sua aprovação, nos termos do artigo 161º n° 8 d), do consenso de todos os membros do Conselho. Consequentemente, a eventualidade de adopção, pela Autoridade, de uma decisão importante contrária aos interesses de um Estado é muito fraca, se não mesmo impossível.

¹³⁵ O artigo 161º n° 1 da Convenção, relativo à composição do Conselho, foi alterado pelo Acordo de Implementação, Secção 3 § 15º.

CAPÍTULO III

AS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS DA AUTORIDADE¹³⁶

A Autoridade, tal como qualquer outra organização internacional, tem um órgão deliberativo, a Assembleia, um órgão executivo de composição restrita, o Conselho e um Secretariado - artigo 158º nº 1 da Convenção. Para além dos três órgãos referidos, a Autoridade tem, ainda, o seu braço operativo, a Empresa, por intermédio da qual a Autoridade irá desenvolver directamente as actividades na Área e pode, ainda, criar os órgãos subsidiários que considere necessários - artigo 158º nº 2 e 3.

Com excepção do Secretariado, todos os órgãos da Autoridade são formados por representantes dos Estados Partes, cujos salários e respectivas despesas são pagas pelos seus próprios Estados.

A Autoridade aparece-nos como uma organização internacional que, se bem que estruturada segundo o modelo institucional preexistente, revela uma série de aspectos orgânicos e funcionais verdadeiramente inovadores.

1 - A ASSEMBLEIA

1.1 - COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

A Assembleia, o órgão deliberativo da Autoridade, é composta por todos os seus membros, isto é, por todos os Estados Partes da Convenção e pelas entidades que nos termos do artigo 305º a ela se tenham vinculado - artigo 159º nº 1. A Assembleia é o órgão plenário supremo da Autoridade perante o qual devem responder os outros órgãos principais - artigo 160º nº 1.

A Assembleia reúne-se em sessão ordinária, uma vez por ano, e em sessão extraordinária, sempre que o decida ou quando convocada pelo Secretariado Geral a pedido do Conselho ou da maioria dos membros da Autoridade - artigo 159º nº 2. Contudo, de acordo com o Acordo de

¹³⁶ Neste capítulo continuamos a seguir PAOLILLO, Felipe H. - *Les Structures Institutionnelles*, *cit.*, p. 632 e s..

Implementação, deve ser tido em consideração o princípio de minimização de custos. As reuniões têm lugar na sede da Autoridade, a menos que a Assembleia delibere de outro modo - artigo 159º nº 3.

“A Assembleia deve adoptar o seu regulamento interno¹³⁷. No início de cada sessão ordinária, elege o seu Presidente¹³⁸ e os restantes membros da Mesa que considere necessários. Estes devem manter-se em funções até à eleição de um novo Presidente e demais membros da Mesa na sessão ordinária seguinte” - artigo 159º nº 4. Até à adopção oficial do seu regulamento interno, a Assembleia reger-se-á pelo projecto de regulamento que a Comissão Preparatória tenha elaborado - nº 5 b) da Resolução I Anexa à Convenção e artigo 308º nº 4.

O *quorum* da Assembleia é constituído pela maioria dos seus membros - artigo 159º nº 5.

1.2 - VOTAÇÃO E RESPECTIVO PROCEDIMENTO

Cada membro da Assembleia dispõe de um voto - artigo 159º nº 6. Com o Acordo de Implementação, Secção 3 do Anexo, a regra geral é que as decisões dos órgãos da Autoridade são adoptadas por consenso. Se todos os esforços para alcançar uma decisão por consenso tiverem sido esgotados, as decisões sobre questões de procedimento são tomadas por uma maioria de membros presentes e votantes. As decisões sobre questões de fundo são tomadas por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, devendo esta maioria compreender a maioria dos membros participantes na sessão. Quando há uma qualquer dúvida sobre se uma questão é de procedimento ou de fundo, a questão é considerada como de fundo, a menos que a Assembleia decida de modo diferente por uma maioria de dois terços - § 3º da Secção 3 do Anexo ao Acordo de Implementação e nº 8 do artigo 159º da Convenção. As decisões da Assembleia com implicações financeiras ou orçamentais têm de basear-se em recomendações do Comité Financeiro. As decisões da Assembleia sobre questões que o Conselho seja igualmente competente ou sobre questões de natureza administrativa, orçamental ou financeira têm de basear-se em recomendações do Conselho¹³⁹. Se a Assembleia não aceitar a recomendação do Conselho sobre uma dada

¹³⁷ A Assembleia adoptou o seu regimento interno, em 17 de Março de 1995 - Doc. ISBA/A/6, de 7 de Julho - *in* UNITED NATIONS- Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1995. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 11, 1995: (1995), p. 306 e s..

¹³⁸ Os Presidentes da Assembleia foram: 1996 - Hasjim Djalal, da Indonésia; 1997 - S. Amos Wako, do Quénia; 1998 - Tadeusz Bachleda-Curus, da Polónia; 1999 - José Luis Vallarta, do México; 2000 - Liesbeth Lijnzaad, dos Países Baixos - disponível *in* (<http://www.isa.org.jm/members.htm>).

¹³⁹ Dado o tamanho da Assembleia, sua composição e regras de votação, que não asseguram de modo adequado a protecção de todos os interesses relevantes, a Convenção e o Acordo prevêm que as competências mais importantes

questão, deve devolver-lhe a questão para novo exame. Neste caso, o Conselho examinará a questão à luz das opiniões emitidas pela Assembleia - § 7º e 4º da Secção 3 do Anexo ao Acordo de Implementação. Há uma situação que nos termos do artigo 159º nº 8 deveria ser aprovada por uma maioria de dois terços, mas que devido à interpretação da Comissão Preparatória é necessário o consenso - o artigo 160º nº 2 e) estabelece que a Assembleia tem poderes para “determinar a contribuição dos membros para o orçamento administrativo da Autoridade de conformidade com uma escala acordada, com base na utilizada para o orçamento ordinário da Organização das Nações Unidas ...”. Nos termos do artigo 35º das Regras de Procedimento da Comissão Preparatória a “escala acordada” que o artigo refere tem de ser aprovada por consenso. Esta interpretação beneficia os países mais desenvolvidos, maiores contribuintes, que podem usar o direito de veto¹⁴⁰.

A Convenção contém um procedimento especial, à semelhança do que tinha sido previsto no regulamento interno da Conferência, relativo ao agendamento de uma votação de uma questão de fundo. O agendamento da votação tem em vista um acordo geral sobre uma determinada matéria. Com esse objectivo, o nº 9 do artigo 159º permite agendar a decisão de pôr a votação certas questões, desde que se verifiquem as seguintes condições:

- a) deve tratar-se de uma questão de fundo;
- b) a votação visada deve ser a primeira sobre a questão;
- c) o Presidente da Assembleia pode ele próprio decidir o agendamento e deve fazê-lo quando uma quinta parte dos membros da Assembleia o solicitem;
- d) a votação deve ser agendada para um período não superior a cinco dias;
- e) o agendamento só pode ter lugar uma vez a propósito da mesma questão;
- f) a utilização deste procedimento não deve ter por efeito o agendamento da questão para lá do encerramento da sessão.

Na III Conferência, o agendamento da votação tinha por objectivo alargar as possibilidades de realização de um consenso, método normal de decisão. O seu objectivo é menos claro no quadro da Assembleia da Autoridade, na medida em que não é esse o modo normal de adopção de decisões deste órgão. No entanto, com o Acordo de Implementação, a regra geral volta a ser o consenso, o que torna, de novo, mais compreensível esta exigência.

Um outro procedimento especial está previsto no nº 10 do artigo em análise e é relativo ao pedido de pareceres consultivos. É um procedimento especial, diferente do definido no artigo 191º, que permite à Assembleia e ao Conselho pedir à Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos

da Assembleia sejam exercidas concorrentemente com ou as suas decisões sejam baseadas em recomendações do Conselho, ou do Comité de Finanças, ou de ambos.

¹⁴⁰ Ver capítulo da Comissão Preparatória.

pareceres consultivos sobre todas as questões jurídicas que se suscitem no âmbito das suas actividades. Diferentemente, o procedimento especial previsto no nº 10 do artigo 159º só pode ser utilizado pela Assembleia e está sujeito ao seguinte condicionalismo:

- 1) a sua utilização deve ter por base uma petição escrita entregue ao Presidente da Assembleia e apoiada por, pelo menos, um quarto dos membros da Autoridade;
- 2) o conteúdo da petição é solicitar à Câmara um parecer sobre a conformidade com a Convenção de uma proposta apresentada à Assembleia sobre um qualquer assunto;
- 3) a votação pela Assembleia sobre a proposta deve ser adiada até que a Câmara tenha emitido o seu parecer;
- 4) se o parecer não for recebido antes da última semana da sessão, cabe à Assembleia decidir quando se reunirá para votar a proposta adiada.

1.3 - A COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA

1.3.1 - GENERALIDADES

Dos artigos 160º e 162º, que enumeram os poderes e funções da Assembleia e do Conselho, respectivamente, parece lícito concluir que a Assembleia não é um órgão exclusivamente deliberativo e o Conselho também não é um órgão puramente executivo. As funções normativas são partilhadas pelos dois - adopção de políticas (a Secção 3 do Anexo ao Acordo de Implementação, no § 1º veio reforçar esta colaboração ao estabelecer, em “derrogação” de parte do nº 1 do artigo 160º, que “as políticas gerais da Autoridade serão estabelecidas pela Assembleia em colaboração com o Conselho”); adopção de normas, regulamentos e procedimentos; e o mesmo se pode dizer de certas funções de natureza administrativa e executiva - suspensão de exercício dos direitos e privilégios de membros, aprovação do orçamento, estabelecimento de um fundo de assistência económica¹⁴¹.

Por outro lado, os artigos 160º e 162º não são as únicas disposições a tratar das funções destes órgãos. Os artigos da Parte XI e dos Anexos correspondentes fazem referência a certas funções sem precisar, em numerosos casos, qual o órgão que está encarregado de as executar. O Anexo III, por exemplo, descreve diversas funções a desenvolver pela Autoridade. Em alguns casos podemos, por dedução, determinar o órgão competente, mas noutros casos será necessário

¹⁴¹ Secção 7 § 1º a) do Anexo ao Acordo de Implementação.

que a Autoridade adopte regulamentos apropriados¹⁴² ou que a Assembleia decida qual o órgão competente de acordo com o artigo 160º n.º 2 n).

O artigo 158º n.º 4 contém o princípio da separação de poderes ou competências entre os órgãos da Autoridade ao estabelecer: “competem a cada um dos órgãos principais da Autoridade e à Empresa exercer os poderes e funções que lhe são conferidos. No exercício de tais poderes e funções, cada órgão deve abster-se de tomar qualquer medida que possa prejudicar ou impedir o exercício dos poderes e funções específicos conferidos a um outro órgão”. Esta disposição, de todo dispensável, apenas repete os princípios elementares de organização e de repartição de poderes entre órgãos. A sua inserção no texto convencional, deveu-se à pressão de delegações de alguns países desenvolvidos que queriam que a Assembleia não pudesse, ao exercer os seus poderes gerais, ingerir-se nas funções atribuídas ao Conselho e, desse modo, atentar contra a competência e a autonomia deste último.

A Convenção não estabelece nenhum procedimento ou norma permitindo a resolução de um eventual conflito de competências entre os principais órgãos da Autoridade. De qualquer modo, uma vez que a Assembleia possui o poder de decidir qual o órgão que tratará de questões ou matérias não atribuídas expressamente a um órgão determinado - artigo 160º n.º 2 n) - pode esse poder, em certos casos, servir para regular certos conflitos de competências.

A Assembleia, órgão plenário composto por todos os membros da Autoridade, “é considerada o órgão supremo da Autoridade” - artigo 160º n.º 1. O adjetivo “supremo” resultou da pressão dos países em vias de desenvolvimento que, contra a opinião de outros países, sempre defenderam que o órgão mais representativo e no qual tinham a maioria, deveria ter superioridade hierárquica.

A Convenção associa o carácter supremo da Assembleia à sua qualidade de órgão plenário. Deste modo, a supremacia da Assembleia aparece, não como uma superioridade jurídica atribuída pela Convenção, mas como uma superioridade formal e política resultante da sua qualidade de órgão mais representativo. Esta conclusão, segundo cremos, não se altera pelo facto de o mesmo artigo estabelecer que os outros órgãos principais da Autoridade respondem perante a Autoridade, pois os termos desta responsabilidade são os definidos pela Convenção, que nada estabelece a propósito. Na realidade, não obstante a supremacia da Assembleia, o centro do poder da Autoridade é o Conselho. A esta conclusão chegamos a partir do artigo 160º n.º 2 f) ii) que reconhece à Assembleia o poder de adoptar normas regulamentos e procedimentos provisoriamente adoptados e aplicados pelo Conselho, sobre a prospecção, exploração e aproveitamento da Área,

¹⁴² Trata-se de uma competência implícita da Assembleia.

bem como sobre a sua gestão financeira e administração interna. A Assembleia apenas pode aprovar ou rejeitar as referidas normas, que, nesta última hipótese, continuarão a ser aplicados provisoriamente. O Conselho tem, também, o poder exclusivo de iniciativa normativa, cabendo-lhe recomendar à Assembleia, para posterior exame e aprovação desta, normas, regulamentos e procedimentos sobre a distribuição equitativa de benefícios financeiros e outros benefícios económicos e sobre os pagamentos e contribuições feitos nos termos do artigo 82º¹⁴³. Daqui resulta que a Assembleia, apesar de ser o órgão supremo da Autoridade, não tem poder para agir contra a vontade do Conselho. Tomando este caso conjuntamente com a aprovação de planos de trabalho, que também é da competência do Conselho, podemos concluir que a Assembleia possui um poder restrito e que o poder real relativo às decisões sobre as questões de acesso aos recursos da Área e sua gestão reside no Conselho. Esta conclusão é reforçada pelo facto de o Conselho aparecer como verdadeiro guardião da legalidade¹⁴⁴ e, por último, de a Assembleia, apesar de eleger os membros do Conselho e de este ser perante ela responsável, não ter poderes para os demitir¹⁴⁵. Por outras palavras, enquanto que a Assembleia é formalmente o órgão supremo da Autoridade, o Conselho tem, de facto, um estatuto superior tendo o poder real. Isto vai exactamente no sentido pretendido pelos países industrializados e foi reforçado pelo Acordo de Implementação de 1994.

1.3.2 - PODERES E FUNÇÕES DA ASSEMBLEIA

Os poderes e funções da Assembleia estão descritos no artigo 160º da Convenção e noutras disposições que reconhecem, expressamente, certos poderes à Assembleia, como, por exemplo, os artigos 154º, 155º nº 1 (que agora não se aplica, segundo a Secção 4 do Acordo de Implementação, que, apesar disso continua a reconhecer à Assembleia o poder de fazer a revisão das questões referidas no nº 1 do artigo 155º da Convenção) e 314º nº 1. Além disso, a Convenção reconhece, como já se referiu, a possibilidade de, em relação a questões ou matérias não atribuídas expressamente a um outro órgão, a Assembleia decidir qual será o órgão competente - artigo 160º nº 2 n). Deste modo, a Assembleia poderá atribuir-se novas competências desde que o exercício dos poderes e funções de outros órgãos seja respeitado - artigo 158º nº 4.

¹⁴³ Artigos 162º nº 2 o) i) e 160º nº 2 f) i).

¹⁴⁴ Ver artigo 162º nº 2 a), l), p), z), t), u) e v).

¹⁴⁵ Artigos 160º nº 2 a), nº 1 e 161º nº 3. Nada na Convenção reconhece à Assembleia, expressa ou implicitamente, o poder para demitir o Conselho.

Relativamente às funções e poderes reconhecidos à Assembleia pelo artigo 160º, cabe-nos referir que alguns de entre eles são próprios ou exclusivos¹⁴⁶ ao passo que outros são partilhados¹⁴⁷ com o Conselho, como iremos ver de seguida.

1.3.2.1 - DETERMINAÇÃO DA POLÍTICA GERAL DA AUTORIDADE

- ARTIGO 160º Nº 1

A principal função da Assembleia consiste em fixar “a política geral da Autoridade sobre qualquer questão ou assunto da competência da Autoridade” - artigo 160º nº 1. Este poder da Assembleia, agora, está diminuído, devido ao facto de o Acordo de Implementação, na Secção 3 § 1º do seu Anexo estabelecer que “as políticas gerais da Autoridade serão estabelecidas pela Assembleia em colaboração com o Conselho”. Aliás, o Conselho já tinha a faculdade de fazer recomendações à Assembleia sobre a política a seguir sobre todas as questões ou todas as matérias da competência da Autoridade - artigo 162º nº 2 s). No entanto, antes do Acordo, nesta matéria a Assembleia não tinha, necessariamente, de agir sob recomendação do Conselho, pois o nº 1 não fazia qualquer referência à recomendação prévia do Conselho. Tratava-se de uma competência exclusiva da Assembleia. Assim, no exercício do poder de decidir da política geral da Autoridade, a Assembleia podia agir com toda a autonomia e era livre de seguir ou de rejeitar as recomendações do Conselho, tendo, no entanto, de respeitar as disposições da Convenção. Hoje já não é assim, devendo a Assembleia e o Conselho colaborar na definição das políticas gerais. Se, porventura, a Assembleia não concorda com as recomendações do Conselho, deve devolver a questão ao Conselho para um novo exame, à luz das opiniões por ela expressas - § 4º da Secção 3 do Anexo do Acordo de Implementação.

As políticas gerais podem versar sobre qualquer matéria da competência da Autoridade, mesmo em domínios que não estão confiados expressamente à Assembleia. De qualquer modo, a Assembleia e o Conselho estão obrigados a conformar-se com as disposições da Convenção. Se, na fixação da política geral aplicável em dada matéria, a Convenção for violada, a decisão poderá ser impugnada pelos Estados Partes perante a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos - artigo 187 b) i). No entanto, se for compatível com as disposições da Parte XI, ou dos seus Anexos ou, se não o for, na medida em que a sua validade jurídica não seja contestada por um Estado Parte, a

¹⁴⁶ Artigo 160º nº 2 a), d), j), k) e n).

¹⁴⁷ Artigo 160º nº 1, nº 2 b), c), e), f), g), h), i), l) e m).

política geral impõe-se, devendo ser respeitada, nomeadamente, pelo Conselho quando elabora as políticas específicas - artigo 162 n° 1.

1.3.2.2 - FUNÇÕES ELECTIVAS - ARTIGO 160° N° 2 A), B) E C)

À Assembleia, enquanto órgão supremo, cabe eleger os membros do Conselho, o Secretário Geral da Autoridade, de entre os candidatos propostos pelo Conselho e os membros do Conselho de Administração da Empresa e respectivo Director Geral, também por recomendação do Conselho - artigo 160° n° 2 a), b) e c).

Os membros do Comité Financeiro são, igualmente, eleitos pela Assembleia - Secção 9 § 3° e 4° do Anexo ao Acordo de Implementação.

1.3.2.3 - PODER DE CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS - ARTIGO 160° N° 2 D)

A Assembleia dispõe, ainda, do poder de criar “os órgãos subsidiários necessários para o exercício das suas funções”, devendo, na sua composição, ter em conta o “princípio da distribuição geográfica equitativa, assim como os interesses especiais e a necessidade de assegurar o concurso de membros qualificados e competentes nas diferentes questões técnicas de que se ocupem tais órgãos”.

1.3.2.4 - FUNÇÕES DE NATUREZA FINANCEIRA - ARTIGO 160° N° 2 E) E H)

A Assembleia participa na gestão financeira da Autoridade através da determinação das contribuições dos membros para o orçamento administrativo da Autoridade de acordo com uma escala acordada, com base na utilizada para o orçamento ordinário da Organização das Nações Unidas, até que a Autoridade disponha de receitas suficientes provenientes de outras fontes e através do exame e aprovação da proposta de orçamento anual, preparado pelo Secretário Geral da Autoridade, que lhe é submetido pelo Conselho com as respectivas recomendações. Nos termos do Acordo de Implementação, as decisões da Assembleia que tenham implicações financeiras terão de basear-se em recomendações do Comité Financeiro - Secção 3 § 7° e Secção 9 § 7°.

1.3.2.5 - APROVAÇÃO DE NORMAS, REGULAMENTOS E PROCEDIMENTOS -

ARTIGO 160º N° 2 F) I) E II)

Um outro poder importante da Assembleia é o poder normativo, isto é, o poder de aprovar normas, regulamentos e procedimentos. Contudo, este poder não é exclusivo da Assembleia, antes é, precisamente, um dos poderes que ela partilha com o Conselho. Assim, a Assembleia deve “examinar e aprovar, por recomendação do Conselho, as normas, regulamentos e procedimentos sobre a distribuição equitativa dos benefícios financeiros e outros benefícios económicos obtidos das actividades na Área, bem como os pagamentos e contribuições feitos” pelo aproveitamento da plataforma continental além de 200 milhas marítimas, “tendo particularmente em conta os interesses e necessidades dos Estados em desenvolvimento e dos povos que não tenham alcançado a plena independência ou outro regime de autonomia”. Nestas matérias, a Assembleia tem um papel subordinado ao do Conselho, devendo aprovar as normas, regulamentos e procedimentos tal como recomendados pelo Conselho, ou, caso não os aprove, deve devolvê-los a este para reexame à luz das opiniões por ela expressas, mas não está autorizada a modificar as propostas do Conselho.

A Assembleia deve, igualmente, “examinar e aprovar as normas regulamentos e procedimentos da Autoridade e quaisquer emendas aos mesmos”, adoptados e aplicados provisoriamente pelo Conselho, sobre a prospecção, a exploração e o aproveitamento na Área, bem assim como sobre a sua gestão financeira e administração interna. Também aqui, tal como há pouco se referiu, a Assembleia deve aprovar ou rejeitar as normas, regulamentos e procedimentos recomendados pelo Conselho, que, nesta última hipótese (rejeição), permanecerão provisoriamente aplicados até serem aprovados pela Assembleia ou emendados pelo Conselho à luz das opiniões expressas pela Assembleia.

Nos regulamentos acabados de referir, além da recomendação ou proposta do Conselho, a Assembleia tem, também, que ter em conta as recomendações do Comité Financeiro - Secção 9 § 7º a) e f) e Secção 3 § 7º do Anexo ao Acordo de Implementação.

Por fim, cabe à Assembleia, fazer normas, regulamentos e procedimentos, por recomendação do Conselho de Administração da Empresa, relativos à transferência de fundos da Empresa para a Autoridade¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Ver artigos 6º h) e 10º n° 2 do Anexo IV. Na medida em que se trata de uma matéria com implicações financeiras há que ter em conta o § 7º da Secção 3 do Anexo ao Acordo de Implementação, que obriga a que, previamente à adopção da decisão da Assembleia, o Comité Financeiro faça uma recomendação.

1.3.2.6 - PARTILHA EQUITATIVA DOS BENEFÍCIOS - ARTIGO 160º N° 2 G)

A Assembleia tem, nos termos do artigo 160º n° 2 g), uma competência de natureza executiva, pois cabe-lhe “decidir acerca da distribuição equitativa dos benefícios financeiros e outros benefícios económicos obtidos das actividades na Área, de forma compatível com a presente Convenção e com as normas, regulamentos e procedimento da Autoridade”, isto é, deve reger-se pelas regras gerais enunciadas no artigo 140º e pelas normas, regulamentos e procedimentos que a Autoridade tenha adoptado segundo o procedimento previsto, isto é, por recomendação do Conselho seguido de aprovação da Assembleia - artigo 160º n° 2 f) i). Relativamente à recomendação do Conselho para a decisão em análise, convém salientar que, diferentemente do que acontece noutras alíneas, na alínea g) do n° 2 não lhe é feita qualquer referência, o que nos leva a concluir, que o poder da Assembleia de tomar decisões sobre a distribuição equitativa dos benefícios financeiros não depende de qualquer recomendação do Conselho, antes o poder de recomendação do Conselho diz respeito, apenas, às normas, regulamentos e procedimentos sobre a distribuição equitativa dos benefícios, os quais, como vimos, têm de ser respeitados pela Assembleia.

1.3.2.7 - ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE COMPENSAÇÃO OU ADOPÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS PARA O REAJUSTE ECONÓMICO - ARTIGO 160º N° 2 L) E SECÇÃO 7 DO ANEXO AO ACORDO DE IMPLEMENTAÇÃO

Um dos aspectos controversos das negociações sobre o regime aplicável à Área e seus recursos dizia respeito aos princípios e mecanismos que seria necessário estabelecer para proteger os países em vias de desenvolvimento produtores terrestres de minerais, cujas receitas de exportação ou cuja economia iriam sofrer prejuízos devido às actividades desenvolvidas na Área. O artigo 151º n° 10 prevê a criação, pela Assembleia, de um sistema de compensação ou a adopção de outras medidas de assistência para o reajuste económico, incluindo a cooperação com os organismos especializados e outras organizações internacionais em favor dos países em vias de desenvolvimento afectados. Neste domínio, a Assembleia, a quem cabe a decisão final, partilha os seus poderes com o Conselho. As regras para a assistência económica, definidas na Secção 7 do Anexo ao Acordo de Implementação, estabelecem que a Autoridade, leia-se Assembleia, “estabelecerá um fundo de assistência económica retirado da parte dos fundos da Autoridade que exceda os necessários para cobrir os encargos administrativos da Autoridade. O montante

estabelecido para este fim será determinado pelo Conselho, periodicamente, de acordo com recomendações do Comité Financeiro”¹⁴⁹. O fundo de assistência a criar só poderá ser formado de pagamentos feitos pelos contratantes, incluindo a Empresa, e contribuições voluntárias. O fundo assim constituído servirá para ajuda aos países em vias de desenvolvimento produtores terrestres, cujas economias tenham sido negativamente afectadas. Em casos específicos, a assistência da Autoridade resultará não só dos fundos mas também da cooperação com instituições mundiais ou regionais de desenvolvimento que tenham as infra-estruturas e a experiência para executar os programas de assistência. As medidas de assistência não são medidas tipo, antes são determinadas caso a caso, atendendo às dificuldades de cada país. São estas as orientações para assistência económica a ser observadas pela Assembleia e pelo Conselho.

1.3.2.8 - EXAME DE QUALQUER QUESTÃO E DECISÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES - ARTIGO 160º N° 2 N)

O artigo 160º n° 2 n) reconhece à Assembleia o poder residual de examinar “qualquer questão ou assunto no âmbito da competência da Autoridade”. Se a Assembleia pode adoptar a política geral sobre todas as matérias que são da competência da Autoridade, concerteza que poderá, também, examinar todas as questões ou todos os assuntos incluídos em tal competência. Sob pena de este preceito não ter qualquer sentido, tem de admitir-se que a Assembleia pode, igualmente, dirigir aos Estados Partes ou a outros órgãos da Autoridade recomendações, pois não seria lógico admitir que o exame de um assunto pelo órgão pleno da Autoridade é um fim em si mesmo, não lhe concedendo nenhum tipo de acção¹⁵⁰.

O exercício deste poder não conhece limites¹⁵¹, a não ser os resultantes do princípio da separação de poderes, consagrado no artigo 158º n° 4, segundo o qual a Assembleia, ou melhor dizendo, qualquer “órgão deve abster-se de tomar qualquer medida que possa prejudicar ou impedir o exercício dos poderes ou funções específicos conferidos a um outro órgão”. Assim sendo, mesmo que o Conselho da Autoridade trate de uma questão ou tenha tomado uma decisão

¹⁴⁹ As Regras Financeiras aprovadas pela Assembleia, em 23 de Maio de 2000 - ISBA/6/A/3 - pelo regra 5.8 criaram o fundo de assistência económica - BROWN, E. D., *op. cit.*, p. 90.

¹⁵⁰ PAOLILLO, Felipe H. - Les Structures Institutionnelles, *cit.*, p. 650.

¹⁵¹ Diferentemente do que estipula a Carta das Nações Unidas, a propósito do exercício das funções da Assembleia Geral, quando o Conselho de Segurança se ocupa de um assunto - artigo 12º n° 1, que estabelece: “1 - Enquanto o Conselho de Segurança estiver exercendo, em relação a qualquer controvérsia ou situação, as funções que lhe são atribuídas na presente Carta, a Assembleia Geral não fará nenhuma recomendação a respeito dessa controvérsia ou situação, a menos que o Conselho a solicite”.

sobre uma questão, a Assembleia tem o poder de a examinar, desde que, ao fazê-lo, não lese o exercício das funções do Conselho.

A Assembleia pode, como já vimos, quando a Convenção não atribua expressamente um poder ou função a um órgão determinado, decidir de um modo compatível com a distribuição de poderes e funções entre os órgãos da Autoridade, qual o que se ocupará do poder ou função em questão - artigo 160º nº 2 n) *in fine*.

1.3.2.9 - OUTRAS FUNÇÕES

No domínio das actividades desenvolvidas na Área e enquanto órgão supremo, cabe à Assembleia examinar os relatórios periódicos de actividades do Conselho e da Empresa, assim como “os relatórios especiais pedidos ao Conselho ou a qualquer outro órgão da Autoridade” - artigo 160º nº 2 i). Não obstante este direito, a Assembleia não dispõe de qualquer poder que lhe permita assegurar, se necessário, o respeito das políticas gerais, princípios e normas.

À semelhança da Assembleia Geral das Nações Unidas, que, nos termos do artigo 13º da Carta, dispõe do poder de promover estudos, tendo em vista promover a cooperação internacional e encorajar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e promover a cooperação internacional nos domínios económico, social, educacional e sanitário, a Assembleia da Autoridade pode “proceder a estudos e fazer recomendações para a promoção da cooperação internacional relativa às actividades na Área e para o encorajamento do desenvolvimento progressivo do direito internacional neste domínio e sua codificação” - artigo 160º nº 2 j).

A alínea k) reconhece-lhe o poder de “examinar os problemas de carácter geral relacionados com as actividades na Área, em particular os que se apresentem aos Estados em desenvolvimento, assim como os problemas de carácter geral relacionados com as actividades na Área que se apresentam aos Estados em virtude da sua situação geográfica, em particular aos Estados sem litoral ou em situação geográfica desfavorecida”.

Por último, a Assembleia detém o poder de suspender o exercício, pelos Estados Partes, dos direitos e privilégios inerentes à sua qualidade de membro. Esta suspensão só pode ter lugar mediante recomendação do Conselho e depois da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos ter constatado que o Estado Parte em causa violou grave e persistentemente as disposições da Parte XI - Artigos 160º nº 2 m), 162º nº 2 t) e 185º.

2 - O CONSELHO

2.1- COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

O Conselho é o órgão executivo da Autoridade, o centro do seu poder, como resulta da longa lista de poderes e de funções contida no artigo 162º da Convenção, por isso, a sua composição e procedimento de tomada de decisão foram dois dos problemas mais difíceis da história da III Conferência e dos últimos a ser resolvidos, tendo, posteriormente, sido objecto de novas negociações que culminaram com a adopção do Acordo de Implementação da Parte XI, em 1994.

Desde o Comité de Fundos, em todas as propostas, o Conselho aparecia como um órgão de composição restrita, variando o número dos seus membros. Relativamente à sua origem, enquanto os países em vias de desenvolvimento defendiam o princípio da representação geográfica equitativa como critério de selecção dos membros¹⁵², os países desenvolvidos entendiam que a composição do Conselho, ou de uma parte dele, devia ter por base o princípio da representação de interesses¹⁵³. Os países socialistas eram partidários de uma representação igualitária de cada grupo geográfico¹⁵⁴.

Quando a questão da composição do Conselho começou a ser discutida no seio do Comité I e dos grupos de negociação da III Conferência, encontrámos, exactamente, as mesmas posições. Os países industrializados continuavam a insistir na necessidade de uma representação de interesses especiais e na instituição de maiorias qualificadas para a adopção de decisões, dando ao seu grupo meios de impedir a tomada de decisões contrárias aos seus interesses, pois, de outro modo, eles ficariam numa posição de inferioridade numérica. O Grupo dos 77 opunha-se firmemente à inclusão de tais fórmulas, a saber, a representação de interesses específicos, o direito de veto e o

¹⁵² Documento de trabalho sobre o regime do fundo dos mares e oceanos e do seu subsolo para além dos limites da jurisdição nacional, apresentado pelo Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Jamaica, México, Panamá, Perú, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela - Doc. A/CONF.138/49, de Agosto de 1971, artigo 27, *in* NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional: Documentos Oficiales: vigesimo sexto periodo de sesiones. Suplemento nº 21 (A/8421)**. Nueva York : Naciones Unidas, 1971, p. 23 e 93-100.

¹⁵³ Projecto de Convenção apresentado pelos Estados Unidos, Doc. A/AC.138/25, de 3 de Agosto de 1970, *in* NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision sobre la Utilizacion con Fines Pacificos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Limites de la Jurisdiccion Nacional: Documentos Oficiales: vigesimo quinto periodo de sesiones. Suplemento nº 21 (A/8021)**. Nueva York : Naciones Unidas, 1970, p. 143-195; proposta do Reino Unido, Doc. A/AC.138/46, de 30 de Julho de 1971, parágrafo 19; documento de trabalho apresentado pelo Canadá, Doc. A/AC.138/59, de 24 de Agosto de 1971, ambos *in* NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comision ... Suplemento nº 21 (A/8421)**, 1971, *cit.*, p. 84-91 e p. 24 e 195-211.

¹⁵⁴ Ante-projecto de artigos apresentado pela União Soviética, Doc. A/AC.138/43, de 22 de Julho de 1971, artigo 21º; documento de trabalho apresentado pela Polónia, Doc. A/AC.138/44, de 28 de Julho de 1971, *in idem*, p. 21 e 68-76 e 22 e 77-82, respectivamente.

voto ponderado que, segundo os seus membros, constituíam derrogações ao princípio da igualdade soberana dos Estados em que a Autoridade devia assentar.

Na sessão de 1975, o Presidente do Grupo de Trabalho do I Comité, Pinto, redigiu um texto compromisso sobre a estrutura da Autoridade, segundo o qual a Assembleia seria o “órgão supremo” mas não poderia colidir com as funções do Conselho. Por seu turno, o Conselho seria composto por trinta e seis membros, cinquenta por cento representando interesses específicos, sendo a outra metade formada por representantes dos cinco grupos regionais. As decisões exigiam maiorias de três quartos. Esta proposta permitia aos países mais desenvolvidos bloquear as decisões do Conselho que fossem contrárias aos seus interesses. O Texto Simples de Negociação Informal, elaborado pelo Presidente do I Comité, Engo, no final da Sessão, não seguiu o texto do Grupo de Trabalho, antes reconhecia à Assembleia toda a autoridade sobre as actividades na Área. Dos membros do Conselho só doze seriam representantes de interesses especiais, devendo os restantes vinte e quatro ser eleitos por regiões, o que poderia levar a uma maioria absoluta do Grupo dos 77. A votação, por outro lado, era feita na base da maioria de dois terços mais um, o que não era suficiente para proteger os interesses da minoria dos países desenvolvidos. As alterações feitas, unilateralmente, por Engo prejudicaram a possibilidade de um acordo rápido em relação à estrutura da Autoridade.

No Verão de 1976, não houve avanços no I Comité. Só em meados da sexta Sessão, 1977, foram, de novo, discutidas as questões relativas à Autoridade, quando Evensen elaborou uma fórmula compromisso. O Conselho deveria ser constituído por cinco câmaras constituídas por representantes de seis países em vias de desenvolvimento, quatro representantes de Estados com actividades no fundo do mar, quatro representantes dos Estados maiores consumidores dos minerais do fundo do mar, quatro representantes dos Estados maiores exportadores desses mesmos minerais e dezoito membros eleitos regionalmente. Relativamente à votação, era exigida uma maioria de dois terços em todas as decisões, incluindo uma maioria simples em quatro das cinco câmaras¹⁵⁵.

No Texto Integrado Oficioso de Negociação, aparecido, também, em 1977, Engo mudou, de novo, a composição do Conselho e o procedimento do votação. Assim, o Conselho, tal como anteriormente, tinha trinta e seis membros, eleitos pela Assembleia, mas segundo a seguinte ordem: quatro membros escolhidos entre os maiores investidores nas actividades do fundo do mar, incluindo, pelo menos, um Estado da região da Europa oriental (socialista); quatro membros escolhidos entre maiores importadores, incluindo, pelo menos, um Estado da região da Europa

¹⁵⁵ SCHMIDT, Markus G., *op. cit.*, p. 176-187.

oriental (socialista); quatro membros escolhidos entre os maiores exportadores dos minerais que irão ser obtidos da Área, incluindo, pelo menos, dois países em vias de desenvolvimento; seis países em vias de desenvolvimento, que representam interesses especiais; e dezoito membros escolhidos de acordo com o princípio da distribuição geográfica equitativa, devendo cada região geográfica ter, pelo menos, um membro eleito em virtude desta alínea.

Relativamente ao procedimento de votação, o Texto Integrado previa que as decisões sobre questões de fundo fossem adoptadas por uma maioria de três quartos dos membros presentes e votantes, desde que tal maioria incluísse uma maioria dos membros que participavam no período de sessões.

Os Estados mais desenvolvidos rejeitaram a Parte XI do Texto Integrado.

Na Sessão seguinte, esta questão foi confiada ao Grupo de Negociação 3, presidido por Engo, mas durante a Sessão da Primavera de 1978 houve poucos progressos. Durante a sétima Sessão resumida, no Verão de 1978, as discussões centraram-se nos órgãos subsidiários do Conselho - Comissão Jurídica e Técnica e Comissão de Planeamento Económico. Também a este propósito havia divergências, pois os países em vias de desenvolvimento defendiam o carácter político das Comissões, cujos membros deveriam ser representantes de Estados, ao passo que outros Estados, como os Estados Unidos, defendiam que o pessoal das duas Comissões devia ser peritos das matérias, com as qualificações e os conhecimentos adequados.

Na oitava Sessão resumida, no Verão de 1979, a questão do Conselho foi tratada pelo Grupo de Trabalho dos 21 e começou a haver a noção de que esta questão era o Cabo das Tormentas da III Conferência.

Durante a primeira parte da nona Sessão, na Primavera de 1980, foram apresentadas novas propostas. Os Estados desenvolvidos continuavam a defender a necessidade de disposições que lhes permitissem bloquear propostas que lhes fossem adversas, mas os países em vias de desenvolvimento continuavam a opor-se a tais soluções. Em meados de 1980, foi dada prioridade a estas questões, havendo, na altura, várias propostas. Koh desenvolveu consultas informais com todos os interessados e, em 11 de Agosto de 1980, sugeriu a Engo uma nova abordagem para a questão da votação no Conselho - as questões de fundo deveriam ser divididas em 3 categorias às quais deveria corresponder maiorias diferentes de dois terços, três quartos e consenso.

Os Estados Unidos, inicialmente, opuseram-se ao consenso para a terceira categoria. O Grupo dos 77 sublinhava que o consenso permitia que qualquer um pudesse usar o veto e insistia que as questões de fundo deveriam ser, todas elas, adoptadas por uma maioria de dois terços. O Grupo Africano estava obrigado a uma resolução aprovada na Conferência da Organização dos

Estados Africanos, no início do ano (1980), segundo a qual foi criada a política dos três não - não votos ponderados, não veto e não lugares permanente no Conselho.

Aos poucos, o Grupo dos 77 e os Estados Unidos começaram a aproximar-se e acordaram discutir as propostas de Koh - as discussões incidiram sobre que questões ficavam sujeitas a que maioria e quais as que ficavam sujeitas a consenso. Finalmente, foi conseguido um acordo, em Agosto de 1980, acordo que foi incorporado no Projecto de Convenção. No entanto, o facto de não ter sido garantido aos Estados Unidos um lugar permanente no Conselho fez com que o acordo alcançado fosse politicamente vulnerável.

Reagan, eleito em finais de 1980, e a sua Administração reagiu contra o regime da Parte XI do Projecto e votou contra a Convenção.

A solução da Convenção, que não agradava aos países industrializados, estava consagrada no artigo 161º nº 1, hoje revogado, e é a seguinte: o Conselho é composto por trinta e seis membros eleitos pela Assembleia, sendo metade eleitos segundo o critério da representação de interesses - artigo 161º nº 1 a), b), c) e d) . A outra metade é eleita de acordo com o princípio da distribuição geográfica equitativa, devendo cada região geográfica (África, América Latina, Ásia, Europa Ocidental e outros Estados e Europa Oriental (Socialista)) contar com, pelo menos, um membro - artigo 161º nº 1 e).

Os interesses específicos representados no Conselho são: a) quatro membros escolhidos entre os Estados maiores consumidores e importadores dos produtos básicos obtidos a partir das categorias de minerais que venham a ser extraídos da Área, dos quais, pelo menos um Estado tem de ser da região da Europa Oriental (Socialista), bem assim como o maior consumidor; b) quatro membros escolhidos entre os oito Estados Partes que efectuaram (seja directamente, seja por intermédio das seus nacionais) maiores investimentos na preparação e realização de actividades na Área, compreendendo pelo menos um Estado da região da Europa Oriental (Socialista); c) quatro membros escolhidos entre os Estados Partes que são os maiores exportadores líquidos das categorias de minerais a ser extraídos da Área, dos quais, pelo menos, dois têm de ser Estados em vias de desenvolvimento, cuja economia seja fortemente tributária das exportações destes minerais; d) os seis restantes membros deverão ser países em vias de desenvolvimento, representando os interesses dos Estados com população numerosa, dos Estados sem litoral ou geograficamente desfavorecidos, dos Estados que são grandes importadores das categorias de minerais a ser extraídos da Área, dos Estados potencialmente produtores de tais minerais e dos Estados menos desenvolvidos.

A questão da composição do Conselho, não obstante a aprovação da Convenção, não era consensual e constituía, precisamente, um dos pontos invocados pelas Estados Unidos da América e outros países industrializados para se lhe oporem. Numa última tentativa, no final da III Conferência, porque os Estados Unidos da América diziam que não tinham um lugar garantido, diferentemente da URSS, foi decidido garantir ao maior consumidor do mundo de minerais extraídos do fundo do mar um lugar no Conselho. Foi a maneira encontrada de salvar a face, mas sem o dizer abertamente, pois havia países que se opunham a que fosse garantido expressamente um lugar permanente aos Estados Unidos da América. Porém, esta solução não agradou à Administração americana, pois não ficaram definidos os critérios para a determinação do país maior consumidor, pelo que não lhe era garantido o lugar. Se o factor determinante fosse as toneladas de metal consumido, os Estados Unidos seriam o segundo maior, o primeiro seria a URSS; se o factor determinante fosse o valor dos metais, os Estados Unidos já seriam os maiores, mas se o manganésio ficasse fora do cálculo, o resultado já mudava. De qualquer modo, a verdade é uma, se o maior consumidor não fosse os Estados Unidos da América a disposição não tinha qualquer sentido, porque a URSS já tinha um lugar garantido.

Esta matéria foi “alterada” pelo Acordo de Implementação da Parte XI, tendo ficado agora consagrado, para efeitos de votação, o sistema de câmaras, aliás, já proposto, durante a Conferência, pelo norueguês Evensen. Assim, a Secção 3 do Anexo ao Acordo, no § 15º regula a composição do Conselho nos seguintes termos: o Conselho será constituído por trinta e seis membros, metade representando interesses especiais e metade eleitos segundo o princípio da representação geográfica equitativa, na seguinte ordem:

- a) os quatro membros maiores consumidores mundiais ou importadores mundiais dos produtos básicos obtidos a partir das categorias dos minerais a extrair da Área, devendo incluir o Estado da região da Europa Oriental com melhor economia, em termos de produto interno bruto, e o Estado que à data da entrada em vigor da Convenção tenha a economia mais importante, também em termos de produto interno bruto¹⁵⁶, se desejarem estar representados;
- b) os quatro membros que, directamente ou através dos seus nacionais, sejam os maiores investidores em actividades na Área;
- c) os quatro membros maiores exportadores líquidos das categorias de minerais a extrair da Área, incluindo dois Estados em vias de desenvolvimento cujas exportações desses minerais tenham importância considerável nas suas economias;

¹⁵⁶ Os Estados Unidos da América.

d) seis Estados Partes em vias de desenvolvimento que representem os seguintes interesses especiais: Estados com grande população, Estados sem litoral ou geograficamente desfavorecidos, Estados insulares, Estados que sejam grandes importadores das categorias de minerais a extrair da Área, Estados potenciais produtores desses minerais e Estados menos desenvolvidos; e, por fim,

e) dezoito membros eleitos segundo o critério da distribuição geográfica equitativa, devendo cada região ter, pelo menos, um representante eleito com base nesta alínea. Para o efeito, as regiões geográficas são: África, Ásia, Europa Oriental, América Latina e Caraíbas e Europa Ocidental e outros Estados.

O sistema agora em vigor para efeitos de votação é um sistema de câmaras, havendo quatro câmaras: três câmaras formadas pelos grupos de Estados eleitos nos termos das alíneas a) a c) e uma quarta câmara formada pelos Estados em vias de desenvolvimento eleitos nos termos das alíneas d) e e).

O procedimento de eleição dos membros do Conselho consagrado na Convenção manteve-se e não é fácil. Desde logo, na sua eleição deve ser assegurado que: a) os Estados sem litoral e em situação geográfica desfavorecida têm uma representação proporcional à sua representação na Assembleia; b) os Estados costeiros, *maxime* os em vias de desenvolvimento, têm, também, uma representação proporcional à sua representação na Assembleia; c) cada grupo de Estados Parte a ser representado no Conselho o seja por membros propostos por esse mesmo grupo - artigo 161º n.º 2 a), b) e c). Uma vez que os grupos de interesses terão feito conhecer à Assembleia os seus candidatos, esta, antes de eleger os membros do Conselho, deve estabelecer listas de países que preencham os critérios de participação nos diferentes grupos. Se um Estado preencher os critérios em mais que um grupo, só pode ser proposto para eleição por um grupo e só poderá representar esse grupo nas votações no Conselho. Cada grupo de Estados referidos nas alíneas a) a d) far-se-á representar no Conselho através dos membros designados, devendo ser designados apenas tantos candidatos quantos os lugares a preencher pelo grupo¹⁵⁷. Quando o número de candidatos em cada um dos grupos a que se refere as alíneas a) a e) exceder o número de lugares disponíveis, será aplicado o princípio da rotatividade - § 9º e 10º da Secção 3 do Anexo ao Acordo de Implementação. Ao escolher os membros das categorias visadas nas alíneas a), e c) do § 15º da Secção 3, a Assembleia deverá ter em conta a necessidade de uma representação do país da Europa Oriental com maior produto interno bruto e, pelo menos, dois Estados em vias de desenvolvimento

exportadores de minerais das categorias a extrair da Área, consoante os casos. Enfim, muito embora os membros do Conselho, cujo mandato é de quatro anos, sejam reelegíveis, a Assembleia deverá ter em conta que a rotação é desejável. Para facilitar essa rotatividade está previsto que, na primeira eleição, o mandato de metade dos membros de cada grupo é, apenas, de dois anos - artigo 161º n.º 3 e 4¹⁵⁸.

Por último, nos termos do n.º 5 do artigo em análise, o Conselho funciona na sede da Autoridade, em Kingston, Jamaica, devendo reunir com a frequência exigida pelos trabalhos desta, mas, pelo menos, três vezes por ano. O seu *quorum* é constituído pela maioria dos seus membros - n.º 5 e 6 do artigo 161º da Convenção.

O primeiro Conselho da Autoridade foi eleito pela Assembleia na sua segunda Sessão, em Março de 1996¹⁵⁹, sendo o mandato de metade dos membros de cada um dos cinco grupos do Conselho, apenas, de dois anos, sendo o respectivo termo em 31 de Dezembro de 1998, de acordo

¹⁵⁷ Cada categoria de Estados Partes (os consumidores, os investidores e os produtores), na medida em que tem que designar os seus representantes, será representada no Conselho por membros por eles escolhidos.

¹⁵⁸ Para certos países industrializados médios, tais como a Áustria, Suíça, Espanha, Portugal, Suécia, ..., esta fórmula de composição diminui as possibilidades de ser eleitos para o Conselho com uma frequência razoável e, conseqüentemente, propuseram, sem sucesso, que o número de membros do Conselho fosse aumentado - ver relatório do Presidente da Primeira Comissão, Doc. A/CONF.62/L.43 - *Informe del Presidente de la Primera Comisión sobre las negociaciones celebradas en la Primera Comisión*, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XII, 1980. Número de venta: S.80.V.12, p. 83 e s., *maxime* 85. Ver, igualmente, a declaração da delegação de Espanha, de 26 de Agosto de 1980 - Doc. A/CONF.62/WS/12, § 21, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XIV, 1982. Número de venta: S.82.V.2, p. 172-174, *maxime* 173.

¹⁵⁹ Os primeiros membros do Conselho eleitos em 21 de Março de 1996 foram: pelo Grupo A - Japão (eleito por quatro anos), Reino Unido (eleito por quatro anos), Federação Russa (eleita por dois anos), Estados Unidos da América (eleitos por dois anos); pelo Grupo B - China (eleita por quatro anos), França (eleita por quatro anos), Alemanha (eleita por dois anos), Índia (eleita por dois anos); pelo Grupo C - Austrália (eleita por dois anos), Chile (eleito por dois anos), Indonésia (eleita por quatro anos), Zâmbia (eleita por quatro anos); pelo Grupo D - Oman (eleito por quatro anos), Bangladesh (eleito por dois anos), Trindade e Tobago (eleito por 4 anos, muito embora só por um ano neste grupo), Brasil (eleito por quatro anos), Camarões (eleito por dois anos), Nigéria (eleito por quatro anos); pelo Grupo E - República da Coreia (eleita por dois anos), Filipinas (eleita por quatro anos), Malásia (eleita por dois anos), Polónia (eleita por dois anos), Ucrânia (eleita por quatro anos), Itália (eleita por quatro anos), Áustria (eleita por dois anos), Países Baixos (eleitos por dois anos), Egipto (eleito por 2 anos), Sudão (eleito por dois anos), África do Sul (eleita por dois anos), Senegal (eleito por quatro anos), Tunísia (eleita por dois anos), Quênia (eleito por quatro anos), Namíbia (eleita por quatro anos), Argentina (eleita por quatro anos), Paraguai (eleito por quatro anos), Cuba (eleita por dois anos) - ISBA/A/L.8, de 21 de Março de 1996, disponível in (<http://www.isa.org/meeting/isba-a-18.htm>).

A Assembleia, aquando da primeira eleição para o Conselho, aprovou, também, um Acordo para regular certos aspectos das eleições futuras. Tal Acordo atribuiu 10 lugares ao Grupo Africano, 9 ao Grupo Asiático, 8 ao Grupo da Europa Ocidental e Outros Estados, 7 ao Grupo da América Latina e Caraíbas e 3 ao Grupo da Europa Oriental. Como o total dos lugares é 37, foi também acordado que em cada um dos primeiros quatro anos, um de cada grupo, com excepção do da Europa Oriental, deixaria um lugar, rotativamente: a América Latina e Caraíbas, em 1996, os Estados da Europa Ocidental e outros, em 1997, a África, em 1998, e a Ásia em 1999 (é o conhecido *floating seat system*). Durante o ano em que o lugar a abandonar pertence ao Grupo E, cada grupo pode designar um membro para participar nas deliberações do Conselho mas sem direito de voto. A Áustria participou, nessa base, em 1997/98 - ISBA/A/L.8 e Corr.1.

O Conselho teve como Presidente: 1997 - Lennox Ballah, de Trindade e Tobago; 1998 - Joachim Koch, da Alemanha; 1999 - Charles Manyang D'Awol, do Sudão; 2000 - Sakiusa A. Rabuka, do Fiji - (<http://www.isa.org/composition.council.htm>).

com uma decisão adoptada pela Assembleia em 25 de Março de 1998. No dia seguinte, a Assembleia elegeu, igualmente, os países suplentes, para preencher as vagas que possam ocorrer, num período de quatro anos, com início em 1 de Janeiro de 1999. Tais países são: pelo Grupo A - Federação Russa e Estados Unidos da América; pelo Grupo B - Alemanha e Países Baixos; pelo Grupo C - Canadá e Chile; pelo Grupo D - Egipto, Fiji e Jamaica; e pelo Grupo E - Áustria, Camarões, Costa Rica, Nigéria, Paquistão, Paraguai, República da Coreia, Arábia Saudita e Tunísia¹⁶⁰.

2.2 - VOTAÇÃO E RESPECTIVO PROCEDIMENTO

O problema do procedimento de tomada de decisões do Conselho está intimamente ligado à questão da sua composição. Durante um certo tempo, as negociações relativas a estes dois temas desenrolaram-se em paralelo mas, a partir da sexta Sessão, 1977, as disposições relativas à composição do Conselho passaram a ter o conteúdo que ficou consagrado, com ligeiras alterações, na Convenção, ao passo que o problema do sistema de votação continuou, até ao fim das negociações, como um dos mais difíceis que a Conferência teve de se confrontar.

Praticamente todas as soluções possíveis estiveram em cima da mesa das negociações - os sistemas de voto propostos iam desde a maioria simples, maiorias de dois terços, de dois terços mais um, de três quartos, à minoria de dois, três, cinco, sete ou nove membros, tendo o poder de impedir a adopção de decisões, ao voto ponderado e voto por região até ao consenso. O grupo dos 77 defendia o princípio um Estado um voto e que todas as decisões sobre questões de fundo deveriam ser tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. Tratava-se da posição tradicional deste grupo, resultante da sua superioridade numérica, relativamente a qualquer outro grupo. Os Estados Unidos da América, França, Japão, Reino Unido e República Federal da Alemanha, cujos consórcios e companhias tinham investido, já, largamente em actividades de prospecção na Área, queriam um sistema que lhes permitisse proteger os seus interesses económicos, sugerindo, por exemplo, que fosse concedida a possibilidade de obstrução a 50% dos consumidores e a 50% dos produtores, ou a cinco membros do Conselho. Os países socialistas pareciam dispostos a aceitar a fórmula introduzida na revisão do Texto Integrado Oficioso, segundo a qual as decisões sobre questões de fundo seriam tomadas por uma maioria de dois

Portugal é membro do Conselho, pelo Grupo C, por quatro anos, entre 2001 e 2004.

¹⁶⁰ ISBA/4/A/5, aprovado na quarta Sessão da Assembleia da Autoridade, em 25 de Março de 1998 - disponível in (<http://www.isa.org.jm/meeting/isba4a6.htm>).

terços. Segundo eles, esta solução tinha a dupla vantagem, de impedir que o Grupo de 77 pudesse impor uma decisão contrária aos interesses de outros grupos e de não permitir que os países da Europa Ocidental pudessem bloquear a adopção de tais decisões. Assim sendo, os votos dos países da Europa Oriental representados no Conselho seriam determinantes para a adopção ou para impedir a adopção de decisões sobre questões de fundo¹⁶¹.

A solução, finalmente, incorporada na Convenção tem a sua origem numa proposta do Presidente da Conferência que, com o objectivo de conciliar as posições divergentes, dividiu as questões de fundo da competência do Conselho em diferentes categorias e sugeriu maiorias variáveis para cada uma delas. O resultado alcançado foi um sistema complicado de votos, sistema que vamos referir, mas que está em parte “revogado” pelo Acordo de Implementação.

A Convenção previa, pelo menos, cinco categorias de questões - 1) as questões de procedimento a ser decididas por uma maioria dos membros presentes e votantes - artigo 161º nº 8 a); 2) as questões de fundo enumeradas no nº 8 b) do artigo 161º, hoje “revogado”, a ser tomadas por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, devendo esta maioria compreender a dos membros do Conselho¹⁶²; 3) as questões enumeradas no nº 8 c) do mesmo artigo, também “revogado”, a ser adoptadas por uma maioria de três quartos dos membros presentes e votantes, devendo esta maioria compreender a dos membros do Conselho¹⁶³; 4) as questões enumeradas no nº 8 d) do artigo 161º, a ser adoptadas por consenso. Tais questões dizem respeito às medidas, tendo em vista a protecção¹⁶⁴ dos Estados em vias de desenvolvimento contra os efeitos económicos desfavoráveis nas suas economias ou nas receitas de exportação, resultantes de uma redução no preço de um mineral afectado ou no volume de exportação desse mineral, na

¹⁶¹ NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XIV, 1982. Número de venta: S.82.V.2, p. 195.

¹⁶² As questões enumeradas na alínea b) do nº 8 do artigo 161º são: a conclusão de acordos com a Organização das Nações Unidas ou outras organizações internacionais; o exame dos relatórios da Empresa e a formulação de recomendações; a apresentação de relatórios anuais ou especiais à Assembleia; a formulação de recomendações relativas ao sistema de compensação ou de outras medidas de assistência para facilitar o ajuste económico previsto no artigo 151º § 10; o controlo do pagamento de somas devidas pela Autoridade ou de somas devidas a esta; a recomendação de medidas em caso de não respeito da Parte XI por um Estado Parte; pedido de pareceres consultivos à Câmara de Controvérsias; e a formulação de directivas à Empresa. Como a maioria de dois terços devia, necessariamente, compreender a dos membros do Conselho, nenhuma decisão podia ser tomada com menos de dezanove votos. O número mínimo de votos exigidos para a adopção de uma decisão sobre questões pertencentes a este grupo variaria, por isso, entre 19 e 24, este último número impõe-se quando todos os membros do Conselho estão presentes e participam na votação.

¹⁶³ Entre as questões referidas nesta alínea figuram a supervisão e a coordenação da aplicação da Parte XI; a apresentação de candidatos aos lugares de Secretário Geral da Autoridade e de Director Geral da Empresa e para as funções de membros do Conselho de Administração desta; a criação de órgãos subsidiários; a selecção entre os peticionários de autorização de produção; a apresentação do orçamento anual; a formulação de recomendações relativas à política geral e à suspensão de membros; ... O número mínimo de votos exigidos para a adopção de decisões sobre estas matérias variaria entre 19 e 27.

medida em que tal redução seja causada por actividades na Área; à recomendação à Assembleia de normas, regulamentos e procedimentos sobre a distribuição equitativa dos benefícios financeiros e outros benefícios económicos e sobre os pagamentos e contribuições relativos ao aproveitamento da plataforma continental além das duzentas milhas marítimas; à adopção e aplicação provisória e respectivas emendas de regras, regulamentos e procedimentos relativos à prospecção, exploração e aproveitamento da Área e à gestão financeira e administração interna da Autoridade¹⁶⁵; e à aprovação de emendas à Parte XI da Convenção¹⁶⁶. É preciso, igualmente, o consenso para decidir da maioria necessária à adopção de decisões relativas às questões não enumeradas no artigo 161º nº 8 e que o Conselho está habilitado a tomar graças às normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade, no caso em que estes últimos não precisem a maioria aplicável - artigo 161º nº 8 f). O Conselho pode, também, recorrer à regra do consenso em casos de dúvida sobre a maioria necessária para uma questão determinada - artigo 161º nº 2 g). Todas estas matérias continuam a estar sujeitas a consenso, pois o Acordo ressalva-as, no corpo do § 5º da Secção 3 - “excepto quando a Convenção preveja que o Conselho deve decidir por consenso”. A alínea e) do artigo 161º nº 8 contém a definição de consenso e prevê um procedimento destinado a permitir desenvolver todos os esforços possíveis para o conseguir, antes de uma proposta ser submetida ao Conselho. O consenso é definido como “a ausência de qualquer objecção formal”. O Presidente, nos catorze dias após a apresentação de uma proposta ao Conselho, deve verificar se há uma objecção formal à sua adopção; se constatar uma objecção criará e convocará uma Comissão de Conciliação composta, pelo menos, por nove membros do Conselho e presidida por ele próprio. A Comissão de Conciliação deve esforçar-se por resolver os obstáculos existentes e, depois, elaborar uma proposta susceptível de ser adoptada por consenso. Esta proposta deve ser apresentada nos catorze dias que se seguem à constituição da Comissão. No caso de não ser possível um tal resultado, a Comissão faz um relatório ao Conselho indicando os motivos da rejeição da proposta. Diferentemente do que se passa noutras organizações internacionais ou instituições, não está previsto o recurso ao voto no caso de o Conselho não conseguir o consenso; 5) por último, estava

¹⁶⁴ Tal protecção deve ser dada de acordo com os princípios da assistência económica fixados na Secção 7 do Anexo ao Acordo de Implementação.

¹⁶⁵ O Conselho, neste caso, deve respeitar o estabelecido no Anexo ao Acordo de Implementação, Secção 1 § 15º, segundo o qual as normas, regulamentos e procedimentos a ser elaborados e adoptados devem basear-se nos princípios contidos nas Secções 2, 5, 6, 7 e 8, do mesmo Anexo, e nas normas, regulamentos e procedimentos adicionais necessários para facilitar a aprovação de planos de trabalho para a exploração ou aproveitamento. Além disso, ao adoptar as normas, regulamentos e procedimentos, a Autoridade deve ter em linha de conta os projectos elaborados pela Comissão Preparatória - § 16º da Secção 1.

¹⁶⁶ Uma vez que segundo o artigo 2º nº 1 do Acordo de Implementação, as disposições do Acordo e a Parte XI devem ser interpretadas e aplicadas em conjunto como um único instrumento, provavelmente, a adopção de emendas ao Acordo de Implementação também tem que ser feita por consenso. O nº 2 do mesmo artigo, segundo cremos,

previsto um procedimento especial, extremamente complexo, para a aprovação ou rejeição de um plano de trabalho, procedimento que também está “revogado”¹⁶⁷.

Como dissemos, o procedimento de adopção de decisões acabado de transcrever está parcialmente “modificado”. Genericamente, o § 2º da Secção 3 do Anexo ao Acordo de Implementação estabelece a regra do “consenso” como regra geral para a adopção de decisões dos órgãos da Autoridade. Porém, o § 5º estabelece que, se “todos os esforços para alcançar uma decisão por consenso tiverem sido esgotados, as decisões por votação no Conselho sobre questões de procedimento serão adoptadas pela maioria dos membros presentes e votantes, e as decisões sobre questões de fundo, excepto quando a Convenção preveja que o Conselho deve decidir por consenso” (logo serão as decisões sobre as matérias que na Convenção estavam sujeitas à maioria de dois terços e de três quartos), “serão adoptadas por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, sob condição de que a essas decisões não se oponha uma maioria em qualquer das câmaras”¹⁶⁸ que constituem o Conselho. “Na adopção de decisões, o Conselho deve procurar promover os interesses de todos os membros da Autoridade”. Em resumo, se não for conseguido o consenso, as questões de procedimento serão aprovadas por uma maioria dos membros presentes e votantes ao passo que as questões de fundo já precisam de uma dupla maioria: uma maioria positiva, isto é, é necessário que, pelo menos dois terços dos membros presentes e votantes votem favoravelmente e uma maioria negativa, isto é, é necessário que não votem contra uma maioria de qualquer das quatro câmaras que constituem o Conselho. O Acordo prevê, também, que o Conselho pode adiar a adopção de uma decisão para facilitar a continuação das negociações se entender que ainda não foram esgotados os esforços no sentido de um consenso ser alcançado - § 6º da mesma Secção.

O procedimento de aprovação de planos de trabalho¹⁶⁹ sofreu algumas alterações com o Acordo de Implementação, alterações que visam, essencialmente, simplificar a tramitação a seguir.

corroborar esta interpretação ao prescrever que os artigos 309º a 319º da Convenção, entre os quais se encontram os artigos relativos às emendas à Convenção, se aplicam ao “Acordo tal como se aplicam à Convenção”.

¹⁶⁷ Esta questão foi uma das mais importantes durante as negociações. Os países capazes de desenvolver actividades na Área lutaram para obter um procedimento de aprovação automático dos planos de trabalho que preenchessem certas condições expressamente exigidas pela Convenção e seus Anexos; os países em vias de desenvolvimento exigiam que a Autoridade tivesse poder discricionário para apreciar os planos de trabalho e para negociar as condições do contrato se achasse que um plano de trabalho era aceitável. O problema parecia insolúvel, até à aceitação, pelo Grupo dos 77, do procedimento que figura na Convenção e que conduz a uma aprovação quase automática dos planos de trabalho que tivessem sido objecto de um parecer favorável por parte da Comissão Jurídica e Técnica.

¹⁶⁸ Sublinhado nosso. O Acordo consagra o sistema de câmaras para a votação no Conselho. Qualquer das câmaras, se não conseguir a maioria, pode bloquear uma votação, isto é, está nas mãos da maioria de qualquer das câmaras vetar uma decisão do Conselho.

¹⁶⁹ A principal competência do Conselho é autorizar planos de trabalho.

Segundo o regime previsto na Convenção, e hoje revogado, todo o procedimento devia começar perante a Comissão Jurídica e Técnica, que o devia examinar e transmiti-lo com as suas recomendações ao Conselho para que

Nesse sentido, o § 11º da Secção 3 do Anexo ao Acordo de Implementação, prevê que o “Conselho aprovará uma recomendação da Comissão Jurídica e Técnica para aprovação de um plano de trabalho, a menos que decida rejeitá-lo por uma maioria de dois terços dos seus membros presentes e votantes, incluindo a maioria dos membros presentes e votantes em cada uma das câmaras do Conselho”. Para a rejeição de um plano de trabalho é exigida uma dupla maioria positiva, isto é, é necessário que votem pela rejeição, não só a maioria de dois terços dos membros do Conselho presentes e votantes, como também a maioria das quatro câmaras. De seguida, o mesmo número prevê a aprovação tácita de um plano de trabalho, se “o Conselho não adoptar uma decisão sobre uma recomendação de aprovação de um plano de trabalho dentro de um prazo fixado ..., normalmente de 60 dias”. Nos casos em que a Comissão Jurídica e Técnica recomenda a não aprovação de um plano de trabalho ou pura e simplesmente não faz qualquer recomendação, o Conselho pode, mesmo assim, “aprovar o plano de acordo com as disposições do seu regulamento interno relativas à adopção de questões de fundo”¹⁷⁰. O Regulamento Interno do Conselho foi aprovado, na segunda Sessão resumida do Conselho, que se realizou em Kingston, entre 5 e 16 de Agosto de 1996¹⁷¹. O artigo 56º do Regulamento limita-se a repetir o que o Acordo consagra para as votações de questões de fundo, que é a maioria de dois terços dos membros presentes e votantes desde que não haja oposição de uma maioria de uma qualquer das câmaras. Qualquer controvérsia que possa surgir da não aprovação de um plano de trabalho, será submetida aos procedimentos de solução de controvérsias previstos na Convenção - § 12º da Secção 3 do Anexo ao Acordo de Implementação.

Por fim, o nº 9 do artigo 161º da Convenção prevê que “o Conselho estabelecerá um procedimento pelo qual um membro da Autoridade que não esteja representado no Conselho possa enviar um representante para assistir a uma sessão deste, quando esse membro o solicitar ou quando o Conselho examinar uma questão que o afecte particularmente. Tal representante poderá

este decidisse. As recomendações da Comissão incidiam, apenas, sobre as condições exigidas no Anexo III - artigo 165º nº 2 b). Para se pronunciar, o Conselho tinha 60 dias a contar da data da recepção do plano de trabalho, acompanhado de recomendações da Comissão, e o procedimento variava segundo o conteúdo destas últimas. Quando a Comissão recomendava a aprovação de um plano de trabalho, o mesmo era aceite se nenhum membro do Conselho fizesse ao Presidente uma objecção formulada por escrito num prazo de 14 dias a contar da data em que o plano de trabalho foi submetido a exame do órgão. Se uma objecção era feita, só se podia fundar na inobservância das condições enunciadas no artigo 6º do Anexo III. Neste caso, recorria-se ao procedimento de conciliação previsto na alínea e) do nº 8 do artigo 161º. Se no termo deste procedimento, a objecção se mantivesse, o plano de trabalho devia ser submetido ao Conselho e não era considerado como rejeitado se existisse um consenso nesse sentido entre todos os membros do órgão, com exclusão do ou dos Estados que fizeram o pedido ou que patrocinaram o peticionário. Quando a Comissão recomendava a rejeição de um plano de trabalho ou não formulava recomendações, nem num sentido nem noutro, o Conselho podia aprovar o plano por uma maioria de três quartos dos membros presentes e votantes, desde que tal maioria compreendesse a dos membros participantes na sessão.

¹⁷⁰ O procedimento para aprovação de um plano de trabalho apresentado pela Empresa é o mesmo - artigo 162º nº 2 k).

¹⁷¹ ISBA/C/12, de 3 de Dezembro de 1996, *in* (<http://www.isa.org.jm/meeting/isbac12.htm>).

participar nos debates, mas sem direito de voto”. Por seu turno, o artigo 74º do Regulamento Interno do Conselho prevê, igualmente, essa possibilidade.

2.3 - A COMPETÊNCIA DO CONSELHO

2.3.1 - GENERALIDADES

O Conselho é o órgão executivo da Autoridade - artigo 162º nº 1. É, como vimos, um órgão de composição restrita, com latos poderes, cabendo-lhe não só velar pelo cumprimento das disposições da Convenção, mas também a execução, directamente ou por intermédio de órgãos subsidiários, de actos relativos à administração da Área, como a aprovação de planos de trabalho e o controlo de actividades desenvolvidas na Área. O Conselho tem, entre outros, o direito de iniciativa para questões importantes, como a apresentação de candidatos aos lugares de Secretário Geral, de Director Geral da Empresa, bem assim como candidatos para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Empresa; exerce funções de carácter normativo, como a adopção do seu regulamento interno, participação na definição da política geral da Autoridade, a formulação das políticas específicas a serem seguidas e a recomendação ou a adopção de normas, regulamentos e procedimentos para reger a realização das actividades na Área e que se aplicarão provisoriamente até à posterior aprovação pela Assembleia.

2.3.2 - PODERES E FUNÇÕES DO CONSELHO

2.3.2.1 - ADOPÇÃO DE POLÍTICAS ESPECÍFICAS - ARTIGO 162º Nº 1

Como vimos, as políticas gerais da Autoridade são estabelecidas pela Assembleia em colaboração com o Conselho. As políticas específicas, que podem versar sobre qualquer questão ou assunto da competência da Autoridade, estão a cargo do Conselho que as deve estabelecer nos termos da Parte XI da Convenção e das políticas gerais - artigo 162º nº 1. O preceito referido não estabelece qualquer limite a este poder do Conselho, pelo que cada vez que a Assembleia, por omissão ou por falta de acordo, não tenha desenvolvido a política geral da Autoridade, o Conselho é livre de definir a política à qual a Autoridade deverá adaptar-se.

Por outro lado, se o Conselho decidir adoptar políticas específicas que estão em contradição ou são incompatíveis com a política geral definida pela Assembleia, esta última não tem meios

próprios para anular ou declarar inaplicáveis essas políticas específicas. Do mesmo modo, um Estado Parte não pode impugnar uma decisão do Conselho perante a Câmara de Controvérsias, pois o artigo 187º b) i) não faz menção a actos ou omissões da Autoridade que contrariem a política geral fixada pela Assembleia. Para poder agir é preciso demonstrar que as políticas seguidas pelo Conselho foram adoptadas em violação da Parte XI ou dos Anexos respectivos ou das normas, regulamentos e procedimentos adoptados pela Autoridade. Também será difícil invocar-se um abuso de poder - artigo 187º b) ii) pois não há uma delimitação precisa das competências dos órgãos principais da Autoridade.

2.3.2.2 - SUPERVISÃO E CONTROLO - ARTIGO 162º N° 2 A), U), V), T), L), Z) E P)

A alínea a) do nº 2 do artigo em análise estabelece que o Conselho supervisionará e coordenará a aplicação das disposições da Parte XI sobre todas as questões e assuntos da competência da Autoridade e alertará a Assembleia para os casos de não cumprimento. O poder de supervisão e de controlo está complementado pelo poder de dar a conhecer (alertar) à Assembleia os casos de inobservância, podendo esta, se for o caso, depois de ter observado os procedimentos exigidos pelo artigo 185º, decidir da suspensão do exercício de direitos e privilégios ao membro prevaricador. Por outro lado, nos termos das alíneas u), v) e t) do artigo 162º nº 2, cabe ao Conselho iniciar, em nome da Autoridade, procedimentos perante a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos nos casos de não cumprimento, notificar a Assembleia da decisão tomada pela Câmara e fazer-lhe as recomendações que julgue apropriadas sobre as medidas a serem tomadas, mesmo sobre a suspensão dos membros. Existem outras sanções que a Autoridade pode aplicar em casos de infracções como, por exemplo, a suspensão, a rescisão de um contrato e a imposição de penas pecuniárias - Anexo III, artigo 18º.

Nos termos da alínea l), o Conselho exerce controle sobre as actividades desenvolvidas na Área. Esse controle visa assegurar o cumprimento das disposições da Parte XI e respectivos Anexos e as normas, regulamentos e procedimentos editados pela Autoridade, bem assim como dos planos de trabalho, devendo, para o efeito, os Estados Partes prestar assistência à Autoridade - artigo 153º nº 4. Por outro lado, os peticionários, no seu pedido, comprometem-se a aceitar o controle da Autoridade - Anexo III, artigo 4º nº 6 b). De modo a possibilitar o controlo, ao Conselho é permitido criar um mecanismo apropriado para dirigir e supervisionar um corpo de inspectores encarregados de fiscalizar as actividades na Área e de determinar se as disposições da Parte XI, as normas, os regulamentos e os procedimentos da Autoridade e as cláusulas e condições

dos contratos celebrados foram cumpridos - artigo 162º n° 2 z). A supervisão das actividades desenvolvidas na Área pode ser feita pela Comissão Jurídica e Técnica a pedido do Conselho - artigo 165º n° 2 c).

Por fim, o Conselho tem que fiscalizar a cobrança de todos os pagamentos feitos à Autoridade e devidos a esta e relativos às actividades desenvolvidas na Área - artigo 162º n° 2 p).

2.3.2.3 - PODER DE RECOMENDAÇÃO - ARTIGO 162º N° 2 B), C), N), E S)

O Conselho, nos termos das alíneas b) e c) do n° 2 do artigo 162º, deve propor à Assembleia uma lista de candidatos para a eleição do Secretário Geral e recomendar-lhe candidatos para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Empresa e do Director Geral desta.

O Conselho tem, também, o poder de, periodicamente, com base em recomendações do Comité Financeiro, estabelecer o montante a ser afecto ao fundo de assistência para ajuda aos países em vias de desenvolvimento que sofram prejuízos graves devido às actividades desenvolvidas na Área - artigo 162º n° 2 n) interpretado em conformidade com o § 2º da Secção 7 do Anexo ao Acordo de Implementação. Por outro lado, o Conselho dirige à Assembleia recomendações sobre as políticas a seguir em todas as questões ou assuntos da competência da Autoridade - alínea s) do mesmo artigo, ao mesmo tempo que deve colaborar com ela na definição das políticas gerais.

2.3.2.4 - PODER DE CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS - ARTIGO 162º N° 2 D) E Y)

O Conselho pode, quando achar apropriado, e tendo em atenção as exigências de economia e eficiência, criar os órgãos subsidiários que considere necessários para o desempenho das suas funções. Os referidos órgãos deverão ser constituídos por membros qualificados e competentes nas matérias técnicas de que os órgãos se têm de ocupar, devendo ser tidos em conta o princípio da distribuição geográfica equitativa e os interesses especiais - artigo 162º n° 2 d).

Nos termos da alínea y) do mesmo artigo, o Conselho pode criar um órgão subsidiário com competências em matéria financeira. Esta exigência foi cumprida pelo Acordo de Implementação que, pela Secção 9, criou o Comité Financeiro, estabelecendo no § 9º da referida Secção que “a exigência, na alínea y) do n° 2 do artigo 162º da Convenção, da criação de um órgão subsidiário

para tratar de assuntos financeiros será considerada como tendo sido satisfeita com a constituição do Comité Financeiro, de harmonia com a presente secção”.

2.3.2.5 - PODER ADMINISTRATIVO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO - ARTIGO 162º Nº 2 E)

O Conselho tem poderes administrativos de auto-organização, cabendo-lhe adoptar o seu regulamento interno, incluindo o método de designação do seu presidente. O exercício deste poder concretizou-se com a aprovação, na segunda Sessão resumida do Conselho, realizada em Kingston, na Jamaica, entre 5 e 16 de Agosto de 1996, do *Rules of procedure of the Council of the International Seabed Authority (adopted at its 10th meeting, on 16 August 1996)*. Relativamente ao método de eleição do seu Presidente, o artigo 22º do regulamento prescreve: “1 - Cada ano, na sua primeira sessão regular, o Conselho deverá eleger um Presidente e quatro Vice-presidentes de entre os seus membros, de modo a que cada grupo regional seja representado por um *officer*. 2 - Na eleição do Presidente deve ser observado o princípio da rotação entre grupos regionais e devem ser feitos todos os esforços para que o Presidente seja eleito sem votação. 3 - Os Vice-presidentes podem ser reeleitos”.

2.3.2.6 - ADOPÇÃO DE DIRECTRIZES PARA A EMPRESA - ARTIGO 162º Nº 2 I)

O Conselho, nos termos do artigo 162º nº 2 i), pode dirigir directrizes à Empresa. Muito embora a Empresa goze de um elevado grau de autonomia, deve agir de acordo com a Convenção e com as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade, bem como com as políticas gerais estabelecidas pela Autoridade e está sujeita às directrizes e ao controlo do Conselho - artigo 170º nº 2, 2ª parte. As relações entre estes dois órgãos não se limitam à adopção de directivas, pois é ao Conselho que cabe aprovar os planos de trabalho da Empresa - artigo 162º nº 2 k); controlar as actividades da Empresa - artigo 162º nº 2 a), l), e z); examinar os relatórios da Empresa e transmiti-los à Assembleia com as suas recomendações - artigo 162º nº 2 g); participar, recomendando candidatos à Assembleia, na eleição dos seus dirigentes - artigo 162º nº 2 c); e autorizar a delegação de poderes não discricionários do Conselho de Administração nas suas comissões ou no Director Geral - artigo 6º o) do Anexo IV. O Conselho é, por isso, o órgão da Autoridade que tem a capacidade de determinar, em grande medida, a política e a acção da Empresa.

2.3.2.7 - APROVAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHOS - SECÇÃO 3 § 11º DO ANEXO AO ACORDO DE IMPLEMENTAÇÃO

O procedimento de aprovação de planos de trabalho, era regulado pelo artigo 162º nº 2 j) da Convenção, agora “revogado” pelo § 11º b) da Secção 3 do Anexo ao Acordo de Implementação. O mesmo procedimento aplica-se aos planos de trabalho que a Empresa apresenta - alínea k) do nº 2 do artigo 162º. A aprovação de planos de trabalho implica, entre outras coisas, a verificação das qualificações dos peticionários, a observância dos procedimentos e a aceitação de compromissos relativos ao exercício de controlo pela Autoridade e à execução de boa fé das obrigações - Anexo III, artigo 4 nº 1, 2 e 6, e artigo 6 nº 2. Em geral, o Conselho deverá verificar a conformidade do plano de trabalho com a Convenção e com as regras, regulamentos e procedimentos da Autoridade. Ao decidir o plano de trabalho, o Conselho deve designar os sectores reservados - Anexo III, artigo 8º - e, se for o caso, a participação da Autoridade em empreendimentos conjuntos - Anexo III, artigo 9º. No exercício destas funções, o Conselho é assistido pela Comissão Jurídica e Técnica, que faz recomendações sobre o plano de trabalho e sobre o controlo das actividades na Área - artigo 165º nº 2 b), h) e m).

2.3.2.8 - RECOMENDAÇÃO E ADOÇÃO DE NORMAS, REGULAMENTOS E PROCEDIMENTOS - ARTIGO 162º Nº 2 O)

O Conselho partilha com a Assembleia a função normativa. O papel do Conselho a este propósito varia consoante a matéria que constitui objecto da regulamentação. A alínea o) do nº 2 do artigo 162º que consagra, com ligeiras diferenças, o texto da alínea f) do artigo 160º nº 2, distingue duas categorias de normas, regulamentos e procedimentos. Por um lado, há os relativos à distribuição equitativa dos benefícios financeiros e outros benefícios económicas derivados das actividades na Área e sobre os pagamentos e contribuições devidos pelo aproveitamento da plataforma continental para além das 200 milhas, em relação aos quais o Conselho tem o poder de fazer recomendações à Assembleia, a quem cabe aprová-los em definitivo. Por outro lado, o Conselho adopta e aplica provisoriamente, até à sua aprovação pela Assembleia, e tendo em conta as recomendações da Comissão Jurídica e Técnica, as normas, os regulamentos e os procedimentos e respectivas emendas relativos à prospecção, exploração e aproveitamento da Área e à gestão financeira e administração interna da Autoridade. O Conselho deve dar prioridade à adopção de normas, regulamentos e procedimentos relativos à exploração e aproveitamento de nódulos

polimetálicos, sendo a regulamentação relativa a outros recursos remetida para depois, isto é, para três anos após a data de um pedido feito à Autoridade por qualquer dos seus membros para que os adopte¹⁷². O Conselho tem um papel importante na adopção destes regulamentos, podendo, após os ter adoptado, aplicá-los imediatamente, a título provisório. Se a Assembleia aprova os projectos de regulamentação que o Conselho lhe submete, as normas, os regulamentos e os procedimentos em questão aplicam-se de modo definitivo. Se ela formula observações sobre os projectos, remete-as, juntamente com os projectos, ao Conselho, que deve proceder às emendas, tendo em conta os pontos de vista expressos pela Assembleia, mas durante esse tempo as normas, regulamentos e procedimentos aplicam-se provisoriamente. Por isso, é preciso que o Conselho não faça para que a aplicação provisória destas normas se prolongue indefinidamente.

A propósito deste segundo tipo de normas, regulamentos e procedimentos, mais concretamente, os referidos na subalínea ii), o Acordo de Implementação, no § 15º da Secção 1 do Anexo, estabelece, ainda, que na sua elaboração a Autoridade deve ter em conta o que o Acordo prescreve a propósito da Empresa, transferência de tecnologia, política de produção, assistência económica e cláusulas financeiras dos contratos, bem como quaisquer normas, regulamentos e procedimentos adicionais necessários para facilitar a aprovação de planos de trabalho para exploração e aproveitamento, de acordo com o que ele próprio prescreve nas alíneas a), b) e c). Assim, nos termos da alínea a), “o Conselho poderá empreender a elaboração de tais normas, regulamentos ou procedimentos sempre que os julgar necessários para a realização de actividades na área, ou quando determinar que o aproveitamento comercial está iminente, ou ainda a pedido de um Estado do qual um nacional se proponha pedir a aprovação de um plano de trabalho”. Por outro lado, a alínea b) prescreve que “se um Estado nas condições da alínea a) pedir que sejam adoptadas tais normas, regulamentos e procedimentos, o Conselho fá-lo-á nos dois anos seguintes à solicitação efectuada, de acordo com a alínea o) de nº 2 do artigo 162º da Convenção”. Por fim, a alínea c) estabelece que “se o Conselho não tiver concluído a elaboração das normas, regulamentos e procedimentos relativos ao aproveitamento no prazo prescrito e se estiver pendente um pedido para a aprovação de um plano de trabalho para aproveitamento, deverá, não obstante, examinar e aprovar provisoriamente esse plano, com base nas disposições da Convenção e em quaisquer normas, regulamentos e procedimentos que o Conselho possa ter adoptado provisoriamente, ou com base nas normas contidas na Convenção e nas condições e princípios contidos no presente anexo, bem como no princípio da não discriminação entre contratantes”.

¹⁷² Como referido anteriormente, a Federação Russa fez um pedido nesse sentido.

2.3.2.9 - OUTRAS FUNÇÕES - ARTIGO 162º N° 2 F), H), R), W) E X)

Além do que já foi referido, o Conselho tem outras funções, entre as quais se pode referir: as funções de representação da Autoridade, pelo que pode concluir, em seu nome e no âmbito da sua competência, acordos com a Organização das Nações Unidas ou com outras organizações internacionais, acordos esses sujeitos a posterior aprovação da Assembleia - artigo 162º n° 2 f); a apresentação de relatórios anuais à Assembleia e dos relatórios especiais que esta lhe solicite - artigo 162º n° 2 h); a apresentação à Assembleia, para aprovação, do projecto de orçamento anual da Autoridade - artigo 162º n° 2 r); a emissão de ordens de emergência, incluindo a suspensão ou o reajustamento das operações,

tendo em vista prevenir todo e qualquer dano grave ao meio marinho provocado pelas actividades desenvolvidas na Área - artigo 162º n° 2 w); por último, a exclusão de certas áreas do aproveitamento por contratantes ou pela Empresa, quando provas concludentes indiquem o risco de danos graves ao meio marinho - artigo 162º n° 2 x).

2.4 - OS ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS DO CONSELHO

O Conselho, nos termos do artigo 162º n° 2 d), pode, quando achar conveniente para o exercício das suas funções e tendo em atenção as exigências de economia e eficiência, estabelecer órgãos subsidiários. Sem prejuízo desta faculdade, a Convenção criou, desde logo, dois órgãos deste tipo: a Comissão Jurídica e Técnica e a Comissão de Planeamento Económico, além de prever a criação de um terceiro. Este último seria criado pelo Conselho e teria como função elaborar projectos de normas, regulamentos e procedimentos relativos à gestão financeira da Autoridade, às modalidades de contribuições financeiras dos contratantes e a outras questões financeiras enumeradas no artigo 17º n° 1 do Anexo III, isto nos termos do artigo 162º n° 2 y). Porém, tal não aconteceu. O Acordo de Implementação criou, ele próprio, na sua Secção 9, o Comité Financeiro, estabelecendo o § 9º da referida Secção que “a exigência, na alínea y) do n° 2 do artigo 162º da Convenção, da criação de um órgão subsidiário para tratar de assuntos financeiros será considerada como tendo sido satisfeita com a constituição do Comité Financeiro, de harmonia com a presente secção”.

O Acordo de Implementação estabelece que o preceituado da Convenção relativo aos órgãos tem que ser interpretado de harmonia com as suas disposições. Por sua vez, o Anexo ao Acordo, logo na Secção 1 § 2º estabelece que, tendo em vista reduzir ao mínimo os custos para os

Estados Partes, “todos os órgãos e órgãos subsidiários a criar deverão obedecer a critérios de rentabilidade, isto é, deverão ser *cost effective*. O número seguinte prescreve o critério evolutivo de criação e funcionamento dos órgãos e órgãos subsidiários da Autoridade. Com o objectivo de dar satisfação ao princípio e ao critério referidos, o § 4º estabelece que, quando a Convenção entrar em vigor, “as funções iniciais da Autoridade serão desempenhadas pela Assembleia, pelo Conselho, pelo Secretariado, pela Comissão Jurídica e Técnica e pelo Comité Financeiro”. A Comissão de Planeamento Económico não iniciou, desde logo, as suas funções, as quais ficaram a cargo da Comissão Jurídica e Técnica, até decisão do Conselho em contrário ou até à aprovação do primeiro plano de trabalho para exploração.

Seguidamente, vamos analisar o regime comum aos órgãos subsidiários do Conselho, incluindo a Comissão de Planeamento Económico. A necessidade de órgãos subsidiários foi sentida logo no início das negociações da III Conferência. O Texto Simples de Negociação Informal, em 1975, previa, já, dois órgãos: uma Comissão de Planeamento Económico e uma Comissão Técnica, cada um composto por quinze membros e com a função de fazer recomendações ao Conselho. No Texto Simples Revisto, foi previsto mais uma Comissão de Normas e Regulamentos¹⁷³. Em 1978, foi decidido combinar as funções dos três órgãos e ficaram apenas dois: a Comissão Jurídica e Técnica e a Comissão de Planeamento Económico, órgãos que ficaram, até final, como órgãos subsidiários do Conselho. A estes o Acordo de Implementação juntou o Comité Financeiro.

Não obstante algumas diferenças, várias regras comuns regem a composição e o funcionamento destes órgãos subsidiários. Cada comissão é composta por quinze membros eleitos de entre os candidatos designados pelos Estados Partes. A eleição é feita, para a Comissão Jurídica e Técnica e Comissão de Planeamento Económico, pelo Conselho - artigo 163º nº 2, e para o Comité Financeiro, pela Assembleia - Secção 9 § 3º. Esta é a principal diferença de regime dos órgãos subsidiários. Os membros, eleitos por 5 anos, reelegíveis para um novo mandato, devem possuir as qualificações necessárias para o desempenho das suas funções, devendo, para o efeito, os Estados propor candidatos da mais elevada competência e integridade e na sua eleição devem ser tidos em conta os princípios da distribuição geográfica equitativa e de representação de interesses especiais. Os Estados só podem propor um candidato a cada Comissão, pois cada Estado só pode ter um membro em cada Comissão, e uma mesma pessoa só pode ser eleita para uma Comissão. Relativamente ao Comité Financeiro, o § 3º da Secção 9, a este propósito, ainda

¹⁷³ Artigo 32º do Doc. A/CONF./62/WP.8/Rev.1/Parte 1, in **NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. V, 1976. Número de venta: S.76.V.8, p. 147.

estabelece que “cada grupo de Estados referidos nas alíneas a), b), c) e d) do § 15º da Secção 3 do Anexo”, terá, pelo menos, um representante no Comité. Além disso, prescreve que, até que a Autoridade tenha fundos suficientes, além dos necessários para financiar as despesas administrativas, entre os membros do Comité, deverão figurar “representantes dos cinco maiores contribuintes financeiros para o orçamento administrativo da Autoridade. Posteriormente, a eleição de um membro de cada grupo será feita com base nas candidaturas apresentadas pelos membros do respectivo grupo, sem prejuízo da possibilidade de mais membros serem eleitos para cada grupo”. Em caso de vacatura de um lugar por morte, incapacidade ou renúncia será o mesmo preenchido por um membro da mesma região geográfica ou categoria de interesses ou grupo de Estados, eleito pelo Conselho, no caso da Comissão Jurídica e Técnica e da Comissão de Planeamento Económico, ou pela Assembleia, no caso do Comité Financeiro, para completar o mandato. Os membros das Comissões e do Comité não devem ter interesses financeiros em actividades relacionadas com a Área sobre as quais devem fazer recomendações e devem guardar segredo, mesmo após o termo das funções, de todas as informações confidenciais que tenham conhecimento em virtude do exercício das suas funções, sob pena de responsabilidade perante a respectiva Comissão. Esta obrigação aparece referida no artigo 163º nº 8 da Convenção, em relação à Comissão Jurídica e Técnica e à Comissão de Planeamento Económico e no § 6º da Secção 9 do Acordo de Implementação, em relação ao Comité Financeiro. No entanto, e pelo que diz respeito à responsabilidade pelo incumprimento desta obrigação, a Convenção e o Acordo não prevêm nenhum procedimento de responsabilização de um membro que não respeite a obrigação de guardar o segredo de informação. O artigo 168º nº 3 prevê os procedimentos e sanções em caso de não cumprimento de um idêntico dever de sigilo por parte dos funcionários da Autoridade mas tal disposição não é aplicável aos membros das Comissões. Estamos, por isso, nesta matéria, perante uma *lex imperfectae*. Cada Comissão exerce as suas funções de acordo com as directrizes que recebe do Conselho, órgão competente para aprovar as regras por eles elaboradas para o bom desempenho das suas funções. Os procedimentos relativos à tomada de decisões pelas duas Comissões devem ser estabelecidos pelas normas regulamentos e procedimentos da Autoridade¹⁷⁴. Este preceito, no entanto, deve ser interpretado de harmonia com o Acordo de Implementação que estabelece, como regra geral, para a adopção de decisões pelos órgãos da Autoridade, a regra do consenso, admitindo, relativamente à Comissão Jurídica e Técnica, em caso de votação, a regra da maioria dos membros presentes e votantes - Secção 3 § 13º. Relativamente ao Comité Financeiro, o Anexo ao Acordo estabelece que as questões de processo “serão adoptadas pela maioria dos

¹⁷⁴ Artigo 163º nº 11 da Convenção.

membros presentes e votantes e as decisões sobre questões de fundo serão adoptadas por consenso”¹⁷⁵ - Secção 9 § 8º. Sempre que façam uma recomendação ao Conselho, as Comissões devem fazê-las acompanhar das respectivas declarações de voto. Por último, as Comissões devem exercer as suas funções na sede da Autoridade e reunir com a frequência que acharem conveniente, podendo, para o bom desempenho das suas funções, consultar outros órgãos das Nações Unidas ou agências especializadas ou qualquer organização internacional com competência sobre o assunto objecto de consulta¹⁷⁶.

Assentes as regras comuns aos órgãos subsidiários, vamos, de seguida, referir, expressamente, cada um deles.

A Comissão Jurídica e Técnica começou funções com a entrada em vigor da Convenção¹⁷⁷. Ao seu extenso elenco de funções acresce as da Comissão de Planeamento Económico até à sua entrada em vigor - Secção 1 § 4º. Assim, além do que dissermos quando nos referirmos à Comissão de Planeamento Económico, a Comissão Jurídica e Técnica deve:

- fazer ao Conselho todas as recomendações que lhe forem solicitadas;
- examinar os planos de trabalho formais escritos relativos às actividades na Área¹⁷⁸, bem como fazer as recomendações apropriadas ao Conselho;
- supervisionar, a pedido do Conselho, as actividades na Área;
- preparar avaliações das consequências ecológicas das actividades na Área;
- fazer recomendações ao Conselho sobre a protecção do meio marinho;
- elaborar e submeter ao Conselho as normas, regulamentos e procedimentos relativos à distribuição equitativa dos benefícios financeiros e outros benefícios económicos derivados das actividades na Área e sobre os pagamentos e contribuições relativos ao aproveitamento da

¹⁷⁵ O Anexo ao Acordo é omissivo relativamente aos casos em que não é possível alcançar o consenso no Comité Financeiro.

¹⁷⁶ Artigo 163º n.ºs 1 a 13.

¹⁷⁷ Na segunda Sessão Resumida da Autoridade, realizada em Kingston, entre 5 e 16 de Agosto de 1996, mais concretamente em 15 de Agosto, o Conselho da Autoridade elegeu os membros da Comissão Jurídica e Técnica. A Comissão era composta por quinze membros, como referido no texto, no entanto, o Presidente do Conselho, com base no artigo 163º n.º 2 da Convenção, resolveu propor, atendendo às inúmeras tarefas que a Comissão iria ter a seu cargo, o alargamento do número de membros para vinte e dois, o que foi aceite. Assim, o Conselho elegeu os 22 candidatos: Hans Amann (Alemanha), Samuel Sona Betah (Camarões), Arne Bjorlykke (Noruega), Jose de J. Conejo (Costa Rica), Ivan F. Glumov (Federação Russa), Robert Guehi (Costa do Ivoire), Waguibi Hanafi (Egipto), Jung-Keuk Kang (República da Coreia), Ryszard Kotlinski (Polónia), Jean-Pierre Lenoble (França), Yuwei Li (China), Charles Lowell Morgan (Estados Unidos da América), Marcellin Mve-Ebang (Gabão), Luis Giotto Preval Paez (Cuba), H. P. Rajan (Índia), Gionavi Rosa (Itália), Toshi Sakasegawa (Japão), Olexander A. Shchypstov (Ucrânia), H. Shimutwiken (Namíbia), A. Simpson (Fiji), George P. Steward (Bahamas) e Boris Winterhalter (Finlândia). Antes de poder começar com as suas funções, H. Shimutwiken, da Namíbia, morreu, e, de acordo com a decisão do Conselho, a sua posição na Comissão foi assumida por Inge Zaamwanim, também da Namíbia, com efeitos a partir de Março de 1997. Jean-Pierre Lenoble foi eleito Presidente - disponível in (<http://www.isa.org.jm/members/legal.htm>). Presentemente, esta Comissão tem 23 membros.

¹⁷⁸ De conformidade com o n.º 3 do artigo 153º.

plataforma continental além das 200 milhas, assim como relativos à prospecção, exploração¹⁷⁹ e aproveitamento na Área e à gestão financeira e administrativa interna da Autoridade;

- examinar continuamente tais normas, regulamentos e procedimentos e recomendar ao Conselho as emendas necessárias dos mesmos;
- fazer recomendações em matéria de riscos ou consequências da poluição marinha;
- recomendar ao Conselho o início, em nome da Autoridade, de procedimentos perante a Câmara de Controvérsias, bem assim como as medidas a tomar sobre uma decisão da Câmara;
- recomendar ao Conselho que emita ordens de emergência, inclusive ordens de suspensão ou de reajuste de operações, a fim de prevenir qualquer dano grave ao meio marinho decorrente das actividades na Área;
- recomendar ao Conselho que exclua certas áreas do aproveitamento por contratantes ou pela Empresa, quando haja provas que indiciem o risco de danos graves para o meio marinho; e
- fazer recomendações ao Conselho sobre a direcção e supervisão de um corpo de inspectores que devem fiscalizar as actividades na Área¹⁸⁰.

O Comité Financeiro também iniciou funções aquando da entrada em vigor da Convenção¹⁸¹. A sua missão é fazer recomendações à Assembleia e ao Conselho em matérias com implicações financeiras, a saber:

¹⁷⁹ Uma das tarefas prioritárias da Autoridade, através da Comissão Jurídica e Técnica, foi a elaboração das normas, regulamentos e procedimentos reguladores das actividades de prospecção e exploração dos nódulos polimetálicos do fundo do mar além da jurisdição nacional, mais conhecidos por Código Mineiro. A Comissão Jurídica e Técnica começou o seu trabalho em Março de 1997, tendo como ponto de partida o trabalho feito pela Comissão Especial 2, da Comissão Preparatória, entre 1984 e 1993. A Comissão Jurídica e Técnica, também, teve em atenção as disposições do Acordo de Implementação e a situação especial dos investidores pioneiros registados segundo a Resolução II. A Comissão trabalhou, intensamente, durante 1997 e completou a sua tarefa em Março de 1998, tendo submetido um projecto de normas ao Conselho na 4ª Sessão resumida (ISBA/4/C/4/Rev.1). A partir de então, o Conselho dedicou-se à análise, artigo a artigo, do projecto. O *Mining Code* (ISBA/6/C/12) foi aprovado pelo Conselho, na sexta Sessão Resumida, em 13 de Julho de 2000, e pela Assembleia, igualmente no dia 13 (ISBA/6/A/18 - *Decision of the Assembly of the International Seabed Authority Relating to the Regulations on Prospecting and Exploration for Polymetallic Nodules in the Area*) - disponível in (http://www.isa.org.jm/en/documents/ISBA5_A_14.pdf). O texto do *Mining Code* está transcrito in BROWN, E. D., *op. cit.*, p. 256-310.

¹⁸⁰ Artigo 165º n.º 2 a) a m). A alínea n) foi “revogada” pelo Acordo de Implementação. O n.º 3 do artigo em análise ainda prescreve: “no desempenho das suas funções de supervisão e inspecção, os membros da Comissão serão acompanhados por um representante desse Estado ou parte interessada, a pedido de qualquer Estado Parte ou de outra parte interessada”.

¹⁸¹ Em 13 de Agosto de 1996, foram eleitos os quinze primeiros membros do Comité de Finanças, que começou logo a trabalhar no projecto de orçamento para 1997. Os membros - três de África, Ásia e América Latina e Caraíbas, cinco da Europa Ocidental e outros Estados e um da Europa de Leste - são os seguintes: Ernesto Belo Rosa (Uruguai), Domenico da Empoli (Itália), Croig John Daniel (África do Sul), Walid Doudech (Tunísia), David Etuket (Uganda), Jobst Holborn (Alemanha), Tadanori Inomata (Japão), Serguey P. Ivanov (Federação Russa), Jean-Pierre Lévy (França), Hong Lou (China), Isaac Margulis (México), S. Rama Rao (Índia), Coy Roache (Jamaica), Michael Wood (Reino Unido) e M. Deborah Wynes (Estados Unidos da América). Foi eleito Presidente, em 24 de Março, S. Rama Rao. Walid Doudech (Tunísia) foi eleito pela Assembleia para substituir Samia Ladgham (Tunísia) que resignou em 15 de Dezembro de 1997 – (<http://www.isa.org.jm/members/finance.htm>).

- projectos de normas, regulamentos e procedimentos financeiros dos órgãos da Autoridade¹⁸² e a gestão financeira e administração financeira interna da Autoridade;
- avaliação das contribuições dos membros para o orçamento administrativo da Autoridade, nos termos da alínea e) do n° 2 do artigo 160° da Convenção;
- proposta anual de orçamento, preparada pelo Secretário Geral da Autoridade nos termos do artigo 172° da Convenção e os aspectos financeiros da aplicação dos programas de trabalho do Secretariado;
- orçamento administrativo;
- obrigações financeiras dos Estados Partes e implicações administrativas e orçamentais das propostas e recomendações que envolvam gastos de fundos da Autoridade; e
- normas, regulamentos e procedimentos sobre a partilha equitativa de benefícios financeiros e outros benefícios económicos resultantes de actividades na Área e as decisões a serem adoptadas a este propósito.

Relativamente à Comissão de Planeamento Económico, que, como vimos, ainda não entrou em funcionamento, o artigo 164° n° 1 estabelece que os seus membros devem ter qualificações adequadas em matéria de actividades mineiras, de gestão de actividades relacionadas com os recursos minerais, de comércio internacional ou de economia internacional. Além disso, pelo menos dois dos seus membros devem ser nacionais de Estados em vias de desenvolvimento cuja exportações das categorias de minerais a serem extraídos da Área tenham consequências importantes nas suas economias. Esta Comissão tem como funções:

- propor, a pedido do Conselho, medidas para aplicar as decisões relativas às actividades na Área;

¹⁸² O Conselho, em 26 de Agosto de 1999, decidiu adoptar, provisoriamente até posterior aprovação pela Assembleia da Autoridade, o Projecto de Normas Financeiras da Autoridade - ISBA/5/C/L.3, de 19 de Agosto de 1999. Este Projecto teve por base um projecto elaborado pelo Comité de Finanças, fruto de um trabalho realizado entre Março de 1997 e Agosto de 1998. O Projecto de Normas é constituído por 14 artigos regulando a administração financeira da Autoridade, desde a preparação do orçamento pelo Secretário Geral, passando pela análise e aprovação pelo Comité de Finanças, Conselho e Assembleia até ao controlo por um auditor - disponível *in* (<http://www.isa.org.jm/>). As Normas Financeiras foram, finalmente, aprovadas pela Assembleia, em 23 de Março de 2000 - ISBA/6/A/3, de 28 de Março de 2000 - e aplicaram-se já ao período financeiro 2001/2, em curso. Estas normas, não obstante a Convenção e o Acordo de Implementação estabelecerem o carácter anual do orçamento, introduziram a regra da bianualidade. O período financeiro consiste em dois anos civis. Segundo as suas regras, a proposta de orçamento é apresentado pelo Secretário Geral da Autoridade ao Conselho e também transmitida ao Comité Financeiro, que prepara um relatório, com recomendações, para posterior consideração pelo Conselho. Após a sua análise, o Conselho submete o orçamento à Assembleia com as recomendações que achar convenientes. A Assembleia deve, então, apreciar e aprovar a proposta de orçamento. Ao tomar decisões sobre o orçamento administrativo da Autoridade, quer o Conselho quer a Assembleia devem ter em atenção as recomendações do Comité de Finanças. Por fim, a auditoria que, segundo o artigo 175° da Convenção, deve ter lugar todos os anos, nos termos das Regras Financeiras será, também, de dois em dois anos - *in* BROWN, E. D., *op. cit.*, p. 335 e 336.

- examinar as tendências da oferta, da procura e dos preços dos minerais que possam ser extraídos da Área, bem como os factores que os influenciem; e
- examinar qualquer situação susceptível de provocar efeitos adversos nas economias ou nas receitas de exportação de Estados em vias de desenvolvimento¹⁸³.

Como se trata de questões que só surgirão quando as actividades comerciais do fundo do mar começarem, é razoável que a Comissão não seja estabelecida senão nessa altura.

3 - O SECRETARIADO

O Secretariado da Autoridade está regulado nos artigo 166º a 169º da Convenção e também nos § 1º e 2º da Secção 2 do Acordo de Implementação. O Secretariado é um órgão principal da Autoridade. Como na generalidade das organizações internacionais, o Secretariado compreende um Secretário Geral e o pessoal de que a Autoridade necessitar. O Secretário Geral é eleito pela Assembleia¹⁸⁴, de entre os candidatos propostos pelo Conselho, por um mandato de quatro anos,

¹⁸³ Artigo 164º nº 2 a), b) e c). Não fazemos referência à alínea d) porque, nos termos do Acordo de Implementação, Secção 7, esta matéria, agora, já está regulada e no caso de necessidade de parecer este é da competência do Comité Financeiro

¹⁸⁴ O primeiro Secretário Geral da Autoridade foi, e ainda continua a ser, o Embaixador Satya N. Nandan (Fiji), eleito, em Março de 1996, para um mandato de quatro anos e, posteriormente, reeleito por igual período. No período entre a entrada em vigor da Convenção e início de funções do Secretariado, que se verificou, apenas em 1 de Junho de 1996, as suas funções foram levadas a cabo pela *Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea* - disponível in (http://www.un.org/Depts/los/los_docs.htm).

Biografia do Embaixador Satya N. Nandan, C.B.E., C.F. - tinha sido Secretário das Relações Exteriores do Fiji. Foi representante do seu país nas Nações Unidas (1970-1976) e Embaixador do Fiji na União Europeia, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda (1976-1980). Foi membro dos Comités das Nações Unidas para a Descolonização, Desarmamento e Assuntos Jurídicos e Políticos; serviu como Sub-Secretário Geral das Nações Unidas e Representante Especial do Secretário Geral para o Direito do Mar desde 1983 até 1992. Durante esse período, foi o Chefe do *United Nations Office for Ocean Affairs and the Law of the Sea* e tinha a seu cargo o secretariado responsável pelo apoio logístico à Comissão Preparatória para a Autoridade Internacional dos Fundos do Mar e do Tribunal Internacional do Direito do Mar. O Embaixador Nandan foi Presidente da *United Nations Conference on Straddling Fish Stocks and Highly Migratory Fish Stocks* (1993-95) e Presidente do Encontro dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (1994 a 1996). Como Sub-Secretário Geral e Representante Especial para o Direito do Mar, em 1990, iniciou, em nome do Secretário Geral, um diálogo para resolver os problemas da Parte XI da Convenção e depois, como delegado do Fiji, foi Presidente do grupo informal (o grupo “*Boat Paper*”) que negociou o Acordo adoptado pela Assembleia Geral, em 28 de Julho de 1994, que abriu as portas para uma participação universal na Convenção. O Embaixador Nandan foi sempre o chefe da delegação do Fiji ao Comité de Fundos (1970-1973) e à III Conferência sobre o Direito do Mar (1973-1982). Participou activamente na negociação de questões chave. Como Relator do Segundo Comité elaborou o Texto Simples de Negociação Informal para o Presidente que serviu de base às negociações posteriores. Em 1975, foi Presidente dos Grupos de Trabalho sobre a ZEE, Delimitação das Fronteiras Marítimas e Alto Mar. Também co-presidiu um grupo informal que negociou um compromisso sobre a questão da passagem pelos estreitos usados pela navegação internacional. Em 1977, foi designado Presidente do Grupo Negociação 4 da Conferência que tinha a cargo a questão da participação dos Estados encravados e geograficamente desfavorecidos no aproveitamento dos recursos das ZEEs vizinhas. Também presidiu um grupo informal sobre a política de produção relativa às actividades do fundo do mar. Foi Presidente do Grupo dos 77 (1978-1979). É formado em Direito pela Universidade de Londres, doutorado *honoris causa* por várias Universidades e várias vezes condecorado - disponível in (<http://www.isa.org.jm/about/satyan.htm>).

podendo ser reeleito. A decisão da Assembleia sobre este ponto, em caso de votação, é tomada por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, desde que tal maioria inclua uma maioria dos membros que participam na sessão. Relativamente ao Conselho, como vimos, em princípio é também necessário o consenso. Se tal não for possível, a proposta do Conselho será aprovada por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, desde que a tal não se oponha uma maioria de qualquer das quatro câmaras¹⁸⁵.

O Secretário Geral é o mais alto funcionário administrativo da Autoridade, participando, nessa qualidade, em todas as reuniões da Assembleia, do Conselho e de qualquer órgão subsidiário. O Secretário Geral tem, ainda, de apresentar, anualmente, um relatório à Assembleia sobre as actividades da Autoridade¹⁸⁶.

O artigo 167º contém as regras relativas ao pessoal da Autoridade, pessoal que é nomeado pelo Secretário Geral de acordo com as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade, normas essas que fixam, não só as condições de nomeação, mas também as condições de remuneração e de demissão do pessoal. O pessoal da Autoridade é composto por funcionários qualificados nos domínios científico e técnico¹⁸⁷ e demais pessoal necessário ao desempenho das funções administrativas da Autoridade. Na sua escolha deve estar presente a necessidade de assegurar o mais alto grau de eficiência, competência e integridade, tendo em atenção, também, a necessidade de recrutar o pessoal numa base geográfica tão ampla quanto possível¹⁸⁸.

O artigo 168º estabelece o carácter internacional do Secretariado ao enunciar as obrigações e a responsabilidade dos funcionários da Autoridade. Começa por estabelecer que, quer o Secretário Geral quer o restante pessoal, no exercício das suas funções, não devem solicitar nem receber quaisquer instruções nem dos governos nem de quaisquer outras entidades estranhas à Autoridade. Prevê, igualmente, a instituição de um tribunal administrativo apropriado para tratar os casos de violação às obrigações cometidas por funcionários, tribunal esse a criar nos termos previstos nas normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade. Estabelece, ainda, que o Secretário Geral e o pessoal não devem ter interesses financeiros em actividades relacionadas com a exploração e aproveitamento da Área e o princípio geral de segredo profissional, obrigando os funcionários a guardar e a respeitar a confidencialidade de certos assuntos de que têm conhecimento devido às suas funções, a saber, qualquer segredo industrial, qualquer dado que seja

¹⁸⁵ Artigos 166º n.ºs 1, 2, 159º n.º 8, 160º n.º 2 b), 162º n.º 2 b) e Secção 3 § 3º e 5º.

¹⁸⁶ Artigo 166º n.ºs 3 e 4 da Convenção.

¹⁸⁷ Entendemos que o enunciado linguístico não é muito feliz ao referir as qualidades do pessoal administrativo. À primeira vista poderá parecer que a Autoridade utiliza pessoal científico e técnico para o desempenho de funções administrativas. Não nos parece que seja esse o sentido a dar ao texto, antes deve ser interpretado no sentido de que o pessoal deve ser científica e tecnicamente qualificado.

¹⁸⁸ Artigo 176º n.ºs 3, 1 e 2 da Convenção.

propriedade industrial e que seja transferido para a Autoridade, assim como qualquer informação. O funcionário que não cumpra com as obrigações referidas deve ser submetido pela Autoridade, a pedido do Estado Parte lesado ou da pessoa singular ou colectiva lesada patrocinada por um Estado Parte, ao tribunal administrativo a criar. A parte lesada tem o direito de participar no processo e o funcionário em causa poderá ser demitido pelo Secretário Geral, mediante recomendação do tribunal, podendo este, ainda, impor à Autoridade a reparação dos danos causados nos termos da segunda parte do artigo 22º do Anexo III.

Por último, o Secretário Geral pode concluir, nos assuntos da competência da Autoridade e com a aprovação do Conselho, ajustes apropriados para consulta e cooperação com as organizações internacionais e não governamentais reconhecidas pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas. A organização ou organizações com a(s) qual(ais) o Secretário Geral tenha concluído ajustes pode(m) enviar representantes para assistirem, como observadores, às reuniões dos órgãos da Autoridade, de acordo com o regulamento interno destes. O Secretário Geral pode distribuir aos Estados Partes relatórios escritos apresentados pelas organizações não governamentais sobre os assuntos que sejam da sua competência especial ou se relacionem com o trabalho da Autoridade¹⁸⁹.

O Secretariado é um órgão administrativo¹⁹⁰ por excelência, por isso as suas funções são essencialmente administrativas. No entanto e transitoriamente até que a Empresa comece a operar

¹⁸⁹ Artigo 169º. Não obstante a importância das funções acabadas de referir, podemos considerá-las limitadas em comparação com as funções tradicionais dos secretariados de outras organizações internacionais. Nomeadamente, uma das funções típicas - a supervisão do cumprimento das obrigações que recaem sobre os Estados membros - inicialmente prevista como função do Secretariado acabou, no texto final da Convenção, por ficar a cargo do Conselho - MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 284.

¹⁹⁰ Ao Secretariado cabe: “secretariar” a Assembleia, o Conselho, a Comissão Jurídica e Técnica e o Comité de Finanças; preparar relatórios e outros documentos, análises, estudos, sugestões e recomendações; providenciar o apoio a encontros; fazer publicações, boletins informativos e estudos analíticos; organizar encontros com peritos, seminários e *workshops*; e divulgar informação sobre as actividades e decisões da Autoridade. Até ao momento já foram organizados quatro *workshops*: 1º - em Sanya, Hainan, na China, em Junho de 1998, sobre as directrizes ambientais para a exploração de nódulos polimetálicos do fundo do mar; 2º - em Kingston, na Jamaica, em Agosto de 1999, sobre as tecnologias para as actividades mineiras dos nódulos polimetálicos; 3º - em Kingston, entre 26 e 30 de Junho de 2001, sobre os recursos minerais da zona internacional dos fundos do mar, que não nódulos polimetálicos; por último, o 4º - também em Kingston, entre 25 e 29 de Junho de 2001, tendo por objectivo uniformizar os dados ambientais e os requisitos informativos do Código Mineiro (ISBA/6/A/18) e suas directrizes para os contratantes (ISBA/7/LTC/1).

Entre 29 de Julho e 2 de Agosto de 2002 irá ter lugar, igualmente em Kingston, na Jamaica, um *Workshop on International Cooperation and Collaboration in Marine Research on Deep Oceans* - disponível in (<http://www.isa.org.jm/>).

O Secretariado é constituído por quatro unidades funcionais: *Office of the Secretary-General*, *Office of Legal Affairs*, *Office of Resources and Environmental Monitoring* e *Office of Administration and Management* - disponível in (<http://www.isa.org.jm/about/staff.htm>).

O *Office of the Secretary-General* tem por missão: auxiliar o Secretário Geral na implementação da política geral; supervisionar e coordenar o trabalho do Secretariado; ocupar-se das relações externas da Autoridade; ocupar-se do protocolo, representação, organização de cerimónias oficiais e funções afins; manter actualizada a lista de Representantes Permanentes e outras pessoas credenciadas junto da Autoridade, emitir passes de identificação e notificar o governo “hospedeiro” das chegadas e partidas de pessoas acreditadas junto da Autoridade; coordenar com o gabinete das Nações Unidas responsável pelo serviço de apoio a conferências o serviço necessário de apoio a

independentemente dele, o Secretariado desempenhará as funções da Empresa. O Secretário Geral designará, de entre o pessoal da Autoridade, um director geral interino para supervisionar o desempenho dessas funções pelo Secretariado. As funções a desempenhar são as seguintes:

- acompanhamento e estudo das tendências e desenvolvimentos relativos à actividade mineira nos fundos marinhos, incluindo a análise regular das condições do mercado mundial de metais e seus preços, tendências e perspectivas;
- avaliação dos resultados da investigação científica marinha relativamente a actividades desenvolvidas na Área, em particular a investigação relacionada com o impacte ambiental das actividades da Área;
- avaliação dos dados disponíveis relativos à prospecção e exploração, incluindo os critérios a que devem obedecer tais actividades;
- avaliação dos desenvolvimentos tecnológicos relevantes para as actividades na Área, em especial no que se refere à tecnologia relacionada com a protecção e preservação de meio marinho;
- avaliação de informações e dados relativos a áreas reservadas à Autoridade;
- avaliação das iniciativas de operações de empreendimentos conjuntos;
- recolha de informações sobre a disponibilidade de mão de obra qualificada; e

conferências da Autoridade; e assegurar a preparação atempada, tradução, impressão e distribuição da documentação oficial - disponível in (<http://www.isa.org.jm/about/officeofs.htm>).

O *Office of Legal Affairs* tem como tarefas: apoiar os serviços de secretariado junto dos órgãos da Autoridade; dar pareceres jurídicos relativamente ao trabalho substantivo da Autoridade; dar apoio jurídico à Autoridade; os serviços de livreria e publicações - disponível in (<http://www.isa.org.jm/about/officeofla.htm>).

O *Office of Resources and Environmental Monitoring* deve: apoiar os serviços de secretariado junto dos órgãos da Autoridade; fornecer os dados económicos, técnicos e científicos necessários para a preparação e o acompanhamento do cumprimento de normas regulamentos e procedimentos para a condução de actividades na Área; implementar as decisões da Comissão Preparatória relativas aos investidores pioneiros registados e respectivos Estados certificadores; desenvolver e manter os serviços de informação da Autoridade (*local area network*); desenvolver e manter uma central de dados sobre os recursos da Área; apoiar os programas da Autoridade sobre o ambiente; promover e encorajar a investigação científica em relação às actividades na Área; e acompanhar as tendências relativas às actividades mineiras do fundo do mar, incluindo as condições dos mercados - disponível in (<http://www.isa.org.jm/about/officeofrem.htm>).

Por fim, o *Office of Administration and Management* dá apoio administrativo e logístico ao Secretariado. As suas funções incluem a gestão e controlo financeiro, preparação do orçamento, montante das contribuições dos Estados membros, recrutamento de pessoal, compra de bens e serviços, gestão de pessoal e segurança - disponível in (<http://www.isa.org.jm/about/officeofam.htm>).

Na 2ª Sessão, em Agosto de 1996, a Assembleia da Autoridade decidiu que seria de todo o interesse ser membro do *United Nations Staff Pension Fund* e pediu ao Secretário Geral para tomar as medidas necessárias. Pela decisão 52/458, de 22 de Dezembro de 1997, a Assembleia Geral decidiu aprovar a admissão da Autoridade como membro do Fundo, a partir de 1 de Janeiro de 1998. De acordo com as normas do Fundo, em 18 de Junho de 1998, foi feito um acordo entre o Fundo e a Autoridade regulando a admissão da Autoridade como membro. Na mesma data, a Autoridade e as Nações Unidas, também, fizeram um acordo especial, alargando a jurisdição do Tribunal Administrativo das Nações Unidas à Autoridade, relativamente aos pedidos dos membros do seu *staff*, alegando não observância das normas do Fundo - in ISBA/4/A/11, de 20 de Julho de 1998 - Relatório do Secretário Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos à luz do artigo 166º nº 4 da Convenção.

– estudo das opções de política de gestão aplicáveis à administração da Empresa nas diferentes fases das suas operações¹⁹¹.

Um assunto prioritário a tratar pelo Secretariado foi o Acordo com o Governo de Jamaica, país hospedeiro da sede da Autoridade e dos seus órgãos principais. Na segunda Sessão resumida (de 5 a 16 de Agosto de 1996), o Conselho incumbiu o Secretário Geral de negociar com o Governo de Jamaica um acordo relativo à sede da Autoridade, tendo em atenção um projecto preparado pela Comissão Preparatória¹⁹². Após negociações várias, o Acordo foi aprovado pelo Conselho e pela Assembleia da Autoridade¹⁹³, em Agosto de 1999, após prévia recomendação do Comité de Finanças. Este Acordo juntamente com o Protocolo sobre os Privilégios e Imunidades são essenciais para o funcionamento da Autoridade¹⁹⁴.

¹⁹¹ Acordo, Secção 2 § 1º e respectivas alíneas.

¹⁹² LOS/PCN/WP.47/Rev.2.

¹⁹³ ISBA/3/A7L.3 – ISBA/3/C/L.3 e Corr.1.

¹⁹⁴ O artigo 50º do Acordo estabelece: “As disposições deste Acordo deverão ser complementares com as disposições do Protocolo. Na medida em que uma qualquer disposição deste Acordo e uma qualquer disposição do Protocolo sejam relativas à mesma matéria, sempre que possível, devem ser tratadas como complementares, de modo a que as duas disposições possam ser aplicadas e nunca de modo a que uma possa anular o efeito da outra; mas, em caso de conflito, prevalecerão as disposições do Acordo”.

CAPÍTULO IV

AS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS

A EMPRESA

1 - INTRODUÇÃO

A maior inovação de ordem institucional introduzida pela Convenção foi a criação da Empresa, o braço operacional da Autoridade. A Empresa foi a bandeira, o símbolo político do Grupo dos 77, nas negociações relativas ao regime jurídico do fundo do mar. Os países em vias de desenvolvimento queriam fazer dela uma entidade o mais possível autónoma, forte e economicamente viável. Pelo contrário, os países industrializados não admitiam uma posição privilegiada para a Empresa em face dos outros contratantes. O regime jurídico consagrado na Convenção é o resultado do confronto destas duas posições antagónicas. O funcionamento da Empresa, de acordo com as regras da Convenção, seria bastante oneroso¹⁹⁵ para os Estados Partes, pelo que os países industrializados, *maxime* os Estados Unidos da América, sempre se mostraram desagradados. Por isso, a Empresa foi uma questão *hard core*, discutida nas conversações informais do Secretário Geral das Nações Unidas e daí a Secção 2 do Anexo ao Acordo de Implementação conter normas que vêm, precisamente, aliviar os “encargos” dos Estados Partes, ao mesmo tempo que, com esse objectivo, estabelece um regime “transitório” para o exercício das funções da Empresa. Numa fase inicial, as funções da Empresa serão desempenhadas pelo Secretariado até que a Empresa comece a operar independentemente. Nesse período, o Secretário Geral da Autoridade designa, de entre o pessoal da Autoridade, um Director Geral interino, para supervisionar as actividades levadas a cabo pelo Secretariado.

No sentido de tornar o funcionamento da Empresa menos oneroso para os Estados Partes, quer do ponto de vista económico quer em termos de tecnologia, o § 2º da mesma Secção prescreve que a Empresa conduzirá as suas operações iniciais através de empreendimentos conjuntos. O aparecimento da Empresa como órgão autónomo, funcionando independentemente do

¹⁹⁵ Como alguém afirmou, a Empresa corporiza tudo o que estava errado na Convenção; faz lembrar a imagem de uma empresa pública grande, burocrática e ineficiente, concebida para dominar as actividades do fundo do mar e afastar o investimento privado.

Secretariado, só terá lugar quando o Conselho aprovar um plano de trabalho para exploração a uma entidade que não a Empresa, ou então quando a Empresa lhe apresentar um pedido para uma operação de empreendimento conjunto. Neste caso, se o Conselho considerar que as operações de empreendimento conjunto com a Empresa estão de acordo com os seus princípios comerciais, autorizará o seu funcionamento independente. A Empresa, enquanto operador, está sujeita às mesmas obrigações dos demais contratantes, revestindo o seu plano de trabalho, uma vez aprovado, a forma de contrato concluído entre a Autoridade e a Empresa - § 4º da Secção 2.

Tem direito de preferência para concluir um acordo de empreendimento conjunto com a Empresa, o contratante que tenha entregue uma determinada área à Autoridade como área reservada, acordo esse para a prospecção e exploração dessa mesma área. Mais, “se a Empresa não apresentar um pedido de aprovação de um plano de trabalho das actividades a desenvolver nessa área reservada no prazo de 15 anos após o início do seu funcionamento independente do Secretariado da Autoridade, ou dentro de 15 anos a partir da data em que essa área foi reservada à Autoridade, se esta última data for posterior, o contratante que entregou a área terá o direito de apresentar um pedido de aprovação de um plano de trabalho para essa área, sob condição de que ofereça de boa fé associar a Empresa às suas actividades, no quadro de um empreendimento conjunto” - § 5º da mesma Secção.

Em matéria de obrigações financeiras, o § 3º estabelece que os Estados Partes não têm que financiar as operações da Empresa em qualquer sector mineiro ou no quadro dos seus acordos de empreendimentos conjuntos, não se aplicando, por isso, o nº 3 do artigo 11º do Anexo IV.

Por fim, o § 6º da Secção 2 estabelece que “o nº 4 do artigo 170º, o anexo IV e outras disposições da Convenção relativas à Empresa serão interpretadas e aplicadas em conformidade com esta secção”.

Continuando, após esta actualização resultante do Acordo de Implementação, podemos dizer que a Empresa é o órgão da Autoridade encarregado de desenvolver directamente, em nome da Humanidade no seu conjunto, as operações de exploração e aproveitamento dos recursos da Área, bem assim como as actividades de transporte, processamento e comercialização dos minerais extraídos da Área - artigo 170º nº 1 e artigo 1º nº 1 do Anexo IV. A Empresa tem uma estrutura relativamente simples, que compreende um Conselho de Administração, um Director Geral e o pessoal necessário para o exercício das suas funções - artigo 4º do Anexo IV.

A Empresa foi concebida como um órgão puramente comercial e não político¹⁹⁶, como uma verdadeira empresa comercial, como resulta do nº 7 do artigo 12º do Anexo IV que estabelece: “a Empresa não deve interferir nos assuntos políticos de qualquer Estado Parte, nem se deve deixar influenciar nas suas decisões pela orientação política dos Estados Partes interessados. As suas decisões devem ser baseadas exclusivamente em considerações de ordem comercial¹⁹⁷, as quais devem ser ponderadas de uma forma imparcial a fim de que se atinjam os objectivos especificados no artigo 1 do presente Anexo”.

2 - RELAÇÕES DA EMPRESA COM OS OUTROS ÓRGÃOS E CAPACIDADE JURÍDICA

O primeiro problema que se nos coloca é o da posição da Empresa na Autoridade bem como as suas relações com os principais órgãos desta.

A Empresa goza de uma ampla autonomia adentro da estrutura da Autoridade mas está-lhe estreitamente subordinada. Do ponto de vista orgânico, a Empresa não é nem um órgão principal da Autoridade, nem tão pouco um seu órgão subsidiário¹⁹⁸. Em algumas disposições da Convenção, a Autoridade e a Empresa aparecem como entidades diferentes e separadas. É assim no artigo 158º nº 4, que refere que “compete a cada um dos órgãos principais da Autoridade e à Empresa exercer os poderes e funções que lhe são conferidos...”; no artigo 187º c), a propósito dos diferendos que podem surgir entre partes num contrato de exploração e de aproveitamento, “quer se trate de Estados Partes, da Autoridade ou da Empresa ...”. Também no artigo 2º do Anexo IV, nomeadamente no seu título (Relações com a Autoridade) e no nº 3¹⁹⁹, bem como nos artigos 10º (Distribuição de receitas líquidas) e 11º (Finanças) do mesmo Anexo, a Empresa aparece-nos como um organismo exterior à Autoridade. Além do mais, possui pessoal próprio, que não se confunde com o da Autoridade²⁰⁰ e tem um orçamento próprio, aprovado pelo seu Conselho de Administração²⁰¹.

¹⁹⁶ Por isso, os membros do Conselho de Administração não são representantes dos governos, antes são peritos com elevadas capacidade e competência técnica, que irão actuar em nome pessoal - artigo 5º nº 1 e 4 do Anexo IV à Convenção.

¹⁹⁷ Sublinhado nosso.

¹⁹⁸ Artigo 158º nºs 1, 2 e 3.

¹⁹⁹ “Nada na presente Convenção deve tornar a Empresa responsável pelos actos ou obrigações da Autoridade”.

²⁰⁰ Anexo IV, artigo 7º.

²⁰¹ Anexo IV, artigo 6º i).

Por outro lado, a Convenção afirma, de modo reiterado, a Empresa como um órgão da Autoridade - artigos 158º nº 2²⁰², 170º nº 1²⁰³ e Anexo IV, artigo 1º nº 1²⁰⁴. Também a estrutura e funcionamento da Empresa são reguladas no quadro da Autoridade. Consequentemente, cada vez que a Convenção se refere à Autoridade, é preciso incluir também a Empresa. Podemos, assim, concluir que a Empresa tem um estatuto *sui generis*, com um elevado grau de autonomia adentro da organização da Autoridade, mas essa autonomia não vai ao ponto de se poder considerar que a Empresa tem personalidade jurídica internacional distinta da Autoridade. Antes, a Empresa é um órgão da Autoridade, um órgão importante, sem dúvida, mas um órgão que não figura entre os principais órgãos da Autoridade.

A Empresa age com autonomia²⁰⁵ e tem, “no quadro da personalidade jurídica internacional da Autoridade, a capacidade jurídica prevista no estatuto que figura no Anexo IV”²⁰⁶, podendo concluir contratos, ajustes conjuntos ou outros ajustes²⁰⁷, incluídos acordos com Estados ou organizações internacionais; adquirir, arrendar ou alugar, possuir e alienar bens móveis e imóveis; e ser parte em juízo. “Os bens e haveres da Empresa, onde quer que se encontrem e independentemente de quem os detenha, devem gozar de imunidade de qualquer forma de arresto, embargo ou execução enquanto não seja proferida qualquer sentença definitiva”²⁰⁸; devem gozar de imunidade de requisição, confisco ou expropriação, ou qualquer outra forma de apreensão resultante de medida executiva ou legislativa e “estar isentos de restrições, regulamentação, controle e moratórias discriminatórias de qualquer natureza”²⁰⁹. Além disso, a Empresa deve gozar, no território dos Estados Partes, de todos os direitos, privilégios e imunidades por eles concedidos a entidades que aí realizem actividades comerciais²¹⁰. A Empresa deve negociar a

²⁰² Artigo 158º nº 2 - “É criada a Empresa, órgão por intermédio do qual a Autoridade exercerá ...”.

²⁰³ Artigo 170º nº 1 - “A Empresa é o órgão da Autoridade ...”.

²⁰⁴ Anexo IV, artigo 1º nº 1 - “A Empresa é o órgão da Autoridade ...”.

²⁰⁵ Anexo IV, artigo 2º nº 2.

²⁰⁶ Artigo 170º nº 2 e artigo 13º do Anexo IV.

²⁰⁷ Artigo 11º do Anexo III.

²⁰⁸ Artigo 13º nº 3 b) do Anexo IV.

²⁰⁹ Artigo 13º nº 4 a), b) e c) do Anexo IV. Esta situação favorável reconhecida à Empresa, apesar de não expressamente proibida pelo Anexo ao Acordo de Implementação, parece incompatível com o disposto na Secção 2 § 4º e 6º do referido Anexo.

²¹⁰ Artigo 13º nº 4 d) do Anexo IV. Se pelo artigo e alínea referidos os Estados Partes devem assegurar à Empresa o gozo dos direitos, privilégios ... reconhecidos a entidades comerciais, já pela alínea e) os Estados não estão sujeitos a qualquer obrigação, antes esta alínea tem o sentido de recomendação, como nos podemos aperceber do seu teor - “Os Estados Partes podem conceder incentivos, direitos, privilégios e imunidades especiais à Empresa sem a obrigação de os conceder a outras entidades comerciais” (sublinhado nosso). Por outro lado, se os Estados reconhecerem à Empresa tais direitos ... não são obrigados a concedê-los a outras entidades comerciais. Esta disposição contrária, no entanto, o espírito e letra do Acordo de Implementação, que quer acabar com toda e qualquer situação de vantagem para a Empresa.

obtenção da isenção de impostos directos e indirectos com os Estados em cujo território tenha escritórios ou instalações²¹¹.

Relativamente à capacidade judiciária passiva, isto é, à possibilidade de ser demandada num tribunal, a Empresa só pode ser demandada nos tribunais com jurisdição no território de um Estado Parte em que a Empresa:

- i) possua escritório ou instalação;
- ii) tenha nomeado um representante para receber citação ou notificação em processos judiciais;
- iii) tenha celebrado um contrato relativo a bens ou serviços;
- iv) tenha emitido obrigações; ou
- v) realize outras actividades comerciais²¹².

A Empresa não é responsável pelos actos ou obrigações da Autoridade e esta também não é responsável pelos actos ou obrigações da Empresa²¹³. A Convenção dispõe que, para a realização dos seus fins e exercício das suas funções, a Empresa deve conformar-se não só com as disposições da Convenção, mas também com as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade e ainda com as políticas gerais definidas pela Assembleia e está sujeita às directrizes e ao controlo do Conselho²¹⁴.

O Anexo IV reconhece à Empresa autonomia mas, simultaneamente, sujeita-a às directivas e regulamentos dos órgãos da Autoridade, pelo que é difícil prever qual o grau de autonomia de que a Empresa disporá num quadro jurídico composto por tantas regras de origem e de natureza diferentes. Através das normas, regulamentos, procedimentos e directrizes que adoptem, a Assembleia e o Conselho poderão reduzir, consideravelmente, a sua autonomia.

De qualquer modo, e mesmo que, na prática, a Empresa venha a consolidar a sua autonomia em relação aos órgãos principais da Autoridade, é exagerado afirmar, como já foi feito, que a sua instituição equivale à criação de “uma companhia mineira supranacional” que, num futuro próximo, teria o monopólio da produção dos minerais provenientes dos fundos marinhos, graças à

²¹¹ Artigo 13º nº 5 do Anexo IV.

²¹² Artigo 13º nº 3 a) i), ii), iii), iv) e v) do Anexo IV.

²¹³ Anexo IV - artigo 2º nº 3.

Atendendo aos amplos poderes de que dispõe, Marques Guedes e Paulo Otero consideram que a Empresa é uma entidade dotada de personalidade jurídica própria, um verdadeiro sujeito de direito - GUEDES, Armando M. Marques, *op. cit.*, p. 231 e OTERO, Paulo, *op. cit.*, p. 133 e 134.

²¹⁴ Artigo 170º nº 2 e Anexo IV - artigos 1º nºs 2 e 2º nº 1 e 2. É certo que a Autoridade não é responsável pelos actos ou obrigações da Empresa, mas, se não controlar convenientemente a Empresa, será ela própria responsável pelo não cumprimento do seu dever e os Estados Partes podem accioná-la perante a Câmara das Controvérsias, nos termos do artigo 187º b) da Convenção - BROWN, E. D., *op. cit.*, p. 334.

posição privilegiada em relação a outras companhias mineiras²¹⁵. Aliás esta afirmação hoje já está completamente ultrapassada, pois da Secção 2 do Anexo ao Acordo de Implementação resulta que, pelo menos numa fase inicial, a Empresa vai conduzir as suas operações mineiras através de *joint ventures*, pelo que não terá a tal posição privilegiada. Mas foi essa, precisamente, a vontade dos países industrializados - não conceder à Empresa qualquer regime de favor, que a fizesse ter vantagens competitivas em relação aos demais operadores²¹⁶.

A Empresa não está apenas sujeita ao regime jurídico descrito, mas também está sujeita a controlos de natureza política e jurídica - controlo pelo Conselho e procedimentos perante a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos - e está, ainda, sujeita, no exercício das suas funções, às decisões dos órgãos principais da Autoridade. A título de exemplo, os planos de trabalho apresentados pela Empresa devem ser aprovados pelo Conselho mediante prévia recomendação de Comissão Jurídica e Técnica e uma grande parte dos aspectos da sua gestão administrativa e financeira serão decididos pelos órgãos políticos da Autoridade²¹⁷.

3 - O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA

3.1 - COMPOSIÇÃO, FUNCIONAMENTO E VOTAÇÃO

A Empresa é administrada por um Conselho de Administração, órgão formado por elementos da mais alta competência e qualificação. O Conselho de Administração é composto por quinze membros eleitos pela Assembleia, sob recomendação do Conselho, devendo ser tido em consideração o princípio da distribuição geográfica equitativa. Os candidatos, a apresentar pelos Estados Partes, devem ser “da mais alta competência” e devem possuir “as qualificações nas matérias pertinentes, de modo a assegurar a viabilidade e o êxito da Empresa” - artigo 5º nº 1 do Anexo IV. Por outro lado, os membros do Conselho de Administração, cujo mandato é de 4 anos, podendo ser reeleitos, agem a título pessoal, não devendo pedir nem receber instruções de qualquer

²¹⁵ PAOLILLO, Felipe H. - *Les Structures Institutionnelles*, cit., p. 658.

²¹⁶ A Empresa está sujeita às mesmas obrigações que os demais contratantes - Secção 2 § 4º do Anexo ao Acordo de Implementação - sendo-lhe, por isso, aplicável o artigo 18º do Anexo III, relativo às sanções a aplicar para o caso de não cumprimento ou cumprimento deficiente do contrato ou de decisões definitivas e obrigatórias do órgão de solução de controvérsias e o artigo 22º relativo à responsabilidade dos contratantes por danos causados.

²¹⁷ Artigos 162º nº 2 c) - cabe ao Conselho recomendar à Assembleia os candidatos para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Empresa e do Director Geral desta; 160º nº 2 c) - cabe à Assembleia eleger os membros do Conselho de Administração da Empresa e o seu Director Geral; Anexo IV, artigo 6º h) - cabe ao Conselho de Administração “recomendar à Assembleia a parte da receita líquida da Empresa que deve ser retida ...”, devendo depois a Assembleia “determinar a parte de receita líquida que deve ser retida ...” - artigo 10º nº 2. O artigo 11º nº 2 a),

governo, ou de qualquer outra fonte e recebem uma remuneração custeada pelos fundos da Empresa. O montante da remuneração deve ser fixado pela Assembleia por recomendação do Conselho. Os membros da Autoridade devem respeitar a independência dos membros do Conselho de Administração e abster-se de qualquer tentativa de influenciar qualquer deles no exercício das suas funções - artigo 5º n.ºs 2, 3, 4 e 5 do Anexo IV. A Empresa, por isso, é o único órgão não governamental da Autoridade.

O Conselho de Administração funciona no escritório principal da Empresa, que por sua vez se situa na sede da Autoridade, isto é, Jamaica, e deve reunir-se com a frequência necessária atendendo aos trabalhos da Empresa, sendo o seu *quorum* constituído por dois terços dos seus membros. Cada membro dispõe de um voto - n.ºs 6, 7 e 8 do mesmo artigo e artigo 8º.

Todas as questões submetidas ao Conselho de Administração são tomadas por maioria dos seus membros, devendo abster-se de votar os membros que tenham um interesse directo em relação a uma questão - n.º 8 do artigo 5º do mesmo Anexo. Por último, “qualquer membro da Autoridade pode pedir ao Conselho de Administração informações sobre operações que o afectem”, devendo o Conselho procurar fornecê-las - n.º 9 do mesmo artigo.

3.2 - AS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os poderes e funções do Conselho de Administração estão definidos, de modo não exaustivo, no artigo 6º, cabendo-lhe dirigir as operações da Empresa. Para o efeito, dispõe dos poderes necessários ao cumprimento dos objectivos da Empresa, nomeadamente:

- elaborar e apresentar ao Conselho os planos de trabalho;
- autorizar as negociações relativas à aquisição de tecnologia bem como à constituição de empreendimentos conjuntos e à criação de outras formas de ajustes conjuntos nos quais participa a Empresa e aprovar os resultados dessas negociações;
- fazer à Assembleia recomendações quanto à parte da receita líquida da Empresa que deve ser retida para a constituição de reservas;
- apresentar ao Conselho os relatórios financeiros e o relatório anual²¹⁸, bem assim como os projectos de normas relativas à organização, administração, nomeação e demissão do pessoal da Empresa, devendo estes últimos ser aprovados pela Assembleia;

que reconhece à Empresa o poder de contrair empréstimos, estabelece que o montante total tem de ser aprovado pelo Conselho, por recomendação do Conselho de Administração.

²¹⁸ Nos termos do artigo 9º do Anexo IV - “a Empresa deve submeter a exame do Conselho, nos três meses seguintes ao termo de cada ano fiscal, um relatório anual que contenha um extracto das suas contas, verificado por

- contrair empréstimos e prestar garantias ou cauções;
- concluir acordos, efectuar transacções e tomar todas as outras medidas relativas ao estatuto jurídico, privilégios e imunidades da Empresa.

O Conselho de Administração da Empresa pode, ainda, no que toca à sua própria organização e funcionamento, eleger um Presidente de entre os seus membros, adoptar o seu regulamento interno, aprovar o orçamento anual da Empresa, autorizar a aquisição de bens e serviços e delegar, mediante aprovação do Conselho, poderes não discricionários nas suas comissões ou no Director Geral - artigo 6º a), b), i), j) e o) do Anexo IV.

O Conselho de Administração, como resulta do que acaba de referir-se, exercerá todas as funções importantes da Empresa, sendo, por isso, um órgão que terá a responsabilidade exclusiva de a administrar, de acordo com a política geral da Autoridade e com as directrizes adoptadas pelo Conselho.

Com a estrutura simples do Conselho de Administração e um procedimento igualmente simples para a tomada de decisões quiseram os seus criadores assegurar a eficiência da Empresa.

4 - O DIRECTOR GERAL E DEMAIS PESSOAL DA EMPRESA

O Director Geral, representante legal e chefe executivo da Empresa, é eleito pela Assembleia, por recomendação do Conselho, após proposta do Conselho de Administração, por um período que não pode ultrapassar os 5 anos, renovável. O Director Geral, que não será membro do Conselho de Administração, responde directamente perante este pela condução das operações da Empresa e cabe-lhe a organização, administração, nomeação e demissão do pessoal, segundo as normas e regulamento elaborados pelo Conselho de Administração, apresentados ao Conselho para posterior aprovação pela Assembleia. Ao nomear o pessoal deve, em primeiro lugar, assegurar-se que este possui as mais elevadas qualidades de trabalho e de competência técnica e, em segundo lugar, deve ter em conta o critério da representação geográfica equitativa. O Director Geral deve participar, sem direito de voto, nas reuniões do Conselho de Administração, e pode participar, igualmente sem direito de voto, nas reuniões da Assembleia e do Conselho, quando estes órgãos examinarem questões de interesses para a Empresa. O pessoal da Empresa e o seu Director Geral estão sujeitos às mesmas condições de independência e de imparcialidade que os funcionários do

Secretariado da Autoridade, não devendo, por isso, pedir ou receber instruções de qualquer governo ou de qualquer outra fonte estranha à Empresa, nem fazer algo que possa afectar a sua condição de funcionários internacionais, responsáveis apenas perante a Empresa. Os Estados Partes, também, se comprometem a respeitar o carácter exclusivamente internacional das funções do Director Geral e do pessoal e a não exercer qualquer influência sobre eles. Por último, estão sujeitos à obrigação de guardar segredo sobre os assuntos confidenciais e dados que são propriedade industrial - artigo 7º do Anexo IV.

5 - REGRAS FINANCEIRAS APLICÁVEIS À EMPRESA

As regras financeiras aplicáveis à Empresa constam dos artigos 10º e 11º do Anexo IV. Segundo o artigo 10º, a Empresa está sujeita às mesmas obrigações financeiras que os contratantes, seguindo, assim, o princípio da não discriminação. Este regime está, agora, reforçado pela primeira parte do § 4º da Secção 2 do Anexo ao Acordo de Implementação, que estatui que “as obrigações aplicáveis aos contratantes aplicar-se-ão à Empresa”. A Assembleia da Autoridade, por recomendação do Conselho de Administração, deve determinar que parte da receita líquida da Empresa deve ser retida para as reservas desta, devendo o excedente ser transferido para a Autoridade. Entretanto, o nº 3 de mesmo artigo 10º estabelece que, durante o período inicial necessário para que a Empresa se torne auto-suficiente, período que não deverá exceder 10 anos a partir do início da sua produção comercial, a Assembleia deve libertar a Empresa das suas obrigações financeiras e deixar a totalidade da receita líquida da Empresa nas reservas desta. Pensamos que esta excepção hoje não é mais aplicável, pois, como já referimos e precisamente para obviar a inferioridade económica inicial da Empresa, a Secção 2 no § 2º estabelece que “a Empresa conduzirá as suas operações mineiras nos fundos do mar através de empreendimentos conjuntos”. Assim sendo, já não é necessário dispensar a Empresa do pagamento das suas obrigações financeiras, aliás, ela está sujeita exactamente às mesmas obrigações dos contratantes. Esta interpretação resulta do que se disse e ainda do § 6º da mesma Secção que prescreve “... o Anexo IV e outras disposições da convenção relativas à Empresa serão interpretadas e aplicadas em conformidade com esta Secção”.

Por outro lado, tendo presente que as actividades na Área exigem avultados investimentos, o artigo 11º do mesmo Anexo, procurando obter o equilíbrio necessário do sistema paralelo, regula

seu relatório anual e demais relatórios que considere apropriados”. Por fim, “todos os relatórios e balanços financeiros referidos ... devem ser distribuídos aos membros da Autoridade”.

o financiamento das operações da Empresa. Assim, são receitas da Empresa os montantes recebidos da Autoridade, as contribuições voluntárias feitas pelos Estados Partes, o montante de empréstimos contraídos, as receitas resultantes das operações que realize e outros fundos à sua disposição.

Relativamente aos empréstimos o nº 2 do mesmo artigo estabelece que a Empresa pode contrair empréstimos e prestar as garantias ou cauções adequadas. Pode também proceder à venda pública das suas obrigações, nos mercados financeiros ou na moeda de um Estado Parte, devendo, neste caso, obter aprovação prévia desse Estado. O montante total dos empréstimos deve ser autorizado pelo Conselho, mediante recomendação do Conselho de Administração. Por outro lado, “os Estados Partes devem fazer todos os esforços razoáveis para apoiar os pedidos de empréstimos da Empresa nos mercados de capital e instituições financeiras internacionais”.

O nº 3 do artigo em análise impunha aos Estados Partes da Convenção, segundo diversas modalidades, o dever de fornecer os fundos necessários para a exploração e o aproveitamento de um sítio mineiro bem como para o transporte, processamento e comercialização dos minerais correspondentes²¹⁹. A aplicação deste preceito, porém, está hoje afastada pelo § 3º da Secção 2 do Anexo ao Acordo de Implementação que prescreve “a obrigação dos Estados Partes de financiar um sector mineiro da Empresa, tal como previsto no nº 3 do artigo 11º do Anexo IV da Convenção, não se aplicará e os Estados Partes não terão nenhuma obrigação de financiar qualquer das operações em qualquer sector mineiro da Empresa ou no quadro dos seus acordos de empreendimento conjunto”.

“Os fundos, haveres e despesas da Empresa devem ser mantidos separados dos da Autoridade. O presente artigo não deve impedir que a Empresa efectue ajustes com a Autoridade relativos às instalações, pessoal e serviços e ao reembolso das despesas administrativas pagas por uma delas em nome da outra” - Artigo 11º nº 4 do Anexo IV.

²¹⁹ Anexo IV - artigo 11º nº 3 a) - “Devem ser fornecidos à Empresa os fundos necessários à exploração e aproveitamento de um sector mineiro e ao transporte, processamento e comercialização dos minerais dele extraídos e o níquel, cobre, cobalto e manganês obtidos, assim como a satisfação das suas despesas administrativas iniciais ...

b) Todos os Estados Partes devem pôr à disposição da Empresa uma soma equivalente a metade dos fundos referidos na alínea a), sob a forma de empréstimos a longo prazo e sem juros, de conformidade com a escala de contribuições para o orçamento ordinário das Nações Unidas ...

c)

d) Cada Estado Parte deve, nos sessenta dias seguintes à entrada em vigor da presente Convenção ou nos trinta dias seguintes ao depósito do seu instrumento de ratificação ou adesão, ..., depositar junto da Empresa promissórias sem juros, não negociáveis e irrevogáveis, de montante igual à parte correspondente a esse Estado Parte dos empréstimos sem juros previstos na alínea b) ...

e) Se a Empresa o solicitar, os Estados Partes podem prestar garantias de dívida adicionais às que tenham prestado de conformidade com a escala mencionada na alínea b)

f) g) h) ... ”.

Por último, “Os documentos, livros e contas da Empresa, inclusive os relatórios financeiros anuais, devem ser verificados todos os anos por um auditor independente designado pelo Conselho” - nº 5.

6 - AS OPERAÇÕES

A Empresa realiza não só operações de exploração e aproveitamento dos recursos da Área, mas também actividades de transporte, de processamento e de comercialização dos minerais extraídos. Estas actividades serão relativas aos minerais que extrair dos sectores reservados pela Autoridade, segundo o sistema paralelo definido no artigo 8º do Anexo III. No entanto, nada impede que a Empresa, tal como os Estados Partes e outras entidades, proceda a operações nas partes não reservadas da Área²²⁰ - artigo 3º nº 2 do Anexo III. A Empresa realiza as operações de acordo com os planos de trabalho aprovados pelo Conselho segundo o procedimento definido no artigo 12º nº 1 e 2 do Anexo IV e a Secção 2 do Anexo ao Acordo de Implementação, que prescreve que o plano de trabalho da Empresa, quando aprovado, reveste a forma de um contrato concluído entre a Autoridade e a Empresa.

Em princípio, a Empresa tem uma grande liberdade para decidir o modo de desenvolver as suas actividades. Pode, a qualquer momento - salvo na hipótese prevista no artigo 9º nº 4 do Anexo III²²¹ - decidir se deseja desenvolver as actividades em cada sector reservado e, na afirmativa, se o fará directamente ou associando-se no quadro de empreendimentos conjuntos com Estados ou outras entidades interessadas - artigo 9º nº 1 do Anexo III. A expressão empreendimentos conjuntos deve ser entendida em sentido amplo, de modo a incluir todo o tipo de associação²²² com uma qualquer das entidade ou pessoas indicadas no artigo 153º nº 2 b) com partilha dos benefícios e dos riscos.

A livre escolha da Empresa no que concerne às modalidades operacionais pode ser restringida pelas políticas e directrizes fixadas pelos órgãos principais da Autoridade ou pelas regras, regulamentos e procedimentos, prescrevendo as condições de fundo e de procedimento

²²⁰ Neste caso, a Empresa não tem que identificar duas áreas de valor comercial semelhante. Esta exigência verifica-se, apenas, em relação aos demais operadores (artigo 8º do Anexo III à Convenção).

²²¹ Na hipótese de a Autoridade ter recebido uma notificação de um país em vias de desenvolvimento contendo a sua intenção de apresentar um plano de trabalho para uma área reservada, a Empresa deve decidir, num prazo razoável, se quer realizar actividades nessa área ou não. O *mining code* definiu como razoável o prazo de seis meses ou eventualmente um ano - regra 17º nºs 1 e 2.

²²² Empreendimentos conjuntos, repartição da produção ou qualquer outra forma de ajustes conjuntos, os quais gozarão da mesma protecção em matéria de revisão, suspensão ou rescisão que os contratos celebrados com a Autoridade - artigo 11º nº 1 do Anexo III.

aplicáveis aos contratos e empreendimentos conjuntos em que a Empresa participa - artigo 9º nº 3 do Anexo III. Este regime tem que ser interpretado em conformidade com o Acordo de Implementação que, atendendo às dificuldades financeiras e técnicas iniciais da Empresa, e como já referimos, estabelece que numa fase inicial a Empresa deve conduzir as operações mineiras através de empreendimentos conjuntos. Logo, as disposições da Convenção e do Anexo IV - artigo 12º nº 3 - não se aplicam de imediato, mas apenas quando a Empresa actuar sozinha, isto é, quando tiver “saúde” financeira e tecnológica para subsistir só por si.

Sob a epígrafe “operações”, o artigo 12º estabelece, ainda, que a Empresa tem o direito de propriedade sobre os minerais e substâncias processadas que produzir, os quais deve vender, numa base não discriminatória - nºs 4 e 5.

CAPÍTULO V

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E PARECERES CONSULTIVOS

Um regime que não possua o poder de resolver eventuais conflitos relativos à interpretação ou aplicação dos seus preceitos, ou para resolver litígios que possam ocorrer entre as partes, não é um verdadeiro regime jurídico, não é mais que uma obrigação moral. Por isso, a Convenção instituiu, no final da Parte XI - artigos 186º a 191º, um sistema especial para a solução de controvérsias relativas às actividades desenvolvidas na Área²²³. Estes diferendos apresentam algumas particularidades que os distinguem dos relativos à interpretação e aplicação das outras partes da Convenção e que, por isso mesmo, justificam a criação de procedimentos especiais distintos do sistema geral estabelecido pela Parte XV, mas não totalmente independentes deste. A Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos²²⁴, que é uma câmara do Tribunal Internacional do Direito do Mar, composta por onze dos seus juízes, é um órgão com competência para conhecer todos os diferendos²²⁵ relativos às actividades na Área, sendo essa competência exclusiva quando se trata de um acto ilegal da Autoridade - artigos 187º, 288º, 295º *a contrario* e 13º nº 3 do Anexo VI.

²²³ EITEL, Tono - The Law of the Sea Tribunal: Its Status and Scope of Jurisdiction after November 16, 1994 - Comment. *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV)*. Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), in p. 456 escreve *The settlement of dispute provisions of the Convention and the Implementation Agreement are therefore, in my view, literally the Magna Charta of those parties to a dispute which for lack of extrajudicial means or due to unwillingness to employ them have to rely on juridical means. I trust they will make use of them.* Ver sobre o assunto, entre outros, NOYES, John E. - The Third-Party Dispute Settlement Provisions of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea: Implications for States Parties and for Nonparties e SOHN, Louis B. - The Importance of the Peaceful Settlement of Disputes Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea, ambos in NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 213-237 e p. 265-277, respectivamente.

²²⁴ Esta Câmara e outras câmaras do Tribunal foram estabelecidas e ficaram prontas para funcionar em 1997.

²²⁵ Diferendos, controvérsias ou disputas, isto é, não uma mera oposição de pontos de vista, mas antes uma oposição manifesta e clara de pontos de vista. A adopção pela Autoridade de uma decisão contrária à Convenção, não constitui só por si uma controvérsia. Primeiro, é necessário que os interessados tentem que a Autoridade modifique a actuação ilegal, só depois, face à sua recusa, é que surge uma verdadeira controvérsia - PAOLILLO, Felipe H. - *The Institutional Arrangements for the International Sea-bed and their Impact on the Evolution of International Organizations*, *cit.*, p. 284-285.

1 - OS ANTECEDENTES

Na Conferência de Genebra de 1958, já foram feitos esforços para a adopção de um sistema obrigatório de solução de controvérsias, entre os Estados, relativas às questões do mar, mas só foi possível a adopção de um Protocolo de Assinatura Facultativa Relativo à Regularização Obrigatória das Divergências. O preâmbulo e artigo 1º do Protocolo estabelecem “Os Estados partes do presente Protocolo e de uma ou mais Convenções sobre o direito do mar adoptadas pela Conferência das Nações Unidas sobre o direito do mar realizada em Genebra de 24 de Fevereiro a 27 de Abril de 1958,

Expressando o seu desejo de recorrer, no que se lhes refere, à jurisdição obrigatória do Tribunal Internacional de Justiça para a solução de todas as divergências relativas à interpretação ou à aplicação de todos os artigos de qualquer das Convenções sobre o direito do mar, com data de 29 de Abril de 1958, a menos que um outro modo de regulamentação tenha sido previsto na Convenção ou tenha sido aceite de comum acordo pelas partes dentro de um prazo razoável,

Acordaram nas disposições seguintes:

Artigo 1º - As divergências relativas à interpretação ou à aplicação de todas as Convenções sobre o direito do mar são da competência obrigatória do Tribunal Internacional de Justiça, que, para esse efeito, poderá ser solicitado por qualquer Estado parte, interessado na disputa, que seja igualmente parte do presente Protocolo.”²²⁶.

A Declaração de Princípios, aprovada em 17 de Dezembro de 1970, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, refere-se à questão da solução de controvérsias no parágrafo 15º, segundo o qual: “As partes de uma controvérsia relativa às actividades na área e seus recursos devem resolvê-la de acordo com o artigo 33º da Carta das Nações Unidas e com os procedimentos a ser estabelecidos no regime internacional a ser criado”²²⁷.

No Comité de Fundos, várias delegações, em 1970 e 1971, apresentaram propostas sobre esta matéria, propostas essas que não chegaram a ser discutidas.

²²⁶ CUNHA, J. M. da Silva e PEREIRA, André Gonçalves - **Textos de Direito Internacional**. 2ª ed. Porto : Universidade Portucalense, Departamento de Publicações, 1990. Manuais da Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, p. 587 e s..

²²⁷ Já em 1969, um relatório apresentado pelo Secretário Geral ao Comité de Fundos analisava os meios alternativos para a solução de controvérsias relativas à Área e mencionava a possibilidade de atribuir tais controvérsias a “um corpo a ser criado no âmbito da organização proposta ou a ela ligado como uma alternativa a procedimentos *ad hoc*” - NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 333.

2 - NEGOCIAÇÕES NA CONFERÊNCIA

A questão da solução de controvérsias não constava do mandato dos três Comitês Principais da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Na segunda Sessão, primeira dedicada à discussão de questões substantivas, realizada em Caracas, em 1974, foi constituído um Grupo de Trabalho Informal para estudo das questões relativas à solução de Controvérsias sobre o Direito do Mar. O instrumento base de trabalho do grupo foi uma proposta apresentada pelos Estados Unidos, no Comité de Fundos. O resultado das discussões foi apresentado à Conferência, no final da Sessão. As opiniões expressas defendiam a necessidade de um sistema obrigatório para a solução das controvérsias e para a interpretação da Convenção, bem assim como a incorporação de um tal sistema na Convenção, como sua parte integrante.

O Grupo de Trabalho Informal continuou o seu trabalho, em Genebra, em 1975, tendo, após um fim de semana em Montreux, elaborado um documento com dezassete artigos para ser sujeito à Conferência. Nele se previa, como instâncias adequadas para a solução dos conflitos, o Tribunal Internacional de Justiça, o Tribunal Internacional do Direito do Mar e um Tribunal Arbitral. Previa-se, também, que pudessem recorrer ao tribunal não só os Estados, mas também, outras organizações e mesmo o indivíduo. Por isso, era necessário prever a criação de um novo tribunal, que não o Tribunal Internacional de Justiça. As disposições do projecto podem agrupar-se em duas categorias: as consagradas aos procedimentos facultativos e as dedicadas aos procedimentos obrigatórios.

No final da Sessão de 1975, com base no documento referido, o Presidente da Conferência fez um Texto Simples de Negociação Informal sobre a solução de controvérsias²²⁸, para ser, posteriormente, sujeito a discussão na Conferência.

O I Comité debruçou-se, também, sobre a questão da solução de controvérsias relativas ao fundo do mar, pelo que o Texto Simples de Negociação Informal preparado pelo Presidente deste Comité continha disposições prevendo a criação de um tribunal, como órgão principal da Autoridade, com jurisdição para interpretar e aplicar a Convenção e os contratos²²⁹.

Em 1976, o debate sobre a questão da solução de controvérsias fez-se com base no texto preparado pelo Presidente da Conferência, tendo o mesmo sido revisto - Texto Simples de

²²⁸ Doc. A/CONF.62/WP.9 e Add.1, in *NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ...*, vol. V, 1976, *cit.*, p. 121 e s..

²²⁹ Doc. A/CONF.62/WP.8 - artigos 24º nº 1 e 32º, in *NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ...*, vol. IV, 1975, *cit.*, p. 145 e s.. Ver também, os artigos 24º e 33º do Doc. A/CONF.62/WP.8/Rev.1/Parte 1, in *NACIONES UNIDAS - Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar ...*, vol. V, 1976, *cit.*, p. 136 e s..

Negociação Revisto²³⁰. Havia um entendimento geral no sentido de que quer os Estados Partes da Convenção e respectivas entidades ou nacionais, por um lado, quer a Autoridade, por outro lado, deveriam ter o direito de levar ao tribunal, que teria poderes vinculativos, problemas relativos à Convenção ou a contratos. Havia, também, alguns que eram defensores de uma obrigação geral de submissão de todas as controvérsias relativas à interpretação e aplicação da Convenção à apreciação do tribunal.

Relativamente às controvérsias relativas ao fundo do mar, o Grupo dos 77 era a favor de um sistema obrigatório de solução de controvérsias, desde que houvesse uma limitação razoável à competência do Tribunal Internacional do Direito do Mar, de modo a que a implementação de um tal sistema não levasse à eliminação do poder discricionário da Autoridade. Em resposta a estes receios, o Texto Integrado de Negociação Informal incluía uma disposição baseada na proposta do representante da Noruega, Jens Evensen, que estabelecia: “A Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do Tribunal Internacional do Direito do Mar não terá competência para se pronunciar sobre o exercício pela Assembleia ou pelo Conselho ... dos poderes discricionários que lhe são conferidos pela presente Parte da Convenção; em nenhum caso a Câmara poderá substituir-se à Autoridade no exercício de poderes discricionários desta” - artigo 191º do Texto Integrado de Negociação Informal²³¹.

As negociações sobre o sistema de solução de controvérsias foram relativamente fáceis, tendo sido as respectivas disposições adoptadas sem dificuldades. As disposições da Convenção sobre a solução de controvérsias são: na Parte XI, secção 5, os artigos 186º a 191º (controvérsias relativas à exploração e aproveitamento da Área); na Parte XIII, secção 6, os artigos 264º e 265º (investigação científica marinha); e Parte XV, os artigos 279º a 299º (controvérsias relativas à interpretação ou aplicação da Convenção). Também os Anexos V - Conciliação, VI - Estatuto do Tribunal Internacional do Direito do Mar, VII - Arbitragem e VIII - Arbitragem Especial, são relativos à solução de controvérsias.

²³⁰ Doc. A/CONF.62/WP.9/Rev.2, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. VI, 1977. Número de venta: S. 77.V.2, p. 167 e s..

²³¹ Doc. A/CONF.62/WP.10 y Add.1, in NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar - Texto Integrado Oficioso Para Fines De Negociacion: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. VIII, 1978. Número de venta: S.78.V.4, p. 37.

3 - ESCOLHA DO PROCEDIMENTO E GENERALIDADES

A Convenção prevê dois sistemas para a solução de controvérsias. A Parte XV, artigos 279º a 299º, regula a solução de controvérsias relativas ao Direito do Mar em geral. As controvérsias sobre o fundo do mar estão reguladas na Secção 5 da Parte XI, artigos 186º a 191º.

Para satisfazer a maioria dos Estados, a Convenção além de procedimentos não compulsórios, tais como a negociação ou conciliação (artigos 283º e 284º da Convenção e Anexo V), prevê um método flexível de escolha do tribunal competente para a solução compulsória dos litígios. Assim, relativamente a todas as questões, excepto as relativas ao fundo do mar, “Um Estado ao assinar ou ratificar a presente Convenção ou a ela aderir, ou em qualquer momento ulterior, pode escolher livremente, por meio de declaração escrita²³², um ou mais dos seguintes meios para a solução das controvérsias relativas à interpretação ou aplicação da presente Convenção:

- a) o Tribunal Internacional do Direito do Mar estabelecido de conformidade com o Anexo VI;
- b) o Tribunal Internacional de Justiça;
- c) um Tribunal arbitral constituído de conformidade com o Anexo VII;
- d) um Tribunal arbitral especial constituído de conformidade com o Anexo VIII, para uma ou mais das categorias de controvérsias especificadas no referido Anexo.”²³³

No caso de as partes em conflito terem escolhido procedimentos diferentes ou de uma das partes não ter feito escolha alguma, a controvérsia deverá ser sujeita a arbitragem geral, que funciona, assim, como um procedimento residual - artigo 287º nº 5 e 3.

O Tribunal Arbitral geral é formado por cinco membros e pode tratar de todas as controvérsias relativas à interpretação ou aplicação da Convenção - artigo 3º do Anexo VII, mas se

²³² Warren Christopher, Secretário de Estado norte americano, recomendou que os Estados Unidos fizessem a seguinte declaração: “O Governo dos Estados Unidos declara, nos termos do parágrafo 1 do artigo 287, que escolhe os seguintes meios para a solução de controvérsias relativas à interpretação ou aplicação da Convenção:

A) um tribunal arbitral especial constituído de acordo com o Anexo VIII para a solução de controvérsias relativas à interpretação ou aplicação dos artigos da Convenção relativos a 1) pescas, 2) protecção e preservação do meio ambiente marinho, 3) investigação científica marinha e 4) navegação, incluindo poluição proveniente de navios e de *dumping* (alijamento), e

B) um tribunal arbitral constituído de acordo com o Anexo VII para a solução de controvérsias não abrangidas pela declaração A acima” - in *Submittal Letter - a letter from the Secretary of State to the President, September 23, 1994* - International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXXIV, n. 6, p. 1399 e 1441.

²³³ Artigo 287 nº 1 da Convenção. Esta solução é conhecida pela *Montreux formula* e dada a possibilidade de escolha entre quatro diferentes procedimentos Alan E. BOYLE chamou-lhe a *cafeteria approach* - in *Dispute Settlement and the Law of the Sea Convention: Problems of Fragmentation and Jurisdiction. International and*

tais controvérsias são relativas à interpretação ou à aplicação dos artigos da Convenção sobre pescas, protecção e preservação do meio marinho, investigação científica marinha ou navegação, incluindo a poluição proveniente de embarcações e por alijamento, pode ser utilizado o procedimento de arbitragem especial previsto no Anexo VIII - artigo 1º.

A Convenção prevê a criação de um Tribunal específico²³⁴ para as questões do mar, o Tribunal Internacional do Direito do Mar, instituição autónoma regulada no Anexo VI²³⁵. Este Tribunal é composto por vinte e um membros independentes, “eleitos de entre pessoas que gozem da mais alta reputação pela sua imparcialidade e integridade e sejam de reconhecida competência em matéria de direito do mar.” Além disso, na composição do Tribunal deve ser assegurada “a representação dos principais sistemas jurídicos do mundo e uma repartição geográfica equitativa”. Os membros do Tribunal são eleitos por escrutínio secreto, numa reunião dos Estados Partes²³⁶ a realizar nos seis meses seguintes à data da entrada em vigor da Convenção, convocada pelo Secretário Geral das Nações Unidas²³⁷, por um período de nove anos, podendo ser reeleitos, não

Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative Law. ISSN 0020-5893. 46, Part 1: (January 1997), p. 39-41.

²³⁴ Há, no entanto, autores como os Juízes S. Oda e G. Guillaume que consideram este Tribunal como desnecessário, pois, além de retirar ao Tribunal Internacional de Justiça uma parte importante de controvérsias (as relativas ao mar e oceanos), vai destruir, enquanto instituição especializada, a unidade do Direito Internacional - citados por BOYLE, Alan E., *idem*, p. 37.

²³⁵ Pela primeira vez, os actos de uma organização intergovernamental de vocação geral estão sujeitos a controlo de legalidade por um órgão jurisdicional internacional - PAOLILLO, Felipe H. - *The Institutional Arrangements for the International Sea-bed and their Impact on the Evolution of International Organizations*, *cit.*, p. 168.

²³⁶ A Convenção criou, expressamente, três instituições: a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, o Tribunal Internacional do Direito do Mar e a Comissão de Limites da Plataforma Continental. Alguns Autores falam de uma quarta instituição, a Reunião ou Encontro dos Estados Partes, dado o seu grau de autonomia e a sua estrutura. A Reunião dos Estados Partes aparece como uma espécie de Conferência Diplomática a ser convocada pelo Secretário Geral das Nações Unidas (artigo 319º nº 1 e)) para desenvolver certas tarefas estabelecidas na Convenção, como a eleição dos membros do Tribunal (artigo 4º nº 4 do Anexo VI) e da Comissão de Limites da Plataforma Continental (artigo 2º nº 2 do Anexo II), para decidir as despesas do Tribunal (artigo 19º nº 1 do Anexo VI) e as condições para a concessão de pensões de aposentação aos membros do Tribunal e ao Escrivão, bem assim como as condições para o reembolso das suas despesas de viagem (artigo 18º nº 7 do Anexo VI). As tarefas da Reunião dos Estados Partes, em especial as eleições e a aprovação do orçamento do Tribunal, têm lugar com uma regularidade certa, por isso, os Estados Partes adoptaram um Regulamento para os seus encontros - Doc. SPLOS/2 Rev.3, e Add.1 (emenda adoptada em 1977) - *Rules of Procedure for Meetings of States Parties* - disponível in (http://www.un.org/Depts/los/splos2_3.htm). O poder de adoptar o orçamento do Tribunal leva a que o Encontro dos Estados Partes tenha uma grande influência no funcionamento do Tribunal, pois a necessidade de limitar despesas pode levar a que o tempo de funcionamento do Tribunal seja inferior ao que seria necessário, o que já tem acontecido. O protagonismo do Encontro dos Estados Partes pode aumentar, dependendo a extensão da sua intervenção apenas do Secretário Geral das Nações Unidas, pois nos termos do artigo 319º nº 2 e) ele pode convocar as Reuniões dos Estados Partes que achar necessárias. Por tudo isto, alguns autores concluem que se não é uma verdadeira instituição internacional, o Encontro dos Estados Partes, é, pelo menos, uma forma institucionalizada de conferência diplomática - ver, por todos, MENSAH, Thomas A. - *The Dispute Settlement Regime of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea*. In FROWEIN, Jochen A. and WOLFRUM, Rüdiger (Eds.) - *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. London / The Hague / Boston: Kluwer Law International, 1998. ISBN 904119665X, p. 307-323.

²³⁷ A cumprir-se o convencionado, a primeira eleição deveria ter tido lugar em 16 de Maio de 1995, no entanto só ocorreu em 1 de Agosto de 1996, tendo os juizes começado os trabalhos em Outubro do mesmo ano. A cerimónia inaugural realizou-se em 18 de Outubro, em Hamburgo, cidade alemã onde fica situado o Tribunal. Em 23 de Outubro, os juizes do Tribunal do Direito do Mar elegeram para Escrivão, Gritakumar E. Chitty. Em 28 de Outubro de 1997, o Tribunal adoptou o seu Regulamento - *Rules of the International Tribunal for the Law of the Sea* (ITLOS/8),

podendo o Tribunal ter como membros mais que um nacional do mesmo Estado. Também não deve haver menos de três membros de cada um dos grupos geográficos estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Na primeira eleição, o mandato de sete dos membros expira ao fim de três anos e o de mais sete expira ao fim de seis²³⁸ - artigos 2º, 3º, 4º e 5º do Anexo VI.

O artigo 14º do Anexo VI prevê a criação de uma câmara independente e especializada, a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos²³⁹. Para tornar o sistema de solução de controvérsias mais flexível e facilitar a aceitação da submissão das controvérsias a um sistema judicial obrigatório, o artigo 15º do Anexo VI prevê a criação de câmaras especiais. Assim, “o Tribunal pode criar as câmaras que considere necessárias, compostas de três ou mais dos seus membros eleitos, para conhecerem de determinadas categorias de controvérsias” - nº 1. Por outro lado, “o Tribunal deve, se as partes o solicitarem, constituir uma câmara para conhecer de uma determinada controvérsia que lhe tenha sido submetida. O Tribunal deve fixar, com aprovação das partes, a composição de tal câmara” - nº 2. Neste caso, o Tribunal cria uma câmara *ad hoc*. Por último, “com o fim de facilitar o rápido andamento dos assuntos, o Tribunal deve constituir

emendado em 15 de Março e 21 de Setembro de 2001 - disponível in (http://www.un.org/Depts/los/rules_e.htm); um *Guidelines concerning the Preparation of Cases before the Tribunal* (ITLOS/9) - disponível in (<http://www.un.org/Depts/los/guide.htm>); e, em 31 de Outubro, adoptou uma Resolução sobre a prática judicial interna (ITLOS/10) - disponível in (<http://www.un.org/Depts/los/itlos10.htm>). O Tribunal celebrou um Acordo com o país hospedeiro, a Alemanha - *Headquarters Agreement*; concluiu um Acordo de Cooperação e Amizade com as Nações Unidas, assinado em Nova Iorque, em 18 de Dezembro de 1997 e que entrou em vigor em 8 de Setembro de 1998; e tem o estatuto de observador na Assembleia Geral das Nações Unidas - Resolução/51/204, de 17 de Dezembro de 1996. Adoptou o Acordo sobre os Privilégios e Imunidades do Tribunal, em Nova Iorque, no 7º Encontro dos Estados Partes, em 23 de Maio de 1997, que reconhece personalidade jurídica ao Tribunal - Doc. SPLOS/22. Também estabeleceu o *Pension Scheme Regulations for Members of the International Tribunal for the Law of the Sea*; *Staff Regulations* e *Rules of the International Tribunal for the Law of the Sea* e *Instructions for the Registry* - TREVES, Tullio - *The Law of the Sea "System" of Institutions*. In FROWEIN, Jochen A. and WOLFRUM, Rüdiger (Eds.) - *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. London / The Hague / Boston: Kluwer Law International, 1998. ISBN 904119665X, p. 335 e disponível no site do Tribunal Internacional do Direito do mar in (<http://www.un.org/Depts/los>).

²³⁸ Na primeira eleição foi decidido que cinco lugares pertenciam à África, cinco à Ásia, quatro à América Latina e Caraíbas, quatro à Europa Ocidental e Outros e três à Europa de Leste, pelo que a primeira composição do Tribunal, saída de eleições ocorridas em Agosto de 1996, foi a seguinte: Joseph Akl (Líbano - 1999), David Anderson (Reino Unido - 2005), Hugo Caminos (Argentina - 2002), Gudmundur Eiriksson (Islândia - 2002), Paul Bamela Engo (Camarões - 1999), Anatoly Lazarevich Kolodkin (Federação Russa - 1999), Edward Arthur Laing (Belize - 2002), Vicente Marotta Rangel (Brasil - 1999), Mohamed Mouldit Marsit (Tunísia - 2005), Thomas A. Mensah (Gana - Presidente - 2005), Tafsir Malick Ndiaye (Senegal - 2002), L. Dolliver M. Nelson (Granada - 2005), Choon-Ho Park (República da Coreia - 2005), P. Chandrasekhara Rao (Índia - 1999), Tullio Treves (Itália - 2002), Budislav Vukas (Croácia - 2005), Joseph Sinde Warioba (República Unida da Tanzânia - 1999), Rüdiger Wolfrum (Alemanha - Vice-Presidente - 1999), Soji Yamamoto (Japão - 2005), Alexander Yankov (Bulgária - 2002), Lihai Zhao (China - 2002) - BOYLE, Alan E. - *Dispute Settlement and the Law of the Sea Convention: Problems of Fragmentation and Jurisdiction*. *International and Comparative Law Quarterly*. London: The British Institute of International and Comparative Law. ISSN 0020-5893. 46, Part 1: (January 1997), p. 50, nota 28 e MENSAH, Thomas A. - *The International Tribunal for the Law of the Sea*. *Leiden Journal of International Law*. Leiden: Kluwer Law International. ISSN 0922-1565. 11, Number 3: (1998), p. 540, nota 59; também disponível in (<http://www.un.org/Depts/los/loslists.htm>).

²³⁹ A primeira composição da Câmara de Controvérsias foi a seguinte: Presidente: J. Akl; Juizes: L. Zhao, V. Marotta Rangel, P. Bamela Engo, L. D. M. Nelson, P. Chandrasekhara Rao, D. Anderson, B. Vukas, J. Warioba, T. Treves, T. M. Ndiaye. O mandato expirou em 30 de Setembro de 1999 - disponível in (http://www.un.org/Depts/los/splos_35.htm).

anualmente uma câmara de cinco dos seus membros eleitos que pode deliberar sobre controvérsias em procedimento sumário” - nº 3. Os três tipos de câmaras referidos devem, se as partes assim o solicitarem, deliberar sobre as controvérsias, sendo a sentença que proferirem considerada como proferida pelo Tribunal - nºs 4 e 5 do mesmo artigo.

4 - CONTROVÉRSIAS SOBRE AS ACTIVIDADES DO FUNDO DO MAR²⁴⁰

São vários os factores que justificam a necessidade do estabelecimento de um sistema especial para a solução de controvérsias relativas às actividades do fundo do mar. Tais actividades são reguladas por uma ordem jurídica especial assente no princípio do património comum da humanidade e composta pelas normas contidas na Parte XI da Convenção e respectivos Anexos III e IV, pelo Acordo de Implementação da Parte XI de 1994, pelas normas contratuais que ligam a Autoridade e as entidades que desenvolvem actividades na Área e pelas normas, regulamentos e procedimentos adoptados pela Autoridade. Sendo a Autoridade, através da Empresa, um dos operadores na Área, é simultaneamente criadora de grande parte do direito aplicável a tais operações, o que pode causar problemas entre ela e os outros operadores. Além disso, os operadores que, segundo o regime internacional que se aplica à Área, podem participar nas actividades de exploração e de aproveitamento são de natureza muito diversa, como: a Autoridade, agindo através da Empresa, os Estados Partes, as empresas estaduais e as pessoas físicas ou jurídicas (sociedades comerciais ou industriais), ou consórcios formados por qualquer das entidades referidas, possuindo a nacionalidade dos Estados Partes ou efectivamente controladas por eles ou pelos seus nacionais. Assim sendo, foi preciso prever um sistema de regulamentação dos diferendos que permitisse a todos o acesso à jurisdição internacional, em pé de igualdade com os Estados Partes, pois os diferendos em questão são relativos a bens e riquezas que pertencem à Humanidade e, por isso, interessam a todos. Por último, o sistema de aproveitamento confere à Autoridade um papel preponderante como órgão internacional encarregado da administração da Área e dos seus recursos. No exercício das suas funções, a Autoridade pode lesar os direitos dos Estados Partes e de outras entidades que desenvolvem actividades na Área, por isso se julgou indispensável incluir um sistema especial, permitindo aos Estados Partes impugnar os actos da Autoridade que considerem ilegais. Por tudo isto, as controvérsias sobre as actividades do fundo do mar têm especificidades próprias que justificam um foro específico.

²⁴⁰ MAHMOUDI, Said, *op. cit.*, p. 292-294; PAOLILLO, Felipe H. - Les Structures Institutionnelles, *cit.*, p. 661-663.

4.1 - ÓRGÃOS COMPETENTES

O principal órgão para a solução de controvérsias relativas ao fundo do mar é, como já referimos, a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos, que é uma câmara do Tribunal Internacional do Direito do Mar, mas, ao mesmo tempo, um corpo independente, composta por onze dos seus membros, escolhidos pela maioria dos vinte e um membros eleitos do Tribunal dentre eles, de acordo com o princípio da representação dos principais sistemas jurídicos do mundo e da distribuição geográfica equitativa²⁴¹. Devem exercer as suas funções por três anos, podendo ser escolhidos para um segundo mandato. A Câmara elege o seu Presidente de entre os seus membros, para um mandato de três anos²⁴². Se, ao fim de um período de três anos para o qual a Câmara tenha sido escolhida, houver processos pendentes, a Câmara deverá terminar esses processos com a composição original. Se ocorrer alguma vaga na Câmara, o Tribunal escolherá de entre os seus membros eleitos um sucessor que deverá exercer o cargo até ao fim do mandato do seu predecessor - artigo 35º do Anexo VI. A Câmara é um órgão principal deste sistema especial e tem competência para conhecer de todos os diferendos relativos às actividades desenvolvidas na Área, sendo essa competência exclusiva, quando se trata de diferendos resultantes de um acto da Autoridade. A jurisdição contenciosa da Câmara é, em todos os casos, obrigatória, como claramente resulta do artigo 287º nº 2 ao estabelecer que uma declaração de escolha do procedimento à luz do nº 1 “não deve afectar a obrigação de um Estado Parte de aceitar, na medida e na forma estabelecidas na secção 5 da Parte XI, a competência da Câmara de Controvérsias dos

²⁴¹ Apesar de a segunda parte do artigo 35º do Anexo VI estabelecer: “Assembleia da Autoridade pode adoptar recomendações de carácter geral relativas à representação e distribuição referidas”, o artigo 160º da Convenção, relativo aos poderes e funções da Assembleia, não contém nenhuma alínea referindo esta competência, pelo que devemos considerar que tal competência está incluída na fórmula genérica do nº 2 n) que prescreve que cabe à Assembleia: “examinar qualquer questão ou assunto no âmbito da competência da Autoridade e ...”.

Outras disposições da Convenção e do Anexo VI estabelecem ligações entre o Tribunal e a Autoridade. Assim, o artigo 19º do Anexo estabelece que as despesas do Tribunal têm de ser partilhadas pela Autoridade; os artigos 159º nº 10 e 191º regulam os pedidos de pareceres pela Assembleia e pelo Conselho ao Tribunal; os artigos 162º nº 2 u) e 165º nº 2 i) regulam os termos como o Conselho pode iniciar procedimentos perante a Câmara de Controvérsias e os artigos 162º nº 2 v) e 165º nº 2 j) dizem respeito às recomendações sobre as medidas a tomar na sequência das decisões da Câmara de Controvérsia; por fim, o artigo 41º nº 2 do Anexo VI estabelece que “as emendas à secção 4 só podem ser adoptadas de conformidade com o artigo 314”.

²⁴² Esta disposição, diferentemente do artigo 12º nº 1, não refere a possibilidade do Presidente ser reeleito. O artigo também nada diz em relação à remuneração do Presidente da Câmara, daí que caberá à Reunião dos Estados Partes fixar um subsídio especial (artigo 18º nº 5 do Anexo VI), atendendo às tarefas onerosas que tem a seu cargo - NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 407.

Fundos Marinhos do Tribunal Internacional do Direito do Mar nem deve ser afectada por essa obrigação”²⁴³.

Devido ao facto das questões relativas à Área serem técnica e comercialmente complexas, os países industrializados sentiram a necessidade de prever procedimentos mais simples, expeditos e efectivos. Por isso, a Convenção, além da Câmara de Controvérsias do Fundo do Mar, prevê a submissão de controvérsias a uma Câmara Especial do Tribunal Internacional do Direito do Mar ou a uma Câmara *ad hoc* da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos ou a uma Arbitragem Comercial Obrigatória - artigo 188º da Convenção.

Nos termos do artigo acabado de referir, as controvérsias entre Estados relativas à interpretação ou aplicação da Parte XI e respectivos Anexos podem ser submetidas, a pedido de qualquer das partes na controvérsia, a uma câmara especial do Tribunal Internacional do Direito do Mar constituída por três ou mais dos seus membros eleitos - nº 1 a)²⁴⁴; ou a uma câmara *ad hoc* composta por três dos seus membros, que não devem estar ao serviço de qualquer das partes na controvérsia, nem ser nacionais destas - nº 1 b)²⁴⁵. Se as controvérsias são relativas à interpretação ou à execução de um contrato, podem as mesmas ser sujeitas, a pedido de qualquer das partes na controvérsia, a uma arbitragem comercial obrigatória - nº 2 do artigo em análise.

²⁴³ Precisando melhor, a competência da Câmara de Controvérsias não depende de aceitação da sua jurisdição pelos Estados ou entidades envolvidas. Todos os Estados que se tornem partes da Convenção e todas as entidades que desenvolvam actividades na Área nos termos da Convenção ficam automaticamente sujeitos à jurisdição da Câmara - MENSAH, Thomas A. - The International Tribunal for the Law of the Sea: The First Year. In NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton (Eds.) - *Oceans Policy. New Institutions, Challenges and Opportunities*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. ISBN 90-411-1182-4, p. 74.

²⁴⁴ Neste caso, os membros do Tribunal nacionais de qualquer das partes na controvérsia podem participar como membros do Tribunal. Se tal acontecer, qualquer outra parte pode designar uma pessoa da sua escolha para participar na qualidade de membro do Tribunal. No caso em apreço, o Presidente, em consulta com as partes, deve pedir a determinados membros do Tribunal que constituam a Câmara que cedam os seus lugares aos membros do Tribunal da nacionalidade das partes interessadas e, se os não houver ou não puderem estar presentes, aos membros especialmente designados pelas partes - artigo 17º do Anexo VI.

²⁴⁵ A composição desta Câmara *ad hoc* deve ser estabelecida pela Câmara de Controvérsias com aprovação das partes. Se as partes não concordarem com a composição da Câmara *ad hoc*, cada uma delas designará um membro devendo o terceiro membro ser designado por ambas, de comum acordo. Se não chegarem a acordo, ou se qualquer das partes não fizer a designação, o Presidente da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos deverá proceder, sem demora, à designação ou designações de entre os membros dessa Câmara após consulta às partes - artigo 36º do Anexo VI. Este artigo nada diz relativamente à hipótese de haver mais que duas partes na controvérsia, pelo que, se não puder ser o problema resolvido à luz do artigo 17º nº 5 do mesmo anexo (“se várias partes tiverem um mesmo interesse deverão, para efeitos das disposições precedentes, ser consideradas como uma única parte. Havendo dúvidas sobre este ponto, o Tribunal deve resolvê-las”), não é possível o recurso à Câmara *ad hoc*.

4.2 - A JURISDIÇÃO DA CÂMARA DE CONTROVÉRSIAS

A Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos tem poderes para emitir pareceres consultivos e para solucionar controvérsias referentes a actividades na Área.

4.2.1 - OS PARECERES CONSULTIVOS

Nos termos do artigo 191º da Convenção, quer a Assembleia quer o Conselho podem pedir à Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos pareceres consultivos sobre questões jurídicas que se suscitem no âmbito das suas actividades²⁴⁶. Tais pedidos podem ser feitos, a qualquer momento, e a Câmara deve emití-los com carácter de urgência.

Há um outro procedimento de acordo com o qual só a Assembleia pode pedir pareceres consultivos à Câmara de Controvérsias. Tal procedimento está previsto no artigo 159º nº 10, segundo o qual quando for apresentada ao Presidente da Assembleia “uma petição escrita que, apoiada por, pelo menos, um quarto dos membros da Autoridade, solicite um parecer sobre a conformidade com a presente Convenção de uma proposta à Assembleia sobre qualquer assunto, a Assembleia deve solicitar à Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos do Tribunal Internacional do Direito do Mar que dê um parecer, e deve adiar a votação sobre tal proposta até que a Câmara emita o seu parecer...”.

Segundo o artigo 40º nº 2 do Anexo VI: “no exercício das suas funções consultivas a Câmara deve guiar-se pelas disposições do presente Anexo relativas ao processo ante o Tribunal, na medida em que as considere aplicáveis”. Porém, como o Tribunal não tem competência consultiva e a competência consultiva da Câmara diz respeito, apenas, às questões jurídicas que possam surgir à Assembleia e ao Conselho, no âmbito das suas actividades, e não envolve controvérsias entre Estados, que são os principais destinatários das normas processuais do

²⁴⁶ A Carta das Nações Unidas, no artigo 96º, reconhece o direito de pedir pareceres consultivos ao Tribunal Internacional de Justiça, não só à Assembleia Geral e ao Conselho de Segurança, mas também a outros órgãos das Nações Unidas e a organizações especializadas, desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral. Só que, enquanto a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança podem pedir pareceres consultivos sobre uma qualquer questão jurídica, os restantes apenas podem pedir pareceres sobre questões jurídicas surgidas no âmbito das suas actividades. Diferentemente, a Convenção sobre o Direito do Mar, como referimos no texto, apenas reconhece este direito à Autoridade, ou melhor, aos seus dois principais órgãos, a Assembleia e o Conselho e já não a outras organizações que podem exercer funções à luz da Convenção, o que, segundo Tullio Treves, é de lamentar - TREVES, Tullio - The Law of the Sea Tribunal: Its Status and Scope of Jurisdiction after November 16, 1994. *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV)*. Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 427.

Tribunal, devem ser criadas normas próprias para regular os pedidos de pareceres à Câmara de Controvérsias²⁴⁷.

Esta jurisdição, que é exclusiva da Câmara de Controvérsias, pode ter implicações importantes para os procedimentos adoptados pela Autoridade em relação aos poderes e faculdades que a Assembleia e o Conselho podem exercer, quer em relação um ao outro quer em relação aos Estados ou outras entidades que entrem em relações com a Autoridade devido a actividades na Área²⁴⁸.

4.2.2 - A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

A parte mais importante da jurisdição da Câmara de Controvérsias diz respeito aos seus poderes para solucionar controvérsias. As controvérsias para as quais a Câmara é competente podem ocorrer entre Estados Partes²⁴⁹, apenas, ou entre um Estado Parte, ou empresas estatais ou pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, por um lado e a Autoridade ou a Empresa, por outro.

As controvérsias entre os Estados Partes²⁵⁰ relativas à interpretação ou aplicação da Parte XI ou dos respectivos Anexos estão sujeitas à jurisdição da Câmara de Controvérsias - artigo 187º a). Diz Caflish que a leitura combinada do 287º nº 2 com a epígrafe do artigo 187º poderia levar-nos à conclusão de que a jurisdição da Câmara, nestes casos, é exclusiva. Tal conclusão, talvez desejável tendo em vista uma interpretação uniforme e coerente da Convenção, é, no entanto, afastada pelo artigo 188º nº 1 de acordo com o qual tais controvérsias, a pedido de qualquer das

²⁴⁷ NORDQUIST, Myron H. (Ed.), *op. cit.*, p. 416.

²⁴⁸ MENSAH, Thomas A. - The Dispute Settlement Regime of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea, *cit.*, p. 318.

²⁴⁹ Como é sabido, a Parte XI da Convenção deve ser interpretada e aplicada como um único instrumento juntamente com o Acordo de Implementação de 1994; também é sabido que a Convenção e os Anexos conexos, tal como modificados pelo Acordo, vinculam não só os Estados Membros mas também se aplica provisoriamente a outros Estados e entidades. Por isso, a jurisdição obrigatória da Câmara de Controvérsias obrigou, durante o período em que podia haver membros provisórios, também esses membros, sem que eles tivessem possibilidade de participar na eleição dos juizes. De qualquer modo, os Estados membros provisórios tinham uma influência, embora limitada, na Câmara, porque na sua qualidade de membros da Assembleia da Autoridade podiam participar na adopção de recomendações de natureza geral relativamente à representação na Câmara dos principais sistemas jurídicos do mundo e da distribuição geográfica equitativa, nos termos de nº 2 do artigo 35º do Anexo VI - TREVES, Tullio - The Law of the Sea Tribunal: Its Status and Scope of Jurisdiction after November 16, 1994, *cit.*, p. 441.

²⁵⁰ Por Estados Partes entenda-se também aqueles Estados que aplicaram provisoriamente o Acordo de Implementação. Por Parte XI e respectivos Anexos entenda-se Parte XI, respectivos Anexos e Acordo de Implementação.

partes em conflito, podem ser submetidas ou a uma câmara especial do Tribunal Internacional do Direito do Mar ou a uma câmara *ad hoc* da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos²⁵¹.

As controvérsias entre a Autoridade e os Estados ou entidades estatais ou privadas podem dividir-se em pré-contratuais e contratuais, por um lado, e não contratuais, por outro lado. Começemos pelas últimas.

As controvérsias não contratuais são relativos à interpretação e aplicação da Convenção (artigo 187º b) i) e ii)) e podem ter por base três causas:

- actos ou omissões da Autoridade ou de um Estado Parte²⁵² praticados em violação da Parte XI ou dos Anexos respectivos, ou das normas, regulamentos ou procedimentos da Autoridade;
- actos da Autoridade praticados com abuso de poder;
- actos da Autoridade praticados com desvio de poder.

Esta possibilidade de a Câmara de Controvérsias poder apreciar actos ilegais da Autoridade é um dos aspectos mais originais deste sistema especial, pois implica a aceitação de uma certa forma de controlo da legalidade dos actos de uma organização internacional por um órgão jurisdicional, o que é raro no Direito Internacional. Outros exemplos do género são o Tribunal de Justiça das Comunidades que tem competência para controlar a legalidade de certos actos do Conselho e da Comissão Europeia - artigo 230º do Tratado de Amesterdão²⁵³, e o Tribunal de

²⁵¹ CAFLISCH, Lucius C. - The Settlement of Disputes Relating to Activities in the International Seabed Area. In ROZAKIS, Christos L. and STEPHANOOU, Constantine A. (Eds.) - *The New Law of the Sea*. Amsterdam - New York - Oxford: Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1983. ISBN 0-444-86804-6, p. 309.

No entanto, BROWN, E. D., *op. cit.*, p. 361-362, vai mais longe defendendo que as partes podem sujeitar as suas controvérsias a meios pacíficos à sua escolha, à luz do artigo 280º da Convenção. O Autor refere que o artigo 285º ao prescrever que “esta secção” (na qual se inclui o artigo 280º) “aplica-se a qualquer controvérsia que, nos termos da secção 5 da Parte XI da presente Convenção, tenha de ser solucionada de conformidade com os procedimentos previstos na presente Parte. Se uma entidade que não um Estado Parte for parte em tal controvérsia, esta secção aplica-se *mutatis mutandis*” e o artigo 186º, da secção 5 da Parte XI, ao estabelecer que “o estabelecimento da Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos e o modo como exercerá a sua competência serão regidos pelas disposições da presente secção, da Parte XV e do Anexo VI”, estão a consagrar a liberdade de escolha das partes à luz do artigo 280º. Acaba por concluir que o artigo 187º a) lido conjuntamente com o artigo 188º nº 1 significa que a jurisdição da Câmara de Controvérsias ou de uma câmara *ad hoc* da Câmara de Controvérsias será obrigatória na falta de acordo das partes para solucionarem os seus conflitos por outro modo da sua escolha, à luz do artigo 280º, ou para o submeterem a uma câmara especial do Tribunal Internacional do Direito do Mar, à luz do artigo 188º nº 1 a). Segundo o Autor esta é a interpretação mais plausível, sob pena de o artigo 285º da Convenção ser uma disposição inútil.

²⁵² As controvérsias podem ocorrer apenas entre Estados Partes, desde que se alegue actos ou omissões que constituem violação da Convenção ou de actos jurídicos da Autoridade. Em caso de incumprimento, o Conselho tem legitimidade activa para iniciar junto da Câmara um procedimento contra o infractor (artigo 162º nº 2 u)) e, com base na decisão, pode recomendar à Assembleia as medidas adequadas (artigo 162º nº 2 v)), as quais podem, em casos extremos, ser a suspensão do exercício de direitos e privilégios inerentes à qualidade de membro (artigos 160º nº 2 m) e 185º).

²⁵³ O Tratado de Amesterdão, assinado em 2 de Outubro de 1997, altera o Tratado da União Europeia e os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses tratados. O artigo 230º, que no Tratado de Roma era o artigo 173º, tem o seguinte teor: “O Tribunal de Justiça fiscaliza a legalidade dos actos do

Justiça do Acordo de Cartagena, criado pelo Tratado de 28 de Maio de 1979²⁵⁴, que instituiu um procedimento de controlo judiciário das decisões da Comissão e das resoluções da Junta. Nestes dois casos trata-se de organizações internacionais económicas de carácter regional. A Autoridade é a primeira organização internacional com vocação universal cujos actos estão sujeitos a um controlo análogo.

Como referimos, a Câmara de Controvérsias é competente para apreciar as controvérsias sobre os “actos e omissões” da Autoridade e “actos da Autoridade”. Estas expressões cobrem os actos e omissões de todos os órgãos da Autoridade. Assim sendo, uma decisão do Conselho considerada como ilegal por uma das causas enumeradas no artigo 187 b) é imputável à Autoridade e é contra esta que deve ser feito o pedido perante a Câmara de Controvérsias. A Autoridade é um “todo orgânico” e é ela que possui a personalidade jurídica internacional (artigo 176°).

Relativamente a saber-se se os actos da Empresa devem ser considerados como incluídos na designação jurídica de actos da Autoridade, entende-se que, não obstante a Empresa não ser um dos órgãos principais e não poder ser olhada como um órgão subsidiário, não há dúvida que é um órgão da Autoridade. Apesar disso, a Autoridade não deverá assumir responsabilidades resultantes das actividades da Empresa - artigo 2°, nº 3 do Anexo IV. Por isso, a Empresa poderá recorrer à Câmara ou ser demandada perante ela na sua qualidade de parte de um contrato - artigo 187° c). Nesta disposição, a Empresa é referida autonomamente, ao lado da Autoridade. A letra b) do mesmo artigo não menciona, de modo específico, a Empresa, mas, tendo em conta que esta é um órgão da Autoridade, pode concluir-se que um acto ilegal da Empresa que não se refira à execução de um contrato e que, por esse facto, não seja relevante segundo a letra c) ii) do artigo 187°, deve ser considerado como um acto da Autoridade coberto pela letra b) do mesmo artigo.

Muito embora a expressão “actos e omissões da Autoridade”, utilizada no artigo 187° b), pareça cobrir todos os actos, na verdade nem todos podem ser levados perante a Câmara de Controvérsias. O artigo 189° introduz algumas limitações que reduzem consideravelmente o

Conselho e da Comissão que não sejam recomendações ou pareceres. Para o efeito é competente para conhecer dos recursos com fundamento em incompetência, violação de formalidades essenciais, violação do presente Tratado ou de qualquer norma jurídica relativa à sua aplicação, ou em desvio de poder, interpostos por um Estado membro, pelo Conselho ou pela Comissão ...”.

²⁵⁴ O Tribunal, também conhecido por Tribunal do Pacto Andino, foi estabelecido em 5 de Janeiro de 1985 e tem sede em Quito. É composto por tantos magistrados quantos os países membros (Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Perú) e tem a seu cargo as acções de controlo de validade de actos das instituições, podendo anular as decisões da Comissão e as resoluções da Junta e as acções de incumprimento, isto é, acções apresentadas pela Junta, por sua própria iniciativa ou a requerimento de um Estado membro, em que seja alegado o incumprimento, por parte de um país, das disposições do Acordo. Além disso, o Tribunal tem a faculdade de interpretar as normas do sistema andino, de modo a assegurar a sua aplicação uniforme em todos os Estados membros. Este Tribunal integra-se na organização subregional de natureza económica conhecida por Pacto Andino e criada pelo Acordo de Integração Andina, conhecido como Acordo de Cartagena, de 26 de Maio de 1969 - *in* DIEZ DE VELASCO, Manuel - **Las Organizaciones Internacionales**. 9ª ed. Madrid : Tecnos, 1995. ISBN 84-309-2759-X, p. 601 e s..

alcance do artigo 187º b). Por um lado, a Câmara não tem “competência para se pronunciar sobre o exercício pela Autoridade dos poderes discricionários que lhe são conferidos pela” Parte XI, assim como, “em nenhum caso pode substituir-se à Autoridade no exercício dos poderes discricionários desta”. Por outro lado, não pode pronunciar-se “sobre a questão da conformidade com a ... Convenção das normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade”, nem declarar “a invalidade de tais normas, regulamentos e procedimentos”.

O artigo 189º reflecte o conflito que existia entre o desejo de proteger os interesses dos Estados e de outros sujeitos que podem ser afectados pela acção ilegal ou arbitrária da Autoridade e a necessidade de assegurar a estabilidade e a eficácia de certos actos que a Autoridade deve adoptar, tendo em vista o desempenho das suas funções em nome de toda a Humanidade.

A Convenção não atribui, de modo explícito, poder discricionário à Autoridade²⁵⁵, mas apenas uma certa margem de liberdade de acção no que toca, por exemplo, ao momento de actuar. Tal margem de liberdade está, no entanto, limitada pelos princípios e normas contidos na Parte XI e respectivos Anexos. A exclusão destes actos da Autoridade da jurisdição da Câmara de Controvérsias não levantou dificuldades, pois estava de acordo com a prática corrente nos diversos sistemas nacionais, mas a sua inclusão no artigo 189º é desnecessária, pois um acto praticado no âmbito do poder discricionário da Autoridade, poder cujo exercício não está sujeito a uma prévia disciplina jurídica, não pode, por definição, estar sujeito a um controlo jurisdicional de legalidade, dada a falta de quadro legal para apreciar a sua legalidade²⁵⁶.

Só quando é alegado que um acto adoptado no uso de poder discricionário enferma de vício de desvio de poder é que se pode recorrer aos procedimentos jurisdicionais. O desvio de poder existe quando a Autoridade, no exercício do poder discricionário, se orienta por fins diferentes dos que lhe são impostos. A existência ou inexistência de um desvio de poder vê-se em relação aos fins prosseguidos pela Autoridade e não em função das regras de direito que regem a sua actuação. Consequentemente, apenas na hipótese de desvio de poder é feita uma excepção à limitação da competência da Câmara estabelecida pela primeira frase do artigo 189º.

²⁵⁵ Já anteriormente vimos que, ao longo das negociações, os países em vias de desenvolvimento defendiam a concessão de amplos poderes discricionários à Autoridade, ao passo que os países industrializados se opunham, tendo ficado consagrada uma solução que, sem excluir totalmente o poder discricionário, limitou-o bastante.

²⁵⁶ PAOLILLO, Felipe H. - *Les Structures Institutionnelles*, *cit.*, p. 667-668.

No Direito interno fala-se de poder discricionário da Administração Pública para referir uma certa margem de liberdade conferida por lei à Administração para que esta, de entre as diversas soluções possíveis, escolha aquela que, no seu entender, é a melhor para a prossecução do fim público que a própria lei indica. Durante muito tempo, os actos resultantes do exercício do poder discricionário só podiam ser impugnados com fundamento em vício de desvio de poder, vício que existe quando a Administração Pública não prossegue o fim público legal ou, então, quando este não é o motivo determinante da sua actuação. Hoje, porém, e atendendo a que a Administração ao actuar discricionariamente tem que respeitar uma série de princípios (princípio da adequabilidade subjectiva do comportamento ao fim, princípio

A segunda limitação da competência da Câmara de Controvérsias é em relação ao controlo de normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade. A Câmara não é competente para se pronunciar sobre a conformidade ou não das normas, regulamentos e procedimentos com a Convenção²⁵⁷. Perante uma alegação de um Estado Parte de que a Autoridade viola a Convenção, a Câmara de Controvérsias deve declarar-se incompetente. Por um lado, a legalidade das normas, regulamentos ou procedimentos não pode ser objecto de um diferendo, por outro, não existe no texto da Convenção nada que permita considerar que, além da sua função de órgão jurisdicional com poderes para regular diferendos, a Câmara seja, também, uma espécie de tribunal constitucional encarregado de controlar o respeito, pelo “legislador”, neste caso, a Autoridade, da Convenção e respectivos Anexos.

“A competência da Câmara limitar-se-á a decidir se a aplicação de quaisquer normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade em casos particulares estaria em conflito com as obrigações contratuais das partes na controvérsia ou com as obrigações emergentes da Convenção”, estatui o artigo 189º. Assim sendo, a Câmara não pode declarar as normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade inválidos, mas pode decidir se a sua aplicação no caso concreto que lhe é presente está ou não em conflito com os deveres das partes à luz da Convenção e do contrato. Dito por outras palavras, a Câmara não pode declarar inválidas as normas, regulamentos e procedimentos, mas pode não os aplicar a casos concretos se da sua aplicação resultar a violação da Convenção. Assim sendo, pode acontecer que ao apreciar um acto praticado por um órgão da Autoridade ao abrigo de um regulamento inválido, a Câmara constate que o acto, em si mesmo considerado, está de acordo com o regulamento e, desse ponto de vista, o acto é válido, pois respeita a fonte de direito imediatamente superior. No entanto, como o acto é praticado ao abrigo de um regulamento inválido, a invalidade deste transmite-se ao acto, pelo que a Câmara deve declarar o acto ilegal, o que supõe que se pronuncia, pelo menos implicitamente, sobre a legalidade do regulamento em que o acto se fundamenta. O que está vedado à Câmara é declarar que uma norma, regulamento ou procedimento é inválido, mas nada impede que ela fundamente o seu julgamento em considerações sobre a sua conformidade ou não conformidade com a Convenção e os respectivos Anexos²⁵⁸.

da justiça, princípio da igualdade, princípio da imparcialidade, princípio da proporcionalidade, princípio da boa fé ...) se, eventualmente, os viola, os seus actos podem ser impugnados com fundamento em vício de violação de lei.

²⁵⁷ Só a Autoridade, respeitando os procedimentos previstos na Convenção, pode “revogar”, alterar qualquer norma, regulamento ou procedimento, para o que a Comissão Jurídica e Técnica deve “examinar continuamente tais normas, regulamentos e procedimentos e, periodicamente, recomendar ao Conselho as emendas que julgue necessárias ou desejáveis” - artigo 165º nº 2 g).

²⁵⁸ No sistema jurídico português, até à publicação do Decreto-lei nº 129/84, de 27 de Abril, o artigo 16º do Decreto-lei nº 40768, de 8 de Setembro de 1956 - Lei Orgânica do Supremo Tribunal Administrativo, estabelecia um

A Câmara de Controvérsias deve, ainda, decidir os “pedidos relativos a abuso de poder” e os “pedidos por perdas e danos ou outras indemnizações a serem devidas à parte interessada por não-cumprimento pela outra parte das suas obrigações contratuais ou emergentes da Convenção” - artigo 187º *in fine*. Neste último caso, a Câmara depois de chegar à conclusão que um acto é ilegal, por si ou porque a norma, regulamento ou procedimento ao abrigo do qual é praticado é inválido, deve, não só declarar o acto inválido, como também deve fixar uma indemnização pelos danos que, devido a tal invalidade, resultaram do não cumprimento das obrigações emergentes da Convenção. Concordamos com Caflisch que afirma que quando a Câmara encontre uma decisão individual contrária à Convenção deve não só julgar os danos, mas também “garantir outros tipos de compensação, incluindo, se necessário, embargos, impedindo a aplicação ou novas aplicações da decisão ilegal”. A não ser assim, “o sistema de controlo judicial estabelecido nos artigos 187º b) e 189º não teria significado se, sujeita ao dever de pagar os danos, a Autoridade tivesse liberdade para não respeitar ou continuar a não respeitar as restrições impostas pela Parte XI relativas ao seu poder regulamentar”²⁵⁹.

Depois do que até agora se disse em relação às controvérsias não contratuais, de modo sintético e à guisa de conclusão, podemos dizer que as controvérsias podem ter lugar:

- quando são violadas normas da Parte XI, dos respectivos Anexos (Anexo III - relativo às disposições sobre a prospecção, exploração e aproveitamento e Anexo IV que contém o Estatuto da Empresa) e do Acordo de Implementação de 1994 ou as normas, regulamentos ou procedimentos aprovados pela Autoridade;

- quando a Autoridade adopta actos que excedem a sua competência (abuso de poder, vício de forma²⁶⁰), ou em relação aos quais ela é mesmo incompetente. Nestes casos deve entender-se que a Câmara pode conhecer não só os diferendos que resultam de actos que ultrapassam os limites da competência da Autoridade, mas também os diferendos resultantes de actos que violam as regras de repartição das competências entre órgãos desta última; e por último,

- quando o acto, praticado no âmbito do poder discricionário da Autoridade, enferma do vício de desvio de poder, isto é, quando a Autoridade não prossegue pura e simplesmente o fim a que estava obrigada.

regime semelhante ao do texto, ao prescrever: “não são susceptíveis de recurso contencioso: 1 - ... os decretos regulamentares”. Por seu turno, o § único do mesmo artigo estabelecia: “a não impugnabilidade directa dos decretos regulamentares não impede que seja interposto recurso contencioso do acto cuja impugnação tenha por base uma contradição entre o regulamento ao abrigo do qual haja sido praticado e a lei vigente”. Também aqui se prescrevia a inimpugnabilidade do regulamento - decreto regulamentar do Governo - e a impugnabilidade do acto de aplicação com fundamento na invalidade do regulamento.

²⁵⁹ CAFLISCH, Lucius C. - The Settlement of Disputes ..., *cit.*, p. 303-344.

As controvérsias pré-contratuais e contratuais constituem o segundo grupo de litígios. Surgem entre o candidato a um contrato ou entre partes num contrato, quer se trate de Estados Partes, da Autoridade, da Empresa, de empresas estatais ou de pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, referidas na alínea b) do artigo 153º. Nestas podemos distinguir:

- as controvérsias para cuja solução a Câmara de Controvérsias tem jurisdição exclusiva - controvérsias relativas à recusa de um contrato a um candidato a contratante que tenha sido patrocinado por um Estado, nos termos da alínea b) do parágrafo 2º do artigo 153º, e preenchido todas as condições necessárias estabelecidas no nº 6 do artigo 4º e no nº 2 do artigo 13º do Anexo III ou relativas a uma questão jurídica suscitada na negociação do contrato - artigo 187º d); controvérsias relativas à interpretação ou execução de um plano de trabalho - artigo 187º c) i) *in fine*; controvérsias relativas a actos ou omissões de uma parte num contrato relacionadas com actividades na Área que afectem a outra parte ou prejudiquem directamente os seus legítimos interesses - artigo 187º c) ii)²⁶¹; por último, as controvérsias entre a Autoridade e um Estado Parte, uma empresa estatal ou uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, patrocinada por um Estado Parte, quando se alegue que a Autoridade incorreu em responsabilidade nos termos do artigo 22º do Anexo III - artigo 187º e); e

- as controvérsias relativas à interpretação ou execução de contratos cuja solução pode, a pedido de qualquer das partes, ser submetida a um tribunal arbitral comercial, salvo acordo das partes em contrário - artigo 188º nº 2 e 187º c) i)²⁶².

O artigo 188º nº 2 da Convenção prevê a submissão das “controvérsias relativas à interpretação ou à execução de um contrato referidas na subalínea i) da alínea c) do artigo 187º a

²⁶⁰ Por exemplo, se o Conselho para exercer uma competência precisa de em parecer ou recomendação da Comissão Jurídica e Técnica ou do Comité Financeiro, que ainda não se verificou.

²⁶¹ Pode referir-se, como exemplos, a suspensão ou a cessação do contrato ou a imposição de sanções pecuniárias pela Autoridade ao contraente, nos termos do artigo 18º do Anexo III, ou a emissão pelo Conselho de ordens de emergência para prevenir prejuízos graves para o ambiente marinho, nos termos do artigo 162º nº 2 w) - estes actos afectam directamente os legítimos interesses do contraente - TREVES, Tullio - *The Law of the Sea Tribunal, Its Status and Scope of Jurisdiction after November 16, 1994, cit.*, p. 442.

²⁶² Além das controvérsias referidas no texto, a Câmara de Controvérsias é, ainda, competente para conhecer “quaisquer outras controvérsias relativamente às quais a jurisdição da Câmara esteja expressamente prevista na presente Convenção” - artigo 187º f). Caiem no âmbito desta alínea duas categorias de questões que podem surgir à luz do Acordo de Implementação, a saber: os conflitos relativos às “disposições do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio, os seus códigos pertinentes e os acordos destinados a suceder-lhes ou a substituí-los” aplicáveis à política de produção da Autoridade, quando uma ou mais das Partes envolvidas não são partes de tais acordos - Secção 6 § 2º f) ii) do Anexo ao Acordo; e os conflitos sobre a “interpretação das normas e regulamentos” estabelecendo as regras básicas dos termos financeiros dos contratos - Secção 8 § 1º f), também do Anexo ao Acordo de Implementação. Nestes dois casos, o Acordo de 1994 prevê a aplicação do “procedimento de solução de controvérsias estabelecido na Convenção” - CAMINOS, Hugo - *The Jurisdiction of the Tribunal for the Law of the Sea: An Overview. In* NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton (Eds.) - *Oceans Policy. New Institutions, Challenges and Opportunities*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. ISBN 90-411-1182-4, p. 104.

pedido de qualquer das partes na controvérsia, a uma arbitragem comercial obrigatória, salvo acordo em contrário das partes”. Logo de seguida, no entanto, o mesmo artigo estabelece uma limitação à jurisdição do tribunal arbitral ao prescrever que o mesmo: “não terá jurisdição para decidir sobre qualquer questão de interpretação da Convenção. Quando a controvérsia suscitar também uma questão de interpretação da Parte XI e dos Anexos com ela relacionados relativamente às actividades na Área, essa questão será remetida à Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos para decisão”.

A decisão de se uma questão particular é relativa à interpretação da Convenção ou à interpretação de um contrato cabe ao tribunal arbitral comercial, a pedido de uma das partes na controvérsia ou por sua própria iniciativa - artigo 188º n° 2 b). No caso de o tribunal arbitral comercial entender que “a sua decisão depende de uma decisão da Câmara de Controvérsias, o tribunal arbitral remeterá tal questão à Câmara para esta se pronunciar. O tribunal arbitral proferirá em seguida sentença de conformidade com a decisão da Câmara de controvérsias” - artigo 188º n° 2 b) *in fine*. Neste último caso, estamos perante controvérsias que são da competência do tribunal arbitral e da Câmara de Controvérsias, incidindo cada um sobre as questões da sua competência.

A maior parte das controvérsias relativas às actividades na Área estão sujeitas à jurisdição da Câmara de Controvérsias ou do tribunal arbitral comercial²⁶³. Só excepcionalmente, as controvérsias entre Estados Partes, nos termos do n° 1 do artigo 188º alínea a), podem ser sujeitas, a pedido de ambas as partes, a uma câmara especial de Tribunal Internacional do Direito do Mar, ou, nos termos da alínea b), a pedido de qualquer das partes, a uma câmara *ad hoc*.

Uma das características da Câmara de Controvérsias consiste no facto de quer Estados quer entidades estatais quer pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, poderem a ela ter acesso - artigo 37º do Anexo VI. Quando uma das partes no conflito é uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, o Estado patrocinador é notificado para, querendo, participar nos procedimentos por meio de declarações escritas ou orais - artigo 190º n° 1. O n° 2 do mesmo artigo, estabelece, ainda, que “se, numa controvérsia mencionada na alínea c) do artigo 187 (entre partes num contrato, quer se trate de Estados Partes, da Autoridade ou da Empresa, de empresas estatais e de pessoas jurídicas,

²⁶³ A Câmara de Controvérsias tem, também, competência para decretar, modificar ou revogar medidas provisórias nos termos e condições do artigo 290º n° 5 da Convenção - “Enquanto não estiver constituído o tribunal arbitral ao qual uma controvérsia esteja a ser submetida nos termos da presente secção, qualquer corte ou tribunal, escolhido de comum acordo pelas partes ou, na falta de acordo, dentro de duas semanas subsequentes à data do pedido de medidas provisórias, o Tribunal Internacional do Direito do Mar, ou, tratando-se de actividades na área, a Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos, pode decretar, modificar ou revogar medidas provisórias nos termos do presente artigo, se considerar, *prima facie*, que o tribunal a ser constituído teria jurisdição e que a urgência da situação assim o requer ...”. Como a Câmara tem jurisdição exclusiva para todas as controvérsias relativas à actividade na Área, com excepção das controvérsias relativas à interpretação ou aplicação de um contrato - artigo 187º c) i) - que podem ser

singulares ou colectivas), for intentada uma acção contra um Estado Parte por pessoa jurídica, singular ou colectiva, patrocinada por outro Estado Parte, o Estado contra o qual a acção for intentada poderá requerer que o Estado que patrocina essa pessoa intervenha no procedimento em nome da mesma. Não ocorrendo tal intervenção, o Estado contra o qual a acção é intentada poderá fazer-se representar por pessoa colectiva da sua nacionalidade”.

O procedimento, melhor dizendo, o processo, na Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos é o mesmo do Tribunal Internacional do Direito do Mar - artigo 186º da Convenção e artigo 40º do Anexo VI, o que significa que lhe são aplicáveis as regras procedimentais ou processuais previstas na Secção 3 do referido Anexo, artigos 24º a 34º.

Relativamente ao procedimento a seguir nos tribunais arbitrais comerciais, estabelece o artigo 188º n.º 2 c) que “na ausência de disposição no contrato sobre o procedimento arbitral a aplicar a uma controvérsia, a arbitragem processar-se-á de conformidade com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas sobre o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) ou com quaisquer outras regras de arbitragem sobre a matéria estabelecida nas normas, regulamentos e procedimentos da Autoridade, salvo acordo em contrário das partes na controvérsia”.

Relativamente ao Direito aplicável pela Câmara de Controvérsias, estabelece o artigo 38º do Anexo VI que “além das disposições do artigo 293º a Câmara deve aplicar:

- a) as normas, os regulamentos e os procedimentos da Autoridade adoptados de conformidade com a presente Convenção; e,
- b) as cláusulas dos contratos relativos a actividades na Área, em matérias relacionadas com esses contratos”.

Por seu turno, o artigo 293º estabelece que o direito aplicável para a solução de controvérsias, no âmbito do sistema geral de solução de controvérsias, é a “Convenção e outras normas de direito internacional” com ela não incompatíveis. Por Convenção leia-se Convenção, normas, regulamentos e procedimentos aprovados pela Comissão Preparatória, à luz da Resolução I e II do Anexo I da Acta Final e provisoriamente aplicados pela Autoridade, e Acordo de Implementação de 1994. Daqui resulta que a primeira fonte a utilizar pelo Tribunal e suas câmaras é a Convenção, as normas transitórias da Comissão Preparatória e o Acordo e que o recurso a outras normas de Direito Internacional só pode ter lugar na falta de norma na Convenção, para preenchimento de lacunas. O recurso ao Direito interno dos Estados nunca é possível. O n.º 2 do artigo em análise permite, ainda, que a pedido de ambas as partes, o tribunal possa decidir uma

controvérsia de acordo com a equidade. É evidente que o recurso à equidade é impossível no caso de controvérsias a propósito de contratos.

Por último, o artigo 39º do Anexo VI estabelece a aplicabilidade directa das decisões da Câmara de Controvérsias ao prescrever: “as decisões da Câmara serão executórias nos territórios dos Estados Partes da mesma maneira que sentenças ou despachos do supremo tribunal do Estado Parte em cujo território a execução for requerida”. É devolvido, assim, para o sistema de cada Estado o processo de execução das decisões da Câmara de Controvérsias bem assim como das Câmaras *ad hoc* ou das Câmaras especiais que possam ser constituídas - artigo 15º nº 5.).

CONCLUSÃO

Em 1967 e durante todo o período das negociações nas Nações Unidas, havia um grande entusiasmo em relação aos recursos minerais que iriam ser extraídos do fundo do mar, ao seu contributo para a diminuição do fosso que separa os países industrializados dos países em vias de desenvolvimento e ao acesso mais facilitado dos países consumidores às fontes de minerais estratégicos. Este entusiasmo desapareceu e foi substituído por um sentimento de indiferença e frustração quer dos países desenvolvidos quer dos países em vias de desenvolvimento.

Tal deve-se, por um lado, e pondo de parte aspectos da situação política e económica mundial, à quebra acentuada da procura, no mercado mundial, dos minerais contidos nos nódulos polimetálicos e à consequente abundância da sua oferta e baixa nos preços; por outro lado, a indiferença acima aludida deve-se, ainda, à descoberta, no Oceano Pacífico, de sulfuretos polimetálicos formados por depósitos hidrotermais, sulfuretos que apresentam maiores concentrações de cobre, zinco e de outros minerais do que os nódulos.

Encontrando-se estes sulfuretos dentro dos limites da jurisdição nacional dos Estados, a sua exploração e aproveitamento é muito mais fácil e menos onerosa, pelo que ficou comprometido, nos próximos tempos, o aproveitamento dos nódulos das grandes profundidades dos oceanos, anteendo-se que só a partir da segunda década do presente século tal venha a ocorrer.

Esta mudança reflectiu-se na postura dos países em relação ao regime de exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar e permitiu uma convergência de posições.

Assim, o compromisso frágil contido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, aprovada em 1982, e assente, sobretudo, em valores então defendidos pelos países em vias de desenvolvimento, como a socialização, a institucionalização e a democratização, e consubstanciado no chamado sistema paralelo, acabou por ceder em favor de uma solução mais orientada pelos princípios do liberalismo económico e da descentralização, consubstanciada no Acordo de Implementação da Parte XI da Convenção, assinado em Nova Iorque, em 1994, Acordo que contém autênticas emendas à Convenção e que com ela constitui um todo.

Em traços largos, são estas as linhas de força que constituem o contexto em que foi criado o regime do fundo do mar acabado de estudar, cujas características mais importantes, à guisa de conclusão, passamos a referir.

Pelo que diz respeito à natureza jurídica do fundo do mar e ao entendimento do princípio do património comum da humanidade, salientamos:

1 - As doutrinas tradicionais de *res nullius* e de *res communis* tinham por base o princípio da soberania dos Estados e visavam legitimar a apropriação de territórios e de bens, pelo que não eram adequadas ao fundo do mar.

2 - O conceito de património comum da humanidade e a sua aplicação ao fundo do mar e seus recursos, lançado por Arvid Pardo, em 1967, era um “conceito socialista”, que visava substituir a ideia de liberdade pela de justiça e o postulado da soberania pelo da cooperação.

3 - As resoluções da Assembleia Geral sobre o regime jurídico do fundo do mar, individualmente consideradas ou em série, e independentemente da nomenclatura e das votações, não criam, por si, Direito, muito embora possam fazer parte de um processo mais amplo para a sua criação. No entanto, a Resolução Moratória nem criou normas vinculativas de imediato nem constituiu uma base forte para o desenvolvimento futuro de tais normas. Diferentemente, a Declaração de Princípios não criou por si normas vinculativas mas já pode ser vista como uma base importante para a sua criação através de um processo mais amplo, processo que só viria a terminar em 1994.

4 - A prática do Grupo dos 77 revela que um grande número de países em vias de desenvolvimento reconhece os princípios enunciados na Declaração de Princípios como fazendo parte do Direito Internacional. Todavia, a Declaração e a prática de tais países por si não são reveladoras de uma prática geral e uniforme criadora de Direito, dada a oposição dos países industrializados. Além disso, com o tempo, a atitude do Grupo dos 77 tornou-se mais flexível e passaram a aceitar o princípio de património comum da humanidade com o entendimento que resulta da Convenção após as “alterações” resultantes do Acordo de Implementação de 1994.

5 - A prática e a postura dos Estados desenvolvidos contribuíram para a mudança de atitude dos países em vias de desenvolvimento e para a evolução operada no entendimento do princípio do património comum da humanidade.

6 - O princípio do património comum da humanidade, no seu entendimento e concretização iniciais e tal como ficou consagrado no texto convencional, nunca foi objecto de uma aceitação generalizada, pelo que não era oponível a não partes da Convenção. Tal deve-se ao conflito permanente entre o princípio do património comum da humanidade e o princípio da liberdade do alto mar, conflito que só acabou com a aprovação do Acordo de Implementação, em 1994, e com a vitória do primeiro sobre o segundo.

7 - O princípio do património comum da humanidade mantém-se como princípio básico e estruturante do regime convencional para o fundo do mar fora dos limites da jurisdição nacional,

mas a sua essência, o seu conteúdo, é o que resulta da Convenção tal como “modificada” pelo Acordo.

8 - O princípio do património comum da humanidade é hoje o produto de uma solução de compromisso entre as duas posições iniciais, muito embora se possa afirmar, como já alguém escreveu, que mais não é que uma fachada do princípio do património comum da humanidade na sua feição inicial.

Relativamente ao regime jurídico do fundo do mar, concluímos:

1 - Segundo o regime de exploração e aproveitamento dos recursos do fundo do mar previsto na Convenção, o chamado sistema paralelo, as actividades mineiras do fundo do mar, sujeitas a um controlo bastante apertado da Autoridade, deveriam ser efectuadas por duas entidades diferentes: a Empresa, braço operacional da Autoridade, que beneficiava de uma posição privilegiada, e os Estados Partes ou empresas estatais ou pessoas jurídicas, singulares ou colectivas patrocinadas pelos Estados Partes.

2 - Os operadores, que não a Empresa, estavam sujeitos à obrigação de transferência de tecnologia e a obrigações financeiras bastante onerosas. Os próprios Estados, *maxime* os industrializados, estavam sujeitos a obrigações financeiras importantes em relação aos empréstimos da Empresa para aproveitamento do seu primeiro sítio mineiro. A Convenção também impunha limites quantitativos à produção e estabelecia o carácter provisório do sistema paralelo, ao prever a Conferência de Revisão.

3 - No plano institucional, a Convenção criou uma nova organização internacional, a Autoridade, estrutura extremamente complexa e cara, em que os métodos de adopção de decisões pelos diferentes órgãos e a repartição de poderes entre eles era de tal modo complicada que poderia entrar ou até mesmo paralisar o aproveitamento dos recursos do fundo do mar pelas entidades que não a Empresa. A Autoridade é dotada, como órgãos principais, de um órgão plenário, a Assembleia, um órgão restrito, o Conselho e um Secretariado; além disso, dispõe de um órgão operacional encarregado do aproveitamento mineiro, a Empresa, um órgão jurisdicional, o Tribunal e de órgãos subsidiários.

4 - O sistema paralelo assentava num consenso frágil, porque a Administração americana, chefiada por Ronald Reagan, por não concordar com a Parte XI da Convenção, acabou por nela votar contra e os países industrializados mais importantes abstiveram-se. Uma vez que o funcionamento do sistema paralelo dependia das contribuições financeiras e da transferência de tecnologia dos países industrializados, o sistema tinha poucas hipóteses de funcionar. Isto levou a

um processo lento de ratificações e adesões, pelo que a Convenção só entrou em vigor em 16 de Novembro de 1994, doze meses após o depósito do 60º instrumento de ratificação ou adesão e doze anos após a sua conclusão e sem que nenhum Estado industrializado, com capacidade para desenvolver actividades no fundo do mar, fosse parte. O objectivo desejado de uma Convenção universalmente aceite estava em perigo.

5 - O perigo era tanto maior quanto é certo que países como os Estados Unidos da América, Reino Unido, República Federal da Alemanha, França, Itália, Japão e URSS criaram legislação nacional fora do regime da Convenção que lhes permitia conceder licenças para o aproveitamento dos minerais do fundo do mar em condições mais favoráveis. Tais legislações baseavam-se na convicção de que as actividades do fundo do mar continuavam uma liberdade do alto mar até que eles se vinculassem a um tratado consagrando um regime específico. Além disso, estes países celebraram, entre si, acordos de reciprocidade para o reconhecimento dos respectivos sítios mineiros e para evitar sobreposições.

6 - A Convenção, por Resolução anexa à Acta Final, criou a Comissão Preparatória, mecanismo transitório cujo fim era, por um lado, assegurar que as instituições criadas pela Convenção - o Tribunal e a Autoridade - iriam funcionar logo que a Convenção entrasse em vigor, e, por outro lado, administrar parcial e temporariamente a Área, até ao começo de funcionamento da Autoridade. A Comissão Preparatória teve uma atitude pragmática, adoptando todas as medidas necessárias para salvaguardar os interesses do sistema a longo prazo, mesmo à custa de algumas emendas de facto à Resolução II e à própria Convenção.

7 - A tomada de consciência de que o objectivo desejado - o estabelecimento de um regime para o fundo do mar universalmente aceite - estava em perigo levou a que, a partir de 1990, o Secretário Geral das Nações Unidas realizasse consultas officinas, tendo em vista obter uma convergência de posições. Todas as delegações estavam de acordo no sentido de que era necessário fazer emendas à Parte XI da Convenção, relativa aos fundos marinhos. Após quatro anos de negociações, mais precisamente em 29 de Julho de 1994, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma Resolução incorporando um instrumento convencional denominado “Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar de 10 de Dezembro de 1982”.

8 - O Acordo, atendendo à sua natureza e aos seus efeitos, é mais do que um mero instrumento de aplicação, ele é uma verdadeira emenda à Convenção. Concebido, essencialmente, para vencer as resistências à Parte XI suscitadas pelos Estados Unidos da América e pelos países industrializados e assim obter a participação universal na Convenção - objectivo declarado no

preâmbulo -, o Acordo não se limita a precisar e a desenvolver as disposições da Parte XI tendo em vista a sua aplicação, ele emenda-as profundamente e de tal modo que certas disposições do Anexo ao Acordo declaram a não aplicação de alguns artigos da Parte XI da Convenção. As emendas inspiram-se nos princípios do liberalismo económico em voga na economia mundial da última década do século XX. O próprio preâmbulo do Acordo salienta as “alterações políticas e económicas, incluindo as perspectivas do mercado, que afectam a aplicação da Parte XI”.

9 - O Acordo, na linha desta nova filosofia, consagra o carácter evolutivo e *cost effectiv* do funcionamento da Autoridade. Assim, durante o período inicial, a Autoridade terá funções limitadas e as despesas do seu funcionamento serão reduzidas.

10 - A Empresa - órgão operacional da Autoridade - não é criada logo de início. Ela será apenas estabelecida no momento em que o aproveitamento dos recursos da Área seja rentável do ponto de vista comercial. Por outro lado, ela irá operar em condições de igualdade com os demais operadores, com os quais colaborará através de *joint ventures*.

11 - Relativamente aos aspectos institucionais e, nomeadamente, ao método de adopção de decisões pelos órgãos da Autoridade, o Acordo prevê que as decisões mais importantes da Assembleia serão adoptadas por recomendação do Conselho. Prevê, igualmente, que o principal método para a adopção de decisões em todos os órgãos é o consenso. O Conselho está organizado em câmaras e foi transformado no centro de gravidade da Autoridade, sendo os Estados industrializados o centro de gravidade do Conselho.

12 - Os demais aspectos controversos, como a Conferência de Revisão, os limites de produção mineira do fundo do mar, o fundo de compensação aos produtores terrestres que sofressem prejuízos devido ao aproveitamento do fundo do mar, a transferência de tecnologia para a Empresa e as obrigações financeiras onerosas a que estavam sujeitos os Estados e operadores que não a Empresa, foram alterados, ou as respectivas disposições não se aplicam ou foram substituídos por princípios orientadores a ter em conta no momento em que for necessário criar normas mais precisas.

13 - O Acordo e as soluções que corporiza foram possíveis graças ao realismo mostrado pelos Estados em vias de desenvolvimento ao longo das negociações officinas levadas a cabo pelo Secretário Geral das Nações Unidas. Representa, por isso, o triunfo do realismo sobre o idealismo, melhor dizendo, representa uma vitória dos Estados, que estão em condições de desenvolver actividades no fundo do mar, sobre as aspirações à instauração de uma nova ordem económica internacional mais justa e mais solidária dos Estados em vias de desenvolvimento. É o triunfo da soberania dos Estados sobre a cooperação.

BIBLIOGRAFIA

- 1968, A/AC. 135/L. 1, 16 July 1968. Draft Interim Report of Ad Hoc Committee to Study The Peaceful Uses of Sea-Bed And The Ocean Floor Beyond The Limits of National Jurisdiction Covering Its First and Second Sessions. New York: United Nations - General Assembly.
- 1975, Deepsea Ventures, Inc. - Notice of Discovery and Claim of Exclusive Mining Right, and Request for Diplomatic Protection and Protection of Investment (November 15, 1974). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XIV, p. 1 e ss..
- 1980, Federal Republic Of Germany: Act On Interim Regulation Of Deep Seabed Mining (Effective, August 17, 1980). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. 19, number 2, p. 1330-1339.
- 1980, United States: Deep Seabed Hard Mineral Resources Act. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. 19, number 2, p. 1003-1020.
- 1981, Federal Republic Of Germany: Act Of Interim Regulation Of Deep Seabed Mining. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. 20, number 1, p. 393-397.
- 1981, United Kingdom: Deep Seabed Mining (Temporary Provisions) Act 1981. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. 20, number 2, p. 1217-1227.
- 1981, United States: Department Of Commerce National Oceanic And Atmosphere Administration Regulations On Deep Seabed Mining. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. 20, number 2, p. 1228-1250.
- 1982, Federal Republic Of Germany: Act To Amend The Interim Regulation Of Deep Seabed Mining. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXI, number 4, p. 832-833.
- 1982, France, Federal Republic Of Germany, United Kingdom, United States: Agreement Concerning Interim Arrangements Relating To Polymetallic Nodules Of The Deep Sea Bed. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXI, number 5, p. 951-962.
- 1982, France: Law on the Exploration and Exploitation of the Mineral Resources of the Deep Seabed (Law N°. 81-1135 of 23 December 1981). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXI, p. 808-814.

-
- 1982, Union Of Soviet Socialist Republics: Edict On Provisional Measures To Regulate Soviet Enterprises For The Exploration And Exploitation Of Mineral Resources. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXI, number 3, p. 551-553.
- 1982, United States: Department Of Commerce National Oceanic And Atmospheric Administration - Further Regulations On Deep Seabed Mining. International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXI, number 4, p. 867-871.
- 1983, Japan: Law On Interim Measures For Deep Seabed Mining (Enacted July 20, 1982). International legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXII, number 1, p. 102-122.
- 1984, Belgium - France - Federal Republic Of Germany - Italy - Japan - Netherlands - United Kingdom - United States: Provisional Understanding Regarding Deep Seabed Mining (Done at Geneva, August 3, 1984 entered into force, September 2, 1984). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXIII, number 6, p. 1354-1365.
- 1985, Italy: Law On The Exploration And Exploitation Of The Mineral Resources Of The Deep Seabed (February 20, 1985). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXIV, number 4, p. 983-996.
- 1986, United Nations Convention On The Law Of The Sea: Understanding Of The Preparatory Commission For The International Sea-Bed Authority And For The International Tribunal For The Law Of The Sea For Proceeding With Deep Sea-Bed Mining Applications And Resolving Disputes Of Overlapping Claims Of Mine Sites (Reached during Meeting of August 11-September 5, 1986). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXV, number 6, p. 1327-1330.
- 1987, Belgium-Canada-Italy-Netherlands-Union Of Soviet Socialist Republics: Agreement On The Preservation Of Confidentiality Of Data Concerning Deep Seabed Areas (Done at Moscow, December 5, 1986 entered into force upon signature). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXVI, number 4, p. 1045-1047.
- 1987, Belgium-Canada-Italy-Netherlands-Union Of Soviet Socialist Republics: Agreement On The Resolution Of Practical Problems With Respect To Deep Seabed Mining Areas, And Exchange Of Notes Between The United States And The Parties To The Agreement

- (Done at New York, August 14, 1987). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXVI, number 4, p. 1502-1515.
- The International Venture: Study Submitted by the Republic of Colombia to the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea, Special Commission 2, Fifth Session, Kingston, Jamaica, 30 March - 16 April 1987. Ocean Yearbook. Chicago, 1989. ISBN 0-226-06611-8, p. 469-479.
- Sixth Session of Preparatory Commission for International Sea-Bed Authority and International Tribunal for the Law of the Sea, Kingston, 14 March-8 April, 1988. Ocean Yearbook, 7. Chicago and London, 1989. ISBN 0-226-06609-6, p. 513-528.
- 1994, Accord relatif à l'application de la partie XI de la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer du 10 décembre 1982. Paris: Revue Générale de Droit International Public. Editions A. Pedone, p. 837-855.
- 1994, Agreement relating to the Implementation of Part XI of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982: Report of the Secretary-General: Consultations of the Secretary-General on Outstanding Issues Relating to the Deep Seabed Mining Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea. Ocean Yearbook 12, p. 440 e s..
- 1994, A/48/950, de 9 June 1994. Consultations of the Secretary-General on outstanding issues relating to the deep seabed mining provisions of the United Nations Convention on the law of the Sea - Report of the Secretary-General and Annexes (I - Draft resolution and draft Agreement relating to the Implementation of Part XI of the United Nations Convention on the Law of the Sea of the 10 December 1982).
- 1994, United States: President's Transmittal Of The United Nations Convention On The Law Of The Sea And The Agreement Relating To The Implementation Of Part XI To The U.S. Senate With Commentary (October 7, 1994). International Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXXIV, n. 6, p. 1393-1447.
- 1995, United Nations Conference On Straddling Fish Stocks And Highly Migratory Fish Stocks: Agreement For The Implementation Of The Provisions Of The United Nations Convention Of The Law Of The Sea Of 10 December 1982, Relating To The Conservation And Management Of Straddling Fish Stocks And Highly Migratory Fish Stocks (Adopted August 4, 1994. Opened for Signature December 4, 1995). International

- Legal Materials: American Society of International Law, Washington. Vol. XXXIV, number 6, p. 1542-1580.
- 1997, Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar de 10 de Dezembro de 1982. Diário da República: INCM, p. 5498 (183)-5486 (192).
- ACCIOLY, Hildebrando - La Liberté des Mers et le Droit de Pêche en Haute Mer. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Éditions A. Pedone. LX: (1957), p. 193-202.
- A Liberdade dos Mares e o Direito de Pesca no Alto Mar, em face do Direito das Gentes. Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Direito Interancional. Ano XIII, nºs 25-26: (Jan.-Dez. 1957), p. 52-61.
 - **Manual de Direito Internacional Público**. 15ª edição, revista e actualizada. Rio de Janeiro : Editora Saraiva, 2002. ISBN 85-02-03770-6.
- ACHESON, James M., METCALFE, Mark, KLEBAN, Peter and WILSON, James A. - Chaos, complexity and community management of fisheries. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 18, number 4: (April 1994), p. 291-305.
- ADAR, Korwa Gombe - A Note on the Role of African States in Committee I of UNCLOS III. Ocean Development and International Law Journal. New York, Philadelphie, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 18, number 6: (1987), p. 665-681.
- ADEDE, A. O. - Law of the Sea - The Integration of the System of Settlement of Disputes under the Draft Convention as a Whole. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 72: (1978), p. 84-95.
- Settlement of Disputes Arising Under the Law of the Sea Convention. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 798-818.
 - The System for Exploitation of the "Common Heritage of Mankind" at the Caracas Conference. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 31-49.
 - Some Little Known Facts About Africa's Contribution to the Negotiation of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea. *In* En Homenaje Al Profesor Eduardo Jiménez De Aréchaga - *El Derecho Internacional en un Mundo en Transformacion*. 1ª ed. Montevideo: 1994, p. 801-811.

- AGOES, Etty R. - Indonesia and the LOS Convention. Recent developments in ocean law, policy and management. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 15, number 3: (March 1991), p. 122-131.
- AGUILAR NAVARRO, Mariano - La Comision de Derecho Internacional de las Naciones Unidas. Revista Española de Derecho Internacional. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. III: (1950), p. 363-412.
- AHNISH, Faraj Abdullah - **The International Law of Maritime Boundaries and the Practice of States in the Mediterranean Sea**. Oxford : Clarendon Press, 1993. ISBN 0-19-825739-2.
- AKEHURST, Michael - **Introdução ao Direito Internacional**. Tradução de Fernando Ruivo. Coimbra : Almedina, 1985.
- AKL, Joseph - The Legal Status, Privileges and Immunities of the International Tribunal for the Law of the Sea. In FROWEIN, Jochen A. and WOLFRUM, Rüdiger (Eds.) - *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. London / The Hague / Boston: Kluwer Law International, 1998. ISBN 904119665X, p. 341-363.
- ALBIOL BIOSCA, Glória de - **El Régimen Jurídico de los Fondos Marinos Internacionales**. Prólogo de Manuel Diez de VELASCO VALLEJO. Madrid : Editorial Tecnos, S.A., 1984. ISBN 84-309-1053-0.
- ALEXANDROWICZ, C. H. - The Afro-Asian World and the Law of Nations (Historical Aspects). Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde: A. W. Sijthoff. 123 - I: (1968), p. 120-214.
- Freitas *Versus* Grotius. The British Year Book of International Law. London, New York, Toronto: Oxford University Press. XXXV: (1959), p. 162-182.
- ALEXIDZE, Levan - Legal Nature of *JUS COGENS* in Contemporary International Law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2778-2. 172 - III: (1981), p. 223-270.
- ALLOTT, Philip - Power Sharing in the Law of the Sea. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 77: (1983), p. 1-29.
- ALMEIDA NASCIMENTO, Adelaide de - **El Derecho Internacional de la Delimitación de los Espacios Marinos de Soberanía Económica**. Prólogo de Carlos JIMÉNEZ PIERNAS. Madrid : Editorial Tecnos, 1999. ISBN 84-309-3469-3.

ANDERSON, D. H. - British Accession to the UN Convention on the Law of the Sea. International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative Law. ISSN 0020-5893. 46, Part 4: (October 1997), p. 761-786.

- Efforts to Ensure Universal Participation in the United Nations Convention on the Law of the Sea. International and Comparative Law Quarterly. London: Hazel Fox. ISSN 0020-5893. 42, Part 3: (July 1993), p. 654-664.

- Further Efforts to Ensure Universal Participation in the United Nations Convention on the Law of the Sea. International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative Law. ISSN 0020-5893. 43, Part 4: (October 1994), p. 886-893.

- LOS Convention. Status and prospects. Marine Policy. Oxford: Butterworth-Heinemann Ltd. ISSN 0308-597 X. 18, number 6: (Juin 1994), p. 494-497.

- Resolution and Agreement Relating to the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: A General Assessment. Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV). Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 275-289.

- The Mechanisms for Adjusting Part XI and their Relation to the Implementation Agreement. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7. p. 69-84.

ANDRASSY, Juraj - Les Relations Internationales de Voisinage. Recueil des Cours de l'Académie de Droit international. Paris: Librairie du Recueil Sirey. 79 - II: (1951), p. 73 e ss..

ANDREYEV, E. P. and BLISHCHENKO, I. P. (Eds.) - **The International Law of the Sea**. Dmitry Belyavsky (Trad.). Moscow : Progress Publishers, 1988. ISBN 5-01-000454-2.

ANDRIANOV, V. I. - The Role of the International Maritime Organization in implementing the 1982 UNCLOS. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597X. 14, number 3: (March 1990), p. 120-124.

ANGRAND, Jean - Essai d'Analyse de Quelques Problèmes Soulevés par l'Exploitation des Ressources Minérales du Fond des Mers. Revue de Droit International. Genève, Suisse: LIV, 54^{ième} année: (1976), p. 81-95.

ANTHERO, Adriano - **O Direito Internacional**. Porto : Imprensa Portuguesa, 1923.

APOLLIS, Gilbert - La Loi Française sur les Fonds Marins Internationaux. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXVII: (1983), p. 105-144.

- Le Régime Communautaire d'Accès aux Lieux de Pêche et aux Stocks Halieutiques. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISBN 2-222-03472-8. XXIX: (1983), p. 646-673.
- ARAMBURU MENCHACA, Andrés A. - La Reforma del Derecho del Mar. Temis - Revista de Ciencia y Técnica Jurídica. Zaragoza: Facultad de Derecho de la Universidad. 33-36: (1973-1974), p. 223-258.
- ARANGIO-RUIZ, Caetano - Human Rights and Non-Intervention in the Helsinki Final Act. Recueil des Cours de l'Académie de Droit international. Netherlands: Sijthoff & Noordhoff. ISBN 90-286-1030-8. 157 -IV: (1977), p. 217 e s..
- ARIAS-SCHREIBER P., Alfonso - Fundamentos de la Soberanía Marítima del Perú. Revista de Derecho y Ciencias Políticas. Lima, Perú: Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Año XXXIV: (Primer y segundo cuatrimestres de 1970), p. 35-65.
- ARMAS BAREA, Calixto A. - **Patrimonio Comun de la Humanidade: Naturaleza Juridica, Contenido y Prospectiva**. Madrid : Instituto Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional, 1991.
- Patrimonio Comun de la Humanidad: Naturaleza Juridica, Contenido Normativo y Prospectiva. Anuario Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional. Madrid: ISBN 84-505-0087-8. 10: (1993), p. 13-43.
- ARROW, Dennis W. - The Customary Norm Process and the Deep Seabed. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 9, number 1-2: (1981), p. 1-59.
- AUBURN, F. M. - The International Seabed Area. The International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative law. 20: (1971), p. 173-194.
- AZCARRAGA, José Luis de - Los Derechos de los Estados Ribereños sobre Zonas del Alta Mar para el Aprovechamiento de sus Recursos Biologicos. Revista de Derecho y Ciencias Políticas. Lima, Perú: Univerdidad Nacional Mayor de San Marcos. Año XXXIV: (Primer y segundo cuatrimestres de 1970), p. 425-430.
- La Internacionalizacion de los Fondos Marinos. Revista Española de Derecho Internacional. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. XXIII: 1, (1970),
- La Segunda Sesion de la Comision de Derecho Internacional de las Naciones Unidas. Revista Española de Derecho Internacional. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. III: 1-2-3, (1950), p. 879-892.

- BAKS, Michael J. - Technology Transfers and Developing Countries. Georgetown International Environmental Law Review. Georgetown: Georgetown University Law Center. ISSN 1042-1858. VII, number 3: (1995), p. 901-911.
- BANGERT, Kaare - Denmark and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Members States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 97-126.
- BAPTISTA, Eduardo Correia - ***Ius Cogens em Direito Internacional***. Lisboa : Lex, 1997. ISBN 972-9495-59-9.
- **Direito Internacional Público: Conceito e Fontes**. Lisboa : LEX, 1998. ISBN 972-9495-73-4.
- BARBERIS, Julio A. - La Liberté de Traiter des Etats et le Jus Cogens. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Kohlhammer: Max-Planck-Institut für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Band 30: (1970), p. 19-45.
- Le Régime Juridique International des Eaux Souterraines. Annuaire Français de Droit International. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXIII: (1987), p. 129-182.
- BARDONNET, Daniel - La Dénonciation par le Gouvernement Sénégalais de la Convention sur la Mer Territoriale et la Zone Contiguë et la Convention sur la Pêche et la Conservation des Ressources Biologiques de la Haute Mer en Date a Genève du 29 Avril 1958. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XVIII: (1972), p. 123-180.
- BARDONNET, Daniel et VIRALLY, Michel - **Le Nouveau Droit International de la Mer**. Paris : Éditions A. Pedone, 1983. Publications de la Revue Générale de Droit International Public - Nouvelle Série - n° 39. ISBN 2-233-00121-4.
- BARILE, Giuseppe - "Uguaglianza" e "Disuguaglianza" degli Stati alla Conferenza sul Diritto del Mare. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LXII: (1979), p. 287-302.
- BASLAR, Kemal - **The Concept of the Common Heritage of Mankind in International Law**. The Hague / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, 1998. 427 p. Developments in International Law, vol. 30. ISBN 90-411-0505-0.
- BAXTER, Richard R. - The International Law of Scientific Research in the Oceans. Conference of Soviet and American Jurists on the Law of the Sea and the Protection of the Marine

- Environment. Georgia Journal of International & Comparative Law. 6: 1, (1976), p. 27-39.
- BEDJAOUI, Mohamed - **Droit International: Bilan et perspectives**. Paris : Éditions A. Pedone, Unesco, 1991. ISBN Pedone- 2-233-00221-0 Unesco- 92-3-202717-8.
- BEDJAOUI, Mohammed (Ed.) - **International Law: Achievements and Prospects**. Dordrecht/Paris: Martinus Nijhoff Publishers/Unesco, 1991. ISBN 92-3-102716-6,
- BEER-GABEL, J. - L'Exploitation du Fond des Mers dans l'Intérêt de l'Humanité : Chimère ou Réalité? Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXI: (1977), p. 167-230.
- Variations sur la Notion de Frontière Maritime. In COLLIARD, Claude-Albert - *Droit de la Mer: Études dédiées au Doyen Claude-Albert COLLIARD*. Avant-propos de S. E. M. César SOLAMITO. Monaco: Institut du Droit Économique de la Mer (INDEMER), s/d. ISBN 2-23300263-9, p. 11-35.
- BEESELEY, J. Alan - The Canadian Perspective. In BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - *Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea*. Honolulu: The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2, p. 50-55.
- BEKKOUICHE, M. Adda - La Récupération du Concept de Patrimoine Commun de l'Humanité (P.C.H.) par les Pays Industriels. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XX: (1987-1), p. 124-137.
- BELAÏD, Sadok - «Communautarisme» et Individualisme dans le Nouveau Droit de la Mer. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 135-159.
- BÉLANGER, Michel - **Droit International: Droit International Public. Droit de la Mer. Droit Communautaire. Droit International Économique**. Paris : Librairie Générale de Droit International et de Jurisprudence, 1989.
- **Droit International: Droit International Public. Droit de la Mer. Droit International Économique. Droit Communautaire**. 4^e édition. Paris : Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1995. Corrigés d'Examens - Droit. ISBN 2-275-00304-5.
- BELHAJ, Férid - Reflexions sur la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer, Dix Ans Après son Ouverture à la Signature: La Question du Régime d'Exploitation des Fonds

- Marins. African Yearbook of International Law. Dordrecht, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers. ISSN 1380-7412. 1: (1993), p. 123-146.
- BELLO, Emmanuel G., SAN, Prince Ajibola (Eds.) - **Essays in Honour of Judge Taslim Olawale Elias**. Vol. II. African Law and Comparative Public Law. With an Introduction by Professor Ian BROWNLIE, Professor of Public International Law, University of Oxford. Dordrecht / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, 1992. ISBN 0-7923-1426-3.
- BENNOUNA, Mohamed - Les Droits d'Exploitation des Ressources Minérales des Océans. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXIV: (1980), p. 120-143.
- La Limite Extérieure du Plateau Continental et la Gestion des Ressources pour l'Humanité. *In* Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 109-124.
 - Les Droits d'Exploitation des Ressources Minérales des Océans. *In* BARDONNET, Daniel et VIRALLY, Michel - *Le Nouveau Droit International de la Mer*. Paris: Éditions A. Pedone, 1983. ISBN 2-233-00121-4, p. 117-139.
 - Le Caractère Pluridimensionnel du Nouveau Droit de la Mer. *In* DUPUY, René Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 6-25.
- BERGIN, Anthony - Australia's Approach to High Seas Fishing. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0927-3522. 10, number 3: (1995), p. 349-367.
- The politics of PrepCom. Australia's role. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597. 11, number 4: (October 1987), p. 229-312.
- BERNHARDT, Rudolf - Die Streitbeilegung im Rahmen der Neuordnung des Seerechts. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 38: (1978), p. 859-982.
- BETTATI, M., BOTTINI, R. de, DUPUY, R.-J., ISOART, P., RIDEAU, J., SORTAIS, J.-P., TOUSCOZ, J., ZARB, A.-H. - **La Souveraineté au XX^e Siècle**. Paris : Librairie Armand Colin, 1971. Collection U. Série "Relations et institutions internationales" - dirigée par R.-D. DUPUY.

- BEURIER, J. P. - Droit de la Mer. *In Droits Maritimes. Mer, Navire et Marins*. Paris/Lyon: Les Editions Juris Service, 1995. ISBN 2.907 648 77-2, p. 75-159.
- BIGGS, Gonzalo - Deep Seabed Mining and Unilateral Legislation. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 8, number 3: (1980), p. 223-257.
- BILDER, Richard B. - The Canadian Artic Waters Pollution Prevention Act: New Stresses on the Law of the Sea. Michigan Law Review. Michigan: University of Michigan Law School. 69: (1970-1971), p. 1-52.
- The Settlement of Disputes in the Field of the International Law of the Environment. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde: A. W. Sijthoff. ISBN 90- 286-0436-7. 144 - I: (1975), p. 139 e s..
- BIRNIE, Patricia - Impact of the LOS Convention and UNCED on UK maritime law and policy. Marine Policy. Oxford: Butterworth-Heinemann Ltd. ISSN 0308-597 X. 18 number 6: (Juin 1994), p. 483-493.
- Law of the Sea and Ocean Resources: Implications for Marine Scientific Research. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman Limited. ISSN 0927-3522. 10: 2, (May - 1995), p. 229-251.
- BLANC ALTEMIR, Antonio - **El Patrimonio Comun de la Humanidad: Hacia un régimen jurídico internacional para su gestión**. Barcelona : Bosch, Casa Editorial, 1992. ISBN 84-7676-201-1.
- BLISHCHENKO, I. P. and ANDREYEV, E. P. (Eds.) - **The International Law of the Sea**. Dmitry Belyavsky (Trad.). Moscow : Progress Publishers, 1988. ISBN 5-01-000454-2.
- BOASSON, Charles - Resources of the sea and International Law. Israel Law Review. 6: 3, (1971), p. 291-308.
- BOCZEK, Boleslaw A. - International Protection of the Baltic Sea Environment Against Pollution: A Study in Marine Regionalism. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 72: (1978), p. 782-814.
- BOLLECKER-STERN, Brigitte - A propos de l'accident d'Ekofisk. Problèmes posés par la pollution provoquée par les installations de production pétrolière off-shore. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXIV: (1978), p. 772-791.

- BORBA CASELLA, Paulo (Coord.) - **Dimensão Internacional do Direito: Estudos em Homenagem a G. E. do Nascimento e Silva**. Vários autores. São Paulo : LTr Editora, 2000. 558 p. ISBN 85-7322-721-4.
- BORDEJE MORENCOS, Fernando de - Los Fondos Marinos y el Control de las Profundidades. Revista de Política Internacional. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 159: (Septiembre-octubre, 1978), p. 7-34.
- BOTTINI, R. de, BETTATI, M., DUPUY, R.-J., ISOART, P., RIDEAU, J., SORTAIS, J.-P., TOUSCOZ, J., ZARB, A.-H. - **La Souveraineté au XX^e Siècle**. Paris : Librairie Armand Colin, 1971. Collection U. Série "Relations et institutions internationales" - dirigée par R.-D. DUPUY.
- BOU, Valentin and ROMUALDO, Bermejo - L'Espagne et le Droit de la Mer. In (Ed.), TREVES, Tullio - *The Law of the Sea. The European Union and its Member States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 449-494.
- BOWETT, D. W. - Deep Sea-Bed Resources: A Major Challenge. The Canadian Law Journal. Cambridge: The University Press for the Faculty of Law - University of Cambridge. 31, number 1: (April 1972), p. 50-66.
- BOYLE, Alan E. - Dispute Settlement and the Law of the Sea Convention: Problems of Fragmentation and Jurisdiction. International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative Law. ISSN 0020-5893. 46, Part 1: (January 1997), p. 37-54.
- Marine Pollution under the Law of the Sea Convention. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 79: 2, (1985), p. 347-372.
- BRAEKHUS, Sjur - Choice of Law Problems in International Shipping (Recent Developments). Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Netherlands: Sijthoff & Noordhoff. ISBN 90-286-0980-6. 164 - II: (1979), p. 255-336.
- BRANDÃO, Eduardo A. Serra - **Um Novo Direito do Mar**. Lisboa : Edições Culturais da Marinha, 1984.
- O Direito do Fundo do Mar. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa. Série 94^a: 1-3; 4-6, (Janeiro-Março, Abril-Junho - 1976), p. 49-64.
- **Direito Internacional Marítimo**. Lisboa : Clássica Editora, 1963.

- BRANKOVIC, Branko - La III^{ème} Conférence sur le droit de la mer. Revue de Politique International. Belgrade: Jugoslovenska Stvarnost. XXV^e Année: 591, (1974), p. 12-14.
- BREUCKER, Jean de - La Convention de Londres sur la Pêche du 9 Mars 1964. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Editions de L'Institut de Sociologie. I: (1966), p. 142-166.
- La Convention sur L'Exercice de la Pêche dans L'Atlantique Nord. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Editions de L'Institut de Sociologie. (1970), p. 165-202.
- BREWER, William C., JR. - Deep Seabed Mining: Can an Acceptable Regime Ever Be Found. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 11, number 1-2: (1982), p. 25-67.
- BRICEÑO BERRÚ, José Enrique - **Régime Jurídico de los Fondos Marinos Internacionales**. Barcelona : LB, 1986. ISBN 84-7698-008-6.
- BRIERLY, J. L. - **Direito Internacional**. 4^a ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
- BRITO, Wladimir A. Correia - **Direito Internacional Público. Parte histórica e fontes**. Braga : Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais, 1995.
- Contributo para o Estudo do Ius Cogens Internacional. *In Estudos em Homenagem ao Senhor Professor António Serafim de Carvalho Vale e Vasconcelos*. Braga: Universidade do Minho, 1996.
- BROCKHOFF, Klaus - The Production Regulation of the Law of the Sea Convention: An Assessment and Alternatives. *In* WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 251-262.
- BROGAN, Frank, COX, Betsy - Law of the Sea - Proposed Deep Seabed Hard Mineral Resources Act. Georgia Journal of International and Comparative Law. 9: 3, (1979), p. 641- 651.
- BROSE, K. - Aspects of the Interaction Between Customary International Law and Treaty Law. *In* CONSTANTOPOULOS, D. S. (Dir.) - *THESAURUS ACROASIMUM*. Thessaloniki: The Institute of Public International Law and International Relations of Thessaloniki, 1992, p. 601-604.
- BROWN, A. D. - Freedom of the High Seas Versus the Common Heritage of Mankind: Fundamental Principles in Conflict. San Diego Law Review. San Diego Law Review Association. ISSN 0036-4037. 20: (April 1983), p. 521-560.

-
- The 1994 Agreement on the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: breakthrough to universality? Marine Policy. Oxford: Butterworth-Heinemann. ISSN 0308-597 X. 19, number 1: (1995), p. 5-20.
 - The Impact of Unilateral Legislation on the Future Legal Regime of Deep-Sea Mining. Archiv des Völkerrechts. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck). 20, p. 145-182.
 - "Neither necessary nor prudent at this stage". The regime of the seabed mining and its impact on the universality of the UN convention on the Law of the Sea. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 17: (March 1993), p. 81-107.
 - Seabed mining: from UNCLOS to PrepCom. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 8, number 2: (April 1984), p. 151-164.
 - Deep-Sea Mining: The Consequences of Failure to agree at UNCLOS III. In ROZAKIS, Christos L. and STEPHANOU, Constantine A. (Eds.) - *The New Law of the Sea*. Amsterdam - New York - Oxford: Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1983. ISBN 0-444-86804-6, p. 209-257.
 - **The Areas Within National Jurisdiction: Sea-Bed Energy and Mineral Resources and the Law of the Sea**. London : Graham & Trotman Limited, 1984. ISBN 0-86010-460-5.
 - **The Area Beyond the Limits of National Jurisdiction: Sea-Bed Energy and Mineral Resources and the Law of the Sea**. London : Graham & Trotman Limited, 1986. ISBN 0-86010-623-3.
 - **Selected Documents, Tables and Bibliography: Sea-Bed Energy and Mineral Resources and the Law of the Sea**. London : Graham & Trotman, 1986. ISBN 0-86010-624-1.
 - **The International Law of the Sea. Volume I. Introductory Manual**. Aldershot, Brookfield USA, Singapore, Sydney : Dartmouth Publishing Company Limited, 1994. ISBN 1-85521-306-0.
 - **The International Law of the Sea. Volume II. Documents, Cases and Tables**. Aldershot, Brookfield Usa, Singapore, Sydney : Dartmouth Publishing Company Limited, 1994. ISBN 1-85521-306-0.

- **Sea-Bed Energy and Minerals: The International Legal Regime: Sea-Bed Mining.** The Hague / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, 2001. ISBN 90-411-1540-4.

- **Sea-Bed Energy and Minerals: The International Legal Regime: Selected Documents.** The Hague / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, 2001. ISBN 90-411-1551-X.

BROWNLIE, Ian - International Law at the Fiftieth Anniversary of The United Nations. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-411-0318-X. 255: (1995), p. 9-228.

- Legal Status of Natural Resources in International Law (some aspects). Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Netherlands: Sijthoff & Noordhoff. ISBN 90-286-0530-4. 162 - I: (1979), p. 247-317.

- The Sources of the Law Governing Maritime Delimitation. *In* En Homenaje Al Profesor Eduardo Jiménez De Aréchaga - *El Derecho Internacional en un Mundo en Transformacion*. 1ª ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1994, p. 733-744.

- **Princípios de Direito Internacional Público.** Supervisão e coordenação de STOCKINGER, Victor Richard. Tradução de FARRAJOTA, Maria Manuela, SANTOS, Maria João, STOCKINGER, Victor Richard e TELES, Patrícia Galvão - edição originária de 1990. 4ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. ISBN 972-31-0759-7.

BRUNNÉE, Jutta - "Common Interest" - Echoes From an Empty Shell? Some Thoughts on Common Interest and International Environmental Law. Zeitschrift für Ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht. Kohlhammer: Max-Planck-Institut für Ausländisches öffentliches Recht und völkerrecht. band 49, p. 791-808.

BUCHHOLZ, Hanns J. - **Law of the Sea in Pacific Ocean.** Germany, Singapore : Institut of Asian Affairs (Germany) Institut of Southeast Asian Studies (Singapore), 1987. ISBN 9971-988-73-9.

BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - **Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea.** Honolulu : The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2.

- BURKE, William T. - Implications for Fisheries Management of U.S. Acceptance of the 1982 Convention on the Law of the Sea. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 89: 4, (1995), p. 792-806.
- Importance of the 1982 UN Convention on the Law of the Sea and its Future Development. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 27, number 1: (1996), p. 1-4.
 - Some Comments on High Seas Fishing and International Law. In MACDONALD, Ronald St. John (Ed.) - *Essays in Honour of Wang Tieya*. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1994. ISBN 0-7923-2469-2, p. 103-113.
- BURKE, William T. and MCDOUGAL, Myres S. - **The Public Order of the Oceans: A Contemporary International Law of the Sea**. New Haven, Dordrecht : New Haven Press and Martinus Nijhoff Publishers, 1987. ISBN 0-89838-901-1.
- BURKE, William T., MCDOUGAL, Myres S. and VLASIC, Ivan A. - The Maintenance of Public Order at Sea and the Nationality of Ships. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 54: (1960), p. 25-116.
- BUTLER, William E. - The freedom of navigation under international law. Conference of Soviet and American Jurists on the Law of the Sea and the Protection of the Marine Environment. Georgia Journal of International & Comparative Law. 6: 1, (1976), p. 107-118.
- BUZAN, Barry - Canada and the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 11, number 3-4: (1982), p. 149-180.
- CAFLISCH, Lucius, PICCARD, Jacques - The Legal Regime of Marine Scientific Research and the Third United Nations Conference on the Law of the Sea. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 38: (1978), p. 848-901.
- CAFLISCH, Lucius - Les Zones Maritimes sous Juridiction Nationale, Leurs Limites et Leur Délimitation. In BARDONNET, Daniel et VIRALLY, Michel - *Le Nouveau Droit International de la Mer*. Paris: Éditions A. Pedone, 1983. ISBN 2-233-00121-4, p. 35-116.
- The Law of International Waterways and Its Sources. In MACDONALD, Ronald St. John (Ed.) - *Essays in Honour of Wang Tieya*. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1994. ISBN 0-7923-2469-2, p. 115-129.

- International Law and Ocean Pollution : the Present and the Future. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Editions de l'Institut de Sociologie. VIII: 1, (1972), p. 7-33.
- Land-Locked States and their Access to and from the Sea. The British Year Book of International Law. Oxford: At the Clarendon Press. ISBN 0-19-825360-5. XLIX: (1978), p. 71-100.
- The Settlement of Disputes Relating to Activities in the International Seabed Area. In ROZAKIS, Christos L. and STEPHANOU, Constantine A. (Eds.) - *The New Law of the Sea*. Amsterdam - New York - Oxford: Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1983. ISBN 0-444-86804-6, p. 303-344.
- CAHIER, Philippe - Changements et Continuité du Droit International. Cours générale de droit international public. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 0-7923-2051-4. 195 - VI: (1985), p. 9-374.
- CAMINOS, Hugo - Les Sources du Droit de la Mer. In DUPUY, René-Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 27-121.
- The Jurisdiction of the Tribunal for the Law of the Sea: An Overview. In NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton - *Oceans Policy. New Institutions, Challenges and Opportunities*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. ISBN 90-411-1182-4, p. 93-108.
- CAMPU MARE, Association - 1^{ère} Rencontre De Droit De La Mer - **La Protection du Milieu Marin: Aspects Juridiques**. Paris : Éditions L'Harmattan, 1995. ISBN 2-7384-3684-6.
- CANÇADO TRINDADE, António Augusto - Direito do Mar : Indicações para a Fixação dos Limites Laterais Marítimos. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Minas Gerais, Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais. 55: (Julho, 1982), p. 88-138.
- CAPATINA, Octavian - Considérations concernant la responsabilité pour les dommages résultant de l'exploration et de la mise en valeur des ressources naturelles situées au fonds des mers et des océans au-delà des limites de la juridiction nationale. Revue Roumaine d'Études Internationales. Bucarest: Association de Droit International et de Relations Internationales de la République Socialiste de Roumanie. 5^e Année: 3 (13), (1971), p. 113-130.

- CARON, David D. - Municipal Legislation for Exploitation of the Deep Seabed. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 8 number 4: (1980), p. 259-297.
- CARON, David D. and BUDERI, Charles L. O. (Eds.) - **Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea**. Honolulu : The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2.
- CARRILLO SALCEDO, Juan Antonio - **Curso de Derecho Internacional Público: Introducción a su Estructura, Dinámica y Funciones**. 1ª ed. Madrid : Tecnos, 1996. ISBN 84-309-2064-1.
- Droit International et Souveraineté des États. Recueil Des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht / Boston / Lancaster: Martinus Hijhoff Publishers. ISBN 90-411-0440-2. 257: (1996), p. 35-221.
- CARROZ, Jean - Le Nouveau Droit des Pêches et la Notion d'Excédent. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXIV: (1978), p. 851-865.
- Les Problèmes de la Pêche a la Conférence sur le Droit de la Mer et dans la Pratique des États. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Éditions A. Pedone. LXXXIV: (1980), p. 705-751.
- Les Problèmes de la Pêche dans la Convention sur le Droit de la Mer et la Pratique des États. In BARDONNET, Daniel et VIRALLY, Michel - *Le Nouveau Droit International de la Mer*. Paris: Éditions A. Pedone, 1983. ISBN 2-233-00121-4, p. 177-229.
- The Living Resources of the Sea. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 193-207.
- CARROZ, Jean et SAVINI, Michel - Les Accords de Pêche Conclus par les États Africains Riverains de l'Atlantique. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISBN 2-222-03472-8. XXIX: (1983), p. 674-709.
- CARVALHO, Virgílio de - **A importância do mar para Portugal**. Instituto de Defesa Nacional. Venda Nova : Bertrand, 1995. ISBN 972-9393-11-7.

- CASSESE, Antonio - **International Law in a Divided World**. Oxford : Clarendon Press, 1992 (Reprint). ISBN 0-19-876194-5.
- CASTILLO DAUDF, Mireya, JUSTE RUIZ, José - La Explotacion de la Zona de Fondos Marinos mas alla de la Jurisdiccion Nacional (el Patrimonio Comun de la Humanidad Frente a las Legislaciones Nacionales). Anuario de Derecho Internacional. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S. A. ISBN 84-313-0928-8. VII: (1983-1984), p. 65-89.
- CASTRO VILLALOBOS, José Humberto - **La Norma de Jus Cogens en el Derecho Internacional**. 1ª ed. México : 1981.
- CASTROVIEJO BOLÍBAR, José María - Los Fondos Marinos: Principios Juridicos. Revista Española de Derecho Internacional. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. XXIII: 4, (1970), p. 667-710.
- CATALDI, Giuseppe - Il Caso dell'«Achille Lauro» e la Giurisdizione dello Stato Costiero nel Mare Territoriale. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LXX: 3-4, (1987), p. 548-572.
- CAVARÉ, Louis - Les Problèmes Juridiques Posés par la Pollution des Eaux Maritimes au Point de Vue Interne et International. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXVIII: (1964), p. 617-640.
- CERVERA PERRY, José - **El Derecho del Mar: Evolución, Contenido, Perspectivas (De Las Bulas Papales al Convenio de Jamaica)**. Madrid - España : Editorial Naval, 1992. ISBN 84-7341-072-6.
- La Conferencia del Mar: de la Esperanza al Desencanto - A Modo de Reflexión Inicial. Revista de Política Internacional. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 161: (Enero-febrero, 1979), p. 7-13.
- CÉSAR LUPINACCI, Julio - Los Derechos de Pesca en Alta Mar. In En Homenaje Al Profesor Eduardo JIMÉNEZ DE ARÉCHAGA - - *El Derecho Internacional en Mundo en Transformacion*. 1ª ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1994, p. 763-799.
- CHAPPEZ, Jean - Les câbles sous-marins de télécommunications. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXII: (1986), p. 760-778.
- CHARLES-LE BIHAN, Danielle - Les Évolutions de la Politique Commune de la Pêche : Gestion Durable de la Ressource et Developpement des Zones Cotières. Collection Espaces et

- Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. N° 9: (1995), p. 206-221.
- CHARNEY, Jonathan I. - Central East Asian Maritime Boundaries and the Law of the Sea. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 89: 4, (1995), p. 724-749.
- CHARNEY, Jonathan I. - The Implications of Expanding International Dispute Settlement System: The 1982 Convention on the Law of the Sea. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 90 n° 1: (1996), p. 69-75.
- Progress in International Maritime Boundary Delimitation Law. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 88: 2, (1994), p. 227-256.
 - U.S. Provisional Application of the 1994 Deep Seabed Agreement. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 88: 4, (1994), p. 705-714.
 - The United States and the Revision of the 1982 Convention on the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 23: (1992), p. 279-303.
 - Universal International Law. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 87: 4, (1993), p. 529-551.
 - The Unfinished Business of the Law of the Sea Conference. In PONTECORVO, Giulio (Ed.) - *The New Order of the Oceans*. New York: Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5, p. 238-264.
- CHEN, Lung-Chu - **An Introduction to Contemporary International Law: A Policy -Oriented Perspective**. New Haven and London : Yale University Press, 1989. ISBN 0-300-03910-7 (alk. paper) 0-300-03911-5 (pbk. : alk. paper).
- CHENG, Tao - Communist China and the Law of the Sea. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 63: (1969), p. 47-73.
- CHIRCOP, Aldo E. and PERERA, Mahinda, MANN-BORGESE, Elisabeth - The UN Convention on the Law of the Sea: The Cost of Ratification. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1990. ISBN 0-226-06611-8, p. 1-17.
- CHRISTOPHER, Warren - Recommendation of the Department of State to the President of the United States Regarding the Convention on the Law of the Sea, 23 September 1994.

- Ocean Yearbook. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1996. ISBN 0-226-06615-0, p. 530-536.
- CHURCHILL, Robin - Accession to the UN Convention on the Law of the Sea. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Kluwer Law International. ISSN 0927-3522. 13, number 2: (1998), p. 263-273.
- United Kingdom's Decision to Defer Accession to the UN Convention on the Law of the Sea: A Convincing Move? The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Kluwer Law International. ISSN 0927-3522. 12, number 1: (1997), p. 110-123.
- The European Economic Area and Fisheries. International Journal of Estuarine and Coastal Law. London: Graham & Trotman/Martinus Nijhoff. ISSN 0927-3522. vol. 8, number 4: (1993), p. 453-469.
- CHURCHILL, R. R. and LOWE, A. V. - **The Law of the Sea**. second Edition, Revised and Enlarged. Manchester : Manchester University Press, 1992. ISBN 0-7190-2922-3.
- CLINGAN, Thomas A., JR. - The United States and the Law of the Sea Conference. *In* (ed.), PONTECORVO, Giulio - *The New Order of the Oceans*. New York: Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5, p. 219-237.
- **The Law of the Sea: Ocean Law and Policy**. San Francisco - London : Austin & Winfield, 1994. ISBN 1-880921-28-6.
- CLINTON, Bill - Recommendation of the President of the United States to the Senate Regarding the Convention on the Law of the Sea, 7 October 1994. Ocean Yearbook. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1996. ISBN 0-226-06615-0, p. 537-538.
- COCCA, Aldo Armando - The Law of Mankind: Ius Inter Gentes Again. Annuaire de Droit Maritime et Aéro Spatial - Études en Hommage au Professeur Mircea Mateesco-Matte. Nantes: Centre de Droit Maritime et Aérien - Université de Nantes. ISSN 0297-7508. XII: (1993), p. 507-547.
- COLLIARD, Claude-Albert - **Droit de la Mer: Études dédiées ao Doyen Claude-Albert COLIARD**. Avant-propos de S. E. M. César SOLAMITO. Monaco : Institut du Droit Économique de la Mer (INDEMER) - Pedone, 1992. ISBN 2-233-00-263-9.
- Problèmes et Solutions en Matière de Règlement des Différends. *In* Société Française Pour Le Droit De La Mer - Colloque De Rouen - *Perspectives du Droit de la Mer à l'Issue de la 3^e Conférence des Nations Unies*. Paris: Éditions A. Pedone, 1984. ISBN 2-233-00135-4, p. 174-189.

- COLLOQUE Sur La Belgique Et La Nouvelle Convention Des Nations Unies Sur Le Droit De La Mer - Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XXVIII: (1995), p. 9-174.
- COLOMBIA - The International Venture: Study Submitted by the Republic of Colombia to the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea, Special Commission 2, Fifth Session, Kingston, Jamaica, 30 March-16 April 1987. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1984. ISBN 0-226-06609-6, p. 469-479.
- COLOMBOS, Ll. D.C. John - **The International Law of the Sea**. Third Revised ed. London, New York, Toronto : Longmans, Green and Co., 1954.
- COLSON, David and FELDMAN, Mark B. - The Maritime Boundaries of the United States. American Journal of International Law. New York: American Society of International Law. 75: (1981), p. 729-763.
- COMBACAU, Jean, SUR, Serge - **Droit International Public**. Paris : Éditions Montchrestien, 1993. Domat Droit Public. ISBN 2-7076-0456-9.
- **Droit International Public**. 4^e ed. Paris : Montchrestien, 1999. Domat Droit Public. ISBN 2-7076-1154-9.
- COMITINI, Salvatore - Economic and Legal Aspects of Japanese Fisheries Regulation and Control. Washington Law Review. Washington: Washington Law Review Association. XLIII: (1967-1968), p. 179-196.
- CONTEMPORARY International Law Issues: **Opportunities at a Time of Momentous Change**. Dordrecht, Boston, London : Martinus Nijhoff Publishers,. ISBN 0-7923-2831-0. 1994.
- CONFORTI, Benedetto - Cours Général de Droit International Public. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 0-7923-1411-5. 212: V, (1988), p. 1 e s..
- **IL Regime Giuridico dei Mari: Contributo Alla Ricostruzione Dei Principi Generali**. Napoli : Pubblicazioni della Facolta' Giuridica Dell'Universita' Di Napoli, 1957.
- CONSTANTOPOULOS, D. S. (Dir.) - **THESAURUS ACROASIUM**. Thessaloniki: The Institute of Public International Law and International Relations of Thessaloniki, 1992.

- CONTOU-BEGARIE, Hervé (Dir.) - **La Lutte pour l'Empire de la Mer - Histoire et Géostratégie Maritimes**. Paris : Institut de Stratégie Comparée et Económica, 1995. Hautes Études Stratégiques 4. ISBN 2-7178-2985-7.
- COPPINGER, Patrick - La Liberté des Mers. Revue des Sciences Politiques. Paris: Librairie Félix Alcan. LVI: Quarante-Huitième Année, (1933), p. 456-458.
- CORDIER, Patricia et PONTAVICE, Emmanuel du - **La Mer et le Droit: Droit de la Mer: problèmes actuels**. 1^a ed. Paris : Presses Universitaires de France, 1984. ISBN 2 13 037903 6.
- CORELL, Hans - Future Role of the United Nations in Oceans and Law of the Sea. In NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton (Eds.) - *Oceans Policy. New Institutions, Challenges and Opportunities*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. ISBN 90-411-1182-4, p. 15-27.
- COSTA, Eduardo Ferrero - Peru and the Law of the Sea Convention. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597. 11, number 1: (January, 1987), p. 45-57.
- COUTAU-BEGARIE, Hervé (Dir.) - **La lutte pour l'empire de la mer. Histoire et géostratégie maritimes**. Paris : Hautes Études Stratégiques et Economica Institut de Stratégie Comparée, 1995. ISBN 2-7178-2985-7.
- COX, Betsy, BROGAN, Frank - Law of the Sea - Proposed Deep Seabed Hard Mineral Resources Act. Georgia Journal of International and Comparative Law. 9: 3, (1979), p. 641- 651.
- CRUTCHFIELD, James A. - Management of the North Pacific Fisheries: Economic Objectives and Issues. Washington Law Review. Washington: Washington Law Review Association. XLIII: (1967-1968), p. 283-307.
- CUENCA ANAYA, José - Antecedentes y Preparacion de la Conferencia sobre el Derecho del Mar. In *La Actual Revision del Derecho del Mar - Una Perspectiva Española (Obra Colectiva)*. Madrid: 1974, p. 26-67.
- CUNHA, Joaquim da Silva - Introdução ao estudo do Direito Internacional. O Direito. Lisboa: 88, 2 (Abril-Jun.): (1956), p. 91-121.
- **Direito Internacional Público**. Lisboa : Ática, 1957. Jurídica Portuguesa.
- **Direito Internacional Público: Introdução e Fontes: A Sociedade Internacional: regime das relações internacionais**. Coimbra : Almedina, 1957.

- **Direito Internacional Público : Relações Internacionais: aspectos fundamentais.** Lisboa : Instituto de Relações Internacionais - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1990.
- Formação e Evolução do Direito Internacional. Os Ventos de Mudança. Nação e Defesa. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional. 53 - (Jan.-Mar.) - Separata: (1990).
- **Direito Internacional Público: A Sociedade Internacional.** 3ª ed. Lisboa : A. A.F.D.L., 1991.
- **Direito Internacional Público: Introdução e Fontes.** 5ª ed. Coimbra : Almedina, 1993. 301 p. ISBN 972-40-0612-3.
- **A Nova Ordem Económica Internacional: (Oração de Sapiência).** Porto : Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1993.
- **O Direito Internacional Público: A Sociedade Internacional: Composição, Organização e Domínio.** Lisboa : A. A. F. D. L., 1993.
- CUNHA, J. da Silva e PEREIRA, Maria da Assunção do Vale - **Textos de Direito Internacional.** 1ª ed. Porto : Centro de Cópias António Silva Lemos, 1991. Manuais da Universidade Portucalense - Infante D. Henrique.
- **Textos de Direito Internacional.** 2ª, reimp. ed. Porto : Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1997.
- **Manual de Direito Internacional Público.** Coimbra : Livraria Almedina, 2000. ISBN 972-40-1301-4.
- CUNHA, J. M. da Silva e PEREIRA, André Gonçalves - **Textos de Direito Internacional.** 2ª ed. Porto : Universidade Portucalense, Departamento de Publicações, 1990. Manuais da Universidade Portucalense - Infante D. Henrique.
- CUYVERS, Luc - **Ocean Uses and their Regulation.** New York, Chichester, Brisbane, Toronto, Singapore : John Wiley & Sons, 1984. ISBN 0-471-88676-9.
- DAILLIER, Patrick - Les Communautés Européennes et le Droit de la Mer. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXIII: (1979), p. 417-473.
- L'évolution du droit international des activités maritimes et les progrès du droit communautaire depuis 1982. Revue Trimestrielle de Droit Européen. 32^e Année: 3, (Juillet-Septembre 1987), p. 467-480.
- DAILLIER, Patrick, DINH, Nguyen Quoc e PELLET, Alain - **Direito Internacional Público.** Tradução de COELHO, Vítor Marques e Revisão de GOUVEIA, Mª Irene e SANTOS,

- Filipe Delfim a partir do original de 1992. 4ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. ISBN 972-31-0855-0.
- DALTON, Jane Gilliland - The Chilean Mar Presencial: A Harmless Concept or a Dangerous Precedent? International Journal of Estuarine and Coastal Law. London: Graham & Trotman/Martinus Nijhoff. ISSN 0927-3522. Vol. 8, number 3: (1993), p. 397-418.
- DAVIDSON, J. Scott - New Zeland - United Nations Convention on the Law of the Sea Act 1996. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Kluwer Law International. ISSN 0927-3522. 12, number 3: (1997), p. 404-412.
- DAVIDSON, Karen - Resolution and Agreement Relating to the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: A General Assessment. Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV). Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 290-297.
- DECAUX, Emmanuel - L'Accord Anglo-Irlandais de Délimitation du Plateau Continental. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXVI: (1990), p. 756-776.
- DECLARACION De Estados Latinoamericanos Sobre El Derecho Del Mar - Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Rio de Janeiro - Brasil: Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Ano XXVII: n^{os} 53-54, (Janeiro-Dezembro,1971), p. 127-128.
- DEHAUSSY, J. - Travaux de la Commission du Droit International des Nations Unies. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. I: (1955), p. 364-370.
- Travaux de la Commission du Droit International. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XII: (1966), p. 327-335.
- DELUPIS, Ingrid - Foreign warships and Immunity for Espionage. American Journal of International Law. New York: American Society of International Law. (1984), p. 53-75.
- DEVAUX-CHARBONNEL, Jean - Le Régime Juridique de la Recherche et de l'Exploitation du Pétrole dans le Plateau Continental. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. II: (1956), p. 320-333.
- DÍAZ MÜLLER, Luis - La Comisión Marítima Tripartita del Pacífico Sur, las 200 Millas, y el Patrimonio Común de la Humanidad. Boletín Mexicano de Derecho Comparado.

- México: Instituto de Investigaciones Jurídicas. Universidad Nacional Autónoma de México. ISBN 0041-8633. 57: Año XIX, (Septiembre-Diciembre de 1986), p. 921-927.
- DIDIER, Le Morvan, LEBULLENGER, Joël (Dir.) - **La Communauté Européenne et la Mer**. Préface: Daniel VIGNES. Paris : Economica, 1990.
- DIEZ DE VELASCO, Manuel - **Instituciones de Derecho Internacional Público**. Novena ed. Madrid : Tecnos, 1991. ISBN 84-309-2095.
- **Las Organizaciones Internacionales**. 9ª ed. Madrid : Tecnos, 1995. ISBN 84-309-2759-X.
- **Las Organizaciones Internacionales**. 11ª ed. Madrid : Tecnos, 1999. ISBN 84-309-3451-0.
- **Instituciones de Derecho Internacional Público**. 13ª ed. Madrid : Tecnos, 2001. ISBN 84-309-3737-4.
- DINH, Nguyen Quoc, DAILLIER, Patrick e PELLET, Alain - **Direito Internacional Público**. Tradução de COELHO, Vítor Marques e Revisão de GOUVEIA, Mª Irene e SANTOS, Filipe Delfim a partir do original de 1992. 4ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. ISBN 972-31-0855-0.
- DJALAL, Hasjim - A Southeast Asian Perspective. In PONTECORVO, Giulio (Ed.) - *The New Order of the Oceans*. New York: Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5, p. 199-216.
- DJENA, Cyr, WEMBOU, Michel - L'Afrique et le Droit International de la Mer. African Yearbook of International Law. Dordrecht, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers. ISSN 1380-7412. 1: (1993), p. 147-179.
- DOCUMENTS - Accord, relatif à l'application de la partie XI de la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer du 10 Décembre 1982 - New York, 29 juillet 1994. Revue Générale de Droit International Public. Paris: A. Pedone. 98 - 3: (1994), p. 837-855.
- DOCUMENTS - Convention portant création du Programme régional océanien de l'environnement (P.R.O.E.). Apia, 16 juin 1993. Revue Générale de Droit International Public. Paris: A. Pedone. 98 -1: (1994), p. 277-284.
- DOCUMENTS - Résolution 48/263 - 28 juillet 1994. Accord relatif à l'application de la partie XI de la Convention des Nations Unies sur le droit de la mer du 10 décembre 1982. Revue Générale de Droit International Public. Paris: A. Pedone. 98 - 3: (1994), p. 856-857.
- DÖLL, Bernhard - Elements of a Regime of the Ocean Floor. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 22: 4, (1971), p. 389-403.

- DOTINGA, Harm M. and SOONS, Alfred H. A. - The Netherlands and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Member States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 365-426.
- DOUAY, Claude - Le Droit de la Mer et la Préservation du Milieu Marin. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXIV: (1980), p. 178-215.
- Le Droit de la Mer et la Préservation du Milieu Marin. In BARDONNET, Daniel et VIRALLY, Michel - *Le Nouveau Droit International de la Mer*. Paris: Éditions A. Pedone, 1983. ISBN 2-233-00121-4, p. 231-267.
- DUBNER, Barry Hart - **The Law of International Sea Piracy**. The Hague/Boston/London : Martinus Nijhoff Publishers, 1980. ISBN 90-247-2191-1.
- DUBS, Marne A. - Minerals of the Deep Sea Myth and Reality. In PONTECORVO, Giulio (Ed.) - *The New Order of the Oceans*. New York: Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5, p. 85-121.
- DUPUIS, Charles - Liberté des Voies de Communications - Relations Internationales. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Paris: Librairie Hachette. 2: (1924), p. 129-218.
- DUPUY, Pierre-Marie - **Droit International Public**. Paris : Éditions Dalloz-Sirey, 1992.
- DUPUY, René-Jean - Communauté International et Disparités de Développement. Cours général de droit international public. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2627-1. 165 - IV: (1979), p. 9-232.
- Introduction du sujet e Conclusions du Colloque. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: René-Jean DUPUY. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 11-12 e 419-425.
- The Notion of Common Heritage of Mankind Applied to the Seabed. In ROZAKIS, Christos L. and STEPHANOU, Constantine A. (Eds.) - *The New Law of the Sea*. Amsterdam - New York - Oxford: Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1983. ISBN 0-444-86804-6, p. 199-208.
- La Zone, Patrimoine Commun de l'Humanité. In DUPUY, Rene-Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 499-505.

- **L'humanité dans l'imaginaire des Nations: Conférences, essais et leçons du Collège de France.** France : Julliard, 1991. ISBN 2-260-00702-3.
 - **O Direito Internacional.** Tradução de CRUZ, Clotilde. Coimbra : Livraria Almedina, 1993. ISBN 972-40-0726-X.
 - Humanité et Environnement. Annuaire de Droit Maritime et Aéro-Spatial - Études en Hommage au Professeur Mircea Mateesco-Matte. Nantes: Centre de Droit Maritime et Aérien - Université de Nantes. ISSN 0297-7508. Tome XII: (1993), p. 493-496.
- DUPUY, René-Jean (Ed.) - **The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea.** The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6.
- DUPUY, R.-J., BETTATI, M., BOTTINI, R. de, ISOART, P., RIDEAU, J., SORTAIS, J.-P., TOUSCOZ, J., ZARB, A.-H. - **La Souveraineté au XX^e Siècle.** Paris : Librairie Armand Colin, 1971. Collection U. Série "Relations et institutions internationales" - dirigée par R.-D. DUPUY.
- DUPUY, René-Jean et VIGNES, Daniel (Ed.) - **Traité du Nouveau Droit de la Mer.** Paris-Bruxelles : Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X 2-8027-0341-2.
- DUPUY, René-Jean e VIGNES, Daniel (Eds.) - **A Handbook on the Law of the Sea.** Dordrecht / Boston / Lancaster : Martinus Nijhoff Publishers, 2 Vol. 1991-1993. ISBN 0-7923-0924-3.
- DUTHEIL DE LA ROCHERE, Jacqueline - Les réactions de l'O.M.C.I. au désastre de l'Amoco Cadiz. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXIV: (1978), p. 755-771.
- EDWIN GLASER, L.L.D. - International Cooperation for the Exploitation for Peaceful Purposes of the Natural Resources of the Sea-Bed and the Ocean Floor, and the Subsoil Thereof. Revue Roumaine d'Études Internationales. Bucarest: Association de Droit International et de Relations Internationales de la République Socialiste de Roumanie. 1-2: (1967), p. 58-87.
- EIRIKSSON, Gudmundur - The Working Methods of the International Tribunal for the Law of the Sea. In NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton (Eds.) - *Oceans Policy. New Institutions, Challenges and Opportunities.* The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. ISBN 90-411-1182-4, p. 111-131.

- EISEMANN, Pierre Michel - **La Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer (10 décembre 1982)**. Paris : La Documentation française, 1983. Notes et Études Documentaires, n^{os} 4 703 - 4 704.
- EITEL, Tono - The Law of the Sea Tribunal: Its Status and Scope of Jurisdiction after November 16, 1994 - Comment. Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV). Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 452-456.
- ENGO, Paul Bamela - An Evaluation of the Deep Seabed Mining Controversy. In BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - *Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea*. Honolulu: The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2, p. 21-37.
- ERICKSON, Richard J. - **International Law and the Revolutionary State: A Case Study of the Soviet Union and Customary International Law**. Leiden : A. W. Sijthoff, 1972. ISBN 90-236-0342-5.
- ESSEN, Alfred Van Der - La Belgique et le Droit de la Mer. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles. (Année 1975), p. 103-119.
- La Belgique et la Convention de 1982. La III^e Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer (1973-1982). Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XXVIII: 1, (1995), p. 46-55.
- EUSTACHE, François - Le fond des mers et le droit des gens. Journal du Droit International. Paris: Editions Techniques S.A. 97^e Année: 4, (Octobre-Novembre-Décembre 1970), p. 844-897.
- EVANS, Malcolm D. - Delimitation and the Common Maritime Boundary. The British Year Book of International Law. Oxford: At the Clarendon Press. ISBN 0-19-825447-4. LXIV: (1993), p. 283-332.
- EVRIPIADES, Euripides L. - The Third World's Approach to the Deep Seabed. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 11, number 3-4: (1982), p. 201-264.
- FAUCHILLE, Paul - **Traité de Droit International Public: Paix**. Huitième ed. Paris : Librairie Arthur Rousseau, 1925.
- FAWCETT, J. E. S. - General Course on Public International Law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. ISBN 90- 286-0052-3. 132 - I: (1971), p. 369 e s..

- FAY, François-Michel - La Nationalité des Navires. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXVII: (1973), p. 1007-1080.
- FELDMAN, Mark B. and COLSON, David - The Maritime Boundaries of the United States. American Journal of International Law. New York: American Society of International Law. 75: (1981), p. 729-763.
- FERNANDES, José Barahona - Perspectivas da Investigação e Exploração do Mar. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa. Série 94^a: 1-3, 4-6, (Janeiro-Março, Abril-Junho - 1976), p. 7-21.
- FIDELL, Eugene R. - Hot Pursuit from a Fisheries Zone. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 70: (1976), p. 95-101.
- FILARDI, Linda - Canadian Perspectives on Seabed Mining: The Case of the Production Limitation Formula. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 13, number 4: (1984), p. 457-479.
- FISCHER, Georges - La Souveraineté sur les Ressources Naturelles. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. VIII: (1962), p. 516-528.
- La Conférence d'Examen du Traité sur la Dénucléarisation des Fonds Marins. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 809-819. XXIII: (1977).
 - Note sur la Deuxième Conférence d'Examen du Traité sur la Dénucléarisation des Fonds Marins. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXIX: (1983), p. 639-645.
- FITSCHEN, Thomas - Common Heritage of Mankind. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.), - *United Nations: Law, Policies and Practice*. New, Revised English Edition. Dordrecht / London / Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 0-7923-2717-9, p. 149-159.
- FITZMAURICE, Gerald - The General Principles of International Law. Considered from the standpoint of the rule of law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff, 1957. p. 5-227.
- FLEISCHER, Carl August - La Pêche. In DUPUY, Rene-Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelle: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 819-956.

-
- The New Regime of Maritime Fisheries. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 0-7923-0323-7. 209 - II: (1988), p. 99-222.
- The Relationship Between the International Court of Justice and the Newly Created International Tribunal for the Law of the Sea. In FROWEIN, Jochen A. and WOLFRUM, Rüdiger (Eds.) - *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. London / The Hague / Boston: Kluwer Law International, 1997. ISBN 9041107002, p. 327-333.
- FODERS, Federico - International Organizations and Ocean Use: The Case of Deep-Sea Mining. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 20, number 5: (1989), p. 519-530.
- FONTAUBERT, Charlotte de - The United Nations Conference on Straddling Fish Stocks and Highly Migratory Fish Stocks: Another Step in Implementation of the Law of the Sea Convention. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996. ISBN 0-226-06615-0, p. 82-91.
- FRANCHX, Erik - Coastal State Jurisdiction with Respect to Marine Pollution - Some Recent Developments and Future Challenges. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman Limited. ISSN 0927-3522. 10: 2, (May - 1995), p. 253-280.
- Belgium and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Members States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 37-96.
- FRANCK, Thomas M. - An international regime for the seabed beyond national jurisdiction. Conference of Soviet and American Jurists on the Law of the Sea and the Protection of the Marine Environment. Georgia Journal of International & Comparative Law. 6: 1, (1976), p. 151-179.
- FRANK, R. - The Law of the Sea Treaty: the Relevance of Non - Participation by the United States. In CONSTANTOPOULOS, D. S. (Dir.) - *THESAURUS ACROASIMUM*. Thessaloniki: The Institute of Public International Law and International Relations of Thessaloniki, 1991, p. 371-400.
- FRANK, Richard A. - Protection of marine environment from pollution. Conference of Soviet and American Jurists on the Law of the Sea and the Protection of the Marine Environment. Georgia Journal of International & Comparative Law. 6: 1, (1976), p. 73-91.

- FRASER, Douglas e KIRSCH, Philippe - The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years: Review and Prospects. The Canadian Yearbook of International Law. Vancouver, B. C.: University of British Columbia Press. ISSN 0069-0058. XXVI: (1989), p. 119-153.
- FREESTONE, David and MANGONE, J. Gerard - The Law of the Sea Convention: Unfinished Agendas and Future Challenges. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0927-3522. 10, number 2: (May 1995), p. IX-XIII.
- FRENCH, Gregory - Joint Ventures for Deep Seabed Mining Operations - Comment. Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV). Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 339-347.
- Proposed Revision Of Part XI: Current Changes and Future Considerations. In NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 145-150.
- FRIEDMANN, W. - General Course in Public International Law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. 127 - II: (1969), p. 41 e s..
- FROWEIN, Jochen A. - Reactions by not Directly Affected States to Breaches of Public International Law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-411-0164-0. 248 - IV: (1994), p. 351 e s..
- FROWEIN, Jochen A. and WOLFRUM, Rüdiger (Eds.) - **Max Planck Yearbook of United Nations Law**. London / The Hague / Boston: Kluwer Law International, 1998. ISBN 904119665X.
- GAJA, Giorgio - *IUS COGENS* Beyond the Vienna Convention. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2778-2. 172 -III: (1981), p. 271-316.
- GALDORISI, George - An Operational Perspective on the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 29, number 1: (1998), p. 73-84.
- The United Nations Convention on the Law of the Sea: A National Security Perspective. American Journal of International Law. Washington The American Society of International Law: The American Society of International Law. 89 n° 1: (1995), p. 208-213.

- The United States and the Law of the Sea: A Window of Opportunity for Maritime Leadership. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 26: (1995), p. 75-83.
- GALDORISI, George e STAVRIDIS, Jim - Time to Revisit the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 24: (1993), p. 301-315.
- GALLOIS, Pierre M - Maastricht et la Mer. Annuaire de Droit Maritime et Aéro Spatial - Études en Hommage au Professeur Mircea Mateesco-Matte. Nantes: Centre de Droit Maritime et Aérien - Université de Nantes. ISSN 0297-7508. XII: (1993), p. 497-506.
- GALORIS, George e WESTPORT, Kevin Vienne - **Beyond the Law of the Sea : New Directions for U. S. Oceans Policy**. London : Praeger, 1997.
- GAMBLE, John - Lessons from the First Decade of the UN Convention on the Law of the Sea: Reservations and Progress towards Entry into Force. *In* MACDONALD, Ronald St. John (Ed.) - *Essays in Honour of Wang Tieya*. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1994. ISBN 0-7923-2469-2, p. 333-346.
- GAMBLE, John King , Jr. - Where Trends the Law of the Sea? Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 10, numbers 1-2: (1981/2), p. 61-91.
- GAME DE FONTBRUNE, Valérie - L'Enregistrement des Investisseurs Pionniers. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pédone. LXXXXI: (1987), p. 881-914.
- GANZ, David L. - The United Nations and the Law of the Sea. The International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative Law. 26: (Jan. 1997), p. 1-53.
- GAO, Zhiguo - China and the LOS Convention. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-587 X. 15, number 5: (May 1991), p. 199- 209.
- GARCIA AMADOR, F. V. - **The Exploitation and Conservation of the Resources of the Sea. A Study of Contemporary International Law**. Second and enlarged ed.. Leyden : A. W. Sythoff, 1959.
- GARCIA ARIAS, Luis - Historia del Principio de la Libertad de los Mares. Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela: E. U. C. 45-46: (1945), p. 97-176.

- GARCÍA ROBLES, Alfonso - The Second United Nations Conference on the Law of the Sea - A Reply. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 55, (1961), p. 669-675.
- GARZON CLARIANA, Gregorio - L'Union Européenne et la Convention de 1982 sur le Droit de la Mer. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XXVIII: 1, (1995), p. 36-45.
- GAUTIER, Philippe - De 1982 à 1994 : les Étapes d'une Modification «Singulière». Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XXVIII: 1, (1995), p. 56-77.
- Le Plateau Continental de la Belgique et sa Délimitation. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XXVIII: 1, (1995), p. 108-122.
- GEAMANU, Grigore - «Jus Cogens» en Droit International Contemporain. Revue Roumaine d'Études Internationales. Bucarest: Association de Droit International et de Relations Internationales de la République Socialiste de Roumanie. 1-2: (1967), p. 87-103.
- GELBERG, Ludwik - The Freedom of the Seas: Common Heritage of Mankind. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: René-Jean DUPUY. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 329-335.
- GHERARI, Habib - L'Accord du 4 Aout 1995 sur les Stocks Chevauchants et les Stocks de Poissons Grands Migrateurs. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. 100 - 2: (1996), p. 367-390.
- GIARDINA, Andrea - L'International Sea-Bed Authority: verso un nuovo Esperimento di Organizzazione Internazionale. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LIX: 2, (1976), p. 247-267.
- GIDEL, Gilbert - **Le Droit International Public de la Mer: Le Temps de Paix. Tome I - Introduction - La Haute Mer**. Paris : Librairie Edouard Duchemin, 1981.
- GIULIANO, Mario, SCOVAZZI, Tullio, TREVES, Tullio - **Diritto Internazionale: Gli Aspetti Giuridici Della Coesistenza Degli Stati**. Seconda Edizione ed. Milano : Dott. A. Giuffrè Editore, 1983. ISBN 88-14-03149-5.
- GIULIANO, Mario, SCOVAZZI, Tullio, TREVES, Tullio - **Diritto Internazionale: parte generale**. Milano : Giuffrè, 1991. ISBN 88-14-02950-4.

- GOLDIE, L. F. E. - Recognition And Dual Nationality - A Problem Of Flags Of Convenience. The British Year Book of International Law. London, New York, Toronto: Oxford University Press. XXXIX: (1963), p. 220-283.
- Two Neglected Problems in Drafting Regimes for Deep Ocean Resources. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 64: (1970), p. 905-919.
- GOLDWIN, Robert A. - Le Droit de la Mer : Sens Commun contre "Patrimoine Commun". Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. 89: 3, (1985), p. 719-739.
- GOMEZ ROBLEDO, Antonio - Le *JUS COGENS* International: sa genèse, sa nature, ses fonctions. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2778-2. 172 - III: (1981), p. 13-217.
- GÓMEZ-ROBLEDO VERDUZCO, Alonso - Régimen Jurídico de la Investigación Científica Marina. Boletín Mexicano de Derecho Comparado. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas - Universidad Nacional Autónoma de México. ISBN 0041-8633. 57: Año XIX, (Septiembre-Diciembre de 1986), p. 929-943.
- GONÇALVES, Maria Eduarda - L'Apport du Projet de Convention sur le Droit de la Mer à la Réalisation de l'Intérêt de l'Humanité dans le Domaine du Transfert de Technologies. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 359-370.
- Le Portugal et le Droit de la Mer. In TREVES, Tullio (Ed.), - *The Law of the Sea. The European Union and its Member States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 427-448.
- GÖRALCZYK, Wojciech - The International Sea-Bed Authority. Polish Yearbook of International Law. Warszawa: Polish Academy of Sciences. Institute of State And Law. ISSN 0554-498X. XII: (1983), p. 77-93.
- Responsibility of States for Activities Carried out in the International Sea-Bed Area. In CONSTANTOPOULOS, D. S. (Dir.) - *THESAURUS ACROASIMUM*. Thessaloniki: The Institute of Public International Law and International Relations of Thessaloniki, 1993, p. 73-104.

- GOTLIEB, A. E. - The Impact of Technology on the Development of Contemporary International Law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2645-x. 170 - I: (1981), p. 119 e s..
- GOUVEIA, Jorge Bacelar - **O Direito de Passagem Inofensiva no Novo Direito Internacional do Mar**. Lisboa : Lex - Edições Jurídicas, 1993.
- GOY, Raymond - Le Règlement de l'Affaire des Pêcheries Islandaises. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXII: (1978), p. 434-534.
- L'Épave Titanic et le Droit des Épaves en Haute Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXV: (1989), p. 652-753.
- Les Sources du Droit et la Convention: Droit Conventionnel et Droit Coutumier. *In* SOCIETE FRANÇAISE POUR LE DROIT DE LA MER - COLLOQUE DE ROUEN - *Perspectives du Droit de la Mer à l'Issue de la 3^e Conférence des Nations Unies*. Paris: Éditions A. Pedone, 1984. ISBN 2-233-00135-4, p. 3- 56.
- GOYARD, Claude - L'Affaire du «Santa-Maria». Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXVI: (1962), p. 123-142.
- GRIEF, Nicholas - **Public International Law in the Airspace of the High Seas**. Dordrecht/Boston/London : Martinus Nijhoff Publishers, 1994. ISBN 0-7923-2725-X.
- GROLIN, Jesper - The Future of the Law of the Sea: Consequences of a Non-Treaty or Non-Universal Treaty Situation. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 13, number 1: (1983), p. 1-31.
- GROSSE, Laurent - Racines Historiques et Fondements Contemporains des Normes Impératives (Jus Cogens) dans la Théorie et la Pratique du Droit International. Revue de droit International de Sciences Diplomatiques et Politiques (The International Law Review). Genève: C. I. Heinbach. Soixante-treizième année, Janvier-Mars, 1995, n° 1, p. 225-250.
- GUEDES, Armando M. Marques - **Direito do Mar**. 2ª ed. Coimbra : Coimbra Editora, 1998. ISBN 972-32-0829-6.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva - Teorias sobre o Direito Internacional. Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Rio do Janeiro: Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Ano XIII - n^{os} 25 e 26: (Jan./Dez. 1957), p. 81-101.

- GUGGENHEIM, Paul - La Validité et la Nulité des Actes Juridiques Internationaux. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Paris: Recueil Sirey. 74 - I: (1949), p. 190 e s..
- GUTIÉRREZ ESPADA, Cesáreo - **Derecho Internacional Público**. Madrid : Editorial Trotta, S.A., 1995. Colección Estructuras y Procesos / Serie Derecho. ISBN 84-8164-062-X.
- GUTTERIDGE, J. A. C. - The 1958 Geneva Convention on the Continental Shelf. The British Year Book of International Law. London, New York, Toronto: Oxford University Press. XXXV: (1959), p. 102-123.
- HAFNER, Gerhard - Austria and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Members States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 27-36.
- HAGE, Robert - Canada and the Law of the Sea. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-59 X. 8, number 1: (January 1984), p. 1-15.
- HAGUE Academy Of International Law - **The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea: Workshop, the Hague, 29-31 October 1981**. Edited by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London : Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6.
- HAHM, Pyong-Choon - A Korean Perspective on the Law of the Sea. Korea & World Affairs, A Quarterly Review. Seoul: Research Center for Peace and Unification of Corea. 6, number 3: (1982), p. 389-401.
- HAILBRONNER, Kay - Freedom of the Air and the Convention on the Law of the Sea. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 77: (1983), p. 490-520.
- HALBERSTAM, Malvina - Terrorisme on the High Seas: the Achille Lauro, Piracy and the IMO Convention on Maritime Safety. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 82: 2, (1988), p. 269-310.
- HALL, Edwin K. - United States Senate Advice and Consent Regarding the Law of the Sea Convention: the Role of the Committee on Foreign Relations. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 283-287.

- HANKEY, Blair and LEGAULT, L. H. - From Sea to Seabed: The Single Maritime Boundary in the Gulf of Maine Case. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 79: 4, (1985), p. 961-991.
- HANSEATICUS, H. - Le Tribunal International du Droit de la Mer est en Place. In CERDAM, UNIVERSITE DE NICE-SOPHIA ANTIPOLIS. Espaces et Ressources Maritimes. Paris: Éditions A. Pedone, 1996. ISBN 2-233-00318-7, p. 1-5.
- HANSEN, Edward D. and ROYCE, William F. - Food Fishery Policies in the Western United States. Washington Law Review. Washington: Washington Law Review Association. XLIII: (1967-1968), p. 231-267.
- HAQUANI, Zalmai - La Participation des Pays sans Littoral à l'Exploitation des Ressources de la Zone Économique Exclusive. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: René-Jean DUPUY. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 257-279.
- HARDERS, J. Enno - Deep Sea-Bed Mining and the Protection of the Environment: Developments in Pollution Control, Responsibility and Liability. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 431-454.
- HARDY, Michael - Decision Making at the Law of the Sea Conference. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles. (Année 1975), p. 442-474.
- The Law of the Sea and the Prospects for Deep Seabed Mining: The Position of the European Community. Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320 Coden: Odila. 17, number 4: (1986), p. 309-323.
- HARGROVE, John Lawrence - Settlement of disputes under the law of the ocean use, with particular reference to environmental protection. Conference of Soviet and American Jurists on the Law of the Sea and the Protection of the Marine Environment. Georgia Journal of International & Comparative Law. 6: 1, (1976), p. 181-196.
- HARTINGH, France De - La Position Française a l'Égard de la Convention de Genève sur le Plateau Continental. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XI: (1965), p. 725-734.

- HARVEY, D. Michael - Senate Action on the Law of the Sea Convention. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.). - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 279-281.
- HASSAN, Ibne - Pakistan and the Third United Nations Conference on the Law of the Sea. Pakistan Horizon. Karachi: The Pakistan Institute of International Affairs. XLI: (1988), p. 41 e s..
- The Role of Pakistan at the Third United Nations Conference on the Law of the Sea. In CONSTANTOPOULOS, D. S. (Dir.) - *THESAURUS ACROASIMUM*. Thessaloniki: The Institute of Public International Law and International Relations of Thessaloniki, 1991, p. 559-570.
- HAYASHI, Moritaka - Japan and Deep Seabed Mining. Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. Coden: Odila. 17, number 4: (1986), p. 351-365.
- Registration of the First Group of Pioneer Investors by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 20, number 1: (1989), p. 1-33.
 - The Management of Transboundary Fish Stocks under the LOS Convention. International Journal of Estuarine and Coastal Law. London: Graham & Trotman/Martinus Nijhoff. ISSN 0927-3522. Vol. 8, number 2: (1993), p. 245-261.
 - Activities Linked to the Entry into Force of the United Nations Convention on the Law of the Sea. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman. ISSN 0927-3522. 9, number 1: (1994), p. 261-265.
 - United Nations Conference on Straddling Fish Stocks and Highly Migratory Fish Stocks: An Analysis of the 1993 Sessions. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994. ISBN 0-226-06614-2, p. 20-45.
 - Prospect for Universal Acceptance of the Part XI Agreement. Georgetown International Environmental Law Review. Georgetown: Georgetown University Law Center. ISSN 1042-1858. VIII, n. 1: (1995), p. 687-708.
 - The Role of the Secretary-General under the LOS Convention and the Part XI Agreement. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman Limited. ISSN 0927-3522. 10: 2, (May - 1995), p. 157-164.

- HEILBORN, Paul - Les Sources du Droit International. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Paris: Librairie Hachette. 11 - I: (1926), p. 5-63.
- HENKIN, Louis - International Law and "the Interests": the Law of the Seabed. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 63: (1969), p. 504-510.
- International Law: Politics, Values and Functions. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 0-7923-1048-9. 216 - IV: (1989), p. 9-416.
 - General Course on Public International Law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1989. ISBN 0-7923-1048-9.
- HERRERA CACERES, H. Robert - **En Defensa del "Patrimonio Comun de la Humanidad"**. Honduras : Editorial Universitaria, 1982.
- La Sauvegarde du Patrimoine Commun de l'Humanité. *In* Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 125-134.
- HESSE, PH. J., [et al.] - **Droits Maritimes - Tome I - Mer, Navire et Marins**. Lyon / Paris : Les Editions Juris Service, 1995. ISBN 2 907 648 77-2.
- HEY, Ellen and NOLLKAEMPER, André - Implementation of the LOS Convention at Regional Level: European Community Competence in Regulating Safety and Environmental Aspects of Shipping. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman Limited. ISSN 0927-3522. 10: 2, (May - 1995), p. 281- 300.
- HIGGINS, A. Pearce - Le Régime Juridique des Navires de Commerce en Haute Mer en Temps de Paix. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Paris: Librairie Hachette. 30 - V: (1929), p. 5 e s..
- HIGGINS, Rosalyn - International Law and the Avoidance, Containment and Resolution of Disputes. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/ Boston/ London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 0-7923-2472-2. 230 - V: (1991), p. 13 e s..
- HILDRETH, Richard G. - Legal Regimes for Seabed Hard Mineral Mining: Evolution at the Federal and State Levels. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 20, number 2: (1989), p. 141-156.

- HURST, Cecil - Whose is the bed of the sea? The British Year Book of International Law. London, New York, Toronto: Oxford University Press. IV - 1923-24, p. 34-43.
- HUTCHINSON, D. N. - The Concept of Natural Prolongation in the Jurisprudence concerning Delimitation of Continental Shelf Areas. The British Year Book of International Law. Oxford: At the Clarendon Press. ISSN 0068-2691 ISBN 0-19-825520-9. 55: (1984), p. 133-187.
- The Seaward Limit to Continental Shelf Jurisdiction in Customary International Law. The British Year Book of International Law. Oxford: At the Clarendon Press. ISSN 0068-2691 ISBN 0-19-825547-0. 56: (1985), p. 111-188.
- I. A. SHEARER, H. M., S. J. O. - Australia and the International Law of the Sea. Archiv des Völkerrechts. Germany: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck) Tübingen. 24: (1986), p. 22-40.
- IBRAHIM, Nabil Moustafa - The Preparatory Commission of the International Sea-Bed Authority and the Future Exploitation of Sea-Bed Resources. In *Annuaire de AAA. Ressources Naturelles en Droit International*. Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1984/85/86. ISBN 90-247-3469-X, p. 54-62.
- IGUACHI, Takeo - Perspectives on Proposed Revisions in Part XI. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 133-143.
- IOANNOU, Krateros M. - Some Preliminary Remarks on Equity in the 1982 Convention on the Law of the Sea. In ROZAKIS, Christos L. and STEPHANOU, Constantine A. (Eds.) - *The New Law of the Sea*. Amsterdam - New York - Oxford: Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1983. ISBN 0-444-86804-6, p. 97-106.
- ISASCA, Frederico - **Estados Interiores e o Direito do Mar**. Lisboa : Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1988.
- ISOART, P., BETTATI, M., BOTTINI, R. de, DUPUY, R.-J., RIDEAU, J., SORTAIS, J.-P., TOUSCOZ, J., ZARB, A.-H. - **La Souveraineté au XX^e Siècle**. Paris : Librairie Armand Colin, 1971. Collection U. Série "Relations et institutions internationales" - dirigée par R.-D. DUPUY.
- ITLOS - International Tribunal for the Law of the Sea (ITLOS) - Election of the Members of the Tribunal. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman/Martinus Nijhoff. ISSN 0927-3522. 12, number 1: (1997), p. 97-98.

- JACOBSSON, Marie - Sweden and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Member States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 495-520.
- JACQUES, Thierry G. - La Pratique Belge et le Droit de la Mer : la Protection de l'Environnement Marin. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XXVIII: 1, (1995), p. 127-146.
- JAENICKE, Günther - Die Dritte Seerechtskonferenz der Vereinten Nationen. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 38: (1978), p. 438-511.
- Joint Ventures for Sea-Bed Activities: A Viable Alternative. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 165-173.
 - Dispute Settlement under the Convention on the Law of the Sea. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 43: (1983), p. 813-827.
 - Joint Ventures for Deep Seabed Mining Operations. Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV). Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 329-338.
- JAGOTA, S. P. - Maritime Boundary. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2733-2. 171 - II: (1981), p. 85-223.
- Les Fonds Marins Au-Dela des Limites des Juridictions Nationales. In BEDJAOUI, Mohamed - *Droit International*. Paris: Éditions A. Pedone, Unesco, 1991. ISBN Pedone- 2-233-00221-0 Unesco- 92-3-202717-8, p. 977-1011.
 - The Seabed Outside the Limits of National Jurisdiction. In BEDJAOUI, Mohammed (ED.) - *International Law: Achievements and Prospects*. Dordrecht/Paris: Martinus Nijhoff Publishers/Unesco, 1991. ISBN 92-3-102716-6, p. 915-945.
 - Asia and the Developments in the Law of the Sea: 1983-1992. In MACDONALD, Ronald St. John (Ed.) - *Essays in Honour of Wang Tieya*. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1994. ISBN 0-7923-2469-2, p. 367-390.

- JANSOONE, Roeland - La Pratique Étatique Belge et la Zone Économique Exclusive (ZEE). Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XXVIII: 1, (1995), p. 93-107.
- JARMACHE, Elie - La Résolution II de l'Acte Final de la 3^{ème} Conférence des Nations-Unies sur le Droit de la Mer. Espaces et Ressources Maritimes. Paris: Université de Nice - Cerdam. Éditions A. Pedone, 1988. ISBN 213-041-999-2, p. 16-38.
- Réflexion sur une Politique Marine Européenne : A Propos de Quelques Initiatives Récentes. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. ISBN 2-233-00243-1. N° 6: (1992), p. 1-8.
- JAYAKUMAR, Shanmugam and KOH, Tommy T. B. - Negotiating Process of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea. In NORDQUIST, Myron H. (Ed.) - *United Nations Convention on the Law of the Sea 1982 - A Commentary*. Dordrecht/Boston/Lancaster: Center for the Oceans Law and Policy - Martinus Nijhoff Publishers, 1985. ISBN 90-247-3145-3, p. 29-134.
- JEANNEL, Roger - Le Régime en Haute Mer de la Pêche des Espèces se Trouvant aussi dans une Zone Économique Exclusive. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. ISBN 2-233-00243-1. N° 6: (1992), p. 122-127.
- Les Grands Compromis de la Conférence. In SOCIÉTÉ FRANÇAISE POUR LE DROIT DE LA MER - COLLOQUE DE ROUEN - *Perspectives du Droit de la Mer à l'Issue de la 3^e Conférence des Nations Unies*. Paris: Éditions A. Pedone, 1984. ISBN 2-233-00135-4, p. 69-82.
- JENISCH, UWE - Marine Pollution : an International Problem. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 23: 2, (1972), p. 205-215.
- Problems of the 3rd UN Law of the Sea Conference. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 25: 2, (1974), p. 192-201.
 - The State of the UN Law of the Sea Conference. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 27: 4, (1976), p. 421-439.
 - Law of the Sea Conference before Session 7. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 29: 1, (1978), p. 46-64.
 - Law of the Sea Conference Before Session 8. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 30: 1, (1979), p. 40-61.

-
- UN Law of the Sea Conference before Session 9. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 31: 1, (1980), p. 31-51.
 - The Law of the Sea Conference Before Its Tenth Session. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 32: 1, (1981), p. 15-28.
 - The UN Law of the Sea Conference Before its 11th Session. Aussen Politik. Hamburg: Interpress/ÜberseeVerlag GmbH. ISSN 0004-8194. 33, number 4, p. 59-73.
 - The New Law of the Sea Convention - German Views. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 33: 3, (1982), p. 253-272.
 - The Signing of the Law of the Sea Convention. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 34: 2, (1983), p. 171-184.
 - The Arctic Ocean and the New Law of the Sea. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 35: 2, (1984), p. 199-218.
 - The Sea-Consciousness of the Germans. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. ISSN 0004-8194. 37: 2, (1986), p. 195-207.
 - Recent Law of the Sea Development in the Baltic Sea. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. ISSN 0004-8194. 38: 4, (1987), p. 362-377.
 - The Future of the UN Law of the Sea Convention. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. ISSN 0004-8194. 39: 1, (1988), p. 46-60.
 - The North Sea - International Law of the Sea and Environmental Protection. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. ISSN 0004-8194. 40: 1, (1989), p. 76-93.
- JENNINGS, R. Y. - The Progress of International Law. The British Year Book of International Law. London, New York, Toronto: Oxford University Press. XXXIV: (1958), p. 335-355.
- General Course of International Law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde: A. W. Sijthoff. 121 - II: (1967), p. 322-605.
 - The United States Draft Treaty on the International Seabed Area - Basic Principles. The International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative law. 20 : (1971), p. 433-452.
- JESSUP, Philip C. - L'Exploitation des Richesses de la Mer. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Paris: Librairie Hachette. 29: IV, (1929), p. 401-510
- The Geneva Conference on the Law of the Sea: a study in international law-making. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 52: (1959), p. 730-733.

JIMÉNEZ ARÉCHAGA, E. - General Course in Public International Law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Netherlands: Sijthoff y Noordhoff, 1978. ISBN 90 286 0359 X. Chapter VIII -The Law of the Sea, p. 201-237.

- International Law in the Past Third of a Century. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Netherlands: Sijthoff & Noordhoff. ISBN 90-286-0359-X. 159 I: (1978), p. 9 e s..

JOHNSON, D. H. N., M.A., LL.B. - The Conclusion of International Conferences. The British Year Book of International Law. London, New York, Toronto: Oxford University Press. XXXV: (1959), p. 1-33.

- New Uses of International Law in the North Pacific. Washington Law Review. Washington: Washington Law Review Association. XLIII: (1967-1968), p. 77-114.

- **The International Law of Fisheries: A Framework for Policy-Oriented Inquiries**. Dordrecht - New Haven : Martinus Nijhoff Publishers - New Haven Press, 1985, 1987. ISBN 0-89838-902-X.

JONES, Ambassador William B. - The International Sea-Bed Authority Without U.S. Participation. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 12, number 3-4: (1983), p. 151-171.

JOYNER, Christopher, SCHACHTER, Oscar - **United Nations Legal Order**. 1995. ISBN 0 521 46522 2.

JOYNER, Christopher C. - Legal Implications of the Concept of the Common Heritage of Mankind. International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institut of International and Comparative Law. ISSN 0020-5893. 35: 1, (January 1986), p. 190-199.

- Antarctica and the Indian Ocean States: The Interplay of Law, Interests, and Geopolitics. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 21, number 1: (1990), p. 41-70.

- **Antarctica and the Law of the Sea**. Dordrecht/ Boston/ London : Martinus Nijhoff Publishers, 1992. ISBN 0-7923-1823-4.

- The United States and the New Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 27, number 1: (1996), p. 41-58.

- The Antarctic Treaty System and the Law of the Sea - Competing Regimes in the Southern Ocean? The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman Limited. ISSN 0927-3522. 10: 2, (May - 1995), p. 301-331.

- JOYNER, Christopher C. and MARTELL, Elizabeth A. - Looking Back to See Ahead: UNCLOS III and Lessons for Global Commons Law. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 27, number 1: (1996), p. 73-95.
- JUSTE, José - La Convention pour la Protection du Milieu Marin de l'Atlantique Nord-Est. Revue Générale de Droit International Public. Paris: A. Pedone. 97 - 2: (1993), p. 365-393.
- JUSTE RUIZ, José, CASTILLO DAUDF, Mireya - La Explotacion de la Zona de Fondos Marinos mas alla de la Jurisdiccion Nacional (el Patrimonio Comun de la Humanidad Frente a las Legislaciones Nacionales). Anuario de Derecho Internacional. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S. A. ISBN 84-313-0928-8. VII: (1983-1984), p. 65-89.
- KALINKIN, G. F. - Problems of Legal Regulation of Seabed Uses Beyond the Limits of the Continental Shelf. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane, Russak & Company, Inc. 3, number 2: (1975), p. 127-153.
- KAUFMANN, Erich - Règles Générales du Droit de la Paix. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Paris: Recueil Sirey. 54 - IV: (1935), p. 408 e s..
- KELSEN, H. - Aperçu d'une théorie générale de l'Etat. Revue du Droit Public et de la Science Politique. Paris: Marcel Giard. XXXIII: (1926), p. 561-646.
- Théorie du Droit International Public. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays Bas): A. W. Sijthoff. 84 - III: (1953), p. 1 e s..
- KIDERLEN, Hans-Joachim - The Review Provisions of the UN Law of the Sea Convention and the Powers of the Review Conference. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 319-326.
- KIMBALL, Lee - Turning Points in the Future of Deep Seabed Mining. Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. Coden: Odila. 17, number 4: (1986), p. 367-398.
- Historic steps at the Fifth Session of the Preparatory Commission. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 12, number 1: (January 1988), p. 67-70.
- KIRSCH, Philippe e FRASER, Douglas - The Law of the Sea Preparatory Commission after Six Years: Review and Prospects. The Canadian Yearbook of International Law. Vancouver, B. C.: University of British Columbia Press. ISSN 0069-0058. XXVI: (1989), p. 119-153.

- KISELEV, V. A. - The freedom of navigation and the problem of pollution of marine environment. Conference of Soviet and American Jurists on the Law of the Sea and the Protection of the Marine Environment. Georgia Journal of International & Comparative Law. 6: 1, (1976), p. 93-106.
- KISS, Alexander - La pollution du milieu marin. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 38: (1978), p. 902-932.
- La coopération pan-européenne dans le domaine de la protection de l'environnement. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXV: (1979), p. 719-725.
 - L'Etat du Droit de l'environnement en 1981: Problèmes et Solutions. Journal du Droit International. Paris: Editions Techniques S. A. (1981), p. 499-543.
 - L'Affaire de l'«Amoco Cadiz»: responsabilité pour une catastrophe écologique. Journal du Droit International. Paris: Editions Techniques S. A. (1985), p. 575-601.
 - Les Traités-Cadres: Une Technique Juridique Caractéristique du Droit International de L'Environnement. Annuaire Français de Droit International. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXIX: (1993), p. 792-797.
 - La Notion de Patrimoine Commun de l'Humanité. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2816-9. 175 - II: p. 99-256.
- KISS, Alexandre-Charles et LAMBRECHTS, Claude - L'Accord entre le Canada et les États-Unies relatif à la Qualité des Eaux dans les Grands Lacs. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISBN 2-222-01840-4. XX: (1974), p. 797-807.
- KISS, Alexandre et SICAULT, Jean-Didier - La Conférence des Nations Unies sur l'Environnement (Stockholm, 5-16 juin 1972). Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XVIII: (1972), p. 603-628.
- KLEBAN, Peter, WILSON, James A., ACHESON, James M. and METCALFE, Mark - Chaos, complexity and community management of fisheries. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 18, number 4: (April 1994), p. 291-305.
- KLEMM, Ulf-Dieter - Allgemeine Abgrenzungsprobleme verschiedener seerechtlich definierter Räume. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 38: (1978), p. 512-567.

- KNIGHT, H. Gary - International fisheries management without global agreement: United States policies and their impact on the Soviet Union. Conference of Soviet and American Jurists on the Law of the Sea and the Protection of the Marine Environment. Georgia Journal of International & Comparative Law. 6: 1, (1976), p. 119-142.
- KNOKE, Karl Hermann - Law of the Sea Conference - Geneva Session. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 26: 1-4, (1975), p. 413-433.
- KOCH, Joachim - Revision in Part XI: a necessary compromise. In NORDQUIST; Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 151-153.
- KOERS, Albert W. - Participation of the European Economic Community in a New Law of the Sea Convention. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 73: (1979), p. 426-443.
- KOH, Tommy T. B. and JAYAKUMAR, Shanmugam - Negotiating Process of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea. In NORDQUIST, Myron H. (Ed.) - *United Nations Convention on the Law of the Sea 1982 - A Commentary*. Dordrecht/Boston/Lancaster: Center for the Oceans Law and Policy - Martinus Nijhoff Publishers, 1985. ISBN 90-247-3145-3, p. 29-134.
- KOLOSSOVSKIY, Igor K. - Prospects for universality of the UN Convention on the Law of the Sea. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 17, number 1: (January 1993), p. 4-10.
- KOSKENNIEMI, Martti and LETHO, Marja - Finland and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Members States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 127-150.
- KOSKENNIEMI, Martti (Ed.) - **International Law**. Aldershot - Hong Kong - Singapore - Sydney : Dartmouth, 1992. ISBN 1 85521 157 2.
- KUNZ, Josef L. - La Crise et les Transformations du Droit des Gens. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. 88 -II: (1955), p. 1-104.
- KWIATKOWSKA, Barbara - The High Seas Fisheries Regime: at a point of No Return? International Journal of Estuarine and Coastal Law. London: Graham & Trotman/Martinus Nijhoff. ISSN 0927-3522. Vol. 8. number 3: (1993), p. 327-358.

- LA QUE, Frank L. - Prospects for and from Deep Ocean Mining of Ferro-Manganese Nodules. *In* Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 85-102.
- LABROUSSE, Henri - Les Problèmes Militaires du Nouveau Droit de la Mer. *In* Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: René-Jean DUPUY. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 307-315.
- LACHARRIERE, Guy de - La Zone Économique Française de 200 Milles. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXII: (1976), p. 641-652.
- La Loi Française sur l'Exploration et l'Exploitation des Ressources Minérales des Grands Fonds Marins. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISBN 2-222-03121-4. XXVII: (1981), p. 665-673.
 - La Réforme du Droit de la Mer et le Rôle de la Conférence des Nations Unies. *In* BARDONNET, Daniel et VIRALLY, Michel - *Le Nouveau Droit International de la Mer*. Paris: Éditions A. Pedone, 1983. ISBN 2-233-00121-4, p. 1-33.
- LACHS, Manfred - The Development and General Trends of International Law in our Time. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-2976-9. 169 -IV: (1980), p. 9-377.
- LAMBRECHTS, Claude et KISS, Alexandre-Charles - L'Accord entre le Canada et les États-Unies relatif a la Qualité des Eaux dans les Grands Lacs. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISBN 2-222-01840-4. XX: (1974), p. 797-807.
- LANGAVANT, E. - **Droit de la Mer: Le cadre institutionnel. Le milieu marin (océanologie - pollution)**. Paris : Éditions Cujas, 1979.
- **Droit de la Mer: Le droit des communications maritimes**. Paris : Éditions Cujas, 1981.
 - **Droit de la Mer: Le droit des richesses marines. Ressources minérales (pétrole et nodules)**. Paris : Éditions Cujas, 1984.
- LAPRADELLE, A. Geouffre De - Le Droit de l'État sur la Mer Territorial. Revue Générale de Droit International Public. Paris: A. Pedone, Libraire-Éditeur. V: (1898), p. 309-347.

- LAPRADELLE, Paul De - Notions de Territoire et d'Espace dans l'Aménagement des Rapports Internationaux Contemporains. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Netherlands: Sijthoff & Noordhoff. ISBN 90-286-1030-8. 157 - IV: (1977), p. 415-484.
- LARSON, David L. - The Reagan Administration and the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 11, number 3-4: (1982), p. 297-320.
- Deep Seabed Mining: A Definition of the Problem. Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. Coden: Odila. 17, number 4: (1986), p. 271-308.
- LARSON, David L. e ROTH, Michael W. - The law of the sea and maritime strategy. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 13, number 4: (July 1989), p. 193-217.
- LAUTERPACHT, H., K.C., F.B.A. - Sovereignty over Submarine Areas. The British Year Book of International Law. London/New York/Toronto: Oxford University Press. Twenty-seven Year of Issue: (1950), p. 376-433.
- LAZAREV, M. I. - Scientific.Technological Progress and the Search for Legal Regulation of Possible Seabed Uses. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane, Russak & Company, Inc. 3, number 1: (1975), p. 75-86.
- LE FUR, Louis - Règles Générales du Droit de la Paix. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Paris: Recueil Sirey. 54 - IV: (1935), p. 1-307.
- LE MORVAN, Didier and PRAT, Jean-Luc - Chronique des Événements de Mer. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Édition A. Pedone. N° 5: (1991), p. 157-167.
- Chronique des Événements de Mer 1992-1993. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. ISBN 2-233-00263-6. N° 7: (1993), p. 165-174.
- LEANZA, Umberto - **Le Nouveau Droit International de la Mer Mediterranee**. Roma : Editoriale Scientifica, 1994. ISBN 88-85370-35-7.
- LEANZA, Umberto e SICO, Luigi (Appunti Dalle Lezioni Dei Professori) - **Il Regime Giuridico dell'Alto Mare e delle Acque Adiacenti: Parte Generale**. Raccolti dalle Dottoresse Talitha Vassalli di Dachenhausen ed Adriana Castaldo. Napoli : Editrice Piemme, 1972.
- LEBULLENGER, Joël, DIDIER, Le Morvan (Dir.) - **La Communauté Européenne et la Mer**. Préface: Daniel VIGNES. Paris : Economica, 1990.

- LEE, Roy S. - The New Law of the Sea and the Pacific Basin. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 12, number 3-4: (1983), p. 247-264.
- LEFEBER, René (Ed.) - **Contemporary International Law Issues: Opportunities at a Time of Momentous Change: Proceedings of the Second Joint Conference held in The Hague, The Netherlands, July 22-24, 1993**. Dordrecht / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, ISBN 0-7923-2831-0.
- LEGAULT, L. H. and HANKEY, Blair - From Sea to Seabed: The Single Maritime Boundary in the Gulf of Maine Case. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 79: 4, (1985), p. 961-991.
- LENGAGNE, Guy - La mer : naissance d'une politique. Revue Politique et Parlementaire. Paris: Charbonnages de France. 87^e Année: 916/917, (Mai-Juin 1985), p. 52-55.
- LEONARDI, E. - The Jus Cogens in the 1969 Vienna Convention on the Law of the Treaties. In CONSTANTOPOULOS, D. S. (Dir.) - *THESAURUS ACROASIIUM*. Thessaloniki: The Institute of Public International Law and International Relations of Thessaloniki, 1992, p. 583-592.
- LETHO, Marja and KOSKENNIEMI, Martti - Finland and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Members States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 127-150.
- LEVINET, Michel, QUENEUDEC, Jean-Pierre, SUDRE, Frederic - Chronique du Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XX: (1974), p. 830-840.
- LEVY, Jean-Pierre - Pour un Droit des Fonds Oceaniques. Chronique de Politique Étrangère. Bruxelles: Institut Royal des Relations Internationales. XXI: 6, (Novembre 1968), p. 721-738.
- L'Ordre International et le Développement des Fonds Marins. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXV: (1971), p. 356-391.
 - Déclaration des Principes Régissant le Fond des Mers et des Océans ainsi que leur Sous-sol au-delà des Limites de la Juridiction Nationale. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXV: (1971), p. 384-386.

-
- Traité interdisant de placer des armes nucléaires et d'autres armes de destruction massive sur le fond des mers et des océans ainsi que dans leur sous-sol. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXV: (1971), p. 387-391.
 - La Troisième Conférence sur le Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XVII: (1971), p. 784-832.
 - **La Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: *Histoire d'une négociation singulier***. Préface de Michel VIRALLY. Introduction par Jean-Pierre QUÉNEUDEC. Paris : Éditions A. Pedone, 1983. Publications de la Revue Générale de Droit International Public. ISBN 2-233-00122-2.
 - Le Cadre de l'Exploitation. In DUPUY, René-Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelle: Economica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 507-550.
 - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer. Espaces et Ressources Maritimes. Paris: Economica, 1986, p. 137-181.
 - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins (4^{ème} session). Espaces et Ressources Maritimes. Paris: Université de Nice - Cerdam. Éditions A- Pedone, 1987. ISBN 213-041-382 X, p. 133-169.
 - La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer. Espaces et Ressources Maritimes. Paris: Université de Nice - Cerdam. Éditions A. Pedone, 1988. ISBN 213-041-999-2, p. 119-158.
 - Une Politique Marine Intégrée : Objectif Réaliste ou Illusoire? Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. N° 5: (1991), p. 1-10.
 - Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer (8^{ème} et 9^{ème} sessions). Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone, 1991, p. 89-129.
 - Chronique de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer (Dixième session). Collection

- Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone, 1992. ISBN 2-233-00243-1, p. 129-148.
- La Onzième Session de la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. ISBN 2-233-00263-6. N° 7: (1993), p. 10-19.
 - Les Bons Offices du Secrétaire Général des Nations Unies en faveur de l'Universalité de la Convention sur le Droit de la Mer. La préparation de l'Accord adopté par l'Assemblée Générale du 28 juillet 1994. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. 98 - 4: (1994), p. 871-898.
 - La Mise sur Pied des Institutions Prévues par la Convention sur le Droit de la Mer. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. N° 9: (1995), p. 3-28.
 - Les Nations Unies et la Convention de 1982 sur le Droit de la Mer. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XXVIII: 1, (1995), p. 11-35.
- LEYSER, Johannes - Fisheries Zones in the South-West Pacific. Archiv des Völkerrechts. Germany: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck) Tübingen. 14: (1969/1970), p. 145-154.
- LI, Yuwen - **Transfer of Technology for Deep Sea-Bed Mining: The 1982 Law of the Sea Convention and Beyond**. Dordrecht, Boston, London : Martinus Nijhoff Publishers, 1994. Publications on Ocean Development - vol. 25. ISBN 0-7923-3212-1.
- LIANG, Yuen-Li - La Première Session de la Commission du Droit International. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LIV: (1950), p. 625-646.
- LLANOS MANSILLA, Hugo - Los Países del Sistema del Pacífico Sur ante la Convención sobre Derecho del Mar. Revista Chilena de Derecho. Chile: Facultad de Derecho, Pontificia Universidad Católica de Chile. 10: (1983), p. 21-38.
- LODGE, Michael - The International Seabed Authority and the Development of the Mining Code. In NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton (Eds.) - *Oceans Policy. New Institutions, Challenges and Opportunities*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. ISBN 90-411-1182-4, p. 47-57.
- LOWE, Vaughan - The United Kingdom and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Member States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 521-554.

- LOWE, A. V. and CHURCHILL, R. R. - **The Law of the Sea**. second Edition, Revised and Enlarged. Manchester : Manchester University Press, 1992. ISBN 0-7190-2922-3.
- LOWENTHAL, Abraham F. and TEVERTON, Gregory F. (Eds.) - **Latin America in a New World**. San Francisco, Oxford : Westview Press, Boulder, 1994. ISBN 0-8133-8670-5.
- LUCCHINI, Laurent - La pollution des mers par les hydrocarbures : Les Conventions de Bruxelles de novembre 1969 ou les fissures du droit international classique. Journal du Droit International. Paris: Editions Techniques S.A. 97^e Année: 4, (Octobre-Novembre-Décembre 1970), p. 795-843.
- A propos de l'Almoco-Cadiz. La lutte contre la pollution des mers: évolution ou révolution du Droit International. Annuaire Français de Droit International. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. XXIV: (1978), p. 721-754.
 - La Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer du 10 Décembre 1982: une entrée en vigueur, pour quelle Convention? Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. ISBN 2-233-00263-6. N° 7: (1993), p. 1-9.
 - 1996 : où est le Droit de la Mer? In (INDEMER), Institut Du Droit Economique De La Mer - *Annuaire du Droit de la Mer (Revue de l'INDEMAR)*. Paris: Éditions A. Pedone, 1997. ISBN 2-233-00327-6, p. 17-25.
 - Une Nouvelle Vague de Nationalisme Maritime? Quelques Réponses de la Pratique Étatique. In COLLIARD, Claude-Albert - *Droit de la Mer: Études dédiées ao Doyen Claude-Albert COLIARD*. Avant-propos de S. E. M. César SOLAMITO. Monaco: Institut du Droit Économique de la Mer (INDEMER), s/d. ISBN 2-23300263-9, p. 37-50.
- LUCCHINI, Laurent and VOELCKEL, Michel - **Droit de la Mer: La Mer et son Droit, Les Espaces Maritimes**. Paris : Éditions A. Pedone, 1990. ISBN 2-233-00208-3.
- LUIS JESUS, José - Statement on the Issue of the Universality of the Convention. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 21-30.
- LUPINACCI, Julio César - Los Derechos de Pesca en Alta Mar. In En Homenaje Al Profesor Eduardo JIMÉNEZ DE ARÉCHAGA - *El Derecho Internacional en un Mundo en Transformacion*. 1^a ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1994, p. 763-799.

- M. POULANTZAS, Nicholas - Recent developments in Canada relating to enforcement measures in an expanded fisheries zone. Revue Hellenique de Droit International. Athènes: Institut Hellénique de Droit International et Étranger. 30^{ème} Année: 1-4, (1977), p. 109-119.
- MACAULAY, Dolliver, NELSON, Leon - Câbles et Pipelines Sous-Marins. In DUPUY, Rene-Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 811-818.
- MACDONALD, Ronald St. John (Ed.) - **Essays in Honour of Wang Tieya**. Dordrecht/Boston/London : Martinus Nijhoff Publishers, 1994. ISBN 0-7923-2469-2.
- MAHIOU, Ahmed - L'Afrique et le Patrimoine Commun de L'Humanité. Espaces et Ressources Maritimes. Paris: Université de Nice - Cerdam. Éditions A. Pedone, 1988. ISBN 213-041-999-2, p. 1-15.
- La Communauté Économique Africaine. Annuaire Français de Droit International. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXIX: (1993), p. 798-819.
- MAHMOUDI, Said - **The Law of Deep Sea-Bed Mining: A Study of the Progressive Development of International Law Concerning the Management of the Polymetallic Nodules of the Deep Sea-Bed**. Stockholm : Almqvist & Wiksell International, 1987. ISBN 91-22-01156-0.
- Deep Seabed Mining and the Nordic States. Marine Policy Reports. New York: Taylor & Francis. ISSN 0735-5912. 10, number 4: (September 1988), p. 1-5.
- MAKAVSKY, A. L. - Liability for marine environment pollution damage in contemporary international sea law. Conference of Soviet and American Jurists on the Law of the Sea and the Protection of the Marine Environment. Georgia Journal of International & Comparative Law. 6: 1, (1976), p. 59-71.
- MALONE, James L. - The American Perspective. In BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - *Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea*. Honolulu: The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2, p. 15-20.
- MANGONE, Gerard J. - Negotiations on the 1982 LOSC Given Extra Urgency by the 60th Ratification. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman. ISSN 0927-3522. 9, number 1: (1994), p. 57-61.

- MANGONE, Gerard J. and FREESTONE, David - The Law of the Sea Convention: Unfinished Agendas and Future Challenges. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman Limited. ISSN 0927-3522. 10: 2, (May - 1995), p. IX-XIII.
- MANI, Vatsala - Exploitation of Deep-Sea-Bed Minerals: Some Economic Issues. India Quarterly - A Journal of International Affairs. New Delhi: Indian Council of World Affairs. XXXV, number 1: (October-December 1979), p. 52-66.
- MANIN, Philippe - **Droit International Public**. Paris, New York. Masson, Collection Droit-Sciences Economiques.
- MANN-BORGESE, Elisabeth - The Role of the Sea-bed Authority in the 80's and 90's. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 35-48.
- MANN-BORGESE, Elisabeth, CHIRCOP, Aldo E. and PERERA, Mahinda - The UN Convention on the Law of the Sea: The Cost of Ratification. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1990. ISBN 0-226-06611-8, p. 1-17.
- MANN-BORGESE, Elisabeth - UNCLOS, UNCED, and the Restructuring of the United Nations System. In MACDONALD, Ronald ST. John (Ed.) - *Essays in Honour of Wang Tieya*. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1994. ISBN 0-7923-2469-2, p. 67-77.
- MANN-BORGESE, Elisabeth, GINSBURG, Norton E MORGAN, Joseph R., Editors'note - Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and Sea-Law Tribunal Concludes Seventh Session, 14 August - 1 September 1989. Ocean Yearbook. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1991. ISBN 0-226-06612-6, p. 461-470.
- Report on the Eighth Session of the Preparatory Commission for the International Seabed Authority and for the International Tribunal for the Law of The Sea, Kingston, 5-30 March 1990, New York, 13-31 August 1990. Ocean Yearbook. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1992. ISBN 0-226-06613-4, p. 402-410.
- Hearing before the Senate Committee on Foreign Relations on the Current Status of the Convention on the Law of the Sea, 103^d Congress, Second Session, 11 August 1994. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996. ISBN 0-226-06615-0, p. 501-529.
- Recommendation of the Department of State to the President of the United States regarding the Convention on the Law of the Sea, 23 de September 1994. Ocean

Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996. ISBN 0-226-06615-0, p. 530-536.

- Recommendation of the President of the United States to the United States Senate regarding the Convention on the Law of the Sea, 7 October 1994. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996. ISBN 0-226-06615-0, p. 537-538.

MAQUIEIRA, Cristian - Statement on the Implementation of Resolution II of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea by the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 45-57.

MARFFY, Annick de - La Poursuite de la Mise en Place des Institutions Etablies par la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer. Espaces et Ressources Maritimes. Paris: Éditions A. Pedone, 1996. ISBN 2-233-00318-7, p. 6-17.

- **La Genèse du Nouveau Droit de la Mer: le Comité des fonds marins**. Paris : Pedone, 1980.

- Le Nouveau Régime de la Recherche Scientifique. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: René-Jean DUPUY. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 337-357.

- La Déclaration Pardo et le Comité des Fonds Marins. In DUPUY, Rene-Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 123-142.

- Les difficultés posees par la mise en application du nouveau regime de la recherche scientifique marine avant l'entrée en vigueur de la convention des Nations Unies sur le droit de la mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXV: (1989), p. 736-751.

- Harmonisation du Droit Interne et du Droit Internationalde la Mer : Quel Droit Applicable? Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. N° 5: (1991), p. 41-73.

- Droit de la Mer : Pari Juridique Jusqu'a l'An 2014. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. ISSN ISBN 2-233-00263-6. N° 7: (1993), p. 20-31.
- The Procedural Framework of the Agreement Implementing the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 89 n° 4: (1995), p. 814-824.
- MAROTTA RANGEL, Vicente - **O Direito do Mar e sua Unificação Legislativa entre Países de Língua Portuguesa**. (Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra - "Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António de Arruda Ferrer Correia" - 1984. Coimbra : 1985.
- MARTELL, Elizabeth A. and JOYNER, Christopher C. - Looking Back to See Ahead: UNCLOS III and Lessons for Global Commons Law. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 27, number 1: (1996), p. 73-95.
- MARTÍN MATEO, Ramón - Regimen Juridico de los Cultivos Marinos. Revista de Administracion Publica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. ISSN 0034-7639. 106: (Enero-abril, 1985), p. 7-55.
- MARTIN, Pierre-Marie - L'Affaire de la Compétence en Matière de Pêcheries : Les Arrêts de la Cour Internationale de Justice du 2 Février 1973. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXVIII: (1974), p. 434-458.
- **Droit International Public**. Paris / Milan / Barcelone : Masson, 1995. Collection Droit - Sciences Économiques. ISBN 2-225-84732-0.
- MARTINEZ PUÑAL, A. - **Los Derechos de los Estados sin Litoral u en Situación Geográfica Desventajosa en la Zona Económica Exclusiva**. Santiago de Compostela : 1988.
- MARTRAY, Joseph - **A Qui Appartient L'Océan?: Vers un nouveau régime des espaces et des fonds marins**. Préface de VENTEJOL, Gabriel. Paris : Éditions Maritimes et D'Outre Mer, 1977.
- MARVASTI, A. - Conceptual Model for the Management of International Resources: The Case of Seabed Minerals. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 20, number 3: (1989), p. 273-284.
- MATINE-DAFTARY, A. - La Contribution des Conférences de Genève du Développement Progressif du Droit International de la Mer. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff, 1961. p. 639 e s..

- MATTOS, Adherbal Meira - A Declaração de S. Domingos e o Direito do Mar. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Minas Gerais - Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais. 39: (Julho, 1974), p. 171-191.
- MAWDSLEY, Andrés Aguilar - The Latin American Contribution to the Modern Law of the Sea. Netherlands International Law Review. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers. ISSN 0028-2138. XXXIX: (1992), p. 63-88.
- Law of the Sea: The Latin American View. In PONTECORVO, Giulio (Ed.)- *The New Order of the Oceans*. New York: Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5, p. 158-198.
- MAZILU, Dumitru - **Dreptul Marii: Tendinte si orientari contemporane**. Bucuresti : Editura Academiei Republicii Socialiste România, 1980.
- MCCLOSKEY, Paul N. - A View From Congress. In BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - *Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea*. Honolulu: The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2, p. 56-59.
- MCCONNELL, James G. and Zacher, Mark W. and - Down to the Sea with Stakes: The Evolving Law of the Sea and the Future of the Deep Seabed Regime. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 21, number 1: (1990), p. 71-103.
- MCDORMAN, Ted L. - The Entry into Force of the 1982 LOS Convention and the Article 76 Outer Continental Shelf Regime. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman Limited. ISSN 0927-3522. 10: 2, (May - 1995), p. 165-187.
- MCDUGAL, Myres S., BURKE, William T. and VLASIC, Ivan A. - The Maintenance of Public Order at Sea and the Nationality of Ships. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 54: (1960), p. 25-116.
- MCDUGAL, Myres S. and BURKE, William T. - **The Public Order of the Oceans: A Contemporary International Law of the Sea**. New Haven, Dordrecht : New Haven Press and Martinus Nijhoff Publishers, 1987. ISBN 0-89838-901-1.
- MCNEIL, John H. - Looking Ahead to the Process of Senate Advice and Consent: the Strategic Significance of the 1982 UN Convention on the Law of the Sea. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 245-253.

- MEDJAD, Karim - Les Obstacles a la Mise en Oeuvre de l'Exploitation des Nodules Polymetaliques : La Part de l'Irrationnel. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. N° 9: (1995), p. 45-81.
- MEESE, Sally A. - The Legal Regime Governing Seafloor Polymetallic Sulfide Deposits. Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs. New York, Philadelphia, London: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. Coden Odila. 17: (1987), p. 131-162.
- MENSAH, Thomas A. - The International Tribunal for the Law of the Sea. Leiden Journal of International Law. Leiden: Kluwer Law International. ISSN 0922-1565. 11, Number 3: (1998), p. 527-546.
- A Program Agenda for the Future. In MENSAH, Thomas A. (Ed.) - *Ocean Governance: Strategies and Approaches for the 21st Century. Proceedings of the Law of the Sea Institute. Twenty-eight Annual Conference in Cooperation with East-west Center, Honolulu, Hawaii - July 11-14, 1994*. Honolulu: The Law of the Sea Institute, 1994. ISBN 0-911189-31-9, p. 584-592.
 - The Dispute Settlement Regime of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea. In FROWEIN, Jochen A. and WOLFRUM, Rüdiger (Eds.) - *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. London / The Hague / Boston: Kluwer Law International, 1998. ISBN 904119665X, p. 307-323.
 - The International Tribunal for the Law of the Sea: The First Year. In NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton (Eds.) - *Oceans Policy. New Institutions, Challenges and Opportunities*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. ISBN 90-411-1182-4, p. 73-92.
- MENSBRUGGHE, Y. Van Der - La Mer et les Communautés Européennes. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Editions de L'Institut de Sociologie. (1969), p. 87-145.
- MERCIALI, Patrizio - La Démilitarisation des Fonds Marins. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXVIII: (1984), p. 46-113.
- MERCURE, Pierre-François - Le rejet du concept de patrimoine commun de l'humanité afin d'assurer la gestion de la diversité biologique. Annuaire Canadien de Droit International. Vancouver: University of British Columbia Press. ISSN 0069-0058. XXXIII: (1996), p. 281-303.

- L'Échec des Modèles de Gestion des Ressources Naturelles Selon les Caractéristiques de Concept de Patrimoine Commun de l'Humanité. Ottawa Law Review. Ottawa. ISSN 0048-2331. 28, n° 1: (1996), p. 45-89.
- MESEGUER, José Luis - III Conferencia sobre Derecho del Mar: Posicion Española en Materia de Pesca Maritima. Revista Española de Derecho Internacional. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. XXX: 1, (1977), p. 387-393.
- La Solucion Jurisdiccional Obligatoria de las Controversias en el Nuevo Derecho del Mar: las Excepciones en Materia de Recursos Vivos. Revista Española de Derecho Internacional. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. XXXVIII: 2, (1986), p. 571-590.
- MESEGUER SANCHEZ, José Luis - Vers un Nouveau Régime International des Entreprises Communes de Pêche. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISBN 2-222-01840-4. XX: (1974), p. 860-874.
- MESTRAL, Armand L. C. De - Le Régime Juridique du Fond des Mers : Inventaire et Solutions Possibles. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXIV: (1970), p. 640- 667.
- METCALFE, Mark, KLEBAN, Peter WILSON, James A., ACHESON and James M., - Chaos, complexity and community management of fisheries. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 18, number 4: (April 1994), p. 291-305.
- MGBANGSON, L. - Why African Countries are Interested in the Development of the Law of the Sea. In CONSTANTOPOULOS, D. S. (Dir.) - *THESAURUS ACROASIIUM*. Thessaloniki: The Institute of Public International Law and International Relations of Thessaloniki, 1991, p. 723-728.
- MILES, Edward L., TREVES, Tullio - **The Law of the Sea: New Worlds, New Discoveries**. Honolulu : The Law of the Sea Institute, William S. Richardson School of Law University of Hawaii, Honolulu, 1993. ISBN 0-911189-26-2.
- MILES, Edward L. - An Interpretation of the Negotiating Process of UNCLOS II. In MACDONALD, Ronald St. John (Ed.) - *Essays in Honour of Wang Tieya*. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1994. ISBN 0-7923-2469-2, p. 551-565.
- **Global Oceans Politics: The Decision Process at the Third United Nations Conference on the Law of the Sea, 1973-1982**. Hague, London, Boston : Martinus Nijhoff Publishers, 1998.

MINISTÉRIO Do Mar e Caixa Geral De Depósitos - **As Pescas Portuguesas face à Adesão à CEE**. Lisboa : 1985.

MINISTÉRIO Dos Negócios Estrangeiros e Ministério Do Mar - **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar: Versão em Língua Portuguesa com Anexos e Acta Final da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Lisboa : 1985. Biblioteca Diplomática - Série C.

MIRANDA, Jorge - **Direito Internacional Público - I**. Lisboa : Pedro Ferreira - Editor, 1995.

MOISEEV, P. A. - Some biological background for international legal acts on rational utilization of the living resources of the world ocean. Conference of Soviet and American Jurists on the Law of the Sea and the Protection of the Marine Environment. Georgia Journal of International & Comparative Law. 6: 1, (1976), p. 143-149.

MOMTAZ, Djamchid - Vers un Nouveau Régime Juridique des Pêcheries Adjacentes. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXVIII: (1974), p. 228-245.

- La Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique Paris. ISBN 2-222-03597-X. XXX: (1984), p. 864-886.

- La Haute Mer. In DUPUY, René-Jean et DANIEL, Vignes - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 228-254.

- La Convention des Nations Unies sur les Conditions d'Immatriculation des Navires. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXII: (1986), p. 715-735.

- Les Obligations des Investisseurs Pionniers Enregistrés par la Commission Préparatoire de l'Autorité Internationale des Fonds Marins et du Tribunal International du Droit de la Mer. Essays on the New Law of the Sea. Zagreb: Budilav Vukas. ISSN 0351-5478. 2: (1990), p. 173-195.

- L'Accord Relatif à la Conservation et la Gestion des Stocks de Poissons Chevauchants et Grand Migrateurs. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique Editions. ISSN 0066-3085. XLI: (1995), p. 676-699.

- MONACO, Riccardo - Cours Général de Droit International Public. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde: A. W. Sijthoff. 125 - III: (1968), p. 92- 335.
- MONCADA, António Cabral de - **Curso de Direito Internacional Público**. Coimbra : Livraria Almedina, 1996. ISBN 972-40-0937-8.
- MONCONDUIT, François - L'Extension des Zones de Pêche Réservées aux Pêcheurs Français. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XIII: (1967), p. 685-690.
- MONIER, Jean - La Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer. Annuaire Suisse de Droit International. Zürich: Société Suisse de Droit International - Schulthess Polygraphischer Verlag. XXXIX: (1983), p. 9-38.
- MOORE, Barbara S. P. - Moderator's Introductory Remarks: Panel V. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 241-243.
- MOORE, Gerald - Un Nouvel Accord de la FAO pour Contrôler la Pêche en Haute Mer. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. ISBN 2-233-00263-6. N° 7: (1993), p. 62-68.
- MOORE, John Norton - Progress of U.S. Deep Seabed Mineral Resources Bill. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 73: (1979), p. 525-526.
- MOORE, John Norton and NORDQUIST, Myron H. - **Entry into Force of the Law of the Sea Convention: 1994 Rhodes Papers**. With a Foreword by Sir Robert Y. Jennings. The Hague/Boston/London : Center for the Oceans Law and Policy - Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7.
- MOORE, John Norton and NORDQUIST, Myron H. (Eds.) - **Oceans Policy: New Institutions, Challenges and Opportunities**. The Hague / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, 1999. ISBN 90-411-1182-4.
- MOREIRA, Adriano - **Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1995.
- **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra : Livraria Almedina, 1996.
- MORGAN, A. L. - The New Law of the Sea: Rethinking the Implications for Sovereign Jurisdiction and Freedom of Action. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 27, number 1: (1996), p. 5-29.

- MOUTON, M. W. - The Continental Shelf. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. 85 - I: (1954), p. 342-465.
- The International Regime of the Polar Regions. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. 107 - III: (1962), p. 175-228.
 - The Impact of Science on International Law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde: A. W. Sijthoff. 119 - III: (1966), p. 182-259.
- MUBIALA, Mutoy - Le Système de Règlement Pacifique des Différends dans la Convention de 1982 sur le Droit de la Mer. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. N° 7: (1993), p. 323-338.
- MÜNCH, Fritz - Les îles artificielles et les installations en mer. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 38: (1978), p. 933-958.
- MYRDAL, Alva - Preserving the Oceans for Peaceful Purposes. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. ISBN 90-286-0092-2. 133 -II: (1971), p. 1-14.
- N. ORIBE, Emilio - Fondos Marinos y Oceanicos - principales cuestiones planteadas por la iniciativa de Malta en las Naciones Unidas en 1967. Revista de Derecho y Ciencias Políticas. Lima, Perú: Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Año XXXIV: (Primer y Segundo cuatrimestres de 1970), p. 431-442.
- NACIONES UNIDAS - **Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Ginebra : Naciones Unidas, 1958. Número de Vesta: 58. V. 4, vol. II.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. I, 1975. Número de venta: S.75.V.3.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. II, 1975. Número de venta: S.75.V.4.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. IV, 1975. Número de venta: S. 75.V.10.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales**. Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. V, 1976. Número de venta: S.76.V.8.

- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales.** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. VI, 1977. Número de venta: S. 77.V.2.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales.** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. VII, 1978. Número de venta: S.78.V.3.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar - Texto Integrado Oficioso Para Fines De Negociacion: Documentos Oficiales.** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. VIII, 1978. Número de venta: S.78.V.4.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales.** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. IX, 1980. Número de venta: S.79.V.3.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales - Informes de las Comisiones y de los Grupos de Negociacion.** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. X, 1978. Número de venta: S.79.V.4.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales.** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XI, 1980. Número de venta: S.80.V.6.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales.** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XII, 1980. Número de venta: S.80.V.12.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales.** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XIII, 1981. Número de venta: S.81.V.5.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales.** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XIV, 1982. Número de venta: S.82.V.2.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia sobre el Derecho del Mar: Texto Integrado Oficioso para Fines de Negociacion/Revision 2 (A/CONF. 62/WP. 10/REV. 2, 11 abril 1980).** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas, 1982. A.

- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia sobre el Derecho del Mar: Proyecto de Convencion sobre el Derecho del Mar - Texto Oficioso (A/CONF. 62/WP. 10/Rev. 3, de 22 de septiembre 1980).** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas, 1982. A.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales.** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XV, 1983. Número de venta: S.83.V.4.
- NACIONES UNIDAS - **Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar: Documentos Oficiales.** Nueva York : Publicación de las Naciones Unidas. Vol. XVI, 1984. Número de venta: S.84.V.2.
- NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe del Comité Especial encargado de estudiar la utilización con fines pacíficos de los fondos marinos y oceánicos fuera de los límites de la jurisdicción nacional: Documentos Oficiales - Vigésimo Tercer Período de Sesiones.** Nueva York : Naciones Unidas, 1968.
- NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe del Comité Especial encargado de estudiar la utilización con fines pacíficos de los fondos marinos y oceánicos fuera de los límites de la jurisdicción nacional: Documentos Oficiales: vigésimo cuarto período de sesiones. Suplemento n° 22 (A/7622).** Nueva York : Naciones Unidas, 1969.
- NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Adición al Informe de la Comisión sobre la Utilización con Fines Pacíficos de los Fondos Marinos y Oceánicos fuera de los Límites de la Jurisdicción Nacional: Documentos Oficiales: vigésimo cuarto período de sesiones. Suplemento n° 22A (A/7622/Add.1).** Nueva York : Naciones Unidas, 1970.
- NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comisión sobre la Utilización con Fines Pacíficos de los Fondos Marinos y Oceánicos fuera de los Límites de la Jurisdicción Nacional: Documentos Oficiales: vigésimo quinto período de sesiones. Suplemento n° 21 (A/8021).** Nueva York : Naciones Unidas, 1970.
- NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comisión sobre la Utilización con Fines Pacíficos de los Fondos Marinos y Oceánicos fuera de los Límites de la Jurisdicción Nacional: Documentos Oficiales: vigésimo sexto período de sesiones. Suplemento n° 21 (A/8421).** Nueva York : Naciones Unidas, 1971.
- NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comisión sobre la Utilización con Fines Pacíficos de los Fondos Marinos y Oceánicos fuera de los Límites de la Jurisdicción Nacional: Documentos Oficiales: vigésimo octavo período de sesiones. Suplemento n° 21 (A/9021).** Nueva York : Naciones Unidas. Vol. I, 1973.

- NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comisión sobre la Utilización con Fines Pacíficos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Límites de la Jurisdicción Nacional: Documentos Oficiales: vigésimo octavo período de sesiones. Suplemento nº 21 (A/9021).** Nueva York : Naciones Unidas. Vol. II, 1973.
- NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comisión sobre la Utilización con Fines Pacíficos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Límites de la Jurisdicción Nacional: Documentos Oficiales: vigésimo octavo período de sesiones. Suplemento nº 21 (A/9021).** Nueva York : Naciones Unidas. Vol. III, 1973.
- NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comisión sobre la Utilización con Fines Pacíficos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Límites de la Jurisdicción Nacional: Documentos Oficiales: vigésimo octavo período de sesiones. Suplemento nº 21 (A/9021).** Nueva York : Naciones Unidas. Vol. IV, 1973.
- NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comisión sobre la Utilización con Fines Pacíficos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Límites de la Jurisdicción Nacional: Documentos Oficiales: vigésimo octavo período de sesiones. Suplemento nº 21 (A/9021).** Nueva York : Naciones Unidas. Vol V, 1973.
- NACIONES UNIDAS - Asamblea General - **Informe de la Comisión sobre la Utilización con Fines Pacíficos de los Fondos Marinos y Oceanicos fuera de los Límites de la Jurisdicción Nacional: Documentos Oficiales: vigésimo octavo período de sesiones. Suplemento nº 21 (A/9021).** Nueva York : Naciones Unidas. Vol. VI, 1973.
- NAGASAKI, Fukuzo - Some Japanese Far-Sea Fisheries. Washington Law Review. Washington: Washington Law Review Association. XLIII: (1967-1968), p. 197-229.
- NANDAN, Satya N. - The 1982 UN Convention on the Law of the Sea: At a Crossroad. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 20, number 5: (1989), p. 515-518.
- Le Nouveau Régime Juridique de la Mer. In BEDJAOU, Mohamed - *Droit International*. Paris: Éditions A. Pedone, Unesco, 1991. ISBN Pedone- 2-233-00221-0 Unesco- 92-3-202717-8, p. 895-905.
 - A Report on the Consultations of the Secretary-General. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 119-129.

- NASCIMENTO E SILVA, G. E. do e ACCIOLY, Hildebrando - **Manual de Direito Internacional Público**. 15ª edição, revista e actualizada. Rio de Janeiro : Editora Saraiva, 2002. ISBN 85-02-03770-6.
- NATIONS UNIES - **Annuaire de la Commission du Droit International: Comptes rendus analytiques de la huitième session - 23 avril / 4 juillet 1956**. New York : Nations Unies, 1956.
- NATIONS UNIES - **Annuaire de la Commission du Droit International: Documents de la huitième session et rapport de la Commission soumis à l'Assemblée générale**. New York : 1956.
- NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Documents Officiels**. New York : Publication des Nations Unies. Vol. III, 1975. Numero de vente: F. 75.V.5.
- NATIONS UNIES - **Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer: Documents Officiels**. New York : Publication des Nations Unies. Vol. XVII, 1984. Numéro de vente: F.84.V.3.
- NATIONS UNIES - **Le Droit de la Mer. Pratique des États au Moment de l'Entrée en Vigueur de la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer**. New York : Division des Affaires Maritimes et du Droit de la Mer. Bureau des Affaires Juridiques, 1994. ISBN 92-1-233274-9.
- NATIONS UNIES - **Le droit de la mer - La notion de patrimoine commun de l'humanité: Historique de l'élaboration des articles 133 à 150 et 311 (6) de la Convention des Nations Unies sur le droit de la mer**. New York : Division des affaires maritimes et du droit de la mer. Bureau des affaires juridiques, 1997. ISBN 92-1-233294-3.
- NATIONS UNIES - **Le Droit de la Mer - Déclarations concernant la Convention des Nations Unies sur le droit de la mer et l'Accord relatif à l'application de la partie XI de la Convention des Nations Unies sur le droit de la mer du 10 décembre 1982**. New York : Division des affaires maritimes et du droit de la mer. Bureau des affaires juridiques, 1997. ISBN 92-1-233300-1.
- NEDJAR, Didier - **La Fiscalité de l'Exploitation des Nodules Polymétalliques de la Zone Internationale des Fonds Marins. Espaces et Ressources Maritimes**. Paris: Université de Nice - Cerdam. Éditions A. Pedone, 1988. ISBN 213-041-999-2, p. 39-57.

NELSON, L. D. M. - The Patrimonial Sea. The International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative Law. 22: (1973), p. 668-686.

- The Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea: an Evaluation. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 31-44.

- Some Observations on the Agreement Implementing Part XI of the 1982 Convention on the Law of the Sea. In MENSAH, Thomas A. (Ed.) - *Ocean Governance: Strategies and Approaches for the 21st Century. Proceedings the Law of the Sea Institute. Twenty-eight Annual Conference in Cooperation with East-west Center, Honolulu, Hawaii - July 11-14, 1994*. Honolulu: The Law of the Sea Institute, 1994. ISBN 0-911189-31-9, p. 203-218.

- The New Deep Sea-Bed Mining Regime. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman Limited. ISSN 0927-3522. 10: 2, (May - 1995), p. 189-203.

NELSON, Leon, MACAULAY, Dolliver - Câbles et Pipelines Sous-Marins. In DUPUY, Rene-Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 811-818.

NELSON, Steven C. - Contemporary Practice of the United States Relating to International Law. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 74: (1980), p. 178-186.

NICIU, Martian I. - Le Patrimoine Commun de l'Humanité en Droit International Maritime et en Droit Spatial (Quelques considérations). Annuaire de Droit Maritime. Nantes: Centre de Droit Maritime / Université de Nantes. ISSN 1259-4962. XIII: (1995), p. 9-16.

NISOT, Joseph - Le «Jus Cogens» et la Convention de Vienne sur les Traités. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXVI: (1972), p. 692-697.

- Le Concept de *Jus Cogens* Envisagé par Rapport au Droit International. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Editions de l'Institut de Sociologie. IV: (1968), p. 1-7.

- NJENGA, Frank X. - Historical Background of the Evolution of the Exclusive Economic Zone and the Contribution of Africa. In PONTECORVO, Giulio (Ed.) - *The New Order of the Oceans*. New York: Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5, p. 125-157.
- NOLLKAEMPER, André - Deep sea-bed mining and the protection of the marine environment. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 15, number 1: (January 1991), p. 55-66.
- NOLLKAEMPER, André and HEY, Ellen - Implementation of the LOS Convention at Regional Level: European Community Competence in Regulating Safety and Environmental Aspects of Shipping. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman Limited. ISSN 0927-3522. 10: 2, (May - 1995), p. 281- 300.
- NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton - **Entry into Force of the Law of the Sea Convention: 1994 Rhodes Papers**. With a Foreword by Sir Robert Y. Jennings. The Hague/Boston/London : Center for the Oceans Law and Policy - Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7.
- NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton (Eds.) - **Oceans Policy: New Institutions, Challenges and Opportunities**. The Hague / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, 1999. ISBN 90-411-1182-4.
- NORDQUIST, Myron H. (Ed.) - **United Nations Convention on the Law of the Sea - 1982: A Commentary**. Dordrecht/Boston/Lancaster : Center for Oceans Law and Policy - Martinus Nijhoff Publishers. Vol. I, 1985. ISBN 90-247-3145-3.
- NOVAKOVIC, Stojan - Could we have provided for a better United Nations Convention on the Law of the Sea ? Essays on the New Law of the Sea. Zagreb: Budislav Vukas (Ed.). ISSN 0351-5478. 1: (1985), p. 301-320.
- Common Heritage of Mankind Applied in the System of Exploitation of the Sea-Bed in the UN Convention on the Law of the Sea. Essays on the New Law of the Sea. Zagreb: Budislav Vukas (Ed.). ISSN 0351-5478. 2: (1990), p. 227-241.
- NOYES, John E. - El Tribunal Internacional de Derecho del Mar. Boletín Mexicano de Derecho Comparado. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas - Universidad Nacional Autónoma de México. XXVII, nº 81: (1994), p. 713-732.
- The Third-Party Dispute Settlement Provisions of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea: Implications for States Parties and for Nonparties. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law*

- of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 213-237.
- OBRA COLECTIVA - **Droits Maritimes. Tome I - Mer, Navire et Marins**. Paris/Lyon : Les Editions Juris Service, 1995. Droit Environnement et Cadre de Vie. ISBN 2.907 648 77-2.
- OBRA COLECTIVA - **Droits Maritimes. Tome II - Droit du Littoral, Droit Portuaire**. Paris/Lyon : Les Editions Juris Service, 1995. Droit Environnement et Cadre de Vie. ISBN 2.907 648 80-2.
- O'CONNELL, D. P. - **The International Law of the Sea**. Oxford : Clarendon Press, 1982. ISBN 0-19-825346-X.
- ODA, Shigeru - Japan and International Conventions Relating to North Pacific Fisheries. Washington Law Review. Washington: Washington Law Review Association. XLIII: (1967-1968), p. 63-75.
- International Law of the Resources of the Sea. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. 127 - II: (1969), p. 357-485.
 - Sharing of Ocean Resources - Unresolved Issues in the Law of the Sea. *In* Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 49-62.
 - **International Control of Sea Resources**. Dordrecht/Boston/London : Publications on Ocean Development - Martinus Nijhoff Publishers, 1989. ISBN 90-247-3800-8.
- ODUNTUN, Nii Alloytey - Administering the Resources of the Area: Converting Polymetallic Resources of the Area into Reserves. *In* NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton (Eds.) - *Oceans Policy. New Institutions, Challenges and Opportunities*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. ISBN 90-411-1182-4, p. 35-45.
- OGLEY, Roderick - **Internationalizing the Seabed**. England, U.S.A.: Gower Publishing Company Limited, 1984 - reprinted 1985. ISBN 0-566-00629-4.
- ORREGO VICUÑA, Francisco - Les Législations Nationales pour L'Exploitation des Fonds des Mers et leur Incompatibilité avec le Droit International. Annuaire Français de Droit International. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. XXIV: (1978), p. 810-826.

- Le Regime de l'Exploration et de l'Exploitation. In DUPUY, René-Jean e VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris, Bruxelles: Economica, Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X, 2-8027-0341-2, p. 551-601.
- The Deep Seabed Mining Regime: Terms and Conditions for its Renegotiation. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 20, number 5: (1989), p. 531-539.
- La "Mer de Présence" : un Nouveau Développement en Droit International a l'Égard de la pêche en Haute Mer. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. ISBN 2-233-00263-6. N° 7: (1993), p. 32-46.
- New Approaches under International Law to the Issue of High Seas Fisheries. In En Homenaje Al Profesor Eduardo JIMÉNEZ DE ARÉCHAGA - *El Derecho Internacional en un Mundo en Transformacion*. 1ª ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1994, p. 745-761.
- OSIEKE, Ebere - Flags of Convenience Vessels: Recent Developments. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 73: (1979), p. 604-627.
- OSMANCZYK, Edmund Jan - **The Encyclopedia of the United Nations and International Relations**. Second Edition. New York-Philadelphia-London : Taylor and Francis, 1990. ISBN 0-85066-833-6.
- OTERO, Paulo - **A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos: Análise Estrutural e Natureza Jurídica**. Lisboa : Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1988.
- OXMAN, Bernard H. e STEVENSON, John R. - The Preparation for the Law of the Sea Conference. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 68: (1974), p. 1-32.
- The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1974 Caracas Session. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 1-30.
- The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1975 Geneva Session. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 763-797.

- The Future of the United Convention on the Law of the Sea. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 88: 3, (1994), p. 488-499.

OXMAN, Bernard H. - The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: the 1976 New York Sessions. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 71, n° 1: (January, 1977), p. 247-269.

- The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: the 1977 New York Session. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 72: (1978), p. 57-83.

- The Third United Nations Conference on the Law of the Sea : The Seventh Session (1978). American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 73: (1979), p. 1-41.

- The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Eighth Session (1979). American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 74: (1980), p. 1-47.

- La Législation Américaine sur les Ressources Minérales Solides des Fonds Océaniques. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXVI: (1980), p. 700-727.

- The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Ninth Session (1980). American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 75: (1981), p. 211-256.

- The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The Tenth Session (1981). American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 76: (1982), p. 1-23.

- La Troisième Conférence des Nations Unies sur le Droit de la Mer. In DUPUY, René Jean et DANIEL, Vignes - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 143-216.

- United States Interests in the Law of the Sea Convention. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 88: 1, (January 1994), p. 167-178.

- Law of the Sea Forum: the 1994 Agreement on Implementation of the Seabed Provisions of the Convention on the Law of the Sea. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 88: 4, (1994), p. 687-696.

- PACHECO, João T. - Resultados da Exploração Geológica dos Fundos Marinhos e suas Perspectivas Futuras. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa. Série 94^a: 1-3, 4-6, (Janeiro-Março, Abril-Junho - 1976), p. 23-47.
- PANCRACIO, Jean-Paul - L'Affaire de l'Achille Lauro et le Droit International. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXI: (1985), p. 220-236.
- PANZERA, Antonio Filippo - Uso della forza e protezione dell'ambiente marino contro l'inquinamento. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LXIX: 4, (1986), p. 799-813.
- PAOLILLO, Felipe H. - Solucion de Controversias Relacionadas con Actos de Organizaciones Internacionales: el caso de la Autoridad Internacional de los Fondos Marinos. Revista Española de Derecho Internacional. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. XXXIII: 2, (1981), p. 491-521.
- The Institutional Arrangements for the International Sea-bed and their Impact on the Evolution of International Organizations. Recueil Des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht / Boston / Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90 247 3291 3 (volume), 90 247 2628 x (series). 188 - V: (1984), p. 137-337.
 - The Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea. Essays on the New Law of the Sea. Zagreb: Budislav Vukas. ISSN 0351-5478. 1: (1985), p. 321-356.
 - Les Structures Institutionnelles. In DUPUY, Rene-Jean et DANIEL, Vignes - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X 2-8029-0341-2, p. 603-684.
- PARDO, Arvid - A Statement on the Future Law of the Sea in Light of Current Trends in Negotiations. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane, Russak & Company, Inc. 1, number 4: (1973/1974), p. 315-335.
- The Evolving Law of the Sea: A Critique of the Informal Composite Negotiating Text (1997). Ocean Yearbook. Chicago: The University of Chicago Press, 1978. ISBN 0-226-06602-9, p. 9-37.
 - An Opportunity Lost. In BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - *Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of*

- the Third U. N. Conference on the Law of the Sea*. Honolulu: The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2, p. 68-80.
- PARK, Choon-Ho - Les Juridictions Maritimes dans la Mer de Chine. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXIV: (1980), p. 328-339.
- PASTOR RIDRUEJO, José Antonio - La Solucion de Controversias en la III Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar. Revista Española de Derecho Internacional. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. XXX: 1, (1977), p. 11- 32.
- **Curso de Derecho Internacional Publico**. Segunda Edicion ed. Madrid : Editorial Tecnos, 1987. ISBN 84-309-1451-X.
- **Curso de Derecho Internacional Publico y Organizaciones Internacionales**. Quinta ed. Madrid : Editorial Tecnos, 1994. ISBN 84-309-2499-X.
- Le Droit International à la Veille du Vingt et Unième Siècle: Normes, Faits et Valeurs - Cours général de droit international public. Recueil Des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht / Boston / Lancaster: Martinus Hijhoff Publishers. ISBN 90-411-1300-2. 274: (1998), p. 10-308.
- PAVICEVIC, Vladimir - Les Fonds Marins - patrimoine commun de l'humanité. Revue de la Politique Internationale. Belgrade: Jugoslovenska Stvarnost. XXI Année, n° 478: (1970), p. 26-28.
- PEET, Gerard - The MARPOL Convention: Implementation and Effectiveness. International Journal of Estuarine and Coastal Law. London: Graham & Trotman/Martinus Nijhoff. ISSN 0268-0106. Vol. 7, number 4: (1992), p. 277-295.
- PELL, Claiborne - A New Era in Ocean Policy. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Kluwer Law International. ISSN 0927-3522. 12, number 1: (1997), p. 1-4.
- PELL, Claiborne, [et al.] - Hearing before the Senate Committee on Foreign Relations on the Current Status of the Convention on the Law of the Sea, 103^d Congress, Second Session, 11 August 1994. Ocean Yearbook. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1996. ISBN 0-226-06615-0, p. 501-529.
- PELLET, Alain - **Droit International Public**. France : Presses Universitaires de France. Collection Mémentos Thémis.
- PELLET, Alain, DINH, Nguyen Quoc e DAILLIER, Patrick - **Direito Internacional Público**. Tradução de COELHO, Vítor Marques e Revisão de GOUVEIA, M^a Irene e SANTOS, Filipe Delfim a partir do original de 1992. 4^a ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. ISBN 972-31-0855-0.

- PEREIRA, André Gonçalves e QUADROS, Fausto de - **Manual de Direito Internacional Público**. 3ª Edição, Revista e Aumentada. Coimbra : Livraria Almedina, 1993. ISBN 972-40-0735-9.
- PERERA, Mahinda, MANN-BORGESE, Elisabeth and CHIRCOP, Aldo E. - The UN Convention on the Law of the Sea: The Cost of Ratification. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1990. ISBN 0-226-06611-8, p. 1-17.
- PÉREZ DE CUÉLLAR, Javier - **Memoria del Secretario General sobre la Labor de la Organizacion: Documentos Oficiales: cuadragésimo periodo de sesiones. Suplemento nº 1 (A/40/1)**. Nueva York : Naciones Unidas - Asamblea General, 1985. 8 p..
- PEREZ VERA, Elisa - Los factores economicos en el proceso de revision del derecho del mar. In OBRA COLECTIVA - *La Actual Revision del Derecho del Mar. Una Perspectiva Española*. Lisboa: 1974.
- PERISIC, Zvonko - Common Heritage of Mankind in the United Nations Convention on the Law of the Sea. Essays on the New Law of the Sea. Zagreb: Budislav Vukas (Ed.). ISSN 0351-5478. 1: (1985), p. 289-300.
- La III^{ème} Conférence sur le droit de la mer et les résolutions d'Alger. Revue de Politique Internationale. Belgrade: Jugoslovenska Stvarnost. XXV^e Année: 571, (1974), p. 8-10.
- PETACCIO, Victor - Water Pollution and the Future Law of the Sea. The International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative law. 21: (1972), p. 15-42.
- PETERS, Paul - The Role of Industry in Ocean Mining under the Parallel System. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 103-108.
- PETERSMANN, E. U. - Rechtsprobleme der deutschen Interimgesetzgebung für den Tiefseebergbau. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 41: (1981), p. 265-328.
- PEYROUX, Evelyne - Les incidents du nouveau droit de la mer sur le régime des pêches des Neuf. Revue Trimestrielle de Droit Européen. Paris: Editions Sirey. 13^e Année: nº 1, (Janvier-Mars 1977), p. 53-78.

- PHARAND, Donat - The Legal Status of the Arctic Regions. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Netherlands: Sijthoff & Noordhoff. ISBN 90- 286-093-x. 163 - II: (1979), p. 53-115.
- PHILIPP, Christiane, WOLFRUM, Rüdiger (Eds.) - **United Nations : Law, Policies and Practice**. New, Revised English ed. Dordrecht/London/Boston : Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 0-7923-2717-9.
- PICCARD, Jacques, CAFLISCH, Lucius - The Legal Regime of Marine Scientific Research and the Third United Nations Conference on the Law of the Sea. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 38: (1978), p. 848-901.
- PINTO, C. W. - Mineral Resources. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: the Law if the Sea*. Edited by: DUPUY, René-Jean. Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 19-32.
- PIRTLE, Charles E. - Alternative Regimes for Harvesting the Seabed. A Review Article. Ocean Developmant and International Law Journal. New York. ISSN 0090-8320. 9, number 1-2: (1981), p. 77-99.
- PLANO, Jack C., RIGGS, E. Robert - **The United Nations: International Organization and World Politics**. Second Edition. Belmont, California : Wadsworth Publishing Company, 1994. ISBN 0-534-19704-3.
- PLATZÖDER, Renate - **The 1994 United Nations Convention on the Law of the Sea: Basic Documents with an Introduction**. Dordrecht/ Boston/ London : Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 0-7923-3271-7.
- POCH Y GUTIÉRREZ DE CAVIEDES, Antonio - Introduccion. In *La Actual Revision del Derecho del Mar - Una Perspectiva Española (Obra Colectiva)*, p. 9-23.
- PONTAVICE, Emmanuel du et CORDIER, Patricia - **La Mer et son Droit: Droit de la mer: problèmes actuels**. 1^a ed. Paris : Presses Universitaires de France, 1984. ISBN 2-13-037903-6.
- PONTAVICE, Emmanuel Du et RODIERE, René - **Droit Maritime**. 11^e Édition. Paris: Éditions Dalloz, 1991.
- PONTECORVO, Giulio - Reflections on the Economics of the Common Heritage of Mankind. The Organization of the Deep-Sea Mining Industry and the Expected Benefits from Resource Exploitation. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane, Russak & Company, Inc. 2: (1974), p. 203-216.

- Opportunity, Abundance, Scarcity: An Overview. *In* PONTECORVO, Giulio (Ed.) - *The New Order of the Oceans*. New York: Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5, p. 1-14.
 - Division of the Spoils: Hydrocarbons and Living Resources. *In* PONTECORVO, Giulio (Ed.) - *The New Order of the Oceans*. New York: Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5, p. 15-28.
 - Musing About Seabed Mining, or Why What we Don't Know Can Hurt Us. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 21, number 1: (1990), p. 117-118.
- PONTECORVO, Giulio (Ed.) - **The New Order of the Oceans: The Advent of a Managed Environment**. New York : Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5.
- POST, Alexandra M. - United Nations Involvement in Ocean Mining. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 10, numbers 3-4: (1981/2), p. 275-313.
- POULAIN, Michèle - Chronologie des faits internationaux d'intérêt juridique (année 1991). Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXVII: (1991), p. 1047-1080.
- Chronologie des faits internationaux d'intérêt juridique (année 1992). Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXVIII: (1992), p. 1165-1207.
 - Chronologie des faits internationaux d'intérêt juridique. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique Editions. ISSN 0066-3085. XXXIX: (1993), p. 1079-1118.
 - Chronologie des faits internationaux d'intérêt juridique (année 1994). Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XL: (1994), p. 1143-1179.
- POULANTZAS, Nickolaos M. - The Right of Hot Pursuit especially under the Geneva Convention on the High Seas. Revue Hellénique de Droit International. Athènes: Librairie I. N. Zacharopoulos. 14^{ème} Année: (1961), p. 196-224.
- PRAT, Jean-Luc and LE MORVAN, Didier - Chronique des Événements de Mer. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Édition A. Pedone. N° 5: (1991), p. 157-167.

- Chronique des Événements de Mer 1992-1993. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. ISBN 2-233-00263-6. N° 7: (1993), p. 165-174.
- PREPARATORY COMMISSION - Preparatory Commission for Sea-Bed Authority and Law of the Sea Tribunal Concludes Session at Headquarters, 27 July-21 August. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1989. ISBN 0-226-06609-6, p. 506-512.
- PREPARATORY COMMISSION - Sixth Session of Preparatory Commission for International Sea-Bed Authority and International Tribunal for Law of the Sea, Kingston, 14 March-8 April, 1988. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1989. ISBN 0-226-06609-6, p. 513-528.
- PREPARATORY COMMISSION - Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and Sea-Law Tribunal Concludes Seventh Session, 14 August-1 September 1989. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991. ISBN 0-226-06612-6, p. 461-470.
- PREPARATORY COMMISSION - Report on the Eighth Session of the Preparatory Commission for the International Seabed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea, Kingston, 5-30 March 1990 - New York, 13-31 August 1990. Ocean Yearbook. London and Chicago: The University of Chicago Press, 1992. ISBN 0-226-06613-4, p. 402-410.
- PRILL, Norbert J. - Technologietransfer und Meeresnutzung. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kolhammer. 38: (1978), p. 801-847.
- PRZETACZNIK, Franciszek - La Déclaration sur le Plateau Continental de La Mer Baltique et le Droit International. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Editions de L'Institut de Sociologie. (1970), p. 462-483.
- PUEYO LOSA, Jorge - La Indeterminación del Nuevo Orden Jurídico-Marítimo Internacional : reflexiones sobre el carácter consuetudinario de la zona económica exclusiva y el valor de la nueva convención sobre el derecho del mar. Revista Española de Derecho Internacional. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Vol. XXXVII, n° 2: (1985), p. 323-354.
- PULVENIS, Jean-François - La Mer des Caraïbes. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXIV: (1980), p. 310-317.

- La Plateau Continental, Définition et Régime. *In* DUPUY, René-Jean et DANIEL, Vignes, - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 275-336.
- Vers une emprise des états riverains sur la haute mer au titre des grands migrateurs? Le regime international de la pêche au thon dans le Pacifique Oriental. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXV: (1989), p. 774-806.
- PUREZA, José Manuel - **O Património Comum da Humanidade: rumo a um Direito Internacional da Solidariedade**. Porto : Edições Afrontamento, Junho de 1998. Saber Imaginar o Social/12. ISBN 972-36-0465-5.
- QUADRI, R. - Cours Générale de Droit International Public. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. 113 - III: (1964), p. 239-483.
- QUENEUDEC, Jean-Pierre, LEVINET, Michel, SUDRE, Frederic - Chronique du Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XX: (1974), p. 830-840.
- QUENEUDEC, Jean-Pierre - Le Reject a la Mer de Déchets Radioactives. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XI: (1965), p. 750-782.
- Chronique du Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XV: (1969), p. 737-760.
- Chronique du Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. ISBN 2-222-03121-4. XXVII, (1981), p. 674-688.
- Zone Économique Exclusive et Forces Aéronavales. *In* Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: René-Jean DUPUY. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 319-324.
- The Peaceful use of International Maritime Areas. *In* ROZAKIS, Christos L. and STEPHANOU, Constantine A. (Eds.) - *The New Law of the Sea*. Amsterdam - New York - Oxford: Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1983. ISBN 0-444-86804-6, p. 187-197.
- Les Tendances Dominantes du Système Juridique issu de la Convention. *In* SOCIETE FRANÇAISE POUR LE DROIT DE LA MER - COLLOQUE DE ROUEN -

- Perspectives du Droit de la Mer à l'Issue de la 3^e Conférence des Nations Unies*. Paris: Éditions A. Pedone, 1984. ISBN 2-233-00135-4, p. 125-173.
- Chronique du Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXVI: (1990), p. 744-756.
 - Le "Nouveau" Droit de la Mer est arrivé! Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. 98 - 4: (1994), p. 865-870.
 - La France et le Droit de la Mer. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Members States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 151-198.
- R. VALLE, Henrique - Adjustments to Part XI: United Nations Efforts (The Negotiation Process). In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 47-52.
- RAMOS, Rui Manuel Gens De Moura - **Da Comunidade Internacional e do seu Direito: Estudos de Direito Internacional Público e Relações Internacionais**. Coimbra : Coimbra Editora, 1996. ISBN 972-32-0748-6.
- RANJEVA, Raymond - L'Océan Indien et le Nouveau Droit de la Mer. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXIV: (1980), p. 298-309.
- Le Règlement des Différends. In DUPUY, René-Jean et DANIEL, Vignes - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 1105-1167.
- RATNER, Leigh S. - The Deep Seabed Mining Controversy: A Rejoinder. In BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - *Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea*. Honolulu: The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2, p. 38-43.
- RATTRAY, Kenneth - Resolution and Agreement Relating to the Implementation of Part XI of the UN Convention on the Law of the Sea: A General Assessment - Comment. Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV). Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 298-309.
- Assuring Universality: Balancing the Views of the Industrialized and Developing Worlds. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force*

- of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 55-77.
- RESOLUTION 48/263 - 28 Juillet 1994. Accord Relatif A L'application De La Partie XI De La Convention Des Nations Unies Sur Le Droit De La Mer Du 10 Décembre 1982 - Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. 98: 3, (1994), p. 856-857.
- REUTER, Paul - **Le développement de l'ordre juridique international: Ecrits de droit international**. Paris : Economica, Collection Droit International.
- **Direito Internacional Público**. Lisboa : Editorial Presença, 1981.
- REVERDIN, Jacques - Le Régime Juridique des Grands Fonds Marins. Annuaire Suisse de Droit International. Zürich: Société Suisse de Droit International - Schulthess Polygraphischer Verlag. XXXIX: (1983), p. 105-132.
- RIBEIRO, Manuel de Almeida - **A Zona Económica Exclusiva**. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 1992.
- Portugal e a Convenção de Montego Bay. In *Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1995, p. 283-328.
- **A Organização das Nações Unidas**. Coimbra : Livraria Almedina, 1998. ISBN 972-40-1075-9.
- Revisitando a Convenção de Montego Bay. In *Estudos em Homenagem a Joaquim M. da Silva Cunha*. Porto: Centro de Cópias António Silva Lemos Artes Gráficas, Lda., 1999. ISBN 972-8282-22-2, p. 573-603.
- RIDDELL-DIXON, E. - The Preparatory Commission on the International Sea-bed Authority: "New Realism"? International Journal of Estuarine and Coastal Law. London: Graham & Trotman/Martinus Nijhoff. ISSN 0268-0106. 7, number 3: (1992), p. 195-216.
- RIDEAU, J., BETTATI, M., BOTTINI, R. de, DUPUY, R.-J., ISOART, P., SORTAIS, J.-P., TOUSCOZ, J., ZARB, A.-H. - **La Souveraineté au XX^e Siècle**. Paris : Librairie Armand Colin, 1971. Collection U. Série "Relations et institutions internationales" - dirigée par R.-D. DUPUY.
- RIESENFELD, Stefan A. - Jus Dispositivum and Jus Cogens in international Law : in the light of a recent decision of the German Supreme Court. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 60: (1966), p. 510-515.

- RIGGS, E. Robert, PLANO, Jack C. - **The United Nations: International Organization and World Politics**. Second Edition. Belmont, California : Wadsworth Publishing Company, 1994. ISBN 0-534-19704-3.
- RIPHAGEN, W. - Dispute Settlement in the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea. In ROZAKIS, Christos L. and STEPHANOU, Constantine A. (Eds.) - *The New Law of the Sea*. Amsterdam - New York - Oxford: Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1983. ISBN 0-444-86804-6, p. 281-301.
- RIPHAGEN, Willem - La Navigation dans le Nouveau Droit de la Mer. In BARDONNET, Daniel et VIRALLY, Michel - *Le Nouveau Droit International de la Mer*. Paris: Éditions A. Pedone, 1983. ISBN 2-233-00121-4, p. 141-176.
- RÖBEN, Volker - A Case Study on a Joint Venture Project. Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV). Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 348-390.
- ROBINSON, Darryl - Defining "Crimes Against Humanity" at The Rome Conference. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 93, n° 1: (1990), p. 43-57.
- ROCHA, Rosa Maria Sousa Martins - **O Mar Territorial: Largura e Natureza Jurídica**. Porto : Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, 1996. Monografias. ISBN 972-9354-14-6.
- RODIERE, René et PONTAVICE, Emmanuel Du - **Droit Maritime**. 11^e Édition. Paris: Éditions Dalloz, 1991.
- RODRÍGUEZ CARRIÓN, Alejandro J. - **Lecciones de Derecho Internacional Público**. 4^a ed. Madrid : Editorial Tecnos, 1998. ISBN 84-309-3251-8.
- ROFFE, Pedro - Technology Issues in International Agenda: A Review of two Decades of Multilateral Deliberations in the United Nations and GATT. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 285-314.
- ROMUALDO, Bermejo and BOU, Valentin - L'Espagne et le Droit de la Mer. In (Ed.), TREVES, Tullio - *The Law of the Sea. The European Union and its Member States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 449-494.

- ROSENNE, Shabtai - La Participation a la Convention des Nations Unies sur le Droit de Mer. In BARDONNET, Daniel et VIRALLY, Michel - *Le Nouveau Droit International de la Mer*. Paris: Éditions A. Pedone, 1983. ISBN 2-233-00121-4, p. 287-369.
- Establishing the International Tribunal for the Law of the Sea. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 89, n° 4: (1995), p. 806-814.
- ROSS, David A. - Ocean Science: Its Place in the New Order of the Oceans. In PONTECORVO, Giulio (Ed.) - *The New Order of the Oceans*. New York: Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5, p. 65-84.
- ROTH, Michael W. e LARSON, David L. - The law of the sea and maritime strategy. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 13, number 4: (July 1989), p. 193-217.
- ROUCOUNAS, Emmanuel - Greece and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Members States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 225-260.
- ROYCE, William F. and HANSEN, Edward D. - Food Fishery Policies in the Western United States. Washington Law Review. Washington: Washington Law Review Association. XLIII: (1967-1968), p. 231-267.
- ROZAKIS, Christos L. and STEPHANOU, Constantine A. (Eds.) - **The New Law of the Sea: Selected and Edited Papers of Athens Colloquium on the Law of the Sea, September 1982**. Amsterdam - New York - Oxford : Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1983. ISBN 0-444-86804-6.
- RUBIN, Alfred P. - Is Piracy Illegal? American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 70: (1976), p. 92-95.
- RUDOLF, Davorin - La limite de la zone économique de la bande epicontinental. Revue de Politique Internationale. Belgrade: Jugoslovenska Stvarnost. XXV^e Année: 581, (1974), p. 9-11.
- RUZIE, David - **Droit International Public**. Onzième édition. Paris : Éditions Dalloz, 1994.
- SAAL, Agnès - Chronologie des faits internationaux d'ordre juridique (année 1980). Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXVI: (1980), p. 978-1040.

- Chronologie des faits internationaux d'ordre juridique (année 1985). Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXI: (1985), p. 1036-1053.
 - Chronologie des faits internationaux d'ordre juridiques (année 1986). Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXII: (1986), p. 1050-1064.
 - Chronologie des faits internationaux d'ordre juridique (année 1987). Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXIII: (1987), p. 1031-1042.
- SAFFO, Paul Laurence - The Common Heritage of Mankind: Has the General Assembly Created a Law to Govern Seabed Mining. Tulane Law Review. New Orleans, Louisiana: Tulane Law Review Association. 53: (1978-1979), p. 492-520.
- SAINT-PAUL, François - La France, Investisseur Pionnier des Fonds Marins. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXIII: (1987), p. 681-688.
- SALMON, Jean J. A. - La Pratique Belge. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Editions de L'Institut de Sociologie. (1969), p. 338-341.
- SAMBRAILO, Branko - La protection du milieu marin contre la pollution. Revue de Politique International. Belgrade: Jugoslovenska Stvarnost. XXV^e Année: 574, (1974), p. 26-29.
- SAN, Prince Ajibola, BELLO, Emmanuel G., (Eds.) - **Essays in Honour of Judge Taslim Olawale Elias**. Vol. II. African Law and Comparative Public Law. With an Introduction by Professor Ian BROWNIE, Professor of Public International Law, University of Oxford. Dordrecht / Boston / London : Martinus Nijhoff Publishers, 1992. ISBN 0-7923-1426-3.
- SANTA CRUZ, Fernando Zegers - Deep Sea-bed Mining Beyond National Jurisdiction in the 1982 UN Convention on the Law of the Sea: Description and Prospects. German Yearbook of International Law. Berlin: Institut für Internationales Recht and der Universität (Ed.), Duncker & Humblot, 1988. ISBN 3-428-06718-5, p. 107-119.
- SANTOS, Victor Marques Dos - **A HUMANIDADE E O SEU PATRIMÓNIO: Reflexões Contextuais sobre a Conceptualidade Evolutiva e Dinâmica Operatória em Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001. ISBN 972-9229-85-6.

- SARAIVA GUERREIRO, Ramiro - O Aproveitamento dos Recursos do Fundo do Mar Além das Jurisdições Nacionais. Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Ano XXV, n^{os} 49-50: (Jan. - Dez. 1969), p. 5-15.
- SAVINI, Michel - La Règlementation de la Pêche en Haute Mer par l'Assemblée Générale des Nations Unies. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXVI, p. 777-817.
- SCHACHTER, Oscar - Concepts and Realities in the New Law of the Sea. In PONTECORVO Giulio (Ed.), - *The New Order of the Oceans*. New York: Columbia University Press, 1986. ISBN 0-231-05870-5, p. 29-59.
- SCHACHTER, Oscar, JOYNER, Christopher - **United Nations Legal Order**. 1995. ISBN 0 521 46522 2.
- SCHACHTER, Oscar, JOYNER, Christopher C. (Eds.) - **United Nations Legal Order**. Cambridge : The American Society of International Law and Cambridge University Press, 1995. ISBN 0-521-46522-2.
- SCHACHTER, Oscar and SERWER, Daniel - Marine Pollution Problems and Remedies. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 65: (1971), p. 84-111.
- SCHIERING, Wulf-Peter - UNCTAD Liner Code Convention and EC Shipping Policy. Aussen Politik. Hamburg: Interpress Verlag GmbH. 30: 2, (1979), p. 184-194.
- SCHMIDT, Markus G. - **Common Heritage or Common Burden?: The United States Position on the Development of a Regime for Deep Sea-Bed Mining in the Law of the Sea Convention**. Oxford : Clarendon Press, 1989. ISBN 0-19-825227-7.
- SCHOLZ, Wesley S. - Observations on the Draft Agreement Reforming the Deep Seabed Mining Provisions of the Law of the Sea. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 69-84.
- SCHWARZENBERGER, Georg - The Fundamental Principles of International Law. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. 87: I, (1955), p. 190-373.

- SCHWEISFURTH, Theodor - The Influence of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea on International Customary Law. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 43: (1983), p. 566-584.
- International Treaties and Third States. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 45: (1985), p. 653-674.
- SCHWELB, Egon - Some Aspects of International *Jus Cogens* as Formulated by the International Law Commission. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 61: (1967), p. 946-975.
- SCOVAZZI, Tullio - Fondi Marini e Patrimonio Comune dell'Umanità. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LXVII: 2, (1984), p. 249-258.
- **Elementi di Diritto Internazionale del Mare**. Seconda ed. Milano : Giuffrè Editore, 1994. Testi per Esercitazioni di Diritto Internazionale - 3. ISBN 88-14-05068-6.
- **Elementos de Derecho Internacional del Mar**. Edición española a cargo de Valentín BOU FRANCH. Madrid : Editorial Tecnos, 1995. ISBN 84-309-2726-3.
- SCOVAZZI, Tullio, GIULIANO, Mario, TREVES, Tullio - **Diritto Internazionale: Gli Aspetti Giuridici Della Coesistenza Degli Stati**. Seconda Edizione ed. Milano : Dott. A. Giuffrè Editore, 1983. ISBN 88-14-03149-5.
- SCOVAZZI, Tullio, GIULIANO, Mario, TREVES, Tullio - **Diritto Internazionale: parte generale**. Milano : Giuffrè, 1991. ISBN 88-14-02950-4.
- SEAPOL - Seapol International Conference. Ocean Development and Management in Southeast Asia: Prospects for Implementation of the UN Convention of the Law of the Sea. Report of the Rapporteurs on the Technical Workshop (26-28 April 1987). Summary of Proceedings of the Public Symposium (30 April 1987). Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 12, number 1: (January, 1988), p. 49-66.
- SELAK, Charles B. - Recent Developments in High Seas Fisheries Jurisdiction under the Presidential Proclamation of 1945. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 44: (1950), p. 670-681.
- SELLIN, Thierry - Problèmes Actuels de Géostratégie Navale : l'Asie à l'Aube du XXI^{ème} Siècle. Collection Espaces et Ressources Maritimes - Droit et Sciences Humaines. Paris: Éditions A. Pedone. ISSN ISBN 2-233-00263-6. N° 7: (1993), p. 87-101.
- SERRA, José De Almeida - **Uma Política para o Mar**. Prefácio de José Torres CAMPOS. Lisboa : Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1987. Cadernos CEE - 3.

- SERWER, Daniel and SCHACHTER, Oscar - Marine Pollution Problems and Remedies. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 65: (1971), p. 84-111.
- SHARMA, O. P. - India and the United Nations Convention on the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 26: (1995), p. 391-412.
- SHARMA, Surya P. - Framework of Likely Disputes under the Law of the Sea Convention - Some Thoughts. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 45: (1985), p. 465-496.
- SHEARER, I. A. , H. M., S. J. O. - Australia and the International Law Of The Sea. Archiv des Völkerrechts. J. C. B. Mohr (Paul Siebeck) Tübingen. ISSN 0003-892X. Band 24: (1986), p. 22-40.
- SHINGLETON, Brad - UNCLOS III and the Struggle for Law: The Elusive Customary Law of Seabed Mining. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 13, number 1: (1983), p. 33-63.
- SHYAM, Manjula R. - Deep Seabed Mining: An Indian Perspective. Ocean Development and International Law. The Journal of Marine Affairs. New York, Philadelphia London: ISSN 0090-8320. 17, number 4: (1985), p. 325-349.
- SICAULT, Jean-Didier et KISS, Alexandre - La Conférence des Nations Unies sur l'Environnement (Stockholm, 5-16 juin 1972). Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XVIII: (1972), p. 603-628.
- SICO, Luigi e LEANZA, Umberto (Appunti Dalle Lezioni Dei Professori) - **Il Regime Giuridico dell'Alto Mare e delle Acque Adiacenti: Parte Generale**. Raccolti dalle Dottoresse Talitha Vassalli di Dachenhausen ed Adriana Castaldo. Napoli : Editrice Piemme, 1972.
- SIMMONDS, Kenneth R. - The Status of the United Nations Convention on the Law of the Sea 1982. The International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative Law. ISSN 0020-5893. 35: 2, (April 1985), p. 359-368.
- The Community's Declaration upon Signature of the United Nations Convention on the Law of the Sea. Common Market Law Review. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers. 23: (1986), p. 521-544.
 - The European Economic Community and the New Law of the Sea. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 0-7923-1324-0. 218 - VI: (1989), p. 9-166.

- A. 1. Introduction and appendices. *In* SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - «New Directions in the Law of the Sea (New Series)». London. Rome. New York: Oceana Publications, Inc., 1994 (August). ISBN 0-379-16550-3, p. 1 e s..
- SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - **New Directions in the Law of the Sea**. London / Rome / New York : Oceana Publications, Inc., 1993. ISBN 0-379-16550-3.
- SINGH, Nagendra - International Law Problems of Merchant Shipping. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. 107 - III: (1962), p. 7-167.
- SKOURTOS, Nikos ST. - Legal Effects for Parties and Nonparties: the Impact of the Law of the Sea Convention. *In* NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 187-211.
- SOARES, Albino Azevedo - **Perspectivas de um Novo Direito do Mar**. Coimbra : Livraria Almedina, 1979.
- **Lições de Direito Internacional Público**. 4ª Ed. (reimp). Coimbra : Coimbra Editora, 1996. ISBN 972-32-0101-1.
- SOCIÉTÉ FRANÇAISE Pour Le Droit De La Mer - Colloque De Rouen - **Perspectives du Droit de la Mer à l'Issue de la 3^e Conférence des Nations Unies**. Paris : Éditions A. Pedone, 1984. ISBN 2-233-00135-4.
- SOHN, Louis B. - A Tribunal for the Sea-Bed or the Oceans. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 32: (1972), p. 253-264.
- International Law Implications of the 1994 Agreement. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 88: 4, (1994), p. 696-705.
- Settlement of Law of the Sea Disputes. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman Limited. ISSN 0927-3522. 10: 2, (May - 1995), p. 205-217.
- The Importance of the Peaceful Settlement of Disputes Provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea. *In* NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 265-277.
- Advisory Opinions by the International Tribunal for the Law of the Sea or Its Seabed Disputes Chamber. *In* NORDQUIST, Myron H. and MOORE, John Norton

- (Eds.) - *Oceans Policy. New Institutions, Challenges and Opportunities*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. ISBN 90-411-1182-4, p. 61-72.
- SOMERS, Eddy - The Division of Powers in Maritime Areas. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XVII: 1, (1983), p. 323-347.
- SOONS, Alfred H. A. and DOTINGA, Harm M. - The Netherlands and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Member States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 365-426.
- SORENSEN - Principes de Droit International Public. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Leyde (Pays-Bas): A. W. Sijthoff. 101 - III: (1960), p. 1 e s..
- SORENSEN, Max (Ed.) - **Manual of Public International Law**. London : MACMILLAN, 1968.
- SORTAIS, J.-P., BETTATI, M., BOTTINI, R. de, DUPUY, R.-J., ISOART, P., RIDEAU, J., TOUSCOZ, J., ZARB, A.-H. - **La Souveraineté au XX^e Siècle**. Paris : Librairie Armand Colin, 1971. Collection U. Série "Relations et institutions internationales" - dirigée par R.-D. DUPUY.
- SOTO, Alvaro De - The Response of the Group of 77. In BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - *Perspectives on U. S. Policy Toward the Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea*. Honolulu: The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2, p. 44-49.
- SPERDUTI, Giuseppe - Sul Regime Giuridico dei Mari. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore. XLIII: (1960), p. 58-76.
- STANDARD, P. Judson - The Changing of the Guard: The U. S. Signing of the Agreement relating to the Implementation of the 1982 Convention on the Law of the Sea. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996. ISBN 0-226-06615-0, p. 52-60.
- STARKLE, Guido - Les Épaves de Navires en Haute Mer et le Droit International. Le Cas du «Mont-Louis». Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XVIII: 1, (1984-1985), p. 496-528.
- STAVRIDIS, Jim e GALDORISI, George - Time to Revisit the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 24: (1993), p. 301-315.
- STAVROPOULOS, Constantin A. - Procedural Problems of the Third Conference on the Law of the Sea. In NORDQUIST, Myron H. (Ed.) - *United Nations Convention on the Law of*

The Sea 1982 - A Commentary. Dordrecht/Boston/Lancaster: Center for Oceans Law and Policy - Martinus Nijhof Publishers, 1985. ISBN 90-247-3145-3, p. LVII-LXV.

- A European Perception of the Attitude of the United States at the final Stage of UNCLOS III with Respect to the Exploitation of the Deep Sea-Bed. In ROZAKIS, Christos L. and STEPHANOU, Constantine A. (Eds.) - *The New Law of the Sea*. Amsterdam - New York - Oxford: Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1983. ISBN 0-444-86804-6, p. 259-278.

STEPHANOU, Constantine A. and ROZAKIS, Christos L. (Eds.) - **The New Law of the Sea: Selected and Edited Papers of Athens Colloquium on the Law of the Sea, September 1982**. Amsterdam - New York - Oxford : Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1983. ISBN 0-444-86804-6.

STERNBERG, Mark R. Von - Territorial Jurisdiction - Mining the Deep Seabed - International Problems and National Resolutions. Vanderbilt Journal of Transnational Law. Nashville: The Vanderbilt University School of Law. ISSN 0090-2594. 5, n° 2: (Spring 1972), p. 497-502.

STEVENSON, John R. e OXMAN, Bernard H. - The Preparation for the Law of the Sea Conference. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 68: (1974), p. 1-32.

- The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1974 Caracas Session. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 1-30.

- The Third United Nations Conference on the Law of the Sea: The 1975 Geneva Session. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 763-797.

- The Future of the United Convention on the Law of the Sea. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 88: 3, (1994), p. 488-499.

STOLL, Peter-Tobias - The Entry into Force of the Convention on the Law of the Sea: A Redistribution of Competences in Relation to the Management of the International Commons? Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV). Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 391-420.

- STONE, Oliver L. - The United States Draft Convention on the International Seabed Area. Tulane Law Review. New Orleans, Louisiana: Tulane Law Review Association. 45: (1970-1971), p. 527-545.
- STRATI, A. - **The Protection of the Underwater Cultural Heritage: An Emerging Objective of the Contemporary Law of the Sea**. Hague / London / Boston : Martinus Nijhoff, 1995. ISBN 0-7923-3052-8.
- SUCHARITKUL, Sompong - Evolution continue d'une notion nouvelle: le patrimoine commun de l'humanité. In Essays in Memory Jean CARROZ - *The Law of the Sea*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1987. P. 267-280.
- Evolution continue d'une notion nouvelle: le patrimoine commun de l'humanité. In DINSTEIN, Yoram (Ed.) - *International Law at Time of Perplexity. Essays in Honour of Shabtai Rosenne*. Dordrecht, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1989. ISBN 90-247-3654-4, p. 887-908.
- SUDRE, Frederic, QUENEUDEC, Jean-Pierre, LEVINET, Michel - Chronique du Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XX: (1974), p. 830-840.
- SULIKOWSKI, Terese - Soviet Ocean Policy. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane, Russak & Company, Inc. 3, number 1: (1975), p. 69-73.
- SUR, Serge, COMBACAU, Jean - **Droit International Public**. Paris : Éditions Montchrestien, 1993. Domat Droit Public. ISBN 2-7076-0456-9.
- **Droit International Public**. 4^e ed. Paris : Montchrestien, 1999. Domat Droit Public. ISBN 2-7076-1154-9.
- SYMMONS, Clive R. - The Maritime Zones around the Falkland Islands. International and Comparative Law Quarterly. London: The British Institute of International and Comparative Law. 37: 2, (1988), p. 283-324.
- Ireland and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.), - *The Law of the Sea. The European Union and its Member States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 261-326.
- SYMONIDES, Janusz - Poland and the New Law of the Sea. Polish Yearbook of International Law. Warszawa: Polish Academy of Sciences. Institute of State And Law. ISSN 0554-498X. XII: (1983), p. 57-76.
- SYMPOSIUM (An) International - Implementing The United Nations Convention on the Law of the Sea - January 27, 1995 - Georgetown University Law Center. Georgetown

- International Environmental Law Review. Georgetown: Georgetown University Law Center. ISSN 1042-1858. VII, number 3: (1995), p. 631-829.
- TAMBS-LYCHE, Hans - Le Conseil International pour l'Exploration de la Mer (CIEM) et la Formulation d'Avis Scientifiques. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXVI: (1980), p. 728-740.
- TEICHMANN, David L. and VAN DYKE, Jon M. - Transfer of Seabed Mining Technology: A Stumbling Block to U.S. Ratification of the Law of the Sea Convention? Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 13, number 4: (1984), p. 427-455.
- TEVERTON, Gregory F. and LOWENTHAL, Abraham F. (Eds.) - **Latin America in a New World**. San Francisco, Oxford : Westview Press, Boulder, 1994. ISBN 0-8133-8670-5.
- THE DEEP SEABED AND ITS MINERAL RESOURCES : **Proceedings of the 3rd International Ocean Symposium. 1978 Tokyo**. Tokyo : Ocean Association of Japan, 1979.
- THEODOROPOULOS, Christos - The Wealth of the International Sea-Bed Area - Benefit of Mankind and Private Profit - A Global System Conflict Between International Collective Management and Unilateral National Appropriation of Seep Sea-Bed Mineral Resources. Revue Hellénique de Droit International. Athènes: Institut Hellénique de Droit International et Étranger. 37^{ème} Année: n^{os} 1-4, (1984), p. 113-132.
- The Wealth of the International Sea-Bed Area - Benefit of Mankind and Private Profit - A Global System Conflict Between International Collective Management and Unilateral National Appropriation of Deep Sea-Bed Mineral Resources. The Indian Journal of International Law. New Delhi: Society of International Law. 26: (1986), p. 365-384.
- THIBAUT, Françoise - L'Amérique Latine et l'Évolution du Droit International de la Mer. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXV: (1971), p. 742-758.
- THIERRY, Hubert - **Droit et Relations Internationales: Traités, Résolutions, Jurisprudence**. Paris : Éditions Montchrestien, 1984. ISBN 2-7076-0308-2.
- L'Évolution du Droit International. Cours générale de droit international public. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 0-7923-1354-2. 222 - III: (1990), p. 9-186.
- THIERRY, Hubert, [et al.] - **Droit International Public**. Cinquième ed. Paris : Éditions Montchrestien, 1986. *Precis Domat*. ISBN 2-7076-0334-1.

- TJOP, J. - Le Jus Cogens dans le Droit International. In CONSTANTOPOULOS, D. S. (Dir.) - *THESAURUS ACROASIUM*. Thessaloniki: The Institute of Public International Law and International Relations of Thessaloniki, 1992, p. 593-599.
- TOURET, Denis - La Loi Française de 1981 sur l'Exploration e l'Exploitation des Grands Fonds Marins. Revue de Droit International de Sciences Diplomatiques et Politiques (The International Law Review). Suisse. LX: (1982), p. 302-306.
- The French Deep-Sea Mining Legislation of 1981. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 13, number 1: (1983), p. 115-120.
- TOUSCOZ, Jean - **Direito Internacional**. Mem Martins : Publicações Europa América, 1993. Biblioteca Universitária. ISBN 972-1-03842-3.
- TOUSCOZ, J., BETTATI, M., BOTTINI, R. de, DUPUY, R.-J., ISOART, P., RIDEAU, J., SORTAIS, J.-P., ZARB, A.-H. - **La Souveraineté au XX^e Siècle**. Paris : Librairie Armand Colin, 1971. Collection U. Série "Relations et institutions internationales" - dirigée par R.-D. DUPUY.
- TREVES, Tullio - Les Tendances Récentes du Droit Conventionnel de la Responsabilité et le Nouveau Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISBN 2-222.01975-3. XXI: (1975), p. 767-783.
- La Communauté Européenne et la Zone Économique Exclusive. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXII: (1976).
 - La Conferenza sul Diritto del Mare : dal "Testo Unico Riveduto" del 1976 al "Testo Composito Informale di Negoziato" del 1977. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LX: (1977), p. 566- 578.
 - La Pollution Résultante de l'Exploration et de l'Exploitation des Fonds Marins en Droit International. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXIV: (1978), p. 827-850.
 - La Settima Sessione della Conferenza del Diritto del Mare. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LXII: (1979), p. 125-154.
 - L'Ottava Sessione della Conferenza sul Diritto del Mare. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LXII: (1979), p. 717-742.

-
- Principe du Consentement et Recherche Scientifique dans le Nouveau Droit de la Mer. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXXIV: (1980), p. 253-268.
 - La Nona Sessione della Conferenza sul Diritto del Mare. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LXIII: (1980), p. 432-463.
 - La Notion d'Utilisation des Espaces Marins a des Fins Pacifiques dans le Nouveau Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. XXVI: (1980), p. 687-699.
 - Continuité et Innovation dans les Modèles de Gestion des Ressources Minérales des Fonds Marins Internationaux. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: DUPUY, René-Jean. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 63-83.
 - La Decima Sessione della Conferenza sul Diritto del Mare. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LXV: (1982), p. 24-55.
 - Principe du Consentement et Nouveau Régime Juridique de la Recherche Scientifique Marine. In BARDONNET, Daniel et VIRALLY, Michel - *Le Nouveau Droit International de la Mer*. Paris: Le Nouveau Droit International de la Mer, 1983. ISBN 2-233-00121-4, p. 269-285.
 - The adoption of the Law of the Sea Convention. Prospects for seabed mining. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Lda. ISSN 0308-59X. 7, number 1: (January 1983), p. 3-13.
 - La Sessione Conclusiva della Conferenza sul Diritto del Mare. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LXVI: (1983), p. 384-422
 - La Navigation. In DUPUY, René-Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 687-808.
 - Codification et Pratique dans le Droit de la Mer. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 0-7923-1524-3. 223 - IV: (1990), p. 9- 302.
 - Deep Sea-Bed Mining: The Practice of the Pioneer Investors. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of*

International Law - July 10 to 14, 1990. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 331-349.

- La Pêche en Haute Mer et l'Avenir de la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXVIII: (1992), p. 885-903.

- Stato Costiero e Archeologia Sottomarina. Rivista di Diritto Internazionale. Milano: Giuffrè Editore. LXXVI: 3, (1993), p. 698-719.

- L'Entrée en vigueur de la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer et les Conditions de son Universalisme. Annuaire Français de Droit International. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXIX: (1993), p. 850-873.

- L'Entrée en vigueur de la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer et les Conditions de son Universalisme. Annuaire Français de Droit International. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XXXIX: (1993), p. 850-873.

- Intervention en Haute Mer et Navires Étrangers. Annuaire Français de Droit International. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique. ISSN 0066-3085. XLI: (1995), p. 651-675.

- The Agreement Completing the UN Law of the Sea Convention: Formal and Procedural Aspects. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 99-118.

- The Law of the Sea Tribunal: Its Status and Scope of Jurisdiction after November 16, 1994. Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV). Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 421-451.

- Le Règlement du Tribunal International du Droit de la Mer entre Tradition et Innovation. Annuaire Français de Droit International. Paris: CNRS Éditions. XLIII: (1997), p. 341-367.

- Italy and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Member States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 327-364.

- Le Tribunal International du Droit de la Mer. Débuts et Perspectives. In (INDEMER), Institut Du Droit Economique De La Mer - *Annuaire du Droit de la Mer*

- (*Revue de l'INDEMAR*). Paris: Éditions A. Pedone, 1997. ISBN 2-233-00327-6, p. 27-46.
- The Law of the Sea "System" of Institutions. In FROWEIN, Jochen A. and WOLFRUM, Rüdiger (Eds.) - *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. London / The Hague / Boston: Kluwer Law International, 1998. ISBN 904119665X, p. 325-340.
 - The Procedure Before the International Tribunal for the Law of the Sea: The Rules of the Tribunal and Related Documents. Leiden Journal of International Law. Leiden: Kluwer Law International. ISSN 0922-1565. 11, Number 3: (1998), p. 565-594.
- TREVES, Tullio (Ed.) - **The Law of the Sea. The European Union and its Member States**. The Hague, Boston, London : Martinus Nijhoff Publishers, 1997. Publications on Ocean Development, vol. 28. ISBN 90-411-0326-0.
- TREVES, Tullio, GIULIANO, Mario, SCOVAZZI, Tullio - **Diritto Internazionale: Gli Aspetti Giuridici Della Coesistenza Degli Stati**. Seconda Edizione ed. Milano : Dott. A. Giuffrè Editore, 1983. ISBN 88-14-03149-5.
- TREVES, Tullio, GIULIANO, Mario, SCOVAZZI, Tullio - **Diritto Internazionale: parte generale**. Milano : Giuffrè, 1991. ISBN 88-14-02950-4.
- TREVES, Tullio, MILES, Edward L. - **The Law of the Sea: New Worlds, New Discoveries**. Honolulu : The Law of the Sea Institute, William S. Richardson School of Law University of Hawaii, Honolulu, 1993. ISBN 0-911189-26-2.
- TRUYOL Y SERRA, Antonio - Théorie du Droit International Public. Cours général. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 0-7923-2050-6. 173 - IV: (1981), p. 9-444.
- TSAREV, V. F. - Peaceful uses of the seas. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 12, number 1: (April 1988), p. 153-159.
- TUNKIN, Grigory - International Law in the International System. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Netherlands: Sijthoff & Noordhoff. ISBN 90-286-10081. 147 - IV: (1975), p. 1-218.
- TUNOLD, Betzy Marie Ellingsen - **The UNCLOS III negotiations on the deep sea-bed regime: THE COMMON HERITAGE OF MANKIND FOR THE BENEFIT OF MANKIND AS A WHOLE?** Norway : Polhogda, Fridtjof Nansens, 1984. ISBN 82-90156-02-2.
- TYTGAT, Denis - Aspects Économiques, Financiers et Techniques de L'Exploitation des Ressources des Grands Fonds Marins. Annuaire Suisse de Droit International. Zürich:

Société Suisse de Droit International - Schulthess Polygraphischer Verlag. XXXIX: (1983), p. 133-145.

- The Economic Adjustment System Under Lomé, World Bank and Others. A Comparison. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 263-268.

UNITED NATIONS - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1985. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 1, 1985: (1985), p. 1-159.

- Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1986. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 2, 1986: (1986), p. 1-264.

- Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1987. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 3, 1987: (1987), p. 1-132.

- Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1988. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 4, 1988: (1988), p. 1-190.

- Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1989. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 5, 1989: (1989), p. 1-150.

- Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1990. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 6, 1990: (1990), p. 1-188.

- Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1991. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 7, 1991: (1991), p. 1-254.

- Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1992. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 8, 1992: (1992), p. 11-221.

-
- Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1993. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 9, 1993: (1993), p. 25-600.
 - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1994. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 10, 1994: (1994), p. 17-628.
 - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA - Documentary Yearbook 1995. London / Dordrecht / Boston: Graham y Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0920-7767. 11, 1995: (1995), p. 11-347.
 - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA. Documentary Yearbook 1997. The Hague / London / Boston: Martinus Nijhoff Publishers. ISSN 0920-7767. 13, 1997: (1997).
 - Documents. INTERNATIONAL ORGANIZATIONS and the LAW of the SEA. Documentary Yearbook 1998. The Hague / London / Boston: Martinus Nijhoff Publishers. ISSN 0920-7767. 14, 1998: (1998),
- UNITED NATIONS - Report of the Secretary-General of United Nations, 28 October 1986 - Doc. A/41/742. In SIMMONDS, Kenneth R. (Ed.) - *New Directions in the Law of the Sea*. London, Rome, New York: Oceana Publications, Inc., ISBN 0-379-16550-3. P. 1 e s..
- UNITED NATIONS - **The Law of the Sea. The Regime for High-Seas Fisheries: Status and Prospects**. New York : Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. Office of Legal Affairs, 1992. ISBN 92-1-133435-7.
- UNITED NATIONS - Agreement relating to the Implementation of Part XI of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982. Report of the Secretary-General: Consultation of the Secretary-General on Outstanding Issues relating to the Deep Seabed Mining provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996. ISBN 0-226-06615-0, p. 440-447.
- UNITED NATIONS - Final Act of the United Nations Conference on Staddling Fish Stocks and Migratory Fish Stocks. Ocean Yearbook. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996. ISBN 0.226-06615-5, p. 464-470.
- UNITED NATIONS - General Assembly - **Report of the Committee on the Peaceful Uses of the Sea-Bed and the Ocean Floor Beyond the Limits of National Jurisdiction: Official**

- Records: Twenty Seventh Session. Supplement nº 21 (A/8721).** New York : United Nations, 1972.
- UNITED NATIONS Office For Ocean Affairs And The Law Of The Sea - Budget of the International Sea-Bed Authority - the Provisions of the Law of the Sea Convention: An Assessment. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990.* Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 213-235.
- UNITED STATES - Message From The President of the United States To The United States Senate And Commentary Accompanying The United Nations Convention On The Law Of The Sea. Georgetown International Environmental Law Review. Georgetown: Georgetown University Law Center. ISSN 1042-1858. VII, number 1: (1994), p. 77-194.
- UNITED NATIONS – General Assembly Informal Understanding to be read by the President of the General Assembly at the time of the adoption of the resolution. New York.
- VAJIC, Nina - Interpretative Declarations and the United Nations Convention on the Law of the Sea. Essays on the New Law of the Sea. Zagreb: Budislav Vukas. ISSN 0351-5478. 2: (1990), p. 371-397.
- VAN DE VELDE, Jan - La Pratique Belge et le Droit de la Mer : la Navigation (Maritime). Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XXVIII: 1, (1995), p. 78-85.
- VAN DER MENSBRUGGHE, Yves - Le Pouvoir de Police des Etats en Haute Mer. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles. (1975), p. 56-102.
- VAN DYKE, Jon M. - Modifying the 1982 Law of the Sea Convention: New Initiatives on Governance of High Seas Fisheries Resources: the Straddling Stocks Negotiations. The International Journal of Marine and Coastal Law. London: Graham & Trotman / Martinus Nijhoff. ISSN 0927-3522. 10, number 2: (1995), p. 219-227.
- VAN DYKE, Jon M. and TEICHMANN, David L. - Transfer of Seabed Mining Technology: A Stumbling Block to U.S. Ratification of the Law of the Sea Convention? Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane Russak. ISSN 0090-8320. 13, number 4: (1984), p. 427-455.
- VARGAS CARREÑO, Edmundo - **América Latina y el Derecho del Mar**. Primera edición ed. México : Fondo de Cultura Económica, 1973.

- VASCIANNIE, Stephen - Landlocked and Geographically Disadvantaged States and the Question of the Outer Limit of the Continental Shelf. The British Year Book of International Law. Oxford: At the Clarendon Press. ISBN 0-19-825619-1. LVIII: (1987), p. 271-302.
- VELLAS, Pierre - **Droit International Public: Institutions Internationales: Méthodologie, Historique, Sources, Sujets de la Société Internationale, Organisations Internationales**. Paris : Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1967.
- VERDROSS, Alfred - Forbidden Treaties in International Law. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 31: (1937), p. 571-577.
- Jus Dispositivum and Jus Cogens in International Law. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 60: (1966), p. 55-63.
- **Derecho Internacional Publico**. 6^a ed. Madrid : Biblioteca Jurídica Aguilar, 1982. ISBN 84-03-25058-4.
- VERWEY, Wil D. - The New Law of the Sea and the Establishment of a New International Economic Order: The Role of the Exclusive Economic Zone. In *Hague Academy Of International Law - The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: René-Jean DUPUY. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 211-256.
- VICENTE SOLA, Juan - **The International Tribunal for the Law of the Sea**. Genève : Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 1986.
- VIGNE, Jacques - **Le Rôle des Intérêts Économiques dans l'Évolution du Droit de la Mer: Avec référence spéciale à la pêche côtière**. Genève : 1971. Études et Travaux de l'Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, n°12.
- VIGNES, Daniel - Les Accords de 1972/73 Relatifs a la Peche au Large de l'Islande et des Iles Feroe. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles. (1975), p. 175-190.
- Will the Third Conference on the Law of the Sea Work According to the Consensus Rule? American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 69: (1975), p. 119-129.
- La valeur juridique de certains règles, normes ou pratiques mentionnées au TNCO comme "généralement acceptées". Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXV: (1979), p. 712-718.

- La Convention sur la Conservation de la Faune et de la Flore Marines de l'Antarctique. Annuaire Français de Droit International. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. XXVI: (1980), p. 741-772.

- The Problem of Access to the European Economic Community's Fishing Zone as the Cornerstone for the Adoption of a Common Fisheries Policy. In ROZAKIS, Christos L. and STEPHANOU, Constantine A. (Eds.) - *The New Law of the Sea*. Amsterdam - New York - Oxford: Elsevier Science Publishers B.V. (North-Holland), 1983. ISBN 0-444-86804-6, p. 83-96.

- La Participation d'Entités Non-Étatiques a la Convention des Nations Unies sur le Droit de la Mer. In SOCIÉTÉ FRANÇAISE POUR LE DROIT DE LA MER - COLLOQUE DE ROUEN - *Perspectives du Droit de la Mer à l'Issue de la 3^e Conférence des Nations Unies*. Paris: Éditions A. Pedone, 1984. ISBN 2-233-00135-4, p. 83-99.

- La Communauté Européenne dans le Domaine du Droit Général de la Mer. In TREVES, Tullio (Ed.) - *The Law of the Sea. The European Union and its Members States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 7-26.

- "Le procès-verbal d'application de l'accord relatif aux relations réciproques entre la France et le Canada en matière de pêche du 27 Mars 1972" signé le 2 Décembre 1994, conséquence de la décision arbitrale du 10 Juin 1992 (Saint-Pierre-et-Miquelon). Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique Editions. ISSN 0066-3085. XLI: (1995), p. 728-741.

- La Fin du Schisme des Fonds Marins. A propos de la réunion de l'Assemblée générale des Nations Unies en session extraordinaire de 27, 28 et 29 juillet 1994 relative à la Convention sur le Droit de la Mer. Revue Belge de Droit International. Bruxelles: Bruylant. ISSN 0035-0788. XXVIII: 1, (1995), p. 153-163.

VIGNES, Daniel et DUPUY, René Jean - **Traité du Nouveau Droit de la Mer**. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2

- **A Handbook on the Law of the Sea**. Dordrecht / Boston / Lancaster : Martinus Nijhoff Publishers, 2 Vol. 1991-1993. ISBN 0-7923-0924-3.

VIRALLY, Michel - Réflexions sur le "jus cogens". Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XII: (1966), p. 5-29.

- Panorama du Droit International Contemporain. Cours général de droit international public. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Dordrecht/Boston/Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-247-3248-4. 183 - V: (1983), p. 9-382.
- VIRALLY, Michel et BARDONNET, Daniel - **Le Nouveau Droit International de la Mer**. Paris: Éditions A. Pedone, 1983. Publications de la Revue Générale de Droit International Public - Nouvelle Série - n° 39. ISBN 2-233-00121-4.
- VISSCHER, Charles De - Positivisme et «Jus Cogens». Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXV: (1971), p. 5 e s..
- VITZTHUM, Wolfgang Graf - Die Bemühungen um ein Régime des Tiefseebodens. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. 38: (1978), p. 745-800.
- VLASIC, Ivan A., BURKE, William T. and MCDUGAL, Myres S. - The Maintenance of Public Order at Sea and the Nationality of Ships. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 54: (1960), p. 25-116.
- VOELCKEL, Michel - La Convention du 1^{er} Juin 1967 sur l'exercice de la pêche en Atlantique Nord. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XIII: (1967), p. 647-672.
 - Aperçus sur l'application de la Convention Européenne des Pêches. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XV: (1969), p. 761-773.
 - Aperçu de quelques problèmes techniques concernant la délimitation des frontières maritimes. Annuaire Français de Droit International. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. XXV: (1979), p. 693-711
- VOELCKEL, Michel and LUCCHINI, Laurent - **Droit de la Mer: La Mer et son Droit, Les Espaces Maritimes**. Paris : Éditions A. Pedone, 1990. ISBN 2-233-00208-3.
- VUKAS, Budislav - L'Utilisation Pacifique de la Mer, Dénucléarisation et Désarmement. In DUPUY, René Jean et VIGNES, Daniel - *Traité du Nouveau Droit de la Mer*. Paris-Bruxelles: Économica-Bruylant, 1985. ISBN 2-7178-0935-X - 2-8029-0341-2, p. 1047-1093.

- VYSOTSKY, A. F. - Freedom of scientific research in the world ocean. Conference of Soviet and American Jurists on the Law of the Sea and the Protection of the Marine Environment. Georgia Journal of International & Comparative Law. 6: 1, (1976), p. 7-25.
- WALKATE, J. A. - Developments in Special Commission 3 of the Preparatory Commission for the International Sea-Bed Authority and for the International Tribunal for the Law of the Sea. Netherlands International Law Review. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers. ISSN 0165-070X. XXXVI: (1989), p. 152-178.
- WALLACE, Rebecca M. M., M.A., LL.B., PH.D. - **International Law: A Student Introduction**. Second ed. London : Sweet & Maxwell, 1992. ISBN 0-421-44720-6.
- WATTS, A. D., B.A., LL.A. (Cantab.) - The Protection of Merchant Ships. The British Year Book of International Law. London, New York, Toronto: Oxford University Press. XXXIII: (1957), p. 52-84.
- WEIL, Prosper - Le Droit International en Quête de son Identité. Cours général de droit international public. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers. ISBN 90-411-0235-3. 237 - VI: (1992), p. 9-370.
- WELLING, Conrad - The Views of the United States Ocean Mining Licensees on Trends in the Negotiations to Make the United Nations Convention on the Law of the Sea of 1982 Universally acceptable. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 255-263.
- WELLS II, Linton - Japan and the United Nations Conference on the Law of the Sea. Ocean Development and International Law Journal. New York: Crane, Russak & Company, Inc. 2, number 1: (1974), p. 65-91.
- WEMBOU, Michel, DJIENA, Cyr - L'Afrique et le Droit International de la Mer. African Yearbook of International Law. Dordrecht, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers. ISSN 1380-7412. 1: (1993), p. 147-179.
- WESTPORT, Kevin Vienne e GALORIS, George - **Beyond the Law of the Sea : New Directions for U. S. Oceans Policy**. London : Praeger, 1997.
- WHITEMAN, Marjorie M. - Conference on the law of the sea: convention on the continental shelf. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 52: (1958), p. 629-659.

- WILLIAM, Sylvia Maureen - Reflections on the Law of Treaties. In BORBA CASELLA, Paulo (Coord.) - *Dimensão Internacional do Direito: Estudos em Homenagem a G. E. do Nascimento e Silva*. São Paulo: LTr Editora, 2000. ISBN 85-7322-721-4, p. 537-558.
- WILLIAMS, Glanville L. - The Juridical Basis of Hot Pursuit. The British Year Book of International Law. London/New York/Toronto: Oxford University Press. (1939), p. 83-97.
- WILSON, James A., ACHESON, James M., METCALFE, Mark and KLEBAN, Peter - Chaos, complexity and community management of fisheries. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 18, number 4: (April 1994), p. 291-305.
- WODIE, Francis - Les Intérêts Économiques et le Droit de la Mer. Revue Générale de Droit International Public. Paris: Editions A. Pedone. LXXX: (1976), p. 738-784.
- WODIE, Vangah Francis - The High Seas. In BEDJAOUI, Mohammed (Ed.) - *International Law: Achievements and Prospects*. Dordrecht/Paris: Martinus Nijhoff Publishers/Unesco, 1991. ISBN 92-3-102716-6, p. 885-914.
- La Haute Mer. In BEDJAOUI, Mohamed - *Droit International*. Paris: Éditions A. Pedone, Unesco, 1991. ISBN Pedone- 2-233-00221-0 Unesco- 92-3-202717-8, p. 947-975.
- WOLFRUM, Rüdiger - The Principle of the Common Heritage of Mankind. Zeitschrift für Ausländisches Öffentliches Recht und Völkerrecht. Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 43: (1983), p. 312-337.
- Decision-making in the Council: An Assessment and Comparison. In WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - *Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5, p. 59-74.
- The Legal Order for the Seas and Oceans. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of the Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 161-185.
- The Decision-Making Process According to Sec. 3 of the Annex to the Implementation Agreement: A model to be Followed for Other International Economic Organizations? Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht (ZaöRV). Stuttgart: Kohlhammer. ISSN 0044-2348. 55/2: (1995), p. 310-328.

- Germany and the Law of the Sea. In TREVES, Tullio (Ed.), - *The Law of the Sea. The European Union and its Members States*. The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff Publishers, 1997. ISBN 90-411-0326-0, p. 199-224.
- WOLFRUM, Rüdiger (Ed.) - **Law of the Sea at the Crossroad: The Continuing Search for a Universally Accepted Regime: Proceedings of an Interdisciplinary Symposium of the Kiel Institute of International Law - July 10 to 14, 1990**. Berlin : Duncker & Humblot, 1991. ISBN 3-428-07240-5.
- WOLFRUM, Rüdiger, PHILIPP, Christiane (Eds.) - **United Nations : Law, Policies and Practice**. New, Revised English ed. Dordrecht/London/Boston : Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 0-7923-2717-9.
- WOLFRUM, Rüdiger and FROWEIN, Jochen A. (Eds.) - **Max Planck Yearbook of United Nations Law**. London / The Hague / Boston: Kluwer Law International, 1998. ISBN 904119665X.
- YAMAMOTO, Soji - The Abstention Principle and its Relation to the Evolving International Law of the Seas. Washington Law Review. Washington: Washington Law Review Association. XLIII: (1967-1968), p. 45-61.
- YANAI, Shunji And ASOMURA, Kuniaki - Japan and the emerging order of the sea - two maritime laws of Japan. The Japanese Annual of International Law. Japan: The Japan Branch of the International Law Association. n° 21: (1977), p. 48-114.
- YANKOV, Alexander - A historic opportunity for the United Nations Law of the Sea Convention. In NORDQUIST, Myron H. e MOORE, John Norton (Eds.) - *Entry into Force of Law of the Sea Convention*. The Hague / Boston / London: Martinus Nijhoff Publishers, 1995. ISBN 90-411-0099-7, p. 15-27.
- YOUNG, Richard - Recent Developments with respect to the Continental Shelf. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 42: (1948), p. 849-857.
- The Legal Status of Submarine Areas Beneath The High Seas. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 45: (1951), p. 225-239.
- The Geneva Convention on the Continental Shelf: a first impression. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 52: (1958), p. 733-738.

- Sedentary Fisheries and the Convention on the Continental Shelf. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 55: (1961), p. 359-373.
- The Legal Regime of the Deep-Sea Floor. American Journal of International Law. Washington: The American Society of International Law. 62: (1968), p. 641-653.
- YTURRIAGA, José A. De - Regional Conventions on the Protection of the Marine Environment. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International. Netherlands: Sijthoff & Noordhoff. ISBN 90-286-0530-4. 162 -I: (1979), p. 323-449.
- ZACHER, Mark W. and MCCONNELL, James G. - Down to the Sea with Stakes: The Evolving Law of the Sea and the Future of the Deep Seabed Regime. Ocean Development and International Law Journal. New York: Taylor & Francis. ISSN 0090-8320. 21, number 1: (1990), p. 71-103.
- ZARB, A.-H., BETTATI, M., BOTTINI, R. de, DUPUY, R.-J., ISOART, P., RIDEAU, J., SORTAIS, J.-P., TOUSCOZ, J. - **La Souveraineté au XX^e Siècle**. Paris : Librairie Armand Colin, 1971. Collection U. Série "Relations et institutions internationales" - dirigée par R.-D. DUPUY.
- ZHIXIONG, Wang - China and the exploitation of deep seabed polymetallic nodules. Marine Policy. Oxford: Butterworth & Co (Publishers) Ltd. ISSN 0308-597 X. 15, number 3: (March 1991), p. 132-135.
- ZORGBIBE, Charles - Le Détroit d'Ormuz. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: René-Jean DUPUY. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6, p. 325-328.
- ZULETA, Bernardo - The New Law of the Sea: Balance of Rights and Duties. In Hague Academy Of International Law - *The Management of Humanity's Resources: The Law of the Sea*. Edited by: René-Jean DUPUY. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff Publishers, 1982. ISBN 90-247-2762-6 p. 371-379.
- Le Tiers Monde et le Convention. In SOCIETE FRANÇAISE Pour Le Droit De La Mer - Colloque De Rouen - *Perspectives du Droit de la Mer à l'Issue de la 3^e Conférence des Nations Unies*. Paris: Éditions A. Pedone, 1984. ISBN 2-233-00135-4, p. 57-68.
- The Impact of the Third UN Conference on the Law of the Sea. In BUDERI, Charles L. O. and CARON, David D. (Eds.) - *Perspectives on U. S. Policy Toward the*

Law of the Sea: Prelude to the Final Session of the Third U. N. Conference on the Law of the Sea. Honolulu: The Law of the Sea Institute - University of Hawaii, 1985. ISBN 0-911189-12-2, p. 63-67.

- Introduction to the United Nations Convention on the Law of the Sea. *In* NORDQUIST, Myron H. (Ed.) - *United Nations Convention on the Law of the Sea 1982. A Commentary.* Dordrechr / Boston / Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers, 1985. ISBN 90-247-3145-3, p. 17-28.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

PARTE I

ENQUADRAMENTO GERAL DO TEMA

1 - APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	4
2 - A RESPOSTA DAS NAÇÕES UNIDAS	8
2.1- A PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA	13
2.1.1 - O COMITÉ DE FUNDOS.....	14
2.2 - A CONFERÊNCIA	17
2.2.1 - A ESTRUTURA DA CONFERÊNCIA	19
2.2.2 - MÉTODOS DE NEGOCIAÇÃO	24
2.2.2.1 - O <i>PACKAGE DEAL</i>	24
2.2.2.2 - O CONSENSO	25
2.2.2.3 - OS TEXTOS DE NEGOCIAÇÃO	27
2.2.3 - OS GRUPOS DE INTERESSES.....	32
2.2.4 - O PAPEL DO <i>COLLEGIUM</i> E DE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNA- MENTAIS.....	35
3 - A CONVENÇÃO.....	36

PARTE II

NATUREZA JURÍDICA DO FUNDO DO MAR

CAPÍTULO I - AS DOUTRINAS CLÁSSICAS	42
1 - O FUNDO DO MAR COMO <i>RES NULLIUS</i>	44
2 - O FUNDO DO MAR COMO <i>RES COMMUNIS</i>	51
CAPÍTULO II - O PRINCÍPIO DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE.....	58

1 - APARECIMENTO DA IDEIA DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE	58
2 - A PROPOSTA DE MALTA	60
3 - REACÇÕES À PROPOSTA DE MALTA	69
4 - MALTA E O PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE	70
5 - OPOSITORES AO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE	72
6 - DEFENSORES DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE	75
7 - O COMITÉ <i>AD HOC</i>	77
8 - O COMITÉ DE UTILIZAÇÕES PACÍFICAS DO FUNDO DOS MARES E DOS OCEANOS PARA ALÉM DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	80
8.1 - A RESOLUÇÃO <i>MORATORIUM</i>	82
9 - O COMITÉ DE UTILIZAÇÕES PACÍFICAS DO FUNDO DOS MARES E DOS OCEANOS PARA ALÉM DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL (CONTINUAÇÃO)	84
9.1 - A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS	87
9.1.1 - A DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E A QUESTÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO FUNDO DO MAR	88
9.1.2 - A FORÇA VINCULATIVA DA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS	91
 CAPÍTULO III - O PRINCÍPIO DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE (DESENVOLVI- MENTO POSTERIOR)	97
1 - DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DAS NAÇÕES UNIDAS	98
2 - DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE FORA DAS NAÇÕES UNIDAS	111
2.1 - AS LEGISLAÇÕES NACIONAIS E O PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE	114
2.2 - REACÇÕES ÀS LEGISLAÇÕES NACIONAIS	117
3 - O PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE É UMA NORMA DE <i>JUS COGENS</i> ?	127
 CAPÍTULO IV - A NATUREZA JURÍDICA DO FUNDO DO MAR E A CONVENÇÃO	133
1 - O QUE É A HUMANIDADE?	134
2 - A HUMANIDADE É SUJEITO DE DIREITO?	137
3 - PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO FUNDO DO MAR - O PRINCÍPIO DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE E SEUS COROLÁRIOS	145
3.1 - O PRINCÍPIO DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE - ARTIGO 136º	146
3.2 - O PRINCÍPIO DE QUE TODOS OS DIREITOS PERTENCEM À HUMANIDADE NO SEU CONJUNTO OU O PRINCÍPIO DA NÃO APROPRIAÇÃO E DA EXCLUSÃO DE SOBERANIA OU DO USO NÃO EXCLUSIVO - ARTIGO 137º	148
3.3 - O PRINCÍPIO DO BENEFÍCIO DA HUMANIDADE - ARTIGO 140º	150
3.4 - O PRINCÍPIO DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA - ARTIGO 144º	153

3.5 - O PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO NAS ACTIVIDADES DA ÁREA - ARTIGO 148°	155
3.6 - O PRINCÍPIO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA MARINHA - ARTIGO 143°	156
3.7 – O PRINCÍPIO DO INTERESSE DA MANUTENÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA E PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ENTENDIMENTO MÚTUO - ARTIGO 138°	158
3.8 – O PRINCÍPIO DA UTILIZAÇÃO DA ÁREA PARA FINS PACÍFICOS - ARTIGO 141°	159
3.9 – O PRINCÍPIO DA OBRIGAÇÃO DOS ESTADOS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE ZELAR PELO CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO E RESPONSABILIDADE PELOS DANOS - ARTIGO 139°	162
3.10 – O PRINCÍPIO DO RESPEITO PELOS DIREITOS DOS ESTADOS COSTEIROS - ARTIGO 142°	163
3.11 – O PRINCÍPIO DA PROTECÇÃO DO MEIO MARINHO OU PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO - ARTIGO 145°	164
3.12 – O PRINCÍPIO DA PROTECÇÃO DA VIDA HUMANA - ARTIGO 146°	166
3.13 – O PRINCÍPIO DA HARMONIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES NA ÁREA E NO MEIO MARINHO - ARTIGO 147°	166
3.14 – O PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO E DISPOSIÇÃO EM BENEFÍCIO DA HUMANIDADE DOS OBJECTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS ENCONTRADOS NA ÁREA - ARTIGO 149°	167

PARTE III

HISTÓRIA DO REGIME JURÍDICO DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DO FUNDO DO MAR

CAPÍTULO I - A NEGOCIAÇÃO DESDE O COMITÉ DE FUNDOS ATÉ MONTEGO BAY	171
1 INTRODUÇÃO	171
2 O PERÍODO ENTRE 1969 E 1976 - O CONFRONTO DE IDEIAS	173
3 O PERÍODO ENTRE 1977 E 1980 - A APROXIMAÇÃO	207
4 PERÍODO ENTRE 1981 E 1982 - O DIVÓRCIO	235
CAPÍTULO II - AS LEGISLAÇÕES NACIONAIS	251
1 - INTRODUÇÃO	251
2 - O NASCIMENTO DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS	251
3 - ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS	259
3.1 - DEFINIÇÕES	260
3.2 - OBJECTIVOS DAS DIVERSAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS	261

3.3 - COMPATIBILIDADE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL COM O DIREITO INTERNA- CIONAL	262
3.4 - O REGIME DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS	265
CAPÍTULO III - O REGIME TRANSITÓRIO - A COMISSÃO PREPARATÓRIA	272
1 - GENERALIDADES.....	272
2 - OBJECTIVOS, COMPOSIÇÃO, FINANCIAMENTO E FUNÇÕES DA COMISSÃO PREPA- RATÓRIA	274
3 - ESTRUTURA ORGÂNICA	283
4 - ADOÇÃO DAS DECISÕES.....	285
5 - A ACTIVIDADE DA COMISSÃO PREPARATÓRIA	288
5.1 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E O REGIME DOS INVESTIDORES PIONEIROS	294
5.1.1 - ANÁLISE DO REGIME JURÍDICO DA RESOLUÇÃO II.....	295
5.1.2 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO II.....	300
5.1.2.1 - O <i>PROVISIONAL UNDERSTANDING</i>	303
5.1.2.2 - O <i>ARUSHA UNDERSTANDING</i> E O <i>NEW YORK UNDERSTANDING</i>	308
5.1.2.3 - O <i>MIDNIGHT AGREEMENT</i>	314
5.1.2.4 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E O REGISTO DOS INVESTIDORES PIO- NEIROS	316
5.1.2.5 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E OUTROS PEDIDOS DE REGISTO	322
5.2 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO I.....	328
5.2.1 - OS TRABALHOS DO PLENÁRIO.....	329
5.2.2 - OS TRABALHOS DAS COMISSÕES ESPECIAIS	332
5.2.2.1 - A COMISSÃO ESPECIAL 1	332
5.2.2.2 - A COMISSÃO ESPECIAL 2	336
5.2.2.3 - A COMISSÃO ESPECIAL 3	344
5.2.2.4 - A COMISSÃO ESPECIAL 4	347
6 - A COMISSÃO PREPARATÓRIA E A ENTRADA EM VIGOR DA CONVENÇÃO	354
CAPÍTULO IV - A PROCURA DA UNIVERSALIDADE - O ACORDO DE IMPLEMENTAÇÃO	357
1 - RAZÕES DO SEU APARECIMENTO	357
2 - AS QUESTÕES <i>HARD CORE</i>	361
2.1 - CUSTOS PARA OS ESTADOS PARTES	362
2.2 - A EMPRESA.....	362
2.3 - O PROCEDIMENTO DE TOMADA DE DECISÃO.....	363
2.4 - A CONFERÊNCIA DE REVISÃO.....	364
2.5 - A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA.....	364
2.6 - LIMITES À PRODUÇÃO	365

2.7 - O FUNDO DE COMPENSAÇÃO.....	365
2.8 - OS TERMOS FINANCEIROS DOS CONTRATOS.....	366
2.9 - A PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE.....	366
3 - CONSULTAS DO SECRETÁRIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	367
3.1 - A PRIMEIRA FASE	368
3.2 - A SEGUNDA FASE	369
4 - A QUESTÃO DA FORMA DO ACORDO.....	374
5 - ANÁLISE DO ACORDO DE 1994.....	382
6 - ANÁLISE DO ANEXO DO ACORDO.....	390

PARTE IV

ANÁLISE DO REGIME JURÍDICO DO FUNDO DO MAR

CAPÍTULO I - O REGIME JURÍDICO DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO.....	408
1 - PRINCÍPIOS BÁSICOS DO REGIME DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO	408
1.1 - PRINCÍPIO DA APLICAÇÃO GEOGRÁFICA LIMITADA.....	409
1.2 - PRINCÍPIO DO CONTEÚDO MATERIAL RESTRITO	411
1.3 - PRINCÍPIO DO PATRIMÓNIO COMUM DA HUMANIDADE OU DO INTERESSE PÚBLICO	413
1.4 - PRINCÍPIO DO PLURALISMO DE ACTORES	414
1.5 - PRINCÍPIO DO CONTROLO INTERNACIONAL.....	414
1.6 - PRINCÍPIO DA MUTABILIDADE DO REGIME	415
2 - OBJECTIVOS DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ÁREA.....	417
3 - O SISTEMA DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO - O SISTEMA PARALELO	423
3.1 - OS ACTORES DO SISTEMA PARALELO	423
3.2 - DIFERENTES MODALIDADES DAS OPERAÇÕES DO SISTEMA PARALELO	427
3.3 - PROCESSO DE SELECÇÃO DOS PETICIONÁRIOS	428
3.3.1 - AS CONDIÇÕES DE NACIONALIDADE OU CONTROLO E DE PATROCÍNIO.....	428
3.3.2 - OS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO DOS PETICIONÁRIOS	429
3.3.3 - APROVAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO	430
3.3.3.1 - CAUSAS DE RECUSA DE UM PLANO DE TRABALHO	431
3.3.3.1.1 - PROTECÇÃO DO MEIO MARINHO	431
3.3.3.1.2 - A CLÁUSULA ANTI-MONOPÓLIO	432
3.3.4 - CONDIÇÕES EXIGIDAS À EMPRESA	433
3.3.5 - CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA OS INVESTIDORES PIONEIROS E CONSÓRCIOS	434
3.4 - FASES E MODALIDADES DAS OPERAÇÕES MINEIRAS	436
3.4.1 - FASE DE PROSPECÇÃO	436

3.4.2 - FASES DE EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO	437
3.4.3 - O MECANISMO DE RESERVA DE SÍTIOS OU <i>BANKING SYSTEM</i>	438
3.4.4 - NORMAS, REGULAMENTOS E PROCEDIMENTO DA AUTORIDADE	439
4 - AS CONDIÇÕES DE OPERATIVIDADE DO SISTEMA PARALELO	442
4.1 - A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	443
4.2 - OS RECURSOS FINANCEIROS DA AUTORIDADE	447
4.2.1 - FONTES DE FINANCIAMENTO DA AUTORIDADE	447
5 - O REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS	453
5.1 - ESTABILIDADE DOS CONTRATOS	454
5.2 - SUSPENSÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS SANÇÕES PECUNIÁRIAS	455
5.3 - DIREITO APLICÁVEL E RESPONSABILIDADE	455
CAPÍTULO II - AS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS A AUTORIDADE	457
1- A CRIAÇÃO DA AUTORIDADE	457
1.1 - NO COMITÉ DE FUNDOS	458
1.2 - NA TERCEIRA CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR	460
2 - FINS DA AUTORIDADE	462
2.1 - REPRESENTAÇÃO DA HUMANIDADE	463
2.2 - ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA E DOS SEUS RECURSOS	464
2.2.1 - FUNÇÃO DE ORGANIZAÇÃO OU REGULAÇÃO	465
2.2.2 - FUNÇÃO DE CONTROLO	465
2.2.3 - FUNÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU DE CONDUÇÃO DE ACTIVIDADES NA ÁREA	467
3 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AUTORIDADE	469
3.1 - O PRINCÍPIO DA IGUALDADE SOBERANA DOS MEMBROS DA AUTORIDADE	469
3.2 - O PRINCÍPIO DA BOA FÉ	470
3.3 - O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO	471
4 - CARACTERÍSTICAS DA AUTORIDADE	471
4.1 - O CARÁCTER INTERGOVERNAMENTAL	473
4.2 - O CARÁCTER UNIVERSAL	476
4.3 - PERSONALIDADE JURÍDICA	477
4.4 - PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES	477
5 - OS PODERES DA AUTORIDADE E RESPECTIVOS LIMITES	479
5.1 - LIMITE MATERIAL	480
5.2 - LIMITE ESPACIAL	481
5.3 - LIMITE JURÍDICO	481
5.3.1 - A QUESTÃO DOS PODERES IMPLÍCITOS	482

CAPÍTULO III - AS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS DA AUTO-	
RIDADE	485
1 - A ASSEMBLEIA	485
1.1 - COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO	485
1.2 - VOTAÇÃO E RESPECTIVO PROCEDIMENTO	486
1.3 - A COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA	488
1.3.1 - GENERALIDADES	488
1.3.2 - PODERES E FUNÇÕES DA ASSEMBLEIA	490
1.3.2.1 - DETERMINAÇÃO DA POLÍTICA GERAL DA AUTORIDADE - ARTIGO 160º	
Nº 1	491
1.3.2.2 - FUNÇÕES ELECTIVAS - ARTIGO 160º Nº 2 A), B) E C)	492
1.3.2.3 - PODER DE CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS - ARTIGO 160º Nº 2 D)	492
1.3.2.4 - FUNÇÕES DE NATUREZA FINANCEIRA - ARTIGO 160º Nº 2 E) E H)	492
1.3.2.5 - APROVAÇÃO DE NORMAS, REGULAMENTOS E PROCEDIMENTOS -	
ARTIGO 160º Nº 2 F) I) E II)	493
1.3.2.6 - PARTILHA EQUITATIVA DOS BENEFÍCIOS - ARTIGO 160º Nº 2 G)	494
1.3.2.7 - ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE COMPENSAÇÃO OU ADOÇÃO	
DE OUTRAS MEDIDAS PARA O REAJUSTE ECONÓMICO - ARTIGO 160º Nº 2	
L) E SECÇÃO 7 DO ANEXO AO ACORDO DE IMPLEMENTAÇÃO	494
1.3.2.8 - EXAME DE QUALQUER QUESTÃO E DECISÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE	
FUNÇÕES - ARTIGO 160º Nº 2 N)	495
1.3.2.9 - OUTRAS FUNÇÕES	496
2 - O CONSELHO	497
2.1 - COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO	497
2.2 - VOTAÇÃO E RESPECTIVO PROCEDIMENTO	504
2.3 - A COMPETÊNCIA DO CONSELHO	509
2.3.1 - GENERALIDADES	509
2.3.2 - PODERES E FUNÇÕES DO CONSELHO	509
2.3.2.1 - ADOÇÃO DE POLÍTICAS ESPECÍFICAS - ARTIGO 162º Nº 1	509
2.3.2.2 - SUPERVISÃO E CONTROLO - ARTIGO 162º Nº 2 A), U), V), T), L), Z) E P)	510
2.3.2.3 - PODER DE RECOMENDAÇÃO - ARTIGO 162º Nº 2 B), C), N), E S)	511
2.3.2.4 - PODER DE CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS - ARTIGO 162º Nº 2 D) E	
Y)	511
2.3.2.5 - PODER ADMINISTRATIVO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO - ARTIGO 162º Nº 2 E)	512
2.3.2.6 - ADOÇÃO DE DIRECTRIZES PARA A EMPRESA - ARTIGO 162º Nº 2 I)	512
2.3.2.7 - APROVAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHOS - SECÇÃO 3 § 11º DO ANEXO	
AO ACORDO DE IMPLEMENTAÇÃO	513

2.3.2.8 - RECOMENDAÇÃO E ADOÇÃO DE NORMAS, REGULAMENTOS E PROCEDIMENTOS - ARTIGO 162º N° 2 O)	513
2.3.2.9 - OUTRAS FUNÇÕES - ARTIGO 162º N° 2 F), H), R), W) E X)	515
2.4 - OS ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS DO CONSELHO	515
3 - O SECRETARIADO	521
CAPÍTULO IV - AS ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS A EMPRESA	526
1 - INTRODUÇÃO	526
2 - RELAÇÕES DA EMPRESA COM OS OUTROS ÓRGÃOS E CAPACIDADE JURÍDICA	528
3 - O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA	531
3.1 - COMPOSIÇÃO, FUNCIONAMENTO E VOTAÇÃO	531
3.2 - AS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	532
4 - O DIRECTOR GERAL E DEMAIS PESSOAL DA EMPRESA	533
5 - REGRAS FINANCEIRAS APLICÁVEIS À EMPRESA	534
6 - AS OPERAÇÕES	536
CAPÍTULO V - SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E PARECERES CONSULTIVOS	538
1 - OS ANTECEDENTES	539
2 - NEGOCIAÇÕES NA CONFERÊNCIA	540
3 - ESCOLHA DO PROCEDIMENTO E GENERALIDADES	542
4 - CONTROVÉRSIAS SOBRE AS ACTIVIDADES DO FUNDO DO MAR	545
4.1 - ÓRGÃOS COMPETENTES	546
4.2 - A JURISDIÇÃO DA CÂMARA DE CONTROVÉRSIAS	548
4.2.1 - OS PARECERES CONSULTIVOS	548
4.2.2 - A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	549
CONCLUSÃO	559
BIBLIOGRAFIA	565
ÍNDICE	674